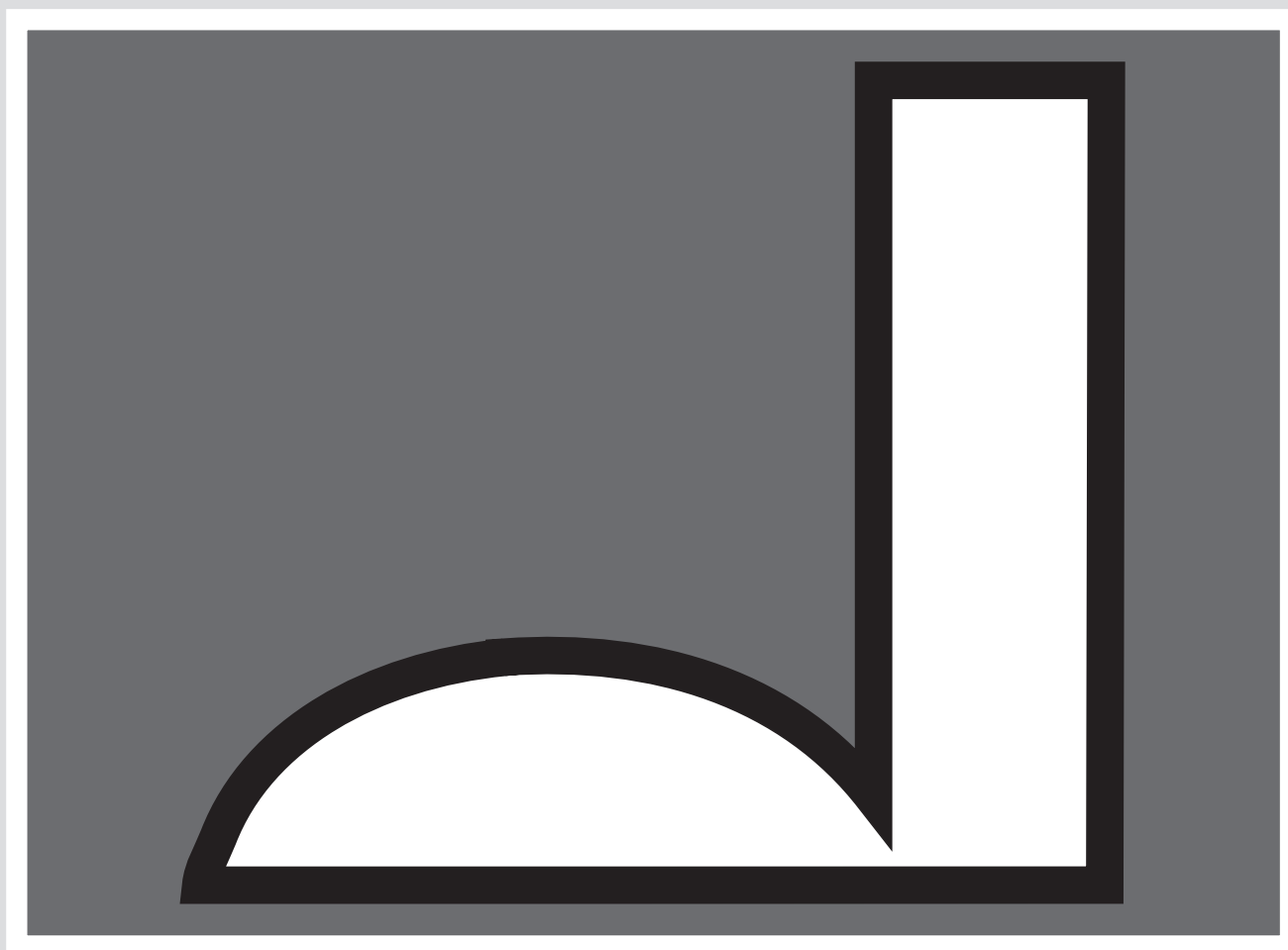




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**RESENHA MENSAL (ART. 269, II, DO RISF)
(PERÍODO DE 1º A 30 DE SETEMBRO DE 2008)**

**E
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES**

ANO LXIII - SUP. AO Nº 155 - QUINTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SUMÁRIO

– Ata da 13ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão

Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de junho de 2008, às 10 horas, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa - Senado Federal...

303

– Ata da 14ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de junho de 2008, às 10 horas, na sala nº 02, da Ala Nilo Coelho, Senado Federal.....

317

2.4 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

– Ata da 26ª Reunião extraordinária, da 2ª sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada em 27 de agosto de 2008.....

439

– Ata da 27ª Reunião extraordinária, da 2ª sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada em 10 de setembro de 2008.

450

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª Sessão Legislativa Ordinária da

53ª Legislatura -2008

Resenha Mensal

(269, II, do RISF)

(Período de 1º a 30/09/2008)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa do Senado Federal 1

De iniciativa da Câmara dos Deputados 6

De iniciativa do Presidente da República 1

Total 8

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004 (nº 609/2003, na Casa de origem), que proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007 (nº 4679/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2007 (nº 6678/2006, na Casa de origem), que altera o art. 46 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, (permite que o registro de nascimento do maior de doze anos e menor de dezoito anos seja realizado pessoalmente sem a intervenção judicial).

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2007 (nº 3298/2007, na Casa de origem), que denomina Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves o trecho da BR-393 referente ao contorno de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2008 (nº 1153/1995, na Casa de origem), que regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de

animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que dispõe sobre o Sistema de Consórcios.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2008 (nº 3721/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2008, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Sessão: 10.09.2008

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal 15

Total 15

Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 26.08.2008 – *Republicado em função de ter constado na Resenha de Agosto de 2008 como Projeto de Lei do Senado nº 2004, de 2008.*

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão, que regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR's) e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 03.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que estabelece normas para a divulgação na Rede Mundial de Computadores (Internet), de informações sobre programas de transferência de renda mantidos por Estados e Municípios com a participação de recursos da União.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 04.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 619, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que consolida a legislação sanitária federal.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera os arts. 1º, 5º e 16 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para todos – PROUNI – e dá outras providências, para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não gratuitas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 12.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Luziânia, no Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 12.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 673, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, que institui o Dia da Integração Jurídica Latino-Americana.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 12.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 675, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 12.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que denomina “Contorno Oeste Ottomar de Souza Pinto” o trecho do Contorno Oeste de Boa Vista, no Estado de Roraima, que faz a ligação da BR 174 Norte à BR 174 Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 12.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, com vistas a estabelecer novas condições para o procedimento de interceptação telefônica, informática e telemática, além de outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 23.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 596, de 2007, de autoria do Senador Expedito Junior, que altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha do assento objeto dos benefícios criados por esta Lei.

(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Sessão: 23.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 570, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o “Dia Nacional do Historiador”, a ser celebrado anualmente no dia 12 de setembro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 25.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Naval do Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 25.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 647, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Manacapuru, no Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 25.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica do Valparaíso de Goiás, no Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 25.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, que denomina Senador Jonas Pinheiro a Rodovia BR-163.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 25.09.2008

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados 66

- Aprovados pelo Plenário 39

- Decisão terminativa da CCT 27

Total 66

III.1 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total 39

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008 (nº 2539/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2008 (nº 21/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia, celebrado em Brasília, em 15 de maio de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2008 (nº 30/2007, na Câmara dos Deputados), que Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2008 (nº 32/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008 (nº 33/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em La Paz, em 9 de dezembro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2008 (nº 40/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2008 (nº 52/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua, assinado em Manágua, em 12 de fevereiro de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2008 (nº 57/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 20 de outubro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2008 (nº 62/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS - da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral daquela Organização, em 6 de dezembro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2008 (nº 63/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul - IBAS, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006, durante a I Cúpula do IBAS.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2008 (nº 131/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, celebrado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008 (nº 356/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2008 (nº 382/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em Brasília, em 28 de fevereiro de 2007.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2008 (nº 311/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos emanados do XXI Congresso da União Postal Universal - UPU, que são os seguintes: Quinto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal - UPU; Regulamento Geral da União Postal Universal; Convenção Postal Universal e seu Protocolo Final; Acordo referente às Encomendas Postais Internacionais e seu Protocolo Final; Acordo referente aos Vales Postais e Acordo referente aos Objetos

Contra-Reembolso, concluídos em Seul, em 14 de setembro de 1994.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2008

(nº 926/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2008

(nº 990/20073, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2000.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2008

(nº 1325/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP, celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2008

(nº 1547/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, adotada em Genebra, em 28 de junho de 1952.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2008

(nº 2239/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2008

(nº 2370/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto, 1978.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2008

(nº 517/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes para a instalação da Delegação Permanente da Liga

dos Estados Árabes em Brasília, celebrado no Cairo, em 23 de abril de 2007.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2008

(nº 2372/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin, assinado em Brasília, em 11 de agosto de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2008

(nº 37/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2008

(nº 2380/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2008

(nº 2377/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2008

(nº 2386/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Bridgetown, em 17 de maio de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2008

(nº 2388/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, celebrado em Brasília, em 16 de janeiro de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2008

(nº 2524/2006, na Câmara dos Deputados), que apro-

va o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2008

(nº 2525/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e Outras Transações Financeiras Fraudulentas, assinado em Brasília, em 31 de agosto de 2004.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2008

(nº 2526/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Brasília, em 31 de março de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2008

(nº 2529/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2008

(nº 2531/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Atos da União Postal Universal - UPU, concluídos em Beijing, em 15 de setembro de 1999, a seguir relacionados: Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal, Regulamento Geral da União Postal Universal, Convenção Postal Universal e Protocolo Final e Acordo Referente aos Serviços de Pagamento do Correio.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2008

(nº 2534/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2008

(nº 2541/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a

República Portuguesa, celebrado em Salvador, em 29 de outubro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2008

(nº 38/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP e dos Estatutos Revisados, celebrados em Bissau, em 17 de julho de 2006, durante a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2008

(nº 60/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001), celebrado em Brasília, em 27 de novembro de 2003.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2008

(nº 2629/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2006.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2008

(nº 2630/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para a Proteção de Informação Classificada entre a República Federativa do Brasil e a República de Portuguesa, assinado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005.

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2008

(nº /2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, sobre Supressão de Vistos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2002.

Sessão: 09.09.2008

III.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados em decisão terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Total 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2008

(nº 165, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Tv Farol da Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2008

(nº 427, de 2007, na Câmara dos Deputados), que

aprova a ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2008

(nº 431, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Norte do Ceará LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2008 (nº

492, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2008

(nº 449, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2008

(nº 469, de 207, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ortigueira LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2008

(nº 507, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2008

(nº 401, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2008

(nº 409, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2008

(nº 422, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento Cultural Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2008

(nº 425, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2008

(nº 440, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Piratiniense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008

(nº 456, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Frederiquense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2008

(nº 459, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Olhos D'Água para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olhos D'Água, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008

(nº 460, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Fm Nova Aliança Comunitária do Bairro Jequeizinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2008

(nº 559, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Nova Estação Radiodifusão e Publicidade LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carambeí, Estado do Paraná.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008

(nº 520, de 2008, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique FM” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008

(nº 561, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sandro Peiter & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2008

(nº 670, de 2008, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga permissão à Magui - Comunicação e Marketing LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2008

(nº 671, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magui - Comunicação e Marketing LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2007

(nº 211, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.

Sessão: 24.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2008

(nº 528, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná.

Sessão: 24.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2008

(nº 535, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Sessão: 24.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2008

(nº 554, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Sessão: 24.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2008

(nº 485, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Café Londrina LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Sessão: 24.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2008

(nº 486, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Sessão: 24.09.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2008

(nº 512, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 24.09.2008

IV – ESCOLHA DE AUTORIDADE

Total 1

Parecer nº 924, de 2008, sobre a Mensagem nº 169, de 2008 (nº 600/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Cláudio Passos Simão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, em complementação ao mandato de Allemander Jeseus Pereira Filho.

Sessão: 10.09.2008

V – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 2

Requerimento nº 949, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, às 10 horas do dia 18 de setembro de 2008, destinada a comemorar os quarenta e três anos de criação da profissão de Administrador.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 848, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 09 de dezembro de 2008, às 10 horas, destinada a comemorar o “Dia do Marinheiro”.

Sessão: 10.09.2008

VI - OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total 1

Requerimento nº 1092, de 2008, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 1999 e 3, de 2004, das de nºs 86, de 2003 e 31, de 2005, a fim de que tenham tramitação autônoma.

Sessão: 09.09.2008

VII – MATÉRIA REJEITADA

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2005, de autoria do Senador José Maranhão, que altera as Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950 e 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa, a divulgação de propaganda irregular pelo Poder Público.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 25.09.2008

VIII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2007, primeiro signatário Senador Flexa Ribeiro, que altera a destinação da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e de direitos de natureza financeira, prevista nos arts. 74, 75, 80, 84 e 90 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e autoriza a instituição de contribuição idêntica, em caráter permanente e alíquota reduzida.

(Retirada pelo Requerimento nº 1082, de 2008)

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que dispõe sobre o comparecimento do Ministro do Meio Ambiente no Congresso Nacional para prestar contas periodicamente sobre sua atuação na proteção ambiental.

(Retirado pelo Requerimento nº 1084, de 2008)

Sessão: 09.09.2008

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que institui o novo Programa Social da Habitação no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 1134, de 2008)

Sessão: 16.09.2008

IX – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA

Total 8

Requerimento nº 190, de 2008, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, solicitando ao Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão informações e explicações sobre o não cumprimento

do art. 42, inciso I dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 191, de 2008, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, solicitando ao Ministro da Integração Nacional informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 784, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os orçamentos das linhas de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte dos bancos comerciais públicos, dos bancos múltiplos públicos com carteira comercial e da Caixa Econômica Federal, e quais os esforços de ampla divulgação dessas linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte têm sido realizados, como determina o art. 58 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 790, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa, sobre a atuação das Forças Armadas nas áreas conflagradas do Estado do Rio de Janeiro, notadamente no Morro da Providência.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 802, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, informações ao Presidente do Banco Central do Brasil, acerca das medidas para a redução dos valores das tarifas bancárias praticados pelo conjunto das instituições bancárias.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 905, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações detalhadas

sobre o andamento e a programação das ações e da previsão de gastos regionais do Plano de Desenvolvimento e do Agronegócio na Região Cacaueira, denominado de PAC do Cacau.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 908, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando, nos termos do disposto no § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações junto ao Ministério das Comunicações, acerca das razões pelas quais o território brasileiro, principalmente as regiões componentes da área legal da faixa de fronteira, não têm acesso aos sinais de televisão emitidos pelos demais países membros do Mercosul.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 936, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 Constituição Federal e art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Previdência Social sobre os 300 maiores devedores da Previdência Social, discriminando-os entre os do setor público e do setor privado.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

X – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APROVADOS PELA MESA

Total 6

Requerimento nº 711, de 2008, de autoria do Senador Expedito Junior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nos 131, de 2007, e 78, de 2008, por regularem a mesma matéria. (Incentivos fiscais para quem promover reposição florestal)

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 896, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, requerendo, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003, por tratarem sobre matérias semelhantes.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 915, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando, nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 100, de 2005, com os de nºs 234 e 241, de 2004, estes já apensados, por versarem sobre a mesma matéria.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 916, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 11, de 2006; 19, de 2001; 57, de 2006; 157, de 2007; 205, de 2006; 215, de 2008; 239, de 2005; 278, de 2005; 279, de 2005; 285, de 2007; 331, de 2005; 419, de 2005 e 687, de 2007, por versarem sobre matérias correlatas.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 1.054, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno, a tramitação conjunta das seguintes proposições: Projetos de Lei do Senado Complementar nºs: PLS 66/2008 com os PLS 72/2008; PLS 298/2007, PLS 414/2007, e com os PLS nºs 19/2005 e 397/2005, que já tramitam em conjunto, por regularem a mesma matéria.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

Requerimento nº 1.062, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto do PLS nº 156, de 2007-Complementar, com o PLC nº 89, de 2007-Complementar, por versarem sobre a mesma matéria.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.09.2008)

XI – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

XI.1 - Aprovados pelo Plenário

Total 3

Requerimento nº 1094, de 2008 – Senador Fernando Collor – de 10/09/2008 a 10/01/2009 – Licença dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sessão: 09/09/2008.

Requerimento nº 1116, de 2008 – Senador Euclydes Mello – de 11/09/2008 a 09/01/2009 – Licença dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sessão: 10/09/2008.

Requerimento nº 1135, de 2008 – Senadora Maria do Carmo Alves – Prorrogação da Licença ob-

jeto do Requerimento nº 324, de 2008 – Licença dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal –, por 140 dias (de 17/09/2008 a 03/02/2009).

(Deferido pela Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal)

Sessão: 17/09/2008.

XI.2 – Deferidos pela Mesa

Total 35

Requerimento nº 528, de 2008-M, Senadora Marina Silva – art. 13 – 02 a 06/09/2008.

Requerimento nº 529, de 2008-M, Senador Marco Maciel – art. 13 – 02/09/2008.

Requerimento nº 530, de 2008-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 06 a 08/09/2008.

Requerimento nº 531, de 2008-M, Senador Demóstenes Torres – art. 13 – 05 a 13/09/2008.

Requerimento nº 532, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 09 a 11/09/2008.

Requerimento nº 533, de 2008-M, Senador Osmar Dias – art. 13 – 09/09/2008.

Requerimento nº 534, de 2008-M, Senadora Roseana Sarney – art. 13 – 09 a 11/09/2008.

Requerimento nº 535, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 09/09/2008.

Requerimento nº 536, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 13 – 09 a 11/09/2008.

Requerimento nº 537, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 16 a 18/09/2008.

Requerimento nº 538, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 09/09/2008.

Requerimento nº 539, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, II – 09 a 11/09/2008.

Requerimento nº 540, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 09/09/2008.

Requerimento nº 541, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 10/09/2008.

Requerimento nº 542, de 2008-M, Senador Jefferson Praia – art. 13 – 10 e 11/09/2008.

Requerimento nº 543, de 2008-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 15/09/2008 a 03/10/2008.

Requerimento nº 544, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 11/09/2008.

Requerimento nº 545, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 10/09/2008.

Requerimento nº 546, de 2008-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 10/09/2008.

Requerimento nº 547, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 11/09/2008.

Requerimento nº 548, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 10/09/2008.

Requerimento nº 549, de 2008-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 10/09/2008.

Requerimento nº 550, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 09/09/2008.

Requerimento nº 551, de 2008-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 11/09/2008.

Requerimento nº 552, de 2008-M, Senador Paléo Paes – art. 13 – 11/09/2008.

Requerimento nº 553, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 11/09/2008.

Requerimento nº 554, de 2008-M, Senador João Pedro – art. 13 – 10/09/2008.

Requerimento nº 555, de 2008-M, Senador Eli-seu Resende – art. 13 – 09/09/2008.

Requerimento nº 556, de 2008-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 09/09/2008.

Requerimento nº 557, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 43, II – 09 a 11/09/2008.

Requerimento nº 558, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 09 a 11/09/2008.

Requerimento nº 559, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 12 a 22/09/2008.

Requerimento nº 560, de 2008-M, Senador José Maranhão – art. 43, II – 09 e 10/09/2008.

Requerimento nº 561, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 08 a 12/10/2008.

Requerimento nº 562, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 18 e 19/09/2008.

XII - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total 9

Observação:

Art. 40 – Representação da Casa / missão no País ou no exterior

Requerimento nº 1074, de 2008 – Senador Leomar Quintanilha – 09 a 12/09/2008 – Delegação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal – CMA para participar do Fórum das Águas das Américas, em Montevidéu, Uruguai, evento preparatório para o Fórum Mundial das Águas.

Sessão: 09/09/2008.

Requerimento nº 1076 de 2008 – Senador Renato Casagrande – 08 a 11/09/2008 – Delegação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal – CMA para participar do Fórum das Águas das Américas, em Montevidéu, Uruguai, evento preparatório para o Fórum Mundial das Águas.

Sessão: 09/09/2008.

Requerimento nº 1077, de 2008 – Senador Magno Malta – 14 a 22/09/2008 – Participação, como membro da CPI da Pedofilia, da Reunião Preparatória do *Internet Governance Forum* (IGF), em Genebra, Suíça.

Sessão: 09/09/2008.

Requerimento nº 1078, de 2008 – Senador Mozarildo Cavalcanti – 08 a 13/09/2008 – Acompanhar, como integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, a Operação Upatakon III, no Estado de Roraima.

(Em 16/09/2008, o Requerimento nº 1078/2008 foi prorrogado pelo Requerimento nº 1133/2008, referente ao período de 14 a 19/09/2008)

Sessão: 09/09/2008.

Requerimento nº 1081, de 2008 – Senador Gerson Camata – 09 a 12/09/2008 – Participação, como representante do Senado Federal, na reunião “Brazil Caucus”, em Washington, EUA.

Sessão: 09/09/2008.

Requerimento nº 1110, de 2008 – Senador Sérgio Zambiasi – 14 a 17/09/2008 – Participação na XIII Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10/09/2008.

Requerimento nº 1111, de 2008 – Senadora Marisa Serrano – 14 a 17/09/2008 – Participação na XIII Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10/09/2008.

Requerimento nº 1112, de 2008 – Senador Geraldo Mesquita Júnior – 14 a 16/09/2008 – Participação na XIII Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10/09/2008.

Requerimento nº 1128, de 2008 – Senador Inácio Arruda – 14 a 15/09/2008 – Participação na XIII Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

(Deferido pela Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal)

Sessão: 16/09/2008.

Requerimento nº 1133, de 2008 – Senador Mozarildo Cavalcanti – 14 a 19/09/2008 – Prorrogação do Requerimento nº 1078, de 2008, para acompanhar, como integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, a Operação Upatakon III, no Estado de Roraima.

(Deferido pela Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal)

Sessão: 16/09/2008.

XIII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 23

Requerimento nº 1071, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família do ator, músico, compositor e artesão pernambucano

Manoel Salustiano Soares, o Mestre Salu, ocorrido em 31 de agosto de 2008, na cidade do Recife - PE.

Sessão: 03.09.2008

Requerimento nº 1072, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento, em 31 de agosto de 2008, do senhor Francisco das Chagas Pereira, ex-prefeito de Normandia, no Estado de Roraima, e pai do ex-Deputado Rodolfo Pereira.

Sessão: 04.09.2008

Requerimento nº 1079, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade de Recife, Pelópidas Silveira, ocorrido no dia 06 de setembro de 2008.

Sessão: 08.09.2008

Requerimento nº 1083, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso a atleta paraolímpica matogrossense Jerusa Geber pela participação nos 100 metros rasos da categoria T11 nas paraolimpíadas de Pequim, na madrugada de 9 de setembro de 2008.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 1093, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET-SC, por ter recebido a maior pontuação na categoria “Centro Universitário”.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 1095, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko que, no dia 3 de setembro de 2008, quase foi atingida por tiroteio que se seguiu a tentativa de assalto a Agência do Banco do Brasil no interior de Mato Grosso.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 1100, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplauso e felicitações ao poeta amazonense Luis Bacellar, pelos 80 anos de idade completados no dia 4 de setembro de 2008.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 1101, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cantor baiano Eurípedes Waldick Soriano.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 1102, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Profissional de Educação Física.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 1108, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso ao atleta paraolímpico matogrossense Lucas Prado pela conquista da medalha de Ouro nos 100 metros rasos da categoria T11 nas paraolimpíadas de Pequim, no dia 09 de setembro de 2008.

Sessão: 09.09.2008

Requerimento nº 1113, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Jorge Klein pela iniciativa de criar, em barcos que navegam na Amazônia, o Projeto Navegando e Lendo.

Sessão: 10.09.2008

Requerimento nº 1119, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da bióloga Fernanda Okamura, ocorrido em Porto Rico por ocasião da passagem do furacão Hanna.

Sessão: 10.09.2008

Requerimento nº 1120, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o atleta Waldeci Silva, pelo trabalho social realizado com crianças carentes no ginásio do Centro Universitário Nilton Lins.

Sessão: 10.09.2008

Requerimento nº 1122, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para Manasseh Barbosa, pela iniciativa do projeto “Remo Social”.

Sessão: 10.09.2008

Requerimento nº 1123, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a oncologista Adelaide Portela, pela criação, em Manaus, há dois anos, do Lar das Marias, uma casa de apoio a mulheres em tratamento contra o câncer.

Sessão: 10.09.2008

Requerimento nº 1124, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao músico amazonense Walflan Ribeiro, pela iniciativa de criar, em São Paulo, instituto musical, há seis anos em funcionamento.

Sessão: 10.09.2008

Requerimento nº 1127, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art.

218 inciso VII e art. 219 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 5 de setembro de 2008 do jornalista e escritor Faustin von Wolffenbüttel - Fausto Wolf.

Sessão: 10.09.2008

Requerimento nº 1129, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento, na madrugada do último dia 6 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, do Jornalista e Diretor de Televisão Fernando Barbosa Lima: a) inserção em ata de voto de profundo pesar; b) apresentação de condolências à família.

Sessão: 12.09.2008

Requerimento nº 1131, de 2008, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Grupo Severiano Ribeiro, pelos 91 anos de atuação no mercado cinematográfico e como o maior grupo de exibição nacional, até a presente data.

Sessão: 15.09.2008

Requerimento nº 1132, de 2008, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao diretor e ator Carlos Manga, pelos 80 anos de idade e 58 anos de carreira artística.

Sessão: 15.09.2008

Requerimento nº 1137, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Conselho Federal de Enfermagem-COFEN, pela realização do 11º Congresso dos Conselhos de Enfermagem.

Sessão: 16.09.2008

Requerimento nº 1139, de 2008, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando, nos termos dos arts. 218, 219 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Líder Sindical Eleno Bezerra, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Vice-Presidente Nacional da Força Sindical.

Sessão: 23.09.2008

Requerimento nº 1141, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da ex-Ministra da Educação e Cultura e membro da Academia Paulista de Letras Esther de Figueiredo Ferraz, ocorrido no dia 23 de setembro de 2008, na cidade de São Paulo.

Sessão: 24.09.2008

Senado Federal – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 30 DE SETEMBRO DE 2008)	
Deliberativas Ordinária	2
Não Deliberativas	16
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	4
Total de sessões realizadas	22
Sessões não realizadas	4

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO
SENADO FEDERAL**

(1º A 30 DE SETEMBRO DE 2008)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A VIII) 107

**I - PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À
SANÇÃO 8**

1. DE INICIATIVA DO SENADO FEDERAL 1

2. DE INICIATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 6

3. DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA 1

**II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS
À CÂMARA DOS DEPUTADOS 15**

POR DECISÃO DO PLENÁRIO 1

1.1 – DO SENADO FEDERAL 1

POR DECISÃO TERMINATIVA 14

2.1 – DO SENADO FEDERAL 14

**III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS
À PROMULGAÇÃO 66**

1. POR DECISÃO DO PLENÁRIO 39

1.1 – ATOS INTERNACIONAIS 39

2. POR DECISÃO TERMINATIVA 27

2.1 – CONCESSÕES DE TELECOMUNICAÇÕES

27

IV – ESCOLHA DE AUTORIDADES 1

**V – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO
EXPEDIENTE 2**

**VI – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO
APROVADOS PELA MESA 8**

VII – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APROVADOS PELA MESA 6

VIII – REQUERIMENTOS DIVERSOS 1

**MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS
IX E X) 4**

IX - MATÉRIAS REJEITADA 1

X – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES 3

1. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 1

2. PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL 2

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS
I A X) 111**

REQUERIMENTOS DE LICENÇA E DESEMPENHO DE MISSÕES 47

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE
6 DE FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE
2008**

senado federal – SESSÕES PLENÁRIAS (6 FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2008)	
Deliberativas Ordinária	74
Não Deliberativas	72
Deliberativas Extraordinárias	9
Especiais	25
Total de sessões realizadas	180
Sessões não realizadas	5

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIII) 899**I – MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS 34****1 – APROVADAS, NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO APRESENTADO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS, E ENVIADAS À SANÇÃO 17****2 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO 12****3 – APROVADAS, NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO, COM EMENDAS, E DEVOLVIDAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS 5****II - PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO 51****III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS 127****1 – POR DECISÃO DO PLENÁRIO 25**

1.1 – Do Senado Federal 13

1.2 – Da Câmara dos Deputados 11

1.3 – Da Presidência da República 1

2 – Em decisão terminativa 102

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 349

1 – Concessões de telecomunicações 259

2 – Atos Internacionais 57

3 – Operações de crédito 26

4 – Suspensão de Atos Normativos 4

5 – Projetos de Resolução (outras matérias)..... 3

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 35

VI – Escolha de Autoridades 19

VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 5

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante 9

IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do

Expediente 59

X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 157

XI – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa 11

XII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária 7

XIII – Requerimentos Diversos 36

Matérias enviadas ao arquivo (Itens XIV a XXII) 61

XIV - Matérias rejeitadas 9

XV - Matérias prejudicadas 19

XVI - Matérias retiradas pelos autores 23

XVII – Medidas Provisórias não admitidas 2

XVIII – Medidas Provisórias rejeitadas 2

XIX – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado 1

XX – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa 2

XXI – Requerimentos de Informação rejeitados pela Mesa 2

XXII – Requerimento de Informação declarado prejudicado pela Mesa 1

Total de matérias apreciadas (Itens I a XXII) 960

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões 691

Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito 2

Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito 2

B - SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES****PERMANENTES****RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE SETEMBRO****DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****– CAE****TOTAL DE REUNIÕES:****ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA****MATÉRIAS APRECIADAS:****TERMINATIVA****NÃO TERMINATIVAS****REQUERIMENTOS – CAE****REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA****COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO****DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 175, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora PAULO PAIM.

Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovada a indicação do senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano, por 15 votos sim.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Autoria: Deputado ZEZÉU RIBEIRO.

Relatoria: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2008 – CAS

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para realização de Audiência Pública visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, que institui o Estatuto do Motorista Profissional, além de analisar os aspectos sociais da matéria; para tanto de ser providenciada, por meio de convite, a oitiva das entidades abaixo relacionadas, que podem ser classificadas de dois tipos, do Poder Público e da sociedade civil, ensejando a realização da audiência em um ou dois dias, a depender da conveniência e oportunidade desta Comissão: a) representante do **Ministério do Trabalho e Emprego**; b) representante da **Polícia Rodoviária Federal**; c) representante da **Agência Nacional de Transporte Terrestre**; d) representante do **Ministério Público do Trabalho**; e) representante do **Movimento União Brasil Caminhoneiro**; f) representante da **Confederação dos Trabalhadores em Transporte**; g) representante da **Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbanos**; h) representante da **Confederação Nacional do Transporte**.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento, de minha autoria, apresentado nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), visando a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, e tratar sobre aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional; com o escopo de que essa audiência seja feita em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH), conforme requerimento apresentado e já aprovado na CDH, além de incluir as seguintes entidades: a) **Confederação dos Trabalhadores em**

Transportes e Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

TERMINATIVA

02 NÃO TERMINATIVAS

02 REQUERIMENTOS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF (CAS)

TOTAL DE REUNIÕES:

EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS:

REQUERIMENTO – CASDEF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2007

(Emendas oferecidas na discussão suplementar)

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, com vistas a estabelecer novas condições para o procedimento de interceptação telefônica, informática e telemática, além de outras providências.

Autoria do Projeto: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Relatoria do Projeto: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Autoria das Emendas: Senadores JARBAS VASCONCELOS (4), ANTÔNIO CARLOS VALADARES (2) e MARCONI PERILLO (2).

Relatoria das Emendas: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela aprovação do Substitutivo e de sete emendas e pela prejudicialidade de uma.

Resultado: Aprovado o Substitutivo e as Emendas nºs 1 a 7 – CCJ ao Substitutivo, e prejudicada a de nº 8.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao artigo 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do artigo 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até 24 anos de idade, quando estudantes.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Relatoria: Senador VÍRGINO DE CARVALHO.

Parecer: Favorável a matéria com a emenda apresentada pelo Senador Expedito Júnior na forma de uma subemenda.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2005

(PL. nº 03.578/2004, na Câmara dos Deputados)

NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 522, 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá outras providências (Estabelecendo critérios para interposição do agravo retido e do agravo de instrumento).

Autoria: Deputado MAURÍCIO RANDS.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALLADARES.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007

(PL. 07.258, de 2004, na Câmara dos Deputados)

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.

Autoria: Deputado CELSO RUSSOMANO.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2005

TERMINATIVO

Altera as Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950 e 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 201,

de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa, a divulgação de propaganda irregular pelo Poder Público.

Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO.

Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o arquivamento do Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 14

02 TERMINATIVAS

03 NÃO TERMINATIVAS

09 EMENDAS – CCJ

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do Ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto nos termos do Substitutivo. A matéria vai a Turno Suplementar (art. 282 – RISF).

ITEM Nº 02

EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 03

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2008

(Na Discussão Suplementar não foram oferecidas emendas)

TERMINATIVO

Denomina Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163.

Autoria: Senador JAYME CAMPOS.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação (art. 284 – RISF).

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 570, DE 2007****TERMINATIVO**

Institui o Dia Nacional do Historiador, a ser celebrado anualmente no dia 12 de setembro.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 05**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 647, DE 2007****TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Manacapuru, no Estado do Amazonas.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº. 1 – CE de redação.

ITEM Nº 06**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 575, DE 2007****TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Naval do município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2008****TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Valparaíso de Goiás, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador CRSITOVAM BUARQUE.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 08**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Institui o Dia Nacional do Rock.

Autoria: Deputado NELSON PELLEGRINO.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Institui a semana de comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil.

Autoria: Deputado MANATO.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Denomina usina hidrelétrica de Sobradinho Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no Rio São Francisco.

Autoria: Deputado GEDDEL VIEIRA.

Relatoria “ad hoc”: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 11**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Denomina Rodovia Federal Deputado Ivo Cer-sósimo a BR-463 no trecho entre Dourados e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Deputado GERALDO RESENDE.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE de redação.

ITEM Nº 12

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2008 – CE

Requer seja convidado o senhor **Orlando Silva**, Ministro de Estado do Esporte; o senhor **Bernardinho**, Ex-Atleta e Técnico da Seleção Brasileira de Voleibol; a senhora **Maria Paula Gonçalves – a “Magic” Paula**, Diretora do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa da cidade de São Paulo; o senhor **Carlos Arthur Nuzman**, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB e a senhora **Maureen Higa Maggi**, Atleta a comparecer a esta Comissão para prestar informações a respeito do desempenho do Brasil nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008 – CE

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, que altera o artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de disciplinar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2008 – CE

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao **Grupo Severiano Ribeiro**, pelos 91 anos de atuação no mercado cinematográfico brasileiro como o maior grupo de exibição nacional.

Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE, MARCO MACIEL e FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2008 – CE

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações pelos 40 anos da **Revista Veja** um dos mais importantes veículos de comunicação que sempre contribuiu com a liberdade de expressão e o fortalecimento da democracia.

Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE, MARCO MACIEL e FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2008 – CE

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao diretor e ator **Carlos Manga**, pelos 80 anos de idade e 58 anos de carreira artística. Ao longo de sua trajetória profissional, Carlos Manga, dirigiu 25 filmes de longa-metragem, (entre eles os maiores sucessos da extinta Atlântida Filmes, o maior estúdio de cinema brasileiro), além de 2000 comerciais publicitários, hoje, atua como diretor de novelas, séries e mini-séries da Rede Globo de Televisão, a obra e a trajetória de Carlos Manga o transformaram numa referência não só para o cinema, como para a cultura nacional.

Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE, MARCO MACIEL e FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 21

05 TERMINATIVA

05 NÃO TERMINATIVAS

01 TURNO SUPLEMENTAR

05 EMENDAS – CE

05 REQUERIMENTOS – CE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

TOTAL DE REUNIÕES:

ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS:

NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTOS – CMA

PARECERES - CMA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FORUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – CMAFAAFMA (CMA)

TOTAL DE REUNIÕES:

ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e dá outras providências. (Dispõe sobre a aplicação em dobro da pena se a quadri-

lha ou bando é armado ou envolve a participação de menor de dezoito anos).

Autoria: Deputado ONYX LORENZONI.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável à matéria e à Emenda nº 1 – CCJ, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs 1 – CCJ/CDH e 2 – CDH.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Favorável à matéria com a emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão de Trabalho e Previdência do Senado Federal caso queira, em data e hora a serem definidos, com vistas a tratar da Ação dos Conselhos Tutelares do Brasil em proteção da criança e do adolescente, devendo ser convidados representantes do **CONANDA, Ministério Público Federal, Associações representativas das Crianças e Adolescentes, Conselhos Tutelares** e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir e promover o lançamento do documentário “Jango em Três Atos” que aborda história inerente aos Direitos Humanos. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: embaixadores do **Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina**; representante do **Instituto João Goulart**; **Ministro da Cultura**; **Reitores e Acadêmicos de Universidades brasileiras** e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, no dia 13 de outubro de 2008, às 09:00 horas na sala 02 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão, ônibus e transporte de modo geral, à luz do PLS 271/2008, conforme debates e sugestões ocorridas no Grupo de Trabalho desta CDH.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 73, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de discutir a interrupção dos tratamentos regulares da hemofilia no Brasil pela falta de quantidade suficiente de medicamentos, os Fatores de Coagulação VIII e IX, para tratamento das dolorosas hemorragias que afetam os hemofílicos do País, com a presença dos seguintes convidados: doutora **Sylvia Thomas**, Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia e representante do Mato Grosso; senhor **Gilson da Silva**, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia e representante de Santa Catarina; senhor **Guilherme Genovez**, Coordenador de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; senhor **Carlos Henrique Martins de Lima**, Procurador da República – DF; e senhor **Eduardo Marsicus**, Procurador do TCU.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, em data a ser definida, para instruir o PLS nº 66, de 2004, que altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que versa sobre a inclusão entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo quando o motivo da viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico. Com a presença dos seguintes representantes: **Sindicato Nacional das Empresas Aéreas; Agência Nacional de Aviação Civil; Associação Brasileira de Transporte Interestadual; e Entidades representantes de portadores de doenças graves e incapacitantes.**

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)
COMUNICAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

O SENHOR PRESIDENTE, SENADOR PAULO PAIM COMUNICA O CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ANTERIORMENTE CONVOCADA.

A Comissão delibera, à Secretaria da Comissão, a necessidade de oficiar aos Presidentes dos Partidos Políticos a importância da inclusão das questões dos Direitos Humanos em suas plataformas e bases programáticas.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 10

TERMINATIVAS

02 NÃO TERMINATIVAS

03 EMENDAS - CDH

05 REQUERIMENTOS – CDH

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E

DEFESA NACIONAL - CRE

TOTAL DE REUNIÕES:

ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS:

NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTOS – CRE

TERMO ADITIVO

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

TURA - CI

TOTAL DE REUNIÕES:

EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS:

TERMINATIVA

NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTOS – CI

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIO-

NAL E TURISMO – CDR

TOTAL DE REUNIÕES:

EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS:

NÃO TERMINATIVAS;

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA

AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2008 – CRA aprovado em 28.05.08.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Assunto: Debate sobre a crise mundial de preços e alimentos e suas consequências no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor Marcelo Costa Martins, Assessor Técnico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Senhor Silvio Farnese, Coordenador-Geral de Cereais e Culturas Anuais da Secretaria de Política Agrícola – MAPA;

Senhor Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – MDS;

Senhor Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção – MDA; e

Senhor Isidoro Revers, representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS:

TERMINATIVA

NÃO TERMINATIVA

REQUERIMENTO – CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2008

TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao artigo 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.

Autoria: Senador GEOVANI BORGES.

Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.

Autoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCT. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 741, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico a comunicarem o Departamento da Polícia Federal, do Ministério da Justiça.

Autoria: Senador **ROMEU TUMA**.

Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA**.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCT. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM 04**REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008 – CCT**

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal e do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para discutir “Os avanços tecnológicos na cura do diabetes tipo 2” com a participação do Doutor e Professor **Cid Pitombo**.

Autoria: Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**.

Resultado: Aprovado.

ITEM 05**ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007 – CCT**

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado um representante do **Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, para participar da segunda Audiência Pública que objetiva instruir, para posterior apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que “Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves”.

Autoria: Senador **JOÃO TENÓRIO**.

Resultado: Aprovado.

ITEM 06**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 07**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador **FLÁVIO ARNS**.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 08**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador **FLÁVIO ARNS**.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 09**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador **FLÁVIO ARNS**.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 203, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador **FLÁVIO ARNS**.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204,
DE 2008**

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 362,
DE 2007**

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cararé FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 15

08 TERMINATIVA

02 NÃO TERMINATIVA

03 EMENDAS – CCT

01 REQUERIMENTO – CCT

01 ADITAMENTO – CCT

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 07

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 00

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 64

C - CONGRESSO NACIONAL – 2008

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
(PERÍODO 1º A 30 DE SETEMBRO)**

Nº	Assunto
38/2008 (public. no DOU de 2-9-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de setembro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 435, de 26 de junho de 2008, que “Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.
39/2008 (public. no DOU de 2-9-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de setembro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 436, de 26 de junho de 2008, que “Altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006”.
40/2008 (public. no DOU de 19-9-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008, que “Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências”.

Nº	Assunto
41/2008 (public. no DOU de 30-9-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de outubro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 438, de 1º de agosto de 2008, que “Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras”.

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA****SECRETARIA-GERAL DA MESA****DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 484/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2008, os PLNs nºs 39 a 47, de 2008, e foram despachados à CMO.
Of. nº 493/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada 2-9-2008, o Aviso nº 28, de 2008-CN (nº 76/BCB-Prési, de 2008, do Presidente do Banco Central do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias daquela Instituição, referentes ao primeiro semestre de 2008, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008), e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 494/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 2-9-2008, o PLN nº 48, de 2008, e foi despachado à CMO.
Of. nº 497/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria da Senadora Roseana Sarney e outros Senhores Senadores, consultando sobre a viabilidade de realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no dia 9 de outubro do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear os atletas brasileiros que participaram dos jogos olímpicos de Pequim/China.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 498/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada 3-9-2008, o Aviso nº 29, de 2008-CN (nº 920-GP/TCU/2008), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquela Tribunal, referente ao 2º trimestre do exercício de 2008, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 499/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram atuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada no dia 4-9-2008, os Avisos nºs 30 e 31, de 2008-CN (nºs 1166 e 1186 -Seses-TCU/2008, na origem), respectivamente, do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 500/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 10-9-2008, a Mensagem nº 128, de 2008-CN (nº 678/2008, na origem), que encaminha as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2009, e foi despachada à CMO.
Of. nº 505/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram atuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada no dia 17-9-2008, os Avisos nºs 32, 33 e 34, de 2008-CN (nºs 1216, 1234 e 1283 -Seses-TCU/2008, na origem), respectivamente, do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 506/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 23-9-2008, a Mensagem nº 134, de 2008-CN (nº 720/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 74 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2008, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 507/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada 23-9-2008, o Ofício nº 32, de 2008-CN (GAPRE-2008/1217, na origem), do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao primeiro semestre de 2008, de acordo com o art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 508/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 24-9-2008, o PLN nº 50, de 2008, e foi despachado à CMO.

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO
DE 6 DE FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2008**

Sessões Conjuntas realizadas.....	015
Sessões Conjuntas.....	007
Sessões Conjuntas Solenes.....	008
Matérias Legislativas	
Apreciadas.....	194
Vetos (Dispositivos).....	171
PLNs.....	020
PRNs.....	002
RQNs – Aprovado.....	001
Lidas.....	002
PRNs.....	001
RQNs.....	001

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO—CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO—CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE—CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO—CN, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008, ÀS 15:30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às quinze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e oito, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF e suplente da CMO/CN, Serys Slhessarenko, titular da CAE/SF, suplente da CMA/SF e suplente da CMO/CN, César Borges, suplente da CAE/SF, titular da CMA/SF e titular da CMO/CN, Leomar Quintanilha, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF, Jayme Campos, titular CAE/SF, e Kátia Abreu, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN; e, ainda, dos Deputados Alfredo Kaefer, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, André Vargas, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Antonio Palocci, titular da CFT/CD, Carlito Merss, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Melles, titular da CFT/CD, Carlos Zarattini, titular da CMO/CN, Cezar Silvestri, titular da CMO/CN, Chico Lopes, suplente da CMO/CN, Colbert Martins, suplente da CMO/CN, Dagoberto, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Dilceu Sperafico, titular da CMO/CN, Dr. Pinotti, titular da CFFC/CD, Eduardo da Fonte, titular da CMO/CN, Eliseu Padilha, titular da CMO/CN, Felipe Bornier, suplente da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e titular da CFFC/CD, Gilmar Machado, suplente da CMO/CN, Guilherme Campos, titular da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e

titular da CFT/CD, Jaime Martins, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Jilmar Tatto, titular da CDEIC/CD, João Dado, suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, João Pizzolatti, titular da CFFC/CD, Jorge Bittar, titular da CMO/CN, Jorge Khoury, suplente CMO/CN e suplente da CFT/CD, José Guimarães, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Júlio César, titular da CFT/CD, Lázaro Botelho, suplente da CMO/CN, Leonardo Monteiro, titular da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Busato, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Setim, suplente da CMO/CN, Manoel Junior, titular da CFT/CD, Marcelo Almeida, suplente da CFT/CD, Marcos Montes, titular da CMO/CN, Mendes Ribeiro Filho, titular da CMO/CN, Mendonça Prado, titular da CMO/CN, Miguel Martini, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Milton Monti, suplente CMO/CN, Osvaldo Reis, titular da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CFT/CD, Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN, Rodrigo Rollemberg, titular da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CDEIC/CD, Virgílio Guimarães, titular da CFT/CD, Wellington Fagundes, suplente da CMO/CN, William Woo, titular da CMO/CN e Zezéu Ribeiro, suplente da CMO/CN. Comparece, ainda, o Deputado Paulo Rubem Santiago, parlamentar não integrante das Comissões participantes. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Delcício Amaral, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Geovani Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços - 2º semestre de 2007, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Mendes Ribeiro Filho, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica e Dr. Anthero de Moraes, Diretor de Administração. Em se-

guida, o Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante dispõe de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser apertado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, acultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em datashow sobre o tema em referência, finalizando sua apresentação às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Prosseguindo, o Presidente faculta a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião: Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle do Senado Federal; Deputado Dr. Pinotti, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e o Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. O palestrante inicia as respostas aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. Às dezessete horas, o Presidente anuncia que iria se dirigir para o Plenário da Câmara dos Deputados, onde está havendo a realização de votação nominal. O Presidente do Banco Central retoma a palavra, concluindo resposta aos questionamentos. O debate é iniciado. Interpelam o expositor os Deputados Wanderley Macris, Marcelo Almeida e Lázaro Botelho; e o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente registra a presença do ex-Deputado Federal Luís Roberto Ponte. Em seguida, o palestrante responde aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. Participam do segundo bloco os Deputados Miguel Martini, Antonio Palocci, Alfredo Kaefer, Paulo Rubens Santiago e Carlos Melles. Às dezoito horas e onze minutos, o Presidente passa a condução dos trabalhos ao Deputado Jorge Khoury, Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2009. Dando seqüência ao segundo bloco de interpeladores, usam da palavra os Deputados Luis Carlos Setim, Chico Lopes e Carlito Merss. Às dezoito horas e vinte e três minutos, o Presidente reassume a direção dos trabalhos. Dando prosseguimento ao debate, o Deputado Jorge Khoury faz uso da palavra para interpelar o orador. Finalizando, o palestrante responde aos questionamentos efetuados e conclui a exposição.

Em seguida, o Deputado Virgílio Guimarães apresenta breve consideração sobre o assunto. O Presidente agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezenove horas e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro iniciada a 1ª reunião conjunta de audiência pública de 2008, com a participação das seguintes Comissões: Da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização. O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2007, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, a quem saúdo. Certamente, teremos oportunidade de ouvir os esclarecimentos de S.Sa. Anuncio também a presença do Dr. Antero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração, e do Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica. Registro também a presença do representante da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado João Oliveira, Primeiro Vice-Presidente; do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; do Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha, que já está à mesa desta Presidência; do representante da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Registro a presença do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o nosso querido Deputado Dr. Pinotti. De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos,

tempo em que deverá fazer a sua exposição. Todos nós sabemos que o Ministro não poderá ser

apartado. É claro que o Ministro poderá utilizar mais 10 minutos, se for necessário, a fim de que maiores esclarecimentos sejam prestados aos Srs. Parlamentares. Registro a presença da nossa querida Relatora da LDO, Senadora Serys Slhessarenko, a quem também saúdo. Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor — e peço que façam inscrição junto à Secretaria — poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. A lista de inscrição para o debate está aberta. Informo ao Plenário e àqueles que assistem à audiência que é necessário, para o trabalho dos órgãos de comunicação e para a compreensão dos Srs. Parlamentares, o máximo silêncio possível. Solicito também que sejam respeitados os avisos existentes na Comissão de não-utilização de aparelho celular e de cigarros. Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado. Sr. Presidente, como tenho mencionado em outras oportunidades, é uma grande honra estar presente no Congresso Nacional para prestar contas sobre as ações do Banco Central do Brasil, do nosso ponto de vista o momento mais importante do ano para o Banco Central, na medida em que estamos prestando conta das atividades do Banco ao Congresso e, em última análise, à sociedade brasileira, nos termos da lei. (Segue-se exibição de imagens.) Vamos, portanto, fazer uma visão abrangente não só dos aspectos de política monetária, creditícia e cambial, mas também dos resultados do Banco Central do Brasil. Vamos começar com os resultados contábeis do Banco Central, que apresentou no segundo semestre de 2007 resultado líquido de 9 bilhões 160 milhões de reais positivos. O resultado líquido reflete as operações próprias do Banco Central, líquidas das variações cambiais e swaps, por quê? Porque as operações que geram variação cambial hoje estão fundamentalmente concentradas na geração de reservas internacionais para o País, isto é, o Brasil tem reservas internacionais, que têm por finalidade garantir uma maior resistência da economia brasileira a crises internacionais, como a que no momento aflige o setor financeiro internacional, particularmente as economias industrializadas. Uma das razões, não a única, pelas quais a economia brasileira está apresentando resultado tão positivo neste momento é exatamente o fato de termos reservas internacionais elevadas. Por outro lado, o Brasil tam-

bém tem uma dívida externa, e uma boa parte dessa dívida é do setor público, do Tesouro Nacional. Temos uma questão contábil, porque a dívida externa é contabilizada no Tesouro Nacional, enquanto a reserva é contabilizada no Banco Central. Portanto, quando há variação cambial do real em relação ao dólar, temos uma divergência de posição entre o Tesouro e o Banco Central, que é parcialmente compensada. Por exemplo, se cai o valor do dólar, isso gera prejuízo ao Banco Central, mas por outro lado gera ganho ao Tesouro, na medida em que o valor em reais da dívida externa cai para o Tesouro e o valor em reais das reservas cai no Banco Central. Portanto, são resultados opostos. Estamos em estudos conjuntos com o Tesouro Nacional e já temos isso praticamente pronto. Em última análise, serão analisadas por esta Casa medidas que visam consolidar esses resultados, de maneira que não tenhamos de ficar dando essas explicações para os senhores a cada vez, lembrando que uma parte do resultado vai para o Banco Central, outra parte vai para o Tesouro; quando o dólar cai o Banco Central mostra um prejuízo e o Tesouro tem um ganho no carregamento das dívidas externas, e vice-versa em outros momentos. Já houve momentos em que o Banco Central apresentou resultados positivos muito altos, resultado de uma depreciação do real naquele período; e o Tesouro, por outro lado, teve resultado inverso. Se levássemos em conta esse resultado, evidentemente o resultado seria diferente. Do ponto de vista formal, hoje o resultado do Banco Central incorpora, portanto, essa variação cambial de novo, porque estamos analisando ainda, para apresentar a esta Casa, possivelmente, uma proposta em que esse assunto seja consolidado; mas hoje não é. Hoje todo o impacto da variação cambial das reservas está no Banco Central apenas; e o da dívida externa, no Tesouro. Portanto, esse causaria ao Banco Central, caso fosse o resultado econômico, mas causa contabilmente ao Banco Central, informalmente, o resultado de 26 bilhões 370 milhões de reais negativos, o que é o sumário do que estamos mostrando aqui. O resultado de operações de mercado aberto do Banco Central é positivo, de 7,7 bilhões de reais. O resultado das operações em moedas estrangeiras é de 3,7 negativos; swaps, negativo; Governo Federal, 13. Portanto, o resultado do período é de 17, de novo, incorporando-se 26 bilhões do resultado líquido do impacto cambial e swap no balanço do Banco Central, principalmente como resultado do carregamento de reservas, portanto retirando-se essa parte de 9 bilhões 166 milhões de reais positivos para o Banco Central. O resultado aplicado, que é o resultado total, inclusive a parte das reservas, é negativo, cerca de 17 bilhões, e é transferido para o Tesouro Nacional,

que evidentemente consolida todos os resultados. Em termos dos objetivos do Banco Central, temos 3 objetivos básicos: política monetária, cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, e 4,5% com tolerância de 2% abaixo e acima, condição necessária para o crescimento sustentável do País ao longo do tempo. Política creditícia. O objetivo é que o Banco Central trabalhe visando ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais nesse sentido. Política cambial. O objetivo é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Também não há metas específicas. Política monetária. Temos uma meta de 4,5% de inflação, com intervalo de tolerância abaixo e acima de 4,5%. Se verificarmos a inflação dos últimos anos, veremos que em 2003 tivemos uma inflação de 9,3%, muito impactada pela crise cambial de 2002 e o impacto inflacionário dessa crise. Em 2004, 7,60%; em 2005, 5,69%; isto é, a inflação convergindo em direção às metas. Em 2006, 3,14%; em 2007, envolvendo o semestre do qual estamos falando, 4,46% de inflação. A expectativa do mercado para 2008 expressa nesta semana na pesquisa do Banco Central foi de 5,24% para o ano de 2008. É importante mencionar que o objetivo central de qualquer banco central que trabalhe com o regime de metas de inflação é ter uma inflação que orbite em torno do centro da meta. É muito raro que um banco central tenha uma inflação no país que seja exatamente no centro da meta, porque isso é quase uma coincidência estatística, porque existem diversos fatores. Quando o Banco Central faz a sua política monetária, ele fixa taxas de juros, faz o seu programa de ajuste monetário e isso tem uma defasagem para atingir a atividade e a inflação. E vários fatores podem influenciar a inflação e a atividade durante esse período, fatores inclusive externos. Portanto, o importante é que o Banco Central tome providências para que a inflação orbite em torno do centro da meta, levando-se em conta as defasagens decorrentes da aplicação da política monetária. Temos, portanto, como vamos ver, alguns anos em que a inflação esteve no intervalo superior da margem de tolerância. Esteve, no ano de 2006, no intervalo inferior da margem de tolerância. Em 2007, um daqueles anos em que esteve praticamente na meta — como eu disse, isso não é comum em nenhum lugar do mundo — e em 2008 a expectativa

do mercado está um pouco acima da meta central. Se observarmos o IPCA versus o INPC — o IPCA é o preço ao consumidor medido nas 11 regiões metropolitanas para famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, e o INPC é o preço ao consumidor medido nas 11 regiões metropolitanas para famílias com renda de 1 a 6 salários mínimos —, vamos verificar que o INPC

subiu um pouco mais do que o IPCA nos últimos 12 meses. Nos últimos 12 meses, o IPCA subiu 5,04% e o INPC, 5,90%. A razão disso é o fenômeno de subida maior dos preços de alimento, produto, e um aumento grande de demanda de diversos países emergentes que começam a incorporar populações cada vez maiores no mercado de consumo e, portanto, começam a pressionar um pouco a demanda mundial por alimentos, como a China, a Índia e mesmo o Brasil, que incorpora parcelas substanciais da população no mercado de consumo, como mostram os indicadores sociais do País. Se olharmos agora o núcleo por exclusão do IPCA, a média móvel de 3 meses, anualizada, o que significa isso? Uma das maneiras de analisarmos a tendência subjacente da inflação é retiramos da inflação total os tipos de itens que possam ter maior influência externa, como alimento no domicílio — fenômenos similares aos que estão ocorrendo — ou, no

caso do Brasil, preços administrados e monitorados, o que envolve o preço da energia, do petróleo e outros preços administrados. Portanto, se analisarmos o núcleo por exclusão, retirando alimento e administrados, veremos que hoje é 6,5%, calculado nos últimos 3 meses, sobre os 3 meses anteriores, anualizado. O que significa é a tendência de inflação no momento, retirando-se esses itens e deixando apenas aqueles outros. Se olharmos o núcleo por exclusão nos últimos 12 meses, verificaremos que está em 4,84%. De novo, uma medida com tendência subjacente de inflação. Outro dado cuja análise é importante são os preços agrícolas industriais no atacado. Temos preços agrícolas industriais no atacado subindo a uma taxa superior ao preço ao consumidor. No caso dos preços agrícolas — conforme se vê na linha amarela da tabela esquerda —, nós vemos o impacto da subida dos commodities e dos produtos primários: 27,9% o aumento dos preços de produtos agrícolas no atacado no Brasil nos últimos 12 meses. Contudo, a indústria também está subindo, com 7,96%. Portanto, o Banco Central tem comunicado à sociedade a sua determinação de evitar que o aumento de preços no atacado possa ser repassado ao varejo, junto com a tendência subjacente da inflação crescente. Como mostramos aos senhores e às senhoras, isso faz com que o Banco Central, portanto, esteja tomando providências visando garantir que a inflação continue consistente com a trajetória de metas e que o Brasil possa continuar esse ciclo de crescimento sustentado, virtuoso, que está tendo no momento. A expectativa de inflação para 2008 e 2009 é medida pelo Banco Central entre os economistas que trabalham no País, representando a academia, associações de classe, bancos, empresas, federações, etc. Vamos ver que a expectativa para a inflação de 2008

tem subido consideravelmente: está um pouco acima de 5%, a cerca de 5,24%, como eu já mostrei. Para 2009, a expectativa, que estava abaixo do centro da meta, hoje está em 4,5%. Isso significa, repito, que é muito importante para qualquer banco central calibrar a sua política monetária, para que a inflação esteja orbitando em torno do centro da meta. Para isso, uma inflação que esteja ancorada no centro da meta para o ano seguinte é um dado importante. Em termos de política creditícia, o Banco Central tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. O crédito no Brasil está crescendo de uma forma importante. O crédito livre está em azul; o crédito total, em vermelho. Os dois estão crescendo de forma bastante importante. Por exemplo, nós temos no crédito livre um crescimento de cerca de 13% do produto para cerca de 26%; no crédito total, um crescimento de 22% para acima de 35% do produto. Portanto, o crédito no Brasil tem crescido de forma pronunciada. Se olharmos a evolução desses 3 itens, vamos verificar que o crédito direcionado está crescendo a taxas menores, o crédito a pessoas jurídicas está crescendo a taxas um pouco maiores e o crédito a pessoas físicas cresce a taxas ainda maiores. Isto é a população brasileira cada vez mais tendo acesso ao crédito. O crédito com consignação em folha de pagamento, o crédito consignado, está crescendo a taxas superiores ao crédito livre para pessoa física. É um crédito que tem de fato crescido a taxas substanciais. O crédito com consignação a aposentado do INSS, em termos de volume, também apresenta um crescimento expressivo; a quantidade de contratos também. Nos últimos meses, a quantidade de contratos cresce até um pouco mais do que o volume, mostrando um acesso maior das faixas de renda mais baixa. Em termos de política cambial, a finalidade, o objetivo do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Não há metas para taxa de câmbio no Brasil. Um dado importante vale a pena mencionar, Sras. e Srs. Parlamentares. S.Exas. podem verificar que a taxa de câmbio real efetiva, isto é, aquela taxa de câmbio que desconta a inflação das diversas moedas, é bastante correlacionada com o Risco País. À medida que o Risco País cai, há também uma queda da cotação de algumas moedas externas em relação ao real, em última análise é uma valorização do real. Se compararmos o câmbio também com o preço de commodities, exceto petróleo, nós vamos também notar que existe uma correlação. À medida que o preço das commodities sobe, sendo o Brasil um grande exportador de commodities, a taxa de câmbio tende a favorecer o real, isto é, o real se aprecia. Isso significa, numa linguagem de comunicação mais abrangente no Brasil, uma lingua-

gem mais popular, a queda do dólar. Evidentemente, não é apenas do dólar, mas de todas as moedas que têm taxas de câmbio cotadas em relação ao real. Se olharmos agora o efeito líquido de toda a evolução da economia brasileira nas exportações e importações, veremos que as exportações brasileiras têm crescido de forma constante desde o ano de 2002. As importações caíram um pouco e depois cresceram de forma substanciada, principalmente nos últimos 2 anos. E isso é resultado direto da grande expansão da demanda doméstica no Brasil. A economia brasileira, a demanda está crescendo, e isso demanda mais importações. As quantidades importadas são uma medida importante. Nós vamos ver que a exportação total brasileira continua aumentando em termos de quantidade, apesar de aumentar agora a uma taxa menor do que a do período de 2003 e 2004, mas ainda aumentando; e aumenta também, o que é surpresa para muitos, a quantidade exportada de manufaturados. Apesar da evolução da taxa de câmbio do real frente a moedas estrangeiras, particularmente ao dólar, vamos ver que ainda existe uma evolução positiva da quantidade exportada inclusive de manufaturados. Outro dado da maior importância é a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais de 1993 a 2007. Nós vamos ver que desde 1994 até o ano 2000 a exportação brasileira como parcela da exportação mundial caiu sistematicamente, recuperando-se, num certo momento, durante o ano de 1998. A partir daí, começou a crescer de forma importante, isto é, o Brasil ganha mercado no comércio mundial. Isso é um dado também muito importante. Se nós observarmos toda essa evolução, veremos que as companhias brasileiras exportadoras estão cada vez mais preparadas para competir nos mercados internacionais. Existe uma preocupação muito grande no Brasil, correta como um todo, com as operações do chamado carry trade, que, em última análise, são aqueles investidores que podem tomar dinheiro emprestado em outros países e emprestá-lo em países onde eles esperam que haja uma apreciação da moeda, ou para aplicá-lo em taxas de juros. Existe uma grande preocupação no Brasil de que exista um influxo muito grande principalmente de recursos do carry trade para aplicação em taxas de juros. Se nós analisarmos os anos de 2006 e 2007, e depois os períodos de janeiro a abril de 2007 e de janeiro a abril de 2008, vamos notar, se compararmos este dado da direita, que talvez seja o mais relevante, que o fluxo financeiro — este em marrom — foi negativo, isto é, mais saíram recursos de aplicação financeira do que entraram recursos no Brasil. O grande fluxo positivo é o fluxo comercial, resultado do saldo das exportações contratadas sobre as importações

contratadas. É importante mencionar que existe uma diferença importante entre o físico e o contratado, porque, por problemas de transporte ou de greve de auditores da Receita, etc., o físico pode ter flutuações maiores, que estão muitas vezes sendo refletidas muitas vezes nos jornais. Já o contratado mostra o efetivo fluxo financeiro. Nós vamos ver que o câmbio comercial contratado está mostrando saldos positivos importantes, o que indica que está havendo entrada de recursos no País — vamos chamar de dólares —, em função de um saldo comercial contratado grande. Este dado é importante para todos porque indica que o grande influxo de dólares no País é resultado fundamentalmente do fluxo financeiro. Além disso, existe o fluxo de investimento estrangeiro direto, que hoje também apresenta resultados importantes. Observemos agora a dívida externa, problema histórico do Brasil. Foi noticiado nos jornais durante algumas semanas, alguns meses, que o Brasil tinha se tornado um credor externo líquido, o que significa que as reservas brasileiras naquele momento, no final do primeiro trimestre de 2008, estavam superiores ao total da dívida externa brasileira, do setor público e do setor privado: no final do primeiro trimestre de 2008, 15 bilhões de dólares. Em resumo, tínhamos as reservas maiores do que o total da dívida do País. Este é um dos fatores importantes que explicam o atual desempenho da economia brasileira. O Banco Central tem adquirido reservas do mercado de câmbio a partir de 2003 visando reforçar as reservas do País — os senhores podem ver a evolução desses números —, e a aquisição de reservas no mercado de câmbio acumuladas desde janeiro de 2004. Nós vamos ver que o Banco Central acumulou 150,4 bilhões de dólares em reservas nesse período. As reservas internacionais atingiram o total de 15,9 bilhões de dólares em abril de 2003, quando estávamos todos

preocupados, porque o Brasil perdia reservas e o Banco Central tinha que vender reservas para equilibrar os mercados de câmbio. Nós já tínhamos um volume pequeno de reservas naquela época. A partir dali começou um processo de recuperação dos mercados de exportação e importação. O saldo comercial começou a dar ao Brasil condições de adquirir reservas, como resultado do acerto da política econômica brasileira, e hoje temos 198,7 bilhões de dólares em reservas. Com isso, os indicadores de sustentabilidade externa do Brasil estão melhorando. Estas barras mostram a relação dívida externa sobre exportações e dívida externa líquida sobre produto. Mostra a trajetória cadente, o que, entre outras coisas, justificou o investimento recebido pelo País. O pagamento de juros sobre exportações também está caindo de forma importante.

Nós podemos observar que quase 35% do total das exportações brasileiras em 1999, por exemplo, eram usados para pagar juro da dívida externa. Hoje esse valor é muito pequeno. O Risco Brasil, em consequência dessa melhora das condições econômicas brasileiras, tem caído sistematicamente e estabilizou-se pouco em cima dos 200 pontos bases, no passado recente. Outro dado importante é a diferença entre o Risco Brasil e o risco dos outros emergentes todos, excluída a Argentina, porque eles estão com o risco relativamente elevado. Nós podemos observar que o Brasil sempre teve risco muito superior ao dos demais emergentes, mas a partir de 2003 ele começou a cair sistematicamente. Hoje o risco brasileiro é considerado menor do que a média dos demais emergentes. O efeito líquido disso é que o Brasil tem condições de captar recursos internacionais com menor custo, condições de ter menor volatilidade em seus mercados e, em consequência, ter melhores condições para o crescimento sustentável. Há outro dado da maior importância. Até o final de 2002 e início de 2003, o Brasil tinha uma grande percentagem da sua dívida doméstica indexada ao dólar. Esta era uma vulnerabilidade do País, porque, à medida que havia desvalorização cambial, a dívida pública subia. Agora esse número é negativo, isto é, o Brasil é de novo também um credor financeiro em moeda externa. Tem uma posição técnica de mercado que chamamos de posição longa, comprada. A dívida pré-fixada doméstica sobre a dívida total chegou a praticamente zero num certo período, na medida em que os investidores não queriam ter posições indexadas ao real por preocupação com a inflação, com a instabilidade. Hoje já temos 34% da dívida doméstica pré-fixada. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é uma das perguntas que sempre procuramos responder às Comissões, nas audiências. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo, a exemplo da Selic, é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A política monetária tem efeitos fiscais e impactos indiretos, por meio dos efeitos sobre as expectativas de inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico do País em longo prazo. Isto é, se observarmos que a dívida pública do Brasil é hoje indexada a diferentes indicadores — como eu mencionei, cerca de um terço ou pouco mais é pré-fixado, um terço é indexado à Selic e pouco mais de um quarto é indexado a taxas de inflação —, veremos que, na medida em que a expectativa dos investidores é de que a inflação vai estar na meta, ancorada, a taxa de juros pré-fixada tende a cair; em consequência, diminui o custo do Tesouro. À medida que a inflação caia, também diminuirá o custo do Tesouro na parcela da dívida indexada à inflação.

Portanto, não podemos achar que será meramente a variação da Selic que vai gerar aumento ou diminuição do custo global de captação do Tesouro Nacional, de um lado.

De outro lado, é importante também a relação da dívida pública sobre o produto. Portanto, o quanto o País cresce também é importante. A experiência mostra, no Brasil e em outros países, que uma inflação estável, na meta, é importante para que o país cresça, para que as empresas possam investir, para que as famílias tenham maior capacidade de previsão, de tomada crédito, de consumo. Portanto, repito, é muito importante a trajetória de estabilidade inflacionária. Se nós medirmos o número que representa, em última análise, todos esses fatores, que é a dívida pública total líquida com percentagem do Produto Interno Bruto, vamos ver que atingiu o número de 56% em setembro de 2002. A previsão para 2008, segundo expectativas do mercado, é de 41,3% do produto; em 2007, 42,7%. Em resumo, a dívida pública como percentagem do produto está numa trajetória de queda consistente, o que mostra mais uma vez que esta política monetária tem permitido uma queda real da dívida pública, quando comparada ao Produto Interno Bruto. Se olharmos o mapa desses números, numa tabela mostrando os diversos componentes, vamos ver a dívida líquida total, portanto, passando de 52,4%, em 2003, para 41%, em abril de 2008. Em vermelho, mostra-se a queda percentual da relação dívida/PIB. Se nós olharmos, por exemplo, o impacto dos juros nominais, o Item 1.2, nós vamos ver que esse impacto tem sido cadente. Por exemplo, em 2003 foi 8,5% do produto e em 2007 foi 5,9%, portanto uma trajetória cadente mesmo quando falamos de juros nominais. Um dado da maior importância também é o déficit nominal do setor público consolidado, isto é, o déficit depois do pagamento de juros. Nós, no Brasil, adotamos um controle baseado no superávit primário, isto é, o resultado do Governo, todo o setor público consolidado, antes do pagamento de juros. Mas, se olharmos depois do pagamento de juros, vamos

ver também que há uma trajetória cadente. Há uma certa volatilidade. Em 1999, isso atingiu quase 7,5% do produto, enquanto hoje está 1,9% do produto. Esse é o resultado nominal do setor público consolidado, isto é, há uma melhora consistente das contas públicas, repito, depois do pagamento de juros. S.Exas. se recordam quando eu mencionei que a dívida pré-fixada tem uma trajetória — em amarelo — crescente. Estava praticamente a zero em 2003, hoje tem mais ou menos um volume similar à dívida pública indexada à SELIC. A dívida indexada, índice de preços, está crescendo um pouco e a dívida cambial, negativa. Chegou

a quase 40%, hoje é praticamente zero, até um pouquinho abaixo de zero. Finalizando, vamos partir agora para uma avaliação da situação econômica do País, da atividade. Eu começaria mencionando um dado da maior importância para todos os representantes da população aqui presentes, o consumo das famílias. O consumo das famílias brasileiras está crescendo de forma importante quando comparado a outros países. Internacionalmente, são valores significativos. Nós vamos verificar que durante o ano de 2006, por exemplo, cresceu ao redor de 4,5%, 4,6%, durante esse período, mas esse percentual foi crescendo. Durante o ano de 2007 foi para uma faixa acima de 5,5% e, no último trimestre de 2007, comparado com o último trimestre de 2006, cresceu para 8,6%. É um crescimento muito importante. Em última análise, o que define a capacidade de compra da população, um item importante do padrão de vida, é exatamente o aumento do consumo das famílias. A produção industrial está crescente, isso calculado pela média móvel de 3 meses: os 3 meses

anteriores. A produção está crescente, isto é, a indústria brasileira está produzindo a taxas crescentes. Vendas no varejo, média móvel de 3 meses: há uma trajetória ainda mais pronunciada. Isso reflete exatamente o maior consumo das famílias. Quando ao crescimento da massa salarial, dado da maior importância, se olharmos abril de 2008 sobre abril de 2007, verificaremos que a massa salarial cresceu no Brasil 7,2%. De novo, capacidade de compra da população; de novo, acerto, sucesso da política econômica brasileira. Com o pessoal ocupado aumentando — comparando-se abril de 2008 com abril de 2007, houve 4,3% de aumento no número de pessoas ocupadas, trabalhando — e o rendimento real crescendo 2,8%, aumenta o rendimento médio de cada um, e a massa salarial cresce — cresceu 7,2%. Em resumo, um momento extremamente favorável da economia brasileira. Crescimento do salário real e inflação. Apenas para mencionar que o salário real começa a crescer exatamente quando a inflação cai. Inflação alta erode o poder de compra da população. É muito importante que o País tenha inflações baixas para que o poder real de compra da população seja mantido. Sabemos muito bem que, quando sobe a inflação, os assalariados de menor renda têm menores condições de se proteger do aumento da inflação. É muito importante que o País continue numa trajetória da inflação controlada. Taxa de desemprego cadente. Apenas para mencionar, vejam 2008, à esquerda, embaixo. Isso significa que estamos com as menores taxas de desemprego da série. Se compararmos 2008 com 2007, 2006, 2005, 2004, 2003, vamos ver claramente que as taxas de desemprego estão nos pata-

mares mais baixos dessa série de medidas. Criação de empregos crescente. Isto aqui mede 12 meses até, no caso, abril. Nós tivemos o crescimento do número de empregos criados no Brasil em 1 milhão 764 mil empregos formais. De novo, vemos que temos uma política econômica cuja finalidade é não só criar empregos, mas também aumentar a renda e a capacidade de consumo da população. O Brasil está, num momento difícil da economia mundial, conseguindo fazer esse tipo de trajetória. Formação bruta para capital fixo é meramente uma indicação para os senhores de que o investimento no País está aumentando. Por quê? Estabilidade de preços, estabilidade econômica, dá confiança para as empresas, para

corporações nacionais e internacionais investirem. Para os Governos Municipais, Estaduais e Federal significa que o investimento brasileiro está aumentando e elevando a capacidade de produção do País. Outra medida: absorção doméstica de bens de capital. Também crescendo: 13,9% de março de 2007 a março de 2008. Insumo da construção civil crescente também, principalmente, nos últimos meses. Isso significa que a construção civil também está aquecida e crescente; significa que a população está tendo oportunidade de comprar e de demandar mais residências e imóveis comerciais. E o setor está reagindo a isso. Com isso eu sintetizo a minha apresentação aos Srs. e Sras. Parlamentares. Gostaria de passar agora à parte mais importante: ouvir as perguntas e opiniões e o debate, que nós encaramos com a maior seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço as manifestações ao Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil. Comunico ao Plenário que, imediatamente, darei o debate como iniciado. Quero apenas informar sobre a presença do Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Indago dos Presidentes das Comissões presentes, envolvidas na reunião, se desejam fazer uso da palavra.

(Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento e dos trabalhos desta tarde, Deputado Mendes Ribeiro Filho, ilustres membros e dirigentes das demais Comissões que realizam esta reunião conjunta, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meu caro Ministro, eu quero cumprimentar o expositor pela sucinta e apropriada exposição que traz ao debate nesta Casa e também pelos resultados alcançados pela política cambial e monetária que o Banco Central vem conduzindo com muita pro-

ficiência por intermédio de S.Exa. Uma dúvida apenas me assalta, Sr. Ministro, e gostaria de apresentá-la à discussão para ouvir a opinião de V.Exa., com relação à inflação. Que preocupação nós deveremos ter com a inflação? Quais poderiam ser as medidas preventivas que o País poderia adotar para contê-la, quando nós constatamos que o preço do petróleo continua subindo, impactando drasticamente a agricultura brasileira, provocando a brutal elevação dos insumos agrícolas e dos custos de produção de alimentos? É a pergunta, Sr. Ministro, que gostaria de deixar registrada para o início dos debates, já que eu imagino que essa pressão sobre o preço dos alimentos teria uma influência forte na inflação, com a qual nós vimos nos preocupando e que V.Exa. vem combatendo com muita habilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sr. Ministro, há também pedido do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Dr. Pinotti, de uso da palavra. Concedo a palavra ao Deputado Dr. Pinotti, antes de concedê-la a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - Sr. Ministro, colegas, a excelente exposição do Ministro foi para mim e, acho, para todos nós, uma enorme injeção de ânimo. Entretanto, Sr. Ministro, quando eu me volto para a realidade da educação e da saúde, fico pensando ou querendo descobrir em que país estou vivendo: um que tem os índices que V.Exa. apresentou, ou um que, reiteradamente, ocupa o último lugar nas avaliações de educação daqueles que se submetem a ela, ou um que, na área da saúde, tem índices de mortalidade e morbidade superiores a todos os países da América Latina com a mesma renda per capita. Não vem crítica de minha parte, de maneira nenhuma, apenas uma pergunta, porque o que desejo é entender. Eu imagino que para sustentar esse ciclo de prosperidade econômica que V.Exa. nos apresentou os brasileiros estão pagando impostos altíssimos. Nós temos uma carga fiscal que se assemelha à escandinava, só que lá a cidadania é a resposta a essa carga fiscal. Aqui, aqueles que querem ter realmente a sua cidadania vão comprá-la no mercado.

Para isso se tem superávit primário, tributos e juros elevadíssimos, pagamento da dívida altíssima. E, até onde eu entendi, pelo menos quanto aos primórdios dessa questão, o superávit primário era algo que objetivava não só a diminuição dos juros como também a diminuição da dívida. Nesses 10 anos não houve nem diminuição de juros, nem diminuição de dívida. Quando V.Exa. diz que a dívida diminuiu, ela diminuiu em relação ao PIB, mas em números nominais, até onde eu vejo, continua crescendo. Nós tínhamos, quando o Presidente Fernando Henrique assumiu, dívida de 70

bilhões de reais, hoje nós temos uma de 1,2 trilhão de reais. Minha pergunta é muito simples, Sr. Ministro: como é que nós vamos transformar um ciclo de prosperidade econômica, financiado pelos altos tributos pagos pelo povo brasileiro, que paga juros altíssimos para poder se sustentar, num ciclo de desenvolvimento humano correto, com índices melhores de saúde, de educação e cidadania oferecida a um povo que paga tributos e que deveria fazer jus a essa cidadania? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Ministro Henrique Meirelles, gostaria de me referir especificamente à questão cambial. Como nós sabemos, os preços das commodities nos têm sido favoráveis nos últimos tempos, o que nos tem dado condição importante de ter saldo comercial positivo. Além disso, a eficiência conhecida do nosso agronegócio, entre outros fatores, tem colocado nossa produção em condições de competitividade internacional. Entretanto, a correlação que está aqui demonstrada, que é lógica e faz sentido, entre a queda do Risco Brasil e a apreciação do valor de nossa moeda, de qualquer maneira, vai acrescentando custo adicional às nossas exportações. Até que ponto V.Exa. entende que esse processo, em algum momento futuro, poderá tornar nossas exportações não competitivas? Ou V.Exa. está tranquilo em relação a essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Jilmar Tatto, V.Exa. quer usar a palavra?

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Quero cumprimentar o Ministro Henrique Meirelles, parabenizá-lo pela exposição e pelos bons índices econômicos que o Brasil está alcançando, principalmente dentro de uma política responsável e de uma visão também de distribuição de renda. Os índices aqui mostram claramente isso, tanto do ponto de vista dos insumos da construção civil quanto da geração de empregos e do consumo das famílias. Agora, é verdade que o Brasil tem uma deficiência bastante grande do ponto de vista de infraestrutura, inclusive para continuar crescendo no patamar de 5% ao ano. E há uma necessidade grande de investimentos nessa infra-estrutura, para, quem sabe, potencializarmos esse crescimento econômico. Nós temos uma reserva que chega ao patamar de quase 200 bilhões de reais. A grande pergunta — e há toda uma discussão no Governo, lançada inclusive pelo Ministro Guido Mantega, quando do lançamento da política industrial e do fundo soberano — é: por que não usar parte dessa reserva que há no País, desses 200

bilhões de reais — que sejam 50 bilhões, 80 bilhões, 100 bilhões — para obras de infra-estrutura? Qual a necessidade objetiva, em função dessa tranquilidade política e econômica que o País vive, inclusive do ponto de vista da conjuntura internacional — e agora o próprio Brasil alcançou o grau de investimento, quer dizer, há tranquilidade econômica muito grande —, de ter uma reserva tão grande? Por que não usar parte desses recursos para investimento, principalmente em infra-estrutura? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu sugeriria ao Ministro Henrique Meirelles que desse as respostas aos quesitos formulados pela Mesa e, depois, abrissemos o debate para o Plenário, porque temos 13 Deputados inscritos. Precisamos caminhar da maneira mais rápida possível. Com a palavra o Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, Sr. Presidente. Muito obrigado. Em primeiro lugar, vou responder à pergunta do Senador Leomar Quintanilha, quanto à preocupação com a inflação. Quais as medidas que o Brasil pode tomar para conter a inflação? S.Exa. menciona a inflação causada especificamente pelo preço do petróleo, pelo impacto nos insumos agrícolas e conseqüentemente no preço dos alimentos. No tocante à inflação, Senador, V.Exa. tem toda a razão, no sentido de que a inflação corrói o poder de compra do trabalhador, principalmente dos trabalhadores de renda menor. Eu gostaria de dizer que é essa a principal função do Banco Central. O Banco Central tem como missão básica exatamente a manutenção da inflação na meta. O Banco Central usa, no Brasil, um sistema de política monetária, um arcabouço instrumentos de política monetária, que é o que tem mais tido sucesso no mundo todo, inclusive no Brasil, o sistema de metas de inflação. E um instrumento de política monetária usado pelo Banco Central é a fixação da taxa de juros base, a Taxa SELIC, que influencia as taxas de juros do mercado, e isso por sua vez influencia a atividade econômica, que por sua vez influencia a inflação. Eu gostaria de assegurar a V.Exa., Senador, que o Banco Central está atento à evolução da inflação no Brasil. O Banco Central está comprometido com o regime de metas de inflação e já vem anunciando, há vários meses, uma série de medidas de política monetária que, em última análise, são concretizadas através da fixação da taxa de juros base, a SELIC, que, em última análise, representa toda uma série de ações do Banco Central, no sentido de comunicação com o mercado, com a sociedade. Essas ações são exatamente a emissão das atas, a emissão dos relatórios de inflação. Tudo isso faz parte do processo. Não é meramente a fixação da taxa de juros. Por isso que eu me referi a uma série de

ações do Banco Central. A ação do Banco Central é uma ação num regime de metas de inflação, também de coordenação de expectativas, no sentido de que os agentes econômicos entendam que existe o Banco Central comprometido com as metas e que vai haver o cumprimento da meta de inflação. Portanto, ele não se arrisca a subir seus preços acima da inflação. O Banco Central toma uma série de medidas de comunicação, antes de fixar exatamente a taxa de juros, que é, em última análise, a concretização de suas medidas. Nesse aspecto, podemos lhe garantir que o Banco Central tem comunicado à sociedade que tomará, sempre que necessário, as medidas cabíveis para que a inflação de novo seja consistente, com a trajetória de metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Se nós olharmos as expectativas de inflação, principalmente para o ano de 2009, que é um horizonte de planejamento adequado para um Banco Central, nós vamos verificar que as expectativas estão ancoradas na meta de inflação. Nós gostaríamos de dizer ao Senador que, de um lado, a inflação sempre é objeto de preocupação, porque é algo sério, mas, por outro lado, nós temos um Banco Central comprometido com o regime de metas de inflação no Brasil. Portanto, a sociedade brasileira pode confiar que o Banco Central tomará e já tomou as medidas necessárias para que a inflação se mantenha consistente com o regime de metas e com a trajetória fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Dito isso, cabe também mencionar que é importante que o Banco Central tome medidas tempestivas, isto é, a tempo e a hora, não tome medidas atrasadas. Se o Banco Central age atrasado, a sociedade sempre paga um preço maior. É mais difícil agir depois que a inflação sobe muito para trazê-la para baixo. Desinflação é sempre um mecanismo mais caro. Felizmente, o Banco Central do Brasil tem independência operacional concedida pelo Presidente da República. O Banco Central do Brasil teve condições de já se antecipar ao movimento de alta inflacionária. Portanto, gostaríamos de lhe assegurar que o que está acontecendo na inflação brasileira hoje, o que os números estão mostrando, já estava dentro do cenário de risco definido pelo Banco Central nos seus documentos oficiais, nos últimos meses. Quando anunciamos que existia um cenário-base, mas que o cenário-base tinha riscos importantes de configurar um cenário menos benigno de inflação, era exatamente ao quadro atual que nos referíamos. Também é um dado positivo o fato de que o Banco Central do Brasil não está sendo surpreendido pela trajetória de inflação. Passo agora à pergunta do Deputado Dr. Pinotti, no sentido de que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro filho) - Presidente, eu gostaria que V.Exa. respondesse

ao Deputado Dr. Pinotti no exercício da Presidência da Comissão, pois vou pedir a S.Exa. que me substitua por um minuto. Aviso aos Deputados que estamos com votação nominal. Temos que, na medida do possível, ir cumprir com o nosso dever em plenário, fazendo com que prossiga a audiência do Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - O Deputado Dr. Pinotti mencionou que está muito preocupado com o estágio de desenvolvimento da educação e da saúde no País, num ambiente de impostos elevados, saldo primário elevado e juros elevados. S.Exa. também manifestou preocupação com o fato de a dívida pública nominal estar subindo, apesar de a dívida pública como percentagem do PIB estar caindo. S.Exa. pergunta então como podemos transformar esse ciclo de prosperidade em melhores índices de saúde e educação. O que nós podemos dizer, Sr. Presidente, é que o Brasil atravessou um período muito longo na economia que podemos chamar de ciclo de arrancadas e freadas, resultado de crises periódicas, tanto no balanço de pagamentos quanto no controle da inflação e no equilíbrio fiscal. E esse é um tipo de cenário que normalmente leva a uma deterioração dos indicadores básicos como os mencionados por V.Exa., no caso refletidos nesse aspecto em educação e saúde. O grande dado positivo do Brasil, hoje, além de todos esses indicadores, desse ciclo de prosperidade da Nação, é exatamente o fato de que, em primeiro lugar, a arrecadação pública cresce, portanto, temos melhores condições de investimento. Em segundo lugar, o setor privado também tem melhores condições de investir na educação e na saúde. E,

em terceiro lugar, as pessoas que estão recebendo melhores salários — esse universo de 1 milhão e 700 mil pessoas que estão recebendo salários, porque são novos empregos formais criados, ou os atendidos pelos programas sociais — passam a se alimentar melhor, portanto, a se cuidar melhor. Isso se reflete também nos índices de qualidade de vida e de saúde. Um dado da maior importância, Presidente, é que no momento em que o País não vive mais um ciclo de crise, não podemos nos dedicar exatamente a resolver, a discutir nesta Casa, no Congresso Nacional e na sociedade, exatamente essas questões fundamentais de educação e saúde. Portanto, estabilidade econômica é uma pré-condição para que esses assuntos sejam resolvidos, endereçados, para que o País possa ter melhoras importantes nos seus índices de qualidade de vida. E esse é o grande esforço que está sendo enfrentado hoje no País.

Em relação à dívida pública, ela continua a crescer em termos nominais pelo simples fato de que, como

eu mencionei, o déficit nominal ainda existe. Mas ele caiu muito. Ele saiu de 7,6%, aproximadamente — um pouco acima de 7,5% — para um pouco abaixo de 2% do PIB agora. Em resumo, há uma tendência cadente. Portanto, poderemos atingir um ponto, nos próximos anos, em que mesmo em termos nominais a dívida pública cairá. Além disso, nós temos também um dado da maior importância de que a taxa de juros nominal e real na economia tem caído sistematicamente nos últimos anos. Eu gostaria de lembrar que as taxas de juros de mercado no Brasil, no ano de 2002, começo de 2003, medidas pela BM&F — a taxa de juros futura, de 1 ano —, por exemplo, chegou a atingir mais de 30% ao ano, em alguns momentos chegando a quase 40%. Hoje estão na casa de 14%. E a Taxa SELIC, por exemplo, quando assumimos, estava na faixa de 25%. Hoje, evidentemente, na faixa de 11,75%. Portanto, é muito importante mencionarmos que o País vai na direção correta. Isso é que é importante. Temos consistência para que possamos usufruir desse benefício em todas as áreas que impactam a qualidade de vida da população. O Deputado Pedro Eugênio menciona o fato de que, sendo a exportação de commodities tão importante para o País, até que ponto a queda do valor do dólar em relação ao real, isto é, a apreciação do real em relação ao dólar norteamericano poderá, num certo momento, tornar não competitiva a exportação de commodities brasileiras. Gostaria de dizer a S.Exa. que nós, no Brasil, adotamos felizmente, hoje — porque é o sistema mais bem-sucedido no mundo —, o regime de câmbio flutuante, com reservas elevadas. Isso é a combinação que permite que se, porventura, num determinado momento, a produção de commodities do Brasil ou outros produtos comecem a ser não competitivos, e o País começar a ter, no futuro, uma perspectiva de dificuldade de exportação, isso faz com que haja reação normal dos mercados e reversão do fluxo de valorização da moeda. As reservas internacionais elevadas permitem que não haja pânico, movimentos abruptos, o que faz com que essas correções possam se dar de forma mais suave, de maneira que a economia não sofra prejuízos por movimentos muito abruptos de mercado, no sentido de que as reservas e a estabilidade econômica do País dão condições para que qualquer transformação, qualquer mudança de tendência nos mercados de câmbio e em outros mercados seja feita de forma gradual.

Em resumo, o importante é que não se imponham artificialismos na economia, de maneira a prejudicar o bom funcionamento da economia brasileira. O Brasil tem condições competitivas grandes na área de produção agrícola e mineral. E podemos também estar seguros de que, com uma política econômica adequada, equi-

librada, teremos condições de ver o Brasil, cada vez mais, com uma presença importante nos mercados mundiais e na produção agrícola, pecuária, mineral e de petróleo e de produtos manufaturados também. O Deputado Jilmar Tatto pergunta sobre até que ponto seria conveniente usarmos parte das reservas brasileiras para fazer investimento em infra-estrutura no País. A questão fundamental, Deputado, é que as reservas visam exatamente dar condições de estabilidade. De um lado, há o balanço de pagamentos brasileiro, como mencionei, evitando flutuações bruscas no mercado de câmbio, por exemplo, ou mesmo em outros mercados. As reservas diminuem o risco percebido do País. Isso diminui o custo de captação no mercado internacional de recursos pelo setor privado ou pelo setor público. E as reservas também permitem que a melhora de risco faça com que o Brasil absorva mais investimentos estrangeiros diretos, possibilitando, portanto, que a capacidade produtiva do País também aumente, bem como a sua produtividade e sua produção. Inclusive, o investimento direto em infra-estrutura também aumenta. Por quê? V.Exa. acompanhou recentemente o grande sucesso do leilão de estradas ou das hidrelétricas do Rio Madeira. Houve investidores nacionais e internacionais fazendo investimentos de longo prazo no Brasil. Existe, cada vez mais, essa disponibilidade de aplicação de capital no Brasil. Por quê? Porque a economia brasileira está estável e com uma estabilidade cada vez mais consolidada. Isso é o resultado de várias coisas: de uma política monetária bem-sucedida; de um regime de metas de inflação sempre levado a

sério; de uma relação dívida pública sobre PIB cadente; de responsabilidade fiscal importante. Agora, é importante também mencionar as reservas. Elas são parte desse quadro virtuoso. Se usássemos as reservas para outros fins, deixaríamos de tê-las ou pelo menos as diminuiríamos de forma importante. Evidentemente, se chegarmos a um certo momento em que concluamos que não são mais necessárias as reservas, certamente deixaremos, naquele momento, de acumulá-las. Os recursos para aplicação na infra-estrutura, hoje, são os disponíveis no Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Deputado Dr. Pinotti a bondade de substituir este Presidente num determinado momento. O Senador Leomar Quintanilha tem um compromisso no Senado e precisa se ausentar, mas em seguida regressará. Passo à lista dos inscritos, começando pelo Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Caro Presidente Henrique Meirelles, acompanhei atentamente a exposição de V.Exa. e pude notar que uma questão ficou bastante clara. Conforme foi destacado no último

relatório de inflação, as elevações principalmente dos indicadores de preços por atacado de produtos industriais sugerem um movimento mais disseminado, ao menos em parte, decorrente de pressões de demanda na alta dos preços. Isso foi confirmado pela clareza de sua manifestação. Parece-nos que isso, Presidente Meirelles, indica claramente uma nova alta da taxa de juros. Talvez esse atual ciclo de aperto monetário não seja tão curto quanto se admitia há um mês. Acho que, pelas suas próprias palavras, para um bom entendedor, fica muito claro que a próxima reunião do COPOM caminhará nessa direção. Mostrou-se, por um lado, que a inflação sobe acima do centro da meta, passando dos 2% de margem que a meta estabelece. Por outro lado, Presidente Meirelles, a postura deste Governo é continuar sustentando uma política de aumento de crédito. Até onde o País pode continuar expandindo crédito numa situação de aumento inflacionário? Quer dizer, como é que o Banco Central vai se comportar para poder estabelecer uma posição que, na minha opinião, é um pouco conflituosa, na medida em que o Governo estimula o crédito e, ao mesmo tempo, vê a inflação subindo acima da meta, pelo menos do ponto central da meta? Essa é uma questão que gostaria de levantar para ter de sua parte uma resposta. Sr. Presidente, era isso que gostaria de deixar como minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Obrigado, Deputado Vanderlei. Vou continuar trabalhando com grupos de 3 Parlamentares. Três Deputados perguntam, 3 respostas são dadas pelo Ministro. Deputado Marcelo Almeida, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ALMEIDA - Obrigado, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, tive oportunidade de ser vizinho de V.Exa. entre a Farme de Amoedo e a Vinicius de Moraes. Sou do Paraná. Sou engenheiro civil. Queria só fazer um elogio a V.Exa. Estou aqui no meu primeiro mandato. Na condição de engenheiro, tenho certa paixão por economia e por orçamento público. Fico feliz em saber que o Presidente da República escolheu V.Exa. para ser um dos pilares da estabilidade deste País. Fico tão feliz, com 41 anos, de perceber que o déficit nominal chegará a quase zero daqui a alguns anos, os juros da dívida estão pagos, por ver o investment grade, por ver um País com 200 bilhões de reais de reservas, os espanhóis vindo para cá, os americanos, todo o mundo querendo investir neste País. Fui Vereador, hoje sou Deputado Federal, gosto de economia e sigo os seus passos. Há alguns dias, ao ler sua entrevista a uma revista em que V.Exa. estava na capa, eu disse a alguns amigos — eu tenho um grupo de novos políticos

no Paraná — o seguinte: “Vamos seguir esse cidadão, porque esses 3 conselhos que ele dá nessa revista são a realidade mesmo: temos de ter perseverança e clareza, ser objetivos e em alguns momentos ser impopulares”. Então, eu só quero parabenizar o Presidente da República. Que Deus ilumine V.Exa. para que continue com essa visão macro, essa visão de águia e não com a visão de galinha, que alguns políticos têm neste País. Parabéns para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sr. Presidente Henrique Meirelles, inicialmente eu quero parabenizar V.Exa. pela grande gestão que vem fazendo à frente do Banco Central. O que por toda a vida ouvi, desde criança, foi que, desde o descobrimento do Brasil, os governantes aumentam as dívidas no exterior. Hoje, para orgulho dos brasileiros, vemos o Brasil já com uma reserva suficiente para pagar as dívidas externas. Agora, eu quero só fazer uma pergunta. Nós tínhamos o equivalente a 307 bilhões de reais, no final de 2007, mas temos também um custo para manter esse saldo bastante alto, de 43 bilhões de reais. Eu não entendi por que, para se manter essa balança, esse saldo de trezentos e tantos bilhões de reais se tem um custo de 43 bilhões de reais. A minha pergunta é esta: se há saldo suficiente para quitar o débito e se está havendo custo de 43 bilhões de reais para manutenção desse saldo. A pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito, Deputado. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente Mendes Ribeiro Filho, Presidente Henrique Meirelles, a minha primeira observação refere-se a uma homenagem que quero fazer a um Senador que, se estivesse aqui hoje, estaria reiterando o que disse no último comparecimento de V.Exa., Ministro, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Refiro-me ao Senador Jefferson Péres, que prestou uma homenagem com elogio e grande sinceridade. S.Exa. sempre acompanhou V.Exa. nas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos e fez um elogio conciso, completo, de admiração pelo seu trabalho. Eu quero aqui recordar esse elogio, como uma homenagem ao Senador Jefferson Péres, um grande valor, um exemplo para todos nós que infelizmente perdemos na semana passada. Gostaria de me referir a um assunto que ainda hoje a imprensa traz, em especial para o Estado que represento, o Estado de São Paulo, mas de grande relevância para a economia brasileira. Eu me refiro à evolução da concentração do sistema financeiro, uma vez que reporta a FEBRABAN que no ano 2000 havia 155 instituições financeiras e, de lá para cá,

ao final de 2007, eram, salvo engano, 120. Houve uma tendência de diminuição do número de bancos. E surge a notícia, nas últimas semanas, de que o Governo do Estado de São Paulo e o Banco do Brasil estão considerando a possibilidade de o Banco do Brasil absorver a Nossa Caixa, com entendimento entre o Presidente Lula e o Governador José Serra. Eu sou testemunha de que, nos diversos encontros públicos entre eles, ainda que de partidos diferentes, tem havido uma relação de excelente construção, de respeito mútuo, de diálogo no interesse maior do Estado de São Paulo e do Brasil. Observamos, nos últimos dias, que os Presidentes do Conselho do BRADESCO, Lázaro Brandão, e do Banco Itaú, Roberto Setúbal, observaram: “Gostáramos de que houvesse um leilão”. O Governador José Serra, ainda ontem, disse: “É possível até que haja um leilão. Vamos ver primeiro o que o Banco do Brasil nos oferece”. O jornal O Estado de S. Paulo menciona que há a possibilidade de um entendimento, inclusive sobre essa operação e ainda concessões de fontes de energia para a CESP Usinas e assim por diante. Então, envolvendo eventual interesse da CESP nessa operação. Mas quanto ao tema principal que motivou a presença de V.S^a hoje nesta Casa, do ponto de vista de termos um sistema financeiro saudável, eu gostaria muito de ouvir a análise que V.S^a puder nos transmitir sobre quão competitivo, no sentido saudável, é hoje o sistema financeiro brasileiro. Em que medida foram exitosas as diversas absorções de bancos, ao longo destes últimos anos, a exemplo da aquisição do BANESPA pelo Santander e tantos outros? E V.S^a, inclusive, presidiu o Banco de Boston antes de assumir a Presidência do Banco Central e tem um ponto de vista também internacional, pois tem conhecimento profundo do sistema financeiro internacional, norte-americano, europeu e também do brasileiro. Se V.S^a puder nos dar elementos, na sua avaliação, o sistema financeiro brasileiro tem um grau de competitividade que V.S^a pode considerar saudável? Pode V.S^a nos transmitir isso? E mais: se a eventual absorção da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil ou por outra instituição financeira é algo que o Banco Central, assim como a Secretaria de Direito Econômico, o CADE ou os órgãos preocupados com o grau de concorrência podem considerar como perfeitamente normais, uma vez que, se for esse o seu diagnóstico, poderemos considerar a referida operação hoje como saudável. Não seria por causa de eventual concentração do sistema financeiro que estamos observando taxas de juros além daquelas que ocorreriam, ou taxas de serviços bancários além daquelas, por causa de eventual concentração inadequada? Ou se o Banco Central, ainda que tenha havi-

do essa concentração, tem os elementos necessários para conter eventuais

abusos que poderiam ocorrer no sistema financeiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço, Senador.

Antes de passar a palavra ao Presidente do Banco Central, eu quero saudar o nosso querido Luiz Roberto Ponte, ex-Deputado Federal, ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, e dizer que muito me honra tê-lo como conterrâneo. Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, deixando claro que os Deputados Antonio Palocci, Miguel Martini e Carlos Zarattini são os próximos inscritos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, Presidente. Em primeiro lugar, vamos então passar às perguntas feitas pelo Deputado Vanderlei Macris, em relação à questão do aumento do crédito no Brasil e até que ponto isso é compatível com a preocupação de como o aumento é percebido pelos agentes e analistas econômicos com relação à trajetória de inflação para o ano 2008. O que poderíamos dizer a V.Exa. é que é importante fazer na administração econômica de um país a distinção de 2 tipos de políticas públicas: as políticas públicas que vamos chamar de estratégicas e estruturais, de longo prazo, e as políticas públicas de aspecto conjuntural. Como se diferencia isso? A expansão do crédito em um país tem o aspecto estrutural, isto é, quanto maior o crédito, maior a capacidade de a economia se alavancar e de investir, de as empresas se endividarem e investirem e maior capacidade da população consumir, na medida em que existe maior capacidade de crédito. Portanto, o crédito no Brasil cresce como consequência direta da queda da inflação. Se nós fizemos uma correlação, V.Exa. vai notar que, com a queda da expectativa da inflação 12 meses à frente, o que já tem acontecido durante vários anos no Brasil, existe uma correlação imediata que leva a um aumento do volume de crédito e ao aumento dos prazos de crédito. Existe, então, claramente uma expansão do crédito, que é resultado, entre outras coisas — mas neste caso um dado da maior importância, talvez o mais importante — da maior estabilidade do País. Ou seja, as pessoas têm mais confiança de que não vai haver uma subida, uma perda de controle da inflação, então elas têm mais confiança para emprestar ou para tomar emprestado; e os tomadores têm maior confiança para adquirir dívidas na medida em que eles também confiam que vão manter o emprego e manter o salário, que a inflação não vai corroer o poder de compra, etc., etc. E as empresas têm maior confiança para tomar emprestado e investir. Portanto, tudo isso é resultado da maior estabilização

da economia brasileira e da consolidação da estabilidade. Se nós compararmos o volume de crédito do Brasil com o de outros países, vamos ver que ele é baixo. Está crescendo bastante, subiu de cerca de 22% do produto para cerca de 36%, mas ainda é baixo. Por exemplo, no Chile é 70%. Os países da Ásia, por exemplo, que têm economia mais avançada, estão com cerca de 100% do produto. Nos países industrializados isso chega a quase 200%. Então, o que ocorre? O Brasil ainda tem um volume de crédito crescente, sim, mas ainda baixo, se comparado com os demais países. E a história mostra que um setor de crédito dinâmico e robusto é importante para alavancar o crescimento de um país. Por outro lado, nós temos políticas conjunturais, de curto prazo, o que significa políticas que visam a expandir ou não a demanda agregada ou contrair a demanda agregada num determinado momento, exatamente em função, por exemplo, de pressões de preço. Nós não podemos misturar muito as duas coisas porque o Brasil já passou por uma época em que se tomava medidas conjunturais estratégicas para atender problemas conjunturais de curto prazo. É, então, importante que nós tenhamos, de um lado, a estabilidade da economia trazendo melhoras para o país, inclusive melhoras que resultam de ações legislativas como, por exemplo, a nova Lei de Falência, aprovada pelo Congresso Nacional há poucos anos, que foi fundamental, para, por exemplo, o aumento do crédito para as empresas. Existe um projeto da Casa, do cadastro positivo, que é da maior importância também para aumentar a disponibilidade de crédito para pessoa física e a diminuição do custo. Então, todas essas medidas são, em última análise, positivas para o País. Por outro lado, se em determinado momento, a demanda estiver crescendo em uma taxa que o Banco Central considere incompatível com a capacidade de oferta do País no momento, pode o Banco Central fazer um ajuste da taxa básica de juros que, por sua vez, vai influenciar as taxas de mercado. Essas taxas, por sua vez, vão operar na economia através de diversos canais de transmissão, um deles o canal de crédito, que reagirá diminuindo um pouco sua taxa de crescimento. Mas, de novo, são coisas que têm de ser trabalhadas, analisadas e encaradas dentro do seu contexto, com políticas estruturais de longo prazo e políticas conjunturais, digamos assim. Importante mencionar também neste caso que outra função do Banco Central é a de regulador do sistema financeiro e de assegurador do seu bom financiamento. O que isso significa em última análise? Que ele tem a função de evitar que aconteçam crises como a que está acontecendo nos Estados Unidos. Essa é uma crise de crédito, uma crise prudencial. O sistema financeiro americano, digamos,

exagerou, na sua tomada de risco. Então, o Banco Central está alerta e pode, sempre que necessário — tem feito isso nos últimos anos e também o fará no futuro —, tomar medidas visando assegurar que os bancos estejam correndo apenas os riscos adequados e que isso pode ou não ser consistente com a política monetária naquele momento. Vamos supor que seja isso. As medidas prudenciais também não podem estar a serviço da política monetária. As medidas prudenciais visam a proteger a saúde do sistema, a higidez do sistema a longo prazo. Era o que, basicamente, eu queria mostrar a V.Exa. O Deputado Marcelo Almeida fez um elogio ao Banco Central e a mim, e eu gostaria, em nome de todos os colegas de trabalho do Banco Central, de agradecer com muita sinceridade, simplesmente dizendo a V.Exa., Deputado, muito obrigado. O Deputado Lázaro Botelho perguntou, em última análise, por que não usar as reservas para pagar a dívida? Nós temos o custo de juros, de um lado; de outro, temos o custo de carregamento das reservas. Então, por que nós não resolvemos este problema usando as reservas para pagar a dívida? Deputado, essa seria uma alternativa. O Governo brasileiro já fez isso em várias oportunidades. Já pagou, por exemplo, as dívidas antes do vencimento, como ocorreu com Fundo Monetário Internacional. O Governo brasileiro já pagou dívidas que tinha com o Clube de Paris; já liquidou antecipadamente os chamados na época, os c-bonds. Era um tipo de título externo do governo brasileiro. Em resumo, o Governo brasileiro, além disso, já ofereceu, num certo momento, a oportunidade, através de leilão, de comprar dívida privada que estava em mãos do público, dos investidores, por exemplo. Mas há limites para isso. Por quê? Porque no momento em que o País vai bem, é normal. Essa é uma coisa que se falava antigamente com relação a bancos, mas que vale para todos os investidores: quando alguém está muito bem financeiramente e quer pagar a dívida, normalmente os credores não querem receber. Não é verdade? (Risos.) Então, os investidores internacionais, evidentemente, no momento em que viram que o Brasil estava querendo pagar a dívida disseram: Não, agora não. Começaram a querer cobrar caro. Então, isso levaria à inversão dessa equação financeira, e nós pagaríamos muito caro para liquidar a dívida externa. O importante é que nós fazemos uma avaliação de custo-benefício, e esse custo-benefício tem sido extremamente positivo. O custo de carregamento das reservas é mais do que compensado pela queda do custo de capital para o Governo e para as empresas brasileiras, não só em relação à dívida externa, quanto à dívida interna. Portanto, segundo avaliações que fizemos, isso é uma das coisas que permitem a queda da rela-

ção dívida/produto. Passarei agora à pergunta do Senador Eduardo Suplicy. Antes de mais nada eu gostaria de agradecer a V.Exa. e de me solidarizar e juntar a V.Exa. na homenagem que fez ao Senador Jefferson Péres. O Senador Jefferson Péres, de fato, estará sempre nos Anais do Banco Central. A avaliação que ele fez do trabalho do Banco Central do Brasil e da política monetária tem sido objeto de profundo reconhecimento e emoção entre todo o corpo de funcionários. Portanto, o Senador Jefferson Péres não só está como estará sempre na nossa memória e no nosso coração. E eu, pessoalmente, vou guardar as palavras do Senador como um dos meus tesouros pessoais de reconhecimento pessoal e profissional. Portanto, junto-me à homenagem que faz ao Senador. Em relação a sua pergunta, Senador Eduardo Suplicy, referente ao grau de concentração do sistema financeiro brasileiro, existem diversas maneiras de nós medirmos isso. Uma das medidas é relativa ao que representam os ativos totais dos maiores bancos do sistema. E o índice de concentração, medido por esse aspecto no sistema financeiro brasileiro, tem sido cadente. Existem diversos índices internacionais, entre eles o chamado HH, que mostram índices de concentração de ativos totais, índice de concentração de operações de crédito e depósitos totais. Em termos de ativos totais, o índice de concentração no Brasil internacionalmente é considerado baixo. É uma média total abaixo de 0.1. No Brasil é 0,087, por esse índice. Na operação de crédito é considerada a média, entre 0,100 e 0,118, e no Brasil é 0,101. E sobre depósitos totais é também média. Portanto, segundo medidas internacionais, o grau de concentração no Brasil está dentro de patamares, digamos, aceitáveis. Mas, evidentemente, o Senador pergunta sobre algo que vai além disso, é o grau de competitividade, que vai além do grau de concentração. Esse é um trabalho que não pode parar, Senador. É um trabalho que as autoridades monetárias têm sempre de estar fazendo no sentido de aumentar o grau de competitividade. O Conselho Monetário Nacional já tem aprovado, e aprovou recentemente, algumas medidas muito sérias e muito importantes nessa área, como, por exemplo, a proibição da cobrança da TLA, Taxa de Liquidação Antecipada de Empréstimos. Outra é a divulgação obrigatória pelos bancos do custo total do empréstimo efetivo, ou custo efetivo total do empréstimo. Em resumo, existe uma extensa lista de medidas que o Conselho Monetário Nacional aprovou. E o Banco Central continua estudando o tempo todo medidas que visam a aumentar o grau de competitividade. Não só isso, para também diminuir o grau de concentração, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional, cada um na sua esfera,

têm aprovado um número importante de novas instituições. Para as cooperativas de crédito abertas ou mesmo fechadas, O Banco Central tem aprovado um grande número de cooperativas, digamos assim, que têm entrado na base do sistema. Isso é fundamental para o aumento da competitividade, uma vez que são cooperativas que atendem a setores específicos que conhecem muito bem. E nesse aspecto o Banco Central tem sido reconhecido internacionalmente. Outro dado da maior importância é em relação aos bancos internacionais: o Conselho Monetário Nacional tem aprovado e encaminhado à Presidência da República que, por sua vez, tem aprovado a instalação no País de um número também importante de bancos internacionais, o que também aumenta a competitividade. Às vezes sai algum, como saiu o ABN AMRO, mas existe um número grande de instituições que estão entrando no País e que, portanto, vão adicionar. Então existe aumento do número de cooperativas, na base do sistema, existe aumento do número de bancos internacionais e existe também um processo de capitalização de bancos médios, através do lançamento de ações, dos IPOs, que se capitalizam e estão botando pressão de competitividade no sistema. Isso está claro. Dito isto, há que se continuar trabalhando. Ainda temos no Brasil um longo caminho a percorrer para garantir a competitividade do sistema, principalmente porque este é um país que vem de muitas décadas de alta inflação, de instabilidade, e uma das consequências disso é baixa competitividade do sistema financeiro. O Brasil ainda tem de progredir muito, e as autoridades financeiras do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional ainda têm de trabalhar muito para continuar assegurando cada vez mais competição no sistema financeiro brasileiro. Não dá para pensar que chegamos a um ponto aceitável. Temos de continuar trabalhando, e vamos continuar. Ainda deveremos melhorar muito esses números. Em relação à questão do Banco do Brasil e da Nossa Caixa, é um pouco prematuro um banco central manifestar-se sobre operação específica antes que haja uma proposta formal. As normas nos previnem a fazer uma manifestação simplesmente teórica, até porque o que estamos lendo são anúncios, são manifestações de intenções. Não sabemos de fato se a operação será feita com o Banco do Brasil, se ela será feita através de leilão, se de fato será feita, e, em sendo feita por leilão, quem vai ganhar. O Banco Central vai opinar sobre dados concretos. Mas gostaríamos de assegurar ao Senador que o Banco Central acompanhará esse caso com a maior atenção.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem a palavra o Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Ministro, eu gostaria de ter ouvido as suas respostas, mas isso não foi possível. Provavelmente V.Exa já até respondeu a minha pergunta. Eu me lembro de que o Deputado Jilmar Tatto fez pergunta parecida. Mas a minha tem base em outra lógica. Eu gostaria de saber de V.Exa. que corte foi feito nas nossas reservas cambiais para a criação do Fundo Soberano, qual é a possibilidade de variação — crescimento ou diminuição — e em razão de que haveria crescimento. Foram definidos mais ou menos 10% do fundo de reserva, segundo notícias que temos ouvido por aí. Eu gostaria de ouvir de V.Exa. qual é o percentual das reservas cambiais a ser aplicado no Fundo Soberano. Segunda pergunta. De acordo com dados do Governo, se da nossa inflação fosse retirado o custo de alimentos, ela cairia cerca de 2.4. É essa a informação que eu obtive. O que o Banco Central pretende fazer nesse sentido, uma vez que grande parte desses alimentos são commodities, ou seja, são um problema mundial e não um problema do Brasil? É claro que não cabe a V.Exa. fazer isso, e sim a outra área do Governo, mas, ao mesmo tempo em que o preço do alimento começa a disparar, nosso País tem ainda disponível mais de 88% da sua área agricultável; ou seja, ao mesmo tempo em que há um fator que tenderia a elevar o preço do produto, porque se trata de uma commodity, estamos diante de uma

grande oportunidade para produzir e exportar, então ganharíamos de outro lado. Enfim, basicamente são essas as perguntas que eu gostaria de fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. O próximo inscrito é o Deputado Antonio Palocci.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI - Sr. Presidente Deputado Mendes Ribeiro, em primeiro lugar eu queria cumprimentar V.Exa. por esta audiência e também os nossos convidados, o Ministro Henrique Meirelles, o Dr. Mário Mesquita, o Dr. Antero Meirelles e os demais diretores do Banco Central. Meus parabéns a todo o corpo funcional do Banco Central pela excelência do trabalho executado sob a condução do Ministro Meirelles. O Banco Central é uma das grandes instituições deste País, e a estabilidade e a excelência do trabalho feito nessa instituição são fundamentais para a

economia brasileira, para a estabilidade do sistema de crédito e do sistema cambial e para o controle da inflação. Felizmente ficou para trás o Brasil que não conseguia controlar a inflação; ficou para trás o Brasil

que inventava moda sobre maneiras de combater a inflação; ficou para trás o Brasil que achava que tabelando os produtos resolveria o problema do aumento de preços; ficou para trás o País que achava que mágicas resolveriam problemas estruturais. E, ao deixar tudo isso para trás, vemos emergir a figura da instituição Banco Central, um dos responsáveis por esse trabalho feito ao longo de muitos anos. Portanto ressalto a excelência do trabalho desenvolvido pela equipe do Ministro Meirelles. Sei que sou suspeito para dizer isso, porque sou amigo e admirador do Presidente do Banco Central, mas não posso deixar de manifestar-me. A referência que faço é muito importante para que o Brasil aprenda não só com os grandes erros do passado, mas também com os acertos mais recentes, deste e de outros Governos, que deram passos importantes para a estabilidade e o crescimento do País. Não vou fazer perguntas ao Ministro sobre política monetária, política cambial ou política creditícia porque acredito que o Banco Central tenha feito um trabalho muito claro, muito transparente e muito correto nesse sentido. Mas aproveito a presença de uma liderança como o Ministro Meirelles para fazer uma pergunta sobre o comportamento da economia internacional. Sabendo da sua experiência e do seu contato permanente com grandes autoridades de política monetária em todo o mundo, eu gostaria que V.Exa. deixasse registrada nesta Comissão a sua impressão pessoal sobre o andamento da crise creditícia americana, sobre as possibilidades de crescimento do mundo, sobre a evolução negativa, mais recente, do processo inflacionário em países continentais e sobre estarmos ou não no fim de um ciclo econômico, assistindo à mudança de um ciclo econômico que talvez tenha sido um dos mais longos ciclos de crescimento econômico da história mais recente. Minha impressão pessoal é que esse ciclo não está acabando, e sim se modificando. O debate atual da economia muitas vezes se confunde: os maiores riscos estariam concentrados na queda do crescimento mundial, os maiores riscos estariam concentrados no aumento da inflação mundial, ou os maiores riscos estariam na combinação desses 2 elementos? Minha pergunta, portanto, é de caráter conceitual. Eu gostaria que esta Comissão de Orçamento tivesse o registro da impressão de uma autoridade que tem tido contato com autoridades do mundo todo e por isso pode nos dar uma visão um pouco mais clara sobre as atuais perspectivas de crescimento mundial, sobre as perspectivas de inflação mundial e sobre a crise de crédito americana, que de fato tem grande importância no cenário mundial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, V.Exa. me concederia 10 segundos? Apenas

para saber se o Ministro acha que deve ser corrigida matéria publicada pelo jornal Estado de Minas no último fim de semana contendo um dado inverídico sobre a nossa economia: que o comprometimento da dívida em relação ao PIB era de 47%. Isso não é verdade. Talvez o Banco Central possa nos informar melhor sobre esses números.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. O Deputado Carlos Zarattini não se encontra. Tem a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Senador ainda presente, ilustre expositor, o Presidente do Banco Central, passo às minhas considerações e questionamentos. O Banco Central tem adotado como política para atingir a meta de inflação o expediente de aumentar a taxa de juros. Eu indago se isso realmente produz o efeito desejado, considerando-se, por exemplo, que hoje a nossa inflação é um pouco de demanda mas basicamente se dá em função do preço das commodities internacionais, o que nós, com taxa de 0,50 ou de 0,75 ponto não vamos conseguir modificar, e considerando-se também que grande parte dos nossos preços são administrados e que também eles não têm influência sobre a taxa de juros. Será que nós não estaríamos realimentando a inflação? Será que o cachorro não está tentando morder o rabo, dando voltas nele mesmo? Será que não estamos criando mais custos para o setor produtivo cada vez que aumentamos a taxa de juros? Não seria inútil essa situação? Segundo pergunta. Se o Governo, se o Tesouro reduzisse seus gastos pelo menos abaixo do crescimento do PIB, o senhor poderia afirmar que o expediente de aumento da taxa de juros poderia ser diferente, ou mesmo não ser usado? Terceira pergunta. Taxa de câmbio. Por que nós não adotamos mecanismos praticados em alguns países, mas deixamos sistematicamente o câmbio cair, despencar — apesar da política saudável de dólar fluutuante — muito mais do que qualquer outra moeda? O dólar perdeu 100% do seu valor. Nossa moeda valorizou-se 100%, num período em que, em relação às outras moedas fortes, o dólar só perdeu a metade do seu valor. A discrepância é muito grande. E, como é função do Banco Central ser guardião da moeda tanto para que ela não se desvalorize quanto para que ela não se valorize excessivamente, será que o Banco Central não está pecando nesse item, ou não poderia adotar instrumentos para evitar isso? Posso citar alguns exemplos: há países que adotam o expediente de trabalhar, principalmente com as empresas exportadoras, em moeda estrangeira, fazendo movimentação interna de moeda estrangeira, o que impediria a

pressão para se transformar o dólar em moeda local, o que aumenta a dívida, porque cada vez que entra 1 dólar no País ele tem de ser transformado em real. Esse mesmo conceito eu uso para a dívida: cada vez que aumentamos a taxa de juros, aumentamos também a dívida pública, ficando com taxa de juros para pagar. Outra pergunta: até quando nós vamos agüentar o déficit da balança? Porque hoje nós temos superávit cambial, mas em função do ingresso de dólares, que aparentemente são efetivos, são permanentes, mas nunca se sabe. Nos últimos meses, houve saídas expressivas de moedas estrangeiras que muitas vezes não se sabe se ingressaram efetivamente ou se são moedas transitórias, que a qualquer momento podem sair se não tivermos previsto algum mecanismo de valorização do dólar. Outro quesito. O déficit nominal zero é excelente, observado sob o aspecto técnico global, mas nós temos que levar em conta que o déficit nominal zero só se consegue através do Orçamento, através de imposto. Nós temos provisionado no Orçamento deste ano 158 bilhões de reais para pagamento de taxa de juros. Quanto isso representa do PIB? Cinco, seis pontos? Quão menor seria nossa carga tributária se não fosse o peso da dívida pública? Isso sem considerar que em algum momento nós temos de começar a pagar o principal. Como nós não temos um plano de desestatização, como nós não temos um plano de desmobilização, de onde vai sair esse dinheiro? Do Orçamento e do contribuinte, até porque nós, no meu entender, cometemos um erro grave ao trocar dívida externa barata, que dá para se transformar em dívida de longo prazo, por dívida interna. Qual é o prazo médio da nossa dívida? Quarenta meses, Palocci? Quarenta, cinquenta meses em média? Uma dívida externa nós poderíamos alongar. Como é que vamos sair desse imbróglio sem afetar cada vez mais o contribuinte? Porque é através do imposto que nós vamos pagar o juro da dívida interna. Sobre taxa de juro, ouvimos tanto o Banco Central quanto o Tesouro dizerem que querem tomar providências para evitar a apreciação do dólar. A pergunta é esta: será que não é de interesse do Banco Central e do próprio Tesouro manter o dólar baixo? Porque se o dólar estivesse valendo 1,70 ou 1,80 certamente o senhor já teria dado ordem anterior para aumentarem a taxa de juro. De fato, o dólar baixo é um instrumento de política monetária. Com o dólar baixo, o que prejudica alguns setores de exportação, certamente temos preços mais baixos, porque as commodities estão todas indexadas, referenciadas no mercado externo. Pergunto: não é de interesse do Banco Central e do Governo manter o dólar baixo? Se o dólar estivesse alto, certamente já estaríamos em outra posição. Por fim, pergunto por que outros paí-

ses em situação semelhante, para conseguir controlar sua inflação, não precisam apelar drasticamente para o aumento da taxa de juros. Por que alguns países que têm superávit de exportação fantástico, onde ingressam dólares em volumes absurdos, não têm uma apreciação cambial como a nossa? Como fazer isso? Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Disponha V.Exa. São poucas as oportunidades de conversar com o Presidente do Banco Central, por isso concedemos um tempo maior. O Deputado Rodrigo Rollemberg não se encontra. Tem a palavra o Deputado Júlio Cesar. (Pausa.) Tem a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente desta Comissão, prezado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, a primeira questão que eu quero ressaltar, e que é uma das questões que mais me orgulha quando defendo a Câmara dos Deputados, é a excelência da nossa consultoria técnica, dos assessores da Casa. Vou fundamentar a minha intervenção e algumas perguntas ao Presidente do Banco Central tendo como referência a Nota Técnica nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Fico feliz pelo registro de V.Exa. O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A Nota Técnica nº 10 é assinada pelos consultores do Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais, o Flávio Leitão Tavares, o José Fernando Consentino Tavares e a Márcia Rodrigues Moura. A primeira questão dirijo ao Presidente da nossa Comissão. No item 3 da Nota Técnica, nossos consultores reafirmam o que já foi dito em outras reuniões desta Comissão sobre a obrigatoriedade de o Banco Central encaminhar o relatório, que não pode ser simplesmente substituído pelas demonstrações financeiras e as notas explicativas publicadas na Internet com antecedência, antes da vinda a esta Comissão do Presidente do Banco Central. Os nossos consultores afirmam que esse relatório, aliás previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal — § 5º do art. 9º —, nunca foi entregue à Comissão, que o que é disponibilizado é a cópia da explanação do Presidente do Banco Central e, dias antes, a íntegra das demonstrações financeiras e das notas explicativas. Quero, portanto, solicitar ao Presidente da Comissão que, em diálogo com os nossos consultores, faça que a Comissão tenha cumprida esta prerrogativa, que é essencial para o trabalho da Consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. a preocupação.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A segunda questão eu dirijo ao Presidente do Banco

Central. No item 7, ao abordar a situação do Banco Central e a responsabilidade do Tesouro com a entrega de títulos para a cobertura do prejuízo do Banco Central, nossos consultores informam que o prejuízo que deveria ser coberto no primeiro exercício de 2008, como também normatiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi antecipado ainda em 2007, com a abertura de um crédito no Orçamento do ano passado no valor de 33,9 bilhões. Gostaria de ouvir do Presidente do Banco Central se isso realmente ocorreu e por que ocorreu, contradizendo a norma da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que o prejuízo apurado no semestre deve ser coberto a partir do décimo dia útil do próximo exercício fiscal subsequente. Seria, portanto, segundo a norma da Lei de Responsabilidade Fiscal, desnecessária a abertura de um crédito, no Orçamento ainda de 2007, nesse valor de 33,9 bilhões, que conseqüentemente só pode ter sido aberto com a anulação de outros créditos correspondentes a outros programas. Outro aspecto importante que me parece deve ser observado e levado em consideração, também aqui destacado pela Consultoria, refere-se à famosa questão das nossas reservas cambiais. Quero reiterar a preocupação de que esse assunto precisa ser tratado com mais transparência para a sociedade brasileira. Não estamos discutindo aqui se estamos com 190, 200 ou 210. O que precisa ser dito com transparência é como é que se compõem as reservas cambiais que nós temos. Muitas vezes, alardeia-se ao País que estamos em uma situação astronômica, a situação mais confortável da história das reservas cambiais, mas não se explica adequadamente à sociedade que parte ponderável dessas reservas não vem — a exemplo do colesterol bom e do colesterol ruim — fruto do superávit da balança comercial, dos investimentos diretos estrangeiros, mas parte ponderável vem da intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, e, conseqüentemente, a emissão subsequente de títulos que impacta exatamente o custo fiscal da manutenção dessas reservas. Por que isso é grave e tem de ser dito com transparência para a sociedade? Porque, no próximo ano, vamos estar há 10 anos da vigência de um conjunto de normas fiscais, oriundas de 1999 e 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal — de lá para cá todas as Leis de Diretrizes e as Leis Orçamentárias Anuais impõem, em primeiro lugar, um conjunto de exigências para o atendimento das metas fiscais. Quando há pressões sobre o Tesouro — e a emissão de títulos para enxugar os reais usados para a compra de dólar no mercado impõe uma pressão imensa ao Tesouro —, essa pressão implica mais uma rodada de contingenciamento. Essa rodada anual de contingenciamento implica o retardamento da conse-

cução das metas sociais, em velocidade de inclusão social, em amplitude de inclusão social. Espero que no próximo ano, uma década depois da adoção do regime de metas de inflação e depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, possamos, definitivamente, construir o entendimento nacional de que estabilidade monetária é essencial, mas não se pode subjugar a estabilidade social à estabilidade monetária, que é freqüentemente instável. O que é dito, portanto, pelos nossos consultores — quero ouvir do Presidente do Banco Central se confirma a afirmação — é que parte ponderável das nossas reservas internacionais, do aumento das nossas reservas, está sendo

financiada por operações de mercado, com o aumento da dívida pública, o conseqüente custo fiscal e o impacto do custo fiscal nas metas do PPA, nas metas da LDO e nas metas da Lei Orçamentária. Afinal de contas, o PPA, a LDO e a LOA não têm apenas metas fiscais. Há metas na infra-estrutura e há metas nos programas sociais. Outra questão que me parece grave — e tomo como referência a publicação do Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública: a opção do Banco Central por uma intervenção no câmbio para conter a elevada apreciação do real tem feito triplicar, entre dezembro de 2006 e abril de 2008, as operações compromissadas de curto prazo. Isso contradiz o Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública, que prevê o alongamento do prazo de financiamento da dívida pública do País. Para concluir, Sr. Presidente, parece que estamos dando várias voltas, ora para avançar em determinadas áreas importantes da política macroeconômica, ora para retroceder e ter de corrigir as conseqüências de uma atitude, que, mais para frente, irá exigir outra atitude corretiva. E é isto que está publicado nos próprios relatórios do Tesouro Nacional e do Banco Central. Então, mais uma vez, quero ratificar o meu respeito e a minha consideração pelo valor desse trabalho da Consultoria e também louvar o Presidente do Banco Central pela sua exposição, solicitando a S.Exa. uma opinião sobre essas afirmações que fiz e sobre esses dados, todos oficiais, ou seja, não são especulações de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. O próximo inscrito é o Deputado Carlos Melles. É o Ministro...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - É que Carlos Melles é o primo rico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É diferente de Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Carlito é o primo pobre.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Carlito Merss é o primo rico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Isto diz V.Exa. Que o Banco Central não lhe ouça. Tem a palavra V.Exa., Ministro.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho. Primeiramente, quero cumprimentar o Ministro Palocci pela sua intervenção, que corroboro, porque S.Exa. foi o responsável pela escolha da equipe tão competente, Ministro Meirelles, que V.Exa. lidera e que realmente faz uma grande

diferença no Brasil de hoje. Irei pedir também um esclarecimento, uma explicação ao Ministro Meirelles, se S.Exa. puder dar, sobre uma área específica. Sempre entendemos que o Brasil, com uma população de 170 a 180 milhões de habitantes, teria um mercado interno muito promissor e, à medida que chegasse a expansão de crédito, iríamos ver claramente o que está acontecendo. Se antes não tão rápido, agora, graças a Deus, com essa rapidez, e todos nós estamos aplaudindo. Explicou muito bem V.Exa. que a nossa expansão de crédito ainda é pequena perante o mundo e que nós estamos seguros. Mas, Ministro Meirelles, quero fazer referência, e se V.Exa. puder fazer algumas considerações a respeito, ao seguinte: hoje a imprensa noticia que se iniciou a quarta renegociação do endividamento agrícola dos últimos 20 anos. Isto nos traz uma grande preocupação. Daí o nosso desejo de saber como poderia V.Exa. nos orientar e como seria o comportamento estrutural do Brasil em virtude da atual conjuntura. As folhas 15 e 16 do gráfico distribuído por V.Exa. mostram que as commodities nunca estiveram tão valorizadas, mas o endividamento agrícola dos anos 1994/1995, que renegociamos, girava em torno de 18, 20 bilhões de reais. Em 2002, foi feita a segunda renegociação, e o endividamento estava em 26 bilhões de reais; a terceira, perto de 30; e, agora, 140 bilhões de reais, porque 76 bilhões de reais referem-se ao endividamento agrícola de uma safra. O interessante, Ministro, é que se zerássemos essa dívida hoje e todos os produtores rurais comessem a produzir novamente, na média, na próxima safra, já haveria dívidas novamente, porque não há uma política de renda. Certamente, o Brasil, hoje, é um país em que agricultura precisa ser subsidiada. Todos nossos ganhos de competitividade, que foram grandes, ficaram acima de 100% em produtividade e em todas as culturas. Mas, obviamente, se olharmos apenas para o lado perverso, verificaremos que o maior imposto hoje é o do câmbio, embora seja algo que pode ser alterado. Seria muito bom vender commodities hoje aos preços atuais, se o câmbio pudesse ser chamado pelo menos de razoável, mas ele é o que está aí. A demanda por alimentos no mundo continuará crescente até pelos ganhos, e não é só

aqui no Brasil. A falta de insumos básicos, sobretudo na área de fertilizantes, é muito grande e não se vê uma solução para os próximos 3 ou 5 anos no mínimo. A Argentina, errada ou não, taxou a exportação. A Rússia taxou em até 150% a exportação de potássio e de nitrogenados. Como V.Exa. vê o negócio agrícola e o setor primário no Brasil? Porque, ao longo desses anos, quando se tira do que foi exportado e da sobra líquida, 90% tem sido do setor primário, das commodities. Certamente, esse setor ficará a cada dia mais estrangulado e sem perspectiva de renda. Quero saber o que o Ministro pensa desse setor e que contribuição V.Exa. poderia nos dar, porque o Governo Central não consegue perceber esse movimento em todo o mundo, nem as políticas agrícolas, ou pelo menos não quer perceber o que o mundo vem praticando no agronegócio. E o Brasil vem ficando em uma situação insustentável. Quanto à renegociação, se querem saber, ano que vem, haverá uma nova renegociação de dívida, porque o setor não tem renda. Quero ouvir a opinião de V.Exa. sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu agradeço, Deputado Carlos Melles. Peço a V.Exas. a maior brevidade possível, porque já cessou o tempo da Comissão. Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Luiz Carlos Setim, que não é fazenda, é o Setim.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SETIM - Não é fazenda, mas é mais bonita que a fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço ao nosso Relator de receitas que venha presidir os trabalhos por 2 minutos, por favor. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SETIM - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fazemos coro aos cumprimentos aqui externados a V.Exa., dizendo que a saúde financeira brasileira vem dando inveja, acredito, em muitos países. Nós o cumprimentamos por isso. Já foi dito aqui do acerto da escolha de V.Exa. para dirigir os destinos do nosso Banco Central. Tinha alguma dúvida quanto àquela pergunta do Deputado Lázaro Botelho sobre a dívida em dólar e a dívida... Acho que ele se referiu a por que não pagar a dívida externa, e V.Exa. respondeu que, quanto à saúde brasileira, é preferível haver uma reserva para atrairmos mais investimentos. Mas continuo na mesma linha de raciocínio, dizendo que as reservas brasileiras são excelentes, têm nível altíssimo, mas nos rendem uma taxa relativa do mercado internacional, que, se comparada com a nossa dívida interna, custa-nos uma taxa bem diferente. Então, na mesma linha de raciocínio do Deputado Lázaro Botelho, digo que as nossas reservas internacionais

são altíssimas, com taxas de remuneração, pelo nosso conhecimento, pequenas. Os leigos, aquelas pessoas que às vezes nos interrogam, não têm essa percepção internacional de saúde financeira internacional, de atração de investimentos internacionais em relação à saúde financeira brasileira. Pelas nossas estimativas, a taxa interna, a SELIC, ou juros internos, não baixará mais. Muitos dizem que nosso juro é muito alto. Acreditamos piamente em V.Exa., um expert, quando diz que essa taxa está no devido lugar e serve de garantia de certos fatores que poderão influir negativamente na economia brasileira. Então, concordamos com essa taxa, mas o menos avisado imagina que essa taxa seja muito alta em relação à taxa que recebemos das nossas reservas. Assim, eu pergunto: por que não pagar um pouco da nossa dívida interna, diminui-la, tendo em vista que nossa taxa interna é maior do que a que vem de fora? Outra pergunta: qual o impacto que o aumento dessa taxa — para nós aqui de fora ela é alta, mas para V.Exa. é a ideal — provocará na dívida interna, sendo que essa nossa dívida é muito grande, e taxa alta produzirá uma bola de neve cada vez maior? Finalmente, já foi aqui perguntado sobre o Fundo Soberano e volto a fazê-lo. V.Exa. está a favor da criação desse fundo? Se criado, qual seria o impacto das operações do fundo na meta de inflação, que acredito o Governo busca com muito acerto o seu controle. Uma última indagação, que não sei se seria pertinente. Estamos hoje discutindo, ou está para entrar na pauta, Deputado Antonio Palocci, a criação da CSS. Se existe na saúde financeira disponibilidade para criarmos esse fundo, quer dizer que temos sobra de dinheiro, sobra de possibilidades. Não seria contra-senso criarmos um fundo e, por outro lado, criar mais uma tributação, no caso a CSS? Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Khoury) - Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Setim a participação. Peço aos presentes que façam silêncio e prestem atenção às exposições. Passo a palavra ao colega Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, inicialmente, parablenizo a equipe do Banco Central. Recentemente, travamos uma boa batalha sobre as taxas bancárias, e creio que foi bem-sucedido o trabalho desempenhado pelo Ministério da Fazenda, Banco Central e a Comissão de Defesa do Consumidor, da qual sou membro. Sr. Presidente, não tenho o brilhantismo do Deputado Antonio Palocci, mas seguirei a mesma linha de pensamento de S.Exa. sobre o tema. Desejo fazer uma indagação ao Sr. Ministro. Em que devemos ter cuidado na elaboração do Orçamento deste ano, uma vez que ele será feito diante de uma série de dificuldades. Uma reportagem publicada

na revista Carta Capital, intitulada Farinha pouca, diz: “Um relatório Merrill Lynch alerta que “pela primeira vez em nossa memória: a inflação, e não o crescimento, é a principal preocupação no nível macroeconômico global”. E continua o texto. Sabemos, portanto, que a inflação não é preocupação só do País, mas também da macroeconomia. Estamos diante de uma discussão de reforma tributária e temos impressão, em determinado momento, que não querem pagar nada,

porque reclamam na nossa tributação e de uma série de coisas. Sabemos que há pelo menos 40 anos fazer o Orçamento era pressão de receita e despesa, e pronto. Hoje, o processo é muito mais complicado, mais técnico, mais científico. Diante disso, pergunto ao Ministro como podemos elaborar o Orçamento, levando-se em consideração essa inflação global. Com relação ao câmbio — vários aqui já perguntaram —, como V.Exa. acha que ele deve se comportar, porque temos um Orçamento este ano feito num período sem turbulência internacional. Vamos elaborá-lo este ano, e prova disso é o Banco Central ter vindo a convite a esta Casa para dizer em que aspectos estamos negativos, falar das dificuldades por nós enfrentadas, mas que, por outro lado, temos alguns aspectos positivos. Sr. Ministro, como isso irá se refletir no Orçamento e qual a preocupação de V.Exa. com relação a ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Khoury) - Agradeço ao companheiro Chico Lopes a participação. Passo a palavra ao Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, aquele grupo ali é que me assusta às vezes, com sua postura inflexível. Mas, com certeza, foi esse grupo — muitos diretores foram trocados — que mesmo contra a nossa vontade... E V.Exa. se lembra dos primeiros anos, principalmente em 2003/2004, quantas vezes a bancada do PT foi até V.Exa. perguntar se era necessária aquela rigidez inicial. Ainda nos primeiros meses, a taxa chegou a 26,5%. E, com muita presteza, V.Exa. nos explicou que era isso mesmo e que deveria haver persistência. Naquela época, eu já tinha clara noção da sensatez, da correção da política macroeconômica, inclusive do estabelecimento da taxa de juros, mas me preocupava com o crédito. Sempre foi uma preocupação minha a dificuldade do crédito. Foi feita uma pergunta há pouco sobre a concentração bancária, algo que, parece, voltamos a perceber no País, as dificuldades dos bancos regionais, a possibilidade inclusive da incorporação da Nossa Caixa, de São Paulo, pelo Banco do Brasil, apesar de que se ficar no âmbito público será menos mal. Mas, na época, eu já dizia que uma das saídas seria a criação de mais cooperativas de crédito. Na minha cidade,

Joinville, existem hoje praticamente 5 cooperativas de crédito, uma ligada aos médicos, a UNIMED, uma ligada aos servidores públicos e algumas agora ao setor têxtil, inclusive daquele velho modelo luzzati, que, parece, sobram 10 ou 13 no País. À época, entendia a dificuldade de se regulamentar as cooperativas no Brasil. Há um monte de picaretagem. Muita gente se junta para formar cooperativa de trabalho, não sei do quê, mas não é nada disso. O próprio Ministério tem-se preocupado com a regulamentação do ato cooperativado. Desejo perguntar especificamente sobre cooperativas de crédito — há setor específico no Banco Central para tratar do assunto —, se existe dificuldade de permitir a criação de mais instituições como essa. Isso se dá muito pela dificuldade da caracterização do ato cooperativo ou o Banco Central resiste a possibilitar que cooperativas de crédito possam atender a essa parte de crédito necessária? Fico feliz de saber que chegamos a cerca de 36% hoje do PIB em crédito. Mas, a meu ver, as cooperativas de crédito poderiam dar maior contribuição à economia, principalmente no microcrédito, nos pequenos valores. Há, por parte do Banco Central, possibilidade de deslanchar isso de uma vez por todas? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o último inscrito, Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Caro Presidente Mendes Ribeiro Filho, Sr. Presidente do Banco Central, é evidente que a esta altura quase todos os questionamentos já foram feitos. No entanto, desejo fazer mais um acerca da LDO. Para 2009, está previsto na LDO superávit primário de 3,8% do PIB para a União. Pergunto como V.Exa. avalia esse número. Ele está adequado aos propósitos da redução da dívida? Em que medida eventual aumento dos resultados fiscais poderiam auxiliar na redução dos juros e da pressão inflacionária? Eram só essas as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. Comunico que terá início no plenário outra votação nominal. Assim, passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, para responder as indagações dos Parlamentares. Por favor, Ministro. (Pausa.) Informo aos Parlamentares que a votação nominal começou neste instante. Creio que o Ministro, com sua habilidade e competência, responderá em curto espaço de tempo a todas as indagações. (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Deputado Palocci disse: “Cinco minutos para

dez perguntas?” (Risos.) O Ministro estava organizado, agora houve um problema de sistematização.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Presidente, vou passar às respostas.

Em primeiro lugar, o Deputado Miguel Martini pergunta sobre o Fundo Soberano e se esse fundo usará 10% das reservas brasileiras. S.Exa. pergunta também qual é o percentual de uso das reservas. Deputado, a decisão do Governo é no sentido de que, para a constituição do Fundo Soberano, não será usada parte da reserva no Brasil. Portanto, não procede a notícia de que 10% das reservas serão aplicadas no Fundo Soberano. Caso esse fundo de fato seja constituído nos termos anunciados, ele, por meio de um processo ainda a ser definido, vai comprar recursos de reserva no mercado e constituir o seu fundo usando recursos de origem fiscal. A resposta, portanto, é que não será usado nenhum percentual das reservas para a constituição do fundo. E a razão disso é porque são finalidades diferentes. Como eu já mencionei, a reserva visa aumentar a resistência do País a choques e trazer estabilidade à economia brasileira, enquanto o Fundo Soberano tem outras finalidades estratégicas de aplicação internacional pelo País de recursos externos. A segunda pergunta diz respeito à produção de alimentos. O Deputado se preocupa com o fato de que a inflação de alimentos no mundo, de um lado, causa impacto na inflação brasileira e, de outro, S.Exa. me parece que se preocupa com a oportunidade que temos de aumentar a produção de alimentos para atender à demanda mundial. Ele pergunta então como aumentar a produção de alimentos. Eu poderia responder a S.Exa. que o Brasil, sim, tem um potencial enorme de produção de alimentos, está investindo nisso e há um trabalho de longo prazo que está, inclusive, tendo sucesso. Existe toda uma série de políticas governamentais já em implementação nessa área e, certamente, existirão outras medidas que os órgãos do Governo, da área, certamente, anunciarão no momento adequado. Acho que, de fato, é um esforço grande que o Brasil deve fazer, porque este é um dos poucos países do mundo que tem área agricultável disponível para aumentar a produção de alimentos, o que não só vai afetar os preços, no sentido

de evitar aumento excessivo, mas certamente pode ser uma fonte importante adicional de reservas para o País, por meio do aumento da receita de exportação. O Deputado Antonio Palocci nos pede uma avaliação da crise americana, do crescimento mundial, uma avaliação sobre qual seria a preocupação maior hoje entre inflação e crescimento e, finalmente, se estamos, de fato, no fim de um ciclo econômico. Em primeiro lugar, agradeço ao meu amigo Dr. Antonio

Palocci as palavras generosas e quero lhe dizer que, de fato, não há sinais de que os fundamentos da crise no setor real da economia americana estejam já estabilizados e que, portanto, a crise já esteja caminhando para o final. O que significa isso? Significa que os estoques de imóveis nos Estados Unidos continuam altos e, em alguns segmentos, crescentes. Os preços ainda não deram sinais de terem se estabilizado. Isso significa que a raiz da crise americana, que é imobiliária, começou no seu prime, mas hoje já é um pouco maior do que isso, já atinge segmentos importantes do chamado mercado prime. Na realidade, essa crise ainda deve se desenrolar por um bom tempo, até que tenhamos a visão clara de que ela atingiu o piso. A crise de crédito, no entanto, já dá sinais de estabilização. Já existem sinais de que os preços dos papéis de crédito mostram uma certa reação. Com o reconhecimento dos prejuízos, que já chegam hoje, em todo o mundo, a cerca de 400 bilhões de dólares, e na medida em que os bancos começam a ter maior segurança, o sistema financeiro já está se capitalizando para enfrentar esses prejuízos, o que certamente deverá fazer com que o mercado de crédito em si mostre alguns sinais de estabilidade. E é isso o que já está ocorrendo. Em relação ao sumário disso, o fato concreto é que poderemos ter um cenário de uma economia americana mostrando, digamos, um comportamento de baixo crescimento, com riscos de recessão durante um período que pode ser mais prolongado do que pareceu inicialmente. Quanto ao crescimento mundial, de fato o mundo hoje deve estar crescendo, segundo as expectativas, a taxas menores do que se previa há alguns anos. O crescimento mundial, por exemplo, em 2007 foi de 4,5%, médio, e se espera, para 2008, 3,6 e, para 2009, 3,8, portanto, com uma pequena recuperação dos países industrializados. O crescimento de 2008 se espera seja de 1,5 e, em 2009, de 1,9, saindo de um patamar de 2,4 para 2007. O sumário disso é que a economia americana, de fato, está ainda mostrando um crescimento, na melhor das hipóteses, baixo, e, na pior das hipóteses, não se elimina completamente a possibilidade de algum número negativo, mas o cenário mais provável é de, digamos, uma certa estagnação, de crescimento muito baixo. Os países emergentes estão mostrando resistência muito maior do que se esperava antes, principalmente o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, os chamados BRICs, e outros países emergentes, o que tem, de certa maneira, amortecido bastante, digamos, a queda de atividade da economia mundial gerada principalmente pelos Estados Unidos. A Alemanha, por outro lado, mostrou, pelo menos até agora, resistência maior, principalmente pela sua capacidade de exportação de alguns itens industriais es-

pecíficos. Mas existe ainda uma grande preocupação com a Europa. Até que ponto a Europa ainda pode vir a mostrar sinais de um certo arrefecimento mais preocupante? Portanto, é um momento de atenção. Em relação à pergunta de S.Exa. sobre inflação versus crescimento, não há dúvida de que a preocupação que era fundamentalmente possibilidade grave de recessão, há poucos meses, gradualmente passou a ser inflação, inclusive nos Estados Unidos. O FED já tem dado sinais de que já começa a se preocupar. Quer dizer, o risco é o cenário da década de 70, em que tivemos um choque do petróleo, um aumento grande

desse componente de custo na economia mundial, uma política leniente, digamos, uma política monetária frouxa da maior parte dos Bancos Centrais tentando acomodar esse aumento do preço do petróleo, que gerou a generalização da inflação, na medida em que houve contaminação da inflação por meio de efeitos secundários do efeito primário do petróleo. E depois custou muito caro trazer a inflação de novo para patamares aceitáveis. O exemplo maior disso foram os Estados Unidos. Acho que existe de fato uma diferença grande no mundo em relação à década de 70, porque hoje a maior parte dos Bancos Centrais tem um compromisso muito maior com a estabilidade. O sistema de metas de inflação está estabelecido e — um dado da maior importância, Deputado — a maior parte dos Bancos Centrais do mundo são legalmente independentes. Essa é uma diferença fundamental e crítica em relação à década de 70. Portanto, existe essa preocupação, mas, na realidade, nós não vemos no horizonte um risco de que de fato seja igual a 70. É um risco de cenário, mas, na realidade, a probabilidade maior é a de que os Bancos Centrais já tomem as ações necessárias. E já temos sinais disso. E outra pergunta que ainda vou responder fala sobre outros países, mas já existem 16 ou 17 países do mundo que já estão subindo a taxa de juros e fazendo aperto monetário. Portanto, de novo é uma preocupação, mas os Bancos Centrais do mundo todo já começam a mostrar que de fato estão comprometidos com a inflação, como, aliás, tem sido na última década. Desde que foi implantado o regime de metas de inflação e que Bancos Centrais ficaram independentes — começou com a Nova Zelândia, em 1989 —, a inflação média no mundo tem sido mais baixa, o crescimento, maior, e as taxas de juros médias, menores. O Deputado pergunta se isso significaria fim do ciclo. Não há dúvida de que existe uma mudança importante na economia mundial, que é o fato de que a chamada deflação importada, particularmente da China, mas não só da China — houve aquele processo todo de grande incorporação de mão-de-obra no mercado chinês, no

mercado de trabalho, grandes ganhos de produtividade por parte da China e, em consequência, uma queda dos preços dos produtos exportados chineses —, também de serviços da Índia, de mão-de-obra da Europa Oriental, que passou a ser disponível, mão-de-obra treinada, para diversas economias, etc. Tudo isso já mostra certo sinal de arrefecimento. Isso é claro no preço dos produtos chineses, na questão da remuneração de custo unitário de trabalho na China e, portanto, é parte também de um processo, que é agudizado, certamente, pela questão dos recursos naturais. Quer dizer, o crescimento, principalmente dos países emergentes, tem levado a um aumento muito grande, como já mencionamos, da demanda por alimentos ou por matériaprima, principalmente porque a grande demanda de matéria-prima vem exatamente dos emergentes, que estão investindo mais em infra-estrutura e a sua população está começando a se alimentar melhor. Portanto, não há dúvida de que temos um cenário um pouco diferente do que o que tínhamos nos últimos anos. Mais uma vez, eu agradeço a generosidade ao amigo. O Deputado Alfredo Kaefer pergunta — uma vez que, na visão dele, a inflação decorre das commodities e que preços administrados não são impactados diretamente pela política monetária — se isso não faria com que o aumento de juros não só fosse inócuo, mas também alimentasse a inflação. Em primeiro lugar, eu diria que, sim, nós temos uma inflação de commodities no mundo, conforme já mencionado, mas, se nós olharmos outras medidas de inflação, Deputado... Por exemplo, eu mostrei aqui as nossas medidas de núcleo por exclusão. O que é núcleo por exclusão da inflação, núcleo do IPCA? É a exclusão exatamente dos alimentos no domicílio e dos administrados. E nós vamos ver que o núcleo por exclusão mostra um aumento das taxas de inflação paulatina durante os últimos meses, atingindo, inclusive, já um patamar um pouco acima da meta central. Isso configura que de fato nós temos um componente, sim, de demanda também na questão da inflação hoje no Brasil. Nós temos uma economia que está funcionando e crescendo de forma robusta, uma demanda que está crescendo de forma robusta, etc. Mas a boa notícia — e é uma boa notícia de fato se compararmos com outros países — é que o Banco Central do Brasil está atuando e tem atuado a tempo e a hora, isto é, de forma tempestiva. O Banco do Brasil anunciou a sua preocupação e tomou medida preventivamente. Isso mostra que este cenário que eu descrevi não surpreende o Banco Central do Brasil. E o mais importante: nós não vamos depois estar atrasados, como se diz na linguagem popular, correr atrás do prejuízo. Não, o Banco Central do Brasil está atento e não foi surpre-

endido. E a história mostra que o custo das inflações é sempre menor à medida que ações são tempestivas. Portanto, gostaria de dar uma mensagem de tranquilidade e de serenidade ao Deputado, no sentido de que existe um Banco Central sintonizado com a melhor prática dos demais Bancos Centrais no mundo, bastante atento a todos esses fenômenos do Brasil e tomando as medidas necessárias. Outra pergunta: se o Tesouro reduzisse os gastos, qual o efeito? Não há dúvida de que um aumento do superávit primário que levasse a uma queda mais rápida da relação dívida/produto teria efeitos positivos para a formação da taxa de juros no País ao longo do tempo. Dito isso, tenho mencionado que é evidente que essa não é uma decisão que cabe ao Banco Central. Existem diversas prioridades que o País considera — de um lado, esta; de outro, os gastos públicos; de outro, o investimento público —, e compete ao Executivo, compete ao Congresso Nacional decidir quais são as prioridades do País neste momento. Passo à questão da valorização da moeda: até que ponto poderíamos tomar uma série de medidas, visando conter a valorização da moeda, por exemplo, a movimentação interna de moeda estrangeira que alguns países adotaram? Já existe algo muito importante nessa linha. S.Exa. se recorda da questão da cobertura cambial. Os exportadores brasileiros, por décadas, são obrigados a trazer para o País as divisas resultado das suas exportações. Isso já foi abolido pelo Conselho Monetário Nacional e, antes, por uma lei que deu esse poder ao Conselho, quer dizer, cobertura cambial inicialmente diminuindo, etc. Portanto, hoje os exportadores tem a oportunidade de deixar recursos no exterior. Isso já é um passo importante nessa direção. A hipótese de ter contas em dólares ou em moedas estrangeiras no Brasil já envolve outras questões mais complexas, alguns riscos importantes — países vizinhos do Brasil tiveram problemas gravíssimos com isso —, na medida em que o Banco Central de um país não tem como ser o emprestador de último recurso em moeda estrangeira. Então, isso envolve alguns riscos prudenciais importantes para as instituições financeiras. Mas, de qualquer maneira, existem estudos na linha de achar alternativas. A Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central, que trata de normas de câmbio, está prioritariamente estudando exatamente como modernizar o sistema de câmbio no Brasil, visando dotá-lo de instrumentos mais modernos, pelos padrões do mundo de hoje. A última pergunta: até que ponto há interesse do Banco Central no dólar baixo? Eu poderia assegurar a S.Exa. que pode ficar tranquilo, porque, desde que anunciou a política de acumulação de reservas em janeiro de 2004, o Banco Central se comprometeu a não tentar influen-

ciar a cotação, a tendência da cotação do dólar. Na realidade, o Banco Central foi muito criticado no setor inverso. Muitas pessoas pensam que o Banco Central comprar reservas poderia, na realidade, influenciar do outro lado, isto é, impedir uma apreciação maior da moeda. Mas posso lhe garantir que o Banco Central tem rigorosamente se mantido muito coerente, consistente com sua política, sim, de acumular reservas, visando aumentar a segurança do País a choque externo etc. Não tentaram, em nenhum momento, ter objetivo de influenciar a tendência do mercado de câmbio e da devolução das taxas de câmbio etc. Com relação a sua pergunta sobre outros países, já mencionei que 16, 17 países já aumentaram, nos últimos 12 meses, a taxa de juros. Portanto, já existe um número grande de países reagindo à pressão inflacionária. Por que outros países apreciaram menos do que o Brasil a sua moeda? Há causas diversas. Uma delas é que, de fato, o real estava muito depreciado, devido à crise de 2002. Então, a apreciação foi maior. Segundo, as melhorias de fundamento da economia brasileira foram notáveis para os padrões internacionais nos últimos anos. Isso também influencia a cotação das moedas. O Risco Brasil caiu muito, conforme mostrei. A melhora do Brasil nos fundamentos macroeconômicos foi muito mais pronunciada do que nos outros países. Isso também tem um efeito na taxa de câmbio, como mostrei aqui, uma correlação entre risco e taxa de câmbio. Existe outro exemplo: a questão de que o Brasil também se beneficia da mudança dos termos de troca com a valorização das commodities. Isso também tem uma certa correlação com a taxa de câmbio. Esse é o sumário das respostas. O Deputado Paulo Rubem Santiago, em primeiro lugar, pergunta o porquê de o Banco Central não apresentar um relatório das suas atividades, nos termos da lei. O que eu poderia dizer a S.Exa. é que a interpretação do nosso Jurídico, que já prevalece há quase 10 anos (que é a duração desse dispositivo legal), é de que, em primeiro lugar, o Banco Central, com a apresentação dos seus demonstrativos contábeis, de todos os seus resultados — esse material foi distribuído aos Srs. Senadores e Deputados —, atende perfeitamente às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quer dizer, esse é o relatório. Talvez o Deputado ou um órgão de assessoria técnica da Comissão entenda que o relatório deveria ser algo no sentido de prosa, uma coisa mais descritiva. De qualquer maneira, não é a interpretação do Jurídico do Banco Central do Brasil. Mas eu não tenho o menor problema, Deputado. Já fiz uma consulta informal ao nosso procurador...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

- É uma norma da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não sei se compete...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, a Presidência vai tratar do assunto, inclusive já o encaminhou ao Banco. Continue, Presidente Henrique.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Eu vou “sumarizar”. O entendimento do Jurídico do Banco Central do Brasil é de que cumprimos a Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à apresentação do material entregue a S.Exa. A segunda pergunta: por que houve antecipação da cobertura do prejuízo do Banco Central no ano de 2007? A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o resultado deve ser coberto até o primeiro semestre do ano seguinte. Existe o termo “até o primeiro semestre do ano seguinte”. Portanto, o Banco Central e o Tesouro Nacional cumpriram a determinação. A pergunta correta do Deputado sobre a necessidade dessa antecipação, quer dizer, não se esperar até o último dia previsto pela lei. Deu-se a necessidade da recomposição de Carteira do Banco Central, da Carteira de Títulos Públicos do Banco Central para efeito de execução de política monetária. Portanto, a razão de a lei dar essa flexibilidade é exatamente permitir que, se na execução da nossa política monetária o Banco Central tiver necessidade de títulos públicos antes do vencimento do prazo legal, esse resultado, portanto, pode ser coberto naquele período. Essa foi a razão dessa medida. Quanto a outra pergunta de S.Exa., a compra das reservas, se há aumento da dívida interna e, portanto — a pergunta —, se a reserva não aumenta a dívida líquida. A outra pergunta, agora citando o relatório técnico, é se parte ponderável não está sendo financiada por captação, gerando, portanto, um aumento da dívida. A resposta a S.Exa. é que, de fato, temos de separar o que significa a transparência da questão das reservas, em que as reservas estão aplicadas. As reservas estão aplicadas em títulos de primeira linha, de primeira qualidade etc., no mercado internacional, dentro de todas as normas. Agora, o financiamento feito pelo Banco Central, certamente, uma parte importante do financiamento das reservas é feito por meio de operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos que estão exatamente na Carteira do Banco Central. Certamente! Não há dúvida! Agora, isso, num primeiro momento, não aumenta necessariamente a dívida líquida do setor público, na medida em que aumenta, sim, uma captação por parte do Banco Central. Por outro lado, temos um aumento também das reservas, que são deduzidas da dívida bruta, para efeito do cálculo da dívida líquida. O que quero dizer é o seguinte:

são reservas líquidas que podem ser usadas por interesse do País, a qualquer momento, para liquidar a dívida interna ou as operações compromissadas. Portanto, a questão é uma decisão de política macroeconômica do País: se compensa fazer isso, se é uma boa política macroeconômica o País ter reservas internacionais de um lado e captações de outro. A avaliação que fazemos até este momento é de que sim. A resistência da economia brasileira a essa crise recente dos mercados internacionais e a não-repetição aqui do tipo de problemas que tivemos no passado, que geraram recessão, desemprego e perda de arrecadação para o Tesouro Nacional é importante. E pior: V.Exa. deve se recordar de que em crises anteriores, inclusive tão recentemente quanto 2002, o custo de financiamento da dívida interna brasileira, não estou falando nem da externa, subiu muito. Uma das razões por ter caído o custo médio de financiamento de toda a dívida brasileira é exatamente as reservas internacionais, que dão maior segurança de estabilização ao País. Não é apenas isso: aquela da relação dívida/PIB também; a inflação está consistente com a trajetória de metas. Tudo isso faz parte desse cenário mais virtuoso. Mas estamos vendo, por exemplo, que o custo de financiamento da dívida com percentagem do produto tem caído, conforme temos mencionado recentemente aqui. De fato, é algo que... Há ainda outra pergunta, mas já vou antecipar. Por exemplo, se olharmos o custo de juros do Governo Federal como percentagem do produto, foi 5% em 2006, 4,2% em 2007 e nos últimos 12 meses 3,74%. Portanto, essa política de melhora dos fundamentos macroeconômicos do País está, em última análise, gerando inclusive uma queda do custo de carregamento da dívida pública federal. O Deputado tem razão quando diz que, sim, o aumento das reservas gera um aumento das operações compromissadas. Mas, de novo, é uma questão de avaliação macroeconômica de custo/benefício para o País. Finalizando, não há dúvida de que as nossas áreas técnicas e jurídicas voltarão a analisar com maior seriedade a questão de até que ponto o relatório apresentado pelo Banco Central atende perfeitamente às normas da responsabilidade fiscal. Estamos dispostos inclusive a ouvir as ponderações das áreas técnicas da Comissão, mas é esse claramente o entendimento até o momento. A pergunta do Deputado Carlos Melles sobre a negociação da dívida agrícola: até que ponto essas negociações vão continuar? Infelizmente, o Deputado não pôde estar presente, desculpou-se, porque teve que atender aos seus compromissos parlamentares, mas confesso que não ficou claro para mim qual seria exatamente a solução que ele tem em mente. Pareceu-me que poderia ser algo como um perdão da

dívida. Talvez. Não sei. Mas, evidentemente, confesso que essa é uma decisão que extrapola — e muito — o Banco Central do Brasil, na medida em que estamos falando do uso de recursos públicos, da população. Então, existem todas as prioridades debatidas no Congresso Nacional. Mas certamente procurarei entrar em contato com o Deputado para entender um pouco mais qual seria a sugestão de S.Exa., porque gostaríamos de entender com maior exatidão para poder dar uma resposta mais precisa. Com relação à pergunta do Deputado Carlos Setim, exatamente a questão das reservas. As reservas rendem menos do que a dívida interna, portanto, seria ou não uma boa medida ter reservas. Acredito que foi suficientemente respondido na pergunta anterior. O impacto da SELIC no custo da dívida interna, também já discutimos bastante no seguinte sentido: há um impacto direto na parcela da dívida interna indexada à SELIC. Por outro lado, uma parte da dívida interna é indexada a índices de preços. Portanto, pressupondo-se que a inflação seja controlada, há um benefício ao Tesouro por inflação mais baixa a prazo médio. Por outro lado, uma parte dela é prefixada. Num primeiro momento não há impacto, exatamente por ser prefixada. Num segundo momento, mesmo que haja um aumento do custo de mercado do prefixado, existe uma questão conceitual muito importante de que, na realidade, o que define o custo prefixado ao longo do tempo é a expectativa de inflação. O Banco Central, em última análise, vai fixar uma política monetária que terá em mente fazer com que a inflação seja consistente com uma trajetória de metas, apesar de não haver dúvida de que, num primeiro momento, as decisões do Banco Central podem, sim, com outros fatores, influenciar a curva de juros. O importante é mencionar que a estabilização, a diminuição do risco-país e o controle inflacionário fazem com que o prêmio de risco do país caia. Em consequência, as taxas de juros reais de mercado a longo prazo tendem a cair na economia brasileira com a estabilização, e, portanto, pode ser inferido que essa queda continuada da relação dívida/produto no País, além do esforço fiscal, que é fundamental, tenha um componente também de uma queda ao longo dos anos na taxa de juros real, que vem em consequência da queda dos prêmios de risco, que vem em consequência da estabilização. No que diz respeito ao Fundo Soberano, a pergunta é, primeiro, se há um impacto direto na meta de inflação. Acredito que a resposta é de que não há uma inter-relação, uma interação direta. O Fundo Soberano, basicamente, significa, em última análise, o Governo fazendo compras no mercado para fazer aplicações estratégicas. Digamos que é uma análise de certa complexidade. É importante mencionar que o Fundo

Soberano é uma decisão anunciada, mas ainda não temos os detalhes dele. O Fundo Soberano visa exatamente fazer uma aplicação estratégica no exterior de recursos adquiridos no mercado de câmbio, visando exatamente atender a interesses estratégicos do País. Parece-me que a pergunta do Deputado era mais voltada no sentido de que, se há recursos para o Fundo Soberano, então, haveria recursos ou para não aumentar impostos ou para efetuar esses gastos públicos em outras áreas. S.Exa. mencionou especificamente o aumento de impostos. É evidente que essa é uma decisão da sociedade brasileira, que pode tomar decisão de, por exemplo, cortar outros gastos ou aumentar outros gastos ou fazer investimentos estratégicos, mas não compete por certo ao Banco Central entrar nesse debate. O Banco Central tem dado todo o suporte técnico possível para que esse fundo, em sendo constituído, seja dentro das melhores normas técnicas no mundo. Por exemplo, não haverá, como já mencionei, o uso de reservas, etc. O Deputado Chico Lopes se preocupa com a confecção do Orçamento. S.Exa. pergunta que tipo de preocupação nós, do Banco Central, poderíamos ter e poderíamos sugerir aos Srs. Parlamentares na confecção do Orçamento. A preocupação de um Banco Central, Deputado, é macro, na medida em que o Orçamento atenda aos interesses e às prioridades do País na execução dos seus gastos de investimentos públicos, de um lado, e que de fato atenda ao equilíbrio orçamentário, expresso no cumprimento das metas de superávit primário, do outro lado. Portanto, as nossas preocupações são mais de ordem geral e macroeconômicas. A pergunta do Deputado Carlito Meres, em relação às cooperativas de crédito. Preocupações de um lado com a formação das cooperativas e de outro lado uma pergunta sobre como poderemos fazer para aumentar o número, digamos assim, da participação das cooperativas na economia brasileira. Poderia dizer ao Deputado, em primeiro lugar, que existe uma grande preocupação no Banco Central com essa questão. As áreas técnicas do Banco analisam rigorosamente as cooperativas de crédito, principalmente as que vão ser abertas, de livre admissão. E, portanto, existe uma certa limitação técnica ao número, na medida em que é importante que todas as regras prudenciais e os equipamentos técnicos das cooperativas sejam feitos, etc. Poderia dar, portanto, a informação ao Deputado de que entre 2004 e 2007 foram aprovadas 355 novas cooperativas de crédito no País pelo Banco Central do Brasil. É um número recorde. De fato, é um esforço muito grande. S.Exa. concorda com o Banco Central. Concordamos com o fato de que cooperativa de crédito é algo muito importante, fundamental para o crescimento e desenvolvi-

mento do País e para o desenvolvimento do mercado de crédito. O Deputado Jorge Khoury, referindo-se à LDO de 2009, referente ao superávit primário de 3,8%, pergunta se um aumento, em última análise, do superávit primário não poderia levar a uma queda de juros no mercado, e, por parte do Banco Central, a queda de juros no País. Nós podemos dizer que, como já mencionei, não há dúvida de que uma queda da dívida pública, com percentagem do produto, resultado de um maior superávit primário — a experiência empírica mostra que isso tende a colocar menor pressão na captação do Tesouro no mercado, em consequência, menor pressão na confecção de taxas de juros, na estruturação do mercado de taxas de juros do País. Em consequência, tende-se a ter taxas de juros, de fato, menores no País. Mais uma vez, isso é uma definição que cabe ao Executivo e ao Congresso Nacional. Basicamente, acredito que terminamos. Presidente, respondemos a todas as perguntas. (Não identificado) - Presidente, queria interromper um pouquinho para dar uma notícia interessante ao Presidente do Banco Central, que recebo no meu flash: “Agência canadense DBRS leva também Brasil a grau de investimento e anima BOVESPA, que sobe a 3,04%, e o dólar cai a 0,89%”. (Não identificado) - Eu já sabia, mas não quis falar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, antes de terminar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não vou fazer perguntas. Presidi uma reunião no Plenário nº 9. Logo que terminou, imediatamente vim para cá. Eu sempre participo das reuniões com o nosso Presidente Henrique Meirelles, que, de vez em quando, me brinda com uma rodada, uma vez por ano, um pouco mais do que isso, para discutir no Banco Central problemas relativos a questões financeiras e econômicas do País. Então, queria cumprimentá-lo, Presidente. Vi as declarações do Presidente Lula, que muito me alegraram, de que caminhamos no sentido de, no futuro — não sei em que data —, ter um banco central único no MERCOSUL. Espero que se acelerem as discussões a respeito desse assunto tão importante, que vai ajudar, com certeza, a derrubar as taxas de juros no Brasil. Presidente, parabéns! Claro que não é o esforço de uma só pessoa ou de um só órgão, mas esse grau de investimento tem o seu rosto, a sua digital. Parabéns, portanto, Presidente, por mais essa conquista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Presidente Henrique Meirelles por ficar nesta Comissão quase 4 horas. Falou de tudo, sem se negar a responder a uma pergunta, mostrando que

quem lidera pelo saber o faz de forma extremamente consciente para o bem do País. Esta Comissão Mista sente-se extremamente honrada em contar com a sua presença nesta tarde. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia cinco de agosto do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Marco Antônio Costa, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Antonio Carlos Júnior, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, do Senador José Agripino. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Geovani Borges, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, comunica o recebimento do Aviso nº 778, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2039/2008, proferido nos autos do processo nº TC-029.140/2007-7, e do Aviso nº 41/08, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao segundo trimestre de 2008, bem como o relatório da execução da programação monetária. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01—Mensagem do Senado Federal nº 76, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da

República, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, para o 2º trimestre de 2008, tendo como Relator o Senador Romero Jucá que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá e não havendo quem queira discutir a Matéria, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2008”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas”, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04- Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. (Modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada)”, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 01/07/08 foi concedida Vista ao Senador Marconi Perillo que devolveu com Voto em Separado concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 a 08 e nº 10, nos termos do Substitutivo que apresenta. Foram apresentadas as Emendas nºs 01 a 03, de autoria do Senador Raimundo Colombo, nºs 04 a 07, de autoria do Senador Renato Casagrande e nºs 08 a 10, de autoria do Senador Marconi Perillo. Em 03/07/2008

foi retirada a Emenda nº 09, de autoria do Senador Marconi Perillo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “altera a alínea “c” do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul do fuso horário de Greenwich menos quatro horas para o fuso horário Greenwich menos três horas” tendo como Relator o Senador Geovani Borges que oferece Parecer Favorável com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Gilberto Kassab, que “altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valdir Raupp, e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Eduardo Azevedo, Eduardo Suplicy e Renato Casagrande. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), rejeitando, ainda, as Emendas de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores da Internet”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências” tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do

Parecer pela Senadora Serys Slhessarenko, e não havendo quem queira discutir, a comissão aprova o Parecer da Relatora favorável nos termos da Emenda nº 02-CDR-CAE (Substitutivo); Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 616, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção dos depósitos judiciais em instituições financeiras oficiais e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do Parecer pelo Senador João Vicente Claudino, e não havendo quem queira discutir a Matéria, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 30/06/08, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romeu

ro Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero para o PIS/PASEP e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”, tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada. A Presidência coloca em apreciação, com a aprovação dos membros da Comissão, os seguintes itens Extrapauta, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, que “dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Flávio Arns que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 02, 03 e 04 que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 01 apresentada. Em 17/08/07, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Raimundo Colombo. Em 06/05/2008 foram aprovados os Requerimentos nº 14/2008-CAE, de autoria dos Senadores Osmar Dias e Flávio Arns, para realização de Audiência Pública e nº 15/2008-CAE, de autoria do Senador Valter Pereira, que requer a inclusão na pauta dos trabalhos da Comissão o PLC nº 22, de 2007, e, em 01/07/2008, foi aprovado o Requerimento nº 25/2008-CAE, de autoria do Senador Flávio Arns, requerendo a dispensa da Audiência Pública. Após a leitura do Parecer pelo Senador Flávio Arns, usam da palavra para discutir a Matéria, os Senadores Gerson Camata, Renato Casagrande, Osmar Dias, Valter Pereira, Francisco Dornelles e Antonio Carlos Júnior. Colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 01, 02 e 03-CAE e pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Raimundo Colombo; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 142, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 13,200,000.00 (treze milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura de Belford Roxo, Estado do Rio de

Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Urbanização e Saneamento Ambiental do Município de Belford Roxo”, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Senador Neuto de Conto, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. É aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 29, de 2008, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Aloizio Mercadante, que requer seja convidado para uma Audiência Pública, o Exmo. Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de debater a posição brasileira e os desdobramentos da Rodada de Doha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador ALOIZIO MERCADANTE

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos senadores, aos demais, às pessoas presentes. Bom dia a todos, a todas. É um prazer muito grande retomarmos, aqui, as nossas atividades parlamentares.

Hoje, estamos diante da 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e, antes de nós iniciarmos os trabalhos, eu quero propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu queria comunicar aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento. O Aviso nº. 778, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 2.039/08, proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 029140/2007/7, e o Aviso nº. 41/08, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao dispositivo da Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real, referente ao segundo trimestre de 2008, bem como o relatório da execução da programação monetária. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu vou iniciar com um projeto de grande alcance social, um projeto muito importante, eu diria especial-

mente nessa conjuntura que nós atravessamos, e um projeto que exigiu um esforço de negociação muito grande e que teve à frente a relatoria sempre competente do Senador Valdir Raupp. É o Projeto de Lei da Câmara nº. 12/08, não terminativo: “Altera as leis 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2008, e dá outras providências”. Autoria: Deputado Gilberto Kassab. Relatoria: Senador Valdir Raupp. É o Item 7 da pauta.

O parecer é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição das emendas nº. 1 e 2, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

A matéria ainda será apreciada na Comissão de Assuntos Sociais. Esse projeto, ele procura regulamentar, construir uma tarifa social para a energia, e essa tarifa social sempre foi importante socialmente, porque é um dos instrumentos de proteção dos consumidores de baixa renda, em relação ao peso que a energia tem na sua composição do custo de vida. E a tarifa social alivia para esse segmento, desonera tributariamente e, portanto, viabiliza a redução de custo de vida, especialmente no momento que, com a pressão dos custos dos alimentos, que é uma pressão internacional muito forte, nós precisamos discutir esse tema com, eu diria com urgência.

Agora, é uma matéria muito complexa, e o projeto que veio da Câmara o relator conseguiu construir uma negociação ampla com todas as áreas do Governo envolvidas, e precisava de uma mudança profunda para que a gente possa alcançar esse objetivo social, sem prejudicar outros programas sociais importantes do setor, especialmente o “Luz Para Todos”, porque o projeto que veio da Câmara ele trazia um... Ao tentar beneficiar a população de baixa renda, acabava impondo uma redução muito significativa de recursos do “Luz Para Todos”.

Então, você tirar de quem não tem direito à luz para poder reduzir a tarifa de quem tem, ainda que tenha problemas de renda, não nos parece propriamente um bom caminho para nós equacionarmos essa questão.

Então, exigiu um esforço técnico muito grande, quero, aqui, agradecer, em especial, ao Ministro Edison Lobão, que se empenhou muito para construir esse entendimento, para que nós pudéssemos chegar a um novo relatório e construir novas bases; esse é o objetivo de grande alcance social, e insisto, nessa conjuntura especial, tem um significado muito particular, em função da pressão do custo de vida na população de baixa renda, que decorre dessa inflação importada, especialmente a elevação do preço dos alimentos, mas, no entanto, nós não poderíamos aprovar o pro-

jeto como foi eu diria construído o entendimento na Câmara dos Deputados.

Então, exigiu um trabalho longo, quero aqui agradecer ao Ministério de Minas e Energia, em particular, ao Ministro Edison Lobão, que tem grande sensibilidade com essa Casa e se empenhou muito para construir um bom entendimento, e, em particular, ao Senador Valdir Raupp, que se dedicou, aí, durante o recesso para que a gente pudesse construir esse parecer. Então, com a palavra o relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Ex^a só me permite, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a sempre tem precedência nesta Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, Excelência [risos]. Eu só gostaria que, na seqüência, se V.Ex^a permitir, colocar como item extrapauta o Projeto de Lei 22, de 2007, do Deputado Aldo Rebelo, que trata da adição da farinha da mandioca na farinha de trigo, e houve, também, um grande debate, depois, sobre o assunto, que lhe posso relatar na seqüência, também, se V.Ex^a permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V.Ex^a. Senador Flávio Arns se dedicou muito a esse tema, Senador Osmar Dias também, para buscar um entendimento em torno desse projeto, que também está relacionado ao aumento do custo de alimentos, a pressão da farinha de trigo, e, ao mesmo tempo, construir uma solução que não prejudicasse o consumidor e a qualidade dos produtos que são oferecidos.

Então, já há um entendimento, também, sobre essa matéria, e nós, evidentemente, colocaremos como item extrapauta, na Ordem do Dia. Pediria apenas que fosse formalizado, para que a gente possa fazer, então, essa construção.

Vamos, então, retomar o tema da tarifa social de energia, relatoria do Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores.

“A tarifa social de energia elétrica consiste na aplicação, pelas concessionárias permissionadas ou autorizadas do serviço público de distribuição de energia elétrica, de descontos incidentes sobre a tarifa da classe residencial às unidades consumidoras integrantes da subclasse ‘residencial baixa renda’, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Na definição das faixas de consumo sujeitas aos descontos, de que trata o caput, o Poder Executivo observará o limite superior de 220 quilowatts/mês.

Art. 2º. A tarifa social, a que se refere o art. 1º desta lei, será aplicada para as unidades consumidoras classificadas na subclasse ‘residencial baixa renda’, desde que atendam a pelo menos uma das seguintes condições: I - seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no cadastro único para programas sociais do Governo Federal, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; II- ou tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da Assistência Social, nos termos dos art. 20 e 21 da Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º. Excepcionalmente, será também beneficiada com a tarifa social a unidade consumidora habitada por família inscrita no cadastro único e com renda mensal de até três salários mínimos, que tenha entre seus membros um portador de doença ou patologia, cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos, que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento do Poder Executivo.

§ 2º. A tarifa social será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

§ 3º. O Poder Executivo poderá vincular a concessão do benefício tarifário quando cabível a adesão da unidade consumidora de baixa renda a programas que incentivem o uso racional da energia elétrica e a eficiência energética.

Art. 3º. Sob pena de perda do benefício, os cadastrados da tarifa social, quando mudarem de residência, deverão informar o seu novo endereço para a concessionária distribuidora de energia elétrica, que fará as devidas alterações, comunicando a Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.

Art. 4º. O Poder Executivo deverá informar a todas as famílias inscritas no cadastro único, que atendam às condições estabelecidas nos incisos I e II, do art. 2º desta lei, de seu direito à tarifa social de energia elétrica.

§ 1º. Para atender ao disposto no caput deste artigo, será disponibilizado ao responsável pela unidade familiar o seu respectivo número de identificação social, NIS, acompanhado da relação do NIS dos demais familiares.

§ 2º. Periodicamente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Agência Nacional de Energia Elétrica deverão compatibilizar e atualizar a relação de cadastrados que atendam aos critérios fixados no art. 2º desta lei.

Art. 5º. As concessionárias permissionárias e autorizadas de serviço de instalações e distribuição de

energia elétrica deverão dar ampla divulgação desta lei aos consumidores, nas respectivas áreas de atuação.

Art. 6º. As unidades consumidoras, atualmente classificadas na subclasse ‘residencial baixa renda’, nos termos da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, e que não atendam ao que dispõem os incisos I ou II do caput, do art. 2º desta lei, deixarão de ter direito ao benefício da tarifa social.

Parágrafo Único. No regulamento desta lei, o Poder Executivo definirá os procedimentos necessários para, dentro do prazo de até 12 meses, contados a partir da entrada em vigência desta lei, excluir do rol dos beneficiários da tarifa social as unidades consumidoras a que se refere o caput.

Art. 7º. As concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço de instalações e distribuição de energia elétrica deverão discriminar, nas faturas de seus consumidores, as alíquotas efetivamente praticadas e os valores dos tributos e encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica, conforme regulação da ANEEL.

Art. 8º. Os critérios para a interrupção do fornecimento de energia elétrica, por falta de pagamento, pelas unidades consumidoras e beneficiárias da tarifa social, bem como o parcelamento da dívida, deverão ser objeto de resolução emitida pela ANEEL.

Art. 9º. O art. 1º da Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Até 31 de dezembro de 2015, os percentuais mínimos definidos no caput deste artigo serão de 0,50%, tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia. III - A partir de 1º de janeiro de 2016, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a mil gigawatts por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programa de eficiência energética, no uso final, poderá ser ampliado de 0,25% para até 0,50%’.

Parágrafo Único. Os recursos dos programas de eficiência energética não poderão ser usados para ampliação das redes de distribuidoras ou para a realização de novas ligações.

Art. 10º. O § 1º do art. 1º e art. 3º da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘§ 1º do art. 1º. O rateio dos custos relativos à contratação de capacidade de geração ou potência quilowatt, referidos no caput deste artigo, não se aplica ao consumidor beneficiário pela tarifa social de energia elétrica, integrante da subclasse ‘residencial baixa renda’. Art. 3º. O valor pago pela energia elétrica adquirida na forma do inciso I do caput deste artigo, os custos

administrativos financeiros dos encargos tributários incorridos pela ELETROBRAS na contratação serão rateados após prévia exclusão do consumidor beneficiário pela tarifa social da energia elétrica, integrante da subclasse ‘residencial baixa renda’, entre todas as classes de consumidores finais atendidos pelo sistema elétrico interligado nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

O valor pago pela energia elétrica adquirida na forma do inciso II do caput deste artigo, os custos administrativos financeiros dos encargos tributários incorridos pela ELETROBRAS na contratação serão rateados, após prévia exclusão do consumidor beneficiário pela tarifa social de energia elétrica, integrante da subclasse ‘residencial baixa renda’, entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo sistema elétrico interligado nacional, proporcionalmente ao consumo verificado’.

Art. 11º. Esta lei entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

Art. 12º. Ficam revogados os § 5º, 6º e 7º do art. 1º, da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002.”

O voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, opinamos pela rejeição das Emendas nº. 1, nº. 2 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 12/08, na forma dos seguintes substitutivos. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Senador Mercadante, eu preciso até agradecer esta oportunidade de poder votar esse projeto, nesse momento, e vou explicar por que.

Na campanha de 2006, a grande campanha que se fez contra a minha candidatura é que eu, eleito Governador do Paraná, acabaria com a tarifa social da luz e com a distribuição do leite e com o programa de renda mínima, o programa de “Bolsa Família”.

Parece até que eu teria poder para acabar com o “Bolsa Família” no Paraná. Mas aquilo, repetido mil vezes, acabou se tornando um problema para a minha campanha. E eu dizia todos os dias: “Não só vou manter como ampliar os programas que estão dando certo. Mas vou corrigir aqueles que não estão dando certo”.

Até apresentei um Projeto de Lei – isso antes da campanha de 2006 – propondo que se acabe com a cobrança da tarifa mínima de energia elétrica, que é de 100 quilowatts. Porque é injusto que uma família que gasta 60, tenha obrigação de pagar 100.

Assim como na água, a tarifa mínima de 10 m³ – no meu estado, pelo menos, é assim – acho injusta,

porque, se a família economizou e gastou 5 m³, ela é obrigada a pagar os 10 m³.

Então, quando chega à Comissão de Assuntos Econômicos, e V.Ex^a coloca em pauta um projeto que estende para todo o país a tarifa social de energia elétrica, para mim é uma grande oportunidade de, com a atitude do voto, mostrar que eu disse a verdade todo o tempo, durante a campanha, quando eu dizia: “Não só vou manter como ampliar”.

Presidente, agora eu tenho a oportunidade de ampliar para todo o Brasil, votando a favor desta matéria, a favor da tarifa social de energia elétrica para as famílias de baixa renda.

Se os critérios no Paraná são diferentes deste, que pelo menos a gente tenha em todos os estados brasileiros a oportunidade de ver as famílias de baixa renda pagando uma tarifa menor pelo consumo de energia elétrica.

E repito: “Não aceito que as famílias, mesmo aquelas que tenham uma renda de um, dois salários mínimos, sejam obrigadas a pagar pelo menos 100 quilowatts/mês”.

O meu Projeto de Lei está tramitando nessa Casa, ele será votado brevemente, e tenho certeza de que os senadores, assim como aprovarão este que estamos votando, também aprovarão o meu projeto, que permite a cobrança, pelas concessionárias e pelas empresas de energia elétrica do país, da tarifa mínima de 100 quilowatts por mês.

Acho justo que se pague pelo que se consumiu. Assim, nós vamos, inclusive, estimular o consumo, nós vamos estimular a redução de consumo de energia elétrica no país e contribuir, exatamente, para o problema que é a oferta de energia elétrica e que precisa ser também uma preocupação permanente do Governo.

Aliás, esse projeto, Presidente, eu não apresentei depois da campanha eleitoral, eu o apresentei quando o Brasil teve uma crise por falta de planejamento e teve uma crise no abastecimento de energia elétrica, que nós tivemos problemas imensos nas indústrias, na própria população, na sociedade brasileira, que teve que fazer racionamento, e, naquela oportunidade, eu apresentei um projeto que proíbe a cobrança de 100 quilowatts por mês para todas as famílias.

Tem que cobrar aquilo que foi consumido. Se consumiu 30 quilowatts, que se pague 30 quilowatts. Agora, eu tenho a oportunidade de mostrar aqui que eu disse a verdade quando dizia: “Vou ampliar os programas que estão dando certo”. Vou ajudar o Governo Federal a não só manter os programas que estão em execução, mas ampliá-los, como, por exemplo, o PRONAF, que eu queria no meu Estado fazer a colocação

de recursos a mais para que o PRONAF atendesse mais famílias, mais pessoas no meio rural.

É uma oportunidade, Sr. Presidente, de eu, aqui, retificar, de dar, aqui, através de uma atitude de um voto, aquilo que falei durante o ano de 2006 inteiro.

Infelizmente, as coisas quando são repetidas mil vezes, elas se tornam uma verdade dura de ser combatida. Mas estou aqui para votar a favor, Sr. Presidente, agradecendo V.Ex^a pela oportunidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu queria só, além de veementemente(F) concordar com a tarifa, tem um item que eu pediria ao Senador Valdir Raupp. Senador, aqui no art. 2º, § 1º, está exatamente beneficiando a família que estiver no cadastro único com renda mensal de até três salários mínimos, que tenha entre seus membros um portador de doença ou patologia cujo tratamento exija, exatamente, a instalação de equipamentos médicos.

É uma tendência atual, positiva, de que as pessoas que têm esses tratamentos mais demorados ou crônicos, ao invés de ficar em hospital, fiquem na sua própria residência. Eu estou considerando que está muito baixa essa limitação de três salários mínimos apenas, sabe? É uma questão excepcional, não são tantas pessoas que têm essa necessidade. Eu proporia se nós poderíamos elevar um pouco, ainda como emenda, aqui, mesmo, de Comissão; essa renda mensal, aí, a três salários mínimos está muito baixa, porque é uma situação especial que atinge as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra o relator.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Olha, essa relatoria foi fruto de um entendimento entre a Câmara, os deputados que estavam trabalhando esse projeto na Câmara, e os Ministérios de Minas e Energia, Casa Civil, Ministério da Ação Social; envolveu todos os Ministérios voltados a essa área. E esse projeto volta para a Câmara, ainda, porque ele foi modificado aqui. Não está sendo aprovado, porque tivemos que fazer um substitutivo. Aí, teria que voltar; se for fazer modificações, teria que voltar todo o entendimento novamente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele já veio da Câmara com três salários mínimos?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A informação que me chega, Senador, é que o MDS, o Ministério do Desenvolvimento Social, só tem cadastro para até três salários mínimos, para aquelas famílias

que ganham até três salários. Acho que está no limite do cadastro do Ministério.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Bom, está bem, é que eu proporia, pelo menos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como é não terminativo, eu gostaria de sugerir ao Senador Eduardo Azeredo que aprofundasse esse estudo. É evidente que é meritória a questão que está sendo levantada. Quer dizer, o cadastro é uma forma de proteger a fraude e de evitar que haja responsabilidade da distribuidora de fiscalizar as famílias; eles não têm instrumentos, não tem procedimentos adequados.

Então, o cadastro único que nós temos hoje é um instrumento de aferição para ter absoluta segurança de que não haverá fraude e que outros não serão beneficiados, porque, se nós não formos rigorosos no critério de seletividade do acesso a esse programa, os outros consumidores vão pagar uma conta indevida.

Na realidade, o custo desse programa vai ser transferido para os demais consumidores da sociedade. O sistema tem que fechar.

Então, eu sugiro que o Senador Eduardo Azeredo aprofunde a reflexão. Como há tempo, ainda, de tramitação em outras comissões, poderia voltar, posteriormente, e sugerir alguma alteração. Eu acho que o parecer, basicamente, é preservar o cadastro único como grande instrumento de acompanhamento dessa matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

De acordo, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero assinalar o esforço que o Senador Valdir Raupp fez em conjunto com as diversas áreas do Governo, especialmente do Ministério de Minas e Energia, da Casa Civil e das áreas econômicas do Governo, para chegar a um entendimento sobre este projeto, que tem no Deputado Carlos Zarattini um daqueles que contribuiu significativamente para a sua aprovação, porque ele foi o relator de inúmeras sugestões, iniciativas... Relator de inúmeras iniciativas, inclusive, uma das primeiras foi do então Deputado Gilberto Kassab, em 24 de julho de 2000, mas Leonardo Picciani e outros--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy, só queria, reforçando a intervenção de V.Ex^a, dizer que o Deputado Carlos Zarattini se empenhou permanentemente na aprovação dessa matéria. Procurou-me várias vezes, procurou o relator, procurou o Ministério, levou os movimentos sociais que estão engajados nessa luta

em audiências, para que nós déssemos prioridade na tramitação da matéria. Como era muito complexa, nós colocamos na primeira Sessão após o recesso, para permitir esse substitutivo, que é de entendimento com o Governo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito bem. Eu, ainda há pouco, conversei com o Deputado Carlos Zarattini, que explicou que, tendo em conta as diversas manifestações e diálogos com o Ministério de Minas e Energia e demais áreas do Governo, ainda que ele gostaria que tivesse sido aprovado o projeto tal como veio da Câmara, mas que avalia seja melhor que nós aprovemos e, se for o caso de voltar para a Câmara, então, teria a Câmara dos Deputados a oportunidade de fazer algumas modificações ainda.

Mas é interessante observar que, dentre as sugestões propostas pelo Senador Valdir Raupp, está aquela de não se estar provendo um subsídio para aquelas residências que, embora tendo a utilização relativamente baixa de energia, na verdade, são residências de pessoas de alto poder aquisitivo e de renda alta, como acontece, por exemplo, com as casas de veraneio.

Eis porque, então, está aqui proposto que a base de definição da tarifa social seja mais relacionada ao nível de renda das famílias e residências, o que me parece algo na direção correta. Portanto, quero aqui fazer a menção positiva aos esforços de todos aqueles que colaboraram para esta proposição, tanto do Deputado Carlos Zarattini como do nosso relator, o Senador Valdir Raupp. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Quero crer que o lapso “voltar para a Câmara, voltar para a cama” ainda é a inércia do período do recesso legislativo. Mas, seguramente, V.Ex^a não terá mais essa oportunidade, pela campanha que se avizinha.

Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sras. e Srs. Senadores.

O fornecimento de energia, sem dúvida, e o acesso à energia é fundamental para que possamos ter desenvolvimento e qualidade de vida. Eu me lembro, no debate desse tema, me lembro do programa do Governo que é o programa “Luz Para Todos”, um programa importante, que está fazendo chegar aos diversos agricultores deste país, que não tinham energia elétrica, a oportunidade de ter energia elétrica.

Então, esse programa é um programa importante, que eu estou me lembrando dele, me recordando dele, está sendo implementado em alguns estados, ainda.

No meu Estado já foi concluído o processo, porque, naturalmente, sempre surgem outras propriedades, através de desmembramentos, sem energia, mas quase que 100% das propriedades já com energia elétrica, e todos, aqui, que já tiveram a oportunidade de estar num local sem energia sabe de como a energia é importante para nós nessa era moderna que nós estamos vivendo.

Da mesma forma, o agricultor não tinha acesso à energia, porque não tinha uma linha de transmissão lá perto dele, e, hoje, muitas pessoas que moram na cidade não têm renda e não têm, também, oportunidade de ter acesso à energia.

Então, esse projeto aperfeiçoa um projeto já existente, um programa já existente, a decisão já existente de o Governo subsidiar o fornecimento de energia para quem tem até um patamar de consumo, mas, agora, vinculado à renda, porque isso evita qualquer desvio.

Então, Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Valdir Raupp, os autores desse projeto, o relator Valdir Raupp e os autores desse projeto, que está sendo modificado aqui na Casa, deverá retornar à Câmara, e vai retornar à Câmara, para que nós tenhamos a conclusão do processo na Câmara dos Deputados.

Então, minha saudação, aqui, no Senado, ao relator Valdir Raupp pelo documento e pelo processo apresentado para esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

Não tendo mais nenhum senador para debater a matéria, ou senadora, vamos à votação. Senadores e senadoras que são favoráveis ao parecer do Senador Valdir Raupp permaneçam como se encontram. Aprovado. O processo vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu queria propor que nós, na mesma linha de darmos resposta a essa questão da inflação do custo de vida, patrocinada pelo aumento internacional do preço dos alimentos, que esse projeto ajuda a responder a essa situação, que nós votássemos o projeto extrapauta solicitado pelo relator Flávio Arns, que é o uso da farinha de mandioca apenas para os estoques públicos. Quer dizer, o uso da farinha de mandioca para produzir pão para estoques públicos.

Então, não é uma obrigação ao consumidor final, mas cria uma opção de utilizar esse insumo, que é importante na agricultura familiar, que vai baratear o pão, especialmente para programas sociais, reduzindo custo e permitindo a aplicação.

Então, um projeto, também, que foi produto de um amplo entendimento com toda a cadeia produtiva

do trigo, a cadeia produtiva da farinha de mandioca, as entidades que representam as padarias. Então, houve um grande entendimento, e o Senador Flávio Arns e o Osmar Dias, que tinham certa dificuldade com esse projeto de autoria do Deputado Aldo Rebelo, depois, chegaram a esse entendimento, junto ao Ministério da Agricultura.

Então, eu solicitaria que nós pudéssemos votar esse projeto que também diz respeito à crise alimentar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só uma pergunta, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estava ao telefone, e não ouvi a primeira parte da sua explanação. Teve um acordo com o setor de panificação, porque tinha uma resistência deles com relação a esses--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Teve um amplo acordo, o Senador Flávio Arns era um dos que era contrário ao projeto original, porque achava que isso prejudicava o direito do consumidor, a liberdade da padaria de compor os seus produtos, e foi feito um entendimento com todo o segmento, exatamente a partir dos estoques públicos.

Ele vai explicar detalhadamente. É produto do entendimento. Não há e não haverá nenhuma imposição ao consumidor final.

Senador Osmar Dias, que, também, durante muito tempo, se opunha à concepção do projeto por essa mesma preocupação. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, sobre este assunto e outro, mas é bem rápido.

Sobre esse assunto, eu estou de acordo com a posição do Senador Flávio Arns, que trabalhou bastante para chegar neste ponto em que estamos para votar o projeto. Mas eu recebi, agora, um telefonema do Procurador do Estado do Paraná, questionando por que o projeto de resolução que acaba com a multa ao Paraná em relação ao tesouro não está pautado.

Então, como eu vi, aqui, a presença do Senador Valter Pereira, e ele foi um dos autores do pedido de vistas, eu consulto V.Ex^a se houve a devolução, já, por quem pediu vistas do processo e se há condições de colocá-lo em pauta, se não hoje, numa próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Colocaremos numa próxima reunião, porque um dos pedidos de vista do Senador Flexa Ribeiro, que tem grande interesse na matéria, não pôde comparecer a essa sessão. Então, por solicitação de

quem está interessado no tema, nós estamos adiando para uma próxima Sessão, o mais breve possível.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, vamos à votação. Senador Flávio Arns, relator do projeto.

Projeto de Lei da Câmara nº. 22, de 2007, não terminativo: *“Dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo Poder Público. Estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada e dá outras providências”*. Autoria: Deputado Aldo Rebelo. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Favorável ao projeto com as emendas de redação nº. 2, nº. 3 e nº. 4, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº. 1 apresentada. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer pela aprovação do projeto.

Em 6 de maio de 2008, foi aprovado o Requerimento de 14/08, da CAE, de autoria do Senador Osmar Dias e Flávio Arns, que requeria a realização de Audiência Pública com finalidade de instruir a matéria.

Em 1º de julho de 2008, foi aprovado o Requerimento 25/08, da CAE, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer seja dispensada a realização de Audiência Pública.

Com a palavra o relator, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Sr. Presidente. Inclusive, quero destacar para o Senador Renato Casagrande que, de fato, havia muitas dúvidas em relação a esse projeto, questionamentos, dificuldades de compreensão.

Esse projeto entrou em pauta a cerca de um ano, nesta Comissão, foi retirado de pauta para que mais debates pudessem ser realizados. E, a cerca de dois meses, o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, convocou uma reunião das duas câmaras técnicas no Ministério da Agricultura: a câmara do trigo e a câmara da mandioca.

E discutiu-se amplamente esse projeto, e as duas câmaras chegaram à conclusão de que este projeto deveria ser aprovado, porque se trata de um projeto que acrescenta a farinha de mandioca ao trigo dentro do estoque público, como V.Exª já colocou, num percentual que pode variar até 10%, gradativamente, mas que, de acordo, também, com a oferta e com a demanda, pode ser 0%.

E isso está dentro da competência do Poder Público dizer se vai ser 3%, 4%, 5%, até 10%; de 0%

a 10%, podendo ser 0%, inclusive, de acordo com a necessidade pela qual o país atravessa.

E, nas câmaras técnicas, tanto do trigo quanto da mandioca, ficou, assim, bastante claro que isso se refere – e é bom que todos entendam isso no Brasil – ao estoque público; inclusive, conforme o Presidente colocou, diante de uma demanda, no momento, mundial por alimentos.

Então, aquela pessoa que queira usar a farinha de trigo 100% farinha de trigo continuará usando 100% farinha de trigo; e, ao mesmo tempo, a área da farinha de mandioca é uma área que gera emprego, gera renda e vai fazer com que haja, inclusive, uma dinamização da economia, da parte social, nesse aspecto.

Recebemos, na sequência, os representantes da área de panificação, também. Além da reunião, recebemos, discutimos, e existem absoluta tranquilidade e segurança em relação a esse processo. Então, eu diria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou seja, para deixar bem claro: não há nenhuma imposição para que as padarias utilizem farinha de mandioca na produção do pão. Eles têm total liberdade de opção. No estoque público de regulação pública, pode-se usar de 0% a 10%.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E dependendo da necessidade, que pode ser 0% também. Então, neste sentido que apreciamos esta matéria, demos o voto favorável neste sentido; o relatório é nesta direção.

O Senador Raimundo Colombo apresentou uma emenda, e colocamos no relatório, dizendo que entendemos que a redação atual do projeto já contempla a intenção do Senador Raimundo Colombo.

A emenda pretende autorizar o Poder Executivo a suspender a obrigatoriedade de adição de fécula de mandioca, caso condições especiais de mercado assim recomendem.

No entanto, o texto original do projeto já permite que o Poder Executivo estabeleça limites de adição de fécula inferiores a 10%; permite, inclusive, que o limite seja fixado em 0%, pode ser 0%.

Ademais, a emenda impede que valores intermediários, entre 0% e 10%, sejam fixados. Por esse motivo, o nosso voto é pela emenda. E há algumas emendas que fazemos de redação, unicamente. Por exemplo, substituir a expressão “adquiridos” a “serem adquiridos”, porque serão estoques futuros; e a terminologia utilizada, a expressão “contribuição para o programa de integração social PIS/PASEP”, “contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público, PIS/

PASEP”; e a substituição de “Secretaria da Receita Federal” por “Secretaria da Receita Federal do Brasil”.

Então, deixando muito claro: ninguém é obrigado a usar a farinha. Pode usar só a farinha de trigo, e será 100% farinha de trigo. Isso ficou muito claramente definido nas câmaras técnicas. Quer dizer, isso está assegurado no Projeto de Lei. No estoque regulador, o Poder Público pode adicionar até 10%, dependendo da oferta, da procura, da demanda, dos problemas, até 10%, no estoque público.

Então, este projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas eu acho que é fundamental a gente insistir que as duas câmaras técnicas, tanto do trigo quanto da mandioca, concordam com o conteúdo.

Recebemos o pessoal da panificação, e o pessoal da panificação, os profissionais dessa área concordam com o conteúdo. Então, não há, assim, eu diria maiores conflitos, neste momento, em relação a esse Projeto de Lei de autoria do Deputado Aldo Rebelo e que dá uma alternativa mais adequada, inclusive para o Poder Público, enfrentar dificuldades, como vem enfrentando recentemente, na questão da oferta de trigo em nosso país. O voto, então, é pela aprovação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, primeiro o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu costumo dizer que alguns parlamentares, por um único projeto que apresentam, eles cumprem a essência e a totalidade dos seus mandatos.

O Deputado Aldo Rebelo, com esse projeto, talvez, se não fizesse mais nada durante o mandato dele, ele já teria realizado um excelente mandato com esse projeto.

Já foi obrigatório no Brasil, obrigatória a inclusão de 20% de farinha de mandioca no trigo. Depois, nós, no Governo militar, incorporaremos naquele subsídio do trigo, que acabou arrasando com a produção de trigo no Brasil e que fez com que os fazendeiros alimentassem porcos com o trigo, porque o trigo era mais barato que a farinha de trigo. Pois bem, esse desastre nos levou à necessidade da importação muito grande de trigo.

O que nós precisamos, agora? Fazer com que a farinha de mandioca, que é mais nutritiva do que o trigo, que faz o pão ficar mais saboroso quando adicionada ao pão – muitas padarias já fazem isso, para melhorar a qualidade e o sabor do pão, colocando de 5% a 10% nos pães que elas fabricam; a outra: o poder nutritivo da farinha de mandioca é superior ao da farinha de trigo.

O Brasil não aprendeu ainda a usar a farinha de mandioca que nós podemos produzir tão bem, e nós não usamos na alimentação do nosso povo, na medida que deveríamos usar.

Eu voto favorável ao projeto. É um projeto importantíssimo, bom para o Brasil, faz com que nós possamos comer, no Rio Grande do Sul, um pão onde 10% dele é produzido no Piauí, no Maranhão; para que nós tenhamos um outro tipo de farinha com essa adição, fazendo com que o Brasil coma não só um trigo argentino, um trigo paranaense, mas também com 10% de farinha de mandioca aditivada.

Eu só acho que deveria ser obrigatório. Mas, não podendo ser obrigatório, eu quero concordar com o projeto do Deputado Aldo Rebelo e dizer que, se ele não tivesse feito mais nada, esse projeto já o consagraria nesse mandato que ele exerce.

E quero cumprimentar o relator Flávio Arns, pelo esforço que fez em procurar um bom entendimento, para que o projeto se tornasse exequível e pudesse ser aprovado. Parabéns, Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Gerson Camata. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador. Bem, eu, também, da mesma forma, elogiar o Deputado Aldo Rebelo, que, como Deputado Federal, acompanhei esse projeto lá.

Não votamos o projeto na Câmara, Senador Aloizio Mercadante, porque tinha uma polêmica instalada, que foi resolvida com esse formato de redação que acaba dando alternativa para usar ou não. A Associação Brasileira da Indústria de Panificação, que é formada de pequenos empresários, tinha muita resistência à adição de farinha de mandioca na farinha de trigo. Então, tinha esse problema, por isso não foi votado.

Acho que a forma como está dada a redação, o formato da redação é o formato que permite que nós possamos incentivar a indústria de farinha de mandioca e, ao mesmo tempo, nós possamos ir num trabalho de cultura e de implementação de uma nova cultura de consumo de farinha de mandioca, acrescida, adicionada à farinha de trigo, nos produtos que encontramos na padaria.

Então, eu quero, também, além de parabenizar o Aldo, parabenizar o Senador Flávio Arns, pelo formato como ele e os relatores da Câmara encontraram para que nós possamos avançar com relação a essa matéria. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra o Senador Osmar Dias. Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu acredito que, enquanto o Brasil não colocar em prática uma política que dê segurança ao produtor de trigo, nós vamos viver o drama que estamos vivendo isso ano, porque não existe uma política que dê segurança.

Veja o que está acontecendo agora. Três meses atrás, o preço da saca de trigo, no Paraná, estava R\$ 42,00, hoje, quando começam os produtores do Paraná a colher o trigo, a saca de trigo já caiu para R\$ 32,00; R\$ 10,00 em três meses.

Ontem, o Presidente Lula, na reunião que fez com a Presidente Argentina Kirchner, um dos dois problemas, um deles foi a questão dos automóveis; a outra, do trigo. Foram os problemas para se fechar um acordo amplo, bilateral, com a Argentina.

O trigo é um produto tão importante na dieta alimentar da população brasileira, que está presente em praticamente todas as refeições: no café da manhã, no almoço, no jantar. Só que ainda não se definiu uma política: se queremos realmente apoiar o plantio para alcançar a auto-suficiência ou se vamos continuar importando até 70% do trigo que consumimos.

A dependência da importação faz com que o Brasil pague preços exorbitantes, em algumas épocas do ano, para abastecer o seu mercado. Nós, como eu disse, chegamos a pagar R\$ 42,00 a saca, hoje, R\$ 32,00, o produtor vai vender, e se não cair mais, porque o mercado está descendente.

Então, eu acho muito importante aprovarmos esse projeto, mas da forma que ficou com o relatório do Senador Flávio Arns e com, inclusive, a observação de V.Ex^a, que é, na verdade, não obrigatório: pode-se misturar a farinha de mandioca.

Então, no momento em que o Brasil não tem uma política definida para o apoio, de apoio ao plantio do trigo, precisa definir algo que possa substituir a farinha de trigo numa eventual falta, para o abastecimento. E nós temos essa necessidade, porque a Argentina disse ontem ao Presidente Lula que não tem mais trigo para nos ceder.

Se a Argentina não tem mais trigo para nos ceder, nós vamos ter que nos valer do mercado canadense e, aí, o preço, de novo, vai subir. Só que vai subir quando o produtor brasileiro já tiver comercializado sua safra. Porque, agora, os moinhos não vão precisar importar, eles vão comprar o trigo nacional. E é bom o projeto, Presidente, porque vai viabilizar, também, o mercado da farinha de mandioca, da mandioca.

A mandioca é uma cultura plantada principalmente no Nordeste, mas em quase todos os estados brasileiros. Normalmente, o problema do mercado da farinha de mandioca também é oscilante: ora em um

ano nós temos o produto sendo comercializado, remunerando bem os produtores; de repente, quando há um aumento de produção, nós temos o produto abaixo do custo de produção, os produtores saem, vão procurar outra cultura, e há também uma instabilidade na oferta desse produto.

Eu acho que esse projeto ele atende duas necessidades importantes: primeiro a de nós combatermos essa dependência total do trigo importado da Argentina, principalmente: e, segundo, darmos mais estabilidade ao mercado da cultura da mandioca, que é plantada em estados que têm poucas alternativas para diversificar a produção.

Eu considero um projeto importante. Cumprimento o Senador Flávio Arns pelo relatório e voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. Agora, com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores. É sabido que a cultura do trigo é exigente. Quem conhece um pouquinho de agricultura sabe perfeitamente que exige clima, exige fertilidade do solo; enfim, a produção do trigo em nosso país esbarra em dificuldades que encarecem o produto e que nos torna dependentes da sua importação.

Hoje, a dependência que o nosso país tem com relação ao trigo já ameaça, inclusive, a política de controle da inflação, já que o pão é obrigatório na mesa de todos os brasileiros. De sorte que esse projeto vem em boa hora, e tenho a convicção absoluta que o Governo Federal, especialmente o Ministério da Agricultura, vai abraçá-lo com bastante entusiasmo, até porque é preciso ressaltar que a produção da mandioca é típica da agricultura familiar, e a agricultura familiar é exatamente o segmento que mais precisa do apoio logístico, do apoio financeiro, técnico, para poder se desenvolver.

Com a adição, mesmo em percentual baixo do trigo, aliás, da mandioca ou da fécula da mandioca ao trigo, com certeza haverá uma alavancagem da produção da mandioca e, conseqüentemente, uma melhoria nas condições da agricultura familiar.

Por todos os lados, portanto, esse projeto é benéfico. É benéfico porque vai apoiar o pequeno produtor; é benéfico porque a mandioca tem uma condição de produção muito melhor que a do trigo, tanto do ponto de vista da fertilidade do solo quanto do ponto de vista do clima que nós, que o nosso país conhece, como do ponto de vista estratégico, porque vai reduzir a dependência do Brasil do trigo importado.

Eu acho que é um tento significativo, marcado, e nós precisamos, aqui, aplaudir o Deputado Aldo Rebelo, autor da matéria, e o Senador Flávio Arns, que

deu um parecer bem profícuo, bem estudado sobre essa matéria.

Acho que é uma contribuição à agricultura familiar, é uma contribuição ao combate à inflação e é uma contribuição para o consumidor, que, com a mistura, vai poder disponibilizar de um produto mais barato e um produto de melhor qualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Valter Pereira. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

Bom, todos estão vendo que os senadores, seja pelo trigo ou pela mandioca, têm um grande compromisso com a massa. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria reiterar a minha concordância plena com o mérito do projeto.

Eu queria levantar uma questão que é a seguinte. Tenho eu a impressão – e não tenho certeza, porque eu vi agora – de que o imposto sobre o trigo é zero na importação, em todas, COFINS, todos... O trigo não paga nenhum imposto.

Eu pergunto ao Senador Flávio Arns se nós não estaríamos criando, aqui, um imposto mais elevado que o trigo. Que, nesse caso, se isso... Eu estou levantando um problema. Se nós não estamos criando para a mistura um imposto que não existe sobre o trigo, porque, aí, nós ficaríamos, poderíamos ser vistos que nós estamos criando uma tributação que pode não ajudar e, se isso realmente ocorre, se não seria o caso de diminuir, botar imposto zero, também, como existe no caso do trigo, se for esse caso.

Agora, quero dizer o seguinte, falo isso, eu vi esse projeto agora, estou levantando esse ponto, não tenho a certeza absoluta, mas eu acho que é um assunto que eu gostaria de ter colocado a esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles, só para esclarecer, pelo que eu entendi no parecer, no inciso V do art. 1º da lei: *“Sobre as vendas de farinha de mandioca, refinada e farinha de raspa de mandioca, código 1106.20, na nomenclatura comum do MERCOSUL, NCM, incide a alíquota zero de PIS/PASEP e COFINS. Assim, o projeto permanece atual na parte que suspende a incidência daquelas contribuições sobre as vendas de farinha de trigo, código 1101.00, da nomenclatura comum, e de fécula de mandioca, código 1108.14, da nomenclatura comum, que ainda se aplicam às alíquotas-padrão de 1.65 e 7.6, respectivamente”*.

Então, eu acho que a questão está bem resolvida, do ponto de vista fiscal. Mas, de qualquer forma, Senador Antonio Carlos Júnior com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Na mesma linha do Senador Francisco Dornelles, o que acontece é o seguinte: está contemplado em PIS/COFINS. Não há problema. Mas e o ICMS?

Quer dizer, precisa que haja uma equalização total dos impostos para que a farinha não onere mais do que o trigo. O trigo é isento em todos os impostos.

Então, o que precisaria fazer é uma equalização da tributação do trigo com a farinha de mandioca. Aí, nós teríamos, realmente, o benefício pleno.

Então, eu sugeriria ao Senador Flávio Arns que encontrasse uma fórmula que gerasse essa equalização, para que... Ou então, digamos, numa medida complementar. Mas há esse problema. Quer dizer, o projeto é meritório, mas ele traria um encarecimento, caso não haja a equalização dos impostos entre o trigo e a farinha de mandioca.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra o Senador Osmar Dias, depois, Francisco Dornelles.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, está havendo um engano. A farinha de trigo não é isenta de ICMS, tanto é que eu tenho um projeto nesta Casa, que eu tento aprovar faz oito anos, aproximadamente nove anos, que estabelece uma alíquota única de 7% para a farinha de trigo, nas operações interestaduais.

Tem estado do Brasil que cobra 25% de ICMS do trigo que é exportado de um estado do Sul para o Nordeste. O Ceará, por exemplo. É só tomar o Ceará como exemplo, nós vamos ver que a alíquota de ICMS que é colocada sobre o trigo é imensa.

Então, não há isenção na cadeia do trigo. Pelo contrário, se paga é muito imposto no trigo brasileiro, e é por isso mesmo que nós estamos com uma baixa competitividade em relação à Argentina, que exporta para cá praticamente sete milhões de toneladas todos os anos; de dez milhões de consumo, nós compramos sete da Argentina.

Então, não é isento na cadeia, não é isento nem no transporte interestadual, e, portanto, eu acredito que este projeto, da forma que está sendo aprovado, ele pode ser aprovado, sim, que haverá um barateamento no custo, porque o preço da farinha de mandioca é muito inferior à farinha de trigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só destacar uma questão, Senador Dornelles, antes de passar a palavra. Eu acho que estamos buscando encontrar soluções criativas para um problema que está atingindo toda a economia mundial, que é o aumento no preço dos alimentos,

redução de estoques reguladores e que é uma coisa que vai perdurar por algum período.

Pode ter oscilação de preço, mas houve uma mudança estrutural de padrão de preço, dado o aumento do consumo e a queda de estoque, ao longo dos últimos cinco anos.

Eu acho que é muito melhor um caminho como esse do que a tentativa de congelamento de preço que o México e o Uruguai tentaram ou a tentativa de taxar as exportações para tentar aumentar a oferta interna, que gerou uma grave crise político-institucional com o campo na Argentina.

Então, eu quero já anunciar que esta Comissão pautará para a próxima Sessão o projeto do Senador Osmar Dias, sem, evidentemente, significar que haja entendimento no mérito. Nós poderemos discutir, divergir, os senadores polemizarem, mas eu acho que tudo o que vem nesse sentido, como foi a tarifa social e, agora, o projeto do Senador Flávio Arns, eu acho que nós devemos fortalecer essas iniciativas, desonerando e buscando soluções mais criativas.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, não me referi ao ICMS. Mesmo porque nós não poderíamos nunca estabelecer isenção de ICMS. V.Ex^a mencionou o art. 7º, em que aos benefícios desta será concedida, os zeros... Quando o 8º, os benefícios tributários mencionados observarão o seguinte: somente poderão...

Seria o caso de perguntar ao Senador Flávio Arns, se não seria o caso de tirar os itens 1 e 2, porque, aí, está estabelecendo uma isenção condicionada, ou seja, haveria, nesse caso, poderia haver um imposto maior que no caso do trigo.

Agora, eu estou apenas levantando o problema. Eu não estou... Se, por acaso, esta Casa achar que essa tributação está correta, eu retiro todas as minhas objeções, mesmo porque, no mérito, eu acho extremamente positivo o conteúdo do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento, como fiz no outro projeto.

Senador Francisco Dornelles conhece profundamente a matéria tributária. Quer dizer, o texto dá isenção, alíquota zero, na realidade, e propõe que as pessoas jurídicas interessadas em acessar esses programas, que são estoques públicos que vão ser disponibilizados, sejam cadastradas com regime especial, que é uma forma de controlar, e, se for bom, todas as empresas vão ter interesse.

Eu proporia que nós pudéssemos... Como o projeto é não terminativo, ele ainda vai percorrer outras comissões da casa, nós poderíamos aprová-lo e tratar

dessas questões na próxima Comissão que deve analisar a matéria, para que a gente possa dar urgência na tramitação e, evidentemente, deixar aberta essa questão e aprofundar a matéria, que é bastante meritória.

De qualquer forma, Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu concordo inteiramente com a opinião de V.Ex^a. Agradeço, também, como sempre as observações importantes e pertinentes dos demais senadores. E, de fato, a argumentação, também, do Senador Osmar Dias nesse sentido, que o Projeto de Lei deve ser debatido, de autoria do Senador Osmar Dias, a farinha de mandioca tem um preço menor, existe uma preocupação mundial com os alimentos, a farinha de trigo para o Brasil, nesse momento, é um problema, assim, que o Governo e a sociedade vem enfrentando. Então, eu diria que é uma abertura importante para o setor.

Agora, poderemos perfeitamente, ainda, ler com mais atenção e discutirmos, inclusive eu me comprometo a fazer isto: falar com o Senador Dornelles para examinarmos até na seqüência o art. 8º em mais detalhes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria fazer uma sugestão concreta. Senador, Tasso, antes... Senador Flávio, Senador Osmar Dias, Flávio Arns e ACM Júnior. Antes de votarmos o projeto em plenário, nós poderíamos fazer uma reunião com o relator, o Ministério da Agricultura e a Receita Federal, e os senadores que estão mais diretamente envolvidos nesta temática. Aprovaríamos o projeto e faríamos essa consulta, que seria apenas uma emenda supressiva, portanto, é fácil de ser aprovada, se houver entendimento para Plenário.

Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Apenas para agradecer a V.Ex^a o interesse pelo projeto que eu acabei de citar e comunicar a V.Ex^a que ele está aguardando pauta no Plenário. Ele é um projeto de 2000 e ele está aguardando pauta no Plenário desde 2007. Portanto, está pronto para ser aprovado no Plenário. Eu peço, aqui, ao líder do Governo que leve em conta o interesse de V.Ex^a, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Está encaminhado ao líder e, seguramente, vai se empenhar para que coloque a matéria em votação.

Vamos só encaminhar, então, a votação do projeto. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto que adiciona a farinha de mandioca à farinha de trigo, apenas para os estoques reguladores públicos, dei-

xando total liberdade para os panificadores utilizarem se quiserem qualquer composição ou exclusivamente farinha de trigo, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

O projeto vai a Plenário, e a questão pendente sugerida pelo Senador Francisco Dornelles será objeto, ainda, de uma negociação, a ser encaminhada pelo relator, Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, eu gostaria de propor a V.Ex^a, como já explicitiei, e à Comissão, que possamos organizar uma Sessão especial da Comissão de Assuntos Econômicos, para passar o filme, “O longo amanhecer”, do professor Celso Furtado.

Eu gostaria de distribuir a todos os senhores senadores o folder e conversei com o diretor do filme, José Mariani, que, inclusive, se dispõe a vir aqui ao Senado na data que V.Ex^a definir, Senador Aloizio Mercadante.

Então, gostaria de informar que o José Mariani, diretor de “O longo amanhecer”, de Celso Furtado... Eu passo às mãos de V.Ex^a o cartaz do filme, bem como o folder, para que possamos ter aqui os dados a respeito.

Se trata de um filme que foi premiado e que tem a participação, dentre outros, de Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, Antonio Barros de Castro, José Israel Vargas, João Manoel Cardoso de Melo, Osvaldo Sunkel, e, sobretudo, há um diálogo de aproximadamente quatro horas, e foi com o professor Celso Furtado, isso foi sintetizado num filme de 97 minutos.

Então, no dia que V.Ex^a considerar adequado passar aqui numa Sessão especial da Comissão de Assuntos Econômicos, o Diretor José Mariani estará pronto para vir. Então, é a sugestão que formulo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradecer a V.Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. E queria propor que a gente fizesse talvez um Grupo de Trabalho, aí, uns dois, três senadores que estejam dispostos a ajudar construir.

Eu acho que é uma bela iniciativa, que nós pudessemos lançar esse filme que faz a memória a um brasileiro que deu uma imensa contribuição ao país, não apenas na fundação da SUDENE, mas em todo o pensamento econômico e desenvolvimentista que marcou a história de Celso Furtado, e que é um economista de grande projeção internacional, nós fizéssemos uma homenagem, memória póstuma, fazendo, exatamente, uma sessão desse filme e um debate com o autor e com algumas personalidades envolvidas com a obra de Celso Furtado.

Acho que seria uma grande oportunidade. V.Ex^a poderia ajudar a coordenar essa iniciativa, eu me disponho a ajudar. Senador Mão Santa com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Renato Casagrande se dispõe, também, a--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Mão Santa com a palavra, sobre a matéria.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria apoiar, dar meus aplausos, e que V.Ex^a incluísse, no momento do filme, distribuir... Flexa? Eu quero a sua atenção. O Flexa veio roubar, eu quero você todo para mim.

Sr. Presidente, eu queria colaborar com grande sugestão. Um dos melhores livros que eu li de Cristovam Buarque foi uma entrevista que o professor Cristovam Buarque fez em Paris. Então, que juntasse os dois grandes fatos importantes; um dos melhores livros que eu conheço foi o professor Cristovam Buarque entrevistando o nosso Celso Furtado, em Paris. Então, incluísse o professor Cristovam com o livro. Seria uma beleza de festa e de cultura para aprendermos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito boa a sugestão. Nós convidaremos o Senador Cristovam Buarque para participar dessa iniciativa. Então, faremos uma homenagem especial póstuma a Celso Furtado e o faremos na apresentação desse filme, com o debate sobre a obra dele para convidados. E convidaríamos, também, o Senador Cristovam Buarque para fazer parte dessa iniciativa.

Então, está encaminhada e aprovada a sugestão. Os senadores, tenho certeza, todos são favoráveis à iniciativa. Senador Casagrande com a palavra, para tratar de outra matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Outro assunto. Nós acabamos de assistir... Sr. Presidente, nós acabamos de assistir ao fracasso da rodada de Doha. Acabamos de assistir. O Brasil participou, lá, com o Ministro Celso Amorim, permanentemente, no debate e o Ministro da Agricultura acompanhou a distância, mas acompanhou.

Este é um tema importante, porque, apesar de essa negociação ter fracassado, esse debate vai permanecer, tanto é que o Presidente Lula esteve na Argentina ontem, discutindo com a Presidente da Argentina, e esse é um tema que vai continuar em debate.

Nós... Eu não apresentei nenhum requerimento, porque eu acho que tem que ser acordado, aqui, por-

que, se apresentar um requerimento e demorar muito para fazer a Audiência Pública, não tem muita eficácia, a gente não pega o calor do tema.

Mas seria fundamental que a Comissão pudesse ser informada pelo Ministro Celso Amorim dos detalhes das negociações e das perspectivas dessa negociação internacional, com relação... E qual a posição do Brasil com relação ao tema.

Então, se a Comissão compreendesse que seria uma oportunidade, nós não definimos cronograma de trabalho, nesses dois meses, mas, se, na próxima semana, nós tivéssemos, aqui, uma Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim, talvez fosse oportuno a gente compreender um pouco melhor e verificarmos como o Senado pode participar desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria parabenizar a iniciativa de V.Ex^a. Eu, inclusive, aprovei por unanimidade uma resolução no Parlamento do MERCOSUL, a semana passada, sobre o tema, apoiando a rodada de Doha, o esforço do G20 e, especialmente, reivindicando uma unidade do MERCOSUL no processo “negocial”, e nós temos outras experiências internacionais de participação do Parlamento em negociações de acordos multilaterais.

Por exemplo, o mandato negociador é anteriormente discutido pelo Congresso, como é a experiência americana. Eu tenho um projeto que já tramita há algum tempo, por exemplo, exigindo essa condição.

De qualquer forma, eu acho a iniciativa meritória, tenho certeza de que todos os senadores e senadoras são favoráveis. Nós podíamos apresentar o requerimento verbalmente, assinaríamos – eu assino com V.Ex^a –, convidando o Ministro Celso Amorim para estar numa Sessão, o mais breve possível, para que a gente possa ter uma discussão sobre rodada de Doha, desdobramentos, perspectivas e estratégia de negociação multilateral do Brasil.

Os senadores e senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, então, ao Item 1 da pauta. Senador [interrupção no áudio].

Eu só queria pedir, antes, nós temos a solicitação de um empréstimo que chegou na sexta-feira e nós sempre temos dado urgência aos empréstimos que chegam na Comissão. E é um empréstimo para uma cidade do Rio de Janeiro, de Belford Roxo. É o Item 2 da pauta, mensagem do Senado Federal nº. 142/08, não terminativa: “*Propõe ao Senado Federal seja autoriza-*

da a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 13 milhões e 200 mil dólares, dos Estados Unidos da América, entre a Prefeitura de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, destinado a financiamento parcial do programa de urbanização e saneamento ambiental do MUNICÍPIO de Belford Roxo”. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Neuto De Conto.

Quero, aqui, agradecer o empenho e a agilidade com que o Senador Neuto De Conto se dedicou a esta matéria. Na realidade, de ontem para hoje, para poder apresentar o relatório com a urgência que está fazendo.

O parecer é favorável, nos termos do PRS que apresenta. Com a palavra o relator, Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, senhores e senhoras senadores. “*É submetido à apreciação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Mensagem 142/08, solicitando autorização para contratar operações de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BIRD.*

O recurso proveniente da operação de crédito em análise destina-se ao financiamento parcial do programa de urbanização e saneamento ambiental do MUNICÍPIO de Belford Roxo.

Segundo informações contidas no parecer, a Secretaria do Tesouro Nacional, STN, além desse empréstimo do BIRD, a ser desembolsado nos anos de 2008 a 2010, o programa contará com contrapartida de recursos municipais do município de Belford Roxo, estimado no montante de até 13.2 milhões de dólares.

Análise. A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu parecer favorável ao pleito e à concessão de garantia da União, nesta operação de crédito externo.

Voto. Em conclusão, o pleito encaminhado pela prefeitura municipal de Belford Roxo encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº. 48/07 e 43/02, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para contratação de operação de crédito externo, pretendida dos termos dos seguintes: Projeto de Resolução do Senado, de 2008, autoriza a prefeitura municipal de Belford Roxo, Rio de Janeiro, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BIRD, no valor de até 13 milhões e 200 mil dólares, dos Estados Unidos da América.”

É o parecer e eu voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao relator, Senador

Neuto De Conto. Empréstimo do BIRD no valor de 13 milhões e 200 mil dólares, dos Estados Unidos da América, para programas de saneamento e urbanização do MUNICÍPIO de Belford Roxo.

Senadores e senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

O prazo para poder viabilizar projetos dessa natureza é 2 de setembro. Então, também é necessária urgência no Plenário. Eu peço a urgência ao projeto.

Senadores e senadoras que são favoráveis à urgência permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência, e o projeto vai a Plenário.

Vamos, agora, ao Item 1 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 76/08, não terminativa: “*Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei 9.069, de 29 de junho de 95, a programação monetária para o segundo semestre de 2008*”. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Romero Jucá. Favorável, nos termos do PDS que apresenta.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu vou ser sucinto. O parecer é favorável. A programação monetária cumpre os requisitos necessários para a firme atuação do Governo nessa área, portanto, solicito a aprovação de todos os pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadores que são favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, pediria a V.Exª que ouvisse do Plenário, para que pudéssemos fazer uma inversão de pauta, para que fôssemos ao Item 5 da pauta, que é terminativo. Aproveitar o quórum dos senadores para que pudéssemos discuti-lo e votá-lo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem quórum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não tem quórum?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para projetos terminativos nós não temos. Nós temos para projetos não terminativos. Espero que V.Exª trabalhe na mobilização, para que a gente ainda possa colocar na pauta. Vamos, então, ao Item--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos tentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos ao Item 2. Mensagem do Senado Federal nº. 137, não terminativa: “*Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 1º ao art. 6º, da lei 9.069, de 29 de junho de 95, a programação monetária*

para o terceiro trimestre de 2008”. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, da mesma forma, trata-se do terceiro trimestre, a programação monetária, e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na realidade, nós estamos fazendo um ritual formal, porque, na realidade, nós substituímos essa discussão pela presença do Ministro do Banco Central, Henrique Meireles, que tem comparecido periodicamente e trimestralmente a esta Comissão.

Então, é basicamente um compromisso da Comissão: faz a audiência e depois aprova a programação monetária; tarefa que já foi cumprida.

Então, os senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado Federal, o relator não está presente, ficará para uma próxima matéria.

Bom, vamos, então, ao Item... Senador Flexa Ribeiro, vamos ao Item 8 da pauta, que V.Exª é relator. Projeto de Lei do Senado nº. 317/05, não terminativo: “*Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de internet*”. Autoria: Senador Romero Jucá. Relator: Senador Flexa Ribeiro.

A matéria já foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura, com decisão terminativa. Portanto, é um projeto de parecer não terminativo, no âmbito desta Comissão. Relator Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o parecer não está concluído, não sei por que está pautado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não estando concluído, está adiado, por solicitação do relator da matéria.

Espero que V.Exª, autor do projeto, use a tarifa atual por uma tarifa... Ou a internet, com a tarifa atual, para poder solicitar e negociar com o relator o parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mandarei agilizar o parecer, para que possa ser pautado na próxima semana, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para fazer um registro e pedir, realmente, prioridade ao Senador Flexa Ribeiro, porque essa proposta visa exatamente possibilitar a que os pequenos municípios tenham uma condição de os usuários se ligarem à internet de forma mais rápida e mais barata. Porque é muito oneroso, realmente, para

os pequenos municípios ficar ligado por interurbano na internet, e isso ocorre principalmente na Amazônia; no meu Estado é uma dificuldade muito grande, no interior, e eu gostaria de pedir, então, urgência ao Senador Flexa Ribeiro com o parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, está havendo alguma... O Item 8, de autoria do Senador Romero Jucá...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É este que eu mencionei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O relator é o Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. O Senador Arthur Virgílio é relator...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo menos... Ah, na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele foi relator na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está certo, está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nesta Comissão, é V.Ex^a. Mas, de qualquer forma, pautaremos na próxima Sessão um projeto que tem, evidentemente, a forma--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se ele quiser, eu posso assumir a relatoria, para adiantar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É uma forma de redução de custo de inclusão digital.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem todo o nosso apoio, o parecer é favorável, apenas não ficou concluído para encaminhamento à secretaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Corretíssimo, não há nenhum--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, na próxima semana estará pautado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E V.Ex^a nos brindará com o relatório.

Vamos, agora, então, ao Item 9, Projeto de Lei do Senado nº. 224/07, não terminativo: "*Institui o balanço social e empresarial; autoriza a criação do selo 'Empresa Responsável'; altera o § 2º do art. 3º da Lei 8.666, de 21 de julho de 93, e o inciso IV, do art. 3º da lei 7.827, de 27 de setembro de 89, e dá outras providências*". Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.

O parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, assim, e lá... Aí, sim, com decisão terminativa.

Com a palavra a relatora, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, vem à deliberação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº. 224/07, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que: "*Institui o balanço social e empresarial e autoriza a criação do selo 'Empresa Responsável'*".

Essa proposição pretende divulgar, de maneira adequada, os benefícios sociais propiciados pelas empresas aos seus empregados e à comunidade em geral.

Para tanto, o projeto cria o balanço social e empresarial, que constitui uma síntese de informações sobre a empresa e os benefícios sociais que ela presta.

O projeto autoriza o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a emitir o selo "Empresa Responsável", a ser concedido às empresas que publicarem seu balanço social empresarial.

Ele, como o senhor muito bem já disse, Sr. Presidente, esse projeto já foi apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Trata-se de iniciativa meritória, que tem por objetivo divulgar as informações de natureza social, demonstrando à sociedade a participação e a responsabilidade social de cada empresa.

O substitutivo aprovado no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, além de introduzir aperfeiçoamentos de mérito, adequou a proposição ao que dispõe a Lei Complementar n. 95, de 1998, no que concerne à técnica legislativa.

As adequações de técnica legislativa versaram sobre a inclusão dos substitutivos que tratam do balanço social e empresarial na lei das sociedades anônimas, Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 76, ao invés de constarem de lei extravagante.

Em relação ao mérito, os aperfeiçoamentos introduzidos e os em respeito à definição de que somente empresas de grande porte estarão obrigadas a publicar o balanço social e a inclusão de dispositivo específico, sob demonstração social, nas leis das sociedades anônimas.

Voto. Diante do exposto, voto favoravelmente a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 224/07, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço à Senadora Serys.

Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos encaminhar à votação.

Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos, agora, ao último item da pauta, o Item 12. É o Projeto de Lei do Senado nº. 616/07, não terminativo: “*Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção dos depósitos judiciais em instituições financeiras oficiais e dá outras providências*”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador João Vicente Claudino, pela rejeição do projeto.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Com a palavra o relator.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente, senhoras senadoras, senhores senadores.

Projeto de Lei do Senado 616/07, que: “*Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção dos depósitos judiciais em instituições financeiras oficiais e dá outras providências*”.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado, vem a consideração da Comissão de Assuntos Econômicos, PLS 616/07, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que: “*Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção dos depósitos judiciais em instituições financeiras oficiais e dá outras providências*”.

A proposição se compõe de quatro artigos, que determina:

“Art. 1º. Os depósitos judiciais em espécie, oriundos de processo de qualquer natureza, serão mandatos em conta especial, nas instituições financeiras oficiais federais e aplicadas em título do Tesouro Nacional.

O § 1º deste artigo estabelece que a remuneração dos depósitos será igual à média diária paga pelos títulos do Tesouro Nacional, pro rata die, deduzir a taxa de administração da instituição depositária. De acordo com o § 2º do mesmo artigo, tal remuneração será integrada ao valor final levantado pelo beneficiário.

O art. 2º determina que o depósito será feito à ordem de juízo, ficando o depositante obrigado a comunicar o dato em 48 horas, sob pena de invalidade.

O Parágrafo Único deste artigo submete ao juiz a responsabilidade prevista no art. 133, da Lei 5.689, de janeiro de 73, do Código de Processo Civil.

O art. 3º do PLS exclui do alcance da lei proposta de depósitos realizados em ação de consignação e pagamento, de que trata os artigos 890 a 892, do Código de Processo Civil.

O art. 4º estabelece a cláusula de vigência.”

Da análise, Sr. Presidente: “*Existe, hoje, um volume considerável de recursos na forma de depósitos judiciais, a maioria em bancos públicos.*

Em 2006, segundo demonstrações financeiras dessas instituições, a Caixa Econômica Federal detinha 27 bilhões e 750 milhões desse depósito, o Banco do Brasil, 21 bilhões e a Nossa Caixa do Estado de São Paulo, mais de 10 bilhões, totalizando um estoque de mais de 60 bilhões. Apenas nessas instituições.

A proposição em análise busca instituir um crédito, um critério único de remuneração dos depósitos judiciais. De acordo com a justificação do autor, seu direcionamento para a aplicação em títulos do Tesouro Nacional abriria espaço para investimentos produtivos, além de dar uma garantia de rendimento vantajoso para as partes em litígio.

Do ponto de vista econômico, essa iniciativa, em tese, também daria maior previsibilidade e segurança para os agentes econômicos que recorrerem aos depósitos judiciais.

Infelizmente, porém, a forma embute fonte de incerteza, porquanto, os títulos do tesouro nem sempre serão a melhor alternativa de investimento e, principalmente, em razão da taxa de administração que as instituições financeiras cobrarão, a qual poderá acarretar grande variação da remuneração de Banco para Banco.

Conforme a Legislação vigente, ficaria a cargo do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional coibir abusos. Quanto às finanças públicas, o fluxo de novos depósitos criaria uma demanda adicional para os títulos do tesouro.

A dimensão dessa nova procura é difícil de prever, mas parece improvável que afete significativamente a gestão da dívida pública. O projeto não representa uma fonte de endividamento.

Essencialmente, a proposição em comento estabelece uma nova sistemática para a remuneração dos depósitos judiciais. No que tange à técnica legislativa, o PLS 616 apresenta alguns problemas. Ele assume, na forma de uma Lei Geral sobre o tema, mas falha ao deixar de fazer referência à Legislação existente sobre a matéria e, conforme o caso, de promover os devidos ajustes, seja modificando a redação do marco legal vigente ou revogando o dispositivo conflitante.

Como se sabe, os depósitos judiciais são regulados pelas leis 9.703/98, 10.819/03 e 11.429/06, além do processo de dispositivo da Lei 5.869/73, do Código de Processo Civil, Lei 10.406/02, do Novo Código Civil, e da Lei 5.172/66, do Código Tributário Nacional, entre outros.

Ainda do ponto de vista formal, seria recomendável, no Parágrafo Único do art. 2º do projeto, em prol da precisão, uma referência explícita à Lei 5.869/73, e não apenas a expressão ‘código de processo civil’,

já que esse pode vir a ser substituído por outro diploma legal”.

Então, diante do exposto, o voto é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadores que queiram discutir a matéria. Não havendo nenhum senador inscrito para debater, vamos à votação. Os senadores e senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Só queria informar à Comissão que nós vamos marcar a audiência ainda do CADE para concluir a composição do CADE. Nós temos o afastamento de um conselheiro, estamos aguardando que o Governo faça a indicação, espero que o mais breve possível, para fazer uma única audiência para discutirmos e aprovarmos a Presidência do CADE e um conselheiro.

E nós temos um volume muito grande de demanda de Audiências Públicas na Comissão. Inclusive, o Ministro da Fazenda, agora o Ministro de Relações Exteriores, que eu diria que são priorizados, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, além de outras matérias a serem votadas.

Então, nós vamos tentar pautar, neste mês de agosto, essas audiências e compatibilizar com a Audiência Pública de arguição dos novos conselheiros do CADE e Presidente do CADE.

Assim sendo, agradeço a todos. Muito obrigado e até a próxima terça-feira.

Sessão encerrada às 12h08.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e seis de agosto do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gerson Camata, Adelmir Santana, Jayme Campos, Marco Antônio Costa, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia e, ainda,

dos Senadores Gilvam Borges, José Agripino e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Geovani Borges, tendo falta justificada em virtude de o titular ter reassumido o mandato, Neuto de Conto, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente Eventual, Senador Eduardo Suplicy, comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 42/08, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de junho de 2008; em cumprimento ao art. 42, informa que não consta em seus registros, nos meses abril a junho de 2008, qualquer emissão primária de títulos públicos, Aviso nº 848/08, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2525/2008, ao apreciar o processo nº TC-027.732/2007-9, que trata de levantamento junto ao Município de São Paulo, Aviso nº 1144/08, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, em atenção ao RQS nº 23/2008-CAE, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016.558/2008-4, que trata da aplicação de empréstimos do Bird ao Governo do Estado do Amazonas e Aviso nº 1088/08, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 007.418/2008-4, que trata de processo administrativo. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 162, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 6,600,000.00 (seis milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada ao financiamento do “Programa Bagé Rainha da Fronteira”, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da

Matéria, o Prefeito de Bagé, Sr. Luiz Fernando Mainardi, bem como o Sr. Márcio Pestana, Assessor e Chefe de Gabinete do Prefeito e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pela Senadora Ideli Salvatti, e não havendo quem queira discutir a Matéria, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 158, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 83,270,000.00 (oitenta e três milhões duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o “Programa Integrado Sócio-Ambiental - Pisa”, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da Matéria o Sr. José Fogaça, Prefeito de Porto Alegre-RS, e os engenheiros técnicos Sr. Luiz Noronha e Sr. Flávio Presser e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pela Senadora Serys Slhessarenko, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 171, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 35,640,000.00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Luís, Estado do Maranhão e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada a financiar o “Programa de Recuperação Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga”, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da

Matéria o Sr. Milton Campelo, Secretário Extraordinário Municipal de Projetos Especiais, e Sr. Raimundo Nonato Fernandes Silva, Especialista em Desenvolvimento Econômico e Emprego Local, e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 170, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 8,910,000.00 (oito milhões e novecentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-Estrutura Urbana de Cachoeirinha’, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da Matéria o Sr. José Luiz Stédile, Prefeito de Cachoeirinha-RS e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. O Presidente Eventual, Senador Eduardo Suplicy, designa a Senadora Ideli Salvatti Relatora *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Emendas de Plenário nºs 03 e 04, de 2008, oferecidas ao PLC nº 12, de 2008 (que “altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”), não terminativas, a Emenda nº 03-Plenário, de autoria do Senador Eliseu Resende, e a Emenda nº 04-Plenário, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp. Em 05/08/08, foi aprovado o Parecer do Relator favorável ao PLC nº 12, de 2008, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo). As Emendas de Plenário ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação das Emendas é adiada a pedido do Relator; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminati-

vo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas”, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07- Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. (Modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada)”, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 01/07/08 foi concedida Vista ao Senador Marconi Perillo que devolveu com Voto em Separado concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada a pedido do Relator; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 a 08 e nº 10, nos termos do Substitutivo que apresenta. Foram apresentadas as Emendas nºs 01 a 03, de autoria do Senador Raimundo Colombo, nºs 04 a 07, de autoria do Senador Renato Casagrande e nºs 08 a 10, de autoria do Senador Marconi Perillo. Em 03/07/2008 foi retirada a Emenda nº 09, de autoria do Senador Marconi Perillo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “altera a alínea “c” do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul do fuso horário de Greenwich menos quatro horas para o fuso horário Greenwich menos três horas” tendo como Relator o Senador Geovani Borges que oferece Parecer Favorável com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores da Internet”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, com Parecer favorável ao projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11- Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero para o PIS/Pasep e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”, tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02 que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem

manifestação. Em 30/06/08, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para incluir entre as instituições financeiras as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e débito”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada a pedido do Relator e do Autor; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Em seguida, a Presidência passa à 2ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 124, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “F” da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Arthur Badin, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Elizabeth Maria Mercier Querido Farina”, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, usa da palavra o Sr. Arthur Badin para fazer sua explanação. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Renato Casagrande, José Agripino, Pedro Simon, Jayme Campos, Francisco Dornelles, Arthur Virgílio, Mão Santa, Romeu Tuma e Eduardo Suplicy. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Arthur Virgílio e Gim Argello para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Arthur Badin por vinte e um votos favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 30, de 2008, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande, que requer seja realizada uma Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 27 de agosto de 2008, às 10:00 horas, com a presença do Embaixador Roberto Carvalho de Azevedo, Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Minis-

tério das Relações Exteriores, a fim de discutir os resultados e a repercussão para a economia nacional da última negociação da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio – OMC, realizada em Genebra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador EDUARDO SUPlicy

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP): Há número regimental. O Senador Aloizio Mercadante, em função de ter sido convocado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva para uma reunião hoje do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, pediu-me que... E tendo em conta que o Senador Eliseu Resende está por chegar ao final da manhã, então, pediu-me que assumisse a Presidência. Tenho a honra de fazê-lo se todos estiverem de acordo por solicitação do Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou o mais velho, mas estou plenamente de acordo que V.Exª assuma, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP): Mas o Senador Pedro Simon, como o mais velho, V.Exª pode assumir aqui, por favor. Eu só posso presidir se houver, inclusive a sua anuência. Muito obrigado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP): Um momentinho, por favor.

Declaro, portanto, aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Comunico aos membros que esta comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso nº 42-8 do Ministério da Fazenda encaminhando em cumprimento art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43-1 relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério em junho de 2008. Em cumprimento ao art. 42, informa que não consta em seus registros nos meses de abril a junho de 2008 qualquer emissão primária de títulos públicos;

Aviso nº 84-8 de agosto do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do Acórdão

nº 2525/2008 ao apreciar o processo do Tribunal de Contas nº 27732/2007 que trata do levantamento junto ao município de São Paulo;

Aviso nº 1144 de agosto do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando em atenção aos Requerimentos nº 23/2008 da CAE cópia do acórdão proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas que trata da aplicação dos empréstimos do BIRD ao Governo do Estado do Amazonas;

Aviso nº 1088 do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 7.418/2008, que trata de processo administrativo. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular.

Como na pauta de hoje há diversos créditos relativos a municípios, e estão aqui inúmeros prefeitos e representantes desses Estados e municípios, nós estamos propondo o seguinte, que em atenção, inclusive aos inúmeros Prefeitos que aqui estão, examináramos os quatro itens para em seguida estarmos tratando da sabatina relativa ao Presidente do CADE.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então, se todos... Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas para destacar. A nossa reunião tem duas partes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A primeira é votarmos os créditos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Certo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A segunda é a sabatina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Exato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É porque tem gente que está em dúvida com relação... Eu vou participar das duas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois, não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas tem gente que está pensando em não participar da sabatina. Eu faço um apelo, inclusive, nos que estão nos seus gabinetes que podem vir na primeira parte e se quiser sair na segunda. Que uma questão não tem nada a ver com a outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Tudo bem.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em todo caso, eu conclamo a todos para comparecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria apenas de solicitar que pudéssemos ter uma reunião extraordinária da CAE amanhã, diante dessa questão de operação de crédito termos o prazo máximo no dia 2 de setembro.

A minha cidade, que é Manaus, ela está neste momento com o pleito junto à CAF – Comissão Andina de Fomento, que deve estar chegando esse pleito no Senado hoje, e teríamos que fazer essa avaliação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, eu gostaria de que pudéssemos ter uma reunião extraordinária amanhã à tarde, possivelmente às 14h30 - é a sugestão que eu faço para que os demais Senadores possam avaliar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Senador Jefferson Praia, é mais do que justa sua observação. Gostaria de dizer que o próprio Senador Presidente Aloizio Mercadante informou que será dada a prioridade ao assunto. Então, logo que chegar ao Senado a mensagem de pronto se tomarão as providências para que no prazo adequado, conforme V.Ex^a aqui nos transmite, seja feita a devida tramitação, que isso já é decisão da direção daqui da Presidência da CAE.

Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Supply, eu conversei muito com os três senadores do Rio Grande, naturalmente eu sou o terceiro, e eles ainda ontem pediram que eu falasse com o Senador Wellington Salgado, e eu falei com o Senador Wellington Salgado - que não vai estar em Brasília hoje, mas pediu a V.Ex^a que indicasse como *ad hoc* a Senadora Ideli, se fosse possível e ela já se propôs, e isso faria que os três empréstimos gaúchos - Porto Alegre, Cachoeirinha e Bagé - fossem votados, conforme conversa que eu tive com o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Obrigado. Então, podemos passar ao Item 01?

Item 01. Mensagem do Senado Federal nº 162/2008, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 6 milhões e 600 mil dólares dos Estados Unidos de principal entre o município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvi-

mento – BIRD, destinado ao financiamento do Programa Bagé Rainha da Fronteira. Autoria do Presidente da República. Relatora Senadora Ideli Salvatti. De acordo com a Resolução nº 43-1 do Senado, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, eu quero dar as boas vindas ao Prefeito Luiz Fernando Mainardi, Prefeito de Bagé, no Rio Grande do Sul; Sr. Márcio Pestana, Assessor e Chefe de gabinete do Prefeito de Bagé e representante do Tesouro Nacional; Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; Sr. Eduardo Luiz Gaudard... Está aqui.

Então, convido o Prefeito Mainardi e o Sr. Gaudard para estarem aqui se houver necessidade de qualquer esclarecimento para que de pronto já... Por favor, pode sentar à Mesa aqui ao meu lado, por favor, Prefeito Mainardi e com a palavra a Relatora Senadora Ideli Salvatti. Muito bom dia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito bom dia, Sr. Presidente. Trata-se da mensagem nº 162/2008 do Presidente da República que está encaminhando esta autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor total de até 6 milhões e 600 mil dólares dos Estados Unidos da América.

Este crédito externo ele tem como objetivo o financiamento do Programa Bagé Rainha da Fronteira. Programa esse que está inserido no âmbito do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PDMI, que abrange vários municípios e entre eles Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana, todos no Estado do Rio Grande do Sul. E por isso que a bancada do Rio Grande do Sul está perfilada aqui na primeira fila, né? De prontidão.

A operação de crédito sob exame e suas condições financeiras estão credenciadas pelo Banco Central e também estão incluídas no sistema de registro de operações financeiras.

As condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BIRD que geralmente se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa e a taxa de juros *libor* semestral para dólar americano com prazo de 60 meses para o desembolso de carência e a amortização em 30 parcelas semestrais sucessivas.

De acordo com estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 4,82% ao ano, portanto em patamares bastante aceitáveis pela Secretaria - pena

que não sejam aplicados para os demais mortais aqui no nosso Brasil.

O voto é que o pleito formulado, né, pela Prefeitura Municipal de Bagé encontra-se de acordo com que preceituam as Resoluções nº 48, 40 e 43 do Senado Federal, devendo, portanto, ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, conforme projeto de resolução que eu vou omitir de lê-lo na íntegra e, portanto, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação. Parabenizando, não é? O nosso querido prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Caso alguns dos Srs. Senadores tenham alguma indagação ao representante do Tesouro ou o nosso prefeito de Bagé... Se o prefeito de Bagé desejar espontaneamente dizer uma palavra rapidamente sobre o objetivo dos recursos.

SR. PREFEITO LUIZ FERNANDO MAINARDI: Quero saudar a todos os Srs. Senadores, em especial o Senador Suplicy que está presidindo a reunião desta comissão, os nossos senadores gaúchos, Paim, Zambiasi, Simon... Primeiro lugar, agradecer a vocês a oportunidade... Aos senhores a oportunidade de nós estarmos hoje aqui, a Prefeitura de Bagé, de Cachoeirinha, de Porto Alegre, participando desta importante reunião da comissão que, com certeza, irá aprovar os Pareceres.

Agradecer à Senadora Ideli Salvatti pelo Parecer favorável e registrar a nossa alegria de vermos que o Senado de uma forma muito rápida, porque há poucos dias essas mensagens aqui chegaram, já estão na pauta e serão votadas com certeza entre hoje e amanhã, no máximo quinta-feira. Isso é uma demonstração cabal da atenção dos nossos senadores do Rio Grande do Sul, desta comissão e dos demais Senadores da República. Nossos cumprimentos diferentemente do que muitos falam, afirmam... Esta Casa quando precisa de rapidez sabe dar uma resposta.

Nosso projeto, Senador Suplicy, ele é um projeto que busca recursos do Banco Mundial com juros baixos e vai nos permitir, juntamente com outros quatro municípios da chamada “Metade Sul do Rio Grande do Sul”, a chamada “Metade Sul”, a “Metade Sul” é a chamada “metade pobre” do nosso Estado, com dificuldades no seu desenvolvimento, e o Banco Mundial entendeu por bem financiar ações de infra-estrutura dos nossos municípios, entre eles está Bagé. E hoje se vota o Parecer de Bagé... O empréstimo para Bagé e com isso nós vamos criar melhores condições para o desenvolvimento da nossa e das nossas cidades. Por isso, estamos aqui mais uma vez. Cumprimento a todos por essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Muito bem. Muito obrigado, Prefeito Mainardi. Então, eu vou colocar... Submeter à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Já percebo pelos olhos da bancada gaúcha que estão pedindo requerimento de urgência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Então, os Senadores que estiverem de acordo com o requerimento de urgência para essa matéria permaneçam como estão. Aprovado.

Passemos ao Item 02. Mensagem do Senado Federal que propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 83 milhões e 270 mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o município de Porto Alegre do Rio Grande do Sul e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado a financiar o Programa Integrado Sócio-Ambiental.

A Relatora é a Senadora Serys Slhessarenko e, de acordo com as resoluções citadas, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o nosso ex-colega e prefeito de Porto Alegre, José Fogaça. Está? Está chegando... Pois não. O Vice-Prefeito está? E o Sr. Luiz Noronha, Engenheiro Técnico e Flávio Pressere(F), Engenheiro Técnico e ainda representante do Tesouro Nacional, Sr. Luiz Eduardo Gaudard que permanece aqui conosco.

Então, a Senadora Serys tem a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Presidente da República encaminha pleito do município de Porto Alegre solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até 83 milhões e 270 mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinado ao financiamento do Programa Integrado Sócio-Ambiental – PISA.

Os recursos oriundos da presente operação de crédito destinam-se ao financiamento Programa Integrado Sócio-Ambiental – PISA, cujo objetivo geral é melhorar a qualidade de vida da população da cidade de Porto Alegre e tem como propósito gerar uma melhoria das condições ambientais.

A operação de crédito será realizada na modalidade de empréstimo moeda única sobre o qual incidem juros vinculados a *libor* trimestral para dólar dos Estados Unidos da América acrescido de *spread* determinado e calculado pelo BID. Seu prazo de desembolso é de cinco anos contados a partir da vigência do contrato

sendo suas amortizações serão semestrais e sucessivas no prazo máximo de 25 anos contados também a partir da vigência do contrato.

Sr. Presidente, a CTN, de acordo com o Parecer GEF/COREF/CTN nº 1.224, de 11 de julho de 2008, informa que consulta realizada por meio eletrônico na presente data não indicou existência de débito... Está difícil... [soa a campainha] Não indicou existência de débito em nome da administração direta do município de Porto Alegre com a União ou suas entidades controladas.

O município de Porto Alegre foi classificado na categoria “B” pela CTN significando que ele possui capacidade de pagamento suficiente para o recebimento de garantia da União.

O prefeito municipal declarou por outro lado que vem cumprindo e continuará obedecendo o limite de resto a pagar, isto é, não contrairá obrigações nos últimos dois quadrimestres que não possam ser integralmente cumpridas dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Dessa forma, Sr. Presidente, o nosso voto... [soa a campainha]. Está difícil... Eu sem voz e a turma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Queria pedir a atenção, a colaboração... Em primeiro lugar, quero dar as boas vindas ao número tão grande de pessoas que... Dos mais diversos lugares do Brasil vieram hoje assistir a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e são todos bem vindos, mas queria pedir a colaboração de todos para que possamos ouvir a Senadora Serys com toda atenção, por favor.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Quanto ao mérito, Sr. Presidente, destaca-se que o objetivo geral de melhoria da qualidade de vida da população de Porto Alegre com o Programa Sócio-Ambiental – PISA - será alcançado com a melhoria das águas do Lago Guaíba e do Arroio Cavalhada; com o desenvolvimento em infra-estruturas urbanas para reduzir o risco de inundações; com a melhoria da qualidade de gestão ambiente no município e com a promoção da eficiência dos serviços municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagens pluviais.

Voto. Em face do exposto, conclui-se que o pleito formulado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre encontra-se de acordo com que preceituam as Resoluções nº 48/2007 e 40 e 43/2001 do Senado Federal, sendo concedida autorização para contratação na operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte. Aí vem o projeto de resolução do Senado que é de co-

nhecimento já, Sr. Presidente, todos Senadores e Sr^{as} Senadoras, portanto nosso voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se alguns dos Senadores quiserem fazer alguma indagação aos representantes da Prefeitura de Porto Alegre ou ao representante do Tesouro está em aberto. Em discussão... Então, vou colocar em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Então, passemos ao Item 03... E também requerimento de urgência que a bancada de senadores gaúcha recomenda. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

[palmas]

Item 03. Mensagem do Senado Federal nº 171, não terminativa, para autorizar contratação de operação de crédito externo com a República Federativa do Brasil no valor de 35 milhões e 640 mil dólares do município de São Luís do Maranhão e o BIRD, destinado a financiar programa de recuperação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da Bacia do Bacanga. O Senador Osmar Dias é o Relator.

Gostaria de informar que estão presentes para acompanhar a apreciação o Sr. Milton Campelo, Secretário Extraordinário Municipal de Projetos Especiais; Dr. Raimundo Nonato Fernandes Silva, Especialista em Desenvolvimento Econômico e Emprego Local e ainda representando o Tesouro Nacional o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, que aqui se encontra. Milton Campelo e Raimundo Nonato Fernandes Silva estão aqui presentes, portanto... Sim... Havendo... O senhor pode estar aqui.

Senador Osmar Dias, por favor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente Senador Eduardo Supply, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras... Este não é um empréstimo para o Rio Grande do Sul, mas o próximo também é. Os dois primeiros foram para o Rio Grande do Sul, esse é para São Luís do Maranhão.

Trata-se, Sr. Presidente, da Mensagem nº 171 encaminhada pelo Presidente da República, de pleito do município de São Luís, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de até 35 milhões e 640 mil dólares, de principal, destinado ao financiamento do programa de recuperação ambiental e melhoria de vida da Bacia do Bacanga.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, além desse empréstimo do BIRD a ser desembolsado nos anos de 2008 a 2012, o programa contará com contrapartida de re-

ursos do município estimada no montante de até 23 milhões e 760 mil dólares.

A operação de crédito externo pretendida e suas condições financeiras estão devidamente incluídas no sistema de registro de operações financeiras do Banco Central do Brasil.

A operação de crédito se processará na modalidade de margem fixa e sendo facultada ao município a conversão da taxa de juros de fixa para flutuante e vice-versa e de sua moeda de referência. De acordo com os cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5.23% ao ano.

Análise. A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu Pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessas operações de crédito externo.

Então, Sr. Presidente, o processo obedece a todos os critérios tanto estabelecidos pelo Banco Central quanto pela Secretaria do Tesouro Nacional e também atende o disposto nas Resoluções nº 48/2007 e 40 e 43/2001 do Senado Federal, podendo ser concedida autorização para a contratação de crédito externo pretendida nos termos do projeto de resolução que está anexo.

Por isso, o voto é favorável e eu peço o voto dos senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem... Se... Em discussão. E se alguns dos Srs. Senadores ou Senadoras quiserem algum esclarecimento, junto ao Secretário do Governo de São Luís ou do Tesouro, está em aberto. Não havendo quem queira perguntar ou discutir... O Senador Osmar Dias tem a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Vou aguardar a votação para pedir urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Senador Osmar Dias--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Aqui no relatório do Senador Osmar, eu acho que aqui tem um assunto interessante que eu quero fazer apenas um questionamento. Se foi cumprido, ou seja, aqui foi apenas um fax que foi encaminhado para a Procuradoria Geral. Eu pergunto se foi cumprida a exigência, ou seja, de encaminhamento da certidão original para que pudesse votar esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O Sr. Milton Campelo... Embora já tenhamos até feito a votação, mas ele vai--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas V.Exª não deu oportunidade nem para questionar. A Questão de Ordem aqui foi muito rápida. Quando eu quis pedir a Questão de Ordem, V.Exª já tinha colocado em votação e aprovado.

Eu faço só essa indagação... Se foi encaminhado o documento original. Feito isso, não temos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não. Sr. Milton Campelo.

SR. MILTON CAMPELO: Bom dia.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Até para preservar aqui naturalmente a nossa comissão aqui neste caso.

SR. MILTON CAMPELO: Inicialmente, Senador Eduardo Suplicy, queremos agradecer--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não estamos ouvindo aqui. Por favor.

SR. MILTON CAMPELO: Queremos agradecer em nome da cidade de São Luís essa oportunidade, particularmente também ao Senador Osmar Dias pela relatoria. [soa a campainha]

Sim, Senador, todos os procedimentos legais foram cumpridos e estão arrolados no processo... Documento original. Portanto...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Já foi encaminhado documento original?

SR. MILTON CAMPELO: Sim, sim.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Feito este encaminhamento, da minha parte também eu concordo e voto com o Relator, Sr. Presidente.

SR. MILTON CAMPELO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Então, os que estiverem de acordo com o requerimento de urgência proposto pelo Senador Osmar Dias permaneçam como estão. Aprovado.

[palmas]

SR. MILTON CAMPELO: Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado.

Item 4. Mensagem do Senado nº 170, não terminativa, propõe seja autorizada contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 8 milhões e 910 mil dólares entre o município de Cachoeirinha, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, cujo recurso destina-se ao financiamento parcial do projeto de melhoria e ampliação da infra-estrutura urbana de

Cachoeirinha. De autoria do Presidente da República, sendo Relator o Senador Wellington Salgado. Vou designar a Senadora Ideli Salvatti para relatar.

Mas antes eu gostaria de informar que, para acompanhar a presente apreciação, está entre nós o Prefeito José Luiz Stédile. Convido para estar aqui conosco, prefeito de Cachoeirinha, seja muito bem vindo, e o Sr. Luis Eduardo Gaudard pelo Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Senadora Ideli Salvatti tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Trata-se de processo oriundo da Mensagem nº 170 do Presidente da República e que tem como objetivo atender o pleito do município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

Os recursos advindos desta operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do projeto de melhoria e ampliação da infra-estrutura urbana de Cachoeirinha.

A operação de crédito externo sob exame e suas condições financeiras estão incluídas no sistema de registro de operações financeiras do Banco Central e do Banco Central... Registro de operações financeiras do Banco Central.

As condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo FONPLATA, que geralmente se encontram em condições mais favoráveis do que as exigidas pelas instituições privadas.

A operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo com taxa de juros *libor* semestral para dólar americano, acrescidos de 2,5% ao ano, com prazo de 60 meses para os desembolsos e amortização em 40 parcelas semestrais sucessivas, perfazendo o prazo total de 240 meses.

De acordo com estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 8,21% ao ano, portanto em patamares aceitáveis pela Secretaria, considerando-se o custo atual da curva média de captação do tesouro em dólar no mercado internacional.

O nosso voto, Sr. Presidente, é pelo atendimento, né? De todos os preceitos estabelecidos nas Resoluções de nº 48, 40 e 43 do Senado, e apoiamos e aprovamos, pedimos aprovação da autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nestes termos.

Então, o valor total inclusive da operação de crédito é de 8 milhões e 910 mil dólares dos Estados Unidos. Eu não vou fazer a leitura do projeto de reso-

lução, que é do conhecimento de todos, e o nosso voto então é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado Senadora Ideli Salvatti. Em discussão. Se algum Senador quiser formular alguma questão ao representante do Tesouro, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard ou ao Prefeito José Luiz Stédile.

Quero assinalar aqui um fato relevante, pois o Prefeito José Luiz Stédile é irmão de uma das principais lideranças de movimento social no Brasil, irmão de João Pedro Stédile, de quem eu também sou muito amigo, companheiro, me considero um dos amigos do MST, mas V.Ex^a é muito bem vindo aqui representando os 110 mil habitantes de Cachoeirinha e se quiser... Gostaria que dissesse, então, uma breve palavra sobre os objetivos desse empréstimo, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Presidente, seria bom só que ele desse alguns conselhos para o irmão lá. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se V.Ex^a... Atendendo ao pedido do Senador Eduardo Azeredo, se quiser fazer alguma recomendação ao João Pedro Stédile, ele que é do... O José Luiz Stédile, me informa, é do Partido Socialista Brasileiro, tem muita afinidade com o João Pedro, até por causa que seus pais os tornaram irmãos, então [risos] de maneira que pode fazer a recomendação.

SR. JOSÉ LUIZ STÉDILE: Agradeço ao Senador Suplicy a oportunidade de agradecer aos nossos senadores que orgulham o Estado do Rio Grande do Sul, o Paim, o Zambiasi, o Simon... E agradeço às comissões também que avaliaram o nosso projeto que é um projeto que vai diminuir o sofrimento da nossa população na área do saneamento, pavimentação asfáltica e... Assim como eu tenho orgulho do meu irmão, tenho conselhos a dar e assim como ele tem conselhos a dar a mim também. Então, muito obrigado a todos pela participação.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Muito bem... Os Srs. Senadores que estão de acordo com a proposição permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, peço urgência, Sr. Presidente, para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Os que estiverem de acordo com a proposição do Senador Romero Jucá, de urgência para a matéria, permaneçam como estão. Aprovado.

Nós passamos agora ao Item referente ao exame da Presidência--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, antes de entrarmos na segunda etapa da reunião, que é exatamente a apreciação do nome do Dr. Badin, eu gostaria que fosse retirado de pauta o Item 5 que diz respeito à tarifa social de energia.

Existe uma preocupação de minha parte que esse assunto possa causar prejuízo a alguns setores da população, e, portanto, eu estou em entendimento com o Senador Raupp, que é Relator, solicitando a retirada de pauta. E nós vamos fazer algumas reuniões inclusive com as empresas e com a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia exatamente para sanar qualquer dúvida da possibilidade de existir algum prejuízo para o segmento da população que hoje usufrui do benefício do abatimento por consumo.

Então, eu gostaria de registrar, pedir a retirada de pauta assim como também pedir a retirada de pauta do Item 6, que é de minha autoria, já que o Senador Francisco Dornelles tem algumas análises a fazer sobre a matéria e, portanto, a matéria não deve ser votada ainda. Eu vou aguardar a ponderação do Senador... Do Senador, o Item 10 do Senador Dornelles, exatamente para que eu possa melhorar o meu projeto. Então, fica assim retirado.

Retirando o projeto, eu solicito que nós possamos ouvir o Dr. Badin.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então, pois não.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Aproveitando esta mesma retirada de pauta do Senador Romero Jucá, projeto de nossa autoria, Item 15, cujo Relator é o Senador Camata, nós fizemos entendimento com o Senador Camata há a necessidade de alguns setores do Governo em aperfeiçoar o projeto. Nós também pedimos a retirada de pauta do Item 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então, vamos atender tanto as recomendações do Senador Romero Jucá quanto do Senador Adelmir Santana.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu concordo com a retirada de pauta para que a gente possa receber algumas sugestões que estão chegando por parte do Executivo no sentido de melhorar o projeto do qual eu sou Relator. E agradeço a V.Ex^a a suspensão da tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): E isto vale também para o Item 16--
SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Não, não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu estou solicitando os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Qual é o Relator? Está bem?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Então, retirado de pauta os Itens citados.

Passemos agora à segunda parte da reunião.

Mensagem do Senado Federal nº 124, não terminativa, que submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Sr. Arthur Badin para exercer o cargo de Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça na vaga decorrente do término do mandato da Srª Elizabeth Maria Mercier Querido Farina.

Eu convido o Sr. Arthur Badin para ter assento à nossa Mesa.

É o Relator da matéria o Senador Eduardo Azeredo, a quem eu passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o Sr. Arthur Badin é nascido em São Paulo, como os documentos mostram, em 1976, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1998, onde ele é mestrando em Direito Econômico Financeiro.

Em 2001, ele concluiu a especialização em Direito Empresarial na PUC-SP com a monografia intitulada “A Interface entre o Direito da Concorrência e Consumidor”, tendo como orientador o Prof. Fábio Ulhoa Coelho, reconhecido doutrinador do Direito Comercial.

Em 2004, concluiu a especialização em Defesa da Concorrência e Regulação na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas com a monografia “Venda Casada – Interface das Defesas da Concorrência e do Consumidor”, tendo lá como orientador o Prof. Arthur Barrionuevo Filho, economista que foi também Conselheiro do CADE.

O indicado ocupou a função de Conselheiro do Conselho Nacional de Seguros Privados, período 2004 a 2005, e de Secretário Executivo do IRB, vinculados ambos ao Ministério da Fazenda.

No Ministério da Justiça, além de Procurador Geral do CADE, nos mandatos 2005, 2007, 2008 e 2009, ele exerceu as funções de Chefe de Gabinete da Secretaria de Direito Econômico, período 2003 a

2005, e Presidente do Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos. Desde 2003 atua no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Sr. Arthur Badin publicou artigos em diversos órgãos de imprensa e o seu *curriculum vitae* evidencia assim que o indicado possui vasta experiência na área de Direito Econômico, apesar da pouca idade.

Destaca ainda o aludido documento extensa relação de conferências proferidas sobre defesa da concorrência em eventos, seminários, congressos e simpósios organizados por instituições de renome nacional, bem como grande número de aulas na sua área de atuação.

Embora com a formação acadêmica compatível com o cargo, cabe ressaltar que o desempenho da Presidência do CADE exige, sobretudo, forte consolidado conhecimento técnico, que só se adquire ao longo de anos de experiência.

Para exercer a presidência do referido Conselho, de acordo com a postura de dependência absoluta mantida pelo CADE - é em relação a interesses políticos ou setoriais, o requisito fundamental é competência técnica de modo a garantir a isenção do candidato.

Essa é a situação, no meu modo ver, na qual se encontra o Sr. Arthur Badin.

As agências e organismos, como o CADE, precisam evidentemente de recursos orçamentários disponíveis a tempo sem cortes ou contingenciamentos, como lamentavelmente tem ocorrido no atual Governo.

Assim, é também fundamental que as análises do CADE sejam rápidas de modo a não prejudicar a dinâmica empresarial e os importantes investimentos econômicos.

A experiência brasileira de fusões, aquisições e desmembramentos já é significativa e o CADE deve procurar a conciliação permanente entre os interesses da moderna economia globalizada e a defesa dos direitos do cidadão consumidor.

A livre concorrência é fundamental para a inclusão de milhões de brasileiras e brasileiros no mercado. Por outro lado, para enfrentar grandes corporações internacionais na disputa dos mercados globais de exportação é necessário entender a dinâmica das concentrações e o imprescindível fortalecimento das empresas nacionais.

Dessa forma, a rapidez das análises, somado aos critérios objetivos e a visão da realidade mundial exige postura independente, apartidária e sem ideologismos obsoletos por parte do CADE.

Com esta convicção, o Senado Federal e este Relator em particular deram o máximo da celeridade possível na apreciação da mensagem presidencial.

Em conclusão, é de realçar que o exame de seu currículo revela que o indicado reúne os atributos necessários para desempenho do cargo de Presidente do CADE.

Diante do exposto, em cumprimento ao disposto no art. 52, inciso III, da alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à apreciação e julgamento desta douta comissão a escolha do Sr. Arthur Badin, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Certamente a conseqüente sabatina será oportunidade para esclarecimento a Senadoras e aos Senadores para então termos a decisão sobre a escolha do indicado para o exercício da Presidência do CADE.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, enfatizando essa importância de que o CADE consiga conciliar a defesa da livre concorrência com a realidade dos mercados globais de exportação. E o Brasil precisa ter sempre um CADE extremamente atuante e forte e que é, sem dúvida alguma, um órgão também de colegiado, não é um órgão que seja decidido por uma pessoa só... É um órgão, eu quero lembrar sempre, onde as decisões são tomadas em colegiado.

É o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP-
LICY (PT-SP):** Esta Presidência agradece o relatório tão responsável e esclarecedor por parte do Senador Eduardo Azeredo.

Estão abertas as inscrições para os senadores que desejam argüir. Senador... Ah, mas antes temos a palavra do Sr. Arthur Badin para expor o seu... E está aberta a inscrição. Vou pedir aos Senadores Gerson Camata e Renato Casagrande que se inscreveram e eu próprio também me inscrevi... E o Sr. Arthur Badin tem a palavra.

SR. ARTHUR BADIN: Sr. Presidente, Sr. Senador Relator, Srs. Senadores da comissão, meus colegas, amigos aqui presente, pretendo ser breve, até para que nós tenhamos a oportunidade de debater e responder às perguntas que os senhores já agitaram-se em manifestar intenção de fazer.

Eu queria de início registrar a minha honra, Sr. Presidente, de estar aqui pela terceira vez me apresentando à Comissão de Assuntos Econômicos, me submetendo à sabatina e isso revela a beleza, a importância do processo democrático que está por trás do sistema das agências reguladoras, inclusive do CADE, que submete indicações técnicas, mas ao controle desta Casa de representantes do povo, desta Casa política.

Também é uma importância muito grande para mim, porque é uma oportunidade para prestar contas do trabalho que eu fiz nesses últimos três anos que eu espero ter, acredito, ter honrado a confiança que os senhores depositaram em mim ao aprovar as minhas duas últimas indicações para Procurador Geral do CADE.

O CADE vive um momento bastante importante da sua história. O sistema brasileiro de defesa da concorrência alcançou nos últimos anos um estágio importante, um patamar importante de efetividade das suas decisões.

Nós temos de um lado a Secretaria de Direito Econômico que recrudescer fortemente o combate às condutas anticompetitivas, às infrações contra a ordem econômica, aplicando no Brasil modernos e sofisticados instrumentos de produção de prova que amplamente utilizados em todas as outras jurisdições. Eu cito aqui o acordo de leniência, a realização de busca e apreensões e o trabalho conjunto com inteligência econômica e econômica. Isso tudo propiciou que casos importantes fossem levados ao conhecimento e a julgamento do CADE a partir dessa melhora substancialmente nas investigações.

Nós temos por outro lado um avanço bastante importante na defesa judicial das decisões do CADE. Eu faço aqui uma homenagem à minha equipe de Procuradores bastante entusiasmados, com brilhos nos olhos, que tornaram com trabalho bastante ativo que as decisões do CADE se tornassem uma realidade, que as decisões do CADE adquirissem, como é a expectativa de todos os cidadãos, que as decisões sejam imparciais, sejam técnicas e que uma vez tomadas, dentro de um processo em contraditório, um processo transparente e limpo, sejam cumpridas as decisões efetivamente independentemente a lei se aplicando igual a todos.

E o CADE, nesses últimos anos, respondeu com bastante... Respondeu com bastante... À altura todas essas responsabilidades que lhe foram submetidas, tomando decisões cada vez mais técnicas, cada vez mais rápidas. Eu faço uma homenagem à composição que aqui encerra seu mandato, aqui encerrou seu mandato agora em julho que propiciou uma redução do tempo de análise de atos de concentração de 81 dias para 47 dias, reduziu a quase 50% o tempo de análise de atos de concentração. E é isso que o Brasil espera... Um sistema que funcione eficientemente de forma rápida, aplicando a melhor técnica de forma imparcial e independente.

Para o futuro, eu acredito que o Brasil está prestes a completar... A dar o grande salto institucional que o colocará entre, certamente... Propiciará ao Bra-

sil um sistema mais avançado de defesa da concorrência entre os países em desenvolvimento. Isso eu acredito que dependa da aprovação do Projeto de Lei nº 3.045/2004, que está em discussão no Congresso Nacional, nós esperamos que seja encaminhado ao Senado ainda este ano com a aprovação pelo Plenário na Câmara dos Deputados, nós... Eu espero se aprovado, a minha indicação aprovada por V.Ex^{as}, ter a oportunidade de voltar aqui, debater o Projeto de Lei com os senhores que eu acho que é um consenso entre empresários, aplicadores da lei, de que é importante que seja aprovado.

O Projeto de Lei propiciará a reestruturação do CADE, eliminando redundância que só geram burocracia, demora e ineficiências - algo que o Sr. Relator ressaltou bem e é a preocupação de todos nós.

O projeto proverá o CADE de recursos e de uma estrutura adequada a respostas rápidas e tempestivas, instituirá um sistema de análise prévia de atos de concentração que evitará casos em que a decisão do Conselho demorou muito a ser tomada e, posteriormente, a operação, adequando o sistema brasileiro de controle de estrutura de mercado ao que acontece na maioria dos outros países. E mais do que isso, com prazos muito definidos para que esses atos sejam apreciados. Prazos de 20 dias para as operações mais simples, que representam mais de 93%, 94% dos processos que são submetidos ao CADE, e no máximo quatro a seis meses nos casos mais complexos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Essas decisões, Dr. Arthur, não poderiam ser prévias?

SR. ARTHUR BADIN: Nós acreditamos que devam ser prévias. Agora isso depende da aprovação do Projeto de Lei que eu--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

A decisão prévia está prevista no Projeto de Lei? Antes de se concretizar uma operação comercial...

SR. ARTHUR BADIN: Sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Isso já está decidido. Antes de concretizar uma decisão do CADE?

SR. ARTHUR BADIN: O Projeto de Lei prevê análise prévia. Antes que a operação se concretize, ela deverá ser submetida ao Conselho previamente. E o Conselho terá prazos muito definidos e muito peremptórios para que seja apreciada. E eu mencionei que 20 dias em 94%, 95% dos casos, que são os processos que nós chamamos de "sumário" e no máximo quatro a seis meses nos casos mais complexos.

Então, eu acredito que nós estamos a um passo de dar o grande avanço institucional na defesa da concorrência no Brasil que é com essa aprovação do

Projeto de Lei e eu espero nesses dois anos poder participar desse debate, estar presente no Senado discutindo com os senhores a aprovação deste projeto, que, repito, é um consenso entre mercado, aplicadores da lei e que colocaram... E nesse meio tempo a nossa preocupação será preparar o CADE para o novo CADE.

Então, são as colocações iniciais, estou à disposição, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Então, muito obrigado, Sr. Arthur Badin.

O primeiro inscrito, então, o Senador Gerson Camata tem a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado. Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria fazer apenas algumas perguntas no sentido de alguns esclarecimentos que eu gostaria de ter, reconhecendo a capacidade técnica e a qualidade técnica do Dr. Arthur Badin.

A primeira delas é uma pergunta que eu já estranho a maneira de fazê-la, porque consta nos Anais e nas conversas que tive aqui que numa certa época da sua vida ele teria afirmado que os atos do CADE não são passíveis de revisão pelo Poder Judiciário. Mas vejo aqui que ele é autor de dois artigos, um sobre *Judicialização do processo por infração contra a ordem econômica* e o *Judiciário na defesa da concorrência*. De modo que me parece que a pergunta estaria respondida aí. Mas seria bom que ele, como um Procurador no CADE, que exerceu até com brilhantismo o seu cargo, embora muitas vezes eu discordasse de alguns Pareceres, esclarecesse esse ponto.

Um outro ponto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Permita, Senador Gerson Camata, informar que se alguns dos senadores se encontram suficientemente informados e desejarem já exercer o direito de voto está aberta a possibilidade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

O outro que ocorreu no caso aí, o Senador Renato Casagrande já colocou bem, foi o problema da fusão ou da compra da Garoto pela Nestlé.

A Garoto é uma empresa tradicional do Espírito Santo, é uma empresa familiar, estava à beira de um processo do seu fim, em consequência da briga entre os sócios dentro da família, de discordâncias que estavam levando à falência e os próprios funcionários, os sindicatos da Garoto e os próprios proprietários na época estavam atrás de compradores para salvar a empresa, três mil empregos. E aí quase dois anos depois que a Garoto foi vendida para a Nestlé, o CADE

brecou... Dois anos depois. Com atos praticados e tudo... E brecou numa resolução muito estranha - o Dr. Arthur não tem tudo a ver com isso - mas ele pode explicar isso. Dizendo o seguinte, que a Garoto deveria ser vendida aos pedaços. Pedaço de marca, pedaço de fábrica, pedaço de máquina para várias outras empresas. Quer dizer, parece que o objetivo era acabar com ela e tirá-la do Espírito Santo - o Senado acompanhou muito esse debate aqui.

Mas quando veio a fusão da GOL com a VARIG, que bate direto no bolso do consumidor, porque criou-se um oligopólio na aviação brasileira, eu não vi o CADE estranhando... As cimenteiras... O caso das cimenteiras, cimento hoje no Brasil é um oligopólio, é o cimento mais caro do mundo. Nós estamos comprando no Brasil. Não vi uma ação tão rigorosa como foi contra o Espírito Santo na atuação do CADE.

Está vindo aí à concentração das teles. Nós estamos na eminência de um outro processo de concentração [ininteligível] direto no bolso do contribuinte, um oligopólio nas comunicações que são tão importantes hoje.

E está vindo aí, talvez o CADE não percebeu, a concentração dos portos. As empresas que ganharam as licitações dos portos do Governo passado formaram uma associação e agora estão no judiciário, em toda parte formando... Para evitar que se construam novos portos no Brasil. E não se construindo novos portos no Brasil, elas estão criando um monopólio de portos que está começando a inviabilizar as exportações brasileiras e que dentro de cinco anos vão inviabilizar.

Há pouco tempo, por exemplo, a Cecafé entrou contra as empresas em Santos, porque elas estão cobrando 500 mil reais para contêinerizar(F) um contêiner de café. O café brasileiro está perdendo mercado mundial em consequência dos problemas que elas criam, porque elas estabeleceram um monopólio - só têm elas.

Então, precisa lançar luz sobre esse monopólio, porque se começarem a fazer portos agora, teremos portos daqui a cinco, dez anos. E elas estão impedindo exatamente agora... Se elas continuarem e tiverem sucesso nisso, nós vamos sentir os efeitos cruéis e graves desse problema daqui alguns anos.

São as perguntas que eu faço no sentido de que nós possamos ter idéia de como o novo presidente vai agir lá na terceira presidência do CADE. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Dr. Arthur Badin tem a palavra.

SR. ARTHUR BADIN: Sr. Senador, obrigado pela pergunta e pela oportunidade de esclarecer.

Em primeiro lugar essa questão da revisão judicial das decisões do CADE. Eu publiquei já em outubro de 2006, no jornal *Valor Econômico*, um artigo onde eu digo claramente o seguinte. Primeiro é preciso acabar com um certo mito e um falso argumento de que as decisões do CADE por serem muito técnicas e muito proferidas por um... Quase um Tribunal, um Tribunal administrativo quase judicante não deveriam ser revistas pelo Poder Judiciário... Muito pelo contrário. A garantia da revisão jurisdicional é a garantia da nossa liberdade, da nossa honra, da nossa vida em última instância, da nossa propriedade e é importante que haja. E o sistema democrático não seria eu um advogado, e um advogado que teve uma experiência na militância privada como advogado contencioso dizer o contrário. Isso não é possível limitar o acesso ao judiciário.

A discussão na verdade deve se dar nos limites da revisão jurisdicional, dos atos administrativos, das agências e do CADE. Isso parece ser bastante óbvio que se o controle jurisdicional for refazer o trabalho que o CADE já fez, não precisa ter mais CADE. Se o judiciário for querer revisar as decisões, as leis com tal profundidade, sem controle, e que não seja vista da Constituição, não precisa haver uma Casa Legislativa e Parlamentar.

Então, os poderes são independentes e são harmônicos. Há controle entre si e a questão toda é saber qual é o limite desse controle.

O outro problema é a questão do judiciário como um instrumento de procrastinação do cumprimento de decisões que são tão importantes para o país. V.Ex^a mencionou a importância e o Sr. Relator, S.Ex^a o Sr. Relator mencionou a importância que as decisões sejam rápidas. Essa é a nossa preocupação também e não pode o Judiciário se prestar a quaisquer interesses à procrastinação do cumprimento de decisões de políticas públicas tão importantes para a população.

Sobre o caso Nestlé/Garoto, eu tenho a dizer o seguinte, Senador. Eu não tive a oportunidade de participar desse processo, porque quando eu assumi a Procuradoria do Conselho o caso já tinha sido julgado. A minha participação foi como advogado do Conselho, representando o Conselho em juízo, e nessa posição me constrange emitir qualquer opinião sobre o mérito da decisão. Mas, sem dúvida nenhuma, é de se admitir que não é possível para o país que as decisões sejam tão demoradas como foi no caso Nestlé/Garoto.

E é por isso eu insisto em dizer que há um consenso entre os aplicadores da lei e a classe empresarial e os consumidores, as entidades civis da classe empresarial dos consumidores sobre a necessidade de aprovação do Projeto nº 3.045/2007, que institui não só a análise prévia de atos de concentração, como

mencionado pelo Senador Renato Casagrande, mas também e, principalmente, definindo prazos peremptórios e inelásticos de análise dessas operações. Isso é importante. Que as decisões sejam rápidas, sejam tempestivas, porque o mercado é uma realidade dinâmica, se transforma muito rapidamente e não pode o investimento e não pode a incerteza sobre o investimento ser gerado pelo exercício do poder de polícia do CADE.

Os três outros mercados que V.Ex^a mencionou são de extrema importância, são mercados que já vêm sendo analisados pelo CADE e, eu tenho certeza, pela Secretaria de Direito Econômico, a questão da concentração dos portos me é nova, mas acho que a advertência que V.Ex^a fez já é o suficiente para que os órgãos de repressão lancem os olhos sobre isso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu queria fazer--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Bem rapidinho. Fiquei contente com as respostas dadas, entende? Mas o Relator, o nosso ilustre Eduardo Azevedo, ele coloca aqui claro e bem colocado que não há instância política para a revisão de decisões do CADE. O que é corretíssimo... O que é correto. Se as decisões do CADE pudessem ser corrigidas politicamente, a mesma palavra que o Dr. Badin falou, acabava com o CADE ou acabava com a política.

Agora, a revisão pelo Judiciário eu acho que nada, ninguém pode estar acima de decisão do Judiciário. Agora, o Dr. Badin coloca uma posição também muito interessante que é a demora do Judiciário que provoca às vezes anos e anos. O que provoca até um caps de minúcio(F) na ação do CADE que fica embargada, porque o Judiciário demora a decidir. E nós acompanhamos isso diariamente, por exemplo, lá em Vitória nós estamos com o problema do aeroporto de Vitória que está ameaçado de parar na justiça. E qual é a preocupação do Espírito Santo ter o pior aeroporto do Brasil? É que se for para a Justiça, daqui a 10 anos nós não teremos aeroporto. Já se sabe antes. Quer dizer, o triste do Judiciário é esse ponto dessa demora.

E também aí no episódio da Garoto, é bom que se acentue, que o CADE também dormiu no ponto. O CADE demorou dois anos e lá vai cacetada para decidir, e a Justiça agora está segurando mais uns dois ou três anos. Então, talvez até o CADE devia nesse momento passar uma borracha nisso, vamos começar daqui para frente fazendo... Eu vou até apresentar uma Emenda na lei, o que ficou para trás por culpa do CADE que demorou... V.Ex^a não estava lá, mas o que ficou para trás... O CADE foi relapso na apreciação, demorou?

Passa a borracha. E para frente vai começar tudo de novo com esses prazos peremptórios que o Dr. Badin está defendendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Obrigado Senador Gerson Camata.

Agora, o Senador Renato Casagrande tem a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Arthur Badin, Sr^{as} e Srs. Senadores e Senadoras, a minha palavra inicial também é de apoio à indicação do Dr. Arthur Badin.

Reconheço a competência técnica do indicado e votaremos favoravelmente, compreendendo que o cargo de Presidente de um órgão tão importante como o CADE é um cargo que exige de fato muita capacidade de diálogo, mas sabendo que o sistema de defesa da concorrência no Brasil é um sistema importante que vai tendo cada vez mais importância pelo crescimento das nossas empresas, pela cultura e pela prática global das aquisições, das incorporações, então, a sociedade de fato precisa estar muito bem protegida por esse sistema que nós temos no país.

A legislação é falha e por isso que o debate sobre prazos e decisões prévias é um debate importante, repito o que o Senador Gerson Camata, do meu Estado já colocou. Nós temos um caso exemplar que é o caso da Nestlé/Garoto onde o CADE levou muito tempo para tomar uma decisão e as operações feitas, investimentos sendo feitos e acaba que as lideranças empresariais políticas, inclusive sindicato dos trabalhadores ficam ali no meio de análise de qual é o interesse efetivo para melhor atender os investimentos no Estado do Espírito Santo.

Então, essa demora é inaceitável. Essa demora é inaceitável porque isso nos coloca também numa posição de fragilidade com relação aos investimentos que precisam ser feitos nos nossos Estados e até das empresas e ao mesmo tempo coloca o CADE numa posição de fragilidade. Porque a gente passa a questionar o CADE, o que nós deveríamos é estar apoiando o CADE nessas decisões, mas a demora nos coloca numa posição de ficar questionando uma decisão tão importante como uma decisão do CADE.

O Congresso Nacional tem uma tarefa. O novo CADE, a nova regulamentação do sistema nacional é fundamental e é importante.

O Congresso Nacional tem se ausentado das decisões importantes abrindo espaço para que o Presidente da República, através de Medidas Provisórias, ou para que o Supremo Tribunal Federal, que o Tribunal Superior Eleitoral tome medidas que são medidas que deveriam ser tomadas pelo Congresso Nacional. E o Congresso Nacional tem se ausentado por falta de

uma dinâmica interna de votação e de cumprimento de prazos, que a gente reclama do CADE, mas de cumprimento de prazos e o novo CADE está lá na Câmara para a gente poder votar e eu espero sinceramente que a gente consiga, enquanto Congresso Nacional, estabelecer uma dinâmica das votações das matérias aqui para que nós não fiquemos só reclamando. Que daqui a pouco não temos nem a quem reclamar mais, vamos ter que ir ao Papa, né? E muitas das tarefas estão nas mãos dos congressistas ou na mão do Congresso Nacional, nas mãos do Congresso Nacional.

Então, nossa observação é essa, que o CADE possa mesmo com a legislação atual tomar todas as precauções para que tudo corra dentro do menor prazo possível, mas que nós aqui do Congresso possamos de fato... Fazermos a aprovação o mais rápido possível desta nova estrutura.

Então, não tenho uma pergunta efetiva. O Senador Camata fez as perguntas que interessam a nós no Estado do Espírito Santo, e eu quero só desejar sorte e me colocar à sua disposição. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUBLICY (PT-SP): Não tendo havendo perguntas, se quiser fazer algum comentário.

SR. ARTHUR BADIN: Só comentar, Senador, que eu agradeço os votos de sucesso e prometo todo o meu empenho, todo o meu entusiasmo, toda a minha alegria, dedicá-los nesses dois anos, a aprovação e discussão desse Projeto de Lei que me parece e é o que falta para o Brasil ter o melhor sistema de defesa à concorrência dos países em desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUBLICY (PT-SP): Senador José Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Dr. Arthur Badin, eu estava aqui conversando com o Senador Tasso Jereissati, que chegou um pouco atrasado, me perguntou o teor da sua exposição e eu estava observando a sua exposição, as suas respostas e fazendo uma avaliação sobre a serenidade do seu comportamento, que deve ser o comportamento de um Magistrado. V.S^a está sendo indicado para a presidência de um órgão importantíssimo no Brasil que é o CADE.

Presidente tem que ser Magistrado. Magistrado é o Juiz, é o que aprecia as partes, considera o debate, a discussão, os argumentos e a média de opiniões. Na minha opinião, essa é a função do Magistrado, que exige serenidade de comportamento. Eu tive a curiosidade de avaliar o pretérito de sua atividade profissional. E não é exatamente a de uma pessoa completamente moderada ou serena. Eu diria que V.S^a. é homem polêmico... Moço, o que é um trunfo, elogiável

a sua juventude, indicado... Creio que tenha 32 anos. Indicado com essa idade para presidir o CADE é um trunfo, é um mérito. Mas o mérito tem que ter respaldo de experiência, de equilíbrio.

As posições de V.S^a, pretéritas, têm sido polêmicas. Eu recolhi numa entrevista, creio que do *Valor Econômico* uma frase muito interessante. "Meu cliente é o CADE. Não posso ser condenado porque sou intransigente na defesa do interesse público". Perfeito! Perfeito! Só que interesse público é o interesse público decorrente do debate, das opiniões postas em contrário, não é a opinião do Procurador do CADE, que não pode se julgar dono da verdade. A mim preocupa a experiência que eu vou questionar e a polêmica do comportamento.

O Procurador de um órgão tem a responsabilidade fundamental de ser a voz do ponto de vista legal do órgão. Ele é a própria voz da lei do órgão. A interpretação da lei pelo órgão. Eu não entendo como é... E aí é uma outra declaração de V.S^a, quando também uma entrevista dada creio que ao *Valor Econômico*, declarou "faz sentido o judiciário substituir uma decisão do CADE pela sua? Se for assim não há sentido em manter uma estrutura como a do CADE em funcionamento." Um Procurador do CADE, homem da lei, questionar um questionamento da Justiça é no mínimo questionável. É um equilíbrio que não consulta... A minha opinião para dar um voto consciente a um Magistrado indicado para exercer a presidência de um órgão.

Terceiro ponto que me preocupa, nos seus 32 anos de profícua atividade profissional, eu recolhi que V.S^a. foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Direito Econômico – SDE. Foi Presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, Conselheiro Nacional de Seguros Privados, Secretário-Executivo do Instituto Brasileiro de Resseguros. Foi membro da Câmara de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar e do Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – Conmetro.

Agora, nenhum desses cargos têm atividades ligadas ao Direito Econômico, que é o que interessa do CADE. É um belo currículo. Foi presidente de alguns Conselhos. Mas eu não vejo correlação com a atividade do CADE, que é eminentemente tratar de Direito Econômico. V.S^a está indicado para exercer a função de presidente que é Magistrado, contesta as inquirições da lei sobre decisões do CADE como Procurador.

O debate que deixa claro o interesse público talvez não seja o forte de V.S^a. Se não concorda com o recurso da Justiça, a decisão do CADE é porque talvez tenha uma postura autoritária. Eu não sei se é por isso que eu li na *Folha de São Paulo* que estaria preparado,

caso V.Sª viesse a ser aprovado ou vier, um processo de demissões voluntárias ou demissões provocadas no CADE, provocando um grande tumulto no órgão. Eu li isso na *Folha de São Paulo*.

Eu gostaria de ter... Até para ter a convicção do meu voto, eu não voto aqui, Dr. Badin, eu voto no Plenário. Eu gostaria de ter as suas considerações sobre o que eu acabei de falar, porque eu reputo da maior importância. A contestação aos recursos judiciais, essa idéia de que estaria em marcha um processo de demissões em grande volume no CADE. O seu nível de preparo para exercer esta função e, principalmente, a sua qualificação intrínseca como Magistrado, como uma pessoa equilibrada que, na minha opinião, traz o cacoete de pelo fato de ter sido Procurador defender um viés, estar indicado para uma posição em que tem que defender todos os vieses. Eu gostaria de ter as suas observações sobre as minhas preocupações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Tem a palavra o Sr. Arthur Badin

SR. ARTHUR BADIN: Sr. Senador, obrigado pelas perguntas que me dão oportunidade de responder algumas informações que constaram, como o senhor mesmo mencionou, da imprensa.

Primeiro lugar, a defesa é interesse público. Sr. Senador, eu vim a Brasília em 2003 pela minha convicção, no meu dever e na minha possibilidade de defender o interesse público e servir ao país exercendo funções públicas, deixando uma banca de advocacia onde eu era sócio em São Paulo por uma questão de convicção existencial, por um valor que me é bastante caro, que é servir ao meu país, e me honra poder ter tido a possibilidade, inclusive, por duas vezes com a aprovação do Senado Federal, desta Casa, de servir ao país na condição de Procurador Geral do CADE.

Sr. Senador, como Chefe de Gabinete da Secretaria de Direito Econômico, eu fui o responsável pela aplicação, pela negociação do primeiro acordo de leniência do país. Eu acho que é importante, talvez várias vezes mencionado nesta minha colocação, é importante explicar o que é o acordo de leniência.

O acordo de leniência é uma forma, é um instrumento de produção de provas através... Uma espécie de delação premiada pela qual um dos membros participantes dos cartéis, e todos nós sabemos quão deletério o cartel é para o país, para os consumidores e para todo o ambiente concorrencial, colabora com as investigações fornecendo elementos de prova que permitem as investigações fluírem implicar o cartel.

Posso chamar atenção que nos Estados Unidos, nos dois anos subseqüentes à implementação do programa leniência, naquele país a eficácia do combate aos cartéis foi de 20 vezes maior do que nos 20 anos

anteriores juntos. Eu participei, portanto, como Chefe de Gabinete da Secretaria de Direito Econômico ativamente, intensamente da aplicação da Lei nº 8.884.

Antes disso, Sr. Senador, como advogado, eu exerci durante três anos a advocacia, o Ministério Privado à advocacia, aplicando na condição de defensor a Lei nº 8.884.

Posteriormente, como Procurador Geral do CADE, eu atuei como Parecerista, é importante que os senhores saibam a função do Procurador Geral do CADE - é de dar pareceres em todos os processos que vão ser submetidos à aprovação e a julgamento pelo Conselho e também de defender o Conselho em juízo. Dedicção intensa e exclusiva na aplicação da Lei nº 8.884.

Quando Presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, eu fui o responsável pela aplicação dos recursos que são oriundos das condenações do CADE, portanto responsável pela implementação, a entrega ao consumidor final do produto, da atividade do poder de polícia exercido pelo CADE. Não só me parece que a lei do CADE tem 14 anos, o Brasil ainda tem uma experiência muito recente em defesa da concorrência, embora o CADE tenha sido criado em 1962, ele foi... Teve uma atividade muito tímida nos 30 anos posteriores. A defesa da concorrência pode falar efetivamente a partir de 1994 com a publicação da Lei nº 8.884. Desses 14 anos de lei, eu tenho me dedicado integralmente, intensamente na aplicação da lei 9 anos. Três como advogado, três como Chefe de Gabinete da Secretaria de Direito Econômico e três como Procurador Geral do CADE.

E eu arriscaria dizer mais, Sr. Senador, essas diferentes posições e essas diferentes funções diante do processo, o senhor sabe que no processo há quem acuse, há quem defenda e há quem julgue. Eu tive a oportunidade de vivenciar esses três papéis. Eu advoguei e defendi clientes, eu conheço o papel do advogado - eu sou um advogado de formação, eu atuei na Secretaria de Direito Econômico como investigador, Promotor da defesa da concorrência, eu atuei como Procurador Geral do CADE como parecerista independente para as decisões do Conselho, mas eu atuei como advogado do Conselho quando essas decisões são discutidas em juízo em outros foros. Portanto, de alguma forma, eu acredito que essas diferentes visões do processo me qualificam ou pelo menos torna mais acurada a minha capacidade agora de julgar. Eu conheço o processo pelos diversos papéis. Eu já exerci os diversos papéis que no processo administrativo do CADE e judicial são exercidos.

Se a virtude está no meio, *in medium virtus*, eu acredito que essa experiência como Promotor, como advogado, como Parecerista independente, como exe-

cutor das decisões me permitem ver as questões sob os diversos ângulos que ela se apresenta. A verdade ela não é absoluta, ele tem formas de ver a questão de formas diferentes, e eu acredito que vou estar com o olhar acurado por conta dessas diversas experiências.

Com relação às declarações, Sr. Senador, eu repito e, inclusive, disponibilizo o artigo que eu publiquei sobre a revisão judicial das decisões do conselho, eu entendo que ela é absolutamente necessária, inafastável, o senhor, como mencionou, talvez não tenha tido a oportunidade de ouvir a minha resposta ao Sr. Senador Gerson Camata, onde eu dizia exatamente isso, eu acho que inafastável é o controle jurisdicional, a discussão é sobre quais são os seus limites para que não haja redundância. Para que o judiciário não se substitua ao Poder Executivo, para que o judiciário não se substitua ao Poder Legislativo, para que o Poder Legislativo não substitua o Executivo e assim por diante. Os poderes são independentes, são harmônicos e esse controle e esse balanço é que precisa ser medido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Senador Agripino. Tudo bem.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Uma última indagação ficou pendente. V.S^a é Procurador do CADE, deve é claro... Funcionário da Casa deve poder informar se há essa mencionada inquietação que a *Folha de São Paulo* registra com relação à sua ida e uma eventual ou possível saída de muitos funcionários no corpo técnico do CADE. Procede isso?

SR. ARTHUR BADIN: Sr. Senador, é importante entender o contexto.

O CADE não tem cargos, uma carreira própria ao contrário das agências reguladoras que tiveram técnicos para cada uma delas criada em lei. O CADE... O corpo funcional, o corpo técnico é provido por Procuradores Federais, que é uma carreira da AGU, é uma das carreiras da AGU, são profissionais que podem trabalhar no CADE, mas podem estar amanhã na FUNAI, amanhã no IBAMA, amanhã no INSS e a outra carreira é de gestores governamentais - gestores de políticas públicas e gestão governamental, que também é uma carreira horizontal que pode hoje estar no CADE, mas também servir no Ministério da Cultura amanhã e em outro Ministério assim por diante.

O CADE em 2006 recebeu 30 técnicos gestores governamentais do último concurso. E eles, pela legislação, deveriam ficar dois anos sem a possibilidade de assumir outras funções em outros órgãos. Esse prazo terminou em julho. Desde então houve defecções decorrentes ou porque um prestou concurso, o outro foi convocado pela Presidência da República em con-

vocações irrecusáveis pelo órgão... É natural, isso é quase que uma característica da carreira essa elevada volatilidade, porque são ótimos profissionais, são profissionais extremamente qualificados. É uma elite... É um corpo de elite dentro da administração pública Federal que podem... E uma formação generalista que podem hoje atuar no CADE, mas podem estar atuando em outros lugares, e o que aconteceu foi uma natural defecção ao longo desses últimos dois anos em razão de outros concursos, convocações etc.

Eu faço menção à presença de todos, de vários gestores aqui, de toda a minha equipe de Procuradores Federais, a equipe com quem eu trabalhei nos últimos três anos, que muito eu me orgulho de ter feito parte, que, talvez, seja do que eu fiz nesses últimos seis anos no Governo aquilo que mais me orgulha é ter montado uma equipe, uma equipe de jovens Procuradores que, certamente, serão aí a tropa de elite da Advocacia Pública Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Os Srs. Senadores Francisco Dornelles, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, eu próprio, que estava em primeiro lugar, e o Senador Pedro Simon estamos inscritos. Senador Pedro Simon, inclusive, deveria estar como o mais velho aqui presidindo e teve a gentileza de me permitir, eu pediria aos demais a gentileza se ele puder, por uma razão etária e de amizade entre nós, substituir-me como primeiro inscrito. Então, se estiverem de acordo, Senador Pedro Simon. Tem a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Concordaram, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Concordaram. Não há objeção.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Concorde? Sr. Presidente, eu quero apenas dizer algumas palavras. Eu tenho acompanhado a polêmica que diz respeito a V.Ex^a. Eu não nego que olhando para V.Ex^a, V.Ex^a tem uma cara de guri. [risos] V.Ex^a está mais para presidente da UNE do que para presidente do CADE. Mas eu voto favorável a V.Ex^a pelos que me pediram para votar contra. Algumas grandes empresas que V.Ex^a é muito radical. Eu acho que V.Ex^a reúne qualidades. Quando V.Ex^a foi Procurador, quando V.Ex^a foi advogado, quando V.Ex^a foi consultor, são os três anos.

Eu acho que nós ainda não damos importância para o CADE que nós deveríamos dar. E o Brasil não dá a importância para o CADE que deveria dar. Durante muito tempo o CADE era uma espécie de assessoria do Ministério da Justiça, parece que o CADE estava ali para dar o... Passou por aqui. Mas não havia estudo nenhum. Eu acho realmente que a situação do CADE é muito delicada. Porque nós estamos vivendo agora

um período de grandes transformações, de grandes empresas e de grandes interesses, e eu confesso, o nosso querido Senador Camata apresentou um caso que eu lembro foi tremendamente polêmico, nós inclusive defendíamos que ali era um caso não de um absorver o outro, era de a Garoto poder continuar, porque ela estava em dias de fechar. E V.Exª tem uma razão muito lógica.

Eu não entendi o problema da GOL com a VARIG. Aliás, a VARIG é um processo todo que um dia vai ter que discutir. Quando nós votamos a lei, a nova Lei de Falências que passou a não ser Lei de Falências, mas é a lei que diz que ela tinha como espírito fazer o pós-falência para que as empresas pudessem realmente superar o problema. A gente imaginava que a VARIG seria a primeira empresa onde isso seria aplicado... E não foi. Quer dizer, o Governo até patrocinou a morte da VARIG.

Mas acho que V.Exª tem condições, até pelo seu espírito, pela biografia, pela sua capacidade que eu vi, e pelas restrições que tem a V.Exª, eu com toda sinceridade, acho que V.Exª tem condições de preencher essa [ininteligível]. É um cargo muito difícil. Olha que pegar duas grandes empresas, a Vale de um lado e outra não sei de outro lado, é muito difícil. Imagina o senhor se tiver uma polêmica amanhã entre a PETROBRAS e a nova empresa do pré-sal e... É uma perspectiva que vai acontecer. Imagina V.Sª amanhã ou depois a Vale vai ter problemas que V.Exª vai ter que administrar. É muito difícil! Um guri que nem V.Exª com bilhões de um lado e de outro, mas eu confio em V.Exª.

Agora, eu acho que ali está um órgão que nós não estamos dando a devida importância. Nós não estamos dando a devida importância. E eu felicito o CADE no momento que ultimamente, e isso começou lá no Governo Fernando Henrique, agora no Governo Lula está se firmando, o CADE está passando a ter presença que não tinha. O CADE era inexpressivo... Era algo que nem tomava conhecimento da existência. Agora não. Até essas brigas, essas polêmicas, esses debates que estão tendo são bons. Demonstra que ali as posições estão altamente definidas. Eu acho que tudo aquilo que for... Nosso Prefeito de Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Pedro Simon, permita aqui dar as boas vindas em nome da Presidência da CAE, ao Prefeito e nosso colega Senador José Fogaça, seja muito bem vindo! Sente-se aqui e porque V.Exª já havia sido convidado para aqui se manifestar na votação do empréstimo sobre Porto Alegre.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só avise a ele que foi aprovado por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Foi aprovado por unanimidade. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que valorizar o CADE é muito importante, é muito importante. Eu acho que aquele órgão que está ali, meu grande amigo Leônidas Schnauzer esteve ali, e eu participei e participei [ininteligível] daquela época da vontade e das mudanças que foram feitas no sentido do CADE ser realmente o órgão que deve ser. E foi difícil! Porque o Ministro da Justiça queria o CADE como um agente de informação, uma assessoria para ele. E eu acho que hoje ele tem essa personalidade.

V.Exª, com o apoio que terá daqui, até acho muito importante com as restrições que foram feitas, e é importante que elas sejam feitas. Tem gente, por exemplo, um dos motivos de votar a favor de V.Exª volto a repetir, foram as pessoas que me falaram V.Exª é um homem muito duro, muito rígido. V.Exª não tem muita abertura... É o que nós precisamos lá. [risos] Acho que é a pessoa que está indicada.

[palmas]

Por isso, eu voto com muito carinho e vou ser sincero... Torço e até rezo para que V.Exª tenha uma grande gestão porque eu acho que não há nenhum outro setor e nenhum outro cargo que o presidente indo bem o Brasil vai bem como o caso de V.Exª. Que Deus lhe inspire. Meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Arthur Badin, se quiser manifestar.

SR. ARTHUR BADIN: Só queria agradecer as palavras. O senhor que é um exemplo para nós mais jovens, de ética e de compromisso com o país, uma vida dedicada ao país. O senhor não imagina como me emociona e como motiva. Eu prometo que honrarei a sua confiança. Prometo e gostaria de voltar e prestar contas aos senhores do trabalho que nós fizemos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não. Senador, pela ordem Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero ver a ordem de inscrição. Eu também gostaria de fazer algumas indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): V.Exª pode se inscrever.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Qual é a ordem de inscrição? Porque V.Exª me parece que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Francisco Dornelles, Tasso Jereissati

que abriu mão, Arthur Virgílio, eu também me inscrevi, mas eu me deixei para o final. Então, V.Exª pode se inscrever, e quero sugerir se os Senadores Francisco Dornelles e Arthur Virgílio concordarem, poderia até eventualmente os três senadores inscritos ainda falarem um após outro para as considerações então... Então... V.Exª estará também dentre esses.

Então, Senador Francisco Dornelles tem a palavra. V.Exª está inscrito.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, Dr. Arthur Badin, queria cumprimentá-lo pela sua exposição.

Eu tenho acompanhado nos últimos anos o trabalho do CADE. Eu considero que a visão do CADE já atrasada, burocrática, pequena. O CADE não compreendeu ainda a importância de nós termos empresas grandes e fortes para participar... Empresas grandes e fortes para participar do processo de globalização. O CADE muitas vezes não compreende que nós precisamos de empresas para competir com os gigantes do exterior. E tenho a impressão que faço uma análise de todo o processo de fusão de empresas olhando entre as empresas que estão sendo fundidas e alguns galinheiros que existem em lugares do interior do país.

A impressão que a gente tem é que a posição do CADE é anti empresa, é anti empresário. É contra aqueles que investem e que querem melhorar seus negócios.

Então, eu queria só fazer uma pergunta operacional, pegando aqui o assunto que foi trazido pelo Senador Gerson Camata.

Vamos admitir que no caso da Nestlé e da Garoto, a Nestlé transferisse seu domicílio para o exterior - primeiro momento e passasse a operar no Brasil através de uma filial - Nestlé of Panamá opera no Brasil através da filial, uma filial brasileira. Posteriormente, a Garoto transferisse seu domicílio para o Panamá e passasse a operar no Brasil através de uma filial, não subsidiária, filial. E, posteriormente, a Nestlé of Panamá comprasse a Garoto of Panamá. Qual seria a posição do CADE?

Segundo lugar, eu queria perguntar a V.Exª qual é a razão de nós termos aqui o CADE e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Fazenda? Por que uma empresa tem que se submeter a dois órgãos da administração, que praticamente fazem a mesma coisa? De modo que esse ponto eu queria dizer para V.Exª que vai ter meu voto.

Agora, a minha preocupação com a visão pequena e tacaña do CADE, que não compreende ainda a necessidade de nós termos grandes empresas para competir no mercado internacional, que se dependesse muitas vezes da decisão antiempresarial, antiem-

presa, antigirando empresa realmente nós estaríamos numa situação bem mais complexa que nós temos hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se me permite, eu gostaria de convidar o Senador e Prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, nosso colega aqui na Casa para fazer uma breve saudação aos colegas. Todos nós.

Tem a palavra o Prefeito José Fogaça, de Porto Alegre, hoje diante de muitas mulheres de Porto Alegre.

Eu gostaria de pedir ao Senador, ao Prefeito José Fogaça, que nos diga como é que estão as mulheres de Porto Alegre. Ele vai... Porque são três candidatas a prefeita. Eu acho que, salvo engano, é a primeira vez na história.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, Senador. Ele é suspeito. As mulheres de Porto Alegre são lindas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ele poderá nos dizer. Eu acho que todos nós queremos saber a opinião dele. Muito brevemente, Senador Dornelles.

SR. PREFEITO JOSÉ FOGAÇA: Concordo plenamente com as considerações do Senador Suplicy e do Senador Arthur Virgílio, são bonitas, são inteligentes, são competentes, mas nós já estamos encomendando cera ao modo de Ulysses para que os eleitores não caiam no canto das sereias, né?

Mas eu queria, caríssimo Presidente da comissão, Senador Eduardo Suplicy, agradecer muito a V.Exª por esta oportunidade, agradecer a todos os Senadores da Comissão, em especial à Relatora Senadora Serys Slhessarenko pela bela emissão do Parecer que autoriza a contratação de uma operação de crédito importantíssima para a cidade de Porto Alegre.

Na verdade, esses 83 milhões de dólares vão compor, juntamente com uma outra operação junto à Caixa Econômica Federal, o maior investimento da história da cidade de Porto Alegre em recuperação e despoluição do Rio Guaíba, recuperação ambiental. Se trata realmente de uma obra de grande fôlego, de grande importância estratégica e social - 1.600 famílias serão deslocadas da foz do Arroio Cavalhada para residências e moradias sociais, vão viver com dignidade e vão escolher o lugar onde viver através de um chamado "bônus moradia" que é um novo modelo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

De modo que eu quero fazer o registro deste agradecimento e também, em especial, aos Senadores do meu Estado, que se empenharam vivamente para que isso acontecesse - Senador Sérgio Zambiasi, Senador Pedro Simon e Senador Paulo Paim. Na

verdade, isto aqui está integrado ao PAC, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento e integra um dos nossos programas vitais, dos 21 programas da cidade de Porto Alegre.

Então, faço este registro de agradecimento a esta comissão operosa, comissão onde trabalhei e militei por muitos e muitos anos com muita honra. Obrigado, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito obrigado, caro Prefeito José Fogaça.

Desculpe, Senador Francisco Dornelles, mas era uma homenagem também às mulheres de Porto Alegre, Maria do Rosário, Luciana Genro e Manuela Dávila que hoje estão dialogando com o Prefeito José Fogaça.

SR. PREFEITO JOSÉ FOGAÇA: Estamos num belo debate democrático e generoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Francisco Dornelles, pediria muito que ele responda logo para que o Senador Arthur Virgílio então possa arguir à vontade.

SR. ARTHUR BADIN: Serei bastante breve. Sr. Senador, a análise já admite já prever na definição de mercado relevante do conceito de mercado relevante a definição, a resolução desses problemas. Recentemente, por exemplo, o CADE julgou a aprovação da concentração do setor petroquímico nacional. Reconhecendo que é um mercado mundial no qual o Brasil tinha uma participação de 4%, embora se olhássemos só para o Brasil seria uma concentração um duopólio, a transformação é transformação do mercado de petroquímico nacional num duopólio, mas reconheceu que o mercado é nacional e, portanto, admitiu a operação porque neste mercado mundial, desculpa, o Brasil teria uma participação de 3 a 4%.

Então, no caso inverso, quer dizer, podem operações ocorrerem no exterior, mas se elas envolvem ativos no Brasil e o mercado for definido como nacional, eu preferiria não mencionar o caso específico, concreto que o senhor mencionou, mas qualquer outra situação envolvendo ativos no Brasil mesmo que se refiram operações realizadas formalmente no exterior, elas devem ser submetidas e serão analisadas pelo Conselho.

Então, essa preocupação em relação à dimensão do mercado ela é o primeiro dos itens de uma análise que é feita cotidianamente no Conselho. Não sei se eu fui claro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

[interrupção de áudio]

SR. ARTHUR BADIN: Ah, pois não. O senhor menciona um dos pontos que nós pretendemos ver resolvidos com a aprovação do Projeto nº 3.045/2004, que prevê a unificação dos dois órgãos numa única estrutura que será o novo CADE. Não só haverá, esperamos, com a aprovação do projeto a unificação das estruturas, ou seja, a eliminação dos guichês, dos vários guichês, mas também a eliminação de redundâncias, retrabalho que ocorre nessa pluralidade de Pareceres dentro dessas diversas secretarias. Então, nós esperamos resolver isso com o Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Bem, Senador Suplicy, eu lamento a saída do recinto do Senador José Fogaça, Prefeito de Porto Alegre, eu gostaria de transmitir de público aquilo que é uma verdade particular que ele conhece muito bem e que é minha profunda estima e meu profundo respeito pela sua figura pessoal e pela sua figura pública.

E gostaria, Senador Suplicy, ainda nas preliminares, de dizer que eu... Até porque, e esse aí é um problema muito meu, passei a madrugada viajando, principalmente porque não queria perder essa sessão, eu questionava se... Pode haver razões, mas se esse era o momento, se deveria ter sido feita hoje esta reunião que aprecia a sabatina que aprecia o nome de Dr. Arthur Badin... Até pela ausência do Presidente da Casa, Presidente da Comissão, Senador Mercadante... Que matéria dessa importância que me faz viajar a noite toda mereceria, então, que todos nós déssemos o nosso melhor esforço... Enfim.

Mas eu gostaria de dizer ao Dr. Arthur Badin que poucos assuntos, nos últimos tempos, me incomodaram tanto no Senado, incomodaram tanto minha consciência quanto a indicação de V.S^a. E eu fui formando uma opinião que eu vou esclarecer aqui com toda a nitidez, formando uma opinião que me deixa com a consciência apaziguada. Pressão no regimento democrático é mais do que natural. Na ditadura quem pressiona, vai preso. Na democracia quem pressiona é ouvido, o que não quer dizer que seja atendido.

E eu ouvi dois lados. Ouvi duas faces de uma mesma moeda a respeito de V.S^a. Ouvi coisas como V.Ex^a seria uma pessoa preparada, por outro lado outros diziam inexperiente, jovem e eu não poderia votar contra V.Ex^a por inveja, porque... Prepotente, eu digo, vou ver isso, porque de fato o autoritarismo é algo que não combina com minha forma de ver o mundo. Acho que teria sido muito duro em outra etapa de sua vivência no CADE em relação à tentativa de monopolização da economia.

Eu dizia: “Bom, isso para mim é um ponto positivo”. E entramos por uma discussão que essa que eu quero deixar bem pautada aqui. Eu não sou uma pessoa de fortuna pessoal. Eu não nasci rico e não fiz nenhuma força para ficar rico ao longo da minha vida, até porque estou na vida pública há 30 anos e aqui não é o lugar para ficar rico a não ser que eu me dispusesse a fazer o que eu não vou fazer nunca - que é roubar dinheiro público. Então, não vou ficar rico, é um determinismo ao qual eu me costumei.

Óbvio que eu recorro a empresas para ajudarem a minha campanha. Nenhuma delas é dona do meu voto, nenhuma delas. É uma ocasião ótima para que eu diga a qualquer uma delas que tire o cavalo da chuva completamente em relação a mim. Ou seja, quando eu resolvo algo é minha consciência que mandou e se alguém diz: “Ah, então devia ter ajudado esse rapaz na eleição”. Está liberado com ajudar na próxima. Absolutamente liberado de ajudar na próxima, porque quando tem coincidência, tem coincidência e quando não tem coincidência, não tem coincidência.

E eu formei a convicção de que V.Ex^a é assim... V.S^a é assim um nome adequado para o CADE. Que sua experiência é grande, apesar da pouca idade, que seu *curriculum* é um *curriculum* expressivo, e que sua determinação em enfrentar tentativa de monopolização não me convenceram daquilo que eu temia. E vou dizer com todas as letras o que eu temia e eu disse isso aos interlocutores de um lado e de outro que me procuraram. O meu único medo é que seja um, vou falar uma expressão dura, um “doidivanas” que não queira o pleno funcionamento do sistema capitalista de produção e que esteja imbuído da certeza de que, em boicotando o capitalismo, estaria ajudando a promover uma tardia revolução socialista no Brasil.

Eu disse, se for isso, obviamente, com a mesma sinceridade com que estou lhe dizendo, abrindo meu voto, eu votaria contra V.S^a porque eu entendo que o Brasil tem que crescer e se desenvolver como qualquer país do mundo dentro do que lhe propicia o sistema capitalista de produção e não vamos entrar aqui em discussão de teoria econômica.

Eu formei a convicção de que V.S^a é uma pessoa adequada, é um nome adequado para o CADE. O Senador Eduardo Azeredo fez um relatório bastante substancial, bastante sério e fazendo justo propondo, a partir das suas considerações, propondo elementos para que cada membro da comissão pudesse avaliar a sua, fazer sua própria avaliação e decidir sobre o seu nome. Que eu já vejo aprovado pelas manifestações que aqui estão expondo.

Mas, no momento que eu afastei a idéia de que V.S^a pudesse ser alguém que não entendesse ou não

fosse a favor do pleno funcionamento do regime econômico de mercado, eu disse muito bem, vou trabalhar a idéia de... Eu passei a trabalhar a idéia em mim de que eu estava diante de alguém capaz da coragem pública de dizer “não” a interesses poderosos.

Senador Dornelles, prezado e querido amigo diz: “Precisamos ter grandes empresas”. Eu também acho. Grandes empresas. Precisamos ter empresas que sejam grandes *global players*, cada vez mais... Também acho. Compreendo inclusive que essas empresas não teriam vaga nas suas diretorias para, por exemplo, Dom Helder Câmara, Madre Tereza de Calcutá. Compreendo tudo isso. Tudo isso eu compreendo. Agora, compreendo também que elas... Que nos Estados Unidos que é a mega do capitalismo sofrem restrições às suas atuações, sofrem limitações. Elas não têm porque não ter limitações ou não sofrer restrições no Brasil. Toda vez que, porventura, incorram em abusos. Eu dou um exemplo, determinada empresa é agredida por essa entidade estúpida, antibrasileira, anti qualquer coisa, antiracional que se chama MST, estou com essa empresa com clareza nesse momento, mas não em todos os momentos.

Então, neste momento, eu digo a V.S^a que nem sei, eu sou suplente da comissão, não sei se é necessário meu voto. Mas se for eu darei por estar investindo na idéia de que V.S^a é um homem público de coragem e que, aliando isso à lucidez que não haverá de lhe faltar, poderá ser um equilibrado e correto presidente de um órgão que eu prevejo cresça em importância, porque é fundamental que ele cresça em importância com os seus dirigentes ciosos de que o papel que lhes cabe é o de procurar fazer o melhor para que o Brasil se desenvolva dentro de um sistema que, aliás, não tem outro. É só a gente perguntar para o Pink Floyd que ele diz que não tem outro. O muro caiu há muito tempo e tem gente que ainda vive num certo mundo da lua, num certo mundo de pré-queda do... Agora, eu ouvi de uma assessora sua, eu perguntei, a rapaziada é assessora também? Ela disse: “É”. Eu digo: “Olha, estamos apostando na juventude para valer”. Ela disse: “Olha, eu já disse para o Ministro Tarso Genro que vocês são a maior prova de que o Programa Primeiro Emprego não foi um fracasso, que deu certo”.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Sr. Arthur Badin, se quiser comentar as observações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Suplicy, pela ordem. Pode fazer uma inscrição depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sim. Em seguida. Pode votar, claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Tem, sim. Senador Mão Santa tem a palavra, em seguida o Senador Romeu Tuma.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Eduardo Suplicy, Dr. Arthur Badin, olha... Primeiro essa reunião fugiu à normalidade. Eu nunca fui solicitado tanto pela imprensa para dar uma opinião sobre V.Ex^a. Não o conhecia... né? Mas até ontem, até ontem quando eu estava lá no Piauí, longe, ô Gonzaga, lá na Parnaíba. De noite... Aí a imprensa de São Paulo, e tal, aí eu digo: Eu... O Apóstolo Paulo disse: “Isto eu faço agora”. Então... Eu me baseava aí no relatório. Aí eu nunca vi um mineiro mais mineiro do que aqui o Eduardo Azeredo. Olha, eu li, eu pensei que ele ia me orientar, mas ele foi o mais mineiro de todos os mineiros.

Aí disse o *curriculum* que é um orgulho para V.Ex^a, tão novo, mas também falou a experiência. E eu queria diante o momento, e ele perguntou se eu era do Governo. A imprensa é assim. Porque eu sou do PMDB. Eu digo não, não sou não. Eu sou... Da minha consciência e do povo. Eu voto... Agora, eu queria dizer o seguinte. O relatório do mineiro foi... Dá louvor ao estudo, mas também bota uma interrogação na experiência. E ele está certo.

Olha para cá, Arthur Badin... Eu só conheço um homem que arrumou sabedoria. Ligeiro. Diz que deu socorro na cabeça de Salomão que ele escolheu. Era jovem, não sei discernir o bem do mal, você vai saber. Quer sabedoria? Tome.

Aí... Estudando o Shakespeare, que deu influência a todos nós, aí ele disse: “É a somação da ousadia da juventude com a experiência dos mais velhos”. Atentai bem! E para onde a gente vai nós levamos a nossa formação profissional. Eu sou médico cirurgião. Olha, eu já disse isso diante o estadista Fernando Henrique Cardoso, ele tem muito saber... Às vezes dá certo. O Juscelino era médico cirurgião e olha aí, ele caiu em si. Nós estávamos discordando, quanto eu desenvolver pelo Estado a Universidade do Piauí, eu disse que não ia esperar o empresário. Aí nós íamos ficar mais distante e ele cedeu.

Mas isso me preocupa... Me preocupa. Tem exceções a vida, tem exceções. Mas na minha formação profissional, eu sou médico cirurgião, aí não é que seja lei, mas aceita-se... Um olha para o outro, quantos anos ele tem de cirurgião? Só é tido com 10 anos. Entre nós. Um cirurgião só se deixa operar por um cabra que... Entendeu? Com 10 anos. Mas as regras têm exceção. Isso é na minha. E é válida. Está aí José Lima. Ele próprio. Ele deu certo porque governou Minas com 27 anos. Mas também a ousadia dos jovens ninguém vai

abandonar. É muito mais parte da sabedoria com experiência dos mais velhos.

E eu vendo assim, Suplicy, não sei onde você estava, mas eu com 30 anos, em 72, nós conquistávamos lá onde eu estava ontem a Prefeitura mais importante do Brasil, que é da minha cidade. Onde nasceu Evandro Lins e Silva, João Paulo... 30 anos. E eu recordando assim, foi um ato meio louco na época. Antes de você e de Ulysses, nós já estávamos no pau. Ulysses foi 74. O Governador era da ditadura da cidade. O Gonzaga está batendo a cabeça. Eu tinha 30 anos... Foi meio louco, porque o negócio é complicado. Mas a juventude é pura. Engrandeceu e motivou talvez Ulysses, não foi ele que nos atraiu, não. Antes nós já estávamos convidados.

Então, eu acho que a ousadia do jovem é mais do que a experiência. Mas que precisa, precisa! O próprio Senado nos impõe 35 anos. O próprio Juscelino deu certo porque ele foi Prefeito com 37 anos. Mas isso não afasta, não. Mas me permite, nós estamos aqui é para ensinar mesmo. Então, fecha isso. É para ensinar o Judiciário, ensinar o Executivo, nós acreditamos na equipotência. Um freiando o outro. E nós devemos ter pelo menos mais sabedoria do que eles. Tem que ser visto assim. Assim não tem sentido o Senado.

Eu queria... Eu estou em dúvida ainda porque o Azeredo é o culpado. Eu nunca vi um relatório tão mineiro. Eu estou a favor muito pelo contrário... Um diz, diz que é, então... Quer dizer, eu vinha com convicção. Agora, V.Ex^a é hoje... Conseguiu ser *pop*. Porque nunca me indagaram qual seria meu voto. Não foi a imprensa, porque eles me conhecem. Então, está despertando isso. E é bom. Mas eu vou decidir no meio do caminho a figura de V.Ex^a. Agora, o Pedro Simon ainda me botou mais em dúvida. Ele que é meu líder, eu sigo, sou do partido dele, eu tenho o direito de escolher meu líder no PMDB, é o Pedro Simon - todo o país sabe, ele sabe. Olha, ele disse... Ele disse o Pedro Simon que ele dava um bom Presidente da UNE, e dava mesmo. Está precisando. Essa UNE está precisando.

Daí o Senado... Porque nós... Eu estava lá no Rio de Janeiro quando eu vi nascer a liberdade. Foi um jovem. Eu não sei quantos anos ele tinha. Mas era jovem. Eu estava lá e disse vem, vamos embora, esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer. O Suplicy tem o dom artístico, eu não tenho. [risos] Mas ele era bem jovem. Então, aí nós estamos todos perplexos entre quem vale mais a juventude, eu acho que a juventude é por eu mesmo citei. Mas eu gostaria de lembrar. Isso tudo tem que saber. Primeiro o que sabia mais disse eu sei que nada sei. Foi um ensinamento de humildade. E depois veio Platão e foi ensinar o que ouviu dele, porque ele não escreveu

nada. E ele termina e na escola do Platão ele ensinou na primeira aula, tinha escrito: “seja ousado”. No segundo ano, adentrava, tinha escrito lá: “seja ousado cada vez mais”. E no terceiro ano só os vitoriosos, você... Ele dava o último ensinamento: “seja ousado, mas não em demasia”.

Então, leve meu voto, mas leve isso, a prudência. E a ousadia eu também, não é? De repente pelo entusiasmo, pelo ideal, nós nos antecipamos a eles todos, a Ulysses tudo contra a ditadura em 1972 eu tinha 30--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador Mão Santa, é a prudência e a ponderação mineira.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é. E V.Ex^a. E V.Ex^a está com 32 anos? Pois é. Fez tanta confusão, quase como Cristo que viveu 33.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Dr. Arthur, eu peço desculpas pelo atraso, porque infelizmente ainda as companhias aéreas ia pegar o que V.Ex^a veio, não consegui, peguei o outro, atrasou mais de uma hora e meia. Então, mas eu cheguei com tempo de colocar meu voto na urna. Até porque, Dr. Arthur, eu tenho um filho que trabalha lá no Ministério. Conversei muito com ele a respeito de V.S^a, o seu comportamento em todos os setores que trabalhou dentro do Ministério. Ele foi sempre carinhoso ao se referir ao seu trabalho, à sua inteligência, à sua competência e à sua formação profissional. Eu li com muito cuidado agora rapidamente, mas li, todo o relatório do Senador Eduardo Azeredo. E algumas coisas são importantes. Um trecho que ele, embora diga, “embora com formação acadêmica compatível com o cargo cabe ressaltar que o desempenho da Presidência do CADE exige, sobretudo, forte consolidado conhecimento técnico, só que só se adquire ao longo de anos de experiência. Para exercer a Presidência do referido Conselho, de acordo com a postura de independência absoluta mantida pelo CADE, e V.Ex^a tem demonstrado isso, em relação a interesses políticos ou setoriais, requisito fundamental é a competência técnica de modo a garantir isenção do candidato, essa é a situação na qual se encontra o Sr. Arthur Badin”.

Este é um termo. Tem mais alguns que ele fez referências, bastante, nada de mineiro, mas bastante objetiva. O mineiro é calculista, tranquilo e coloca objetivamente aquilo que ele quer sem ser agressivo e sem ter objetividade de interesse pessoal. Eu aqui me fez lembrar, Senador Suplicy, uma visita que fiz a

Cuba, e por mais de horas conversei com o Presidente Fidel Castro às vésperas da posse do nosso querido colega Fernando Collor de Mello. E o comandante Fidel me perguntou se eu conhecia o Collor e se eu poderia trazer algum recado a ele. Eu disse que sim, que ele havia até me convidado para continuar na chefia da Polícia Federal. Então, ele pediu que eu desse um recado carinhoso ao Presidente Collor. Primeiro que o Presidente Sarney o convidasse para a posse. Segundo, que ele ouvisse... Aqui está a mensagem de V.Ex^a. A experiência se ganha pelo caminho da idade, disse assim: “Peça ao Presidente, que ele é jovem, que ouça os mais velhos, porque se eu tivesse a idade que tenho hoje, não teria feito muita besteira que fiz”. Isso foi falado pelo comandante Fidel Castro.

Talvez possa ser um conselho para V.Ex^a, porque a técnica, o conhecimento, o estudo, a sua formação profissional leva, é claro, à decisões fortes às vezes, principalmente o CADE, que é o interesse do consumidor. É na busca do interesse da população tanto as agências como o CADE foram criados para poder respeitar nas fusões ou nas privatizações que a população tivesse um órgão protetor e ela fosse sempre representada nas discussões. E o CADE tem essa importância vital que é o controle de preço, não haja uma formação de *dumping*... *Dumping*, que eu diria, essa forte composição de várias empresas do mesmo setor que imporia os preços em detrimento da própria população.

Desejo sorte e experiência o senhor vai adquirir ou já tem através da intelectualidade. E formado numa grande universidade e teve como guia na sua pós-graduação, doutoramento um grande professor também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Gim Argello pediu? Senador Romeu Tuma é o mais idoso, eu gostaria de formular uma breve pergunta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor é maldoso.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então, se me permite...

[troca da presidência]

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Presidente Romeu Tuma, Sr. Arthur Badin, eu quero cumprimentá-lo pelo desenvolvimento do seu trabalho e a forma como se preparou tão bem para exercer as funções no sistema de Defesa Econômica, no CADE, como Procurador, eu tive a oportunidade de ouvir depoimentos como do Prof. Arthur Barrionuevo, como da Procuradora que o antecedeu, a Maria Paula Dallari, de pessoas como o Prof. Fábio Konder Comparato, que expressou como seu professor e assim um inspirador,

um procedimento de recomendações muito importante e quando me disse que exatamente o próprio Prof. Fábio Konder Comparato lhe relatou como é que era pela firmeza de suas opiniões, e do mérito do seu trabalho que, por vezes, poderia até estar causando alguma insatisfação aqui ou acolá, mas isso foi resultado da sua assertividade, da seriedade de propósitos, e por isso quero lhe cumprimentar.

Mas gostaria de formular uma questão relativamente a um tema que volta e meia surge no que diz respeito à questão da competitividade e de quão saudável deve ser a concorrência na economia brasileira. Eu me refiro às questões que normalmente acontecem quando nós temos grandes empresas que, para estarem atuando no mercado internacional, acabam tendo uma posição seja como da Vale do Rio Doce, seja como das teles, seja nas próprias companhias de aviação aérea, por exemplo, para citar três setores. Mas como estas empresas acabam tendo que estar realizando ou enfrentando condições de concorrência muito difíceis no exterior, a sua posição de força no mercado não apenas brasileiro, mas internacional, pode de algumas vezes... Podem em algumas ocasiões representar um interesse que é do país.

Então, quando surgem situações como esta, em tese, como é que no seu conhecimento, na sua experiência estes fatores devem ser considerados? A necessidade de se estabelecer as regras de estarem bem adequadas às regras de concorrência no mercado doméstico com a questão das empresas terem que estar suficientemente fortes para competir internacionalmente. Essa é uma pergunta que gostaria de formular.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pergunto, Senador Suplicy, se encerrada a lista posso passar a palavra para o candidato para que ele responda. V.Ex^a vai voltar ou espera a resposta?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Espero a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, tem a palavra V.S^a para responder os últimos questionamentos.

SR. ARTHUR BADIN: Bom, primeiro lugar gostaria só de rapidamente agradecer as palavras do Senador Arthur, publicamente, fiz aqui privadamente, Senador Arthur, Senador Mão Santa. Eu acho que a resposta a pergunta de V.Ex^a, Senador, passa um pouco ao que já dei ao Senador Francisco Dornelles.

O antitruste tem na sua análise própria, sua técnica, metodologia de análise contempla essas situações em que mercados são globais e mundiais e cada vez mais nós, por conta do processo de mundialização da economia, nós enfrentamos. Então, recentemente o

CADE aprovou a concentração da indústria petroquímica nacional, que gerando praticamente um duopólio no país, mas com vistas e reconhecendo a importância do fortalecimento dessa indústria nacional num mercado fortemente cada vez mais, mas já bastante mundializado e integrado.

Então, essas preocupações elas são absolutamente pertinentes, cada vez mais recorrentes diante do processo de mundialização, mas elas não são nem novas e nem estão aquém da compreensão e já da técnica da análise antitruste que vem sendo empregada pelo CADE e no mundo todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Suplicy, convido V.Ex^a para voltar e encerrar.

Parabéns, doutor. Boa sorte.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu convido todos os Senadores e Senadoras que, porventura, ainda não votaram, que o faça para que possa ser encerrado o processo de votação.

Se todos já votaram, eu convidaria os Senadores Gim Argello e Arthur Virgílio para fazerem a apuração dos votos.

Enquanto se apuram os votos, eu quero informar que há um requerimento sobre a mesa para que possa a Comissão de Assuntos Econômicos também participar e aprovar a Audiência Pública que será realizada amanhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o Embaixador Roberto Carvalho de Azevedo, subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério de Relações Exteriores, para discutir os resultados e a repercussão para a economia nacional da última negociação da rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio, realizada em Genebra, de iniciativa dos Senadores Renato Casagrande e Aloizio Mercadante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A que horas, Presidente? Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Às 10h00 da manhã, tão logo que for feita a apuração do resultado relativo ao Sr. Arthur Badin, nós vamos colocar em votação este requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que é o recorde de voto aí. Hein, Presidente? Acho que bateu o recorde de voto aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Qual é o número de senadores da CAE? 27.

Muito bem, então... A Comissão... Tendo havido 21 votos “sim”, duas abstenções e nenhum voto “não”,

23 votaram, Sr. Arthur Badin... É Badin mesmo ou Badan? Badin mesmo.

Então, através deste resultado 21 “sim” e duas abstenções e nenhum voto “não”, a Comissão aprova a indicação do Sr. Arthur Badin para exercer o cargo de Presidente do CADE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. Meus parabéns.

[palmas]

Muito bem. Quero cumprimentar ao Sr. Arthur Badin. Eu acho que foi até o maior número de pessoas que já aqui estiveram, seus colegas de trabalho que estiveram aqui presentes assistindo a esta arguição.

Gostaria de então colocar em votação o requerimento do Senador Renato Casagrande sobre a Audiência Pública e Aloizio Mercadante sobre a Audiência Pública amanhã sobre a rodada Doha, que há pouco li.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Então, muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h55.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e três minutos, do dia dez de setembro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO, MARCO ANTÔNIO COSTA, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, VALTER PEREIRA, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE**. Comparecem também os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Aloizio Mercadante. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Rosalba Ciarlini declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica o

recebimento do Aviso nº 1089 - SESES – TCU - Plenário, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 007.418/2008-4 referente ao relatório do acórdão nº 1765/2008 – TCU - Plenário e do Aviso nº 1189 – SESES – TCU – Plenário, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 010.722/2008. Os referidos relatórios ficarão à disposição dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras pelos próximos 15 dias na Secretaria da Comissão. Passa-se à apreciação das matérias.

ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 175 DE 2008 “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A Presidente concede a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura de seu relatório. Logo após, passa-se a palavra ao Senhor Dirceu Brás para sua exposição. Dá-se início a sabatina e questionamentos dos Senhores Senadores. Finda a discussão, e encerrada a votação, os Senadores Augusto Botelho e Cícero Lucena são convidados como escrutinadores a procederem a apuração. O resultado é declarado pela Senhora Presidente. **Resultado: Aprovado o nome do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano com 15 votos sim.** A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença dos senhores Diretores da ANVISA, Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho, José Agenor Álvares da Silva, do Senhor José Miguel Nascimento Júnior – Coordenador Geral de Assistência Farmacêutica Básica do Ministério da Saúde e do Presidente da ANVISA Senhor Dirceu Raposo. Logo após, às treze horas e três minutos a Senadora Rosalba Ciarlini suspende a Sessão para cumprimentos ao Senhor Dirceu Brás. Às treze horas e vinte minutos a Senadora Lúcia Vânia assume a presidência e reabre a Sessão. Dá-se continuidade à apreciação das matérias. **ITEM 02 – RELATÓRIO DA VISITA À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ** “Relatório da comissão de Senadores constituída no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a verificar, *IN LOCO*, a situação e circunstâncias em que ocorreram a morte de vinte e dois recém-nascidos na Santa Casa de Misericórdia do Pará, em Belém, estado do Pará”. (Requerimento nº 21, de 2008-CAS). **Autoria:** Subcomissão de Promoção e Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais. **Relator:** Senador

Papaléo Paes. **Resultado: Retirado de pauta, para reexame, a pedido do relator. ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2008** “Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005” **Autor:** Senador Zezéu Ribeiro. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer favorável. EXTRA-PAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 29, DE 2008 – CAS** “Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para realização de audiência pública visando instruir o projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, que Institui o Estatuto do Motorista Profissional, além de analisar os aspectos sociais da matéria; para tanto deve ser providenciada, por meio de convite, a oitiva das entidades abaixo relacionadas, que podem ser classificadas de dois tipos, do Poder Público e da sociedade civil, ensejando a realização da audiência em um ou dois dias, a depender da conveniência e oportunidade desta Comissão: a) representante do Ministério do Trabalho e Emprego; b) representante do Polícia Rodoviária Federal; c) representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre; d) representante do Ministério Público do Trabalho; e) representante do Movimento União Brasil Caminhoneiro; f) representante da Confederação dos Trabalhadores em Transporte; g) representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos; h) representante da Confederação Nacional do Transporte”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 12 REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008 – CAS** “Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento, de minha autoria, apresentado nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em anexo, visando a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 271, de 2008, e tratar sobre aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional; com o escopo de que essa audiência seja feita em conjunto com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH), conforme requerimento apresentado e já aprovado na CDH (em anexo), além de incluir as seguintes entidades: a) Confederação dos Trabalhadores em Transportes e Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado.** Os itens 03, 04, 06, 07, 08, 09 e 10 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Wellington Salgado, Aluísio Mercadante, Flávio Arns, Antônio Carlos Valares, José Nery e Pa-

paléo Paes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora ROSALBA CIARLINI

Presidente em exercício

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 33 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom dia a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1.089 Seses, do TCU-Plenário, que encaminha para conhecimento dessa Comissão cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 007.418/2008-4, referente ao relatório do Acórdão nº 1.765/2008-TCU-Plenário, relativo ao Projeto de Resolução que dispõe sobre procedimentos para recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional. A proposta visa permitir maior agilidade, qualidade, uniformidade, entrega de resultados efetivos ao órgão solicitante, Congresso Nacional.

Comunico, ainda, o recebimento do Aviso nº 1.189, do TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 010.722/2008, sobre o desequilíbrio verificado nas despesas e receitas das contas do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, devendo acarretar déficit operacional em 2009.

Cópias dos referidos relatórios ficarão à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras pelos próximos 15 dias na Secretaria da Comissão.

O primeiro item da nossa Reunião é a sabatina do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme Mensagem nº 175, de 2008, da Presidência da República. Designo

o Senador Flávio Arns para conduzir o Dr. Dirceu Barbano para ocupar o seu lugar à Mesa. Seja bem vindo, Dr. Dirceu. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, foi com alegria que eu recebi a incumbência de apresentar o meu relatório, o meu Parecer, sobre a indicação do Sr. Presidente da República do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano.

Sra. Presidente, com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10º, parágrafo único, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, encaminhando para tanto a Mensagem nº 175, de 4 de setembro de 2008, Mensagem 672, de 2008, na Origem, juntamente com o devido *curriculum* do indicado.

No referido *curriculum* consta o que Sr. Dirceu Barbano, nos quase vinte anos de experiência profissional, ocupou cargos que envolvem atividade de docência e gestão de hospitais filantrópicos e de ensino, a gestão de autarquia profissional, Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo e gestão pública do Sistema Único de Saúde (SUS) no nível Municipal e no Ministério da Saúde. Nos primeiros dez anos de sua carreira profissional atuou como docente, ministrando disciplinas de Farmacologia. A partir de 1996 reorientou suas atividades para o campo da gestão de serviços ligados ao SUS. Teve duas experiências como gestor municipal de saúde, a primeira de 2001 a 2004 em Itapé-SP, e a segunda de 2006 a 2007 em São Carlos-SP. No âmbito nacional do SUS ocupou os seguintes cargos: Coordenador-Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil, projeto esse do qual eu tenho rendido as minhas homenagens nas minhas andanças pelo Rio Grande e pelo país; Diretor também do Departamento de Assistência Farmacêutica em Insumos Estratégicos e Secretário Interino e Substituto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

No momento ocupa o cargo de Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Sua experiência na área de medicamentos inclui a participação como membro titular na Câmara Setorial de Medicamentos da ANVISA, no Comitê Gestor do Programa Nacional de Fomento e Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e no Comitê Técnico Permanente para a Área

de Insumos Estratégicos da Secretária de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde.

Compreende também a atuação como coordenador de várias Comissões, incluindo a Comissão Intergovernamental de Políticas de Medicamentos do Mercosul, a qual continua sob sua coordenação. Participou em diversas missões internacionais representando o Brasil em encontro sobre tecnologias em saúde e medicamentos, além de ter participado de seminários, congressos, simpósios e oficinas dentro e fora do país. Tem diversos artigos publicados em livros e periódicos nacionais e internacionais que tratam do tema da atenção farmacêutica.

Em face do histórico profissional apresentado e aqui resumido, o qual não li todo, pulei grande parte do seu *curriculum*, resta demonstrada a vasta experiência do Sr. Dirceu Barbano nas áreas de gestão de serviços de saúde em diferentes níveis de complexidade e de política nacional de medicamentos, o que o credencia, com certeza, ao exercício de funções diretivas no campo da Vigilância Sanitária. A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica e gerencial do indicado, entendamos que essa Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano para ocupar o cargo de Diretor da ANVISA.

Esse é o relatório, Sra. Presidente, e eu o faço com muita satisfação, por conhecer a vida e a história do nobre Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, e peço o apoio de todos os nossos pares.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Paim, a palavra do senhor tem um peso muito forte para todos nós, o seu trabalho, a sua experiência, com certeza todos irão analisar o relatório. Para que nós possamos deliberar com maior certeza, gostaríamos de passar a palavra ao Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano para a sua exposição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se a senhora me permitir, fazer uma solicitação de que possa ser aberta a votação, porque nós estamos também com outras Comissões ao mesmo tempo, inclusive um debate muito acalorado lá na Comissão de Constituição e Justiça, que está muito concorrida. Então se fosse aberta, nós poderíamos já fazer o início da votação, porque nós estamos com vários parlamentares lá, inclusive eu e o Senador Wellington, acabamos de vir para cá imaginando que já tivesse sido aberta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só que a Senadora nos desse cinco minutos, o Dr. Dirceu vai fazer uma exposição rápida e logo depois então nós abriremos, antes do debate, nós já estaremos abrindo para a votação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria também de registrar e agradecer aqui a presença do Dr. Dirceu Raposo, Presidente da ANVISA, Sr. Agenor Álvares, Diretor da Agência, duas pessoas com as quais eu tive o prazer de trabalhar, com o Dirceu Raposo já em São Paulo, há bastante tempo, com o Dr. Agenor quando era Secretário Executivo do Ministério da Saúde e, também, agradecer a presença dos Diretores Adjuntos, o Dr. Norberto, o Dr. Neílton e o Dr. Luiz Armando, os meus companheiros do Ministério da Saúde que trabalham na Secretaria de Ciência e Tecnologia...

Dizer que é uma honra a indicação do Presidente da República para a diretoria da ANVISA, é uma honra também ouvir as palavras do Senador Paulo Paim e, claro, que eu espero que vindo aqui à Comissão de Assuntos Sociais, eu possa também muito rapidamente reforçar a segurança do Presidente da República no sentido de fazer a sugestão ao Senado e dar alguns elementos para que os senhores possam deliberar de maneira segura também sobre a análise que foi proposta pelo Presidente.

Eu acho muito relevante nós sabermos, e creio que ao assumirmos funções em Agências Regulatórias há sempre uma expectativa de todos em pensar o que passa pela cabeça dos Diretores de Agência a respeito do papel do Estado na regulação, e no meu entendimento a regulação é uma missão do Estado, no Brasil essa experiência tem sido bastante hesitosa e nós percebemos que a responsabilidade, e acredito que a ANVISA tenha atuado muito precisamente nesse sentido de ponderar os interesses aparentemente conflitantes entre os agentes econômicos e os usuários e consumidores de bens e serviços de saúde, é algo que nos aponta para um horizonte onde nós ficamos com a certeza de que o Sistema Único de Saúde e a criação da ANVISA, com o formato que tem, oferecem à população brasileira um instrumento bastante poderoso e tem sido bastante efetivo na regulação desses interesses.

A ANVISA se enquadra num ambiente de um sistema de saúde público, um sistema de saúde que tem uma perspectiva de universalidade e que quer e

pretende ser igualitário, promovendo equidade e desenvolvimento social.

A delimitação da ação da ANVISA é muito clara no aspecto legal, tanto na definição do que é regulação sanitária ou vigilância sanitária na Lei 8.080, como também quando se prevê que essa ação de vigilância tem como objetivo básico a eliminação, a diminuição ou a prevenção de riscos à saúde e, ainda, a intervenção precisa em problemas sanitários relativos ao meio ambiente e a oferta de bens e serviços. Em resumo, promovendo e protegendo a saúde das pessoas.

A ANVISA é uma autarquia de regime especial, está integrada ao Sistema Único de Saúde, já vai agora em janeiro completar dez anos de existência e representou a toda a sociedade brasileira um avanço muito grande porque criou, além de um arcabouço jurídico bastante efetivo, uma consciência de todos nós, profissionais de saúde, legisladores, executivos do sistema de saúde, da importância de uma atividade de regulação sanitária no país.

Eu ainda ressalto o caráter de transparência e a possibilidade de participação da sociedade por meio do Conselho Consultivo, das Câmaras Setoriais, das Audiências Públicas, Consultas Públicas e, por último, da Ouvidoria da ANVISA, que tem servido de canal direto de comunicação com as pessoas. E o que é fundamental, na verdade, há também a definição na lei que criou a ANVISA de que a ANVISA coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, envolvida diretamente com as áreas de alimento, cosméticos, a área de medicamentos, os laboratórios de saúde pública, a questão da propaganda de medicamentos e produtos para a saúde, a questão dos portos, aeroportos, a questão dos saneantes, sangue e tecidos, a questão do tabaco, da tecnologia de produtos para a saúde, as tecnologias de serviços e saúde e a questão da toxicológica. Então a ANVISA é uma Agência das mais importantes que desenvolve uma regulação e uma perspectiva clara da proteção da saúde das pessoas e de encontro entre a necessidade efetiva dessa proteção e os interesses muitas vezes que estão de maneira legítima também colocados no ambiente de quem produz os bens e de quem produz os serviços.

Essa coordenação do sistema de Vigilância Sanitária, claro, exige da ANVISA uma articulação muito grande com o sistema de saúde como um todo, principalmente as Secretarias de Estado e as Secretarias Municipais, e eu tenho certeza que tendo vivido a experiência como gestor municipal de saúde essa aproximação tem sido muito efetiva e eu entendo que nós temos que avançar sempre no caminho de que a ANVISA se faça presente cada vez mais em todos os 5.562 Municípios do Brasil, coordenando, apontando e

orientando os órgãos do Estado e dos Municípios em relação ao papel de Vigilância Sanitária.

Eu destaco algumas questões que são importantes. Claro, quando se fala em ANVISA, automaticamente se pensa na regulação sobre medicamentos. E a regulação sobre medicamentos, no meu entendimento, ela tem que ter como ponto de partida a questão do acesso a medicamentos, mas o acesso a medicamentos que sejam efetivos, que sejam eficazes, que sejam seguros e que tenham qualidade, e a ANVISA tem trabalhado nesse sentido.

Há pontos nevrálgicos na relação com medicamentos. De um lado nós temos um mercado que oferece as inovações e há responsabilidades da ANVISA em garantir que essas inovações possam de fato existir, que as empresas possam desenvolver as suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mas que a sociedade seja protegida sempre para que, tanto na etapa de pesquisas e desenvolvimento, como na comercialização dos produtos, não haja qualquer risco à vida das pessoas. Nós temos que preservar a questão do desenvolvimento industrial, temos que continuar fazendo e a ANVISA tem atuado na farmácia vigilância de uma forma muito efetiva, acompanhando o efeito desses produtos depois de lançados no mercado e depois de estarem disponíveis para as pessoas.

Na área de alimentos a ANVISA tem um papel importantíssimo e vem, no meu entendimento, também cumprindo o seu papel, tanto na garantia de qualidade e segurança no consumo, tratando dos insumos, das embalagens, dos aditivos, dos contaminantes orgânicos e, ainda, dos resíduos de agrotóxico. Claro que esses assuntos são sempre polêmicos, envolvem segmentos econômicos bastante significativos, interesses que são muito importantes, porque é importante que o país produza alimentos, é importante que o setor agrícola continue alavancando o crescimento econômico e social do país, mas é importante também que a Agência se mantenha num papel muito claro, criando normas que sejam claras, criando normas que sejam efetivas, aplicáveis, permitindo o desenvolvimento da atividade econômica, mas que continue protegendo as pessoas.

Em relação a monitoramento de publicidade, que é uma ação também bastante visível da Agência, reduzir a exposição das pessoas à propaganda abusiva e enganosa é algo fundamental, tanto no campo dos medicamentos, dos produtos para a saúde, como na área de alimentos, principalmente os alimentos para crianças e, ainda, os produtos que são utilizados para a alimentação das crianças. E nesse sentido o nosso entendimento é de que uma apresentação efetiva entre o órgão regulador e o segmento econômico que

tenha interesse na promoção da publicidade é sempre saudável e necessária. A ANVISA tem que continuar, no meu entendimento, na busca dessa aproximação, mas uma aproximação que seja responsável e que permita que a sociedade participe, que a sociedade fale, que os segmentos econômicos exponham a sua perspectiva, mas que se comprometam também e se responsabilizem solidariamente ao Estado na preservação da saúde dos direitos das pessoas.

Por fim, eu ainda destacaria a questão dos produtos derivados do tabaco. Eu acho que nós estamos num momento importante em relação a isso, a Convenção-Quadro está em franca implementação em muitos países e aqui no Brasil também, e se estabelece nesse momento uma discussão importante acerca da necessidade de um lado reduzir o consumo do tabaco e, de um outro lado, manter aquelas pessoas que não usam o tabaco, protegidas dos efeitos danosos à saúde que esse produto causa. Mas, mais uma vez, eu acho que o envolvimento da sociedade, a conversa com o setor produtivo agrícola, que produz o tabaco, e com as empresas que produzem os produtos fumígenos, é fundamental porque nós não podemos, tivemos até um editorial da Folha de São Paulo essa semana que chamou de “Vício da Tutela”, dizendo que no correto objetivo de preservar o direito de quem não fuma, proibições recaem em exagero e paternidade estatal. E a ANVISA tem que continuar demonstrando que, mais do que paternidade estatal, o que existe é um país onde há um estado de direito muito claro, onde nós temos responsabilidades enquanto gestores das políticas públicas, mas os produtores também compõem a sociedade brasileira, têm responsabilidade e precisam de um canal aberto, que eu entendo que a ANVISA tenha que ter, mas de uma posição muito clara de um Estado que protege as pessoas e atua na proteção do cidadão.

E, por fim, dizer que há uma tarefa muito clara para a ANVISA agora, com o Programa Mais Saúde, o PAC da Saúde, tem duas diretrizes básicas, a redução da vulnerabilidade da política social brasileira em relação à dependência tecnológica das empresas que produzem bens e serviços para a saúde e, também, o fortalecimento da capacidade inovadora das empresas nacionais. A ANVISA tem que atuar em conjunto com o Ministério da Saúde, com os órgãos do Ministério e demais Ministérios que estão envolvidos nessas ações no sentido de potencializar uma perspectiva de que nós estejamos promovendo, com o sistema de saúde, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.

Eram essas, Presidente, as minhas palavras iniciais e eu gostaria de me colocar à disposição dos

senhores e senhoras para quaisquer esclarecimentos adicionais. Obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um minuto. Eu informo aos Srs. Senadores que quiserem fazer o uso da palavra para que procedam à inscrição através da lista.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, pela ordem, se me permite.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria reforçar o apelo da Senadora Ideli; que a gente iniciasse o processo de votação de imediato, se possível, e sem prejuízo do debate. Só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Senador Paulo Paim, dito e feito. Eu disse que logo após a palavra do Senador... [risos] quem sabe um dia chegará lá? Do Dr. Dirceu [risos].

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode ser que eu esteja fazendo a profecia... Está aberto, as cédulas já se encontram sobre a mesa.

Eu quero aqui dizer da grata satisfação de ter nesta Comissão hoje a presença do Dr. Agnelo Queiroz, Ministro e Diretor da ANVISA, do José Agenor Álvares da Silva, Diretor da ANVISA, do Sr. José Miguel do Nascimento Júnior e do Dr. Dirceu Raposo... Minha lista está grande.

[risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A fila de votação também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A fila que eu estou falando. Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma para discussão.

SR. RELATOR SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu não vou discutir porque o que eu acho importante é cumprimentar o Presidente pela indicação, pela capacidade intelectual e objetivamente sobre a atividade que vai desenvolver. Hoje nós temos sentido que as agências, quando aqui vem ser sabatinado pelo *curriculum*, a gente entende que está acertada a indicação e, portanto, não há o porquê negar o voto.

Mas a história da ANVISA é uma história bonita; difícil no início, eu acompanhei de perto, porque dois diretores da parte de farmácia da Universidade de São Paulo foram diretores da ANVISA, aquele que era mais gordo, e eu sabia as grandes dificuldades que ele tinha, principalmente para com os atacadistas de me-

dicamentos: do palete, como é que poderia organizar, roubo de carga de remédios, venda clandestina, e tudo isto que eu sei que hoje o controle tem sido eficiente dentro dos padrões. Um médico cumprimentando, o senhor pode se dar por satisfeito, doutor, um médico cumprimentando a qualidade do nosso querido amigo e irmão o senhor pode se dar por satisfeito. Por uma médica presidindo, eu sou um gaiato advogado aqui falando sobre a importância da ANVISA, mas como advogado também a gente sabe da importância de um órgão fiscalizador para que não haja o crime com o uso de medicamentos que possam trazer consequência grave ao cidadão.

É claro que hoje tem uma coisa que me preocupa um pouquinho, eu sei que a ANVISA se preocupa, é a importação ou contrabando de medicamentos ou a venda através da Internet, produtos estrangeiros. Já houve várias consequências com estes fatos, remédio de emagrecimento, tudo isso, eu sei que hoje a ANVISA tem um olhar forte sobre isto e tem impedido que se alargue esta venda de medicamentos. E os importados, eu não sei se na ANVISA tem ou não um setor especializado de controle, porque muito medicamento ainda está sob experiência, não há uma autorização legal, principalmente nos Estados Unidos, aonde é difícil a Agência que cuida disso, e às vezes se vende aqui e nem pela ANVISA passou.

Então eu quero cumprimentar pelo desenvolvimento que a ANVISA vem desenvolvendo em todos os setores, e outro que V. Ex^a. citou aqui é o da alimentação. Ninguém pode imaginar que se não houver fiscalização sobre determinados produtos alimentícios, provavelmente eles poderão trazer consequências danosas à saúde pública, não é verdade? Alimentos que não são fiscalizados e aprovadas a sua venda.

Então eu cumprimento a V. Ex^a. pela exposição, acho que foi brilhante e gostaria que tivesse todo o sucesso em nosso benefício.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Senador Wellington, um minutinho, deixa eu terminar aqui a lista dos nosso visitantes. A Dra. Marta Nazaré Santos Corrêa, Assessora Chefe da AS-COM, Kátia Regina Torres, Consultora do Ministério da Saúde, Neílton Arruda de Oliveira, Diretor Adjunto da ANVISA, Luiz Armando Erthal, Adjunto de Diretor, e Maria... Mariáh Machado(F), Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde. Concedo a palavra ao Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Rosalba, eu queria só fazer uma colocação rápida. Sr. Dirceu, realmente

eu estava analisando o seu *curriculum* na área, vai ser realmente muito bom para a ANVISA recebê-lo.

Agora eu queria aproveitar esse momento para fazer uma colocação. Eu não sei se tem muito a ver com a ANVISA, mas eu queria que a ANVISA procurasse ficar atenta. Há uns tempos atrás teve uma licitação no Ministério da Saúde para montar uns pequenos... que vai uma pasta de dente, uma escova de dente, orientações para a limpeza bucal. E foi recebido, não vou ficar citando nome, por uma empresa que participou da licitação e perdeu, onde nessa licitação constava que não poderia ter produtos de outros países. Uma empresa da minha região perdeu essa licitação. E ao ouvir esse produto sendo distribuído, constava lá uma escova de dente *made in china*. E ele me mandou, me mandou o “kitzinho”, quer dizer, ele tinha falado e me mandou o kit. Eu tenho o kit, está lá no Triângulo comigo. Então eu queria uma atenção especial com isso porque muitas vezes prejudica as empresas nacionais, muitas vezes não, prejudicou bastante, porque o quanto é importante, em termos de faturamento para uma empresa, um entendimento, um necessidade nacional, que é essa orientação para a limpeza bucal, porque tem muitos problemas que surgem, V. Ex^a. que é médico sabe muito bem disso. Então eu queria uma atenção da ANVISA nesse sentido, e até mesmo, claro que obedecendo aos critérios, mas que desse uma maior velocidade aos pedidos nacionais que estão ocorrendo na ANVISA, claro que dentro do critério que V. Ex^a. conhece bem e os demais membros da ANVISA. Aqui presente o meu grande amigo, ex-Ministro, que tivesse uma atenção especial. É só essa colocação.

Quanto ao *curriculum* do Sr. Dirceu, eu costumo até falar que muitas vezes aqui os Senadores já analisaram e querem votar, e a pessoa que veio para ser votada acaba fazendo um discurso enorme, quando na verdade, com o conhecimento do *curriculum*, já é apto. Então ficam todos querendo votar, porque já conhecem V. S^a., inclusive já tinha conversado comigo no Plenário, eu pedi o *curriculum*, e sendo o Relator o Senador Paim já vai muito bem acompanhado. Com certeza se não tivesse acesso às informações acompanharia o Senador Paim.

Então, Dirceu, boa sorte, o seu *curriculum* é invejável e tenho certeza que será muito bem recebido na ANVISA pelos demais membros.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Wellington. Passo a palavra ao Dr. Dirceu.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Eu acho que muito rapidamente, a respeito do que falou o Senador Romeu Tuma, Senador do meu Estado, de fato a regulação na área de medicamentos é sempre

um desafio. Basta imaginar que são 5.562 municípios, eu li esses dias esse dado, é sempre um pouco difícil de alguém falar um número correto, mas no Jornal O Estado de São Paulo, dizia lá que tem oitenta e sete mil farmácias no país, e se nós imaginarmos que todas elas estão hoje nesse horário funcionando e vendendo medicamentos, que nós esperamos que a atividade dela seja correta, tem muito trabalho para se fazer para que isso seja garantido. Mas de qualquer forma é também importante lembrar que o Brasil é o nono mercado de medicamentos no mundo e o que nos oferece boas possibilidades de com o tempo organizarmos esse mercado, com uma atividade regulatória inteligente, que desde a produção à comercialização consiga tratar o medicamento da forma que é necessário.

Senador Wellington, há um propósito muito claro e uma perspectiva também bastante cristalina hoje na ação do Ministério já em andamento com a ANVISA. O regulatório sanitário, as normas e as atividades da Agência, se de um lado ela precisa preservar a saúde das pessoas, proteger a saúde das pessoas, evitar, eliminar riscos, de um outro lado é sabido que em toda a parte do mundo a regulação é utilizada como instrumento de desenvolvimento econômico e desenvolvimento industrial. Então é claro que nós não podemos ter no país um regulatório que ao proteger o cidadão e deve, e disso não deve abrir mão nunca, mas não promova de um outro lado o desenvolvimento de uma indústria que no país possa atender as necessidades das pessoas. Então essa sua lembrança desse episódio dessa licitação que nós conhecemos e sabemos de todas as dificuldades e de diversas naturezas, não só essa, é um bom exemplo para que nós tenhamos clareza de que as compras públicas, as compras governamentais, elas precisam ser ferramentas de desenvolvimento da indústria no país. E claro que o regulatório precisa acompanhar de maneira inteligente, sempre olhando a proteção do cidadão, mas aproveitando as oportunidades que estão aí colocadas para que as empresas no país consigam se desenvolver.

Acho que eram essas as questões por enquanto, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes de passar a palavra ao Senador Flávio Arns para debater, eu gostaria aqui de solicitar aos colegas, principalmente aos líderes, informando que a votação está aberta e que nós precisamos da presença dos nossos companheiros, dos senhores, de V. Ex^{as}. para que possamos concluir a votação.

Essa é uma votação que eu considero da mais alta importância, desejo boa sorte ao Dr. Dirceu, porque na realidade a ANVISA tem um papel fundamental. Eu

gostaria até aqui de aproveitar, com tantos membros importantes do Ministério da Saúde, dizer que eu acho que o Ministério tem que dar uma prioridade. O senhor tem no seu *curriculum* muitas coisas que eu considero positivas, mas algo que é muito importante, o senhor já foi gestor municipal, e eu, como também tive a oportunidade de por três vezes ser prefeita de um município, nós sabemos o quanto é difícil essa fiscalização, o quanto ainda precisamos avançar em termos de preparação, da capacitação dos mais diversos municípios e da importância para a saúde, porque é muito amplo, não é somente o medicamento. A fiscalização da farmácia, a fiscalização de alimentos, da propaganda, dos cosméticos, de tudo isso que pode, se não for supervisionado, fiscalizado e coibido o uso de forma errônea, nós poderemos ter problemas muitos sérios. Hoje a indústria de alimentos está no Brasil todo. No interior você encontra o biscoito que é feito, a pipoca, o doce, enfim, uma coisa muito ampla, e também na parte de cosméticos hoje temos também novas indústrias, a pequena empresa surgindo, então tudo isso é muito importante e eu considero que o papel que a ANVISA desempenha é fundamental para a saúde e fico desde já aqui desejando a todos que fazem parte da ANVISA, que sei que são dedicados, que procuram fazer o melhor trabalho, mas que valorizem cada vez mais o Município. Precisa chegar cada vez mais ao município, lá na ponta, o apoio para que as atividades aconteçam. E a capacitação, que é muito importante, nós sabemos que existem municípios que têm um déficit muito grande para poder ter pessoas capacitadas a esse trabalho.

Então fica aqui mais do que um apelo, mas sei que o senhor tem todo esse interesse, até porque já foi gestor municipal, já foi Secretário Municipal, conhece as deficiências, as dificuldades, mas não poderia deixar aqui de dizer dessa importância maior, é de fundamental importância. Eu sempre digo que a saúde no Brasil, sempre nós estamos em busca de mais recursos para investimento. Claro, eu sou a favor da Emenda 29, lutamos, tivemos a aprovação por unanimidade aqui no Senado, esperamos que ela realmente venha a acontecer, mas não é somente os recursos, é principalmente a prevenção e a ANVISA também faz esse papel de fiscalização e de prevenção. Então a responsabilidade é imensa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidenta?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passo a palavra agora--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem. Eu poderia só pedir licença, como eu não sou da Comissão e nós estamos com uma votação

importante lá na Comissão de Constituição e Justiça, eu só pediria um minuto, eu não poderia deixar de vir aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mercadante, eu posso conceder se o Senador Flávio Arns--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Já está concedido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Flávio, desculpe a--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que a vez era do Senador Flávio Arns.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --intervenção intempestiva e indevida. Mas eu não poderia deixar de vir aqui, porque o Sr. Barbano tem um histórico, primeiro, profissional, quer dizer, formado em Ciências Farmacêuticas, fez a graduação na USP, todo mundo pôde acompanhar o Mestrado, se especializou na área de insumos, tem especialização em Biofarmacologia, então ele tem uma formação acadêmica exemplar para a função. Segundo, tem toda uma carreira dedicada ao Sistema Único de Saúde, mais de vinte anos de vivência profissional que vai desde uma Secretaria Municipal em mais de um Município, pela sua competência, e especialmente as funções que desenvolveu na parte da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, que coordenou essa Secretaria do Ministério da Saúde, a gestão do Programa da Farmácia Popular. Portanto, eu acho muito difícil encontrar alguém que tenha uma carreira tão competente, inclusive a Presidência do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, eu acho que ele tem um *curriculum*, uma formação e uma competência absolutamente indispensável a essa instituição tão importante que é a ANVISA, e na figura de Dirceu Raposo, o nosso Presidente, eu queria saudar também todos os demais membros desta prestigiosa instituição que é fundamental para a saúde pública, para fomentar a substituição de importações, para desenvolver a economia brasileira e para proteger com remédios mais baratos à vida da população.

Então parabéns pela indicação do Presidente e tenho certeza que haverá um grande consenso nessa Comissão e no Plenário pela qualidade da indicação que nós temos tido. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, Dr. Dirceu. Em primeiro lugar eu quero saudar todas as pessoas, profissionais, diretores, funcionários

da ANVISA, os que estão em Brasília e aqueles que estão pelo Brasil todo.

Eu diria que a Vigilância Sanitária é uma das áreas mais fundamentais para o Brasil. Em termos de prevenção de problemas, de consolidação de preceitos de saúde, de habilitação, quando nós pensamos nos aviões, nos ônibus, nos bares, nos restaurantes, chegarmos num açougue, por exemplo, e termos o carimbo na carne do porco, carne de gado, carne de frango, tantas doenças que podem ser transmitidas e a segurança que todos nós temos quando a gente vê que a Vigilância Sanitária está organizada, atuante, fazendo seu trabalho, e a gente sabe das dificuldades ainda que a Vigilância Sanitária têm em termos de recursos, em termos de orçamento, em termos de carreira, de plano de carreira, e seria o maior investimento que poderia ser feito, um dos maiores, pelo menos, na área realmente de organização da sociedade para a promoção do bem-estar, da saúde.

Quando nós pensamos, e já houve debates intensos aqui, inclusive com a presença do Dr. Raposo, no sentido de se ver, por exemplo, falsificação de medicamentos, as atitudes que a ANVISA vem tomando nesse sentido, a questão da propaganda, uma coisa fundamental, tem que haver a legislação, então eu quero enaltecer o órgão e dizer para a sociedade brasileira que todos nós temos que, assim, estar atentos a esse trabalho.

Eu quero, num segundo momento, dar as boas vindas ao Dr. Dirceu, hoje como candidato a Diretor da ANVISA, está sendo sabatinado nesta Comissão de Assuntos Sociais, e almejar que realmente dentro desse espírito ele possa contribuir decisivamente para que esses desafios que o Brasil enfrenta e todos os países enfrentam possam ser ultrapassados.

Então, nesse sentido eu gostaria assim de dizer para o Dr. Dirceu, ele sabe perfeitamente disso, mas enfatizar que os desafios são imensos e toda a sociedade tem assim uma expectativa sempre muito grande em relação àquilo que possa vir da ANVISA.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. Dirceu porque eu tive, assim, um contato bastante próximo com ele no decorrer desse último ano e pouco, bem como com a Secretária do Ministério da Saúde na qual ele estava atuando e que continua atuando até hoje, particularmente no debate de medicamentos excepcionais de alto custo para doenças crônicas. Nós tivemos assim, no decorrer desse tempo, eu diria muitas dificuldades com a Secretária, umas preocupações que eu gostaria de saber como é que o Dr. Dirceu se posiciona, agora como candidato a Diretor de uma Agência Nacional, em relação aos problemas que foram enfrentados, por exemplo, medicamentos

excepcionais de alto custo. Nós temos uma lista de medicamentos e todos concordam que deva haver uma lista de medicamentos.

Agora, quando nós temos no Brasil uma lista de medicamentos que desde o ano de 2002 não é atualizada, ou seja, seis anos sem atualização, apesar do argumento utilizado pelo Ministério da Saúde de que ela foi atualizada no ano de 2006, quando na verdade foi só para modificar quantitativos de medicamentos, eu até diria em prejuízo do doente, como é que o Dr. Dirceu, que estava nesta área coordenando, como é que ele se sente em relação a isso, quer dizer, sempre fomos atendidos muito bem pelo Dr. Dirceu, com educação, com bom senso e tudo, mas como é que ele, coordenando um setor, o que ele diria para esses milhares de doentes do Brasil que durante seis anos não têm essa lista atualizada? Quer dizer, é um drama.

Eu fui pessoalmente, por exemplo, falar com o Dr. Dirceu, com um doente de Londrina, que tinha um mal de Fabry(F), não soava, e não soando o suor intoxicava o organismo, essa pessoa tinha que fazer hemodiálise, quer dizer, ou ficaria doente ou morreria, e com medicamentos autorizados pela ANVISA, com medicamentos autorizados pela ANVISA e a pessoa não tendo acesso a esses medicamentos, quer dizer, simplesmente não se tinha acesso ao medicamento. O Dr. Dirceu participou há mais de um ano aqui no Senado Federal de Audiências Públicas na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais e há mais de um ano se decidiu que pacientes da mucopolissacaridose e também da hipertensão pulmonar arterial teriam os encaminhamentos, que têm os medicamentos disponíveis, inclusive com o depoimento das pessoas, e depois de um ano a gente vê que as coisas não aconteceram, nada aconteceu, apesar de todo o debate e de toda a discussão, ou acontecendo o caso de inclusive Senadores como eu, coordenador do grupo de trabalho implantado pelo setor Paulo Paim na Comissão de Direitos Humanos, escrevendo para o Dr. Dirceu, o Dr. Dirceu encaminhando o documento para a SETEC, e depois de um tempo vindo a resposta que eu teria que formalizar de alguma maneira o pedido que a Comissão de Direitos Humanos estava fazendo.

Então como é que isto acontece, quer dizer, como é que uma pessoa, um órgão público, uma pessoa de órgão público tão importante, como que se sente, por que é que essas coisas não acontecem? Por um lado o Dr. Dirceu inclusive mencionou, na Audiência com a Presidente do STF, Ellen Grace, dizendo que não era problema de dinheiro, porque o Ministério da Saúde sempre alega: “Não, estamos gastando dois bilhões hoje em dia, dois bilhões e meio em medicamentos ex-

cepcionais”, mas o Dr. Dirceu taxativamente, eu estava presente, mesmo nas Audiências Públicas aqui disse: “Não é problema de dinheiro”. Então se não é problema de dinheiro, por que é que os doentes não estão tendo acesso? O argumento que a gente escutava na Secretaria era de que não havia confiança nos laudos da ANVISA, não havia confiança nos resultados de análise da ANVISA. Por que isto? “Ah, porque a ANVISA autorizou”, mas a ANVISA autorizou e isto não quer dizer nada também, quer dizer, eu disse assim, até o Promotor Público Federal dizia: “Pô, mas a ANVISA, eu confio na ANVISA, se a ANVISA diz que está autorizado é porque está autorizado, senão a gente vai assim processar todo mundo lá também”.

Então, quer dizer, como é que estas questões e os grupos de doentes do Brasil inteiro, fibrose cística, mucopolissacaridose, doenças de fígados, quer dizer, tudo, são milhares de pessoas que estão acompanhando isso pelo Brasil e ficaram assim perplexos durante este período. Aí as pessoas dizem: “Não, mas é a pressão dos laboratórios farmacêuticos”. Pressão dos laboratórios em cima da ANVISA ou em cima do Ministério da Saúde? Bom, em cima do Ministério da Saúde. Então tá bom, então vamos criar regras claras, transparentes para que o homem público possa lidar com a pressão. Ontem ainda eu falava com o Ministro Marco Aurélio Mello, ele dizendo: “Olha, eles alegam que é pressão dos laboratórios farmacêuticos que querem colocar um medicamento excepcional de alto custo numa lista”, e eu dizia para o Ministro e o Ministro confirmava. Então temos que ter critérios claros, consulta pública, custo-benefício, uma série de coisas.

Então, a preocupação que é minha e é a preocupação assim dos grupos de doentes pelo Brasil, eu não teria essa dúvida, porque eu acho assim que esses problemas surgiram, eu não sei por qual razão, às vezes eu fico assim dizendo: “Eu acho que não tenho dúvida”, mas depois eu penso assim: milhares de doentes, não é problema de dinheiro, o medicamento está autorizado pela ANVISA, coloca-se dúvidas em relação à decisão da ANVISA, não devia haver a dúvida, mas coloca-se dúvida em relação à decisão da ANVISA. Qual que é, afinal, por que é que não aconteceu? Eu diria dentro do princípio da universalidade que a gente vê na Constituição e da equidade, que é da justiça em relação ao caso concreto, quer dizer, equidade é justiça em relação ao caso concreto. Se a pessoa tem fibrose cística, ela tem que ser atendida na fibrose cística. O Ministro Marco Aurélio Mello usou uma palavra interessante ontem, ele disse: “falta solidariedade”. Eu acho que ele tem razão, falta solidariedade, quer dizer, a gente pensar, eu, se eu estivesse no lugar ou se tivesse um filho no lugar, tem o medicamento e o

medicamento é autorizado, não é experimental, tem dinheiro para comprar, de acordo com o Dr. Dirceu não é problema de dinheiro, então por que, o que é que está acontecendo que impede o acesso, que se impede o acesso da pessoa ao medicamento?

Então por um lado eu desejo, assim, que o Dr. Dirceu faça assim uma gestão importante e interessante na ANVISA, mas eu quero dizer também que nesse último ano nós tivemos assim dificuldades para a realização da cidadania muito importantes, problemas muito importantes, apesar de toda a atenção e educação com que o Dr. Dirceu sempre nos recebeu, na Secretaria específica de medicamentos, e particularmente nos medicamentos excepcionais de alto custo.

Eu quero só lembrar, e falei ontem inclusive para outras pessoas da ANVISA, porque duas semanas atrás, agora o pessoal alega: “Não, mas você veja o problema de São Paulo”, que descobriram que havia receita falsa, encaminhamento falso e não sei o que mais falso para medicamento excepcional de alto custo. Eu disse de uma maneira muito clara para quem quisesse ouvir: “Na minha opinião é culpa do Ministério da Saúde”. Por que culpa? Não atualiza as listas, tem a SETEC, que é um grupo fechado, que a gente nem sabe quem é, sem a participação da sociedade, sem processo administrativo adequado, sem um interesse em resolver os problemas da sociedade, já que tem dinheiro, se tem dinheiro teria que resolver. Então é uma preocupação assim muito grande.

Eu só gostaria, assim, desse posicionamento porque a gente sempre olha assim a história, quer dizer, os compromissos, o que é que a pessoa fez e como é que vai ser o compromisso para frente, porque eu fico imaginando, e os doentes trouxeram essa preocupação para mim, e eu disse para eles: “Olha, não se preocupem porque tudo está subordinado à lei, à justiça”. Como é que vai ser a aprovação desses medicamentos, quais as dúvidas que havia em relação aos processos da ANVISA na autorização de medicamentos e seu comportamento, vamos dizer, os princípios vão assim continuar os mesmos ou vão se alterar?

Eu quero dizer da minha mais absoluta confiança na ANVISA, e se eu souber de alguma coisa na ANVISA que denigra os fatos, ou seja, por isso que eu sempre falei que eu tenho absoluta confiança, mas se eu souber de alguma coisa serei o primeiro a denunciar os fatos também, lógico, porque a ANVISA, a Vigilância Sanitária é fundamental para o Brasil.

Então eu gostaria assim, os grupos de doentes esperam assim também um posicionamento, agora nesse momento público, oficial, por que é que eles não estão sendo atendidos se existe medicamento da ANVISA, existe dinheiro, existe pressão, lógico, o homem

público tem que saber lidar com a pressão dentro da legalidade, mas o que é que pode ser feito?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu concedo a palavra ao Dr. Dirceu para responder aos questionamentos do Senador Flávio Arns.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Senador, o senhor sabe que eu nunca me indispus a debater esse assunto com o senhor, acho muito importante que se debata, sempre também enalteci a importância do interesse do Senado e, particularmente, do senhor em relação a esse assunto.

Eu vou, primeiro, deixar muito claro aqui que eu consigo responder para o senhor como que o sistema de saúde tem tratado isso. Consigo responder para o senhor o que eu imagino que deve acontecer ao longo do tempo. Consigo reafirmar com o senhor o compromisso que a minha história de gestor no sistema público de saúde externa ao longo do tempo. E digo com muita clareza, no que está escrito e tramita formalmente aqui nessa Comissão, e, também, com a certeza de todos os atos que eu pratiquei ao longo do tempo relacionados à gestão do SUS. E me preocupa um pouco, e estou sendo um pouco cuidadoso com isso, porque o senhor utiliza algumas frases e deixa algumas outras no ar que realmente podem gerar dúvidas nos demais Senadores, nas pessoas aqui presentes, e que são relativas a princípios mesmo sobre os quais eu caminho e com os quais eu trabalho.

Então, primeiro, em nenhum momento das nossas conversas e das minhas participações públicas eu coloquei em dúvida a efetividade do trabalho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O que eu sempre disse e volto a repetir é que a autorização da Agência de Vigilância Sanitária para a comercialização de um medicamento novo, que se dá a partir de um teste da droga contra um placebo, não é elemento suficientemente seguro para que o sistema público de saúde financie indistintamente esse medicamento sem que se concluam os estudos de que se esse produto, que foi testado contra um placebo, é seguro e é efetivo em todos os aspectos e em uso em larga escala nas pessoas. Eu sempre disse isso e disse: não se esgota na ANVISA a decisão de incorporação de um medicamento para financiamento público porque a ANVISA, quando registra um produto nessa circunstância, não colhe dados que a ciência produz sobre a efetividade e a segurança dos produtos. Isso foi o que eu sempre repeti.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para deixar claro, então, o senhor está dizendo que existem situações onde a ANVISA autoriza e onde não existe segurança absoluta para o ser humano?

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO:

Existem situações onde a EMEA, a Agência Européia, autoriza, aonde o FDA autoriza, onde a Agência Argentina autoriza, onde qualquer Agência de Vigilância Sanitária do mundo autoriza sem que haja. A prova, Senador, está aí. Os inibidores da enzima, da Cocks II, que foi autorizado nos Estados Unidos, na Europa, aqui no Brasil, estão sendo retirados do mercado hoje por quê? Porque se descobriu que apenas nos Estados Unidos mais de quarenta mil pessoas morreram de problemas cardíacos em decorrência desse produto.

Então, eu estou dizendo para o senhor, a resposta à sua pergunta é sim. As Agências registram os produtos com base em informações, principalmente quando são produtos novos, para doenças raras que não são suficientes para que se afirme, de maneira taxativa, de que o conjunto da sociedade deve financiar aquele produto para um ou para outro cidadão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Financiamento é outra coisa, entrada em lista a gente tem que ver outros fatores como custo-benefício--

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Perfeito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --e uma série de coisas.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: E aí vem a segunda questão que eu dizia--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agora, eu só quero deixar claro: o senhor está dizendo que aquilo que a ANVISA autoriza não é necessariamente seguro para o ser humano, porque--

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: O senhor está dizendo isso, eu não estou dizendo isso. Eu estou dizendo ao senhor que os dados que são apresentados para registro de produtos novos em qualquer parte do mundo, quando quem pesquisa o produto que está sendo registrado é a indústria farmacêutica, que nem sempre as pesquisas que a indústria produz, fase 1, fase 2 e fase 3, para colocar o produto no mercado, são suficientes para que se conheça, para que o conjunto da sociedade no mundo todo conheça os reais efeitos daquele produto. É isso que eu estou dizendo. E estou dizendo que a Agência de Vigilância Sanitária no Brasil utiliza os mesmos critérios de registro que são utilizados pelas maiores Agências de registro de medicamentos no mundo. E são esses critérios, eles não são definitivos, e isso não é um problema da Agência, isso é o um problema da humanidade. No meu entendimento é para isso que existe regulação e é para isso que os instrumentos de regulação vêm sendo aprimorados ao longo do tempo.

É bem verdade, que há muito pouco tempo atrás, nós tivemos uma tragédia em relação à talidomida no

mundo, porque sequer se conhecia que a talidomida gerava problema de má formação fetal. É bem verdade que hoje existe uma série de produtos que foram proscritos do mundo e que chegaram a ser comercializados porque se chegou à conclusão que esses produtos fazem mais mal do que bem para as pessoas e eles foram registrados ao longo do tempo. Então quando eu disse, e eu quero que isso fique claro, quando eu disse que a Agência não detém essas informações, não é porque ela não quer ou porque ela não tenha capacidade para isso, é porque as pesquisas que foram realizadas para tal não oferecem esses elementos. E aí o que nós temos que fazer? Primeiro, de um lado, para que se tenha segurança, todos os produtos que entram no mercado passam por uma fase de acompanhamento e olhar mais preciso e mais objetivo sobre o comportamento desse produto no uso pela população, e isso é uma coisa que a regulação sanitária é que faz.

Por isso eu me preocupo, então quando o senhor faz essa fala, então diz: “Olha, o Dr. Dirceu diz que o problema não é dinheiro, ele faz uma crítica aos critérios da ANVISA e diz que sofre pressão”, fica parecendo que existem elementos que permeiam o meu trabalho e permearam ao longo do tempo que eu não coloco sobre a mesa e isso não é verdade. Os elementos sobre os quais eu trabalho, quando me referi à ANVISA, são esses que eu acabei de dizer ao senhor. Os elementos aos quais eu me refiro quando eu digo que o problema não é dinheiro é porque em nenhum momento nós discutimos a incorporação ou não de um determinado produto à luz daquilo que a sociedade pode ou não financiar. Nós entendemos que se há pessoas doentes e há produtos que são efetivos, seguros para o tratamento das suas doenças, o conjunto da sociedade deve financiar. Então o problema não é recursos nesse sentido. Por quê? Porque os recursos serão viabilizados, principalmente no nosso Governo. Hoje, Senador, tem setecentas mil pessoas no Brasil que utilizam esses medicamentos e que são assistidos diariamente no sistema de saúde com doenças raríssimas e o senhor sabe disso. Uma doença que nós conhecemos aqui no Brasil porque 450 dos 4.500 pacientes do mundo estão aqui no Brasil, que custam aos cofres públicos 230 milhões de reais por ano, são cobertas por esse sistema.

Então eu quero que, primeiro, fiquem claras as colocações que o senhor atribui a mim, em momentos diferentes, e que podem não ter ficado claras ao senhor. Eu espero que fiquem claras aqui agora.

De um outro lado, em relação à minha atividade no Ministério da Saúde, eu digo ao senhor: primeiro eu continuo sendo um ser humano que quer sempre e gosta muito de ser Secretário Municipal de Saúde. Eu

repito e todas as pessoas que me ouvem sabem disso, porque lá no Município é aonde a gente se relaciona diretamente com as pessoas. O SUS não acontece aqui em Brasília, nem na minha sala, nem no gabinete de nenhum parlamentar, o SUS acontece lá nas cidades onde as pessoas vivem e eu sempre me relacionei com as pessoas com muito cuidado e muita solidariedade. O Marco Aurélio, o Ministro, não devia estar se referindo a mim. Eu sempre geri o sistema de saúde com muita solidariedade às pessoas.

E tem mais uma questão. Acho que há também uma colocação que é um pouco injusta comigo, porque eu queria muito, Senador, ter o poder que a ciência não teve para saber se o produto é efetivo ou não, queria ter o poder que muitas vezes nem o Congresso Nacional têm de ampliar os recursos para a saúde e queria ter o poder de definir o que é que o SUS vai oferecer ou não. Eu não tenho esse poder. Não porque eu não queira ou porque eu não soubesse exercê-lo, mas porque o cargo que eu ocupo hoje não me dá essa atribuição. Então eu sou Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério. Então se há uma expectativa ou houve uma expectativa ou em algum momento ficou parecendo que eu poderia resolver essas questões tão emblemáticas e tão complexas que o senhor levanta, eu acho que houve uma percepção errada do cargo que eu ocupava e das possibilidades de trabalho que eu tinha. Obrigada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de fazer uma réplica, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Sr. Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quando o Ministro Marco Aurélio de Mello falou da falta de solidariedade, sem dúvida não foi se referindo ao senhor, como eu não diria me referindo ao senhor. É uma falta de solidariedade de um sistema.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Isso, perfeito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em cuja área o senhor estava como coordenador.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Perfeito também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E o que a sociedade espera alcançar de um sistema é ver no mínimo o esforço para mudança. Quando o senhor fala, por exemplo, que deve haver o conjunto da sociedade, fazer o pagamento, a viabilização de um medicamento para a sociedade, eu também concordo. Mas lembro ao senhor que eu fui com doentes para o senhor e o senhor me declarou de que existia o medicamento para aquela doença, autorizado e--

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --com bons resultados.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que eu perguntei é se isso não incomoda o senhor?

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Claro que incomoda, é o que eu disse.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Depois de seis anos sem uma atualização, sem uma atualização, os medicamentos com bons resultados não sendo colocados na lista e a sociedade morrendo e ao mesmo tempo se tentando argumentar com os meios judiciais de que este não é o caminho, quer dizer, toda vez que a justiça procurava intervir para segurar a cidadania às pessoas, “Não, não é bem assim”, e com muitas dificuldades. Então a pergunta era realmente nessa direção, quer dizer, o senhor era responsável e é responsável, ainda, por uma área fundamental para atender a setecentas, oitocentas mil pessoas no Brasil e mais tantas que estão morrendo por falta de medicamento, quer dizer, nós nunca vimos uma manifestação, nunca ouvimos uma manifestação de indignação em relação ao estado de coisas, quer dizer, a pergunta era: isso não lhe incomoda? E como é que vai ser, assim, como é que o senhor visualiza isto, que o senhor tentou assim mostrar também, quer dizer, não tem o poder, claro, não tem o poder, nós não temos nenhum poder para mudar o orçamento, mas temos o poder sim de nos indignarmos com o fato, inclusive colocando o cargo à disposição, muitas vezes dizendo: “Olha, se eu não consigo mudar, se eu não sou respeitado, se não existe essa possibilidade, se os recursos estão disponíveis, o que é que pode ser feito?”

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Papaléo também está inscrito e, por se tratar de uma réplica, gostaria de ouvirmos também o Senador Papaléo e depois o Dr. Dirceu. O Senador Paulo Paim também inscrito.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Rosalba Ciarlini, que preside esta Sessão, Srs. Senadores. Quero cumprimentar a todos os servidores da ANVISA em nome do seu Presidente, o Dr. Dirceu Raposo, a quem eu respeito muito e que realmente está desenvolvendo um trabalho, dentro do possível, muito bom, e hoje nós estamos aqui fazendo o debate com o Dr. Dirceu e que só o fato dele ser um técnico já nos dá muita alegria, saber que o senhor está sendo indicado como um técnico, que tem uma passagem brilhante já na vida pública e que realmente nós po-

demos fazer esse debate independente de questão política partidária.

Mas o Senador Flávio Arns, ele conseguiu resumir e até expor de uma maneira muito clara todos os pontos que realmente me fariam interpelá-lo. Até falei com o Senador Flávio Arns, ele perguntou: “Você vai falar?” Eu disse: “Eu vou ouvir primeiro o seu pronunciamento e, depois, eu vejo se é necessário eu falar”. Então eu quero referendar, com a sua permissão, tudo o que foi falado pelo Senador Flávio Arns e dizer, Sra. Presidenta, que até abro mão de qualquer tipo de participação a favor da réplica do Senador Flávio Arns.

Quero cumprimentar ao senhor, cumprimentar a toda a ANVISA, desejar-lhe boa sorte perante a este cargo aqui que me parece ser um cargo que possa lhe dar mais condições de execução, porque nós sabemos que muitas vezes no organograma nós estamos lá embaixo, queremos, queremos, mas não podemos alcançar o que desejamos, mas quando estamos num cargo que já que podemos executar, deliberar, até sermos ordenadores de despesa, fica muito mais fácil. Eu acredito que agora o senhor vai exercer uma função que possa objetivamente até suprir muitas necessidades da população e seus anseios também. Então, se me permitir, eu deixo o meu tempo para o Senador Flávio Arns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador já fez a réplica, agora nós vamos conceder a palavra ao Dr. Dirceu. Vamos ouvir o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só ajudar, porque eu estou preocupado já, são 12h44, temos dois temas polêmicos em seguida. Na verdade esse debate eu venho acompanhando há muito tempo. Eu sou Relator desse Projeto. O Senador Tião Viana tem um ponto de vista, o Senador Flávio Arns tem outro ponto de vista, nós formamos um grupo de trabalho para esse debate, e o que eu só gostaria aqui, o Senador Flávio Arns sabe o carinho enorme que eu tenho por ele, somos parceiros em todas as caminhadas dentro do Congresso, eu acho que nós deveríamos voltar ao debate do Projeto que de uma vez por todas regulamenta toda essa questão e entendo também que não seria especificamente e somente o Dr. Dirceu, que está sendo nesse momento sabatinado, que poderia responder toda a complexidade, porque se o tema fosse tão tranquilo, como nós gostaríamos, e eu sei qual é a posição do Senador Flávio Arns, nós já teríamos resolvido. O tema está em debate aqui no Congresso e a gente não consegue chegar num entendimento ainda sobre o tema.

Então eu acho que a partir desse debate, não somente com o Dr. Dirceu, mas com todos aqueles

que participaram daquele debate dentro do Governo e fora do Governo, nós voltarmos a construir um entendimento para que de uma vez por todas a gente regularmente esta questão. Eu acho que não é uma questão individual desse ou daquele cidadão que vai resolver essa questão sem que a gente possa de uma vez por todas construir no Projeto uma redação que contemple a todas as partes envolvidas. É nesse aspecto que eu queria que a gente avançasse agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou passar a palavra ao Dr. Dirceu para as considerações finais, já que as inscrições estão encerradas, não existe mais nenhum Senador que queira apresentar questionamentos, então passamos ao Dr. Dirceu.

SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO: Eu vou aproveitar nas considerações finais, Senador Flávio Arns, eu acho que ressaltados os esclarecimentos que eu achei que eram importantes sobre o significado das minhas falas que o senhor lembrou aqui, eu vou procurar responder objetivamente para o senhor.

O senhor tenha a certeza que eu fico indignado com a possibilidade da vida humana ser finita em muitas situações. Quando a ciência ainda não consigo resolver definitivamente essa finitude, mas eu digo para o senhor que eu me sinto muito mais indignado quando nós percebemos que existem todas as condições para evitar finitude no caso da mortalidade infantil, no caso da violência, no caso de tantas outras questões que eu sei que o mandato do senhor também se preocupa e que muitas vezes são muitos mais claras, muito mais cristalinas, e ainda, as políticas públicas, a ação dos gestores não conseguiu trazer soluções para isso, e muitas vezes por irresponsabilidade, por incapacidade ou por desinteresse. Nesse caso, nunca houve desinteresse nem da minha parte, nem da equipe que trabalha comigo, de que esses assuntos não fossem resolvidos.

Quando o senhor coloca que essa lista não é atualizada, de fato alguns produtos, e que são esses sobre os quais ainda recaem dúvidas que não são minhas, são respostas que nós não obtivemos quando fomos buscar e que permitissem que o Ministro da Saúde, o Ministério e o sistema de saúde absorvessem essas tecnologias, que elas fossem absorvidas. Eu tenho acompanhado, não só vi a sua ação, eu acompanho participando e discutindo diretamente com os pacientes, com as entidades de portadores de pacientes, e esse incômodo é terrível. É terrível quando nós percebemos que o doente com câncer se agarra em uma possibilidade de tratamento que prolonga muitas vezes dois ou três meses a vida e não resolve o problema da finitude, não obstrui de maneira objetiva o processo

natural daquela doença. Todos nós nos incomodamos com isso e o senhor tenha a absoluta certeza que o senhor está falando com um ser humano de absoluta sensibilidade em relação a isso.

E tudo aquilo que não foi feito no Ministério da Saúde, não o fizemos não porque não fosse possível ou porque não houve interesse do Ministério em resolver. Não houve possibilidade de que esses problemas fossem resolvidos porque as soluções não estavam ao alcance do Diretor do Departamento, do Secretário de Ciência e Tecnologia e muitas vezes nem do próprio Ministro. Eu acho que é importante que o senhor compreenda essa.

De um outro lado eu entendo sim que nós temos que aprimorar e aproximar essa questão da decisão do registro de medicamentos na ANVISA com a questão do seu uso e a sua absorção pelo sistema público. Eu acho que essa é uma tarefa e é um compromisso que eu posso muito tranquilamente assumir com o senhor aqui à frente de três outros Diretores da ANVISA de que nós podemos aprofundar isso e trabalhar nesse sentido. E seria muito importante para o país que isso fosse feito, porque de fato há dificuldades e não são dificuldades que eu crie ou sobre as quais eu não me debruce. Eu quero dar esse testemunho no sentido de assumir compromisso com esta Casa em relação a essas questões. E, particularmente, tentar dar uma resposta mais objetiva aos seus questionamentos que eu reconheço que são relevantes, são importantes.

Eu, claro, apenas me incomodo quando fico na posição de parecer que eu deixei de fazer coisa que deveria ter feito, deveria ter colocado o cargo à disposição. Eu até fiz isso, brincaria com o senhor, eu fui embora do Ministério, o Ministro me convidou para voltar, mas não porque eu achasse que não tivesse condições de fazer o trabalho. Eu fui ser Secretário Municipal de Saúde que é uma coisa que eu gosto de fazer, então eu acho que tentando te responder mais objetivamente, Senador, eu diria isso para o senhor, eu acho que mais do que isso eu não conseguiria dizer.

Eu gostaria, Senadora Rosalba, de agradecer a acolhida, dizer que eu não tenho nenhuma dificuldade em discutir o que eu fiz na vida e o que eu pretendo fazer na gestão pública. Dizer, Senador, que eu acho que esse desafio só vai se resolver mesmo quando nós enfrentarmos algumas questões que são objetivas. Uma é a tramitação dos Projetos de Lei do senhor e do Senador Tião Viana, a outra é aprimorarmos sempre o registro e aproximarmos a questão do registro na Agência com a disponibilidade desses produtos no sistema público de saúde, onde uma decisão alimente a outra e dê segurança para todos nós e não deixem as pessoas que precisam e muitas vezes vislumbam,

em uma tecnologia que foi disponibilizada por um laboratório farmacêutico, criar uma possibilidade de cura ou de melhoria na sua condição de vida e não o obtêm. Eu nunca achei que as pessoas não deveriam ir à justiça. Eu entendo e continuo entendendo que quando há conflitos que não se resolvem no âmbito da regulação, das decisões entre quem faz a gestão das políticas públicas, a justiça precisa intervir e olhar que entre os processos judiciais que eu acompanhei, Senador, existem muitos, muitos e muitos que se não fosse a justiça as pessoas estariam sendo tolhidas de direitos básicos que elas têm em relação à área de saúde e nesse sentido eu acho importante resguardar essa possibilidade, o direito que as pessoas têm de irem à justiça e o dever que o Judiciário tem de julgar no caso a caso e tomar a decisão mais acertada para as pessoas.

Eu acho que esse é um debate importante, eu tenho certeza que a minha ida para a ANVISA [soa a campainha] não vai me impossibilitar de continuar debatendo esse assunto publicamente com o senhor e com os demais Senadores aqui da Casa e do processo Senado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, eu não vou fazer mais questionamentos, só para dizer que eu trouxe esse assunto para o debate, para a discussão, em função de termos tido um grande debate com o Ministério da Saúde, continuamos tendo, sempre a favor do doente, não é a favor de ninguém mais, a não ser do doente, da sua cidadania, como foi colocado, e em função das interfaces que esse debate tem com a própria ANVISA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, essa necessidade de aproximação. Sempre foi um debate difícil, complicado, e a gente espera que os resultados, conforme o Senador Paulo Paim colocou, possam representar um avanço, uma tranquilidade, um acesso a medicamentos, no caso excepcionais de alto custo, através de uma legislação adequada.

Só lembrando, quero lembrar que eu trouxe, particularmente esse debate, mas antes, no primeiro ponto da minha fala, eu fiz questão de dizer que realmente o trabalho da ANVISA é essencial, fundamental, na prevenção, na manutenção, na promoção da saúde, nós temos que valorizar extremamente esse órgão porque mexe com todos os aspectos que são, assim, essenciais para o ser humano. Mas eu quero, nesse sentido, desejar que isto realmente não... Tem que se debater, tem que se discutir, para se ver inclusive a seriedade na indicação e na sabatina das pessoas. Mas desejo ao Dr. Dirceu que faça um excelente trabalho e que isto tudo possa fundamentar e auxiliar as caminhadas futuras que o senhor estará fazendo

também, não só na ANVISA, mas em outros contextos também. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Encerrada a--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de encerrar, só rapidamente, um minutinho só. Eu queria dizer--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei que V. Ex^a está esperando para votar aí, mas é rapidinho. Eu queria dizer o seguinte, Sr. Dirceu: o Senador Flávio Arns talvez seja do Senado Federal aquele que, junto com o Senador Paim, porque nós temos aqui oitenta e um Senadores e você sente praticamente em cada um a especialidade: na questão de grampo eu jamais vou tomar uma decisão sem ouvir o Senador Romeu Tuma; em saúde o nosso querido Senador; na área social o Senador Paim e aí vai. Mulher, a Senadora Patrícia Saboya, a Senadora Rosalba...

Então quando o Senador Flávio Arns tem esse momento e coloca aqui o seu posicionamento, os seus questionamentos, é uma posição que, veja bem, Dirceu, ele tem que defender a população. É uma responsabilidade muito grande para um Senador, não só do seu Estado, mas também de todo o país. Então ele não pode de maneira alguma abrir mão das suas convicções e dessa oportunidade de estar com alguém que vai para um setor, que com certeza ele vai procurá-lo algum dia pelas reivindicações que recebe da comunidade, então isso daí é tanto o Sr. Dirceu quanto o Senador procurando uma solução para os problemas da população. Esse debate, para mim, é super enriquecedor.

Então, eu fico assim até um pouco, como se diz? Bom de ver o debate, mas ao mesmo tempo... E eu te digo o seguinte, Dirceu: em outras Comissões as situações tem sido, não é Senadora Rosalba, muito mais firmes, muito mais difíceis. Aqui está um ambiente maravilhoso, não é Senador Paim? Têm pessoas que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aqui a discussão está em alto nível.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É claro, têm pessoas para serem nomeadas que levaram seis meses, não é isso, e num debate aberto, democrático, de posicionamentos. Então isso é perfeitamente normal e estou achando até que está sendo abaixo da média de outras Comissões, não é isso Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqui o nível está acima.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É, o nível está muito acima, eu digo o aquecimento. Então é só isso, eu queria fazer essa colocação, porque um grande Senador e um futuro, assim que fizer a apuração, a Senadora Rosalba que eu estou sentindo que está doida para fazer a apuração, assim que for nomeado também vai ser um grande membro da ANVISA. Só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Encerrada a discussão, eu quero inclusive parabenizar a todos que compõem essa Comissão, porque é nesse ambiente de tranqüilidade, mas de muita segurança, que nós precisamos, inclusive, dirimir dúvidas e auxiliar, inclusive, eu acho que a nossa função não é somente dirimir as dúvidas. Como nós estamos, temos a responsabilidade da defesa da população e esse assunto, quando se fala em saúde, que é vida, é o mais importante, prioritário para uma população, Dr. Dirceu, com certeza são momentos como esse que as questões que trazemos, porque estamos próximos ao povo, é que sirvam inclusive para que o Brasil, o sistema de saúde possa melhorar e o senhor também, como membro desse sistema, possa cada vez mais com solidariedade, com muita firmeza, contribuir. Então é o que nós desejamos.

Encerrada a votação, encerrada também a discussão, convido o Senador Cícero Lucena e o Senador Botelho para auxiliar na escrutinação, para serem escrutinadores. O Sr. Dirceu é aprovado com quinze votos favoráveis e eu quero parabenizá-lo, porque realmente foi um momento muito salutar. O senhor conseguiu a unanimidade. [palmas]

Parabéns, sucesso e que a nossa saúde possa caminhar e que os medicamentos novos sejam logo incorporados à lista [risos].

Está suspensa a sessão por dois minutos.

[Sessão suspensa às 13h00]

[Sessão reaberta às 13h20]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Srs. Senadores, declaramos reaberta a Sessão. É o relatório da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, referente à visita à Santa Casa de Misericórdia do Pará, destinado a verificar *in loco* a situação e circunstâncias em que ocorreram a morte de vinte e dois recém-nascidos, aprovado em 16 de julho de 2008, na 6ª Reunião da CAS-Saúde, com alterações propostas pelos Senadores José Nery e Antonio Carlos Valadares. A Autoria é da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais. Relator é o Senador Papaléo Paes.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Observação: a matéria constou das pautas das Reuniões de 6 de agosto de 2008 e de 13 de agosto de 2008 [soa a campainha]. Eu gostaria que os Srs. Senadores ocupassem os seus lugares para que a gente pudesse dar prosseguimento aos trabalhos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, antes da obediência à pauta, eu gostaria de pedir, pela ordem, quando for possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu termino aqui e passo a palavra a V. Ex^a. A matéria constou das pautas das Reuniões de 6 de agosto de 2008 e de 13 de agosto de 2008, sendo adiada a sua deliberação. Em 13 de agosto de 2008 foi concedida Vista coletiva do relatório. Concedo a palavra ao Relator, Senador Papaléo Paes, antes de--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Senador, eu concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, eu havia também solicitado, mas eu aguardo naturalmente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, como a Comissão já decidiu que essa votação seria nominal, tendo em vista que não há consenso, eu proponho que a votação seja adiada ou esperemos mais um pouco para que os Senadores... Podemos suspender a Sessão, e há um requerimento da nossa autoria, que é consensual, inclusive com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a respeito do Projeto 271, de 2008, propondo uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. É o Projeto 271, PLS 271. Antes da votação, já que não há consenso, eu pediria que V. Ex^a. concedesse prioridade à votação desse requerimento que diz respeito a uma Audiência Pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e Direitos Humanos para instrução do Projeto 271, de 2008, da autoria do nobre Senador Paulo Paim. Agradeço a V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Senador. Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Paim e, posteriormente, ao Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu na verdade iria fazer um apelo, eu sei que o Senador Papaléo e o Senador Botelho vão falar em

seguinte, no sentido de que a gente não votasse hoje, e que os dois, os dois são médicos, os dois são especialistas na área, entendo que os dois relatórios contém artigos muito, muito importantes para buscarmos uma solução, então o apelo é que os dois sentassem, tentassem construir um relatório conjunto e nós votássemos por unanimidade. Seria só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Para manifestação o Sr. Relator Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, é uma honra revelar presidindo mais uma Sessão da Comissão de Assuntos Sociais. Eu, inicialmente, queria pedir a V. Ex^a., se fosse possível, incluir na pauta um requerimento de Audiência Pública, se fosse possível incluir, para nós aprovarmos ou não, que é muito importante para nós.

Eu vou ler o requerimento. Nos termos dos incisos II e IV, § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, c.c os incisos II e V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde a fim de debater as políticas públicas de prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados. Então é o documento que V. Ex^a. acabou de receber, se for possível incluir em pauta e votarmos eu lhe agradeço muito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Senador Papaléo, por decisão da Senadora Patrícia, Presidente desta Comissão, ficou definido que os assuntos relativos à Subcomissão de Saúde fossem votados na própria Subcomissão. Então eu apelaria a V. Ex^a. que colocasse esse requerimento em votação na Subcomissão de Saúde.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Tá, então muito obrigado a V. Ex^a., vai ser feito assim.

Quanto à questão do nosso relatório, todos sabem que seguiu uma Comissão de Senadores à Santa Casa do Estado do Pará, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, eu como Relator da visita, o Senador Augusto Botelho, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Nery, Flexa Ribeiro, Senador Mozarildo Cavalcanti, e nós participamos de uma verdadeira Audiência Pública, aonde se for ver o relatório umas dez instituições ou doze todas ligadas à saúde, independente de questão partidária, o que eu deixei lá frisado muito bem.

Eu, como Relator, não aceito qualquer tipo de sequer insinuação partidária, visto que sou do PSDB e a Governadora do Estado é do PT. Então como repito sempre na Subcomissão de Saúde, nós somos apartidários. Então foi feito, produzi um relatório, o Relator, foi aprovada na Subcomissão de Saúde, com a colaboração do Senador Antonio Carlos Valadares,

durante a Sessão de votação, e do Senador José Nery. Fizemos as alterações necessárias naquele momento e com a vinda aqui para a Comissão de Assuntos Sociais, uma instância superior, eu apresentei um relatório, o Senador Augusto Botelho, como médico, Vice-Presidente da Comissão, da Subcomissão de Saúde, ele apresentou sugestões, sugestões importantes, interessantes, e que eu tentei compor no meu relatório. Mas nessa composição realmente não houve o atendimento de alguns pontos que têm que ser bem esclarecidos e discutidos entre nós. Por isso eu pediria a V. Ex^a. que retirasse de pauta para nós discutirmos, eu e o Senador Augusto Botelho, de uma maneira bem vamos dizer assim democrática e pudéssemos apresentar um relatório definitivo para ser no caso votado aqui, porque o que interessa para nós é aprovarmos esse relatório. Por quê? Porque a finalidade da nossa visita foi uma finalidade técnica. Esse relatório não vai servir só para a Santa Casa ou para crucificar a Governadora, que nós não podemos, em sã consciência, creditar à Governadora todo esse processo da Santa Casa. Nós sabemos o que significa um Estado, parece que com 146 Municípios, se não me engano, aonde a Santa Casa centraliza tudo.

Então nós não podemos fazer isso. Esse documento vai servir não só para o Estado do Pará, vai servir para todo o Brasil, nós queremos mandar para o Ministro da Saúde, queremos mandar para as instituições superiores que lidam com saúde, para os Secretários de Saúde. Então caracterizar como um documento sério, caracterizar que esta Casa fez um trabalho profissional e, por isso, eu peço a retirada de pauta para nós revermos o relatório e, principalmente, com o respeito que eu tenho ao Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho, Senador Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, José Nery, essas pessoas aqui são Senadores que participam ativamente dessa questões sociais. Então é isso que eu quero apelar a V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Atendendo à solicitação de V. Ex^a. eu acredito que atendo o Plenário como um todo. Eu confio no bom senso de V. Ex^a., inclusive relatando aqui a Audiência Pública, eu não vejo por que fazer uma Audiência Pública se uma Comissão se deslocou até a cidade, até a capital do Pará, fez o trabalho, acredito que foi um trabalho sério, porque um trabalho acompanhado por dois médicos responsáveis, que têm toda uma trajetória dentro dessa Comissão de responsabilidade, jamais fariam uma coisa partidária. Portanto, eu acho que é de muito bom senso, Senador Papaléo, solicitar a retirada do relatório e procurar o entendimento com as demais partes, com os demais Senadores que compõem essa Comissão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me fazer uma justiça aqui. Senador Flávio Arns, a Sra. Secretária de Saúde do Estado de Pará está presente, é a Dra. Laura, e eu quero deixar registrado aqui o que eu falei para a Governadora, que me ligou, e por telefone eu falei, por isso eu vou repetir para a senhora não pensar que eu estou sendo só cordial com a senhora. Repeti que o Estado do Pará tem uma excelente Secretária de Saúde, a participação lá no nosso debate da Secretária de Saúde foi algo assim que me impressionou bastante. Por quê? É uma médica competente, entendeu, que veste a camisa da saúde. Então por isso eu fiz um elogio à Sra. Governadora, por telefone, para reconhecer que a Secretaria de Saúde está em boas mãos. Quero parabenizar o Estado do Pará, parabenizar a Governadora pela indicação e a Secretária realmente merece os parabéns por exercer toda a sua capacidade dentro da Secretaria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sra. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, o Senador Flávio e, posteriormente, o Senador Paim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para fazer das palavras do Papaléo, do amigo Senador Papaléo Paes, que a gente tem bastante amizade também, sempre estamos debatendo e discutindo os assuntos, mas dizer que eu concordo com o encaminhamento que ele deu porque o resultado vai ser não só para o Estado do Pará, mas para todo o Brasil, posicionamentos, eu acho que a gente tem que chegar a um denominador comum e temos essa capacidade, mas quero também fazer minhas as palavras em relação à Secretária de Saúde, a quem eu já conheço há muitos anos, porque quando eu vi na televisão, eu digo: “Poxa, não é que a Dra. Laura é a Secretária de Saúde do Estado? Então a saúde está em boas mãos”, porque eu a conheço da época em que ela era Presidente da Federação das APAEs do Estado do Pará e onde ela fez um trabalho extraordinário a favor da pessoa com deficiência, da família, dos direitos, de organização de serviços. Então eu diria que bom, eu acho que é esse espírito que tem que nortear os debates aqui a favor da saúde no Estado do Pará e no Brasil. Obrigado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem o Senador Paim, depois o Senador Nery.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, eu só queria fazer um apelo: eu sou o Relator do Item 5, é um Projeto de alcance social porque trata de habitação popular, não é Terminativo, eu faço uma síntese do Parecer e votaríamos simbolicamente, se V. Ex^a. assim concordar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, principalmente me dirijo ao Senador Papaléo Paes e ao Senador Augusto Botelho, que mediante essa proposição feita pelo Senador Paim, quanto ao acolhimento da proposta para a busca de um entendimento e a elaboração de um relatório comum em relação à visita que fizemos à Santa Casa de Misericórdia no Pará, eu creio que esta é a melhor forma de encaminhar essa questão, tendo em vista que no diagnóstico e até mesmo nas proposições creio que não há muita divergência, razão pela qual o Estado do Pará, que sofreu duramente com esse fato quando da morte de crianças em situação de superlotação e situação que leva à degradação pública da imagem do nosso Estado, eu creio que buscar aqui encaminhamentos, inclusive as proposições estão relacionadas à busca efetiva de soluções para a questão que significam um novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, a busca de recursos que garantam a sua construção, eu creio que é o caminho, além de um conjunto de proposições que estão elencadas nos relatórios.

Então eu só queria saudar a busca desse entendimento e, evidentemente, saudar aqui a delegação do Estado do Pará que se faz presente, a Dra. Karina Bordalo da representação do Estado, a Dra. Laura Rossetti, o Jorge Panzer, da Casa Civil, saudar a presença de todos e dizer que aqui com certeza buscaremos o melhor entendimento para que desse processo todo saia ganhando a saúde e em especial o povo e o Estado do Pará. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu só gostaria de, após essa discussão, votarmos o requerimento. Eu agradeço, Excelência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): A presidência cumprimenta também a Secretária de Saúde do Pará e quero aqui também externar os meus cumprimentos e elogios ao que foi visto pelos Senadores no Estado do Pará. Portanto, leve à Governadora Ana Júlia os nossos cumprimentos e fico muito feliz de saber que a Secretária de Saúde do Pará está em boas mãos.

Em votação o Item nº 5, Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2008: “Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e

a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005". O Autor é o Deputado Zezéu Ribeiro e o Relator é o Senador Paulo Paim. O Parecer é pela aprovação do projeto. Observação: em 12 de junho de 2008 a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, de forma muito rápida. O Projeto em pauta, como V. Ex^a. destacou, é de iniciativa da Câmara dos Deputados, o parlamentar Zezéu Ribeiro pretende assegurar às famílias de baixa renda o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

Eu só vou ler aqui parte da análise. O mérito do PLC 13, de 2008, merece o nosso entusiasmado apoio, todo o apoio do Congresso Nacional. Enfim, serão relevantes os ganhos sociais que advirão da assistência técnica proposta, já que nós temos hoje uma dificuldade de no mínimo sete milhões de unidades. Não apenas as famílias e comunidades carentes podem ver melhoradas as suas condições de habitação, como também os núcleos urbanos serão beneficiados de forma generalizada, pois terão aí uma ocupação mais planejada e qualificada.

Assim, Sra. Presidente, é pertinente e justa como política pública a norma proposta e ela se constitui de fato, como bem alega o seu Autor, relevante contribuição no sentido de conferir eficácia ao comando constitucional que estabelece o direito social à moradia. Em razão do exposto, sou pela aprovação do PLC nº 13, de 2008.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovada. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Em votação um requerimento de autoria do Senador Valadares. Audiência Pública para instruir o PLS nº 271, de 2008, e tratar sobre os aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional. Requeiro, nos termos do inciso I, art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido dessa Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, que institui o Estatuto do Motorista Profissional, além de analisar os aspectos sociais da matéria.

Para tanto, deve ser providenciada por meio de convite a oitiva das entidades abaixo relacionadas que podem ser classificadas de dois tipos: do Poder Público e da Sociedade Civil, ensejando a realização de

audiência em um ou dois dias, a depender da conveniência e oportunidade desta Comissão: representante do Ministério do Trabalho e Emprego; representante da Polícia Rodoviária Federal; representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre; representante do Ministério Público do Trabalho; representante do Movimento União Brasil Caminhoneiro; representante da Confederação dos Trabalhadores em Transporte; representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos e representante da Confederação Nacional de Transportes.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tem um aditamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão este requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, só para dizer que de fato nós estamos com um grupo de trabalho, são cerca de vinte e cinco pessoas que estão debatendo o Estatuto do Profissional do Volante.

Um requerimento com esse mesmo teor foi aprovado hoje também na Comissão de Direitos Humanos. Essa Audiência Pública, que deve contar também, já confirmada, com a presença do próprio Ministro e do titular do DNIT, do Departamento correspondente ao transporte, já foi aprovado e já confirmada para o dia 13 de outubro, às 9h00 da manhã, após o processo eleitoral. É nossa intenção, se necessário for, ficar o dia todo debatendo pela complexidade do tema. Vai tratar de taxista, motorista de ônibus, motorista de caminhão, motorista de trator, enfim, esse é o objetivo. Por isso eu estou endossando, naturalmente, que essa é a Comissão principal que vai tratar do mérito no momento adequado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em votação a matéria. Os senhores parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovada a matéria.

Audiência Pública para instruir o Projeto nº 271, de 2008, e tratar sobre os aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional. É um aditamento, então vamos votar exatamente o aditamento. "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento do requerimento de minha autoria apresentado nessa Comissão de Assuntos Sociais, em anexo, visando a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir o PLS nº 271, de 2008, e tratar sobre os aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional, com o escopo de que essa audiência seja feita em conjunto com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, conforme requerimento aprovado, já aprovado na CDH, além de incluir as seguintes entidades: Confederação dos Trabalhadores

em Transporte e Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado o requerimento.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h43

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES

PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 6ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de abril de 2008, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e quinze minutos do dia três de abril do ano de dois mil e oito, na sala de Reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Gim Argello, Aloísio Mercadante, João Ribeiro, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Eduardo Azevedo e Mário Couto.** Presente, também, o Senador César Borges. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede à leitura dos seguintes expedientes: Requerimento do Senador João Durval, solicitando licença para tratamento de saúde no período de 28 de março a 11 de abril de 2008; Requerimento do Senador Jayme Campos, solicitando seja considerada como missão política sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 01, 02 e 03 de abril de 2008 e Ofício nº 47/2008-CMP, firmado pelo Vereador José Walmir Martins de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Parintins/AM, enviando cópia do Requerimento nº 10/2008, de autoria do Vereador Jaime Célio Dacier Lobato, Líder do PMDB naquela Casa Legislativa, em que solicita seja enviado expediente ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, reivindicando o início das obras do Linhão de Tucuruí, onde a cidade de Parintins será beneficiada com o investi-

mento público do Governo Federal, oportunizando a implantação de fábricas e indústrias que irão gerar mais empregos no município. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta:

Item 1 - Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei da Câmara, nº 125, de 2007, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421”, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório favorável à matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 - Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008**, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona”, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, tendo como relator o Senador Pedro Simon, que apresenta relatório favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3 - Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2007**, que “Acrescenta o dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório favorável à matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-359”, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre

a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela Declaração de Prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação a matéria é adiada. **Item 8 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado, nº 655, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibiraçu e de Viana, na BR – 101/ES, e o trecho que liga a BR – 101 ao Porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes Requerimentos: **Requerimento nº 09, de 2008-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo sejam convidados autoridades representantes do Setor Energético, do Ministério Público, do Instituto Acende Brasil e do Setor Empresarial, para, em reunião de Audiência Pública no âmbito da Comissão, tratarem de assuntos sobre Licenciamento e Matriz Energética; **Requerimento nº 10, de 2008-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requerendo que seja convocada a Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; **Requerimento nº 11, de 2008-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, requerendo sejam convidados a depor em reunião da Comissão, o Senhor José Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí e o Senhor Pedro Brito do Nascimento, Secretário Especial de Portos da Presidência da República, para prestarem informações a respeito da situação do Porto de Luis Correia, no Estado do Piauí, e da possibilidade de se incluir aquela obra no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; **Requerimento nº 12, de 2008-CI**, de autoria do Senador João Tenório, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, solicitando sejam convidados os seguintes debatedores: Senhora Clecy Maria Busato

Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil; Senhora Lytha Battiston Spindola, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; Senhor José Roberto Sampaio Campos, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; Senhor Marcelo de Paula, Diretor-Presidente da Associação Nacional das Empresas Permissionárias de Portos Secos – ANP; Senhor Albino Tramuja, Presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros – ABCLIA e Senhor Sérgio Aquino, Secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos; **Requerimento nº 13, de 2008-CI**, de autoria do Senador Inácio Arruda, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão, para debater acerca do atual estágio da construção da Ferrovia Transnordestina, solicitando sejam convidados os seguintes debatedores: Senhor Geddel Vieira Lima, Ministro de Estado da Integração Nacional; e representantes da Casa Civil, do Ministério dos Transportes, da Secretaria Especial de Portos, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN; **Requerimento nº 14, de 2008-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2008-CI, seja incluído debate sobre informações da Casa Civil e os gastos com Cartão Corporativo; **Requerimento nº 15, de 2008-CI**, de autoria do Senador Augusto Botelho, requerendo a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão, para debater sobre a situação das empresas distribuidoras de energia elétrica dos estados de Alagoas, Piauí, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, que atualmente se encontram sob controle da Eletrobrás, bem como as distribuidoras estaduais de energia elétrica CER – Companhia Energética de Roraima e a CEA – Companhia de eletricidades do Amapá, sendo convidados as seguintes autoridades: Senhor Valter Cardal, Diretor de Engenharia da Eletrobrás; Senhor Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí, ou seu representante e o Senhor José Anchieta Jr., Governador do Estado de Roraima, ou seu representante. A Comissão aprova, ainda, às dez horas e cinquenta e oito minutos, a retirada do Requerimento nº 14, de 2008-CI, a pedido do autor. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marconi Perillo

Presidente
SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há número regimental. Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expedientes a serem lidos. Há Requerimentos sobre a Mesa e passo a lê-los. De iniciativa do Senador Marconi Perillo, requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, sejam convidadas autoridades representantes do setor energético, do Ministério Público, do Instituto Acende Brasil e do setor empresarial para Reunião de audiência pública, no âmbito da Comissão, para tratar de assuntos de licenciamento e matriz energética. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em discussão. Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, c/c art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos sobre o andamento das obras do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. A Sra. Dilma Rousseff está convocada para prestar, de acordo com o Regimento Interno, esclarecimentos acerca das obras do PAC, já que ela tem informado, segundo justificativa o Senador Flexa Ribeiro, que não tem tempo para vir à CPI por conta dos compromissos do PAC. A vinda da Ministra aqui para discutir a Usina de Belo Monte, já convocada, e nós já estamos, inclusive, expedindo o documento para a convocação. E agora a vinda dela para debater a questão do PAC certamente será uma grande oportunidade para que esta Casa esclareça todas as questões que angustiam hoje a sociedade brasileira, relativas ao PAC e relativas a outras questões institucionais.

Eu gostaria de dizer que nós fizemos um convite à Ministra Dilma para estar aqui discutindo, debatendo

o PAC, convite de minha autoria, há aproximadamente 10 meses, a Ministra não pôde vir ainda. Agora, com a convocação, a Ministra será obrigada a comparecer a esta Comissão para prestar todos os esclarecimentos, inclusive, aqueles que dizem respeito às recentes denúncias que têm sido feitas pela imprensa, de vazamento de dossiê, além das questões atinentes ao PAC.

Portanto, Sr. Senador Flexa Ribeiro, o Requerimento de V.Exa. acaba de ser aprovado. Passo a palavra ao Senador Eliseu Resende, depois a V.Exa., para que possa falar sobre o Requerimento. Muito obrigado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria senhor Presidente, de confirmar a manifestação de V.Exa. com relação à conveniência e a necessidade que temos de ter aqui a Ministra Dilma Rousseff, como Gerente do PAC, mãe do PAC. V.Exa. se lembra, nós tivemos aqui uma audiência pública com o Presidente da Agência Nacional do Petróleo, o ex-Deputado Haroldo Lima, que expôs uma questão relacionada com as pesquisas de gás promovidas pela Agência Nacional do Petróleo. E o Diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo afirmou que os recursos criados num *royalty* especial, a participação especial do petróleo, vinculada à prospecção, exploração e pesquisa de petróleo, está sendo contingenciado pelo Governo Federal. Isso fica totalmente inconsistente, paradoxalmente em desacordo com o objetivo do PAC. Então, nós precisamos ouvir a Ministra Dilma Rousseff. Estão colocando aqui o aspecto técnico da presença dela, é importante, ela foi Ministra de Minas e Energia, conduziu esse processo de pesquisa de petróleo, durante seu mandato como Ministra; agora é Presidente... É a Coordenadora do PAC, como Chefe da Casa Civil, e é preciso que o Governo tome uma medida com relação à necessidade nacional de pesquisar petróleo e gás no território brasileiro. Isso é tão importante quanto todos os programas inseridos no PAC.

Portanto, nós queremos parabenizar o Senador Flexa Ribeiro por ter tomado essa iniciativa e gostaríamos de estar integrados neste processo para debatermos o assunto da coordenação do PAC, particularmente na área do petróleo, com a Ministra Dilma Rousseff.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa acolhe a manifestação de V.Exa., ilustre e querido Senador Eliseu Resende. Antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, eu vou colocar em deliberação aqui alguns outros Requerimentos. De iniciativa do Senador Heráclito Fortes, que requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição e, de acordo com o Regimento Interno, sejam convidados a depor, em Reunião desta Comissão, o Exmo. Sr. José Wellington Barroso Dias,

Governador do Estado do Piauí, e o Sr. Pedro Brito Nascimento, Secretário Especial de Portos da Presidência da República para prestar informações a respeito do Porto de Luís Correa, no Estado do Piauí, e da possibilidade de se incluir aquela obra no Programa de Aceleração do Crescimento. Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento de iniciativa do Senador Heráclito Fortes, ex-Presidente desta Comissão e atual Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senhor Presidente, essa convocação é da maior importância. O meu Estado vive, há 100 anos, esperando essa obra, que será a nossa redenção. O Ministro Eli-seu Resende conhece muito bem a situação do Porto de Luís Correa, iniciado ainda na gestão de Epitácio Pessoa. Há 10 anos atrás, esse Porto foi estadualizado por 25 anos e o Governo do Estado repassou para uma empresa privada, que nada fez; a obra encontra-se paralisada. Recentemente, o Ministro Pedro Brito esteve em Luís Correa, na companhia do Governador Wellington Dias, e anunciou a inauguração do Porto, com capacidade para grandes e médios navios, a partir de 2009, inclusive, concluído, iria atender, além das demandas piauienses, ao Estado da Bahia. A minha preocupação é saber de onde virão os recursos, uma vez que o Projeto não consta do PAC, e os detalhes técnicos, no sentido de acelerar e ajudar a que o Piauí finalmente tenha esse Porto, que será da maior importância para a nossa economia.

Daí, portanto, agradeço a compreensão dos Srs. Senadores, por terem votado unanimemente para que essa audiência pública seja realizada, e o povo do Piauí saiba, de fato, o que acontece com relação ao seu Porto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa acolhe a manifestação do ilustre Senador Heráclito Fortes e se coloca à disposição para marcar imediatamente a audiência pública, de acordo com a data e o interesse de V.Exa., ilustre Senador Heráclito Fortes.

Eu quero propor, enquanto Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Flexa Ribeiro, um aditamento ao Requerimento de V.Exa. É que nós temos um item 02, que possa inserir na Pauta da Ministra Dilma Rousseff, esclarecimentos sobre vazamento de dossiê e Cartões Corporativos. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Com a palavra... Antes disso, eu vou... Antes disso eu vou colocar em votação o Requerimento de iniciativa do ilustre Senador João Tenório e, logo após, coloca-

rei também em votação um Projeto do qual V.Exa. é o Relator, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, que é um Projeto de decisão não terminativa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senhor Presidente, apenas para protegê-lo de possíveis truculências que hoje têm sido muito comum, por parte da base do Governo. Eu quero fazer um registro. Não há ninguém da dita base do Governo, a Tropa de Choque do Governo, existem até os que apóiam o Governo, mas eu me refiro à Tropa de Choque, aqueles que se caracterizam por defendê-lo a qualquer custo; não há ninguém, nesse exato momento, nesta Comissão, o que é lamentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É, nós temos número regimental, todos os Requerimentos estão sendo aprovados porque nós temos *quorum* para deliberar. Agora, lamentavelmente, não há nenhum parlamentar aqui, que represente a Bancada do PT ou do PMDB, vejo apenas aqui o Senador César Borges, que é muito cioso de suas responsabilidades e a Mesa. A Presidência agradece muito a presença dele, que sempre está aqui atento aos interesses da Bahia e do nosso país.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, senhor Presidente, inclusive, nem sou membro, nem suplente da Comissão; venho porque acho que infra-estrutura é fundamental para o país e as questões aqui discutidas também dizem respeito aos interesses do meu Estado e do Brasil. Então, gosto de estar presente a essa Comissão e não compete a mim, como não membro dessa Comissão, fazer qualquer tipo de intervenção com relação a esse assunto. Eu agradeço a V.Exa. as referências.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe a manifestação do Senador César Borges, registra em Ata, e agradece, mais uma vez, pela sua presença, que ilustra essa Comissão.

Requerimento de iniciativa do Senador João Tenório, que também requer, nos termos da Constituição e do Regimento Interno do Senado, seja realizada, no âmbito dessa Comissão, audiência pública com a finalidade de instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº. 327/2006, que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de exportação e armazenagem de mercadorias em centro logístico industrial aduaneiro. Modifica a Legislação aduaneira, alterando as leis nº 4502, 8630, 9019, 9069, 9716, 10833, e revogando dispositivos dos decretos-lei nº. 37 e 2472, e dá outras providências.

Para tanto, solicito o convite dos seguintes debatedores: a Sra. Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal; Sra. Lytha Battiston Spíndola, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior, a CAMEX; Sr. José Roberto Sampaio Campos, da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegários, ABTRA; Sr. Marcelo de Paula, Diretor-Presidente da Associação Nacional das Empresas Permissionárias de Portos Secos; Sr. Albino Tramuja, Presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos Industriais Aduaneiros, e Sr. Sérgio Aquino, Secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos. Está em discussão o Requerimento. Com a palavra, o autor, ilustre Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senhor Presidente, todos sabemos dos embaraços que as questões de infra-estrutura provocam e dificultam o desenvolvimento do país, sobretudo no que diz respeito à questão dos portos. Nós temos um congestionamento e uma dificuldade operacional muito contundente e presente em todos os portos brasileiros. Essa proposição, que está... Que será analisada por essa Comissão, analisa a questão dos portos secos, sobretudo, que todo... Resumindo isto tudo que V.Exa. acabou de dizer, podemos resumir na questão dos portos secos. E isso é uma coisa fundamental para descongestionar um pouco esse ponto, que é um dos estrangulamentos mais evidentes e constrangedores para o desenvolvimento do país.

Portanto, essa solicitação de audiência pública, ela traz, por trás dela, exatamente a possibilidade de que nós possamos abrir uma discussão ampla; não há a menor dúvida de que todos aprovam a questão dos portos secos, a questão de discussões institucionais, que precisam ser bem analisadas por essa Casa, tanto nessa Comissão, como nas demais. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria coloco em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de iniciativa Senador Inácio Arruda, que requer, também nos termos da Constituição e do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência sobre o atual estágio da construção da Ferrovia Transnordestina, convidando os Ministros da Integração Nacional, do Ministério dos Transportes, Secretaria Especial dos Portos e Companhia Ferroviária do Nordeste. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

“Nos termos do art. 43 do Regimento, requero licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico”, de iniciativa do Senador João Durval. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Também de iniciativa do Senador Jayme Campos, um Requerimento “solicitando seja considerada como missão política de interesse particular a minha ausência dos trabalhos dessa Casa, nos dias 01, 02, 03 de abril, quando participarei de reuniões político-partidárias do Estado que represento no Senado Federal”, Senador Jayme Campos. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, para falar do Requerimento que acaba de ser aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sras. e Srs. Senadores, quero primeiro agradecer aos meus pares pela aprovação do Requerimento em que a Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fica convocada para que preste esclarecimentos sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Eu vou ler rapidamente as justificativas, senhor Presidente. “Em recente entrevista no meio de comunicação, a Ministra-Chefe da Casa Civil informou que não comentaria sobre as recentes denúncias do dossiê promovido, sobre informações sigilosas, tendo em vista que teria ‘outras coisas mais importantes a fazer, como o PAC’”. Tendo em vista essa afirmação, é imprescindível a presença da Ministra perante o Congresso Nacional, para que se justifique e explique essas importantes realizações do PAC e por que são mais importantes do que o gravíssimo incidente criminoso do dossiê.

Ainda hoje, senhor Presidente, Srs. Senadores, líder Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tudo bem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É um prazer e uma honra tê-lo aqui na Reunião da Comissão de Infra-Estrutura, quando discutimos importante assunto de interesse nacional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na edição de hoje do blog do competente jornalista Josias de Souza, senhor Presidente Marconi Perillo, ele dá a seguinte manchete: “TCU põe em dúvida o balanço de Dilma sobre o PAC”. Quando eu fiz o Requerimento, eu não tinha... Inclusive, já tinha dúvidas com relação a isso, não tinha a informação que hoje nos chega através do TCU. Então, diz o TCU, Senador João Tenório, diz, melhor dizendo, o jornalista Josias de Souza, “em janeiro de 2008, a pretexto de festejar o aniversário de um ano do PAC, Lula promoveu um

mega evento no Planalto. Coordenadora do Programa, a Ministra Dilma Rousseff, Casa Civil, fez um balanço das obras. Disse que 86% estavam com o cronograma de execução em dia, sem atrasos. Pode ser propaganda enganosa. Nesta quarta-feira, ontem, dia 02, decorridos 72 dias da festa do Governo, Senador Eliseu Resende, o TCU levou ao sítio que mantém na internet um documento que está na íntegra no blog do jornalista Josias, que põe em dúvida as palavras da Ministra, agora apelidada pelo chefe de entre aspas”, diz o jornalista, “mãe do PAC”.

O Tribunal verificou, Presidente Marconi Perillo, que, até setembro de 2007, apenas 12% das verbas orçamentárias destinadas às obras do PAC haviam sido executadas, algo que, na opinião do relator do processo, Ministro Benjamim Zymmler não condiz com as informações oficiais do andamento das obras. Diz o Ministro: “A afirmação de que 80% das ações do PAC estão com o cronograma de execução em dia não se coaduna, em princípio, com o fato de que apenas 12% das dotações previstas para 2007, no orçamento fiscal, haviam sido liquidadas, quando decorridos mais de 10 meses do ano”. Anotou, como disse, o Ministro em seu voto.

Então, senhor Presidente, nós vamos aqui ter a oportunidade, Senador Demóstenes Torres, de ter a honrosa presença, visita da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que a gente possa discutir as obras do PAC.

No meu Estado, Estado do Pará, as obras do PAC estão empacadas. Eu acho que acontece a mesma coisa no Brasil. Todos nós torcemos, todos nós brasileiros e, principalmente nós paraenses, que eu, com muito orgulho e honra represento no Senado, queremos que as obras sejam transformadas em realidade porque são obras importantes. As eclusas de Tucuruí, que se esperam há 25 anos; a Transamazônica; a Santarém/Cuiabá, várias obras, inclusive obras que foram distribuídas para a base aliada do Governo em vários Municípios do nosso Estado. Mas todas elas são bem acolhidas porque elas vão beneficiar a população do Pará. Mas eu digo que nós vamos ter, Presidente Marconi Perillo, a honrosa visita da Ministra porque, no dia 02 de fevereiro de 2007, esta Comissão aprovou um Requerimento, de minha autoria também, para... Convidando a Ministra para que ela até aqui viesse, junto com a Ministra Marina Silva, com a Governadora do Pará, Sra. Ana Júlia Carepa, com o Dr. Antônio Fernando de Souza, Procurador-Geral da República, com o Presidente da ELETRONORTE, com o Presidente da Eletrobrás, na altura, com o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, para discutirmos sobre a questão da implantação da hidroelétrica de Belo Monte, que é

uma obra do PAC, que é uma das que estão empacadas, que, no Pará, não se tem notícia delas.

Então, em fevereiro de 2007, precisamente no dia 08, esta Comissão aprovou um Requerimento convidando a Ministra. Passado um ano depois, sem que a Ministra pudesse ter, na sua agenda, tempo disponível para até vir aqui porque, como disse, agora eu entendo por que, “porque eu tenho coisas mais importantes do que vir ao Senado Federal”. Agora ela explicou, Senador Marconi Perillo, porque não atendeu o convite. Mas, no dia 15 de março... Nós, no final do ano passado, Não foi no dia 15 de março não. No final do ano passado, nós transformamos o convite de Belo Monte para a convocação aqui. A Senadora Ideli Salvatti solicitou a V.Exa. e a mim que deixasse ao encargo dela que ela faria a tratativa para que a Ministra até aqui viesse, o que nós concordamos, apesar do Requerimento já ter sido transformado em convocação para Belo Monte.

Então, lamentavelmente a Senadora Ideli pediu um prazo até início de março e nós demos, eu disse: “Não, Senadora, até final de março, até o dia 31 de março”. Lamentavelmente, a Senadora, nem a Senadora Ideli, líder do PT, conseguiu agendar com a Ministra para que ela viesse até aqui. Então, agora eu pediria, Senador Marconi Perillo, V.Exa., como Presidente desta importante Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, que comunicasse oficialmente à Ministra, das duas convocações, para que, dentro do Regimento do Senado, ela possa, então, no prazo de 30 dias, agendar tanto a audiência... São duas audiências, Presidente. São duas audiências, uma para nós tratarmos a questão que eu posso, pediria até a V.Exa. que nós invertêssemos a ordem, fizéssemos em função da urgência que nós temos de discutir o PAC no Brasil inteiro e, inclusive, as questões que estão sendo divulgadas pela mídia, que nós invertêssemos, fizéssemos primeiro a do PAC por inteiro e, dentro dos 30 dias, as duas, fizéssemos em seguida a Belo Monte para que os paraenses e principalmente o Brasil, que necessita da energia de Belo Monte; fomos salvos de um racionamento, de um apagão, fomos salvos porque Deus foi generoso e fez chover além do que era esperado, mas tudo isso em função da omissão das ações que deveriam ter sido tomadas há quatro, cinco anos, para que não tivéssemos novo risco de apagão.

Então, nós temos que pedir a V.Exa. que fizesse a comunicação oficial para que a Ministra-Chefe pudesse agendar as duas datas, em 30 dias, como diz o Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe a manifestação do Senador Flexa Ribeiro, autor dos dois Requerimentos de convocação da Exma. Sra. Ministra

Dilma Rousseff. Solicita à Secretaria desta Comissão que expeça imediatamente, ainda hoje pela manhã, os ofícios à Exma. Sra. Ministra, convocando-a para estar aqui em 30 dias, conforme estabelece o Regimento, para tratar primeiro da convocação para debater o PAC, com o nosso aditamento, incluindo os Cartões Corporativos.

Foi aprovado um aditamento, de minha autoria, Senador Flexa Ribeiro, não em relação... Isso não está no Requerimento de V.Exa.; é um aditamento que foi aprovado, de minha autoria, como Presidente. O Requerimento de V.Exa. está aprovado, na forma como foi apresentado e nós apresentamos, à parte--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. apresentou um novo Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): À parte. Um requerimento de aditamento que foi aprovado também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um novo Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É um outro Requerimento—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um outro Requerimento—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --De aditamento—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Que não prejudica o Requerimento de V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Requerimento de V.Exa. está aprovado tal como foi apresentado. Eu apresentei um outro Requerimento, em aditamento, e esse Requerimento também já foi aprovado. Eu gostaria de solicitar, portanto, a... Eu quero solicitar, então, à Secretária da Comissão que convoque, expeça os ofícios, comunicando a Ministra das duas convocações e informando que ela terá 30 dias para vir aqui falar, em duas ocasiões distintas, primeiro sobre o PAC e depois sobre a Usina de Belo Monte.

Reitero que foram aprovados, na data de hoje, dois Requerimentos. Um Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro; outro Requerimento de minha iniciativa.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esse Requerimento, senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Requerimento de n°. 10 e n°.

14. São dois Requerimentos distintos. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Na minha... Na primeira convocação, são dois objetos, a discussão do PAC e a discussão do vazamento de...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Uma discussão sobre Cartões Corporativos.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Cartões corporativos, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): São dois Requerimentos distintos. E o outro Requerimento de convocação já havia sido aprovado aqui, no final do ano passado, diz respeito à Usina de Belo Monte.

Portanto, a Sra. Ministra terá 30 dias para comparecer, duas vezes, a essa Comissão. A primeira para debater os dois Requerimentos aprovados no dia de hoje e a segunda, para debater a Usina de Belo Monte. Mais um Requerimento sobre a Mesa, de iniciativa do Senador Augusto Botelho. Nos termos regimentais e de acordo com a Constituição, requer a realização de audiência pública nessa Comissão para debater a situação das empresas distribuidoras de energia nos Estados de Alagoas, Piauí, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, que atualmente se encontram sob o controle da Eletrobrás, bem como as Distribuidoras Estaduais de Energia, CER - Companhia Energética de Roraima e CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá. Convidados: Dr. Valter Cardeal, Diretor de Engenharia da Eletrobrás; Dr. Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí, ou seu representante; Dr. José de Anchieta Júnior, Governador do Estado de Roraima, ou seu representante. O autor do Requerimento é o Senador Augusto Botelho. Está em discussão o Requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam... Que queiram discuti-lo, têm a palavra. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Não havendo mais assunto a tratar—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- encerro a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h44

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senhor Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encerrou.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Se ele quiser encerrar, para mim, não tem problema. Eu quero deixar registrado aqui que convocar a Ministra Dilma para falar sobre o PAC, sem problema. Agora, convocar a Ministra Dilma ou convidar para falar sobre

Cartão Corporativo não é atribuição dessa Comissão e eu vou recorrer ao Plenário do Requerimento; nós vamos discutir no plenário essa questão. Para mim, não vale nada. Eu vou recorrer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): São dois Requerimentos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu vou recorrer dos dois. Nós vamos discutir no Plenário—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os dois, Presidente?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Se é para fazer jogada, nós vamos fazer jogada também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Quem faz jogada é a base do Governo. A oposição não faz jogada.

[falas sobrepostas].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós vamos discutir no Plenário.

[falas sobrepostas].

Sessão reaberta às 10h45

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, reabro a presente Sessão Extraordinária e passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, é lamentável que o líder do Governo, Senador Romero Jucá, chegue ao final... ao final não, depois de V.Exa. ter encerrado a Sessão e, de forma destemperada, coloca a sua opinião, quando ele deveria estar aqui discutindo os Projetos de interesse do Brasil numa Comissão da importância e magnitude como a que V.Exa. preside, que é a de Infra-estrutura. E ele veio aqui tão somente preocupado, Senador João Tenório, com a questão dos Cartões Corporativos; ele nem tratou do PAC, nem tratou. E, depois, de forma nervosa, diz que vai recorrer ao Plenário dos dois Requerimentos.

Eu quero pedir a V.Exa. que a Sessão fosse reaberta para que nós deixássemos claro aqui, sem dúvida. O Requerimento que eu encaminhei à Mesa de número... Que recebeu o nº. 11, ele convoca a Ministra para esclarecimento sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC. Esse foi aprovado e um outro Requerimento, de V.Exa., convocando para que ela venha dar explicações sobre o uso dos Cartões Corporativos. É um segundo Requerimento.

Esta indagação que eu faço a V.Exa., para que fique registrado, porque, lamentavelmente, os membros... Os Parlamentares, os representantes dos vários Estados que compõem a base do Governo não com-

parecem à Sessão da Comissão de Infra-Estrutura. Agora, os assessores do Palácio do Planalto ficam aqui, querendo dirigir a Comissão e querendo orientar o Presidente, dizer o que esta Comissão pode ou não pode fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou fazer uma representação mesmo contra vocês que estão atrapalhando--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, eu queria, Presidente, Marconi Perillo... Senador Marconi Perillo, eu queria que V.Exa. não aceitasse a intromissão de assessorias do Palácio do Planalto--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Flexa Ribeiro, essa Presidência vai fazer uma representação formal ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional contra os assessores do PT, que estão abusando das suas atribuições e procurando interferir, sem nenhuma legitimidade, nos trabalhos desta Comissão.

Eu, pessoalmente, farei, ainda hoje, uma representação ao Presidente do Senado. O que nós vimos aqui agora é um extrapolar(F) das atribuições desses assessores do PT, que estão aqui buscando atrapalhar o andamento desta Comissão. Todo e qualquer Senador que vem aqui tem o direito de falar, através do pedido de palavra pela ordem, questão de ordem, e todas as outras manifestações previstas no Regimento. Agora, nós não aceitamos que, quem quer que seja, da oposição ou do Governo, possa querer, enquanto assessores, atrapalhar o andamento desta Comissão. É preciso que respeite esta Comissão. O Governo tem rolo compressor nas CPIS, o Governo tem rolo compressor no Plenário, em muitas matérias, mas aqui, nessa Comissão, nós temos a autoridade para manter os trabalhos como eles devem ser conduzidos.

De modo que eu peço à Comissão que prepare imediatamente uma representação contra assessores que, de forma a extrapolar suas funções, estão atrapalhando e desrespeitando os trabalhos dessa Presidência. Devolvo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer ao Senador Augusto Botelho... Senador Augusto Botelho, que comparece também à Reunião e pediria só a V.Exa. que deixasse claro que são dois Requerimentos distintos. Então, era só isso. V.Exa. pode conduzir a Sessão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá, com todo o respeito a V.Exa. e com muito prazer, após ter reaberto a Sessão, eu passo a palavra a V.Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senhor Presidente, primeiro quero registrar que a informação que eu tenho, eu peço os autos, é de que foi um Requerimento aprovado e foi feito um aditamento ao Requerimento sobre a questão do Cartão Corporativo. Portanto, essa é a primeira questão. Segunda questão. Veremos nos autos, Veremos nos autos, veremos... Está gravado na fita. Nós não temos que discutir isso. Vamos avaliar. Para discutir sobre PAC, eu tenho dito que a Ministra Dilma virá a qualquer foro para discutir sobre o PAC, o Governo não tem nenhuma dúvida quanto a isso.

Agora, não me consta que é atribuição dessa Comissão convocação para discutir Cartão Corporativo. Se for discutir Cartão Corporativo, acho que tem que chamar o Senador Alvaro Dias para dizer quem foi que vazou o material, quer dizer, vai virar uma Comissão de Investigação. Como uma Comissão de Investigação já existe, instalada no Congresso, inclusive mista, para discutir essa questão do Cartão Corporativo, eu vou... A ser mantido esse Requerimento, eu vou recorrer, como estou fazendo, ao Plenário do Senado, para que o Plenário do Senado defina que efetivamente o Regimento não está sendo cumprido porque não é atribuição dessa Comissão fazer esse tipo de demanda, de investigação ou de questionamento. Quero fazer isso com muita tranquilidade. Agora, quero lamentar que se procure encaminhar dessa forma. Acabei de dizer, ontem, na imprensa, quer dizer, eu acho que o enfrentamento político e o debate político não podem ser feitos dessa forma; eu acho que tem caminhos para fazer isso, tem que ter o mínimo de elegância, de respeito, de jogo aberto, limpo. Mas, se for esse caso, eu já pedi à assessoria, hoje estarei dando entrada, no Plenário do Senado, esse Requerimento, colocaremos a base do Governo para... Nós colocaremos a base do Governo para discutir e votar e deixar claro se a Comissão de Infra-Estrutura tem que fazer investigação sobre Cartão Corporativo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de passar a palavra a V.Exa., Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de esclarecer algumas questões. Primeiro, Senador Romero Jucá, em primeiro lugar, foi aprovado um Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, Requerimento de nº. 10, que tem como objetivo convocar a Ministra Dilma Rousseff. Esse Requerimento já foi aprovado, já foi discutido. Nós, quando abrimos a Sessão, tínhamos número regimental para abrir a Sessão, e ele tem como objetivo convocar a Ministra Dilma para debater sobre o PAC, segundo o Senador Flexa Ribeiro, já que ela

não tem tempo para discutir outras questões em função do envolvimento dela com o PAC.

Em seguida, eu apresentei um outro Requerimento. Requerimento de nº. 14, requerendo que fosse aditado ao Requerimento anterior, é um outro Requerimento, a inclusão, no debate, de informações da Casa Civil, relativas aos gastos com Cartões Corporativos, Requerimento de minha iniciativa, que também foi aprovado. São, portanto--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): No aditamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): São dois Requerimentos separados. V.Exa. terá o direito de recorrer. E, com certeza, a oposição, a situação irão promover um bom debate no Senado. Não há problema algum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): São dois Requerimentos, portanto, distintos. Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral, ilustre vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria só fazer um registro, até para historiar realmente essa questão desse Requerimento, para que nós não venhamos a confundir as coisas aqui na Comissão de Infra-Estrutura. Esse Requerimento foi aprovado o ano passado, com o objetivo específico de se discutir o PAC e, mais especialmente, Belo Monte, que é um Projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio, são dois Requerimentos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --Que a intenção, quando nós fizemos o debate no ano passado, era a discussão e, principalmente, quando foi aventada, da Usina de Belo Monte. Eu gostaria só de registrar, Senador Marconi Perillo, eu estou na Comissão de Infra-Estrutura há cinco anos, inclusive, passei por vários Presidentes na Comissão de Infra-Estrutura e sempre nós discutimos e debatemos aqui assuntos relativos à infra-estrutura que é efetivamente o que tem que Pautar os trabalhos dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É o que tem sido feito até agora e V.Exa. é testemunha.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto... Sou testemunha, agora, hoje, realmente, em função até do aditamento que foi feito, agora V.Exa. disse que separou os Requerimentos. Nós estamos começando a entrar num terreno absolutamente fora

dos propósitos da Comissão de Infra-Estrutura. Eu já passei por várias discussões aqui na Comissão de Infra-Estrutura, mas hoje eu acho que nós saímos do trilho e eu, evidentemente, já, inclusive, consultei, já pedi à consultoria do Senado Federal para tomar as providências devidas porque nós estamos desviando; eu entendo que a Ministra Dilma, com o maior prazer, vem aqui discutir PAC.

Agora, discutir outros assuntos, dossiês, Cartões Corporativos, infelizmente, o Senado Federal tem dado um péssimo exemplo, lamentavelmente, nós não conseguimos debater absolutamente nada de importante para esse país e quanto mais a gente perde a energia com assuntos que não constroem nada, infelizmente o Congresso Nacional, a cada dia, fica mais para trás nos grandes debates que vão ser importantes e que a população espera que nós venhamos a fazer aqui nessa Casa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio Amaral, com todo o respeito a V.Exa., eu gostaria de dizer que o Congresso Nacional está desgastado porque entupido pelas Medidas Provisórias do Governo do Presidente Lula. Nós... Nós não estamos conseguindo debater Projetos de nossa iniciativa, não conseguimos votar os mais de 700 vetos porque a Pauta está permanentemente travada em função das “Medidas Provisórias”.

Essa Comissão prestou relevante serviço ao Brasil, no ano passado, nos anos anteriores, e tem prestado. Nós realizamos 40 audiências no ano passado. Debates todos os assuntos mais importantes para infra-estrutura brasileira, com a máxima seriedade.

Agora, lamentavelmente, nós não conseguimos debater questões que são de interesse público numa CPI porque a maioria do Governo não permite que os Requerimentos sejam aprovados. Acho que essa Comissão prestaria um grande serviço ao Brasil se pudesse debater esse tema do PAC e debater a todos os outros temas que interessam ao Brasil. Essa Comissão é a Comissão de Infra-Estrutura, mas essa Comissão tem como objetivo debater assuntos de interesse da sociedade e vazamento de dossiês, vazamento de informações, sujeira que é colocada debaixo do tapete, são assuntos de interesse nacional. O Brasil precisa debater a questão da corrupção, precisa pôr um fim à impunidade, à corrupção e essa Comissão também tem essa missão.

De qualquer maneira, Senador Flexa Ribeiro, atendendo a um pedido de V.Exa. eu coloco em votação a retirada do Requerimento de aditamento. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão.

O meu Requerimento de aditamento, portanto, está retirado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Heráclito vai falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Fica, portanto, aprovado e mantido--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Fica mantida a aprovação do Requerimento de V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --É matéria vencida. O Requerimento, eu queria fazer uma ponderação aqui. Eu queria fazer... Eu queria fazer uma ponderação aqui. A convocação da Ministra Dilma para prestar esclarecimentos com relação ao PAC é líquida, certa e cristalina, Senador Romero Jucá. V.Exa. há de convir. Então—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, o que eu queria fazer um apelo, Senador Marconi Perillo, era para ver se havia possibilidade de um sobrestamento de um segundo Requerimento para que a base do Governo saiba que há boa vontade nesta Casa, há boa vontade na oposição.

Agora, evidente, que é bom lembrar, eu não sabia desse dado, tem um Requerimento aí de convocação, desde o ano passado. Como havia um Requerimento de convocação, ainda no meu período como Presidente da Comissão, infelizmente, a Ministra não veio. Era preciso, Senador Marconi, que, para V.Exa. concordar com isso, nosso líder Romero assumisse o compromisso da presença da Ministra aqui. Entendeu? Porque não adianta--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, constitucionalmente, regimentalmente, a Ministra terá que comparecer porque foi convocada duas vezes para estar nesta Comissão, uma para falar do PAC, a outra para falar de Belo Monte. Ela já está convocada, será oficiada ainda hoje e marcará, de acordo com a sua agenda, para estar aqui, duas vezes, nos próximos 30 dias. Certamente o debate não vai se restringir a esses temas só. Os líderes do Governo estarão aqui, os líderes da oposição estarão aqui e, com certeza, esse debate vai extrapolar os limites dos Requerimentos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, minha proposta é concreta, que ficaria sobrestado

o terceiro Requerimento, não retirado... Se a base do Governo quiser retirar, ela use os mecanismos regimentais que queira. Então, se colocaria em prática o cumprimento dos dois primeiros, que aí se encontram, e, dependendo do desenrolar dos acontecimentos, se colocaria em prática a terceira convocação ou não. Mas o apelo que eu faria, no momento, é que fossem colocadas, para cumprimento, as duas convocações, a do ano passado e a desse ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador Heráclito Fortes, compreendendo que a Comissão já alcançou seus objetivos, que era a aprovação da convocação da Ministra para estar aqui debatendo as obras de Belo Monte e debatendo as questões relativas ao PAC, nós já aprovamos aqui, Senador Romero, ainda há pouco, V.Exa. estava discutindo com o Senador Heráclito um outro assunto, nós já aprovamos aqui a retirada, às 10h58, aprovei a retirada do terceiro Requerimento. Ele ficará sobrestado e, caso nos dois debates que vão ocorrer por convocação, a Comissão não se satisfaça com relação às informações que serão prestadas, eu mesmo reapresentarei, numa Sessão subsequente, esse Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marconi Perillo, eu quero aqui agradecer a presença da base do Governo na Comissão de Infra-Estrutura, isso enriquece o debate, isso faz com que possamos todos nós trabalharmos para aquilo que o Brasil necessita e, lamentavelmente foi esquecido, que é exatamente como disse, acabou de dizer o Senador Eliseu Resende, que precisa ter uma infra-estrutura que dê condições de avançar no crescimento da economia.

Nós estamos sofrendo um apagão da infra-estrutura brasileira, seja em estradas, seja em portos, seja em ferrovias, seja em energia. Então, o Senador Delcídio Amaral, que é um *expert*, ex-Ministro de Minas e Energia, sabe muito bem o que isso representa na questão de energia, e é lamentável, Senador Romero Jucá, é lamentável, Senador Romero Jucá... Senador Romero Jucá, V.Exa. me dá um minuto da sua preciosa atenção? Então, dois. É lamentável que V.Exa. não tenha conhecimento, mas, no dia 08 de fevereiro de 2007, eu vou repetir para o Senador Romero Jucá, porque ele não tem conhecimento disso, como líder do Governo aqui no Senado Federal, dia 08 de fevereiro de 2007, esta Comissão aprovou um Requerimento de minha autoria, convidando a Ministra Dilma Rous-

sef para vir aqui discutir a questão da implantação de Belo Monte, convidando 08 de fevereiro de 2007, tem mais de ano.

Agora... Eu não entendia por que a Ministra não atendia o convite do Senado Federal. Agora eu estou sabendo, porque ela tem coisas mais importantes a fazer do que atender o Senado Federal, dito por ela, está aqui, está aqui a afirmação, cadê? Está aqui. Os jornais todos estão noticiando que ela disse que tem coisas mais importantes do que vir ao Senado, que é tratar do PAC.

Então, se a coisa mais importante da Ministra é o PAC, por que ela não atendeu a um convite de fevereiro de 2007. Quando foi no final, no início deste ano, ou melhor, quando foi em 11, em novembro... Dia 20 de novembro de 2007, Senador Romero Jucá, vossa atenção é importante. Em 20 de novembro de 2007, esperado o ano inteiro, esta Comissão transformou o Requerimento de convite para convocação, em 20 de novembro de 2007.

Então, a Senadora Ideli Salvatti fez um apelo ao Presidente e a mim, autor do Requerimento, que deixasse para que ela, junto com a Ministra, agendasse a data. Pois não, pois não... Isso já início desse ano, pediu para... Princípio de março, eu disse: "Não, até 31 de março". Terminado o mês de março, eu fui à Senadora Ideli: "Senadora Ideli, lamentavelmente, V.Exa. não consegue agendar com a Ministra para vir discutir Belo Monte", naquela altura, "aqui na Comissão de Infra-Estrutura".

Então, o Presidente está usando da atribuição regimental, e V.Exa. é um regimentalista, se coloca assim no Plenário, de forma correta, regimental, de encaminhar um ofício à Ministra, dizendo que ela está convocada para vir aqui duas vezes, duas vezes. Nós vamos tratar do PAC no Brasil inteiro e depois vamos tratar de Belo Monte... De Belo Monte, que esta questão de Belo Monte, nós estamos aguardando a honrosa visita da Ministra, por mais de 14 meses, quase que o tempo do segundo mandato do Presidente.

Então, era só isso que eu queria esclarecer a V.Exa. e pedir a V.Exa. que participe das reuniões da Comissão de Infra-Estrutura porque a nossa região, a região Amazônica, que é totalmente esquecida, ela precisa ter ações na área de infra-estrutura, para que ela possa desenvolver ecologicamente sustentável. E V.Exa., como um brilhante representante do Estado de Roraima, tem que nos ajudar, para que nós possamos transformar Belo Monte na realidade; não só Belo Monte, a Transamazônica, no Pará; a Santarém/Cuiabá; as eclusas de Tucuruí... As eclusas de Tucuruí, que estão andando a "passos de cágado". Eu fiz e vou entregar a V.Exa. o que está no blog do jornalista

Josias de Souza: “TCU põe em dúvida o balanço de Dilma do PAC”, para que V.Exa. tome conhecimento da propaganda enganosa que o Governo Federal está fazendo para o povo brasileiro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe a manifestação do Senador Flexa Ribeiro. Passo a palavra ao Senador Romero Jucá, líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Inclusive, eu gostaria de convidar o Senador Flexa Ribeiro para andar pelo Brasil, porque, independente do que diga algum blog—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o TCU que diz, não é o blog.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Independente do que diga algum blog, aonde o Presidente Lula tem andado e tem lançado obras, a realidade é vista a olhos vistos. Portanto, nós não vamos discutir investimento, é importante discutir Belo Monte, hoje o Presidente da Eletrobrás é um especialista em Belo Monte, que é o Dr. José Antônio Muniz, o Senador Delcídio conhece bem, eu acho que a gente tem que construir hidroelétricas, e é isso que o PAC está procurando fazer: tirar o atraso da infra-estrutura no país. Então, nós... Até aí, nós estamos concordando. A discussão não é essa. A discussão é: O tipo de convocação que está se fazendo e o tipo de objetivo, porque o Senador Marconi Perillo acabou de dizer, na fala dele, e isso vai embasar o Requerimento, pode até chamar a Ministra Dilma para se discutir PAC, mas o que vai se discutir são outras coisas também, que vão se questionar outras coisas.

Então, quer dizer, a discussão não é... A discussão é política, quer dizer, não bastasse o vazamento do dossiê, a espionagem, o que ficou patente ontem, quando o Senador Alvaro Dias disse, nas palavras dele, “toda essa questão do vazamento” e o objetivo claro de atingir a Ministra Dilma, é claro o objetivo, é claro, lamentável que se faça um embate dessa forma. Então, independente disso, se o embate é dessa forma, nós vamos defender da forma que for preciso também; nós iremos para o Plenário discutir esse Requerimento e a forma como ele foi feito. E aí, o Plenário é soberano das decisões da Casa, o Plenário vai se manifestar. Se for o entendimento do Plenário convocar a Ministra Dilma, o Plenário fará a convocação. Se não for, desfaz a convocação da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria que V.Exa. esclarecesse aqui é com relação ao Requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É com relação à convocação para ela falar sobre o PAC ou Requerimento para falar sobre Cartão Corporativo?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Todos os Requerimentos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todos os requerimentos?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O objetivo é um só: todos os requerimentos—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Romero--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito... Senador Heráclito Fortes... Senador Romero Jucá, V.Exa. é um eficiente líder do Governo—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Romero Jucá—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Foi um eficiente líder do Governo Fernando Henrique—

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. deveria, inclusive, ficar constrangido com essa história toda de vazamento de dossiê, em relação ao Presidente Fernando Henrique, é um homem honrado, D. Ruth é uma pessoa honrada. Agora, importante destacar que essa Comissão, essa Presidência não vai censurar quem quer que seja, Sr. Senador, num debate como esse, debater Belo Monte, para debater o PAC, como é que nós vamos censurar os Senadores e Senadoras que vão comparecer a sessão; não posso adivinhar se eles vão estar aqui para debater o PAC ou outros assuntos; eles não serão censurados. A época da censura passou. Essa Comissão vai estar debatendo assuntos de interesse nacional, Usina de Belo Monte e PAC. Vamos assegurar o direito à palavra a todos os Senadores que comparecerem, membros ou não membros dessa Comissão. A Ministra Dilma será oficiada hoje ainda, será convocada para estar duas vezes aqui, e nós vamos fazer os debates de acordo com o que está solicitado nos Requerimentos aprovados e nas justificativas; nada mais além disso. Esse é o motivo.

V.Exa. tem o direito de recorrer ao Plenário, é uma faculdade regimental de V.Exa., e nós vamos debater certamente esse assunto no Plenário. Aliás, os Parlamentares nessa Casa estão ávidos por debater

todos os assuntos que digam respeito à transparência, ética, moralidade etc.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral. Antes disso, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só um aparte, por favor. 10 segundos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não falei ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Deixa eu devolver a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

[risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só um aparte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em seguida, em seguida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para sugerir..

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há aparte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Só para sugerir ao nobre Senador Romero Jucá que ele recorra ao Plenário do Senado, como ele já disse que vai recorrer, e ao Presidente Lula também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Presidente, o Senador Romero Jucá é um Parlamentar experiente e, de uns dias para cá, virou truculento. Eu me lembro daquela votação da TV Pública, a maneira como V.Exa... Agora, eu sei que o Dr. Gilberto Carvalho está cobrando ação de vocês. O Governo, sexta-feira, irritado porque não tinha ninguém da base aqui no Plenário, naquilo que já ficou bem chamado “Sexta-feira sem-lei”, houve um telefonema entre o Ministro das Comunicações, da Comunicação Social, e o Sr. Gilberto Carvalho, e eu vi que o comportamento da base do Governo mudou a partir de segunda-feira; está todo mundo sentando ali. De vez em quando, escoregam, como foi o caso aqui.

O inaceitável disso tudo e essa truculência tática do meu amigo Romero Jucá é para justificar a ausência da base aqui. É para justificar a ausência. Vamos ser justos e vamos ser claros. Se V.Exa. tivesse designado um companheiro para estar aqui atento, como é dever do Parlamentar, teria discutido no momento certo a convocação ou não.

Agora, essa história de querer recorrer a tapetão, Senador Romero Jucá, não é um bom caminho. V.Exa., que é um Parlamentar brilhante, V. Exa. que é um homem que tanto gosta desta Casa, quis trazer para lhe fazer companhia sua própria esposa, como Senadora, então, V.Exa. não tem o direito, não tem o

direito de contribuir para que essa Casa seja diminuída. Já basta o que o Governo faz.

Senador Marconi Perillo, eu quero lembrar aqui que novas convocações foram feitas, outras convocações foram feitas para a Ministra, em 20/04/2006, de autoria do Senador Pedro Simon, para discutir o caso VARIG. Em 11/07/06, do Senador Arthur Virgílio, e não se cumpriu constitucionalmente a convocação. De forma, Senador Romero, que eu acho que a vinda da Ministra aqui para falar sobre a questão do PAC é líquida e certa. Agora, cabe à liderança, à base, à Tropa de Choque, quero lembrar a V.Exas., está se criando, Senador Delcídio, desnecessariamente uma Tropa de Choque de proteção à Ministra Dilma, que não precisa disso, pela competência... Por que essa Tropa de Choque? Ela foi lançada candidata a Presidência da República, numa CPI, num dia triste para a CPI, lançada por uma liderança da base do Governo. Quem expôs a Ministra Dilma a isso não fomos nós.

Aliás, a grande frustração que eu tenho como opositorista, nesses meus seis anos de mandato, não ter conseguido criar uma crise para a base do Governo; a própria base cria todas. É uma coisa... Um dia, nós vamos ter que acabar com isso, a oposição vai ter o direito, Senador Delcídio, de criar uma pequena crise para o Governo. Não nos deixam. Não nos deixam, mas, um dia, quem sabe, pelo cansaço, a gente vença; essa crise instalada é crise do próprio Governo. E, depois, se quer convencer a opinião pública de que papel não voa. Imagine aonde nós chegamos.

De forma, meu caro amigo Romero Jucá, V.Exa. vai tomar um banho de água fria, vai esfriar a cabeça, Parlamentar que é, não é do seu estilo... Uma das coisas que mais me emocionavam, que mais me cativavam, primeiro como vice-líder, depois como líder do Governo Fernando Henrique. Quantas crises resolveu com habilidade, essa truculência que aprendeu, nessa maneira de agir de alguns petistas, não combina com o seu figurino, até porque V.Exa. sabe que cumpre uma missão descartável: O PT lhe aceita porque não tem substituto, mas V.Exa. não é do coração do... Cumpra seu dever Parlamentar, sua vocação Parlamentar, V.Exa. já conviveu com índio, conseguiu dobrar todas as dificuldades dessa convivência, foi um grande Presidente da FUNAI, e daí... E daí, está aqui, saiu de Pernambuco como estudante, pelos braços do Marco Maciel, está aqui hoje com esse currículo brilhante, V.Exa. não tem o direito de querer desmoralizar o Senado da República, deixe isso para os aloprados, não se junte a eles, é um apelo que eu faço.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Posso falar?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Naturalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Art. 14?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra a V.Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Primeiro, dizer o seguinte, agradecer os elogios do Senador Heráclito Fortes. Depois, dizer que o Senador Heráclito Fortes está enganado; primeiro, eu não estou de cabeça quente, depois, nós não estamos agindo de forma truculenta, pelo contrário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu disse que V.Exa. estava sem cabeça.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu estou agindo dentro do Regimento, como agi na noite da votação na TV Pública. Aliás, quero lembrar que, antes de ontem, nós derrubamos uma Medida Provisória também, que estava trancando a Pauta, em acordo com a liderança da oposição, para votar o reajuste dos Policiais Militares e Policiais Cíveis do GDF, que é o Governo dos Democratas.

Portanto, nós temos agido aqui com todo o equilíbrio, toda a tranquilidade e seguindo o Regimento. E é por seguir o Regimento que eu não me preocupei com nenhum tipo de condução da Comissão de Infra-Estrutura. Porque eu entendia, como entendo, que não cabe a discussão de Cartão Corporativo nessa Comissão; se fosse Comissão de Fiscalização e Controle, nós iríamos discutir. Agora, em Comissão de Infra-Estrutura, não cabe. E não caberia armar nenhum dispositivo para tentar inviabilizar o funcionamento da Comissão. Nunca foi minha posição, como líder aqui, sempre respeitei a oposição. Sempre. Se há alguém que busca o entendimento e o respeito aqui, sou eu.

Agora, nós não podemos ser surpreendidos por uma manobra anti-regimental, porque não consta do Regimento e nem constava; se já há Requerimento convidando ou convocando a Ministra Dilma, que se façam os entendimentos necessários para a Ministra vir discutir Belo Monte, infra-estrutura portuária, obras do PAC, de Aeroporto, de estradas; o Governo quer discutir essas obras em qualquer lugar do planeta porque o Governo sabe o que está fazendo. Aqui também. O Governo sabe o que está fazendo. O Governo nunca se negou a enviar Ministro para cá; os Ministros vivem vindo para as Comissões todos os dias. Isso é uma questão corriqueira.

Agora, nós estamos vivendo um momento em que se está tentando construir um debate político-eleitoral de desgaste em cima da Ministra Dilma e, para isso,

tiveram o deslance de usar, inclusive, a figura do Presidente Fernando Henrique, a quem eu prezo muito, Senador Heráclito, muito. Fui líder do Presidente Fernando Henrique, tenho amizade com o Presidente Fernando Henrique, com D. Ruth; quando iniciou essa questão da CPI, que eu pedi a CPI dos Cartões Corporativos, fiz questão de ressaltar que não via, não acreditava em nenhum tipo de irregularidade cometida nem pelo Presidente Fernando Henrique, nem por D. Ruth, nem pelo Presidente Lula, nem por D. Marisa. A questão não é essa da CPI. Na CPI, nós temos que ter equilíbrio e seriedade para, em vez de fazer enfrentamento político-eleitoral de uma eleição daqui a três anos, nós termos a consciência e o respeito de discutir o quê? Transparência dos gastos públicos, controle, discutir o que deve ser verba secreta, o que não deve ser verba secreta, quais as operações que devem ser cercadas de sigilo, quais as que não devem e punir quem agiu erradamente. O Governo não tem compromisso com o erro. Se algum Ministro, se algum funcionário público agiu e aplicou recurso de forma equivocada, que responda. Não foi determinação do Presidente e o Presidente não fez isso.

Agora, nós não vamos aceitar também que se queira imputar à Ministra Dilma, que é uma mulher responsável, séria, trabalhadora, honrada, que está dando sua contribuição para o país, por conta de uma disputa política se a oposição tem ou não foco para fazer oposição no momento. Nós vamos discutir outras coisas, não vamos personalizar, não vamos aceitar isso.

E eu estou com muita tranquilidade aqui, quero registrar que vou fazer o recurso porque a intenção está clara, não é discutir PAC, é atingir a Ministra Dilma e, enquanto eu for líder, pelo menos, enquanto eu for líder, enquanto a base do Governo estiver unida, nós não vamos permitir isso, com muita tranquilidade. E não é aqui nenhum tipo de desafio, de choque do Governo com oposição; cada um está defendendo a sua posição. Se nós vamos para o campo administrativo, nós vamos para o embate administrativo. Se nós vamos para um embate político, aí nós temos o direito também de ir para o embate político. A discussão deixa de ser administrativa. Não se está querendo discutir PAC. Não é essa a intenção. Ontem foi dito no Plenário--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, senhor Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, eu quero, Senador Marconi, registrar que nós vamos fazer o recurso para o Plenário, para discutir essa questão e procurar construir um modo de se discutir isso sensatamente, sem nenhum tipo de exploração política.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, antes de passar a palavra ao Senador Flexa, estão inscritos o Senador Delcídio, Senadora Serys, depois Senador Flexa Ribeiro. Essa Presidência gostaria de rechaçar aqui, senhor Senador líder do Governo... Senador Romero Jucá, Senador Romero Jucá, essa Presidência gostaria de rechaçar, de forma veemente, qualquer ilação no sentido de atribuir à condução dos trabalhos manobra regimental para aprovar Requerimentos. Nós abrimos a Comissão com o número mínimo exigido pelo Requerimento; quando abrimos a Sessão, nós tínhamos 12 assinaturas; os Requerimentos todos, e não apenas estes, mas todos os outros foram aprovados à unanimidade dos presentes, foram colocados em discussão, posteriormente, em votação; foram aprovados, lamentavelmente, a base do Governo, pelo que nos foi informado, havia sido instruída a não comparecer para não dar *quorum*; nós votamos os Requerimentos na ausência da base do Governo, na ausência da base do Governo, mas com o *quorum*--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ainda tem um detalhe, senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo o aparte a V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu levantei uma questão de ordem aqui e fiz o registro de “quero registrar porque vai vir a base do Governo”, não sabia que era V.Exa., pensei que fosse outro time, não sabia que V.Exa., a minha surpresa foi essa. “Vai vir a base do Governo criar problemas. Agora eu quero que fique o registro de que não há ninguém aqui”, alertei aos Senadores e alertei a imprensa que estava aqui. É só conferir, Senador Romero. É só conferir.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu não estou discutindo isso—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito, eu gostaria de concluir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem uma questão muito simples, a Mesa da Casa vai decidir se encaminha ao Plenário a proposta do Senador Marconi Perillo e nós vamos ver se a Mesa do Senado do Brasil quer a sua desmoralização porque, a partir do momento em que uma decisão de uma Comissão for derrubada, deixa de haver, senhor Presidente—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É regimental, tem recurso para o Plenário--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, regimental. O Regimento cabe tudo, Senador Romero.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Estou falando em coisas concretas; da hora em que a Mesa Diretora encaminhar ao Plenário esse pedido, não é o fato do Presidente do Senado ser do partido de V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito, eu vou concluir meu despacho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só para fazer o registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá, a Presidência esclarece, os Requerimentos foram aprovados; a Ministra Dilma está convidada a falar do PAC há mais de 12 meses, convidada por mim próprio para debater o PAC, não compareceu; reiteramos o convite, ela não compareceu. Há mais de um ano, ela está convidada a comparecer aqui para debater Belo Monte, através de um Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, infelizmente também, ela não conseguiu data para comparecer à Comissão. Foi aprovado Requerimento de convocação para debater Belo Monte e hoje foi democraticamente aprovado o Requerimento para debater o PAC.

Eu apresentei como Senador da República, não apenas como Presidente, o Requerimento, propondo que também fosse incluído o debate sobre os Cartões Corporativos. Resolvi retirar o Requerimento; o Requerimento foi retirado por aprovação do Plenário, inclusive, na presença de V.Exa., que não prestou atenção ao momento em que eu coloquei em discussão e em votação a retirada do Requerimento; ele está retirado, sobrestado, e eu já estou aqui, Sr. Senador Romero Jucá, com o ofício, de acordo com o art. 398 do Regimento Interno do Senado, informando, na qualidade de Presidente desta Comissão, à Ministra Dilma que, através dos dois Requerimentos, ela está convocada a estar aqui em 30 dias para falar dos dois assuntos. Caso V.Exa. se sinta no direito e no dever de recorrer ao Plenário, essa Comissão vai respeitar a decisão regimental de V. Exa.--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu recorro primeiro à Comissão, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. vai recorrer à Comissão; a Comissão vai acolher o Requerimento de V.Exa., vai colocar em discussão e debater. De qualquer maneira, Sr. Senador Romero, hoje, agora, nós já estamos encaminhando à Ministra o Requerimento... O ofício de informação de que ela está convocada, regimentalmente e constitucionalmente, para estar duas vezes aqui na Comissão. Caberá a ela cumprir ou não

a Constituição. Caberá a V.Exa. ou não recorrer da decisão da Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. prepare o Requerimento... V.Exa. prepare o Requerimento porque, certamente, esse assunto será debatido--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Presidente, sobre o Requerimento do Senador Romero Jucá, solicito a V.Exa. que encaminhe à Comissão de Constituição e Justiça para análise regimental do pedido feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tão logo chegue o Requerimento do Senador Romero Jucá, nós vamos colocá-lo em--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O Requerimento é verbal, estou fazendo agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ah, é verbal?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É verbal. Estou fazendo o recurso... Estou fazendo o recurso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não pode ser verbal--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Por que não pode ser verbal?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não pode. Não, não, não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. terá que formalizar o recurso, Sr. Senador. E nós vamos colocar em discussão na próxima Sessão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas que--

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem que ser por escrito, o que é isso? É truculência, estão querendo aqui é AI-5. É AI-5.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Delcídio Amaral, asseguro a palavra a V.Exa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, eu primeiro gostaria de... Eu primeiro, gostaria de... Eu primeiro, gostaria de registrar... Está difícil, viu, Presidente, falar.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ou asseguramos a palavra ao Senador Delcídio Amaral ou eu vou encerrar imediatamente a Sessão. Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senhor Presidente, primeiro, quero deixar muito claro e, como eu historiei aqui, e aqui fui... Passei por vários Presidentes, entre eles, o Senador Heráclito Fortes, eu não coloquei, em nenhum momento, qualquer dúvida, inclusive, sobre a gestão de V.Exa., e, inclusive, eu o acompanhando como Vice-presidente, as atividades que foram desenvolvidas aqui na Comissão de Infra-Estrutura, sempre focada... Senhor Presidente, não dá, está difícil, viu?

[soa a campainha].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tem gente que fala muito e, quando os outros vão falar, eles também não deixam.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu asseguro a palavra a V. Exa., Senador Delcídio Amaral, advertindo que, mais uma vez, se essa Comissão tiver que interromper mais uma vez, eu vou encerrar imediatamente a Sessão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, senhor Presidente, nunca foi colocado em xeque essa questão, muito pelo contrário, essa Comissão de Infra-Estrutura tem prestado um serviço ao país, de extrema relevância. E aqui não há dúvida nenhuma com relação, não só à base do Governo, mas à oposição, do desafio que é a infra-estrutura; o PAC foi criado principalmente para atacar essa questão da infra-estrutura, como foi citado aqui: energia, estrada, ferrovia, portos... Algumas questões que foram aqui colocadas, eu mesmo acompanhei isso muito de perto, Senador Flexa citou as eclusas de Tucuruí. As eclusas de Tucuruí, Senador Flexa, isso aí foi feito na época em que eu era o regional lá no Pará e que cuidava de todo o suprimento de energia naquela região. Então, é um assunto que vem se arrastando há muito tempo, e é importante registrar, quer dizer, não é um problema de agora, esse é um problema já de muitos e muitos... Aliás, V.Exa. conheceu o Senador Gabriel Hermes. Eu cheguei a debater com o Senador Gabriel Hermes, há décadas atrás, as eclusas de Tucuruí. E, realmente, esses temas são importantes e há um esforço do Governo no sentido de buscar soluções, principalmente para garantir a eficiência no escoamento daquilo que nós produzimos.

Portanto, essa é a Comissão adequada para fazer esse debate. Eu quero destacar que, infelizmente, e hoje eu quero fazer esse registro, e eu procuro sempre me

colocar de uma maneira sensata em tudo aquilo que faço, e não coloco emoção nas coisas, principalmente quando são coisas sérias como essas que são debatidas aqui, mas hoje eu acho, senhor Presidente, com... V.Exa. é um homem experiente, já passou pela Câmara dos Deputados, fez um excelente Governo em Goiás, agora honra o seu povo aqui no Senado Federal, mas levantar uma questão de Cartões Corporativos aqui na Comissão de Infra-Estrutura é uma coisa absolutamente insensata. Ela não tem nenhuma lógica, em função do que o Regimento determina e em função do que nós debatemos na Comissão de Infra-Estrutura. Então, não há, e eu entendo perfeitamente a posição do Senador Romero, não há nenhuma questão ligada a qualquer tipo de cerceamento da participação dos Parlamentares nos grandes debates, naqueles trabalhos que são aqui desenvolvidos, com competência, sob a direção de V.Exa., mas, trazer Cartão Corporativo para a Comissão de Infra-Estrutura... E o pior... E o pior, que eu acho, e que nós estamos exagerando, eu tenho até me omitido, eu não tenho nem entrado em muitos debates no Senado porque eu acho que nós estamos... As coisas não caminham bem dentro do Senado Federal. Ontem, eu assisti a uma das Sessões mais patéticas do Senado Federal, ao longo desses cinco anos de mandato que eu tenho, envolvendo a Ministra Dilma, que eu conheço a Ministra Dilma há muitos anos, tenho absoluta convicção que jamais faria qualquer tipo de dossiê ou cometeria uma irresponsabilidade nesse nível; é uma pessoa digna, decente, honesta, competente e que está fazendo um grande esforço, não só pelo Governo do Presidente, o Governo do Presidente Lula dê certo, como está dando certo, mas também para o Brasil. Ontem, eu vi, inclusive, em função desse debate, desse dossiê, a exposição de D. Ruth, que é uma mulher digna também, uma mulher decente, que honrou esse país como primeira dama. Nós temos que tomar cuidado, nós estamos levando isso às raias de uma insensatez, que nós estamos expondo pessoas decentes e dignas e que começaram a ficar na boca do povo de uma hora para a outra porque nós não encontramos o nosso oriente, a despeito, inclusive, daquilo que foi aqui colocado, das Medidas Provisórias, que eu acho que... E o Congresso está olhando isso com atenção para tomar as medidas cabíveis e também não é nesse Governo que Medida Provisória foi editada em profusão, eu acho que esse é um papel importante do Legislativo, legislar, fazer os grandes debates, mas eu quero deixar aqui o alerta: Nós estamos em função de uma marcha da insensatez, envolvendo pessoas dignas e decentes, que estão vendo seus nomes na televisão, nos jornais e pessoas que não merecem esse tipo de tratamento, por melhor que venham a ser os objetivos

nesse debate que eu tenho acompanhado e tenho, tristemente, entendido como um debate que não vai agregar e acrescentar nada.

Nós temos uma CPI que está funcionando, que deveria propor, sim, sugestões, melhorar os Cartões Corporativos, a maneira, a forma de distribuir, os limites. Eu entendo que o Cartão Corporativo foi um grande avanço e não começou nesse Governo, começou em 2001, mas eu acho que nós estamos perdendo o foco desse debate aqui, inclusive, envolvendo pessoas que, lamentavelmente, não podiam estar nos jornais porque é uma grande injustiça em função do embate político aqui.

E, para terminar, senhor Presidente, acho e volto a registrar o trabalho competente desenvolvido sob o comando de V.Exa., mas hoje, essa decisão com relação aos Cartões Corporativos, com todo o respeito que eu tenho a V.Exa. e por todo o trabalho que V.Exa. tem feito, é absolutamente anti-regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, essa Presidência acolhe a manifestação de V.Exa., não sem antes informá-lo de que a apresentação de um Requerimento é algo individual e um direito dos Senadores.

Na qualidade de Senador, e não apenas como Presidente dessa Comissão, eu tomei a iniciativa de apresentar um Requerimento. Esse Requerimento foi discutido, debatido e aprovado nessa Comissão. Não se trata de ato de truculência, de ato arbitrário, mas de um ato democrático e regimental, constitucional.

Esse Requerimento foi apresentado porque, como membro da CPI dos Cartões Corporativos, já me cansei de propor Requerimentos e vê-los todos rejeitados. Essa Casa não está tendo condições de debater esse assunto com quem deve ser debatido. Por essa razão é que, como Senador e não apenas como Presidente, apresentei o Requerimento, coloquei-o à deliberação, ele foi aprovado, depois, para evitar que houvesse qualquer tipo de desvirtuamento do debate que será realizado em função... Em face do Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, eu próprio tomei a iniciativa de propor um outro Requerimento, que foi submetido a este Plenário, de retirada do Requerimento. Foi aprovado. O Requerimento está retirado.

Agora, eu não posso aqui, essa Presidência não quer e não vai fazer, é censurar os membros do Senado Federal que, certamente, estarão aqui em peso para debater com a Sra. Ministra Dilma Rousseff, os dois assuntos para os quais ela foi convocada, em Requerimentos distintos, e aprovados pelo Plenário dessa Comissão.

Portanto, essa Presidência não extrapolou em nada. Talvez, eu possa ter me extrapolado no Reque-

rimiento individual que foi submetido a debate. Infelizmente, os Senadores da base não estavam aqui para debatê-lo, porque ele poderia ter sido rejeitado, já que, na ótica de V.Exa., ele extrapola as funções dessa Comissão. Mas o objetivo dessa Presidência e desse Senador era exatamente de propiciar o debate de um assunto, que não é pouco relevante; é um assunto muito relevante, que é a questão da transparência dos gastos públicos.

Eu concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que ele possa, mais uma vez, fazer uso da palavra, depois o Senador Heráclito e, por fim, Senador César--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu quero apenas pedir um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concedido, com muita honra, o aparte ao Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

V. Exa. tem absoluta razão. Agora, cabe à base do Governo vir para cá no dia e, quando o tema fugir à convocação, levantar uma questão de ordem e dizer: “Infelizmente, não é o objeto da convocação”. Esse pessoal sabe disso, está velho de saber. Então, uns fazem charminho porque querem cumprir o dever de casa, outros, porque querem fazer a média antecipada com a Ministra Dilma Rousseff. O lançamento precipitado da Ministra como candidata à Presidência da República é que está gerando tudo isso. Deixou-se... Mudou-se a figura da Ministra, que era uma grande centralizadora dessas obras, para ser uma candidata à Presidência da República, lançada dentro dessa Casa. Agora temos que, infelizmente, arcar com esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Você quer pedir um aparte? Eu concedo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, apenas..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, peça o aparte.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Concede o aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concedo o aparte a V.Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para deixar claro.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de pedir ao Senador Flexa Ribeiro que inicie a sua exposição e depois

conceda, caso solicitado, ao Senador Romero Jucá. É impossível que um Senador conceda aparte sem iniciar a sua... O seu discurso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não vou discursar não. Eu vou contraditar o que o nobre Senador Romero Jucá disse há pouco. Ele levantou... Ele insinuou que esta Comissão, e eu até pediria que V.Exa. retirasse ou esclarecesse a insinuação de que esta Comissão, ao apresentar o Requerimento, tinha outros objetivos, que não discutir o PAC. Mal sabia ele, e agora ele já sabe, porque eu já o informei, que Requerimentos para discutir obras do PAC, no caso de Belo Monte, foram aprovados por convite à Ministra, em fevereiro de 2007. Então, V.Exa. não pode vir aqui agora, a serviço do Governo, querer distorcer os Requerimentos que foram aqui apresentados. Eu não vou aceitar isso em hipótese nenhuma.

E mais, e mais... V.Exa. pode dar um pouco de atenção? E mais... V.Exa. orientou, sim, a base do Governo para não dar *quorum* nesta Sessão. Eu queria até que V.Exa. confirmasse se houve esta orientação ou não? Eu queria que V.Exa. confirmasse se houve orientação para que a base do Governo não permitisse a instalação desta Sessão, não dando *quorum* para que ela pudesse ser aberta. É uma coisa.

E mais... E vou concluir, voltando ao documento que entreguei a V.Exa., que não é do blog do competente jornalista Josias de Souza, ele apenas reproduz o que o TCU falou. E ele faz o seguinte comentário, nesse mesmo artigo, ele faz o seguinte comentário... “Depois...” Isso já diz o jornalista: “Depois da solenidade do Planalto”, solenidade esta para esclarecer ao Senador Jucá que ele deveria estar presente lá... Para... Presidente, eu gostaria de ter a minha... Presidente Marconi, eu gostaria que V.Exa. pedisse para o Senador Jucá prestar um pouquinho de atenção, que depois ele vai dizer que não sabia, não viu--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá, V.Exa. como líder atento a todas as questões, a todos os fatos, e um líder, inclusive, muito experiente e, às vezes, até extremamente, extremamente ágil, na Sessão da TV Pública, V.Exa. tomou a iniciativa de retirar uma Medida Provisória. Isso causou protestos. Portanto, V.Exa. tem... Não pode querer que o mesmo procedimento não seja utilizado, às vezes, por integrantes da Comissão. V.Exa. poderia, portanto, ouvir o Senador Flexa Ribeiro, que tem importantes colocações a fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já fiz isso várias vezes, eu quero, mais uma vez, parabenizar o Presidente Lula por escolher o Senador Romero Jucá como seu líder, que é um líder inteligente, com argúcia, para poder conduzir aqui as propostas em

defesa do Governo. Ele tem todas as competências e qualidades para isso. Mas gostaria só da sua atenção porque eu fiz a leitura de alguns trechos do artigo do jornalista. Mas queria só registrar o que, para que V.Exa. fique consciente de que as obras do PAC, como é que estão sendo reconhecidas pela sociedade. “Depois da solenidade do Planalto, que se comemorou um ano do lançamento do PAC”, que nada mais é e V.Exa. sabe disso, porque era líder do Fernando Henrique, nada mais é do que o “Avança Brasil” requentado. “Depois da solenidade do Planalto, Lula pôs o pé na estrada, com Dilma a tiracolo, monta ‘PA comícios’”(F), Senador Heráclito, PA comícios’, “até para assinar ‘ordem de execuções de obras’ ainda inexistentes”.

Então, são esses “PA comícios” que a gente quer aqui discutir também. Porque, se as obras estão no cronograma correto, Belo Monte já devia ter iniciado, as eclusas, que nos preocupam, Senador Delcídio Amaral, que já se retirou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, está ali.

[risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, desculpe... É que eu olhei para minha esquerda, V.Exa. foi rápido, está à frente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

[pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sei que é o vice-Presidente, está na posição que lhe é—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que V.Exa. sabe que nós estamos correndo novamente o risco de não concluir as obras, e eu quero aplaudir o Presidente Lula, não lá, presente na inauguração, eu quero aplaudir, da tribuna do Senado, a conclusão das eclusas de Tucuruí, que é realmente uma obra, há mais de 20 anos, esperada pelo Estado do Pará. Mas, concluindo, senhor Presidente, concluindo, eu gostaria de parabenizar V.Exa. Olha, eu, ao longo desses anos todos, e já se vão quase quatro anos, eu nunca tinha visto uma sessão da Comissão de Infra-Estrutura, mesmo na Presidência do competente Senador Heráclito Fortes e na Presidência de V.Exa., tão concorrida pela base do Governo.

Eu acho que V.Exa. hoje merece os parabéns de todos nós porque nós conseguimos trazer para a Comissão competente, de discussão dos Projetos de infra-estrutura, a base do Governo, que é sempre ausente da Comissão, sempre ausente.

Então, quero parabenizar o Senador Romero Jucá, Senador Delcídio Amaral, Senadora Serys, Senadora Ideli, que chegou agora, por último, mas todos

os Senadores da base do Governo, Senador Wellington, Senador... João Ribeiro, Senador Mercadante. Então, eu quero parabenizar a todos, todos, Gim Argello, todos que estão enriquecendo o debate de uma questão que é fundamental para as futuras gerações nossas, que é a infra-estrutura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, a Senadora Serys Silhessarenko.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senhor Presidente, só pela ordem, só para—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só para registrar, o Senador Flexa, um obcecado por eclusas, que nós, inclusive, estamos priorizando aqui, ontem, inclusive, foi encaminhado aqui à Comissão de Infra-Estrutura, ao Senador Marconi Perillo, um Projeto, que eu sou Relator, um projeto do Senador Eliseu Resende, que definitivamente, através de uma Legislação compatível com a importância das eclusas, vai evitar Senador Flexa, que nós... Que V.Exa. reclame tanto das eclusas aqui, pela não realização das eclusas, que agora nós vamos acoplar os Projetos de hidroeletricidade aos Projetos das eclusas, de tal maneira a fazer tudo conjuntamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Graças a Deus.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de passar a palavra à Senadora Serys... O Sr. está pedindo pela ordem, Senador?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só para responder ao Senador Flexa, rapidamente—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador líder do Governo, Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Primeiro, senhor Presidente, nós queríamos ter evitado esse debate nesse nível, nesse tipo de encaminhamento. Eu acho que não engrandece o Senado. E é por isso que nós pedimos, nós pedimos que a base do Governo não estivesse aqui hoje, para não gerar esse tipo de tentativa de Requerimento. Tentativa de Requerimento.

A gente, infelizmente, como a oposição está buscando algum caminho, a gente desconfiava que não esperava que fosse aqui, sinceramente. Mas, poderia, poderia, ainda durante a Sessão, pedir a revisão desse

Requerimento. Poderia pedir. Nós temos maioria aqui hoje para aprovar. Poderia pedir a revisão na Sessão. Mas o Governo, o Governo não teme discutir o PAC. O Governo quer discutir o PAC. O Governo quer discutir o PAC.

Quero deixar claro o seguinte. O Requerimento sobre cartões foi retirado por V.Exa. Foi retirado—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E aprovação foi... Foi aprovada pelo Plenário.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A Ministra Dilma, a Ministra Dilma, a Ministra Dilma já foi convidada outras vezes aqui e, em algum momento, deverá vir, deve vir à Comissão de Infra-Estrutura discutir o PAC. Agora, nós vamos discutir o PAC. Nós vamos discutir o PAC. Nós vamos combinar isso, dentro de um entendimento, porque nada obsta, nada obsta, quero deixar aqui registrado, nada obsta que nessa Sessão ou na próxima Sessão, eu possa aqui apresentar um Requerimento, transformando a convocação em convite. Posso fazer isso, posso fazer isso agora ou depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É regimental.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É regimental. Não quero. Pode, pode, pode, pode, claro que pode. Não quero, e a intenção nossa foi essa, não quero tencionar. Não quero tencionar. Eu acho que isso não ajuda a Casa, não ajuda o processo, não contribui para nada.

Então, a Ministra Dilma tem 30 dias. A Ministra Dilma tem 30 dias para vir discutir aqui o PAC, se for convocação. Nós vamos analisar o comportamento da oposição, o tipo de encaminhamento que vai se dar a isso. Eu estou falando sério.

[risos].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E, se for com exploração política, nós vamos transformar em convite. Vamos fazer valer a força da maioria. Vamos fazer valer a força da maioria. Agora, eu quero deixar claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Ministra Dilma já está oficiada por e-mail.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim, tudo bem. Mas isso muda, o Requerimento muda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aqui na Presidência, o senhor não vai mandar. O senhor pode mandar na Presidência da República, aqui não. Nessa Presidência, V.Exa. não vai mandar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O Requerimento muda. O Requerimento muda. Agora...

Agora isso eu quero que fique claro, que a discussão dessa Comissão é em obras do PAC, que isso fique claro. E que o Requerimento que se tentou... Se aprovou aqui, para convocar a Ministra para falar sobre Cartão Corporativo, foi retirado porque é impróprio, porque é impróprio, porque não é regimental e não é atribuição dessa Comissão. Só isso.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá, o senhor se lembra daquela célebre frase do Garrincha? “O senhor já combinou isso com os russos?”

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Combino com a maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. é quem faz aqui a Pauta, senhor Senador?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A maioria é a maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero saber se V.Exa. que convoca as Reuniões ou que faz a Pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, mas eu posso aprovar o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só se for no Plenário; aqui, vai ser difícil. Por favor, Senadora Serys.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só a oposição que pode apresentar requerimentos aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Cabe a mim marcar ou não as reuniões.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Certo, tudo bem.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora—
[falas sobrepostas].

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria... Eu gostaria de poder falar. Eu estou com a palavra... Eu estou com a palavra. Presidente—
[falas sobrepostas].

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, a Senadora Serys. Depois, o Senador Wellington Salgado, que nos honra com a sua presença, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senhor Presidente, Srs. Senadores—

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou passar a palavra—

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Só para pedir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, ilustre Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Olha, eu só queria solicitar que eu acho que nós não podemos transformar essa Comissão numa bagunça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há essa possibilidade. V.Exa. não estava aqui porque a base não veio--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PSDB-AL): Presidente, eu não estou falando a respeito de V.Exa., se tiver paciência de me ouvir um minuto, vocês vão entender--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra a V.Exa.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PSDB-AL): Nós não podemos transformar essa Comissão numa bagunça de discussão, sem aquele que está com a palavra ser respeitado. E, portanto, eu solicito a questão de ordem nesse sentido, senhor Presidente, não no sentido do que foi aprovado ou do que deixou de ser aprovado, a forma da condução dos trabalhos, que é de V.Exa., por isso que eu estou fazendo essa questão de ordem. Então, é um apelo que eu faço aos companheiros dessa Comissão, que não fica bem para a gente, nós não podemos levar o debate para esse lado, para o debate paralelo, a briga paralela. Então, é que se respeite o orador que está com a palavra, que deixem a Senadora Serys e cada um que peça a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A questão de ordem de V.Exa. será levada na mais alta consideração e será acatada.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra assegurada, a Senadora Serys.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de começar, senhor Presidente, falando... Falando do seu bom senso em ter retirado o Requerimento. Realmente, o cumprimento foi muito importante. Eu diria que foi muito importante. Porque essa história de Cartão Corporativo está lá na CPI, estão me chamando lá agora, está a maior discussão, faz horas, é um problema para lá, aqui o problema é para discutir infra-estrutura, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu requerimentei(F).

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

E, exatamente... Mas eu estou confirmando, reafirmando o que o senhor disse, quando o senhor disse que esta... Que quer realmente a Ministra Dilma aqui para discutir infra-estrutura, Belo Monte, PAC e tudo mais. É para isso que ela virá aqui. É para isto, restrito a isso. Cartão Corporativo é lá. Nada da gente querer puxar para cá e transformar numa questão política. Que Medo de Dilma Rousseff, para quê? É mãe do PAC, mãe do Bolsa-Família, mãe do “Luz para todos” etc. e tal, esse não é o problemas. Aqui ninguém está querendo fazer média com a Ministra não; é que uma Ministra que a gente conhece e, como conhece, que tem a história de Dilma Rousseff, que tem o compromisso com as propostas grandes do nosso Governo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Sra. conhece a Ministra desde quando?

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Uma mulher da envergadura de Dilma Rousseff, estão com medo dela por quê? Deixa a mulher trabalhar, Senador, deixa a mulher trabalhar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Sra. conhece a Ministra desde quando? Pode esclarecer?

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não dá para continuar nessa história de transformar essa questão numa questão política. Se não tem pauta política, vamos arranjar uma pauta política séria, não ficar inventando coisas. Seria a mesma coisa aqui, eu acharia extremamente injusto, tão injusto quanto convocar Dilma Rousseff, chegar e dizer: “Vamos convocar a D. Ruth Cardoso”, é o mundo dos absurdos, não tem nada a ver, não tem nada a ver. Dilma Rousseff está trabalhando, muito, muito mesmo, pela grandeza deste país e chega de a gente ficar atrapalhando. Chame aqui para discutir Belo Monte, para discutir todos os aspectos do PAC, realmente as questões profundas de infra-estrutura nesse país são importantíssimas. E ponto final. A questão política dos Cartões Corporativos é lá, lá na CPI, nada de trazer aqui para dentro não--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Sra. me permite um aparte, Senadora Serys? [soa a campainha].

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu estou preocupada aqui, sim, Senador. Aqui sim— [soa a campainha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Sra. me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Conclua, Senadora, conclua.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): --Aqui sim, preocupada com toda a postura, preocupada, no bom sentido, com a postura que o senhor

vem tendo. O senhor foi extremamente, teve um bom senso muito significativo ao retirar realmente o seu Requerimento. Meus parabéns e, realmente, infraestrutura—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Me permite um aparte, Senadora Serys?

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): --É para discutir infra-estrutura, não para ficar fazendo política, para tentar desgastar uma Ministra que estão com medo, decerto, de ela, em 2010... Não é possível ser outra coisa para estarem tão fissurados, tão desesperadamente para trazer Dilma Rousseff, para tudo que é Comissão, para tudo que é CPI etc. e tal.

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Me permite um aparte, Senadora?

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Exa. Senadora Serys, V.Exa. fique absolutamente tranqüila porque, se há, no Brasil, uma oposição responsável, é essa oposição do Senado.

Eu quero lembrar a V.Exa. que, quando o seu partido quis fritar numa frigideira de cozimento rápido o Ministro Palocci, os seus companheiros lhe retiraram o apoio, foi a oposição que pagou mais tarde um preço alto que, com muita responsabilidade, chamou o Ministro para um diálogo. Senador Delcídio está aí e lembra-se muito bem desse fato; poucos ficaram com o Ministro Palocci. O Ministro Palocci caiu pelas capilossadas noturnas, não pela sua eficiência como Ministro. V.Exa. lembra-se desse episódio? Que seus companheiros fugiram do Palocci, deixaram o Palocci lazarento, abandonado, e foi a oposição brasileira que, de maneira responsável, fez isso.

Esse episódio se repete porque quem precipitou a exposição da Ministra Dilma foi a base do Governo, quando a lançou candidata a Presidente, de maneira desesperada.

Agora, vou dizer a Sra. uma coisa, com toda a tranqüilidade, eu tenho muito medo de que, numa crise, a Ministra seja substituída, porque será substituída por um alopado. Ela, pelo menos, não tem essa característica, ou, se tem, não demonstrou até agora.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Então deixe ela trabalhar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Daí porque eu perguntei a V. Exa. desde quando a conhecia, se foi conhecimento de Governo, V.Exa. é gaúcha, ela também, se foi do Rio Grande do Sul, de onde foi, porque é um depoimento importante, sendo uma pessoa séria como V.Exa. é, querendo saber desde quando vem esse conhecimento porque isso tudo é

bom para o país, um depoimento seu, apenas dizendo que a conhecia. O que ela está de amigo e de tropa de choque, de alopado, defendendo-a, e só a conhece depois que ela assumiu a Casa Civil, não se conta, não é, Senador Romero? V.Exa. foi amigo de infância da Ministra? Jogaram bola de gude juntos? Não.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, o que tem de amigo aí.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não estou aqui de tropa de choque não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não estou falando de V. Exa. V.Exa. é líder.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não existe. Não existe, pára.

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa é líder. Estou falando dos amigos, das amizades que ela adquiriu recentemente. De forma que V.Exa. fique absolutamente tranqüila, nós queremos que a Ministra exerça sua função com discrição, com sobriedade, como sempre fez, antes ela do que um alopado, e sabe V.Exa. que o Palácio está cheio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senadora Serys, por favor.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para concluir, eu gostaria de dizer que eu espero, confio e acredito na responsabilidade da oposição no trato com uma questão tão importante como essa; o Brasil inteiro está de olho no Senado da República.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senadora?

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nós estamos, felizmente, no PAC, em termos de Executivo. Nós estamos, felizmente, vendo, como vimos há poucos dias, essa semana, o Presidente Garibaldi lendo, em Plenário, o resultado de uma pesquisa de que está sendo resgatada a credibilidade do Senado da República. Isso é extremamente importante. E, para resgatar a responsabilidade do Senado da República, precisamos discutir aquilo que é importante para a maioria do povo, e o que é importante para a maioria do povo, com certeza, são muitos dos programas que tem à frente a Ministra Dilma Rousseff, e eu não tenho nenhuma dúvida disso—

[soa a campanha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Serys--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O aparte foi concedido, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas eu preciso concluir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só perguntar à Senadora Serys, que ela está solidária ao meu Requerimento, e eu só queria perguntar à Senadora Serys... A Senadora... A Ministra Dilma Rousseff foi convidada por esta Comissão dia 07 de fevereiro de 2007, dia 08 de fevereiro de 2007, para vir aqui discutir o PAC, Belo Monte, convidada, até hoje não veio. Então, traga-a, por favor.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Encerrei minha participação, senhor Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dizer que o Congresso, se o Senado, especialmente, está recuperando sua credibilidade, esta Comissão tem sido muito importante no resgate dessa credibilidade e V.Exa. é testemunha disso.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com certeza, eu quero reforçar, eu disse nesse sentido, se houve uma interpretação equivocada, por favor, eu disse nesse sentido, nós estamos resgatando e o trabalho das Comissões está sendo fundamental para isso, especialmente desta aqui, não tenha dúvida disso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado. Com a palavra, o Senador Wellington Salgado, como último orador inscrito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhor Presidente, Srs. Senadores, eu queria dizer o seguinte, eu estava caminhando para essa Comissão, encontrei com um colega Senador e que falou para mim: “Não, não vai lá não, que não vai dar *quorum*, não vai ter nada”. Da oposição, da oposição. E eu confiei nesse amigo e não vim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ontem mesmo convidei V.Exa. para estar aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Convidou, eu estava vindo pelo convite de V.Exa. Então, encontrei um amigo da oposição, que falou: “Não, não vai ter nada, não vai dar *quorum*, não precisa ir lá”, e isso normalmente acontece entre companheiros de Senado, quando sabem que tem uma informação privilegiada.

Agora, senhor Presidente, eu estou muito preocupado é quando, numa procura, numa luta ideológica, partidária, começa a se procurar, não V.Exa., mas os membros onde uma Comissão exista maioria, que seja de oposição, usar essa Comissão que, na verdade, é uma representação do Plenário, para tentar praticar atos contra o Governo. Isso seria também,

me dar o direito, como Presidente da Comissão de Comunicação, procurar, de alguma maneira, voltar às privatizações das telecomunicações para saber o que aconteceu lá... Como foi feito, como foi privatizado, os empréstimos, tudo isso. Daí me daria direito também, de alguma maneira, na Comissão de Comunicação, algum Senador apresentar um Requerimento que desse o direito a isso tudo.

Então, eu quero dizer o seguinte: Ou nós vamos nos organizar, vamos exercer o direito que o Regimento nos dá, ou, então, o próprio Senado vai sair perdendo nessa-

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa. me dá um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. adora fazer aparte quando eu estou falando e, pela nossa amizade, eu cedo até a minha vez, como cedi, ontem, no Plenário, por um minuto, e V.Exa. falou cinco—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero agradecer a V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas, mais uma vez, com esse seu olhar sedutor, V.Exa. consegue que eu dê um aparte a V.Exa. para me atacar.
[risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu vou dar aparte a V.Exa., e com a inteligência que V.Exa. tem, vou ter que rebater o aparte. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu só esperava que, diante dessa sua tentativa de conquista, que a careca do nosso Senador Flexa Ribeiro não atrapalhasse seu horizonte, para que V.Exa. pudesse me olhar. Mas, satisfeito está com o visual, então, eu queria dizer a V. Exa. que eu estou lhe apartando para lhe parabenizar; acabo de receber um telefonema aqui, naturalmente de uma fã sua, que me disse o seguinte: “Vocês estão botando a base do Governo para trabalhar”. O Senador Wellington estava agora mesmo na CPI dos Cartões, cumprindo esse mesmo papel que cumpre agora nessa Comissão, agorinha mesmo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual é o meu papel?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Defender o Governo, com o brilhantismo que o faz sempre.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu sei, é duro para V.Exa. disputar voto em 12%, são só os que não gostam do Governo Lula. Fica toda a oposição brigando por 12%. Isso é muito difícil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Vamos deixar os 12% ser feliz. Porque, pelo menos, esses 12% fazem isso com a consciência tranqüila, não precisam defender Mensalão, não precisam defender Cartão Corporativo, não precisam defender uma série de coisas, nem blindar Ministro--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. viu o blog do Noblat ontem? O que estava lá na lista que vai aparecer? Não dá para defender aquilo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Ministros que não precisam de bloqueio, então, monta-se aí uma tropa de choque fantástica. Daí porque eu perguntei a alguns companheiros desde quando conhecem a Ministra. Eu acho que vocês estão prejudicando a imagem da Ministra Dilma com esse excesso de proteção e zelo. Se é verdade o lançamento feito pela líder do PT, que ela está se preparando para ser candidata em 2010, e já foi lançada agora, ela tem que se submeter a essa maratona. Afinal de contas—

[soa a campanha].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Heráclito, eu não sei aonde eu escutei essa frase, mas “pode tirar o cavaleiro da chuva”, não vai ganhar a próxima.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi mamãe que lhe disse, eu tenho certeza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi o sogro de V.Exa. Eu tenho uma mãe boa e V.Exa. tem um sogro muito bom. Eu tenho uma mãe boa e V. Exa. tem um sogro e os cunhados muito bons também. Somos duas pessoas de sorte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não vá querer fazer a fusão dos dois, que não dá certo.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não dá certo. Vamos deixar cada um na sua. Não vai dar certo. Não vai dar certo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, deixe a minha mãe quieta, que eu deixo seu sogro quieto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não vai dar certo.

[soa campanha].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que somos queridos pelos dois.

[soa campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. Exatamente. Bom, mas deixando de lado meu sogro e deixando a sua mãe de lado, V.Exa. tem que enten-

der que estão colocando... Estão expondo a Ministra. Poupe a Ministra, deixe a Ministra trabalhar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Heráclito, V. Exa. roda, bate, assopra e elogia, deixa sempre um canal aberto na Casa Civil para ir lá. V.Exa. é um gênio, tem sempre uma porta aberta para falar com a Ministra Dilma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sou um bobo que não vou.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. é um grande político, um dos maiores do país. Eu tenho certeza disso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tenho uma admiração muito grande pela Ministra Dilma—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei que tem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --E podia até freqüentá-la, pessoal, mas sei separar as coisas, até se quisesse ir à Casa Civil, ela me receberia—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tranqüilamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora, não vou por coerência, não vou por princípios, certo? E quero lhe dizer que não prático na política o fisiologismo; não tenho pedido nas esplanadas, não tenho interesses. A única coisa que eu tenho na vida é um mandato. A única coisa--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não fala isso não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que eu tenho mais do que um mandato?

[soa a campanha].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não sei, mas V. Exa., na minha opinião, tem muitas coisas. É que eu imagino, eu não tenho provas.

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por exemplo?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington, conclua.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. é um homem feliz, um homem de bem, tem amigos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa... Espera aí, V.Exa. está querendo dizer que porque eu sou casado com uma mulher de posses—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu não falei isso. Falei que V.Exa. é um homem feliz.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Respeite. Não, não, não, não. Respeite. Espera aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não falei isso.

[soa a campanha].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem, senhor Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu fiz separação universal de bens--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, Senador Heráclito Forte e Senador Wellington, eu encerro a presente Sessão, convocando outra em caráter extraordinário para a próxima semana. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h04.

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES****PERMANENTES****COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 7ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 10 de abril de 2008, às 10 horas, no plenário da Comissão.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dez de abril de dois mil e oito, no Plenário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência, interina, do Senador FLEXA RIBEIRO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Francisco Dornelles, Eliseu Resende, João Tenório, Marconi Perillo, Fátima Cleide, João Ribeiro, Renato Casagrande, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência faz a leitura dos seguintes expedientes: Ofício datado de 08 de março de 2008, do Senhor Luiz Gonzaga Rossi Filho, da Associação Nacional das Empresas Permissionárias de Portos Secos – ANPS, informando que, lamentavelmente, o Senhor Marcelo de Paula, Presidente do Órgão, não poderá comparecer à audiência pública. Ofício datado de 10 de março de 2008, do Senhor José Roberto Sampaio Campos, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA, lamentando não poder comparecer à audiência pública e solicitando seja substituído pelo Senhor César Augusto Guimarães Pereira, da PUC/SP. A presente reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, em atendimento ao

Requerimento nº 12, de 2008-CI, de autoria do Senador João Tenório, com a finalidade de **instruir**, para posterior apreciação, o **Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006** (modifica a legislação aduaneira), com a presença dos seguintes convidados: Senhora Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil; Senhora Lytha Battiston Spindola, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; Senhor José Roberto Sampaio Campos, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; Senhor Marcelo de Paulo, Diretor-Presidente da Associação Nacional das Empresas Permissionárias de Portos Secos – ANPS; Senhor Albino Tramujas, Presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros – ABCLIA e Senhor Sérgio Aquino, Secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos. Ato contínuo, assume a Presidência, interinamente, o Senador João Tenório. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à mesa dos trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Senador João Tenório, autor do requerimento e relator do projeto, usa da palavra para justificar seu requerimento. A Presidência concede a palavra à senhora Clecy Maria Busato Lionço, para suas considerações iniciais e, posteriormente, aos demais expositores. Fez uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para interpelar os convidados, o Senador João Tenório. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Flexa Ribeiro

Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,

REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os senhores senadores e senhoras senado-

ras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Há expediente a ser lido. Informamos que o nosso Presidente. Expediente encaminhado pela Associação Nacional das Empresas Permissionárias de Portos Secos. Informamos que nosso Presidente, Marcelo de Paula, sente-se honrado com o convite para participar de audiência pública que ocorrerá nesta data às 10 horas, no plenário n. 13, da ala Alexandre, Senador Alexandre Costa. Entretanto, devido a motivo de força maior e de ordem pessoal, não poderá comparecer à audiência. Aproveitamos o ensejo para manifestar nossa consideração e apressado por V.Ex^a. Atenciosamente, Luiz Gonzaga Rossi Filho.

“Cumprimentando cordialmente, venho por meio desta, por motivo de força maior, solicitar a V. Ex^a a gentileza de substituir-me como convidado para audiência pública destinada a instruir o projeto que dispõe sobre os portos secos a ser realizado no dia 10 do corrente, nesta Comissão, pelo Dr. César Augusto Guimarães Pereira, mestre em Direito do Estado, Direito Tributário e Dr. em Direito do Estado, Direito Administrativo pela PUC-SP. Agradeço antecipadamente a atenção que V. Ex^{as} dispensaram ao assunto. Atenciosamente, José Roberto Sampaio Campos, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA.”

A presente reunião destina-se à instrução do PLS n. 327, de 2006; modifica a Legislação aduaneira em atendimento ao requerimento n. 12, de 2008, da Comissão de Infra-estrutura, de autoria do eminente Senador João Tenório. Peço ao nosso ilustre Senador João Tenório, autor do requerimento, que faça chegar à mesa, tomarem assento à mesa dos trabalhos os nossos convidados: Sra. Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil; Sra. Lytha Battiston Spindola, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; Dr. César Augusto Guimarães Pereira, representando o Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; Senhor Marcelo de Paulo, Diretor-Presidente da Associação Nacional das Empresas Permissionárias dos Portos Secos – ANPS; Senhor Albino Tramujas, Presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros – ABCLIA; Senhor Sérgio Aquino, Secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos. Eu, iniciando essa audiência pública, que destina-se à instrução do PLS 327, que modifica a legislação aduaneira, quero agradecer e saudar aos nossos convidados por terem atendido ao convite da Comissão de Infra-estrutura para discutirmos, por requerimento do Senador João Tenório, o PLS 327, que, como disse, modifica a legislação aduaneira. Nós passaremos a

palavra aos senhores convidados, que terão cada um 10 minutos para fazerem as suas exposições. Antes de passar a palavra aos expositores, concedo a palavra ao autor do requerimento desta audiência pública, nobre Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senhor Presidente, senhores e senhoras convidados que aqui comparecem para trazer informações absolutamente necessárias para que seja possível fazer um relatório consistente, nós estamos, vamos iniciar a discussão de um tema extremamente importante para o país, sobretudo no momento em que nós temos, de um lado, a comprovação clara das dificuldades de infra-estrutura que proporcionam o desenvolvimento ou não do país. De outro lado, há, claramente, pelos contatos que já tive, um entendimento, digamos assim, um tanto quanto assimétrico entre aqueles que fazem, que compõem a mesa, que representam as suas associações, no caso específico a Secretaria, a Receita Federal, no sentido de que entendem, de uma maneira um tanto quanto diferente, exatamente qual o procedimento, qual o modelo melhor para que esse sistema possa operar. E, evidentemente, cabe a essa Comissão, e tenho certeza que ela fará o possível, no sentido de conduzir, se não conciliarmos, entretanto, conduzir algumas reflexões no sentido de que possamos sair com a solução, sendo uma solução que contemple os interesses, evidentemente, dos entendimentos vários, mas, sobretudo, os interesses do país, que é o interesse no sentido de diminuir o seu custo Brasil, de um lado, e facilitar a movimentação internacional de comércio internacional, do outro.

Então, senhor Presidente, é um momento importante para essa Comissão, porque trata de um assunto realmente relevante e o que vai merecer de todos nós um empenho no sentido de conseguir algo que seja realmente importante para estes temas que é tão relevante para o país no momento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu não sou o proponente, mas eu queria só, também nesse início, só externar a minha opinião de que, na verdade, já há uma solicitação, que os critérios de instalação dos portos secos pudessem ser colocados aqui com mais clareza. Eu não tenho dúvida da importância do ponto de vista de desburocratização, o meu Estado de Minas Gerais se beneficiou bem da expansão dos portos secos. Agora, eu, outro dia, tive a informação de que a região do triângulo – Uberaba, Uberlândia – está sem porto seco no momento, tinha

um Porto seco autorizado, não sei o que aconteceu. Então, facilita muito o processo de exportação nós termos os portos secos funcionando bem. E essa é, pelo menos, a experiência de Juiz de Fora, Belo Horizonte, do Sul de Minas e de Varginha. Mas há a necessidade de mais, principalmente para os Estados que não têm portos, como o Estado de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azevedo e tenho certeza absoluta que as exposições dos nobres convidados vai ser da maior importância para que o Senador João Tenório possa fazer o seu relatório e trazer à apreciação da Comissão de Infra-estrutura. Esse instrumento é um instrumento da maior importância para o implemento das exportações brasileiras. Nós passamos, hoje, já, por uma fase, que eu diria, de apreensão, porque as exportações brasileiras estão em redução, e as importações, em ritmo de crescimento, o que nos leva, num futuro próximo, a haver uma inversão: ao invés de termos uma balança comercial superavitária, poderemos ter, ou teremos, uma balança comercial deficitária. Então, o instrumento dos portos secos ele é um instrumento que facilitará a burocracia para as empresas exportadoras. Vamos, então, informar aos senhores senadores que a lista de inscrição para os questionamentos aos nossos expositores já se encontra aberta.

Senador João Tenório, como autor do requerimento, será o primeiro a fazer os questionamentos.

Passo a palavra, com muita honra, à senhora Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil, para fazer as suas exposições. Dra. Clecy, V. S^a terá 10 minutos, e, se houver necessidade de maior tempo, ele poderá ser prorrogado.

SRA. CLECY MARIA BUSATO LIONÇO: Muito obrigada. Queria agradecer, em primeiro lugar, Sr. Presidente, à oportunidade, agradecer ao Senador João Tenório, relator do projeto que teve a feliz iniciativa, conveniente iniciativa de convocar esta audiência pública. Nós temos o enorme prazer de participar desse debate, justamente para que seja feita uma decisão por essa Casa, que certamente vai buscar os interesses do país, da melhor forma possível, com o maior equilíbrio possível, considerando o cenário de interesses, logicamente, que envolve essa questão.

O Projeto de Lei em discussão ele trata de várias matérias. Uma delas é a mudança do regime jurídico dos portos secos. Mas ela tem outras matérias, também. Inclui também a agregação de responsabilidades aos depositários, de novas regras de segurança para os recintos alfandegados em caráter geral, uma vez que a segurança, hoje, é uma palavra de ordem no interesse tanto nacional como do crescimento do

Comércio Internacional, que exige um incremento de segurança por várias razões, sejam econômicas, sejam físicas, de combate aos ilícitos ou até acirramento ou alguma insegurança com relação ao próprio terrorismo, e o financiamento que essa atividade criminosa pode ter junto ao Comércio Internacional. Então, segurança hoje é uma questão importante e ela está reforçada no contexto desse Projeto de Lei, no ambiente aduaneiro.

Outro capítulo final também trata de outras alterações da Legislação, que agregam também questões de segurança ao processo e também tratam de algumas questões relacionadas à facilitação de comércio. Como nós sabemos, Sr. Presidente, que o principal objeto de discussão e de discórdia ou de conflito de idéias se refere ao modelo de permissão, então, nós vamos ter um foco maior nessa questão. Nós estaremos à disposição também para esclarecer qualquer dúvida com relação às outras matérias.

O modelo atual, que vige no Brasil desde 1995, é um modelo de, vamos dizer, autorização para exploração de serviços, com base no regime de permissão ou concessão. Permissão, melhor dizendo, em geral, porque se trata de investimentos privados, então, é uma permissão do Governo. Na linha de que a lei estabeleceu que isso seria um serviço público, armazenagem, movimentação de mercadorias. Durante muitos anos, desde 95, mais de 10 anos, nós da Receita Federal temos a incumbência, então, de aplicar essa Legislação, buscando alocar esses recintos no território brasileiro, de acordo com a necessidade do mercado. E temos tido inúmeras dificuldades, que foram se agravando ao longo do tempo. Uma delas, e é a principal delas, eu diria, está voltada à dificuldade de adequar a Legislação relativa a concessões e permissões a este tipo de serviço, que ele não tem natureza de serviço público. Serviço de armazenagem e mercadoria e movimentação é típico de natureza privada, ou seja, qualquer pessoa, dentro do território nacional, pode fazer esse tipo de serviço, armazenagem e movimentação de mercadorias. E é somente este serviço que é prestado pelo operador. O serviço que seria caracterizado, que se caracteriza como serviço público, é o de controle e fiscalização aduaneiro, e este serviço não está sendo delegado; esse serviço permanece um serviço indelegável, que é feito pela fiscalização dos órgãos de Governo, no caso da Receita Federal, pela Secretaria do Ministério da Fazenda, pela Receita Federal, de acordo até com o comando constitucional, que diz que controle de comércio exterior tem que ser feito pelos órgãos fazendários. Então, nessa linha, é que há dificuldade.

Ao longo desses anos, inúmeras mudanças foram sendo procedidas no modelo de edital e de contratos, justamente para ajustar a peculiaridades da lei que não estavam contempladas e a dificuldade de contemplar. Então isso gerou, foram dezenas de alterações de modelo de edital, demandados pelo Tribunal de Contas, em geral, ou de iniciativa nossa mesmo, quando verificávamos que tinha algum problema, que geraram uma instabilidade jurídica, ou seja, a todo o momento há interrupção do processo para revisão dos modelos de edital, lançamento de novos editais, e, a cada novo modelo de edital, novas agregação de regras ou supressão de regras também todo um ambiente propício a contestações daqueles que já havia participado, que iriam participar desses novos procedimentos licitatórios. Então, nós sentimos isso, há inúmeras ações administrativas judiciais com o intuito de impedir, dificultar a conclusão dos processos licitatórios. Então, nós chegamos num momento que nós não conseguíamos mais licitações que ficavam durante sete, oito anos sendo demandadas. Uma das questões, por exemplo, é o local onde a Receita Federal, isto hoje é um poder discricionário da Secretaria da Receita Federal, de definir onde, em que Município, em que local vai abrir um porto seco.

Obviamente, existem estudos relacionados a uma potencial demanda, que eu depois gostaria de tratar um pouco dessa questão, e mas é evidente que nós fazemos o estudo da melhor forma possível, mas essa demanda é imensurável, ela não tem condições de ser mensurada, não é uma questão de capacidade da Receita, capacidade de qualquer um do Governo que quisesse tratar de fazer esses tipos de estudos. E nós precisamos, em sendo serviço público, cabe à União, primeiro, definir que há um usuário a ser atendido e qual é a demanda desses usuários nesse local, hoje por um período de 25 anos. Então, como o serviço de movimentação e armazenagem, dentro dessa atividade, não é obrigatório, ele não é compulsório aos usuários, ele é opcional, ou seja, hoje não há necessidade de armazenar, a carga pode, tão logo seja descarregada no porto, ser submetida a despacho aduaneiro, ser levada diretamente do seu estabelecimento. Há uma opção dos usuários em usar um recinto para armazenamento e guarda dessa mercadoria por um tempo que está definido na Legislação. Também não há condições de se estabelecer, que isso seria um contra-senso para o próprio usuário, que é objeto do serviço público, dizer que esse usuário é obrigado a usar um determinado local de armazenamento, dentro de uma determinada área geográfica, porque esse local pode não ser o melhor para ele, dentro da sua logística, dentro do preço ofertado, enfim, uma série

de, vamos dizer, fatores que a decisão tem que ser do usuário, até pela própria característica do serviço; o usuário deve prestar serviço. Serviço público, na verdade, são aqueles que são divisíveis, aqueles que são prestados só pela União e são de natureza territorial. Então, por exemplo, nós verificamos o fornecimento de energia elétrica, o serviço de transporte coletivo; então, ele está circunscrito a uma determinada área, e, quando se faz uma licitação, se diz: “Todos os usuários daquele território vão usar o serviço por aquela concessionária, por aquele permissionário”. Nesse caso não existe essa possibilidade, não existe como o Governo obrigar um usuário do comércio exterior a utilizar um determinado armazém, sob pena de que, como esse serviço é ofertado em outros locais e ele pode, dentro da logística dele, optar por descarga em outro local ou ter um negócio de interesse em outro Município, em outro Estado. Caberia a ele decidir onde armazenar. Então, essas dificuldades, senhores senadores, foram as que nos levaram a refletir.

Nós criamos um ambiente jurídico complicado, insolúvel. Nós temos dificuldades. Até hoje não conseguimos, e as dificuldades são de tamanha envergadura, tamanha complexidade que nós não verificamos a perspectiva de criar, dentro desse modelo, uma solução exequível e inquestionável, seja do ponto de vista do TCU, seja do ponto de vista dos próprios usuários no momento que nós lançamos as licitações. Então, diante desse cenário e diante do incremento do comércio exterior que se faz cada dia maior, nós vimos a necessidade de refletir se o modelo era este.

Primeira reflexão que nós fizemos se isso era um serviço público e concluímos que não. Primeira e principal razão é porque esse serviço não tem natureza de serviço público, é um serviço que tem natureza de setor privado. Segundo, porque ele foi instituído por uma lei, ele não consta dos serviços essenciais que são da Constituição como serviços públicos. Se uma Lei Ordinária tratou dessa matéria colocando nessa seara, uma Lei Ordinária também poderia dar um outro tratamento Legislativo, um outro regime jurídico para essa matéria. Tanto é que a nossa Constituição de 88, e até 95, quer dizer, ninguém questionou, já existiam os portos secos, já existia tudo, e foi criada essa lei depois, ou seja, não é uma questão constitucional. Nós temos segurança, convicção de que isso não se encaixa dentro dos serviços públicos definidos constitucionalmente. Há um interesse público, é uma matéria de interesse público, que pode afetar o controle, e por isso o Estado também, de acordo com regras constitucionais, tem o poder e o dever, eu diria, até, de estabelecer regras próprias para quem quiser atuar nesse serviço, que é de natureza privada, para

armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro. E esses requisitos estão relacionados a questões de segurança, operacionalidade e técnica. Cumpridos esses requisitos, não há porque qualquer um que queira fazer esse serviço prestar esse serviço. Outra questão que eu gostaria de levantar é o seguinte: os serviços públicos sempre têm que ser olhados sob a ótica do usuário. O usuário precisa desse serviço, e nós precisamos prestar. Nesse caso, o usuário tem o serviço, já disponíveis nos portos, nos aeroportos, em vários locais. O que é que demanda aí a ampliação dos locais de serviço? O próprio interesse privado de querer ter esse atendimento do serviço público em outro local. Portanto, o investimento, empreendimento, as condições de segurança, estando atendidos nesses outros locais, o Governo iria atender nesse outro local, permitiria, então, a armazenagem de mercadoria em outros locais que não sejam aqueles clássicos, da chamada zona primária. Então, nós vemos outra questão, que eu gostaria de levantar, reforçando a tese de que não há inconstitucionalidade, que isso nós estamos tratando hoje na Legislação atual, de forma desigual, situações iguais. Eu explico. Nos terminais marítimos privados, que são aqueles que são de propriedade privada, hoje não são objeto de licitação. Eles são objeto de uma autorização, na verdade, de adesão do Ministério dos Transportes, e nós, como autoridade aduaneira, jamais negamos que isso ocorra. Ou há intenção de instalar um porto privado, um terminal privado, e nós restringimos novamente a nossa atuação e possibilidade de armazenar mercadorias. É o quê? Cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais para alfandagem e segurança das cargas naquele local. Então, hoje já os terminais privados não se fazem licitação. Porque os terminais privados interiores têm que fazer licitação? Qual é a razão? O terminal privado interior é o empreendimento privado, o imóvel do privado; toda a estrutura que ele coloca à disposição é privado. A única coisa que ele está, não está perto do mar ou do rio, ele está no interior do país. Então esta é uma razão. Outra razão: trânsito aduaneiro. Durante o processo de trânsito aduaneiro, que é a transferência de uma mercadoria sob controle aduaneiro de um recinto primário para um recinto de zona secundária, que nós chamamos, existe uma operação que chama de trânsito aduaneiro. Nesse período, nesse tempo, a carga também está sendo movimentada e armazenada, embora seja sobre rodas, por um terceiro, que é um operador, é um transportador, e ele não tão pouco nós fazemos licitação para escolher os transportadores, os beneficiados do trânsito aduaneiro. Nós dissemos simplesmente que tem que cumprir as regras estabelecidas quanto à questão da empresa de transporte, ela se habilita, tem

que cumprir regras operacionais, apresentar garantias, ter segurança, lacrar os veículos, e tudo mais, e, com isso, o quê é isso? Segurança. Nós estamos buscando segurança. Havendo segurança, pode movimentar a carga, não é feita a licitação. Então, por que, nesse caso específico, em que há movimentação e armazenagem, precisa de licitação? Alguém disse que esse é um processo transparente. Eu diria que nada mais transparente do que a livre iniciativa. Livre iniciativa e regras estabelecidas que estão na própria lei. A lei dá todas as diretrizes com relação a esse ambiente em que as condições que esse usuário, que esse permissionário, que essa empresa interessada em explorar o serviço, deveria atender.

Uma das exigências que foi colocada no Projeto de Lei que pode ser avaliada pelo próprio Congresso é que essa empresa seja constituída como empresa de armazéns gerais, porque já existe, inclusive, toda uma Legislação que trata, já tem até responsabilidades bastante firmes com relação a uma empresa de armazéns gerais. Nós exigimos segregação de áreas, exigimos patrimônio líquido, exigimos uma prestação de garantia, que nós estamos colocando agora na lei para que ele cumpra a responsabilidade tributária, no caso de eventual desvio de cargas, e, dentro da parte física, nós temos segregação de áreas, isso tudo na lei, possibilidade de segregar áreas, possibilidade de definir equipamentos necessários à movimentação, armazenagem e segurança naquele local, monitoramento do recinto, comodidade para os intervenientes que operam naquele local, comodidade para os órgãos que atuam naquele local, para dar condição de trabalho para todos fluírem bem. Ou seja, quer instalar esse negócio, coloca infra-estrutura, nós vamos atender. Então essa é a linha. Então, nós estamos propondo essa mudança. Nós temos dezenas de ações judiciais, como eu mencionei, e houve um momento em que ficou crítico, muito crítico. Por quê? O tempo, a lei criada em 95, editada em 95, estabeleceu um prazo para que se fizessem as licitações novas. Esses prazos se esgotaram, e nós tivemos que fazer o lançamento das novas licitações, e todos os antigos permissionários, antigos depositários, se insurgiram, entraram com ações judiciais para impedir a continuidade das licitações. Isso travou, absolutamente, o processo de concessão de portos secos no país. Então, duas razões. Primeiro que nós temos ainda as ações judiciais em andamento. Nós temos a dificuldade técnica para produzir modelo de edital e de contrato inquestionável e sem problemas para que a gente dê uma estabilidade jurídica necessária. E um modelo então que nós achamos mais adequado seria esse, que é muito mais simples. Outra questão que leva também à importância para o país de deixar livre

a iniciativa privada, decidir, digamos, se há necessidade de ofertar mais áreas de armazenamento ou não, é o fato de já existirem hoje áreas, estruturas organizadas e que hoje nós não podem ser utilizadas, porque, quando a Receita Federal faz uma licitação, ela não pode colocar qualquer característica dentro do edital que possa ser entendido como um direcionamento de licitação. Então, às vezes, hoje, existe, em determinados Municípios, estruturas ótimas e que nós não podemos dizer: “Tem que ser ali”. Às vezes tem conexão com via ferroviária, está localizada logisticamente dentro de uma logística rodoviária adequada, mas nós não podemos dizer: “Então, lançamos a licitação”. Se ganha um concorrente num outro local, absolutamente fora de uma logística adequada, fora, desconectado da via ferroviária, nós não podemos interferir nisso. E se disséssemos à licitação que isso tem que ser vinculado à rede ferroviária, automaticamente iria ser dito que nós dirigindo a licitação.

Então, existe, hoje, várias demandas que nós recebemos de instalação de centros de logística e de armazenagem de mercadoria sob controle aduaneiro, por exemplo, ligada a Bandeirantes, Anhanguera, por exemplo, lá na Baixada Santista, lá em duas ou três regiões do Rio Grande do Sul, do Paraná, só que nós não temos condições de fazer licitação dando certeza que nós podemos utilizar a própria CONAB, que se oferecia como uma rede de armazéns disponíveis para fazer isso. Nós não podemos fazer. Ela é uma empresa pública, teria que se submeter ao processo licitatório, e não obrigatoriamente vai ganhar. Ou seja, o Brasil já tem hoje uma estrutura de armazenagem adequada, grande, disponível. E hoje não pode ser usada dentro desse modelo. Então, isso flexibilizaria a dinâmica do comércio exterior – é outra coisa que eu gostaria de enfatizar.

Quando nós fazemos um estudo de viabilidade com a demanda potencial, que sequer sabemos se vai ser cumprida, nós temos que mirar por 25 anos. O comércio exterior é dinâmico. Os negócios se fazem de forma diferente. Nós, da área aduaneira, estamos avançando todo o possível para simplificar os processos, desburocratizar, agilizar, criar, utilizar a tecnologia disponível para fazer os controles mais rápidos e mais eficientes e, com isso, fatalmente esses novos processos de trabalho interferem nas decisões dos usuários. Então, como garantir que esses usuários vão continuar usando esse serviço ali? Então, hoje, já existe isso, existem portos secos que não estão operando na plena atividade. Isso é verdade. Agora, esse modelo não vai garantir, a manutenção desse modelo não vai garantir essa situação de plena utilização. E, por outro lado, nós temos locais onde não tem, não tem, e

nós não conseguimos resolver o problema porque nós temos os embargos judiciais pendentes. Então, nós ficamos numa situação complicada. Então, o modelo aqui permite flexibilidade. Se hoje o negócio não está sendo rentável, ele pode passar a fazer outra atividade no setor privado, se ele achar que é realmente, e as regras de transição permitem isso. Há opção pelos atuais, há pelo novo regime ou manutenção do regime antigo. Então, isso para quê? Para viabilizar que a decisão empresarial seja preservada. No caso de não haver plena utilização, até prejuízo do empreendimento, não é incomum os permissionários pedirem, aí, para a revisão dos contratos, e, aí, particularmente na questão dos preços cobrados dos usuários, ou seja, não dá mais para eu cobrar aquele preço que eu ofertei na época; mudaram as situações e tudo mais. Aí nós ficamos também, é muito difícil, porque o preço foi ofertado na licitação, ele tem que praticar esse preço por 25 anos, não há como ele revisar esse preço, a menos que se provasse que é em decorrência de um estudo mal feito da União. Veja a responsabilidade da Receita Federal em definir esse estudo, e dizer que, garantir para esse operador por 25 anos que o empreendimento é rentável. Eu lhe perguntaria aos senhores: “Isso pode ser atribuído só a um processo de estudo prévio, definição de viabilidade, porque eu já explicitarei serem quase impossível de ser feito pela União. Ou também à própria gestão empresarial? Quer dizer, ele é ineficiente porque não consegue captar clientes, gente que queira armazenar, e o Governo tem, então, que responder por essa incompetência, digamos, empresarial?”. Então, essas questões são delicadas. Então, quando nós colocamos um outro modelo, a decisão de empreender é do empresariado, não é do Governo. Ele é que vai ter que saber se tem usuários e vai buscar esses usuários para o seu empreendimento e verificar se é rentável para ele, e não o Governo ter que dar essa segurança. Os usuários vão buscar todos os locais onde está disponível para armazenagem para decidir onde deixar, e o, vamos dizer, tino empresarial, a própria oferta do serviço, a qualidade do serviço, o preço do serviço vão definir onde é que ele vai depositar e se ele vai depositar. Muitas vezes ele opta por não depositar. Então, essas questões todas seriam superadas com esse modelo. Nós temos aí, então, vários, a crise ela é demonstrada, que impede a ampliação da oferta, seja pelas decisões judiciais, seja pela dificuldade da própria Receita de decidir onde é, o estrangulamento logístico que isso cria para o comércio exterior brasileiro, a impossibilidade de aproveitamento dessas estruturas e áreas já disponíveis, que poderiam ser facilmente adequadas pelos operadores para ofertar para atendimento da

demanda, e o próprio dinamismo do comércio exterior, que torna, que exige rápida modificação da capacidade e até da característica dos terminais. Então, hoje, quando a Receita faz uma licitação, ela tem que definir a capacidade, o tipo de carga que vai ser armazenada, todos os equipamentos que ele tem que ter. Se amanhã ele quiser armazenar uma carga que surgiu no mercado, uma carga, por exemplo, frigorificada, e ele não previu, já terá dificuldades, às vezes, pelo tamanho do empreendimento, pelo local que ele está de colocar esse serviço à disposição.

Nós temos hoje, já, demandas para ampliação dos espaços, modificação da característica de atendimento dos espaços, retirada de espaços porque ele ficou inócuo e não pode ser utilizado, não tem, ficou ocioso e tem demanda para o setor privado nacional e até mudança de local, até mudança de local. Então, como é que isso se resolve dentro do modelo de licitação que fica amarrado a um contrato, a um edital que foi feito, que tem que vigorar por 25 anos? Então, o modelo de licença, que é o que nós sugerimos, ele é melhor do que o de autorização, que é meramente discricionário, de licença, exige que se estabeleçam os critérios, os requisitos. Como, por exemplo, a instalar uma farmácia, tem que cumprir determinados requisitos; para fazer uma instituição bancária tem que ter determinados quesitos. Há várias atividades privadas, de natureza privada, que o Governo regula, dizendo: “Para instalar tem que ter isso, tem que ter um técnico, precisa ter um farmacêutico, precisa ter essas condições e tais.” Para quê? Porque é um serviço que vai, tem um interesse público na questão. Mas não é um serviço público que está sendo prestado. Um hospital para ser instalado é a mesma coisa. O Estado exige cumprimento de determinadas regras. É a mesma linha aqui. Eu costumo fazer um exemplo, aqui, com a licença de habilitação para dirigir. Hoje, a licença para habilitação para dirigir exige critérios. A pessoa tem que ter 18 anos, ela precisa saber dirigir de tal forma, ela precisa, enfim, cumprir aqueles requisitos, e a licença é concedida. Depois é monitorado. Se descumprir a regra, se não sabe dirigir, se não faz as revisões periódicas para melhorar a licença, ele vai ter a licença suspensa ou até cassada. Então, a mesma coisa aqui. Faz-se um conjunto de regras. Cumpridas essas regras, ele pode operar, depois há um monitoramento do cumprimento dessas regras que vai desde advertência ou suspensão, até o cancelamento da licença. Às vezes as pessoas pensam que, depois que vai ter, nunca mais vai sair. Sim, pode sair, se ele descumprir as regras de controle e segurança operacionais, ele vai sair do mercado, dessa área. Outra questão que também é polêmica e que, na verdade, nós estamos

trazendo alinhado, aí, ao projeto são regras uniformes e que não afetem a concorrência relacionadas com uma taxa que existe para atendimento do serviço de fiscalização nesses locais. Hoje, essa taxa é ofertada no edital, chama-se contribuição FUNDAF pelas empresas que participam das licitações. Então, isso é um elemento que cada um está contribuindo de uma forma diferente, de acordo com a oferta que fez no edital. Já os terminais marítimos têm um valor fixo. Então, para isso é um dos problemas que têm bastante demanda e questionamentos judiciais. Para nivelar e dar um tratamento equânime para que esse instrumento não seja um elemento discriminatório da concorrência, está se estabelecendo uma regra única, uma regra única que consiste no cobrar uma taxa pelas mercadorias que se armazenam no local, em cima da quantidade de cargas armazenadas, quanto... A filosofia seria o seguinte: quanto mais cargas armazenadas, em tese, mais necessidade de fiscalização aí, e, portanto, mais tem que contribuir. Se têm menos cargas armazenadas, menos necessidade de diminuir, e também pelo serviço extraordinário, serviços prestados fora do horário. Então, se algum usuário desses quiser prestar serviço fora do horário, ele poderá fazê-lo, desde que pague para o atendimento estar sendo feito. Qual é a idéia, aí? O financiamento da atividade, inclusive nessa ampliação das áreas de atendimento do próprio Estado, ser feita por aqueles que utilizam esse serviço, esse serviço de fiscalização fora de hora ou em outros locais.

Volto a dizer: o usuário escolhe, se ele não quiser pagar ele não vai para esses locais, ele fica no recinto público lá da zona primária. Então essa é a razão, também, de nós mexermos no modelo do FUNDAF, e, logicamente, aí afeta interesses, porque, hoje, há empresas que estão pagando menos, empresas pagando mais, umas vão ganhar, outras perder, mas a regra é única. O que se objetiva, ao fim, com esse modelo, é nós do Governo interferirmos o menos possível na logística da estrutura de armazenagem do comércio exterior. Desde que preservada a segurança, nós vamos deixar o mercado mesmo se ajustar, os usuários mesmo decidirem onde querem ser atendidos, e nós vamos ter que atender. Aí a lei também prevê um período para que o Governo, a partir da manifestação do interesse de instalar um terminal desse, um centro logístico desse, que os órgãos de Governo se preparem para adequar a demanda de mão-de-obra. O que significa demanda de mão-de-obra, que é outra questão também que se fala muito? Parece que, a cada novo recinto, nós temos que fazer um novo concurso para trazer mais fiscais dentro da Receita ou dentro dos outros órgãos. Isso não é verdade. Por uma simples razão: não é isso que vai fazer aumento de capacidade

de mão-de-obra, e simplesmente há um deslocamento do fluxo de comércio para um outro local ou aumento da necessidade ou não de mão-de-obra, que decorre do comércio exterior, que não está tratado nesse Projeto de Lei. Quanto mais o comércio exterior cresce, mais necessidade de atendimento da fiscalização tem. Isso é um fator alheio a esse projeto. Aqui, mais do que acréscimo de mão-de-obra, se trata de gestão da mão-de-obra, aonde eu vou alocar a mão-de-obra, e isso é um papel do Estado fazer. Se ele necessita, por razões de ampliação de quantidade de espaço, ter mais pessoas, ele vai justificar isso ao Governo e vai buscar o acréscimo de mão-de-obra necessária nos limites necessários. Ou seja, não é uma solução, não é uma coisa equivalente que vai caminhar na mesma linha, têm outras questões.

Então, Sr. Presidente, essas são, em linhas gerais, as justificativas para mudança de modelo. E eu me coloco ainda aqui à disposição. Não quero tomar mais tempo, porque eu acho que eu já excedi muito os 10 minutos para esclarecer alguma outra questão que persistir dos senhores senadores e presentes. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal, pela sua exposição e, com certeza, Dra. Clecy, por ocasião dos questionamentos dos senadores, V. S^a. terá oportunidade de aprofundar e também esclarecer as dúvidas que os senhores e senhoras senadores terão. Passo a palavra à Dra. Lytha Battiston Spindola, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior CAMEX. V. S^a., Dra. Lytha, terá 10 minutos para a sua exposição.

SRA. LYTHA BATTISTON SPINDOLA: Obrigada, Presidente, senhores senadores, colegas da mesa, senhores, senhoras. Gostaria de ressaltar, aqui, sob o prisma do comércio exterior e com enfoque, os interesses do comércio exterior, olhando o movimento, observando o movimento, o aumento do fluxo de comércio nos últimos anos, corrente de comércio que era, em 2002, de 107 bilhões de dólares. Em 2007, chegou a 2.081 bilhões de dólares. Nós tivemos, aí, um aumento expressivo. Pode ser que, até o final deste ano, a gente tenha uma corrente de comércio triplicada em relação ao ano de 2002. Isso mostra a necessidade de ampliar a oferta de serviços. Dra. Clecy apresentou, aqui, diversas razões e dificuldades, mostrando que a situação atual não permite a oferta adequada de serviços logísticos. E o crescimento dessa oferta com redução de custo dos preços dos serviços logísticos é essencial para a ampliação do comércio exterior.

Nós estamos num momento em que há um gargalo de oferta de serviços, há um certo impasse que impede a ampliação dessa oferta com base na Legislação atual, e isso é profundamente prejudicial ao comércio exterior, retirando competitividade da produção brasileira, impedindo a criação de novas empresas, a ampliação de investimentos, o crescimento do emprego interno, em vários segmentos que ficam extremamente afetados pela competição estrangeira, em razão do diferencial dos custos logísticos que tem esse país, principalmente em função de uma oferta inadequada desse tipo de serviço. Do período que nós mencionamos até hoje, Dra. Clecy pode confirmar, mas imagino que não houve ampliação de oferta de recintos para armazenamento de carga. E, se houve algum aumento, ele foi infinitamente inferior ao crescimento do comércio desse período e às necessidades que esse mercado foi criando ao longo do tempo. Nós assistimos com frequência a situações de congestionamento em áreas primárias, em áreas de portos. Nós verificamos, às vezes, filas de caminhões esperando dias para entrar nos portos, navios esperando para atracar, isso tudo é um custo enorme para o país. Hoje é mais caro levar uma mercadoria de um porto do Sudeste a um porto do Nordeste do que levar uma mercadoria de qualquer um desses portos à Ásia. Nós fazemos com que os nossos preços de logística retirem competitividade do produto. Naquilo que o Brasil é muito competitivo, *commodities*, por exemplo, muito embora esse custo adicional da logística não seja um fator de impedimento da exportação, um fator que inviabilize a exportação, ele onera e retira a rentabilidade.

Os esforços do Governo no sentido de descentralizar o despacho, o desembaraço aduaneiro, são louváveis. A Receita Federal fez um trabalho fantástico, elogiável nesse sentido, tem feito, não apenas em informatização, modernização de Legislação, mas também tentando adequar regras de procedimentos, permitindo a descentralização do despacho aduaneiro para desafogar áreas primárias.

Dra. Clecy mencionou, aqui, o que causa essa Legislação atual, esse impasse dessa Legislação atual, que, em virtude de, enfim, ações judiciais, posicionamentos do TCU quanto a modelos de edital, a insegurança jurídica decorrente acaba impedindo novos processos licitatórios e a ampliação da oferta de serviços logísticos. Dra. Clecy mencionou, também, vários fatores importantes para competitividade da exportação brasileira. Ela mencionou a necessidade de que a escolha da logística seja uma escolha do usuário. Ela mencionou a necessidade de reduzir a interferência do Estado nessas atividades, que não são atividades típicas do setor público, que não se referem à pres-

tação de serviços públicos. Ela mencionou a necessidade de permitir que, no comércio exterior, os custos sejam os menores possíveis, e isso só vai acontecer na medida em que aumentar a concorrência para que o prestador do serviço possa oferecer um preço ao usuário competitivo, um preço compatível com o nível de preços praticados no mercado internacional. Nós temos, aqui no Brasil, um preço de serviço logístico muito superior aos preços praticados em vários outros países do mundo, mas, em especial, naqueles países que mais competem com o Brasil por exportações em terceiros mercados. Nós temos setores que já não conseguem competir lá fora por conta do aumento dos custos logísticos. A dificuldade de colocar o seu produto nos portos para embarque internacional faz com que o Brasil perca mercados lá fora. Essa liberdade locacional e ampliação da oferta são essenciais para o crescimento do comércio exterior. Mais cedo ou mais tarde isso vai acontecer. E nós não devemos levar muito tempo mais para disciplinar essa matéria, que requer uma solução urgente, o comércio exterior está estrangulado por escassez de logística. Isso se reflete em aumento de preços que retira a competitividade do país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Lytha Battiston Spindola, Secretária Executiva da CAMEX, e agradeço, inclusive, pelo atendimento do tempo da sua exposição. E concedo a palavra ao Dr. César Augusto Guimarães, representante da ABTRA. V. S^a. terá 10 minutos para sua exposição.

SR. CÉSAR AUGUSTO GUIMARÃES: Excelentíssimo Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente desta sessão, Excelentíssimos senhores senadores, senhoras, senhores, meus colegas de painel. Inicialmente, eu indico a minha imensa satisfação de poder estar aqui participando desta discussão e trazendo aos senhores a visão derivada do exame desse tema que eu tive oportunidade de fazer a pedido das quatro associações vinculadas, ligadas a essas atividades dos portos secos, que resultou nas conclusões que eu pretendo expor aos senhores agora.

Bem, essa exposição, basicamente, parte de uma análise muito breve a respeito da situação atual da Legislação atinente aos portos secos, de um panorama das mudanças pretendidas através desse Projeto de Lei, a identificação de cinco grandes áreas de problemas nesse projeto e, a partir daí, a doação de uma conclusão geral a respeito do tema. Como é de se supor, a análise que me cabe, aqui, é estritamente jurídica. Eu ouvi com atenção e compartilho das preocupações que foram manifestadas pela Dra. Clecy, pela Dra. Lytha, mas pretendo indicar aos senhores que as

soluções que devem ser adotadas devem partir do quadro jurídico existente no Brasil e, muito especialmente, daquilo que deriva da Constituição Federal.

A situação normativa atual, ou seja, o que existe hoje em termos de portos secos resulta da definição e que consta lá do art. 11 do regulamento aduaneiro que alude a portos secos como recintos alfandegados situados fora da zona primária, o que faz com que eles sejam, eles tenham uma natureza de uma espécie de projeção geográfica dos portos e aeroportos. E essa – e aqui é importante destacar um ponto fundamental nessa discussão –, os portos secos têm um papel muito importante na importação de bens, não na exportação de bens. Sempre que se discute essa questão – e certamente isso poderá ser objeto de debate mais tarde –, se vincula a discussão dos portos secos a uma tentativa que é permanente de ampliar exportações brasileiras.

O papel dos portos secos é fundamentalmente ligado, ainda que não seja normativamente ligado, mas na prática ele é, o papel dele é muito mais vinculado à importação do que à exportação. A competência federal para disciplina dos portos secos resulta de um ponto que eu vou explorar mais tarde com mais detalhe, que é a previsão do art. 21, inciso XXII, alíneas “c” e “f” da Constituição Federal. E, hoje, no regime atual, como todos nós sabemos, existe a previsão de que a exploração privada desses portos secos se dê por meio de um regime jurídico de Direito Público de concessão ou permissão sujeito, sujeitas sempre à prévia licitação, tal como prevê o art. 175 da Constituição. E há um ponto fundamental, que é a previsão normativa muito clara, e isso a Dra. Clecy fez de fato questão de ressaltar, no que me parece absolutamente correta, uma separação clara entre os serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias e o controle aduaneiro, que é inerente ao Estado. Hoje, como também já foi dito, existem dezenas de portos secos, diversos deles com capacidade até ociosa. A grande novidade, como também já se disse, do Projeto de Lei 327, é a criação, no art. 1º, § 1º, item 3, dos centros logísticos industriais aduaneiros, os CLIAS, substituindo, então, os antigos, os atuais portos secos. Essa mudança é caracterizada por uma eliminação do regime público e pela supressão, também, da exigência de prévia licitação, habilitando-se o CLIA mediante uma licença, que é qualificada, como também já se disse aqui, como um ato unilateral do Estado, baseado em requisitos predeterminados, um ato que se classifica, então, juridicamente como vinculado.

Existe, pelo menos na minha visão, e eu pretendo compartilhar essa preocupação com os senhores, uma delegação, nos termos do Projeto de Lei, de um

poder de coerção, de um poder de polícia, delegação essa em favor dos particulares que explorarão esses CLIAS. Isso é... e de fato eu acho que essa é uma questão que merece um aprofundamento na discussão, porque me parece muito claro que não é essa a intenção nem da própria Receita Federal, como bem demonstrou aqui a Dra. Clecy, não é essa a intenção do proponente, dos patrocinadores desse projeto. Não se pretende, aparentemente, a redução do papel da Receita Federal, mas eu lhes diria, eu lhes digo que me preocupa o teor das regras estabelecidas nesse projeto, porque podem conduzir efetivamente a essa delegação indevida de poder de coerção. Há, também, é um ponto preocupante no que se refere à delegação de poder normativo excessivo, sem contraste possível em favor da Receita Federal, na definição das regras atinentes a esses setores. E há, por fim, uma deficiência, me parece, um ponto também que merece preocupação e debate a respeito da possível migração, da forma de migração dos atuais portos secos para esse novo regime, se ele for efetivamente viável e como é que se compõem os direitos adquiridos, os atos jurídicos perfeitos já consolidados à luz do regime atual. Este, senhores, é o ponto central da questão. Qual é, efetivamente, o regime Constitucional subjacente a essa discussão toda? Tanto a Dra. Clecy quanto a Dra. Lytha indicaram e partiram de uma premissa que se baseia na idéia de que a atividade dos portos secos não se relaciona com algo qualificável juridicamente no Brasil hoje como serviço público. Eu peço licença para pôr em dúvida essa premissa. O art. 21, inciso XXII, alíneas “c” e “f”, prevê, textualmente, o seguinte: “que compete à União, mediante concessão, permissão ou autorização a exploração de infra-estrutura aeroportuária e de portos”. Como eu indiquei inicialmente, o único sentido da existência de portos secos, e ainda eu acho que não existe dúvida quanto a isso, é eles se constituírem numa extensão geográfica precisamente de portos e aeroportos; eles se inserem, portanto, a matéria dessa nossa discussão, aqui, se insere na competência federal para exploração, mediante concessão, permissão ou autorização de portos ou de aeroportos. Nós não temos como, então, desvincular esse debate do... da questão da extensão dessa competência federal. Além disso, além dessa previsão de competência federal para... essa publicização constitucional dos portos e aeroportos e, por conseguinte, dos portos secos, existe a previsão, na Constituição, do controle de comércio exterior pelo Poder Público, art. 237. A idéia de soberania nacional e desenvolvimento, como subjacentes à problemática da exploração portuária; e a vinculação das atividades qualificadas como serviço público, à prévia licitação. A delegação

dessas atividades particulares só pode se fazer através de prévia licitação.

Quando se fala em serviço público, o que é que se pretende dizer com isso? Uma atividade que é normativamente e constitucionalmente atribuída ao Estado para que, em vista de interesses públicos relevantes, se torne um dever do Estado e, por conseguinte, um direito dos particulares. O que se... a qualificação jurídica de algo como o serviço público não depende de essa atividade ser de fruição obrigatória pelos particulares, não depende da impossibilidade de escolha dos particulares. Pelo contrário, é muito claro, por exemplo, que todos nós podemos escolher usar ou não serviço de telefonia fixa, e ele não é, ele não deixa de ser serviço público por causa disso. Existem serviços que são essenciais, obrigatórios, e outros que não são. O fato é que a Constituição, no seu art. 21, qualificou essa atividade como de competência da União. A exploração dela se faz mediante uma disciplina própria da União. Há quem defenda a idéia de que, como o art. 21 também alude à autorização ao lado de concessão e permissão, que são instrumentos tipicamente públicos, isso permitiria uma espécie de privatização ampla desses setores. Essa idéia é equivocada, com todo o respeito. A previsão de autorização, no art. 12, permite que determinadas atividades sejam submetidas dentro desses setores, sejam submetidas ao regime privado. Mas não se pode ignorar o fato de que o núcleo da atividade de exploração de aeroportos e portos foi submetido, pela Constituição, ao regime dito público. Isso conduz à impossibilidade de abandono absoluto do regime público nesses setores. É o regime público que significa isonomia no atendimento dos usuários, continuidade, adequação do serviço, modicidade de tarifas, essa... esse conjunto de garantias dadas pela Constituição aos usuários de serviços públicos não pode ser abandonado no momento de se tentar chegar a uma solução para as questões que são objeto de discussão nesse campo dos portos secos. Isso leva, então, a uma, a uma constatação que é da... da invalidade, em face da Constituição, da premissa básica do Projeto de Lei, na medida, no ponto em que ele pretende afastar o regime público do setor dos portos secos. Isso não significa que nós devamos abandonar a discussão em relação aos outros pontos também, mas esse é um ponto fundamental e que deve ser adequadamente examinado no momento de se deliberar a respeito desse ponto. A segunda questão que eu gostaria de submeter aos senhores tem a ver com aparente delegação indevida do poder de polícia.

Como eu disse antes, talvez esta seja uma questão muito mais de o texto normativo não traduzir a intenção dos seus proponentes do que propriamente a

intenção de atrofiar os controles aduaneiros públicos. Mas o fato é que existe uma vedação constitucional, a transferência de poder de força aos particulares. Essa é uma conquista antiga do Estado de Direito que veda que um particular seja sujeito ao exercício de poder de força por outro. Há um monopólio da força pelo Estado. Agora, esse monopólio da força não significa que só a força física de prisão, de alguém na rua, de exercício mesmo, de poder físico, seja vedado aos particulares. Existem diversas atividades instrumentais para o exercício da força que também são vedadas, e, em diversos pontos, o Projeto de Lei alude à competência dos exploradores dos CLIAS, para praticar atos de controle, de fiscalização, de inspeção, de verificação de mercadorias, verificação de requisitos para liberação de mercadorias, atos que são eminentemente públicos. E é importante destacar, nesse ponto, que o monopólio da força pelo Estado não significa só o monopólio de titularidade, como acontece no caso do serviço público. O serviço de titularidade do Estado é delegado para os particulares. O monopólio da força significa o monopólio de execução. Só o Estado, através dos seus agentes públicos, pode praticar atos de coerção. Esse conjunto de premissas leva à conclusão de que, muito possivelmente, a discussão, ou melhor, o teor do Projeto de Lei conduza a um resultado diferente daquele que seria o necessário para atender às preocupações relevantes que condizem à própria existência desse projeto. É basicamente o seguinte: o remédio que se pretende adotar pode não ser adequado para a doença.

Os problemas, as constatações fáticas existentes, os problemas que se verificam são... não são atendidos pela privatização absoluta dessa atividade. Os portos secos não são a dificuldade que conduz a problemas no comércio exterior. Não existe ausência de portos secos; existe até certa capacidade ociosa. Os instrumentos que existem hoje, os instrumentos de concessão e permissão, o regime jurídico dos contratos administrativos servem precisamente para sua adaptação no tempo. Os contratos de permissão e concessão são qualificados, no Direito Administrativo, como contratos dinâmicos. Eles servem, exatamente, para muito tempo para que eles sejam adaptados.

O serviço público tem, como uma das suas características, o seu ajuste constante à realidade. Então, nós não precisamos abandonar o regime público, com as garantias da licitação, com as garantias de objetividade, de isonomia, para resolver esse problema. E mais, uma ampliação desordenada, porque afinal de contas, isso que vai acontecer, vai haver a falta de controle público sobre os locais, sobre a existência, sobre o número de portos públicos, a ampliação desordenada

desses portos vai conduzir, necessariamente, ao aumento de custos, não à diminuição. Por quê? Porque vai se perder a escala. Não há como fechar essa conta, ter um número maior de portos para atender o mesmo número de usuários, cobrando mais barato. Essa conta não fecha. Então a solução deve ser o aprimoramento do regime atual, e não a negação absoluta desse regime. Um outro ponto preocupante no teor do projeto é essa delegação em branco de poder normativo. E eu cito um exemplo bem específico, a própria Dra. Clecy fez referência à existência de requisitos para a existência desses CLIAS. Mas o art. 2º, § 1º e 2º do projeto, permite à Receita Federal que negue esses requisitos, que suprima esses requisitos, que, através dessa delegação de poder normativo, suprima esses mesmos requisitos. Esse é um ponto que é importante que se examine com cuidado no projeto.

E a última questão diz respeito à necessidade. E eu passo rapidamente por isso, tendo em vista já o tempo. A necessidade de respeito da situação já consolidada sob o regime atual. A transição prevista no Projeto de Lei 327 consiste, basicamente, no seguinte. A possibilidade de extinção dos atuais contratos sem ônus para União, de transformação dos portos secos em CLIAS e uma espécie de previsão de regimes distintos: um com custos altos, outro com custos baixos; um com controle, outros sem controles por portos secos, que não decidam não migrar para o sistema novo. Basicamente, não existe nenhuma previsão no projeto que diga respeito, propriamente, a uma transição adequada, se é que fosse viável, tendo em vista os problemas iniciais, a existência desse novo regime, e há, na verdade, um potencial de uma grande responsabilidade patrimonial da União em relação aos portos secos atuais, especialmente no que se refere aos lucros recentes.

Eu pediria, então, para que o Roberto, que está me assessorando, aqui, nesse ponto, passe rapidamente pelos *slides* seguintes, e eu indicarei, apenas para concluir, que esse material todo vai permanecer à disposição da Comissão para exame. Aqui existe uma relação de exemplos concretos, de exemplos concretos de dispositivos do projeto que se relacionam com os problemas que eu identifiquei antes. Convém que esses dispositivos sejam examinados, de fato, com muito cuidado. [pronunciamento fora do microfone] E a conclusão que deriva dessa discussão toda é de que, aprovado tal como está, o Projeto de Lei 327 vai se constituir numa lei inválida por ofensa ao regime constitucional dos serviços públicos portuários e a vedação de delegação de poder coercitiva de poder normativo, um aos particulares e o outro à administração pública. E, além disso, vai se produzir um diploma legislativo

inconveniente, desproporcional, exatamente por ser desvinculado das necessidades reais desse setor, por consagrar uma concorrência desequilibrada entre os portos secos atuais e os novos CLIAS e gerar um grande potencial de responsabilização patrimonial para a União. Esse anexo, que também vai ficar aqui à disposição do Senado, corresponde a comentários específicos a respeito dos diversos dispositivos normativos que parecem mais comprometedores do regime constitucional. E, com isso, então, eu encerro essa minha participação e me coloco à disposição dos senhores para os debates. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. César Augusto Guimarães, representante da ABTRA, pela sua exposição, e solicito à Secretaria que faça a distribuição do material que o Dr. César trouxe para os senadores da Comissão de Infra-estrutura. E, antes de passar a palavra ao próximo expositor, quero transferir, com muita honra, a presidência desta Audiência Pública e desta sessão ao eminente Senador João Tenório, autor do requerimento.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Passo a palavra ao Sr. Albino Tramuja, presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Indústria Aduaneira ABCLIA.

SR. ALBINO TRAMUJAS: Primeiramente, eu quero agradecer ao convite da Comissão por estar aqui presente e poder, uma série de estudos que já foram feitos, de audiências públicas, de reuniões, de seminários, e finalmente o Senado nos proporciona essa oportunidade de podermos trazer a elucidação do Projeto de Lei 327, oriundo da Medida Provisória 320. Quero aqui cumprimentar a Dra. Clecy, que é praticamente a mãe desse projeto, junto com toda a Secretaria da Receita Federal, e tem acompanhado, junto com o Dr. Medina e agora o Dr. Francisco Labriola, tem acompanhado o desenvolvimento de todos esses processos, Senador João Tenório.

E a Receita, e eu poderia aqui despendar todo o meu tempo, porque nós estamos... apoiamos a Receita. E a Receita tem, aí, como fez a Dra. Clecy, um tempo sempre longo para, cada vez mais longo, Dra. Clecy, a sua explanação, porque cada vez mais tenho certeza de que a senhora tem certeza daquilo que está expondo. E quero, aqui, Dr. César, dizer ao senhor que as suas posições realmente são válidas, porque o eminente jurista vem aqui como um profissional e traz, com certeza, aos senadores desta Comissão posições verdadeiras. Mas não verdadeiras, Dr. César, porque está vindo aqui pela primeira vez. E nós temos aqui, na nossa bancada, Senador João Tenório, empresá-

rios de todo o país que estão aí há mais de 20 anos, Dr. César, pleiteando, lutando para que esse regime venha ser não modificado, mas sim dê uma chance real da livre concorrência. Por isso suas palavras, suas posições, são válidas, mas elas são altamente profissionais. Eu gostaria de usar esse meu tempo apenas para dizer aos senhores senadores da Comissão e senhores presentes que, ao longo da década de 70, que foram criados as EADs e depois os portos secos e agora querendo se dominar CLIA, no Brasil existem em torno de 65 portos secos. São dados da Receita Federal. São 60 portos secos; dois portos secos de fronteiras; três portos secos ferroviários; e cinco centros logísticos, que foram criados durante a Medida Provisória. Então, de 70 até 2008, nós temos aí um grande período e um dado super importante.

Na vigência da Medida Provisória, de três meses apenas, 43 empresas, Dr. César, se posicionaram, 43, veja bem, quase 80% dos atuais se posicionaram pleiteando um novo CLIA. E eu posso afirmar aos senhores, pelo nosso trabalho dentro da associação, que ainda essas 43 empresas estão espalhadas por todos os Estados da União, e não todos ainda, porque, graças a essas ações como do Senado, dessas audiências públicas, Senador João Tenório, que nós podemos chegar a todo o nosso país, e ontem estive com o pessoal de Roraima, que me perguntava: "Isto serve lá para o meu Estado?". Mas é claro que serve. A Legislação serve para todos os Estados. Claro, como diz a Receita, desde que haja uma demanda, desde que haja um estudo de viabilidade econômica. E existe. E existe e eu posso citar aqui inúmeros casos, ficaria aqui mais de uma hora falando dos inúmeros casos que existem dentro desse país para que se aprimore essa Legislação. E a sua solução, Dr. César, de nós, da Receita ampliar os portos secos através de licitação, infelizmente eu disse isso já na última audiência pública, os próprios empresários que hoje detêm as concessões e as permissões impedem de a Receita fazer isto, através dos processos jurídicos que estão aí sendo discutidos nos Tribunais. Eu vou lhe dar um exemplo que é do meu Estado do Paraná. O que acontece com esse monopólio que hoje domina esse regime? Numa licitação apresentada, uma empresa ela jogou uma tarifa de 0,01 e ganhou, é óbvio. Aquela tarifa, se ela abre o porto seco, se ela abre a sua unidade, ela estaria falindo no primeiro dia. E essa unidade, Dr. César, ela está aberta até hoje em Curitiba, e o concorrente, a empresa que abriu, tem outra na frente dele. Então ela ganhou a licitação para deixar fechada, para não deixar um terceiro, para não deixar haver uma disputa de mercado. Eu vou lhe dar uma outra posição da minha cidade, que é Paranaguá. Hoje eu estou em Foz

de Iguazu, mas na minha cidade a Receita deliberou quatro portos secos. Sete empresas entraram. As quatro vencedoras, a quinta perdeu e entrou na Justiça impedindo que quatro empresas abrissem as suas portas. Então eu disse isso já na última vez, que o empresário que hoje tem as concessões, tem as permissões, Senador João Tenório, eles comeram a galinha dos ovos de ouro, e a Receita infelizmente ficou refém desses permissionários e dessas concessões.

Então, o que nós estamos aqui discutindo, o que nós estamos há mais de 5 anos e aqui eu quero fazer aí uma menção a empresários que há muito tempo estão trabalhando nesse setor, que toda a semana estão em Brasília, deixam as suas atividades para vir aqui pedir para o Governo, pedir para os senadores, como nós pedimos à Câmara dos Deputados, nós queremos trabalhar, nós queremos pagar os impostos justos, nós queremos diminuir o custo Brasil, como disse a Dra. Lytha. Então, nós queremos a livre iniciativa. Nós queremos que esses empresários que o senhor aqui está representando tenham essa consciência que o mercado é bom, o mercado é grande, o mercado dá para todo mundo, e nós não podemos fazer com que o usuário perca, fazer com que as nossas exportações que crescem a cada dia sejam, aí, com um custo altíssimo, sejam colocadas como está hoje lá em Foz do Iguazu, com filas e filas de caminhão. Passam naquela estação aduaneira, Dr. César, 800 caminhões/dia. Não tem como. O dono da unidade ele não faz nada, por que vai fazer o quê? Ele não precisa nem fazer a parte comercial, porque é obrigado a entrar, é obrigado a pagar o preço que ele quer porque só tem uma unidade na nossa fronteira. Só tem uma unidade em Uruguaiana, passando também quase esse número de caminhões. E aí vem essa discussão do Projeto de Lei que hora estamos discutindo.

Por isso, Senador João Tenório, muito obrigado por esta oportunidade. Eu tenho certeza de que todos os empresários desse segmento estão à disposição do Senado, como estivemos à disposição da Câmara Federal, para debater, debater, Dr. César, com os seus contratantes. Já fizemos isso várias vezes. Vamos sentar à mesma mesa, vamos conversar com a Receita, vamos chegar a um denominador comum, mas nós temos que fazer isso como brasileiros, como empresários que queremos pagar os impostos justos, como hoje empresas já estão pagando. Hoje, empresas pagam, certo, o que não paga o Porto de Paranaguá, o que não pagam os terminais de Santos e nós queremos apenas que isso venha, como está sendo aqui, sendo debatido claramente, sem nenhuma situação que não seja clara, que não seja limpa e que não seja bom para

nós e para o Estado. E, aqui, nada melhor que o Senado para fazer essa mediação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Dr. Albino. Agradeço sua contribuição importante para que esse relator possa formar uma opinião adequada ao seu trabalho, ao mesmo tempo que passo a palavra ao Dr. Sérgio Aquino, Secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos.

SR. SÉRGIO AQUINO: Bom dia, Senador João Tenório, bom dia senhoras e senhores, Dra. Clecy, em nome de quem eu cumprimento todos os que estão aqui nos acompanhando na mesa. E vou procurar sem bem rápido para ganhar tempo e nós podermos avançar depois nos debates. Estamos aqui representando, além da Prefeitura de Santos. A Prefeitura de Santos é a única cidade portuária do Brasil que tem uma Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos. E, além de estar representando a Prefeitura de Santos, estamos representando também a Associação Brasileira de Municípios Portuários. Eu estou Secretário de Assuntos Portuários; a minha vida profissional é portuária. Atuo na questão portuária desde 1973, na iniciativa privada. E estou, então, há dois anos no Poder Público, atuando nas questões portuárias, na Prefeitura, de forma técnica. E queríamos, então, rapidamente, enfocar as questões que nós temos da Prefeitura, da Associação, nas questões ligadas ao projeto do CLIA, dentro do enfoque portuário como função logística, retornando um pouquinho no tempo.

Nós não podemos desconectar a infra-estrutura de apoio, a infra-estrutura dessas unidades, que já foram chamadas de TRAS(F), depois se transformaram em nome de EAD, depois se transformaram, desculpe, em portos secos e, aqui, agora, recebe o nome de CLIAS. Na verdade, são todas instalações de um denominado complexo portuário. São instalações de apoio ao sistema portuário. E, quando nós fazemos esse destaque inicial, é para que nós nos lembremos que, quando o Brasil constatou que nós estávamos absolutamente atrasados na nossa logística portuária e nos instrumentos de comércio exterior, nós, empresários e Poder Público, fomos buscar as experiências internacionais para verificar quais os modelos que os países competitivos adotam e aplicamos isso ao nosso modelo portuário, a nossa denominada lei de modernização portuária, que é a lei 8.630, sancionada em 1993.

Então, nós não podemos nos esquecer de que nós temos que ter uma lógica e uma coerência do que nós trabalhamos lá atrás e do que nós precisamos desenvolver. Bem, para isso, nós precisamos, então, analisar a questão do novo regramento, os terminais que foram implantados em áreas privadas, não arrendadas,

os procedimentos anteriores e esses novos procedimentos. Vamos correr, primeiro, os CLIAS, como nós já dissemos, eles já tiveram esses nomes anteriores. Desta forma, então, nós precisamos analisar isso na questão do sistema portuário e nós, aqui, eu pessoalmente vou falar sobre porto, porque a Secretaria onde eu estou é a Secretaria de Assuntos Portuários. Então, não vou me atrever a falar sobre o sistema aeroportuário, que acredito que outros técnicos poderão falar sobre isso. Bem, para que nós entendamos qual é a lógica, de que cenário nós estamos vivendo e o que nós precisamos tomar muito cuidado do que vamos fazer, nós precisamos analisar a lógica do nosso novo sistema portuário que foi implantado em 1993. Nós temos problemas hoje ainda estruturais no sistema portuário, porém, não é por causa dos problemas que nós temos que nós podemos, tranqüilamente, adotar novos sistemas sem analisar as consequências e a praticidade disto dentro do cenário internacional. Nós, quando implantamos a nova lei, em 93, inegavelmente nós tivemos uma modernização operacional portuária e uma redução de custos portuários.

Ninguém tem como negar que o sistema portuário hoje, o complexo portuário, a logística de comércio exterior do país é extremamente mais eficiente e mais barata do que era antes. Porém, esse sistema desta nova lei, inegavelmente, também gerou resultados negativos, que também foram sentidos nos demais países do mundo que mudaram o sistema portuário. Então, isso não é uma questão apenas de Brasil. Tudo o que aconteceu aqui de problemas aconteceu no mundo inteiro. Só que nós, em 93, quando aprovamos a nossa lei, na nossa lei foram implantados instrumentos compensatórios e mitigadores para essa fase de transição, e foram instrumentos que foram adotados pelos outros países do mundo. Então, nós não inventamos nada. Nós simplesmente procuramos adaptar. O que basicamente nossa lei mandava fazer? Mandava fazer uma fase de transição, mandava indenizar trabalhadores para reduzir custos, requalificar trabalhador para as novas realidades, revitalizar áreas abandonadas e mandava incentivar novas atividades, principalmente logísticas industriais. Isto é o que o mundo inteiro fez, e a nossa lei, a lei 8.630, manda fazer isso. O que aconteceu aqui no Brasil? Na prática, nós não planejamos, não fizemos uma fase de transição. Por quê? Porque o Brasil é praticamente o último país do mundo a modernizar o seu sistema portuário.

Quando nós aprovamos a lei, em 93, nós aprovamos uma lei 20 anos atrasada do que os outros países já tinham feito. Além disso, tivemos grandes conflitos laborais. Então, nós não tivemos transição. Nós não indenizamos trabalhadores, então, não reduzíamos os

contingentes dos portos da maneira suficiente, porque nós não aplicamos a lei da maneira adequada, e, além disso, a nossa lei ainda tinha questões absurdas. Os trabalhadores avulsos para sair do sistema, há valores de hoje, por exemplo, receberiam R\$ 12.500 para abandonar os seus direitos. Quer dizer, isso é um absurdo. Então esse sistema não deu certo. Nós também não requalificamos trabalhadores portuários para um novo modelo, inclusive, para as atividades logísticas, porque a lei manda implantar centro de treinamento, e nenhum porto no Brasil implantou.

Passados 15 anos da lei implantada em 93, agora que está se implantando um centro de treinamento em Santos. Nós também não fizemos revitalização das áreas degradadas para gerar atividades turísticas, para poder recuperar a economia, porque ficamos parados, e o único que aconteceu foi o porto de Belém, que tem alguns problemas de viabilidade. E o que é pior, para concluir tudo. Nós não incentivamos a atividade logística industrial, que a lei manda fazer, que era, na prática, incentivar estas atividades quer seja dentro do Porto, quer seja fora do Porto, ou seja, todas as ações mitigatórias e compensatórias que a lei de 93 mandava implementar não foram cumpridas no sistema portuário brasileiro. Então, hoje, quando ainda a iniciativa privada e eu posso falar porque eu estou no poder público há dois anos e ainda tenho o DNA privado, quando a iniciativa privada reclama de custos e ineficiências portuárias é porque também não foi partícipe da totalidade para exigir que o Poder Público cumprisse com esses outros compromissos de ações mitigatórias para reduzir custos e para garantir uma infra-estrutura portuária adequada, independente, sem entrar no mérito de administrações portuárias com nomeações políticas, com ineficiências e com falta de critério. Bem, o que tem que ser feito? O que o mundo fez? E que é um elemento fundamental que vamos nos focar aqui. Incentivar essas atividades de logísticas industriais. No Brasil, praticamente só os novos portos que foram implantados tiveram essa visão, como Suape, Pecém, Itaguaí, Vila do Conde, esses novos portos têm áreas internas para plataformas logísticas e plataformas industriais. Os antigos portos que precisaram ser modernizados não têm área suficiente disso e sempre dependeram da retroárea. Então, a retroárea tem que ser considerada, como é no mundo, como parte do sistema do complexo portuário. Então, para isso nós precisamos incentivar as atividades de retroporto, porque, na prática, são atividades portuárias.

Os TRAS(F) e aqui não quero defender, mas quero deixar apenas claro foram os TRAS(F) que, na década de 70, seguraram o sistema portuário de Santos quando o porto de Santos estavam absolutamente

parado e não sabia nem operar container. Foram os TRAS(F) que operaram isso. Então nós agora temos que equilibrar a competitividade. Bem, para isso nós não podemos ter critérios desequilibrados. Nós precisamos incentivar essas atividades, e somente poderíamos pensar em área portuária como única de interesse se todos contassem com área suficiente para tudo. Se, no Brasil, os portos, como acontece em alguns países do mundo, não precisassem interferir em nada de área fora do Porto, aí nós poderíamos falar só em áreas administradas pelo porto organizado. Esta não é a realidade do nosso país, como não é a realidade de muitos países do mundo. Então, nós precisamos ver como esses países do mundo trabalham esse tema. Não é porque nós temos problemas que nós temos que simplesmente criar uma situação mais caótica do que, talvez, tenhamos hoje. Nós precisamos tomar cuidado. O que nós temos hoje? Esses regramentos precisam ser avaliados pela ótica de instrumento logístico, e não apenas como instrumento aduaneiro. É esta a primeira questão que nós precisamos trabalhar. Nós precisamos incentivar isso como? O retroporto é um instrumento logístico. Do retroporto podem ser feitos trabalhos e procedimentos aduaneiros para que as cargas se dirijam ao porto só desembaraçadas e, no retroporto, podem ser implantados sistemas informatizados, criando um sistema de gestão. Na prática, hoje e, aí, permitam-me fazer um destaque da situação das cidades portuárias, enquanto a lei mandava incentivar essas atividades no porto e no retroporto, o Governo Federal, durante anos, implantou EADs sem nenhuma lógica, disseminando isto no país, criando um sistema logístico, portuário, absolutamente desordenado.

Hoje as cidades portuárias são vítimas de um fluxo logístico desordenado. Os caminhões que se falam aí das filas são caminhões que se dirigem ao porto sem nenhum procedimento prévio de planejamento logístico. Então, esta é uma questão que nós temos que trabalhar os instrumentos de retroárea como instrumentos de logística que precisam estar integrados ao trabalho. Nós precisamos, então, ter tratamento isonômico nos alfandegamentos. Precisamos ter isto, por quê? Por que nós precisam falar nisso, que não precisa mais ter licitação pública? E aí vamos compactuar com a Dra. Clecy, por quê? Porque todas... nós não podemos confundir a ótica logística com a ótica somente aduaneira. São questões distintas.

Sob o aspecto de alfandegamento Senador João, nós queríamos deixar bem claro isto, alfandegamento não depende de licitação pública. As licitações públicas nos portos elas são apenas para arrendar área, não são para alfandegamento. Qual a diferença, como a D. Clecy disse, de um terminal portuário privativo e um

terminal retroportuário? Qual a diferença de um terminal que hoje pode implantar um porto sem licitação pública e que pode ter o alfandegamento sem licitação pública de um terminal que está na retroárea? O que justificaria ser obrigatório, então, um processo licitatório para isso? Na verdade, esse antigo procedimento de licitação pública para alfandegamento e retroporto é uma exceção, e não regra geral. É a única modalidade de procedimento de alfandegamento que precisa de licitação pública. Então, nós temos que aplicar a isonomia. Não é justo que tenhamos critérios diferenciados. Porém, aí nós vamos colocar um pouquinho vou correr rápido porque já se colocou, quando se fala que isso é serviço público, isto não é serviço público. Em nenhum momento a Constituição Federal trata isto como serviço público vou correr aqui. Nós não podemos confundir serviço ao público com serviço público. Como a Dra. Clecy, nós não combinamos isso, mas a mesma maneira, escolas, hospitais dependem de autorizações do Poder Público, cumprem regramentos e não precisam participar de licitação pública para isto.

Fala-se um pouco de investimento: “Ah, o investimento é muito baixo”. O investimento tem que ser proporcional à realidade de cada negócio. Quem vai definir o quanto é o investimento é o que o mercado precisar. Fala-se muito que não há garantia das mercadorias, também concordamos com a Dra. Clecy, lá está dizendo que tem que ser armazém geral. A lei do armazém geral é uma lei de 1903, é o decreto 1.102, de 1903, que permite total garantia. Outras coisas que se diz: “Ah, qualquer um pode ser CLIA?”. Qualquer um sim, que cumprir os regramentos. É natural das atividades empreendidas pela iniciativa privada permitir, desde que cumprido os regramentos.

Bem, a Receita Federal não tem quadro suficiente, outra coisa que se comenta. Aí, cabe um destaque, senhores, o mundo mudou, hoje não se fiscaliza ou controla como no passado. Não é fiscal na porta de um terminal que garante controle. Hoje, as organizações de controles legais utilizam serviços de inteligência e tecnologia de informação. Nem as empresas privadas controlam mais suas atividades através de gerentes duros, controlam através de procedimentos.

A Receita não tem quadros funcionais, é o que se coloca. A Receita está implantando sistemas informatizados, os terminais das regiões portuárias, as fiscalizações, poderiam ser feitas, inclusive, com o próprio quadro local, e a implantação do sistema de controle de fluxo integrado ajudaria muito o fluxo e o controle aduaneiro. Posicionamentos defendidos, então, pelos municípios portuários. Aí é que nós queremos começar a colocar alguns diferenciais. Sabemos que não são unânimes, mas nós precisamos usar qual é o modelo

que o mundo trabalha. Se nós formos buscar como é que o mundo trabalha, o sistema portuário, nós temos que verificar como é que o mundo trabalha também esta atividade de retroárea. É fundamental incentivar esse processo logístico. Quem vai visitar portos europeus, portos americanos, ouve dos dirigentes dizendo o seguinte: “Porto que quer ser competitivo tem que ter planejamento logístico e planejamento de indústria”. Isto é uma atividade portuária, não é uma atividade necessariamente que a iniciativa privada vai desenvolver o planejamento, quem desenvolve é o porto e as autoridades.

Agora, quem exerce é a iniciativa privada. Nós temos que enfocar o retroporto como instrumento logístico. Nós temos que enfocar essas atividades em cidades não-portuária, ou aeroportuárias, como instrumentos complementares. É assim que o mundo trabalha. O mundo utiliza essas instalações preferencialmente nas regiões portuárias e retroportuárias e, nas cidades que não são portuárias e retroportuárias, considera como instrumentos complementares, e não como instrumentos básicos do sistema. Para isso existem regramentos muito claros. Nós temos que dar tratamento isonômico para o alfandegamento; nós temos que garantir cautelas fiscais; nós temos que garantir processos de alfandegamentos que não dependam de posicionamentos de pessoas, mas sim cumprimento de regras claras; nós temos que garantir procedimentos para re-equilíbrio econômico dos contratos de arrendamento. Aí é um detalhe.

Senador, só vou encerrar, estou terminando, o senhor desculpe o tempo. Esse é um problema seriíssimo. Os arrendatários que participaram de processos licitatórios dentro dos portos organizados eu não estou dizendo licitação de EAD, quem arrendou área dentro do porto, quando participou do processo licitatório, nos estudos de viabilidade econômica, foram consideradas receitas e serviços logísticos e armazenagens. Se, de uma hora para outra, este segmento, este mercado mudar e se disseminar empresas de qualquer forma concorrendo, haverá uma enxurrada de ações judiciais buscando re-equilíbrio econômico. Então, é necessário que a lei que trata e essa transição dos CLIAS também contemple a necessidade e a previsão de que haja revisão de equilíbrio econômico de quem está dentro do porto. Precisamos garantir direitos dos atuais permissionários.

Para isto, nós, a Associação Brasileira dos Municípios Portuários defende que deveria existir algum regramento dizendo que, enquanto vigentes contratos resultantes de processos licitatórios, não deveria ser implantado na mesma região ou cidade novas unidades, até que esses processos sejam encerrados. Os

CLIAS deveriam, qual é a lógica que nós estamos propondo? Este modelo que nós estamos propondo é basicamente o modelo que o mundo usa e, principalmente, é o modelo aplicado nos Estados Unidos. Se nós temos um exemplo de país que valoriza a iniciativa privada, ninguém tem questionamento contra os regramentos do Governo norte-americano. E, lá nos Estados Unidos, como é que funciona essa atividade? Estas instalações de plataformas logísticas e industriais sob controle aduaneiro são instaladas nas cidades e regiões portuárias ou aeroportuárias. Eu não vou falar, aqui, da aeroportuária, mas portuárias. Nas cidades aeroportuárias, são instaladas atividades que não envolvem containeres, porque container não anda de avião. E, nas cidades de fronteiras, cargas direcionadas, cargas especiais, também sob regime administrativo, que resolve o problema de fronteiras. Este é o modelo que é adotado nos Estados Unidos. Como é que funciona no modelo americano? Nós adaptamos aqui. Nós tivemos lá, o ano passado, inclusive, visitando o Porto de Houston, no ano retrasado. Lá nos Estados Unidos, para implantar uma figura tipo CLIA, numa cidade que não é portuária, tem que ter parecer favorável do porto e da Câmara de Comércio da cidade e da região onde o porto está instalado. Por quê? Porque isso tem que ser visto como instrumento logístico de interesse logístico de competitividade do Porto. Não pode ser visto só interesse do usuário. O interesse do usuário, sim, é sempre pagar menos, é natural. Mas ele tem que estar inserido também no interesse estratégico do país e no interesse logístico do porto, porque, senão, você desmonta o sistema portuário. Nos Estados Unidos é assim.

Nós estamos aqui sugerindo uma adaptação, ao invés de ser Câmara de Comércio, que no caso nosso, aqui, seriam as Associações Comerciais, nós estamos propondo que haja um parecer favorável do CAP, que é o Conselho de Autoridade Portuária, onde a comunidade, os usuários estão presentes, onde todos estão presentes na bancada. Resumo final. São fundamentais essas atividades; são instrumentos de eficiência logística; devem ser instrumentos de recuperação econômica das cidades portuárias como o mundo adotou; precisam ter tratamentos isonômicos; os procedimentos de alfandegamentos têm que ser administrativos.

São necessárias alterações no Projeto de Lei. Nós temos um Projeto de Lei substitutivo, que vamos encaminhar; fundamental previsão autorizando repactuação dos atuais contratos de arrendamento; fundamental garantir os direitos dos atuais concessionários; as cidades e regiões aguardam a aprovação da lei. As

idades também têm um projeto substitutivo que vão caminhar. Muito obrigado, desculpem a correria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradecendo à contribuição que os senhores palestrantes aqui trouxeram, conferencistas aqui trouxeram, gostaria de explicar um pouco a ausência dos senadores nessa sessão tão importante da nossa Comissão de Infra-Estrutura.

Em virtude de uma série de outras Comissões, sobretudo a Comissão Parlamentar de Inquérito que está tendo sessão no momento, normalmente mobiliza a maioria dos senadores e torna difícil a presença dos mesmos em todas as Comissões. Nós devemos estar, no momento, aí, pelo menos, umas três Comissões acontecendo, o que torna difícil.

Entretanto, nós podemos informar que todo o material advindo dessa sessão, quer seja ele escrito ou mesmo gerado pela televisão e pelo áudio, será distribuído por todos os senadores que fazem parte dessa Comissão, e fazem parte dessa Comissão, e mesmo aqueles que não fazem parte da Comissão, em função da importância grande que o tema desperta na comunidade brasileira, de um modo geral, e, particularmente, nessa Casa.

Bom, eu vou ter que quebrar um pouco o regimento, porque teria que me afastar da Presidência para fazer algumas questões, levantar algumas questões, e para mim é muito importante, porque, como relator, tem algo que eu gostaria de explorar um pouco mais. Então, eu vou ter que ir de encontro, ir de encontro ao nosso regimento. Eu gostaria de colocar alguns aspectos que me parecem muito importantes. O primeiro deles diz respeito à questão do impacto no custo Brasil, que qualquer solução proporcionaria, de uma maneira mais intensa, uma maneira menos intensa, mas, de qualquer forma, traria alguma consequência, algum impacto sobre isso. Então, a primeira questão, eu orientei, eu endereço à Dra. Lytha Spindola, que é da CAMEX, não é isso? Se essa entidade, se essa organização já fez alguma avaliação efetiva do impacto dessas duas opções, dessa medida, da atual, vigente, atualmente, dessa, que seria aprovado caso viéssemos determinar a aprovação, propor a aprovação dessa segunda opção no custo Brasil. Seria se existe alguma mensuração desse aspecto.

Eu gostaria de colocar logo as três questões porque aí a gente já ganha tempo, faz em bloco, como é costume aqui na Casa. Eu levantaria para a Dra. Clecy uma questão que me parece muito recorrente sobre o grupo que defende, com maior veemência, a permanência do sistema atual, qual seja, de licitação. Como seria possível evitar, ou pelo menos atenuar, as perspectivas de algum prejuízo que, por acaso, viesse

acontecer, naqueles que se anteciparam, de alguma forma, por alguma razão, instalar os seus empreendimentos baseado e acreditando na prevalência de um determinado procedimento e, de repente, esse procedimento tenha a propulsão de mudar de uma maneira bastante intensa, bastante consistente? Então, se haveria, por parte da Dra. Clecy, alguma idéia de como isso poderia ser atenuado, de como isso poderia ser algo que não viesse, digamos assim, conspirar contra essa idéia da abertura mais ampla da concessão dos portos secos de uma maneira, onde o Governo tivesse mais ausente, muito ausente, sem que isso viesse a colaborar para que uma, digamos assim, uma concorrência predatória viesse a estabelecer sobre aqueles que já realizaram seu investimento dentro de outra formatação legal? E um terceiro ponto, eu faria a todos, que seria o seguinte. Os Congressos, particularmente o nosso Congresso, sempre busca, como é uma das suas obrigações, funções, soluções conciliatórias, soluções que venham a contribuir no sentido de que as partes que se... que disputam suas idéias possam ser, de certa forma contempladas, sobretudo levando em consideração que o interesse do país é maior do que qualquer essa outra coisa.

Então, dentro dessa visão, como os senhores veriam a possibilidade de, digamos assim, de que o tema fosse conduzido para uma solução intermediária e, sobretudo, também se haveria possibilidade de que nós dispuséssemos de um período de transição, onde pudesse haver as adaptações necessárias daqueles que já existem e daqueles que passariam a existir, no sentido de que não viesse a acontecer aquilo que eu chamo nenhuma concorrência predatória de um lado, nenhuma limitação, engessamento, digamos assim, de um procedimento de novos empreendimentos e de outros? Então, este último ponto eu gostaria de deixar para todos que gostariam de responder. E as duas primeiras questões foram endereçadas especificamente à Dra. Lytha e à Dra. Clecy.

SRA. LYTHA BATTISTON SPINDOLA: Muito obrigada, senhor Presidente. Eu vou começar pela última, muito rapidamente. Acho que as apresentações, aqui, todas mostraram argumentos e contra-argumentos das duas partes. Dr. Sérgio Aquino mostrou a necessidade de buscar algum ajuste no projeto, e a Dra. Clecy também manifestou a abertura do Governo, da parte da Receita Federal, para alguma adequação para tornar esse projeto viável e permitir que ele seja aprovado e tenha fim esse impasse que hoje impede o aumento da oferta de serviço.

Nós temos nos referido aos fluxos de comércio, comparativamente ao que houve de abertura de novos recintos nesse período, para mostrar que o en-

gargalamento, que há necessidade de ampliar a possibilidade de novos depósitos. Eu não posso falar só de armazenagem, porque eu entendo e vou voltar a esse ponto em seguida, a questão da logística é integrada, a questão, hoje, é olhar a multimodalidade. O secretário Sérgio estava correto quando mencionou o resto do mundo. Nós temos que nos harmonizar, nós temos que ter uma multimodalidade adequada à competição com estrangeiros. E a nossa preocupação é: enquanto essas disputas empresariais internas impedirem a evolução nessa matéria, o país como um todo se enfraquece.

O mundo tem grandes empresas extremamente competentes e eficientes, que oferecem serviços de altíssima qualidade a baixos custos, que obviamente pretendem entrar nesse país, que ainda tem alguma reserva nessa área. O que está acontecendo? Ao invés de os atores que hoje atuam nesse espaço procurem fortalecer suas posições relativas para poderem competir nesse contexto internacional em condições mais favorecidas como grandes *players* nesse mercado, eles se engalfinham em disputas internas que enfraquecem o conjunto. E quem perde é o país, e o setor como um todo vai perder porque a competição internacional é agressiva e ela, a cada dia, se aproxima mais do Brasil. E nós, muito provavelmente, não fugiremos à regra que aconteceu no resto do mundo, de fusões e aquisições nessa matéria. Não é possível discutir armazenagem, nem portos secos, sem pensar em multimodalidade. Essa é uma peça de uma engrenagem totalmente integrada. Ela não pode ser vista como um elo isolado. Aliás, é importante que esses setores, sejam eles CLIA, portos secos, EADs, se preparem para prestar outros serviços, não apenas armazenar mercadorias, como foi mencionado por todos aqui nas apresentações.

Hoje, esses armazéns eles não são depósito de mercadorias, eles são locais onde as mercadorias são beneficiadas, aperfeiçoadas, montadas, e não apenas embaladas. Eu sinto exemplo, pizza são feitas em locais dessa natureza, porque esses locais têm vantagens competitivas para comprar o tomate, os molhos, os queijos, ingredientes, preparar e entregar na casa do cliente.

A revisão e assistência técnica de equipamentos eletrônicos, como computadores da Toshiba, são feitos também em locais como esse, no caso, aeroportuários, porque o transporte, nesse caso, é aéreo. E é ali que é feita a checagem da mercadoria devolvida, a troca da peça se houver defeito e o retorno da mercadoria à casa do cliente. Tudo isso, hoje, no mundo inteiro, de país a país, entre países, tende a ficar extremamente competitivo, esse serviço ser prestado a baixíssimo custo. Isso não existe no Brasil.

O comércio exterior se ressentiu que o Brasil não tem “*just in time*”, não tem entrega rápida ainda. Isso é custo de produção, e não apenas para exportar, para importar também, porque o importado é ingrediente, é insumo, é custo no processo produtivo do produto que depois ou vai competir com estrangeiro aqui no mercado interno ou será exportado. Portanto, respondendo a sua primeira pergunta, Presidente, nós não temos mensurações específicas, mas nós temos uma evolução do número de recintos e a evolução dos volumes de comércio.

Nós temos também que diversas entidades fazem estimativas do custo de colocar um produto aqui ou acolá e das dificuldades que têm na descentralização do despacho e do desembaraço aduaneiro, muitas vezes decorrente das normas que regem recintos em zona primária.

O retroporto é parceiro e o porto seco é parceiro. Todos eles têm que estar integrados, e a logística de transporte, também integrada dentro de uma solução maior que tire o país desse atraso relativo nesse comércio. O que nós temos nessa área não é compatível com a grandeza do país em outros setores. Nós temos que melhorar muito nesse sentido. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigada, Dra. Lytha. Passaria a palavra à Dra. Clecy para as suas reflexões sobre as duas questões.

SRA. CLECY MARIA BUSATO LIONÇO: Muito obrigada, Presidente. A pergunta que me foi feita é no sentido de verificar se existe alguma forma de minimizar, digamos, os prejuízos, algo assim.

Então, a primeira observação que eu gostaria de fazer é que esse modelo atual, que envolve licitação, ele não é, ou seja, nós não fazemos e não poderíamos fazer um processo licitatório garantindo a exclusividade dessa atuação, seja no município, seja na região. Ou seja, quando os operadores ingressaram no processo licitatório, eles sabiam que a Receita Federal pode, a qualquer tempo, abrir um novo processo licitatório. E o fizemos, quando necessário. O que aconteceu foi que, quando tentamos fazer, a força dessas instalações já funcionando impediram que houvesse o atendimento da nova demanda. Então, essa é uma realidade, ou seja, não se está aqui, com esse projeto, ferindo direitos adquiridos nessa questão, porque o direito foi para explorar aquele recinto, naquele município, dentro das regras estabelecidas na licitação, que estão sendo cumpridas. O que se conhece? A mudança do modelo pode tornar o novo modelo mais adequado para os interesses empresariais. Então, a lei está permitindo, sem ônus, não é só para a União, mas também para o usuário, que hoje é obrigado a ficar com o empreen-

dimento, pelo prazo estabelecido no contrato, mesmo que ele tenha prejuízo, se ele rescindir o contrato, ele tem uma multa contratual.

Ou seja, o que a lei diz é que ele pode, sem ônus para ele, e sem ônus para a União, rescindir o contrato e ingressar num novo modelo que lhe dá plena liberdade de atuação, ampliando o estabelecimento, fazendo industrialização, fazendo outras atividades que originalmente não estavam previstas no contrato. Então, esta flexibilidade é dada e não poderia ser deixada de fazer, tão pouco obrigado a migrar para o novo modelo. Se o modelo antigo permanece melhor para o usuário que participou da licitação, ele tem direito, e a união vai honrar o contrato até o final da licitação. Então, essa é uma questão que precisa ser esclarecida. Há também regras, para quem migrar, de adequação, também, às exigências novas que estão sendo feitas. Nós damos um prazo, assim como damos a todos os atuais recintos alfandegados que não foram objeto de licitação, para que se adequem às novas regras de segurança que eu mencionei. Está sendo dado prazo pela lei, obviamente pode ser revisto esse prazo pela própria Casa, de até 3 anos para adequação, cumprimento de todos os requisitos. Mas, se algum atual permissionário migrar para o modelo de CLIA, ele imediatamente já terá o direito a todas as prerrogativas, porque eles já cumprem um número bastante grande de exigências de controle e segurança que atendem de imediato o que necessita o Fisco e que pode ser agregado paulatinamente. Então, esta é uma questão que eu gostaria de esclarecer.

Outra questão é que a própria lei define locais onde essas licenças, esses recintos licenciados podem se instalar. Em princípio, a lei define justamente isso, em áreas de retroporto e de aeroporto, em grandes centros, porque é justamente nos grandes centros que há uma movimentação de interesse comercial por essa atividade maior, e, efetivamente, o Congresso pode aperfeiçoar esses critérios de localização. Também, acho, acredito que é possível melhorar os critérios para definir, em alguma situação específica, critérios adicionais que não tenham sido previstos, para que sejam cumpridos. Observando, na minha avaliação na avaliação que eu acredito ser também da Receita Federal, pelos anos que eu tenho de convivência na casa e das nossas políticas, é que o interesse público e do usuário tem que prevalecer sobre interesse privado sim. Porque eu fico... acho que a idéia é interessante, tem que ser levada em consideração todo o ambiente portuário, mas nós não podemos também dizer que não vamos melhorar as tarifas de comércio exterior simplesmente porque o empresário portuário quer continuar ganhando o que ele ganha hoje, porque

ele hoje tem autonomia para fixar e obrigar o usuário a usar aquele local.

Então, tem que ser ponderado, tem que avaliar os prós e contras. Ninguém quer inviabilizar aqui a atividade portuária. Mas ela tem que ser feita com muito critério para também não fazer o usuário continuar sendo refém de situações que são nichos de mercado que impedem a concorrência. Ou seja, nosso objetivo, aqui, nossa idéia, é que o Governo influa, participe ou tenha a ingerência o menor possível, somente aquela que seja absolutamente necessária para criar essas condições de competição correta, adequada. E não mais do que isso, ou seja, o Estado não deve manter-se como protetor de investimentos, ainda que eles tenham sido feitos.

Houve também, Sr. Senador, lá na Câmara dos Deputados, porque esse projeto já tramitou como Medida Provisória, então, já houve discussões, houve também tentativas para uma regra de transição nos municípios, nos locais onde já estivessem os portos secos. A Receita não é avessa a nenhuma conversa nesse sentido. Nós temos, simplesmente, que olhar que, quando houve a expectativa, quando houve a formalização do contrato, ele tinha um prazo certo. Qualquer prorrogação, qualquer coisa que veio se dar em razão de leis posteriores e tal são opções do próprio interessado que participou da licitação, e não imposições do Fisco. Quase todos os contratos já firmados eles vencem, estão vencendo ou vão vencer em poucos anos, ou seja, não vão ficar valendo 25 anos. Embora, os permissionários tenham a possibilidade de prorrogar por mais 10 anos as suas permissões. Nesse sentido, justamente, quando ele ingressou na licitação, ele sabia exatamente o tempo que ele teria necessário para amortização do investimento. E não há por que garantir continuidade de exploração do serviço com exclusividade por um tempo adicional que, porventura, a lei posterior veio lhe dar. Então, esses são os cuidados que eu acredito que devam ser tomados e que nós compartilhamos.

Acho que nós temos, aqui, estamos nessa Casa discutindo, e justamente o Senado tem esta, até, obrigação, até esse dever, de verificar o que é melhor para o país, o que é melhor para a sociedade, e nós, como órgãos públicos também, vamos participar do processo pró-ativamente, buscando equalizar todos os interesses e sem ferir, obviamente, nenhum interesse que inviabilize a evolução dessa matéria no contexto da logística do comércio exterior. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Algum dos senhores da mesa gostaria de acrescentar alguma coisa. Dr. César. [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALBINO TRAMUJAS: Eu gostaria de colocar, aqui, na posição que o Presidente colocou para nós todos que é a solução conciliatória. Eu quero dizer, aqui, que a nossa entidade, ABCLIA, ela está aberta, Senador, para sentar, como eu disse anteriormente, junto com todos os empresários do setor, os atuais e os que pretendem se instalar, para que nós cheguemos a um denominador comum, e que o Senado faça o seu trabalho de conciliação e que nós possamos, dentro de pouco tempo, Senador, ter aí uma solução para esse caso.

Eu só quero complementar as palavras do Dr. Sérgio Aquino, e que a visão, e aqui parabenizar o Dr. Sérgio, que é claro que tem uma visão portuária da cidade de Santos. Mas eu quero, aqui, dizer que o Brasil, Dr. Sérgio, como disse a Dra. Lytha, nós temos que pensar no Brasil, nós temos que pensar que há aí uma situação diferente. Eu, quando fui diretor do Porto de Paranaguá, eu era contra os portos secos, isso na década de 80. E realmente é porque eu achava que ia tirar emprego do portuário, ia trazer problemas para os sindicalistas, e hoje eu sou um defensor. E eu não acredito que... e nunca acreditei nas palavras de que porto perde carga, porto perde carga porque está sendo mal administrado, porto perde carga porque, como acontece lá em Paranaguá, como acontece em Santos, a administração não é boa, às vezes, e o custo é muito alto, porque porto nenhum nesse país está deficitário, absolutamente. Paranaguá perde carga para Santa Catarina porque Santa Catarina está crescendo; Santos perde carga para Paranaguá porque Paranaguá tem lá suas atividades; e assim vai continuar sendo em todos os portos brasileiros.

O que acontece é que nós precisamos, como disse a Dra. Lytha, é ver essa modalidade, a intermodalidade. Nós, na região do Oeste lá do Paraná, junto com o Paraguai, Argentina e Mato Grosso, Minas Gerais, que está aqui presente, e São Paulo, nós estamos trabalhando na navegação do Paraná-Tietê até a Bacia do Prata. É uma realidade. Itaipu recebe nesse ano um dinheiro do BIDE, para fazer a transposição de Itaipu, que não será por eclusa, mas será de uma maneira que se possa levar a mercadoria desde lá do interior de Minas Gerais até Buenos Aires. Isso que é que precisamos. E essas regiões todas estão aí, sem essa Legislação específica. Todas as cidades que têm potencial de demanda estão aí à espera dessa Legislação, porque não existe hoje nenhuma possibilidade, como disse a Dra. Clecy, de licitar qualquer tipo de novo porto seco.

Portanto, Senador João Tenório, é importante, muito importante que tenhamos essa decisão o mais rápido possível, porque nós temos falado desse co-

lapso de logística, e isto vai acontecer, com certeza, e será um atraso ao país se isso acontecer, porque nós já estamos discutindo, Senador, há muito tempo soluções, veja bem, nós nunca, Dr. César, nunca tentamos trazer aqui problemas, e sim soluções. Existem, o mercado cresceu, e os números estão aí, eu tenho certeza, como foi feito no fórum de Santos, todos os sindicatos apoiaram o fórum que fizemos em Santos, junto com o pessoal de Santos, está aqui o Vicente, que foi o patrocinador do fórum, e todos os sindicatos das áreas portuárias e retroporto apoiaram essa nova Legislação.

Portanto, eu, como tenho sempre falado, não dá mais para perder tanto tempo, Senador, discutindo esse problema, já que a demanda é muito grande e soluções estão aí, elas existem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com a palavra Dr. César.

DR. CÉSAR AUGUSTO GUIMARÃES: Senhor Presidente, a pergunta acerca da possibilidade de um sistema intermediário, um sistema de transição, é muito oportuna, porque permite a discussão de um ponto central, que é justamente aquele que diz respeito à dimensão deste setor dos portos secos à luz da Constituição. Nós não temos como deixar de partir da Constituição como um... dentro do caminho para a construção, eventualmente de alguma solução para esse debate.

Eu gostaria de fazer um esclarecimento quanto a esse ponto, a respeito da analogia que se fez, nessa discussão, acerca de uma suposta licitação para alfandegamento no sistema dos portos secos, ou dos CLIAS, ou nos portos secos, na verdade, com aquilo que acontece no âmbito dos terminais portuários de uso privativo, ou mesmo no setor de saúde, educação, Previdência Complementar. Vejam, essa analogia é muito rica, porque ela permite uma constatação muito importante. O que acontece no setor portuário? Nos terminais de uso privativo? Não há licitação naquele, em relação àqueles terminais, porque eles são para uso privativo, eles são para movimentação ou exclusiva ou primordial de carga própria. Não há prestação de serviço público. Há a movimentação acessória, eventualmente, no caso dos terminais de uso privativo, de uso misto, para movimentação acessória de carga de terceiros, mas não... mas o que justifica a existência de um terminal de uso privativo é a movimentação de carga própria.

No caso da educação e saúde, o que acontece? Não se imaginaria que, por conta de uma tentativa de liberalização desses serviços, se viesse a proibir a existência de escola pública ou proibir a existência de hospital público. A coexistência de hospitais e escolas

públicas e de hospitais e escolas privadas mostra que é possível, sim, haver atividades privadas, mas com a garantia dada pelo Estado, porque a Constituição assim o determina de que vai haver escola pública, de que vai haver hospital público, de que esse serviço vai se chegar ao usuário. É exatamente isso que acontece aqui. Quando a Constituição, no art. 21, estabelece que os portos, os aeroportos são de competência, a exploração deles é de competência da União, o que ela pretende é determinar à União que assegure aos usuários desses serviços a existência material deles.

Então, é fundamental que nós constataremos que existe, sim, uma determinação na Constituição de que esses serviços de armazenagem e movimentação de cargas, não serviços relacionados ou as atividades ligadas ao alfandegamento, porque essas são controle do Estado sobre o comércio exterior, art. 237 da Constituição, não tem nada a ver com serviço público. Existe uma determinação na Constituição de que essas atividades se submetam ao regime previsto no art. 21. E nós não temos como ignorar isso.

Vejam, os problemas relacionados com a realização de licitações, com... enfim, com as dificuldades de procedimentos quando o Estado está envolvido em alguma atividade, esses problemas não são privativos aqui desse setor. Existem... as licitações estão em debate, inclusive, aqui nessa Casa, por conta disso, porque o procedimento licitatório é complexo. Muito bem. Mas será que nós podemos, por causa dessa complexidade, abandonar as garantias objetivas da licitação? Nós podemos frustrar o art. 175 da Constituição, que exige a licitação para delegação de serviço público. Frustrar o art. 37, inciso XXI, da Constituição, que exige licitação para contratações públicas em geral, por causa da dificuldade procedimental? Não, me parece que a solução que nós temos que procurar aqui em conjunto, e a minha função, aqui, de certo modo é essa, de mostrar que existem alternativas.

O nosso trabalho aqui deve ser o de verificar como nós podemos assegurar as garantias inerentes ao processo licitatório, de objetividade, de isonomia, de ausência de escolhas arbitrárias pelo Estado, por meio do incremento, da melhoria, do desenvolvimento desses procedimentos. E, vejam, as dificuldades práticas que levam ao suposto engessamento desse setor, a dificuldade de outorga de novos portos secos, etc., essas têm que ser combatidas dentro do sistema que existe. Existem mecanismos na lei de licitações para evitar esse tipo de coisa, existem mecanismos na disciplina própria das concessões e permissões de serviço público que permitem evitar, por meio da aplicação de pena de caducidade, por meio de, enfim, da utilização adequada desses instrumentos, evitar os problemas que

aparentemente existem. Mas me parece uma solução inadequada imaginar que, diante dessas dificuldades práticas, nós vamos, então, extinguir os controles públicos sobre este setor. Nós vamos, por exemplo, permitir que o particular decida se ele vai movimentar uma carga ou não. Afinal, a carga é privada. Ele diz: “Não, eu não quero movimentar”. Nós vamos ter o quê? Os controles ligados ao dito consumidor, talvez, para esse tipo de coisa? Vamos ter que ir ao CADE a cada vez que houver um conluio entre um porto seco, CLIA, e determinados setores da produção? O nosso sistema, e, aí, com isso, eu abordo uma outra questão que é importante, o nosso sistema é inconfundível com de outros países. Nós temos um sistema que é baseado na garantia de serviço público. Os Estados Unidos têm outro. Não existe serviço público nos Estados Unidos. É um conceito alheio ao direito americano. A garantia construída pela nossa Constituição é diferente da deles. E nós vivemos dentro desse nosso sistema e é com ele que nós temos... é ele que nós temos que desenvolver. Isso eu concluo, então, Sr. Presidente, indicando que é perfeitamente possível, e a intenção das associações que me indicaram para vir aqui conversar com os senhores é essa.

É perfeitamente possível que se aprimorem as discussões a respeito desse tema, que se tentem chegar a soluções que permitam resolver esses impasses, que eu não tenho qualificação nenhuma para julgar se existem ou não. Mas que eu confio que existam, pelas declarações dos meus colegas aqui de painel. Mas nós temos que fazer isso dentro do quadro constitucional em que nós vivemos e, principalmente, não buscando uma solução radical, que pode chegar a não se sabe onde, mas aprimorando os instrumentos que existem e que vão nos permitir criar uma cultura longa, permanente, sustentável neste setor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Dr. César. Passo a palavra ao Dr. Sérgio, para suas considerações finais.

DR. SÉRGIO AQUINO: Vou ser bem rápido. Primeiro, deixar claro: nós, em nenhum momento, aqui, defendemos qualquer questão e interesse exclusivamente empresarial. A nossa ótica é uma questão, é uma ótica mais global da análise do processo.

Nós temos, hoje, claramente, no Brasil, um modelo de gestão e exploração portuária que é adotado praticamente no mundo inteiro. O modelo de gestão portuária que nós temos aplicado pela lei 8.630 de 93 é, praticamente, é o modelo padrão do mundo. O que nós temos defendido é que se nós fomos e adotamos corretamente o modelo que o mundo adota, nós devemos ter coerência nas questões acessórias ao porto

na mesma linha. O que nós estamos defendendo em resumo?

Primeiro. Defendemos absolutamente o respeito à Constituição. Em nenhum momento na Constituição Federal encontramos qualquer questão dizendo que esse tipo de serviço é serviço público.

Segundo. Defendemos uma isonomia de procedimento de alfandegamento conforme já é adotado para todos os outros modelos de alfandegamento. O alfandegamento por licitação pública atualmente adotado é uma exceção, e não regra. Nós temos que desmistificar isso. Durante muito tempo tem-se dito: “Ah, vai se criar uma exceção”. Não. A exceção é que está instalada. Segundo. Nós, nenhum momento, aceitamos qualquer dúvida sobre a questão do comparativo que foi dito, respeitamos o Dr. César, mas, quem atua no mercado, atua no segmento portuário aduaneiro sabe perfeitamente que terminal privativo tem, pela lei, a possibilidade de optar por ser de uso exclusivo ou uso misto, e ele, aliás, hoje é um grande problema da Legislação atual, ele não necessita, hoje, nem comprovar nenhum por cento de carga própria. Aliás, esta é uma outra anomalia que precisa ser corrigida, Sr. Senador. Nós estamos, hoje, com um sistema desequilibrado. Nós defendemos que a iniciativa privada tenha liberdade de implantar terminais privativos, mas o modelo que está em vigor hoje, a partir do momento em que o poder público não conseguiu reger a questão de carga própria, o modelo que está em curso é para matar o porto público do país. Talvez o Brasil seja o primeiro país do mundo a não ter mais portos públicos daqui a alguns anos.

Eu quero deixar isso bem enfático, Senador, porque hoje o sistema que a lei prevê é absolutamente desigual. O terminal privativo pode operar carga de terceiros sem nenhum compromisso laboral, sem nenhum compromisso de obrigação de investimentos; ele é dono de tudo o que ele fizer, porque ele é mesmo, a iniciativa privada. Tudo o que ele investir ali é dele, será dele a vida inteira. Enquanto isso, as empresas que arrendam áreas nos portos, depois de findo o contrato, tudo se incorpora para o patrimônio do porto.

No cenário que está hoje, é natural, e não estamos criticando, minha origem é iniciativa privada, é natural que a iniciativa privada busque somente implantar novos terminais privativos que são mais simples, mais ágeis, mais tranquilos e que têm domínio total da operação. Então, o porto público vai, ao longo do tempo, deixar de ter ocupação da iniciativa privada, que esteve nele, num primeiro momento, porque era mais fácil, a infra-estrutura estava pronta, mas esse sistema precisa ser revisto, pelo menos a obrigação de comprovar carga própria. Isto é um tema que precisa ser trabalha-

do. Mas, hoje, o sistema que todo mundo que está no mercado sabe, ele pode operar, sim, carga própria, de terceiros quando quiser, tem o alfandegamento, sem nenhuma licitação pública. Nós precisamos, então, se nós estamos trabalhando e queremos ser competitivos, como foi dito com os custos do mercado internacional, porque nós temos que competir com os outros países, então, por que nós não adotamos os modelos que os outros países adotam? Nos outros países não existe esta liberdade absurda de em qualquer local ser implantada essa unidade.

Agora, nós não podemos deixar, e concordamos que isto seja, como foi dito, isso não pode ficar nem só na mão do poder público, como também não pode ficar nem só na mão da iniciativa privada. Por isso, e aí finalizando, Senador, quando o senhor disse: “uma proposta intermediária”, nós temos o substitutivo, vamos trazer, e que entendemos que é intermediária, porque ela dá à sociedade o controle sobre isto. Por quê? E quando dizemos o CAP, CAP não é administração do porto, CAP não é porto, CAP é a sociedade. No CAP tem o bloco dos empresários, operadores portuários; tem o bloco dos usuários, onde tem lá representante dos exportadores e dos importadores; tem o bloco dos trabalhadores; e o bloco do poder público no CAP. No poder público tem um representante da União, um representante do Estado e um representante do município. Então, o CAP é a sociedade controlando o sistema, não é nem empresário, nem poder público, nem só trabalhador, nem só usuário. Então, a lei foi muito sábia em criar essa instituição. Por isso, finalizando, Senador, nós vamos caminhar esse projeto substitutivo que entendemos que pode ser um caminho para encontrarmos uma saída intermediária.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bem, antes de encerrar nossa sessão, gostaria de informar apenas que tem, se encontra sobre a mesa, enviada a essa Presidência um requerimento do Senador Heráclito Fortes sugerindo, solicitando uma nova audiência pública em função da necessidade de presença, de algumas outras autoridades que poderiam contribuir de uma maneira importante para essa conclusão, as conclusões desse trabalho.

Como não existe nenhum senador presente, eu não me sinto à vontade de deliberar sobre esse requerimento. Vou deixar que a Secretaria encaminhe isso ao Presidente Marconi Perillo, que, na próxima sessão, ele dará encaminhamento a esse requerimento. Gostaria, para finalizar, agradecer profundamente a presença de todos os senhores que fazem parte dessa mesa, dizer que encerramos essa sessão com duas percepções. Primeiro. Que trata-se, de fato, de um assunto extremamente complexo, porque nós temos

três visões, que têm que ser, de certa maneira, levada em consideração: a visão daqueles que defendem o modelo atual; a visão dos que defendem o modelo futuro; e, sobretudo, deveremos ter a percepção correta, a avaliação correta daquilo que é importante para o país. Isso é que tem que se sobressair de toda essa discussão que nós estamos realizando aqui. Todas as informações que V.S^{as}. nos proporcionaram foi muito importante para a formulação, formatação e algumas idéias que devem constar no nosso relatório. Dizer que outra percepção que fica claro para mim, existe um espaço de negociação.

Acho que ficou claro isso nas discussões que aqui aconteceram, o que facilita, de outro lado, o nosso trabalho, e confere ao Senado e ao Congresso Nacional aquilo que é a sua essência, qual seja, tentar até a última instância negociações no sentido das conciliações. Agradeço, portanto, a presença das senhoras e senhores que propuseram essa mesa. E, como nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h58.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 8ª Reunião ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de abril de 2008, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Ideli Salvatti, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Gim Argelo, João Durval, Flávio Arns, Fátima Cleide, Aloizio Mercadante, João Ribeiro, Renato Casagrande, Neuto de Conto, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Mário Couto e Tasso Jereissati**. Presente, também, o Senador João Pedro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura do expediente assina-

do pelo Senador Augusto Botelho, requerendo seja considerada como missão política sua ausência dos trabalhos da Casa no período de 10 a 18 de abril de 2008, quando estará participando de eventos políticos no Estado de Roraima; Ofício nº 368, datado de 10 de abril de 2008, do Gabinete Civil da Presidência da República, firmado pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff, informando que terá o prazer de comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado para tratar de assuntos acerca da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e sobre o andamento das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: Item 1 – **Decisão Não Terminativa – Mensagem do Senado Federal nº 51, de 2008**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor **Mário Rodrigues Júnior**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, tendo como relator o Senador Expedito Júnior. Após, a Presidência concede a palavra ao Relator Senador Expedito Júnior, para proferir o seu Relatório. Usam da palavra para sabatar o indicado os Senadores Romeu Tuma, João Ribeiro, Eliseu Resende, Renato Casagrande, Marconi Perillo, Mário Couto e Romero Jucá. São convidados os Senadores Valter Pereira e Renato Casagrande como escrutinadores. Logo após, a Presidência proclama o resultado obtendo 18 votos “sim”, 01 voto “não”, nenhuma abstenção, totalizando 19 votos. A indicação é aprovada. Item 2 - **Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei da Câmara, nº 125, de 2007**, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421”, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório favorável à matéria. A apreciação da matéria é adiada. Item 3 - **Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008**, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona”, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, tendo como relator o Senador Pedro Simon, que apresenta relatório favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 4 - **Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2007**, que “Acrescenta o dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para expli-

citar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório favorável à matéria. A apreciação da matéria é adiada. Item 5 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007**, que “Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos e dá outras providências”, de autoria do Senador Eliseu Resende, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 6 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-359”, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 7 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 8 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela Declaração de Prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. Item 9 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 10 - Decisão Terminativa - **Projeto**

de Lei do Senado, nº 655, de 2007, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibirapu e de Viana, na BR – 101/ES, e o trecho que liga a BR – 101 ao Porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão ainda aprova, **extra-pauta**, os requerimentos a seguir: Item 01 – **Requerimento nº 16, de 2008-CI**, de autoria do Senador Mário Couto, requerendo que seja convocada a Senhora Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, no âmbito da Comissão, para prestar as seguintes informações: a) sobre a denúncia da existência de um dossiê contendo informações do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso; b) providências adotadas diante das denúncias; c) detalhamento da investigação feita pela Polícia Federal, sob a responsabilidade do delegado Sérgio Menezes; d) cópia dos dados contidos no chamado “banco de dados”, criado pela Casa Civil da Presidência da República. Item 02 – **Requerimento nº 17, de 2008-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, requerendo que sejam convidadas a participar de audiência pública no âmbito da Comissão, autoridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Departamento de Polícia Federal; da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Comando do Exército Brasileiro, com o propósito de instruir o PLS nº 327, de 2006 (modifica a legislação aduaneira). O Senador Romero Jucá apresenta requerimento solicitando ao plenário da Comissão as seguintes questões: **1)** Transformação da convocação aprovada da Ministra Dilma Rousseff, para questionamento sobre obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, para a modalidade de convite, informando, inclusive, que a Ministra já programou sua vinda entre os dias 29 de abril e 06 de maio, à critério da Comissão; **2)** Recorrer da convocação da Ministra Dilma Rousseff, para explanar sobre cartões corporativos e vazamento de dossiê sobre despesas sigilosas do Governo Federal, por ser antiregimental e não se enquadrar nas atribuições da Comissão de Infra-Estrutura. Usam da palavra para discutir o requerimento do Senador Romeira Jucá os Senadores Mário Couto e Valter Pereira. A seguir, a Presidência faz a leitura do seu despacho acerca do requerimento do Senador Romero Jucá esclarecendo que no dia 10 de abril de 2008 foi aprovado por esta Comissão o Requerimento nº 10, de 2008-CI, de au-

toria do Senador Flexa Ribeiro, quando se encontrava com *quórum* de votação, maioria simples necessário para a deliberação de requerimentos de acordo com os arts. 214 e 215 do RISF, passando a constituir requerimento da Comissão. Em relação ao item 2, que trata de convocação e comparecimento de Ministro de Estado perante o Senado, o senhor Presidente informa que o art. 50 da Constituição Federal e os arts 90, Inciso III e 397, Inciso I, § 1º do RISF, atendem o que foi aprovado no requerimento de convocação da Ministra Dilma Rousseff sobre o Dossiê. A Presidência conclui que a matéria é vencida tanto no item 1 quanto no item 2 do requerimento do Senador Romero Jucá. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marconi Perillo

Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2008, ÀS 14 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há um expediente de iniciativa do Senador Augusto Botelho, que requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, seja considerado como missão política a sua ausência dos trabalhos da Casa nos dias 10 a 18 de abril, quando estará participando de eventos públicos no Estado de Roraima. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à deliberação de diversas matérias e à sabatina do Sr. Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou colocar alguns outros Requerimentos a seguir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Dr. Mário Rodrigues Júnior que estará hoje sendo sabatinado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Antes de iniciar a deliberação acerca das mensagens que serão apreciadas e deliberadas no dia de hoje, e antes mesmo do início da sabatina, informo à Mesa que existem Requerimentos. Requerimento de iniciativa do Senador Heráclito Fortes que requer, de acordo com o Regimento, sejam convidados a participar de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infra-Estrutura autoridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Departamento de Polícia Federal, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais - IBAMA e do Comando do Exército Brasileiro com proposta de instruir o PLS nº 327 de 2006. Está em votação o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, está em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Há sobre a Mesa um outro Requerimento de iniciativa do Senador Mário Couto. Requer, nos termos regimentais e considerando as denúncias veiculadas na imprensa e divulgadas por essa Casa, convocação da Srª Ministra Dilma Vana Rousseff para, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, prestar informações. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Mais um Requerimento de convocação da Srª Ministra Dilma Rousseff. As informações são para esclarecer sobre denúncia confirmada em reportagem em anexo da existência de um dossiê contendo informações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, providências adotadas diante das denúncias, detalhamento das investigações feitas pela a Polícia Federal sobre responsabilidade do Delegado Sérgio Menezes, cópia dos dados contidos no chamado “banco de dados” criados pela Casa Civil da Presidência da República. O Requerimento já está aprovado e solicito à Secretaria que tome as providências necessárias.

Há sobre a Mesa uma resposta ao ofício nº 0038/2008 dessa Comissão. Autora é a ilustre Ministra de Estado, chefe da Casa Civil, Drª Dilma Rousseff. “Em atenção ao ofício nº 038 de 3 de abril de 2008, tratando da convocação para prestar esclarecimentos

acerca da usina hidrelétrica de Belo Monte e sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, bem como da solicitação para agendamento da data, informo a V.Ex^a que terei grande prazer em comparecer a essa conceituada Comissão do Senado Federal para tratar dos assuntos acima referidos. Comunico a V.Ex^a que estou à disposição para o comparecimento da melhor data que isso for possível de ser concretizado, razão pela qual informo que a assessoria dessa Casa Civil irá contactar essa Comissão de Infra-Estrutura para acertar os detalhes necessários para a marcação inicial da data do meu comparecimento”.

Informo aos Senadores presentes que, na data de ontem, a secretária dessa Comissão e a chefe de gabinete - do meu gabinete parlamentar, entraram em contato com a assessoria da Ministra Dilma informando que, pelo prazo regimental e constitucional, a Ministra terá até o próximo dia 5 de maio para comparecer, Senador Flexa Ribeiro, autor das duas proposições, duas vezes, separadamente, uma para debater a construção da usina de Belo Monte outra para debater a questão do PAC.

E agora uma terceira convocação que a gente poderia fazer conjuntamente se for o caso. Mas o fato é que até o dia 5 nós teremos que ter as duas datas sob pena da Ministra incorrer em crime de responsabilidade. Não havendo mais Requerimentos sobre a Mesa e depois de feitas as comunicações--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esclarecimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Flexa Ribeiro, após o Senador Eliseu Resende.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A imprensa divulga hoje e desde o final de semana de que a Ministra Dilma teria confirmado a vinda no dia 29 de abril. Há alguma confirmação aqui na Secretaria da Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Sr. Senador Flexa Ribeiro, nós temos que verificar a compatibilidade de agendas, a agenda dessa Comissão e da agenda da Ministra Dilma. O prazo para a Ministra estar aqui, convocada por V.Ex^a e com apoio dessa Comissão para falar de 2 temas e até o dia 5, se expira no dia 5 de maio. Portanto, nós estamos avaliando a possibilidade de aceitarmos a data do dia 29, possivelmente, uma outra data no dia 5, dia 5 ou dia 6 de maio. O fato é que nós precisamos agendar duas datas. Então, tão logo

tenhamos maiores informações, eu faria questão de informar a V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, porque hoje a *Folha de São Paulo*, jornalistas Kennedy Alencar e Letícia Sander da sucursal de Brasília, fazem uma matéria dizendo: “Lula manda Dilma protelar ida ao Senado”. Eu não sei qual a informação aqui, porque uma hora diz que ela confirmou dia 29 e outra hora que o Presidente mandou protelar a ida ao Senado. Gostaria que V.Ex^a pudesse confirmar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há ainda um acerto de agenda entre a Ministra e a Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não será dia 29?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pedi que a Ministra viesse na manhã de amanhã. A Ministra informou da impossibilidade em função do casamento da filha--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até justificável, porque ela tem o casamento da sua filha, eu acho que é justificável ela não vir amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Também concordo, mas nós deveremos agendar o mais rapidamente possível, até, porque, Sr. Senador Flexa Ribeiro, já são 3 Requerimentos de convocação aprovados, quanto mais demora mais Requerimentos vão sendo aprovados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, e o que está aprovado para discutir Belo Monte é de fevereiro de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há mais de um ano. Com a palavra o Senador Eliseu Resende e após o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas uma pergunta para esclarecimento, Sr. Presidente, se a Ministra viria duas vezes ou três?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu vou depois discutir com os autores dos Requerimentos para a gente poder acertar as datas e os assuntos.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Senador Flexa Ribeiro considera a discussão de Belo Monte dentro do PAC, se for o caso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Posso apartear o nosso Senador e o Presidente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Só fiz a indagação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Audiência Pública sobre o PAC, Senador Eliseu Resende, PAC e Belo Monte não podem ser na mesma Audiência sobre o PAC-Brasil, porque no caso do PAC-Belo Monte

existem também outros convidados e a convocação da Ministra do Meio Ambiente, Ministra Marina Silva. Então é uma Audiência mais aberta, com mais convidados, a Ministra Dilma Rousseff, a Ministra Marina Silva, o Ministério Público Federal e outros convidados. Então, uma audiência que precisará ser feita isoladamente da Audiência sobre o PAC-Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a concorda com os esclarecimentos, Senador Eliseu?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Flexa Ribeiro deu as explicações necessárias, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Eliseu. Com a palavra o Senador Romeu Tuma e, logo após, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não era só... Porque... A notícia que o Senador Flexa, eu li também e hoje cedo pedi para a chefia de gabinete procurar a secretária de V.Ex^a para saber se houve uma modificação da data de comparecimento, se tinha havido confirmação e depois desistência. Disseram que não, que não havia nada marcado que realmente ela tem 30 dias pelo Regimento, e ela tem a preferência de marcar a data para ser ouvida dentro de um acordo com V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É o que já foi explicado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só queria que, realmente, a sua Secretaria tinha me dado essa explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tão logo tenhamos as informações, Senador Romeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Alguma coisa que pudesse ela querer ferir os princípios que nortearam o Requerimento dessa Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa, tão logo as datas sejam acordadas entre a Comissão e Sr^a Ministra, nós vamos imediatamente informar a V.Ex^{as}. Com a palavra a líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Marconi Perillo, eu quero apenas confirmar a informação que chegou ali na liderança. Foi de novo apresentado sem que tivesse, sido sequer comunicado, avisado, divulgado Requerimento convocando a Ministra Dilma para tratar de assuntos que não tem a ver com a Comissão de Infra-Estrutura? Eu quero saber se isto aconteceu de novo nesta Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli Salvatti, os atos deliberados, no âmbito desta Comissão e das demais Comissões, são atos que obedecem rigorosamente ao Regimento Interno da Casa e à Constituição Federal. Os Senadores podem apresentar os seus Requerimentos, antes, durante o momento das Sessões deliberativas. A Ministra Dilma já foi convidada várias vezes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, ela foi convocada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ela já foi convidada várias vezes, não compareceu até que foi convocada pela Comissão em função dos Requerimentos do Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para tratar do PAC, para tratar de Belo Monte que são assuntos referentes à Comissão de Infra-Estrutura, foi convocada na outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a pode aguardar o meu despacho, líder? A Sessão de hoje foi apresentado um Requerimento de iniciativa do Senador Mário Couto, PSDB do Pará, solicitando que a Ministra compareça, convocada pela Comissão, para tratar de outros assuntos, de outros esclarecimentos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quais?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vou ler para V.Ex^a. Denúncia confirmada em reportagem anexo da existência de um dossiê contendo informações do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, providências adotadas diante das denúncias, detalhamento da investigação feita pela Polícia Federal sob a responsabilidade do Delegado Sérgio Menezes, cópia dos dados contidos no chamado “banco de dados” criados pela Casa Civil da Presidência da República. Esse é o terceiro Requerimento de convocação, foi aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Marconi Perillo, eu quero que V.Ex^a me leia, no Regimento, qual é o amparo para que seja tratado nesta Comissão.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esses assuntos. Porque a prerrogativa que precisa.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Matéria vencida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É regimental, Sr^a Senadora, recorrer ao Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O outro também V.Ex^{as} disseram que era regimental e reverteram, portanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu retirei, como autor. Eu não sou autor desse Requerimento, sou apenas o Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, nós vamos ter que levar esse assunto para o Plenário, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pediria a V.Ex^a que, caso tenha dúvida, faça um recurso à Comissão ou ao Plenário. V.Ex^a tem regimentalmente esse direito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É isso? Ou seja, o Regimento dessa Casa vai ser, permanentemente, afrontado nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr^a Presidente, não me cabe aqui discutir isso. Eu presido a Sessão. Foi apresentado um Requerimento, os pares de V.Ex^a presentes aprovaram o Requerimento. Cabe a V.Ex^a, se tem dúvidas em relação a isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os pares quem estavam presentes? Talvez os que estivessem aqui não fossem todos pares. Até porque--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a está satisfeita?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um pouquinho. Nós assinamos o livro para poder abrir a sabatina, era o que estava previsto na Reunião de hoje da Comissão de Infra-Estrutura. Nós fomos chamados, aqui, para a sabatina da autoridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A senhora está equivocada. Há uma Pauta extensa, enorme são --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aonde não constava esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): São mais de 10 itens da Pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, nenhum dos 10 itens a mais foi tratado. O único que foi tratado era um que não estava na Pauta, que entrou Sobre Pauta e ainda mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A senhora está equivocada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Novamente afrontando o Regimento. Porque esta Comissão não tem prerrogativa para debater assuntos que não sejam de Infra-Estrutura.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A senhora está equivocada. Nós aprovamos hoje outros Requerimentos, foram vários Requerimentos e não apenas este.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o senhor pode me ler os outros?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, eu vou pedir a Secretaria que encaminhe cópia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque os outros provavelmente devem ter a ver com Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou encaminhar cópia a V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Leia, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu não sou obrigado a ler aqui tudo que a senhora pede. A senhora manda no PT. Aqui, essa Casa é a Comissão de Infra-Estrutura.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Marconi Perillo, até para ficar claro, se os Requerimentos têm ou não tem a ver com o que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Cabe a senhora recorrer, Sr^a Senadora líder do PT. Por gentileza.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É óbvio que eu vou recorrer. Até porque acaba ficando um comportamento, um comportamento claro... Claro desta Comissão de tentar ficar, permanentemente, estabelecendo um comportamento anti-regimental e não respeitoso. E não respeitoso. Nós sempre tivemos respeito aqui dentro desta Casa e o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se a senhora tivesse comparecido às duas horas, certamente, a senhora não teria passado por esse constrangimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque eu fui informada que nós teríamos esse --

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr^a Senadora, o horário regimental é 14 horas, era 14 horas e a senhora não compareceu, matéria vencida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós vamos fazer o recurso, é óbvio, Senador Marconi Perillo. Até porque ou nós vamos ter respeito nessa Casa e

cumprir o Regimento, ou então, não tem mais como trabalhar aqui dentro. Não tem mais como. Porque nós precisamos toda a vida, toda a hora estar, permanentemente, acompanhando qual é o golpe que a oposição vai dar no Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concluiu?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tem voto. Não tem como fazer. Fica nesse tipo de golpinho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu acho que golpe é uma palavra exagerada. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr^a Presidente, senhora líder do PT, a senhora deve respeitar essa Comissão. A oposição tem sido golpeada no Plenário com apoio de V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O respeito é o Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com apoio de V.Ex^a.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não permite tratar de Requerimentos que não está no assunto da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Regimento está sendo cumprido, a Constituição e essa Comissão de Infra-Estrutura não compactua com que V.Ex^a está dizendo, muito menos com qualquer espécie de irregularidade ou de corrupção.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero pedir--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Gostaria que V.Ex^a pudesse... Eu estou uma questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito poderá assinar junto com V.Ex^a, o Requerimento.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Uma questão de Ordem, Sr. Presidente. É matéria vencida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): É matéria vencida. Eu não tenho nem porque questionar. Na minha terra dizia assim: “Camarão que dorme a

maré leva”. É matéria vencida, eu não quero nem questionar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Espertinho tem vez e hora.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Respeite... Eu estou falando, Senadora, tenha equilíbrio, tenha calma, calma, calma. Calma, Senadora, por favor. Calma, tome um pouco de água, calma.

Quero saber, Presidente, a quem pertence a supremacia? À Constituição Federal ou ao Regimento Interno? É claro que à Constituição Federal. Vamos ao seu art. 50, ele podia estar questionando, mas isso nem tem necessidade é matéria vencida, mas só para justificar uma palavra mal usada, tenho certeza que não era a vontade da Senadora, porque a conheço. Tenho certeza que é uma Senadora ética, cheia de moral - respeito muito. Tenho certeza que ela não quis usar a palavra “golpe”, de vez em quando sai uma palavra misturada e que não é muito ética, tenho certeza que não é o comportamento da Senadora, né? Mas isso é matéria vencida, mas, de qualquer forma, para amenizar a palavra “golpe” eu vou ler o art. 50 da Constituição Brasileira. Constituição Brasileira, lá vai: A Câmara dos Deputados, art. 50, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões, qualquer de suas Comissões, qualquer de suas Comissões, qualquer de suas Comissões, qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estados, poderão convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgão diretamente subordinados à Presidência da República, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. Pronto, Presidente, morreu o assunto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior para fazer a leitura do relatório da mensagem do Senado Federal nº 51 de 2008 que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52 Inciso III alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 o número, o nome do Sr. Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Expedito Júnior para a leitura do relatório.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A palavra está assegurada ao Senador Expedito Júnior.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Senador Expedito vai me conceder a palavra eu tenho certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele não é o Presidente da Comissão. V.Ex^a... Aguarda. Com a palavra Ideli Salvatti, pela Ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Art. 91 do Regimento desta Casa. “As Comissões, no âmbito de suas atribuições” - vou repetir para o Senador Mário Couto - “no âmbito de suas atribuições, cabe dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58 § 2º inciso I da Constituição, discutir e votar”. Portanto, aquilo que ele leu no artigo da Constituição está estabelecido de forma muito clara, pode convocar sim, pode convocar qualquer Ministro, tem este Direito Constitucional, mas só pode fazê-lo no âmbito de suas atribuições. Não pode convocar Ministro na Comissão de Infra-Estrutura para falar de turismo, não pode convocar Ministro na Comissão de Educação para falar de saúde, não pode. A Constituição é clara que nós temos o poder de convocar, sim. Mas em cada Comissão, dependendo da atribuição da Comissão. Portanto, volto a repetir, vou fazer o recurso, obviamente não tem como não fazer, até porque todas as ponderações que na Sessão anterior demoveram a Comissão e fizeram recuar de um Requerimento aprovado anti-regimentalmente agora não tem amparo. Então, nós vamos obviamente recorrer. Como é o nosso direito legítimo, eu não tenho nenhuma dúvida que a Casa irá respeitar a Constituição e o Regimento. Porque, se não respeitar o Regimento, então rasgue isso aqui e aí nós vamos ter algo absurdo como eu já tenho cansado de dizer.

Tem gente que perde eleição e quer governar, tem gente que não tem voto e quer mandar, então não tem mais jeito, o Regimento serve exatamente para quando não tem acordo, aquilo que nós estabelecemos como regra valha. Tenha validade, e o Regimento é claríssimo, podemos convocar sim - a Constituição nos dá esse direito, mas não podemos convocar em qualquer Comissão, apenas nas Comissões que tem atribuição a ver com o assunto que o Ministro ou a autoridade vai ter que prestar conta. Então, querem fazer... Tem outras Comissões, por que não acontece em outras Comissões? Acontece, pela segunda vez, na Comissão comandada pelo PSDB? E sempre deste jeito, né? Tem assinatura, não tem presença, mas tem assinatura e aí, rapidamente, aparece o Requerimento, entende? Sabe-se lá de onde para ser aprovado. Então, eu acho

que isso é que é inadmissível, e nós vamos fazer o recurso, porque o correto seria ter da parte do Senador Mário Couto o mesmo comportamento que V.Ex^a teve, a partir do debate político, recuou, retirou para a gente poder trazer a Ministra aqui para os dois assuntos que são de competência da Ministra e que tem a ver com esta Comissão, que é o PAC e é a questão da usina de Belo Monte. Agora, falar sobre vazamento, sobre providências, não tem nada a ver com Infra-Estrutura. Então, vão colocar na Comissão que tem a ver, aqui na Comissão de Infra-Estrutura, regimentalmente, não pode, não pode. Eu acho um absurdo que a gente esteja mais uma vez rasgando desta forma o Regimento que todos nós juramos cumprir. Que a gente jura cumprir a Constituição e também o Regimento da Casa. E as competências da Comissão, vou aqui fazer a leitura, “a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura compete opinar sobre matérias pertinentes a: 1) transportes de terra mar e ar, obras públicas, em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias públicas privadas e agência reguladoras pertinentes”. E acabou. E acabou.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr^a Senadora Ideli, o art. 91, segundo me informa aqui a assessoria da Comissão, é destinado às apreciação e deliberação de matérias de caráter terminativo. Por mais que respeitemos e respeitamos o Regimento Interno, a Carta Magna, a Lei maior da Federação é a Constituição Federal. Portanto, se V.Ex^a tem dúvidas em relação ao processo deliberado ainda há pouco, por gentileza tome as providências regimentais.

Eu gostaria de passar a palavra Mário Couto e gostaria de encerrar essa celeuma a fim de o que Senador Expedito Júnior possa proferir o seu relatório. Com a palavra o Senador Expedito com... Com a aquiescência do Senador Mário Couto.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de... Pela liderança do Governo, depois do Senador Expedito, depois do Senador Mário Couto usar da palavra por 5 minutos, rapidamente, não, vou entrar na polêmica da questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá, o Senador Mário Couto abdicou da palavra, abriu mão da palavra, ele estava inscrito a fim de que a gente possa iniciar a votação, a leitura do voto e do parecer dele, se V.Ex^a concordar em falar logo após a leitura, nós daríamos celeridade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Concorde Sr. Presidente, vamos colaborar com os trabalhos da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, com a palavra Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, com base no art. 52 Inciso III alínea “f” da Constituição Federal e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, Sr. Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto encaminha a esta casa a mensagem de nº 51 de 2008, mensagem nº 91 de 5 de maio de 2008 na origem, a qual se encontra anexado o currículo do indicado.

O Sr. Mário Rodrigues Júnior é cidadão brasileiro, natural do Estado de São Paulo, Capital, da Capital, graduado engenharia pela Universidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, e pós-graduado em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo, tem atualmente 49 anos de idade e o histórico profissional do indicado registra intensa ligação com o setor de transportes. No Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo, DER, onde atuou de 2000 a 2007 foi responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias. Tendo ocupado sucessivamente os cargos de Diretor Técnico, de Licitações e Contratos; Diretor de Engenharia e Superintendente. Neste período de 2003 a 2007, exerceu na DERSA – Desenvolvimento Rodoviário e Sociedade Anônima a função de Diretor de Engenharia, nesta empresa paulista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

O indicado já atuara, anteriormente, de 1989 a 2000, como Engenheiro no setor de licitações e compras, Assistente da Diretoria de Terminais e Gerente da Divisão de Orçamentos e Medições. Antes disso, exerceu atividade na FEPASA - Ferrovia Paulista Sociedade Anônima, empresa de economia mista, responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias no Estado também de São Paulo, de 1983 a 1989. Em síntese, o currículo apresentado aponta para 25 anos de experiência profissional na área de infra-estrutura e de serviços de transportes, aí incluídas modalidades rodoviária, ferroviária e hidroviária com ênfase nas atividades de direção e gerenciamento técnico e administrativo de programas, processos e recursos materiais e humanos.

Em face ao histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor essa Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Mário Rodrigues Júnior ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52 § 3º alínea “f”, combinado com art. 53 da Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001. Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta presidência agradece ao Senador Expedito Júnior pela leitura, pela preparação, pela feitura, e pela leitura do parecer e voto a respeito da indicação do Dr. Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores, Sras Senadoras que nós já vamos abrir o processo de votação, logo após eu vou conceder a palavra ao Senador Romero Jucá para que ele possa fazer, usar da palavra pela Ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem encaminhamentos, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em seguida eu vou passar a palavra ao Dr. Mário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois da palavra dele terá o encaminhamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exª está inscrito em primeiro lugar. Com a palavra o Senador Romero se ele não estiver preparado eu passo a palavra ao Dr. Mário, depois V.Exª fala. Preparado eu sei que V.Exª sempre está, eu apenas perguntei--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nem sempre, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer o seguinte, eu não vou entrar na polêmica da questão do Requerimento que foi feito aqui. A semana passada nós já tivemos uma situação como essa, ponderamos a falta de base regimental para que se fizesse o Requerimento referente a cartões corporativos, foi retirado da Comissão, foi voltado atrás o Requerimento que foi aprovado, né? Nós colocamos que a Ministra Dilma viria, eu defendi, inclusive dentro do Governo a vinda da Ministra Dilma para falar sobre o PAC, agora, infelizmente, a gente não pode concordar com manobras como essa.

Em relação a isso, eu estou apresentando um Requerimento a V.Exª pautado em duas questões: primeira questão - Transformar o Requerimento da Ministra Dilma para falar sobre PAC de convocação em convite; segundo - Requerer e recorrer da aprovação do Requerimento da Ministra Dilma para tratar das questões de cartões corporativos, exatamente, “dossiê”

por não ser esse o fórum específico para tratar dessa questão. Então, eu vou entregar o Requerimento, por escrito, a V.Ex^a. V.Ex^a pode colocar para discutir, pode colocar, enfim, para debate.

Eu espero que nós pudéssemos chegar a um entendimento, já que nós avançamos e a Ministra Dilma, inclusive, já marcou data para vir para Audiência sobre, tem data marcada a partir do dia 25, do dia 25 ao dia 6 a Ministra Dilma está à disposição da Comissão, eu falei ontem com o Presidente Marconi Perillo, Senador Marconi Perillo exatamente pedindo para que marque a data da Audiência em que a Ministra virá fazer a exposição sobre o PAC. Então, eu lamento que a gente retome uma discussão ultrapassada, já vencida, até porque existem Requerimentos iguais a esse na Comissão de Fiscalização e Controle, que dentre as Comissões temáticas da Casa é a única Comissão que, regimentalmente, tem atribuições de tratar dessa questão e de fazer o tipo questionamento que o Senador Mário Couto quer fazer. Mas, não havendo entendimento, nós vamos entregar para que seja apreciado pela Comissão. Estou requerendo ao Plenário da Comissão que, portanto, delibere sobre essas duas questões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Mário Rodrigues Júnior para fazer a sua exposição, pelo período de 20 minutos.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Primeiramente, boa tarde a todos. E queria agradecer aqui a presença de todos os Senadores. Agradecer também a minha indicação encaminhada pela Presidência da República, agradecer a minha indicação feita pelo Ministro Alfredo Nascimento e a importância, aí, dos Senadores para com o trâmite, com o trâmite da minha indicação.

Em especial, também, agradeço ao Relator e ao Presidente da Comissão pela ação e pela agilidade do meu processo. Apesar do Senador Expedito ter feito a leitura da minha vida, eu preparei essa minha apresentação em três etapas - vou fazer um breve histórico da minha vida profissional, vou fazer um ponto de vista sobre a infra-estrutura de transporte e, finalmente, vou dar algumas palavras sobre a Agência.

Eu ingressei no governo em 1983 e saí do Governo no ano passado, então foram 25 anos na atuação dentro da Secretaria de Transportes. Sempre voltado ao segmento de transporte. Inicialmente, fiquei durante 9 anos cuidando do sistema hidroviário do Estado de São Paulo. Esse sistema, ele competia à parte de passageiros e veículos, transportes de *ferryboat* e operação do porto de São Sebastião. Até uma curiosidade de que muita gente pouca sabe - Santos-Guarujá é a

maior travessia do mundo. Não em termos de extensão, mas em termos de volume de transporte de veículos. Em média se atinge 25 mil veículos, de passageiros e veículos. Não transporte de cargas nem ônibus, nem caminhões.

A importância dessa travessia, ela é tão grande que houve e existe um estudo para a construção de um túnel subterrâneo para substituir essa travessia litorânea, uma vez que o porto de Santos ele expandiu tanto pelo lado Santos como pelo lado de Guarujá. Esse processo ele é um processo antigo, envolve muito recurso, mas é um processo necessário. Com certeza, isso, possivelmente virará um assunto de PPP.

Após isso, dentro do Departamento Hidroviário ainda, um órgão de administração direta, nós fizemos um estudo para que esse órgão para ter agilidade, ou ele se transformaria numa empresa S.A., ou ele se incorporaria por uma empresa S.A. Em 1989 a DERSA incorporou o Departamento Hidroviário. Então, todo mundo que estava no hidroviário virou uma Diretoria do Sistema de Travessia. Nesse ínterim, eu exerci vários cargos dentro dessa diretoria de terminais e dentro da diretoria de engenharia da DERSA.

Em São Paulo, na Secretaria de Transportes, nós temos dois Órgãos que cuidam de rodovias, rodovia e travessia, que é a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., esta especificamente cuida das obras especiais e rodovias especiais de São Paulo, tais como Anchieta/Imigrantes, a Carvalho Pinto, a D. Pedro I, Rodovia dos Trabalhadores e a antiga Castelo Branco que foi privatizada. O DER - Departamento de Estrada e Rodagem ele cuida de todas as rodovias do Estado, atualmente com 18 mil quilômetros de extensão, eram 22 mil mais 4 mil foram concedidos.

Na última gestão do Secretário de Transportes, nós decidimos um órgão era uma autarquia, outro órgão era uma S.A., nós tínhamos dificuldades em ambos os Órgãos, nós decidimos otimizar o sistema de engenharia utilizando a mão-de-obra dos dois Órgãos e formatamos em um só, apesar de terem dois processos, um autarquia outro S.A.. Então, nós conseguimos suprir a necessidade de ambos os Órgãos e prestar um grande serviço de engenharia rodoviária que foi prestado.

Por último, fui diretor da DERSA onde, como nós temos como atualmente principal, a rodovia, a construção do Rodoanel. Já foi construído o Rodoanel-Oeste e atualmente está em construção o Rodoanel-Sul onde existe uma parceria do Governo do Estado e o Governo Federal. Um investimento de mais de 3 bilhões nessa obra, sendo que o Governo Federal arcará com 1 bilhão e 200 para a construção deste grande empreendimento.

Passei por um pequeno período na parte ferroviária trabalhando muito na área administrativa. Então, eu tenho uma vivência de 25 anos na área de transporte e em vários segmentos. Então, esse foi um relato da minha vida profissional aí, até hoje.

Agora, eu vou falar um pouco sobre infra-estrutura do país. A minha visão. O Brasil, ele vem constantemente apresentando uma evolução no seu crescimento, até em função de uma economia estabilizada, aumento de exportação, um superávit fiscal e comercial, liberações de recursos para financiamento, ampliação de oportunidades. Com isso, nós temos até como exemplo o PIB do ano passado, nós crescemos mais de 5%, e a tendência desse ano e para os próximos anos também é de crescimento. Isso é muito bom? É muito bom, quanto mais a gente crescer, ótimo. Só que nós vamos ter um grande problema chamado “infra-estrutura de transporte”, vamos ter? Não, já temos.

Hoje, o principal problema nosso, além das condições de rodovias que vem de anos e anos e anos, é a falta de ligação entre os modais de transporte. Ferrovia, hidrovía e rodovia. O grande problema, além da falta de comunicação, é a grande demanda de recurso que o governo tem para aplicar em investimentos. Essa demanda, ela realmente é insuficiente e será insuficiente. Então, nós estamos dentro de uma gestão de Brasil utilizando ferramentas usadas no mundo inteiro. Concessões, privatizações e mais, recentemente, as PPPs. Com isso a gente diminui o impacto de investimento do Governo e aumenta a participação da iniciativa privada para o segmento alocando recursos para tantas obras necessárias deste país.

Nós temos, um primeiro pacote de concessão rodoviária feito de 1996 e um outro efetuado o ano passado que entrou em implantação esse ano, são 7 lotes, aproximadamente, 2600 quilômetros, nós transferimos as rodovias federais para a iniciativa privada. Dentro da ferrovia, além da ferrovia Norte-Sul, existem projetos de PPPs para o trem bala, e uma ampla necessidade da ampliação da malha.

Rodoviário, teremos para esse ano e para o próximo, aproximadamente, mais 2 mil quilômetros de concessão rodoviária. Veja bem, tudo isso faz com que nós, do Governo, deixamos um pouco de ser investidor, apesar de nunca deixar o Governo jamais vai deixar de ser empreendedor, mas vamos começar a assumir um papel de gestão e planejamento, controle e regulamentação. Este é a função que vem se desenhando através das novas ferramentas que estamos utilizando.

Então, por fim, devido às concessões, devido à ampliação, devido até o próprio investimento que o Governo vem fazendo através do DNIT, um exemplo

muito dado, recentemente, vão ser licitado, 15 milhões de valor de Reais para Projetos de recuperação de rodovias. Então, o governo vem fazendo o seu papel e vem utilizando de ferramentas para atrair recursos. Com essa nova visão e estratégia e planejamento de transporte, a Agência passa a ter um papel fundamental. Porque, além dela ser reguladora, além dela efetuar o processo licitatório, ela tem como missão - fiscalizar, aliás, isso eu acho que é uma das coisas mais importantes. Nós transferimos o patrimônio para uma iniciativa privada, lógico, em tempo determinado, 25 anos vai retornar, mas nós temos exigências e muitas ações dentro desse processo e essa Agência, hoje, ela está cada vez ganhando mais corpo e mais necessidade para implantação.

E é com muita satisfação que eu estou sendo indicado, queria agradecer a todos, e colocar à disposição a todos Srs. Senadores, ao público em geral que contém comigo e qualquer reivindicação estarei à disposição de todos os senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Dr. Mário Rodrigues pela sucinta, objetiva e competente exposição e passa a palavra ao Senador Romeu Tuma, primeiro orador inscrito para o debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, apenas para dizer que o Sr. Mário Rodrigues Júnior é conhecido por ser Senador de São Paulo, sei o trabalho que ele desenvolveu junto à Secretaria de Transportes nos cargos que ocupou, principalmente no DERSA que é tão importante para São Paulo, que cuidou - hoje é o Estado que em termos de rodovia é o mais bem aquinhado pela dedicação e pela devoção dos governadores que por lá passaram na aplicação da infra-estrutura de estradas.

Dr. Mário, eu ouvi o senhor falar da travessia Guarujá/Santos, teve um Ministro dos Transportes, do PMDB, até, não estou lembrando o nome dele, foi Deputado, foi fazer uma exposição sobre o túnel que se pretendia construir para facilitar essa travessia. Então, eu pergunto se a Agenda Nacional de Transporte está visando à possibilidade de se desenvolver esse Projeto? E outra coisa é a... O Rodoanel de São Paulo em que é um, praticamente, o senhor faz uma citação também no seu currículo, sobre o Rodoanel e é uma construção importantíssima pelo sufoco que São Paulo está passando com os congestionamentos. Eu digo que lá o Prefeito diz que São Paulo é uma cidade limpa, mas está envenenada. Não adianta o senhor achar que tira as placas e a poluição tão terrível está matando gente.

Então, essa área de transportes, ela tem uma importância vital. Estou falando aqui perto do ex-Ministro

que conhece bem essa área, e sobre a ferrovia que V.Exª foi da FEPASA, conheço a FEPASA, era vizinho da FEPASA quando policial e a importância que ela tinha, de repente foi, praticamente, todo o sistema ferroviário foi desativado e hoje eu sinto que é uma idéia de reativar, não sei se V.Exª como especialista no assunto, também tem esse desejo. Nós temos que buscar um meio de transporte entre aeroporto, aeroportos de São Paulo, com trem bala, que a gente conheceu tão bem na Europa e o TGV na França e o *shikansen* no Japão. Então, V.Exª viajou, esteve na França vendo esses problemas. Bem, estou me baseando no seu currículo, e eu queria dizer que o Governo sempre acerta quando escolhe um profissional da área e que tem uma formação profissional.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Senador Romeu Tuma, primeiro lugar a travessia Santos/Guarujá - esse túnel é um velho estudo, ele estava a cargo do Governo do Estado de São Paulo junto com o Ministério do Transporte, não com a Agência. Atualmente, não está na função da Agência aqui, apesar de tudo, que é dutoviário com certeza a agência vai participar. Eu acho um projeto de extrema importância, principalmente, porque Santos e Guarujá, o Porto de Santos é o maior porto do Sul-América(F), e ele está numa expansão. Veja bem, se você conseguir eliminar uma travessia, hoje, o caminho ele tem que dar a volta para chegar em Santos ou Guarujá de 40 quilômetros, sendo que num túnel nós teremos uma extensão 1 quilômetro. Lógico, é um túnel debaixo d'água, é um projeto, extremamente, difícil e uma obra muito cara.

Estava, eu falo “estava” porque na minha época mesmo já depois com a DERSA Diretoria Terminais eu me afastei do caso, mas esse assunto está na mão do Ministério dos Transportes. Com certeza, a agência, ela também fará parte disso.

Segunda pergunta do senhor, Senador, Rodoanel. Rodoanel não é todo agente, principalmente quando estava lá a gente fala o seguinte, Rodoanel não é uma obra de passo, é uma obra do Brasil, tanto que o Governo Federal participou da primeira etapa que foram 32 quilômetros que chama o trecho “Oeste”. Agora está sendo feito o trecho, está no PAC também, está destinado pelo Governo Federal 1 bilhão e 200 milhões, essa obra será concluída em 3 anos, até porque a questão de 20 dias, a concessão do Rodoanel foi feita e, como parte do ônus, o ganhador vai ter que dar 2 bilhões em 2 anos. Então, a intenção é terminar esse trecho até final de 2010, são mais ou menos 3 anos já com a obra em andamento.

Ela vai ligar, olha só seguinte, olha a ligação que Santos vai receber, ela vai ligar Anhanguera, Bandeirantes, Régis, Raposo, Anchieta e Imigrantes. Faltará o

trecho “Leste”, esse trecho que nós estamos construindo são 60 quilômetros, 64 quilômetros, volto a dizer, só de obra 2 bilhões e meio. Mais reassentamento, mais passivos ambientais, hoje a gente não fala empreendimento nenhum sem ter uma reserva de recurso para meio ambiente, com certeza necessário. Depois disso o trecho leste será licitado, porque já está em licitação o projeto, e por final o trecho final que esse vai ser o mais complicado que é o trecho da Serra da Cantareira. Ali é uma preservação ambiental violenta, só para vocês terem uma idéia, ali nós teremos, se o trecho que é a única forma para ele não se tornar inviável, porque se você não construir ali você tem que jogar ele 40 quilômetros para dentro, nós vamos ter túneis para preservar o meio ambiente, de 7 quilômetros, uma coisa muito complicada em obra de engenharia em função de segurança. Mas, com certeza, essa ligação já Rodoanel-Sul e Oeste já está trazendo um benefício para São Paulo, vai minimizar muito o impacto.

Sobre a ferrovia, Senador. O Brasil, isso é um problema antigo que virou tanta discussão, a falta de integração entre os modais: Hidroviários, aquaviários, ferroviários e rodoviários. Nós, em 2007, o Ministério dos Transportes junto com o Ministério da Defesa mais todos os Órgãos Estaduais elaboraram um Plano Nacional de Logística de transporte, tem assuntos importantíssimos nesse plano. Ele é indicativo, mas ele serve para tomadores de decisões daqui a 20 anos, porque é um plano abrangente para 20 anos. Nós temos que pensar no transporte integrando a intermodalidade, ou seja, fazendo logística de transporte, montando terminais de logística para atuar para o trem, para atuar para a rodovia, para atuar para a hidrovía.

Só para vocês terem uma idéia, hoje, o transporte de cargas, 60% de transporte de carga é responsável pela rodovia. Hoje, nós temos a ferrovia em função das concessões, 23%, nos próximos 15 anos ela pulará para 36%, e o rodoviário cairá para 33%. Então, a evolução no transporte para os próximos anos é aquaviário e é ferroviário, com certeza nós vamos ter que ter novas linhas, mas linhas planejadas com logística de transporte, porque senão não vai adiantar nada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro. Agradecendo ao Senador Romeu Tuma, sempre atuante, sempre participativo aqui na Comissão.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Meu caro Dr. Mário Rodrigues Júnior, indicado pelo Presidente Lula para Diretor da ANTT, meus caros Senadores e

Senadoras, meu caro Deputado Milton Monte de São Paulo que acompanha essa Sessão aqui de perto.

Minhas palavras, Dr. Mário, serão breves no sentido, apenas de desejar êxito ao amigo que consiga fazer um grande trabalho à frente da ANTT que tem uma importância muito grande, como já foi colocado por V.S^a neste seu relato e o seu currículo, nós, aqui, acompanhamos e vimos que é um currículo muito rico, um homem que tem larga experiência nessa área, já foi Secretário de Estado nessa área, foi Diretor de outros órgãos, portanto, está o Dr. Mário Rodrigues Júnior muito qualificado para desempenhar essa sua nova missão.

Nós temos certeza de que o trabalho será sério pela resposta que ele deu ao Senador Romeu Tuma, agora a pouco, ele demonstra que tem conhecimento de tudo que acontece no Brasil. E, portanto, isto é muito importante. A área de transportes nesse país, nós sabemos que é preciso caminhar rapidamente, a infra-estrutura de modo geral, seja aquaviária, seja o meio de transporte, seja através de ferrovias ou de rodovias e, portanto, ANTT tem um papel muito importante nessa nova fase que o Brasil vive.

Portanto, as minhas palavras são de incentivo e de desejo que V.S^a consiga fazer um grande trabalho à frente dessa diretoria, e esperando também, que os outros membros que estão aqui indicado, tem outro diretor indicado que ele consiga ser também, rapidamente, sabatinado e que seu nome vá para o Plenário para que nós possamos votar mais rapidamente possível, porque o Brasil tem pressa e nós também temos pressa que as coisas caminhem cada vez mais rapidamente.

Conte sempre comigo, eu que já o conheço, seu sei do seu trabalho, da sua luta conte comigo aqui no Senado Federal com a nossa bancada, a bancada do PR e de todos os partidos que querem o bem do Brasil.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador João Ribeiro e concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É uma rápida palavra, Sr. Presidente, para dizer que há uma expectativa muito otimista com relação à presença do Dr. Mário junto à Direção da Agência Nacional de Transporte Terrestre. Tem um conhecimento amplo da matéria e, particularmente, falou aqui sobre filosofias inerentes ao setor que estão na atualidade muito importantes que é a delegação e a fiscalização eficiente.

Eu peço a você, eu orgulho de ter sido o Relator da Agência, da Lei nº 10.233 que criou as Agências de

Transporte - ANTT e a ANTAC. Assim como participei das outras Leis que criaram as Agências no setor da infra-estrutura do país. Então, é muito importante que se aprenda efetivamente o significado da agência, até então, não muito bem cumprindo. A agência tem de ser uma agência especial, é uma agência independente, mas sem ser arrogante e o comportamento dos diretores tem que ser este.

E eu formulo os meus votos que dentro dessa filosofia de descentralização, de delegação, de uso da multimodalidade dos transportes V.S^a possa ter êxito junto aos seus demais colegas na frente da Agência Nacional de Transporte Terrestre e, acima de tudo, muito condizente com a formação política - a Lei é muito clara.

A agência recebe uma delegação do poder concedente que é a União, uma delegação com as suas atribuições definidas em Lei, há uma grande delegação conferida ao Ministro dos Transportes, no caso específico da ANTT que fórmula a política. Então, é preciso que a Agência, não obstante, independente, trabalhe de uma forma muito entrosada e conciliada e sintonizada com a política formulada pelo Ministro da área. Essa é a palavra que eu lhe dou, se puder me permitir, uma palavra de aconselhamento.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Sr. Mário Rodrigues Júnior. Parabenizo pela exposição e, como estava olhando e verificando o seu currículo, a sua experiência na área ferroviária. Tem uma questão que eu tenho debatido com algumas lideranças empresariais desse país que se refere ao transporte ferroviário. As concessões de trechos ferroviários, o repasse de trechos ferroviários, uma concessão para a implementação de trechos ferroviários pela iniciativa privada tem provocado, pelo menos algumas distorções, está certo, com relação ao custo de transporte no país.

Hoje, para você transportar, por exemplo, grão da região de Goiás do Senador Marconi Perillo ou de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul para os portos do Estado do Espírito Santo é mais barato transportar de caminhão do que de ferrovia, uma vez que o preço estipulado e as dificuldades, não é numa ferrovia específica não, o preço estipulado e a, as burocracias estabelecidas, a burocracia estabelecida, ela inibe a atividade de transporte ferroviário. Então, as pessoas não fazem. Então, qual é o caminho que a legislação

nos dá para resolvermos esse tipo de problema que a gente enfrenta? Porque a gente está criando e ampliando nossa rede ferroviária, mas nós não estamos dando condições de transporte de produtos nem usando essa malha ferroviária com potencial que ela tem. O que a Agência pode fazer quais são nossas alternativas legais com relação a esse tema?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência também tem algumas questões a fazer a V.Ex^a.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou fazer as perguntas da presidência e V.Ex^a depois responde aos 4 interrogadores. Aos 4 questionadores.

Como V.Ex^a entende o modelo de licitação que está sendo utilizado pelo Ministério dos Transportes, especificamente, sobre os 5 trechos com extensão de 854 quilômetros chamados “Programa de Concessões Rodoviárias” do Governo Federal. Como V.S^a analisa a necessidade de ampliação do sistema de transporte de cargas em ferrovias no Brasil? Caso seja confirmado no cargo. Como se dará sua atuação com relação ao tema de tamanha relevância?

V.S^a é favorável às concessões ferroviárias, qual seria a melhor forma de concessão?

Quais as perspectivas para a melhoria do serviço de transporte rodoviário interestadual, internacional tendo em vista que a ANTT é responsável pela outorga de permissões e autorizações?

Com relação às autorizações existem muitas denúncias que ônibus de turismo que não estariam autorizados, em boas condições para trafegar nas rodovias brasileiras, qual a forma de implementar o serviço de fiscalização e controle no sentido de evitar esse problema?

Quais seriam do ponto de vista de V.Ex^a principais gargalos para a intermodalidade do transporte no Brasil?

Eu concedo a palavra a V.Ex^a para responder a todos os 5 parlamentares que perguntaram a V.Ex^a.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Perfeito. Bom quanto à ferrovia apesar que a minha passagem foi curta pela ferrovia, eu conheço um pouco, não a fundo, a parte da necessidade aqui da ANTT e o potencial que a ANTT tem em cima da ferrovia.

Eu vejo o seguinte: As concessões ferroviárias iniciais, elas tiveram grandes problemas. Ela não foi o modelo exato, o plano de investimento não foi exato, apesar de ter gerado um grande investimento, ter melhorado o sistema, mas ainda nós precisamos, além da intercomunicação dos modais, repito, isso é fundamental, repito, hidrovias, rodovia e ferrovia. A ferrovia ela tem

que ter mais eficiência, ela tem que ter mais segurança. Com tudo isso, e outra ter ramos de ligação. Com tudo isso você vai conseguir baratear o custo do transporte não, só a ferrovia, vamos dizer, o transporte mais barato no mundo inteiro é o hidrovieário. Nós temos aqui 1% de transporte rodoviário, 5%, no mundo inteiro o transporte mais barato é o rodoviário, com certeza se a gente modernizar não só as ferrovias, as rodovias e a hidrovias, nós vamos ter uma redução significativa no produto final, veja bem, o que a Agência na minha opinião, acho que tem que fazer?

Primeiro para o novo pacote de concessões - ver o modelo adequado para essas concessões, o que eu chamo de modelo adequado? Ver efetivamente o nível de exigência e de eficiência que isso tem que ser implantado a curto, curto, médio e longo prazo. Fundamentalmente, repito, pelo estudo de plano logístico de transporte, nos próximos 15 a 20 anos, o nível de investimento vai ser muito grande em ferrovia, e cabe a Agência, repito, a fiscalização de tudo aquilo que está lançado num leilão de concessão ou num edital de concessão, seja cumprido. Esse é um grande papel do Governo, nós temos que ser gestor, planejador e fiscalizador.

Na minha questão fundamental, centro de distribuições logística de transporte, com planejamento, utilizando mais a ferrovia. A ferrovia ser mais eficiente e mais segura.

O senhor me perguntou sobre a linha de, as autorizações de passageiro, de linhas de ônibus.

As linhas de ônibus são 1800 linhas aproximadamente sendo que das 1800, 49 são internacionais, elas terminam o prazo de suas autorizações em outubro desse ano. O Ministério do Transporte, através de uma orientação do governo, ele vem com a intenção de montar uma concessão, através de uma licitação, de um leilão - não uma renovação. Isso ainda está sob discussão, com certeza também temos que ter fiscalização na conduta de ônibus, temos que ter fiscalização nas linhas, agora, veja bem, o que a Agência faz esse papel - a agência é o instrumento que vai fazer a definição do governo, ou vai licitar uma concessão, que é o caminho que está sendo indicado ou vai se renovar, fazer uma solução mista. Porque eu, particularmente, não acredito que até outubro desse ano esteja concluída uma nova concessão. Então, eu acho que vai ter que ter uma solução mista aí, uma prorrogação com adendo jurídico de quando a concessão tiver efetivamente se rompe esse processo, isso é possível ser feito juridicamente para você também não gerar um caos.

Outra coisa muito importante, dentro do sistema de transporte de ônibus que nós temos, dentro do Brasil, repito, são 1.800 linhas, nós temos linhas de atrativo de

recurso, mas nós temos linhas sociais que são linhas que são subsidiadas, elas não têm se você lançar um edital com uma linha que não tem atrativo a iniciativa privada ela não vai, você tem que fazer um estudo muito significativo de ter licitação com lotes cruzados. Misturar, você tem que ter a engenharia financeira é muito importante nesse aspecto.

Sobre as rodovias, Senador, as rodovias além da iniciativa privada estar assumindo, o DNIT vai ter um papel muito importante no governo também com as obras do PAC, tá? Repito, estão contratando 15 mil quilômetros de Projeto, que vão virar obra, um orçamento até 2010 de 40 bilhões para o DNIT. Então, vamos ter que recuperar e necessitamos recuperar a malha rodoviária desse país. Eu não sei se falei com mais alguma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Da minha parte eu estou satisfeito, creio que também os demais Senadores que participaram.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu só queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Uma pequena participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por favor, Senador Mário Couto, logo após, o Senador Romero Jucá logo após a intervenção--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Estou satisfeito com as explanações do Dr. Mário Rodrigues, mas queria apenas elogiar V.S^a com relação ao vosso pensamento às hidrovias, parabéns.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra Senador Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Dr. Mário Rodrigues pela exposição, dizer que sem dúvida nenhuma é um nome preparado para realizar esse trabalho, mas eu gostaria de além desse tema já que já é patente que todos estão satisfeitos com essa questão, fazer um apelo ao Senador Mário Couto, voltando à questão do Requerimento para que nós pudéssemos em nome da boa convivência, da data que já está marcada da vinda da Ministra, de tudo isso, nós pudéssemos da mesma forma que fizemos da vez passada, retirar esse Requerimento, que diz respeito as questões dos cartões corporativos, para que essa matéria ficasse

restrita, basicamente, à Comissão de Fiscalização e Controle e à própria CPI que me parece que hoje a CPMI mista, escolheu 4 sub-relatores, está avançando nas investigações, portanto, eu acho que nós não deveríamos permear as Comissões técnicas numa matéria como essa que não faz parte, especificamente da questão aqui.

Então, faço um apelo ao Senador Mário Couto, já fiz o Requerimento, mas não gostaria nem de votar o meu Requerimento, gostaria que nós pudéssemos resolver isso dentro de um entendimento como fizemos da vez passada, como nós livramos o Senador Mário Couto é meu dever, eu liberei ele de ficar sem tomar banho alguns dias por conta da solução do Projeto do Senador Paulo Paim, eu faço esse apelo ao Senador Mário Couto já que já está prevista a vinda da Ministra a partir do dia 29 aguardando a data.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Ex^a não se arrependeu de ter ajudado a Mário Couto.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Foi consciente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ouvida a proposta do Senador Romero Jucá, líder do Governo no Senado. Eu passo a palavra ao Senador Mário Couto, antes disso eu informo que está... Declarado encerrado o processo de votação convidando o Senador Valter Pereira e Senador Casagrande para atuarem como escrutinadores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não votei, porque sou suplente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a pode colaborar como escrutinador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu tenho a oportunidade de votar ou todos votaram?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O bloco já fechou. Com a palavra o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Primeiro Presidente, eu quero dizer que tenho muito respeito ao Senador Jucá, e até uma admiração, da maneira de como ele defende os seus pensamentos, o governo e agradecer dele ter me livrado da greve.

V.Ex^a deve perceber que hoje, para gente conseguir vencer alguma coisa com o Governo nós precisamos "chutar o pau da barraca". Senão a gente não vence, Senador. É difícil, está ficando muito difícil. Senador não sou eu que quero que a Ministra venha aqui, é a sociedade brasileira, eu estou fazendo o que a sociedade brasileira pede, clama.

A sociedade brasileira quer saber quem fez o dossiê, quem divulgou o dossiê, quem cometeu este crime. O que custa trazer a Ministra aqui? Por que não

trazer a Ministra aqui? Porque o questionamento que tem que ser Comissão A, B, C, D, E e F? Não precisava nem se questionar isto. A sociedade brasileira quer saber a verdade sobre esse caso que a imprensa tanto fala, todos os dias.

Não sou eu, Senador, é a sociedade, eu represento aqui parte dessa sociedade, o meu Estado, Estado do Pará, que eu estive lá há pouco tempo e me motivei em fazer esse Requerimento, porque por onde eu andava solicitavam a mim, “endurece, vai lá, vê o que é possível fazer, nós queremos saber, nós queremos ouvir a Ministra”, a sociedade pede para se ouvir a Ministra. E por que não se ouvir? Eu não entendo isso. Eu não entendo. Então, nós não temos que fazer acordo, meu nobre líder do governo, meu amigo Romero Jucá. Eu acho que nós não temos mais o que discutir isso hoje, o Requerimento foi aprovado, concordo, dentro da Constituição. Não tem argumento nenhum que possa determinar o recuo deste Requerimento, os Senadores votaram por unanimidade, Senadores aqui que estavam desde as 2 horas da tarde, eu cheguei às 2 horas, outros chegaram às 2 horas, não tenho, porque questionar. Volto a lhe dizer: não sou eu que estou pedindo, através deste Requerimento, é a sociedade brasileira que quer ouvir a Ministra e eu não vejo nenhum problema em trazê-la.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para registrar que a Ministra virá. Agora, o assunto pertinente do segundo Requerimento, não é pertinente a essa Comissão, eu pediria a V.Ex^a que colocasse em votação o meu Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores, eu vou proclamar o resultado. Pois não, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que V.Ex^a deve completar a votação e apurar os resultados e terminar essa fase da Sessão para depois entrarmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu já tenho um despacho também e se V.Ex^a quiser falar, é bom que a gente já.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O assunto sobre o qual quero comentar é exatamente esse Requerimento proposto pelo Senador Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, vou proclamar o resultado 19 votantes, 18 votaram sim, 1 não, está aprovado a matéria, e ela irá à Secretaria geral da Mesa para as devidas providências, esperando que ainda na Sessão de hoje a matéria seja deliberada em Plenário.

V.Ex^a teve aqui uma participação muito feliz, o cumprimento V.Ex^a pela exposição, pelo currículo, de-

sejando a V.Ex^a muito boa sorte no Plenário do Senado. Com a palavra V.Ex^a.

SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Muito obrigado a todos, mais uma vez agradecer aos Srs. Senadores e me coloco à disposição para qualquer pergunta e resposta, e toda a vez que for convocado a vir nessa Casa estarei sempre à disposição, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o Senador Mário Couto sabe da admiração e respeito que tenho pelo trabalho dele. E sabe, também, que a minha postura nesta Casa tem sido de um parlamentar integrante da base aliada do Governo, mas de perfil distante do alinhamento automático.

Por várias ocasiões, já dei mostras desta independência que orienta o meu trabalho. Portanto, eu fico muito à vontade para comentar sobre esse Requerimento, porque não me move, aqui, nenhum tipo de patrulhamento em defesa do Governo.

Quando eu me dirijo, Sr. Presidente, a qualquer jornalista deste país e me indaga sobre o papel dessas Comissões tanto da Comissão de Infra-Estrutura, como de outras das quais eu participo, sempre respondendo que são Comissões técnicas. O que é uma Comissão técnica? É uma Comissão que se especializa em determinado tema. A Comissão de Educação é uma Comissão técnica na área de ensino. Na área do conhecimento. A Comissão de Constituição e Justiça é também um Órgão que cuida da juridicidade, da constitucionalidade das matérias que devem seguir para o Plenário, mas que precisam de um parecer técnico deste Órgão. E o que a Comissão de Infra-Estrutura? A Comissão de Infra-Estrutura é um Órgão técnico que tem a função precípua de se manifestar sobre os assuntos relacionados à infra-estrutura tanto do país como do Estado.

Daí, porque, hoje, nós tivemos aqui um candidato aprovado para compor Agência Nacional de Transporte Terrestre. Daí, porque, Sr. Presidente, nós temos aqui um plano de viação que vive sendo gestado e que tem como referência o Ministro Eliseu Resende, que está na nossa frente, que está pilotando todos os pleitos e todas as demandas, as necessidades sobre as rodovias em nosso país.

Agora, Sr. Presidente, é submetido a esta, a esta Comissão, uma proposta para chamar a Ministra, a fim de se pronunciar sobre cartões corporativos. Eu acho que até, a vinda da Ministra ao Senado Federal para prestar essas informações - sobre cartões corporativos é defensável, mas no seu foro competente. O foro competente é na CPI que foi instaurada especifica-

mente para isso, ou então no Plenário da Casa, mas não numa Comissão técnica. É um assunto completamente estranho, se a Ministra quiser, se a Ministra for chamada aqui para falar sobre infra-estrutura de qualquer natureza sobre quaisquer tipos de problemas relacionados à infra-estrutura eu serei um defensor, mas não posso, de forma nenhuma compadecer com uma proposta que visa trazer a Ministra, aqui, para falar sobre cartões corporativos que é um assunto estranho à finalidade desta Comissão. No foro competente tudo bem, mas aqui não.

Eu acho que o Requerimento de revisão que foi apresentado pelo Senador Romero Jucá, tem toda a razão de ser, e por esta razão, eu voto a favor desse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, essa Presidência vai dar o despacho em relação ao Requerimento do Senador Romero Jucá, líder do Governo. Quanto ao Requerimento apresentado pelo Senador Romero Jucá, essa Presidência, aliás, essa Comissão aprovou o Requerimento nº 10 de 2008 da Comissão de Infra-Estrutura de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado no dia 13 de abril do ano em curso, atendendo que preceitua o Regimento Interno do Senado Federal, quando essa Comissão encontrava-se com quórum de votação, com maioria simples necessário para a deliberação de Requerimentos de acordo com os art. 214, 215 do Regimento.

Essa Comissão ao aprovar o Requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e este após aprovado pelo colegiado, passa a constituir Requerimento da Comissão.

Outrossim, Sr. Senador Romero Jucá, conforme preceitua os art. 90 Inciso III e 397 inciso I, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal que trata da convocação e comparecimento de Ministro de Estado, perante o Senado Federal, o que atende ao inciso I quando diz: “Quando convocado por deliberação do Plenário mediante Requerimento de qualquer Senador ou Comissão para prestar pessoalmente informação sobre assunto previamente determinado”.

A Constituição, no seu art. 50 estabelece o seguinte: “A Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões poderão convocar ministros de Estado, ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada”. Ainda o art. 90, Inciso III do Regimento Interno estabelece o seguinte: “Convocar os Ministros de Estado, quaisquer titulares de Órgãos diretamente

subordinados à Presidência da República para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições ou ouvir quando no exercício da faculdade prevista no art. 50 § 1 da Constituição Federal.”

Portanto, a matéria é constitucional está vencida, eu solicito a V.Exª que, caso tenha continue tendo dúvida, recorra ao Plenário do Senado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu recorro ao Plenário da Comissão, Sr. Presidente. Eu discordo do entendimento de V.Exª, entendo que o art. 50--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria, Sr. Senador Romero Jucá, a matéria é, a matéria é regimental--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Faço o recurso para o Plenário da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Comissão vai examinar, no momento adequado, está encerrada a presente Sessão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor não pode encerrar, porque há recurso à sua deliberação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Recurso do Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É essa a forma de conduzir sempre o trabalho? Quando vai perder some.

Sessão encerrada às 15h55.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 07 de maio de 2008, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e dezoito minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e oito, no Plenário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, extraordinariamente, com a presença dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Valter Pereira, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Gim Argello, João Durval, Fátima Cleide, Aloizio Mercadante, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Neuto de**

Conto, Pedro Simon, Demóstenes Torres, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Mário Couto, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Presentes, também, os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, José Sarney, Renan Calheiros, João Pedro, Eduardo Suplicy, Álvaro Dias, Epitácio Cafeteira, César Borges, Papaléo Paes, Magno Malta, Sibá Machado, Mão Santa, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares e as Senhoras Senadoras Roseana Sarney, Lúcia Vânia e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a presença da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhora Dilma Rousseff, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2008-CI, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Após, a Presidência convida a Ministra Dilma Rousseff para tomar assento à mesa dos trabalhos. O Senador Mário Couto, autor do Requerimento nº 16, de 2008-CI, indagou a Ministra Dilma Rousseff se ela aceitaria falar sobre a existência de dossiê contendo informações relativas ao ex-Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso. A Ministra concordou e a Audiência Pública passou a tratar das questões do PAC e dos Cartões Corporativos. A Presidência concede a palavra à Senhora Dilma Rousseff, para suas considerações iniciais. Fizeram uso da palavra as Senhoras e Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Mário Couto, Arthur Virgílio, Francisco Dornelles, Eliseu Resende, Aloysio Mercadante, Sérgio Guerra, Ideli Salvatti, Heráclito Fortes, Valter Pereira, Kátia Abreu, Delcídio Amaral, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Gim Argello, Raimundo Colombo, Wellington Salgado, José Agripino, Demóstenes Torres, Valdir Raupp, Álvaro Dias, Tião Viana, Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, João Pedro, Marconi Perillo, Antônio Carlos Valadares e Jayme Campos. Assume a Presidência dos Trabalhos o Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marconi Perillo

**Presidente
SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Srs. e Sras. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Compõe uma Comissão formada pelos Senadores Delcídio Amaral, Eliseu Resende, para conduzirem a Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff e o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional à Mesa da Presidência.

[Soa a campanha].

A presente reunião destina-se a ouvir a Exma. Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Dilma Rousseff, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em atendimento ao Requerimento de convocação nº. 10/2008, de autoria do Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro.

A Constituição Federal atribui ao Poder Legislativo a prerrogativa e a obrigação de além de legislar, fiscalizar--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Falta som.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, o som está muito baixo. Não estamos ouvindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Falta som.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É que falta som na Mesa e sobra no Plenário--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria ao Plenário atenção e respeito aos trabalhos dessa Comissão.

A Constituição Federal atribui ao Poder Legislativo a prerrogativa e a obrigação de, além de legislar, fiscalizar, porquanto um dos princípios basilares da República é o dos freios e contrapesos. Exatamente com foco na capacidade fiscalizadora essa Casa de leis, por meio da Comissão de Infra-Estrutura, aprovou, de forma regimental e constitucional, Requerimentos

para a convocação da Ministra Dilma Rousseff, que está aqui hoje para falar do Programa de Aceleração do Crescimento. E é com muito respeito e com muita honra que nós temos a satisfação de recebê-la.

Informo ao Plenário que essa Presidência, em rigorosa observância ao art. 398, incisos X e XI do Regimento Interno do Senado Federal, concederá a palavra à Exma. Sra. Ministra, por meia hora, abrindo a fase de interpelação, iniciada, de praxe, pelo autor do Requerimento. Inicialmente aos membros desta Comissão e posteriormente aos demais Senadores, intercalando-se os oradores de cada partido, que disporão de cinco minutos para as perguntas, assegurando igual prazo para a resposta da interpelada, após o que poderá esta ser contraditada, pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se à Ministra o mesmo tempo para a tréplica.

Essa Comissão é a responsável pela sabatina, avaliação permanente e fiscalização das Agências Reguladoras, de todas as Agências e órgãos reguladores da área de infra-estrutura e logística no país. E, especialmente em relação aos temas correlatos, hidrovias, ferrovias, petróleo, telecomunicações, energia, portos, gás, rodovias, aeroportos, navegação, interior, dentre outros. Portanto, uma Comissão que tem objetivos os mais nobres e uma finalidade muito extensa. Ao longo desse mais de um ano, essa Comissão realizou dezenas de Audiências Públicas, realizou inúmeros debates sobre a infra-estrutura brasileira, e hoje temos a satisfação de receber, mais uma vez, a Ministra Dilma Rousseff, aqui neste Plenário.

Quero, mais uma vez, agradecer a Presidência a presença do Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves. Agradecer a presença do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão, bem como o grande número de Senadoras, Senadores, líderes aqui presentes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, ao saudar V.Exa., o Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, e dar as boas-vindas à ilustre Ministra de Estado, Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff, de maneira bastante sucinta, eu passo à Ministra o que percebo que é um sentimento de amplos seguimentos da Casa. A Ministra foi convocada a esta Comissão, a este Plenário, para falar de PAC e temos muito que discutir a respeito de

Projetos tão relevantes para o país e que devem ser crivados pelo olho também da oposição brasileira.

Por outro lado, seria nós taparmos o sol com a peneira imaginarmos como legítima a exposição da Ministra sobre PAC sem termos, ao se abrirem os trabalhos, uma exposição de S.Exa. a respeito da questão do dossiê. Creio que isso aí é absolutamente imprescindível. A Ministra diria o que sabe, diria, de maneira franca, e não teria razão de se expressar de outro modo, o que pensa, e nós encaminharíamos esta Reunião para os fins todos. Eu tenho a impressão de que teria muito mais a falar até sobre PAC do que sobre dossiê, mas sinto que a palavra de V.Exa. sobre o dossiê será relevante.

A democracia tem essa faceta muito bonita. A Ministra, que é uma executiva de trabalho, uma mulher de força, e é um momento, que todos nós temos momentos menos felizes, outros felizes, felizmente mais felizes, nas nossas vidas públicas, a Ministra, em determinado momento, teria dito algo, assim, tipo: “Tenho algo mais o que fazer do que ir ao Congresso Nacional”. A democracia é isso. Nós sabíamos que a Ministra viria ao Congresso Nacional, e ei-la aqui, no Congresso Nacional, prestando contas, como deve fazer o Ministro de Estado, prestando contas aos Congressistas, no caso, os Senadores da República.

Outro dia houve uma denúncia, que não foi encampada por mim, mas vocalizada por mim, a respeito de um site que estava na Internet, um site com endereço localizado, que existe, enfim, que se revelou infundada, até pela explicação muito rápida e pronta que foi dada pelo Ministro Nelson Jobim, ao vir aqui pessoalmente, cercado de todos os seus assessores de primeiro escalão da hierarquia militar, o Ministro Jobim veio aqui e prestou as declarações todas. V.Exa. tem lá suas afinidades comigo, quando formos olhar as coisas do passado. E eu até brinquei que, se fosse há uns tempos atrás, e eu visse tanto militar junto, eu sairia correndo. Eu não ficaria ali para ouvir coisa nenhuma, nem para explicar coisa nenhuma. Mas o Ministro veio em poucos minutos. Ele disse: “Estou indo aí”. E veio. E eu disse: “Muito bem, que bom”. O Governo Lula inaugura uma época venturosa, que seria esse padrão Jobim. Ou seja, uma vez questionado no Congresso algum Ministro por algo sério, esse Ministro, imediatamente, pega seus assessores principais e vem ao Congresso prestar as informações. Houve aquela decepção inicial porque o padrão Jobim não foi seguido nesse episódio. Mas, ainda assim, eu percebo que o importante para o fato democrático é V.Exa. estar aqui, cumprindo o que me parece ser um dever seu, e nós aqui cumprindo o que, sem dúvida nenhuma, a nós nos figura um dever nosso. Estamos aqui para ouvi-la,

com respeito, estamos aqui para questioná-la, com firmeza, mas estamos aqui para, em nenhum momento, perder por V.Exa. o respeito e deixá-la de tratar com a urbanidade, com o cavalheirismo, com a lhaneza que deve marcar a relação entre Governo e oposição e, no meu caso muito particular, entre um Senador e uma Ministra, entre um homem e uma mulher. Não deixaria nunca de respeitá-la, até por isso. Mário Covas dizia que... E V.Exa. é desse tipo, dizia que: “Muito cuidado ao enfrentar mulheres. Algumas delas apanham como mulheres e batem como homens. Então, os homens não levam vantagem nunca se não souberem se portar diante delas desse jeito”.

Mas eu sinto que o essencial para o bom início dessa que haverá de ser uma profícua Sessão da Comissão de Infra-Estrutura da Casa, seria V.Exa. abrir a Sessão e, mais do que isso, abrir seu coração, dizendo o que sabe sobre o dossiê, para que nós consagremos a idéia de que, de um lado e de outro, estão democratas, que querem o império da lei, que não aceitam transgressões à Constituição, que não querem coação a adversários, que não querem mais do que o jogo puro e simples da verdade eleitoral, que leva à alternância de poder, no momento em que o povo achar que deve ser assim. Quando o povo achar que não deve ser assim, que não seja assim. Mas é essa verdade que compõe o cerne da democracia.

Portanto, eu percebo que qualquer pergunta que se fizesse aqui sobre PAC, eu tenho dezenas a fazer a V.Exa., e os Senadores igualmente, seria algo forçado porque a legitimidade da Sessão passa por V.Exa. abrir a Sessão e abrir o seu coração, dizendo o que sabe, de uma vez por todas, sem as contradições de tantas versões que conhecemos por várias figuras do Governo. O Ministro Tarso Genro disse que há dossiê e que é legítimo o dossiê. V.Exa. disse, na televisão, que não havia dossiê, mas enfim, que V.Exa. abra a Sessão, falando do dossiê. São esses os votos e esse é o pedido que formulo e que endereço a V.Exa., neste início de confronto democrático, nesta Casa e nesta Comissão. Mais uma vez, seja bem vinda. É com muito prazer e com muita honra que recebemos a presença de V.Exa. aqui entre nós. Muito obrigado, Ministra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência agradece ao Senador Arthur Virgílio pela sua—

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou conceder a palavra, pela ordem, ao líder José Agripino, líder dos Democratas. E, depois, ao líder Romero Jucá e à líder Ideli Salvat-

ti, para a contradita. Com a palavra, o Senador José Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Ministra Dilma Rousseff, V.Exa. vem ao Congresso, não com muita frequência, mas vem. Mas é difícil para V.Exa. avaliar a importância dessa Reunião porque não consta do seu dia-a-dia vir participar de Reuniões do Congresso, Reuniões de Comissão, ou participar dos debates do Parlamento.

Mas eu quero dizer a V.Exa. que essa é uma Reunião especialíssima. Basta ver as presenças... Aqui está o Presidente do Senado, do Congresso Nacional; aqui estão dois ex-Presidentes do Congresso Nacional, Senadores Sarney e Renan Calheiros; aqui estão todos os líderes de partidos, de Governo e de oposição, e está aqui uma boa expressão do Parlamento brasileiro, Deputados e Senadores.

Eu acho que essa Reunião, Ministra, é uma Reunião mais do que importante, é uma Reunião propícia para esclarecimentos. Claro que do PAC, que estamos querendo ouvir, mas queremos ouvir também uma coisa que o Brasil todo quer ouvir: É uma explicação convincente sobre a questão do dossiê. Eu me explico. Eu li, Ministra, numa entrevista que V.Exa. deu, em 2003, a Luiz Marklounf Carvalho, um colaborador da Folha de São Paulo, falando sobre momentos muito tensos de sua vida, que me tocaram muito, porque eu quero dizer a V.Exa. que o que V.Exa. fala na entrevista refere-se ao estado de cessão que o Brasil, lamentavelmente, viveu, e contra o qual eu também lutei. E vou dizer a V.Exa., invocando testemunhas aqui presentes: Numa pergunta feita pelo jornalista, creio que é jornalista, Luiz Marklounf Carvalho. Ele perguntou: “Que lembranças a senhora guardou dos tempos de cadeia?” “Que lembranças a senhora guardou dos tempos de cadeia?” V.Exa. responde: “A prisão é uma coisa em que a gente se encontra com os limites da gente. É isso que, às vezes, é muito duro. Nos depoimentos, a gente mentia feito doido. Mentia muito, mas muito”. Me tocou muito a sinceridade com que V.Exa. tratou este assunto. É claro que V.Exa. diz que mentia para sobreviver. Era o regime de cessão, condenável por todos nós; a tortura, aqui referida na entrevista, condenável. Tanto era condenável que eu vou contar a V.Exa., não sei se V.Exa. conhece, acho que não. A minha vida política neste momento. Eu era Governador do meu estado, eleito pelo voto direto. Quando começou-se a falar na transição para a democracia, para o fim do regime de cessão, o regime de cessão que vitimou V.Exa., que levou V.Exa. a dizer que mentia muito, para escapar, para sobreviver. Eu era Governador do Estado, tinha sido eleito pelo PDS, e aqui está presente o Senador

José Sarney e aqui está presente o Senador Garibaldi, que era meu adversário político na época, acho que era Prefeito em Natal, ou era Deputado Estadual; eu era Governador. Eu tinha duas alternativas: Ficar com o meu partido, PDS, que queria continuar o Estado de coisas, ou ter uma atitude que podia me doer bastante e custar, para mim muito, era romper com o meu partido e apoiar, como fiz, a chapa Tancredo-Sarney, me submetendo à retaliação do então Presidente da República, que chegou a ir a meu Estado, eu, Governador, sem me avisar, circular pela cidade, embora que como para me desmoralizar. Isso não me impediu de declarar publicamente, e fui o primeiro dos Governadores do PDS, o primeiro, aquele que deu o exemplo para que o regime de cessão acabasse, para que a transição democrática acontecesse, com a eleição de Tancredo. E assim o fiz e levei os votos do colégio eleitoral todos, sem exceção. Rompi até com o meu grande companheiro de partido, Lavoisier Maia, rompi até com ele... Com ele, com a atual Governadora Vilma, para apoiar Tancredo, para que o regime de cessão se encerrasse.

Eu digo, porque me custou muito, na época, tomar aquela atitude para eu poder dar o exemplo ao meu Estado e ao país de que eu, que tinha 36, 37, 38, 39 anos na época, pudesse dar uma contribuição para a redemocratização do meu país. Por isso é que me tocou muito a entrevista de V.Exa., quando fala que mentia, mentia muito para sobreviver, no regime de cessão.

O que é que eu quero com isso tudo, dizer, que eu tenho medo de estarmos voltando ao regime de cessão. Ministra, o Estado policalesco(F) caracteriza o regime de cessão. Nós tivemos, há pouco tempo, o caso Francenildo, onde o aparelho do Estado, informações do Estado, suponho que encostaram contra a parede um cidadão modesto, e levaram um Ministro de Estado a pedir demissão; pedir demissão porque o período da República não tinha, à época, popularidade tão forte, não agüentava a acusação de Estado policalesco, e a saída foi o Ministro Palocci pedir demissão, porque havia clara acusação do Estado policalesco de volta, informações, instrumentos de Estado usados contra cidadão.

Muito bem. O que é que existe hoje é o meu temor. E eu falo com autoridade de quem trabalhou para, cortando as carnes, passar a página do regime de cessão. Falo com autoridade de quem deu uma contribuição pessoal. É só ouvir o Senador Garibaldi e o Senador José Sarney. Eles são testemunhas da minha presença, naquele momento da política do Brasil.

O que é que me preocupa, Ministra? O dossiê, na minha opinião e de muitos brasileiros, é a volta ao regime de cessão, é o uso do Estado para encostar

peças no canto da parede. No caso, o Presidente Fernando Henrique e a D. Ruth Cardoso. O que é que há em torno do dossiê? Uma sequência de dúvidas. Primeiro, foi dito: “Não, o dossiê não existe”. Depois, disseram: “Não, o dossiê existe”. Depois, disseram: “O dossiê existe porque o TCU pediu”. O TCU disse: “Não pedi nada. Não pedi coisa nenhuma”. “Não é um dossiê, é um banco de dados”. Aí: “É um banco de dados com dados sigilosos?” “Não, não são sigilosos; são públicos”. É uma enorme confusão. Quem foi que preparou? “Ah, foi a Erenice”. “Não, foi a Erenice”. “E quem foi o autor?” O dossiê é o instrumento para pressionar alguém? É o uso do Estado, informação privilegiada para pressionar, para encostar alguém no canto da parede? É a volta do Estado de cessão, é a República policalesca? É isso, estamos de volta a isso? É isso que me preocupa. E onde é que o dossiê foi feito? Na Presidência da República, no gabinete civil. É lá que se originou o dossiê. Por isso é que, com todo o respeito, e aplaudindo a presença de V.Exa. nessa Comissão, eu gostaria que dessa Reunião, que é uma Reunião importante, resultasse o esclarecimento definitivo para que nós não precisássemos voltar mais a esse assunto. Ou, então, nos dedicarmos a ele, se aqui não foi esclarecido com a profundidade devida que a democracia brasileira exige.

Nós tivemos um caso Francenildo, foi encostado no canto da parede por instrumentos que só o Estado podia usar e, flagrado o caso, quem se expunha estar para trás de tudo foi punido com a demissão. Existe agora um dossiê. O Francenildo, no caso, é o Presidente da República e a sua esposa. O dossiê é igualmente composto de informações das quais só o Estado tem o direito de saber. As informações saem do Gabinete Civil da Presidência da República. Não houve punição nenhuma, nem esclarecimento nenhum. Em nome do esclarecimento é que eu peço a V.Exa. que diga: O dossiê existe? Quem mandou fazer? Para que é que o dossiê foi feito? E, finalmente, no Governo passado, existia algum dossiê ou algum banco de dados semelhante a esse? Se é um fato normal, usual, no Governo passado, existia algo, para que possamos fazer comparação, já que é usual do atual Governo fazer a prática permanente de comparações? É isso que eu quero e o Brasil quer saber, Ministra, e é bom que a gente aproveite essa oportunidade para, de uma vez por todas, esclarecer o que o Brasil quer saber.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Questão de Ordem, Senador Marconi Perillo. Art. 403, inciso--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um instantinho, Senador. Essa Presidência pede, mais uma vez, o silêncio da assistência, para que nós possamos ouvir os oradores e

ouvir a Ministra Dilma. Antes de conceder a palavra ao Senador Tião Viana, essa Presidência deseja informar o seguinte: O pedido “pela ordem” é regimental. Entretanto, nós vamos limitar os pedidos “pela ordem”. Dois Senadores, líderes dos dois principais partidos da oposição, já usaram o expediente da palavra “pela ordem”. Eu agora vou, democraticamente, conceder a dois líderes que representam a base do Governo, o Senador Romero Jucá e à Senadora Ideli Salvatti, líder do PT, tempo correspondente para que possam fazer a contradita. E, depois, não vou mais autorizar a palavra “pela ordem” e vou, imediatamente, passar a palavra à Exma. Sra. Ministra. Com a palavra, o Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Apenas para solicitar a V.Exa., Presidente Marconi Perillo, que eu sei da segurança e do respeito que tem ao Regimento da Casa, que defenda o cumprimento e a observância do Regimento, porque a manifestação, infelizmente, do meu querido amigo, Senador José Agripino, foi tudo, menos uma manifestação pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Tião Viana, eu já adiantei aqui como é que vai ser o procedimento. Nós vamos dirigir essa Sessão de forma democrática, mas com muita autoridade e rigidez. Com a palavra, o Senador Romero Jucá, para a contradita.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Senado, Garibaldi Alves. Sr. Presidente, gostaria de colocar em termos, após a fala do Senador Arthur Virgílio e do líder José Agripino, algumas questões. A primeira delas, que nós aprovamos aqui um Requerimento para tratarmos especificamente da questão das obras do PAC e, em especial, da hidrelétrica de Belo Monte.

A Ministra Dilma, desde o primeiro momento, se colocou à disposição para participar desse encontro e prestar os esclarecimentos necessários. Quanto às palavras do Senador Arthur Virgílio, quero dizer que nós não estamos vindo aqui nem bater nem apanhar. Nós estamos vindo aqui, cumprindo um rito da Democracia e de respeito entre os Poderes. A Ministra está vindo, em nome do Executivo, prestar contas de uma ação extremamente importante para o país. E eu espero que o debate se permeie nessa direção.

Quero dizer que não entendi a associação do Senador José Agripino sobre a questão da mentira, de mentir para escapar ou qualquer colocação desse tipo. Eu acho que a história, o comportamento da Ministra Dilma Rousseff honram o país, mostram a competência que ela tem hoje no Governo e, sem dúvida nenhuma, é com esse mesmo espírito que ela prestará aqui to-

das as informações. A nossa posição é que a Ministra apresente os dados e as informações sobre o PAC e, a partir daí, qualquer Senador e qualquer Senadora tem a sua liberdade de perguntar aquilo que entender, desde que seja em termos, desde que seja dentro do Regimento. É isso que nós vamos zelar.

Se o Governador José Agripino tem autoridade de perguntar como quem foi Governo no período militar, a Ministra Dilma terá a autoridade de responder como quem enfrentou esse regime militar. Acho que são águas passadas que, de certa forma, construíram, bem ou mal, a identidade desse país, e agora cabe a nós continuarmos esse processo daqui para frente.

Quero dizer que a base do Governo vai zelar pelo cumprimento do Regimento, Sr. Presidente, com a maior tranquilidade, confiamos na exposição da Ministra Dilma, como confiamos também na postura, nas perguntas e no discernimento de todos os Senadores e Senadoras dessa Casa. Eu acho que hoje é uma Reunião memorável; essa Casa pode sair dessa Reunião engrandecida, por cumprir as suas determinações, as suas predisposições para prestar esclarecimentos à sociedade, sob qualquer aspecto. A Ministra Dilma, em todos os contatos que nós tivemos, em nenhum momento, se furtou a responder sobre qualquer questão. Agora, nós da base, estaremos vigilantes sobre as questões regimentais e, sobretudo, sobre o estilo e sobre o respeito que deve ser dado a uma pessoa do quilate, da extirpe e da história da Ministra Dilma.

Portanto, feitas essas colocações, eu gostaria que nós iniciássemos, logo após ouvir a Senadora Ideli, o procedimento que é a exposição da Ministra Dilma sobre o que foi efetivamente objeto do Requerimento e, a partir daí, cada Senador é dono da sua história, do seu momento e deve fazer os questionamentos que entender, e a Ministra Dilma, tenho certeza, que responderá com a maior tranquilidade, maior coragem e com a maior competência da forma como trabalha no Governo e durante toda sua história. Essa era a colocação. Muito obrigado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a manifestação do Senador Agripino, líder dos Democratas. A participação do Senador Romero Jucá, líder do Governo no Senado, tranquilizando, mais uma vez, ao Senador Romero e à base governista de que nós vamos cumprir rigorosamente o Regimento. Não há nem necessidade de vigência. Já fui Deputado duas vezes, conheço muito bem os Regimentos e vou trabalhar nesse sentido.

O Senador José Agripino pede a palavra porque foi citado, é regimental, e eu concedo a ele a palavra por um minuto.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido. É só para esclarecer ao meu dileto amigo, Senador Romero Jucá. Senador Romero Jucá, eu apenas repeti trechos de uma entrevista da Ministra Dilma e que quem fala: “Nos depoimentos, a gente mentia feito doido; mentia muito, mas muito”, não fui eu que falei, apenas repeti o que ela falou, condenando o regime de cessão.

Eu quero que fique claro, Ministra, que estou condenando o regime de cessão e que entendo que V.Exa. declarou isso como uma manifestação sentida de que, para sobreviver, talvez fosse obrigada a mentir, mentir muito. Não estou fazendo nenhuma ilação adicional. Estou apenas repetindo trechos de uma entrevista de V.Exa., quando, com V.Exa., eu condeno o regime de cessão. E eu adotei postura pessoal, e política, que aqui relatei, que pode ser comprovada pelos presentes, que são protagonistas da época. Só isso.

O que eu desejo mesmo é ver esclarecido um fato que me preocupa porque é o retorno ao regime da cessão. É apenas isso. É uma preocupação que, como líder de um partido de oposição, eu tenho, perante o meu país; o país é de V.Exa. e meu. É nosso. E, em nome do interesse que nós temos pelo futuro da democracia do nosso país, eu quero ver este assunto esclarecido, contra a violência ontem e hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço, Senador Agripino, pelo cumprimento do tempo. Com a palavra, a ilustre líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, e quero saudar também o Presidente dessa Casa e a Ministra Dilma, que comparece para prestar, eu não tenho nenhuma dúvida, todos os esclarecimentos que serão feitos aqui, a partir das perguntas que cada um dos Senadores e Senadoras farão.

Agora, eu gostaria de deixar aqui registradas algumas questões. Em primeiro lugar, o momento que o país vive exige, de todos nós, muita seriedade, muita responsabilidade, e aproveitar muito bem este momento, no qual uma das principais executoras, dentro do Governo Federal, vem a esta Casa... Vem a esta Casa para prestar os esclarecimentos devidos sobre o andamento das obras do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento, sobre obras tão importantes, como a de Belo Monte, que está diretamente ligada à questão estratégica da energia para sustentar todo o crescimento desse país, no momento em que o país acessa o grau de investimento; se transforma num país reconhe-

cido internacionalmente como país seguro. Onde nós estamos aí comemorando as descobertas de grande potencial petrolífero e de gás, e que nós iremos, com certeza, nos transformar, num curto espaço de tempo, numa das gigantes, num dos gigantes petrolíferos do planeta. Aonde nós temos um debate aberto entre a questão de alimentos e biodiesel, biocombustível. Aonde a Ministra terminou de voltar de uma viagem importante ao Japão, aonde foi debater a questão do trem-bala. Todos esses importantes assuntos, eu não tenho dúvida, deverão ser tratados aqui com a importância devida e com o tempo devido, para que tudo possa ser debatido, esclarecido, confrontado, colocado. Como também eu não tenho nenhuma dúvida porque tenho certeza absoluta que muitos Parlamentares da oposição, e até pela abertura, já ficou claro qual vai ser a tônica, a abertura já deu a linha. A oposição irá ficar... Ficar bastante voltada para a questão do banco de dados e do vazamento de informações.

Portanto, eu não tenho nenhuma dúvida que a Ministra vai tratar de todos estes assuntos. Vai responder. E que a gente tenha, efetivamente, a capacidade de fazer com que esta Audiência Pública possa tratar de todos os assuntos e, principalmente, os assuntos que implicam em melhoria da condição do nosso país, melhoria da condição de vida do nosso povo, que está diretamente ligada a toda esta área de investimento, de grau de investimento, da questão da soberania nossa na questão energética, petrolífera, e de investimentos tão importantes na área da--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais uma vez, peço silêncio, para garantir a palavra à oradora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Até porque essa questão do banco de dados e do vazamento das informações tem uma CPI Mista específica, tratando disso; nós temos uma auditoria em andamento e tem uma investigação da Polícia Federal.

Portanto, nada que a gente faça ou deixe de fazer aqui irá impedir a continuidade de todos esses procedimentos, que são específicos inclusive, para tratar do assunto do banco de dados e do vazamento.

Agora, por último, eu não poderia deixar de registrar o seguinte: Quando são trazidos aqui trechos de entrevista, relatando fatos de uma época que nós gostaríamos que nunca tivesse acontecido no nosso país, épocas amargas, duras, aonde pessoas foram presas, foram torturadas, foram mortas, que não se traga para cá este ambiente porque mentir em legítima defesa... Eu diria até mais, a própria Legislação e a própria Igreja garantem até matar em legítima defesa.

Portanto, trazer algo descontextualizado para este momento, repetir à exaustão é até um demérito, eu di-

ria, até uma forma de desqualificar o que nós vamos fazer aqui, mas, principalmente aqueles que deram a vida, perderam a sua vida, perderam o seu convívio familiar e que foram efetivamente os que enfrentaram a ditadura militar no nosso país.

Portanto, eu não poderia deixar de registrar que não contribuiu trazer, mais uma vez, este episódio porque a Ministra Dilma, que está aqui e vem aqui na condição de uma das principais executoras, gerentes, administradoras de tudo que vem acontecendo de tão positivo no nosso país, lembrar este momento que ela, inclusive com o risco de vida, com risco de vida enfrentou a ditadura dentro da prisão, é algo que é desmerecedor, pela luta democrática que este país fez, e que todos nós temos a clareza, a convicção de que não voltará mais; não voltará mais porque nós enfrentamos, nós derrotamos esse tipo de concepção ditatorial, e temos uma democracia sólida e consolidada para enfrentar todo e qualquer episódio lamentável, como nós já enfrentamos em outros períodos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a intervenção da ilustre Senadora Ideli Salvatti e indaga ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, que nos honra com sua presença, se ele deseja dar uma palavra de saudação à Exma. Sra. Ministra e a todos os demais convidados. Com a palavra, o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu quero apenas agradecer essa deferência de V.Exa. e desejar que os trabalhos possam decorrer de um clima da maior tranquilidade, do maior respeito e do maior apreço, tanto dos Parlamentares para com a Ministra Dilma e, sem dúvida nenhuma, da Ministra Dilma para com os Parlamentares, para que nós possamos ter aqui o máximo de esclarecimentos sobre as questões que serão levantadas.

E eu confio, claro, que isso vai acontecer, pela desenvoltura, pela performance da Ministra Dilma; confio também na Presidência de V.Exa., que deverá dar, certamente, aos trabalhos, como V.Exa. disse, deverá dar um toque de autoridade, de firmeza, para que tudo possa, no final das contas, honrar este Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a manifestação carinhosa do Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves, e concede, regimentalmente, a palavra à ilustre Ministra Dilma Rousseff, por 30 minutos.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria, primeiro, fazer... Dirigir um cumprimento especial ao Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal;

ao Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal; ao Senador Delcídio, Vice-Presidente da Comissão de Infra-Estrutura. E queria dirigir um cumprimento a todos os Senadores aqui presentes e aos funcionários da Casa e aos representantes aqui da nossa imprensa.

Eu queria iniciar a minha fala, dizendo que eu vim falar do PAC, mas, sem a menor sombra de dúvida, eu me disponho a responder, depois da minha exposição, todas as perguntas que quiserem ser dirigidas a mim. Tem uma consideração apenas, que vou responder antes, que eu acho que ela é importante para a democracia do Brasil.

O processo de ditadura militar no país, que começa em 64 e se aprofunda em 68 e atinge seu auge em 70, quando se tortura e se mata, indiscriminadamente no Brasil, ele é completamente diferente do processo de transição democrática. Esse momento, que vai se dar nos 80, é diferente do que aconteceu ao longo dos anos 70. O que acontece ao longo dos anos 70 não é uma ditadura policalesca simplesmente. É a impossibilidade de se dizer a verdade em qualquer circunstância, por quê? Porque direito à livre expressão estava enterrado. Não se dialoga, não é possível supor que se dialogue; no pau-de-arara, no choque elétrico e a morte, não há este diálogo. E isso não é só aqui no Brasil que não houve. Não houve em nenhum país do mundo. Não houve na Argentina, durante a ditadura militar da Argentina; não houve na Argélia, na Guerra da Argélia; não há a possibilidade de um diálogo civilizado. E é isso que é importante hoje na democracia brasileira. Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira.

Eu tinha 19 anos, eu fiquei três anos na cadeia, e eu fui barbaramente torturada, Senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores compromete a vida dos seus iguais e entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, Senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia, se fala a verdade. Diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira.

[palmas].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: E isso, Senador, faz parte e integra a minha biografia, que eu tenho imenso orgulho. E eu não estou falando de heróis. Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, Senador. Porque agüentar a tortura é algo difícilíssimo. Porque todos nós somos muito frágeis, todos nós. Nós somos humanos, nós temos dor. E a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande, Senador. A dor é insuportável. O senhor não imagina quanto é insuportável.

Então, eu me orgulho imensamente de ter mentido. Eu me orgulho imensamente de ter mentido porque eu salvei companheiros da mesma tortura e da morte. Não tenho nenhum compromisso com a ditadura, em termos de dizer a verdade. Eu estava num campo; eles estavam no outro. O que estava em questão era a minha vida e a de meus companheiros. E esse país, que transitou por tudo isso que transitou, que construiu a democracia, que permite que hoje eu esteja aqui, que permite que eu fale com os senhores, não tem a menor similaridade. Esse diálogo aqui é o diálogo democrático. A oposição pode me fazer perguntas; eu vou poder responder. Nós estamos em igualdade de condições humanas, materiais; nós não estamos num diálogo entre o meu pescoço e a força, Senador. Eu estou aqui num diálogo democrático, civilizado. E por isso eu acredito e respeito esse momento. Por isso, todas as vezes, eu já vim aqui nessa Comissão antes.

Então, eu começo a minha fala dizendo isso, porque isso é algo que é o resgate desse processo que ocorreu no Brasil. Vou repetir mais uma vez: Não há verdade, não há espaço para a verdade. É isso que mata. O que mata na ditadura é que não há espaço para a verdade porque não há espaço para a vida, Senador. Porque algumas verdades, até as mais banais, podem conduzir à morte. É só errarem a mão no seu interrogatório.

E eu acredito, Senador, que nós estávamos em momentos diversos da nossa vida, em 70. Eu asseguro para o senhor. Eu tinha entre 19 e 21 anos e, de fato, eu combati a ditadura militar. E disso eu tenho imenso orgulho--

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Senador Marconi Perillo.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Mas eu vim aqui para prestar esclarecimentos para os senhores; todos os que os senhores quiserem, mas eu gostaria de começar a minha presença aqui, falando do PAC. E falando do PAC... E, na seqüência, se quiserem me perguntar sobre qualquer outro assunto, inclusive banco de dados, eu falarei--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente. Eu só queria fazer uma consideração sobre o que disse a Ministra--

[tumulto].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

É para concordar com a Ministra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes, eu pediria a compreensão de V.Exa., já que nós demos um despacho em relação à palavra pela ordem, e a Ministra já iniciou a sua exposição--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Era até para concordar com o que disse a Ministra, se a Ministra--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador, eu pediria a V.Exa. compreensão. Eu passo a palavra... Eu asseguro a palavra à Ministra Dilma Rousseff.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, para mim, é muito importante estar aqui falando sobre o PAC porque eu considero que o PAC introduz no Brasil um momento muito importante. Nós temos como objetivo, no PAC, ele foi feito, inclusive considerando a necessidade de manter a estabilidade econômica, a estabilidade macroeconômica. O PAC também, nós concebemos ele como um instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais. E, sobretudo, o PAC, ele trabalha também no sentido de todos os outros Projetos do Governo, de estruturação do mercado de massas, em que está em questão a inclusão de imensos contingentes da população, da pobreza, em condições de sobrevivências mínimas e de transição de uma parcela, também significativa, para as classes médias.

Então, é tornar o mercado interno de massas o grande impulsionador do crescimento econômico. E isso num quadro em que o PIB hoje, e antes também, já vinha crescendo, porque ele cresce há 24 trimestres consecutivos; o consumo cresce há 17; o investimento cresce há 16. Nós, ao contrário do setor externo, principalmente dos Estados Unidos e da Europa, temos um setor financeiro sólido, temos um processo de difusão de crédito de forma democrática, porque o crédito é um elemento essencial, que complementa a renda das pessoas, que chega a quase um trilhão; temos lucros crescentes no setor produtivo; e temos um mercado interno e externo em crescimento, que rompe com a característica anterior, que ou crescia um ou crescia outro. E, pela primeira vez, o Brasil é credor externo e recentemente recebeu o *Investment Grade*.

Essas três tabelas que se seguem, elas mostram a solidez dessa situação. Primeiro, com o setor de bens de capital crescendo à frente da indústria, o que significa que é um crescimento sustentável. Segundo, com a renda média, a massa salarial e o pessoal ocupado, crescendo a níveis significativos, e com a demanda interna mais forte do que ocorria nos últimos tempos, no que se refere ao crescimento do PIB. Nós temos uma demanda interna pujante, puxando o crescimento do PIB. E, ao mesmo tempo, um excremento sustentável, que vai dar ao Brasil uma condição diferenciada em relação aos outros países do mundo, onde há crescimento econômico, porque neles não há distribuição de renda. Na maioria dos países, não tem havido, princi-

palmente dos BRICs, China, Índia e Rússia, não tem havido distribuição de renda na mesma proporção que se dá no Brasil. E isso ocorre pelo Bolsa Família, com as 11 milhões de famílias que hoje recebem a bolsa; com 7,6 milhões de pessoas que tiveram acesso à eletricidade; com o fato de nós termos o PROJOVEM, o PROUNI que, de fato, aumentaram o número de vagas e o tratamento dos jovens no Brasil; o PRONAF, em que nós temos hoje uma diversidade, que combina integradamente agricultura... O agronegócio com uma agricultura familiar pujante, e isto se expressa nos 8,4 bilhões de crédito que o Governo forneceu; em Universidades novas, 15 novas Universidades, com 12 já em funcionamento; novos campi universitários, são 214 novos, com 50 já em funcionamento; escolas técnicas, 214 escolas técnicas novas, com 47 em funcionamento. E isso leva a uma situação em que 20 milhões de brasileiros saíram, até 2007, saíram das classes D e E, e passaram para a classe média, para a classe D. E quase 10 milhões, até 2006, saíram da pobreza e passaram por uma situação de sustentabilidade de vida.

Bom, nós, quando fomos fazer o PAC, consideramos que era fundamental resgatar novamente o planejamento de médio e longo prazo no Brasil, para gente ter, inclusive, sinalização para o setor privado e para o conjunto da sociedade de qual era o horizonte de investimento.

Nós consideramos que integra o PAC a articulação republicana entre Estados e Municípios porque, sem eles, nós não executaremos o PAC, principalmente em algumas áreas extremamente centrais no PAC, que é saneamento e habitação, e que o PAC tem, dentro de si, uma articulação entre o setor público e o setor privado, o fortalecimento também da regulação e da concorrência, porque isso pode significar preços mais baratos para o Brasil e, portanto, um custo Brasil menor. Por exemplo, na área de rodovias, na área de hidrelétricas, e, em qualquer área. Isso significa fortalecer as Agências Reguladoras para poder fortalecer a concorrência. E instrumentos de financiamento de longo prazo, que permitirão que o país tenha condições de financiar as áreas essenciais. Como vocês sabem, o PAC significa hoje 504 bilhões de reais que nós destinamos para três setores diferentes: Logística, energia e social e urbano.

Nós temos um conjunto de investimento por Estados, que está nessa tabela, que mostra, no primeiro quadro, por Estado, quais são os empreendimentos que são exclusivos dos Estados e quais são os empreendimentos que têm impacto regional sobre os Estados. No segundo quadro, o que nós estamos mostrando é que esses investimentos, que começam agora e que

vão até 2010, eles têm impacto, alguns depois de 2010, porque eles se completam num horizonte um pouco depois. Então, aí está listado por Estado, o que cada Estado ganha com o PAC, em termos de investimento direto no seu território e pós 2010 também.

Eu vou começar imediatamente com a infraestrutura logística, rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos, mostrando o primeiro gráfico. Nesse gráfico, em cor-de-rosa, estão as obras em andamento; em amarelo, as em licitação; em azul, as já concluídas... Em mais clarinho, esse mais quase branco, em ação preparatória, que é ou licenciamento ambiental ou Projeto Executivo.

O PAC, ele é um conjunto de duas mil ações, sem o eixo social e urbano. Com o eixo social e urbano, chega a quase sete mil, quando a gente inclui habitação e saneamento, porque são várias obras específicas. Eu não posso prestar contas das sete mil obras aqui porque meu prazo esgotaria. Por isso vou fazer alguns destaques. Em rodovias, eu quero dar os totais primeiro, nós vamos investir 33,4 bilhões; em duplicação, nós vamos atingir 2214 quilômetros; em construção, 6876; em concessão, 7307, sendo que, na segunda etapa, foram 3247... Serão 3047 quilômetros. 2600 já foram e agora, com o trecho da 116 até a 324, a duplicação da 116 até a 324, que são mais de 500 km, na Bahia, nós vamos chegar ao 3247. A terceira etapa são 4060 quilômetros.

E, no que se refere à recuperação, nós estaremos recuperando, do CREMA, que é contrato de cinco anos, 32 mil quilômetros. E de [ininteligível], que é de dois anos, 23.765 quilômetros. Esses dois valores são muito importantes porque nós rompemos com a metodologia de pequenos contratos e fazemos contratos de grande escala, o que vai garantir a qualidade das nossas rodovias.

Rodovia concluída, estão listadas dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, Mato Grosso e Pernambuco, inteiramente listadas. São 261 quilômetros, com 250 milhões. Estou fazendo rápido porque senão não dá tempo de fazer toda a exposição. Em obras, as principais, os destaques, por região do Estado, norte e nordeste, nós vamos destacar, no Acre a 364, que se chama Madureira-Cruzeiro do Sul; no Amazonas, 319; no Amapá, a 156; na Bahia, a 135; no Pará, a 163 e a 230; no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Ceará, a 101-Nordeste. Todas elas são obras que estão hoje em andamento.

Em ação preparatória, também tem uma série de obras, em destaque, por Estado, o que mostra a importância da regionalização dos investimentos dentro do PAC. Nós temos, desde a BR-119, por exemplo,

em Rondônia, até a 124, na Bahia, passando pela 135 no Piauí. No Sudeste, se destaca, do Espírito Santo, a 101--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sra. Ministra, gostaria de solicitar a V.Exa. que autorizasse a distribuição desses gráficos, que nós não estamos tendo acesso aqui, das bancadas.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu ia pedir aqui para distribuir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Se a gente puder imprimir aqui, eu vou passar para os senhores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu deixo aqui todos esses... Mas, até o final da minha exposição, eu peço aqui para descontar meu tempo, vou disponibilizar para o senhor todos esses, para cada um dos senhores, todo esse material. Até para os senhores poderem perguntar. Vou começar a passar um pouquinho mais devagar, então. No sudeste... E peço que o senhor tenha--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ah, não vê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria à Comissão que tomasse as providências. O Presidente do Senado está aqui e não vai criar obstáculo. Eu pediria a V.Exa. que mantivesse o ritmo por causa do tempo, Sra. Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Está bom. Então, em obras do Sudeste, destaca a 101, lá no Espírito Santo; a 040, em Minas Gerais; a Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, que segunda-feira a gente tem o início da parte mais importante dele, que é esse trecho... Que não é esse trecho da 101, que é o outro trecho do Arco Rodoviário, que ainda não está em obras, e o Rodoanel, lá em São Paulo.

Em ação preparatória, justamente aquele trecho ali embaixo, está o segundo trecho do Arco Rodoviário, que é da BR-493, que nós vamos estar, na segunda-feira, dando início de obra, junto com o Governador Sérgio Cabral.

No Sul e no Centro-Oeste, em obras, é o mesmo processo. As principais rodovias que estão em obras, a 153, a 101-Sul, que é muito importante no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, todas elas são duplicação. A 282, em Santa Catarina, que é constru-

ção; no Distrito Federal, a 060, que é a duplicação; em Goiás, a 153 e a 070 também; no Mato Grosso do Sul e São Paulo, também em construção, que é a ponte da BR-158 e, no Mato Grosso, a BR-364.

Como ação preparatória, ou seja, licenciamento ou Projeto Executivo, nós temos várias obras: No Paraná, a 277; no Rio Grande do Sul, a 116, trecho 448, que cruza com a BR-448, e, no Mato Grosso, a 163.

Nós iremos agora para a terceira etapa de concessões. A primeira fase da segunda etapa de concessões vai se dar em novembro de 2008. E a segunda fase, em abril de 2009. A primeira fase, nós vamos licitar 2066 quilômetros. Essas rodovias, que estão em vermelho, são as da primeira fase. Como os senhores podem ver, a grande maioria se dá em Minas Gerais, dessa primeira fase. Na segunda fase, nós temos trecho em Santa Catarina, na Bahia, em Goiás e Distrito Federal - Goiás. Nessas duas fases de concessão, nós vamos somar... Ao somar todas as concessões feitas no período, nós vamos chegar com algo próximo a sete mil quilômetros.

Eu vou passar agora ao PAC - Ferrovias Bitola Larga... Bitola Larga. Nós temos existentes todas essas linhas em preto e as linhas em azul, elas estão em estudo. Eu vou, depois, dizer quais são as que estão em estudo. As em cor-de-rosa são obras em andamento, que já estão em andamento. E os pontos mais claros são obras que estão em ação preparatória, licença ou Projeto-Executivo. Mas agora vou falar uma a uma. Não são muitas, dá para falar circunstanciadamente: No Piauí, em Pernambuco e no Ceará, nova Transnordestina, que é entre a Eliseu Martins, lá no Piauí, SUAPE, em Pernambuco, e Pecém no Ceará.

Nós acreditamos, são 1.736 quilômetros. Nós, no nosso cronograma, todos os trechos iniciam esse ano de 2008. Solucionamos alguns problemas que existiam e todos os trechos começam. No Tocantins, o trecho da Norte-Sul, o trecho Norte da Norte-Sul, ele está em andamento. Inclusive, já foi feita a concessão, ganhou a Vale do Rio Doce, pagando quase um bilhão e 500 milhões de reais. E o trecho Tocantins, em Goiás, até São Paulo, que é o trecho Sul, com 844 quilômetros, ele está em processo, preparando-se para a concessão. Ele vai aparecer depois. E estão sendo construídos já 844 quilômetros. A gente sempre antecipa a obra, faz a concessão; com o dinheiro da concessão, a gente se ressarcir e continua esse processo para a obra não se interromper.

Em ação preparatória, nós temos a FERRO-NORTE e a MR LOGÍSTICA, resolvido o problema que existia, em que não havia prazo para essas concessionárias existentes fazerem as respectivas obras. E agora há, está em fase de licenciamento ambiental

e, com a MR LOGÍSTICA, nós estamos concluindo a negociação com a concessionária.

Em estudos, nós estamos estudando o prolongamento da Norte-Sul, que vai sair de Anápolis, passando, chegando a Santa Fé do Sul, passando por Panorama e Porto Murtinho. Está em estudo também de Uruaçu-GO a Vilhena, é aquela, é o eixo Oeste-Leste, eu vou rapidamente voltar para os senhores verem qual é, esperem aí só um pouquinho. É esse eixo aqui, Vilhena esse eixo que está sendo... Ah, não tem... Sinto muito. Está tranqüilo para ver, mas é porque o senhor sabe, Senador.

[risos].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: É Uruaçu-Vilhena, esse trecho que está em estudo... Esse trecho que a Ferrovia Bahia-Oeste, que também está em estudo; a interligação entre a TRANSNORDESTINA e a Rodovia Norte-Sul, e o prolongamento desse trecho, que é o trecho Sul, aqui saindo de Santa Fé do Sul, chegando a panorama e indo... A Panorama, aqui embaixo, e indo até Porto Murtinho.

Bom, e, finalmente, nós vamos fazer a concessão de Palmas a Santa Fé do Sul, em São Paulo. No primeiro semestre de 2009, está ali embaixo, perto do Senador Simon. Ao mesmo tempo, na Ferrovia Norte-Sul, é esse trecho que vai estar em concessão. Daqui a aqui. Esse trecho, daqui a aqui, está em concessão.

Depois, em bitola estreita, nós temos várias obras também em andamento. Nós estamos estudando essa rodovia em Santa Catarina, desculpa, essa Ferrovia de Santa Catarina, que é a litorânea... Aliás, é essa aqui, essa litorânea, que liga o Porto de Itajaí ao Porto de São Francisco do Sul a Imbituba. E esse trecho aqui, que é a Ferrovia Oeste ou do Frango, que liga Itajaí a Chapecó. Vamos estar fazendo também, em estudos, está a ferrovia Cascavel no Paraná, a Maracaju no Mato Grosso do Sul. O contorno... Em estudo ainda a variante ferroviária oeste do Paraná aqui.

Além disso, a reconstrução ferroviária de Recife-PE/Propriá, está em obra, que é esta parte aqui, que liga o Recife a Propriá, em Alagoas, e que... Depois, é a variante ferroviária... Aliás, em obra, está o contorno ferroviário, em São Félix, na Bahia, e a reconstrução ferroviária. E, depois, em ação preparatória, em licenciamento, estão esses daqui, que são o contorno ferroviário de São Francisco do Sul, o de Joinville e o de Camaçari.

Aí, estão todas as obras em bitola estreita, que nós estamos cogitando. Os contornos ferroviários primeiro, as ações relativas também a contorno e adequação ferroviária em ação preparatória, e, em estudos, todas essas obras que eu já mencionei.

Além disso, nós estamos, em bitola estreita, feita em parceria com o Governo e os órgãos de financiamento americanos, de uma ligação bioceânica em bitola métrica. Nós estamos estudando três alternativas: Que é essa alternativa que sai de Santos, vai por Corumbá-Santa Cruz, vai a Salta e depois Antofagasta.

E essas duas aqui, que essa primeira, que sai de Paranaguá, vai a Maracaju, desce Resistência, vai a Salta e chega a Antofagasta. E essa outra, que não vai a Maracaju, que vem por baixo, passa em Cascavel, Foz do Iguaçu, Resistência, Salta e Antofagasta. Uma das três vai ser indicada como Projeto conjunto, que vai sair, no âmbito da cooperação Brasil-Estados Unidos. Esta ligação, para nós, é considerada estratégica porque leva o Brasil a ter acesso ao Oceano Pacífico.

Finalmente, o trem de alta velocidade, que nós estamos numa fase final, eu volto depois para mostrar o cronograma, o traçado hipotético é esse, liga Campinas a São Paulo e São Paulo ao Rio de Janeiro. Nós contratamos o BID; o BNDES contratou o BID, a empresa já, a Halcrow, junto com duas empresas brasileiras, Sinergia e Balman, estão fazendo o estudo da demanda; as outras empresas estão, aliás, estão também fazendo uma avaliação do traçado.

Fizemos um convênio com o Banco Mundial para a contratação de assessores para assessorar o Comitê Gestor do Projeto. Já fizemos a definição da metodologia para elaboração do estudo da demanda, para dar para a Halcrow; revisamos todos os estudos que existiam no Ministério dos Transportes, enfim, fizemos uma avaliação preliminar integral de tudo que havia. E começamos a avaliar as estruturas, desculpa, as tecnologias existentes. Fizemos Reuniões no Japão e aqui no Brasil também, com um consórcio japonês, que é integrado pela Mitsubishi, Kawasaki e Toshiba; fizemos também com a Coreia, Korten(F) é da Hyundai, a Coleil(F), que é a empresa deles de ferrovias, e a KRRI, que é a de tecnologia.

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Com a Alemanha, da Siemens e com a França, da--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, o tempo está vencido, e eu vou conceder a V.Exa. mais 15 minutos de prorrogação.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ok. E nós queremos fazer transferência de tecnologia em todas as áreas. Estamos fazendo estudos de viabilidade econômica, estudos ambientais e estamos preparando a licitação do serviço, que nós temos de fazer até, no máximo, o primeiro semestre de 2009, para que esse

Projeto possa ser utilizado em junho de 2014, para a Copa do mundo.

A nossa principal discussão no exterior foi que nós queremos criar um consórcio brasileiro, empresarial brasileiro, que vai ser o receptor da transferência de tecnologia, de fabricantes, infra-estrutura, operação e sistemas. Em dragagem, nós estamos investindo um bilhão e 999. Dois bilhões. Eu vou destacar o Programa Nacional de Dragagens, que tem início agora em julho e que se estende, na primeira e na segunda fase, até 2009. Vão ser 16 portos brasileiros. Entre a fase um e dois, nós teremos um volume de metros quadrados dragado, de 77.159.

Aeroportos, também um investimento de 3,3 bilhões; quanto que é em pista, em terminal de carga, terminal de passageiros, melhoria de acesso, construção, enfim, toda a avaliação aqui de aeroportos. E aqui, especificamente, por aeroporto, a data da construção e o valor do investimento, de todos os aeroportos, que são aqui destacados.

Eu vou falar agora da infra-estrutura de usinas hidrelétricas, rapidamente; o que está em azul concluído, cor-de-rosa, em andamento e amarelo está em licitação. E todas as brancas estão em preparação. O investimento total é 57,47 bilhões de reais, 32 até 2010 e 25 depois de 2010, nas obras que se prolongarem. São 59 empreendimentos, 29.735 megawatts. O que está em estudo aqui está resumido também. Aqui estão as obras que foram concluídas, as “em obras” e em ação preparatória. Isso aqui é só destaque. A Belo Monte aqui, nós estamos pretendendo fazer o leilão, em outubro de 2009; nós estamos pretendendo retomar os estudos tão logo a justiça libere e seja autorizado. Para nós mantermos o cronograma, nós estamos fazendo uma ação forte na justiça, para que ela possa liberar os estudos, a autorização é para fazer estudos.

Nós estamos também fazendo inventário e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas, o que é fundamental para os próximos Governos. Sem isso, não haverá investimento de hidrelétrica no Brasil. O que está em ponto preto é estudo de viabilidade; o que está nesses redondinhos são os inventários. Já estão em andamento os estudos da bacia do Rio Tapajós, que são os em cor-de-rosa, o do Rio Jarí e do Rio Itacaiúnas. As em amarelo são as usinas que nós estamos em processo de leilão. O estudo está contratado. E as demais são previstas.

O total vai dar 469 milhões de estudos de inventário e viabilidade. De inventário, 77 milhões, e de viabilidade, 391 milhões. E aqui estão quantos previstos, quantos são de inventário, viabilidade, megawatts e valor. Eu destaco aqui que serão 48.780 megawatts que estão em estudo, entre estudos de viabilidade e

inventário. Isso aqui é, na verdade, o futuro do Brasil, em termos de energia elétrica.

Aí, estão os destaques, o que está em andamento, o que está... Em ação... Ação preparatória por Estado, basicamente. As usinas termoeletricas também estão... As em cor-de-rosa, obra em andamento; obra concluída, em azul, e licitada, em amarelo. O total são 20 bilhões e especificamente até 2010 e depois de 2010, 55 empreendimentos. Geração: Aqui estão os destaques por Estado das concluídas, das em obras e as em ação preparatória. Transmissão, também é absolutamente imprescindível no país. Mostram todas as linhas que vão ser... Que são objeto do PAC. As... Só as azuis estão concluídas. As demais não estão. Estão ou em obra ou em ação preparatória. Também a mesma coisa. Qual o investimento total e qual é a especificação do que é em estudo, em preparação, em... Leiloadas, em obra ou concluídas.

Depois, nós temos também a mesma coisa já aberta, nos destaques, e também entramos já agora em petróleo. Aqui é desenvolvimento da produção de petróleo por bacia. Quantos são os campos, em cada à bacia que está sendo objeto e monitorada pelo PAC. Olha, é muito interessante notar que nós temos, no Brasil, hoje, uma distribuição regional, por Estados, de bacias e campos sendo desenvolvidos, o que vai permitir também que os diferentes Estados da Federação vão começar a ter benefícios diretos, impactados basicamente sobre *royalties* de petróleo.

Aqui também, nós vamos... Quando os senhores tiveram acesso aos nossos slides, vão poder prever e olhar o que é que nós estaremos disponibilizando para todos Estados, em matéria de desenvolvimento da produção e de novas descobertas. E aqui, nós destacamos o Tupi e o Júpiter, que estão justamente aqui, em condição de avaliação, e que vão exigir um investimento significativo, de 2,8 bilhões. Só até 2010, porque depois vai ser 77,6 bilhões para só desenvolver estas áreas de novas descobertas. Vai ser muito importante esse investimento, muito importante ele.

No gás também, nós vamos agora ter algo como 24,6 bilhões; vamos ter, após 2010, 70 milhões, ali está errado... 70 bilhões... Não, desculpa, 70 milhões porque nós conseguimos concluir até 2010 isso aqui. Desculpa. Aqui nós estamos tratando só da produção e do tratamento de gás, que é objeto do plano de antecipação do gás. Nos destaques também, nós vamos ver quais são os campos que vão ser... Que estão sendo objeto desse acompanhamento do PAC, do nosso monitoramento.

No que se refere à revitalização da indústria naval, nós temos um processo muito importante, por quê? Porque nós revitalizamos esses estaleiros que estão

em cor-de-rosa. São 10 estaleiros, que não existiam, em termos de operação, no Brasil. A partir de 2003, eles começam a ser viabilizados. É a recuperação da indústria naval. São 26 petroleiros e nove plataformas. Para ter uma idéia, em média, uma plataforma custa dois bilhões de dólares, que estão, em termos de conteúdo nacional, 65%.

Além disso, no que se refere a outras embarcações, que não esses petroleiros e as plataformas, nós temos em dois estaleiros sendo construídos, 34 embarcações já construídas, 35 embarcações em construção, 19 contratadas, 157 sendo priorizadas pelo Fundo Nacional de Marinha Mercante e um saldo de 2,4 ainda em processo de seleção.

No refino e na petroquímica também, junto com o H-Bio, nós temos... Vou mencionar só dois: O Complexo Petroquímico do Rio, COMPERJ, e a Refinaria Abreu e Lima, que vão ser também grandes puxadores do investimento de refinarias e refino petroquímicas novas. Junto com todo o investimento, que é quase igual, nas refinarias antigas existentes. Aqui está listado. Aqui estão listadas todas as obras do refino e Petroquímica. São 10 refinarias.

A infra-estrutura de gasodutos também é muito importante, tanto em obras concluídas, quanto o que resultará, em 2010, em matéria de infra-estrutura de gasodutos. Eu vou mostrar um quadro para vocês, importante. Em 2002, eram 5484 gasodutos, quilômetros de gasodutos, que existiam no Brasil. Até hoje, nós temos, em 2006, aliás, nós temos 5.741. E os dutos previstos são 4027 no período. Já foram concluídos, no período de 2007 a 2008, 963 quilômetros de gasodutos. Portanto, nós vamos mais que dobrar a infra-estrutura de gasodutos.

Bom, aí está em obra a estrutura de gasodutos, eu vou passar rapidamente à social e urbana. A meta original do “Luz para todos” está sendo revista; nós fizemos mais de 1043 ligações em torno disso e vamos fazer mais 1074. Desculpa, milhão. E pretendemos que, nos Estados, a universalização seja concluída oito, nove e 10, nesses Estados, conforme está listado no quadro.

Em habitação e saneamento, estamos investindo 71,6 bilhões; 12 bilhões já selecionados em habitação; em saneamento, 26,7. E é muito importante destacar esse financiamento aqui, que é o financiamento da casa própria aqui, que passou de algo como cinco bilhões, em 2002/2003, para 32 bilhões. O ano passado foi em torno de 26, 27 bilhões de reais, isso é responsável, todo esse investimento é responsável, junto com o resto do PAC, pelo crescimento enorme da construção civil de apartamentos e moradias e também pela

construção civil pesada, que vai ser um dos setores que mais crescerá neste período.

[soa a campainha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Aqui, por Estado, estão os 39 milhões listados: saneamento, habitação e FUNASA, por Estado. Na sequência, os Municípios, a quantidade por Estado, de Municípios que são beneficiados. Depois, os principais destaques em saneamento e urbanização, no Sudeste, por exemplo, São Paulo: Despoluição das represas de Guarapiranga e Billings; despoluição da Baixada Santista, urbanização da favela de Heliópolis; no Rio, a favela do Complexo do Alemão, Mangueiras; em Minas Gerais, a urbanização da favela Ribeirão do Arrudas; a despoluição dos Rios das Velhas, Paraopebas e Ribeirão da Mata; no Espírito Santo, a urbanização da favela do Poligonal II; no Paraná, da favela Guarituba; no Rio Grande do Sul, dos Vales do Rio dos Sinos e Gravataí, despoluição das bacias; em Santa Catarina [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está sem som porque o prazo já se esgotou. Eu vou conceder à Ministra, já foram 45 minutos, eu vou conceder mais cinco minutos para que nós possamos começar o debate. Só a título de informação, nós temos 36 Senadores inscritos. Se cada um usar a palavra cinco minutos, mais cinco da Ministra, réplica e tréplica, nós teremos aqui mais cinco horas de Audiência Pública. De modo que eu pediria à Ministra que encerrasse em cinco minutos, e se ela tiver informações sobre hidrovia e telecomunicações, eu também gostaria de pedir que ela apresentasse, já que são temas pertinentes à nossa Comissão. Muito obrigada, Sra. Ministra. Eu vou conceder mais 10 minutos, Sra. Ministra, para que possamos encerrar essa fase e, com isso, teremos 55 minutos de audiência.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Ministra, por favor, queira mandar corrigir o mapa dos gasodutos. Onde está Guari-Manaus é um equívoco. Lá no mapa, está Urucu-Porto Velho. Há um erro--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Está errado. É Urucu-Guari-Manaus. E é nesse sentido; o outro é nesse. Obrigada, Senador.

No Norte nós também temos um conjunto de obras de despoluição de bacia, de abastecimento da água, eu destaco Manaus, que nós tivemos ontem, principalmente porque Manaus não tinha abastecimento de água, de água potável, nós fizemos obras emergenciais e estruturais. No Nordeste também, há um conjunto de obras importantíssimas no Nordeste do Brasil, eu destaco, em Pernambuco, o Sistema Pirapama; no Ceará, a urbanização de favelas Vila do Mar etc., e também o Maranguapinho, a bacia do Ma-

ranguapinho, do Maranguape e do Maracanaú. Em Piauí, por exemplo, despoluição do Rio Parnaíba; no Rio Grande do Norte, urbanização da favela Nossa Senhora da Apresentação, e em Pernambuco... E Paraíba, abastecimento de água de João Pessoa e urbanização de favela da margem do Rio Jaguaribe.

Dos metrô também, nós temos todo um processo de investimento nos metrô: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e o São Paulo, que é o expresso Tiradentes. E temos também a integração do São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional. Temos a revitalização, com mais de um bilhão e 55 milhões de reais, e o Programa Água Para Todos, que leva água para Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. Além do eixo norte da transposição, que vai beneficiar 12 milhões de nordestinos, que não tinham água sobre... Água potável para beber, que será em torno de 2,89 bilhões o eixo Norte, e 1,91 bilhão, em dezembro. E também está escrito errado. Desculpem, de eixo Leste.

A oferta bruta e pró-água nacional, como vocês vêm, aí também tem todas as obras, pelo valor e o prazo de conclusão; a mesma coisa acontece com a oferta de água bruta, o pró-água nacional, o centro-oeste, sudeste e sul, em matéria de investimentos, totalizando mais de meio bilhão de reais. A disponibilidade de água para irrigação também, totalizando 1,7 bilhão, concentra, obviamente, no Nordeste, o que é absolutamente justificável no Brasil, com alguma parcela em Minas Gerais e em Goiás.

Eu queria concluir, dizendo quais são os efeitos do PAC para o Governo Federal, são: Basicamente, a colocação da Agenda do Desenvolvimento do país na Ordem do Dia. Nós achamos que isso é algo crucial para que o país possa ter uma perspectiva de que, de fato, o grande tema que está em debate no Brasil é fazer o país crescer e distribuir renda e levar desenvolvimento para as pessoas. Define, portanto, investimento como prioridade do Governo. Passa a organizar a ação do Governo num horizonte de quatro anos. E apóia e dá as perspectivas para o setor privado porque o PAC é, sobretudo, uma ação do setor privado brasileiro, que fornece bens, serviços, obras, que participa de concessões. Além disso, ele constrói por isso, por dar essa sinalização, um ambiente para o país crescer mais, realizando o quê? Estudos necessários, Projetos e obras. Porque não é só a obra que faz o país crescer. É a mobilização do setor privado também, para participar desses estudos e desses Projetos. E, sobretudo, ele dá ao país um horizonte de confiança no futuro. Eu acho que essa questão da confiança no futuro, de ter uma visão otimista do país, de ter uma visão que esse é um país que é continental, com uma população tra-

balhadora qualificada e com um programa que resolve os gargalos de infra-estrutura, é fundamental.

Eu concluo aqui, e diria para o Senador Marconi Perillo que eu terei o maior prazer, se o senhor me fizer uma pergunta, eu respondo a parte de telecomunicações, porque eu teria muito prazer em falar banda larga. Se o senhor me der uma oportunidade agora, eu falo. Tenho mais cinco? Então, a banda larga nas escolas. Vou falar fundamentalmente isso. O Governo Federal fez um acordo, com um processo longo de negociação com as cinco empresas de telefonia do Brasil, que são as três: a TELEMAR, a BRASILTELECOM e a TELEFONICA, mais as duas que operam sistemas municipais. Esse acordo, ele foi feito em cima dos postos de serviços telefônicos, que era a obrigatoriedade de fazer orelhão e telefonema fixa. Qual foi a negociação? O que nós negociamos? Nós negociamos a infra-estrutura, a infra-estrutura pesada da banda larga no Brasil, que eles chamam de *back roll*, que são os troncos, os grandes troncos pelos quais passa a banda larga.

Mas, nós não fizemos só esse acordo. Nós fizemos um acordo também, em que as telefônicas serão obrigadas, até 2010, a fazerem uma conexão em banda larga em todas as escolas públicas do ensino básico. O que é o ensino básico? É o fundamental e médio no Brasil. Todas as escolas urbanas do Brasil, elas terão esta ligação até 2010. São 37,2 milhões de alunos brasileiros. E eles vão ser assim contemplados. Em 2008, serão 14,9 milhões de alunos atingidos. Em 2009, mais 14,9 milhões de alunos. E, em 2010, serão 7,4 milhões de alunos. Com isso, vai totalizar os 37,2 milhões de alunos.

Vejam bem, isso é muito importante, porque isso foi obtido de forma gratuita, até 2025, quando termina a concessão dessas telefônicas. 2) Elas têm de fornecer esta banda larga com uma capacidade de um mega real. De um mega real. Para ter uma idéia, hoje, a média no Brasil é 10 vezes menor. Então, nós vamos estar fornecendo para os estudantes brasileiros de ensino público um mega real, no início de 2008.

Quando chegar a 2010, eles têm o compromisso, é contrato, foi feito com a participação da ANATEL, eles terão de entregar banda larga dois mega real. Então, nós vamos estar criando para os estudantes do Brasil inteiro, das escolas públicas, portanto, as populações mais... Eu diria assim, do ponto de vista da educação, prejudicadas. Nós vamos estar garantindo uma condição de oportunidades iguais muito importante. Isso vai permitir algumas coisas: Primeiro, que os melhores conteúdos da educação, do MEC e do Ministério da Cultura e mesmo de escolas que são, de aulas passíveis... Das escolas privadas que tenham conteúdos

de alta qualidade, que nós, através de seleção, podemos apropriar, elas vão poder utilizar a banda larga para oferecer para os alunos. Eu acredito que essa, do ponto de vista do Brasil, transforma as condições em que o Brasil está. Quais são? Nós estávamos numa situação precaríssima. Só em torno de dois milhões de alunos, ou até menos, eu não tenho certeza, acho que é um pouco menos, tinham acesso à banda larga no Brasil.

Nós vamos--

[soa a campanha]

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Equipar a quase a Coréia, a países intermediários, entre os 10 primeiros. Nós estaremos entre o 10º ou 11º lugar no que se refere à inclusão digital no Brasil. Isso foi assinado, o Presidente lançou isso dia 08 de abril, e foi através de um contrato, independentemente, daqui para frente, isso integra as obrigações das telefônicas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece à Ministra pela exposição e passa imediatamente a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Senador... Senador Flexa Ribeiro, autor do Requerimento. Eu vou conceder a palavra primeiro ao Senador Demóstenes. Pediria que fosse feito num minuto, depois, ao Senador Mário Couto e Senador Alvaro Dias--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A minha é de dois segundos só--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes, depois V.Exa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu pedi a palavra, pela ordem, naquele instante, porque, na década de 70, eu estava exatamente na mesma luta que a Ministra. Eu tinha 16 anos de idade, era secundarista, em 1976, entrei para o comitê goiano para a anistia, pela anistia, que era presidido pelo hoje Deputado Federal, professor universitário Pedro Wilson Guimarães. E aí, lutamos pela normalidade democrática no Brasil. Isso era e é fundamental para que o país continue, naquela ocasião, era fundamental isso para o Brasil retornar à sua normalidade democrática.

V.Exa., nas palavras da Senadora Ideli Salvatti, V.Exa. agiu muito bem, até porque o Código Penal diz taxativamente que não há crime, quando praticado em legítima defesa, em Estado de necessidade, no estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito. Então, quando V.Exa. assim agiu, agiu ampara-

da pelo Direito. Acho apenas que houve um excesso em relação ao Senador Agripino Maia porque o Senador disse exatamente isso, que V.Exa. agiu amparada pelo Direito, e que, como hoje nós estamos numa democracia, que V.Exa. ajudou a construir, assim como eu, assim como todos nós, que V.Exa. tenha o mesmo comportamento republicano que teve naquela época. Ou seja, naquela época, foi republicano salvar vidas e V.Exa. se comportar conforme se comportou, e merece elogios por isso. E que hoje, aqui nessa Comissão, diante dos questionamentos, nós temos certeza que V.Exa. continuará com a sua conduta republicana e falará conosco abertamente, falando a verdade, conforme V.Exa. também definiu; naquela época era uma ditadura, V.Exa. agiu de acordo com aquele tempo. E hoje somos na democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, por um minuto, o Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Sr. Presidente, vou fazer uma Questão de Ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para uma questão de ordem.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): --Baseada no Regimento, 403... Art. 403. Eu fui o autor do Requerimento que convoca a Ministra para vir falar sobre dossiê. E, obviamente, que a Ministra já declarou que vai responder a qualquer pergunta, também, obviamente sobre dossiê. Eu queria questionar a V.Exa. Ter o meu direito de falar logo após o Senador Flexa Ribeiro, como autor do Requerimento do dossiê.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Mário Couto, esta Audiência Pública foi convocada para tratar de um objetivo precípua, o Programa de Aceleração do Crescimento. Nós não vamos tratar aqui nem da usina de Belo Monte, na medida em que o Requerimento--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): V.Exa. vai, então, tornar a convocar a Ministra?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Já que o Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, de convocação da Ministra para debater o... A construção da usina de Belo Monte implica também a Ministra Marina Silva porque será uma audiência conjunta. Será numa outra data--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, eu queria poupar a Ministra de vir novamente aqui. Nós vamos ter que convocar novamente a Ministra para falar sobre dossiê.

[falas sobrepostas].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu aceito perfeitamente responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Mário Couto, Senador Romero Jucá, se--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Mário Couto, deixa eu dar o despacho. Se há interesse de V.Exa. em antecipar a terceira convocação da Ministra, se há concordância dela em falar sobre o assunto, do líder do Governo, eu vou conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, depois a V.Exa., e aí já matamos esse assunto. Caso haja acordo, Senadora Ideli. Se a Ministra já disse que concorda, nós vamos evitar trazê-la aqui para outra Audiência Pública com esse objetivo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, a Ministra já declarou, em alto e bom som, que ela vai responder--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós estamos divergindo aqui apenas—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há divergência aqui apenas em relação à palavra do Senador Mário Couto—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Quero só fazer o registro--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se há concordância, a gente já liquida.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero só fazer um registro. Esse outro Requerimento, nós havíamos contestado o Requerimento. Mas, por posição e definição da própria Ministra, nós concordamos que o Senador Mário Couto possa falar logo após o Senador Flexa Ribeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a V.Exa., Senador Romero Jucá. Sra. Ministra, o assunto está resolvido. Nós vamos ficar pendentes, então, apenas em relação à vinda da Ministra para discutir a questão da usina de Belo Monte, em companhia da Ministra Marina Silva. Eu concedo a palavra para uma questão de ordem, e será a última, ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, é muito rápido. É só para solicitar a V.Exa. uma orientação. Nós, que não somos integrantes dessa Comissão e estamos inscritos, esperamos poder fazer

as indagações à Ministra e, como sabemos que temos aí, creio que 25 inscritos, membros da... Dos membros da Comissão, 25, então, eu indago de V.Exa. se há um tempo estabelecido para o encerramento desta Reunião ou se nós podemos aguardar aqui pacientemente até chegar a nossa vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Respondendo à questão de ordem de V.Exa., eu informo que, regimentalmente, primeiro perguntarão, questionarão os membros integrantes da Comissão de Infra-Estrutura e seus suplentes. Logo após, V.Exa. será o primeiro inscrito a falar, dentre os não membros. Mas esta Presidência pretende dar oportunidade a que todos os Senadores inscritos, membros ou não da Comissão de Infra-Estrutura, possam ter a oportunidade de questionar, de argüir a Sra. Ministra.

Eu passo a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira para também uma questão de ordem. Logo após, Senador Expedito. Se permite--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só para saber se ela vai responder um a um ou como é que vai ser feito?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De acordo com o andar da caruagem, desculpa a expressão popular, nós vamos tomando essa decisão. Com a palavra, o Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA): Sr. Presidente Marconi Perillo, acho que esse é o momento entre o que a Ministra falou sobre o PAC e o questionamento de outras questões. E, por isso, eu quero me congratular com a Ministra, que hoje veio vestida de verde, esperança do Brasil. E eu fico contente de dar apoio a este Governo que, nesse PAC, vai atingir a todas as regiões do nosso país. Era só.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o primeiro orador inscrito, autor do primeiro Requerimento de convocação da Ministra Dilma Rousseff, Senador Flexa Ribeiro. V.Exa. terá a palavra por cinco minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Presidente Marconi Perillo, Senador Delcídio Amaral, Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, Exma. Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, Sras. Senadoras, Srs. Senadores... Presidente, antes da contagem do meu tempo de cinco minutos, eu queria fazer uma proposição à Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. Primeiro, quero festejar a presença da Ministra Dilma Rousseff. V.Exa. nos honra com a sua presença nesta Comissão e só lamentar que o convite foi feito a V.Exa. no dia 08 de fevereiro de 2007, para que nós pudéssemos ter, ao longo do ano de 2007, várias oportunidades de debatermos um plano, que é

da maior importância para o desenvolvimento do Brasil, que é o Plano de Aceleração do Crescimento.

Mas eu queria propor, como eu disse, Presidente, que nós pudéssemos fazer, a exemplo do que faz o nobre Senador Mercadante na Comissão de Assuntos Econômicos, uma visita periódica da Ministra Dilma Rousseff à Comissão de Infra-Estrutura, para que nós pudéssemos, a cada relatório de andamento das obras, nós pudéssemos discuti-lo na Comissão de Infra-Estrutura, como é feito com o Banco Central e com o Ministério da Fazenda nas ações da área econômica do Governo. Acho que isso daria aos Senadores e ao Congresso Nacional a oportunidade de ter o acompanhamento *pari passu* dessas obras, como eu disse, da maior importância. Porque a Ministra, face ao exíguo tempo que ela teve, ela fez um vôo de pássaro em relação aos grandes Projetos do Plano de Aceleração do Crescimento e, na verdade, nós não vamos ter tempo para aprofundar a cada um deles. E ao passo que, se nós tivéssemos, de forma ordinária, a cada balanço do PAC, uma audiência com a Ministra, nós poderíamos facilitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência vai acolher a sugestão de V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria a concordância da Ministra, para que ela pudesse também confirmar a sua vinda a essas Reuniões da Comissão de Infra-Estrutura. Muito obrigado.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Com o máximo prazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Eu, Ministra, eu gostaria de fazer, já que V.Exa. abriu a oportunidade de fazer as questões, tanto com relação ao PAC quanto ao dossiê, mas vou me ater, inicialmente, às questões do PAC. E digo isso em função das discordâncias que existem entre o que o Governo anuncia e o que o Tribunal de Contas divulga para a sociedade, através das suas análises.

Então, eu perguntaria a V.Exa.: Enquanto a Casa Civil informou no balanço do PAC, de janeiro de 2008, que as obras tinham 80% de suas ações executadas dentro do cronograma, relativos a novembro de 2007, o relatório do TCU, processo TC 027.527/2007-8, contestou informação indicando que o nível de execução orçamentária era da ordem de 12% em novembro de 2007. O TCU registrou “certo espanto” com a informação fornecida pelo grupo Executivo do PAC. Qual a explicação de V.Exa. para as freqüentes divergências entre as informações da Casa Civil e do TCU? Segunda pergunta... Presidente, a resposta será a cada uma ou no conjunto?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao final.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): No conjunto. O PAC prevê, para a Região Norte, a implantação de 10 unidades hidrelétricas. V.Exa. já fez aqui um comentário sobre o levantamento, sobre o inventário do potencial hídrico de geração—

[soa a campanha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse inventário já existe; ele já existe, inclusive já publicado pela própria ELETROBRÁS, ELETRONORTE, só no meu Estado, o Estado do Pará, nós temos levantados 60 mil mega de possibilidade de novas usinas hídricas no Estado do Pará. Mas o PAC, como eu dizia, para a região Norte, 10 unidades, das quais seis não foram licitadas. E uma licitada não foi iniciada. Apenas 43.5% dos 1664 megawatts previstos para entrada em operação até 2010, estão falando até 2010, que é essa fase do PAC... Estão, de fato, em construção. Dos 15.675 megawatts previstos pelo PAC para estarem disponíveis em 2010, apenas 3300 megawatts, 21% foram licitados. Ou seja, ainda é possível recuperar o atraso? E como o Governo Federal pretende fazer isso? Ainda ontem, na—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, por liberalidade, a Mesa vai conceder a V.Exa. mais três minutos, já que V.Exa. é o autor do Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo. Ainda ontem, o noticiário televisivo dizia que só dois mil e poucos megawatts vão entrar em operação este ano, quando haveria necessidade de cinco mil megawatts para atender o crescimento sustentável de cinco a 6% do PIB brasileiro.

Uma outra questão, que diz respeito diretamente ao Pará, Ministra. Com relação às eclusas de Tucuruí, que são de grande importância, não só para o Pará, como também para o Centro-Oeste brasileiro. Lamentavelmente, essa obra, ela continua em estado de letargia, até porque não há uma ação do Governo Federal com relação ao movimento dos atingidos pelas barragens, que ocupam repetidamente o canteiro de obra, impedindo a execução das obras. E eu perguntaria a V.Exa. se não é uma questão da Administração Pública Federal enfrentar um grave problema de gestão, já que não consegue executar obras que tem dinheiro disponível no orçamento, como é o caso da obra, das eclusas de Tucuruí? E, que lamentavelmente, dificilmente, ela será concluída até 2010.

Uma outra pergunta com relação aos portos. V.Exa. fez referência aos portos, ao Programa dos Portos. O PAC previa a construção de seis portos no

Pará. Os investimentos autorizados, porém, referem-se apenas aos de Monte Alegre e Santarém, sendo que, mesmo para esses, não houve desembolsos em 2007. Como se explica e informação contida no balanço do PAC, primeiro ano, que os classifica como Projetos com adequado desempenho físico e financeiro? Ainda com relação aos portos fluviais da Amazônia, qual a razão para tamanho descaso com elemento de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social da região, especialmente quando são notórios os problemas de segurança da navegação—

[soa a campanha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda agora houve o naufrágio no Amazonas. Perguntaria, para concluir, Ministra, o jornalista Josias de Souza, da Folha de São Paulo, informou, em seu blog, que o Governo, em 2008, até final de abril, empenhou 1.27 bilhão e, desse total, apenas 12.7 milhão foram efetivamente gastos, o que significa 1.1 do orçamento empenhado. Esses dados, segundo o jornalista, demonstram que mesmo “sob as barbas de Lula, a execução do PAC é um fiasco”. E com relação à questão, Ministra, tenho outras perguntas, não tenho tempo, vou me reinscrever em seguida, para poder concluir os questionamentos. Mas gostaria de pedir a V.Exa. que pudesse, como foi colocado, de forma adequada, pelo líder Arthur Virgílio, V.Exa. pudesse abrir o seu coração e falar sobre a questão do dossiê. É necessário que se tenha... Tenho aqui uma pergunta, mas deve ser feita em seguida a V.Exa., para saber, na sua visão, quais a sua explicação para as diversas versões que foram dadas sobre as inverdades e contradições apresentadas ao Congresso Nacional e à opinião pública com relação ao dossiê. Desde o início, de quando ele não existia, depois, quando ele passou a existir, quando não havia indicação de informações sobre a D. Ruth Cardoso—

[soa a campanha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Até o momento atual.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, a Mesa já foi liberal—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O tempo de V.Exa. já está encerrado. Com a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Pedro Simon, por dois minutos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Acho que a situação está clara, Sr. Presidente. A Sra. Ministra disse que está disposta a responder tudo que foi feito. Mas acho que nós temos que ter um ordenamento. Primeiro, vamos responder à questão referente

à exposição dela, e depois vamos responder a outra parte. Senão, vai dar uma mistura que não tem... Então, essas perguntas devem ser feitas... A exposição, com relação às obras realizadas, e depois, a Ministra já concordou, que se façam as outras perguntas. Que se fizer uma mistura, não sai [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Querido Senador Pedro Simon, acho que, por economia processual, se a Ministra puder ir respondendo a todas as perguntas, já vai eliminando esse problema também. Eu concedo a palavra à Sra. Ministra Dilma Rousseff, pelo período de cinco minutos, para responder ao Senador Flexa Ribeiro.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Veja bem, Senador. O senhor tem toda razão, a informação do TCU fala que só... A informação de que 80% das ações... Que a informação de que 80% das informações estão dentro prazo está incorreta porque ele só olhou 12 ações, 12% das ações dentro do prazo. Veja bem, Senador, o PAC, ele não é orçamentário pura e simplesmente. Ele é orçamentário, é financiamento, é ação da PETROBRAS, é ação de empresas privadas. E eu vou dar um exemplo para o senhor: Nós acompanhamos a Usina do Madeira, por exemplo. A Usina do Madeira, o que nós acompanhamos? Acompanhamos justamente uma coisa que o senhor está levantando numa outra pergunta, é a agilidade na qual se conseguem retomar obras, dentro da região Norte, que é algo que parou com Balbina, depois daquele desastre que foi Balbina. E que colocou, para nós, todo um desafio de fazer obras da região Norte, na Amazônia, de forma sustentável, e levando em conta o meio ambiente. Então, só estou dando o exemplo, o seguinte, que nós, inclusive, podemos ter e, seguramente, quando a gente olha para o desempenho do PAC, nós temos uma discrepância. Mas o próprio TCU diz o seguinte: Se considerar os pagamentos de restos a pagar, a execução financeira continua a baixo e vai a 18%. Depois, diz o seguinte: Pode-se argumentar que a classificação adotada pelo GPAC leva em consideração não os valores pagos liquidados, porém, com os empenhados. Assim, o percentual vai a 53. Depois, o mesmo relatório diz o seguinte: Se a comparação é feita considerando os restos a pagar, alcança o percentual de 64. Mas mesmo considerando que o próprio TCU sai de 12% e vai a 64, nós não acompanhamos só isso, Senador, nós acompanhamos, por exemplo, todas as obras da PETROBRAS. Nós, hoje, neste início de ano, nós tivemos um desempenho melhor, apesar do fato de que o orçamento saiu bastante atrasado e, inclusive, isso vai, quando a gente fizer o desempenho, a análise do desempenho do PAC vai piorar o nosso desempenho, porque nós não começamos a gastar nem empenhar

em janeiro, era ilegal fazê-lo, ficamos janeiro inteiro em empenhar e gastar, fevereiro inteiro, março inteiro e um pedaço de abril inteiro. Então, mesmo assim, o próprio... A própria notícia dá conta o seguinte: Que, numa relação de um bilhão e 200 no primeiro tri, para hoje, nós gastamos o dobro, dois bi e 100.

Eu acho, Senador, que é importantíssima essa fiscalização do TCU porque ajuda a gente a melhorar a gestão do PAC. Mas eu queria explicar para os senhores o que é a gestão do PAC. A gestão do PAC é o que nós não temos restrição de dinheiro. O senhor tem toda razão. É uma das características do PAC. Mas nós temos as seguintes restrições. Nós temos ação judicial, caso de Belo Monte. Nós temos ação do Ministério Público. Problemas de licenciamento ambiental, tendo em vista equacionar os problemas. Problemas da ausência de Projetos ou de uso de Projetos anteriores, que têm discrepâncias e é levantado pelo TCU. Então, temos problemas com o TCU e com o anexo VI. É isso, Senador, que nós, diariamente, fazemos. Nós tentamos... Eu não olho, praticamente, todos os meses as ações em verde. Só aquelas que eram verdes e passaram a resultar em algum obstáculo. E isso nós fazemos diuturnamente, tentando garantir que essas obras saiam. Então, essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, sobre as eclusas de Tucuruí, de fato, houve uma série de questões relativas às eclusas; nós tivemos vários impedimentos. Hoje a obra está em andamento, tem 64% de execução física acumulada, sendo que 7% foi realizado em 2007, porque ficou concentrada, nos últimos meses de 2007, a retomada, e 4% em 2008. Nós achamos que o grande problema do nosso cronograma é assegurar que haja o cumprimento da meta, que é a conclusão da eclusa até 30 de junho de 2010. Mas algumas coisas nós já começamos também a entregar, que foi concluída a entrega das 100 primeiras unidades habitacionais às famílias atingidas pelas obras das eclusas, em março de 2008. Esteve em construção... Estão em construção 200 moradias. Foram concluídos, em 20 de abril de 2008, os processos de conclusão da dívida que foi um dos grandes entraves para a continuidade da obra—
[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --No valor de 73 milhões, sendo 48 milhões relativos ao contrato de obras--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, como eu concedi ao autor do Requerimento mais três minutos, também concedo a V.Exa.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, além disso, na pergunta quatro diz respeito aos seis portos. Nos portos do Pará, Senador, o Ministério dos Transportes nos identificou problemas sérios de Projeto... De Projetos inadequados de portos, inclusive com valores a menor do que aqueles que deviam, de fato, constar na obra. Então, o Ministério dos Transportes está fazendo uma revisão total nos terminais de portos fluviais no Amazonas. Hoje nós temos identificados 20 portos, que nós consideramos que têm condições de serem iniciados. Agora, eu destaco que, por nenhum motivo das questões relativas aos portos, que os acidentes ocorreram com as embarcações. Elas não têm a ver... Esses acidentes não têm a ver com os portos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não, com os portos, não. Elas ocorreram por problema indevido a ir às capitâneas de portos locais. Mas aí é outra questão.

Por outro lado, o senhor me perguntou também a respeito... Só um pouquinho, eu tenho que achar minha fala. O senhor me perguntou também a respeito dos 1,27 bilhão, do Orçamento, mas, Senador, nas barbas do Presidente só não, nas barbas de toda a sociedade, porque houve um atraso fragoroso no orçamento. O orçamento, que devia estar pronto para ser aberto em janeiro, não foi aberto em janeiro, fevereiro, março, abril. Inclusive, Senador, nós tivemos um cuidado imenso também em não enviar Medidas Provisórias antes da hora, por consideração também com o Congresso.

Agora, mesmo assim, nós conseguimos—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Nós conseguimos, Senador, que até o dia 24 de abril, 2,1 bilhões já tivessem sido desembolsados no Governo. Se o senhor pegar, no mesmo período, em 2007, nós desembolsamos 1,04 bilhão. Mesmo com atraso na abertura do orçamento, nós conseguimos gastar 2,1 bilhão. Isso significou que nós pagamos 2,1 bilhões. Houve um desempenho de melhoria de 100%. Isto é relativo a transportes. E aí o Ministério dos Transportes, o Ministro Alfredo está de parabéns porque nós tivemos um gasto, só na área de transporte, 1,5 bilhão. Ou seja, mais da metade do valor pago—

[soa a campainha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Em seguida, está o Ministério das Cidades, Senador, com 520,8 milhões. Como nós viemos falando sistematicamente, o que é está acontecendo com o PAC? Nós, a cada momento que passa, nós começamos a fazer

o monitoramento no início de 2007, nós começamos esse trabalho de monitoramento. O que nós estamos vendo? Estamos vendo o país começar, sim, a ser um canteiro de obras. Nós conseguimos aumentar o grau de empenho, o grau de pagamento e o grau de licitação dos principais entraves. Eu estou, assim, muito otimista, no que se refere a hidrelétricas, agora, com o leilão que vem de Jirau. Acho que juntando Jirau e aí entrando no segundo ponto que o senhor levantou, no outro ponto que o senhor levantou, a respeito do problema da falta de energia. O que é que está acontecendo, Senador? Nós temos conseguido modificar fundamentalmente o perfil de energia elétrica do Brasil. Eu posso assegurar ao senhor que, em que pese sistematicamente dizerem que vai haver apagão no Brasil, isso não tem ocorrido.

Eu comecei, Senador, escutando, em 2003, que ia haver apagão em 2005; depois, escutei que ia ter apagão em 2006; depois, passou para 2007, e esse ano asseguraram que ia ter apagão. Pois, muito bem, Senador, não houve apagão. E não foi só porque começou a chover. O senhor me desculpa. Apesar de nós termos tido níveis de chuva bem elevados e os reservatórios estarem com 82%, os reservatórios do sudeste estarem com 82%... Do nordeste com 80 e do norte com 95%--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, eu vou conceder mais um minuto--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Nós fizemos, Senador, investimentos que garantiram um despacho de térmicas a gás. Nós fizemos um despacho de térmicas a gás, a carvão e a óleo, que garantiu esse nível dos reservatórios. Não foi só a chuva que garantiu. Quando a gente despacha usina térmica, é como se chovesse, por quê? Porque aumenta o grau e o nível dos reservatórios, eu passo gerar com base em água. Nós duplicamos, Senador, nós duplicamos os valores de linhas de transmissão que ligam o sudeste... Duplicamos, não. Duplicamos por duas... Duplicamos não, aumentamos duas vezes e meia, que liga o sudeste ao nordeste. Nós aumentamos, Senador, do sul para o sudeste, duas vezes. Aliás, foi por causa disso que não houve nenhum problema de abastecimento de energia no sul do país, por quê? Porque o sudeste forneceu. Quando o sudeste precisou, Senador, houve o inverso.

Então, hoje nós temos gasodutos, temos GNL à disposição, tem dois terminais de gás nacional liquefeitos, disponibilizados para gerar, em térmica e emergencialmente, com 25 milhões de metros cúbicos disponíveis. Nós temos isso. Nós temos térmicas e temos hoje uma operação do sistema, cautelosa.

Recentemente, o senhor deve ter ouvido isto, que o Ministério de Minas e Energia determinou à Comissão de Monitoramento do Sistema Elétrico, que ela ia operar com grau de segurança maior. O que significa isso? Que nós não vamos deixar baixar os níveis de reservatório. Eu peço, por favor, que não adianta, Senador, o meu... O meu som ser desligado, porque eu não posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, são 36 Senadores inscritos. A senhora vai ter a oportunidade de responder esses temas em outras perguntas.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: [pronunciamento fora do microfone], senão é uma indelicadeza com o Senador que me pediu--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tá, mas eu já concedi a V.Exa. 12 minutos para a resposta. Eu pediria a V.Exa. que, com mais um minuto... Ele falou em oito minutos. Vou, democraticamente, conceder mais um minuto--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tudo bem, Senadora. Eu tenho tempo para ficar aqui até a noite. Não há problema algum. Eu concedo a... Eu concedo à Sra. Ministra mais um minuto para encerrar--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente. Se me permite--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não, eu já encerrei, Senador. Eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, a primeira pessoa que haverá de reconhecer que V.Exa. está sendo justo e equilibrado na administração do tempo haverá de ser a própria Ministra Dilma Rousseff. V.Exa. deu a ela muito mais do que o Regimento lhe facultava para fazer a exposição. V.Exa. sugeria que ela usasse mais tempo, inclusive, quando ela se dispôs a falar sobre banda larga, a sugestão foi de V.Exa. e a aceitação, obviamente, foi dela. Tenho a impressão de que V.Exa. agiu com justeza. E o que interessa a todos nós é o esclarecimento dos fatos, e os fatos estão até agora sendo esclarecidos pela metade, a metade ligada ao PAC, haveremos de entrar na outra metade, obviamente, que é a metade do dossiê, mas, obviamente, seria injusto alguém imaginar que V.Exa. não está sendo magistrado, neste momento em que preside esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concedo, regimentalmente, a

palavra ao Senador Flexa Ribeiro e peço que fique nos dois minutos para réplica. V.Exa. tem dois minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Presidente. E à Ministra Dilma pelas suas respostas, Ministra. Eu entendo a exigüidade do tempo, e o debate com V.Exa. é qualificado.

Eu quero apenas dizer a V.Exa. que a questão da escassez de energia, realmente, a chuva, a precipitação pluviométrica ajudou bastante e se tivesse sido usado o gás para atender às termoeletricas, teria que ter uma redução de 50% da atividade industrial brasileira, que desviou a sua matriz energética para o gás. Graças a Deus e a São Pedro, não foi preciso disso.

Agora, eu perguntaria a V.Exa., só para concluir, se V.Exa. confirma que as ações de assinatura de contratos do PAC são comícios ou são ações administrativas? E, com relação ao Orçamento, lamentavelmente, o Governo, o Executivo errou, ao encaminhar para o Congresso, o orçamento incluindo a CPMF. Mesmo assim, com o crédito... As Medidas Provisórias de crédito suplementar, extraordinário, melhor dizendo, deram condições de o Governo dar a continuidade a essas obras.

Eu quero agradecer a V.Exa., mas vamos ter outras oportunidades, a partir do retorno de V.Exa. a discutir as questões aqui na Comissão de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro por ter cumprido o tempo e passo a palavra à Ministra Dilma, para a tréplica também, por um período de dois minutos.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Senador, para gás natural estar disponível, precisa investimento, obra e monitoramento. Eu queria dar só um exemplo para o senhor: Nós, no início de março, concluímos um gasoduto, que permitiu que a gente... Que se tivesse condições, que passasse de mil megawatts. Tomamos todas as providências necessárias para que não faltasse energia elétrica. Todas essas ações é que conseguiram despachar a termoeletrica. Eu não sei se o senhor sabe que, quando nós recebemos o Governo, nós recebemos as térmicas prontas, mas não existia nem gasoduto nem gás. Nós tivemos que fazer gasoduto e achar gás suficiente. E hoje nós temos as duas coisas, Senador. Eu tenho certeza que o gás natural, assim também como as demais fontes de energia, agora nós vamos ter a biomassa, vinda dos... Que é muito importante, vinda do bagaço de cana, à disposição—

[soa a campainha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Essa, então, é minha primeira resposta.

Senador, não há condições de ter apagão no Brasil por falta de energia. Por falta. Estou falando por falta de energia. Isso não há, Senador, em hipótese alguma, a ocorrência de falta de energia no horizonte de até 2010. E, obviamente, nós estamos providenciando para que também não ocorra além do horizonte de 2010. Não há esta hipótese. O Brasil pode crescer tranquilo, as empresas podem investir, nós temos energia suficiente. E, com o passar do tempo, o preço da energia tenderá a cair porque uma parte da energia que nós já produzimos, que já foi amortizada, ela vai ter necessariamente um preço menor daqui para frente.

A segunda questão, Senador, diz respeito àquela fala que eu disse que nós estávamos num comício. Eu podia dizer que estávamos numa festa, podia dizer estar num ato. Ato, festa ou comício, nós estávamos entregando ações do PAC.

É importante, Senador, eu dar um depoimento para o senhor. É algo extremamente comovente a reação das pessoas [interrupção no áudio -] papel, estão saindo. Então, é, geralmente, uma comemoração muito festiva. Duas coisas, é um ato de prestações de contas, mas é uma celebração. Porque é uma celebração fazer obra no Alemão, é uma celebração fazer obra no Maciço da Cruz, é uma celebração entregar obras para fornecer água no Amazonas--

[soa a campainha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Então, tem esse caráter. Tem necessariamente esse caráter.

Agora, eu queria dizer para o senhor que não pode ter nenhum aspecto eleitoral, por quê? Porque com quem que nós fazemos isso? Eu fiz com a Governadora Yeda, que é do PSDB, do partido do senhor, no Rio Grande do Sul. Nós fizemos, lá em Minas Gerais, com o também representante do Governo, porque o Governador Aécio, com o Anastasia, porque o Governador Aécio estava viajando. Nós fizemos em São Paulo, eu não estava presente, mas fizemos em São Paulo, com o Governador Serra. Fizemos, na Paraíba, também com o Governador da base do PSDB. Então, eu digo para o senhor o seguinte, se tem um programa que foi republicano, que não olhou diferenças de partido, que não olhou diferenças ideológicas, é o PAC. É só olhar a distribuição, e é só olhar o fato que não tem um único Governador do país que diz que foi discriminado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu passo a palavra agora ao autor do segundo Requerimento de convocação da Sra. Ministra, para falar do vazamento do dossiê. Com a palavra, pelo período de cinco minutos, ao ilustre Senador Mário Couto, PSDB, Pará.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu tenho apenas uma pergunta, Presidente. Minha nobre Ministra, primeiro, fico muito feliz em vê-la nesta Comissão, exercitando a democracia. E fico mais satisfeito em perceber que V.Exa. se dispõe a responder qualquer pergunta que lhe for feita. Natural.

Ministra, o Senador líder do meu partido fez um questionamento a V.Exa., no início, na abertura desta Sessão, uma questão de ordem, e V.Exa. acabou não respondendo. É exatamente a minha pergunta. Fala-se em dossiê, banco de dados, fala-se que não se sabe aonde se originou, fala-se que não se sabe quem fez. Os jornais hoje, o Globo, de que há um mal-estar na Casa Civil, um funcionário acusa o outro... V.Exa. foi de uma postura muito digna com a Sra. Ruth Cardoso, ligou para ela, está, até o momento, se saindo muito bem aqui nesta Comissão.

E eu gostaria que V.Exa. dissesse à nação, de uma vez por todas, Ministra, com todo respeito que lhe tenho, qual é a verdade? Qual é a verdade? Fale à nação brasileira. V.Exa. disse que foi um banco de dados que foi feito. Fale a verdade à nação. A nação cobra de nós. A nação quer saber a verdade dos fatos. V.Exa. falou em democracia, e eu sinto, no semblante, nos olhos de V.Exa., o brilhantismo como V.Exa. fala da democracia. Eu acho bonito isso em V.Exa. V.Exa., que foi uma batalhadora, em busca da democracia nesse país. Acho bonito isso. Detesto, por exemplo, Ministra, quando vejo um Deputado Federal falar em terceiro mandato. Fico raivoso até, Ministra. V.Exa. não tem nada a ver com isso; eu apenas estou colocando, fazendo uma colocação. V.Exa. não tem nada a ver com que questiona um Deputado Federal da base do PT, da base do Governo. Tem nada a ver. Sei que não tem. Apenas coloquei como uma colocação. Fale à nação, Ministra. Diga à nação de onde se originou, quem fez, o que é isso, se é dossiê, se é banco de dados, se as coisas são iguais, fale isso. A nação está ansiosa. Se é um crime, se não é um crime, a nação está ansiosa para saber. Só isso, Ministra, que eu queria perguntar a V.Exa. E parabenizar pela sua postura. Muito obrigado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com toda sinceridade, Presidente, eu acho que se--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vou conceder a palavra ao Senador Pedro Simon, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Obrigado. Eu volto a repetir, Presidente. Acho que o tema é da maior importância. Se nós vamos ingressar agora nessa parte, então, vamos considerar encerrada a primeira parte, porque acho que misturar não dá, Exa. Acho que os dois temas são da maior importância. E,

se V.Exa., com a competência que tem, querer seguir, buscar objetivamente, temos que fazer as duas partes. Essa pergunta é da maior importância. Ou se deixa para respondê-la mais adiante ou, então, ingressamos na pergunta dele e passamos a manter essa matéria e esquecer a outra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Pedro Simon, existem dois Requerimentos aprovados para comparecimento da Sra. Ministra. Houve um acordo aqui, no sentido de que o Senador Mário Couto falaria, como autor do Requerimento, logo após o Senador Flexa. Eu acho muito difícil fugirmos a essa realidade. Ou seja, que a Ministra possa responder as duas coisas. São dois Requerimentos. Eu acho que, para a economia processual, seria bom que ela respondesse e, com isso, nós vamos passar para frente.

Eu concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, para contradita e, logo após, vou conceder a palavra à Sra. Ministra Dilma, para que ela possa responder.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É precisamente, Sr. Presidente, para corroborar os termos do despacho de V.Exa., porque, ao convalidarem os líderes do Governo, ao legitimarem o Requerimento do Senador Mário Couto, sabiam eles, implícita e explicitamente, que o Senador Mário Couto serviria a este tema. E mais, a Ministra, é bom que se lhe faça justiça, assentiu com a cabeça e disse depois, com suas próprias palavras, que responderia a quaisquer perguntas. Tenho a impressão de que as perguntas dominantes serão as do PAC. Mas tenho a impressão também de que ficaria incompleta a brilhante exposição da Ministra, que está sujeita a questionamentos técnicos, a respeito do andamento do PAC; não me parece que seja uma maravilha acabada; nós temos o que questionar e, quem sabe, seja bom para a própria compreensão dialética de todos nós, mas ficaria ilegítimo que se um assunto que está a tanto tempo suscitando dúvida na população brasileira, não fosse aqui aclarado. E pode sê-lo. É uma Reunião de altíssimo nível, uma Reunião em que o debate, parodiar aqui o meu prezado Aloizio Mercadante, que está mais do que qualificado; é uma Reunião que não poderia se completar sem que a Ministra, de coração muito aberto, dissesse a verdade que ela tem no cérebro, no seu coração, a respeito dessa questão do dossiê. Isso será, a meu ver, um dos pontos relevantes, não o dominante, um dos pontos relevantes desta inquirição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, a Sra. Ministra Dilma Rousseff, para responder ao Senador Mário Couto, pelo prazo de cinco minutos.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu vou começar a responder essa questão, reiterando o que já foi dito diversas vezes pela Casa Civil. Nós não temos duas versões. Nós demos uma. Nós dissemos: “Não há dossiê, há banco de dados”. E vou continuar reiterando isso sistematicamente. Para esclarecer o que aconteceu e o que vem acontecendo, eu quero dizer o seguinte: De uma certa forma, essa informação não é uma informação desconhecida, pelo menos, se a gente considerar os registros.

O que aconteceu? Em 2004, foi feita uma auditoria pelo TCU, e o TCU disse que as informações eram... Eles tinham imensa dificuldade em obter as informações sobre o detalhamento das despesas realizadas mediante suprimento de fundos. Disse ainda que elas eram de difícil acompanhamento, de difícil avaliação e de difícil prestação de contas. Depois eu explico por que é que eles chegaram a essa conclusão, até usando as palavras deles.

O que é que aconteceu, então? A Casa Civil, antes de eu chegar à Casa Civil, ela tomou a decisão de fazer um banco de dados, de organizar os dados, de forma a que o TCU pudesse auditá-los e fiscalizá-los devidamente. Aí, o próprio TCU, fazendo uma auditoria, já registrada em 2006, mas relativa a 2005, diz o seguinte, observando o que estava acontecendo, diz o seguinte: “Que, no âmbito da Secretaria de Administração, essa dificuldade...” Qual é a dificuldade? De saber quais eram os gastos existentes. “Elas tinham sido...” A palavra foi usada, remediada, “através do desenvolvimento do SUPRIM”. O que é o SUPRIM? O SUPRIM é esse banco de dados. Banco de dados de suprimento de fundos. “Dentre outras informações, esse sistema...” Agora vou citar literalmente o TCU, “contém o espelhamento dos documentos fiscais que compõem as prestações de contas”. Então, é espelho dos documentos fiscais. “Os quais, por sua vez, permitem que os pagamentos realizados pelos portadores dos cartões sejam objeto de análise e auditoria deles”.

Bom, então, isso ocorreu e foi feito o SUPRIM. Dessa auditoria, que eu já me referi a ela, que está registrada sob o nome do acórdão 2003/2006, a gente tira as seguintes conclusões; é só ler esse documento para ver. Primeiro, que foi feita uma auditoria, em 2004, pelo TCU. Que constatou a organização precária e a pouca transparência dos dados relativos aos suprimentos de fundos. Que a Casa Civil decidiu fazer o SUPRIM, em outubro de 2004, para melhorar a prestação de contas. Que uma auditoria realizada

em 2005 constatou o seguinte: Primeiro, que essa situação de dificuldade de controle tinha sido remediada pelo SUPRIM. E remediada por quê? Porque os dados melhoraram, continham as notas fiscais, portanto, os dados fiscais; permitia a execução de consultas e a emissão de demonstrativos gerenciais, facilitando o trabalho do TCU. Que, além disso, permitia identificar o fornecedor que tinha fornecido os pagamentos e as referências ao tipo de despesa. Que permitia recuperar estes dados. E que antes, ele se refere antes do SUPRIM. O que havia antes do SUPRIM? Havia um oneroso levantamento de dados nos processos de prestações de contas. Por que é que havia um oneroso processo de levantamento de dados? Porque os dados não tinham a separação das despesas por quem fez. Primeiro, quais são as principais questões? Não serem desmembrados por portador, já que foram... Que foram organizados, não para o portador, como nós organizamos, mas por centro de custo.

Então, os mesmos dados, muitas vezes, anteriores a 2003, vinham todos misturados. Então, uma mesma pessoa pagava os gastos de pronto pagamento como, por exemplo, os de material de escritório, que é um gasto não sigiloso. Pagava gasto dos Ministros, de hospedagem, transporte, também não sigiloso. E, misturado com isso, pagava gastos da Presidência da República, que é um gasto com outra categoria, outro status, que é o chamado legalmente de peculiaridades à Presidência e que, sempre que afetar a segurança do Presidente, é sigiloso. Então, o que ocorreu? Ocorreu o seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo mais cinco minutos à Sra. Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Foi feito um banco de dados. Agora, foi comunicado ao Senado que esse banco de dados estava em andamento. Por que foi comunicado? Houve um pedido de informação para a Casa Civil. O pedido de informação é de setembro de 2005... Dia 09 de setembro de 2005. E, nele, o meu querido Senador Arthur Virgílio, ele faz um pedido para a Casa Civil, que está dentro das atribuições e das competências do Senado fazê-lo. Ele pergunta quais são os dados relativos aos gastos de alguns Ministros.

A Casa Civil, na época, e do período de 1995 até o período de 2002. A Casa Civil responde para o Senador que a Presidência da República aderiu ao cartão corporativo só no dia 13/03/2002. E que não havia gastos com suprimento de fundos com cartão. Mas que havia gastos com suprimento de fundos e que esses gastos, eles estavam sendo objeto de um banco de dados, foi a palavra usada. Estavam sendo objeto

de um banco de dados, confeccionado pela Casa Civil. E que, como as... E que ainda acrescentou que, como esse banco de dados, ele devia ser feito, ele estava sendo feito do nosso período, do período do nosso Governo, retroagir para 95/2002, ia dar um trabalho grande porque os dados de 2005... Desculpa, de 95 a 2002, eram diferentes... Estavam agrupados de forma diferente. A resposta é a seguinte. Desde outubro de 2004, está esta Diretoria, que é a Diretoria que chama DIROF(F), que é de Orçamento, vem desenvolvendo um banco de dados para armazenar as informações relacionadas com as despesas realizadas através do suprimento de cartões, inclusive por meio de cartão corporativo também. Ao término da inclusão dos dados, será possível obter relatórios gerenciais.

Bom, está claro, em toda a resposta, é só vocês procurem essa informação, que é a informação 409, estão claras algumas coisas. Primeiro, que havia uma intenção da Casa Civil de alimentar os dados dos períodos anteriores a 2003. 2) Está evidente que a quantidade de serviço, devido à necessidade de olhar processo a processo, a Casa Civil diz isso, nós vamos ter de olhar processo a processo, ou seja, os gastos normais de Ministros estavam misturados com gastos sigilosos ou peculiares da Presidência da República, exigia mais tempo.

Aliás, eu quero destacar que, no início de 2003, era assim também. Foi através dessas auditorias sistemáticas do TCU que nós modificamos a metodologia. Nós também fizemos misturado, fazíamos misturado. E fomos separando e, com a chegada do cartão corporativo, nós mudamos completamente a forma de organizar os dados. Eu, depois, posso explicar para vocês quais são as principais diferenças que existem entre uma coisa e outra, ou seja, como é que se armazenava, no nosso período agora e como é que se armazenava antes. E por que é que, quando nós tivemos de armazenar esses dados, nós tivemos que fazer toda uma adaptação.

Além disso, eu quero reiterar: 1) Não há dossiê. O que há e o que foi e o que existe e está à disposição inclusive, da própria CPI, são dados, todos os dados relativos ao período... Relativos a cartão corporativo e a suprimento de fundos não cartão corporativo. Nós consideramos que foram vazadas informações absolutamente privativas da Casa Civil. Nós buscamos: 1) Com uma Comissão de sindicância, mas não contentes com a Comissão de sindicância, buscamos também com a Polícia Federal. Está sob investigação quem vazou. Porque vazou isto. Se não há, posto que não há, vou reiterar isso, não há dossiê, há banco de dados, nós temos de investigar quem vazou, porque quem vazou

utilizou uma informação que é prerrogativa da Casa Civil, que é indevido completamente o vazamento.

E outra coisa que eu acho que é importante deixar registrada é o compromisso do Governo a continuar fazendo esse banco de dados. Ele não tem nada demais. Ele é algo que, inclusive, houve muito debate se o TCU tinha ou não tinha mandado fazer o banco de dados. Eu digo para os senhores o seguinte: O TCU fez uma reclamação, criticando a metodologia da Casa Civil e do Governo. E pediu pra gente tornar mais transparente e mais bem organizado. Eu pergunto aos senhores: Qual é a forma que existe, no tempo moderno, de tornar mais transparente e mais bem organizado? É, sem dúvida nenhuma, a informática. Dentro da informática, é a tecnologia de bancos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, mais um minuto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, art. 14, Sr. Presidente. Fui citado--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Arthur Virgílio argui o art. 14—

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. tem a palavra por dois minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Sr. Presidente. É o suficiente. Eu fiz o Requerimento de informações que me foi respondido, a meu ver, Ministra, de forma evasiva. Veio à baila, na CPI dos Cartões Corporativos, como se isso fosse um alibi para o Governo, no momento em que eu perguntava pelos gastos da Presidência da República e confundiram isso com a pergunta que eu fiz, excluindo o Presidente à época, sobre os Ministros. A resposta que chegou às minhas mãos, de que havia... Estavam preparando o tal banco de dados, essa resposta não me tendo os seus dados sendo passados às mãos, a meu ver, configura crime de responsabilidade por parte da titularidade da Casa Civil. Porque se prepararam os dados a meu pedido, guardaram os dados, que depois foram vazados, a Polícia Federal investiga como e por quem, investiga inclusive quem fez, eu deixo bem claro que, na minha opinião, a primeira pessoa a receber esses dados deveria ter sido o Senador que fez o Requerimento. No caso, eu próprio. E, portanto, a meu ver, isso se configura crime de responsabilidade.

E, mais ainda, aproveito a presença de V.Exa., muito boa essa conversa aqui que mantemos, para dizer que fomos ao Palácio do Planalto com o Deputado Paulo Renato, que já recebeu os seus dados, que já foram discutidos pela imprensa. Deputado Raul Jungmann, idem. Eu estive com o secretário particular do

Presidente da República, pedi que os meus dados, como Ministro, fossem eles conta B, conta Z, qualquer letra do alfabeto, mais as conta, mais os cartões corporativos do meu tempo como Ministro, que fossem eles dados a mim, para que eu pudesse dar divulgação à imprensa. Até agora, nada. Outro dia, falei para o Dr. Gilberto Carvalho, que é só um segundo, Sr. Presidente, ele me disse: “Parece que o seu é pouquinho”. Eu tenho muito respeito e amizade pelo Dr. Gilberto Carvalho, mas eu não estou discutindo com ele se o meu é pouquinho ou é poução, se é muitinho ou é muitoão. Eu quero tê-los em minhas mãos. É um direito que eu tenho. Eu quero saber quanto se consumiu no tempo em que eu era Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, a título de cartão corporativo ou a título de conta B. Mas veja, Ministra, quando esses dados não vieram para minhas mãos, a impressão que eu tenho, sendo um mero bacharel em Direito ou alguém que estudou muito pouco Direito, me parece que se configura crime de responsabilidade porque sonegaram ao Senador e, portanto, sonegaram ao Senado os direitos que o Senado e o Senador haviam requerido. Muito obrigado, Sra. Ministra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vou conceder a palavra, para réplica, ao Senador autor do Requerimento e depois a Ministra responderá ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mário Couto terá cinco minutos, já que eu concedi quase 15 minutos à Sra. Ministra para a resposta.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Ministra, tenho certeza que a nação brasileira ainda não entendeu direito esse episódio. O que é banco de dados, o que é dossiê? V.Exa. confirma que houve um banco de dados. Parece-me que, salvo engano, quando se pinça algo de um banco de dados, ele torna-se um dossiê. São coisas bem parecidas. Houve um crime, que V.Exa. acabou de falar, e ratificou, que é exatamente o crime do vazamento. Espero que seja apurado, Ministra. Espero que seja apurado. Espero que a nação brasileira possa se convencer de que este Governo nada tem a esconder. Sinto muito quando, como Senador da República, vou a uma CPI e vejo meus direitos jogados no lixo, a minha representação popular jogada no lixo, nesta Casa.

Confio em V.Exa. Falo isso com toda sinceridade. A senhora, que eu não conhecia, conheci agora. E saio daqui satisfeito com as colocações de V.Exa., principalmente na demonstração convincente de que é uma Ministra que zela pela democracia desse país. Isso me satisfaz muito. Vou para minha casa, tranquilo. Mas tenho certeza, Ministra, que ainda precisamos dar à nação os reais acontecimentos deste fato, que é um fato que vem manchar a nossa democracia.

Quero agradecer a V.Exa. as considerações e dizer a V.Exa. que eu tenho... Assim como eu não fiquei convencido, tenho o maior respeito pelas considerações de V.Exa., mas a nação brasileira, tenho certeza também, não foi convencida. Principalmente no que é dossiê, o que é banco de dados, qual essa diferença, e o crime que aconteceu, que é patente no vazamento, e que este crime ainda não tem os seus culpados e ainda não tem uma evidente para seus culpados. Embora, não tendo ficado satisfeito com os esclarecimentos de V.Exa., quero parabenizar a postura de V.Exa. e dizer a V.Exa. que saio daqui com uma impressão muito boa a respeito de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Mário Couto não utilizou o tempo que foi destinado a ele. Passo à Sra. Ministra a tréplica, num período de dois minutos.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria, primeiro, reiterar que esse pedido de informação, Senador, é de setembro, 09 de setembro de 2005. Na época, Senador, nós explicamos que a gente não tinha condições de atender ao pedido porque nós tínhamos de pegar processo a processo, olhar o processo e responder. E tinha um problema, que é um problema que é muito complicado, que é o seguinte, no mesmo processo, Senador, a prática era você ter desde o *tonner*, por exemplo, desde os cliques que tinham sido comprados com emergência, passando pelo gasto do Ministro e pelo gasto da Presidência, então de processo a processo, você tinha que pegar um processo, que é mais ou menos assim, e tinha mais de dois mil dados, mais ou menos assim ele. E tinha mais de dois mil dados, pegar esse processo e abrir ele e, mais ou menos, um pouquinho mais de mil processos similares, abrir e digitar. Na época, por... Aí por exigência de fiscalização, porque nós estávamos sendo fiscalizados pelo TCU, nós priorizamos fazer o banco de dados com os nossos dados. Nós fizemos 2005 e avisamos que íamos fazer... Avisamos para o TCU; o TCU verificou 2005. Inclusive, ele diz: “Não, eles fizeram 2005; voltaram, fizeram 2004, e estão com problema para fazer 2003”. O problema de fazer 2003 era porque, apesar de ter já cartão, ainda tinha prática similar, meio parecida.

Então, quando vai fazer 95 a 2002, nem 95 até 1998, nós não fizemos ainda porque é uma monstruosidade de dados. O que nós fizemos? Começamos, então, a fazer sistematicamente o outro. Paramos, voltamos, paramos e, quando chegou, agora recentemente, nós demos continuidade a isso. Aí, o que aconteceu? Ficou pronta uma parte do banco de dados. E nós enviamos para o senhor, nós respondemos ao senhor, em abril, que estava disponibilizado; só 98 e 2002. Nós avisamos isso. E ele, inclusive, a parte que nós

julgávamos, à época, que podíamos entregar à CPI foi entregue. Nós entregamos a parte da CPI relativa a Ministros e aos dados que, na época, nós achávamos que não eram sigilosos.

Então, o que é que acontece? Acontece que esse dado está concluído; tudo que o senhor quiser ver, inclusive a respeito do senhor, foi encaminhado. Nós não encaminhamos antes porque não estava... Não, nós não avisamos para o senhor que estava disponibilizado. O ofício é o nº. 283/2008, de 28/04/2008. São dois ofícios: 283 e 284/2008. Pode ser que tenha havido algum engano, mas isso é o que está registrado--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso contradiz o Dr. Gilberto Carvalho, com quem eu tenho falado, agora, sobretudo os dados—

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Mas ele não é o responsável por isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Que eu solicitei, Ministra, em algum momento, teriam que vir para minhas as mãos. Foram para mãos até de vazadores, menos para o Senador requerente. Isso foi, de certa forma, um desleixo em relação ao Senado, e eu me sinto nessa posição, sem perder a delicadeza com V.Exa. em nenhum momento.

[soa a campanha]

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Veja bem, Senador, nós da Casa Civil, e até porque eu me considero a maior vítima desse processo, nós somos enfaticamente contrários a esse vazamento. Inclusive, eu telefonei para a D. Ruth porque eu tenho imenso respeito por ela e acredito que esse processo de vazamento é um processo que não se compadece com a democracia brasileira; se compadece com o período de Ditadura, em que pegam dados e usam em proveito de interesses que não são interesses corretos.

Então, veja bem, Senador, eu acredito que, no caso da resposta ao senhor, nós deixamos clara alguma coisa, um, que íamos fazer banco de dados; dois, que ia demorar fazer o banco de dados. Nós, inclusive, dissemos o seguinte: “Olha, vai dar trabalho. Os dados são volumosos e a forma como está digitado não permitem que a gente alimente direto o SUPRIM”. Tanto é que nós tivemos que desenvolver um módulo próprio, que chama módulo de suprimento de fundos porque o suprimento de fundos é diferente do SUPRIM. A metodologia completa e totalmente diferente por quê? Porque, primeiro, o SUPRIM é descentralizado. Quem faz o gasto, diretamente, entra no sistema e informa o gasto através de computador.

Além disso, são 50 informações que entram no SUPRIM, via cartão corporativo. E são nove diferentes e absolutamente misturadas, que entram no suprimento de fundos. O suprimento de fundos, a mesma pessoa,

ela paga... Suprimento de fundos, ela pagava o gasto, vou repetir, com *tonner*, o gasto com o Ministro, de hospedagem, transporte e alimentação, e o gasto do Presidente, do Vice-Presidente, suas famílias e dignatários estrangeiros, com transporte, alimentação e hospedagem.

Então, para saber onde está o dado do Ministro que o senhor me pediu, dos dois Ministros, eu... Não basta olhar. Hoje eu só olharia o processo dos Ministros. No passado, eu sou obrigada a olhar todos os dados porque os processos são únicos. Não tem um processo diferenciado.

Então, o que levou à dificuldade de resposta, Senador, é que nós, o Governo, os Governos, nós, Governos, porque nós somos continuidade de um Governo anterior, fomos aperfeiçoando a metodologia. Foi criado primeiro, saiu do pagamento em dinheiro, porque era assim que se pagava: Pegava o dinheiro, botava numa mala, tirava o dinheiro e pagava. Nós melhoramos isso. Nós quem? Em 2002, o Governo anterior a nós, que é o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, ele tomou a providência de introduzir o quê? O cartão corporativo. Só que, para introduzir o cartão corporativo, até eu queria dizer para o senhor o seguinte, dos... Dentro do Governo Federal, o que mais rápido introduziu foi a Casa Civil da Presidência da República. Mas, mesmo assim, foi muito pouco o que se conseguiu fazer no final do Governo, porque foi já no fim que foi introduzido. Nós implantamos, mas nós implantamos também ainda precisando de modificações. Tanto é assim que o Tribunal de Contas chega e fala: “Olha, não está ainda bom”. Aí que nós fomos fazer banco de dados... Nós não fizemos o banco de dados imediatamente. E o banco de dados é crucial. Ele vai permitir que o senhor, me perguntando, eu responda na hora para o senhor. Eu não tenho como responder hoje, aliás, de 95 a 98. Mas de 98 até 2002, eu já tenho. Posso fazer a discriminação e apresentar para o senhor.

E eu queria dizer mais uma última coisa. Vou insistir. Pode ser inclusive que a gente não tenha feito da forma como o senhor quis essa resposta, mas nós fizemos. Quando nós tivemos pronta, no mesmo momento que nós entregamos para a CPI, nós enviamos a comunicação para o senhor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas não os dados. Eu agradeço por ora, Ministra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu... Encerrada a fase dos dois autores do Requerimento, e com as respostas prestadas pela Sra. Ministra, eu inicio agora o processo de questionamentos, que serão feitos pelos Senadores inscritos, alternadamente, Governo e oposição. O

primeiro Senador inscrito, membro da Comissão de Infra-Estrutura, é o Senador Francisco Dornelles, PP-RJ. Ele terá o prazo de cinco minutos para fazer suas considerações. Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministra, eu quero cumprimentar o Governo, na pessoa de V.Exa., pelo lançamento pelo Programa de Aceleração do Crescimento que, se não é formalmente uma meta de investimento, ela coloca a Agenda de Desenvolvimento na Ordem do Dia; ela define o investimento como prioridade do Governo; ela transmite à sociedade a idéia de que o país só pode crescer com o aumento do nível de investimento.

O Senado representa os Estados. Eu, como Senador do Rio de Janeiro, quero demonstrar a minha satisfação com o relacionamento do Presidente da República, de V.Exa. com o Governador Sérgio Cabral, que tem permitido importantes investimentos naquele Estado. Eu quero mencionar especificamente alguns investimentos na área social, que vão beneficiar obra de saneamento, comunidades mais carentes.

Eu quero me referir ao Arco Rodoviário, que vai viabilizar o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e que vai ser importante eixo de desenvolvimento da Baixada Fluminense. Quero mencionar o grande trabalho da PETROBRAS no fortalecimento da indústria naval. Os meus questionamentos são os seguintes: V.Exa. falou sobre o trem de alta velocidade e o compromisso do Governo de que ele estaria em funcionamento em 2014. Pois bem, havia um Projeto, coordenado por uma Comissão de Ministros, aprovado, inclusive teve sua licitação aprovada pelo Tribunal de Contas, e parece que o Governo voltou atrás, começou do zero; abandonou o Projeto e começou os estudos do BNDES. V.Exa. poderia explicar essa modificação da linha do Governo, isso pode trazer alguns problemas para a conclusão desse Projeto no tempo, até 2014?

E, em segundo lugar, queria perguntar a V.Exa. maiores detalhes sobre a usina nuclear de Angra III, se V.Exa. poderia falar sobre esse cronograma. Acho muito imprecisa, muito indefinida a posição do Governo sobre esse importante Projeto de Angra III. Em terceiro lugar, eu pergunto a V.Exa. se V.Exa. tem acompanhado a administração e a gerência das docas. Queria dizer a V.Exa. que o Governo tem destinado os recursos para obra dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, que esses recursos não são aplicados. Eu entendo, Sra. Ministra, que falta, na área das docas, existe uma deficiência muito grande na gerência. Eu pergunto: Existe possibilidade de mudança na sistemática de administração dos portos, de forma que possa haver uma maior participação do setor privado nessa administração?

E, por último, eu participei, naquela época, da negociação do Tratado de Itaipu. Quero mencionar a importância da participação do então Presidente Costa Cavalcanti. Naquela época, havia oposição em relação a esse tratado, sob o fundamento de que o Paraguai ia entrar com a margem do rio e com o direito de vender energia ao Brasil com o investimento feito com o dinheiro brasileiro. E agora eu vejo que existe aqui pressão para renegociação do acordo de Itaipu. V.Exa. poderia, se não for um assunto reservado, dar alguns detalhes de qual é a situação da renegociação desse acordo? Qual é a posição do Governo Brasileiro em relação... Qual é a posição do Governo Brasileiro em relação a Itaipu? São essas as questões que queria colocar a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vou adotar a seguinte sistemática. Como são muitos oradores, vou conceder a palavra para que mais dois possam fazer seus questionamentos, suas perguntas, e depois a Ministra responde. São muitos inscritos, nós temos a Ordem do Dia, às 16 horas, Senador Heráclito. Eu concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende, pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. Queria ter a garantia... Concordo plenamente... De que as questões colocadas serão plenamente respondidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Todas elas. A Ministra terá tempo suficiente para respondê-las, com todo o respeito que V.Exa. merece. Com a palavra, o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sra. Ministra Dilma Rousseff, a experiência adquirida ao longo de uma longa vida pública, refletida pelos cabelos brancos, como engenheiro construtor, que acompanhou os diferentes planos nacionais de desenvolvimento de Governos anteriores, desde o Plano de Metas do Juscelino Kubitschek, me colocam numa situação de não querer fazer coro às críticas que se ouvem do PAC, como mero instrumento de marketing político, que nada mais corresponderia do que uma relação, uma listagem, um dossiê ou banco de dados de programas e Projetos que seriam executados, de qualquer forma, pelos órgãos públicos, pelas empresas estatais, pelas empresas concessionárias e pelas empresas privadas, com a diferença de que, ao invés de os contratos correspondentes serem assinados nos gabinetes seriamente, para produzir resultados concretos e rápidos, foram anunciados e prometidos em palanques presidenciais, em solenidades espalhadas pelo território nacional, muitas vezes confundidas com

atos falhos, com verdadeiros comícios. Não quero entrar nesse mérito, Sra. Ministra.

Eu quero apenas fazer coro às vozes das atividades econômicas, que necessitam da presença do Governo, no campo da infra-estrutura básica, principalmente de energia e transporte, para promover o real desenvolvimento da nação, o real progresso e o real crescimento da economia. Eu faço coro às vozes das atividades econômicas relacionadas com a energia e transporte e eu tenho aqui, rapidamente, para não mencionar as atividades de petróleo, que eu gostaria de depois descrever também, uma revista que representa a palavra dos usuários dos sistemas de transporte do Brasil; uma revista da Confederação Nacional dos Transportes, que reúne a congregação dos transportadores do país; transportadores das ferrovias, nas rodovias, nas hidrovias, os operadores portuários e aeroportuários. Essa revista, no seu último número, coloca aqui, na capa, e eu vou mostrar, transferir para V.Exa. essa revista, através da Mesa Diretora dos trabalhos, gostaria que o Presidente da Comissão passasse essa revista às mãos da Ministra. A revista tem, na sua capa: “Cadê o PAC do transporte?” Essa é a palavra dos usuários das estradas do Brasil. Orçamento do Ministério dos Transportes de 2007: 10,8 bilhões. Realizados 5,6 milhões. Investimentos necessários, segundo o plano de logística, 223 milhões.

No seio desse trabalho, há uma reportagem a respeito do estado das rodovias no Brasil, desde o Acre ao Rio Grande do Sul, com o título “Um olhar para o Absurdo”. E aqui estão estradas, inclusive algumas que V.Exa. mencionou na sua exposição, todas esburacadas e, portanto, aumentando o custo do deslocamento das cargas, pessoas, bens, ao longo do território nacional. Existem estradas aqui, do Acre, da Amazônia, a Cuiabá-Santarém, a 364, a BR-319 e, inclusive, a BR-040 que V.Exa. mencionou, que é a estrada mais importante do Brasil, do ponto de vista sócio-econômico e do ponto de vista político, que está esburacada e acabada no seu trecho de Belo Horizonte a Lafaiete, passando por Congonhas, demonstrando que realmente é precário o sistema viário do país. E uma outra reportagem, dizendo: “Chega de oba-oba”. “Governo faz alardes do PAC, mas recursos para as rodovias estão sendo liberados a conta-gotas”. E uma outra reportagem, atestando que o investimento em infra-estrutura caiu de 2% do PIB, nos anos 70, a 0,2%, na plenitude da execução do PAC.

Gostaria que V.Exa. respondesse a essas perguntas, o tempo é curto, numa tentativa de que essa resposta não se estenda apenas ao Senado da República, que V.Exa. visita e comparece, mas seja uma

resposta aos transportadores do Brasil, que dizem e perguntam: “Cadê o PAC dos transportes?”

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante, com o tempo de cinco minutos, improrrogáveis.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Sra. Ministra, Srs. e Sras. Senadores, eu queria, inicialmente, dizer que considero esse momento um momento importante. O Heráclito é quase um painel na minha frente. Desconte o tempo do Heráclito aqui, para eu poder enxergar, Ministra. Eu queria dizer que--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está bom. Assim está bom.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu faço o que o Mercadante quiser para ele sorrir e ficar simpático. Estou às suas ordens.

[risos].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Uma audiência com essa qualidade, vou estar sorrindo muito hoje. Eu queria, inicialmente dizer que é um momento que eleva a democracia brasileira, uma audiência como essa, onde a gente abre, de verdade, um debate sobre políticas públicas; a oposição cumpre seu papel de fiscalização. A independência dos poderes se realiza... E acho que foi muito oportuno que o início desse processo fosse também um momento de balanço da história no Brasil, porque eu quero aqui, publicamente, me solidarizar com aquela militante que, com 19 anos, fez o que fez. E com a forma como a Ministra se expressou, que acho que foi uma homenagem a toda aquela geração, que teve coragem de enfrentar a ditadura; muitos não estão aqui para ver esse momento da história, mas aquele momento, aquela militância está presente hoje, nessa liderança importante que o Governo tem, na figura da Ministra Dilma Rousseff.

Queria dizer igualmente que o momento econômico do Brasil é excepcional. Pediria apenas atenção, Presidente. O momento do Brasil...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria silêncio à assistência e a todos os que estão presentes a essa audiência, para que o Senador Aloizio Mercadante conclua a sua participação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu mal iniciei. Quero dizer que o momento que nós estamos vivendo é um momento excepcional. Se nós pegarmos 60 anos da história econômica do Brasil, só

há dois anos que a taxa de crescimento da economia é maior que a taxa de crescimento da inflação; 2006, 2007. A inflação sob controle, previsibilidade democrática, o país com imenso papel de prover a produção de *commodities* agrícolas, nessa crise de oferta agrícola internacional, e virando uma grande potência energética, não só pelo biocombustível, mas também pelas reservas estratégicas de petróleo. Ora, essa agenda de retomada do crescimento, ela passará necessariamente pelo PAC. O PAC ordena os investimentos estruturantes deste país.

Por isso eu acho que nós devemos fazer audiências recorrentes de balanço detalhado do PAC; nós deveríamos construir, em cada Estado, um observatório, e farei isso em São Paulo, um observatório do PAC, das implicações, dos Projetos, do andamento, das dificuldades, dos obstáculos que o PAC tem para fazer avançar a sua presença nos Projetos estruturantes em São Paulo, como Rodoanel, Ferroanel e outros que estão sendo feitos em parceria com Governos dos Estados e Prefeituras, e acho que esse é um grande desafio da democracia brasileira, olhar o investimento.

Agora, para isso também, Ministra, o Governo precisa melhorar sua relação com o Parlamento, e o Parlamento precisa mudar a relação com o Governo. E talvez essa audiência de hoje seja um ponto de inflexão para que a gente saia com uma nova agenda para o país. Eu vejo que para isso é muito importante que o Governo racionalize melhor a edição das Medidas Provisórias para que o Parlamento possa realizar sua função legislativa. E, ao mesmo tempo, que haja uma parceria maior entre as iniciativas do Governo e do Parlamento. Exemplo, pacote da Segurança Pública. O Governo lança o PRONAF, que é uma grande política. Mas, há mais de um ano, o pacote aguardando a votação na Câmara, precisamos do empenho do Governo para concluir.

Da mesma forma, eu queria sugerir que, nessa perspectiva de construção do PAC, nós abrissemos um debate sobre *royalties* do petróleo. As perspectivas do pré-sal, a importância estratégica dessas reservas não vão mudar o patamar de geração de riqueza e nós não podemos mais repartir esses recursos sem uma visão estratégica de nação, de longo prazo, e um critério mais justo de repartição.

E, para concluir, eu queria falar da inclusão digital. Para mim, essa é uma das dimensões mais importantes das políticas públicas de hoje. É o que vai ficar para as futuras gerações. A política estruturante mais difícil de nós realizarmos é a qualidade do ensino, é avançarmos; os índices de desempenho da educação no Brasil estão muito aquém dos nossos desafios e tenho um Projeto aprovado nessa Casa, Ministra, há

um ano, há um ano, propondo a universalização da banda larga e da inclusão digital nas escolas. Queria o empenho do Governo para nós concluirmos a votação na Câmara, por quê? Porque, se a banda larga vai levar, em três anos, e acho que foi muito boa a solução de negociar a PST por banda larga no espaço urbano, 90 mil escolas não terão banda larga, [interrupção no áudio]. Para concluir, Presidente, 90 mil escolas não terão a banda larga. São 17% dos alunos, mas-- [interrupção no áudio].

Para concluir, nós não podemos criar um abismo entre o campo e a cidade, na formação dos alunos. E nós precisamos formar os professores para usar banda larga, fornecer equipamento e material pedagógico. E o Projeto que nós aprovamos, por unanimidade, nessa Casa, prevê usar 75% dos recursos do FUST, por cinco anos, para concluir a universalização, a inclusão digital, que é a base da sociedade, do conhecimento, da inovação científica e tecnológica.

Espero, realmente, que acho que a Sessão de hoje ajudará a construir um clima e agenda positiva do Senado e do Governo, que o debate político das divergências, para que nós possamos realizar essa imensa tarefa e aproveitar o grande momento econômico que o país atravessa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Mercadante. Com a palavra, a Sra. Ministra para a resposta. Eu concederei a ela o prazo de 15 minutos, para que ela tenha tempo suficiente para responder a cada um dos Senadores.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Vou começar, então, respondendo às perguntas do Senador Dornelles. A primeira pergunta diz respeito ao trem de alta velocidade. De fato, Senador, a empresa Itauplan, é uma construtora, ela fez um Projeto. O que aconteceu, Senador? A partir de um determinado momento, o Ministério dos Transportes, o BNDES, o Ministério do Planejamento e também o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, fizeram uma avaliação e consideraram que o Projeto da Itauplan, primeiro nós pedimos, nós dissemos a eles que Projeto nenhum podia prescindir de licitação. E que, portanto, ele entregasse para nós o Projeto porque nós faríamos uma licitação porque nós não íamos, de maneira alguma, fazer uma licitação que condicionaria a alternativa à solução tecnológica que a Itauplan propunha. Que a gente ia fazer uma licitação aberta, sem condicionar à tecnologia, pedindo basicamente um conteúdo de serviços. Não nos foi fornecido. E nós passamos a acreditar, também porque o estudo que eles tinham não era ainda um estudo profundo; era bem precário.

Nós pegamos todos os estudos disponíveis pelo Governo e passamos, contratamos uma empresa de consultoria para testar a consistência dos estudos, seja no que se refere à avaliação do estudo de demanda, seja no que se refere ao traçado. E, aí, essa empresa foi contratada, ela está para entregar os estudos, e nós estamos já em contato com todas as tecnologias disponíveis, a saber: São a japonesa, a alemã e a francesa. E a coreana é uma variante da francesa. É uma tecnologia coreana, criada em cima da francesa. Nós fizemos discussão com todos eles. A idéia nossa é, com base nesse resultado, que até, se não me engano, julho desse ano, está pronto o estudo de demanda e o estudo de traçado está numa situação bastante já avançada, nós fazemos a licitação com tecnologia aberta e solicitando serviço. Um dos critérios, Senador, vai ser transferência de tecnologia. Nós não vamos aceitar fazer o trem de alta velocidade sem que haja transferência para um consórcio brasileiro dar tecnologia relativa, material rodante, aos trilhos e aos sistemas operacionais.

Para isso, nós estamos agora iniciando a discussão com os... Com as grandes empreiteiras brasileiras, com os fornecedores de equipamento na área de ferrovias, e vamos ter, ainda não fizemos, mas essa semana ainda faremos o contato com fornecedores, aqueles que têm condição, brasileiros, que tenham condição de absorver sistemas operacionais, para que um consórcio brasileiro, a um consórcio brasileiro corresponda um consórcio, ou alemão ou inglês... Aliás, ou alemão ou francês ou japonês.

Eu queria dizer para o senhor que os japoneses e os coreanos, e não vejo por que não, os franceses e os alemães, estão já predispostos a fazer esse processo de transferência de tecnologia, que será uma das cláusulas do leilão.

A segunda pergunta do senhor diz respeito à usina nuclear. Eu asseguro ao senhor que o programa nuclear brasileiro, nós... Houve uma decisão do Governo, de retomar o programa nuclear brasileiro; há um grupo de 10 Ministérios fazendo justamente essa discussão. Angra III já está decidido, mas a gente acredita, Senador, que mais de uma usina nuclear vão ser necessárias nos próximos anos. Existem alguns cenários, esses cenários, eles não só dizem respeito à usina propriamente dita, mas dizem respeito à cadeia da energia nuclear, a saber: A produção e o enriquecimento de urânio, tanto a exploração do urânio como o enriquecimento, como é que se dá a parceria, como é que se daria a participação, nesse caso da iniciativa privada. Dá-se a uma projeção e, portanto, planejamento é muito importante, de médio e longo prazo, a respeito da nossa demanda por térmicas a urânio,

termonucleares, considerando que a usina, as fontes alternativas maiores, que são hidrelétrica e térmica a carvão e a gás, vão ter, na medida em que a gente aprofunde a construção de hidrelétricas, não vão ser suficientes para atender a demanda do Brasil, ali por 2020, 2030.

Então, tem que começar a fazer agora porque, em média, uma usina nuclear leva cinco a seis anos para ser feita. E, além disso, Senador, nós estamos acompanhando a produção, no Brasil, dos equipamentos, não de todos, mas de uma parte importante dos equipamentos, que são principalmente turbinas e geradores, vendo o que é possível produzir no Brasil e como fazê-lo.

No que se refere às docas, Senador, há também uma discussão, no âmbito da Secretaria de Portos, na tentativa de fazer uma modificação substantiva na questão das docas, da administração e da gestão. Inclusive, nós estamos fazendo... Nós estamos considerando e, em alguns casos, até fazer consórcio com o setor privado. Mas, sobretudo, nós temos de ter o marco regulatório mais claro a respeito das novas possibilidades de participação do setor privado nos novos portos. Porque isso hoje não é muito claro; a não ser que tenha um interesse específico do setor privado, ele faz um porto. Você não tem o quadro muito claro do... Ou seja, de um administrador-geral do porto, não o usuário. Então, isso também está sendo considerado dentro da Secretaria de Portos.

Além disso, Senador, no que se refere aos problemas dos portos do Rio de Janeiro, foi, de fato, enviado recurso, como o senhor falou que foi enviado recurso e não foi utilizado. De fato, houve um atraso. Foi enviado em dezembro de 2007 o recurso de 87 milhões porque a licitação estava sendo concluída e não havia previsão, em 2008, desses recursos. Em 30/04/2008, foi dada ordem de serviço para a obra. Então, agora, eles estão usando esses recursos.

Bom, no que se refere ao tratado de Itaipu, o que eu posso adiantar para o senhor é que o tratado de Itaipu, do ponto de vista do Governo, até agora é algo que não é passível de negociação. É um tratado internacional entre dois países e não há, da nossa parte, nenhuma disposição de negociar um tratado desse tipo. Agora, o Governo Brasileiro está aberto para estabelecer uma relação e fazer outro tipo de negociação com o Governo do Paraguai. Agora, quanto aos termos do tratado, ele é um tratado que foi realizado, absolutamente legal, correto e vigente.

O Senador... Quanto às perguntas do Senador Eliseu Resende, a respeito dos investimentos e do posicionamento da pesquisa da CNT, eu acho que seria interessante destacar o seguinte. Primeiro, o histórico

dos investimentos em rodovias é em torno de dois a três bilhões/ano. Nós modificamos isso, Senador, para algo entre oito a 10 bilhões/ano. De fato, a pesquisa da CNT recente, sobre rodovias, ela inclui não só as rodovias federais, ela também inclui as rodovias estaduais e as municipais, as que não são do nosso âmbito. Quando considerado isso na amostra, Senador, nós temos uma evolução, que não é boa, por conta dessa inclusão. Se a gente considera só as rodovias federais, as condições de pavimento, nós vamos ver que a pesquisa mostra a evolução positiva. É uma questão de abrir os dados e dar uma olhada. Então, asseguro isso para o senhor.

Na questão relativa ao levantado pelo Ministro Aloizio Mercadante, nós, de fato, estamos considerando, Senador, essa questão das escolas não urbanas, das escolas rurais. Com a assunção, pelas telefônicas, desse compromisso de fornecer banda larga entre um mega real e dois mega real, entre agora e 2010, nós achamos que fica mais fácil o Governo, através do Ministério dos Transportes, utilizar os recursos disponíveis e os recursos que estavam até previstos para o outro caso, na questão da aceleração do fornecimento das mesmas condições, principalmente para o Norte do país, que é o local, e alguns Estados do Nordeste, que é o local onde essa questão da banda larga mais se coloca nas escolas rurais.

E, assim sendo, Senador, eu acho, de fato, importante essa questão que o senhor levantou. Se tiver um marco regulatório, isso se dá de forma muito mais acelerada. Então, vou levar essa questão para o Governo e concordo com o senhor que seria importante aprovar isso, de uma vez por todas, diante da significação que é ter a banda larga encaminhada e prevista em todas as escolas brasileiras. É, de fato, uma modificação no padrão. E, sobretudo, quando a gente considera a modificação na qualidade do fornecimento de aulas para toda a população das escolas públicas brasileiras, sejam elas rurais ou urbanas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago... Agradeço à Ministra e indago aos Srs. Senadores, que fizeram suas perguntas, se há alguma dúvida em relação às respostas da Sra. Ministra. Senador Dornelles, dois minutos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Ministra pelas respostas; ela abordou plenamente todos os questionamentos que eu apresentei e não tenho nada mais a perguntar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante e ao Senador Eliseu, logo

após, a Senadora vai responder e vou suspender, por 10 minutos, a Sessão. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, nós estamos, eu diria, estabelecendo um debate, que será o debate central na vida pública do Brasil. Porque nós estamos saindo de um longo período de hiperinflação para estabilidade, desde 94, econômica e monetária, e agora para um período de crescimento econômico, onde a superação dos gargalos das infra-estruturas, da agenda do crescimento, vão criar uma cultura de crescimento no país. Significa repensar as atitudes da justiça para liberação de investimentos, para preservar no orçamento os investimentos, que isso é uma coisa que o Legislativo vai ter que construir, o Executivo também, reduzir gastos correntes para preservar investimentos em logística e infra-estrutura e, desses Projetos estruturantes para o Brasil, a minha visão, a União Européia criou como primeira prioridade do planejamento estratégico, a sociedade do conhecimento. E a primeira prioridade da sociedade do conhecimento é a inclusão digital nas escolas públicas.

Então, o PAC, ele cria uma base de futuro, quando prioriza a universalização e da inclusão digital em todas as escolas públicas do país. Por isso, Ministra, eu acho que monitoramento é uma palavra até difícil de dizer. E nós precisamos, de fato, monitorar, com muita atenção, o PAC e, em especial, ajudar a superar os obstáculos, a preservar os recursos no orçamento, a ajudar construir formas de financiamento, acho que o Legislativo pode ser esse parceiro essencial, facilitador e de pegar a agenda Legislativa, que desobstrui os entraves ao investimento, ao crescimento e, sobretudo, materializar cada aluno com um endereço eletrônico, com acesso à internet, fazendo pesquisa, porque há uma grande reflexão pedagógica do que isso vai representar, em termos de salto de qualidade da formação de 49 milhões de alunos na escola pública.

Parabéns pela intervenção, pela apresentação, e à Comissão, pela qualidade do debate, e à oposição, por estarmos iniciando essa grande discussão política. Muito obrigado.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Ilustre Ministra, gostaria de retornar ao tema das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento. Nós achamos que as estradas federais estão tendo suas verbas contingenciadas. Na verdade, o que é realizado efetivamente é a metade do que é orçamentado, o que não reflete, portanto, uma presença maior do Governo na tentativa de promover o desenvolvimento

do país. E também as prioridades, até nas diferentes modalidades de transporte; o trem bala, por exemplo, Ministra, perde prioridade para a conclusão dos metrô, nas principais regiões metropolitanas do Brasil, onde os engarrafamentos de tráfego estão produzindo um desperdício do consumo de combustíveis, quando o preço do petróleo está nas alturas e há uma polêmica entre a produção de biocombustíveis e a produção de alimentos, é necessário que se estabeleçam prioridades efetivas e que o Governo pense no programa de conservação de energia do petróleo e parta para um programa de eliminação do desperdício nos buracos das estradas e nesses engarrafamentos; está em defesa é a qualidade do investimento, não em programas fantásticos futuros, que podem ser fantasiosos, mas em programas concretos, que é construir as rodovias do Brasil e ofertar transporte público nas regiões metropolitanas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência vai conceder a palavra à Ministra Dilma, pelo período de... Pelo tempo de cinco minutos, mas, antes, a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria só fazer um registro, meu caro amigo, Senador Mercadante, hoje repetiu seu colega da mitologia, o nosso Diógenes, ao ser cumprimentado por um transeunte, disse: “Saia da frente do meu sol”. Ele agora está conformado, ficou ao lado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, a Sra. Ministra Dilma Rousseff, pelo tempo de cinco minutos, para a tréplica. E, logo após, vou suspender por 10 minutos.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu gostaria de começar, respondendo ao Senador Eliseu, dizendo o seguinte. Senador, nós temos feito um grande esforço em aumentar o grau de investimento nas rodovias do país. E, mais do que isso, Senador, não só em aumentar o grau dos investimentos nas rodovias do país, como diminuir também o nível de pagamento de pedágio, que ocorria nessas rodovias. E também o fato de que não é mais possível a gente fazer pedágio para a manutenção, como vinha sendo feito, no passado.

Eu acho, Senador, que uma das grandes realizações, no âmbito do PAC, feito lá pelo pessoal da ANTT e pelo pessoal do Ministério dos Transportes, foi a licitação para o segundo bloco de rodovias, de concessão de rodovias. Nesse processo, Senador, algumas coisas eu acho que devem ser mencionadas. A primeira grande coisa foi o fato de que nós conseguimos sair de um patamar, de mais de sete reais, alguns casos

vão até 12, o pedágio das rodovias, para algo menos de um real, quase 0,90, por aí, chegando até 2,7, 2,5. Isso é muito importante porque significou duas coisas. Primeiro, a consideração de que esses valores, Senador, eram... Deviam ser reduzidos, uma vez que tanto o Risco Brasil quanto as taxas internas de retorno daí decorrentes e os riscos regulatórios, no nosso período, tinham que ter sido reduzidos por políticas macroeconômicas do Governo Federal.

E a segunda coisa é que a modelagem competitiva de um leilão, ela levaria necessariamente a se obter tarifárias menores. Mesmo considerando todas as questões que falaram que os espanhóis nos subsidiavam, é bom notar que, nos terceiros lugares, nós vimos empresas e concessionárias brasileiras de estradas, oferecendo, em vez de sete reais, 1,35 ou dois vírgula pouco. Ou seja, não foram as perdas e a diferença de valores nas estradas... Não foram tão grandes. Então, eu destaco isso.

Em segundo lugar, eu destaco uma outra questão, que é fundamental. Nós agora aprendemos e vamos fazer a segunda etapa de rodovias, o que estabiliza, é importante que tenha a concessão rodoviária no país. Mas vou registrar o esforço imenso do Ministério dos Transportes, no sentido de viabilizar os investimentos cabíveis. Nós temos tido, Senador, muitos problemas com o TCU. Porque os Projetos que nós herdamos são Projetos que tinham algumas, vamos dizer assim, ou lacunas ou discrepâncias, que o TCU não concordava e colocava alguns, inclusive, colocados no anexo VI. E temos tido toda a compreensão do TCU no sentido de buscar resolver essas questões. Mas eu acho, Senador, que algumas... Alguns investimentos saltam aos olhos. Acho que a BR-101 salta aos olhos. A própria 040 tem trechos concluídos. O senhor tem uma série de coisas que ainda não estão incompletas. Nós temos, na 163, uma dificuldade no trecho porque, visivelmente, o tal do trecho tem hoje um custo muito maior do que aquele custo do Projeto inicial. Então, foi obrigatória a nossa revisão dele.

Eu acho, Senador, que, de fato, foi muito difícil, ao longo de 2007, modificar o padrão do investimento. Mas, eu reconheço o esforço imenso do Ministério dos Transportes nesse sentido. E o auxílio, inclusive, da ANTT.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, encerrada essa fase, eu vou suspender a audiência por 10 minutos e, logo após, às 13h50, nós retomaremos a condução da mesma.

[soa a campainha].

Sessão suspensa às 13h40.

Sessão reaberta às 13h58.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está reaberta esta Sessão de Audiência Pública. Convido a Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff para compor a Mesa, bem como ao Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente desta Comissão. Bom, estão inscritos... Estão inscritos para a próxima rodada os Senadores Sérgio Guerra, Senador... Senadora Ideli Salvatti e Senador Heráclito Fortes. Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra, pelo tempo de cinco minutos.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente... Desconta o tempo aí.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. terá cinco minutos. Vou começar a contar agora.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sra. Ministra... Sra. Ministra, quero, inicialmente, dizer que cinco minutos são insuficientes para perguntar o conjunto de questões que eu tinha levantado, absolutamente insuficientes. Mas, é importante que todos falem e que essa audiência seja racional e termine em tempo adequado.

Quero afirmar que não fui, não sou e não serei favorável a essa Pauta, que não ajuda o Congresso e nem ao Brasil, que é a discussão exaustiva e inconsistente de questões corporativas de cartões corporativos. Estamos num impasse que foi criado e que devia ser esclarecido. Eu não percebi, nas suas palavras sobre a questão desses cartões, a mesma fluência que compreendi nas palavras sobre o plano de cooperação econômica. Palavras foram ditas, explicações formais foram feitas, mas o fato concreto que, para mim, sempre presidiu as preocupações que tenho sobre esse assunto, o fato concreto é o seguinte: Primeiro, exaurir essa discussão de dossiê, é uma discussão mais ou menos ridícula. No primeiro momento, porque o fato de o Governo produzir banco de dados não se constitui rigorosamente nada polêmico e, sim, em algo absolutamente sensato.

O importante é que todas as informações públicas estivessem estruturadas e também outras, que não são públicas, em banco de dados. Se há um banco de dados sobre isso... Se foi produzido um banco de dados sobre essa matéria—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --Melhor para todos e não há o que se discutir disso. Agora, a questão de se houve ou não dossiê, que é uma questão mais ou menos semântica, não é uma questão que mereça lá muita consideração. A Ministra já afirmou hoje aqui que não houve dossiê. Ministros do Governo

afirmaram que houve dossiê. Havendo ou não havendo dossiês, o que aconteceu, de fato, foi o seguinte: Foi produzida uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, com o objetivo de examinar denúncias havidas ao longo do Governo do Presidente Lula. Durante todo um período, essa discussão sobre documentos que têm a ver com os gastos de cartão corporativo no Governo do Presidente Lula não se deu, não se deu da CPI. Foi criado aqui um obstáculo aritmético para que essa discussão prosperasse.

O fato concreto é que tudo isso estaria muito menor e no tamanho adequado se essa questão tivesse sido colocada nos seguintes termos: O que, de fato, é segurança do Presidente da República, reconhecida, questão de segurança do Presidente e do Governo, nenhum de nós quer abrir, discutir ou ameaçar. Mas era preciso que houvesse transparência e clareza sobre o que é e o que não é o padrão de segurança. E que também ficasse claro que esse mesmo “sigilo” da questão da segurança, viesse, depois ou logo a seguir, num prazo adequado, que não pode ser para o Brasil o que é para outros países, até por absoluta desnecessidade, que, no prazo a seguir, esses dados fossem também conhecidos por todos.

O bom senso devia nos conduzir nessa direção, ao invés de ficarmos aqui, numa discussão esterilizante, que abala—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --De uma maneira muito mais clara, o conceito do Congresso e dos Parlamentares do que de qualquer outro.

Eu vou falar um pouco sobre o PAC. E os dados que foram levantados aqui pelo Ministro Eliseu Resende são absolutamente sintéticos e corretos. Na década de 60, investíamos 2% do Produto Interno Bruto. Agora, menos de 1%, ou bem menos de 1%. É um dado irrefutável, concreto, que dá uma medida da nossa falta de prioridade para a questão de infra-estrutura, de organização e eficiência.

Também é verdade que o Plano de Aceleração Econômica deve ser apresentado de maneira pública, com toda a sua natureza. Ou seja, parcela muito importante desses números que saem divulgados tem origem em financiamentos, de uma maneira geral, e da Caixa Econômica em especial, que são recursos de financiamentos, não são gastos públicos. Segundo, em vários Estados, a equação desses números, São Paulo, por exemplo—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --Se não me engano, o número é 10 milhões. Os recursos que têm origem no Governo Federal somam dois bilhões e meio. Os outros recursos têm origem em várias

fontes, como, por exemplo, financiamentos, como, por exemplo, recursos dos Municípios, como, por exemplo, recursos dos Estados. Claro que o Governo Federal desempenha, nesse aspecto, e em vários aspectos, um papel importante e saudável, que é o aspecto de coordenação e controle. Mas é claro também que esse Projeto e os milhões que são anunciados para ele devem ser claros, para que todos os compreendam com absoluta naturalidade.

Vou falar de dois Projetos na nossa área, na área da minha região, que eu conheço relativamente bem. A duplicação da BR-101 ou, como foi dito ali, BR-101 norte. Ao término do Governo Fernando Henrique Cardoso, havia Projetos, pode não ter havido Projetos em outras áreas. Mas havia Projetos para esse programa. Não sei se todos, mas uma parcela muito grande. Ao longo de quatro anos, o Governo tentou, de várias formas, fazer concorrências para que aquelas obras fossem feitas. As concorrências não deram certo. Foram sucessivamente—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):

--Anuladas. E anuladas com prejuízo ao interesse público. Depois o Governo Federal fez uma iniciativa de mobilizar as Forças Armadas, o Exército, Batalhão do Exército e a obra saiu do papel e começa a surgir no ritmo inadequado.

Segundo, construção da Ferrovia Transnordestina. Eu não acredito que, até o final do ano, todos os trechos da Ferrovia Transnordestina estejam em construção. E por muitas razões; o principal impedimento, nesse instante, para que essa consumação se dê, tem a ver com as desapropriações, que estão atrasadas, que não são tarefas privadas, primeiro; e, segundo, licenças ambientais que há um esforço do Governo para resolver, até descentralizando. Descentralizando, em grande parte, as atividades que têm a ver com isso, mas esse esforço tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra, mais um minuto para encerrar, por favor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --Mas esse esforço tem demandado tempo e essa falta de tempo, esse gasto de tempo, tem prejudicado a eficiência do Projeto. São dois Projetos relevantes no nordeste. O que eu tenho a impressão, Ministra, e vai com absoluta sinceridade uma opinião correta, é que de fato, há um esforço do Governo Federal para mobilizar Projetos que estão inscritos no PAC, mas que a eficiência dessa mobilização deixa muito a desejar.

Quero dizer que, ao longo do Governo do Presidente Fernando Henrique, uma política que tinha algum parentesco com essa se desenvolveu, a chama-

da “Brasil em ação”. Projetos foram separados, eles eram estruturantes, e esses Projetos tinham gerência, acompanhamento e orçamento. E esse esforço deu certo. Como acredito que o PAC, no geral, tenha condição de dar certo e é importante que dê certo para o Brasil. Porém, afirmo, com absoluta naturalidade, sem contrariar ninguém e nem de fazer dessa discussão nada além do que propõe o Senador Aloizio Mercadante, nós não podemos discutir o PAC aqui e agora, devemos discutir da maneira [interrupção no áudio]. Eu quero dizer à senhora que o PAC precisa ter execução, racionalidade, acompanhamento e democracia.

E sobre a questão dos cartões corporativos, que o seu prestígio, a sua autoridade, a sua reconhecida liderança no Governo produzam o que, de fato, deve ser produzido. A remessa de documentos, que tem a ver com o Presidente Lula, distinguidos desses documentos—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --De consenso com a oposição, documentos que têm a ver com a segurança, para que esse exame se faça aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, com clareza e responsabilidade e com a prudência que ele deve ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Sérgio Guerra. Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, deixar o registro da emoção que eu tive na fala inicial da Ministra. Acho que, nesse país, a gente já vivenciou situações tão contundentes, tão dolosas e retorná-las, num momento tão diferente como a gente está vivendo, é sempre fruto de muita emoção.

Mas a Ministra vem aqui para prestar os esclarecimentos a respeito, principalmente, do meu ponto de vista, a respeito de questões estratégicas para o nosso país. E uma das questões que eu queria colocar, e queria ouvir da Ministra um pouco mais de esclarecimento, é porque nós já vivemos, aqui neste país, advogados do Estado mínimo; de que tem que deixar o mercado fluir e determinar as coisas. E o que a gente percebe é que também nesta história de Estado mínimo e deixar o mercado regular, o planejamento de longo prazo, como ferramenta de Governo, foi abandonado durante muito tempo. Quando a Ministra diz que hoje, muitas coisas ali não podem andar porque falta Projeto, é porque alguém, antes, não deixou o terreno preparado.

Então, eu queria que a Ministra pudesse abordar qual é a questão do planejamento, principalmente, como ferramenta do Governo, e a sua relação com o

PAC, tem, neste processo todo, principalmente como indutor do investimento.

Tem uma outra questão que burburinhou aqui atrás, Ministra, que ninguém fez até agora e eu quero fazer. Porque, assim, o PAC tem recursos do Governo, do Orçamento-Geral da União, das empresas do Governo e também da iniciativa privada. Portanto, acho muito importante deixar bastante especificado de onde vai vir cada uma dessas parcelas de recursos que estão envolvidas no PAC. Mas tem algo, Ministra, que eu não sei se o Comitê Gestor do PAC está fazendo, porque até V.Exa. teve a oportunidade de ser defrontada com isto. Na segunda-feira, a senhora esteve em Itajaí, teve a oportunidade de ver a pujança do Porto de Itajaí, que é o segundo em movimentação de container do país; é o primeiro em valor agregado, portanto, contribuindo de forma significativa com a Balança Comercial do país, e o Governo Federal investiu, até agora, ainda temos obras em andamento, algo em torno de 110 milhões no Porto de Itajaí; retificou mole(F), aprofundou calado, fez uma série de obras lá, de estrutura do porto. Só que, no entorno do Porto de Itajaí, por causa destes investimentos, e não eram investimentos casados com o PAC, não, porque teve os investimentos no Porto de Itajaí, nós temos lá, no momento, algo em torno de um bilhão e 200 milhões de investimento da iniciativa privada. Portanto, tem algum estudo já, Ministra, que possa fazer esta relação? Ou seja, o que Governo, através daquilo que está articulado no PAC, está investindo, de recurso próprio, das suas empresas, articulado com a iniciativa privada, e o que é que isso está provocando de investimento, não diretamente ligado à obra, mas em decorrência da obra? Porque acho que isso também é de fundamental importância.

E, por último, tem uma questão que a senhora já tratou, que eu gostaria—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Se fosse possível, ter algum aprofundamento, que é a questão o que é que mudou, no processo concessionário de rodovia, para que a gente tivesse efetivamente aquela redução tão significativa no valor dos pedágios? Porque teve algo que modificou, da noite para o dia, porque ninguém baixa um pedágio seis vezes, sete vezes, se não tiver algo muito fundamental.

Essas seriam as questões; se for possível, as consequências da confirmação da reserva de petróleo e gás, e quando que isso começará a render frutos, aquilo que todo mundo está sonhando, de virar potência petrolífera, qual é a perspectiva que isso tem de acontecer concretamente no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, pelo tempo de cinco minutos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sra.

Ministra Dilma Rousseff, no dia em que estourou na imprensa a informação do dossiê preparado, segundo a informação, pela Casa Civil, eu, sem falar com ninguém, nem ser ligado a serviços de informações, eu subi à Tribuna do Senado e disse que aquilo se tratava de fogo amigo. A minha convicção cada dia aumenta com relação a isso. E que surgiria o melhor caminho com a vinda ao Congresso, o mais rápido possível, da senhora, exatamente para prestar os esclarecimentos. Porque a minha argumentação era muito simples: A diferença que a senhora fazia no Governo era de não conviver com aloprados, não estar ao lado de escândalos e ser o canal com o qual a oposição, em termos republicanos, pudesse traçar diálogos que interessassem ao país. E o meu medo maior, Sra. Ministra, confesso, era de que aquela crise viesse a consumir uma possível substituição sua e o pavor de que um aloprado tomasse conta daquela Casa, daquela cadeira.

A gente vê perfeitamente que os aloprados tentam chegar perto da senhora, mas a senhora não gosta dos aloprados. Hoje mesmo nós vimos aí, nem tanto aloprado, mas aqueles que querem prestar serviços demais da conta, vimos o esforço que fizeram para tentar blindá-la aqui nesta Casa. E a senhora somou ponto, ao se submeter, de maneira ampla, geral e irrestrita, às perguntas. Melhor responder do que a dúvida. Essa dúvida, entre o escândalo e a vinda da senhora aqui hoje, lhe custou muito caro. Até porque, quando se fala em dossiê, o seu partido e o Governo não são virgens na matéria. O Governo participou, por exemplo, do dossiê do caseiro, do dossiê dos aloprados, de dossiês no Banco do Brasil, feitos por um Vice-Presidente, que foi afastado, que inclusive bisbilhotou a vida de Parlamentares aqui, com certeza, talvez até estimulado por colegas nossos, para fins de confessá-los.

É de um Governo que um Parlamentar aqui, no seio de uma CPI, o Deputado Paulo Pimenta, forjou um dossiê para desviar a atenção dos fatos e acusar uma infinidade de companheiros; o Presidente da Comissão inclusive encontra-se aqui.

De forma que nada mais salutar do que pôr um basta num fato que poderia lhe envolver e iria lhe misturar àquilo que, tenho certeza, pela sua história, não seria, de maneira nenhuma, aconselhável. Fiz o meu discurso, defendi o meu ponto de vista; no dia seguinte, aqueles cumpridores de ordem não dada, me procuraram e disseram que a Ministra Dilma estava aborrecida comigo e que os recursos do Piauí, sob minha responsabilidade, não seriam liberados. Achei graça. Não trabalho nesse departamento, não é minha vida, não é minha atividade, Ministra. Eu tenho a consciência tranqüila de que sou representante de um Estado.

Fiz o que tinha que fazer. Tenho a consciência tranquila de que o Conselho foi o melhor de todos. E haja o exemplo do Ministro Jobim, aqui já citado.

Esse espaço, essa quarentena, não foi boa. Não foi boa para senhora, não foi boa para o país. Bom, além do mais--

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

--Todos os envolvidos nessas questões, até hoje, não tiveram as suas participações apuradas. Eu quero lembrar que, quando o Sr. Mexerica saiu, o seu substituto na Vice-Presidência do Banco do Brasil, foi o que se envolveu e comandou escândalo de bisbilhotagem igual, na questão dos aloprados.

Faço esse registro, Ministra, mas quero falar de PAC. Eu confesso à senhora que fiquei feliz da vida, quando eu vi o PAC com relação ao Piauí. Muito feliz. Saí procurando... Nenhuma obra em andamento. Licitação... Uma série de coisas. Os dados estão aqui. Fiquei frustrado em ver, por exemplo, a Transnordestina, que é a obra mais importante para o Estado, mas que está entregue a uma parceria Público-Privada, não ter sido iniciada. As barragens que o Governador promete inaugurar a cada ano, elas estão apenas no Projeto, e V.Exa. anuncia o início para 2009.

Mês passado, Ministra, o Ministro dos Portos, Dr. Pedro Brito, esteve no litoral do Piauí, em Parnaíba, com o Governador do Estado—

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --E prometeram a retomada do Porto de Luiz Correia, para inauguração em 2009. Esse porto está parado há não sei quantos anos. Encontrei-me, agora há pouco, com um assessor da senhora, que, inclusive, me disse que trabalhou na primeira etapa, há 20 anos atrás, nesse porto. E anuncia-se, de maneira leviana, a retomada da obra e a inauguração em 2009, e 12 milhões de reais de recursos. E, logo em seguida, o Ministro Pedro Brito, que tem raízes no Piauí, vai à Europa e de lá anuncia investimentos em 10 portos brasileiros. O Porto de Luiz Correia, nada.

De forma, Ministra, a Transnordestina, V.Exa. sabe que, ainda como Ministra de Minas e Energia, tratei com a senhora sobre a questão do gasoduto, ligando o Ceará ao Piauí e o Maranhão, uma redenção para o meu Estado e para o Estado do Maranhão. Fizemos aqui um acerto, juntamente com o Senador Sarney e com a participação do Senador Delcídio Amaral, para que esses recursos fossem alocados; eles foram; nunca foram liberados e o gasoduto continua um sonho.

Eu vejo, Ministra, com muita tristeza, o meu Estado, o Estado do Piauí, ter muito pouca participação nesse elenco de obras do PAC. O Presidente Lula

esteve em Teresina; inaugurou pouco mais de 100 casas. Esteve no pronto-socorro, com obras iniciadas há 20 anos atrás. Até compreendi a sua ausência. No começo, pensei que fossem outros compromissos, estivesse se preparando para o depoimento aqui. Não. Estava em Santa Catarina, anunciando milhões. Nós do Piauí, não tivemos a honra de receber a mãe do PAC porque as obras lá, me parece, não chegaram a uma... A uma definição. Não estou botando culpa no Governo Federal não. A culpa, no meu modo de ver, é do Governo estadual, que não tem Projetos, que não encaminha Projetos, que não se preocupa com Projetos. E essa dificuldade, Ministra, eu tenho enfrentado aqui, todas as vezes que eu chego, inclusive, a suspender Sessões, aonde a senhora [interrupção no áudio] e o Piauí está fora. No dia seguinte, fui procurado, certa vez, pelo próprio... Vou concluir, Sr. Presidente. Ministro Paulo Bernardo, que me disse--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, senhor Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou concluir. De que simplesmente não existem recursos. Daí porque, Ministra, acho uma injustiça se alegar que, no passado, os Presidentes não fizeram planejamento de longo prazo. É uma injustiça e uma ingratidão, principalmente com o Governo Sarney, que fez, fez sim, Ministra, em circunstâncias totalmente diferentes do que nós vivemos hoje. O Governo não pode cuspir no prato que comeu, até porque o Presidente Sarney tem sido um aliado mais da conta, do atual Governo. E esquecer o seu trabalho é demais—

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Então, Sra. Ministra, eu quero finalizar, parabenizando o nosso Senador Aloizio Mercadante. Quando propôs a criação de um observatório do PAC. E eu queria que ele, com o prestígio e poder que tem no Governo, criasse o primeiro observatório, no Piauí, porque, a olho nu, nós não conseguimos ver obras desse programa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, a Sra. Ministra Dilma Rousseff, para as respostas, pelo tempo de 10 minutos.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria primeiro começar respondendo ao Senador Sérgio Guerra. Senador, eu concordo com o senhor que esta questão relativa aos chamados cartões corporativos, ela desfoca a questão do que é principal, que é a melhoria do controle do gasto público.

Então, eu queria, antes de passar à minha resposta para o PAC, dizer o seguinte: É bom que todo

mundo saiba que todos os gastos são auditados. O fato de os gastos de qualquer Presidente ser sigiloso não significa que ele não seja auditado. Ele é auditado. E, ademais, eu acho interessante considerar também que o padrão dos gastos, ao longo dos anos, foi muito similar. É hospedagem, é transporte e é alimentação. No caso do transporte, nós estamos eliminando esses gastos porque o que é o gasto desses cartões corporativos? Eles são, geralmente, gastos que não são passíveis de licitação. Nós tiramos esses gastos dessa categoria e fizemos duas coisas: De um lado, compramos veículos, e, de outro, fizemos uma licitação genérica a respeito. Então, isso não só contribuiu para diminuir o valor do custo, como também permitiu que eles passassem a ser licitados.

No que se refere ao PAC, Senador, eu queria explicar para o senhor que, de fato, várias coisas no PAC, elas não são só AGU, são, de fato, o senhor tem toda razão, financiamento. Mas vou dar um exemplo, por exemplo, saneamento e habitação. Na época, Senador, anterior ao PAC, mesmo no nosso Governo, havia uma restrição ao financiamento. Por quê? O Banco Central, ele tem o poder, no Brasil, de limitar, Senador... O gasto público tem um limite, a quantidade de recursos que cada... O conjunto dos órgãos públicos pode tomar. Então, a chamada necessidade de financiamento do setor público era limitada. Para a gente fazer o PAC, nós tivemos de tomar uma decisão de Governo. Qual é a decisão? A decisão de excepcionalizar, por exemplo, a habitação e saneamento disso.

Então, hoje, não estão nos cálculos de necessidade de financiamento do setor público, nem habitação nem saneamento. E isto é que explica que nós saímos de um nível de investimento, de dois bi, para algo como oito. É isso que permite que a gente tenha esse nível de empréstimo para aqueles Estados que podem tomá-los. E qual é o critério que nós usamos? Nós usamos um critério, que eu acho que é um critério de oportunidade e justiça. Qual é o critério de justiça? Concentrar, por exemplo, as obras de saneamento nos grandes Projetos, aqueles que precisam do dinheiro do Governo Federal, do Governo do Estado e do Município. Porque, se juntar os três, nós fazemos um Projeto estruturante.

Então, esse é o princípio de justiça, por quê? Porque, é nas grandes cidades, nas regiões metropolitanas, que estão os maiores déficits de saneamento do Brasil. Então, nós fizemos Municípios acima de 150 mil, a primeira etapa do PAC é isso, Municípios acima de 150 mil, com região metropolitana junto.

Bom, mas aí, tinha o problema o seguinte, tem muito Município que não tem condição de tomar empréstimo. Ou seja, porque o Estado, é público e notório

que está passando por crises, aí a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que a gente empreste para ele; o Município também pode estar na mesma situação. E tem Estados que têm melhores condições de tomar financiamento.

Então, o que é que nós fizemos? Nós demos mais financiamento para os Estados que podiam tomar mais financiamento, fazendo o quê? Excepcionalizando do limite de financiamento. Então, aquele Estado não vai ser prejudicado. Ele pode tomar o financiamento; ele não vai ser prejudicado porque ele vai poder tomar outro também. E, com isso, a gente permite esse equilíbrio entre Orçamento-Geral da União, que é fundo perdido, e Estado em dificuldade. E, aí, nós não olhamos partido, não, Senador. Por exemplo, é público e notório, o nosso Senador Simon sabe disso, que o Rio Grande do Sul passa por isso. Então, não tem saída. Ou é OGU, em maior condição, ou não toma. E a gente fez assim, sucessivamente, com Municípios e Estados.

Então, eu queria explicar para o senhor que há uma decisão política de Governo, primeiro, de excepcionalizar e, segundo, no atribuir. Depois, eu queria falar para o senhor sobre a 101-Nordeste. Eu lembro perfeitamente porque eu participei, logo que eu cheguei na Casa Civil, a gente tinha aquela angústia imensa que a BR-101 tinha sido objeto de um questionamento pelos próprios participantes da licitação, junto às empresas participantes da licitação, uma questionava a outra que tinha ganho. Com isso, o que é que ela fazia? Ela criava a impossibilidade, por essa judicialização da licitação, de a gente prosseguir na obra. Então, nós chegamos, chamamos todas elas e dissemos para elas o seguinte: “Olha, não é admissível isso diante da importância da BR. Então, a gente pediria para os senhores que reconsiderassem e não fizessem isso, depois da vitória de um ou de outro, entrar na justiça contra quem ganhou porque isso só atrasa o processo e nós vamos recorrer a outras hipóteses e alternativas”. Infelizmente, não fomos acatados, até porque eu acredito que eles não acreditavam que a gente recorreria. E nós, Senador, recorremos, sim, ao Exército. E, com o Exército, nós demos início à obra. E, com o Exército, nós sinalizamos para o setor privado que, a partir de então, essas manobras que poderiam adiar o início da obra, seriam, a partir daí, tratadas com isso. Nós chamaríamos o Exército. E isso determinou que o Batalhão de Engenharia fizesse o início do trecho. Mas, na sequência, nós licitamos outra vez já ganharam os trechos e já iniciaram a obra. Não tem nada contra o setor privado, pelo contrário. Nós agimos, a bem do serviço público, diante de uma emergência, no caso da 101.

No caso da Transnordestina, o senhor localizou bem, os problemas que a gente tinha eram na área de desapropriação e licença ambiental. Mas falta um, que é também na capacidade do investidor de tomar o financiamento e ter acesso ao recurso. Então, no caso da desapropriação, nós fizemos uma parceria dos três Estados: Piauí, Ceará e Pernambuco, com quem? Com o DNIT. O DNIT transfere, para esses três Estados, a desapropriação, e eles fazem a desapropriação. E, depois, fizemos todo um processo de discussão para equacionar as eventuais questões que havia, entre a Receita Federal e a Previdência, com o tomador do empréstimo, para viabilizar a tomada o mais rápido possível. De modo que hoje, Senador, pelo nosso acompanhamento, nós acreditamos que sai. E, mais do que isso, nós criamos um grupo de acompanhamento, que é integrado pelos Governadores, o que é muito importante. Porque o Governador ajuda o Governo Federal a fazer o acompanhamento e a ver o que é está ainda e o que é que não está. Então, nós achamos que, daqui para adiante, é reconhecida, na última reunião que eu tive com o empreendedor, que licenciamento está ok e que desapropriação está ok.

Então, agora, eu asseguro ao senhor, a não ser que haja algum problema do investidor privado, nós teremos—

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Um atraço maior, o que eu não acredito, pelo que eu ouvi dele mesmo. Na seqüência, eu acho, Senador, que cada Governo tem uma forma de fazer seu planejamento. Eu sei que vocês fizeram o “Brasil em Ação”. Agora, há diferenças entre o “Brasil em Ação” e o PAC. Até porque, Senador, nós fizemos o PAC a partir do conhecimento do Governo Federal a respeito das diferentes obras. Nós não contratamos nenhuma consultoria para fazer o plano. Nós contratamos consultoria para alguns problemas específicos, como é o caso do trem de alta velocidade. Então, eu acho que há algumas diferenças. E eu acho que o PAC, o senhor tem razão, o grande esforço nosso é de executar. O grande esforço nosso foi de superar os gargalos. Eles existiam, nós-- [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, com licença, vou conceder mais cinco minutos a V.Exa.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Uma coisa que a gente pode estender aqui também para o Congresso Nacional. A gente, de quatro em quatro meses, chama a imprensa e presta contas. A gente abre todos os dados do PAC. Não é esse resumo, não. São aqueles dados que entra tudo. Damos alguns exemplos com fichas específicas, até porque é grande. Mas acho

que a proposta do Senador Mercadante, ela é muito correta. Até porque a gente podia pegar segmentos específicos e aprofundar mais e melhor.

No que se refere à Senadora Ideli, eu acho o seguinte, Senadora, nós temos um problema, deixa eu ver aonde é que está... A senhora me perguntou quais são, mais ou menos, o que é obra privada e o que é obra pública. Eu vou dar para senhora uma estimativa. Nós acreditamos que, mais ou menos, eu acho que é algo aqui, no meu registro, está em torno, de privado e público; público, 65, se você considerar empréstimo. Se você não considerar empréstimo, reduz. E privado, 35. Pode ser maior, se você considerar que quem está tomando o empréstimo é que assume o risco, e fizer o seguinte critério: Por exemplo, se for o setor privado, agora, por exemplo, o grupo que ganhou a Usina de Santo Antônio, ele está tomando todo o financiamento dos nove milhões, mais dois milhões do FGTS, do Fundo de Investimento do FGTS. Eu acho que deveria ser catalogado em investimento privado. Agora, todo financiamento da PETROBRAS é investimento público. Todo... Toda a participação de FURNAS, em qualquer Projeto, é investimento público.

Então, não é possível confundir investimento privado com Orçamento-Geral da União. Até porque o peso da PETROBRAS e do sistema ELETROBRÁS no investimento é alto; é bastante significativo. Agora, eu não acho que seja justo só fazer isso porque, em alguns casos, mesmo o investidor privado, é ele que fornece. A PETROBRAS está demandando, por exemplo, 50 bilhões de reais, ou de dólares, mas quem está fazendo a obra é o setor privado. Exemplo: as plataformas. Não é a PETROBRAS, ela não está fazendo como investimento público, mas ela paga. Então, essa categoria, a forma de a gente fazer a classificação, vai implicar numa diferença entre uma coisa e outra.

Então, eu tenho organizado assim: A demanda, o que é a demanda do setor público e o que é investimento privado. Não necessariamente é uma soma, que vai dar 100%. Porque a demanda do setor público é muito maior do que ele faz e executa. Mas, em compensação, também o investimento privado é maior do que é dele exclusivamente.

Então, eu, mais ou menos, combinei isso. Não fecha em 100%, mas dá algo assim. Eu acho que a gente poderia dizer o seguinte: Quase 80% do PAC é demanda pública; é organização de demanda pública. 80... Até um pouco mais. Vou deixar em 80. E acho que o setor privado, no limite, é o grande investidor, porque a PETROBRAS não faz plataforma; a PETROBRAS não faz o gasoduto; quem faz é o setor privado. Ela não faz navio e nem faz hidrelétrica, a ELETROBRÁS. Então, o que tem que perceber é o seguinte: Também

é quase 90% o investimento privado. Porque quem participa é o investido privado.

Bom, a outra questão que também você levantou diz respeito aos investimentos indiretos--

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --O planejamento fez um levantamento e acredita que nós tenhamos um impacto no PIB que varia de 1,5% a dois do PIB, dependendo do estágio em que se acelerar o crescimento. A expectativa de todos os investidores, aí estou falando dos empresários em geral, é que haja um grande avanço da construção civil pesada esse ano, inclusive, uma das discussões que se colocaram para nós é que haverá gargalos de mão-de-obra, por exemplo, em alguns Estados, por quê? A demanda por funcionários vai ser muito grande.

No Estado do Senador Sérgio Guerra, por exemplo, recentemente, ali no estaleiro Atlântico Sul, eu perguntei a eles se estavam treinando mão-de-obra na proporção que estavam, quase 1500 pessoas; eles disseram o seguinte: Não só estavam treinando, como estavam dando até ensino fundamental porque eles queriam—

[soa a campanha]. —

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Ter uma mão-de-obra deles, na medida em que a PETROBRAS ia entrar fazendo a Refinaria Abreu e Lima, e ia ter uma demanda pesadíssima sobre aquela mão-de-obra e eles iam ficar sem mão-de-obra. Então, há, em algumas áreas no Brasil, uma forte disputa por mão-de-obra especializada e de construção civil.

Bom, voltando agora à reserva de petróleo e gás, não dá tempo, não é, Senador? De eu responder reserva de petróleo e gás ou dá?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não, ela está perguntando de Tupi. Ah, não é dele? É do Senador... Não, é da Ideli—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ministra, eu já concedi a V.Exa. 15 minutos para responder. Eu vou conceder mais três minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador, eu abro mão, inclusive, do tempo da minha réplica para poder—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em homenagem ao Piauí, mais cinco minutos, para a Ministra responder--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Senador, inclusive, vou passar à mão do senhor esse livro que é o resumo do PAC no Piauí, que acabou de ficar pronto. Nesse livrinho, Senador, tem o resumo das obras do PAC, lá no Estado do Piauí, que totaliza, até 2010, 9,2 bilhões. Após 2010, 400 milhões. Está aqui distribuído por que, tem a sinalização, como o senhor pode ver, vai ter a listagem de obra a obra. Se tiver alguma dúvida, algum erro que o senhor detecte--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Esse livrinho só tem o Piauí? É só o Piauí que tem esse livrinho?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É só o Piauí?

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Sobre o Piauí. Esse é só o Piauí, Senador. Mas tem sobre todos os Estados. Nós vamos distribuir aqui também sobre os outros Estados.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Gente, nós mandamos a versão inicial. Essa é a melhorada. Ou seja, está na internet também... Suplicy.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Ministra está respondendo. Só um minutinho. Senhora Ministra, a senhora pode concluir. Concluiu?

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Concluí. Acho melhor, Senador, eu passar para o senhor isso porque tem o registro de tudo que está realizado e, se o senhor tiver, por exemplo, alguma discrepância, se o senhor tiver uma informação de que a obra está atrasada, se o senhor tiver uma informação de que a obra não ocorreu, eu agradeceria que o senhor me avisasse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porto Luiz Correia.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, o Porto Luiz Correia não está nos meus dados. Você tem o Porto Luiz Correia? Está aonde? Foi iniciado em 76 e paralisado em 87, tá? Ele custava--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, 76 não. Foi iniciado no Governo Epitácio Pessoa; bem mais atrás—

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Mais atrás, então--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É. Retomado na Revolução, quando o Reis Veloso foi Ministro do Planejamento.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Está bom. Ele foi concedido ao Estado, por 50 anos, no Governo

Sarney, com obrigação de continuar as obras. O Estado licitou, em 92, a subconcessão, mas não realizou a entrega da subconcessão. A empresa vencedora não cumpriu, e o Estado retomou a concessão, em 2007. As obras estão sendo retomadas. A emenda... Tem uma emenda de 11 milhões, para 2007, e outra de 16, para 2008, que pretendemos liberar ambas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu—
[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Eu indago aos Srs. Senadores se--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria fazer só uma observação a respeito do Senador Sarney e do Presidente Sarney. Em nenhum momento, nós dissemos que o Governo do Senador Sarney não investiu, pelo contrário. Inclusive, nós estamos dando sequência a um investimento fundamental no Governo do Presidente Sarney, que foi a Norte-Sul. A Norte-Sul começa no Presidente Sarney. Aliás, o Presidente Lula publicamente, inclusive, Senador, a bem da verdade, se diga, já pediu desculpas públicas para o Presidente Sarney, dizendo o seguinte: “Eu, Lula, fiz uma ação indevida, ao criticar, antes de estar no Governo, a Ferrovia Norte-Sul. E hoje eu reconheço que foi a grande iniciativa do Senador Sarney, então Presidente da República, que é responsável por esse Projeto, que nós, inclusive, para honrar o Presidente Sarney, vamos completar no nosso Governo”. Eu asseguro ao senhor que nós vamos fazer o trecho, que vai levar até Santa Cruz, em São Paulo, a Ferrovia Norte-sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Santa Fé, Ministra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: É Santa Fé, desculpa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu vou conceder agora a palavra aos Senadores para a réplica--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes disso, eu vou conceder, excepcionalmente, a palavra, pela ordem, ao Senador Valter Pereira, por um minuto, em respeito e consideração a ele.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pelo andar da carruagem, nós percebemos que esta Sessão não vai se completar, dado que nós

já estamos... Já são 14h43, e é grande o número de oradores inscritos.

Eu gostaria de sugerir a V.Exa., dado o sucesso que fez a Ministra nesta sua participação nesta Comissão, que prorrogue esta Sessão para a próxima, ou seja, que se convoque uma outra Sessão, com a participação dela, a fim de que todos que estão inscritos e que têm algumas dúvidas para serem sanadas, e existem muitas, existem dúvidas, por exemplo, com relação ao PPA, com relação ao orçamento—

[soa a campainha].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --E a conexão com o PAC, e gostaria de sugerir que V.Exa. convocasse para uma outra Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos tratar esse assunto assim que nós estivermos concluindo essa Audiência Pública. Com a palavra, por dois minutos, o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ministra, uma apreciação muito rápida. Primeiro, para ponderar sobre o que disse a Senadora Ideli, planejamento de longo prazo; impossível produzir um planejamento de longo prazo conseqüente no Brasil, com padrão de orçamento que está aí. Não dá. Com esse orçamento, que vem do Executivo e que é deformado no Congresso, as coisas não vão para frente, como deveriam ir. Segundo, questão de... A questão dos recursos. É muito importante o compartilhamento, e as medidas foram tomadas no sentido de ampliar a capacidade de investimento, mobilizando agentes privados e financiamentos, contornando dificuldades que precisam ser contornadas, e daí para frente. Mas é importante que a sociedade tenha conhecimento de qual é o tamanho do dispêndio público. Tal programa, que custa oito bilhões, quatro, três bilhões, tem 500 milhões do Governo Federal, um bilhão do Governo Federal, três bilhões do Governo Federal, tem tantos bilhões de financiamento... Para que o número todo não pareça a todos como realização do Governo Federal, o que, de fato, não é. Não estou dizendo que isso desautoriza ou diminua o Governo Federal, mas esclarece melhor os fatos.

Terceiro, a questão do... Da BR-101, é claro que houve essa questão--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Queria pedir, mais uma vez, o silêncio. O silêncio da assistência, sob pena de suspender a audiência. Asseguro a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A senhora disse [interrupção no áudio] num determinado momento, empresas entraram—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais um minuto, Senador—

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --Para brigar em torno daquela obra. Mas o fato é que, durante três anos, não houve obra nenhuma. Essa confusão removeu, criou um impasse de mais de três anos na execução de uma obra, e há uma coisa que eu gostaria de—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu acho que a ambição do PAC, que eu saúdo, ele tem que estar compatível com tempos asiáticos e não tempos brasileiros. Não vamos avançar como devemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A questão... Então, no caso da 101, concordo com que a Ministra explicou, a questão da 101 houve atraso efetivo por falta de solução administrativa. E eu quero elogiar, houve uma mudança para melhor no DNIT e no Ministério dos Transportes. O Primeiro-Ministro e o Primeiro-DNIT não avançaram muita coisa com nada que eu tenha notícia. Outro fato relevante é que o negócio lá da Transnordestina, aquilo é um Projeto que eu acompanhei desde o primeiro momento, desde o Governo Miguel Arraes, do segundo Governo Miguel Arraes e do primeiro também. Há um Projeto novo, que é muito melhor do que o Projeto antigo; há uma expectativa—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --De que o Projeto se consume; essa questão das desapropriações tem impedido a consumação do Projeto; a questão das licenças ambientais também. Medidas foram tomadas para isso ser... Para esse problema ser reduzido. Mas não está reduzido ainda, especialmente no que se refere a desapropriações e medidas de caráter ambiental, que são, por natureza, demoradas.

No mais, uma rápida pergunta, uma rápida ponderação sobre a questão desse impasse com o chamado dossiê. A nossa sugestão, que eu falei à Ministra é que essa agenda—

[soa a campanha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --Não é a agenda do país e nem a agenda que deveria estar vigendo. Mas só uma maneira dela ficar clara para todos, para nós, para o Governo, para a Ministra, para todos nós. É que os dados relativos ao gasto de cartões corporativos do Governo do Presidente Lula sejam

efetivamente vistos e que separados desses dados estejam aqueles que sejam, por consenso e obviedade, de caráter evidentemente vinculado à segurança do Presidente e do Governo. Fora disso, estamos entupidos aqui na Comissão, que nos leva ao Congresso lá para baixo, não temos solução visível e remanesce essa discussão, que não é uma discussão que construa. É uma discussão que não serve a nenhuma das forças políticas brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, pelo tempo de três minutos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ministra Dilma, eu fico, em nome do Piauí, muito gratificado pela deferência que a senhora teve, de trazer somente o Estado do Piauí aqui. Embora nós não tenhamos nada de concreto--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu trouxe os outros também, Senador, desculpe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem os outros também? Que pena. Sabia que o Piauí não mereceria tanto. Mas, de qualquer maneira, Ministra, não temos o que comemorar ainda. Esperamos poder fazê-lo um dia.

Eu não gostaria de falar dessa questão de dossiê, dessa questão de cartão corporativo, mas os fatos nos remetem a isso. Ocorre, Ministra, existem fatos que, por exemplo, me entristeceram. A maneira rápida como o Governo se livrou da Ministra Matilde e não apurou determinadas denúncias muito mais graves. Ministra Dilma, uma coluna, chamada Ucho, vou passar para senhora, em fevereiro, denunciou a compra de um relógio Cartier numa loja em Nova York, com cartão corporativo, no valor de 16 mil dólares. E um outro, na Suíça. Ora, essa denúncia foi feita, se ela é mentirosa, o jornalista, o jornal, teriam que ter sido processados. O silêncio, Ministra Dilma, isso foi discutido aqui no Senado, talvez, que não tenham levado à senhora esses fatos, o que é um erro porque isso foi denunciado aqui. Eu acho gravíssimo porque, se for verdade, Ministra, a questão do cartão corporativo passa a ter uma outra dimensão. Eu vou lhe passar. Eu tenho a impressão que V.Exa. não sabe dessa notícia. É uma notícia que pode ser mentirosa--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito, quem comprou? A Ministra tem dúvida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não diz quem comprou, mas dá o nome do cartão, dá a nota, dá os dados da viagem, eu lhe passo a nota. Eu acho que merece uma investigação e merece uma resposta do Governo, da Casa Civil que V.Exa. comanda.

Segundo lugar, a minha preocupação com o PAC é que acho que ele é um instrumento importante para o Governo, para o Estado, esse Governo e os que virão. E eu tenho medo que o PAC se transforme num Vakamoto. A senhora é muito nova e não se lembra do Vakamoto. Na década de 50, os japoneses lançaram no Brasil um remédio que era anunciado com aquelas lanterninhas. E esse remédio era anunciado para prisão de ventre, para diarreia, dor de cabeça, para todos os males. As prateleiras do Brasil—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais um minuto para concluir, Sr. Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

--Ficaram cheias do Vakamoto. Seis meses depois... O Cafeteira está sorrindo porque é da época do Vakamoto. Seis meses depois, os estoques envelheceram, não foram renovados, e viram que o remédio, na realidade, não servia para nada.

O que eu acho, Sra. Ministra, é que está se usando indevidamente o nome do PAC. Todo Governador que quer fazer média no Estado diz: "Cheguei de Brasília e tem dinheiro do PAC". Mistura PAC com o que não tem nada a ver com PAC. E talvez seja a má impressão que está se deixando no Brasil inteiro com relação ao PAC, venha, até concordo, por conta disso. Eu acho que o PAC tem que ser um programa do Governo Federal, com Estados e Municípios, mas está se usando dinheiro do orçamento para bancar no PAC. Por exemplo, a sua assessoria está um pouco desinformada com relação ao Porto de Luiz Correia. Eu pediria a eles que se informassem um pouquinho melhor. O destrato foi feito por Decreto. A gente que combateu tanto aqui o período ditatorial e evocou a democracia, não se desfaz um contrato civil por Decreto. Ou se desfaz na justiça ou por acordo nas partes. E a parte privada não foi procurada ainda.

Então, essa história de dizer que as obras vão ser começadas agora, é balela. Por outro lado, onde é que está o Projeto de reforma do porto? Diminuíram o tamanho, diminuíram o objeto do porto. A concorrência, quando vai ser feita? Será que tudo isso está sendo feito e nós, piauienses, não estamos sabendo? A melhor surpresa que tive hoje, Ministra, foi receber da senhora esse programa. Seria melhor que, como Senador da República, tivesse recebido no Estado do Piauí. Muito obrigado.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra à Sra. Ministra, pelo tempo de cinco minutos, informando que a Senadora Ideli Salvatti vai ceder seu tempo para que a Ministra possa adicioná-lo ao tempo para a tréplica,

pelo tempo de seis minutos, então, com a palavra a Sra. Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria dizer primeiro ao Senador que a minha avaliação não é que o PAC tem má impressão nos Estados. Pelo contrário, eu estive recentemente em vários Estados, Senador, e a impressão é muito boa. Até houve, Senador, uma observação que eu achei muito importante. Foi em Pernambuco essa observação que dizia o seguinte: No passado, se pegava o dinheiro e colocava em várias obras. Acho que a característica marcante do PAC é que nós procuramos as obras mais importantes, mais significativas para cada Estado e as fizemos. Então, queria primeiro deixar isso registrado.

Segundo, eu queria dizer o seguinte. Sabe por que é que, durante, ao longo de primeiros anos de Governo, nós não fizemos muitas obras? Porque nós estávamos num grande esforço, e eu lembro que, e os senhores devem lembrar disso também, eu lembro que nós tínhamos obstáculos incríveis no que se refere ao orçamento, por quê? Porque tinha um contingenciamento pesadíssimo. Em alguns momentos, nós chegamos até a 4.7% de superávit primário. Então, de fato, o senhor tem razão, no início do Governo, nós tivemos um desempenho em investimento muito menor, tanto na área de rodovias quanto em todas as áreas de Governo. Eu lembro que o saneamento também era bastante precário, vigia ainda o que o Presidente Lula falou de a "fila burra".

Mas, Senador, eu acho que o grande trabalho que foi realizado foi que, nesses três primeiros anos, de 2003 a 2005, nós conseguimos atingir uma situação de estabilidade macroeconômica que permitiu que a gente fizesse o PAC e, com bastante cuidado, se o senhor lembrar, já começando a elaborar ele, em 2006, mas, de fato, implantando em 2007, conseguimos elaborar o PAC, considerando que a gente ia manter a estabilidade macroeconômica, o controle da inflação, a política de robustez no cenário externo, de garantia que o país não teria mais fragilidade no cenário externo e também a questão do superávit primário.

Eu acredito, Senador, que o nível de eficiência do Governo, e não só do nosso, mas dos Governos que vão nos seguir, ele será muito maior. Porque eu tenho certeza que aquela política de *stop and go*, ou seja, pára e anda, pára e anda, ou que alguns apelidaram corretamente do vôo da galinha, parou. E nós agora entramos numa fase de crescimento sustentável. E, aí, eu queria dizer o seguinte: O PAC, ele é isso. Ele é aceleração do crescimento. Nós julgamos que nós já tínhamos condições de estabilidade para fazer o PIB crescer a taxas aceleradas. E aí localizamos uma série de entraves ao crescimento e fomos

buscar solucioná-los para manter o crescimento do país num determinado patamar. Então, isso explica, o senhor tem razão, que, durante três anos, algumas coisas tenham andado de forma muito lenta ainda no Governo. Mas essa aceleração é o reconhecimento, nesse... Do Governo Lula, que nós fizemos a nossa parte, o nosso dever de casa, e começamos agora a acelerar o crescimento econômico e a distribuir renda de forma cada vez mais acentuada.

De outro lado, eu queria lembrar que a Ministra Matilde, ela pediu seu afastamento. Não foi o Governo Federal que a afastou. E gostaria também de dizer o seguinte, do meu ponto de vista, de um determinado aspecto, os gastos da Ministra Matilde não têm grandes discrepâncias. Até porque, eu não sei se o senhor sabe, que todos os gastos de transportes de Ministros, em todos os períodos até, se não me engano, final de 2005, foram objeto de contratação por suprimento de fundos. Só em 2005 que nós modificamos esse critério, a partir de uma avaliação do Tribunal de Contas, que nós acatamos.

Outra coisa também, que eu queria finalizar, é dizer o seguinte: O banco de dados que nós fizemos, e sempre isso foi insistido, nós não podemos aceitar que fizemos outras coisas porque fizemos um banco de dados. Para vocês terem uma idéia, na época da divulgação dos extratos, os fragmentos pela Folha e pela Veja, nós já tínhamos 13 mil lançamentos. Então, tinha 13 mil lançamentos. Não era mil; eram 13 mil e hoje tem mais de 20 mil no período em questão.

Quando a gente fala que fez um banco de dados, eu queria dizer o seguinte: Não é uma discussão... É uma discussão sobre nome ou sobre palavras. Um banco de dados é algo com um volume de informações bastante diferente de qualquer outro recurso.

Então, hoje existe um banco de dados, eu quero dizer aos senhores que a CPI recebeu extratos desse banco de dados, que são passíveis de ser informados, no período. E eu queria adiantar mais uma coisa: A bem da verdade, se diga, eu não vejo nenhum problema em divulgação, a partir de um determinado momento, dos dados que antes são considerados sigilosos. Eu acho que também vai ser um aprimoramento nosso procurar divulgá-los. Eu acho que isso não depende só de mim porque a questão do sigilo ou não é afeta ao Gabinete de Segurança Institucional, mas eu defendo que, com a passagem do tempo, ao não comprometer mais a segurança, eles sejam divulgados. Até para ser objeto de escrutínio público.

O fato de a gente preservá-los não impede, um, que, durante eles serem realizados, o Tribunal de Contas os investigue. E, dois, considerando um determinado período, que aí não vou avaliar qual seja, depende

de outra Secretaria, de outro Ministério, de outro Ministro, eu acho que ele deve ser tornado público, sim, até porque o Presidente disse que no primeiro ano, o primeiro dia depois que ele sair, ele torna o dele inteiramente público.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço à Ministra e passo a palavra à Senadora Kátia Abreu. Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu pelo tempo de cinco minutos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sra. Ministra, prazer em recebê-la. Ministra, eu sei que a senhora é Ministra e a minha formação é psicóloga. Tento, todos os dias, entender um pouco da economia do meu país como obrigação parlamentar. Mas eu sinto que o PAC, Ministra, e o comportamento do Governo, de um modo geral, eu quero aqui me ater à questão do PAC, tem muito uma compulsão oral nesse Governo, fortíssima, que é característica de uma época muito primária da criança, por exemplo, que tem até dois, três anos de idade, que depois dessa compulsão oral, vai amadurecendo e passa para a prática, para a ação. Então, essa compulsão oral, ela repete para si, como se quisesse convencer a si mesmo de alguma coisa, depois repete para convencer a terceiros. A compulsão do início do Governo era Fome Zero, Fome Zero, Fome Zero. Depois a compulsão passou a ser Bolsa Família, Bolsa Família, Bolsa Família. Agora é PAC, PAC, PAC... O tempo inteiro. Só falta mesmo, Ministra, desculpe a brincadeira, não é uma ironia, mas falta o PAC apenas da diversão.

Então, essa voracidade, Ministra, é como se estivesse devorando com palavras os assuntos, o poder, o que é dos outros, a vida dos outros, os dados sobre os outros... E eu acho que essa voracidade, ela tem que ser mais transformada em ações concretas que o país precisa. Não dá mais para o Brasil continuar nessa compulsão oral. Nós precisamos da vida real. Eu estou dizendo especificamente com relação às obras do PAC.

O que precisa ficar muito claro, Sra. Ministra, e aqui um Senador da base ou Senadora, não lembro, fez questão de explicar com muita veracidade, nós temos os recursos, os recursos da União... Sr. Presidente, eu gostaria de pedir silêncio. Senão eu não consigo raciocinar, por favor, meu raciocínio é meio lento—

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência solicita silêncio à assistência.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Nós temos os recursos privados, da ordem de 216 bilhões, das estatais, 209; 67 da OGU. O que é que eu gostaria de

aqui pontuar? Não estou dizendo que tem nada errado nisso. Eu só quero demonstrar ao Brasil--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Senadora, a senhora poderia repetir?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu quero meu tempo um pouquinho a mais. Os recursos do PAC são 67 bilhões do OGU, em quatro anos, 219... Isso aqui eu peguei no site, tá Ministra? Do Ministério do Planejamento. 219 das estatais e, do setor, privado 216. Não tem nada errado nessa configuração. Está perfeita. O que nós não podemos fazer, é com a compulsão oral, tentar demonstrar ao Brasil que 500 e tantos bilhões de reais são novinhos em folha, que começaram em primeiro de janeiro de 2007 ou no dia em que foi inaugurado o PAC. Esse engodo é que nós não podemos deixar... Talvez não tenha sido a intenção de V.Exa., tenho certeza absoluta, sei que a senhora é uma pessoa honesta e tem uma história bastante interessante, mas é o que está ficando na cabeça das pessoas, tamanha a repetição da compulsão oral de falar desse PAC como se ele tivesse parido há nove meses atrás. Como se 500 e tantos bi tivessem nascido há pouco tempo atrás, e isso não é verdade.

Ministra, a parte que é do Governo, ela está mal executada. Então, a senhora tinha, o ano passado, o Governo tinha, ano passado, 16 bilhões para gastar e conseguiu gastar apenas 28%. E restos a pagar, que, na realidade, não é “restos a pagar”, é “restos a fazer”. E a senhora, agora há pouco, ainda criticou a questão do atraso da execução orçamentária deste ano, que está em 77 milhões. Para mim, Ministra, a senhora me desculpa, não interessa o empenhado. Nós, Parlamentares, estamos cheios de Emendas individuais empenhadas, que jamais poderão ser pagas—

[soa a campainha].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, o que interessa ao Brasil é o dinheiro que foi pago, o que foi realizado, e agora estamos no quinto mês do ano, mês de maio, sexto mês do ano, e só foram gastos 17 bilhões de reais, nós gastamos apenas 77 milhões de reais, com uma situação pífia. Tudo bem. O Orçamento foi atrasado, mas não responsabilize o Congresso Nacional. Responsabilize, mais uma vez, a compulsão oral de devorar o poder, da certeza que ia aprovar a CPMF. E não fizeram o plano B. Então, não responsabilize. Todos vocês sabiam que a CPMF acabava dia 31 de dezembro. Imaginaram, por excesso de ousadia, que a CPMF ia continuar e não fizeram o plano B.

Mas, Ministra, o que interessa, na realidade, a senhora é economista e eu, repito, eu sou leiga, totalmente leiga. A senhora sabe que o termômetro de um país é o PIB. O PIB é que regula tudo em qualquer país

do mundo, com nomes diferentes, em vários países. E o que interessa para nós, do Brasil, são os investimentos do Governo, deste Governo, e dos demais Governos em proporção do PIB. Ou me corrija, que a senhora é economista, e eu não sou. Isso é que é a vida real. É o termômetro que você põe na criança e sabe que ela está com febre de 39, 39,5 ou 40. E em proporção do PIB, Governo anterior, primeiro mandato do Governo anterior, gastou 0.8% em investimentos em proporção do PIB. Segundo mandato do Governo anterior, 0.9 do PIB. Primeiro mandato deste Governo, 0.6 do PIB. E agora, em 2007, no primeiro ano do segundo Governo deste atual Governo, 0.9% do PIB.

Não vejo vantagem, Ministra. Não vejo vantagem em valores e números, porque eu, o pouquinho que aprendi de economia com o episódio da CPMF, eu fixe bastante, por ordem dos economistas, que o que vale, na realidade, é o tal do PIB. Tudo tem que ser em função dele. Um exemplo é o PAC da EMBRAPA. O PAC da EMBRAPA não alterou nada em nossa vida. Eu tenho o maior interesse absoluto—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora, para concluir.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Interesse absoluto no PAC da EMBRAPA. Um... Continua 1% de investimento em proporção do PIB em pesquisas. Qual foi a novidade do PAC da EMBRAPA? Por favor, me explique. Não tem absolutamente nenhuma novidade e nenhuma alteração financeira.

Com relação aos investimentos privados, tem que ficar muito claro aqui que eles foram recolhidos e incluídos no PAC, através dos financiamentos do BNDES. Eu não consegui achar os investimentos privados do PAC. Claro, é sigilo. Eu não posso abrir as contas do BNDES e ver quem tomou o quê.

Então vocês foram, vocês têm condições de fazer isso, foram no BNDES, pegou nome, CPF, o que cada um está fazendo e incluiu no PAC. Esses cidadãos, Ministra, sinceramente, eles fariam suas obras, tomariam dinheiro emprestado, de acordo com suas garantias pessoais, e não pela vontade de Governo. Porque, se for lá um empresário que não tem garantia pra poder colocar no BNDES, não leva dinheiro de PAC, nem de PEC, nem de nada. Então, esses investimentos privados, eles são retirados do BNDES.

E quero aqui colocar que não houve nenhuma novidade, do ano de 2000 até 2007, eu quero informar a V.Exa., Sra. Ministra, que a variação do... O aumento dos empréstimos do BNDES variou 20% desde o ano 2000. Então, não tem novidade nenhuma com relação ao PAC nos recursos do BNDES para a iniciativa privada. Tem uma pequena diferença, concordo com a senhora. Os incentivos fiscais e também o juro de

2% a menos. Mas a garantia é a mesma e os volumes de recursos são exatamente crescentes. Por que é que nesse ano deu mais no BNDES? Deu 26% em 2007? Porque, no ano de 2006, vocês só aumentaram os empréstimos do BNDES em 9,2, relacionados a 2005. Mas, desde 2000, os empréstimos ficaram nessa proporção.

Com relação às estatais... Com relação às estatais, eu quero me fixar apenas em uma. Estatais... Está destinado, segundo o site do Ministério, 219 bilhões de reais para as estatais.

[soa a campanha].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Se a senhora pegar o que está indicado no PAC com relação à PETROBRAS, é exatamente, Ministra, o programa da PETROBRAS, de 2005 e 2006. Todas elas, que já eram programas naturais da PETROBRAS, que eu posso aqui repetir para senhora, que a senhora conhece muito mais do que eu, com a competência que tem, que é a plataforma P-54, P-52, P-51, P-53, do ano de 2005, da PETROBRAS. Isso está incluído no PAC. Não tem problema. A senhora resolveu pegar esses recursos e dar um nome a eles. Nós só temos é que esclarecer—

[soa a campanha].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --À sociedade que não tem dinheiro novo. Que dinheiro de estatal programado já estava, claro, já colocado como um gasto natural--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar, Sra. Senadora, por favor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para encerrar, Sr. Presidente. Estou aproveitando o horário que o Senador Mário Couto não usou, ele, se puder, e transferir para mim—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas a senhora já ultrapassou todos os limites.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Outra coisa, Sr. Presidente, importante que se diga, não é uma crítica forte ao PAC, colocando defeito em todo ele. É apenas esclarecendo à sociedade o que é o PAC. É apenas um esclarecimento da verdade. Tenho aqui obras, no meu Estado do Tocantins, que estão colocadas ao PAC, que o Presidente foi lá inaugurar como se o Presidente tivesse feito ela toda, e ela começou em 2000, Presidente. Eu fui lançar a pedra fundamental em Dianópolis, no PROPERTINS de Dianópolis. Não tem importância, aplaudo o Presidente por continuar a obra do Governo anterior. Isso é coisa de inteligente. Mas não pirateie. Não pirateie a origem da obra porque ela foi incluída para ser acelerada. Nunca faltou

um centavo nessa obra. Todos os anos, teve recursos nessas obras. Do mesmo jeito, o Projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O tempo de V.Exa. está esgotado, Sra. Senadora. Depois, haverá tempo para a tréplica e eu passarei a—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --A réplica? Obrigado. Com a palavra, o ilustre Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão, pelo tempo de cinco minutos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Ministra Dilma, Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado, Senadores e Senadoras, lideranças, eu vou ser bastante rápido, aqui na... Nos meus questionamentos, mas, primeiro, registrar aqui as virtudes do PAC. É um programa que não só planeja, atua e controla. Acho isso absolutamente fundamental. Não é só Programa de Aceleração do Crescimento. É um programa de planejamento, de ação e de controle, o que é fundamental para qualquer país.

Outra coisa que é importante também, Ministra Dilma, é que cuida não só daquelas obras ditas estruturantes, mas cuida também dos Estados e dos Municípios. Um dos grandes méritos do PAC é principalmente olhar o Município. E dois temas que são muito importantes para a sociedade como um todo: casa, habitação e saneamento. Num momento em que a saúde enfrenta tantas dificuldades, investimentos em saneamento são fundamentais. Para cada um real investido em saneamento, nós vamos economizar de quatro a cinco em saúde. Então, isso é muito importante.

E eu gostaria de registrar, Ministra Dilma, que, com relação ao meu Estado, Mato Grosso do Sul, o Programa de Aceleração do Crescimento tem funcionado bem. Em Campo Grande, em Dourados e na minha cidade, Corumbá. Além dos pequenos Municípios, onde, como nunca ocorreu em outras situações, esses Municípios têm sido aquinhoados, principalmente com o PAC-FUNASA, investindo em abastecimento d'água, investindo em saneamento.

Se os Projetos caminham bem, o Programa de Aceleração do Crescimento também anda, e responde na velocidade adequada. Portanto, eu não poderia deixar de fazer esse registro, e Ministra Dilma, enfatizar uma questão aqui talvez pouco abordada. E, no meu ponto de vista, de fundamental importância: Em alguns Estados brasileiros, nós temos dificuldades grandes com relação à qualificação de mão-de-obra. Em Mato Grosso do Sul, especialmente, está faltando até aramador nas obras. Sem falar em profissionais

na área de elétrica, de mecânica, de edificação e, assim por diante. Portanto, é um grande desafio, para todos nós, a questão da qualificação e capacitação de mão-de-obra.

Mas, Sra. Ministra, eu vou agora, sem mais delongas, só entrar na questão dos Projetos estruturantes, *vis à vis* com o meio ambiente. O Requerimento do Senador Flexa solicitava também um debate com a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente. Eu tenho acompanhado os grandes Projetos nacionais, estruturantes, Ministra, e não tenho percebido uma compatibilização na velocidade que o PAC exige, principalmente na questão dos licenciamentos ambientais. Agora, e uma das razões também dessa audiência, é o Projeto de Belo Monte, e V.Exa. citou muito bem as questões de caráter judicial, mas, Belo Monte tem uma restrição—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria à assistência... Nós estamos tendo ali verdadeiras chacrinhas. Eu pediria atenção e respeito ao Senador que está na tribuna. Aliás, que está fazendo uso da palavra, Senador Delcídio Amaral. São todos da assistência, pessoas educadas, com certeza, vão atender a esse apelo. Asseguro a palavra a V.Exa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --E, Sra. Ministra, no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, eu, que vivi muitos anos no Pará, existem restrições inclusive no que se refere a comunidades indígenas. E eu gostaria de saber como é que o Governo encara a questão... A solução desse problema, uma vez que Belo Monte é uma usina de cinco mil megawatts e, portanto, uma usina fundamental para a integração energética e para a otimização do sistema elétrico brasileiro. Talvez, um Decreto Legislativo, caracterizando como estruturante.

O segundo ponto, Ministra Dilma, a questão dos gasodutos. Eu não vou falar aqui de... Eu ia falar de Tupi, mas muitos Senadores e Senadoras já questionaram. Mas, especificamente, à malha de gasodutos, perguntar a V.Exa. se os investimentos da PETROBRAS em produção de gás na Bolívia, eles vão propiciar um aumento do despacho de gás de volumes adicionais de gás natural para o Brasil, uma vez que as estações de compressão, ao longo do gasoduto, permitem um despacho acima, pelo menos é o que me consta de 30 milhões de metros cúbicos/dia, que estão contratados com a Bolívia.

V.Exa. foi muito clara, quando falou dessa otimização energética, o despacho das usinas termelétricas, a gás natural, a óleo, a carvão, e o efeito nos reservatórios. Eu queria repetir, mais uma vez, essa pergunta

foi feita aqui, Angra III e o Programa Nuclear Brasileiro e quando, efetivamente, a usina de Angra III começa, e a previsão de quando termina, porque é uma usina estratégica; eu defendo Angra III porque é irmã de Angra II e Angra II tem um desempenho espetacular, sob o ponto de vista operacional.

E, Sra. Ministra, eu ouvi, aqui nas exposições, a questão ferroviária. E gostaria até de ouvir um pouco mais sobre a FERROESTE, esta integração do Paraná com o meu Estado o Mato Grosso do Sul, chegando a Maracaju. E aproveitar, Ministra, uma vez que o meu Estado, eu vi aqui nos desenhos, aqui nos mapas, a questão da Norte-Sul, a integração com a FERRONORTE; o meu Estado... E o Estado de Mato Grosso tem um benefício absoluto e direto desses investimentos.

E pedir, minha cara Ministra Dilma, um carinho especial, principalmente das agências reguladoras, com relação à Novo Oeste. Eu não ouvi nenhuma fala sobre a Novo Oeste. A Novo Oeste é estratégica para Mato Grosso do Sul, estratégica para integração com os países vizinhos e com a Bolívia, com a bioceânica; é uma outra alternativa. E a Novo Oeste teria um papel fundamental para a região centro-oeste, desembocando a produção do nosso Estado em São Paulo, provavelmente no porto Brasil, que se planeja instalar lá perto de Iguape, em São Paulo.

E, por último, Ministra, o “Luz para Todos”, que eu quero registrar aqui, um dos programas sociais, um dos programas do Governo mais importantes—

[soa a campanha].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --Ao longo desses anos todos. Eu estou concluindo, Sr. Presidente. O “Luz para Todos” vai agora para sua terceira etapa. Os contratos estão sendo assinados.

E eu quero registrar, Ministra, que algumas regiões do país têm dificuldades. E aqui eu quero citar especificamente o pantanal sul-mato-grossense e o pantanal de Mato Grosso. Nós não podemos igualar aos custos, por quilômetro investido, de outros Estados brasileiros. Portanto, nós precisamos ter um tratamento específico, em função de uma situação absolutamente diferente, que norteia principalmente a região pantaneira dos dois Mato Grossos, e eu gostaria que V.Exa. também—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar, Senador--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --Pudesse... Se pudesse abordar esse assunto, é muito importante para o nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado, Senador Delcídio. Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo. Logo após, a Senadora Serys.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sra. Ministra, eu vou abordar novamente alguns dados trazidos pelo Senador Eliseu Resende, em relação à prioridade para o transporte urbano nas grandes cidades brasileiras e a queda no investimento em infraestrutura. O Ministro Eliseu Resende falou aqui em 2% na década de 70, e nós estamos hoje muito abaixo que isso, abaixo de 1%.

É evidente que o Brasil vive um bom momento, do ponto de vista econômico, isso traz um bom clima, mas, por outro lado, se nós formos olhar, eu vejo aqui a Argentina, cresceu 8,5; Venezuela, 8,4; Peru 8,3, Uruguai, 7,25; Colômbia, 6,6; Chile, 5,8, aí vem o Brasil, com 5,12, e o México, com 3,1. Ou seja, cresceu, foi bom, mas para crescer mais do que isso, para crescer como nossos vizinhos, não estou nem falando de Índia ou China, nós precisamos que o PAC desempaque realmente, Ministra. E eu não sinto muita certeza disso. Eu vejo que os contratos já assinados estão muito lentos na sua execução e, se nós não tivermos realmente um investimento muito grande nos metrô, nos portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, nós não vamos conseguir crescer mais do que isso que crescemos.

Aí é que eu insisto na questão do transporte urbano, perguntando o que aconteceu com as PPPs. Nós aprovamos as PPPs há quatro anos já aqui no Congresso e não se tem notícia de nenhuma PPP que tenha sido já definida e lançada em licitação.

A questão só do pedágio, Ministra, eu queria só fazer... Permite-me fazer só uma... Um reparo, são comparações indevidas. O pedágio antigo, ele tratava de pagamento de financiamentos, tratava de financiamento de outras estradas... E esse pedágio agora tratou apenas da manutenção. Eu pego o exemplo da Fernão Dias; a Fernão Dias, o contrato original dela, e eu participei dele, como Governador, o contrato original da Fernão Dias previa o pagamento do financiamento da Fernão Dias por quem usasse a rodovia. Agora não, o financiamento está sendo pago por toda a população, e não por quem usa. Porque o pedágio é apenas para a manutenção, não é para quitar o financiamento tomado para construir a rodovia, que está pronta. Então, existe, eu sei que... Felizmente é bom que tenha baixado o pedágio, mas tem que se fazer sempre essa separação entre os dois métodos.

No caso da BR-040 também, eu estou acompanhando isso de muito perto, há muito tempo, a rodovia que liga o Rio a Brasília, olha, as desapropriações não foram pagas desde agosto de 2007. As obras estão quase paradas porque o Governo não consegue pagar sequer a desapropriação. Então, tem dinheiro? Tem. Mas essa obra que estou acompanhando há muito tempo, ela não está com nenhum trecho pronto ainda

não. E o trecho que o Ministro Eliseu colocou aqui, próximo a Belo Horizonte, com destino a Juiz de Fora, está caótico realmente, em termos de manutenção. O resto é duplicação.

O Senador Mercadante lembrou bem aqui a questão da infra-estrutura virtual, o Projeto de banda larga nas escolas, isso é muito importante que nós tenhamos, realmente, um acompanhamento desse Projeto rapidamente.

Agora, a questão do... Eu não vou nem entrar na questão de Minas Gerais, nosso Estado, mas eu não gostei dos números que estão aqui não. Achei que, sendo a segunda população do país, não... O percentual nosso não está bom, não. E, finalmente, Ministra, teria só uma questão aqui, essa já não é do PAC, é só uma questão que foi colocada aqui que, se V.Exa. tem conhecimento de que, até a presente data, uma parte significativa dos documentos solicitados ao Governo Federal e aprovados pela CPMI ainda não foram encaminhados à Comissão. E se pode afirmar que não houve, com relação a esses documentos faltantes, qualquer ação deliberada de membros do Governo Federal, no sentido de sonegar informações. Não as de V.Exa., evidente. E se, por consequência, V.Exa. pode afirmar que o Governo Federal não omitiu qualquer informação dentre aquelas já encaminhadas pelos Ministérios e pelo Banco do Brasil à CPMI.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko, por cinco minutos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nossa Ministra Dilma Rousseff. Eu vou fazer algumas colocações, mas eu gostaria, Ministra, de iniciar, dizendo que a senhora orgulha muito as mulheres brasileiras, que, com certeza, as mulheres de nosso país sentem o maior orgulho de ter uma Ministra da sua envergadura e com seus predicados.

SR. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Obrigada.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ministra, primeiramente, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, sua ida, juntamente com o Presidente Lula, lá na nossa querida Cuiabá, no ano passado. E dizer que, em função desta ida, agora, Ministra, no dia 18 de abril deste ano, foram assinados contratos da ordem de 240 milhões, entre a Prefeitura de Cuiabá, cinco consórcios e duas empreiteiras, que passam os próximos dias a executar as obras do PAC na capital do Estado. Com as obras de Cuiabá, Cuiabá terá, nos próximos anos, 100% de água tratada, de água captada e tratada; 100% do esgoto coletado, tratado e devolvido ao Rio Cuiabá, além de obras de infra-estrutura e urbanização de favelas.

Ministra, a nossa capital é uma capital antiga, de 300 anos, e que a maior dificuldade era saneamento básico e água tratada. E o problema está resolvido. Os contratos estão assinados e as obras já estão iniciadas. Serão aplicados, em Mato Grosso, recursos substanciais do PAC, sendo 238 milhões para Cuiabá; 158 milhões para Várzea Grande; 127 milhões para Rondonópolis. As cidades se enquadram na primeira etapa do PAC, voltada a Municípios com população superior a 150 mil habitantes.

Sra. Ministra, o Prefeito de Cuiabá, Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, emocionado, a senhora deve se lembrar, ele agradeceu, dizendo, entre aspas, palavra do Prefeito de Cuiabá, quando a senhora lá esteve junto com o Presidente Lula: “Em nome do PSDB, quero dizer que o Sr. Presidente Lula e Ministra Dilma Rousseff... Presidente Lula é o Presidente que mais trouxe dinheiro na história de 300 anos de Cuiabá”. São palavras do Prefeito Wilson Santos, do PSDB.

[risos].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Com certeza, Senador Tasso Jereissati, o senhor está certo. Agora ainda, Sra. Ministra, há questão de 10 dias atrás, o Presidente Lula, em meio às comemorações dos 35 anos da EMBRAPA, anunciou a criação do Centro de Pesquisas da EMBRAPA, em Mato Grosso. Um centro, onde teremos pesquisas próprias, voltadas para o Estado, de acordo com a nossa realidade, barateando custos, impulsionando nossa produção, ampliando a rentabilidade de nossos negócios, melhorando o padrão de nossas lavouras, de nossas criações, e garantindo, certamente, rendimentos mais expressivos a nossos produtores rurais.

Ministra Dilma, o PAC para Mato Grosso está sendo decisivo, determinante para a qualidade de vida da população, tanto na parte de saneamento básico quanto de habitação popular. Nós tínhamos, como eu já disse aqui, Cuiabá, nossa capital, uma cidade antiga, com dificuldade de saneamento básico; Várzea Grande não tinha 10% de saneamento básico. Vai ter 100% e as obras já estão licitadas. Então, ele é uma realidade concreta. Ele está acontecendo concretamente em Mato Grosso.

Eu queria só dar ênfase, Ministra, a realmente o sucesso que, no meu Estado de Mato Grosso, está sendo o PAC. Parabéns à senhora e ao Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Ministra. Muito bem, Ministra. Eu começo, pegando a fala de alguém que se referiu à justa autocrítica do Presidente em relação ao Presidente Sarney que, na verdade, foi o artífice, a partir da campanha de Tancre-

do Neves, no processo de redemocratização do país. Mas, óbvio que o presidente anda muito generoso. Ele foi muito pródigo numa certa autocrítica em relação ao General Médici, depois eu me lembro do Deputado Severino Cavalcanti, e ultimamente até mesmo perdoadando o chamado Bolsa-Sogra. Mas, V.Exa. afirmou que o banco de dados teve início em Requerimento meu. Ou seja, a resposta foi evasiva, e os dados estariam disponíveis não para mim, mas muito tempo depois. O jornal Folha de São Paulo, matéria assinada por Leonardo Souza e Marta Salomon, disse que, exatamente às 15 horas e 28 minutos do dia 11 de fevereiro de 2008, começou a criação do arquivo, porque ainda não havia CPI, mas já havia as acusações que terminaram derrubando, por exemplo, a Ministra Matilde. A primeira pergunta é quem estaria falando a verdade, V.Exa., que é uma figura responsável e respeitável, ou o jornal Folha de São Paulo, que é um jornal responsável e respeitável.

O outro ponto, Ministra, é para esclarecer logo de uma vez, depois eu tenho mais perguntas, e dizer que acabei de receber aqui... Estou com cópia do Requerimento que fiz ao Presidente da República, pedindo que ele abrisse administrativamente as suas contas. Recebi aqui a resposta, eu vou resumir, dizendo que não. Em outras palavras, “com efeito, entendemos que o acesso a informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado não podem ser deferidas ao ilustre Senador”. Eu, usando meu direito de cidadão, eu estou agora com este documento, comunicando, de maneira muito leal e muito frontal, que estou indo ao Supremo Tribunal Federal, imaginando que agora poderei ter embasamento para obter, pelo Supremo Tribunal Federal, a necessária coação, a necessária coerção sobre o Sr. Presidente da República, até porque eu entendo, V.Exa. foi muito feliz, certos gastos já tinham que ter sido divulgados, gastos de seis meses atrás, a visita do Presidente Bush, não sei quando. O que foi segurança àquela altura não é mais segurança hoje. Então, deveria ser divulgado, sim, em nome da transparência.

Mas, muito bem, eu ainda, Sra. Ministra, digo a V.Exa. que eu vejo oito diferentes versões, e gostaria que V.Exa. comentasse, se possível, rapidamente, cada uma delas, em relação à questão do dossiê. Primeira versão: Não existia nenhum dossiê. Isso foi comunicado por V.Exa., numa deferência gentilíssima à Sra. Ruth Cardoso. Segunda versão: V.Exa. informou à opinião pública que tinha feito um levantamento sobre os gastos, mas a pedido do Tribunal de Contas. Terceira versão: O Tribunal de Contas desmente isso e, então, passou o Planalto para outra versão, a do banco de dados. Não haveria um arquivo, mas, sim, um levantamento

normal. Embora tenham sido pinçados, e isso que se chama dossiê, dados referentes apenas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por isso que se chama de dossiê. Banco de dados é tudo, o genérico; o particular seria o que teria sido pinçado, enfim.

Mas, muito bem, vem ainda uma outorga versão. Falava-se de “fogo amigo, fruto da insatisfação de petistas palacianos” em relação com o justo prestígio que V.Exa. desfrutava junto ao Sr. Presidente da República. Outra versão: Uma teoria conspiratória, envolvendo o PSDB. Ou seja, o PSDB seria aquilo que os comunistas já foram, em algum momento, para as criancinhas, estaria o PSDB por trás, numa suposta teoria conspiratória, por trás de todo esse episódio. Uma outra versão, uma sexta tradução para o mesmo fato. O crime seria o vazamento de informações. Eu entendo que o vazamento de informações do Palácio para alguém é crime. De alguém, supostamente alguém com mandato, para fora, não vejo... Acho que é obrigação. Se chegar às minhas mãos, eu sou baú, eu não tenho nenhum compromisso... A minha diferença para os jornalistas é que os jornalistas têm negócio de fonte. Eu não tenho. Deu para mim, eu passo adiante com a maior tranquilidade, enfim.

Muito bem. Agora, para mim, o crime original está na feitura do dossiê, porque eu entendo que é um dossiê. Muito bem. Sétima versão, sétima tradução: Diante do perigo de se chegar ao verdadeiro autor do dossiê, é o meu entendimento, o Ministro Tarso Genro, novamente, produz uma teoria, não esquecendo que a idéia inicial sobre o TCU também foi de sua teoria. A teoria do Ministro Tarso Genro: “É comum e até louvável, na conduta de um gestor público, a manufatura de dossiês em qualquer Governo. Diante do embate político, seria esta a saída para não se sentir pressionado por uma oposição fiscalizadora”. Ou seja, segundo o Ministro, alguém, detentor do poder e das informações, poderia compor dossiês, que supostamente serviriam para embate político contra pessoas desarmadas de dossiês e desarmadas de dados, até porque de fora do poder.

Muito bem. O Ministro, num primeiro momento, mudou também de opinião. Está embaralhando minha cabeça. Depois disso, vou ter que fazer um descanso. Estou estafado. Quase que eu digo assim: “Cansei”. O Ministro, no começo, dizia que o Presidente Lula não trabalhava com dossiê. Depois, ele disse que dossiê é uma prática corriqueira para qualquer Governo e, portanto, para o Governo do Presidente Lula.

Oitava versão, oitava tradução: Os dados contidos no dossiê não eram sigilosos e, sendo assim, seu uso não implicava em transgressão. Isso eu lembro

que V.Exa. chegou a dizer isso, quando fez aquela brilhante—

[soa a campainha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

--Exposição... Já concluo, Sr. Presidente. Pela televisão, e eu a assisti por um desses canais. Mas, se o sigilo tinha sido fator essencial para a sustentação de todas as versões anteriores, fica a certeza de que o Governo teria faltado com a verdade perante a opinião pública. Muito bem.

Aí, eu volto, para finalizar, Sra. Ministra, comentando novamente o... Pedindo a V.Exa. uma opinião muito especial sobre a contradição. Ou seja, que me parece evidente. V.Exa. diz: “Não há dossiê, há banco de dados”. O Ministro Tarso Genro diz: “Houve dossiê, pode ter havido dossiê e dossiê é normal, é do embate”. Eu pergunto se há uma contradição e se V.Exa. acha que é ético se elaborar—

[soa a campainha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

--Dossiês, estando no poder, eventualmente, para tentar silenciar opositores. E V.Exa. tem inteira razão, quando demonstra seu apego ao regime democrático, padeceu dores terríveis, tudo isso nós sabemos. V.Exa. sabe o quanto custa o autoritarismo na pele das pessoas, e V.Exa. experimentou isso na sua pele, sou extremamente solidário com tudo que V.Exa. já passou, com todos os percalços, mas, defender a democracia, eu concluo mesmo, Sr. Presidente, agora, defender a democracia é uma obrigação diuturna, é uma obrigação que entra pelos tempos—

[soa a campainha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

--E, por exemplo, uma das formas de defendermos a democracia, a meu ver, é nós denunciarmos, desmascarmos e mostrarmos para a opinião pública quem possa ter cometido crime de feitura de dossiê—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Sr. Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

--Quem possa ter feito o crime de vazar dossiês. Muito obrigado, Sra. Ministra, pela sua atenção e pela honra de me ter ouvido com tanto zelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente Marconi Perillo, senhor Vice Delcídio, Ministra Dilma, Senadores e Senadoras, essa é a mais importante Audiência Pública que eu já participei da Comissão de Infra-Estrutura, por quê? Primeiro, porque coloca na agenda, coloca toda a nossa Comissão numa agenda de desenvolvimento, numa agenda de investimento, fa-

lando de inclusão digital. Nós estamos agora na ordem do dia, isso é muito importante, Senador Marconi. Isso aumenta, de uma forma indiscutível, a confiança da sociedade no futuro, por quê? Primeiro porque existe uma articulação republicana entre a União, os Estados e os Municípios. Falo aqui pelo Distrito Federal.

Queria parabenizar o nosso Presidente Lula pelo ótimo, ótimo relacionamento que tem com o Governador Arruda, sem olhar partido político. Todos os dados que foram colocados aqui, sobre o Distrito Federal, foram absolutamente corretos. Na verdade, ficaram aquém da realidade, porque nós temos muito mais investimentos ainda realizados no Distrito Federal. Tem uma relação completa aqui comigo, que, quem quiser ter acesso, tem todos os dados, em nível de investimento, de urbanização de favelas, podemos falar aqui da Estrutural, do Pôr-do-sol, do Sol Nascente e de várias outras, que todas elas foram contempladas pelo PAC. Podemos falar também das obras de saneamento da CAESB, que o total passa de 800 milhões, aonde várias obras, sistema produtor, de adutor, esgotamentos sanitários... Tirando, colocando o Distrito Federal na mesma condição de Cuiabá. O Distrito Federal não vai ter mais nenhuma residência que não tenha um sistema de água perfeito.

Ministra, eu queria falar um pouquinho sobre infra-estrutura logística. A senhora falou, está aqui no nosso PAC, que a Rodovia DF... A 040, que liga o DF, a 040 com a 050, que liga o DF a Minas Gerais, vai ser duplicada. E isso acontecendo, significa que a duplicação Distrito Federal e São Paulo, Brasília-São Paulo vai ser todo esse trecho duplicado porque já existe até Luziânia, depois está faltando Cristalina, Catalão até Araguari. Sendo assim, de Uberlândia para frente, está tudo duplicado. Nós vamos fazer, então, Distrito Federal até São Paulo. Estou perguntando se é exatamente isso. E, no caso da... Porque a senhora está dizendo que vai ser Brasília, Minas Gerais; até São Paulo, se todo trecho Distrito Federal à capital de São Paulo, com essa ligação que está faltando, a senhora anunciou, o Distrito Federal até São Paulo vai ser toda ela duplicada, por quê? Porque, daqui a Luziânia já está duplicado. Está faltando Luziânia, Cristalina, Catalão, Araguari, chegando de Uberlândia para frente, também está toda duplicada. Então, se é esse trecho, se a duplicação... Agora vão terminar até de Brasília a São Paulo duplicado, no trecho rodoviário.

No trecho ferroviário, eu gostaria de pedir e reforçar o pedido, a nossa bancada, aí é a bancada do Distrito Federal inteira, juntamente com o nosso Governador, que é a ligação da Ferrovia Norte-Sul, também chegando até Brasília. Porque pode ser do trecho de

Uruaçu até Brasília ou Anápolis até Brasília. Seriam essas minhas colocações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Sra. Ministra, dá para constatar, de forma clara, as dificuldades no sentido de relacionamento de decisão entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente. Isso é uma coisa fácil de comprovar porque, de forma clara, todos nós sabemos, e parece que o Ministério de Minas e Energia defende o aumento da geração de energia, sobretudo na planta hidrelétrica, que tem uma vantagem estratégica muito grande, pelo potencial do nosso país, já que a termelétrica é uma energia estratégica e muito mais cara. No entanto, é muito difícil conseguir uma liberação porque o Ministério do Meio Ambiente é, sem dúvida, um grande obstáculo. Por exemplo, a Usina Paiquerê está há sete anos, essa em Santa Catarina, aguardando a licença e não a consegue. E isso impede o desenvolvimento daquela região, sobretudo no momento em que há uma atividade econômica em crise, como é o setor da madeira. E é incompreensível. Eu fui, muitas vezes, no Ministério do Meio Ambiente e nunca consegui ter uma resposta clara.

Santa Catarina tem 1,2% do território nacional. No entanto, é o quinto maior produtor de alimentos. Nós temos cerca de 200 mil propriedades rurais. Cerca de 90% delas são pequenas propriedades, com menos de 50 hectares. É um modelo único no nosso país e de grande sucesso. No entanto, nós vivemos hoje com uma crise todos os dias sendo gerada por essa questão do meio ambiente. Uma hora é corredor ecológico, outra hora é área de preservação, outra discussão é campos de altitude, agora é topos de morro, vem a questão do quilombola, é movimento indígena... E agora também o INCRA, desapropriando terra produtiva, dizendo que é uma questão de agressão ao meio ambiente.

Tem havido reuniões públicas. E, nessas, eu participei, se estabelece um clima de intranquilidade, de insegurança, a reação da comunidade é uma reação de conflito. Há uma condução errada do processo. É só participar... Sr. Presidente, eu peço licença que, senão, não dá.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais uma vez, essa Presidência solicita à assistência silêncio, para assegurar a palavra ao ilustre Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sra. Ministra, é só participar de uma Sessão daquelas de Audiência Pública que a gente vê que ali é uma

coisa burra, que só leva ao conflito, que acirra as divergências, são pessoas marcadas que vão lá para se pressionar, e prejudica, traz intranquilidade e insegurança a toda a população. E o PAC é o Programa de Aceleração do Crescimento. E quem está inseguro não investe. E estabelece um conflito.

Existe também uma outra questão, que o Estado não recebe, por parte do Governo Federal, a ação correta dentro do princípio federativo. Essa história de mandar um ofício, dizendo que vai realizar, não é isso que se trata o Estado. O que se deve fazer é uma reunião preliminar, uma participação conjunta.

Então, o que eu quero saber... Além de tudo, ainda há, Ministra, uma questão básica, que é a consequência de fazer isso por Decreto. E depois vai se discutir. O CONAMA tem o direito de estabelecer por Decreto, através de um veto que foi estabelecido. Esse é um problema muito sério que a gente está convivendo lá e que prejudica. Por ora, o investimento no setor de energia elétrica, são várias PCHs, e a Paiquerê especificamente, e também o setor produtivo, que vive com esse clima de insegurança e está muito mal conduzido, a meu modo de ver, e vejo isso participando das audiências. O Governo vai abrir isso para maior participação do Estado? Vai impedir que seja feito, por Decreto unilateral, estabelecendo, para depois, se encontrar extremas dificuldades de corrigir isso? O problema é grave e nós não temos conseguido oferecer segurança para as pessoas porque quem expõe, expõe de uma forma parcial, inconclusiva, superficial, e isso tem agravado seriamente o problema. E o Governo tem que agir porque, da forma que está conduzindo, está conduzindo mal.

Eu não quero entrar no negócio do dossiê porque considero mal explicado, mal conduzido e um mau exemplo para a sociedade. E quero ter a segurança da sua explicação para não sair daqui com uma impressão de que o PAC é também, com certeza ele é, uma questão de marketing, isso é até legítimo, mas não pode ser só marketing porque aí é, realmente, mais uma enganação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Wellington Salgado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

[falas sobrepostas].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, questão de Ordem. Por favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concordo com a—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, quanto as respostas, porque senão ela vai se perder nas respostas, fica complicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Senadora Kátia, eu concordo com a apreensão de V.Exas., concordo com a preocupação da Ministra, ela está anotando tudo aqui. Mas nós temos ainda mais, pelo menos, 12 Senadores inscritos. Assim que começar a Ordem do Dia, eu vou ser obrigado a encerrar esta... Ou suspender esta...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Suspender apenas, Presidente.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou assegurar ao Senador Wellington, ao Senador Agripino e, depois, eu passo a palavra à Ministra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, houve uma regra colocada que era de quem chegasse primeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sei, Senador, só que—

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Agora, responder sete perguntas de uma vez--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eduardo, eu lamento. Mas—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou ser rápido, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --30 e poucos Senadores inscritos. E eu estou assegurando, alternadamente, a palavra a todos os Senadores. Senador Wellington, com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, na verdade, eu vou... Eu queria só fazer uma colocação, que eu sinto que a oposição está aflita, que todo mundo querendo falar. Eu acho que, realmente, estar presente, frente a frente, com a Ministra Dilma, é difícil para a oposição estar para tirar algumas dúvidas, então, é importante. Eu vou ser bem rápido, então.

Eu queria dizer só o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos diante de alguém que lutou, Ministra Dilma, eu ouvi a colocação de V.Exa., não tive o período, naquele ano de 1970, talvez, enquanto V.Exa. estivesse lutando, eu estava cantando "Para frente Brasil", né? Esse é o Brasil que vai para frente, na Copa de 70. Agora, para mim, Ministra, queria dizer o seguinte, me dá muito orgulho de estar vivendo esse momento no Brasil. E, infelizmente, muitos dos Senadores e políticos no Brasil não valorizam o momento que nós estamos vivendo. Eu faço... Eu tenho maior orgulho de estar no Senado Federal, ao lado do Senador Arthur Virgílio, Senador Flexa, mesmo sendo

oposição a esse Governo do Presidente Lula, porque o Brasil está vivendo um dos melhores momentos da sua história.

E o que acontece, Sr. Presidente Marconi Perillo, a chegada da Ministra Dilma, ela conseguiu dar ao Governo Federal gestão e planejamento, que era alguma coisa que não existia antes. Não existia, na verdade; se fazia política da seguinte maneira: Alguém chegava, pedia, por ter prestígio, acabava o Presidente ou alguém que detinha o poder, atendendo. E, assim, se fazia política no país. E aí, para poder deixar o Senador Azeredo até um pouco alegre, eu ofereci um jantar para o nosso Governador Aécio Neves, na nossa casa, e, de repente, um Deputado pediu assim: “Governador Aécio, eu queria tal coisa”. O Governador falou assim: “Não, não dá mais esse ano. Só o ano que vem, que esse ano o meu comprometimento já está feito”. Então, essa é uma resposta que eu jamais esperava ouvir em política. E isso é fruto desse momento que o Brasil está vivendo.

Então, eu queria dizer, Ministra Dilma, que, para mim, é uma honra muito grande estar servindo ao Presidente Lula, a V.Exa., estou falando aqui, olhando para todo o Brasil. Talvez, a oposição, se, durante os próximos 20 anos, vier a ser poder, poderá pegar os frutos dessa Administração. Quer dizer, e muitos reclamam, mas não podem reclamar como brasileiros. Podem reclamar como político de oposição, entendendo perfeitamente; a vinda da Ministra Dilma hoje aqui, eu defenderia que os Senadores têm direito a perguntar sobre qualquer assunto, e também sabia que V.Exa. ia responder sobre qualquer assunto. A sua história não deixa temer nada, nem perguntas, nem caminhos, nem luta, nem nada. Então, estava muito tranquilo. E queria dizer também para V.Exa. que domingo é o Dia das Mães, e V.Exa. é a mãe do PAC. Então, eu vou deixar com a Senadora Ideli Salvatti uma pequena lembrança para V.Exa. pelo Dia das Mães. Vou deixar. Pediria que entregasse, depois, à Ministra que eu acho que...

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministra, tem certas coisas que, quando a gente passa e vê, e vê a imagem da pessoa. E o que eu vi ao passar, eu pensando nessa Reunião que iria acontecer hoje, que nós não sabíamos como ela iria acontecer, eu passei e achei a imagem de V.Exa. E, como eu sou ligado a artes, em quadros, tem certos quadros que eu vejo e aquele não tem jeito, eu vejo uma gravata pro Senador Flexa, eu acho que é a cara dele, alguma coisa assim. E eu vi aqui uma lembrança que eu achei que poderia refletir quem é a

Ministra Dilma Rousseff, nesse momento que o Brasil está vivendo—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou passar para a Senadora Ideli Salvatti. É pessoal, não é político, não é partidário, não é nada. É a Senadora Ideli Salvatti, que goza de mais intimidade com V.Exa., passará porque, realmente, eu só fui ao Palácio uma vez, para conversar com o Gilberto Carvalho. Com V.Exa., nunca tive oportunidade. Embora o Ministro Hélio Costa fale muito bem de V.Exa. E uma coisa importante, ele me disse, quando começou o Governo, ele falou assim: “Wellington, o Presidente Lula está primeiro botando comida na barriga dos brasileiros. E depois ele vai gerar emprego”. E é exatamente o que está acontecendo hoje. Primeiro, ele alimentou a população e agora ele está gerando oportunidade de emprego. Ou seja, você comeu, se alimentou, está forte, agora vai sair para procurar emprego. Então, essa lógica vem acontecendo. E eu me sinto muito bem de estar, nesse momento, defendendo esse Governo, defendendo o Presidente Lula, V.Exa., e é claro, o Ministro Hélio Costa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria de, já que o que a base do Governo não o faz, eu gostaria de preservar a Ministra. A Ministra está recebendo aqui, de público, um presente. Ela é—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Essa é a minha preocupação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A lei limita presentes para agentes públicos—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): 100 reais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na posição da Ministra Dilma. Evidente que o Senador Wellington, na sua introdução, desqualificou o seu antecessor, Ministra Dilma, que era o ex-Ministro José Dirceu, dizendo que a organização começou no seu—

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Na sua... Pois é. Daí porque é o meu cuidado. Porque o Ministro José Dirceu recebeu um presente que julgaram ser muito caro e, quando foram ver, era um presente oriundo de Chinatown. Criou um constrangimento para

ele danado, mas era uma obra tida de arte. Vai ficar sempre a dúvida do que é esse presente. E daí, para preservá-la, eu gostaria que V.Exa. concordasse que ele fosse mostrado.

[falas sobrepostas].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se superar o valor, V.Exa. não deve receber.

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria de perguntar se foi comprado com cartão corporativo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se for presente do Dia das Mães, não tem problema, não, Senador Wellington. Se for presente do Dia das Mães, não tem problema não. Não se pode dar para Ministra. Mas, para as mães, pode.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, estou falando aqui, eu estou falando, Ministra—

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Estou falando sério. É uma questão que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, a Ministra já compreendeu. Eu peço a compreensão de V.Exa. A Ministra já entendeu a colocação de V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não julgo que o Senador Wellington seja de dar presente de Chinatown. Não é nenhum... Então, se for um presente caro, vai ficar uma questão clássica. Agora, fica a curiosidade de todo mundo querendo saber.

[soa a campanha].

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Arthur Virgílio, por um minuto apenas, e, depois, o Senador Agripino, para que a Ministra possa responder.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Senador Wellington Salgado, de fato, é uma figura extremamente gentil. Mas o fato é que ética... É regra ética. E, se o presente custa mais de 100 reais, a Ministra é obrigada a não aceitar e fica ela apenas com o carinho, sem o presente do Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador José Agripino, por cinco minutos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Ministra... Sr. Presidente, eu pediria... O microfone está meio baixo.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra ao Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Ministra, a senhora vai ter uma batelada de respostas a dar às perguntas que foram feitas. Eu vou procurar ser bastante objetivo, bastante preciso, na minha preocupação, até para facilitar o esclarecimento que eu desejo por parte de V.Exa.

[soa a campanha].

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): V.Exa. sabe que está em curso, nessa Casa, uma CPI Mista, Câmara e Senado, que investiga a questão dos cartões corporativos. Ela já produziu um bom resultado. A imprensa já noticia que 60% dos gastos com cartão corporativo caíram, o que é uma economia de gasto público, um primeiro bom resultado. Eu reputo que um segundo grande e ótimo resultado poderia ser, para a democracia brasileira, e eu volto à minha preocupação original, a identificação da responsabilidade sobre o dossiê. Seria muito bom o Brasil saber se esse dossiê existiu; se ele existiu, quem o fez, com que objetivo. Muito bem.

Nesse sentido, eu quero fazer algumas colocações, e gostaria de ouvir os comentários de V.Exa. São dois, basicamente, dois comentários, duas colocações e dois comentários, a primeira: Pelas auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União, oportunizou-se a recomendação para que fosse feita uma organização dos gastos com cartões corporativos. O que ensejou o SUPRIM? Creio que essa tenha sido a origem do SUPRIM. As auditorias do TCU, em função de denúncias de uso incorreto de cartão corporativo, que teriam ocorrido, motivou auditorias, e as auditorias do TCU recomendaram uma organização das contas, dentro do período do Governo Lula, a partir de um certo ponto para frente, o que oportunizou a montagem do SUPRIM, que tem planilhas próprias, com formato próprio, para a organização dos dados de gastos com cartões corporativos. Segundo ponto, esse é o primeiro, e a pergunta que faço sobre se procede essa minha assertiva... Segundo ponto, foi determinado, e aí é onde entra a dúvida, que, de pastas de arquivo morto, de 98 a 2002, onde constavam contas dos cartões corporativos ou da conta tipo B, do Governo passado, 98/2002, foram retiradas despesas com requintes, por exemplo, despesas com balinhas recheadas de licor. Uma coisa muito precisa. E que estas pastas que, talvez, sejam a origem das 1200 caixas de papéis que estão aqui na CPI, sejam as mesmas caixas que ensejaram a retirada dos elementos que produziram o que eu chamo dossiê e o Governo chama banco de dados, que vazou, a imprensa publicou, e traduz as contas do Pre-

sidente Fernando Henrique Cardoso e D. Ruth. Essas contas foram apresentadas numa planilha diferente da planilha do SUPRIM, ou seja, os meios burocráticos que originaram a coleta de elementos e informações que produziram o SUPRIM, por determinação ou recomendação do TCU, são mãos diferentes, não sei, das que coletaram, das mesmas, em fontes anteriores, de 98 a 2002, foram buscar, com o objetivo claro, que é preciso que se esclareça, e que originaram, por planilhas diferentes das planilhas do formato do SUPRIM, o dossiê Fernando Henrique Cardoso.

A minha pergunta clara para V.Exa.: Quem é e quando, quando e de quem foi a ordem dada, dentro do gabinete civil, para que os gastos feitos com cartão corporativo pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e D. Ruth, fossem coletados? Quando foi dada a ordem e de quem partiu a ordem? Quando e de quem?

Só para resumir, o SUPRIM pega contas do atual Governo e, por uma planilha com formato especial, organiza o que o TCU recomenda: Contas de 98 a 2002, numa planilha diferente, foram organizadas e apareceram na imprensa. É a dúvida que eu tenho. São origens diferentes, oportunizaram o dossiê que me preocupa. A Polícia Federal está fazendo um trabalho de investigação no gabinete civil e chegará a conclusões que, talvez, com o diálogo que estamos estabelecendo com V.Exa., possa até haver encurtamento de etapas. Se possa chegar, até mais rapidamente, até certas conclusões, para que nós possamos chegar juntos a conclusões que se o dossiê existe ou não existe e foi feito por A ou B, e que se levantem aqui as cautelas devidas.

O segundo e último ponto, na opinião do Governo, essas contas referidas, de 98 a 2002, feitas a partir de gastos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, são, pelo Governo, consideradas sigilosas ou não? É a última pergunta que faço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra à Sra. Ministra Dilma Rousseff para as respostas. Depois, teremos tempo para a réplica e tréplica. A Ministra terá o tempo que ela necessitar para responder.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu peço a consideração dos Senadores para, se eu faltar alguma resposta, me lembrarem, porque eu posso não ter copiado todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, um instante, vou passar a Presidente ao Senador Delcídio Amaral.

[troca de presidência].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Bom, posso começar? Eu vou começar, então, pelas perguntas

da Senadora Kátia Abreu. Primeiro, eu vou concordar com o Senador Sérgio Guerra porque, se há uma coisa que não é muito fácil de entender, é como é que é que nós temos uma continuidade de investimento por mais de um ano; o investimento geralmente se dá em um, dois, três, até mais anos, dependendo da complexidade do investimento. E o orçamento nosso é um orçamento anual, daí porque causa espécie para muitas pessoas que nós utilizemos restos a pagar. Mas a gente utiliza restos a pagar porque há esta discrepância entre o fluxo de uma obra, que implica investimento e uma duração de mais de um ano, e a obra... E o orçamento propriamente dito, que é um gasto que começa no primeiro dia do ano e tende a acabar no último dia do ano. Como isso não é... Não compadece com a obra, inclusive, em algumas épocas, já escutei de várias pessoas, até no Governo anterior também, essa discussão a respeito da necessidade. E não é o investimento plurianual. É uma execução diferenciada de investimento que, talvez, o país devesse ter, até para nós termos consciência do que é gasto público com investimento.

Eu acho, Senadora Kátia Abreu, que há uma bendita compulsão do Governo. Nós temos, de fato, uma compulsão com algumas coisas. Nós temos uma compulsão sistemática com o Bolsa Família, Senadora, com distribuição de renda, Senadora, com inclusão social e agora com a aceleração do crescimento econômico.

Veja bem, Senadora, a senhora disse que o BNDES, nós estamos fazendo, vamos dizer, cumprimentos com o chapéu alheio, que o gasto estava no BNDES, e que nós estamos dando informações incorretas. Senadora, acho que a senhora não conhece a sistemática de liberação de recurso pelo BNDES. Ela depende, Senadora, de decisões do Governo Federal, na esfera da Fazenda, do Planejamento, e diretamente vinculadas ao Presidente da República. E, no nosso Governo, Senadora, no Governo anterior ao nosso, no anterior ao anterior, em todos os Governos anteriores. Não é... Não foi prerrogativa nossa que essa relação com o BNDES se desse dessa forma. O BNDES é um elemento fundamental da gestão econômica e de crescimento econômico de distribuição de renda do Governo.

E, Senadora, há alguma má informação. O BNDES, por todos os critérios, nunca investiu tanto. Ele está prevendo um grau de investimento de 100 bilhões de reais. E, inclusive, vem pedindo sistematicamente a interferência da Fazenda no sentido de complementar, não só, Senadora, porque algum nível de investimento, que não se fazia no passado; eu queria informar à senhora que jamais investiram em plataformas aqui no Brasil. Quando nós chegamos ao Governo, Senadora,

se importava a P-53, a P-54, a P-55, todas as Ps, de Cingapura e da Coréia. Nós tivemos a decisão e o cuidado de recompor a indústria naval. Aliás, no período de 2003/2005, quando havia uma dificuldade imensa de crescimento econômico, a senhora pode pegar os dados do BNDES, a senhora vai ver que quem puxou o crescimento foi o setor de petróleo e gás, por um motivo muito simples. Porque, quando você pega... Eu sei, Senadora, porque eu fui, naquela época era Ministra de Minas e Energia, e fui responsável por... A política explicar para a PETROBRAS que a política do Governo tinha mudado. Que nós, mantendo preço, prazo e qualidade, iríamos comprar prioritariamente do Brasil. Daí, surgiu o programa de mobilização da indústria de petróleo e gás, que é responsável por essa quantidade de plataformas, que é responsável pela recuperação dos estaleiros, que está completando um dos maiores estaleiros para a produção de FPSOs, que são navios especiais de levar gás e petróleo, enfim, nós fizemos uma série de mudanças na forma de investimento das estatais, que permitiram que houvesse uma recuperação desses investimentos. E, no caso da PETROBRAS, é claro. Senadora, eu participei de grandes discussões a respeito de voltar a investir em... Voltar a investir em refinaria, entre elas, havia todo um pleito para a gente voltar a investir em refinaria no Nordeste. Hoje, está sendo feita uma refinaria, em parceria com a PETROBRAS, Abreu e Lima, que teve início agora.

Então, eu sinto muito. A gente pode entender que haja uma divergência, eu entendo perfeitamente, respeito a posição da senhora quanto ao PAC., mas nós não estamos tratando de obras, nem fictícias, nem fantasmagóricas, aliás, eu vou repetir isso, os senhores são Governadores. Eu sou Ministra-Chefe da Casa Civil. Tanto os senhores como eu... Senadores, desculpa, eu falei Governadores. Podem ser que alguns o sejam no futuro. Mas alguns dos senhores, certamente, ou são Senadores, eu sou Ministra-Chefe de Casa Civil e ambos, nós nos relacionamos com os Governadores. Há, por parte dos Governadores, um reconhecimento que não são obras de marketing, que não são ficção, nem são malabarismo nem pirotecnia o que estamos fazendo. Isso vale para o Governador de Tocantins, vale para o Governador de Santa Catarina, com quem eu tenho estado em vários atos. Aliás, acredito que, no caso específico dos dados recentes do Governo Brasileiro, nós temos visto duas coisas: Nós temos visto um patamar do crescimento do PIB, Senadora, que não se via há mais de 10 anos. Um patamar de crescimento do PIB, os 5,4% não ocorreram nos últimos anos, exceto em 2004, no nosso Governo. Antes dele, Senadora--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não, não. Não foi... O senhor me desculpa, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por favor, a palavra está com a Ministra Dilma.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Isso tem sido reconhecido não é por mim, acho que pelos organismos, pelas associações de classe dos empresários, é inequívoco o crescimento econômico no país.

SENADOR TASSO JEREISSATTI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Senador Tasso, V.Exa. está inscrito já. A palavra está com a Ministra Dilma.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Mas eu respeito a posição do Senador, o Senador pode me apartar, não tem problema nenhum. Eu entendo o que ele quer dizer. Ele quer dizer que nós mudamos a metodologia. Em parte, ele pode ter razão, mas não é isso que explica os nossos patamares.

Bom, eu queria dizer que há, hoje, no Brasil, de fato, nós temos algumas obsessões. Uma delas é responsável por dados que, se nós não reconhecemos, o Banco Mundial reconhece. Nós, de fato, saímos de uma situação em que havia problemas seríssimos de distribuição de renda no Brasil, que havia não inclusão social... Eu vou dar dois exemplos: Um exemplo é o "Luz para Todos", que a gente querendo ou não, pela primeira vez, chegou a 1,7... Um milhão e 700 mil ligações. Estão faltando mais algumas ligações, um milhão e pouco? Está faltando. Nós vamos fazer, acho que é fundamental fazer. Mas eu queria lembrar aos senhores o seguinte, essa questão do "Luz para Todos" é uma questão que deve criar nossa interrogação. Qual é a nossa interrogação? Todos os países envolvidos, eles universalizaram energia elétrica no início do Século passado. Nós estamos tentando universalizar nesse Século. Por que é que nós estamos tentando universalizar agora? Porque não foi universalizado.

Então, o "Luz para Todos", também eu falo com muita tranquilidade, porque ele inicia no momento que eu era Ministra de Minas e Energia, ele é um programa que eu acho que ele leva à inclusão social e que ele não é pirotecnia. Acho que também não é nenhuma pirotecnia ter tirado 20 milhões de pessoas da situação de classe D e E para a situação de consumidores. É muito significativo. Então, bendita obsessão. E eu acredito que isso vai ser muito importante para continuar crescendo.

O Senador Delcídio levantou questão sobre Projetos estruturantes e relação com o meio ambiente. De

fato, Senador, nós tentamos construir um ambiente em que houvesse a oportunidade de crescer a energia e respeito ao meio ambiente simultaneamente. É mais demorado, mas ele também produz uma estabilidade maior, até porque a Legislação de 88, que é responsável—

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Pelos exigências ambientais, fomos nós aqui responsáveis por ela. Então, nós vamos ter de enfrentar o seguinte desafio: Responder ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, fazer obras de energia.

No que se refere a Belo Monte, nós revimos, re-fizemos uma revisão global no Projeto; eu tenho até ele para apresentar. Ela reduziu a área de alagamento, não impacta mais populações indígenas e, mais do que isso, houve uma redução muito expressiva da capacidade instalada, na medida em que os resultados, na geração de energia, não eram tão significativos.

No que se refere à produção de gás na Bolívia para o Brasil, a PETROBRAS aceitou voltar a investir na Bolívia, até porque a Bolívia é um dos grandes fornecedores de gás. Ela não tem ainda disponibilizado porque, na Bolívia, se sabe que tem gás suficiente, não é necessário fazer prospecção. Mas é necessário fazer uma coisa, que é investir na exploração. Mas a gente procurou cercar de todas as garantias esse investimento e a PETROBRAS está voltando a fazer isso.

Em Angra III, nós vamos retomar Angra III. Já tem decisão. Inclusive, me deram aqui... Espera lá. Bom, Angra III. Nós estamos esperando que a emissão da licença prévia se dê em junho de 2008. Já fizemos todas as Audiências Públicas na região e nós acreditamos que ela sairá em junho de 2008. Imediatamente depois da saída da licença ambiental, como há Projeto e há todos os requisitos para iniciar a obra, nós estamos na expectativa de que a obra se inicie ainda este ano.

No que se refere à Ferro Oeste, se chama FERROESTE... Chama-se FERROESTE aquela ligação, aquela que sai... Chega até Vilhena.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Essa é uma das ferrovias que está sendo, como eu mostrei ali, está sendo objeto de estudo. Porque nós temos que estudar a viabilidade econômica dela e a quantidade de produtos que vão escoar por ela para ver se é preciso PPP ou não. A Norte-Sul e a ligação com a FERROESTE são a mesma coisa. A Novo Oeste é essa que você--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Que é a de Corumbá até Três Lagoas, porta do estado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o corredor bioceânico.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: É o corredor bioceânico. O corredor bioceânico faz parte também do estudo que nós acertamos como sendo o grande Projeto, em parceria nossa com o Governo dos Estados Unidos. Eles é que financiarão.

Eu acho, Senador, que o senhor levanta uma questão que é, de fato, pertinente. Que é o fato que, lá em Mato Grosso do Sul, há uma rarefação de consumidores. Então, a gente atravessa uma grande extensão com poucos consumidores, o que faz tarifa bem mais elevada. E isso, Senador, está sendo objeto de análise tanto pelo Ministério de Minas e Energia como pela ANEEL. Não é uma solução trivial, mas eu acredito que será encaminhada nesse período agora.

Agora, o Senador Eduardo Azeredo. Senador Eduardo Azeredo, por que é que o nosso PIB, o crescimento do nosso PIB é menor que os dos outros países? É uma comparação, vamos dizer, legítima que o senhor faz; de fato, é menor. Agora, no início da minha apresentação, eu falei uma coisa que eu acho importante, Senador. Nós temos algumas características: Nós estamos crescendo primeiro com estabilidade econômica. Alguns dos países que o senhor se referiu, eles podem estar tendo um problema sério com a taxa de inflação. E isso significa comprometer, como todos nós sabemos, o poder de compra dos consumidores. Então, nós estamos crescendo com a inflação sob controle, a nossa inflação está... O senhor pode olhar, se o senhor fizer uma comparação com a dos outros países, nós estamos ali nos 4,5%. Nós estamos ali nos 4,5%.

Além disso, Senador, eu acho que tem uma característica também do crescimento brasileiro, que é a incorporação--

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Nós estamos crescendo com incorporação e com decréscimo da desigualdade de renda. Recentemente, o senhor pode ver, saíram uma série de reportagens, tanto no *Financial Times*, quanto no *The Economist*, que reconhece essa característica do crescimento econômico do Brasil e mais, elogia essa característica como sendo um crescimento que mantém, que eles acreditam, Senador, e nós do Governo também, que mantém uma constância no horizonte, nós manteremos uma taxa de crescimento constante, controle da inflação e distribuição de renda. Que eles acham que contribui para diferenciar o Brasil dos outros países, principalmente dos restos dos BRICs, em termos de um dos lugares mais adequados ao investimento.

Por que é que a gente não faz PPP? Eu também, Senador, me preocupei muito com essa pergunta. Porque, afinal de contas, a gente não vinha conseguindo fazer PPP. Então, eu digo para o senhor algumas experiências que eu tive na elaboração de PPPs e depois vou explicar por que é que acho que elas não saíram. Por exemplo, a 163, eu tentei elaborar uma PPP com a 163. Acontece, Senador, que, do meu ponto de vista a 163, ela tem o perfil de obra pública porque os estudos feitos apontavam para pedágio de 800 reais em todo o seu traçado. Então, ela é típica de obra pública que agora é uma rodovia que está sendo feita, eu diria assim, antes da demanda estar completamente estruturada na sua rota. Então, é impossível você fazer PPP da 163 por essa razão.

Aí, vou dar um outro exemplo, que é o extremo disso. Nós, então, fizemos um estudo com o Banco Mundial e o Ministério do Planejamento, para fazer uma PPP com a 116 e a 324, no trecho da Bahia, que são quase 600 quilômetros. São 600 ou mais... 670 quilômetros. Bom, o que ocorreu ali? Quando nós fizemos o estudo, eles indicaram uma concessão por 15 anos, uma entrada de dinheiro do Governo Federal, se não me engano, de 50 milhões, e uma tarifa de 3,02. Aí, nós refizemos um estudo deles, à luz de todas as concessões que nós tínhamos feito. Era essa a PPP. E chegamos à conclusão de que não era PPP, era só concessão. Porque era possível fazer... Ah, não tinha o contorno ferroviário, nem tinha o contorno... Desculpa, o contorno Rodoviário de Feira de Santana e nem tinha a duplicação integral de toda a estrada.

Quando nós fizemos, refizemos o estudo, ampliamos para 20 anos, foram 20 anos, 25 anos, e modificamos a formatação, dava perfeitamente para fazer a duplicação, logo de início; dava para fazer o contorno de Feira de Santana e, ainda por cima, a gente conseguia um preço de referência para o leilão, para baixo do qual ele podia cair, de 2,70. Para baixo do qual ele podia cair.

Então, eu mostro o seguinte. O que está acontecendo com o Governo Federal? Como o Brasil passou muito tempo sem investir, Senador, nós hoje temos mais duas coisas: Obra pública ou concessão. Nós estamos nos aproximando agora de PPPs—

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Porque PPP é obra intermediária. É obra que nem é aquela que está nos lugares que têm alta rentabilidade e nem é aquelas que estão em baixa rentabilidade. Elas são as intermediárias. Então, acho que agora inicia uma grande... Um grande volume de PPPs em estradas.

A 040 não é uma obra do PAC, nesse trecho Distrito Federal... A BR... Deram-me aqui uma resposta—

A 040 está incluída no PAC—

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: O trecho Belo Horizonte... Não é obra do PAC. É manutenção do Ministério dos Transportes, mas eu vou olhar para o senhor por que é que está esburacada.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, Tem... Esse pedaço de Belo Horizonte aqui está previsto de fazer concessão. Por enquanto é manutenção. Agora, o trecho de Sete Lagoas e o de Curvelo é PAC e tem problema de desapropriação--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu vou anotar isso, Senador, e faço a promessa para o senhor de fazer--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É um caso concreto que o PAC está empacado.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Pois é. Eu vou pedir para o pessoal da assessoria anotar e a gente vai responder, Senador. Essa questão de que o PAC está empacado, Senador, eu acho que a gente superou o ano passado, que todo mundo apostava que o PAC não saía do papel. E vou dizer para o senhor: O gargalo em mão-de-obra, essa discussão sobre cimento e a discussão sobre a construção civil pesada mostram que ele está andando, sim, Senador. Ele não está empacado, não. Nós podemos ter algumas obras com problemas, e eu reconheço isso.

A questão da banda larga nas escolas, eu vou reiterar, eu acho que foi uma das principais ações do Governo, nesse ano de 2008, porque há igualdade de oportunidades levar banda larga para todas as escolas públicas urbanas. E vamos fazer, como pediu o Senador Aloizio Mercadante, às rurais. Qual foi a outra pergunta que o senhor me pediu sobre a CPMI?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É, foi a outra de CPMI, se a senhora tem conhecimento de alguma informação que tenha vindo incompleta.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não tenho, Senador, até porque a Casa Civil só cuida desses gastos relativos aos que estão dentro do Palácio do Planalto. Se vier alguma informação incompleta da Casa Civil, eu respondo. Dos outros Ministérios, quem faz esse controle é o Planejamento. Eu não tenho como responder.

Eu agradeço as palavras da Senadora Serys e acredito que, de fato, lá no Estado da Senadora, nós temos tido, na Prefeitura de Cuiabá, um nível de investimento que eu acho bastante significativo.

Eu vou começar, então, com o Senador Arthur Virgílio. Senador, eu não disse para o senhor que o banco de dados teve início com a pergunta do senhor. Ele foi antes. Foi em 2004, que houve a decisão de fazer o banco de dados; outubro de 2004, o que nós fizemos foi dizer para o senhor que a gente havia

tomado essa decisão em outubro de 2004, conforme está aqui respondido na... No pedido de informação do senhor. Nós respondemos isso. Numa certa altura, nós respondemos que a gente começou a fazer... No segundo item da resposta, a gente fala “desde outubro de 2004, essa Diretoria vem desenvolvendo um banco de dados para o armazenamento de informações relacionadas com as despesas realizadas através de suprimento de fundos”.

Então, a resposta é o seguinte: A decisão de fazer, inclusive de fazer extensivo ao período anterior ao nosso, porque... O que é que aconteceu em 2005? Em 2005, foi a primeira vez que se levanta a questão dos cartões corporativos, conforme os senhores lembram. É pedida, inclusive pelo Senado, uma auditoria sobre os cartões corporativos da Presidência da República para avaliar: Um, se tinha gastos de caráter pessoal. Dois, até para fazer uma comparação entre os gastos nossos e os gastos do Governo anterior para ver se havia discrepância. Ou seja, se nossos gastos destoavam dos do Governo anterior. Eles pegaram só outubro de 2002. Na época, só pegou outubro de 2002 e comparou, e chegou à conclusão que não tinha gasto de caráter pessoal na amostragem que fizeram e que não era discrepante, que mantinha o mesmo padrão.

Então, a minha resposta é a seguinte: Eu não disse, em nenhum momento, que foi o senhor que fez... Que ensejou isso. Estava em andamento. Nós tínhamos recebido algumas consultas, e eu dou o exemplo do senhor porque é aqui do Senado.

O senhor, de fato, fez um Requerimento para o Presidente—

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Para ele abrir as suas contas. O Presidente recentemente informou—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ministra Dilma, nós só vamos dar, como são muitas perguntas, e se fosse seguir o Regimento seriam cinco minutos para cada Senador ou Senadora que perguntasse, eu vou colocar mais 10 minutos, para que nós--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Faltam três pessoas ou quatro, se eu não me engano--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, nós vamos, por segurança, colocar mais 10 minutos para concluir essa etapa de perguntas.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, esse Requerimento o Presidente já declarou que, assim que sair do Governo, vai abrir todas suas contas. Mas, de qualquer jeito, é possível estarem em análise as

questões relativas ao Decreto 4.555, que define dados ultra-secretos, secretos, gasto... Tem mais um no meio e tem depois gasto reservado. Nós classificamos as despesas como reservadas. Então, as despesas do Presidente da República, elas estão nessa categoria, por orientação que nós tivemos, conjunta nossa com o Gabinete de Segurança Internacional... Institucional. O Gabinete de Segurança Institucional, ele que define o que é sigiloso ou não.

No passado, Senador, não havia, até o Decreto 4555, nenhuma definição, no que concerne aos gastos anteriores. O que nós fizemos? Nós começamos a tratar os gastos anteriores, por cautela e analogia, igual os nossos. Mas, recentemente o Gabinete de Segurança Institucional vem se posicionando no sentido que eles têm prazo de validade. Mas ainda isso não foi definitivamente sanado.

No que se refere a versões, a Casa Civil fez uma única versão. A Casa Civil fez a versão de que havia um banco de dados, que esse banco de dados vinha sendo desenvolvido, que ele era do conhecimento dos órgãos de auditoria e nós avisamos ao senhor que iríamos fazer esse período anterior, até porque não era possível responder a nenhuma informação do período anterior porque ensejaria um volume de trabalho muito grande, a não ser que se colocassem esses dados no banco de dados. Tanto é, Senador, que nós não fizemos, do período 95/98, até hoje. E aí o que é que nós dissemos? Nós dissemos o seguinte: Que gastos privativos da Casa Civil tinham vazado.

E eu acredito, Senador, eu não sei qual é a versão, nós pedimos investigação da Polícia Federal e pedimos... E abrimos uma comissão de sindicância. Essas investigações estão em andamento. Eu aguardo essas investigações e seus relatórios oficiais, para mim, porque eu não recebi nenhum, para poder... Nenhum relativo a essa investigação, para poder me manifestar.

Eu, de fato Senador, recebi um único... Única sugestão do ITI, no que se refere à melhoria das condições de segurança nossas. Porque, obviamente, a gente achava que os gastos eram seguros. Estavam seguros. Na medida em que vazou, é claro que eles não estão. E o ITI fez várias sugestões para nós, para aumentar a segurança desse banco de dados.

E eu queria sinalizar outra coisa. Não foi só gasto do Governo anterior que foi vazado, não. Recentemente, vazou e foram, inclusive, divulgados, se não me engano, pelo Deputado Vic Pires, os dados das viagens presidenciais. Então, nós lamentamos muito isso e estamos tomando as providências totais para impedir que esses vazamentos de informações privativas do Governo vazem dessa forma.

Bom, se há alguma contradição, eu acredito que, pelo menos pelo que eu entendi dos Ministros que falaram, que não há; o que o Ministro Tarso Genro falou foi uma discussão. Ele não pode dizer se tinha dossiê porque ele não é da minha área. O que ele disse, em tese, que não era crime fazer dossiê. Agora, em relação à Casa Civil, eu quero reiterar para o senhor que nós jamais aceitamos que tinha um dossiê, a meu mando, feito na Casa Civil ou a mando de quem quer que seja. Então, nós não aceitamos isso. Nós temos clareza, Senador, que o que a Casa Civil fez e vai continuar fazendo é um banco de dados.

Eu também vou dizer para o Deputado Gim Argello... Senador Gim Argello, desculpa, Senador, é porque eu falei do Vic Pires e fiquei com o Deputado na cabeça. O Senador Gim Argello, do Distrito Federal, que nós estamos considerando essa questão que o senhor está levantando. Uma parte, de fato, está em andamento. E nós estamos olhando também, com o Governador aqui do Distrito Federal, a possibilidade de incluir outras obras no PAC. Mas nós só podemos incluir obras no PAC ou tomar decisões a respeito, não só neste caso como em outros, tendo fontes e recursos. Então, nós estamos avaliando as possibilidades, até porque Projetos que não saiam do papel, a gente tira o recurso e joga naqueles que têm Projeto e podem sair do papel.

Queria falar para o Senador Raimundo Colombo que a questão do Decreto, Senador, foi um avanço. Era importante que eu falasse isso para o Senador. Até então, Senador, ele não está aqui presente, mas eu vou deixar registrado. Era uma portaria do... Era uma portaria do Meio Ambiente. E, a partir de virar Decreto, houve uma determinação do Presidente que unidades de conservação só pudessem sair após a consulta específica ao Governador do Estado. E isso foi feito recentemente com o Governador Paulo Hartung; foi feito com o Governador do Rio de Janeiro e será feito também com o Governador de Santa Catarina. É essa, basicamente, é uma resposta. E acredito que essa é uma questão que nós estamos encaminhando, tendo em vista os interesses diversos. Como é Audiência Pública, eu sugeriria que, nas Audiências Públicas, o Estado também fizesse ouvir sua opinião e não deixasse só a informação ficar unilateral. Agora, o Governo Federal, independentemente da audiência consultará o Governo do Estado de Santa Catarina, sem sombra de dúvida.

O Senador José Agripino me fez duas perguntas. Por que é que as contas... Por que é que foi diferente o método de alimentar 2003 a dois mil e... Na época, foi 2005 e hoje é 2008 já, e é diferente o que acontece com as contas de suprimento do período anterior,

quando não existia cartão, que foi a maioria do período 98/2005. Eu não olhei o período anterior, 95/1998, portanto, não posso falar dele. Mas posso falar do período 98/2005. Quais são as principais diferenças entre um e outro? Só um instantinho, Senador. O que é que é diferente? Por que é que foi necessário que a gente tivesse que desenvolver um módulo de suprimento de fundos diferente, a fim de permitir a migração? Entrada de dados relativos, no caso 98/2002, que é o período que nós fizemos, apesar do pedido... Alguns pedidos serem 95/2002. Por quê? Primeiro, porque a forma de prestação de contas relativa a despesas com suprimento de fundos, no período 98/2002 era diferente, também era diferente a organização dos dados no processo. Primeiro, o SUPRIM, no primeiro momento, ele foi modelado para receber informações dos gastos com cartão. Nós modelamos para isso. Porque a maioria dos nossos gastos era com cartão e nós fizemos primeiro os nossos. Isso significava que o portador do cartão pode, de forma descentralizada, alimentar com os dados das notas fiscais o valor e o nome do fornecedor, imediatamente. Pode colocar o CNPJ, pode dar as informações que vão permitir que, depois, a gente faça relatórios gerais, a pedido do TCU, que cruzem essas informações. Os gastos em dinheiro, de 98 a 2002, não eram compatíveis com essa modelagem, sendo necessário o desenvolvimento de um novo módulo. Por quê? Primeiro, enquanto a prestação de contas, nesse período, ela é, no período 2003 em diante, ela é mensal, no período anterior, ela era trimestral. Eram 90 dias. Então, recebiam o dinheiro e só prestava conta 90 dias depois.

Ocorre que os nossos gastos, eles são um supridor ou um agente suprido ou ecônomo/mês. Então, não era compatível a forma de entrar. Não tinha como definir porque, naquela época, a regulação era que se prestavam contas, pegava o dinheiro, gastava e prestava conta 90 dias depois. Essa era a primeira questão.

Mas havia uma segunda questão, que as pessoas que realizavam os diversos tipos de despesas eram diferentes, no caso de cartão corporativo e, portanto, os processos de prestações de contas estão segregados. No caso do período 98/2002, as pessoas eram as mesmas. E, portanto, os processos de prestação de contas, na maioria dos casos contém despesas de pronto pagamento. *Tonner*, por exemplo, passando pelas despesas com transporte, alimentação e hospedagem dos Ministros da Casa, que são os Ministros da Casa Civil, do Gabinete de Segurança Institucional, da Secretaria-Geral de Governo e todos os outros vinculados à Casa Civil da Presidência da República, por prestação de contas. E chegavam, num mesmo processo, até as despesas peculiares do Presidente

da República, do Vice-Presidente da República, seus familiares e dignatários estrangeiros.

Então, o que a gente tinha de fazer? Nós tínhamos que pegar o referido processo, que não estava individualizado, abrir o referido processo e classificar diferentemente. Ou ver um jeito mais fácil de entrar com esse dado. Além disso, tinha uma outra característica: Na sistemática do SUPRIM, o gasto está necessariamente vinculado a um só evento. Então, se tem uma viagem internacional para Nova York, a viagem internacional para Nova York é um processo. Anteriormente, no período 98/2002, não era assim. Nem uma parte inicialzinha do nosso Governo também. Que nós, inclusive, não catalogamos primeiramente. Dentro do mesmo processo, pode ter vários eventos simultaneamente. Não tem só um evento. Eu tenho uma viagem X; tenho outro evento, que está sendo pago, a viagem de um Ministro para Y, e outra coisa para Z. O que torna a prestação de contas e a reclamação de que isso era muito detalhado, implicava em pegar, no arquivo permanente, implicava em pegar, processo a processo, por ano, abrir cada processo, ler todo o processo e separar as contas--

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Como levaria muito tempo, fez-se duas coisas. Criou-se uma planilha de migração e, paralelamente uma planilha Excel, e, paralelamente, se começou a desenvolver a entrada. Eu reconheço para o senhor que nós demos a fazer isso, se considerar que começamos a fazer em 2004. Mas também o senhor tem de considerar que há uma montanha de processos e que nós estávamos fazendo também retroativo ao nosso período 2004 e 2003 e não apenas 98/2002.

Obviamente, a existência, cada vez que havia um pedido de informação e pedido de avaliação do TCU das nossas despesas ou de comparações com momentos anteriores, incluída esta CPI, nós aceleramos. E isso para estar pronto, para ter condições de apresentar isso. Ao mesmo tempo em que nós contratamos também muito mais máquinas de Xerox, que tínhamos no período anterior.

Eu queria também falar sobre a outra questão, que é quem mandou. A decisão de fazer, Senador, é uma decisão que remonta a 2004 e está registrada. Quando nós respondemos ao Senador, nós deixamos claro para o Senador que faríamos. Quem mandou, é o seguinte, ao entrar o SUPRIM e ao definir na metodologia, e hoje o Senador inclusive queria me dizer que eu tinha problema de responsabilidade civil, estava clara a minha obrigação de fazer, né, Senador? Ela é anterior a este período, nada tem a ver com este momento específico. Obviamente, nós aceleramos

tudo esse processo, seja por conta TCU, pedir maior transparência, seja por conta de todos os processos de pedido do Congresso ou da CPI.

Acabei minha exposição. O senhor vê se tem mais alguma coisa. Ah, tem mais uma pergunta. Se os dados são considerados sigilosos ou não. Eu estava explicando, há pouco, que, para ser considerados sigilosos, reservados ou qualquer coisa, tem de ter um carimbo. Nós carimbamos, a partir do momento que começa, em 2004 e 2005, nós tivemos o cuidado, nós classificamos os nossos documentos como reservados. Fizemos todo o carimbo porque o Decreto 4555 obriga a isso.

No entanto, Senador, o Decreto é de dezembro de 2002. Para trás de 2002, não há, na Casa Civil, nenhum registro da forma de tratamento. Nenhum registro. Aí, o que é que aconteceu? Aconteceu que nós, por cautela e analogia, passamos a considerar os dados do período anterior que nem os nossos. Aí, recentemente, por solicitação ao Gabinete de Segurança Internacional, perguntado ao Gabinete de Segurança Internacional. Desculpa, Segurança Institucional. Deve ser a isso que o senhor se refere. Se os dados publicados eram sigilosos ou não, o Gabinete de Segurança Institucional informou e mandou uma cópia dessa informação para a Casa Civil, por isso que eu estou dando, que eu tenho a cópia, informou que estes dados, no período que aconteceram, era; que, a partir do início deste Governo, não eram mais. Nós estamos... Eu encaminhei novamente uma pergunta formal, um aviso ministerial formal ao Gabinete de Segurança Institucional, solicitando que ele se pronuncie sobre todos os dados do período.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Para replicar, Sr. Presidente.

[troca de Presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço à Ministra pelas respostas e queria dar aqui, prestar aqui algumas informações. Nós temos nove Senadores com direito à réplica. Depois, a Ministra terá direito a tréplica, em igual... Igualdade de tempo. Estamos aqui com a presença do nosso querido Presidente do Senado e do Congresso, Senador Garibaldi Alves, ávido por um entendimento aqui, a fim de que nós comecemos a Ordem do Dia, e eu queria indagar, inclusive aos Srs. Líderes, se nós prorrogamos essa Sessão com a concordância do Presidente—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sou pela prorrogação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E ele me autorizou a discutir isso

com os líderes, se prorrogamos. Até porque nós temos ainda outros Senadores inscritos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sou pela prorrogação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só um minutinho, Senador Arthur. Depois, vou ouvir aos líderes com a concordância e anuência do Senador Garibaldi. Estão inscritos aqui os Senadores Demóstenes, Valdir Raupp, Alvaro Dias, Tião Viana, Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Valter Pereira e Inácio Arruda. Perguntaram ao Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, se tinha havido mudanças na ordem. Nós estamos procurando seguir a ordem dos membros titulares e suplentes da Comissão, com os Senadores que não são membros. Ocorre que muitos saíram, ao longo do dia, nós já estamos aqui com quase sete horas de Audiência Pública e, à medida que saíram alguns, e nós imaginávamos que não voltassem, nós fomos fazendo novas listagens. Deve ter um ou outro problema apenas em relação à ordem original. Eu soube que o Senador Valter Pereira reclamou, com toda a... Com toda a legitimidade, mas, na outra lista também, o Senador Valter Pereira era, me parece, que o 26º.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Era o 25º ou 26º.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E queria também informar, Senador Valter Pereira, que alguns Senadores saltaram de posição por troca entre Senadores, ou seja, permuta entre Senadores. Se V.Exa. se sentir prejudicado, eu peço desculpas, mas eu quero, havendo concordância dos líderes e, principalmente, concordância do Senador Garibaldi, Presidente do Senado, nós vamos prorrogar a Sessão e vamos dar a oportunidade a que todos possam participar dessa Audiência Pública e dos questionamentos à Exma. Sra. Ministra. Eu pediria ao líder... Primeiro o líder Arthur Virgílio pediu a palavra, depois, Senadora Ideli, depois, Senador Agripino e, por fim, o líder do Governo, Senador Demóstenes, vai falar como líder?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Só para concordar com a prorrogação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O PSDB é pela prorrogação por várias razões. Que há Senadores que não falaram e estão esperando desde a manhã, porque há Senadores com direito à tréplica, porque é um prazer para nós contarmos com a presença da Ministra e até para compensá-la com nosso afeto, por ela não ter podido receber a prenda que lhe

seria ofertada pelo Senador Wellington Salgado. A favor da prorrogação.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Aliás, queria agradecer ao Senador Wellington Salgado. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli Salvatti. [falas sobrepostas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu acho que é óbvio que todos querem a prorrogação. Eu apenas quero fazer duas ponderações: Nós estamos aqui há sete horas e a Ministra Dilma é a pessoa que está sendo absolutamente demandada, diferentemente de nós, que falamos de vez em quando, fazemos a pergunta ou fazemos um “pela ordem”.

Eu quero dizer que eu considero absolutamente desumano alguém ficar mais do que sete, oito horas numa situação de estar sendo demandada, da forma como ela foi demandada durante toda... Por isso eu considero que nós deveríamos prorrogar, sim, mas com um prazo para terminar, pedir a compreensão de não termos tréplica mais, apenas podermos fazer as perguntas...

E também uma outra ponderação. Nós fizemos um grande esforço e uma negociação na Reunião, ontem, dos líderes com o Presidente, para abrir uma janela entre as Medidas Provisórias que estavam truncando a pauta e as que trancarão, se forem lidas, e nós tínhamos a expectativa de votar muitas matérias hoje, matérias importantes, que foram combinadas entre os líderes todos. Então, assim, eu acho que se a gente tivesse uma prorrogação de mais meia hora, acho que seria legítimo. Mas, muito mais do que isso, Presidente, acho que até que começa a beirar uma questão de desumanidade, com alguém que está, desde as 10 horas da manhã, numa situação de ser demandada permanentemente. Então, acho que tem um limite até das condições físicas e mentais de qualquer pessoa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero dizer que entendo a colocação dos Senadores, mas acho que é preciso concluir esse processo, esse procedimento da Comissão. Está sendo muito importante esse debate. Então, eu pediria, primeiro, que nós pudéssemos ter mais um tempo. V.Exa. encerrasse as inscrições para que, eventualmente, não chegue mais alguém que queira se inscrever; nós procurássemos ser breves; algumas questões que fossem colocadas não fossem repetidas porque já foram

exaustivamente tratadas uma série de questões e pedir sobretudo, aos membros da base do Governo que sejam sucintos ou desistam de fazer a interpelação, porque a Ministra já falou aqui sobre tudo.

Acho que a Ministra deu uma contribuição extremamente importante. Então, eu sou pela prorrogação, mas pela prorrogação com bom senso e com parcimônia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio. Logo após, Senador Valdir Raupp.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, não há porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, com a palavra.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pediria silêncio mais uma vez, por gentileza.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, poderemos votar tranqüilamente as matérias sobre as quais haja acordo, tão assim a Ministra termine a sua exposição. Agora, deve-se assegurar a cada Senador que se mantém escrito o direito a falar e o direito a réplica. A Ministra é uma mulher forte. Todos nós sabemos disso. Se, porventura, se sentir cansada, eu fico com o tempo dela e ela fica com o meu. Eu faço essa troca e me canso por ela. Falo o tempo que ela tem falado e ela fala o tempo que eu tenho podido falar nessa Sessão e, assim, ela descansa e eu digo muito mais coisas que tenho para dizer em relação aos episódios. Eu falaria inclusive de PAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu tenho certeza disso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas, de qualquer maneira, o que queremos é que se mantenha a regra do jogo... O direito assegurado aos que estão inscritos, réplica e tréplica; a Ministra podendo fazer a tréplica, podendo fazer réplica, todos aqueles que desejarem desse instrumento se utilizar.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valdir Raupp, depois, Senador Agripino, líder do Democratas.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, queria fazer uma proposta. Estou aqui também desde manhã, dei umas saídas porque sabia que ia demorar. Poderia diminuir o tempo de quem ainda

falta falar. São nove. Nove vezes cinco, 45 minutos é quase uma hora, mais a réplica para quem vai ter que falar ainda. Eu sugeriria de diminuir o tempo para três minutos para quem ainda não falou--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu não concordo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu não acho justo que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Princípio da isonomia.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Os membros titulares da Comissão, eu soube, no início do dia, que a preferência era para os membros titulares da Comissão ou para os membros da Comissão. E, no entanto, tem Senadores que não são membros e já estão falando desde de manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta conciliatória. Acho que estamos vivendo uma Reunião importante--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Silêncio. Asseguro a palavra ao Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): --Que não é justo que se encurte o prazo para as intervenções dos Senadores, se instruindo uma oportunidade que é importante para a Casa, para o país. O que é que eu proponho? Nós temos uma agenda, discutida e produto de entendimento, para votação por acordo. O que eu proponho é que esta Sessão de hoje, claro que, dentro de critérios de racionalidade, cumpra o seu objetivo de ouvir todos dentro dos critérios por igual, e que amanhã, se for o caso, como é por acordo, em havendo, claro, que *quorum*, se vote a agenda que se vier a acordar, por acordo, por votação simbólica. Com isso, ganha o país, pelos esclarecimentos que podem ocorrer aqui e ganha o país pelo fato de ver aprovadas as matérias importantes na Sessão de amanhã. É a proposta que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu consulto ao Presidente do Senado Federal que, desde as 10 da manhã acompanha atentamente esta Reunião. Ele permaneceu aqui praticamente o dia todo. Eu quero agradecê-lo pela consideração à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a todos os Senadores e Senadoras presentes, e também à Ministra. Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves para a palavra final, já que ele é o Presidente do Senado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marconi Perillo, é apenas para confirmar, junto aos líderes, todos os líderes, aquilo que foi proposto pelo Senador José Agripino. Temos, amanhã, a votação por acordo daqueles Projetos e propostas que foram objeto de um entendimento, ontem, no gabinete da Presidência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu proporia que a Sessão pudesse ser pela manhã porque aí teríamos um *quorum* maior e votaríamos pela manhã.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, teremos a Sessão, pela amanhã, a partir de 10 horas. Está acertado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nove horas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nove horas?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, quero contraditar. Teremos amanhã uma Reunião da Comissão de Infra-Estrutura para sabatar uma autoridade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 10 horas. Obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a concordância do Exmo. Sr. Presidente do Senado, Senador Garibaldi, nós vamos prorrogar esta audiência até as 18h00, pedindo a todos que colaborem, para que possamos ter a conclusão no horário estabelecido. Muito obrigado, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado. E a Ministra continua aí no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, os Senadores Kátia Abreu—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Delcídio Amaral; Eduardo Azevedo; Gim Argello; Arthur Virgílio; Wellington Salgado; Raimundo Colombo; Serys e José Agripino têm direito à réplica.

Eu indago aos Senadores se querem participar da réplica. Senadora Kátia, sim. Senador Delcídio. Senador Delcídio abriu mão. Senador Eduardo também abriu mão. Senador Gim? Senador Gim também não está, abriu mão. Senador Arthur. Senador Wellington. Quer um minuto. Senador Raimundo Colombo, não está, já abriu. Senadora Serys também não está, já abriu mão. Senador Agripino. Então, vão ter direito à réplica... Aliás, todos teriam direito, mas vão utilizar-se do benefício da réplica, que é regimental, Senadores Kátia Abreu, Arthur Virgílio, Wellington Salgado e José

Agripino. Eu vou conceder a cada um o tempo de dois minutos... Três minutos. E, depois, a ilustre Ministra terá o tempo para responder, tempo correspondente, ou seja, 15 minutos. Senador Wellington abre mão. Então, nós teremos três minutos para cada um dos três oradores e, depois, a Ministra terá nove minutos para a tréplica. Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu, por três minutos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sra. Ministra Dilma Rousseff, eu conheço bem o BNDES e sei exatamente quais são as prerrogativas e qual o encaminhamento para se liberar recursos no BNDES. Nunca foi diferente, desde sua criação, por Juscelino Kubitschek de Oliveira. Claro que o Ministério da Fazenda é importante nessa decisão. Isso não quer dizer que o BNDES de hoje é melhor ou pior do que o de antes. Apenas não investiu 100 milhões de reais, a não ser que no site esteja a informação errada. Começamos, em 2000, com 23 bilhões de reais; 2001, 25 bilhões de reais e, em 2007, investiu 64 bilhões de reais.

Com relação às plataformas da PETROBRAS, eu não quero... Isso com aumento de 20% ao ano, uma coisa super normal e natural, de acordo com o aumento da estatal. De acordo com o aumento dos recursos do BNDES—

[soa a campanha].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Mesmo porque não foi um pouco maior porque, em 2010, foi negativo—

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Kátia Abreu, eu pediria, por favor, silêncio. A Senadora Kátia Abreu está falando aqui e há um vozerio aí atrás que é inadmissível.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu quero demonstrar, com isso, que o BNDES tem aumentado, ao longo desses anos, desde o ano 2000, aumentando seus recursos na base de mais ou menos 20% ao ano, nos empréstimos aos empresários do Brasil. Só não foi um pouquinho maior porque, em 2003, foi negativo. Foi -10% o aumento de empréstimos aos empresários do Brasil.

Com relação ao PIB, Ministra, eu concordo com V.Exa. Concordo que o PIB do Brasil cresceu. Mas eu fico muito triste quando eu comparo o PIB do meu país com os países emergentes, que concorrem conosco e com os países vizinhos da América Latina. Argentina cresceu 8.7; Uruguai, 6; Venezuela, 6; Chile, 5 e nós, 3.3, de 2003 a sete. Mas eu vou pegar os países emergentes, que são os que concorrem conosco, que têm carga tributária de 19, como a China, que a senhora sabe, cresceu 11%; a Índia cresceu 9; a Rússia cresceu 8, e o Brasil, 5.4. Mas é muito pouco para eu

me conformar que esses países possam crescer mais do que o Brasil.

E a e a compulsão, Ministra, por final, eu quis dizer, e a senhora não tem obrigação de conhecer termos de psicanálise e psicologia, compulsão oral, não de ação. Essa é que eu gostaria mesmo que acontecesse. Mas já que a senhora traduziu de forma equivocada, eu quero dizer que a compulsão do Governo não é só essa. Uma compulsão também à pirataria. A Bolsa Família, que tanto a senhora diz que tem compulsão de falar, o tempo todo, o Governo e o Bolsa Família, tem mais de 10 anos, talvez 12 anos, que foi criada a transferência de renda no país, com o Bolsa-escola, o vale-gás, o PET, a sentinela, auxílio gestante... Agora, concordo, o Presidente de V.Exa. foi inteligente. Juntou tudo e criou um nome só porque ele é um marqueteiro de primeira. E os Ministros do Fernando Henrique ficaram brigando e não deixaram unir numa plataforma só. E a senhora também, o Governo aumentou o número de famílias. Mas não é exclusividade de vocês e não são só vocês que têm obsessão pelo Bolsa Família. “Luz para todos”, pirateado o “Luz no Campo”. Está escrito no jornal de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Kátia Abreu, vou dar mais um minuto para V.Exa., por favor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada. “Luz no Campo” e o “Luz para Todos” são a mesma fonte. Sabe quem é que paga o “Luz para todos” e o “Luz no Campo”, Senador Suplicy? É tirado da conta de energia de V.Exa. e de todos os pobres do país. Também eu entendo a compulsão deste Governo nos gastos públicos. De 2003, era 15% do PIB, e 2007, 17% do PIB. Compulsão pelos dossiês: Alopados, caseiro, FHC e também pelos escândalos. V.Exa. sabe, e outro dia o Senador aqui na Tribuna comentou que, no Governo Collor, foram 19; Itamar, 32; FHC, 46 e, neste Governo, 129. Também não deixa de ser uma compulsão.

E a compulsão final que eu esqueci aqui de comentar, é de que o fim da CPMF o mundo ia acabar. E o mundo não acabou. Falaram dia e noite sem parar e chamaram compulsivamente a oposição de irresponsável. E ninguém nos pediu desculpas, até hoje, com excesso de arrecadação de janeiro e fevereiro, que já arrecadou metade da CPMF do ano passado. Como é que pode justificar também...

Essa matéria da Folha de São Paulo, por último, Sr. Presidente, que diz que o Brasil possui uma Itaipu atrasada em novas usinas. Se procede essa matéria do jornal Folha de São Paulo, de 05 de maio, os atrasos nessas usinas, que poderiam significar 20% do que é consumido no país, que é o número de Itaipu. Itaipu

representa 20%. E nós estamos com 20% de novas hidrelétricas, que não conseguem se instalar no país. Eu gostaria de saber a verdade e por quê. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senadora Kátia Abreu, com a palavra a Ministra Dilma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): As três réplicas. Então, com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministra, quando eu digo que é um dossiê e não um banco de dados, é porque olho a SUPRIM, que se preocupa com ordem cronológica e vejo que o tal documento, dito banco de dados, que saiu de lá, vêm sem ordem cronológica, dando ênfase a despesas fúteis do Governo passado, tipo bebida e perfumarias e coisas desse gênero, enfim. Quando eu digo que há várias versões, eu me lembro do seu telefonema à D. Ruth, muito gentil. Eu lembro do recurso do TCU, desmentido pelo TCU. Lembro-me da sua aparição, muito convicta como sempre, em cadeia de televisão e rádio, em entrevista coletiva, falando até da hipótese de um hacker. V.Exa. disse: “Pode ter sido alguém que invadiu, algum intrusão, porventura, possa ter se apossado”. Uma teoria conspiratória. Era outra versão, sim, para prejudicar o Governo, enfim.

V.Exa. diz que não há contradição maior com o Ministro Tasso Genro. Claro, V.Exa. é peremptória, e eu aprecio esse seu jeito peremptório de ser. Diz: “Não há dossiê. Não há dossiê autorizado por mim”. Não estou aqui para pô-la em dúvida. O Ministro Tasso Genro diz: “Pode ter havido e não faz nenhum mal”.

Quando você é peremptória e diz: “Não há dossiê”, V.Exa. sabe que se houvesse dossiê, haveria algo de que se pudesse acusar V.Exa. V.Exa. vê mal nisso, em usar a coisa pública para inculpar quem quer que seja. O Ministro Tasso Genro diz que não, acha normal se usar a coisa pública como forma de embate político, como se ele estivesse lutando de sindicato para sindicato, um contra o outro, em condições iguais. E não é verdade que seja assim. Mas sabe por que, Ministra, que eu vejo que há... Que existe a figura do dossiê? Porque isso, para mim, é... Aí, é uma questão de mera intuição mesmo, mera intuição. Vou dizer algumas coisas que são de mera intuição: V.Exa. demorou muito a vir ao Senado. Se fosse algo banal, se fosse algo simples, algo simplório, V.Exa. teria vindo antes. E está aqui, V.Exa. viu que foi muito bem tratada, claro que o nosso papel é fazer a fiscalização, é fazer as perguntas. V.Exa. conviveu... Isso só pode engrandecer V.Exa.

a nós, com adversários educados, que não estão aqui para dizer “amém”. Estão aqui para colocar a sua visão do momento presente. Nenhum deles agrediu V.Exa. com palavras; nenhum deles tratou V.Exa. de maneira injusta, de maneira deformada. V.Exa. poderia ter vindo antes.

Mas o próprio esforço que a base, que sustenta o Governo nesta Casa fez, tratando como se fosse o pecado mais grave, aquela dentada que Eva deu na maçã, lá no éden, no paraíso, algo assim, que foi um corre-corre, a confusão que se deu aqui nesta confusão, como se o Senador Marconi Perillo tivesse ele próprio cometido um crime de lesa-pátria por ter aprovado este Requerimento e, depois, diziam: “E não vai se poder falar em outra coisa que não seja PAC”. Parecia que ia se estabelecer... Vamos voltar, V.Exa. e eu, que temos todas as contradições, para um regime militar que não vinga, graças a Deus, no Brasil mais, parecia a censura dos tempos do regime militar. Teríamos aqui que estar feito bonequinhos, falando apenas de PAC, quando eu sabia que o meu objetivo aqui seria falar até de PAC, se eu tivesse o tempo que V.Exa. teve para expor. Mas, se eu não tivesse tempo, e não tive, eu falaria do dossiê porque essa era uma satisfação que nós todos tínhamos que prestar à opinião pública.

Então, toda essa celeuma para que V.Exa. não viesse, a tentativa de censura, a demora para a decisão “vem agora, não vem agora”, parecia que era um cadafalso. Isso tudo me leva a crer, é subjetivo, de que havia mesmo um dossiê, havia algo a esconder. Não quero dizer que seja V.Exa., mas algo do Governo. O dossiê, enfim.

E vou dizer mais, Ministra, eu posso estar equivocado. Não sou de—

[soa a campanha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Ficar fazendo adivinhações, não sou jogador de tarô... Aliás, tenho um azar brutal para jogo de azar. Eu nunca venci um bingo na minha vida. Eleições já venci várias, já perdi algumas, agora, bingo, eu não venço nenhum. Eu sou péssimo para... Loteria não jogo porque também não venceria. Estou seguro de que eu tenho uma família muito maravilhosa e daí Deus diz assim: “Então, esse cara não ganha no jogo. Ele está proibido de ganhar no jogo”.

Eu acho, minha opinião, que Dra. Erenice Guerra não vai até o final deste Governo. Minha opinião. Mera intuição. Em homenagem ao Dia das Mães, e para V.Exa. ver como eu tenho a cabeça arejada, minha intuição feminina diz isso. Ela não vai até o final do Governo. Acredite nessa intuição. Vamos ver o que o futuro diz. Mas eu tenho convicção de que houve um

dossiê, sim, e não um banco de dados. E o dossiê visava a intimidar adversários que não—

[soa a campanha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Visava a intimidar adversários que não se intimidaram porque não podiam se intimidar. Porque não tem razão de nos intimidarmos diante de um Governo democrático como o do Presidente Lula. Não temos razão de nos intimidar diante de uma figura democrática como V.Exa.—

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --E já concluo, Sr. Presidente, o mesmo minuto que V.Exa. concedeu à Senadora Kátia Abreu, eu pediria para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Já dei a V.Exa. cinco minutos, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não. V.Exa. me deu três. Acabou agora. Eu fico com um olho no peixe e outro no gato. Eu estou aqui, em matéria de relógio e Tribuna, eu sou mais escolado que... Eu tenho mais horas de microfone do que urubu de vôo. Então, é uma intuição minha. Ou seja, não teríamos por que nos acorarmos se não fizemos diante da ditadura, nos acorarmos diante de um Governo que é regido por leis rígidas e por poderes que são independentes do Executivo, que estão aí para salvaguardar a democracia e pela qual o Presidente Lula, inclusive tanto lutou ao nosso lado. E nem V.Exas. teriam quaisquer razões para imaginar que pudesse sair daqui qualquer coisa diferente do que saiu. Alguém diz: “Ah, ganhou, perdeu”. Isso aqui não é jogo. Meu Flamengo ganhou bonito domingo. Estou muito satisfeito com isso. Aqui não tem jogo algum. Eu estou muito satisfeito com que disse, muito satisfeito com ter mostrado a V.Exa., nós éramos capazes da maior urbanidade. Fiquei triste porque não recebi as respostas todas que queria. Mas saio daqui com um convencimento. Houve o dossiê. Muito obrigado, Ministra, com muita atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, para a sua réplica, o Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu vou ser bastante rápido. Dirijo-me direto à Ministra Dilma. Ministra, eu me animei muito quando V.Exa. começou a, com precisão cartesiana, didática, a prestar informações sobre o que eu perguntei. A planilha do SUPRIM e a planilha dos gastos decorrentes de dinheiro de conta B, de contas pagas pelo Governo anterior, 98/2002.

Quem domina, como V.Exa. domina as informações que foram passadas aqui, eu imaginei que estivesse na ponta da língua a resposta para a pergunta que eu fiz, que era a que mais importava, a que mais interessava: Quando e quem deu a ordem pra fazer o levantamento dos gastos de Fernando Henrique e D. Ruth, 98/2002. Quem, com a minúcia com que V.Exa. colocou aqui, sabia por que é que a planilha das contas que ensejaram o SUPRIM tem aquele formato, porque elas são específicas para viagem aos Estados Unidos, para viagem a Manaus, para compra de mantimentos para o Palácio do Alvorada, tudo por seguimentos.

Evidente que eu fiquei certo de que, com relação às contas tipo B, haveria precisão cirúrgica com relação a quem preparou aquilo. Até porque, o que passou pela imprensa, as contas B são difusas, são dispersas, mas o que vazou foi especificamente das contas B, gastos de Fernando Henrique Cardoso. É como se fosse uma viagem à China. É conta de Fernando Henrique Cardoso. Específico.

Eu supus que V.Exa. tivesse a resposta para dar a esta Comissão para que nós... Nós tirássemos um belo proveito dessa Reunião, para que a gente encurtasse etapas. Eu não entendi, pelo que foi dito, não há resposta para essa minha indagação, que é a indagação principal, que respondia a se existe dossiê ou não existe dossiê. O dossiê é maldoso porque tem claro objetivo político ou não? Não se trata de nada disso. Como essa resposta não foi dada, se é que eu entendi bem, eu carrego da Reunião uma grande frustração, fazendo o registro da competência de V.Exa., em colocar com precisão cirúrgica aqui, a forma como se faz a planilha para o SUPRIM, como se fez a planilha para os gastos da conta B... Era lógico. Tinha a intuição. “Ela vai agora dizer quem foi que deu a ordem e quem foi que preparou o banco de dados, o dossiê, o levantamento de elementos dos gastos de Fernando Henrique Cardoso”. E se encerrava essa questão. Infelizmente, isso não aconteceu e eu guardo frustração, a menos que V.Exa., na tréplica, possa nos dar alguma informação mais conclusiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, para a tréplica, a Ministra Dilma. E nós vamos dar a V.Exa. cinco minutos.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Primeiro, a questão do 5,4% do PIB, acho que eu já respondi, não vou voltar a responder essa questão. Eu acho que o país está crescendo, e acho que as perspectivas nunca foram tão boas para o crescimento desse país. E acho que a população brasileira reconhece isso. É uma coisa que eu tenho muita certeza. É uma coisa muito forte. A população brasileira reconhece que o Governo do

Presidente Lula, ele está fazendo o país crescer, está distribuindo renda, está incluindo socialmente.

No que se refere à “Luz no Campo”, eu quero dizer à Senadora que eu tenho um grande respeito pelo Senador Tourinho, que não está mais nessa Casa. E que eu reconheço que o Senador Tourinho teve vários esforços no sentido de levar a eletrificação rural no Brasil. E quero dizer isso porque vi, participei e vi o esforço do Senador, e não vai ser porque eu estou no Governo, que não é o mesmo dele, que eu não vou deixar de reconhecer seus méritos.

Agora, eu queria dizer à Senadora o seguinte: Na escala que nós fizemos, Senadora, inclusive com a ajuda do Senador Tourinho, já Senador, que tinha a sensibilidade para o fato, ele nos ajudou a mudar a Legislação que viabiliza fazer, nessa dimensão, o “Luz para Todos”, como nós estamos fazendo. Nós estamos fazendo a um milhão e 700 mil ligações porque nós mudamos a Legislação, porque nós tomamos as providências, inclusive, de obrigar as concessionárias a fazer, ou seja, foram tomadas medidas regulatórias, Senadora, que asseguraram à população marginalizada e excluída da luz elétrica desse país o acesso à eletricidade. E eu agradeço aqui ao Senador Tourinho que, sensível e parceiro, foi uma das pessoas que me ajudou, aqui no Congresso, a mudar a Legislação e a tomar essas providências.

No que se refere à saúde, aliás, à CPMF, nós continuamos lamentando, sim, Senadora, que 40 bilhões de reais não possam ser gastos na CPMF. Só não insistimos hoje nessa tecla porque não está na Pauta. Mas nós lamentamos bastante que isso não tenha acontecido. E achamos que a saúde, ela merece essa quantidade de recursos. Essa possibilidade da arrecadação no Brasil ter atingido esse patamar, ela não pode ser algo que nós demos por garantido. Por que, Senadora? Porque nós vivemos num momento delicado e temos que acompanhar com cuidado essa questão. Até porque temos nosso compromisso também com a questão da responsabilidade fiscal.

No que se refere às usinas de Itaipu, tem uma Itaipu atrasada, Senador, eu diria para senhora até que é muito mais que uma Itaipu que não está sendo feita no Brasil. Sabe por que, Senadora? Quando eu assumi o Governo, no Ministério de Minas e Energia, eu recebi três mil megawatts, com Projeto ambiental e com... Por quê? O que acontecia, Senadora? Tinha uma metodologia antes, que era a seguinte: Você licitava primeiro, fazia a licença ambiental, e fazia depois, tanto a licença ambiental prévia, como depois o Projeto Executivo. Então, podia até ter licitado, podia estar na Pauta, só que não tinha as condições suficientes. Tinha as necessárias, que era o leilão. Mas não tinha as sufi-

cientes, que eram a licença prévia e os Projetos. Então, nós tivemos de fazê-los. Tanto é que Santo Antônio só sai agora porque nós chamamos, naquele momento, a iniciativa privada para fazer Santo Antônio e Jiral, seis mil e poucos megawatts ali em Rondônia.

A mesma coisa, Senadora, no que se refere a Belo Monte, que eu ia falar hoje. Sabe o que aconteceu com Belo Monte, Senadora? O Projeto não estava adequado. Foi objeto de embargo pelo Ministério Público e até hoje nós começamos com... Também um consórcio privado a rever os Projetos. Hoje, quando eu falei de inventário e de avaliação ambiental integrada, e mostrei que é algo em torno a quase 50 mil megawatts, que estamos fazendo estudos, é justamente para provar que um Governo, ele tem que ser cobrado. E acho que o Governo do Presidente Lula tem que ser, sim, de ser cobrado pelo que ele deixar para seus sucessores.

Na área do setor elétrico, Senadora, não há obra se não tiver inventário e avaliação ambiental integrada. Porque hoje o Ministério Público exige avaliação ambiental integrada. Não basta eu olhar e estudar o empreendimento; eu tenho que estudar a bacia, fazer a avaliação ambiental daquele segmento; apresentar a avaliação ambiental integrada e, a partir daí, começar meu EIA/RIMA e minha licença prévia, sem a qual não entra no leilão, porque nós não estamos fazendo usina a papel. Nós estamos fazendo uma usina que tem de começar, iniciar e acabar.

Então, Senadora, um dos motivos, por isso, eu vou dizer para senhora—

[soa a campainha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Nós, quando chegamos no Governo, tinha quase... Eu não lembro mais direito porque eu saí lá do Ministério de Minas e Energia, antes eu sabia isso na ponta da língua, quanto que eu recebi de usina, sem licença prévia. Era muito mais de 20 mil megawatts. Eu não vou falar 40 porque não sou leviana. Mas eu vou ficar nos 20 porque já é suficiente. Então, estamos correndo atrás da máquina no que se refere a fazer as usinas hidrelétricas no Amazonas. Mas fazer, respeitando o meio ambiente. Isso que é a orientação do Governo do Presidente. Na Amazônia. No Amazonas também, Senador. Também tem algumas que vão... Que são... Que estão no Amazonas, também. Que estão agora, estão em processo de estudo ambiental. Não estão nem sendo feitas, porque estão nessa questão do inventário e da avaliação ambiental integrada.

Belo Monte é no Pará, mas tem, lá naquela região, é a grande fronteira de eletricidade do Brasil. Lá e no centro-oeste. Onde que tem? Porque, lá no sul, já foi, a maioria, tem algumas poucas ainda, Paique-

rê, que mencionaram aqui; tem alguma binacional; no Sudeste, quase tudo foi feito; no Nordeste, acabou. Resta o Norte, a Amazônia, como o senhor disse, o Amazonas, o Pará, Roraima, Rondônia também tem. Rondônia tem um grande potencial hidrelétrico. E a gente tem de estudar nos outros Estados do Norte do país porque é a fronteira de hidrelétrica do país, mas, respeitando o meio ambiente.

Senador Arthur Virgílio, de fato, eu acho que tem uma série de gastos e, inclusive, o dia em que eu cheguei à conclusão de que eu era vítima desse processo, é porque o que foi divulgado pelos jornais é irrisório, Senador. Os gastos da Presidência da República com as peculiaridades, tanto do Presidente Lula como do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eles são baseados em hospedagem, são baseados em transporte e são baseados em alimentação. Nenhum de nós pode ter, assim, o farisaísmo de achar que um Presidente pode receber mal um dignitário brasileiro. Até fica mal para o país. Ele tem que ter acesso a um nível de alimentação e de bebida adequados. E ele não pode, ele vai ter também... Como ele é um representante do país, ele também tem que ter uma hospedagem adequada.

No que se refere... Eu liguei para a D. Ruth, dizendo para a D. Ruth que eu não tinha mandado fazer um dossiê sobre a D. Ruth. Até porque os dados que saíram sobre gastos com a D. Ruth são ridículos. São gastos de transporte. Não precisava divulgar assim. Sabe por quê? Porque, como eu disse, não houve um único Ministro, não houve um único Presidente até, se não me engano, setembro de 2005, cujos gastos de transporte não foram pagos por contas de suprimentos, sem... Dispensadas de licitação, sem necessidade de licitação. Essa era a praxe. Foi mudado recentemente. Então, veja bem, Senadora, estranho esse dossiê, que só tinha dados absolutamente auditados, absolutamente legítimos. É muito estranho, Senador.

Então, quando eu digo que me prejudicava, por quê? Não vejo sentido nenhum, Senador, em transformar um banco de dados num dossiê. Uma coisa é eu ter, hoje, eu tenho hoje, isso é real, isso é concreto. Tenho um banco de dados sobre o período, com mais de 20 mil dados. Não saiu do céu isso. Se alguém pegou dados desses, que em algum momento estiveram à disposição, que estruturou esses dados ou que pegou algum desenvolvimento, ao longo do período, não é algo que a Casa Civil tenha responsabilidade. Por isso eu queria destacar só isso. Eu pedi apuração disso, tanto pela Comissão de Sindicância como a Polícia Federal, porque eu acho que é fundamental que se saiba como isso aconteceu, como se deu. Que há um banco de dados, dentro da Casa Civil, que

esse banco de dados está à disposição, que pode ser atestado pelos senhores, afinal de contas, o Tribunal de Contas é uma instância ligada ao Congresso, no sentido da auditoria e da fiscalização. Pode perguntar se não tem o banco de dados. Se ele não existe, se ele não é real.

E eu expliquei também para o Senador Agripino que, no processo de confecção de todo este novo módulo de suprimento de fundos, para poder contar essas despesas que não são de cartões corporativos, nós tivemos de fazer duas coisas, Senador: Uma, fazer uma planilha Excel, para quê? Para que, simultaneamente ao desenvolvimento do módulo, nós pudéssemos migrar. É por isso que está pronto. A prova do que estou falando é real, está pronto, foi feito, está dentro da Casa Civil. É olhar. Neste período, eu tenho hoje, à disposição dos senhores, em qualquer momento, o acesso a esse banco de dados. E já mandamos para a CPI, nós mandamos uma parte expressiva deles.

Hoje, o TCU pode chegar e pedir: “Cruza o supridor com o fornecedor. Olha o que é que tem... Como é que é o CNPJ, quem é a empresa, que tipo de empresa é”. É possível fazer qualquer avaliação sobre o banco de dados. Nos que se referem a nós, Ministros do Palácio do Planalto e da Casa Civil, os nossos dados estão no Portal da Transparência porque eles não são sigilosos nem privativos nossos. Eles estão disponíveis, como estão as despesas de pronto pagamento, mas eu vou repetir: O que é que nós estamos investigando? Como é que dados, que são privativos, que integram um banco de dados, tiveram, em algum momento, uma formatação e foram levados para o vazamento? Quem vazou? Como vazou? E a quem interessa esse vazamento, Senador? É essa a pergunta que cabe politicamente.

No que se refere aos responsáveis, eu disse, tem uma responsabilidade explicitada para o Senado, através do pedido de informação do Senador Arthur Virgílio. Nós dissemos para ele. Foi decidido fazer, em 2004, o banco de dados. Foi definido que nós retroagiríamos. Está explicitado, Senador. Não há a menor dúvida a respeito. É só o senhor pegar a informação, que é essa aqui, é esse processo aqui, que é o pedido de informação de 09 de setembro de 2005, Requerimento 429/2005. Nós dissemos isso. E nós dissemos, inclusive, quando perguntado no final, discriminar esses gastos, os de 95/2002, de dois Ministros, deste período, efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada, nós dissemos o seguinte para ele: “Ao término da inclusão de dados, da inclusão de que dado? Deste período. Será possível obter relatórios gerenciais contendo as informações solicitadas”.

Além disso, tem um outro momento que nós dissemos o seguinte: Que há um problema no que se refere ao fato de que nós não conseguimos, no item 1, tem o item B, que diz assim: “Foram concedidos suprimentos de fundos para atendimento de despesas relacionadas a peculiaridades da Presidência”. E, no item anterior, diz o seguinte: “Não foram concedidos suprimentos de fundos exclusivos para o atendimento das despesas dos Ministros citados”.

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Então, o que estava havendo, Senador? Vou repetir mais uma vez: As despesas dos Ministros e as despesas das peculiaridades do Presidente estavam misturadas. Eu tinha que separá-las. Eu tinha que falar essa despesa X é do Ministro tal. Essa despesa X é peculiaridade da Presidência, da Vice etc. Essa despesa Y, não. Essa é a chamada “suprimento de pequenos gastos”, que é o tonner e outros... Outras compras emergenciais que, em qualquer Ministério, sempre se fez e se faz ainda, no âmbito do Governo Federal. Mas eu agüento com a voz, minha filha, esse microfone aqui, tem hora que ele me atrapalha. Eu acabei, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrada a tréplica da Ministra Dilma, eu passo agora a palavra aos últimos oradores já inscritos. E começo pelo Senador Demóstenes Torres. Cinco minutos cada Senador e Senadora.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares... Ministra, a minha dúvida só de caráter técnico e gostaria que V.Exa. me esclarecesse. V.Exa. tem a guarda desses documentos, definidos como sigilosos. E a própria lei 11.111 diz claramente quais são esses documentos sigilosos. Ou melhor, de que maneira eles podem ser catalogados. Os documentos ultra-secretos, eles ficarão guardados por 30 anos. Os secretos, por 20 anos; os confidenciais, por 10 anos, e os reservados por cinco anos. V.Exa. disse que esses últimos documentos oriundos dos dados, dos gastos presidenciais e afins, eles são reservados, correto? V.Exa. fez essa afirmação. Portanto, eles têm o prazo de sigilo de cinco anos. Se eles têm o prazo de sigilo de cinco anos, V.Exa. poderia fazer banco de dados, V.Exa. poderia fazer dossiê, porque os documentos referentes ao Governo Fernando Henrique Cardoso expiraram no dia 31 de dezembro de 2002. Portanto, a partir de 31 de dezembro de 2007, eles eram extremamente públicos. Não há questionamento quanto a isso.

Há possibilidade de renovação do prazo, e essa renovação pode ser pelo prazo de cinco anos, e também expirado esse prazo, também as autoridades podem se reunir e até dizer que por mais um tempo

permanecerão fechados. Como não foi tomada nenhuma medida nessa direção, então V.Exa. ou qualquer outro, aliás, teriam obrigação de tornar públicos todos esses dados. Todavia, Sra. Ministra, se eles realmente foram catalogados como reservados, não há qualquer problema. No período de guarda, Sra. Ministra, aí é que nós temos a nossa dúvida. Acho que, se V.Exa. fez o banco de dados, tudo correto. Se ele foi determinado fazer em 2003 ou 2004, já aí vêm sendo catalogados, os dados secretos, Ministra, não podem ser sequer olhados. Nós, a senhora, eu, o Presidente da República, V.Exa. tem o poder de classificar. A lei lhe dá essa prerrogativa, mas V.Exa. não pode nem olhar o documento secreto. V.Exa. não tem essa atribuição. Ninguém tem essa atribuição. Por isso a lei diz: “Por quanto tempo esses documentos permaneceram fechados”. “Ou permanecerão fechados”.

A senhora veja bem, inclusive, que há uma possibilidade só e única da divulgação desses dados, que o art. 17 do regulamento da citada lei, que é o Decreto 4.553 diz, que “poderão ser elaborados extratos de documentos sigilosos para sua divulgação ou execução, mediante consentimento expresso”. E tanto é verdade que V.Exa. ou o Presidente da República ou qualquer outro não podem ter acesso, que a única exceção vem contemplada no art. 37, inciso I desse Decreto que eu mencionei. Diz o seguinte: “O acesso a dados ou informações sigilosos, em órgãos e entidades públicas e instituições de caráter público, é admitido: I - ao agente público, no exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública, que tenham necessidade de conhecê-los”.

Então, primeiro, eu pergunto: A determinação feita por V.Exa., V.Exa. diz que determinou que se fizesse esse banco de dados. Ela aconteceu nesse ano de 2007? Segundo: Se foi feita uma determinação anterior, essa determinação foi verbal ou foi por escrito? E mais: Quem determinou, fez... O fez nos moldes do art. 37, inciso I, dizendo que precisava conhecer esses dados? Então, são essas minhas dúvidas, Sra. Ministra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Demóstenes, pela obediência ao tempo. Eu só gostaria que o Senador, Presidente do Senado, Garibaldi Alves, acaba de anunciar que a nossa Sessão, amanhã, deliberativa, começará às 11h00 da manhã porque há um evento agendado no Senado já previamente agendado, sobre o 4º Ano Polar Internacional.

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Gra-ve vai ser o evento do 5º Ano Polar. Pode esperar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto, amanhã, ao invés de 10h00,

nós começaremos a nossa Sessão às 11h00 da manhã, e isso o Senador Garibaldi Alves também acaba de anunciar, lá no Plenário do Senado Federal. Eu passo agora a palavra para o Senador Raupp. Cinco minutos, Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sra. Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, Sras. e Srs. Senadores... Sra. Ministra, V.Exa. tem sido grande, em todos os cargos que ocupou até o momento. Tenho certeza absoluta que sairá maior, ao final desta audiência.

Eu tenho apenas, na verdade, Sr. Presidente, uma pergunta. Eu ouvi falar... Eu não fiquei aqui o tempo todo da Reunião, tive que ficar na CCJ no período da manhã, até porque relatava alguns Projetos na CCJ. Mas passei aqui umas duas, três vezes durante o dia. E que foram faladas praticamente todas as obras do PAC, obras na Amazônia, obras no meu Estado, Usinas de Santo Antônio e de Jirál, que são no Estado de Rondônia, Rodovias, Projetos de Ferrovias, que vai contemplar futuramente o meu Estado também, a cidade de Vilhena; foi falado aqui da usina de Belo Monte, no Pará, que é um anseio forte do Senador Flexa Ribeiro e de todos os Senadores e políticos do Pará. Mas foi esquecida aqui uma obra, que eu tenho reclamado, há mais de cinco anos. A Ministra sabe qual é.

Eu estive, por várias vezes, no Ministério de Minas e Energia, quando V.Exa. era Ministra das Minas e Energia, estive na Casa Civil depois que V.Exa. assumiu a Casa Civil; por algum momento, eu acreditei que essa obra estava prestes a acontecer, a iniciar; o licenciamento ambiental foi liberado, já há mais de dois anos, e ela, eu só vejo ela no mapa. O traçado, em vermelho, junto com o gasoduto Guari-Manaus. Essa obra que me refiro é o gasoduto Urucu-Porto Velho. Nós estamos sendo contemplados com as usinas do Rio Madeira, Jirál e Santo Antônio, isso é muito bom para Rondônia. Rondônia realmente está recebendo, talvez, o maior investimento das obras do PAC. Eu seria injusto se não agradecesse o Governo atual. Assim como seria injusto também se não agradecesse o Governo anterior, de Fernando Henrique, que fizemos parceria; eu fui Governador naquela época e fizemos parcerias saudáveis, como a construção do Porto Graneleiro de Porto Velho, já antes de relatar... Eu fui Relator das PPPs, quando cheguei no Senado. Mas, antes de relatar as Parcerias Público-Privadas, nós já fazíamos parcerias. E eu fiz parcerias com o Governo passado, com o Governo do PSDB.

É claro que o PAC é um programa... Pode até dizer que é uma cópia do “Avança Brasil”, mas diz que é feito copiar quando a cópia sai pior do que o original. Mas o PAC é um programa superior, eu diria que

o “Avança Brasil” foi bom. Mas o PAC foi superior ao “Avança Brasil”. Assim como o “Luz para Todos”, já foi falado aqui hoje, que é uma cópia do “Luz no Campo”, mas, que tem dado resultado, resultados positivos. Acho que não pode tirar o mérito daqueles que fizeram no passado. E tenho que elogiar e agradecer quem está fazendo agora, melhor até do que estava sendo feito no passado.

Mas eu cobro aqui, mais uma vez, Sra. Ministra, a obra do gasoduto Urucu - Porto Velho. Nós estamos cedendo os aproveitamentos de Jiral e Santo Antônio, que vão gerar em torno de sete mil megawatts para o Brasil, para sustentar o crescimento do país. V.Exa. falou hoje de manhã que o Brasil viveu um apagão no passado e, vira e mexe, estão se falando em apagão novamente no Brasil. Acho que nós não vamos ter esse apagão. Mas o Rio Madeira, assim como Belo Monte, Senador Flexa Ribeiro, no Pará, vão conceder esses três aproveitamentos para sustentar o crescimento talvez por 10, 15 ou 20 anos. E até lá vão surgir outros aproveitamentos. Mas essa energia do Rio Madeira não vai ser para Rondônia. Eu tenho certeza, tenho a consciência tranqüila, que se a energia do Rio Madeira fosse para abastecer Rondônia, essas usinas não sairiam. Iam-se construir outras alternativas.

Então, já que a energia do Rio Madeira vai ser para abastecer o Brasil, o centro produtor, o centro industrial do país, nós queremos, para Rondônia, o gasoduto Urucu - Porto Velho. Dizer que não tem gás, a PETROBRAS dizer que não tem gás, não é verdade—

[soa a campainha].

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A PETROBRAS recentemente divulgou, na Folha de São Paulo, uma matéria, dizendo que tem 100 bilhões de metros cúbicos de gás na bacia de Urucu. Fora a bacia do Juruá, que está sendo prospectada, está sendo pesquisada, que deve ter um tanto de gás. E esse gás vai sair para onde, se não for pra Manaus e para Porto-Velho? Se Rondônia vai ser interligada no sistema nacional, com a interligação de Mato Grosso a Rondônia, o Amazonas, Manaus também vai ser interligado, através da linha de Tucuruí. Então, estamos empatados, um a um. E já, como estamos empatados, está saindo o gasoduto Guari-Manaus, nós queremos o gasoduto Urucu-Porto Velho, Ministra. Era essa a pergunta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agradeço ao Senador Valdir Raupp pela obediência do tempo também. Eu passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Sra. Ministra, esse modelo engessa a oposição e favorece, é claro, quem depõe. E, por isso, é

inteligente da parte de qualquer Ministro que esteja, eventualmente, no epicentro de uma crise, como está a Ministra Dilma Rousseff, ser convocada ou convidada para esse tipo de audiência; jamais deve recusar. Eu creio que vale esta lição.

De qualquer forma, nós temos que cumprir o nosso dever e vamos tentar cumprir da melhor forma possível. Talvez, mais difícil, nesse modelo, do que responder às nossas indagações, seja, para a Ministra, fazer uma opção entre as nove versões que o Governo já apresentou para a história do dossiê. Eu não vou enumerá-las porque o meu tempo se esgotaria. Mas foram nove versões apresentadas pelo Governo.

Dossiê ou banco de dados? O banco de dados existe e antecede ao dossiê. Mas é inevitável reconhecer, por uma questão de sinceridade, a existência, e de honestidade, a existência do dossiê. O que está havendo é uma coleção com eufemismos sociais, dando origem a um dicionário paralelo. Nós já tivemos os precedentes de Delúbio Soares, que denominou de “recursos não contabilizados” o caixa dois. Depois, o ex-Ministro Palocci denominou de “imprecisão terminológica” a mentira. E agora, para banco de dados ou para dossiê, nós temos o eufemismo do banco de dados. É a reedição da novíngua que o magistral George Orwell, aliás, como o Presidente Lula, às vezes, eu tenho dificuldade de pronunciar determinadas palavras. Não foi a propósito. Mas, o magistral George Orwell, ele, na sua obra de ficção, idealizou a novíngua, num Governo arquiditatorial(F), exatamente para confundir ou para iludir a opinião pública. É o que se faz agora, quando se tenta denominar de banco de dados um dossiê.

O dossiê é o filho do banco de dados. O dossiê nasceu do banco de dados. Existem várias fontes de vazamento, oficiais ou não oficiais. Eu posso enumerar algumas: No dia 09 de fevereiro, a primeira notícia, na coluna do jornalista Cláudio Humberto, dando conta já de informações sobre o Governo passado, reunidas pela Casa Civil. No dia 15, a Folha de São Paulo já divulgava item desse dossiê; item pontual do dossiê, a que nos referimos. E um ilustre Parlamentar governista, não vou citar o nome para não prolongar ainda mais esta Reunião, senão fará uso do art. 14, na revista Veja, informava sobre gastos do Governo passado, constantes desse dossiê. Falava nos vinhos, nas comidas, nas fraldas, nos óculos etc. E disse taxativamente: “Essas informações constam de um levantamento feito pela Casa Civil, em que estão listados cerca de 60 itens classificados como extravagantes ou despesas exóticas”. Portanto, faz referência pontual à existência de um levantamento, com 60 itens preferenciais, que foram elencados do dossiê, na produção de um banco

de dados não, de um dossiê. Que foram elencados, do banco de dados, para a produção do dossiê.

[soa a campanha].

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Olha, o jornal Washington Post derrubou um Presidente da República e, naquela oportunidade, o que foi considerado importante foi o fato e não a fonte do vazamento do fato. É muito importante para o Governo, talvez, saber quem vazou, lá no Palácio do Planalto, comprometendo um cronograma previamente estabelecido. É claro, atravessou e interrompeu um processo urdido, estrategicamente montado. É muito importante para o Governo. É para nós também. Mais para o Governo do que para nós; para nós e para sociedade, o importante é saber quem ordenou e quem fez o dossiê. Isso que é importante. Isso é irrecusável. A Ministra fez algumas perguntas. “Quem?” “Para quê?” “Quem vazou?” Mas não cabe à Ministra perguntar, cabe à Ministra responder. Cabe-nos a pergunta. À Ministra, a resposta. Creio que está se consagrando, no atual Governo, a hierarquia penal. A autoridade maior foge à responsabilidade; nunca é responsável por nada—

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Alvaro Dias, vamos concluir, por favor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou concluir, Sr. Presidente, embora o tempo tenha sido muito escasso, mas vou concluir.

A responsabilidade penal não pode ser hierárquica, Ministra; fugir à responsabilidade. A autoridade maior, fugindo à responsabilidade, repassando para coadjuvantes. Penalizados podem ser os coadjuvantes do Governo. Os cardeais nunca. Chegar perto dos cardeais, dos que comandam, nunca. É claro que esse episódio se desenvolveu na área de sua influência e do seu comando. Não há como eximi-la de responsabilidade. Cabe, portanto, à senhora apontar, esclarecer, informar a respeito da elaboração desse dossiê.

De início, o Ministro Tarso Genro, afirmando que dossiê é legal e necessário—

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Alvaro, conclua—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --O Ministro José Múcio afirmando que existe dossiê, afirmou; a imprensa divulgou e, evidentemente, não há como fugir à responsabilidade de esclarecer... De esclarecer, devidamente, esse episódio. Quem ordenou, quem elaborou o dossiê e mesmo quem vazou esse dossiê, das formas variadas com que houve o vazamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Com a palavra, Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Caro Presidente Delcídio Amaral, Sra. Ministra de Estado, Dilma Rousseff, Sras. e Srs. Senadores. Eu trago, inicialmente, os cumprimentos à Ministra pela grande colaboração que dá ao Parlamento, dentro das suas prerrogativas, de trazer todos os esclarecimentos a um assunto que era uma necessidade desta Casa, uma necessidade da imprensa, de parte da sociedade, e estamos fazendo o cumprimento de uma agenda Legislativa adequada, correta, dentro das chamadas prerrogativas da função Legislativa.

Tenho absoluta certeza de que a Ministra, neste momento, dá um enorme exemplo de amor ao Brasil, de respeito pela vida institucional do país, quando apresenta, com tanta clareza, o Programa de Aceleração do Crescimento e expõe as perspectivas de muita confiança no futuro do nosso país.

De modo muito objetivo, Ministra, eu vejo o Orçamento-Geral da União tendo uma das... Dentro das grandes diretrizes dele, uma delas é exatamente a redução das desigualdades regionais. E eu sei o que o Governo do Presidente Lula tem feito na busca da redução das desigualdades regionais. Que o digam o Nordeste nessa hora, que o digam a Amazônia. Nós temos experiências passadas belíssimas. Senador Tasso Jereissati, ex-Governador, foi premiado mundialmente, numa luta contra a subnutrição infantil, problema de cegueira no Ceará, mas o que não exclui a enorme responsabilidade e o alcance de políticas públicas do atual Governo, gerando uma redução das desigualdades regionais com os programas sociais e o Programa de Aceleração do Crescimento.

Eu vejo, na minha Amazônia, lá nos cantos de Santa Rosa do Purus a chegada do Programa de Aceleração do Crescimento, contrato de obras, o processo licitatório em curso, edificações de obras públicas... Nós também... Senadores aqui falaram, Senadora Serys, nós temos uma expectativa, no ano de 2010, fecharmos o Estado do Acre, que é um canto da Amazônia brasileira, com 90% de água tratada e distribuída, 100% da água tratada e 70% do esgotamento sanitário. Isso será uma mudança profunda nos indicadores de mortalidade infantil e indicadores de doenças que levam ao agravamento de condições nutricionais e de qualidade de vida das populações. Isso se deve a esse sentimento, a esse olhar social que tem o Governo. O “Luz para Todos” é o maior programa social na história do Brasil, está lá, procurando alcançar oito milhões de famílias que viviam ainda com traço de acesso, como se estivessem no Século XIX. Viviam em plena escuridão. Então, são fatos que estamos vivendo, a presença de mais de 200 mil empregos por mês, nesse país,

confirmam a responsabilidade social e o otimismo que temos com o Brasil.

Então, eu gostaria apenas que a senhora pudesse fazer alguma consideração sobre sua expectativa que tem, nas diretrizes do PAC, nas diretrizes orçamentárias do Brasil hoje, com a redução das desigualdades regionais, de maneira mais acelerada no nosso Brasil, pensando hoje, pensando o amanhã do nosso país, as políticas de longo prazo, que estão muito bem apresentadas aqui.

No mais, eu gostaria de expressar um sentimento que a rotina administrativa da Casa Civil da Presidência da República, respeitável como é, nas suas prerrogativas, foi, sim, no meu entendimento, violada, foi atingida, virou vítima de um acesso indevido, de uma montagem de informações que foram vazadas à imprensa, com a finalidade de prejudicar a dignidade de outras pessoas. Acho que V.Exa. é vítima e acho que todos aqueles que tenham possibilidade aqui de colaborar com que está em curso de investigação, devem fazê-lo. Se alguém aqui souber quem vazou e de onde veio a informação para montar tais informações, deve fazê-lo, a bem de uma confirmação de um fato que é uma necessidade da sociedade brasileira e, daí, será um passo a favor da moralidade pública.

Então, eu quero cumprimentá-la, dizer do orgulho de vê-la conduzindo uma pasta que tem como responsabilidade o Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas para uma correção de uma injustiça, o programa Vale-Gás foi criado não no Governo Fernando Henrique, mas no Governo Sarney. Obrigada.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para o seu questionamento, o Senador Tasso Jereissati, por cinco minutos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Sra. Ministra, minhas boas-vindas, meus respeitos. Eu gostaria de dizer que tenho uma admiração até pelo seu trabalho. Só devo, numa relação muito cordial de V.Exa., e entenda essas críticas e esse posicionamento que vou fazer com muita sinceridade. Primeiro, uma [interrupção no áudio] quero fazer, antes de fazer à senhora, para deixar claro que as minhas críticas são universais, não apenas as do Governo, ao Senador Arthur Virgílio, por ter impedido que um Senador da base aliada concretizasse o desejo de lhe dar um mimo. Nós ficamos bastante frustrados por isso. Reclamamos com o Senador Arthur Virgílio.

Segundo, porque, pelo que eu entendi da explanação de V.Exa. sobre a questão dos cartões, do dos-

siê, do banco de dados, que eu não vou entrar nisso, mas, gostaria também de entender, que parece que o culpado foi o Senador Arthur Virgílio. Porque ele é que provocou, ele que autorizou, o Arthur Virgílio; gostaria que ele estivesse aqui porque foi o que eu entendi.

Mas, eu queria falar especificamente de PAC. Primeiro, dizer o seguinte. Isso é uma constatação. O PAC, e aqui está meu professor de economia da Faculdade Getúlio Vargas, da Fundação Getúlio Vargas, Professo Eduardo Suplicy, por enquanto Senador. O PAC, entendido como o processo de aceleração da economia, a partir de gastos públicos, de investimentos públicos, ele, até agora, até agora, entendido se é desta maneira, não existe. Por que é que ele não existe? O PAC... O Governo Federal, nos anos de 2007 e 2008, teve investimento da ordem de 0.9 do PIB, que a Senadora já falou aqui, 0.9 do PIB, atingindo, no seu período de Governo, no período de Governo Lula, o seu ponto mais alto, sem dúvida nenhuma. No entanto, esta... Este investimento de 0.9 é igual ou inferior ao investimento histórico do país, inclusive do início da década de 90.

A base de todo o Governo, dos Governos anteriores, a média de investimento é 0.9. Ora, se a base é 0.9, de todo o histórico dos Governos Fernando Henrique e, se não me engano, até do Governo... Exceção, se não me engano do Governo Collor, mas do Governo Itamar e do Governo Sarney, e nós estamos apenas repetindo o investimento público que foi realizado até agora. Se PAC... Eu vou repetir, para tentar entender bem, se PAC é o Programa de aceleração a partir do investimento público, não existe nenhuma novidade até agora. O que existe é apenas uma técnica mercadológica, em que se juntaram todos os investimentos públicos feitos e se chamou de PAC.

Então, o Presidente da República vai ao Ceará e diz que está lançando o PAC; vai ao Piauí e está lançando o PAC; vai ao Mato Grosso e está lançando o PAC. Ora, esta soma vai dar exatamente a soma dos investimentos públicos feitos históricos neste país. É isso que está acontecendo—

[soa a campainha].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Portanto, ele historicamente... Vai nos permitir mais um minuto, que eu gostaria... Historicamente, não existe, até agora, o PAC. Vou dar exemplos: Isso é concreto, isso é matemático, não tem erro. Não se pode dizer “não, mas, não...” Não, 0.9 é 0.9 e acabou. É aritmético.

Então, até agora isso é aritmético e não existe. Acho que o professor Eduardo Suplicy vai concordar comigo aqui nessa continha. E eu vou lhe dar alguns exemplos, por exemplo, no Estado do Ceará, eu vi aqui, neste mapa, duas obras dadas como importan-

tíssimas e que não existem, Ministra. Aqui fala nas obras do Porto do Pecém, fala num terminal de regaseificação... Não existe isso. Não existe isso no Ceará. Na obra de transportes... Apenas como dois aqui *en passant*, como diria o Presidente Lula, *en passant*. Na Transnordestina, também não existe. Transnordestina iniciou há quatro anos atrás e não tem um tostão, até agora, de investimento público. Não tem um tostão até agora. Apenas exemplos que estou pegando aqui e folheando rapidamente.

Então, dizer: “Não, nós não começamos, mas vamos começar. Nós não começamos, mas vamos fazer”. Então, eu aceito plenamente que a Ministra diga que o Presidente Lula... O PAC vai ser. Nós vamos fazer. Até agora, isso é aritmético. Não existe.

E o que eu pediria para que nós tivéssemos... Eu apelaria até, que nós tivéssemos um diálogo razoável, um pouco de humildade. Porque, quando se fala, não da senhora, do Governo; V.Exa. tem até um trato direto e autocrítico muito bom... Mas, do Governo. É o maior da história do país. Pela primeira vez, na história do país, vamos reconhecer o que existe, o que é que é verdade. O programa “Luz no Campo”, apesar de falado aqui, não é o maior da história do país. Ele é a continuação de um programa que vem há muitos anos. Ministra, quando fui Governador do Ceará, com recursos federais, nós levamos o número de domicílios com eletrificação era 25%. Nós acabamos o Governo com 85%. Foi um programa extraordinário... Não é meu, não. Pernambuco, eu me lembro que estava fazendo um programa semelhante com o Miguel Arraes. Não é nem escola maior do que foi feito naquela época. Nós estávamos fazendo programas semelhantes. Pernambuco, e imagino que outros Estados também. Acho que o Governo do Estado de Goiás fez coisas semelhantes também.

Enfim, quando a senhora falou agora e eu a interrompi, não querendo ser grosseiro de maneira nenhuma, apenas corrigindo um equívoco, não existe... É o maior crescimento do PIB dos últimos anos... Não é. Existe uma relação... Depois que foi mudada a metodologia do cálculo do PIB, ele não foi puxado para trás. O cálculo que os economistas fazem é que ele, sendo puxado para trás, levantaria, em pelo menos 1%, os PIBs que vêm lá de trás, mudando, portanto, essa série.

E, aí, nós temos pelo menos dois anos de crescimento superior a esse, se levar em conta essa mudança de metodologia, para dizer que o Brasil... Vai bem a economia. Podia ir melhor, na minha opinião. Vai bem. Mas não precisa isso. Não precisa dizer que é o maior que os outros, não precisa dizer que os outros não fizeram nada porque não é verdade. Não é sincero.

É arrogante. E dificulta o diálogo e cria uma indisposição constante porque dá a impressão que o Governo quer se perpetuar porque acredita que a história do Brasil começou por eles, não valoriza ninguém e, de repente, nós vemos umas valorizações absurdas. Se passa por todo o Governo Fernando Henrique, companheiro na luta pela ditadura, companheiro na luta contra a ditadura, companheiro de V.Exa., do próprio Presidente Lula, que temos um histórico... E se passa a realçar o Governo Médici, o Governo Geisel e assim por diante.

Portanto esses dois pontos que eu fico... Não existe PAC hoje como programa de aceleração, a partir de investimento público. E, pedindo, apelando para um pouco mais de humildade, para que a gente possa ter um diálogo mais franco e mais cordial.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de evocar o art. 14, que fui citada pelo Senador Tasso Jereissati, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Regimento assegura a palavra a V.Exa. Eu concedo dois minutos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada. Sr. Presidente, Ministra, exatamente quero apenas reiterar o que disse o Senador Tasso, nós estamos tentando discutir. Não quero que V.Exa. tome como uma oposição radical e contumaz, muito pelo contrário, a senhora vai ver que se nós discutirmos outros assuntos, nós vamos coincidir nos nossos pensamentos no que diz respeito a defensivos genéricos; Dra. Tereza Campelo sabe disso, tem representado a senhora muito bem nesse debate, a senhora teve a coragem de mudar o Decreto que regulamentava os genéricos... A senhora foi importante na questão da aprovação do “conselhão” a dois transgênicos importantes. Mas nós temos as discordâncias.

O que o Senador Tasso disse, que eu tentei dizer o tempo todo, e ele, muito mais competente do que eu, é exatamente isso: Não tem dinheiro novo porque o percentual de investimento em proporção ao PIB é exatamente o mesmo. Nós só vamos poder fazer a diferença e dizer que o Governo ou de Lula ou de José ou de Pedro ou de João aumentou a aceleração do crescimento quando esse percentual aumentar em favor do PIB, em proporção do PIB. Os portos, por exemplo, Ministra, eles cresceram... Em 1999, o investimento nos portos eram de 0,013 do PIB, em 99. Hoje, 2007, 0,014. As exportações e importações, só do agronegócio, cresceram 150%. Então, não há como admitir que esse PAC seja um milagre. Porque, em proporção do PIB, não houve alteração. Essa é a novidade. A novidade é que não tem nada de novo. Nós estamos

falando do mesmo valor em dinheiro, nós estamos falando do mesmo recurso.

Aqui no PAC, infelizmente, está aqui demonstrado que o investimento nos portos, nos quatro anos—
[soa a campanha].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Serão de um bi e 600, de dólar. E nós temos 12 empresas apenas, que eu consegui coletar, Ministra, que querem investir quase 10 bilhões em portos privados nisso, e a instrução 517, da ANTAC, não deixa. Então, quero que a senhora apenas entenda, e quero reiterar a explicação inicial minha aqui referendada por Tasso, justamente isso, que não há novidades. Não há novidades. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, pelo tempo de cinco minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quer dizer, eu me ausentei cinco minutos e, pelo que eu soube, sobrou para mim o negócio do dossiê. De repente, fui eu. O Senador Tasso me disse que não encontrou outra alternativa e que eu era o que... Eu seria o mordomo. O mordomo da história. Não foi lá na Casa Civil.

Então, muito bem, como tinha sido a minha, eu só quero dizer que não sirvo para mordomo, serviria para qualquer outro papel, em filme que não fosse de terror; em filme que fosse até um drama moderado, um filme que fosse até uma comédia de bom gosto. E nada de filme de terror--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas agora não tem mais jeito. O Senador Tasso Jereissati já disse que V.Exa. é o mordomo, e está resolvido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, mas eu recuso... Eu sou uma estrela nesse nosso Hollywood aqui; dá para escolher o papel. Eu vou ficar com outro papel, que não esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, pelo tempo de cinco minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Senador Delcídio Amaral, Sra. Ministra Dilma Rousseff, gostaria de lhe dizer que V.Exa. hoje honrou o Brasil, honrou o ser humano, a mulher brasileira e também o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando ele a escolheu para ser a Ministra de Minas e Energia e, depois, ser Chefe da Casa Civil; hoje V.Exa. demonstrou, ele teve uma

decisão extremamente acertada e... Há uma coisa que eu gostaria aqui de dizer, inclusive ao meu companheiro de partido, que precedeu V.Exa. na chefia da Casa Civil. Em alguns momentos, quando surgiram os episódios, em 2004, que fizeram com que muitos dos Senadores pedissem que ele viesse ao Senado, eu, muitas vezes, disse ao Ministro José Dirceu que seria interessante que ele viesse.

Quando, dessa vez, surgiu a vontade, os requerimentos para que V.Exa. aqui viesse, eu avaliei que seria muito positivo que V.Exa. aqui viesse, esclarecesse, seja sobre o PAC, seja sobre as questões relativas aos Cartões Corporativos. E, hoje, estando aqui desde o primeiro instante, desde a hora em que V.Exa. chegou, até o presente momento, eu tenho aqui a certeza... Certo dia, o José Dirceu disse para mim: "Quem sabe eu deveria ter seguido a recomendação de Eduardo". Eu queria dizer que V.Exa. fez muito bem de aqui vir e dizer: "Quero responder toda e qualquer pergunta". Especialmente também porque V.Exa. nos ensinou. V.Exa. demonstrou um extraordinário conhecimento da realidade brasileira, de todas as regiões brasileiras. V.Exa. nos deu uma aula, inclusive, do ponto de vista da geografia, daquilo que mais importante hoje se realizar, em termos de obras de infra-estrutura, com uma visão que me fez lembrar um pouco, quando eu estava na minha adolescência, que eu ouvi, por exemplo, quando o Presidente Juscelino Kubitschek falava das coisas, e ele, como costumava, muitas vezes, fazer exposições na televisão, com o mapa do Brasil, da maneira como V.Exa. hoje aqui expôs e fez-me lembrar, como V.Exa. aqui nos ensinou, demonstrando, inclusive, um conhecimento das regiões brasileiras, como poucos Senadores aqui têm, no sentido geral do Brasil.

Sobre a questão dos gastos da Presidência, seus Ministros e dos Cartões Corporativos, eu gostaria de lhe perguntar, tendo em conta todos os fatos que vieram à luz, conhecimento e a reflexão--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Reitero a solicitação de silêncio, por gentileza.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --A reflexão do próprio Governo sobre os procedimentos havidos, os princípios de transparência, que sempre são saudáveis, quais são, essa é a minha pergunta, quais são as diretrizes e normas que V.Exa. recomenda, de um lado que já definiu para a sua administração, mas, que diretrizes e normas recomendaria ao Congresso Nacional, à própria CPI, que trata do assunto, para possivelmente definir em lei uma disciplina de normas sobre o possível uso—

[soa a campanha].

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): --Desse cartões. Com respeito àquilo que o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Lúcia Vânia, como ambos me citaram, Presidente, eu vou aqui usar do art. 14, então, pois a Senadora Kátia Abreu—

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eduardo Suplicy, V.Exa. terá o tempo para concluir, mas não poderá utilizar mais o art. 14, porque já foi usado duas vezes. Para concluir--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Mais do que duas. Mas é que, bom... Como a Senadora Kátia Abreu disse, em certo momento, que sou eu e todos os pobres do Brasil que pagam o “Luz para todos”, mas é claro, e é bom isso, Senadora Kátia Abreu, que V.Exa. e eu e todos nós tenhamos a consciência que precisamos, sim, contribuir para que o direito ao “Luz para todos” seja universalizado para todos os brasileiros.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas não é dinheiro público.

[soa a campanha].

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): É dinheiro de todos nós, dinheiro que nós contribuímos, então—

[soa a campanha].

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): --É com bom grado que eu pago o necessário para que haja “Luz para todos”. E o Senador Tasso Jereissati, ao dizer, me chamando como professor de economia, eu quero até aqui lhe perguntar, Ministra Dilma Rousseff, porque eu acho que houve uma concepção muito bem elaborada, eu gostaria de lhe perguntar um pouco, como é que foi a origem--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Suplicy, V.Exa. se ofendeu quando eu o chamei de professor?

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Ao contrário—

[soa a campanha].

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): --Eu estou justamente, agradecendo a sua observação porque me parece que essa coordenação de esforços do Poder Público com a iniciativa privada, com os Governos, o Governo da União, com os Governos Estaduais e Municipais e mais a iniciativa privada, é algo recomendado, por exemplo, por pessoas como o professor Celso Furtado, que tantas vezes, nas suas análises de diretriz de planejamento, ele sempre colocou que era importante a convivência com a iniciativa privada, mas que caberia ao Estado realizar um planejamento e me parece que o Programa de Aceleração do Cres-

cimento tem muito a ver com lições que aprendemos, de pessoas como ele. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar--
[soa a campanha].

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): --Eu agradeceria se puder nos transmitir um pouco como é que foi elaborado, surgiu e inspirou-se o PAC. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, eu fui tolerante com V.Exa. porque V.Exa. está aqui desde o início da audiência. Com a palavra, o Senador Valter Pereira, pediria que também pelo prazo, pelo tempo de cinco minutos.

SENADOR VALTER PEREIRA: (PMDB-MS): Sr. Presidente, Sra. Ministra Dilma Rousseff, quero dizer a V.Exa.—

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valter, a palavra está assegurada a V.Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA: (PMDB-MS): Eu gostaria que V.Exa. tivesse em conta a admiração e o respeito que granjearam, não só nesta audiência pública, como também na investidura que teve, no Ministério, e na forma com que tem conduzido, com pulso firme, aquela importante pasta. Tem aqui V.Exa. um admirador pela forma com que tem se conduzido, frente àquela pasta.

Eu vou fazer um questionamento só para V.Exa., que reflete um sentimento que permeia aqui no Congresso, especialmente aqui no Senado Federal. Reporto-me, inicialmente, ao art. 165 da Constituição Federal, § 4º, que reza o seguinte: “Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos nesta Constituição, serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional”.

Já o art. 167, inciso XI, § 1º, reza que “nenhum investimento cuja execução ultrapassasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob a pena de crime de responsabilidade”.

Pois bem, Sra. Ministra, na Comissão de Infra-Estrutura, eu apresentei uma Emenda que prevê a construção do trecho ferroviário ligando Cascavel, passando por Dourados, indo até Maracaju e ligando os Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul. Essa proposta foi aprovada, foi contemplada pela unanimidade dos componentes da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Nessa mesma direção, atuou a bancada federal, composta de Deputados e Senadores, através da Co-

missão de Orçamento. A proposta que eu apresentei foi de 17 milhões. A proposta apresentada pela bancada de Mato Grosso do Sul foi de 15 milhões. O que foi aprovado na Comissão de Infra-Estrutura do Senado foi um recurso da ordem de um bilhão e 300 milhões para essa importante obra estratégica para Mato Grosso do Sul, para o Paraná e para o desenvolvimento do interior do Brasil.

Então, como é que explica que, de repente, a despeito de esta obra ter sido incluída no PPA, portanto, estar seguindo na rota estabelecida, traçada pela Constituição, e, de repente, o Presidente da República veta, veta a Emenda e, de repente, nós temos conhecimento de que a mesma obra vem sendo estudada e com a forte possibilidade de entrar no PAC? Como é que explica que vai ingressar no PAC sem ter esse guarda-chuva Constitucional?

A explicação que nós recebemos foi no sentido de que ela teria sido excluída porque não estava no Orçamento. Todavia, eu estou falando aqui do PPA, o Plano Plurianual, cuja vigência é de quatro anos. Ora, se o Governo quer andar na esteira—

[soa a campanha].

SENADOR VALTER PEREIRA: (PMDB-MS):

--Do mandamento Constitucional, que obriga que todos esses investimentos tenham o aval do PPA, por que excluir? Qual a justificativa plausível para excluir? Será que é só com o objetivo de o Governo comandar as ações, em prejuízo da iniciativa do Congresso? Ou será que o Governo está sendo desavisado das repercussões políticas que traduzem, que levam a esse tipo de comportamento no Congresso Nacional?

Quero dizer a V.Exa. que sou admirador do trabalho que V.Exa. conduz no Ministério e sou um admirador, especialmente desse grande Projeto que está sendo conduzido, que é o PAC, mas eu acho que—

[soa a campanha].

SENADOR VALTER PEREIRA: (PMDB-MS):

--As iniciativas do Poder Legislativo têm que ser respeitadas, têm que ser acatadas. Afinal de contas, há um esforço para se viabilizar, há um esforço para se aprovar uma iniciativa como essa, quer dizer, e, cumprindo o mandamento Constitucional e, de repente, por fora, aparece um estudo, aparece uma indicação, que visa a solapar aquilo que foi construído pelo Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Valter Pereira. Com a palavra, o Senador Inácio Arruda, por cinco minutos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sra. Ministra, primeiro destacar a apresentação de V.Exa., que eu acho que foi muito significativa para a compreensão do que é o Programa de

Aceleração do Crescimento do nosso país. Depois, eu quero já fazer uma reivindicação para acelerar o crescimento no Estado do Ceará. Nós queremos, se for possível, incluir três barragens que estão no orçamento do Estado do Ceará, estão no Plano Plurianual, que completam a obra de interligação hídrica do Estado do Ceará, chamadas Barragem Taquara, Barragem Figueiredo e Barragem Fronteiras, que essa é uma ação quase que conjunta com o Ceará e Piauí, porque nós vamos acumular água no Piauí e perenizar todo o Rio Poti, dentro do Estado do Piauí, que é uma obra muito importante... Taquara, Figueiredo e Fronteiras.

Em seguida, eu queria examinar, porque o Projeto de produção de energias alternativas, o programa, ele me parece que, finalmente, nós vamos conseguir concluir um conjunto de parques eólicos no Estado do Ceará e pedir aqui emprestado também o livro do Estado do Rio Grande do Norte, para examinar se também o Rio Grande do Norte tinha sido beneficiado, e o Piauí, porque o Piauí também entrou naquele conjunto Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, na construção de parques eólicos.

Então, você tem ainda um espaço muito grande, segundo o mapa eólico que foi desenvolvido no nosso país, existiria aproximadamente uma Itaipu, em ventos entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, talvez, com o barril de petróleo a 120 e já anunciado que deverá chegar a 200, a energia eólica ficaria mais do que viabilizada.

Então, é questão, assim, importante para o Estado do Ceará, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, a questão da energia eólica, agora a questão dos termos que estão sendo construídas, e aqui que eu gostaria de fazer a diferenciação do que é o Programa de Aceleração do Crescimento. É exatamente a busca de, no Governo, se dar eficácia aos investimentos públicos e se dar velocidade aos investimentos públicos.

Eu lembro que, dito pelo economista Celso Furtado, no Governo de Juscelino, já como diretor do BNDES, que foi criado pelo Getúlio Vargas, em 52, o Juscelino, no Governo... O Celso Furtado, no Governo do Juscelino, disse que uma das particularidades, dito agora, lá no Banco do Nordeste do Estado do Ceará, o Celso Furtado dizia: "Uma das particularidades do Governo de Juscelino é que ele tinha um núcleo, que não teve o nome de PAC na época, mas era um núcleo, digamos assim, dentro do Governo, com capacidade gerencial, administrativa, para articular todos os Ministérios e garantir que aquelas obras que estão lá no Ministério das Minas e Energia, seja diretamente pelo Ministério, seja nas Estatais, elas vão ser realizadas dentro de prazo determinado.

É essa eficácia, é essa determinação, é essa vontade de fazer o país se desenvolver, articulado com todos os setores. Eu examino deste ponto de vista. O PAC é esse instrumento, é a capacidade do Governo de garantir que você tenha eficácia no desenvolvimento das suas obras. E sempre fica parecendo que há um descompasso entre o que nós falamos aqui, ou o que uma boa parte das pessoas falam no Senado, na Câmara Federal, com a realidade, que não pode ser somente sensação, não é apenas sentimento. Eu não considero que seja apenas um sentimento que povo tem em relação ao Presidente Lula, de que seria uma espécie de sobrenatural, e que todos estão, digamos assim, a lhe dar uma avaliação espetacular, porque há um sentimento em relação ao operário, ao metalúrgico, ao retirante nordestino.

Quer dizer, o povo tem muita fé, mas o povo é muito materialista. Então, o povo quer saber da coisa concreta, ele quer saber o que é que vai acontecer. E dito, na última vez que o Presidente Lula esteve no Estado do Ceará, o Governador Cid Gomes disse que se trata do maior investimento de todos os tempos da história no Estado do Ceará, patrocinado por um Governo.

Então, eu acho que a sensação que o povo tem é que está batendo com essa iniciativa do Programa de Aceleração do Crescimento; há uma combinação de sentimentos em relação ao que está sendo materializado objetivamente--

[soa a campanha].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Acho que esse é que é o problema. E se reflete em investimentos, que um desses eu gostaria de examinar com V.Exa., que é o problema da energia eólica. Eu tenho a impressão de que um barril de petróleo a 200 dólares, isso é o que vai chegar em 2010, a energia eólica fica viabilizada. Então, seria de bom alvitre que examinássemos a ampliação do programa de energia eólica, que atinge, de cara, dois Estados do Nordeste brasileiro, que são o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Além disso, eu gostaria de uma informação a respeito de uma obra, de um gasoduto que seria um empreendimento entre Brasil, Venezuela e demais países do Mercosul, que sairia da Venezuela, percorreria o Nordeste brasileiro e se integraria aos gasodutos brasileiros, chegando à Argentina, ao Chile e ao Uruguai, que acho que não foi examinada dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, mas uma obra muito discutida no Brasil e que seria importante que a gente tivesse a informação a respeito desse empreendimento de gás no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como último orador inscrito--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu pediria questão de ordem a V.Exa., por um fato relevante, Sra. Ministra, o senhor Inácio--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a V.Exa. a palavra como questão de ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Inácio Arruda acaba de lançar uma nova obra do PAC no Piauí. Eu gostaria que esse esclarecimento fosse feito, porque eu não quero ser surpreendido, amanhã, o Governador Wellington, que é muito entrosado com ele, já marcar a data da inauguração. Nós queremos saber--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu terei o maior prazer.

[soa a campanha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas o que essa obra, de maneira mais concreta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu acho que foi de tanto o Mão Santa insistir, que Lula resolveu botar uma eólica em Parnaíba--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu asseguro a palavra ao Senador Valter Pereira--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu queria apenas, se fosse possível, a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Ministra prestasse esse esclarecimento, que obra é essa, qual é o valor e em que estágio ela está. Eu, como piauiense, sairia muito frustrado aqui, Ministra, de não ver algo de concreto. Agora, já que ele falou do Senador Mão Santa, eu quero dizer que o Porto de Luiz Correia, que foi citado aqui, ele está se viabilizando por uma Emenda parlamentar do Senador Mão Santa, de 15 milhões. É a adesão do Mão Santa ao PAC ou, então, não é PAC--

[risos].

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador João Pedro, como último inscrito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria do esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ela vai falar ao final, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Falará ao final? Ah, tudo bem--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEF: Só que eu não entendi direito a pergunta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

--O Senador Inácio Arruda anunciou um Projeto, uma obra, envolvendo o Piauí e o Ceará e que a obra do PAC, eu quero esclarecimento sobre isso.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu não sei qual é a obra...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Ministra já entendeu.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu estou pedindo uma obra, eu quero que V.Exa. inclua no PAC.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não foi isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A primeira é essa, a Barragem de Fronteiras, porque ela vai perenizar o Rio Poti, que deságua lá no Parnaíba.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aliás, essa barragem--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em seguida, tem a eólica de Parnaíba. E na eólica, eu examinei que tem uma eólica para Parnaíba.

[soa a campainha].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ceará e Piauí--[interrupção de áudio].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos uma região no Piauí, próxima à cidade de Castelo, exatamente uma área propícia para a construção de uma hidroelétrica, num momento em que o Brasil tanto precisa. O lamentável é que, por erros de Governos passados, essa obra encontra-se na mão de uma empreiteira, como se chama, obra de prateleira; ela, aguardando o momento, e o Brasil perdendo fortunas pela não continuidade dessa obra.

Eu quero, quando tiver a participação do Governo do Ceará, e o Senador Inácio faz isso, eu quero pedir a V.Exa. encarecidamente que essa obra seja feita; em homenagem ao Ceará, será a Barragem da Sogra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador João Pedro, por cinco minutos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, não pode ter preconceito com...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com sogra, eu não tenho nenhuma; você não conhece a minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra ao Senador João Pedro por cinco minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, eu penso que o cansaço desse dia histórico está levando a essa hora, 18 e tal, a algumas brincadeiras, não é? Mas penso que isso foi um debate importante, no momento certo, aonde a Comissão de

Infra-Estrutura levantou uma questão, e eu quero me ater, nos primeiros minutos da minha fala, acerca do PAC, até para focar na principalidade da discussão que é o PAC; dizer, chamar a atenção, chamar a atenção para a realidade do Brasil: O PAC mudou o Brasil. As ações deste Governo são ações que mudam completamente a relação com esse Brasil grande, com esse Brasil da Amazônia, aqui eu quero falar da Amazônia, da minha Amazônia.

Ainda ontem, Srs. Senadores, nós estávamos em Manaus, na vida real, e o Presidente Lula estava, e aí eu posso citar agora, porque o art. 14 já foi exaurido, ao meu companheiro do Amazonas, Senador Arthur Virgílio Neto, que foi Prefeito de Manaus, que foi Prefeito de Manaus, inclusive, com meu voto, hoje a gente não ganha mais, mas--

[risos].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --Mas foi Prefeito de Manaus, e trabalhou uma política, eu espero, e trabalhou uma política importante, que foi saneamento básico. Eu quero dizer ao ex-Prefeito de Manaus, que trabalhou saneamento básico, que ontem nós estávamos em Manaus, obra do PAC, recursos públicos, parceria com Prefeitura Municipal, com o Estado, Governo Federal. E, lá, nós estávamos, por exemplo, lá em Manaus, na Zona Norte de Manaus. E, quando eu falo de Manaus, quando eu falo de Manaus, eu estou falando de uma cidade que está entre os 10 PIBs do Brasil; está lá, com uma grande arrecadação. Mas que a Manaus, essa cidade lá da Amazônia, é a Manaus dos maranhenses, dos paraenses, pela sua característica, pelo Projeto da Zona Franca, parte do Brasil vai para ali. É uma cidade de dois milhões de habitantes e que faz com que esse povo que trabalha e que produz, este faturamento de 25 bilhões de dólares, mas que vive em cima das palafitas; Manaus, na Amazônia, não tem água, Senador Tasso Jereissati. Parte de Manaus não tem água. E lá estava o Governo Federal, fazendo, realizando convênios e já inaugurando trechos importantes de saneamento básico e de instalação de dutos para o fornecimento de água para parte significativa da população de Manaus. Isso é o PAC. Então, existe o PAC. Meu Deus, o Brasil do PAC é esse. Esse é o Brasil do PAC, lá em Manaus, numa cidade importante da nossa região Amazônica.

E aqui eu quero fazer um... Levantar para a Ministra Dilma que eu não tenho dúvida da sua grandeza, da sua capacidade de gestão, que engrandece, não é o Governo Lula não, mas engrandece a história das mulheres no Brasil, na hora em que dirige, que é a gestora, que zela, que cobra, que acompanha minuciosamente a implantação dessas políticas, engran-

dece o Governo, mas engrandece mais a história das mulheres do nosso país.

Então, eu quero parabenizar a Ministra. E eu entendi, desde o início dessa polêmica, no que diz respeito a Cartão Corporativo, do zelo de V.Exa. em cuidar, em responder ao Tribunal de Contas de forma organizada, com método transparente, com um método eficiente. V.Exa. tem esse mérito.

[soa a campainha].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. tem esse mérito. Mas a politização leva a esse debate, que eu penso que não qualifica o gesto de V.Exa. aqui, que vem ao Senado, que faz o debate olho-no-olho. Parabéns a V.Exa. Parabéns a esse Governo.

Eu olho para a América Latina e vejo a Argentina com 18% de inflação, com um debate rigoroso. E eu espero que os argentinos superem isso; eu olho para a Bolívia e vejo a radicalidade da Bolívia; olho para a Colômbia e vejo o drama da Colômbia, e não poderia deixar de dizer: Viva o Brasil! Viva esse processo tão bonito, que V.Exa. faz parte, que o Presidente Lula faz parte, que a oposição faz parte e tem que reconhecer e, aí sim, num gesto de humildade, os números que são diferentes, os números são outros e quem ganha não é o Governo não; quem ganha é o povo brasileiro e principalmente a parcela discriminada, a parcela que ficou além da riqueza, do acesso à Universidade, enfim, do “Luz para todos”.

Então, eu quero dizer, quero parabenizar V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --E quero dizer que é importante... Nós temos oposição, sim, e a oposição tem que ser firme, mas eu penso que é importante a oposição ter também um gesto de humildade, se é que os governistas precisam de um gesto de humildade, ter também um gesto de humildade e reconhecer números emblemáticos, números que orgulham o avanço da sociedade brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. 10 segundos, para dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio, eu pediria a V.Exa. compreensão, todos nós já estamos cansados, a Ministra já está também--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não é mais do que 10 segundos. Eu queria dizer ao Senador João Pedro foi impreciso porque eu duvido que não votem em mim na próxima eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Ministra, como Presidente dessa Comissão--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Esse processo é rico.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu tenho, Sra. Ministra, como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura uma colocação e uma pergunta a fazer a V.Exa., que é muito séria. Segundo os dados da fiscalização do TCU, em 2007, das 35 empresas construtoras fiscalizadas, sete delas concentram mais da metade dos contratos com irregularidades graves, ou seja, se o Governo tomar as medidas que estão sendo sugeridas pelo Tribunal de Contas, recomendadas, medidas drásticas, certamente, nós vamos ter uma economia muito grande e vamos estancar a sangria do Erário e o grosso dos desvios poderia ser estancado. O exame desses dados é revelador e nos leva a constatações que demandam providências urgentíssimas porque mostram como determinadas empresas apresentam irregularidades graves na maioria dos contratos firmados com o Governo Federal e fiscalizados pelo TCU.

Eu tenho aqui exemplo de quatro destas empresas fiscalizadas. 83.3% de uma delas contém contratos com irregularidades graves. A outra, 80%. A outra, 75%, e uma quarta, 71.41%. Estou colocando isso como Presidente desta Comissão, enquanto sugestão de providências e também solicitando a V.Exa. uma resposta.

Por fim, como goiano, eu pediria à V.Exa. atenção muito especial em relação ao gasoduto, aliás, falei muito com V.Exa., quando Governador, sobre o gasoduto Campo Grande até Goiânia, Itumbiara. Mas queria também pedir atenção em relação ao alcoolduto, um Projeto que nós começamos, quando Governador do Estado, entre Paulínia e Senador Canhedo, nós temos debatido esses assuntos no âmbito dessa Comissão, colaboramos muito com Emendas para a continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul, que agora irá até a Santa Fé do Sul, pediria atenção de V.Exa. em atenção às obras rodoviárias; nós temos Rodovias que estão sendo restauradas com recursos de Emendas; Rodovias que estão sendo duplicadas, todas elas iniciadas no Governo Fernando Henrique, continuadas no Governo Lula, e Rodovias que precisam de providências urgentes. Nós temos trabalhado no sentido de solicitar aos órgãos competentes essas providências, mas eu pediria, mais uma vez, a V.Exa. informações a esse respeito.

Gostaria de colocar a Comissão à disposição do Ministério de V.Exa., sugerindo que a cada dois meses

possamos fazer uma avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento e, ao mesmo tempo, também nos colocar à disposição para discutir a problemática ambiental. Essa Comissão está à disposição, para tratar dessa questão ambiental, em conjunto, certamente, com o Ministério Público; nós estamos à disposição para convidar o Ministério Público, os órgãos ambientais, os órgãos governamentais para, juntos, buscarmos alternativas.

Quando Governador, eu estive aqui, conversando com a senhora sobre assuntos referentes à minha região, depois V.Exa. foi ao meu gabinete e nós tivemos resultados muito promissores. Eu agradeço a V.Exa. pela atenção e passo a palavra a V.Exa. para as respostas, pelo tempo que for necessário. Com a palavra, a Ministra Dilma Rousseff.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria primeiro começar respondendo ao Senador Demóstenes Torres. O Senador se referiu ao fato de que nós classificamos os dados como reservados. Nós fizemos, Senador, porque o Decreto de 27 de dezembro de 2002, que é o Decreto 4.553, dizia para a gente fazer a classificação na categoria mais leve possível. E a ordem, como o senhor sabe, é ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado; do mais grave para o menos.

Bom, Senador, salvo melhor juízo, posso estar errada, mas, salvo melhor juízo, a lei 11.111, ela não se aplica ao caso, pois ela trata unicamente dos dados considerados ultra-secretos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, senhora.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, na interpretação que eu tenho, Senador é isso, posso estar equivocada, mas, de qualquer jeito, estou aberta para considerar. Nesse sentido, Senador, o que é que tem acontecido? Nós... Quem diz qual é o dado que é da segurança, tá? O procedimento é assim: Quem diz é... Nós dependemos do Gabinete de Segurança Institucional, antes, até por norma da criação do Gabinete de Segurança Institucional, eles são responsáveis pela segurança do Presidente, dos Vices e dos dignatários, além de serem responsáveis também pela segurança dos palácios em geral.

Então, quem nos diz o que é sigiloso, o que deve ser tratado como peculiaridade da Presidência, é o Gabinete de Segurança Institucional. O que é que nós fizemos? Nós, a partir dessa definição, passamos a fazer a carimbação dos processos relativos ao período 2003 em diante, com base no Decreto que foi aprovado no final do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, Decreto nº. 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

O que acontece com os gastos anteriores, Senador? Os gastos anteriores não tinham nenhuma

normativa, e esse Decreto não estava vigente, nem tão pouco nos deixaram qualquer registro em relação a como eles deveriam ser tratados, nem pelo Gabinete Militar da época, nem pelo seu sucessor, Gabinete da Segurança Institucional. O que é que nós fizemos? Providenciamos, não o carimbo, porque aí não era da nossa área de competência, mas fizemos um tratamento por analogia e cautela. Porque, apesar de não ter isso disciplinado, e eu quero deixar claro aos senhores, que este problema, até onde nós investigamos todos os arquivos existentes na Casa Civil, os registros de documentos, ele não era objeto da atenção porque era considerado dado, assim, dado garantido, que gasto de Presidente era sigiloso.

Bom, a partir daí, Senador, então, o que eu posso responder é por esse período: Nós carimbamos e os outros nós tratamos por analogia. Agora, estamos perguntando formalmente ao GSI, que respondeu diferentemente, dizendo, porque o GSI está entendendo que eles são reservados e agora está suspendendo a classificação deles como de segurança. Porque a classificação de segurança não é a Casa Civil que faz. Dada a classificação de segurança, então, nós dizemos se é reservado, se é confidencial, secreto ou ultra-secreto; eles não são nem ultra-secretos, nem secretos, nem confidenciais; eles são reservados, são privativos do órgão.

Bom, aí fica complicado eu responder o problema relativo às responsabilidades de classificação porque elas são, em que pese serem similares, elas não são iguais. O acesso a esses dados é admitido aos agentes públicos no exercício do cargo, que tenham necessidade de conhecê-los, por qualquer--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Por qualquer questão que seja—

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas tem que ser fundamentado—

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Me desculpe, deixa eu complementar, Senador. Por exemplo, pedido de informação é isso, solicitação do TCU leva a isso, a necessidade de conhecimento leva a isso. Definição também de CPI, Senador, leva necessariamente a isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Então, nós estamos numa situação de cumprir esse aspecto. Eu acho que seria interessante porque, se o senhor tem razão, nós podemos estar cometendo comum erro, alguma falha; se couber a nós, se, de fato, o 11.111 nos enquadrar tal como os ultra-secretos; nós, em princípio,

considerávamos que não era assim. Mas, salvo melhor juízo, o senhor pode ter razão.

Eu vou passar agora para o Senador Raupp, dizendo o seguinte, o gasoduto Urucu-Porto Velho, ele está em estudo, uma parte dos estudos foi complementada. O problema é que há um debate sobre se tem agora gasto suficiente ou não. Ele está no PAC porque nós consideramos relevante a obra, e a PETROBRAS está fazendo uma série de explorações, em vários lugares do Território Nacional, no sentido de descobrir gás e petróleo; uma delas é lá na Amazônia. Então, nós acreditamos que a viabilidade do gasoduto do Senador Valdir Raupp agora passa a ser uma... Algo concreto e objetivo. Da mesma forma que, em alguns lugares, tinha vários gasodutos previstos, como não tinha gás, nós não temos como aceitar esses Projetos, de forma realista e não demagógica, sem ter gás. Eu não tenho como fazer isso. Então, essa é a resposta para o Senador Raupp.

Já o Senador Alvaro Dias, eu vou reiterar que nós não temos nove versões, Senador. Nós, da Casa Civil, temos uma. Nós achamos que saiu... Esses dados saíram do Banco de Dados porque havia era um Banco de Dados. Se eles tiraram do dado, se eles tiraram do Banco de Dados e aí o senhor falou que ele é filho, pode ser que ele seja filho; se no processo de formatação do Banco de Dados ele pode não ser filho, ele pode ser uma das camadas mais baixas, ou seja, as primeiras formatações. Então, isto está sendo objeto de investigação, tanto pela Comissão de Sindicância, como pela Comissão de... Desculpa, pela Polícia Federal. E por que é que é importante a gente saber quem vazou e como vazou? Porque é neste processo que nós descobriremos como é que se deu e aonde está esse processo. Então, é isso que eu teria a falar.

E, de fato, Senador, não se trata, em momento algum, de eufemismo. É muito difícil a gente falar em eufemismo, quando a gente tem 20 mil dados lançados, Senador. Não tem nada de eufemismo nisso. Tem um Banco de Dados, bastante organizado, e nós utilizamos uma das boas, um dos bons gerenciadores, que é o gerenciador ORACLE, então, não tem nada de eufemismo num Banco de Dados. O que a Casa Civil tem clareza é que nós providenciamos. E eu queria só destacar, eu em momento algum, atribuí ao Senador Arthur Virgílio nenhuma iniciativa nesse sentido, até porque seria estranhíssimo. Quem fez esse Banco de Dados foi a Casa Civil da Presidência da República. Posteriormente, num estágio bastante avançado desse processo, o Senador Arthur Virgílio pediu uma informação. O que eu chamo sempre para o pedido de informação do Senador Arthur Virgílio, é que mostra que nós não estamos falando hoje em Banco de Da-

dos; nós falamos naquela época. Mas eu quero novamente deixar claro que o Senador Arthur Virgílio, da minha parte, eu sei que foi um pouco de brincadeira, mas não custa nada reiterar, da minha parte, em momento algum, atribuiu-se a ele nenhuma responsabilidade neste âmbito.

No que se refere ao Senador Tião Viana, eu acho que, de fato, o PAC tem vários objetivos. Eu vou falar do Senador Tião Viana e depois eu vou falar das perguntas do Senador, logo em seguida do Senador Tasso Jereissati. Quando eu comecei a apresentar o PAC, eu mostrei que ele tem vários objetivos. Ele tem um objetivo de resolver os gargalos do crescimento econômico, portanto, acelerar esses gargalos. Em qualquer país do mundo, tem algumas questões que são estratégicas para o crescimento objetivamente. Uma delas é energia; outra delas é logística. Então, essas duas questões, elas são dadas como garantido que elas integram a solução desses problemas. Nós procuramos equacionar esses problemas também considerando desequilíbrio regional, sim. Se a gente for ver a quantidade de obra que nós concentramos no Nordeste, elas são muito significativas e alteram, eu acho, em 2009, quando a gente vai estar, de fato, fazendo o balanço para valer do PAC, nós alteramos a situação da infra-estrutura do Nordeste, com a Transnordestina; eu acredito na Transnordestina. O GASENE é outra obra que levou um tempo grande de maturação e que agora foi dada ordem de início para o GASENE. A mesma coisa no Norte do país. Eu acho que o gasoduto Urucu-Guari-Manaus que esteve na Pauta 500 anos e que ninguém fez, e que é uma obra que apresenta grandes desafios, outro dia, por exemplo, numa das áreas do trecho do gasoduto aconteceu um fator muito interessante, uma draga inteirinha foi comida pelo terreno que é quase uma areia movediça. Então, ele exigia também, e ainda está exigindo, grandes desafios de engenharia. Sem falar no esforço que nós fizemos para equacionar esse problema, que foram as usinas lá do Madeira. Eu vou destacar também todo esse esforço para fazer plataforma aqui. Mas vou falar que esses gargalos são fundamentais. Nós passamos a autorizar um nível de investimento na PETROBRAS, logo no início do Governo, muito significativo. Era, na minha época, eu sou Presidente do Conselho da PETROBRAS, e quero dizer para os senhores que eu passei dois anos discutindo que tinha de investir, sim, em refinaria. Por quê? Porque a visão anterior é que, como refinaria tinha uma margem de lucro pequena, em relação a quê? À exploração e produção de petróleo, não se deveria investir em refinaria. E agora é uma decisão do Governo, não tem discussão. O Governo é acionista majoritário. E, veja

bem, esta decisão do Governo foi muito lúcida, por quê? Porque, só para vocês terem uma idéia, entre o nosso óleo bruto, preço do nosso óleo bruto e o preço de um petróleo refinado, tipo gasolina e diesel, é, no mínimo, 20 dólares de diferença.

Então, hoje o preço do petróleo, e aí eu sei que o Senador Delcídio lembra perfeitamente disso, porque integrava o Conselho de Administração, a Diretoria da PETROBRAS e assistia às Reuniões do Conselho, visivelmente hoje é uma situação diferente. Mas, numa indústria desse tipo, não se pode pensar que o preço do petróleo vai ficar em 11 dólares ou em nove dólares. E era isso que se pensava antes.

Então, eu quero dizer que há, de fato, uma modificação e há um empenho muito importante desse Governo para equacionar esses gargalos, para distribuí-los de forma a fazer com que certos Estados e regiões da Federação tenham um crescimento mais harmônico com o resto do país.

E, no caso, ainda, dessa questão, eu queria lembrar uma outra coisa: Nós não nos contentamos em tratar infra-estrutura como infra-estrutura só para área econômica, nós fizemos infra-estrutura para a área social. E aí eu quero lembrar que o programa do PAC, de saneamento e habitação, ele não é trivial. Ele não é repetição de nada, ele, pelo contrário, é a ruptura com o que nós chamamos, até outro dia, de “fila burra”. Como é que era a “fila burra”? Um Estado ou um Município só conseguia acessar o financiamento da Caixa quando o primeiro da fila tivesse condições. Se o primeiro da fila não tivesse condições, o segundo da fila, cheio de condições, não pegava o dinheiro. Esse era o método que nós recebemos e que nós prorrogamos até 2005, aliás, até final de 2006 para ser preciso. O PAC rompe com isso. O PAC passa a ter um investimento de saneamento e habitação de grande porte, fazemos isso sozinhos? De jeito nenhum. Fazemos com quem? Com os Governadores e os municípios. Como? Nós chamamos os Governadores e os Municípios, pedimos aos Governadores e aos Municípios: “Nos entreguem Projetos, vamos selecionar juntos, nós não fazemos obra pulverizada, fazemos obras estruturantes com vocês”. Por que isso? Porque nós achávamos que essas obras estruturantes só podiam ser viabilizadas da seguinte forma: Se nós fizéssemos, eu vou repetir, se nós fizéssemos--

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Uma parte, obviamente, a nossa parte é maior do que a parte--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço licença à Ministra para pedir silêncio da assistência e aos Senadores.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Obviamente, essa parte é maior nos Estados, aliás, é maior no Governo Federal; é menor nos Estados e menor nos Municípios. Isso é óbvio, até pelo poder que a União tem no Brasil.

Então, esta relação de parceria, ela era uma relação legítima, politicamente correta porque era republicana. E, segundo, nós buscávamos, deles também, a quantidade de Projetos que se tinha. E foi isso que nós fizemos nesse período.

Então, eu quero dizer para vocês o seguinte: Eu não tenho a menor dúvida. O PAC não tem nada de irreal, e isso, a cada dia que passa, e eu quero falar o seguinte, o setor empresarial brasileiro já percebeu isso há horas, há horas. Eu recebo, sistematicamente, investidores, por exemplo, de portos; dois grandes portos no Brasil procuraram a Casa Civil para fazer, depois de me explicar exaustivamente quais eram os dois grandes portos que iam fazer, eu perguntei: “Mas vocês desejam concretamente o quê?” O Projeto deles era muito bom. E eles disseram: “Nós queremos estar no PAC, nós queremos estar incluídos no PAC”. Por quê? Porque Projeto do PAC nós damos(F) tratamento seguinte: Eu acompanho licenciamento ambiental, questão indígena, Ministério Público, a AGU tem uma equipe específica e exclusiva para tratar da questão, no que se refere a questões judiciais, e nós fazemos um tipo de força-tarefa para viabilizar os Projetos.

Eu quero dizer para os senhores o seguinte, o PAC não é trivial, de jeito nenhum. Nós não temos gerentes contratados por consultorias; os gerentes são gerentes funcionários do Governo; é o Palácio do Planalto, é a Casa Civil, diretamente com a determinação do Presidente, junto com dois Ministros importantíssimos, que são o do Planejamento, Paulo Bernardo, e Guido Mantega, da Fazenda, que fazem o gerenciamento do PAC.

Então, a pessoa quando atrasar, ou o Ministro ou o órgão responsável, quem quer que seja, tem de dar explicação e satisfação e incluem-se aí as despesas públicas, incluem-se aí os departamentos, incluem-se aí... Todo mundo cumpre prazo hoje, como nós cumprimos prazos, todos do Governo, estão incluídos Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil, todo mundo, Transporte, Cidades, nós cumprimos prazo e damos satisfação. É muito importante, então, eu quero dizer, eu não tenho problema nenhum de, inclusive, vir aqui sistematicamente; a gente pode pegar partes do PAC porque eu acho que é massacrante essa quantidade de dados, não adianta porque chega... Fica difícil para os senhores perceberem; expor para os senhores partes... A gente expõe a parte logística, depois expõe a parte de energia, petróleo um dia e gás

no outro dia, combustíveis renováveis; no outro dia, podemos discutir outra coisa, energia elétrica.

Enfim, é possível fazer um debate qualificado na Comissão de Infra-Estrutura, sem sombra de dúvida, até porque eu tenho certeza que se a gente puder explicar e mostrar as fichas por fichas haverá uma compreensão maior sobre o que é que é o monitoramento do PAC. E essa compreensão maior dos Senadores pode ser muito produtiva para nós, porque eu concordo, uma vez um dos empresários que eu reputo muito importantes nesse país, que é o Jorge Gerdau Johannpeter, me falou uma coisa, e ele tem toda a razão: Uma das artes da gestão é colocar ela pública. Por que é que é isso? Porque você coloca a pressão em todo mundo para cumprir bem, todo mundo quer cumprir bem as metas, todo mundo quer aparecer, tendo cumprido e tendo desempenhado bem.

Então, a publicação, a transparência, ela permite que haja um incentivo às pessoas e que fique claro o que é meta, o que é prazo, aonde nós vamos. Então, eu me disponho vir aqui quantas vezes forem necessárias para isso. Agora, acho que seria interessante, para não ser... Nós só fazemos balanços completos de quatro em quatro meses. É bom que haja essa compreensão. Nós não temos condições de fazer o balanço num prazo menor. Então, a gente pode começar fazendo uma coisa e acabar fazendo outra, mas tem que saber que dados novos, de quatro em quatro meses, nós disponibilizamos; entregamos para a imprensa, publicamos no site, e ele está perfeito. Está perfeito não é o dado, porque o dado está cheio de modificação, inclusive, obra, Projeto ou estudo que não dá certo, é tirado do PAC e nós substituímos por outro. Por isso alguns dos pleitos que nós podemos atender se sobrar dinheiro; não entra e sai do PAC porque nós queremos. Nós temos um limite que é dado, esse dinheiro não pode ser contingenciado, não está limitado, tem de ser... Os órgãos econômicos têm de botar eles em *cash*, imediatamente que forem solicitados. Então, ele tem algumas características que explica porque o Governo não vai botando dentro do PAC, sem ter outro saindo, uma questão de Responsabilidade Fiscal.

Eu queria agora responder. Eu acho que eu também respondi, talvez, o Senador não concorde, mas eu respondi em parte ao Senador. Agora, eu vou concluir a resposta ao Senador, que é o Porto de Pecém. Nós, Senador, não faz parte do PAC o Porto de Pecém, mas faz parte do PAC a duplicação da BR-222--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela está perguntando do GNL.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, do GNL, Governador, nós temos uma realização física de 67%; em abril, 74, aqui está a fotografia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Essa fotografia, isso ainda vem do meu Governo; essa é uma obra que nós começamos. Mudou, mudou-se--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: O senhor está falando--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
--De Regaseificação--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: De Gás Natural Liquefeito?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
Planta de... Não. De regaseificação que está escrito aqui. Planta de regaseificação é uma planta que eu já ouvi falar, que seria petróleo que viria líquido e que seria regaseificado no Porto de Pecém. Planta de regaseificação.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
Está escrito aqui, Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Mas eu queria só falar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
Não existe.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --A planta, para nós, de regaseificação, Senador, vou só explicar para o senhor. O Governo Federal, diante da necessidade de ter mais gás na matriz energética brasileira, criou duas plantas de Gás Natural Liquefeito e todas as duas são de regaseificação; uma está localizada no Porto do Rio de Janeiro e a outra em Pecém.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
Não existe.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não, Senador. Está aqui a planta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É uma planta de terminal de gás, que ainda vem, está sendo concluída. Planta de regaseificação não existe... Para receber gás liquefeito de navios, isso é uma coisa que começou ainda no meu Governo. Planta de receber navio, de regaseificar, não existe Ministra; se a senhora aceitar, seria uma honra viajar com a senhora para Fortaleza. Eu gostaria muito que nós fôssemos--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Senador, eu vou afirmar para o senhor, vou ser obrigada a afirmar que essas fotos, eu queria passar para o Senador, são reais e atuais, a planta é assim. Nós contratamos um navio, o que é que ele faz? Ele traz... Nós compramos o gás natural--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):
Isso não existe.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, Senador, então eu...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se a senhora aceitasse até, nós jantaríamos juntos--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Poderia entregar para o Senador, por favor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nós visitaríamos o Porto de Pecém.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu aceito, Senador. Vamos aceitar. Nós visitamos o Porto—

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aproveitaríamos e visitaríamos também—

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Perfeito, eu acho que o senhor matou a charada, vamos visitar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): --A Ferrovia Norte... A obra da Transnordestina gostaria de visitar.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Bom, a obra da Transnordestina, o que é que eu tenho a dizer? Nós localizamos um problema seriíssimo na desapropriação e no licenciamento ambiental. Aí, fizemos—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em que Estado?

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: O quê? Nos três. Nos três. Os Governadores Wellington Dias, o Governador Eduardo Campos e o Governador Cid Gomes se dispuseram a fazer uma parceria com o Governo Federal, porque nós estávamos achando que estava muito demorada a questão dessas licenças, desapropriações. Aí, formamos um grupo e chamamos o pessoal do consórcio, que é, na verdade, o grupo da CFN; juntos, nós fizemos uma análise de todo o cronograma. Nessa análise do cronograma, ficou decidido que os Governadores poderiam ter um papel central nas desapropriações, por quê? Porque o contato dos Governadores com os órgãos do Judiciário, que fazem ou que processam, em outro momento, a questão das desapropriações, seria facilitado com a presença dos Governadores, que são autoridades locais, que têm conhecimento com as autoridades locais. Fizemos uma parceria DNIT cada um dos Governadores e começamos a proceder ao licenciamento. Houve, por parte dos Governadores, uma aceleração desse processo. Eles conseguiram, num prazo mais rápido, as desapropriações.

Segundo passo: Um acordo entre os órgãos ambientais dos Estados e o IBAMA, que foi, inclusive, já assinado e já está em franco processamento. Por quê? Também o IBAMA transferiria responsabilidades, não é nem essa a palavra transferiria, porque vão me entender mal, é compartilharia responsabilidades com os órgãos ambientais. Ao fazer isso, impediria qualquer... Qualquer polêmica a respeito se era constitucional ou não, se era legal ou não, se o Ministério Público achasse isso ou aquilo. Para evitar qualquer problema nessa área, fizemos esse convênio e ele está em pleno funcionamento.

Por que é que eu estou dizendo que a obra sai? Porque este caminho crítico foi superado. Qual é o caminho crítico que está pendente? Nós tivemos, para acessar alguns créditos, principalmente do Orçamento Geral da União, é fundamental que certos pagamentos, com a Receita Federal e com a Previdência, estejam em dia. Também juntamente com o investidor privado, o Governo Federal fez tratativas junto à Receita Federal e à Previdência, no sentido de deixar claro qual eram as dívidas existentes, e elas foram devidamente pagas, pelo menos, até a semana passada, era essa a situação.

Então, eu acredito, até porque essa avaliação hoje dos Governadores é a avaliação da Casa Civil, do Transporte, é do setor de Ferrovias e da CFN, que a Transnordestina tem todas as condições de sair.

Bom, eu quero falar agora, então, do Valter Pereira, eu estou sintetizando agora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ministra, só para responder, para eu não ter que--

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Tasso, como nós vamos... Tem o direito à réplica, V.Exa. pode fazer os comentários convenientes. Nós vamos... A Ministra Dilma vai concluir as respostas.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Senador Valter Pereira, por favor, a Emenda da Rodovia foi vetada no PPA, o senhor tem toda a razão.

[soa a campainha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Ela foi vetada, Senador, porque ela propunha 68 milhões(F) para obras que custam 1,3 bilhão. Todas as propostas, Senador, que previram menos do que 30% do valor total da obra, foram vetadas pelo Governo. Foi uma medida para aperfeiçoar o processo de planejamento do país. O que está no PAC aqui não é o valor total da obra; são só os estudos. Isto está saindo do recurso que nós destinamos para estudos, no âmbito do Ministério dos Transportes. Não está saindo; é recurso do PAC, que foi colocado, em geral, nós colocamos quase um bilhão, para estudos em geral. Então, nós mexemos—

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter, V.Exa. vai ter direito a réplica, V.Exa. quando chegar a vez de V.Exa., V.Exa. pode fazer os comentários.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Senador, o Senador agora... O Senador Inácio Arruda. As três barragens, Taquara, Figueiredo, Fronteiras, não estão no PAC, Senador, elas só entrarão, primeiro, se elas tiverem Projeto. Segundo, se outra obra sair ou se sobrar dinheiro, uma obra não vai sair, a gente tira e bota essas obras.

Eu queria dizer para o senhor que, no âmbito da Casa Civil, nós já recebemos esse pleito de estudar essa possibilidade, tirando outras duas. Uma delas a gente não concorda, que é o Tabuleiro das Russas; a outra a gente está estudando. Os parques eólicos a gente está estudando se substitui, Senador porque é essa a proposta. Então, é necessário que haja o dinheiro e o Projeto.

A segunda questão, Senador, são parques eólicos. Os parques eólicos existentes hoje no Brasil, eles são do âmbito do PROINFA. O PROINFA contratou uma quantidade determinada de parques eólicos. Posteriormente, nós flexibilizamos a condição de equipamentos nacionais para fazer os parques eólicos. Há uma medida, Senador, que é crucial que seja tomada e que é responsável pelo atraso nos parques eólicos. Na época, o Ministério de Minas e Energia tentou e não conseguiu acabar com a exigência de que só produtores autônomos, ou seja, não distribuidores, não empresas de energia, pudessem fazer os referidos PACs... Parques, aliás. O que é que aconteceu, Senador? Os parques não foram feitos, porque os órgãos de financiamento, muitas vezes, não os financiaram. Nós iremos concluir todo este processo, no final, em dezembro de 2006. Acreditamos que ainda alguns parques vão entrar. Temos esperança que vão entrar parques, principalmente nas duas mais importantes regiões, principalmente no Nordeste, Ceará, Rio Grande do Norte, que são os grandes aproveitamentos possíveis do parque. Agora, só iremos fazer um novo programa, depois que fizermos o balanço desse.

No que se refere ao gasoduto da Venezuela, o Ministro Lobão, inclusive, está indo para a Venezuela agora, justamente para poder... Para poder discutir essa questão do Projeto do gasoduto Venezuela. Ele só entra no PAC, Senador, se ele tiver um nível maior de concretude, que ele ainda não tem; está em processo de formatação. Então, a gente está muito interessado nele, porque é um acesso a um grande volume de gás natural para o país. Agora, nós só colocaremos quando ele for mais concreto. Mas, de qualquer jeito, eu queria dizer para o senhor que o Ministro Lobão está indo à Venezuela, se eu não me engano, ou foi hoje ou vai amanhã, para justamente participar dessa discussão, que faz toda a ligação do gás e que representa 50 milhões de metros cúbicos. Então, nós vemos com muito bons olhos essa ida dele lá e por isso que ele está indo.

Além disso, Senador, eu vou agradecer as palavras simpáticas e fraternas do João Pedro, dizer que, de fato, lá no Amazonas ontem, nós tivemos uma cerimônia muito importante, que foi a água potável para a cidade de Manaus.

Para o Senador Marconi Perillo, onde que está a minha resposta? Por favor, gente. É possível. O relatório do TCU sobre as obras com grandes irregularidades. A Folha, na matéria de segunda-feira, listou as empreiteiras responsáveis pelas obras com irregularidades e algumas grandes empreiteiras são líderes de problemas. Nós temos interesse em acabar com essas ocorrências, tentando resolver todos os problemas envolvidos, mobilizando tanto os Ministérios como a Controladoria-Geral da União, porque, inclusive, nós estamos engajados em resolver esse tipo de problema porque esse tipo de problema tem o condão de impedir que a obra avance. E é importantíssimo também, por uma questão de eficiência do gasto público no Brasil, até porque a gente sabe que, muitas vezes, no passado, se gastou com obras que custaram mais do que deviam. Então, o Governo Federal tem todo o interesse em resolver esse problema.

Nós também gostaríamos de falar o seguinte, o gasoduto Campo Grande-Itumbiara, ele também teve um problema relativo à falta de gás—

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Que nós estamos olhando porque o nosso PAC vai até 2010. Nós só vamos colocar no PAC aquilo que é possível viabilizar até 2010. Mas eu vou registrar isso, até porque, Senador, nós começamos a estudar algumas coisas de gás--

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Porque achamos que o horizonte...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria solicitar silêncio, por favor, da assistência, porque fica difícil para a Ministra fazer a... Dar as respostas que os Senadores e Senadoras, as perguntas que os Senadores e Senadoras fizeram.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Até porque a gente só pode colocar no PAC aquilo que existe previsão de gás.

No que se refere à ligação do alcoolduto, eu queria lembrar ao senhor que o Governo fez já, a PETROBRAS está concluindo os estudos de EVTE, já foi aprovado alcoolduto pelo Governo. Então, essa obra está no PAC e está no PAC para ser realizada já.

Eu gostaria de ter as Rodovias que são consideradas prioritárias, seria uma contribuição para o nosso monitoramento. E me disponho também a discutir a problemática ambiental com o Ministério Público também, no sentido de construir uma maior compreensão entre nós. Acabei. Eu acho que eu falei de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só, nós já estamos na reta final, nós estamos aqui, há nove horas, reunidos. Eu

gostaria de sugerir a V. Exas., vamos eliminar as réplicas... As tréplicas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente. Eu faço questão da tréplica.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Exa. faz questão da réplica; a tréplica é da Ministra. Quem é que faz questão de réplica para a gente encaminhar, em definitivo, essa Sessão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu faço questão de uma indagação que não foi feita à Ministra, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por favor, Senador Valadares, Senador Demóstenes, Senador Alvaro Dias e Senador Valter Pereira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu faço só como reserva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas reserva como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fico com o direito assegurado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeito. Então, reserva técnica.
[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, ao concluir essa--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Exa. lista todos, vai chamando um a um, quem for desistindo...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Já está bem encaminhado aqui. Depois, Senador Valadares, se me permite, depois de todo mundo fazer a réplica, V.Exa. pediu uma questão de ordem, mas nós já estamos na reta final, o tempo já está terminando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Será uma coisa brevíssima. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok. Então, vamos começar, eu vou dar um minuto de réplica. Dois minutos. Senador Demóstenes Torres, dois minutos. Eu vou ser rigoroso no tempo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhora Ministra, Sr. Presidente--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estou saindo, só queria 30 segundos...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A Ministra só não me respondeu se 1% é 1%.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhora Ministra...

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É ele que vai pagar o jantar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deixa terminar o *affair*, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é um Governo democrático, o Governo beija a oposição...

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Senador, nós somos eficientes...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A certa logo que o jantar não vai ser com Cartão Corporativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhora Ministra, eu até tentei fazer uma objeção, mas V.Exa. estava com a palavra e eu vi que V.Exa. não gosta de ser interrompida. Eu não queria tomar uma coelhada, apesar de parecer o Cebolinha--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Não faria isso, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --Jamais com o senhor, que me tratou com toda a urbanidade.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado. Então, Ministra, é claro, e aqui, só para lembrar que essa lei ela foi discutida aqui, e o seu assessor, que é uma pessoa que eu respeito muito, nós tivemos a oportunidade. O Governo até quis tentar fazer com que a lei 11.111, ela fosse relativa a dados... Exclusivamente aos dados ultra-sigilosos. Não conseguiu, até porque o art. 4º manda, faz referência aos parágrafos do art. 6º e o art. 6º é que, naturalmente, trata dos ultra-sigilosos. Mas, de qualquer forma, mesmo no caso da lei 8.159--

[soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Essa que nos interessa... V.Exa., inclusive, utilizou-se de uma remissão a um artigo que eu já tinha mencionado, V.Exa., de forma fundamentada, por escrito, poderia, sim, ter o acesso. Não de forma ilimitada, nem V.Exa., nem ninguém pode ter acesso a documento sigiloso. E, claro, para fazer Banco de Dados sigilosos, então, isso é completamente impossível; não é só na

Legislação brasileira não, é qualquer uma. Esses documentos são catalogados dessa forma. Milita em favor de V.Exa., reconheçamos, que houve a prescrição; se houve a intenção de fazer dossiê, como quer a oposição, ou um Banco de Dados, como quer o Governo, se esses documentos estavam catalogados como reservados, o prazo de sigilo é de cinco anos; não houve renovação, muito bem. Mas, de qualquer forma, fazer Banco de Dados de documentos sigilosos é impossível. Inclusive, lembrando, como já tem mais de--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Senador Demóstenes, por favor.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Como já tem mais de cinco anos que se iniciou o Governo Lula, inclusive, a parte inicial daqueles documentos já pode ser exposta tranquilamente, a não ser que tenham sido cancelados com a prorrogação que a lei permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Demóstenes. Com a palavra, Senador Alvaro Dias, dois minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Sra. Ministra. Eu insisto, é claro que a Ministra não quer admitir a existência do dossiê. Mas se dê o nome que desejar dar, essa peça que acabou sendo divulgada pela imprensa, é uma peça criminosa e foi elaborada no ambiente da Casa Civil, que V.Exa. comanda administrativamente. É uma peça criminosa porque formatada usando a máquina pública para golpear adversários políticos. É dossiê, a meu ver, porque o que configura o modelo de dossiê, no documento que vazou, é o fato de ter uma coluna à direita para a maldade, e não só nessa coluna à direita, mas também em outros pontos há ali detalhes maldosos--

[soa a campanha].

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --A identidade, o Banco de Dados não se trata com certa intimidade as pessoas ali referidas como, por exemplo, Ruth. Enfim, há características que nos levam a concluir tratar-se de um dossiê elaborado com objetivos escusos. Cabe agora à Polícia Federal, e eu deposito todas as esperanças na Polícia Federal esclarecer este episódio. Eu não tenho dúvida que a Polícia Federal, que é uma instituição independente, haverá de cumprir o seu papel com muita competência e honestidade nesse caso.

E nós teremos, então, todas as dúvidas provavelmente dirimidas; a própria Polícia Federal tem condições de caracterizar como dossiê ou como Banco de Dados. Na verdade, a conclusão nossa é de que há o Banco de Dados e há o dossiê, recolhido... Com o re-

colhimento das informações mais exóticas constantes do Banco de Dados. Este é o dossiê.

O dossiê que, inclusive, foi de certa forma denunciado com anterioridade, como já disse aqui, inclusive, V.Exa., no dia 19 de fevereiro, em São Paulo--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Alvaro, concluindo--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --Concluindo agora, numa Reunião de empresários, disse exatamente o seguinte: "Não vamos apanhar quietos". Até peço a V.Exa. que confirme ou não. A Folha de São Paulo divulgou, no dia 20; um depoimento de V.Exa. no dia 19: "Não vamos apanhar quietos, estamos realizando um levantamento de gastos do Governo passado". Esta foi a notícia da Folha de São Paulo, que não foi desmentida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Alvaro Dias. Com a palavra, o último inscrito, Senador Valter Pereira. Dois minutos.

SENADOR VALTER PEREIRA: (PMDB-MS): Ministra Dilma Rousseff, eu gostaria de deixar claro para V.Exa., em primeiro lugar, que o meu Estado tem uma gratidão muito grande com V.Exa. porque, lá, efetivamente as marcas do PAC estão por todos os cantos, é Mato Grosso do Sul. V.Exa. sabe muito bem da admiração que os políticos do meu Estado, independentemente de partido, têm pela dedicação que V.Exa. tem dado aos problemas estruturais do meu Estado.

A crítica que eu estou fazendo, e volto a insistir, é porque há discutivelmente, e essa aqui é uma reclamação de todos os partidos aqui no Senado, há uma pouca valorização do trabalho do Congresso, uma pouca valorização do trabalho do Senado Federal. Sempre que o Parlamentar apresenta uma Emenda, apresenta um Projeto, ele luta pela sua aprovação e de repente--

[soa a campanha].

SENADOR VALTER PEREIRA: (PMDB-MS): --Há a ação de um burocrata para dismantelar aquele trabalho que foi duramente construído aqui no Congresso.

Então, o Projeto que eu apresentei foi aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura; é de um bilhão e 300 milhões, portanto, não está subestimado. Foram aprovados um bilhão e 300 milhões de reais. E veja o seguinte, mesmo que não tivesse nada no orçamento, que a dotação fosse zero no orçamento, mas V.Exa. sabe muito bem que o PPA é um plano que tem vigência de quatro anos. Então, o Governo poderia valer-se desse guarda-chuva durante todo esse período, mesmo que não conste no primeiro ano, pode constar no segundo, no terceiro, no quarto; já teria a legitimidade ali garantida e assegurada. É só essa a ponderação

que eu queria fazer a V.Exa., talvez, V.Exa. não tenha entendido direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valadares, V.Exa. sabe da admiração que todos nós temos por V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por favor, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Um minuto, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em um minuto, eu gostaria de saber da Sra. Ministra quais as preocupações de V.Exa. e quais as metas relacionadas no PAC, com referência a uma questão que eu considero da maior importância, da mais alta relevância, principalmente em vista da concretude, palavra que V.Exa. gosta de usar, da transposição, quais as medidas que estão sendo tomadas com respeito à revitalização do Rio São Francisco? Menos de um minuto, não foi, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, meu caro Senador Antonio Carlos Valadares, pela disciplina. E eu vou agora passar a palavra à Ministra Dilma para a tréplica, que eu espero que seja uma tréplica bastante ágil, rápida, e eu vou encerrar a Sessão após a tréplica da Ministra Dilma. Com a palavra, a Ministra Dilma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Apenas se ela julgar necessário.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. concedesse um minuto também, até porque eu estou aqui desde o início; cheguei de manhã, fui um dos primeiros que cheguei aqui, poupei, queria que me desse um minuto só para fazer uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador, pelo respeito que todos nós temos por V.Exa. e por ser um conterrâneo quase nosso, V.Exa. tem um minuto, e eu não vou mais aceitar nenhum pela ordem porque nós estamos há quase nove horas aqui.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Perfeito. Mas eu poupei a Ministra--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Posso perguntar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sra. Ministra, serei pragmático e breve na minha indagação. Ministra Dilma, eu recebi aqui, há poucos minutos atrás, o que está previsto para meu Estado de Mato Grosso--

[soa a campainha].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): E, olhando com um certo carinho, o que deu para perceber, com muita clarividência, primeiro que o Mato Grosso é pouco contemplado, mas já está de bom tamanho se tudo isso que está previsto aqui acontecer. Mas o que me chama muita atenção, Sra. Ministra, o que me chama muita atenção aqui, do que está programado para o Mato Grosso, a maioria absoluta, sobretudo a questão de logística, é de que todas as ações previstas estão em ações preparatórias. V.Exa. colocou hoje aqui na demonstração, hoje aqui, e agora com essa apresentação neste documento que me é entregue, é o caso especificamente em relação à BR-242; era previsível para 2007 até 2010; nós estamos em 2008. Talvez V.Exa. não tenha nem conhecimento, tendo em vista o assoberbamento do trabalho, que V.Exa. naturalmente o tem. Essa BR-242, Ministra, ela não é nem federalizada. Por incrível que pareça, está prevista aqui--

[soa a campainha].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): --E esse Projeto agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Jayme, concluindo, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Por favor, não deu um minuto ainda, meu querido Senador. Não passou. Aqui teve gente que falou 10 minutos, 20 minutos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Jayme. Com a palavra, Senador. Senador, tranquilo, a palavra é de V.Exa.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): --Eu estou fazendo uma pergunta pertinente e, acima de tudo, do interesse do meu Estado e eu tenho o papel de defender aqui meu Estado do Mato Grosso, por favor, o mínimo de consideração e respeito.

Então, Ministra, essa Rodovia ela não foi nem federalizada. O Projeto de Lei foi aprovado agora na Comissão nossa, na Comissão de Infra-Estrutura, e inserido numa nova revisão do Plano Nacional de Viação que chama PNV. Entretanto, aqui está previsto para 2010. Eu pergunto para V.Exa. se, de fato, essa obra poderá ainda sair no Governo do Presidente Lula, até porque ela não tem nenhum prelo(F) da obra ainda, ou seja, um Projeto Executivo--

[soa a campainha].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ela não foi licitada esta obra e, acima de tudo--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador, que página V.Exa. está?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Na página 06.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Na página 06. A obra é a BR...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): 242. Ação preparatória.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Qual a ação preparatória da 242?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Valter, deixa eu defender meu Estado aqui. Sei que a Ministra tem boas intenções, que eu já estive com ela uma certa feita e ela me disse da boa vontade do Governo Federal em executar essa obra. Como também, Ministra, eu imagino, tendo em vista a política ambiental que está sendo praticada em relação à região Amazônica, sobretudo no meu Estado, acho que está meio na contramão; nós temos questões sérias ambientais, a questão das reservas indígenas e é uma obra que certamente, primeiro, teria que fazer o Projeto dessa obra, ou seja, federalizá-lo, aprovar aqui no Senado, *a posteriori* na Câmara e depois, naturalmente, começar um processo deflagrado de Projeto Executivo, licitação, ordem de serviço etc. etc.

Então, eu imagino que dificilmente isso poderá acontecer ainda na gestão do Presidente Lula. Como também, nesse mesmo cenário aqui, existe a questão da duplicação da BR-163, que demanda Rondonópolis à cidade de Cuiabá, demandando até a cidade de Lucas de Rio Verde—

[soa a campainha].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu imagino que também nem o Projeto da obra não existe, até pelas informações que a gente tem, lá do próprio DNIT e do Ministério dos Transportes.

Então, me chama muita atenção, e eu queria pedir a V.Exa. que, com certeza, pela sua competência, sobretudo pelo trabalho exemplar que tem feito, mandasse que os órgãos competentes tomassem as providências. Caso contrário, será apenas uma falácia. Com certeza, não vai acontecer, nós vamos continuar na mesma expectativa de 150 a 200 anos, que nós estamos sonhando, sobretudo a questão da BR-163; está emperrado, tem questão de impacto ambiental, e até que me prove o contrário, tanto o trecho que demanda Guarantã até o Santarém também, essa obra está totalmente paralisada, sem nenhuma perspectiva na sua execução e é uma obra importante para o desenvolvimento de Mato Grosso. É questão *sine qua non* nossa, para nós viabilizarmos a nossa economia,

sobretudo que V.Exa. tem conhecimento, o problema de Mato Grosso, chama-se logística. Enquanto não tivermos logística, com certeza, a nossa produção não será competitiva. Nós continuaremos sempre nessa dificuldade que a senhora tem conhecimento em relação ao escoamento da produção, que nós somos hoje o maior produtor de algodão, de soja, detemos o maior rebanho bovino, todavia, essa logística prevista aqui, confesso a V.Exa., até porque já fui Governador, conheço meu Estado perfeitamente e não vejo perspectiva nenhuma de acontecer nenhuma dessas obras até 2010. Sou grato se V.Exa. mandar tomar as providências que requer o caso. Obrigado, Sra. Ministra. Obrigado meu caro amigo, irmão, Senador Delcídio, Sr. Presidente Marconi Perillo.

[soa a campainha].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência concede a palavra à Sra. Ministra Dilma Rousseff por três minutos para a tréplica final, finalisticamente falando.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria agradecer ao Senador Demóstenes Torres e dizer para o Senador que eu vou levar essa observação dele. Se é verdade isso, Senador, nós, no caso dos dados sigilosos, de fato sigilosos, porque estão, de fato, grafados como reservados, eles dizem respeito ao nosso Governo, então, fiquei também muito preocupada também por isso. Então, eu vou tomar isso em consideração e agradeço a observação do senhor.

No caso do Senador Alvaro Dias, eu vou reiterar só a minha fala final sobre isso. Não tem vazamento, aliás, não tem vazamento não, já estou confundindo as bolas; não há Banco de Dados; o que houve foi um vazamento de dados privativos da Presidência da República e isso é que tem de ser investigado. E tem que ser investigado porque ao saber quem vazou, como vazou e para quem vazou, nós vamos saber também o que é que aconteceu de fato, a quem interessava esse dossiê e a quem ele beneficiou.

E quero dizer mais, tá? Acredito que esse processo que leva esse material, que insistem, insistem, insistem que era um material feito para chantagear e intimidar a oposição, é incorreto porque o que nós fizemos na Casa Civil foi um Banco de Dados. Nós não fizemos um dossiê. Então, se dossiê existe, alguém criou esse dossiê. Seja ao vazar, seja ao receber o vazamento.

Por outro lado, eu queria responder ao Senador Valter Pereira, que eu concordo com ele. É importantíssimo que a gente leve em conta a sugestão do Congresso. Eu acho que o respeito ao Congresso é

um elemento essencial na construção da democracia em nosso país--

[soa a campanha].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: --E, além de ser uma exigência constitucional. Então, Senador, se alguma observação errada a esse respeito eu fiz ao responder ao senhor na questão do veto, eu me disponho, se o senhor me puder mandar, assim, uma notinha, a fazer uma avaliação e tornar a responder ao senhor, porque, de fato, eu acredito que uma das coisas importantes que nós conseguimos, no PAC, porque o PAC não foi só essas obras; o PAC foi uma porção de Medidas Provisórias, uma porção de Legislação que quem aprovou foi o Congresso.

Então, assim, seria de uma incapacidade imensa da minha parte eu não reconhecer que, sem isso, nós não teríamos chegado aonde chegamos, até porque teve um momento que quem aprovou, nós só tínhamos nove bilhões de reais, quem aprovou os 15 foi o Congresso Nacional; sem ele não teria PAC na proporção que tem. Então, eu fico aberta inteiramente a essa colocação do senhor, especificamente a questão do veto e a qualquer outra questão que o senhor tenha nesse aspecto.

No que se refere à interligação eu queria destacar para o Senador que nós já licitamos 14 lotes da obra de transposição. E, nesses lotes, os dois primeiros, um e nove, já foram contratados, que a gente espera concluir as obras do eixo Leste até dezembro de 2010, bem como boa parte do eixo Norte, também tem conclusão para dezembro de 2011. Na revitalização do São Francisco, nós estamos... Nós estamos gastando em torno de 1,3 bilhão, o que é fundamental para a sustentabilidade da bacia. Até porque são as obras importantíssimas de saneamento, de combate a processos erosivos e de resíduos sólidos. E todo um trabalho que vai permitir que o nosso São Francisco seja um rio completamente revitalizado, graças a esse esforço, eu acho, muito importante.

Queria finalizar, dizendo para o Senador Jayme Campos que eu vou tomar essas recomendações dele ao pé da letra, até porque, Senador, é uma das minhas prerrogativas e exigências que eu faça que os Projetos saiam do papel. Então, eu vou chamar o Ministério dos Transportes, e gostaria também que o senhor pudesse me mandar uma documentação a respeito desses atrasos e pelo fato que o senhor tem essa sensibilidade dada, porque o senhor exerceu o Governo, o senhor conhece concretamente, caso a caso, cada obra, seria importante que o senhor passasse para mim, eu agradeceria muito.

E eu queria finalizar, dizendo que eu agradeço a atenção dos senhores; para mim, foi um momento muito

importante. Eu acho que só engrandece a democracia no Brasil e mostra que nós vivemos num outro mundo e numa outra época. Nós hoje somos um país que podemos nos orgulhar de ter esta relação entre os órgãos do Executivo e do Legislativo. Isso é fundamental para o crescimento do país em termos institucionais. Mas também eu acho muito importante que a gente tenha essa capacidade de interlocução num Projeto como o Programa de Aceleração do Crescimento, que eu tenho certeza, os senhores são Senadores dos 27 Estados da Federação, Distrito Federal incluso e isso pode significar também, porque geralmente Senadores ou foram Governadores ou são pessoas com grande informação sobre seus Estados. O debate com os Senadores, também com a Câmara de Deputados, é algo que só vai qualificar e melhorar o PAC e o nosso monitoramento.

Eu agradeço, então, espero ter respondido, sempre que possível, e, se não respondi, estou aberta para qualquer resposta futura ou que os senhores queiram me encaminhar sob a forma de ofício ou sob qualquer outra forma. Muito obrigado aos senhores e eu agradeço a atenção.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência... Um instantinho. Essa Presidência agradece a presença da ilustre Ministra Dilma Rousseff. Agradece as presenças do Senador Garibaldi Alves Filho, que esteve aqui praticamente durante toda a audiência, que durou quase oito horas. Agradece as presenças dos ex-Presidentes do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que esteve aqui também durante quase todo o dia. Senador Renan Calheiros, que não se afastou daqui... Agradeço a presença de todos os líderes, de todos os Senadores e Senadoras, foram quase 40 intervenções, questionamentos, a Ministra prontamente respondeu a todos. Agradeço ao Senador Delcídio Amaral.

E gostaria de dizer que esta Comissão de Infra-Estrutura certamente cresceu muito no conceito do Senado Federal e a presença de V.Exa. e o debate também contribuíram muito para fortalecer o Senado, o Congresso Nacional e a democracia brasileira. À senhora os meus cumprimentos, muito obrigado por ter comparecido. Está encerrado--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E todos nós registramos a firme e competente condução de V.Exa.--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria fazer um agradecimento também, da minha parte, ao Senador Marconi Perillo pela qualidade da direção dos trabalhos e também ao Senador Delcídio, que o substituiu. Muito obrigado, Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a todos e está encerrada essa audiência pública.

Sessão encerrada às 19h35.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 10ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 08 de maio de 2008, às 10 horas, no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa – Anexo II.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Geovani Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Gim Argello, João Durval, Flávio Arns, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Lobão Filho, Pedro Simon, Demóstenes Torres, Adelmir Santana e Romeu Tuma.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura do Ofício nº 221/2008, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, informando da impossibilidade da Ministra Marina Silva comparecer a Audiência Pública marcada para o dia 27 de maio de 2008, solicitando, entretanto, fosse agendada outra data. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: Item 1 - **Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2008**, que “Submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor **Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira**, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra. A Presidência concede a palavra ao Relator Sérgio Guerra, para proferir seu Relatório. Após a leitura do Relatório pelo Senador

Sergio Guerra, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores Demóstenes Torres e Romero Jucá. Item 2 - Decisão Não Terminativa - **Projeto de Lei da Câmara, nº 15, de 2008**, que “Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que apresenta relatório favorável ao Projeto. A matéria é aprovada. Item 3 - Decisão Não Terminativa - **Projeto de Lei da Câmara, nº 125, de 2007**, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421”, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório favorável à matéria. A matéria é aprovada. Item 4 - Decisão Não Terminativa - **Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008**, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona”, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta relatório favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. A matéria é aprovada com as Emendas 01 e 02-CI. Item 5 - Decisão Não Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2007**, que “Acrescenta o dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório favorável à matéria. A matéria é aprovada. Item 6 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007**, que “Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Eliseu Resende, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 7 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-359”, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 8 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do

biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 9 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela Prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. Item 10 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 11 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 655, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibirapu e de Viana, na BR – 101/ES, e o trecho que liga a BR – 101 ao Porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 12 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 610, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, (Plano Nacional de Viação), para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o trecho da Rodovia MT-343, situado entre os Municípios de Cáceres e Barra do Bugres”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marconi Perillo

Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS e 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. As Sras, Senadores e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Esta Reunião destina-se à deliberação de diversas matérias, bem como à sabatina do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como o Relator da matéria ainda não chegou, o Senador Sérgio Guerra, ele está em uma outra Comissão, eu passo ao Item 2 da pauta e solicito ao Senador João Ribeiro para relatar o projeto que instituiu o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências, projeto cuja decisão é não terminativa. Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, nós temos aqui, inclusive, presente nessa Comissão, estão aqui acompanhando, alguns garimpeiros que vieram de Serra Pelada, de várias partes do Brasil, das Associações, dos Sindicatos, que vieram para acompanhar a leitura deste relatório. Até antes de ler o relatório, Sr. Presidente, eu queria antecipadamente agradecer e pedir o apoio dos nobres pares dessa Comissão, porque a questão do Estatuto do Garimpeiro resolve definitivamente a vida do garimpeiro. Coloca ele como um cidadão da cidadania a este Bandeirante que começou, que foi quem desbravou o Brasil. Portanto, dá a ele todos os direitos, ele passa a ter a sua profissão reconhecida, passa, enfim, a ter os direitos sociais, direito à aposentadoria, uma série de outros fatores que, no decorrer do meu relatório, vou estar levando, embora seja um relatório sucinto, não muito longo, nós procuramos sintetizar, mas eu já faço questão de fazer essa introdução para dizer que esse é um dos momentos mais importantes da vida daqueles que desbravaram o Brasil, que ajudaram a abrir essas es-

tradas, as picadas por esse país afora, de uma classe muito sofrida, que eu conheço muito bem, Sr. Presidente, porque eu fui o segundo tesoureiro da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, uma homenagem que me fizeram naquela época da instalação do Garimpo da Serra, eu era Vereador da cidade de Araguaína, no Tocantins, e depois fui o delegado do Sindicato Nacional dos Garimpeiros. Portanto, eu conheço essa questão, até certo ponto, muito bem. Não conheço mais do que o nosso querido Senador Edison Lobão, que hoje é Ministro das Minas e Energia, e com certeza, se ele estivesse aqui no mandato, não estivesse lá, quem estaria relatando este Estatuto seria ele, que por um dever de justiça acho que é o maior defensor da classe garimpeira no Brasil. Por isso eu faço, eu rendo inicialmente esta minha homenagem a um dos maiores homens público do Brasil, a meu ver, o Senador e Ministro Edison Lobão.

Passo a ler, Sr. Presidente, o meu relatório. Tramita nessa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2008, que “Instituiu o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências”. De iniciativa do Presidente da República, a proposição tramitou na Câmara dos Deputados sob o nº 7.505, de 2006. No Senado Federal a matéria foi encaminhada para as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais posteriormente, tendo sido aprovado, sem Emendas, pela CE. Agora é submetida à apreciação desta Comissão de Infra-Estrutura para depois ser analisada, para depois ser apreciada em decisão final no Plenário da Casa. Na CI não houve apresentação de Emendas no prazo regimental.

A análise, Sr. Presidente. Nos termos do art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, compete opinar sobre matérias pertinentes a minas, recursos geológicos e outros assuntos correlatos. O Estatuto do Garimpeiro, que ora se pretende aprovar, insere-se nesta competência. É muito oportuna a proposta de regulamentação do art. 174 da Constituição Federal, apresentada na forma de um estatuto para os garimpeiros. Apesar de já terem a atividade regulada no Decreto-Lei nº 227, de 1967, e na Lei nº 7.805, de 1989, as atividades de lavra garimpeira ainda não foram adequadamente disciplinada pela legislação, o que leva muitos garimpeiros a optarem pelo trabalho informal e, deste modo, engrossar o cordão de problemas inerentes à atividade que esperam solução do Estado brasileiro.

A proposição sob análise pretende formalizar e dar condições de se profissionalizar a atividade garimpeira e, assim, quitar a histórica dívida que a Nação tem com a classe de trabalhadores que outrora, con-

fundidos com aventureiros, vasculham incansavelmente o território nacional em busca das riquezas minerais, ainda que em condições precárias de trabalho.

Ao se analisar o mapa da produção mineral do país, vê-se que a exploração ainda está muito aquém do enorme potencial mineral registrado nos órgãos federais. O fato é que, neste particular, até o presente momento não se reconheceu oficialmente a existência de condições geológicas e econômicas favoráveis à atividade garimpeira, como se pode fazer a partir de então em muitos sítios que se encontram intocados pela atividade mineradora. A não constatação dessas condições de lavra pelo Estado, somada à informalidade da atividade, fomentam, por outro lado, entre os garimpeiros, o descompromisso com a saúde e com a segurança de trabalho, e, por outro, a evasão fiscal, isso só para ficar em dois exemplos de como a situação é deletéria para todos. Por isso, a ação do Estado, até então, invariavelmente acaba na contramão das necessidades do seguimento socioeconômico que alimenta um ciclo perverso de fatos que é empurra o garimpeiro para a exploração clandestina.

O atual Governo, ao tomar a iniciativa de estatuir a profissão, ao mesmo tempo que resolve históricos problemas que envolvem a classe, favorece a implementação de políticas públicas compatíveis com o atual projeto de desenvolvimento da Nação. É preciso reconhecer, de forma definitiva, que a atividade garimpeira tem importante papel reservado na expansão da produção mineral brasileira, considerando que há muitas jazidas que demandam a presença do profissional do garimpo para ser minimamente explorada e que, por isso, ainda não o foram, sem falar do trabalho de aproveitamento dos rejeitos de garimpo mecanizado que igualmente contribuirão para o aumento da produção nacional. Rejeito, eu não sei se os nobres Senadores sabem, mas eu acho que muitos sabem, é aquela parte que as mineradoras fazem e ficam aqueles amontoados de terra e dali, ainda manualmente, pode se tirar muita coisa.

Há um enorme espaço para a atividade consorciada entre o garimpeiro e a empresa de mineração, cada qual atuando numa escala do empreendimento. Entretanto, para que essa relação se formalize, gere e distribua a grande riqueza que poderia, é imprescindível que nos dois lados do contrato estejam presentes personalidades jurídicas de pleno direito. Falta, portanto, um diploma legal que dê clareza aos direitos e deveres dos garimpeiros e que os retire da informalidade. Com a edição de seu Estatuto, o garimpeiro somente será assim reconhecido se atuar em áreas tituladas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM, que também passará a fazer parte de

um cadastro nacional controlado pelo DNPM, ou seja, o garimpeiro também passará a fazer parte de um cadastro do DNPM que vai acompanhar de perto a sua atuação, que lhe garantirá, dentre outros benefícios, a imprescindível condição de trabalhador formal. Em suma, o projeto, além de fazer justiça a uma sofrida classe de trabalhadores, cria efetivas condições para a implementação de políticas públicas na área de exploração de minas e recursos geológicos, coerentes e factíveis para os trabalhadores do setor.

O voto, Sr. Presidente. Em face dessas considerações e da importância estratégica para o desenvolvimento nacional de que se reveste o Estatuto do Garimpeiro, recomendo a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2008, sem Emendas. É o relatório, Sr. Presidente.

Eu quero, Sr. Presidente, ainda, apesar de ter feito, no início, aquela introdução, dizer que acompanhei de perto, Sr. Presidente, o sofrimento e o sonho dos garimpeiros que foram à Serra Pelada, que foi, sem sombra de dúvidas, que é um dos maiores garimpos da nossa história e que trouxe um grande sonho àqueles que para lá foram, Sr. Presidente, muitos que para lá foram não retornaram às suas casas, até hoje as famílias, claro que depois de tantos anos sabem que perderam os seus pais, os filhos, enfim, ficaram muitas viúvas, muita gente morreu na mata tentando por ali também fazer a sua pesquisa, tentar uma forma de melhorar a sua vida.

Portanto, o garimpeiro é um sonhador, é isso que eu queria deixar registrado, além do Bandeirante que é, é um sonhador. Eu acho que ele merece todas as nossas homenagens. Realmente é um descobridor de novas fronteiras. Portanto, eu acho que o garimpeiro, com esse estatuto, ele passa a ter, em resumo, aquilo que foi dito aqui, ele passa a ter cidadania, ele passa a ser um cidadão com outro qualquer a ter todos os direitos sociais. Era isso que eu queria registrar, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Senador João Ribeiro pela relatoria. Gostaria de enfatizar que o projeto é altamente meritório. Quero dar as boas vindas a todos os garimpeiros de todo o Brasil que aqui se encontram presentes. Quero parabenizar ao Senador João Ribeiro pela relatoria e pelo compromisso em relação a essa categoria de brasileiros trabalhadores. E, sem delongas, vou colocar imediatamente, pelo mérito do projeto, em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Parabéns [palmas] ao Senador João Ribeiro, parabéns aos garimpeiros. A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, por questão de ordem, eu queria solicitar de V. Ex^a. que na Comissão de Educação a gente mantivesse o regime de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Será atendido. O pedido de V. Ex^a. será atendido.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu vou tentar inclusive levar direto para o Plenário e gostaria de com o apoio de V. Ex^a. para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Secretário, Dr. Edulcídio, tomará todas as providências imediatamente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): V. Ex^a. que é de um Estado que tem muitos garimpeiros, eu tenho certeza que estará me ajudando, já está me ajudando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Já demos essa dissociação aqui hoje, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Pois é, e vai continuar nos ajudando com certeza para levar direto ao Plenário para que a gente possa aprovar isso o mais rápido possível, para os garimpeiros poderem usufruir desse benefício.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores, houve um pedido de inversão de pauta, aprovado. Eu solicito ao Senador João Tenório, Relator do Projeto de Lei 664, para que apresente seu relatório e voto.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, inicialmente obrigado pela concordância da inversão de pauta. Nós temos um relatório na Comissão de Relações Exteriores, daí porque eu solicitei essa versão de pauta. Muito obrigado.

De autoria do Senador Arthur Virgílio, o Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2007, acrescenta dispositivo ao Código Brasileiro de Aeronáutica para determinar que os responsáveis por edificações situadas em áreas próximas a aeródromos e aeroportos sejam obrigados a instalar, operar e manter equipamentos de sinalização e balizamento aéreo, na forma dos planos de zona de proteção.

Segundo o autor, a deficiente sinalização de segurança contra obstáculos é responsável por diversos incidentes e acidentes aéreos no país. Antenas, para-raios ou torres, situado no topo dos edifícios, sem adequada sinalização podem representar risco incalculável à segurança dos vôos e resultar em tragédias de grandes proporções. Particularmente preocupante

seria a manutenção dos equipamentos de sinalização e balizamento aéreo, uma vez que apenas a instalação inicial seria objeto de fiscalização por ocasião da emissão do habite-se.

A segurança da aviação depende do rigoroso cumprimento de uma série de normas técnicas em que estão sujeitos os diversos agentes públicos privados. Os recentes acidentes aéreos ocorridos no país estão a demonstrar a necessidade de redobrar os esforços de todos os agentes públicos na exigência do cumprimento das normas de segurança. Como indica o relatório da recente concluída CPI do Apagão Aéreo, o problema dos obstáculos irregulares parece ser amplamente disseminado no país, sendo que os aeroportos mais perigosos seriam Congonhas, Ilhéus e Vitória.

A sinalização de obstáculos envolvendo sua instalação, operação e manutenção é uma responsabilidade dos proprietários das respectivas estruturas, muito das quais são privadas. O projeto, ora proposto, contribui para reforçar a obrigatoriedade dessa exigência, o que fortalece a autoridade aeronáutica representada pelo Comando da Aeronáutica, a quem compete fiscalizar o seu cumprimento. Portanto, o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 664, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A presidência agradece ao Senador João Tenório pela competente relatoria. Coloco em discussão a matéria. Está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para as devidas providências.

Passo, imediatamente, à--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- à deliberação do Item 4.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria solicitar a V. Ex^a. se possível, também, de fazermos a inversão de pauta aqui do Item 7, que é um projeto nosso que já está há algum tempo aqui nesta Comissão, eu gostaria se possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu faria com prazer, mas o Senador Eliseu Resende não participará dessa Reunião.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É terminativo e também não há *quorum*.

Senador Pedro Simon solicito a V. Ex^a. que apresente o relatório relativo ao Projeto de Lei nº 1, da Câmara, que inclui no Anexo da Lei 5.917, que dispõe sobre o Plano Nacional de Aviação, o trecho rodoviário que menciona. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, Sr. Presidente, se o senhor me permite, mas eu quero felicitar a V. Ex^a. e a esta Comissão pela Reunião que foi realizada ontem. Eu acho que foi uma vitória da Casa, foi uma vitória da democracia e foi um dos grandes momentos de afirmação dessa Casa. O interessante é que quando essa Comissão tomou a decisão houve muita polêmica. Muitas pessoas quiseram anular, mas na verdade hoje é uma unanimidade, do Governo, da oposição, da sociedade, das pessoas que assistiram que foi realmente muito importante, muito positivo, e eu fico muito feliz pelo andamento dos trabalhos. O tom foi o mais elegante, os parlamentares mostraram que têm as condições de levar adiante. A Ministra respondeu com muita autenticidade. Eu acho que ontem é um dia que a gente pode dizer que o Congresso somou e nisso tem V. Ex^a. e esta Comissão que estiveram na frente, eu com muita alegria compareci lá, acompanhei e felicito V. Ex^a. que com muita firmeza coordenou, fez a votação e garantiu que realmente acontecesse. Os meus cumprimos a V. Ex^a.

O projeto é muito singelo, Sr. Presidente. A autoria é do Deputado Beto Albuquerque, que é um grande parlamentar, um Deputado realmente excepcional lá no Rio Grande do Sul, e ele sugere, pede, através do Projeto de Lei nº 1, de 2008, da Câmara, que visa incluir um trecho rodoviário da relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal, o trecho que corresponde ao trajeto da rodovia 630, que liga a BR-290, próximo à cidade de São Gabriel, à BR-293, junto à cidade de Dom Pedrito. É talvez um dos trechos mais importantes na fronteira sudoeste. Tem uma Emenda de redação com a qual eu sou inteiramente favorável, é um projeto da maior singeleza, mas é importante porque isso é necessário para que se possa pensar em um dia construir a estrada. O meu Parecer é absolutamente favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Senador Pedro Simon pelas palavras carinhosas relativamente à Sessão do dia de ontem e, também, pela relatoria.

Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação o Parecer

do Relator com as Emendas de nºs 1 e 2. Os Srs. Senadores que aprovam o Parecer e as Emendas permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer e as Emendas. A matéria vai à Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente, uma vez que o Relator do Item 1 não se encontra e há mais de meia hora começou a Sessão, eu solicitaria a V. Ex^a. que retirasse o Item 1 de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O pedido de V. Ex^a., Senador Demóstenes, é pertinente. Eu vou, apenas, suspender por cinco minutos esta Sessão, essa Reunião, para aguardarmos nesse período a chegada do Relator. Caso não ocorra, nós vamos ter que terminar, concluir essa Reunião, já que não temos os outros Relatores presentes e os demais projetos são de caráter terminativo. Portanto, acolho parcialmente a sugestão de V. Ex^a., suspendendo por cinco minutos a presente reunião.

Sessão suspensa às 10h58

Sessão reaberta às 11h06

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está reaberta a Reunião. Solicito ao Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira que venha para a mesa a fim de ser sabatinado para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Essa Mensagem, do Senado Federal, é a Mensagem de nº 50, de 2008, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, c.c. o art. 53, da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da ANTT. A autoria é da Presidência da República e o Relator é o Senador Sérgio Guerra.

Dou as boas vindas ao Dr. Bernardo. Concedo, imediatamente, a palavra ao Senador Sérgio Guerra, Relator da matéria, para que ele possa proferir o seu voto.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem de nº 50, de 2008, Mensagem de nº 57, de 03 de fevereiro de 2008 na origem, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A ANTT é entidade integrante da Administração Pública Federal

indireta, submetida ao regime autárquico especial, é vinculada ao Ministério dos Transportes e foi criada pela Lei de nº 10.233, de 05 de junho de 2001. Estabelece o art. 53, da Lei 10.233, de 2001, que os membros da diretoria da ANTT serão brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidades a serem exercidas.

Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, cidadão brasileiro, graduado em Economia pela Universidade de Brasília em 1973, com pós-graduação em elaboração e análise de projetos pelo Centro de Treinamento do Desenvolvimento Econômico, órgão integrante do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA do então Ministério do Planejamento, concluída em 1975. Atualmente é assessor especial da Subchefia de Articulações e Monitoramento da Casa Civil, cargo que ocupa desde o ano de 2005. Sua experiência profissional, que registra atividades tanto no setor público como na iniciativa privada, revela inteira dedicação ao campo dos transportes, com especial ênfase nas modalidades rodoviária e ferroviária. Iniciou sua carreira na Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte - GEIPOT, onde ingressou em 1973 e permaneceu até 1977, sendo responsável por avaliação econômica de projetos. De 1980 a 1984 trabalhou na Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de Belo Horizonte - METROBEL, período em que participou da elaboração e da implantação de projetos de transporte urbano de passageiros, dedicando-se especialmente aos sistemas integrados de ônibus e trens metropolitanos. Por duas décadas, de 1977 a 1980 e de 1984 a 1990 trabalhou na Siderúrgica Brasileira S.A - SIDERBRAS, assessorando empresas na área de transportes e planejamento estratégico e representando-a junto a diversos organismos nacionais e internacionais, com o Grupo Executivo para a Siderurgia no Ministério dos Transportes, a Comissão Nacional de Defesa Civil, no Ministério da Indústria e do Comércio, e o Comitê Assessor para Integração de Transportes da América Latina, da diretoria do Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço. Foi, ainda, Presidente da Comissão de Transportes do Instituto Brasileiro de Siderurgia. Sua experiência envolve, também, o desempenho de cargos de direção da Rede Ferroviária Federal - REFESA, na VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias e no Ministério do Planejamento. Nesta fase participou, dentre outros trabalhos, da elaboração dos estudos preliminares do programa de desestatização da REFESA, da elaboração e coordenação do Plano de Revitalização das Ferrovias, da avaliação econômico-financeira do projeto da Ferrovia Norte-Sul, da modelagem e coordenação da força-tarefa para a implementação do Ferro-Anel em São Paulo e dos estudos para a inclusão da

variante ferroviária Ipiranga-Guarapuava, do Paraná, no Programa de Parceria Público Privada. Na iniciativa privada foi Diretor Executivo da Associação Nacional de Transportes Ferroviários - ANTF, período em que participou da elaboração de projetos da proposta de desenvolvimento para o transporte ferroviário nacional. Diretor-Presidente da INTERFERREA S.A. - Serviços Ferroviários Intermodais, quando atuou como membro do Conselho de Administração de várias concessionárias de ferrovias e presidiu a Câmara Brasileira de Transporte Ferroviário. Diretor-Presidente da Empresa Gerais de Transportes S.A. Como consultor empresarial independente prestou assessoria em projetos de transporte para a Siderúrgica Mendes Júnior, a TCI – Planejamento, Projeto e Consultoria Internacional e Dora Transportes.

A análise do *Curriculum Vitae* anexado à Mensagem nº 50, de 2008, evidencia que a formação acadêmica e histórico-profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho do cargo de Diretor-Geral da ANTT, para o qual foi escolhido pelo exame do Sr. Presidente da República.

Devo dizer que fiz, sobre o indicado, várias consultas a várias instituições brasileiras no ramo da siderurgia e dos transportes e que consensualmente obtive, sobre ele, informações extremamente positivas no campo profissional, no campo da experiência feita. Tem sido nossa atitude a de exigir sempre, nós da oposição de uma maneira geral e do PSDB em especial, de exigir sempre dos indicados adequação curricular. Mais do que competência profissional, adequação curricular, experiência feita. Esse é um caso no qual os dois componentes, Curriculum adequado e experiência realizada, são comprovados.

No mais, em face do exposto, e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 53, da alínea “f”, c.c. os arts. 53 e 54, da Lei de nº 10.233, de 05 de julho de 2001, submetemos à apreciação e julgamento desta Comissão a indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, constante da Mensagem Presidencial referida. Sala das Comissões. Esse é o meu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pedido de vista regimental, vista concedida por cinco dias.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Sérgio Guerra pelo competente relatório—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu peço vistas também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- e agradeço também a presença do Dr. Bernardo, cujo *Curriculum* já foi aqui apresentado pelo Senador Sérgio Guerra, um *Curriculum* notório, demonstra as qualidades do Dr. Bernardo para dirigir a ANTT.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço, portanto, ao Senador Sérgio Guerra que prontamente aceitou o relatório e preparou um relatório tecnicamente perfeito. Vistas concedida ao Senador Demóstenes.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu peço vistas também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vista coletiva. Em caráter regimental, não haver mais nada a tratar--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, para solicitar a V. Ex^a. que colocasse em votação o requerimento de urgência a respeito do projeto do Estatuto do Garimpeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão o requerimento proposto pelo Senador João Ribeiro, que solicita o regime de urgência para tramitação do projeto do Estatuto dos Garimpeiros. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Reunião, convocando outra em caráter extraordinário para quarta-feira próxima, às onze horas, quando será deliberado o item indicação para a ANTT. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h14

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 11ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2008, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Alexandre Costa – Anexo II.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador DELCÍDIO AMARAL, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Geovani Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Gim Argello, João Durval, Flávio Arns, Fátima Cleide, Aloízio Mercadante, João Ribeiro, Renato Casagrande, Lobão Filho, Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissatti**. Presentes também, o Senador José Agripino e o Deputado Federal Carlos Santana. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede à leitura do Ofício nº 1237, de 10 de setembro de 2007, anexando requerimento de autoria do Senador Expedito Júnior, apresentado no Plenário do Senado Federal, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2007, seja encaminhado para exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e do Ofício-Circular nº 179, de 14 de maio de 2008, subscrito pelo Chefe de Gabinete do Senador Romeu Tuma, justificando a ausência de Sua Excelência à reunião, por encontrar-se em tratamento de saúde. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 - Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2008**, que “Submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor **Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira**, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Relatório em que a Comissão dispõe de todos elementos para deliberar a matéria. O Senador Demóstenes Torres apresenta Relatório em Separado, o qual foi lido pelo autor. Após a leitura, o Senador Geraldo Mesquita apresenta o Requerimento nº 20, de 2008-CI, requerendo a suspensão da apreciação da indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, para a Diretoria-Geral da

ANTT, a fim de que diligências sejam realizadas com o propósito de colher esclarecimentos junto ao TCU sobre fatos a ele imputados que, em princípio, não recomendam a sua indicação”. Após a discussão, o Requerimento é colocado em votação nominal, sendo **rejeitado por 05 votos a favor e 15 votos contrários**. Usam da palavra para discutir o Requerimento os Senadores Flexa Ribeiro e Valter Pereira. Após, a Presidência concede a palavra ao Sr. Bernardo para a suas considerações iniciais. Usam da palavra para sabatar o indicado os Senadores Jayme Campos, Senador Eduardo Azeredo, Lobão Filho, Valter Pereira e Eliseu Resende. A Presidência declara aberta o processo de votação em escrutínio secreto. São convidados como escrutinadores os Senadores Lobão Filho e Eduardo Azeredo. A seguir, O Senhor Presidente proclama o resultado obtendo 15 votos “sim”, 05 votos “não”, nenhuma “abstenção”, totalizando 20 votos. A indicação é aprovada. **Item 2 - Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei da Câmara, nº 125, de 2007**, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421”, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta Relatório favorável à matéria. A matéria é aprovada. **Item 3 - Decisão Não Terminativa - Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2007**, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona”, de autoria do Deputado Vander Loubet, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Relatório favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. A matéria é aprovada com as emendas 1 e 2-CI. **Item 4 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007**, que “Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Eliseu Resende, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-359”, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta Relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6 - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “Modifica a Lei nº 11.097,

de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Tenório, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7** - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta Relatório pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8** - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9** - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 655, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibiracú e de Viana, na BR – 101/ES, e o trecho que liga a BR – 101 ao Porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10** - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 610, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, (Plano Nacional de Viação), para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o trecho da Rodovia MT-343, situado entre os Municípios de Cáceres e Barra do Bugres”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11** - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 253, de 2007**, que “Autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense,

para o Governo do Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta Relatório pela rejeição do Projeto. A Presidência acata sugestão do Senador Expedito Júnior e remete a matéria à Secretaria Geral da Mesa, para leitura de Requerimento de oitiva na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme OF. SF/1237/2007, de 10.09.2007, da lavra do Presidente do Senado Federal. A Comissão aprova, **extrapauta** os seguintes Requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 18, de 2008-CI**, que requer a realização do 1º Simpósio sobre “Infra-Estrutura e Logística no Brasil – Desafios para um País emergente”, a realizar-se nos dias 20 e 21 de agosto do corrente ano, com a participação dos seguintes convidados os Excelentíssimos Senhores Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal e Deputado Arlindo Chinaglia - Presidente da Câmara dos Deputados; os Excelentíssimos Senhores Ministros das Minas e Energia, da Defesa, do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Comunicações, dos Transportes, do Meio Ambiente, bem como o Presidente da Petrobrás, Presidente Vale, os Presidentes das Comissões da Câmara dos Deputados, de Minas e Energia e de Viação e Transportes, o Presidente da ABIDIB, o Presidente do Instituto ACENDE Brasil, o Presidente da INFRA-ERO, o Diretor da ANEEL, o Diretor da ANAC, o Diretor do DNIT, o Diretor da ANTT, o Diretor da ANATEL, o Diretor da ANTAQ e o Diretor da ANP, de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Delcídio Amaral. **Item 2 – Requerimento nº 19, de 2008-CI**, que “requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE e de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a fim de debater a auditoria aprovada pelo Tribunal de Contas da União - TCU para avaliar a situação dos portos marítimos e fluviais em todo o País por ineficiência operacional”, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Marcos Vilaça, Ministro do Tribunal de Contas da União; Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Sérgio Salomão, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – ABRATEC; Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Kátia Abreu. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secre-

tária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Delcídio Amaral

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, ÀS 11 HORAS e 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à deliberação de diversas matérias, bem como a sabatina do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Há dois requerimentos aqui à mesa. O primeiro requerimento de autoria do Senador Marconi Perillo e de minha autoria, requerendo a realização do Primeiro Simpósio sobre Infra-Estrutura e Logística no Brasil - Desafios para um País Emergente, a realizar-se nos dias 20 e 21 de agosto do corrente ano, com a participação dos Exmos. Srs. Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal, e Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, os Exmos. Srs. Ministros de Minas e Energia, da Defesa, do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Comunicações, dos Transportes, do Meio Ambiente, bem como do Presidente da Petrobras, o Presidente da Vale e os Presidentes das Comissões da Câmara dos Deputados de Minas e Energia, de Viação e Transportes, o Presidente da ABDIB, o Presidente da SENDI(F), o da INFRAERO, o Diretor-Geral da ANEEL, da ANAC, do DNIT, da ANTT, da ANATEL, da ANTAC e da ANP, ou seja, Presidentes dos mais variados matizes, Senador Lobão, é Presidente que não acaba mais. Portanto, a justificação desse Primeiro Simpósio tem como objetivo expor e discutir amplamente os desafios e soluções para implementar e garantir a infra-estrutura e a logística no Brasil necessárias ao escoamento da produção, sobretudo quando se considera a crescente demanda

mundial por commodities e bens de consumo em geral. Em discussão o requerimento. Não havendo nenhum Senador a discutir, em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O outro requerimento é assinado pela Senadora Kátia Abreu e pelo Senador Gilberto Goellner. “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, a fim de debater a auditoria aprovada pelo Tribunal de Contas da União para avaliar a situação dos portos marítimos e fluviais em todo o país por ineficiência operacional, com a participação dos seguintes convidados: Marcos Vilaça - Ministro do Tribunal de Contas da União, Fernando Antônio Brito Fialho - Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Luiz Antônio Fayet - representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Sérgio Salomão - Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Containers de Uso Público - ABRATEC, Paulo Godoy - Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Bases - ABDIB”. Em discussão o Requerimento de nº 19. Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gostaria de justificar, documento assinado pela chefe de gabinete Jossana Santos. “Para fins de justificar a ausência do Senador Romeu Tuma na reunião, informo a V. S^a. a impossibilidade de comparecimento de S. Ex^a. por estar em tratamento de saúde, conforme cópia do requerimento de licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa em anexo. Na oportunidade envio os meus protestos de estima e consideração”. Desejar ao Senador Romeu Tuma, um grande amigo, o pleno restabelecimento. Eu tenho certeza absoluta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, aproveitando que V. Ex^a. está lendo os requerimentos e os ofícios, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a. que fosse lido um ofício que há sobre a mesa desta Comissão, Ofício nº 1.237, de setembro de 2007, em que o Presidente do Senado solicita o encaminhamento

mento do nosso Projeto ao Plenário para a leitura de requerimento para que esse Projeto seja apreciado pela CDR, tendo em vista, Sr. Presidente, que o mérito do Projeto está ligado ao desenvolvimento regional do Estado de Rondônia. Eu gostaria de pedir o deferimento de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou ler aqui o requerimento apresentado pelo Presidente do Senado Federal. “Comunico a V. Ex^a. que foi protocolado na Secretaria Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que o Projeto de Lei do Senado de nº 253, de 2007, de autoria do nobre Senador Expedito Júnior, seja encaminhado ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - cópia em anexo. Nesses termos, solicito a V. Ex^a. a remessa do referido Projeto que tramita nessa Comissão à Secretaria Geral da Mesa para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266, do Regimento Interno do Senado Federal. O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em Plenário. À oportunidade reitera a V. Ex^a. os meus protestos de consideração e apressos”. Essa mesa, essa presidência, acata o requerimento do Senador Expedito Júnior. O Projeto de autoria do Senador Expedito Júnior será encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Obrigado, Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Senador.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu pedi antecipadamente a palavra, mas como V. Ex^a. é sempre muito ágil nas suas decisões e objetivo, eu quero só cumprimentar a V. Ex^a. pela decisão do deferimento do requerimento do nobre Senador Expedito Júnior, esse ilustre representante do Estado de Rondônia, que engrandecesse muito esta Comissão e esta Casa, e quando se trata de defesa do Estado de Rondônia, o Senador Expedito Júnior é sempre implacável, objetivo e firme nas suas posições. Portanto, eu cumprimento, mais uma vez, o Senador Expedito Júnior, que é do meu partido, o PR, e que tem engrandecido muito esta Casa, o PR e o Brasil com o seu trabalho dedicado, sério e competente e apaixonado por Rondônia. É um Senador realmente apaixonado pelo seu Estado, como os demais o são também, mas ele de forma especial porque é do meu partido, do PR, e não poderia ser diferente, Sr. Presidente. Eu cumprimento V. Ex^a. pela

decisão sempre pronta e sempre muito objetivo. Meus cumprimentos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, meu caro líder do PR aqui no Senado Federal. Eu quero também registrar, Senador Expedito, o trabalho de V. Ex^a. por Rondônia e pelo Brasil. V. Ex^a. tem sido um guerreiro aqui empenhado pelas causas de Rondônia e, com isso, dignifica a confiança, trabalhando com dignidade pelo povo rondoniense, aquele Estado que nós respeitamos muito e queremos bem. Eu quero dizer a V. Ex^a. que eu participei diretamente de muitos investimentos feitos em Rondônia, especialmente na época que eu estava no Ministério de Minas e Energia, quando inauguramos a Usina de Samuel, quando inauguramos aquelas plantas térmicas, depois na Petrobras também aquela outra Usina lá do Madeira, se não me engano a Usina do madeira, a última que foi construída, eu não me lembro mais o nome, e as linhas de transmissão Ariquemes a Ji-Paraná, que foi a redenção daquele Estado. Portanto, nós estamos irmanados aí nesse grande desafio que V. Ex^a. sempre enfrenta por uma vida melhor para a sua gente, para o seu povo.

Eu queria, antes de entrar no Item 1 da pauta, aproveitar aqui a presença de vários Senadores, e peço aí também, porque nós temos matérias terminativas, então eu queria, como existem vários itens da pauta que já estão há muito tempo aqui se arrastando e não são assuntos, assim, muito complicados de se discutir, eu queria, primeiro, se todos estiverem de acordo, votar os Itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 antes da sabatina, porque são itens muito rapidez e se V. Ex^{as}. estiverem de acordo eu gostaria de, pelo menos os dois primeiros, que não são terminativos. Alguém em desacordo com a proposta apresentada? Ninguém em desacordo. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Ex^a. tem unanimidade nessa Comissão, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então vamos ao Item 2 da pauta, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, relatado--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu gostaria de propor a V. Ex^a. uma condução dos trabalhos que simplificaria bastante. Nós notamos que há cinco itens aqui da mesma matéria, relativos ao mesmo tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V. Ex^a. poderia citar os itens, Senador?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): 2, 3, 5, 9 e 10. São itens que alteram a Lei 5.917, federalizando segmentos rodoviários. Todos os Pareceres desses itens são favoráveis. Então eu pediria a V. Ex^a.

que consultasse o Plenário se nós poderíamos fazer essa votação em bloco. Há apenas uma diferença, pois dois itens são não terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os dois primeiros itens, o Item 2 e o Item 3 não são terminativos. Os demais são terminativos e, portanto, nós precisamos ter *quorum* para votar.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Ex^a. poderia dividir em dois blocos então, um primeiro bloco dos não terminativos e um segundo bloco dos terminativos quando houver *quorum*. Aí simplificaria bastante. Eu quero dizer porque essa Lei nº 5.917, Presidente, ela vai ser revogada com o estabelecimento do novo sistema nacional de viação. O Projeto de Lei que está aqui na Comissão de Infra-Estrutura, eu sou o Relator e o meu Parecer está ficando pronto. Eu acho que antes do final do primeiro semestre, até fim de junho, nós teremos condições de aprovar a Lei que substituirá a Lei 5.917. Então a minha sugestão é que esses itens sejam aprovados, porque todos os Pareceres dos Relatores são favoráveis à aprovação do Projeto, com isso nós ganhamos tempo e o SNV vem, na verdade, dar uma configuração final e formal a essa matéria. Então a primeira proposição é colocar o Projeto de Lei 125, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, cujo Relator é o Senador Expedito Júnior, e o Item nº 3, do Deputado Vander Loubet, com a relatoria de V. Ex^a. Todos os Pareceres são favoráveis, no sentido de que nós possamos votar isso em bloco, aprovando de acordo com o Parecer do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acho que não há problema. Nós faremos um primeiro bloco só dos não terminativos e aí, quando tivermos *quorum* suficiente, fazemos os terminativos. Concordamos com a proposta de V. Ex^a., até porque V. Ex^a. é Relator, está terminando o seu relatório e, portanto, nós vamos ter todas as condições necessárias de ajustar essas deliberações todas da Comissão de Infra-Estrutura.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Além de todos os Pareceres dos Relatores serem favoráveis em cada item.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente. Então faremos, Senador Eliseu Resende, em função da proposição de V. Ex^a., faremos os não terminativos agora. Depois, quando tivermos *quorum*, os terminativos para limpar a pauta. Todos os Senadores e Senadoras de acordo? Vamos analisar, vamos discutir agora--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Presidente, eu só queria pedir antecipadamente que a gente simplificasse já, porque os assuntos são por demais conhecidos, a leitura desses Pareceres que fosse o mais

simplificado possível, porque já vai quase a meio-dia e eu vou ter que sair daqui a pouco para a Comissão de Constituição e Justiça, que terá mais uma vez requerimento importante lá para o Governo, sobretudo eu que sou da base, para que a gente venha a derrotar esse requerimento lá na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente, meu caro líder.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu chegaria até a perguntar se na verdade precisa de cada Relator ler o seu Parecer ou se--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acho os Relatores farão uma explanação muito ágil, é rápida, eu não tenho dúvida nenhuma, tanto o Senador Expedito e eu também como Relator. Com a palavra o Senador Expedito Júnior, agora no momento ao telefone (*risos*). Falando com Rondônia, claro, evidentemente. Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, o Projeto de Lei é da Câmara dos Deputados, Projeto de nº 125, de 2007, de autoria do nobre Deputado Eduardo Valverde, que tem por objetivo alterar o traçado da Rodovia BR-421, entre os Municípios de Machadinho D'Oeste e Guajará-Mirim, ambos no Estado de Rondônia. Para tanto, pretende modificar a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional que constitui anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Justifica a proposição o argumento de que a implantação e a pavimentação do traçado original da BR-421, com trezentos e vinte e oito quilômetros de extensão entre Ariquemes/RO e o Município de Guajará-Mirim/RO foi dificultada pela criação de Reservas Indígenas e de Unidades de Conservação. Adicionalmente modificou-se o eixo do desenvolvimento econômico da região em direção aos Estados do Amazonas e do Mato Grosso, o que no entendimento do autor também sugere a nova rota proposta para esta importante rodovia de ligação. Na Câmara dos Deputados o Projeto foi aprovado por unanimidade pelas Comissões de Viação e Transportes, que adotou o substitutivo, e de Constituição e Justiça e de Redação. Recebido no Senado Federal no dia 18 de dezembro de 2007, o Projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

De fato, Sr. Presidente, como alega o nobre Deputado, a implantação do traçado original da BR-421 tornou-se bastante difícil, sobretudo em decorrência da criação de Reservas Indígenas na Serra dos Pacaás Novos, no oeste do Estado de Rondônia, bem como da instituição de Unidades de Preservação Ambiental nesta região. Este fator, acrescido da circunstância de

que a expansão da fronteira agrícola tenha se voltado para o leste do Estado, na direção do Amazonas e do Mato Grosso, constitui plena justificação para a alteração proposta.

Com a nova diretriz da implantação da BR-421, permitirá que o intenso fluxo de veículos da região fronteira dos três Estados ocorra de maneira fluente e segura, constituindo importante estímulo para o desenvolvimento econômico da região Norte e para a conseqüente redução, como quer a Constituição Federal, das desigualdades entre as regiões nacionais.

Sr. Presidente, diante do exposto o nosso Voto é pela aprovação, haja visto que essa BR é federalizada, o Governo do Estado praticamente já asfaltou todo um lado da BR e vem complementar agora com essa modificação, que impede hoje nós, tanto o Estado quanto o Governo Federal, fica impedido hoje de dar trafegabilidade nesta estrada.

Então o nosso Voto é pela aprovação do Projeto e parabenizando, elogiando muito o Deputado Eduardo Valverde.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Senador Expedito Júnior. A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação para o Parecer do Relator Expedito Júnior. Os Senadores que concordam com o Parecer permanecem como se encontram. Aprovado o Parecer do Relator. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Parabéns, Senador Expedito Júnior, parabéns ao Estado de Rondônia e parabéns também ao Deputado Eduardo Valverde.

Agora eu passo a palavra para a Senadora Serys, para a presidência, para eu fazer o relato aqui do Item 3 da pauta.

[Troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MS): Item 3, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2007, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona”. O autor da proposta é o Deputado Vander Loubet e o Relator é o Senador Delcídio Amaral, favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou ser bem breve. Na verdade esse Projeto de Lei se originou, como disse a Senadora Serys, é de autoria do Deputado Vander Loubet, também lá do nosso Estado do Mato Grosso do Sul, e visa incluir na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, Anexo ao Plano Nacional de Viação, o novo trecho ro-

doviário entre a BR-163, no contorno de Campo Grande, a divisa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, próximos a Brasilândia, na BR-158. O autor da proposição, com essa nova ligação da rodovia MS-040, com extensão de trezentos quilômetros, com essa federalização, isso vai possibilitar a redução de cerca de cento e trinta quilômetros do percurso entre a capital do Estado, Campo Grande, e a ponte sobre o Rio Paraná, em fase final de construção agora, essa obra está no PAC, é a famosa Ponte Brasilândia/Paulicéia. O Projeto remete para órgão competente a designação oficial, o traçado definitivo e as demais especificações relativas ao trecho. Na Câmara dos Deputados esse Projeto foi apreciado pelas Comissões de Viação e Transportes e Comissão de Constituição e Justiça e o Projeto foi aprovado sem Emendas. As duas Emendas apresentadas são Emendas de redação que não alteram em nada o Projeto que foi aprovado na Câmara, por isso ele não precisa retornar para a Câmara dos Deputados, e é nesses termos que ele foi submetido à Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. Com relação do ponto de vista legal, o Projeto em exame encontra respaldo na Constituição Federal. É importante registrar, também, que a Lei 5.917, de 1973, entre os critérios exigidos para a inclusão de novas rodovias ao PNV ou de possibilitar a ligação em pontos adequados de duas ou mais rodovias federais já existentes, é o caso da BR-163, é o caso da BR-158 e, evidentemente, essa rodovia vai propiciar um desenvolvimento muito grande para aquela região, um desenvolvimento principalmente do agronegócio naquela região, além de facilitar a vida de todas as pessoas que vivem ali nas proximidades.

Por isso, Sra. Presidente Senadora Serys Slhesarenko, pelo exposto somos de Parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de autoria do Senador Vander Loubet, com as Emendas de redação que apresentamos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MS): Em discussão, Parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2007, com as Emendas de redação que foram apresentadas. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se não aprovasse eu ia suspender essa Sessão, viu Senador Demóstenes?

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MS): A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. O Parecer do Relator foi aprovado com as Emendas 1 e 2 na Comissão de Infra-Estrutura.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós agora vamos para o Item 1 da pauta. Eu gostaria, depois passarei a palavra ao Senador Demóstenes, eu gostaria de convidar para vir aqui para abrimos os trabalhos dessa sabatina para a Diretoria-Geral da ANTT, o Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira.

Eu gostaria de registrar que já foi lido o relatório do Senador Sérgio Guerra na Reunião anterior, foi pedido vistas conjuntas do Parecer do Senador Sérgio Guerra e eu passo a palavra, agora, ao Senador Demóstenes Torres, para que nós, depois, demos o encaminhamento a essa Audiência com a exposição do Dr. Bernardo, as perguntas e depois o processo de votação. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu queria sugerir que assim que o Senador Demóstenes Torres fizesse o uso da palavra, assim que V. Ex^a. passar a palavra para o Dr. Bernardo, que pudesse abrir o processo de votação, até porque hoje V. Ex^a. sabe que a Casa está com muitas Audiências, muitas Comissões, e a gente tem que ter um número suficiente aqui de parlamentares para aprovar o sabatinado, portanto, precisava que V. Ex^a. fizesse isso, que é de praxe nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pergunto aos demais Senadores e Senadoras se estão de acordo com a proposta. Passo a palavra ao Senador. Então faremos isso, o Senador Demóstenes, aí nós abríamos essa exposição do Dr. Bernardo José Figueiredo e aí entraríamos já no processo de votação. Eu passo a palavra agora para o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Relatório em separado perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 50, de 2008, nº 57, de 03 de fevereiro de 2008 na origem, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Trata-se de examinar se o indicado para a Direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, preenche os requisitos legais para o exercício do cargo. Por ocasião da última Reunião desta Comissão, foi concedida vista coletiva do relatório do Senador Sérgio Guerra sobre a Mensagem nº 50, de 2008, nº 57, de 03 de fevereiro de 2008 na origem, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a referida indicação.

Apresento este relatório em separado em razão de entender que existem alguns aspectos a respeito da vida pregressa do candidato que não foram abordados no relatório do Senador Sérgio Guerra e que poderão auxiliar na formação do convencimento dos Senadores e Senadoras.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 52, inciso III, alínea “f”, a competência do Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de outros cargos que a Lei determinar. Trata-se de competência exclusiva do Senado Federal com o objetivo de controlar as nomeações de agentes políticos para exercer as elevadas funções da Administração Pública no âmbito da União. Configura-se tal poder de aprovação de autoridades como instrumento próprio de controle político ou ínsito do sistema de freios e contrapesos, propício a conduzir ao equilíbrio e à harmonia entre os Poderes, Executivo e Legislativo, que participam do ato.

A Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências. Disciplina no § 1º, do seu art. 53, os critérios para o exercício do cargo de Diretor da ANTT, dentre as quais consta a exigência de reputação ilibada. *Verbis*: “Art. 53 - A diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro diretores e a diretoria da ANTAC será composta por um Diretor-Geral e dois diretores. § 1º - Os membros da diretoria serão brasileiros de reputação ilibada, formação universitária, elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos e serão nomeados pelo Presidente da República após a aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea “f”, do inciso III, do art. 52 da Constituição Federal”.

De acordo com o disposto no citado art. 52, inciso III, alínea “f” da Lei Maior, combinado com o mencionado § 1º, do art. 53, da Lei nº 10.233/2001, o indicado para o cargo de Diretor da ANTT deverá ser submetido, antes da sua nomeação, à arguição pública no Senado Federal, quando esta Casa poderá verificar se a pessoa preenche cumulativamente os três requisitos exigidos pela Lei: formação universitária, elevado conceito sobre o seu conhecimento técnico-profissional atinente a transportes terrestres e reputação ilibada. Portanto, os candidatos a cargos de direção da ANTT deverão preencher, necessariamente, duas categorias de requisitos, que são inafastáveis. A primeira delas, de ordem técnico-profissional, diz respeito à formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade

dos cargos a serem exercidos. A segunda, a reputação ilibada, configura-se em requisito de ordem moral, que exige do indicado ser detentor de reconhecido conceito social, caracterizado pela ausência de mancha em sua vida que possa trazer desconfiança sobre sua probidade para o exercício do cargo público.

Constata-se que o indicado tem tido atuação na atividade vinculada a transportes terrestres, o que atende ao primeiro requisito. Entretanto, a toda evidência falece se ao indicado o requisito da ilibada reputação. É certo ter ele praticado irregularidades quando exerceu o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa de economia mista, controlada pela União e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, conforme constatou o Tribunal de Contas da União - TCU ao examinar a prestação de contas relativa ao exercício de 2004, que é o objetivo do Processo nº 012.840/2005-3. O TCU julgou irregulares as contas apresentadas pelo Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira e por dois outros dirigentes daquela empresa, e aplicou-lhes multa diante da prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

Em razão daquela decisão e em cumprimento ao que dispõe o art. 91, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 - Lei Orgânica do TCU, combinado com o art. 1º, inciso I, alínea “g”, e no art. 3º, ambos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 - Lei de Inelegibilidade, o TCU inclui o nome do indicado no Cadastro de Responsáveis com Contas Julgadas Irregulares - CADIRREG, onde consta o nome de todas as pessoas, físicas e jurídicas, cuja as contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas tenham sido julgadas irregulares pelo Tribunal. A propósito, estabelece o citado art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei de Inelegibilidade: “São inelegíveis, para qualquer cargo, os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável ou por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados a partir da data da decisão”.

A decisão do TCU, em comento, ocorreu em 14 de novembro de 2006, e a publicação do respectivo Acórdão 3236/2006, da Primeira Câmara do TCU, ocorreu no Diário Oficial da União de 17 de novembro do mesmo ano. Desse modo, o indicado está impedido de concorrer a qualquer mandato eletivo até novembro de 2011, ainda que seja para o cargo de Vereador de âmbito restrito ao Município, agente político integrante

do Poder Legislativo que não tem como atribuição a gestão administrativa.

Ora, a proibição tem a finalidade de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, conforme expressamente estabelece o art. 14, § 9º, da Carta de 1988, ao orientar o legislador ordinário na elaboração da Lei de Inelegibilidade. Se a proibição alcança a quem pretende exercer mandato eletivo, mesmo o mais simples, cuja obtenção decorre do poder popular que é a fonte do poder da Nação, é de se admitir, por razoável, que para o exercício de cargos públicos não eletivos o impedimento seja ao menos de mesmo grau. Cuida do assunto o Código de Conduta da Alta Administração Federal, de 21 de agosto de 2000, que se aplica expressamente aos Presidentes e Diretores de Agências Nacionais, conforme consta do seu art. 2º, inciso III, o qual estabelece em seu art. 3º: “Art. 3º - No exercício de suas funções, as autoridades públicas deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro com vistas a modificar o respeito e a confiança do público em geral; § único - Os padrões éticos de que trata esse artigo são exigidos da autoridade pública na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais confanças de interesses”. Também, a respeito do tema a Comissão de Ética Pública, vinculada ao Presidente da República, em reunião realizada em 26 de julho de 2006, cuja Ata pode ser encontrada no site da Presidência da República, expediu, entre outros, o seguinte Informe. 3.3: “Tribunal de Contas da União: Considerando a recente divulgação de lista de dois mil e novecentos nomes de agentes públicos que tiveram suas contas rejeitadas pelo TCU nos últimos cinco anos, decidiram os presentes solicitar à Casa Civil da Presidência da República que informe, como subsídio para o exame da matéria pela SEP(F), como tais informações são utilizadas no âmbito do Poder Executivo Federal, tendo em vista que a condenação pelo Tribunal implica, também, em restrições para o exercício de cargos públicos”.

A decisão do TCU tina indelevelmente a reputação do indicado diante da opinião pública. O fato foi objeto de divulgação por jornal de grande circulação e reconhecido formador de opinião, a Folha de São Paulo, tendo sido destaque da coluna da jornalista Renata Lopret, de 27 de fevereiro do corrente ano, à pág. A-12.

A prerrogativa outorgada a esta Casa pelo art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o § 1º, do art. 53, da Lei nº 10.233, de 2001, impõe o dever de exigir que o indicado seja detentor de repu-

tação ilibada e que desfrute, no âmbito da sociedade em que vive, de reconhecida idoneidade moral, que é a qualidade da pessoa íntegra, sem mancha, incorrupta. Assim, cabe a esta Casa analisar os seus antecedentes para o fim de considerar se, ao assumir suas funções, o indicado poderá ir de encontro aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade que devem nortear a Administração Pública.

Entende-se por reputação ilibada uma vida pregressa incólume, sem deslizes de conduta, sem antecedentes criminais e com reconhecimento e respeito da sociedade onde trabalha e vive. Nas palavras do ilustre jurista Plácido e Silva, reputação traduz o conceito, a consideração ou a fama em que se têm coisas ou pessoas. Designa, também, o cálculo ou o julgamento exteriorizado ou já tomado acerca da coisa ou da pessoa, sendo quanto a esta o próprio conceito formulado a seu respeito e revela a própria estima em que é tida na opinião pública. José Cretella Júnior se estende em maiores comentários sobre o requisito em questão, ao consignar que o vocábulo reputação surge pela primeira vez na Constituição de 1891, art. 56, sem nenhum adjetivo, aplicado aos cidadãos que poderiam ser nomeados para o Supremo Tribunal Federal, cidadãos de notável saber e reputação. Conforme Caldas Aulete, a palavra reputação tem sentido positivo. Reputar é ter em conta, considerar. Reputação é o conceito em que uma pessoa é tida pelo público ou por uma sociedade de pessoas, fama, renome, nomeada, consideração, conceito, importância social. Ainda sobre o tema assinala Cretella Júnior que Temístocles Brandão Cavalcanti, em seu livro *A Constituição Federal Comentada*, 3ª Edição, Rio de Janeiro, analisando a Constituição de 1946 elucida que aquela Carta Política exige também do nomeando notável saber jurídico, qualidade intelectual e reputação ilibada, sem a qual não poderá ter a necessária idoneidade moral para o exercício da investidura. Desse modo, Srs. Senadores, aquela ilustre autoridade entendia que a reputação ilibada era causa da idoneidade moral, a primeira condicionando à segunda. Referindo-se a este requisito necessário para o ingresso no Supremo Tribunal Federal, Pontes de Miranda esclarecia que um traço é comum à reputação ilibada para que não se dê acesso ao maior Tribunal do país a homens públicos tismados. Parece-nos que idoneidade moral é um traço interno do homem, ao passo que a reputação é esse mesmo traço exteriorizado na sociedade, conhecido por todos. A inteligência contida na expressão reputação ilibada atende não só aos seus elementos semânticos, mas também ao seu sentido teleológico, que é evitar, segundo dizer de Pontes de Miranda, que tenham acesso aos importantes cargos, em que a Lei o exige, homens tismados

de reconhecida má fama, inclusive no trato da coisa pública, na presunção de que o candidato moralmente idôneo é provavelmente menos suscetível ao cometimento de abusos no exercício das funções inerentes ao cargo a ser provido.

Deve-se observar, ainda, que os conceitos de reputação ilibada, idoneidade moral, não se confundem com a exigência de trânsito em julgado de sentenças para a finalidade de se considerar uma pessoa primária ou reincidente. No campo do Direito Penal a questão objetiva do reconhecimento de reputação ilibada e idoneidade moral é considerada aos antecedentes de um réu para efeito do cálculo de dosimetria da pena, sendo certo afirmar que o Supremo Tribunal Federal considera suficiente para caracterização de maus antecedentes a existência de distribuição criminal contra o réu ou inquéritos policiais em andamento em que se investigam condutas em tese ilícitas.

Não se pode fazer letra morta da decisão do legislador ao editar a Lei nº 10.233, de 2001. Se a Lei exige que o indicado tenha reputação ilibada, não se pode aceitar uma condição imperfeita e inflexível, ou seja, uma reputação mais ou menos ilibada ou admissível em face dos costumes pouco republicanos que enodoam a história política ou administrativa brasileira. O estrito respeito à Lei, garantia da segurança jurídica e do princípio republicano, traz a lembrança às lições de hermenêutica de Carlos Maximiliano: “A Lei é a expressão da vontade do Estado e esta persiste autônoma, independente do complexo de pensamentos e tendências que animaram as pessoas cooperantes na sua emanção. Deve o intérprete descobrir e revelar o conteúdo da vontade expressa em forma constitucional e não as voluções algures manifestadas ou deixadas no campo intencional, pois que a Lei não é o que o legislador quis, nem o que pretendeu exprimir, e sim o que exprimiu de fato”. Condena o saudoso publicista Hely Lopes Meirelles a decisão da Administração Pública que desborde dos limites do poder-dever a que submetem o servidor público ou o agente político, categoria esta que inclui o parlamentar, em razão da falta de observância da estrita legalidade. Discorre o referido autor sobre o princípio da legalidade. *Verbis*: “Legalidade. A legalidade, como princípio da administração - está no art. 37, *caput*, da Constituição Federal -, significa que o administrador público está em toda sua atividade funcional sujeito aos mandamentos da Lei e às exigências do bem comum e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda a atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei. Na Administração Pública não há liberdade, nem

vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a Lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a Lei autoriza. A Lei para o particular significa poder fazer assim. Para o administrador público significa deve fazer assim. As Leis administrativas são normalmente de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, uma vez que contêm verdadeiros poderes-deveres irrelegáveis pelos agentes públicos. Por outras palavras, a natureza da função pública e a finalidade do Estado impedem que seus agentes deixem de exercitar os poderes e de cumprir os deveres que a Lei lhes impõe. Tais poderes, conferidos à Administração Pública para serem utilizados em benefício da coletividade, não podem ser renunciados ou descumpridos pelo administrador sem ofensa ao bem comum, que é o supremo e único objetivo de toda ação administrativa”. É ainda do mesmo autor a lição a respeito do princípio da moralidade. “Moralidade. A moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública. Não se trata, diz Hauriou, o sistematizador de tal conceito, da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como o conjunto de regras de condutas tiradas da disciplina interior da administração”. Desenvolvendo sua doutrina, explica o mesmo autor “que o agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve necessariamente distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto, e ao atuar não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas, também, entre o honesto e o desonesto. Por consideração de direito e de moral, o ato administrativo não terá que obedecer somente à Lei jurídica, mas, também, à Lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto, conforme já proclamavam os Romanos. A moral comum, remata Hauriou, é imposta ao homem para sua conduta externa. A moral administrativa é imposta ao agente público para a sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e à finalidade de sua ação, o bem comum”.

Assim, o poder-dever de o agente político observar os princípios da legalidade e da moralidade impõe-se aos membros desta Comissão no momento do voto, como sempre tem ocorrido, seja decisão pela aprovação, seja pela rejeição do nome apresentado.

Pelo exposto, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, em razão de a indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira atentar contra os princípios da legalidade e da moralidade expressos

no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, e, também, ao seu art. 52, inciso III, alínea “f”, combinado com o § 1º, do art. 53, da Lei nº 10.233, de 2001, por carecer o candidato de reputação ilibada, submeto à apreciação dessa Comissão este relatório, solicitando que ele seja levado em conta no momento do voto de cada um dos senhores membros desta Comissão. É o que eu tinha a dizer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Delcídio, o relatório do Senador Demóstenes, no mínimo, nos vincula ao princípio da precaução. Em razão disso eu sugiro a essa Comissão que suspenda a apreciação da indicação até que fatos, que aqui foram alertados e registrados pelo Senador Demóstenes, sejam devidamente esclarecidos para que esta Comissão possa, enfim, tomar uma decisão serena e justa com o indicado e com o país. É a sugestão que eu deixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Geraldo Mesquita, Senador Demóstenes. Primeiro não houve solicitação de diligência. Foi lido o relatório pelo Senador Sérgio Guerra, nós vamos juntar ao processo esse relatório apresentado pelo Senador Demóstenes e ao longo dessa sabatina os Senadores e as Senadoras vão votar conforme o seu juízo de valor dessas questões todas, não só considerando o relatório do Senador Sérgio Guerra, como, também, o material apresentado pelo Senador Demóstenes Torres, quer dizer, eu vou passar a palavra ao Dr. Bernardo e cada Senador votará com aquilo que entender como mais razoável, conforme o seu juízo em função do histórico do Dr. Bernardo e, principalmente, das explicações que o Dr. Bernardo vai apresentar aqui.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, o Senador Geraldo Mesquita me parece que fez esse requerimento para a diligência, o fez verbalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não consta da mesa, não consta--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas acaba de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): -- aqui da Secretaria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É a qualquer tempo, não há impedimento para fazer, e V. Ex^a. poderá submeter à votação do Plenário.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu passo a fazê-lo. Passa a fazer verbalmente o requerimento para suspensão da apreciação da indicação, tendo em vista os fatos aqui relatados, para que se promovam diligências necessárias.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Junto ao Tribunal de Contas da União para apresentar as informações.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu já estou fazendo, Senador Delcídio.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Presidente, eu solicitaria de V. Ex^a.--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): -- que há questionamento, mas eu solicitaria a V. Ex^a. que o sabatinado lê-se a sua exposição e que respondesse aos questionamentos. Então no decorrer desta sabatina os Senadores poderão questioná-lo e perguntá-lo sobre os assuntos aqui abordados pelo Senador Demóstenes. Eu acho que V. Ex^a. deve prosseguir a Sessão como estava previsto, há dois relatórios, um favor e outro contra, V. Ex^a. está certo na sua deliberação e, portanto, conta com o nosso apoio a essa sua deliberação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou passar a palavra ao Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Exmo. Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero informar, Dr. Bernardo, como nós estamos... Hoje existem Senadores aí que estão votando em várias Comissões, CPIs, eu vou abrir a votação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Presidente, como a votação, para abrir antecipadamente, depende da concordância geral, eu não concordo com a decisão de V. Ex^a., até porque há um requerimento que será submetido a V. Ex^a., que deverá ser submetido ao Plenário, até porque não é questão comum. Ele está sendo inquinado de desonesto. Então V. Ex^a. tem que esperar as explicações, porque senão denota que esta Comissão e o Senado não estão atendo para os princípios constitucionais da moralidade e da decência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Demóstenes, nós colocamos e perguntamos para todos os Senadores e Senadoras sobre o encaminhamento a ser dado e isso foi aprovado. Portanto, essa é uma questão passada.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas agora há um requerimento que V. Ex^a. não quer nem apreciar. V. Ex^a. não quer nem apreciar o requerimento, ou seja, há uma tendência inequívoca de se fazer uma aprovação a qualquer custo independentemente dos fatos que foram apresentados. Ora, uma diligência ao Tribunal de Contas da União macula em que essa Casa? E foi requerido por um Senador, um Senador inclusive da base do Governo. Ora, temos que respeitar. Vamos aprovar a qualquer custo uma pessoa porque o Governo quer dizer que aprove, condenado pelo Tribunal de Contas da União? Tem que ser levado em conta, Sr. Presidente, tem que ser levado em conta. É um requerimento, eu sou um Senador de oposição, mas eu tenho também voz. Agora um Senador da base do Governo está solicitando uma diligência para que se vá ao Tribunal de Contas da União e se confirme se é ou não verdade o que foi lido aqui. Qual é o motivo? Por que é que nós não podemos fazer a diligência?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria aqui, em primeiro lugar, de deixar claro uma questão. O Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados não são órgãos judicantes, são órgãos de assessoramentos do Poder Legislativo. Obviamente as decisões prolatadas por esses órgãos têm o seu devido peso na avaliação de circunstâncias como essas.

Tem um relatório que foi produzido pelo eminente Senador Sérgio Guerra onde ele diz claramente que o histórico profissional do indicado o credencia plenamente para o desempenho do cargo de Diretor-Geral da ANTT para o qual foi escolhido pelo Exmo. Sr. Presidente da República. É o caso de se ouvir o ilustre Relator para saber se ele tem conhecimento desses fatos e de se ouvir também o indicado, porque eu que militei muito na advocacia pública, no direito público, encontrei muitas decisões já de Tribunais, não especificamente do Tribunal de Contas da União, mas dos Tribunais de Contas dos Estados, inclusive da União, onde as decisões foram equivocadas. E já consegui reformas no próprio Tribunal de Contas da União em último grau de recurso, de sorte que, como o Tribunal de Contas da União não é um órgão judicante, mas tendo em vista que possui as suas instâncias, possui os seus recursos e são numerosos os recursos, eu acho que a oitiva do indicado é fundamental para esclarecer se deve ou não ser prosseguido o processo.

Mas, de qualquer forma eu, entendo que a votação deva suceder a sabatina, porque é bem possível que o indicado tenha esclarecimentos que acabem por tranquilizar todo o Colegiado. Se for feita a votação an-

tecipadamente, é claro que nem ele terá a oportunidade de esclarecer os fatos e nem os Senadores terão a oportunidade de conhecer a versão dele e do próprio Relator, o ilustre Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou, para abreviar esse debate, eu vou passar a imediatamente a palavra ao Dr. Bernardo José de Figueiredo, e depois, se houver algum requerimento, esse requerimento será votado. Se esse requerimento for aprovado, nós suspendemos a sabatina de hoje. E se ele for derrubado, nós faremos a votação hoje. Com a palavra o Dr. Bernardo José de Figueiredo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Só para fazer uma consideração, Sr. Presidente, se V. Ex^a. me permite. Só para rebater o que disse o Senador Valter Pereira, ele não chegou a tempo da leitura, e dizer que as condenações do Tribunal de Contas foram levadas em conta, inclusive, pela Comissão de Ética Pública, que recomendou que fosse dado conhecimento ao Presidente da República e, também, às outras autoridades do Poder Executivo, que quando da indicação de qualquer pessoa levasse em conta a lista de condenação do Tribunal de Contas da União, feita em 2006, no qual está incluso o indicado, com a finalidade única e precípua de se verificar se uma das condições exigidas para preencher esse cargo, que é a reputação ilibada, se isso estava presente. Então reputação ilibada é uma coisa. O *currículum* dele, as atividades, é outra coisa, e isso eu já reconheci que ele tem. O que eu questiono é a reputação ilibada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Demóstenes, eu sugiro que o Senador Valter Pereira, que chegou agora, lesse o Parecer de V. Ex^a. até para ter, como advogado que é--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já li.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, se V. Ex^a. leu, melhor ainda. Com a palavra o Dr. Bernardo José de Figueiredo.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Exmo. Senador Delcídio Amaral, Exmo. Srs. Senadores. Eu queria, em primeiro lugar, dizer que me sinto muito honrado pela indicação feita pelo Ministro dos Transportes e pelo Presidente da República para o exercício de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres e muito honrado em estar participando e ter o meu nome submetido ao Senado Federal, conforme determina a Lei.

Eu estou completando, esse ano, trinta e cinco anos de trabalho dedicados com muita intensidade e muito profissionalismo às questões dos transportes, de uma forma geral. Nesses trinta e cinco anos, con-

forme generosamente o Senador Sérgio Guerra narrou em seu relatório, eu tive a oportunidade de viver transporte sobre diversas óticas e em momentos muito ricos. Primeiro no GEIPOT, onde eu me formei como Técnico de Transporte num momento em que o país fazia um planejamento intenso de transporte porque vivíamos aí nos anos 70 um crescimento forte da economia e uma carência absoluta de infra-estrutura de transportes, e o GEIPOT fez diversos planos diretores, diversos projetos que eu tive a oportunidade de participar como chefe de projeto e como coordenador de avaliação econômica desse projeto. E naquela época nós tínhamos como grande desafio mudar a matriz de transporte do Brasil, que era extremamente dependente do transporte rodoviário, e nós tínhamos o preço do barril do petróleo chegando a dez dólares o barril, que era naquela época um indicador assustador da necessidade de mudar a matriz de transporte.

Tive uma experiência, em seguida, intensa na SIDERBRAS, uma empresa pública que era *holding* do setor de siderurgia, para onde fui com o desafio de tentar mudar o perfil de transportes da siderurgia brasileira, extremamente concentrado no transporte rodoviário. Tivemos êxito nesse trabalho, mudamos de uma participação de meros 10%, a ferrovia chegou a atingir 60% do volume total de transporte na siderurgia, em atendimento a essa política de racionalização do uso de transporte público.

Tive uma experiência, também intensa, do lado do operador, tanto como Diretor da Rede Ferroviária, quando ela era ainda estatal, como participando do processo de desestatização da rede. Fui executivo de uma das empresas que participaram desse processo, o que me permitiu ver também o transporte do lado do operador.

Fui membro da COFER(F), que foi extinta com a criação da Agência, e que tinha as funções reguladoras. Ao longo da minha carreira profissional eu sempre tive o respeito profissional e moral de todos os agentes com os quais trabalhei, e quando eu estive na COFER(F), eu estive como representante dos concessionários, mas eu era indicado para relatar processos de conflitos de interesses pelos usuários de transporte quando eles tinham conflito com os operadores, entre os operadores, porque as pessoas sempre viram em mim uma pessoa capaz de botar o bom senso e o bem comum acima dos interesses individuais de cada seguimento, tanto que hoje sinto muito orgulho de ter recebido manifestações de apoio dos mais diversos segmentos do espectro de transportes. Recebi manifestações fortes de apoio dos usuários de transportes, do setor industrial, do setor de grãos, dos concessionários de ferrovia, dos concessionários de rodovia, dos usuários

de transporte coletivo de passageiros, dos empregados, ex-colegas de serviço público, dos empregados da rede ferroviária.

Então eu acho que eu consegui construir, nesses trinta e cinco anos de trabalho, uma respeitabilidade em todo o setor em função da minha dedicação e da intensidade com que trabalhei nessas questões de transportes.

Acompanhei a relatoria do Projeto de criação da Lei das Agências, brilhantemente relatado pelo então Deputado Eliseu Resende, profundo conhecedor das questões de transporte, testemunha de parte dessa trajetória profissional que eu tenho. Naquela época eu era do órgão regulador da questão de ferrovia. Acompanhei o competente trabalho exercido pela diretoria anterior, pelo Dr. José Alexandre, na estruturação da Agência que assumiu um desafio enorme de, ao mesmo tempo em que assumia as funções regulatórias, assumia a obrigação de criar do nada uma Agência de Transportes Terrestres e acho que hoje me anima muito o desafio que a Agência representa hoje, seja pela importância que ela tem na reorganização, no estabelecimento de marcos regulatórios para o setor de transporte de passageiros, que é um setor da maior importância para a maior parte da população e que vai ter que sofrer, por força da regulamentação, um processo de reorganização agora, esse ano ainda. É um processo complicado porque atinge cento e quarenta milhões de passageiros/ano. Temos um desafio enorme também na área de transporte rodoviário, na área de infra-estrutura rodoviária. O Governo acaba de incluir no PAC mais de quatro mil quilômetros de rodovias a serem concedidas à iniciativa privada nos próximos dezoito meses. Temos no setor ferroviário também desafios da maior importância. O setor ferroviário precisa se expandir tanto territorialmente quanto na sua capacidade nos corredores que já existem. Essa expansão vai se dar por meio da delegação a operadores privados e a Agência vai conduzir esse processo em articulação com a VALEC, que é a empresa pública que cuida dessa infra-estrutura. Temos desafios grandes na Agência no que se refere também a dotar o país de um serviço adequado de transporte que permita ele a se habilitar, a manter a competitividade do país num momento em que o país retoma um processo de crescimento.

Me coloco inteiramente à disposição e gostaria de falar sobre o Parecer do Senador Demóstenes. Eu gostaria de abordar dois aspectos desse Parecer. O primeiro é com relação ao que o TCU colocou em relação ao exercício de 2004 contra a diretoria da VALEC. O TCU julgou as contas da VALEC e condenou os administradores a pagar uma multa de quatro mil e

quinhentos reais. Nós recorremos e esse recurso ainda não foi apreciado pelo TCU. Eu acabei de receber uma certidão do Tribunal de Contas em que reconhece e certifica os efeitos suspensivos que os embargos interpostos pelos administradores tem, inclusive, sobre o registro no cadastro.

Então, assim, para efeito legal, existe um recurso que nós interpomos e que está sendo analisado pelo Tribunal. Mas eu gostaria, embora considere que são suspensos os efeitos do julgamento do Tribunal conforme certifica essa certidão que eu acabei de receber—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa certidão é do quê?

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: É do Tribunal de Contas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Leia para nós.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: “O Secretário de Recursos certifica, para os devidos fins e a pedido dos Srs. José Francisco das Neves, Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira e Ulisses Assad, que nos autos do Processo TC 012.840/2005-3, foram opostos pelos mesmos embargos de declaração contra o Acórdão 3.236/2006 – TCU - Primeira Câmara, Sessão de 14/11/2006, Ata 42/2002, tendo a ele sido conferido efeito suspensivo em relação aos prazos para cumprimento do Acórdão embargado e para interposição dos demais recursos previstos, com fulcro no art. 87, § 3º, do Regimento Interno do TCU, e não tendo ainda os embargos sido apreciado pelo competente Colegiado dessa Casa”.

Mas eu queria, embora esses efeitos estejam suspensos, eu queria só colocar, porque eu não considero que as razões que levaram o TCU a emitir o Acórdão, em nenhum momento sujam ou mancham ou identificam qualquer irregularidade que eu tenha praticado na VALEC. As questões que foram levantadas pelo TCU, a única delas em que eu participo porque era do Colegiado, e eu respondo a esse processo solidariamente por pertencer à diretoria, embora os atos que o TCU aponte não tenham sido praticados na diretoria pela qual eu era responsável, o único que eu tenho responsabilidade por ter votado e aprovado em diretoria é o convênio com o Governo do Maranhão para o estudo de viabilidade do ramal de Balsas. É essa irregularidade que o TCU aponta. E o TCU aponta isso como irregularidade porque ele acha que a VALEC não deveria conveniar-se com o Governo do Estado do Maranhão para que esse trabalho fosse feito, já que isso é o objetivo da VALEC. Só que naquele momento a VALEC tinha como objetivo principal construir a Ferrovia Norte-Sul no seu eixo principal, que é o que liga Açailândia até

Anápolis. E nós estávamos, 100% da VALEC, dedicado a modelar a viabilização desse investimento, conforme foi feito inclusive com a subconcessão contestação do trecho Palmas/Açailândia à Vale do Rio Doce, no final do ano passado, onde a VALEC arrecadou um bilhão e meio de reais com a subconcessão desse trecho, que é vinte vezes o que se arrecadou com o arrendamento da rede ferroviária, de toda a malha da rede ferroviária, por exemplo. Então nós estamos concentrados nisso. O Governo do Maranhão tinha interesse em construir um ramal que ligava Estreito a Balsas para viabilizar o escoamento da produção de Balsas. Era um projeto em que o Governo do Maranhão, aquilo fazia parte do processo de desenvolvimento do Maranhão, era um interesse específico do Governo do Maranhão, é um ramal em relação... são duzentos e cinquenta quilômetros em relação aos quase dois mil quilômetros da Norte-Sul, e nós entendemos - e eu continuo defendendo isso - de que o Governo do Maranhão era o mais habilitado a fazer esse estudo de viabilidade. Inclusive os recursos para fazer esse estudo foram da bancada do Maranhão. Então nós entendemos que o Governo do Maranhão poderia, perfeitamente... Aliás, como é feito na Administração Pública de uma forma até corriqueira.

Então, assim, não há nada no Acórdão do TCU que me envergonhe pessoalmente e moralmente. Eu continuo convicto e tranquilo com relação à minha reputação. A minha reputação não é conhecida de todos, mas das pessoas com as quais eu convivi profissionalmente e que me conhecem profissionalmente, eu tenho certeza que eu tenho uma reputação ilibada com essas pessoas e com essas entidades. E acho que esse Acórdão do TCU em nenhum momento retira essa qualidade moral que eu sempre tive na condução dos trabalhos que eu fiz, Senador.

Então com todo o respeito eu só queria trazer ao conhecimento de que não existe um julgamento final sobre esse assunto, existe um recurso em tramitação, e mesmo que eu tivesse sido condenado eu não consideraria que isso me retira a qualidade moral para conduzir a Agência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pergunto ao Senador Valter Pereira--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu queria fazer uso da palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já abriu as inscrições?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não abrimos as inscrições. O que eu quero aproveitar a oportunidade, confirmar com o Senador Geraldo Mesquita, foi apresentado aqui um

requerimento que eu vou ler aos senhores e, dentro daquilo que nós ajustamos, nós vamos colocar em votação esse requerimento. Se esse requerimento for aprovado, nós suspenderemos para diligências essa Audiência Pública. Se esse requerimento cair, nós abriremos para as perguntas e para a votação, dentro do que nós combinamos para executar os nossos trabalhos aqui com bom senso e com lógica e dentro do Regimento, em absoluto.

Portanto, eu vou ler o requerimento. Eu só pediria ao Senador Lobão para que nós queimássemos essa etapa e depois eu abriria a palavra para--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu concordo, mas eu acho que o requerimento até perdeu o objeto com o documento apresentado pelo Dr. Bernardo. Já diz a Lei aqui, a própria Lei Complementar 64, no seu art. 1º, diz que são inelegíveis apenas aqueles que tiverem tido suas contas rejeitadas por irregularidade insanável ou por decisão irreversível. Já mostra que ele está em fase administrativa de recurso. Então esse requerimento perdeu até o sentido.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Me permita discordar do Senador Edison Lobão Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Demóstenes, eu acho que nós--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Houve uma consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos colocar em votação, já são doze horas e quarenta e dois minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque essa é uma certidão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V. Exª. depois--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas se ele fez, eu não posso falar? Eu tenho os mesmos direitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores Demóstenes, eu pediria a V. Exª., o tempo, nós estamos nos estendendo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Serei breve como preconiza--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Essa Audiência Pública, nós estamos aqui desde as onze horas da manhã, nós já vamos para duas horas de Audiência Pública.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente. É o seguinte: se esse requerimento for colocado em votação vai desatar o processo todo. Então a discussão do requerimento vai, na minha avaliação pessoal, vai esclarecer tudo e habili-

tar para que seja colocada em votação a Mensagem. Portanto, eu acho que V. Ex^a. deveria sim abrir para a votação, porque é a condição para que seja colocado em votação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Exatamente, eu só quero discuti-lo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Eu também quero discutir. Eu, discutindo esse requerimento, eu não quero discutir mais nada. Com esse requerimento eu já estou--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas V. Ex^a. tem que votar também caso esse requerimento seja rejeitado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas ele me esclarece, ele me esclarece.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então eu vou ler o requerimento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas eu quero contraditar o que disse o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores Demóstenes, com a brevidade possível.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Serei breve como prega Noel Rosa. O que tem a certeza é a comprovação de que houve um recurso administrativo. O próprio Ministro agora que assumiu o Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Britto, é claro. A posição dele e uma série de Ministros é que a condenação em primeiro grau já leva a questão da vida pregressa do candidato para a impossibilitar-lhe o deferimento da candidatura. Por analogia, se esse for o entendimento do Senador Edison Lobão Filho, naturalmente que a condenação em primeira instância do Tribunal também já serve para ferir a chamada reputação ilibada, de sorte que eu acho que é de todo conveniente mesmo fazer o esclarecimento. Eu, com os documentos que tinha, fiz uma exposição. O Dr. Bernardo disse que é dessa forma. Por que não buscarmos os documentos do Tribunal de Contas e esclarecermos de uma vez por todas o que está acontecendo? Então o objetivo do requerimento é somente esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então eu vou ler o requerimento para V. Ex^{as}. "Ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura requeiro a suspensão da apreciação da indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para a diretoria da ANTT, para que diligências sejam realizadas com o propósito de colher-se esclarecimentos junto ao TCU sobre fatos a ele imputados que em princípio não recomendam a sua indicação". Assina o Senador Geraldo Mesquita, documento apresentado aqui à mesa, e eu vou colocar em votação. Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de *quorum*. Art. 132, § 8º, do Regimento Interno do Senado Federal. Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Contra o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vamos ajustar o seguinte: quem vota a favor vota sim do requerimento; quem for contrário vota não. Portanto, não a Senadora Serys. Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Senador Francisco Dornelles não está presente. Senador Inácio Arruda, não está presente. Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Flávio Arns, Senadora Fátima Cleide, Senador Aloizio Mercadante, Senador João Ribeiro, Senador Augusto Botelho, Senador Casagrande, Senador Romero Jucá, Senador Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Quintanilha, Senador Geovani Borges, Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaração de voto, Sr. Presidente, porque eu tinha sugerido aqui que fosse debatido o assunto, porque de repente a votação aqui pode soar como aquele que vota a favor da ética e aquele que vota contra a ética. Como eu sempre votei pela ética, eu faço questão de declarar o meu voto. Então eu gostaria que V. Ex^a. tivesse paciência para me ouvir.

Aqui no Parecer do eminente Senador Demóstenes Torres, quando ele trata da moralidade, ele diz o seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter Pereira, eu só queria sugerir a V. Ex^a.--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu abstenho de votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou chamar os outros Senadores, aí V. Ex^a. declara o voto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Wellington Salgado, Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Heráclito Fortes, Senador Raimundo Colombo, Senador João Tenório, Senador Flexa Ribeiro, Senador Sérgio Guerra, Senador Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador João Durval. Eu vou chamar todos os suplentes agora. Perdão. Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acompanho o voto do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não há Relator, Senador Flexa. Sim ou não?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é o Sérgio Guerra?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Como V. Ex^a. está acostumado a votar não... É o voto do Relator, o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Guerra?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós estamos votando o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É que eu cheguei... O requerimento para suspender? Voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vota sim o Senador Flexa. Agora o Senador Francisco Dornelles, Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora vou chamar os suplentes. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sérgio Guerra? Sim ou não, Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sérgio Guerra vota sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele está pensando que está votando no relatório dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, é o requerimento.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É o requerimento, é outra história.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então o Senador Sérgio Guerra vota no relatório, elaborado por ele, portanto o Senador Sérgio Guerra vota não, obviamente. Mais uma vez o Senador Sérgio Guerra demonstra a coerência que sempre teve aqui nessa Casa. Vou chamar agora os suplentes. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O PT, o PP e o PCdoB já fecharam, nós já temos todos, já votaram os titulares e os suplentes. Agora o PMDB. Senador Lobão?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador José Maranhão, Senador Neuto De Conto, Senador Pedro Simon? O Senador Geraldo Mesquita não pode votar. Senador Demóstenes?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora o DEM e o PSDB. Senador Marco Maciel?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não consta aí na base do Governo, Excelência? (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está chegando perto, chegando perto. 2010 vai chegando, V. Ex^a. cada vez mais se aproxima.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique tranquilo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Senador Tuma não está presente. Senador Cícero Lucena está licenciado. Senador Eduardo Azeredo não está presente. Senador Mário Couto, Senador Tasso. Não temos mais nenhum suplente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Geovani Borges chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou computar aqui os votos. Aliás, vou abrir para o Senador Valter Pereira. O Senador Valter fez questão de declarar o voto a respeito do requerimento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só peço, Senador Valter Pereira, o tempo, a brevidade possível que é contumaz de V. Ex^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero que V. Ex^a. só me dê o tempo do Mão Santa (*risos*), do Flexa Ribeiro e do Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só quero adiantar que, independentemente do Senador Valter Pereira, venceu o não com uma larga margem e depois disso eu vou colocar em votação e abrir para as perguntas. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de ressaltar o seguinte: no próprio relatório produzido pelo eminente Senador Demóstenes Torres, ele diz o seguinte: mas, também, entre o honesto e o desonesto, que é um dos requisitos do título de moralidade prescrito para a ascensão ao cargo público.

No entanto, Sr. Presidente, eu iria fazer uma pergunta ao ilustre indicado e ele acabou respondendo antes que eu a fizesse. A pergunta seria: qual foi a infração? A segunda pergunta que eu faria: o senhor entrou com o recurso? E ele disse qual foi a infração e disse que, irredimido, ingressou com o recurso.

Veja, Sr. Presidente, a penalidade que lhe foi aplicada, pela qual ele foi acusado, foi de uma multa. Então uma multa no serviço público, quem administrou uma Prefeitura, um Governo de Estado, quem foi Secretário, quem foi Ministro, sabe dosar perfeitamente o peso de uma multa. Às vezes infrações leves, infra-

ções que dependem só de hermenêutica, puramente interpretação. É o administrador que interpreta de um jeito, é o Tribunal que interpreta de outro e é a justiça que tem uma terceira ou quarta interpretação.

O que é que a desonestidade na minha avaliação? A locupletação. O quê que é a desonestidade? A prática de qualquer atentado contra a administração, não pequenas irregularidades que geram multa. Fosse uma irregularidade de peso, uma irregularidade expressiva, eu não tenho dúvida que os bens do indicado estariam indisponíveis e ele estaria sendo processado criminalmente, porque é esse o encaminhamento que o Tribunal de Contas dá normalmente quando as infrações são efetivamente criminosas.

Portanto, eu quero dizer o seguinte, Sr. Presidente. Não enxergando uma infração de relevo, não enxergando a prática de um tipo delituoso que possa inquiná-lo de desonesto, de corrupto, de ter cometido uma falta grave no serviço público, o meu voto é contra o requerimento e vou dar o meu voto a favor do indicado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O voto do Senador Valter, então, é não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter Pereira, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso é o que nós chamamos de voto envergonhado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrada a votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, pela ordem, antes do encerramento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrada a votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes do encerramento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero fazer uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem. Qual é o pela ordem, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a., quando eu cheguei, eu estava na Comissão de Constituição e Justiça votando projetos também da maior

importância. Quando eu cheguei aqui, eu fiz um questionamento a respeito da votação: “voto com o Relator, Senador Sérgio Guerra”, e na hora me foi dito aqui que nós não estávamos discutindo o relatório, estávamos discutindo um requerimento que sustava o processo. Então houve realmente uma interpretação de forma incorreta. Então eu quero corrigir o meu voto, acompanhando o Senador Sérgio Guerra. Não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Flexa Ribeiro, parabéns pela coerência também, mais uma vez demonstrando como V. Ex^a. se comporta aqui--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): -- no Senado Federal. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou membro suplente desta Comissão. Pergunto a V. Ex^a. se o bloco, todos os efetivos votaram?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Já está todo fechado já, meu caro Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora eu vou proclamar o resultado, a votação está encerrada. Eu quero só registrar que o autor não pode votar e eu me abstive, porque estou na presidência da Comissão. Quinze votos não e cinco votos sim. Portanto, o requerimento está derrubado e eu vou abrir a votação e abrir para perguntas dos Senadores e Senadoras ao Dr. Bernardo Figueiredo.

a palavra para o primeiro inscrito, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Serei breve, Sr. Presidente, até pelo adiantar da hora. Eu quero apenas aqui dizer que o requerimento do Senador Geraldo Mesquita, ele é pertinente. Na verdade o que nós temos que ter a consciência e acima de tudo me chama a atenção, Sr. Presidente, é em relação ao Parecer do Tribunal de Contas da União, na medida em que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar desta Casa e teria por obrigação julgar naturalmente... O Tribunal de Contas da União teria por obrigação, Senador Valter Pereira, dar mais celeridade nos julgamentos dos processos que evidentemente possa ter apontado alguma irregularidade. Por sinal, esta Comissão, melhor dizendo a Comissão de Assuntos Econômicos ou da CCJ, se não me falha a memória, já está tramitando lá naquela Comissão, um projeto que pede que o Tribunal de Contas terá obrigatoriedade, num prazo de noventa dias, de dar o julgamento contra ou a favor. O que ocorre no caso do Dr. Bernardo, me parece que é desde 2004 que ocorreu o apontamento em relação às suas contas.

Mas de qualquer forma, a minha indagação direta ao Dr. Bernardo é em relação de que ele foi indicado, algum tempo atrás, para ser Diretor da ANTT. Todavia, passado alguns dias, foi retirado o nome de V. S^a. desta mesma Comissão e agora retorna o nome do senhor. Eu queria perguntar qual foi a razão que foi retirado o nome de V. S^a., num outro momento, que foi indicado para ser diretor? E agora volta. Eu pergunto: por que foi retirado o nome do senhor e agora retorna o nome do senhor para esta Comissão para ser votado? Essa é uma indagação direta que eu quero fazer a V. S^a.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Pois não, Senador. Eu tinha um cargo honorífico na CNT, na Confederação Nacional de Transportes, eu era Vice-Presidente da Seção de Ferrovias, que eu exerci aí nos anos de 2000, 2001 e 2002, e não me desliguei formalmente desse cargo até quando teve essa indicação, que foi há dois anos atrás, e a Lei impunha que houvesse um período mínimo de um ano de desvinculação de qualquer relação com empresas que se relacionariam com a Agência de alguma forma. Embora de fato eu não estivesse exercendo essas funções e nem fosse uma função da estrutura da CNT, eu realmente estava nomeado para essa vice-presidência e, por isso, eu estaria impedido de ser indicado para a Agência em função de não ter o prazo mínimo de um ano do desligamento até a indicação.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois bem, eu não estou fazendo nenhuma defesa do relatório aqui do ilustre Relator--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): -- Demóstenes Torres, por sinal muito competente. Se nós fossemos por anomalia(F) verificando de que tudo que ocorre neste caso em relação aos Pareceres do Tribunal de Contas da União, V. Ex^a., o seu relatório é perfeito, dentro da Lei que certamente é pertinente pela Constituição Federal desse país e preenchendo todos os quesitos que certamente o Parecer do senhor aqui apontou.

Neste caso o que me chama a atenção é de que o Conselho de Ética, funcionando em toda sua plenitude, legalmente, naturalmente o caso do Dr. Bernardo é um caso que teria que ser estudado, seria de bom alvitre que naturalmente tivesse alguns documentos comprobatórios de que V. Ex^a. não estivesse envolvido, em que pese seria da responsabilidade do Tribunal de Contas da União, vê-se julgado já anteriormente. Entretanto, como essa Casa é soberana, esta Comissão é soberana, vale, naturalmente, nós respeitarmos a decisão dos votos que estão sendo aqui votados pelos membros dessa Comissão.

De qualquer forma, realmente eu espero que V. Ex^a. corresponda a confiança que esta Comissão vai lhe dar e certamente após o encaminhamento que vai ser encaminhado para o Plenário da Casa, que eu imagino que vai ter que ser votado ainda para que V. Ex^a. seja nomeado. Então, de qualquer forma, dizer que o esclarecimento do senhor é de que o senhor ocupava um cargo honorífico, de outra Agência, outra instituição, que o nome de V. Ex^a. foi retirado aqui desta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Senador Jayme Campos. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Bernardo. A sua missão, na verdade, é uma missão árdua, porque essa é uma área que dá hoje uma diferença negativa para o Brasil, a área de infra-estrutura. O país está, na verdade, carente de um projeto efetivo e real na área de infra-estrutura como um todo. O Brasil cresceu, mas não tem um crescimento semelhante na área de infra-estrutura.

O seu *curriculum* e tudo mostra a sua experiência em várias das áreas dessa área de transporte. Vejo que aqui em 1980, 1984, já fazia lá em Belo Horizonte a coordenação de integração do sistema de transporte

de ônibus com trem metropolitano. Até hoje está semi-integrado, não acabou essa integração até hoje, só tem uma pequena integração. Então, evidentemente, que V. Ex^a. sabe da missão que o espera.

Nós tivemos recentemente o primeiro lote de concessões, ele foi já licitado e nós já tivemos, agora já está na fase de assinatura dos contratos para que as empresas possam assumir. Demorou um bocado, mas, pelo menos, nós já temos esse primeiro lote colocado. Eu fiz a pergunta para a Ministra Dilma na semana passada em relação às PPPs e vejo que o senhor também fez toda essa modelagem nessa área. A Ministra me respondeu, eu não fiz nenhuma réplica, mas na verdade foi uma resposta insuficiente, porque ela só me explicou o que nós sabemos evidentemente, por quando eu votei a PPP aqui eu procurei me informar sobre o que é PPP. Então ela só me disse o que nós sabemos, ou seja, alguns projetos não são apropriados para concessão, nem PPP, devem ser feitas pelo próprio Governo, projetos de desenvolvimento. Outros projetos que têm um tráfego muito grande, se adequam para a concessão. E aquela situação intermediária é que se adequam à Parceria Público-Privada, quando não há um retorno efetivo através de pedágio e quando também não se justifica o investimento só do Governo.

Então a minha colocação é mais nessa linha: nós vamos continuar nessa indefinição, o sexto ano de Governo e nenhuma PPP em andamento? Eu vejo que ontem o Governador Aécio Neves teve uma Audiência com o Presidente Lula e colocou uma proposta de PPP para o metrô de Belo Horizonte, para que se faça uma linha subterrânea, inclusive visando o Campeonato Mundial de 2014, e me deu o alento. Vamos ver se agora vai, quer dizer, é exatamente uma parceria do Governo Federal, do Governo do Estado, da Prefeitura e da iniciativa privada. Esse é um caso concreto. No nosso Estado nós já temos uma Parceria Público-Privada em estrada que está funcionando na MG-50, que demanda o oeste mineiro.

Então a minha pergunta é mais em cima desse programa de Parcerias Público-Privadas. As concessões, eu sei que já tem um segundo lote em encaminhamento, eu quero dizer mais uma vez que não é válida a comparação que é feita sobre programa de pedágio com programas anterior, porque uma coisa é você ter um pedágio que cobre investimento, que cobre construção, outra coisa é ter um pedágio que vai cobrir apenas manutenção. Então o caso da Fernão Dias em Minas Gerais e em São Paulo é um caso ótimo porque saiu um pedágio barato, saiu um real só cem quilômetros, mas tem que deixar bem claro que vai ser só para manutenção, que a estrada é recém construída.

ida, é recém duplicada e o financiamento internacional vai ser pago pelos Governos e não pelo pedágio, como previamente tinha sido previsto. Se fosse fazer o pagamento pelo pedágio, evidentemente que ele tinha que ser mais caro, que é o que vigorou para outros pedágios no Brasil. Então que fique mais uma vez essa posição que é bom que o pedágio baixe, mas que uma das condições é exatamente o modelo, o tipo de pedágio que se coloca. Então é basicamente a questão da Parceria Público-Privada e, outra vez, colocando que a situação das estradas federais não é boa, no Brasil todo também a situação é ruim de manutenção, precisa duplicação urgente na maioria das estradas de grande movimento e esse é também um desafio que terá à frente, depois de aprovado aqui por nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Bernardo Figueiredo.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Pois não. Senador, a Lei de PPP foi fundamental porque ela criou um outro instrumento de se fazer concessão, quer dizer, ela permitiu que se subsidiasse a concessão. Na verdade o Governo analisou diversos projetos a partir da criação da Lei, que eram projetos que aparentemente não se sustentariam com as suas tarifas. O primeiro deles foi a Norte-Sul. Então embora a Norte-Sul não seja tecnicamente enquadrada como uma PPP, porque ela não usou os instrumentos da Lei de PPP, ela é uma PPP de fato, só que os recursos públicos foram na forma de investimentos na construção da ferrovia. Então ela foi concedida à iniciativa privada, que pagou um arrendamento de um bilhão e meio, e o Governo investiu uma parte, a sua contrapartida ele investiu na construção de ferrovia. Então embora não seja tecnicamente uma PPP, porque não usa os instrumentos da Lei, ela é de fato uma PPP.

O outro exemplo é a 116 e a 324 na Bahia, até ampliando o valor dos investimentos, mas mexendo no prazo de concessão, você com uma tarifa menor não precisaria da contrapartida pública. Então não tinha sentido ela ser PPP só para falar que fez uma PPP. Então ela virou uma concessão também. Tivemos também o caso do FERROANEL de São Paulo, que a própria Agência deu o Parecer de que isso era mais correto ser feito no âmbito do contrato de concessão. Então é uma Parceria Público-Privada na medida em que a concessionária vai entrar com parte do recurso e o Governo Federal com parte do recurso, mas tecnicamente também não é uma PPP.

Então eu acho que, agora, com a intensificação que vai ter, nós temos aí o Projeto do Trem de Alta Velocidade, temos um conjunto de novas concessões

ferroviárias, temos aí quatro mil quilômetros de rodovia. Nós estamos estudando esses projetos pelas características que eles têm. E a decisão de se eles vão ser concessão ou PPP depende do valor da tarifa que isso vai gerar e das condições que o Governo tem de fazer a contrapartida, mas eu acho que nós vamos, a qualquer momento, ter uma PPP.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): V. Ex^a. pode assegurar que não existe então uma restrição ideológica?

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Não, não existe.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Assim espero.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eduardo Azeredo sempre muito preocupado com as questões de caráter ideológico. Senador Valter Pereira, depois Senador Eliseu Resende e Senador Lobão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu não quero nem fazer pergunta, até interrompo o nosso companheiro, eu só queria fazer um agradecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Lobão, por favor, com palavra.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): -- ao Dr. Bernardo pelo cometimento dessa infração por motivo fútil em defesa do meu Estado, o Estado do Maranhão, na importante obra da ferrovia que vai escoar a produção de soja do sul de meu Estado. Então eu agradeço a você e eu pedi para falar antes do Senador Valter porque, na realidade, eu quero dizer que eu concordo plenamente com o brilhante aparte do Senador Valter, que diz que a decisão do TSE foi uma decisão interpretativa, e eu não considero o seu delito, que você cometeu, até pelo valor da multa, que é irrisório, quatro mil e quinhentos reais, não considero o seu delito uma infração. Foi mal interpretado e parabenizo a você por essa sua decisão que contribui para o meu Estado, o Estado do Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Senador Lobão. Com a palavra o Senador Valter Pereira, depois o Senador Eliseu Resende.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Bernardo, li o seu *curriculum* e me convenci. Acho que o senhor tem todos os atributos necessários para fazer um belo trabalho em favor da infra-estrutura do nosso país, especialmente nessa área que é do transporte terrestre.

Confesso que se não fosse esclarecida essa questão suscitada pelo Senador Demóstenes, eu dificilmente votaria a favor da sua indicação. O Senador

Demóstenes cumpriu aquilo que é a destinação dessa Comissão. Na verdade a sabatina não pode ser vista e nem lida como uma louvação. É um momento que tem para se conhecer quem é que está sendo indicado e saber se, efetivamente, ele tem os atributos que são indispensáveis para se realizar a tarefa para a qual ele está sendo indicado. Então votei com tranquilidade, certo de que não cometi nenhum resvalo com a minha exigência ética. E essa Comissão, ao fazer essa interpelação, ao fazer esse questionamento todo, e aí tem que se louvar o trabalho da oposição, eu acho que a oposição tem que fazer é isso mesmo, é a função da oposição. No dia que calar a oposição, aí calou a própria democracia.

Mas o questionamento que eu quero lhe fazer é o seguinte: é sabido por todos que compõem esse órgão - e aqui na presidência da Comissão tem um especialista, que é o Senador Delcídio Amaral - que a infra-estrutura tem tudo a ver com o chamado Custo Brasil. Hoje o nosso país tem um cenário extraordinário de inserção no mercado internacional, incrementou de forma significativa o seu intercâmbio comercial, mas ainda é penalizado pelo Custo Brasil, especialmente na infra-estrutura de transporte terrestre. E acredito que há um equívoco muito grande na formulação da estratégia. Parece-me que até nos últimos tempos o Governo está dando um novo direcionamento. As rodovias que nós temos e que hoje são muito precárias, sempre serão precárias enquanto nós não tivermos em nossa logística um sistema intermodal capaz de assegurar as melhores opções para quem precisa transportar. A ferrovia, por exemplo, é um investimento que se faz para proteger a rodovia. Não há rodovia capaz de suportar essa demanda crescente de transportes que existe hoje. Não tem. Não há recurso capaz de preservar em boas condições as rodovias de transporte de carga. Portanto, tem que se investir na ferrovia. É o frete mais barato, é o investimento que tem mais durabilidade, enfim, o Brasil negligenciou com a ferrovia e agora parece que está começando a enxergar alguma coisa.

Existe no Mato Grosso do Sul um projeto estratégico concebido pela administração do Governador André Puccinelli que tem uma extraordinária visão de logística. Está até presente nesta Reunião o Secretário de Obras Edson Giroto, que é um dos formuladores, ele e o Dr. Carlito, que sabem muito bem do que eu vou lhe questionar.

Eu apresentei um projeto que resulta dessa visão estratégica do atual Governo de Mato Grosso do Sul visando implementar uma ferrovia no Estado que vem ligar-se a uma ferrovia no Estado do Paraná, que é a ligação de Maracaju a Cascavel, passando por Dou-

rados. O senhor deve saber muito bem que Maracaju e Dourados são dois extraordinários celeiros da produção de grãos de Mato Grosso do Sul. Pois bem. A Comissão de Infra-Estrutura aprovou a Emenda, uma Emenda ao PPA, Plano Plurianual. O PPA, como o senhor deve saber, é uma espécie de um guarda-chuva. Durante os quatro anos de sua vigência é capaz de abrigar uma exigência constitucional segundo a qual os investimentos devem ter essa proteção. E o Governo, o Presidente Lula, infelizmente vetou essa Emenda. É uma Emenda que previa recursos da ordem de um bilhão e trezentos milhões de reais. Pois bem. A Ministra Dilma compareceu à Comissão de Infra-Estrutura, há poucos dias atrás, e eu fiz uma cobrança a ela sobre isso. E por que é que eu fiz essa cobrança? Porque ao mesmo tempo que o Governo vetou essa Emenda ao PPA, a Ministra anunciou que está promovendo estudos para incluir essa ferrovia no PAC. Acho que é louvável que se realize esses estudos, mas foi um erro ter desprezado esse guarda-chuva.

Então eu gostaria de te ouvir sobre a importância da ferrovia no contexto da intermodalidade de transportes, mas gostaria também de te ouvir quanto à importância dessa ferrovia ligando Maracaju-Dourados ao Estado do Paraná, ligando-se e interligando-se com a FERROESTE, que atende aqui a região sul. Eu estou vindo até de um encontro que foi realizado em Florianópolis, nesta semana, na segunda-feira, onde os três Estados pactuaram que vão abrigar essa bandeira e que vão lutar para resgatar este recurso do PPA a fim de que entre no orçamento do ano que vem, nos três anos pela frente, e possam assegurar a construção dessa rodovia. Gostaria de ouvir não só a sua opinião, mas o seu compromisso para se engajar nesta luta também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Bernardo Figueiredo.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Senador, em 1976 eu tive a oportunidade de conversar a equipe econômica que avaliou o Plano Diretor Ferroviário da região Centro-Oeste, eu estava no GEIPOT, e um dos projetos prioritários que derivou desse plano, que depois foi feito um estudo de viabilidade, foi exatamente essa ligação, que na época não era ligação a Cascavel, porque não existia a ferrovia de Cascavel a Guarapuava. Era a ligação do sul do Mato Grosso, naquela época era um Estado só, aos portos de Paranaguá e Santos, e a alternativa mais viável, e era mais viável inclusive do que fazer a remodelação da linha existente entre Campo Grande, Bauru e São Paulo, a linha mais viável era exatamente essa pela riqueza que a região representa em relação

de potencial de produção, juntando com o oeste do Paraná. Então, assim, eu defendo isso desde 1976, então o senhor pode contar com a minha solidariedade.

Estamos estudando, além dessa ligação que está, inclusive, sendo estudada num contexto de promover a ligação com outros países da América do Sul, com o Paraguai e conectando com a ferrovia da Argentina, pelo BNDES com o BID que estão fazendo um estudo de viabilidade e a proposta de modelagem. Essa ligação é uma concessão da FERROESTE, que é uma ferrovia do Governo do Estado do Paraná. Então fatalmente a implementação desse projeto vai passar por um entendimento entre os Governadores e com o Governador Requião, do Paraná. Mas, assim, nós estamos estudando com prioridade e na Agência, inclusive, nós vamos ter mais instrumentos para acelerar esses estudos. Mas não estamos estudando só essa ligação. Nós estamos estudando também a remodelação da linha existente, da NOROESTE, antiga NOROESTE, atual NOVOESTE, também no contexto da integração. Nós tivemos a oportunidade, eu como coordenador do Plano de Revitalização das Ferrovias em 2003, eu levantei o fato de que nós já temos uma ligação bioceânica construída e que era uma coisa que poucas pessoas conheciam e ninguém sabia a efetiva qualidade dessa ligação. Então nós colocamos dois Engenheiros num trem, em Campo Grande, e eles foram de trem até Tofagácia(F), no Chile, percorrendo a linha existente. Temos um relatório detalhado das condições dessa linha e é um investimento muito marginal que tem que ser feito em relação à importância dessa ligação para resgate dessa ferrovia.

Então hoje é uma das prioridades, definidas pelo Presidente da República, equacionar a revitalização desse eixo ferroviário que liga Santos, Bauru, Campo Grande, Corumbá, Santa Cruz de La Sierra, Salta no Chile, vai até Buenos Aires e vai... Salta na Argentina, vai a Buenos Aires e vai a Tofagácia(F) e Remilhões(F) no Chile, que é uma ligação na mesma bitola de todos os países do Cone Sul. E estamos estudando a inserção do Paraguai, que está fora dessa ligação.

Então o senhor pode contar em absoluto com a minha solidariedade. A questão de ferrovia é uma questão que eu sou engajado nela desde da origem do meu trabalho em transporte.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Sr. Presidente. Eu queria só constar uma correção, para constar em Ata. Na minha fala eu fiz menção ao TSE, quando na realidade eu queria falar do Acórdão do TCU. Só uma correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Ato falho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Será devidamente corrigido. Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, aproveito a presença do Sr. Bernardo Figueiredo para fazer um comentário, que eu acho importante, porque afeta a Agência Nacional de Transportes Terrestres e restringe a tarefa da Agência e também do DNIT no que diz respeito à implantação do sistema ferroviário.

Eu estou muito preocupado com a Medida Provisória, eu gostaria da atenção do Senador Delcídio Amaral pela experiência que tem como ex-Ministro de Estado, que compartilhou conosco dos estudos das concessões, não apenas no campo dos transportes, mas também no campo da energia e do petróleo, no campo dos recursos hídricos, os Conselhos que foram preservados e o respeito à Constituição e às Leis com relação ao processo de contestação. Essa Medida Provisória merece um profundo estudo. Eu comentei rapidamente com o Dr. Bernardo, aqui nos corredores, e disse que eu iria lhe fazer essa pergunta porque isso afeta o objetivo social, o objeto social da Agência. Você que pretende ser Diretor-Geral da Agência, eu acho que é o homem certo para a gente conversar, perguntar, saber inclusive se participou da elaboração dessa Medida Provisória, que é importante. Eu acho que essa Medida fere constitucionalmente as Leis em vigor e o conceito de concessão. Fico muito preocupado, Senador Delcídio. A MP é datada de 09 de maio de 2008, portanto, é muito recente. É oportuno nós discutirmos isso aqui. Essa Medida Provisória dá à VALEC, que é uma empresa pública, uma sociedade anônima agora que transformar-se-á em empresa pública, sem licitação, outorgas para construir as ferrovias mais importantes do país. Não apenas a Norte-Sul, como a Transnordestina, como outras ferrovias, mas também a outorga para explorar os trens bala. São dois trens bala que estão em estudos ou estão sendo aventados: é o trem bala Rio-São Paulo e um trem bala Belo Horizonte-São Paulo. Está nessa listagem aqui da Medida Provisória. A Medida Provisória tira o poder de concessão da Agência. Dá uma outorga direta à VALEC, sem licitação, permitindo que a VALEC ou execute diretamente, se o Governo não(F) tiver recursos públicos para isto, e explore diretamente, se ela tiver capacidade técnica para isso, ou permitir que a VALEC dê concessão ao setor privado e assuma, assim, um papel de poder concedente na concessão de exploração de bens públicos. Isso, para mim, fere a Constituição de uma forma bastante incisiva. Sena-

dor Delcídio Amaral, é como se o Governo ordenasse À Agência Nacional do Petróleo que ela fosse a concessionária de todas as reservas de petróleo do país, de todas as bacias sedimentares, e que a Petrobras pudesse, sem licitação, explorar as reservas de petróleo ou dar concessão substituindo a ANP. É como se a ANEEL desse para a Eletrobrás ou para Furnas ou para a Eletronorte, sem licitação, a concessão para ela explorar as usinas hidrelétricas existentes.

Eu estou muito preocupado e eu gostaria de saber do Dr. Bernardo como é que ele viu isso, se participou desses estudos, qual é a explicação que dá, porque eu acho que a Agência que V. S^a. pretende presidir fica profundamente afetada no seu objetivo, perdendo para a VALEC toda a sua tarefa de implantação das ferrovias. E há um ferimento, no meu entendimento, do princípio da constitucionalidade. Para mim é inconstitucional dar concessão sem licitação, ainda que seja para uma empresa pública. Furnas, Petrobras e Eletrobrás não podem ter uma concessão sem participar de licitação, e o art. 175 da Constituição é muito claro: as concessões se fazem mediante licitação, com contrato assinado por tempo determinado, sujeito a formulação da política do Governo, com prazo e prerrogações específicos. Aí a concessão é entregue à VALEC por prazo indeterminado, sem licitação, uma empresa pública, e isso, no meu entender, é inconstitucional. Eu gostaria da explicação de V. Ex^a., no que V. S^a., desculpe, eu acho que o nosso tratamento tem que ser mais cordial, mais informal, se participou e, no caso de ter participado, como que vê essa questão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Bernardo Figueiredo.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Senador Eliseu Resende, primeiro eu tenho o maior respeito pelo conhecimento de V. Ex^a. nesses assuntos e acho que as questões têm que ser profundamente avaliadas mesmo. Eu queria só fazer duas considerações. Primeiro que já tem um precedente, isso já foi feito antes e recentemente e já sob a égide da Agência, da ANTT, que foi quando nós fomos fazer a própria obra da Norte-Sul, descobriu-se que a Norte-Sul não existia como Norte-Sul. O Decreto que criou a Norte-Sul, na verdade, ele criou dois ramais, um ao norte ligando Açailândia a Colinas de Tocantins e uma ao sul ligando Senador Canedo a Porangatu. Então o meio não existia, não havia sido concedido à VALEC e não era objeto, não tinha sido concedido a ninguém. E foi até uma questão levantada pela própria Agência que isso, inclusive, impedia a VALEC de construir a ferrovia nesse trecho. E dessa discussão, a conclusão, e aí envolveu a Procuradoria da Agên-

cia, a Procuradoria do Ministério dos Transportes, do Ministério do Planejamento, que existia um grupo que estava avaliando a modelagem da VALEC, era de que teria que ser regularizada a concessão à VALEC de toda a Norte-Sul e que isso poderia ser feito dessa forma, porque a VALEC, embora seja uma S.A., é uma S.A. cem por cento pública e, portanto, ela seria uma extensão do Estado e, por isso, poderia ser outorgado diretamente à VALEC a concessão desse trecho. Isso foi feito e isso não foi em razão suficiente para tirar a função da ANTT na outorga da concessão, porque embora os estudos técnicos tenham sido feitos pela VALEC, a ANTT, inclusive com o entendimento nesse sentido do próprio TCU, ela foi, a VALEC, obrigada a remeter todo o processo para a ANTT para que ela analisasse e ela fizesse a autorização, não só do procedimento, mas, também, dos termos em que deveria ser feita a subconcessão do trecho que a VALEC estava analisando.

Então, assim, existe uma experiência anterior e recente de ter sido feito dessa forma. Eu não participei diretamente da formulação da MP, quer dizer, a MP é trabalhada no Ministério dos Transportes, então foi uma proposta que foi analisada pela Procuradoria, pela Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes, e encaminhada na Casa Civil à Subchefia de Ação Governamental que analisa junto com a SAJ(F) as questões jurídicas. Eu imagino que as razões de ter preservado dessa forma é exatamente a experiência anterior. Então, assim, tem um entendimento jurídico de que é possível fazer isso, mas eu tenho certeza que a tramitação da Medida Provisória no Senado vai permitir ao Senado fazer as correções que tiverem que ser feitas na Medida Provisória.

Do ponto de vista técnico é que o fato de ser concessão da VALEC dá mais instrumentos. Eu tinha falado com o Senador Eduardo Azeredo sobre a Norte-Sul, que a gente achou que era mais conveniente usar um modelo em que a VALEC construiria e você arrendaria a ferrovia construída, era um instrumento naquele momento mais eficiente do que o instrumento da PPP. Então é uma PPP, mas só que não é usando os dispositivos legais da Lei de PPP. É uma PPP que foi iniciada. Então isso, talvez, seja a motivação principal pela qual o Governo está atribuindo à VALEC essa concessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu apenas acho, Dr. Bernardo, se é muito mais simples e respeitaria a Constituição, as Leis, se a Agência... Há necessidade, o Governo pretende, o país decide construir uma ferrovia, seja uma ferrovia de passageiros,

seja uma ferrovia de carga. É mais simples e respeitaria a Constituição se a Agência fizesse a licitação do projeto novo, podendo a VALEC participar da licitação, como empresa com objetivo social de executar o transporte ferroviário, ou se ela ganhasse a concorrência, ela poderia ser concessionária por um tempo determinado, como a Constituição preceitua na licitação. Se, por ventura, o Governo tiver recursos para construir diretamente, aí o DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, constituído para isso, instituído para isso, faria a construção e a exploração poderia ser licitada novamente pela Agência. Eu acho que nós estaríamos respeitando a Constituição, respeitando as Leis, entraríamos num processo muito mais simples de execução dessas ferrovias.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora inscritos... O Senador Demóstenes não quer se inscrever?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já falei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Já falou o suficiente. Eu declaro encerrado o processo de votação. Convido os Srs. Senadores, o Senador Lobão e o Senador Eduardo Azeredo para funcionarem como escrutinadores. E eu que pensei que nós íamos terminar hoje essa sabatina ao meio-dia, Senador Demóstenes (*risos*).

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica prejudicado, Sr. Presidente, fica prejudicada a sequência da pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É importante V. Ex^a. registrar, lembrar. Fica prejudicada a sequência e eu gostaria de propor a V. Ex^{as}. se nós poderíamos, amanhã, fazer uma Sessão Ordinária da Comissão de Infra-Estrutura para limpar a pauta, Senador Eliseu Resende, se é possível fazer isso amanhã, porque nós faríamos uma Reunião da Comissão de Infra-Estrutura às onze horas e limparíamos a pauta. V. Ex^a. poderia estar presente e o Senador Demóstenes também amanhã?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Especialmente quanto à minha pessoa, eu estaria presente. Agora precisa ver se vai haver *quorum*--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos tentar mobilizar, meu caro Senador Eliseu Resende, até porque nós temos projetos importantes, como o projeto de V. Ex^a. relativo às eclusas, e eu vou marcar, tentar amanhã realizar a Reunião da Comissão de Infra-Estrutura para votar esses projetos que faltam para limpar a pauta. E dentro da sugestão de V. Ex^a., agora, só os projetos terminativos e nós encerraríamos, limparíamos a pauta.

Eu quero aqui, finda a apuração de votos, quero proclamar o resultado da Audiência dessa sabatina do Dr. Bernardo Figueiredo para a Diretoria-Geral da ANTT: 15 votos sim; 5 votos não. Total de votos: 20. Portanto, aprovado o nome do Dr. Bernardo Figueiredo para a Diretoria-Geral da ANTT e esse processo seguirá, agora, para o Plenário do Senado, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Quero agradecer a todos, o meu muito obrigado e amanhã faremos uma Sessão Extraordinária às onze horas da manhã. Parabéns, Senador Demóstenes.

Sessão encerrada às 13h40.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 12ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de maio de 2008, às 11 horas, no Plenário da Comissão, Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Valter Pereira, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Flavio Arns, Renato Casagrande, Lobão Filho, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à deliberação do item único constante da Pauta: **Item Único** - Discussão e votação de Emendas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao PL nº 01 de 2008—CN (PLDO 2009), que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Adelmir Santana. Pautado em critérios estabelecidos no Regimento Interno, que determina a competência da Comissão, o relator emite parecer favorável às seguintes emendas: **Emenda nº 01-CI:** Construção do Porto de Porto Velho/RO; **Emenda nº 02-CI:** Luz para Todos – Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Iso-

ladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional; **Emenda nº 03-CI:** Construção de Trechos Rodoviários na BR-262 – Divisão SP/MS – Fronteira Brasil-Bolívia – no Estado de Mato Grosso do Sul; **Emenda nº 04-CI:** Construção da Ferrovia Norte-Sul – Trecho Belém – Anápolis; **Emenda nº 05-CI:** Construção de Trecho Rodoviário – Divisão GO/MT – Entroncamento BR-153 – na BR-070 – no Estado de Goiás/Cocalzinho-GO. Usa da palavra para discutir a matéria o Senhor Senador Valter Pereira. A Comissão aprova, extrapauta, o **Requerimento nº 21, de 2008-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo a realização de Audiência Pública para debater sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e a Reforma Tributária, sendo convidados as seguintes autoridades: Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Inácio Bento de Moraes Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem – ABDER e Senhor Rogério Wallbach Tizzot, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Transportes de Infra-Estrutura – CONSETRANS. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marconi Perillo

Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os senhores e senhoras senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação das Emendas a serem apresentadas por essa Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2009 – PL nº 1/2008 Congresso Nacional, com base nos art. 87, 90 e 91, da Resolução nº 1/2006 Congresso Nacional.

Antes, porém, de conceder a palavra ao Relator, ilustre Senador Adelmir Santana, para proferir seu Parecer às Emendas da Comissão, eu coloco em discussão um requerimento de minha autoria que tem como objetivo convidar o Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega; o Sr. Inácio Bento, Presidente da Associação Brasileira do Departamento de Estradas de Rodagem (ABDER); e o Sr. Rogério Wallbach, Presidente do Conselho Nacional de Secretário de Transportes de Infra-Estrutura (CONSETRANS), para debater acerca da Contribuição de Intervenção no Domínio econômico (CID) e também a Reforma Tributária.

Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Tenho a honra de conceder a palavra ao ilustre colega senador pelo Distrito Federal, competente Adelmir Santana, para proferir o seu relatório.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Já começo agradecendo pela adjetivação, viu... [risos]. Muito obrigado, Senador, Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo.

Bom... Foram apresentados, senhores senadores, 29 Emendas, sendo que uma delas, a Emenda de acréscimo de meta, portanto, ela foi excluída, né? Ficaram 28. Em outras palavras, as propostas de Emenda apresentadas ou têm como objetivo aumentar a meta de ação constante do Anexo de Metas e Prioridades ou incluir no referido Anexo ação constante do PPA 2008/2011.

Dessas 29 Emendas, no que se refere ao art. 43, que preceitua, que nós temos que acatar cinco, nós verificamos que cinco propostas de Emenda se referem a ações cuja execução não é de competência do órgão... de órgão compatível com as competências desta Comissão, nos termos do disposto do Anexo a Resolução nº 01/2006, ou seja, os Ministérios dos Transportes, das Comunicações, de Minas e Energias.

Em resumo... Em decorrência do exposto, propomos a inadmissibilidade das propostas das Emendas nº 3, que trata-se de vinculação ao Ministério da Defesa; a de nº 5; Ministério de Desenvolvimento Agrário; a de nº 6, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a de nº 7, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; e a de nº 12, do Ministério da Defesa.

Do mérito e da aprovação das propostas e Emendas. Observa-se, de início, que o setor de Transporte foi o que recebeu o maior número de propostas de Emenda: 20. Nós só pudemos acolher cinco... Só no Ministério de Transporte, nós temos 20; em especial, o de Transporte Rodoviário: 13 propostas. O setor de Transporte Fluvial e Ferroviário foram agraciados com três propostas cada um. Uma proposta de Emenda foi

dirigida a estudos de transportes. O setor Energia recebeu três propostas de Emenda, ao passo que o de Petróleo e Gás, apenas uma.

Em coerência com essas manifestações dos membros desta Comissão, esta relatoria propõe a aprovação de quatro propostas de Emendas dirigidas ao setor de Transportes, duas direcionadas ao Transporte Rodoviário; uma ao Transporte Fluvial; e uma ao Transporte Ferroviário; e uma ao setor de Energia. Isto posto, a maior dificuldade reside na escolha das propostas de Emendas, com base no critério descrito dentro do universo das propostas apresentadas.

Esta relatoria apresenta as seguintes justificativas para a escolha das propostas de Emendas aprovadas por setor... Quer dizer, nós levamos em conta a questão da proporcionalidade dos setores que compreendem, efetivamente, o maior número de Emendas.

Transporte Ferroviário. Propomos a aprovação da proposta de Emenda nº 1 idêntica à de nº 15, representando, portanto, uma preferência majoritária na Comissão de Setor. Essas propostas são da Senadora Serys Slhessarenko e do João Ribeiro.

Transporte Fluvial. Propomos a aprovação da proposta de Emenda nº 14, por atender, na nossa visão, a um terminal de maior importância econômica, em Porto Velho, do Senador Raupp.

Energia. Propomos a aprovação da proposta de Emenda nº 8, que, em nosso entendimento, tem maior alcance social que as duas outras. Essa proposta é do Senador Flexa Ribeiro.

Transporte Rodoviário. Propomos a aprovação das propostas de Emenda nº 21 e nº 29. Nesse setor, os Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás receberam a preferência dos membros desta Comissão. Assim, nós resolvemos... propomos contemplar cada Estado com uma Emenda, que são de autoria do Senador Valter Pereira e o Senador Marconi Perillo.

O quadro, portanto, seguinte é esse resumo da nossa proposta e de decisão que está aí já citadas as propostas nº 1 e nº 15, que é a construção ferroviária Norte-Sul no trecho Belém-Anápolis; a proposta, a Emenda nº 14, de transporte fluvial e a construção do porto de Porto Velho; a proposta de Emenda nº 8, “Luz para todos”, portanto, é do Senador Flexa Ribeiro; transporte rodoviário: a construção do trecho rodoviário da BR262, da divisão do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, fronteira Brasil-Bolívia no Estado de Mato Grosso do Sul; e a de nº 29, transporte rodoviário: construção do trecho rodoviário divisa de Goiás com o Mato Grosso, no entroncamento da BR153 na BRS070, no Estado de Goiás, mais precisamente em Cocalzinho/GO, Emenda do Senador, Senador Presidente, Senador Marconi Perillo.

Portanto, nosso... Da conclusão, Sr. Presidente, em razão do todo exposto, o nosso voto é pela rejeição das propostas de Emendas, por sua inadmissibilidade ante a legislação pertinente – art. 43 em seus *caput*, nos termos explicados nesse relatório de números 3, 5, 6, 7 e 12 – e pelo acolhimento do mérito das propostas de Emenda de nº 1, que é idêntica à nº 15, nº 14, nº 8, nº 21 e nº 29.

Era nossa intenção, se fosse possível, contemplar mais Emendas, mas estávamos, ou estamos limitados ao número de cinco Emendas. Esse é o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom... Essa Presidência agradece a presteza do Senador Adelmir Santana em relação à feitura desse relatório. E eu, particularmente, Senador Adelmir, gostaria de afirmar, aqui, aos membros da Comissão que, modéstia à parte, acertei ao convidá-lo para proferir esse relatório, para realizar esse relatório. V.Ex^a conduziu essa relatoria com espírito de justiça, com uma visão nacional e preocupado com todos os setores da infra-estrutura e também com uma visão social.

O senhor beneficia o Brasil ao acolher a Emenda que define, que garante recursos à continuidade das obras da ferrovia Norte/Sul, que é uma obra verdadeiramente de integração nacional. Essa obra já não vai mais ligar apenas Anápolis a Itaquí, no Maranhão; ela também vai se estender até Santa Fé do Sul, e já está previsto um ramal na direção Oeste do país, beneficiando os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, etc. Portanto, uma obra de integração nacional, uma grande artéria nacional que vai se transformar em duas artérias, na medida em que vai, também, ter uma derivação para o Oeste do país.

V.Ex^a, também, com a sua visão correta, sensata, beneficia o Brasil ao acolher uma Emenda para a construção do porto de Porto Velho. V.Ex^a beneficia o Centro-Oeste ao acolher duas Emendas – uma de autoria do Senador Valter Pereira, justa, muito justa, de grande relevância para a nossa região, e uma Emenda de minha autoria que tem como objetivo a conclusão da BR070, a chamada “Brasília-Cuiabá”, no trecho que compreende Cocalzinho, em Goiás, a BR153, depois até a Itaguari e a conclusão do trecho Montes Claros–Aragarças. Com isso, nós vamos ter ligado Brasília a Cuiabá através da BR070. Então, uma obra importante para o Brasil, também. Além, é claro, de acolher uma Emenda do Senador Flexa Ribeiro, que tem como objetivo garantir às famílias pobres, famílias de baixa renda recursos para eletrificação rural.

Dito isso, eu gostaria de parabenizar, de agradecer. Eu acho que o relatório de V.Ex^a reflete a preocupação de todos os membros desta Comissão. E eu estou

certo, Senador Valter Pereira, que esta será também a própria manifestação nossa quando formos discutir o Orçamento Geral da União, daqui algum tempo, aqui, na Comissão.

Dito isso, eu coloco em discussão o Parecer do ilustre Relator. O senhores senadores que queriam discutir o relatório se manifestem.

Com a palavra, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o ilustre Senador Adelmir Santana revelou, na produção do relatório, uma extraordinária acuidade e sintonia com os objetivos nacionais que devem orientar as decisões e as opções que deverão constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Veja, V.Ex^a, que eu apresentei numerosas Emendas. Todas para dotar o Estado de Mato Grosso do Sul da infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento, e S.Ex^a, o ilustre Relator, pinçou uma, apenas. Eu sei que o objetivo dele foi democratizar as suas destinações... E, sem mesmo me consultar, tomou uma decisão, obviamente, levando em conta o objeto que consta da Emenda, que é a construção de trechos rodoviários na BR262, divisa São Paulo–Mato Grosso do Sul, fronteira Brasil–Bolívia. Então, o objetivo nacional e mesmo regional de todo o MERCOSUL está contemplado com essa aprovação do Senador Adelmir Santana.

Sei que o cobertor é curto... São cinco Emendas que podem passar por essa Comissão. Então, é difícil a gente brigar com o Senador Adelmir. Na verdade, eu estou com uma vontade danada de brigar com ele por ele rejeitar tantas Emendas de minha autoria; Emendas da maior significação. No entanto, me faltam argumentos, me faltam fôlego para enfrentá-lo nessa peleja.

Veja, aqui, por exemplo, que, dentre as Emendas que eu apresentei, uma delas prevê a construção da ponte sobre o Rio Paraná e seus acessos, ligação de Castilho-SP a Três Lagoas. Três Lagoas é um município que está passando por um grande impacto de desenvolvimento com a construção de uma empresa de grande vulto, a *International Paper*, e, em função disso, a logística do município, que não tinha sido preparada de antanho para receber tamanho impacto, hoje está sendo cobrada... Cobrada até por compromissos assumidos com o Presidente da República na época em que as tratativas foram desenvolvidas e, no entanto, não está contemplada, aqui, pelo ilustre Senador Adelmir Santana.

Conforta-me a certeza de que a obra terá prosseguimento, porque ela já faz parte do PAC, não está fazendo parte do PAC ainda, mas ela já está incorporada nas Diretrizes do Governo e, certamente, ela será realizada, né?

Aqui eu tinha pedido, também, manutenção de vários trechos da BR267; da BR359, em Mato Grosso do Sul; a construção do contorno ferroviário, a adequação do contorno ferroviário de Três Lagoas; a adequação do trecho rodoviário da divisa Paraná–Mato Grosso do Sul, na BR163; contorno ferroviário em Dourados, que é a perimetral do BR163, Mato Grosso do Sul. Mas nós vamos ter que buscar outros canais, que são disponíveis pela legislação, a fim de garantir essas obras.

De qualquer forma, o que me cumpre fazer aqui é realçar o trabalho do ilustre Relator, Adelmir Santana, e a visão muito clara que ele teve do caráter nacional e internacional que deve orientar a escolha da Emendas a serem aprovadas por esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a manifestação do ilustre e competente Senador Valter Pereira e informa que continua em discussão o Parecer do Relator.

Não havendo quem queira discutir, encerro a fase de discussão e coloco em votação o Parecer. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

As Emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h35.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES

PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 13ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de junho de 2008, às 10 horas, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa - Anexo II.

Às dez horas e quatorze minutos do dia cinco de junho do ano de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Romero Jucá, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argello, João Durval, Flávio Arns, Fátima Cleide, Renato Casagrande, Lobão Filho, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Adelmir Santana, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo

número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 5851, datado de 04 de junho de 2008, firmado pelo Assessor Especial de Coordenação Política do Ministério das Cidades, Senhor José Alcino Scarassati, comunicando que Ministro das Cidades, Senhor Márcio Fortes, não poderá comparecer a reunião de Audiência Pública; Expediente assinado pelo Senador João Tenório, requerendo seja considerada como licença autorizada o seu afastamento dos trabalhos da Casa no período de 03 a 05 de junho de 2008, tendo em vista que irá participar da “Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial – os Desafios da Mudança Climática e da Bioenergia”; Expediente do Senador Jayme Campos, solicitando seja justificada sua ausência dos trabalhos da Casa no dia 05 de junho de 2008, em face a compromissos inadiáveis assumidos anteriormente. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: Item 1 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-359”, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 2 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 655, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibirapu e de Viana, na BR – 101/ES, e o trecho que liga a BR – 101 ao Porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 3 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 610, de 2007**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, (Plano Nacional de Viação), para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o trecho da Rodovia MT-343, situado entre os Municípios de Cáceres e Barra do Bugres”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 4 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007**, que “Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de trans-

posição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Eliseu Resende, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 5 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Tenório, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 6 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item 7 - Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta Relatório pela Declaração de Prejudicialidade da Matéria. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes Requerimentos: Item 01 – **Requerimento nº 23, de 2008-CI**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e Senador Romero Jucá, requerendo a realização de Audiência Pública com o fim de serem prestados esclarecimentos sobre denúncias veiculadas amplamente pela imprensa nacional, nos dias 04 e 05 de junho de 2008, relativas ao processo de compra e venda da Varig e Varilog, com a presença dos seguintes convidados: Senhora Denise Abreu, ex-Diretora da Agência Nacional da Aviação Civil – Anac; Senhor Milton Zuanazzi, ex-Presidente da Agência Nacional da Aviação Civil – Anac; Senhor João Ilídio de Lima Filho, ex-Procurador-Geral da Agência Nacional da Aviação Civil – Anac e Senhor Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Usam da palavra para discutir o requerimento os Senhores Senadores

Romero Jucá, Demóstenes Torres, José Agripino, Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, Wellington Salgado, Gim Argello, Lobão Filho e Romeu Tuma. O Requerimento é aprovado com voto contrário do Senador Lobão Filho. Item 02 – **Requerimento nº 24, de 2008-CI**, de autoria do Senador José Agripino e outros, requerendo a realização de Audiência Pública com o fim de serem prestados esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig, com a presença da Senhora Denise Abreu, ex-Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac. Usam da palavra para discutir o requerimento os Senhores Senadores Romero Jucá, Demóstenes Torres, José Agripino, Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, Wellington Salgado, Gim Argello, Lobão Filho, Romeu Tuma. O requerimento é aprovado com voto contrário do Senador Lobão Filho. Item 03 – **Requerimento nº 25, de 2008-CI**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e Senador Gilberto Goellner, que requer a retirada do requerimento apresentado na Comissão, solicitando a realização de audiência pública em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE e de Agricultura Reforma Agrária – CRA, para debater a auditoria aprovada pelo TCU para avaliar a situação dos portos marítimos e fluviais em todo o País por ineficiência operacional. Item 04 – **Requerimento nº 26, de 2008-CI**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2008-CI, sejam convidados os Senhores Manoel Felipe Brandão, ex-Procurador da Fazenda Nacional; Leur Antônio Britto Lomanto, ex-Diretor da Anac e Jorge Luiz Brito Velozo, ex-Diretor da Anac, para prestarem esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marconi Perillo
Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA- CI

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente sobre a Mesa que passo a lê-los. O expediente de iniciativa da assessoria do Excelentíssimo Sr. Ministro das Cidades, informando a impossibilidade de comparecer a convite a uma Audiência Pública marcada previamente para hoje e informando que em acordo com o autor do Requerimento, Senador Eduardo Azeredo, tomou a iniciativa de agendar para a próxima quinta-feira, às 10h00 a Audiência Pública. Essa é a comunicação.

Um Requerimento de iniciativa do Senador João Tenório, regimentalmente solicitando que... Comunicando sua ausência do país no período de 31 de maio a 8 do corrente, em razão de estar, por delegação do Senado Federal e a convite do Ministério das Relações Exteriores, integrando uma delegação brasileira que está participando da Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial, Os Desafios da Mudança Climática e da Bioenergia. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do Senador Jayme Campos, que requer também a justificção de sua ausência nessa reunião de hoje. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Requerimento de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, líder do bloco de apoio ao Governo no Senado e do Senador Romero Jucá, líder do Governo no Senado Federal. Requerimento que passo a ler: "Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal e da Constituição Federal, sejam convidados a Sra. Denise Abreu, ex-Diretora da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, e os Srs. Milton Zuanazzi, ex-Presidente da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, João Ilídio de Lima Filho, ex-Procurador-Geral da ANAC e Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que conduziu os processos de falência judicial da VARIG, para conjuntamente, atendendo aos fins do §1º, do art. 94, do Regimento Interno, em data a ser agendada em Audiência Pública nessa Comissão, prestarem esclarecimentos sobre denúncias veiculadas amplamente pela imprensa nacional, nesses dias 4 e 5 de junho de 2008, relativas ao processo de compra e venda da VARIG e VARIG LOG."

Eu vou ler o segundo Requerimento, de iniciativa dos partidos de oposição, que tem mais ou menos

o mesmo teor, aí a gente coloca para votar em globo e eu abrirei a palavra aos autores dos requerimentos, pela ordem de entrada. O segundo Requerimento de iniciativa dos Ilustres Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, Demóstenes Torres, dentre outros Senadores, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, entre outros Senadores dos partidos PSDB e Democratas: “Sr. Presidente, requer nos termos do art. 58, §º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado, seja convidada a Sra. Denise Abreu, ex-Diretora da ANAC, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG.” Eu não vou ler aqui a justificativa porque certamente caberá aos autores fazer tais justificativas. Eu coloco em discussão os dois requerimentos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para discutir, pela ordem de inscrição o Senador Romero Jucá, depois Senador Demóstenes Torres e depois Senadora Ideli Salvatti e depois Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Ilustre líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, nos últimos dias a imprensa noticiou uma série de declarações, principalmente da Sra. Denise de Abreu levantando questionamentos sobre o processo de falência e de aquisição da VARIG e da VARIG LOG. Isso é um processo que tramitou na ANAC, tramitou na Justiça também, na Justiça na Vara de Falência, e nós estamos exatamente apresentando o Requerimento para que essa questão fique esclarecida. Não tem por parte do Governo nenhum temor, pelo contrário, o Governo quer que tudo seja esclarecido e por isso tomamos o cuidado de apresentar o Requerimento, não só convidando a Sra. Denise, porque é um lado da história, é uma versão que estranhamente só foi colocada agora. Depois de um... De bastante tempo. Estamos convidando também o Sr. Milton Zuanazzi, Presidente da ANAC, e estamos convidando o Sr. João Ilídio de Lima Filho, Procurador da ANAC, que deu o parecer pela aquisição desse processo, pela venda da VARIG e da VARIG LOG, e estamos convidando também o Juiz Luiz Roberto Ayoub, que exatamente autorizou todo o procedimento e paulatinamente vivenciou todo o processo de falência e, depois, de reestruturação. Eu acho que, com essa primeira rodada, nós temos condição de prestar os esclarecimentos necessários e quero dizer aqui, se for necessário, amanhã convidar alguém atual da ANAC ou qualquer outra ação complementar, funcionários da VARIG, Associação de Pilotos

da VARIG, enfim, segmentos que possam atestar os procedimentos que foram tomados no sentido de fazer com que a empresa que era a maior empresa do país, não parasse de prestar serviços aos brasileiros, nós iremos apoiar os convites. Portanto, nós estamos apresentando esse Requerimento, estamos pedindo uma Sessão Conjunta de todos os membros, para que se faça inclusive o contraditório, é importante que isso fique bastante claro, e quero, não só, claro, apoiar o meu Requerimento, que é mais completo, mas também apoiar o Requerimento da oposição. Acho que há uma integração, há uma confluência de intenções de esclarecer a questão dentro de aspectos técnicos e jurídicos e, portanto, defendendo aqui o nosso Requerimento, apresentado por mim e pela Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Ilustre Senador Demóstenes Torres, que fala em nome dos Democratas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. É bom que o Governo tenha tomado também essa iniciativa e nossa intenção era de ouvir primeiro a Sra. Denise para posteriormente, se for o caso, colher assinaturas para realizar uma CPI e fazer a convocação de outros membros. Como o Governo se antecipou na convocação de outros membros, eu vou sugerir, eu vou coletar os nomes e vou sugerir ao líder Romero Jucá, com a boa vontade que ele tem demonstrado, como foi convocado o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou convidado, e há uma acusação de que esse Procurador substituiu ao antigo, o Dr. Manoel, eu vou buscar o nome dele, eu então sugeriria para que nós pudéssemos incluir nessa lista o Procurador-Geral que foi substituído, é a denúncia da Sra. Denise, eu forneço o nome agora, e também os outros membros da Diretoria da ANAC que foram trocados, entre eles o Sr. Leur Lomanto e mais dois, que hoje deram entrevista no jornal Folha de São Paulo, confirmando as declarações da Sra. Denise, e ainda os três sócios que participaram da compra: Marco Antonio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo. Então, uma vez que o Governo amplia o número de pessoas que devem ser ouvidas e nós, repito, nossa intenção era primeiro ouvir a Sra. Denise, depois, se tivesse lastro, nós iríamos chamar outras pessoas. Como o Governo se antecipa, inclusive em chamar o Juiz que também é acusado de ter feito a divisão das empresas, do Procurador que assinou e é o Procurador cuja suspeita recai justamente, porque o Procurador original que era contra foi substituído, então nós estamos solicitando, eu apresento os nomes e espero colaborar com a boa vontade do líder do Governo e do Governo, estou adicionando esses

nomes dos sócios- compradores, mais os diretores da ANAC que foram substituídos e que hoje também deram entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, além do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Manoel, que eu entrego o nome completo até o final da Sessão, que pesa a acusação de ter sido substituído porque era contra a transação.

De sorte que, concordando com o líder do Governo, eu quero apenas adicionar outros nomes, para que nós tenhamos uma visão mais completa do problema, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria de sugerir que nós, nessa audiência, convidássemos o Sr. Manoel e em outra audiência, nós convidaríamos os três proprietários, e aí nós traríamos também a Associação de Pilotos, de Ex-Funcionários da VARIG, que efetivamente é discussão interna da empresa. Eu acho que botar 10 ou 12 pessoas numa audiência conjuntamente seria talvez... Não sei se seria interessante colocar todo mundo numa audiência só. Então eu acho que nessa audiência... Eu estou sugerindo, claro que a gente está aqui para discutir, a gente inclui, nessa audiência conjunta, o nome do Sr. Manoel, que é o Procurador também que diz respeito a assunto interno na ANAC--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os dois outros dirigentes da ANAC.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Os dois outros dirigentes da ANAC e posteriormente, se necessário, nos traremos os donos da empresa e representantes dos funcionários da VARIG.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Podemos trazer ao menos um dos sócios, é o que fez a denúncia, confirmou--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, mas aí eu acho que os sócios têm que trazer todos, porque há uma disputa--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, sim, só para otimizar os trabalhos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu acho que só... Da hora que for discutir os sócios, tem que trazer todos segmentos, porque aí há uma disputa também de VARIG LOG entre sócios e aí realmente é uma outra questão. Por isso que eu não estou querendo... Eu estou querendo discutir uma questão interna de Governo e uma questão de empresa. Em duas audiências para não misturar. Mas se for intenção colocar todo mundo junto, eu acho que fica muita gente, mas também não vou me...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Eu acho que colocar todo mundo junto é uma boa alternativa e nós podemos até chamar o Advogado também que é acusado de fazer o lobby.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós precisamos dos nomes... nós precisamos dos nomes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Demóstenes, eu pediria à V.Ex^a que concluísse. Eu gostaria de pedir à V.Ex^a que concluísse a sua participação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu concordo com o Senador Jucá. Nós vamos chamar a todos e, quanto aos sócios, nós faremos em outra oportunidade. Nós já deixamos aprovado aqui os sócios, mais as associações, mais o advogado Roberto Teixeira. Perfeito. E se for o caso nós convidamos mais alguém.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Se for necessário também. Não sabemos como é que vai ser a audiência. Não vamos antecipar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero, eu já quero informar aos Srs. Senadores que, caso os requerimentos sejam aprovados, nós vamos fazer os convites para a próxima quarta-feira, às 10h00. Eu já peço à secretária que expeça os convites para a próxima...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estou inscrita aqui porque eu não tenho também essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli está inscrita agora e eu asseguro a ela a palavra--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Depois Senador Flexa Ribeiro, depois o Senador Wellington Salgado e depois o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem. Só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Só a propósito da proposta feita pelo Senador Romero Jucá, ao Requerimento apresentado pelo Senador Demóstenes [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço silêncio para que o Senador José Agripino tenha assegurada a sua palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com relação à proposta feita pelo Senador Romero Jucá, relativa ao Requerimento apresentado pelo Senador Demóstenes que eu subscrevi, eu queria manifestar minha posição de acordo e elogiar a atitude do líder do Governo, que demonstra com o seu posicionamento o desejo de esclarecer esse fato, que eu acho que tem que ser o desejo deste Plenário. Há denúncias, há fatos que merecem esclarecimento, há manifestações de autoridades do Governo, e é preciso que se esclareça e o fórum próprio é esse aqui. Eu espero que esta Comissão, por unanimidade, delibere a favor do posicionamento manifestado pelo líder do Governo em relação ao Requerimento apresentado pelo Senador Demóstenes, que deseja única e exclusivamente esclarecer um assunto que é do interesse do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Agripino e asseguro a palavra à Ilustre Líder Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar acho de fundamental importância que fique claro o desejo de toda a base do Governo de colocar todo este assunto a nu, todos os esclarecimentos, todas as explicações necessárias que devem ser dadas por todos aqueles que estiveram envolvidos direta ou indiretamente nesse processo. Agora, quando nós apresentamos o Requerimento para ouvir estas quatro pessoas, nós apresentamos o Requerimento por quê? Em primeiro lugar as acusações são feitas pela Sra. Denise Abreu, que inclusive em várias reportagens aparece como uma pessoa que se declara abandonada, ressentida e, portanto, acho que deve ser levada em consideração as suas acusações, mas... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço atenção aos Ilustres Senadores e à assistência, para que a Senadora Ideli possa concluir a sua reflexão. Peço silêncio aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras e assistência. Com a palavra, a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, então a Sra. Denise Abreu, sem sombra de dúvida porque é a pessoa, apesar da situação que ela mesma expõe, que se encontra no momento e os motivos talvez que possam estar motivando as suas denúncias, as suas declarações e acusações, é de fundamental importância que ela seja ouvida. Agora, é muito importante também que nós tenhamos a pessoa que conduzia a ANAC naquele momento, o Presidente à época, ou o ex-Presidente, o Milton Zuanazzi. Até porque todo este

processo, e foi um processo que nós nos envolvemos e muito, porque todos nós estávamos assim, aqui no Congresso, aqui no Senado, quantas e quantas audiências não ocorreram, quantas discussões, tentativas de negociações para salvar a VARIG, porque todos nós sabíamos que a questão da VARIG era, nada mais nada menos, do que diminuir da aviação brasileira aproximadamente um terço das nossas aeronaves.

Portanto, muito do caos aéreo, da situação difícil da aviação brasileira, acabou tendo como consequência a falência e a venda da VARIG. Portanto, quem presidiu este processo à frente da ANAC, indiscutivelmente acompanhou isso tudo e nada melhor do que a presença do Sr. Milton Zuanazzi. Agora, todo esse procedimento teve um encaminhamento jurídico, teve um encaminhamento que o ex-Procurador da ANAC à época fez toda a justificativa, o arrazoado; portanto, a vinda do ex-Procurador-Geral da ANAC, o João Ilídio de Lima Filho, também é de fundamental importância para que possamos ter o esclarecimento de como se comportou a ANAC na sua estrutura, no seu institucional, frente a isto. E o Juiz do processo de falência, que nada mais... Melhor do que ele para poder dar todos os esclarecimentos a respeito da condução do processo.

Eu tenho o entendimento de que colocar, nesta audiência, eu não tenho nenhuma dúvida, nenhum problema de nós fazermos três, quatro, cinco, seis, oito audiências, quantas forem necessárias, para que todo o esclarecimento seja feito. Agora, Senador Marconi Perillo, nós que estamos acostumados com audiências públicas, colocou mais do que quatro pessoas, cinco pessoas, a audiência já não rende. Porque aí, inclusive a confrontação das declarações acaba ficando tão diluída, que a gente acaba não tendo o resultado esperado. Então eu queria propor, não tem nenhum problema de aprovarmos, entende, o convite porque aqui todos são ex-autoridades, e nós não temos poder de convocar judiciário, é tudo convite, portanto que nós aproveemos quantos convites forem necessários, mas, que façamos audiências mais enxutas, audiências aonde a gente possa ter foco. E quando nós apresentamos estes quatro convidados, o nosso foco era buscar e esgotar o processo na ANAC. O processo no período, com a Presidência do Zuanazzi, com a relatoria da Denise Abreu, e o Procurador e o Juiz do caso.

E, portanto, nós poderíamos até já deixar marcado para outra semana, na semana seguinte, uma outra audiência, daí também eu proponho, com no máximo quatro, no máximo cinco pessoas, pra gente poder ter objetividade e foco. Então, assim, não há aqui nenhuma tentativa de obstaculizar qualquer oitiva, de qualquer convidado importante, mas eu não consigo imaginar a

gente chegar a bom termo de esclarecimento dos fatos, numa audiência com oito, nove, dez pessoas. Quatro, no máximo cinco, é digamos assim, de bom termo, pra gente poder trabalhar, se é que nós queremos mesmo trabalhar para elucidar os fatos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, se puder...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço à Senadora Ideli Salvatti pela participação e eu concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes, depois, concederei, para discutir os requerimentos, ao Senador Flexa, ao Senador Wellington, Senador Gim e Senador Romeu Tuma, pela ordem das solicitações, salvo se o Senador Romeu quiser falar pela ordem. Com a palavra, pela ordem, o Senador Demóstenes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria falar, só pela ordem—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Após o Senador Demóstenes eu passo a V. Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Para poder condensar o que está sendo discutido e a melhor forma, na minha idéia, que eu respeito muito o Demóstenes por ser um conhecedor--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, não há som e há muito barulho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gostaria de dar, só rapidamente [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço que melhore, que a cabine melhore o som para os Senadores. Eu vou assegurar a palavra ao Senador Demóstenes, depois ao Senador Romeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu poderia falar antes dele só um minutinho? Porque talvez se ele permitisse--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se ele concordar, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é porque eu acredito que entre todos os Senadores, todos realmente têm a condição de colocar aqui seu ponto de vista, o Demóstenes é um especialista, por ser Promotor Público e ter avançado, mas eu acredito aqui, Presidente, que tem duas vertentes: dos acusadores e dos acusados. Talvez seja importante essa divisão, vindo primeiro os acusadores, para saber o que perguntar aos acusados com relação àquilo que for apresentado pelos ex-diretores da ANAC. O que eu acho que tem um consenso aqui é que é importante

essas audiências. Agora o que está sendo discutido é a melhor forma de buscar a verdade. Então eu concordo com o Senador José Agripino, essa divisão, para não ter um conflito dentro da própria Mesa durante os debates e talvez, não sei se o Demóstenes concorda, trazer os acusadores e depois os acusados, pra gente saber como fazer os questionamentos. E peço desculpas por ter interrompido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço V.Ex^a pela concisão e asseguro a palavra pela ordem ao Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, apenas para indicar os nomes então já acordados para a primeira audiência e para a segunda audiência. A primeira audiência, concordo com o Senador Romero Jucá, Senadora Ideli, vamos ficar no âmbito então da ANAC. Então nós acrescentamos o ex-Procurador Manoel Felipe Brandão e dois outros dirigentes da ANAC, Leur Lomanto e Jorge Veloso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ok, ok, ok.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então Manoel Felipe Brandão, Leur Lomanto e Jorge Veloso. E para a segunda audiência os senhores... Não, a Denise e os outros já estão no Requerimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Já estão no meu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Demóstenes, V.Ex^a lerá aqui a proposta para a segunda audiência, mas eu pediria à V.Ex^a que depois aditasse.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Imediatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para que eu possa dar o despacho—

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):-- E já agendar a próxima reunião. Havendo concordância da parte do Governo, Senadora Ideli, Senador Jucá--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Há concordância, Sr. Presidente. Quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos convidar sete pessoas para comparecerem à Comissão. E para a próxima, faríamos uma outra rodada, com os nomes que o Senador Demóstenes vai agora apresentar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apresento. Perfeito. Marco Antonio, Marcos Haftel,

Luiz Eduardo Gallo e Roberto Teixeira, para a segunda audiência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aí nós queremos acrescentar e eu trarei o nome depois para complementar, representantes de funcionários da VARIG. Nós traremos alguns nomes--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu só pediria que isso tudo fosse formalizado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A formalização. Nós faremos [sobreposição de falas].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Formalizaremos em conjunto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Num Requerimento único.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Acho que, pela primeira vez [soa a campanha], nós estamos tendo aqui um consenso entre a base do Governo e a oposição. Isso é muito bom. Isso é muito bom porque demonstra a necessidade de trazer à sociedade brasileira os esclarecimentos a respeito de mais uma denúncia que surge pela imprensa nacional. Então, os adendos que eu queria fazer aos requerimentos já foram feitos pelo nobre Senador Demóstenes Torres, e vem ao encontro daquilo que eu queria propor, líder Romero Jucá. Faremos uma primeira audiência com os convidados pelo Requerimento da base do Governo, acrescido dos nomes colocados pelo Senador Demóstenes e uma segunda audiência, Presidente Marconi, que eu pediria à V.Ex^a que nós aprovássemos, nesta reunião ainda, trazendo os sócios da empresa que comprou a VARIG inicialmente, mais o Advogado Roberto Teixeira e mais o... Como colocou o Senador Jucá, o representante dos aeroviários ou aeronautas, aí... o Senador Jucá dará o nome. Aí podemos já marcar essa segunda audiência, eu pediria à V.Ex^a também, que o fizesse para a próxima... A quarta-feira seguinte da próxima, em que faremos a primeira audiência na próxima quarta-feira e a segunda audiência na quarta-feira seguinte. Pediria que fosse também já aprovada essa solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): No momento oportuno, quando for submeter a votos os requerimentos vamos incluir o aditivo propondo uma nova Audiência Pública para

a semana seguinte. Eu vou marcar para a próxima quarta-feira. Quarta-feira agora e depois a outra. Com a palavra o Senador Wellington Salgado, para discutir a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria dizer o seguinte: eu participei junto com o Senador Demóstenes, da CPI do apagão aéreo. Onde o Senador Demóstenes trabalhou muito bem, a oposição também e o Governo, tivemos oportunidade de inclusive chamar a Sra. Denise Abreu, ela passou, foi sabatinada a fundo, em momento algum ela falou sobre esse problema. Eu quero dizer o seguinte: tem alguma coisa a declarar? Eu estava lá, Senador Demóstenes. Tem algo a declarar? A Sra. Denise não declara nada naquela CPI. Nada. Aí hoje, aparece com uma série de declarações, desde que a Ministra Dilma estaria para ser uma propensa candidata a Presidente. Depois que a mãe do PAC foi lançada com uma idéia de ser candidata a Presidente, pronto: é toda hora Requerimento, Requerimento, Requerimento... Declarações... Eu não sei aonde o cenário vai parar dessa maneira. A CPI do cartão corporativo, que eu sou membro titular: fica claro que existiu uma relação entre as duas pessoas, a do Palácio e a que é assessor de um Senador da Casa. Porque o assessor do Senador da Casa tinha indicado dois Secretários para a pessoa do Palácio, Senador Romeu Tuma. V.Ex^a estava acamado e me ligou naquele momento, estava vendo a TV Senado.

Então quer dizer, há todo momento tem uma relação e acaba indo em cima da Ministra e alguém ligado e aí "Vamos aqui para a Infra-Estrutura aprovar Requerimento." Eu queria parabenizar o líder do Governo porque saiu na frente, e não tem como o Senado não convocar, depois das declarações todas que aconteceram na imprensa, não tem como não convocar a Sra. Denise Abreu para essa casa. Quer dizer, a gente fica... Ligo, vou dormir ligo a televisão, está lá ela dando declaração. Acordo, ligo a televisão: está lá ela dando declaração. Abro o jornal: está lá dando declaração. Como é que o Senado se coloca numa posição dessa? Não tem outra saída. Convocada.

Agora, precisamos ter o cuidado... não é a oposição não que está fazendo o trabalho dela(F), precisamos ter o cuidado, nós como Senadores da República, para saber aonde é que nós vamos nos meter. Porque realmente, da maneira que está, a cada... Se resolver esse problema, vai aparecer uma outra denúncia contra a Ministra. Toda hora aparece algo novo contra a Ministra. Não estou aqui para ficar defendendo a Ministra Dilma Rousseff, mas eu não sou burro diante do que está acontecendo. A todo momento aparece um fato novo, todo momento vamos para os jornais, pa-

rece... Isso aí, eu vi lá no Palocci, que eu era da CPI também, eu vi... Presidente da Câmara... Toda hora aparece um escândalo que de repente se transforma num fato político e aí acaba crucificando um bom brasileiro. Porque eu vou dizer sinceramente para o Sr. Presidente e para os demais Senadores: eu quando venho aqui e eu defendo a Ministra Dilma, não é porque ela é do PT ou eu sou do grupo de apoio. Não. Porque eu acho que ela é uma grande brasileira que está administrando esse país. Todas as vezes que nós a chamamos aqui, ela conta onde tem estrada, qual é a empresa que está fazendo, sabe tudo de cabeça. A única vez que eu a vi errar, ela falou que existia tanto para financiamento de Casa Própria e o Presidente Lula, de cabeça, falou: “Está errado. Aí só está o Governo. Não estão os Bancos particulares.” Ela foi no relatório e o Presidente Lula tinha razão, o danado só de cabeça sabia disso.

Agora, Senador Marconi Perillo, vai ser aprovado esse Requerimento, eu vou votar porque não há... O Senado é reflexo da vontade da sociedade, que é induzida pelos veículos de comunicação. Os veículos de comunicação é que estão fazendo a pauta nossa aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só daqui a pouco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a está declarando fogo amigo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pode ser fogo amigo. Mas eu quero dizer o seguinte: eu só fico preocupado quanto a Ministra enquanto brasileira. Tenho certeza que V.Ex^a, que é da oposição, que luta pelo Pará, que eu tenho visto, ontem vi uma declaração do outro Senador do Pará, o Mário Couto, quanto exporta, a questão das ZPEs. Se for procurar a Ministra para alguma coisa para seu Estado, Senador Flexa Ribeiro, com certeza ela vai despachar se for bom para o Brasil, eu tenho certeza disso. Agora, todo momento, lá vamos nós outra vez. Por que a Sra. Denise Abreu não falou nada na CPI do apagão aéreo? Ela foi encostada na parede, eu estava lá, o Senador Demóstenes fez um trabalho firme, bem informado, com todas as perguntas para serem feitas e no final pergunta: Algo a declarar? E ela não declara nada. Aí agora, tanto tempo depois, vem e faz essa série de declarações. O objetivo é o quê? Sr. Presidente, vou votar porque o líder do Governo apresentou Requerimento, Senador Demóstenes, chegou a oposição e Governo a um acordo, e não há como o Senado não convocar, V.Ex^a está fazendo seu trabalho como Presidente correto, o Senado não

pode ficar fora do que está acontecendo. Agora, nós precisamos ter o bom senso aí. Escutar, interpretar, votar, mas saber para onde é que nós estamos indo. Eu sou da infantaria, de repente está tomando tiro lá de trás. Estou tomando tiro de trás, das costas. Estou mirando, sou da infantaria, quando vejo tomo um tiro das costas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fogo amigo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu amigo não é, não tenho fogo amigo de onde está vindo, não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Art. 14, Sr. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Gostaria de me inscrever também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência vai assegurar a palavra agora ao Senador Gim para discutir a matéria, logo após, aliás, antes dele ao Senador Demóstenes, que arguiu o art. 14 e depois Senador Edison Lobão Filho. Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, o Senador Wellington Salgado realmente participou bem da CPI do apagão. E sabe bem ele que esse assunto não foi tratado na CPI do apagão aéreo. Então, a Denise não respondeu porque não foi perguntado. Esse assunto não estava em voga. E mais, é óbvio que se tem alguém por trás da Sra. Denise, não somos nós. Eu não estou por trás, V.Ex^a, os Senadores do DEM, nem do PSDB. Então, uma outra consideração que faço, também não tenho vontade alguma em convocar aqui a Ministra Dilma. Quando me perguntaram várias vezes: “Querem convocar novamente a Ministra?”, eu disse “Não é necessário, ela já prestou os esclarecimentos necessários.” Agora, apareceu uma denúncia envolvendo diretamente a figura da Ministra e, até pior, envolvendo a pessoa do Presidente da República. Então, é um dever do Senado fazer essa pré-apuração. É até uma responsabilidade, porque nós poderíamos estar aqui nos corredores colhendo assinaturas para uma CPI. Então, antes disso acontecer, nós queremos dar a oportunidade a todos de esclarecer realmente como é que essa transação aconteceu. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Gim Argello, para discutir a matéria.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, parabenizar o líder do

Governo e a nossa bancada por essa agilidade, hoje, de uma denúncia que surgiu dentro das hostes de Governo, de uma ex-servidora, ser apresentada e já automaticamente já ter apresentado e convocado a todos ou convidado a todos para que viesse aqui prestar os esclarecimentos necessários. Para que não seja mais uma vez... O Flexa Ribeiro me lembra, o Senador Flexa Ribeiro, que a oposição fez junto. Muito bem, Flexa Ribeiro. Não tem dificuldade não. Por quê? Mais esses nomes apresentados, porque como muito bem colocou o Senador Wellington e logo em seguida o Senador Demóstenes, isso é muito importante, porque esse é o pleito certo, é o lugar certo. Surgiu a denúncia e é grave a denúncia? É grave a denúncia sim, mas vamos apurar. Por quê? Para não surgir e não ter o mesmo efeito daquela CPI dos cartões corporativos, que a hora que foi ver o que era de verdade, não era nada. O Senado todo ficou mobilizado noventa dias, para que no final, sejam só normas e regulamentações. Nesse caso também, antes de evitar se tornar um problema de colocar mais uma CPI no Senado, é justamente isso, é verificar e tenho certeza que as convocações feitas, os nomes listados agora, de concordância de parte a parte, da situação e da oposição, tenho certeza que nessa primeira, segunda, terceira audiência, isso vai estar realmente esclarecido e solucionado, ainda mais, convocando os servidores, os funcionários, ex-funcionários de uma empresa tão importante quanto foi a VARIG para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Gim Argello e passo a palavra ao Senador Edison Lobão Filho, para discutir a matéria.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu, apesar do Requerimento do líder do Governo, e da oposição, eu quero declinar meu voto antecipadamente, contrário a essa convocação. Eu, desde que entrei aqui no Senado, tenho presenciado a tentativa da oposição, permanente, em trazer a figura da Ministra Dilma aqui a esta Casa. Até como figura emblemática do Governo. Esta é mais uma tentativa. Da última vez que ela veio aqui, ela deu um *show*. Vocês estão preparando o caminho dela para a Presidência da República, porque ela vai vir de novo e vai dar um novo *show* nesse tema e nesse assunto. A Sra. Denise afirma aqui na Folha de São Paulo: “Que o Governo e o PT me fritaram e deixaram que eu fosse exposta durante um mês.” Muito bem. Essa senhora hoje aponta o dedo dela contra a Ministra Dilma, essa senhora que foi quase exonerada a bem do serviço público, aponta o dedo contra uma das figuras mais importantes do Governo e nós damos espaço a ela aqui. Uma acusação extemporânea, sem razão nenhuma,

estranha, meses depois de ela ter sido afastada e ela vem com essas acusações e nós damos eco a ela. Em vez de estarmos aqui discutindo ferrovias, estradas e a infra-estrutura do país, nós estamos aqui agora para ouvir a Sra. Denise, fumando charuto e apontando o dedo dela contra a Ministra Dilma.

Então, eu vou votar contra essa convocação, apesar do meu líder Romero ter apresentado esse Requerimento, eu quero declinar esse meu voto. E quero registrar ainda, Presidente, que nós estamos discutindo aqui a transação de uma empresa privada vendendo para outra empresa privada, apesar de ser uma concessionária pública, mas, um negócio privado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E com envolvimento de agentes públicos.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com envolvimento inclusive da Justiça Brasileira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim. Então estou declinando agora este meu voto e a minha interpretação sobre esse caso todo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, art. 14 [sobreposição de falas] apenas para [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ainda há a possibilidade de se usar o art. 14 por mais uma vez. Concedo à V.Ex^a a palavra com base no art. 14.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar, eu entendo o posicionamento do Senador Edison Lobão Filho, mas eu quero registrar aqui a minha posição e a posição do Governo. Não é que nós estamos corroborando o que a Denise está dizendo. Mas se há uma suspeita levantada contra o Governo, ninguém mais do que o Governo e nós da base do Governo queremos que isso seja esclarecido. Não basta sabermos efetivamente se é uma disputa, se é mágoa, se é dor-de-cotovelo, se alguém foi fritado ou não foi fritado. Mas como há uma questão levantada contra o Governo, nós nos antecipamos e teremos essa posição aqui sempre, exatamente para que não paire nenhuma dúvida sobre o Governo. O Governo não teme nenhuma investigação, não teme nenhum esclarecimento e quando houver dúvida, nós nos apressaremos a esclarecer essas dúvidas, mesmo não concordando com o teor das acusações.

Entendo o Senador Edison Lobão, respeito o voto dele, mas nós vamos aprovar o Requerimento, porque nós queremos comprovar que o Governo agiu defendendo o interesse público, os trabalhadores da VARIG e, principalmente, a sociedade brasileira que não poderia perder uma companhia de aviação da di-

menção da VARIG e da dimensão do nosso país, com o atendimento que prestava.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado Senador Romero.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, por um minuto, Senador Flexa, V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria consultar o líder do Governo, Senador Romero Jucá, se essa posição do Governo, que eu quero louvar, no sentido de em consenso com a oposição, de convidar as pessoas para, aqui listadas, para trazer esclarecimentos, se é válido para qualquer CPI ou CPMI, porque não foi essa a posição da base do Governo na CPMI dos cartões corporativos, não está sendo essa a posição da base do Governo na CPI das ONGs. Então eu gostaria que V.Ex^a tomasse essa posição, que é correta, que é louvável, mas não só aqui. Em todas--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou lhe dar o aparte. Não só aqui, mas em todas as CPMIs e CPIs que estão em desenvolvimento no Congresso. E quero mais dizer: é importante, quero louvar também quando V.Ex^a convidou os funcionários da VARIG, até porque, Presidente Marconi Perillo, [soa a campainha] foi feita uma operação de compra por 24 milhões de dólares, nove meses depois, por 320 milhões de dólares e os funcionários da VARIG estão sem receber a complementação da sua aposentadoria, porque a VARIG é devedora do AERUS. E isso vai ser importante a gente esclarecer aqui por ocasião das Audiências Públicas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, Sr. Presidente, só para prestar esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra, pela ordem, ao líder Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria prestar um esclarecimento, acho que o Senador Flexa Ribeiro não está atento às questões. Eu queria apenas dizer o seguinte. CPMI dos cartões corporativos: eu recolhi assinatura para a CPI; eu fui o primeiro a dar o fato--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu falo dos convites [soa a campainha].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Calma, deixa eu falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência assegura a palavra ao líder Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu fui o primeiro a recolher assinaturas para a CPMI dos cartões corporativos. Inclusive quando ela fosse ser feita no Senado, eu anunciei que seria dividido o comando da CPMI com a oposição. CPMI das ONGs: fiz o acordo com o Senador Heráclito, nós inclusive defendemos que a Presidência fosse concedida a um membro da oposição. Agora, as investigações estão ocorrendo. Agora, não pode a oposição querer definir o resultado da investigação. Aí é outra coisa. Nós iremos investigar. As duas CPMIs foram feitas. E amanhã, se houver necessidade de discutir qualquer tipo de outra CPMI, nós iremos discutir com a base do Governo qualquer tipo da CPMI—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há aparte [sobreposição de falas].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --O Governo do Presidente Lula não teme, não teme nenhum tipo de investigação, não tem compromisso com o erro e se alguém errou, será responsabilizado em qualquer área. Não é o Governo que erra, não é o Governo que comete irregularidades. Pelo contrário, o Governo é transparente, o Governo investiga e o Governo pune.

Portanto, as CPMIs ocorreram com o apoio da base do Governo e ocorrerão ou continuarão a ocorrer se necessário com o apoio da base do Governo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Jucá [sobreposição de falas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, Presidente, pela ordem, Presidente.

SENADOR ROMEO TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A palavra pela ordem ao Senador Flexa, depois a V.Ex^a.

SENADOR ROMEO TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente, só para acrescentar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero aqui exaltar a inteligência do Senador Romero Jucá. Só que a população brasileira que nos assiste pela TV Senado sabe que V.Ex^a está jogando para a platéia. V.Ex^a diz... Está jogando para a platéia. V.Ex^a diz que assinou, foi o primeiro a subscrever a CPMI dos cartões corporativos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E co-letar assinaturas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordou na CPMI das ONGs. É verdade isso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Muito obrigado, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas pior do que a inverdade, é a meia verdade. V.Exª está usando de meia verdade. Porque V.Exª se antecipou, como antecipou agora aqui junto com a oposição nos requerimentos de convite, mas V.Exª quando chega nos requerimentos de convocação, o Governo blinda e não aprova as convocações ou os convites necessários a esclarecer. Então V.Exª aprova a CPI e durante a CPI cria, da base do Governo, porque tem a maioria, e é o que estava hoje, lamentavelmente, se encerrando, uma farsa na CPMI dos cartões corporativos, porque não foi possível esclarecer nada. E não foi possível esclarecer nada, ao contrário do que V.Exª diz, porque o Governo não permite que se esclareça, blindando as pessoas que são convidadas pela oposição e que não são aceitas pela base do Governo [soa a campainha].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Flexa, V.Exª está sendo indelicado com os membros da CPMI dos cartões corporativos. Eu não faço parte da CPMI dos cartões corporativos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero, V.Exª já teve a oportunidade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Entendo que lá estão pessoas que merecem respeito [soa a campainha] e todos os requerimentos foram discutidos e--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero. Com a palavra a Senadora Ideli. Pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Marconi Perillo, em primeiro lugar eu não sei se deste debate aqui, construtivo, não é, construtivo, desse debate construtivo, talvez a única conclusão que nós poderíamos tirar é de que está sendo necessário nós fazermos uma CPI das CPIs. Mas aí, uma CPI das CPIs do Brasil todo. Porque é interessante determinadas posições e cobranças e exigências, eu estou enjoada de ouvir gente batendo na mesa, aos berros e apitando e etc. e tal, só que aonde governam, aonde governam, aí não tem CPI, sequer, Senador Flexa, sequer para jogar para a platéia. Porque pode ter a platéia que for, é só pegar lá o Estado de São Paulo, tem a platéia que for, lá não se instala uma. Tem mais de 70 lá engavetadas lá na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde o tucanato governa já há 12 anos. Então talvez fosse interessante a gente fazer uma CPI

das CPIs para ver quais são as que funcionam, as que não funcionam, porque é que não funcionam, porque é que não se instalam--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Por que é que não acontecem. Porque eu estou enjoada já, entende, de ouvir determinadas coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por mais boa vontade que a gente tenha. Agora, tem algo, Senador Marconi Perillo, que eu já disse e já declarei: Governa quem ganha eleição. E em segundo lugar, em todo o Parlamento do mundo, que se coloca como democrático, quem tem maioria delibera. Agora, o que eu não entendo é o seguinte, tem uma minoria que quer, mesmo não tendo voto, deliberar sobre a maioria. Isso é a regra básica da... A gente debate, a gente faz acordo... Como fizemos aqui... Poderíamos ter ido...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Poderíamos ter ido para o voto aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, eu peço pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vou só concluir. Estava claro aqui que se nós quiséssemos, inclusive, ficar nos nossos quatro convidados, nós tínhamos voto aqui. Fizemos acordo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, está mudando o eixo da discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Ampliamos, marcamos ais audiências etc. e tal. Agora, o que não dá é pra gente ser acusado, entende, de algo que é a regra da democracia. Quando não há acordo, não há entendimento, tem voto. E quem tem voto, obviamente tem o direito de decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli, eu vou conceder a palavra agora a mais dois Senadores apenas, pela ordem, ao Senador Romeu, ao Senador Demóstenes. Vou encerrar a discussão e vou votar o Requerimento. Os requerimentos. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estamos fugindo do tema da convocação que V.Exª--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exª tem razão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [sobreposição de falas] dois requerimentos. Agora, eu queria que ficasse claro que há uma acusação contra aqueles que produzem as riquezas, que há um costume de sonegação fiscal por empresários brasileiros. Acho que é uma acusação grave que atinge praticamente todos os produtores, aqueles que produzem as riquezas do país. Então, não há uma coisa muito fácil a esse tipo de acusação que vem. Agora, discutir CPI aqui não está dentro do eixo. Acho que nós vamos perder tempo e V.Ex^a poderia colocar logo em votação e liquidar o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou conceder a palavra apenas ao Senador Demóstenes e, ato contínuo, colocar em votação os Requerimentos. Com a palavra o Senador Demóstenes, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É só para fazer duas considerações, Sr. Presidente. Primeiro, para dizer que a regra da democracia, é claro que existe maioria e minoria, mas a regra é decência. Se há uma investigação a ser feita, nós, independentemente de pertencermos a um ou outro bloco, naturalmente que nós temos que proceder a essa investigação. E a segunda consideração, foi em relação à fala do líder do Governo. Acho que ele foi correto. O que ele disse: “O Governo não tem compromisso com o erro.” Se nós apurarmos aqui, eu tenho certeza que o Governo imediatamente demitirá a Ministra Dilma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Encerrada a discussão [soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Governo tem compromisso com o erro? [sobreposição de falas]. Eu que saber se o Governo tem compromisso com o erro ou não [soa a campainha];

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou suspender a Sessão! Eu vou suspender a Reunião! Senador líder, Senador líder. Líderes! Está encerrada a discussão! Está encerrada a discussão!

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero saber se vai ter decência onde vocês não querem investigar. Onde vocês seguram.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está encerrada a discussão. Senadora Ideli, está encerrada a discussão. Coloco em votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago se algum Senador quer encaminhar voto. [sobreposição de falas]. Não havendo

quem queira encaminhar voto, coloco em votação os dois requerimentos, aliás, os três requerimentos, de iniciativa dos líderes, da base de sustentação do Governo e dos líderes da oposição. A Sra. Senadora e Srs. Senadores que aprovam os requerimentos com seus aditivos permaneçam como estão. Aprovado, com o voto contrário do ilustre Senador Edison Lobão Filho.

E gostaria já, gostaria já [sobreposição de falas], já gostaria de deixar marcado aqui, registrado em ata as duas Audiências Públicas. A primeira--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, agora só para saber, nós vamos trabalhar agora ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --A primeira no dia 11 de junho, quarta-feira, e a segunda no dia 18 de junho, também quarta-feira, ambas às 10h00. Portanto, 11 e 18 de junho, quartas-feiras, às 10h00 da manhã. E no dia 12, quinta-feira, presença do Ministro das Cidades.

Coloco em votação o Requerimento de iniciativa [soa a campainha]. Peço silêncio. Nós vamos continuar a Sessão. Senadora Ideli, Senadora Ideli, por favor [soa a campainha] A Sessão continua. A audiência continua. Requerimento de iniciativa dos Senadores Kátia Abreu e Gilberto Goellner: “Requeremos nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento apresentado a essa Comissão solicitando a realização de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos, CAE, e de Agricultura e Reforma Agrária, CRA, para debater a auditoria aprovada pelo Tribunal de Contas da União, para avaliar a situação nos portos marítimos e fluviais em todo país por ineficiência operacional.” Requerimento de iniciativa dos Ilustres Senadores Kátia Abreu e Gilberto Goellner. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Antes de passar a ler aqui um documento sobre a infra-estrutura brasileira, eu passo a palavra pela ordem ao Senador Flexa Ribeiro, que solicitou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo, eu gostaria de ter uma informação de V.Ex^a. Se já foi agendada ou marcada a Audiência Pública para nós tratarmos da questão da implantação de Belo Monte. Essa audiência está sendo aguardada desde o dia 7 de fevereiro de 2007. Ela foi transformada em convocação e eu gostaria que V.Ex^a também hoje determinasse o dia que essa audiência irá ocorrer aqui na Comissão de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Flexa Ribeiro, V.Ex^a tem toda razão, ocorre que houve a substituição da Sra. Ministra do Meio Ambiente, nós ficamos aguardando a substituição, a posse do novo Ministro, pediria a V.Ex^a

que fizesse hoje ainda um aditivo, indicando o nome do novo Ministro para que nós possamos imediatamente enviar os ofícios de convocação. Eu pediria--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria também de adendar a essa audiência, não sei se já está convidado ou convocado, mas eu gostaria de convidar também o Presidente da ELETROBRÁS--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por mim não tem problema.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --Porque a ELETROBRÁS está tratando dessa questão, nós tivemos aquele incidente. O Senador Flexa, não sei se quer convidar também 50 índios caiapós, também para fazer parte da mesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu gostaria que V. Ex^a estivesse presente na audiência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A ELETROBRÁS é importante que participe até para colocar--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jucá, eu gostaria então de pedir, solicitar a V.Ex^{as}. que incluam os dois nomes e nós já vamos expedir os convites--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que dia, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para a próxima quinta-feira, após a semana que vem. Nós vamos deliberar, na próxima quarta, agora a gente delibera o Requerimento aditivo, e aí marco para quinta-feira seguinte. Nós vamos ter na quarta-feira seguinte a segunda audiência e, na outra, a gente já marca essa audiência com as duas Ministras, caso elas possam. Porque na verdade uma convocação as Ministras têm até trinta dias--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas nós já temos trinta dias da convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Flexa Ribeiro, o senhor é um Senador inteligente, sabe do que eu estamos falando. Nós tivemos uma troca de Ministro, portanto nós vamos ter que fazer uma nova convocação. E eu farei com a máxima diligência, que aliás tem pautado esta Comissão de Infra-Estrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas uma recomendação. Usina sem ouvir o Ministério que executa é absurdo. Então, ELETROBRÁS, é o Ministro

de Minas e Energia, só que é o seguinte: se transformarem em convocação de três Ministros, compatibilizar agenda, inclusive acho que é uma coisa que... Posso dizer? O correto, a não ser que queira fazer política, se é para discutir mesmo o andamento da obra que é importantíssima--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da obra não, que a obra não existe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas é porque a obra vai existir, Senador Flexa. A audiência é para que ela efetivamente exista. Então, posso lhe dizer? Se quiser... Se é para ter resultado, se é uma audiência para resultado, o correto mesmo seria o Ministério de Minas e Energia e do Meio Ambiente. Isso é que seria o correto. Estão diretamente ligados na obra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli, há uma convocação já aprovada há muitos meses. Caberá ao Senador--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sei. A gente sabe também porque. Então, sabe, o problema é o seguinte--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, V.Ex^a não sabe porque não. Não, não. Não venha com ilações--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Teve a acusação de jogar para a platéia, mas é isto, não tem outra coisa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse convite foi feito dia 7 de fevereiro de 2007--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sei, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Convidando para tratar de um assunto da maior importância para o Brasil e para o Pará, que é a implantação da usina de Belo Monte. Então não aceito ilações de V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que vai ser executada pelo Ministério de Minas e Energia, o mais adequado...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço à Senadora...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma obra do PAC.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sei que é, mas não é a Gerente do PAC que executa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço aos Senadores que, por favor, mantenham a tranquilidade. Senadora Ideli, obrigado à V.Ex^a pela intervenção. Eu concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, nosso Vice-Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria, Sr. Presidente, só fazer uma ponderação. Eu acho que o importante é a discussão do projeto de Belo Monte. É um projeto fundamental para o país, fundamental para o Pará, o Senador Flexa sempre tem insistido na discussão, aqui na Comissão de Infra-Estrutura, desse projeto, mas eu entendo que nós vamos ter, na minha leitura e pelo que eu conheço do projeto, eu conheço o projeto de Belo Monte da época que ele chamava Cararaô e eram dois projetos, o Senador Romero conhece muito bem também, Cararaô e Babaquara, eram dois projetos que virou um só, chamado Belo Monte. Mudaram até o nome porque Cararaô tinha um problema com os Caiapós. Então, eu acho que para que se tenha uma efetividade no que se refere a essa questão, Presidente, eu acho que seria muito mais eficiente se ouvir e eu concordo com a Senadora Ideli, se ouvir o Ministro de Minas e Energia, se ouvir o Ministro do Meio Ambiente e o Presidente da ELETROBRÁS, que é o homem... que é o maior conhecedor do projeto de Belo Monte, disparadamente, porque ele estudou isso desde a viabilidade do Rio Xingu. Então eu acho que com isso nós teríamos um resultado excelente em termos de Audiência Pública, e esclareceríamos, inclusive, essas dúvidas que pairam em função até do acontecido, recentemente, com o engenheiro da ELETROBRÁS numa Audiência Pública realizada lá em Altamira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Delcídio, o atual Presidente da ELETROBRÁS, Dr. Antonio Muniz foi também, há vinte anos atrás, teve um episódio parecido com esse, não foi tão grave quanto esse, também de uma reação da mesma Índia. A mesma Índia, a Tuíra. Eu concordo também que seja incluído. Eu acho que está no Requerimento o Presidente da ELETROBRÁS, e o Dr. Antonio Muniz é realmente conhecedor profundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa, essa Mesa vai facilitar um pouco a deliberação em relação a esse requerimento. Nós vamos colocá-lo em votação, colocar o aditivo em votação incluindo o novo Ministro de Meio ambiente e o Presidente da ELETROBRÁS. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se estão. Aprovado. V.Ex^a depois se dirija à Dra. Dulcília e apresente formalmente. Nós temos uma pauta aqui de projetos para serem deliberados, mas nós não temos mais quorum, e não temos tampouco os relatores presentes.

Então eu vou encerrar a presente Sessão convocando outra, em caráter extraordinário para a próxima quarta-feira, às 10h00.

Sessão encerrada às 11h12.

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 14ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de junho de 2008, às 10 horas, na sala nº 02, da Ala Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e oito, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Shessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Gim Argello, João Durval, Fátima Cleide, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Lobão Filho, Neuto de Conto, Pedro Simon, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati.** Presentes também, os Senhores Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, Álvaro Dias, Antônio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Paulo Paim, Papaléo Paes, Senadoras Marisa Serrano e Kátia Abreu, Deputados Otávio Leite, Gladson Cameli, Onyx Lorenzoni e Vanderlei Macris e a Deputada Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura dos seguintes documentos: Ofício nº 08/2008-GAB, datado de 05 de junho de 2008, firmado pelo Senhor Luiz Roberto Ayoub, Juiz de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, esclarecendo que em razão de compromissos profissionais é inviável a sua participação na Audiência Pública; Ofício nº 111/08, datado de 10 de junho de 2008, firmado pelo Senhor Manoel Felipe Rego Brandão, lamentando o não comparecimento na Audiência Pública, devido compromissos profissionais. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para ouvir os Senhores Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro; Denise Abreu, ex-Diretora da Anac; Milton Zuanazzi, ex-Presidente da Anac; Leur Antônio Britto Lomanto, ex-Diretor da Anac; Jorge Luiz Brito Velozo, ex-Diretor da Anac; Manoel

Felipe Brandão, ex-Procurador da Fazenda Nacional e João Ilídio de Lima Filho, ex-Procurador-Geral da Anac, a fim de prestarem esclarecimentos sobre denúncias veiculadas amplamente pela imprensa nacional relativas ao processo de compra e venda da Varig e Variglog, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 23, 24 e 26 de 2008 – CI, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e dos Senadores Romero Jucá e Demóstenes Torres. A Presidência com a concordância do plenário decide ouvir individualmente a Senhora Denise Abreu e, em seguida, os demais convidados. A seguir, o senhor Presidente convida a senhora Denise Abreu para tomar assento à mesa, concedendo-lhe a palavra para suas considerações iniciais. Fazem uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para questionar à senhora Denise Abreu, os Senadores Romero Jucá, Arthur Virgílio, Ideli Salvatti, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Wellington Salgado, Álvaro Dias, Heráclito Fortes, José Agripino Maia, Gilberto Goellner, Aloísio Mercadante, Tasso Jereissati, Renato Casagrande, Pedro Simon e Eduardo Suplicy. Após a oitiva da Sra. Denise, a Secretária da Comissão recebe das mãos da convidada a documentação relativa à venda e compra da Empresa VARIG. Prosseguindo, a Presidência convida os Senhores Milton Zuanazzi, Leur Lomanto e João Ilídio de Lima Filho para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo a palavra ao Sr. Milton Zuanazzi e, em seguida, aos demais convidados. Fazem uso da palavra para interpellar aos convidados os Senhores e Senhoras Senadora Ideli Salvatti, Demóstenes Torres, Romero Jucá, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Inácio Arruda. Assumem a Presidência no decorrer dos Trabalhos os Senadores Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às vinte e duas horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marconi Perillo

Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, de-

claro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente sobre a Mesa que passo a lê-los. De iniciativa do Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz de Direito, da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, acusa recebimento do convite para comparecer à Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, esclarece que: “Em razão de compromissos profissionais, é inviável a participação na Audiência Pública que objetiva esclarecimentos sobre denúncias veiculadas pela imprensa sobre o processo de compra e venda da VARIG e VARIG LOG. A título de contribuição, reitero os dizeres contidos nas razões para justificar o convite esclarecendo que nada tenho a contribuir em relação à afirmadas pressões senão aquilo que foi veiculado pela imprensa de todo o país. É certo, outrossim, que todas as decisões tomadas no processo de recuperação judicial da VARIG S/A e outras são públicas e ali constam minhas razões de decidir de forma que minha presença em nada contribuirá para a elucidação dos fatos. Acrescento que a Agência Nacional de Aviação Civil, nos termos da lei, aprovou a transferência do controle acionário da VARIG Logística para a Volo do Brasil S/A. Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz de Direito”.

Há outro expediente de iniciativa do Sr. Manoel Felipe Rego Brandão. Ele também acusa recebimento do convite através do Ofício nº 111/2008 e informa que: “Lamentavelmente, compromissos profissionais impede-me de atender ao honroso convite e razão pela qual apresento minhas desculpas colocando-me à disposição de V.Exª para uma outra oportunidade. Antecipo que, todavia, é informar que tendo em vista que o convite tem por base requerimento da Comissão de Infra-Estrutura de autoria do Senador Demóstenes e outros solicitando esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG, que não detenho qualquer informação a respeito dessas denúncias. Minha participação no referido caso, na condição de Procurador-Geral da Fazenda Nacional, restringiu-se exclusivamente à discussão sobre a existência ou não de sucessão tributária das dívidas da VARIG em caso de venda da referida empresa”. Portanto, há duas justificativas de ausências de duas personalidades convidadas, o Juiz de Direito e o ex-Procurador.

A presente reunião de Audiência Pública destina-se a ouvir os convidados aqui presentes que irão

prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas amplamente pela imprensa nacional relativos ao processo de compra e venda da VARIG e VARIG LOG em atendimento aos Requerimentos nº 23, nº 24 e nº 26/2008 de autoria da Senadora Ideli Salvatti, Senador Romero Jucá, Senador Demóstenes Torres, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino dentre outros e convidam respectivamente a Sr^a Denise Abreu... [soa a campanha] Peço silêncio, por favor. Denise Abreu, ex-Diretora da ANAC; Milton Zuanazzi, ex-Presidente da ANAC; Leur Lomanto, ex-Diretor da ANAC; Jorge Luiz Veloso, ex-Diretor da ANAC; João Ilídio de Lima Filho, ex-Procurador-Geral da ANAC. Na verdade, haviam dois outros convidados que já justificaram suas ausências.

Ao recebermos os convidados de hoje nessa Comissão de Infra-Estrutura, queremos estar cumprindo o dever cívico de fazer valer as atribuições a nós conferidas pelo Regimento Interno do Senado Federal e pela Constituição da República Federativa do Brasil. É fundamental notar que o episódio da venda da VARIG se insere num leque de assuntos examinados ao longo do último ano, sobretudo, porque nós todos, membros titulares e suplentes desta Comissão, temos demonstrado extrema preocupação em relação a todos os assuntos pertinentes à infra-estrutura e a logística no Brasil, especialmente, neste último ano os assuntos pertinentes à área de infra-estrutura aeroportuária.

Lamentavelmente tivemos que discutir aqui a morte de dezenas de pessoas em dois acidentes que se sucederam na condição de maior catástrofe da aviação brasileira: o primeiro e até hoje incompreensível colisão entre o *Boeing* da Gol e o jatinho *Legacy* em céus da Amazônia e depois o choque do *Airbus* da TAM em São Paulo.

No contexto dos dois acidentes, examinadas as denúncias quanto às obras realizadas no sistema aeroportuário brasileiro tanto os aeroportos quanto nas diversas pistas de aterrissagem com depoimento de diversas autoridades e inclusive do Ministro Jobim.

Portanto, ao recebermos os convidados de hoje, seguimos tão somente na esteira de tornar público um dos mais relevantes temas atinentes e de responsabilidade da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, ou seja, a situação das companhias aéreas, a situação no sistema aeroportuário brasileiro e em particular, agora, as denúncias que envolvem a venda da VARIG e VARIG LOG. Cumprimos, portanto, nosso dever cívico enquanto Senadores porque estamos prestando satisfação e informações relevantes à sociedade brasileira.

Com o intuito de dar mais dinâmica e efetividade aos trabalhos, vamos iniciar, portanto, esta Audiência

Pública convidando individualmente a cada um dos... Das personalidades elencadas nos requerimentos aprovados na última semana. E eu inicio convidando para compor a Mesa a Dr^a Denise Abreu, ex-Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em tempo, uma informação sobre o Dr. José Luiz Brito Veloso, ex-Diretor da ANAC... Por mais que a nossa assessoria tenha procurado localizá-lo... A nossa Secretária, que é eficiente auxiliar dessa Comissão, ligou para seus familiares todos, mas, infelizmente, não foi possível contactar via telefone ou via ofício o Dr. José Luiz Brito Veloso, e muito menos ele enviou qualquer justificativa a essa Comissão. Por essa razão, ele também não comparecerá.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, tem lugar na Mesa para tanto documento aí? Não é melhor pedir à assessoria uma Mesa paralela não, Presidente? Senão vai tapar a frente. Muito melhor uma Mesa paralela, Sr. Presidente. [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campanha] Eu indago aos autores dos requerimentos se desejam fazer alguma consideração preliminarmente... Senadores Romero Jucá, Ideli Salvatti, Demóstenes Torres pelo DEM, Arthur Virgílio pelo PSDB. Com a palavra o Senador Romero Jucá, líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Vou aguardar a exposição e posteriormente nós faremos as nossas colocações.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Da mesma forma, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado. Senador Demóstenes Torres, deseja...? Senador Arthur Virgílio pelo PSDB? Então, eu concedo [interrupção no áudio] Eu concedo a palavra a Sr^a Denise Abreu pelo tempo de uma hora para que ela possa fazer a sua exposição.

SRA. DENISE ABREU: Bom dia, Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Senador Marconi Perillo; bom dia Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, Srs. Deputados e Deputadas que aqui estiverem presentes; bom dia a toda a imprensa brasileira.

Eu fui convidada para comparecer a esta Casa com o objetivo de prestar esclarecimentos em relação às entrevistas e matérias veiculadas na imprensa nacional ao longo dessa semana.

Muito se especulou sobre as razões que me levaram a quebrar o meu silêncio... Questionavam os analistas: Por razões políticas? Razões pessoais? Razões

empresariais? Bem, estou aqui também para prestar estes esclarecimentos e dissipar quaisquer dúvidas, mesmo sabendo que todas as respostas poderiam ser encontradas em Eclesiastes III – “Vi mais debaixo do sol que no lugar do juízo havia impiedade e no lugar da justiça havia iniquidade”. E eu disse no meu coração: “Deus julgará o justo e o ímpio, porque há um tempo para todo o propósito e para toda a obra”.

Gostaria de lembrar a todos que o aprofundamento das questões nebulosas que envolvem o caso VARIG LOG vem sendo trabalhado pela imprensa há muito tempo. Há que se destacar, contudo, um nítido divisor de águas que possibilitou a cobertura do caso de forma mais transparente, facilitando a compreensão do assunto. Inúmeras matérias foram divulgadas ao longo de 2006. Trouxe algumas delas, mas veiculadas de forma não sistematizada.

Com a discussão travada entre os sócios brasileiros e o representante do capital estrangeiro na 17ª Vara da Justiça Paulista, revelações importantíssimas foram pouco a pouco feitas. Não queria me transformar numa mera denunciante das mazelas que permeiam este processo. Tomei conhecimento do embate travado entre os sócios brasileiros e o estrangeiro pela própria imprensa nacional. Tomei conhecimento de que um dos sócios brasileiros, Marcos Haftel, havia inclusive levado a notícia a uma Delegacia de São Paulo para a preservação de seus direitos em virtude de ameaças, segundo suas declarações e segundo um *link* que aparecia no *blog* do Cláudio Humberto com o próprio Boletim de Ocorrência dando conta de ameaças da Srª Valeska Teixeira, filha de Roberto Teixeira.

Em outro veículo da imprensa brasileira, além daquele, *O Estado de São Paulo*, em que dei a entrevista, fui acompanhando matérias de jornalista de Cláudio Magnavita, que fazia a cobertura do caso e todos os dias trazia alguma nova informação. *O Estado de São Paulo* trouxe revelações importantes de decisões judiciais emanadas por um magistrado paulistano. Renunciei ao cargo de diretora da ANAC, mas não renunciei ao direito de acompanhar as matérias sobre o setor aéreo. Refleti sobre todas elas, não como uma leitura comum, mas como uma testemunha que vivenciou a maior crise da aviação civil brasileira.

No período em que integramos, eu e meus três colegas, Leur Lomanto, Jorge Veloso, Josef Barat, sob a Presidência de Milton Zuanazzi, a Agência Nacional de Aviação Civil tivemos que conciliar a regulação do setor e do mercado com a administração de uma, repito, enorme crise do setor que foi batizada de “caos aéreo”. Contudo, não bastasse o caos aéreo, enfrentávamos um outro tipo de caos... Minha renúncia ao cargo de diretora da ANAC foi resultado do reconhecimento da

absoluta falta de estrutura e independência de uma Agência Reguladora, instituída em 2005 e implantada em 20 de março de 2006. Foi um basta às inúmeras calúnias que se prestavam a esconder as verdadeiras razões de toda a crise aérea nacional.

É possível que não tivesse tão preparada para assumir a função da Diretoria da ANAC como se esperava, mas durante o período em que lá estive dediquei pelo menos 12 ou 14 horas diárias de trabalho no intuito de minimizar o impacto da crise aérea sobre o mercado e os passageiros usuários da aviação civil brasileira. Permaneci no cargo apenas um ano e cinco meses, um curto espaço de tempo, para que a acomodação do setor pudesse se dar frente a tantas crises.

Refuto desde logo toda e qualquer tentativa de reavivar o período crítico em que fui transformada em culpada de todos os acontecimentos trágicos ocorridos no setor aéreo. Fui sim transformada em bode expiatório para blindar problemas gravíssimos que existiam no sistema. Não queiramos culpar a imprensa agora, ela não cria matérias, apenas traz informações ao público brasileiro leitor e que assiste também a mídia nacional das informações que colhe dentro da Administração Pública, das empresas aéreas, da ANAC e de todo o setor.

Demorei a compreender as verdadeiras razões que levaram o Governo a arquitetar a renúncia de todos os diretores. Primeiro tentaram me convencer que era uma trama da Aeronáutica... Eu tinha absoluta certeza de que isto não era verdade. Tinha e sempre tive um relacionamento muito respeitoso e este sim qualificado com o comando da Aeronáutica. E aqui não posso deixar de reverenciar o trabalho do Comandante Juniti Saito, que de forma serena, equilibrada, disciplinada e decisiva contornou os problemas afetos ao controle do espaço aéreo brasileiro. O faço publicamente porque a Nação Brasileira precisa e merece saber que a FAB, de forma discreta e com pleno conhecimento de causa, foi sim a responsável por resolver todos os problemas dos grandes atrasos de vôos no mês de junho de 2006.

Lembro-me do dia que um menino de nove anos de idade, filho de uma funcionária da ANAC do Rio de Janeiro, me perguntou se eu conhecia o Juniti Saito. Fiquei surpresa por aquela criança tão pequena reverenciar o Comandante, porque para ele e seus colegas ele havia se transformado num super-herói. A partir daí tentamos, nós, colegas de Diretoria, entender como aquela criança de tenra idade conseguia refletir sobre a complexidade daquela matéria que muitas vezes resto da população tinha dificuldade de compreender. Tentaram justificar o massacre de minha imagem também com o interesse do novo Ministro da

Defesa, recém empossado, em fazer a troca de toda a Diretoria da ANAC.

Eu nunca trabalhei com o Ministro Nelson Jobim. Evidentemente, em algum momento, eu cheguei a ter dúvida sobre isso. Hoje, tenho certeza absoluta de que foi mais uma desculpa para todo o massacre arquitetado.

Com essas explicações tudo estaria circunscrito ao Ministério da Defesa e publicamente declaro: “Jamais deixei de acreditar que outros interesses se escondiam por trás dessas duas desculpas apresentadas a mim”. Passei por um processo de recuperação emocional, física e espiritual sim. Gestei nove meses a decisão de falar... Observei os fatos, li todas as matérias sobre o setor e me preparei para trazer à tona as informações sobre o caso VARIG LOG. Neste período acompanhei de perto a fragilização da saúde de meus pais.

Os brasileiros de meia-idade, que acompanham o futebol, sabem quem foi meu pai. Ex-árbitro de futebol que, dentro e fora do campo, jamais deixou de marcar suas posições com clareza, coragem, dignidade, reverência e personalidade marcante - herdei tudo isso de meu pai. Fui gerada e criada por este homem que sempre exerceu forte influência em minha vida. Não poderei permanecer em silêncio e ficar devendo a ele a quem eternamente serei grata pelo amor, apoio, formação cultural, que tanto sofreu neste período.

Sou irmã também de um outro homem admirável, de extrema capacidade intelectual e que sempre teve sucesso notório na vida estudantil e em sua vida profissional. Fala cinco línguas com fluência e, infelizmente, não posso desfrutar de seu convívio porque não reside neste país há mais de sete anos, quando saiu daqui para fixar residência na Suíça por ser casado com uma cidadã suíça, em virtude do seqüestro de sua esposa e suas duas filhas aos dois anos e meio de idade e cinco anos, que permaneceram cinco dias no cativeiro da Favela do Pantanal.

Devo também a minha decisão de falar a uma satisfação ao que disseram sobre o meu irmão. Calada eu me sentiria eternamente culpada por deixar resvelar a honra de homem tão digno. Tenho outros dois homens ímpares na minha vida... São meus dois amadíssimos filhos que sofridamente e, com conseqüências da exposição que sua mãe sofreu, dolorosamente tiveram que aprender que muitas vezes o silêncio também é um ato de coragem.

Resumidamente, me preparei para falar no momento em que todos eles e minha adorada mãezinha, esta sim, cheia de doçura e fragilidade, pudesse agüentar um novo momento de exposição e, talvez, embate se a matéria técnica for transformada em política. Por essas razões, esperei nove meses.

Existia também uma especulação acerca da minha ida ao Senador Sérgio Guerra, Senador Tasso Jereissati para tratar do dossiê falso que fizeram contra mim datado de 17 de agosto de 2007, coincidentemente o mesmo dia em que eu estaria depondo pela primeira vez na CPI do Senado. É preciso deixar claro... Que eu sempre estive decidida a falar sobre o tumulto do caso VARIG LOG. Procurei sim... Procurei sim o Senador Sérgio Guerra, procurei sim o Senador Tasso Jereissati para relatar as minhas preocupações com as perseguições que ainda vivia após a minha renúncia ao cargo de Diretora da ANAC.

Contei a eles que em novembro de 2007, dois meses e meio após a minha renúncia, foi remetida à casa de minha mãe em São Paulo cópia de um dossiê, elaborado, como já disse, em 17 de agosto de 2007, envolvendo o meu nome, do meu colega Coronel Velloso e de Anchieta Hércias do SNEA. E que este dossiê era falso, relatava a existência de contas bancárias no Uruguai com remessa de dinheiro a Luxemburgo e expedição de dois cartões de créditos, sendo um do banco uruguaio e outro de bandeira brasileira. Jamais tive estas contas e tampouco estes cartões.

O mais curioso é que este dossiê falso apenas trouxe movimentações fictícias tanto em relação às contas bancárias e os cartões de créditos no período de agosto a novembro de 2006. Como todos... Os meus amigos, com quem conversei muito sobre o assunto, meus familiares, Senadores, todos sem exceção me perguntavam: “O que você se lembra de ocorrer nesse período de agosto de 2006 a novembro de 2006 que pudesse gerar interesses na sua renúncia ou para macular a sua imagem?”. Daí sim... A partir desta pergunta eu contei brevemente sobre o caso VARIG LOG e, talvez, pela minha ansiedade ou pela própria confusão do assunto apenas fui aconselhada a procurar o meu advogado e falar na imprensa.

Não deixo de revelar a minha decepção naquele momento. Que a esta altura a imprensa já também procurava minha assessoria de imprensa para que eu me manifestasse quanto ao dossiê falso que nós havíamos remetido a toda a imprensa nacional em novembro de 2006. Talvez, se em novembro de 2006 o interesse pelo tema do dossiê tivesse sido tão intenso quanto agora, eu já tivesse falado em novembro de 2006. Faço esta introdução em respeito à imprensa, uma vez que todos os esclarecimentos que acabei de fazê-los, sem exceção, são direitos de qualquer cidadão quando se vive numa democracia.

Volto ao tema da coerência entre a conduta e o pensamento... Se pensamos e bradamos pela democracia, devemos agir respeitando todos os princípios e direitos democráticos... E com a mesma coerência

vou resumir o tumultuado processo da VARIG LOG ressaltando que, como cidadã comum, jamais fui filiada a qualquer partido político e tenho, tive e sempre terei o direito de dialogar com Senadores, Deputados, a imprensa e qualquer cidadão acerca de qualquer tema que envolva a minha vida.

Passarei ao caso VARIG LOG... Vou fazer um breve relato uma vez que os Srs. Senadores devem ter inúmeras perguntas e estou aqui à disposição de todos vocês para respondê-las.

Nós assumimos a ANAC em 20 de março de 2006. Diga-se de passagem, após também um momento difícil na marcação da data da posse, que foi agendada por três vezes, desmarcada por três vezes, uma vez que tinha que se elaborar um decreto de regulamentação da legislação, e a legislação previa a independência total da Agência e manutenção da outorga das linhas aéreas por parte da Agência Reguladora e dos contratos de concessão também.

Havia muita dúvida dentro do Governo se deveria ser mantido no decreto exatamente o que o dispositivo legal determinava ou se havia alguma outra forma de corrigir, então, segundo o entendimento governamental, algumas questões que pretendia-se, então, corrigir mediante o decreto. Eu fiz parte desse grupo de trabalho... Participei intensamente das discussões e da tentativa de alteração da legislação.

O decreto enfim saiu... Nós fomos empossados no dia 20 de março, não tínhamos prédio para trabalhar, orçamento destinado à própria Agência Reguladora e deveríamos então utilizar os orçamentos que estavam no antigo DAC. Não tínhamos carro, andávamos de Kombi. Não éramos tratados como Autoridades, éramos técnicos... Apenas técnicos como se tivéssemos que assessorar decisões o que nos colocava numa posição fragilizada naquele momento em que éramos recém empossados.

Rapidamente, no mês de abril, eu tenho matérias jornalísticas que podem demonstrar a minha explanação, exatamente datadas de abril, nós fomos chamados à Casa Civil para recebermos um anúncio de que o problema da VARIG havia se agravado sobremaneira e que o mercado deveria solucionar o problema, o que significaria a quebra da empresa. Esta sempre foi a posição enquanto eu trabalhei num grupo na Casa Civil, na gestão do Ministro José Dirceu, eu e mais 20 funcionários do Governo Federal - eu não era a única deste grupo - e havia recebido uma designação para a elaboração, naquela época de 2003, 2004, 2005, de uma Medida Provisória que pudesse, então, solucionar o problema da VARIG mediante a liquidação extrajudicial da empresa, porque a Lei de Recuperação Judicial não havia sido aprovada ainda.

De qualquer sorte... No mês de abril, agora voltando, então, já para 2006 e para a Diretoria da ANAC... Quando fomos chamados a esta reunião na Casa Civil pela Ministra Dilma, onde estava presente a Dr^a Erenice Guerra também, nos foi dito que a VARIG iria, então, quebrar e esta efetivamente era a situação mercadológica, afinal de contas existia uma dívida de sete bilhões e o Governo não estava disposto a fazer o encontro de contas. Essa discussão já era longa e conhecidíssima dentro do Governo e tem, inclusive, pareceres da subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil sobre a matéria... Nós dialogando recebemos a orientação de elaborarmos no mês de abril de 2006 um plano de contingência para garantir o atendimento dos passageiros que ficariam desassistidos com a quebra da VARIG... Afinal de contas era uma empresa que, naquele momento, detinha aproximadamente ainda 53 aeronaves, o que significa uma quantidade imensa de passagens vendidas e esses passageiros teriam que ser transportados pelas congêneres. Que congêneres seriam essas? Evidentemente, só podem cruzar o Atlântico para a Europa quem tem equipamento compatível com o voo de longo curso. E naquele momento, no Brasil, quem tinha o equipamento compatível com o voo de longo curso era a TAM.

Com relação à América do Sul, a Gol realiza vários voos na América do Sul, porque ela precisa de uma parada, ela não tem combustível suficiente para atravessar o Atlântico e, portanto, os voos da América do Sul deveriam ser destinados à Gol. As demais empresas tinham um *marketing cher(F)* muito pequeno dentro do mercado. De qualquer maneira nós ponderamos que nos voos nacionais deveria haver um rateio das linhas nacionais compatível com o *marketing cher(F)* de cada empresa. E esta era a definição daquela reunião, por sinal com muita coerência, e não vejo nenhum problema e não entendo o porquê de tanta resistência de assumir que essa reunião existiu sim, e nós recebemos a determinação de elaborarmos esse plano de contingência. Era uma cautela governamental para que os passageiros não ficassem desassistidos. Isso aconteceu no mês de abril. As matérias jornalísticas depois a gente mostra, conforme forem perguntando e eu vou disponibilizar toda a documentação para o Senado Federal.

Nesta reunião, então, foi designado o Coronel Veloso e a mim, pelo Presidente Milton Zuanazzi, para elaborarmos o plano de contingência. E a partir daí começou um grande boato de que eu e Coronel Veloso, então, estávamos rateando as linhas para a TAM e para Gol, quando recebemos ordem governamental, por coerência não teria outra alternativa, inclusive, para

que o fizéssemos dessa maneira. Isso nos incomodava, mas cabia dar continuidade ao nosso trabalho.

Passado menos de 20 dias, novamente, fomos chamados à Casa Civil e ouvimos da Ministra Dilma que nós estávamos então fazendo “*lobby*” para a TAM e para Gol, porque elaborávamos um plano de contingência. Os senhores, evidentemente, já conhecem o mínimo da minha posição... Quer seja pelos depoimentos das CPIs, quer seja pelas declarações à mídia, quer seja por estar aqui para atender ao convite dos senhores, eu não ouviria uma declaração de que eu faço *lobby* sem contestar. Quem disse isto a última vez, eu fui obrigado a entrar com uma ação de calúnia e houve uma retratação. Eu não ficaria calada... Então, eu contestei dizendo que nós havíamos recebido uma ordem governamental -dela própria - para que nós pudéssemos então elaborarmos esse plano de contingência. É coerente essa ordem governamental... Não deveria ser questionado, não teria outra alternativa naquele momento de mercado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. DENISE ABREU: Nas duas reuniões. A Ministra Dilma, então, disse que tinha documentos e representações que davam conta desta divisão da ANAC. Então... Eu me lembro perfeitamente como se fora hoje, eu e o Coronel Veloso estaríamos fazendo *lobby* da TAM, e o Milton Zuanazzi e o Diretor Lomanto o *lobby* da Gol. Evidente que todos ficaram absolutamente estarecidos com aquela informação e que havia uma representação. Até então... Nós realmente não conseguimos entender o porquê da mudança de decisão governamental e teria sido muito mais fácil se, de forma transparente, nos fosse dito que estava sendo encontrada uma outra alternativa para a VARIG. Que a VARIG poderia, então, em razão da Lei de Recuperação Judicial, ser levada a leilão e que estava buscando outros partícipes aí que tivessem interesse na aquisição da empresa uma vez que a TAM e a Gol se diziam desinteressadas porque foram consultar um escritório de advocacia à época, que declarou que haveria sucessão tributária e trabalhista, e quem adquirisse então essa unidade produtiva acabaria recebendo junto com a unidade produtiva uma dívida de sete bilhões, estavam falando de mercado da iniciativa privada.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A senhora disse, foram chamados a senhora e quem mais, por favor?

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Senador Demóstenes, eu peço a gentileza de aguardar... Eu peço

a gentileza de V.Ex^a de aguardar o final do depoimento. Asseguro a palavra a Sr^a Denise.

SRA. DENISE ABREU: Muito bem... Paralelamente a essa questão do plano de contingência, eu também havia sido designada para ser a Relatora do caso VARIG em geral. Até por conta de eu ter trabalhado no grupo de trabalho instituído pela Casa Civil nos anos de 2004 e 2005. Eu tenho aqui as Atas de reunião de Diretoria também que me designaram para essas funções, aprovadas por todo o colegiado.

A partir dessa designação... Eu comecei a me debruçar sobre o processo da autorização de funcionamento jurídico, que é posterior, porque vinha então uma questão de transferência acionária da VARIG LOG para a Volo do Brasil. Então, isso é um processo que corre em paralelo à decisão da elaboração de um plano de contingência. Verificando o processo, eu pude observar que o DAC havia expedido não uma autorização de funcionamento jurídico, como tentam dizer os advogados da VARIG LOG. O despacho do Brigadeiro Godinho se atinha a uma consulta prévia formulada ao DAC e nessa consulta prévia toda a documentação não é apresentada e, mais do que isso, o DAC não era uma Agência Reguladora, não tinha a obrigação funcional de fazer o aprofundamento da análise da matéria tal qual uma Agência Reguladora tem a missão.

Por esta razão e até porque o administrador público pode rever seu próprio ato a qualquer tempo e a atividade administrativa tem continuidade independentemente do governante ou da Autoridade que esteja naquele momento gerenciando aquele órgão público, eu revi a matéria e fiz exigências baseadas na Lei de Licitação, na Lei de Concessão de Serviços Públicos e agreguei mais três exigências àquelas contidas na Legislação Nacional que regula os contratos administrativos. Quais eram essas exigências que eu agreguei?

Eu solicitei, então, que a empresa apresentasse à ANAC o Imposto de Renda dos sócios brasileiros para que nós pudéssemos contrastar se aquele aporte financeiro de 78 milhões era compatível com o Imposto de Renda de cada uma das pessoas físicas que, então, aportavam recurso na empresa.

A segunda exigência era: Por onde entrou o capital estrangeiro que se afirma estar dentro do limite de 20% imposto pelo Código Brasileiro da Aeronáutica? Essa exigência, então, a empresa deveria demonstrar através da entrada regular no país do dinheiro pelo Banco Central. Nada mais natural que nós tivéssemos essa documentação em mão.

E a terceira exigência era da apresentação de um eventual contrato de mútuo entre os sócios brasileiros e estrangeiros, contrato este que sempre foi negado e

ontem eu vi na imprensa, inclusive, que está... Alguns dos veículos... Acho que foi no G1? *O Globo*? Tem inclusive esse contrato de mútuo em que se negava a existência dele.

Vocês não de perguntar: Mas como é que a senhora imaginava que existia um contrato de mútuo? Porque nós tínhamos paralelamente um terceiro processo, que era uma denúncia do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas de que o aporte do capital estrangeiro era muito maior do que o limite autorizado na Legislação Nacional vigente, que é o Código Brasileiro de Aeronáutica, até que haja uma nova legislação regulando, então, uma Lei Geral de Aviação Civil Brasileira. Eu não podia deixar de fazer essas exigências tendo uma denúncia advinda de um sindicato que congrega todas as empresas aéreas.

Expedi um Ofício de nº 58, remeti à empresa, oficialmente. Na seqüência, ao relatar a meus colegas, que havia então tomado esta providência, eles pediram que fosse colocada na Diretoria Colegiada para que o próprio Colegiado, então, referendasse o ofício que eu havia expedido. Para tanto, foi solicitado um parecer do Procurador-Geral da ANAC, João Ilídio, à época, que se manifestou dizendo que estava correta sim a exigência tanto dos impostos de renda quanto da origem de capital, tendo em vista a denúncia que havia sido apresentada pelo SNEA.

Lembrem-se, esse parecer do Procurador-Geral da ANAC, João Ilídio, é datado de abril de 2006. O Colegiado aprovou o ofício que eu já havia expedido também em abril de 2006. Cabia ao Presidente da ANAC, naquele momento, então, oficial ao Banco Central e à Receita Federal para obter as informações que necessitávamos. De qualquer sorte, em aprovação de Colegiado, isso se tornou público e na seqüência nós tivemos uma outra reunião na Casa Civil com a Ministra Dilma e a Erenice Guerra onde eu fui indagada, expressamente, sobre as razões que me levavam, então, a agregar essas três exigências que não eram explicitadas na lei.

Quem trabalha com Direito sabe perfeitamente que a lei tem que ser interpretada. Não há como verificar o limite de capital estrangeiro aportado numa empresa aérea e definido em Legislação Nacional, que é o Código Brasileiro da Aeronáutica, sem apurar a entrada do capital... É impossível. Então, por interpretação da legislação as medidas administrativas que teriam que ser adotadas só poderiam ser essas para que eu soubesse se efetivamente a legislação estava ou não sendo burlada.

Eu respondi exatamente o que estou dizendo para vocês... Com mais detalhes. As reuniões elas eram bastante demoradas... Nós éramos muito ques-

tionados sobre todos os passos técnicos e jurídicos que adotávamos, às vezes até teve uma reunião longa de nove horas, chegou a ser uma sabatina e... Em razão disso eu ouvi que havia uma representação de fato e concreta contra mim no Ministério da Defesa. Eu fiquei espantada. Porque afinal de contas se não tinha problema na origem de capital, se os sócios brasileiros tinham Imposto de Renda compatível com o aporte financeiro, por que tanta dificuldade de apresentar essa documentação? Por que tantos embates judiciais? Isso não acontecia com as outras empresas. Eu tenho aqui, também trouxe, a demonstração do que ocorreu com a BRA, num caso idêntico a esse. Onde nós fizemos essas exigências, onde tudo foi apresentado e não havia nenhum tipo de contestação, né?

Então... Nessa reunião me foi dito que eu estava extrapolando, porque a lei não era clara e que efetivamente o Imposto de Renda no país nem sempre era compatível com a capacidade financeira de cada pessoa física, nem sempre demonstrava o que efetivamente um determinado cidadão tinha em sua capacidade financeira pessoal. E que o Banco Central também não precisava expedir essa entrada de dinheiro oficial uma vez que podia existir um contrato de gaveta que solucionasse o problema. Falei: “Opa, eu tenho uma representação do SNEA que dá conta de um contrato de gaveta”. E reaparece a palavra “contrato de gaveta” nessa reunião. Então, alguma informação existe e eu não detenho.

Nós da ANAC - eu não vou personalizar não - todos os meus colegas Diretores não tínhamos o aparato investigativo necessário para podermos alcançar essas informações. O máximo que nós podíamos fazer era solicitar parecer da Procuradoria-Geral, expedir ofícios e aguardar respostas. Muito bem. E que então não era mais para fazer plano de contingência, nós voltamos para a ANAC e esse plano de contingência nós resolvemos fechá-lo independentemente da decisão de Governo, porque nós não sabíamos o que ia acontecer. Ora a imprensa dizia que a VARIG ia quebrar, ora a empresa noticiava que o juiz do Rio de Janeiro ia, então, adiantar o leilão e que tinham vários interessados na empresa. Nós nunca tivemos reunião com o mercado para saber se isso era verdadeiro ou não e nós tínhamos que estar preparados para uma eventual necessidade de transportar os passageiros.

Bem... Demos continuidade aos nossos trabalhos e... Em meio a muito tumulto fomos transferidos para o Ministério da Defesa para que, então, pudéssemos dar continuidade às reuniões com as empresas aéreas uma vez que não se faz um plano de contingência sem combinar com as empresas, porque nós estamos em uma liberdade de mercado em que a ANAC não po-

dia impor a nenhuma empresa que deveria voar para determinado destino porque uma outra congênere ia quebrar. Isso era impraticável, isso tinha que ser dialogado e também se havia o interesse das empresas em absorverem essas rotas.

Então, nós demos continuidade nos trabalhos lá no Ministério da Defesa e nesta reunião, numa sexta-feira, dia 23 de junho, nós Diretores, eu, meu colega Leur, meu colega Veloso, o Milton Zuanazzi chegamos no Ministério da Defesa e, segundo a lei, quem convoca uma reunião de Diretoria, as reuniões ocorriam na terça-feira, todas as terças-feiras regularmente. Nessa sexta-feira... Mas podia ser chamada uma reunião extraordinária... Quem é que pode chamar uma reunião extraordinária? Ou o Presidente da Agência ou três Diretores. Bom... Nós três Diretores não tínhamos nenhum interesse em fazer nenhum chamamento de reunião extraordinária, não tinha nenhuma pauta específica para isso. Mas o Presidente Milton Zuanazzi, de acordo com a lei, é um direito legal que ele fez, convocou, então, uma reunião de Diretoria, porque, naquele dia, deveria ser votado o caso VARIG.

Eu ponderei que eu não podia votar... Pedi para o Secretário-Geral da ANAC elaborar uma petição minha a ser protocolado junto à Presidência, porque se havia uma representação contra mim no Ministério da Defesa, segundo a Lei de Processo Administrativo, eu estava impedida de votar, porque eu era suspeita. Imediatamente, me apareceu um protocolo - eu tenho o documento, inclusive do protocolo, da representação, do protocolo, está tudo aqui. Aparece um protocolo, então, retirando a representação interposta pelo Roberto Teixeira em seu escritório contra mim no Ministério da Defesa. Ocorre que essa representação corria em paralelo com o mandado de segurança interposto na Justiça Federal que debatia as exigências do ofício que eu havia expedido.

Por que é que foi interposto esse Mandado de Segurança? Porque um determinado dia no Rio de Janeiro nós tínhamos ido para lá para realizar uma reunião de Diretoria e poder ter também uma interface maior com a quantidade de servidores que trabalhavam no Rio de Janeiro, a massa técnica na ANAC estava e ainda está no Rio de Janeiro, evidentemente a Diretoria não podia se afastar dos técnicos e tomar decisões, absolutamente, distanciadas da área técnica, dos pareceres técnicos, nós fomos para o Rio de Janeiro e eu trabalhando na minha sala, nós tínhamos um gabinete, cada um tinha um gabinete lá... Eu sou chamada pelo Superintendente de serviços aéreos me informando que uma advogada, a Valeska Teixeira, queria falar comigo e eu disse para ele que podia trazê-la e ele disse que ela estava muito agitada, en-

fim, nervosa, brava. E ela vem até mim e pondera sobre as exigências contidas neste ofício de uma forma bastante irreverente para um advogado frente ao poder concedente e diz que é amiga do Ministro José Dirceu e afilhada do Presidente da República... E eu digo a ela que isso é muito bom para a vida pessoal dela, né? Deve ser muito bom ter esse tipo de convívio, mas isso não ia mudar absolutamente nada a decisão que estava contida já no ofício expedido. O ofício já tinha sido expedido, tinha fundamento sim legal, interpretativo e eu não ia recuar por que me disseram que há um relacionamento com a Presidência da República. De qualquer sorte... Eu disse a ela que, como advogada, se ela queria se insurgir contra o ofício, ela deveria então entrar em juízo. E entraram... Entraram com o Mandado de Segurança.

Então, no dia 23 de junho - essa história vai e volta - por isso que ela é um pouco confusa. No dia 23 de junho, nessa reunião de Diretoria, primeiro eu digo: "olha, não posso votar por que tem uma representação contra mim". O Milton faz uma ligação, rapidamente a representação não existe mais. Há um protocolo desistindo da representação contra a minha pessoa. Aí eu pondero... Nós não podemos votar os quatro Diretores, porque há um Mandado de Segurança contra a Diretoria Colegiada da ANAC em que meu nome é citado, mas ele é interposto contra todo o Colegiado. E aí a matéria não ia poder ser votada... Esse Mandado de Segurança já estava em 2ª instância porque o escritório Teixeira Martins tinha, então, agravado da decisão de 1ª instância que não concedeu a liminar solicitada pelo escritório.

Esse agravo subiu para o julgamento do Desembargador Souza Prudente, e o Desembargador Souza Prudente - e nós não sabíamos - já teria dado a sua decisão que estava em cartório para ser publicada na segunda-feira. Eu tenho cópia da decisão, porque nós solicitamos também que o cartório nos remetesse a cópia da decisão do Desembargador. E o Desembargador confirmava o posicionamento da Agência Reguladora de que, efetivamente, nós deveríamos exercer o nosso total poder de polícia investigativa de forma a verificarmos se o capital estrangeiro respeitava o limite imposto pela Legislação Nacional ou não.

Infelizmente este acórdão não teve o valor legal jurídico, no mundo jurídico, porque ele seria publicado na segunda-feira... E o Milton Zuanazzi comunicou, então, a pessoa com quem ele falava no celular que estava ocorrendo isso, que nós não íamos poder votar porque eu teria dito que a Lei de Processo Administrativo impede a votação, e houve uma desistência por parte do escritório Teixeira Martins desta ação também. Então, não existia mais impedimento para a votação.

Bem... Meus colegas Leur e Veloso, em que pese o Leur ter formação jurídica, o Leur dedicou a sua vida a ser Deputado Federal, a carreira política e ele não trabalhava no dia-a-dia com o Direito Público. O Coronel Veloso, Coronel da Aeronáutica, Coronel Avia-dor, também não era uma pessoa que vinha de um histórico profissional que pudesse ter facilidade num rápido entendimento jurídico dessa celeuma judicial, administrativa e política.

Bem... Eles solicitaram, então, e eu concordei plenamente, que o Procurador-Geral da ANAC expedisse o parecer nos orientando no voto. Será que tem ou não tem que pedir o Imposto de Renda? Será que tem ou não tem que analisar a origem de capital? Era isso que nós solicitamos ao Procurador-Geral da ANAC e que neste dia estava doente, internado... E não estava ali no Ministério da Defesa, mas por algum motivo e aí, realmente, vocês me desculpem, eu não tenho como relatar por que eu não tinha uma relação íntima nem de amizade, nada, era meramente profissional com o Procurador-Geral da ANAC que sai do hospital. Sai do hospital, chega na ANAC por volta das seis horas da tarde... Ele tinha um problema de saúde e eu fui até a ele até preocupada de verdade, por que é que ele fumava tanto tendo acabado de sair do hospital com problemas de saúde no pulmão? Era uma coisa incompatível, enfim... E ele me disse naquele momento que haviam ligado para ele da Casa Civil querendo saber como é que estava o estado de saúde dele, que, inclusive, o subchefe da Casa Civil, na época era o Sérgio Renault poderia ir visitá-lo... E ele disse que já havia saído do hospital e que, então, estava à disposição para elaboração do parecer.

Bem... Então, quando ele chega no Ministério da Defesa, ele relata isso, senta para fazer um parecer e evidente que eu tomei a cautela de sair do Ministério da Defesa enquanto o Procurador-Geral da ANAC elaborasse aquele parecer, porque, como eu era a única que vinha de um histórico de 17 anos na Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, a quem eu presto a minha homenagem neste momento, aproveito para abrir um parênteses por... Exclusivamente porque não sou eu que digo, é o Supremo Tribunal Federal que diz que é um dos melhores escritórios de advocacia do país. Então, é composto por integrantes gabaritados e que sempre desempenharam o seu trabalho em São Paulo com autonomia consagrada pela Constituição do Estado de São Paulo.

E aproveito também para esclarecer mais uma dúvida ou questionamento que vem aparecendo aí na mídia. Eu pedi a exoneração da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. Eu não fui objeto, nunca, jamais de qualquer tipo de processo administrativo dentro da

Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. O meu pedido de afastamento não chegou a ser indeferido pelo Governo do Estado de São Paulo. Tinha que ser apreciado pelo Conselho da Procuradoria-Geral do Estado e em fase de apreciação eu decidi me exonerar e vir trabalhar no Governo Federal. Portanto, não há hipótese legal para reversão do meu pedido de exoneração e reintegração na carreira. Não é verdade o que vem sendo veiculado na mídia.

Voltando ao caso... Então, eu saio do Ministério da Defesa por volta das 18 horas, 18, 19 horas, também não quero ser pega nesses horários, nesses detalhes, porque eu não tinha um diário de bordo onde eu anotava os horários de tudo que vinha acontecendo... Vou até minha casa, tomo banho, janto, assisto televisão, troco de roupa, e digo para o Milton: “Olha, quando tudo estiver pronto, o parecer estiver pronto, favorável ou não, você me chama de volta... Porque eu não quero interferir neste parecer”. Será um desgaste a mais que eu terei. Porque naquele momento eu já estava imaginando que todo o meu trabalho jurídico ao longo de 17 anos lá em São Paulo e depois aqui na subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil, como adjunta do Ministro Toffoli, por quem eu tenho também um profundo respeito, teria sido jogado no lixo. Quer dizer, eu não entendia mais nada de Direito. O Milton dizia que, em razão de todo este processo, ele era o engenheiro que tinha um CREA/OAB e que então eu não entendia da nova Lei de Recuperação Judicial, existia até uma... Uma brincadeira, eu acho, espero que seja, eu era chamada de “dinossaura” do Direito, porque eu não conseguia avançar nos novos entendimentos jurídicos que o país ia firmar... Enfim. E eu fui embora.

Às 11 horas da noite eu recebo um telefonema para eu voltar para o Ministério da Defesa para votar, então, a matéria da VARIG LOG. Eu leio o parecer, que derruba toda a argumentação que o próprio Procurador-Geral tinha explanado em abril. Então, em abril ele dá um parecer, embasa uma decisão de Colegiado dizendo: “Pode sim e deve averiguar a entrada de capital e o Imposto de Renda”. No dia 23 de junho, em algumas horas, é feito um parecer longo onde se derruba então aquele entendimento anterior. Até aí Direito é assim mesmo... Muitas vezes a gente pode ter uma opinião jurídica e depois ser convencido de outra opinião. Não fora o fato de que em dezembro do mesmo ano, de 2006, então, nós falamos de um parecer do Procurador João Ilídio, de abril. Não quero dar a data sem ler, depois vou pegar a documentação. Em abril. Depois em junho ele diz: “Olha, não é bem isso não, não precisa exigir nada”. Mas lá em dezembro ele volta atrás num pedido de reconsideração, embasa uma nova de-

cisão da Diretoria dizendo: “olha, tem que investigar o capital sim”. Nesse momento eu estava substituindo a Presidência da ANAC, imediatamente eu expedi os ofícios seguindo orientação do Procurador-Geral da ANAC, que não deveria ser contestada. Aliás, tem até um momento aqui no processo judicial em que o Sr. Cristiano Zanin Martins usa esse argumento, em outro caso do mesmo processo que a Diretoria da ANAC deveria, então, seguir orientação do Procurador-Geral. E foi o que eu fiz. Segui orientação do Procurador-Geral para votar, segui orientação do Procurador-Geral para expedir ofícios ao Banco Central, à Receita Federal, e segui orientação para reiterá-los no mês de dezembro de 2006 e março de 2007. Os documentos estão aqui e serão disponibilizados.

De qualquer sorte, a votação se deu aprovando... Eu vou ler os termos da votação... Nós aprovamos os pareceres técnicos e o parecer jurídico que fizeram parte integrante do voto para que então houvesse a transferência acionária da VARIG LOG para a Volo do Brasil. Imaginamos que esse capítulo teria sido encerrado. Não foi.

Uma semana depois tem o leilão, então, da VARIG, né? Unidade produtiva iria ser vendida em leilão judicial e não apareceu nenhum interessado, nenhuma empresa nacional se interessou pelo leilão. Porque todas elas tinham conhecimento então desse parecer... Me parece que é do Pinheiro Neto, que dizia, afirmava que o risco de sucessão tributária e trabalhista era imenso. Era imenso e arriscado.

Mas na última hora, no último minuto eu não estive nesse leilão. Fui convidada pelo Milton, ele esteve. Mas eu não estive porque isso era uma função judicial e não havia razão para a Agência Reguladora participar de um leilão judicial de uma unidade produtiva de uma empresa aérea que nós regulávamos. Muito bem... Então, houve o leilão judicial, e aparece no último minuto um interessado que era a TGV, que representava os trabalhadores... Uma ala, né? Tem uma briga também aí entre os trabalhadores, tem o sindicato, tem a TGV, enfim... Uma ala dos trabalhadores da VARIG e eles apresentaram então o envelope fechado e depois de 10 dias o juízo informa que eles não tinham recurso nenhum para comprar a VARIG. Aliás, naquele momento a VARIG estava sendo vendida por mais ou menos um milhão de dólares, e os trabalhadores não tinham esse dinheiro.

Então, foi chamado um novo leilão. Nesse novo leilão eu não estava nesse momento participando, então, das reuniões na ANAC, porque eu tinha sido designada pelo Colegiado para representar a Diretoria no primeiro bilateral que nós iríamos assinar em Paris com a França, com a Autoridade Aeronáutica France-

sa, talvez porque eu falo inglês, enfim... Por alguma razão eu fui designada para participar desse bilateral e enquanto eu lá estava eu recebi... Tudo acontecia numa sexta-feira. Uma sexta-feira... Algumas ligações num hotel de alguns técnicos da ANAC, cujos nomes eu preservo porque é difícil estar nessa posição em que eu me encontro, especialmente sem respaldo nenhum, como eu também me encontro sem respaldo. Eu não posso obrigar os técnicos a falarem. Mas eu recebi ligações sim... Eu fui tão grampeada, pode ser até que tenha um grampo dessas ligações, né? Por técnicos da ANAC do Rio de Janeiro me informando que eles estavam sendo chamados para reuniões para elaboração do leilão, do edital de leilão judicial. Aí eu falei: “Olha, isso não é possível, porque cabe ao administrador judicial e ao juízo a elaboração do edital”. Eu se tivesse sido chamada, não participaria em hipótese alguma.

E parece que esse edital foi sim elaborado no Rio de Janeiro no final de semana... E isso ensejou um Boletim de Ocorrência, algumas das Delegacias do Rio de Janeiro, enfim, basta procurar. E na segunda-feira foi publicado o edital. Quando eu chego de viagem o edital está publicado, e neste edital constava, inclusive, uma autorização para transferir o CHETA da VARIG. Então tira o CHETA da antiga VARIG e transfere para quem comprá-la... Isso era impossível, porque aí não era só uma questão só legal. Legalmente é impossível sob o ponto de vista de tratados internacionais que o Brasil firmou-os ao longo de todos esses anos da Aviação Civil Brasileira. É impraticável abrir mão de segurança de voo e transferindo CHETA sem fazer a verificação de todas as aeronaves, de toda a tripulação, de todos os pilotos e esses detalhes o meu colega, o Coronel Veloso, que era quem trabalhava a matéria, com certeza pode explicitá-los de uma forma mais técnica do que eu. [soa a campainha]

Enfim... O edital saiu e foi emitido ofício por parte do Milton, porque nós nos reunimos, os Diretores, para dizer para ele que nós não íamos aceitar em hipótese alguma a transferência de CHETA, porque se tivesse algum problema depois, ninguém seria responsável por indenizações aos passageiros e aos familiares dos passageiros se fossem, então, vítimas de um acidente aéreo letal, e que nós não íamos aceitar. Então, o Milton expediu um ofício não ao Juiz, mas ao Cristiano Zanin Martins, também tem toda uma seqüência aqui dando conta da impossibilidade então de se fazer a transferência do CHETA, depois ao juízo. E o juízo aceitou sim que nós deveríamos fazer todo o processo de certificação novamente.

Tinha um outro detalhe neste edital que o Colegiado da ANAC, e aqui quando estou dizendo “o Co-

legiado” estou dizendo a maioria do Colegiado, o Dr. Josef Barat ainda não era Diretor à época. Que o Leur Lomanto, Coronel Veloso e eu ponderávamos e não aceitávamos que dizia respeito “ao congelamento das rotas nacionais e internacionais da antiga VARIG” até que aquela que iria comprar, e que iria se certificar, e que iria adquirir novas aeronaves pudesse, então, voltar a voar àquelas rotas. Eu cheguei a dar explicações - eu fui uma única vez ao juízo do Rio de Janeiro - eu cheguei a dar explicações claras que eu aprendi na área de segurança operacional com o Coronel Veloso, com o Coronel Tarciso, Superintendente da área, técnico absolutamente cioso de seu trabalho, era mais ou menos o seguinte: Congelar uma rota - e eu pegava o exemplo internacional por ser ela é mais fácil de ser compreendido - Congelar uma rota internacional implica no Brasil determinar que, por exemplo, o *Charles de Gaulle* segure aquele *slot*, o lugarzinho onde o avião vai parar e vai chegar um *finger*, e que se ele chega às sete horas da manhã, que é um horário nobre em Paris, como a VARIG tinha os horários nobres, o *Charles de Gaulle* iria esperar três anos aproximadamente para que a nova VARIG pudesse utilizar aquele *slot* e durante esse período não poderia designar nenhuma outra empresa aérea internacional, do mundo inteiro, para pousar ali. Só que... Os aeroportos, e aeroportos europeus têm uma lógica de aeroportos privados. Isso custa... Nenhum aeroporto internacional cumpriria esta determinação ingerência na soberania da Autoridade de Aviação Civil Francesa.

Então, eu acho que não é muito difícil de entender por que é que é impossível congelar uma rota sem dizer que... Sem reconhecer que o congelamento de rotas interfere diretamente no mercado. Para tanto, eu também tomei a providência - só para não falar de forma isolada, porque eu não sou a dona da verdade - de expedir um ofício ao Secretário de Direito Econômico à época, Dr. Daniel Goldberg, que ninguém... Imagino, né? Contesta a capacidade daquele rapaz, e ele respondeu com um parecer dizendo que a ANAC estava correta sim. Não podia congelar rota nenhuma. Elas tinham que ser ou utilizadas imediatamente ou redistribuídas para as congêneres, porque do contrário estaria ocorrendo uma interferência concorrencial.

Muito bem... Paralelamente a isto, como ocorriam reuniões... Tudo isso nesse período, né... Nós ainda estamos em 2006. Agosto, nós ainda estamos em agosto de 2006... O Ministério Público Federal, e aqui eu vou me limitar a falar da Instituição como um todo, porque a Instituição designa Procuradores para realizarem determinados trabalhos e não é bom personificar, porque nem sempre é este Procurador que irá depois ingressar com uma ação judicial. Por esta

razão, eu vou preservar o nome de quem fazia as reuniões no Ministério Público Federal e se ele decidir, espontaneamente, dizer que era com ele que nós nos reuníamos, muito bem, senão eu tenho registrada todas as minhas entradas no prédio da Procuradoria-Geral da República ao longo do meu trabalho como Diretora da ANAC. Sempre apresentei meus documentos, ali tem um computador onde se registra, então não é muito difícil de se verificar que efetivamente essas reuniões ocorriam.

E o Procurador, então, com o qual eu tratava da matéria, também expediu um ofício para a ANAC determinando, na qualidade de Procurador do Ministério Público Federal, que as rotas não utilizadas pela antiga VARIG e que tinham sido classificadas pelo juízo do Rio de Janeiro como ativos, apesar de jamais incorporarem os balanços das empresas, nem daquelas que têm capital aberto, e isso levaria o preço das ações substancialmente, mas não podia ser utilizado, porque é um bem público e não pode se transigir sobre um bem público...

Desculpe... Estou chegando no fim. Então... Que nós tínhamos que efetivamente distribuir essa rota. Isso ensejou um debate judicial sem fim. Paralelamente ao debate judicial inúmeros... Todos os dias tinham uma quantidade de entrevistas e pressões através dessas entrevistas violentas... Pressão junto a quem? A opinião pública, ao próprio Congresso Nacional, a nossa credibilidade estava sim colocada em dúvida por todos, porque as matérias não eram verdadeiras. Eles diziam que estávamos criando obstáculos para tentar favorecer as concorrentes... Quer dizer, isso não era verdadeiro. Nós tínhamos embasamento mediante ofício do Ministério Público Federal, parecer da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e toda a lógica de mercado. É óbvio que isso formava uma opinião equivocada tanto da população como do Congresso, como, enfim, de todos com relação ao trabalho que nós estávamos realizando.

Nesse momento, então... Eu vou finalizar... Houve uma grande reunião na Casa Civil que deve ter acompanhado toda essa discussão na imprensa, né? Onde nós fomos chamados pela Dr^a Erenice Guerra, na sala 67, que se fazem as reuniões lá na Casa Civil, e compareci eu, Coronel Veloso porque éramos os dois então designados para trabalhar. Nova autorização de funcionamento jurídico dessa nova empresa que não mais chamava nem Volo nem VRG... Eles criaram uma “Aéreo Transportes Aéreos” para entrar no leilão. E aí eu não sei realmente o porquê. Não sei se é por que não tinham a documentação necessária também para apresentar no leilão, porque teria sido muito mais fácil a VARIG LOG comprar esta unidade produtiva uma

vez que a própria VARIG LOG já tinha o CHETA, e aí não íamos discutir transferência de CHETA. Era ela mesma que estaria voando. Mas não... Eles optaram por um caminho mais longo, que foi criar uma Aéreo Transportes Aéreos de forma que esta sim entrasse em leilão, porém a composição de capital da Aéreo Transportes Aéreos era de 99% da VARIG LOG e 1% da Volo do Brasil.

Então, mais uma vez eu não entendia realmente por que é que não tinham entrado nesse leilão com o nome de VARIG LOG? Será que era por conta do capital estrangeiro? Não sei. Enfim... Nós fomos chamados na Casa Civil, a Dr^a Erenice coordenou essa reunião. Estiveram na Casa Civil gerentes da ANAC, que é a área técnica, tanto da área que eu trabalhava, que era a Superintendência de Serviços Aéreos, da área que o Coronel Veloso coordenava, que era a Área de Segurança Operacional, como o Procurador-Geral da ANAC, o atual Diretor da ANAC, Dr. Marcelo Guaranis, uma Procuradora da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e ali, então, nós fomos sabatinados durante oito horas, houve uma suspensão para o horário de almoço, indagando se realmente nós estávamos ou não, por que é que aquilo não era obstáculo? Por que é que não poderia transferir o CHETA? E todos os passos do nosso processo tiveram que ser explicitados nessa reunião de forma que nós, então, conseguíssemos instrumentalizar a Casa Civil das informações necessárias do porquê é que aquele processo que era tido como demorado - lembrando que o processo menos demorado de certificação no país se deu com a Gol e durou nove meses e esta empresa recebeu toda a certificação em apenas quatro meses e meio, sendo que a média nos Estados Unidos é de um ano e 50% das empresas aéreas não recebem a certificação nos Estados Unidos apesar de apresentarem toda a documentação requerida.

Muito bem... Nesta reunião havia também um outro debate que dizia respeito à sucessão tributária e trabalhista uma vez que há algum tempo o ex-Procurador-Geral da Fazenda Nacional já havia se manifestado, quer seja em reunião na qual eu estive presente, representantes da Casa Civil estiveram presentes, o Milton Zuanazzi esteve presente, os juízes Ayoub esteve presente, a imprensa esteve presente, em que o Dr. Manoel Felipe asseverava com todas as letras que haveria sim sucessão tributária e ele não iria transigir sobre um bem público. Isso abriria um precedente, o que ele chamava de “calote” das empresas em recuperação judicial junto ao Governo no que diz respeito às dívidas tributárias.

Muito bem... A Procuradora que lá estava foi muito indagada sobre essa matéria e acabada a reunião ela

participou de uma outra reunião onde nós não fomos chamados então já era na sala da Dr^a Erenice e saiu, enfim... Tanto o parecer da Fazenda Nacional, Manoel Felipe se exonerou, saiu o parecer da Fazenda Nacional referendando, então, que não haveria sucessão de nenhuma ordem, decidindo até em nome do Supremo Tribunal Federal. Porque essa matéria um dia chegará no Supremo Tribunal Federal. É uma matéria constitucional, ela é tributária. Mas muito bem, saiu este parecer e também no que diz respeito ao CHETA, né? Foi compreendido que seria impraticável fazer a transferência do CHETA, mas ficou todo um processo de pressão em cima... Eu vou trocar o nome, porque às vezes meus colegas não podem querer usar o nome “pressão”. Mas vou usar... Mais ou menos como dossiê, banco de dados, não importa... Mas a pressão que era exercida sobre a área de segurança operacional para que toda a documentação apresentada pelo escritório Teixeira Martins na ANAC fosse agilizada, como se a ANAC não tivesse nenhum outro trabalho a fazer, enquanto que naquele momento, lembrem-se, nós estamos no período de agosto de 2006 a novembro de 2006 onde no dia 2 de novembro nós vivemos o primeiro “apagão” neste país. Foi um momento muito tumultuado da Aviação Civil Brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Sr^a Denise, eu peço a V.S^a que conclua a sua exposição em 10 minutos, já que o tempo de V.S^a está vencido.

SRA. DENISE ABREU: Desculpa. Realmente é uma matéria muito complexa. Eu concluo e passo a palavra a vocês.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V.Ex^a que não determinasse tempo para Dr^a Denise, que está fazendo um relato de algo que tem uma importância muito grande. E nós precisamos que ela chegue até o final. Eu pediria a V.Ex^a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou estabelecendo 10 minutos. Vamos ver se é possível que ela conclua com esses 10 minutos. O líder do Governo já diz que não se opõe.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A liderança do Governo não só concorda como acha importante que ela conclua. Agora, pediremos o mesmo tempo para rebater todas as questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra à Sr^a Denise Abreu.

SRA. DENISE ABREU: Bom... Nesse mês de agosto, setembro, outubro, novembro de 2006 tiveram intercorrências judiciais, inúmeros recursos, uma discussão se o juízo do Rio de Janeiro era um juízo universal ao ponto de inclusive dar... Expedir decisões... Anulando decisões de uma Agência Reguladora, que é uma Autarquia Federal, e que, portanto, deveria ser julgada nos seus atos pela Justiça Federal.

Tudo isso era levado, virou um debate judicial realmente bastante acirrado. Nós cumprimos a determinação do Ministério Público Federal, porque conseguimos uma liminar no Tribunal Federal Regional do Rio de Janeiro e convocamos uma reunião plenária para distribuir, então, essas rotas internacionais que tinham sido consagradas como ativo pelo juízo do Rio de Janeiro.

Essa reunião - eu tenho a degravação dela aqui - foi uma reunião em que eu espero que ao lerem a degravação se verifique a truculência com que nós éramos tratados. Nessa reunião participa o Sr. Cristiano Zanin Martins, pede a palavra, diz que a Diretoria da ANAC tinha sido notificada, intimada ou citada... E aí não é muito difícil porque nós não éramos parte, nós não podíamos ser citados de nada, nós não fazíamos parte da recuperação judicial. De qualquer maneira, que nós tínhamos sido intimados pela justiça do Rio de Janeiro e proibidos de realizarmos aquela plenária. Eu pedi a palavra, disse que ele como Advogado sabia perfeitamente que quando um Juiz Estadual vai intimar um Órgão Federal cuja sede é em Brasília, ele tem que expedir precatória, eu sei que isso também é interpretado de uma forma um pouco “dinossaurica”, porque parece que as coisas, as citações podem se dar pela própria imprensa independentemente do cumprimento do rito procedimental correto e legal... E que nós não havíamos recebido nenhuma precatória e, portanto nós íamos dar continuidade à reunião e ele chamou, então, o oficial de justiça do juízo do Rio de Janeiro e a degravação por si só demonstra a intenção da entrada daquela oficial de justiça num prédio do Ministério da Aeronáutica que queria entrar acompanhada de força policial, o Brigadeiro Negri, que era o coordenador daquela plenária, por ser o Superintendente de Relações Internacionais proibiu a entrada de força da Polícia Civil, porque nós estávamos num prédio do antigo Ministério da Aeronáutica e do Comando da Aeronáutica onde a força policial é a própria Forças Armadas. Subiu o oficial de justiça, eu que fui lá só para fazer a abertura da reunião junto com o Diretor Josef Barat, saímos de lá e o oficial de justiça entra e

ao invés de ler qualquer tipo de intimação começa a perguntar: Onde está a Dr^a Denise?

O Negri disse que não estou no prédio, como de fato eu não estava mais, porque demorou, né? Para ela chegar, ... Nós não sabíamos que ia chamar o oficial de justiça, e depois ela, então, diz que vai ler a decisão do juízo do Rio de Janeiro e o Advogado da ANAC presente até indaga se a leitura de uma decisão por si só é suficiente para caracterizar uma intimação. Ela diz que não, mas que ela tinha que ler porque a Juíza disse que ela mesmo, pessoalmente, a Juíza... Porque era um triunvirato, eram três juízes que cuidavam do caso na 8^a e 1^a Vara Empresarial. É outra dúvida que pode aparecer aqui e eu quero já deixar claro. Eu não sei por que esse processo tramitou tanto na 1^a Vara Empresarial quanto na 8^a. Num determinado momento, depois de tudo isso, nós acabamos entrando no Conselho Nacional de Justiça solicitando apenas e tão somente a correição deste processo, porque nós não tínhamos vistas dos autos -estou dizendo “nós” Instituição ANAC. Se algum Diretor pessoalmente viu este processo judicial, é um problema pessoal e não é um problema institucional.

E o CNJ, naquele momento, entendeu que nós estávamos num debate de competência e que isso estava adstrito à alçada do Poder Judiciário através de seus recursos, da interposição de recursos, e eu não sei por que foi extinta a 8^a Vara Empresarial do Rio de Janeiro nesse meio tempo. Acho que nós tínhamos pedido a correição na própria 8^a Vara. Então, tiveram muitos embates judiciais que ainda não estão decididos em caráter definitivo. A questão levada ao STJ porque como o escritório perdeu no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro eles deram para o STJ com uma outra ação tratando da mesma matéria que seria o conflito de competência, e o Ministério Público Federal entrou, então, nesta [soa a campainha] Neste processo de conflito de competência para poder resguardar a decisão da Autarquia Federal, no caso a ANAC, entendendo que não há conflito de competência. Que a competência, efetivamente, era do Poder Judiciário Federal, da alçada Federal.

Enfim... No mês de dezembro, dia 15 de dezembro é encerrado o processo de certificação da área de segurança operacional, já havia sido aprovado no Colegiado a minuta do contrato de concessão, e o Presidente da ANAC convocou, então, uma cerimônia no prédio da ANAC para poder fazer a assinatura do contrato de concessão, a mídia toda foi convidada, inclusive o Juiz Ayoub também esteve presente nessa cerimônia, o Ministro Waldir Pires, Ministro Mares Guia, porque nós estávamos então assinando o novo contrato de concessão da VRG.

Eu tomei a liberdade naquele momento até para que não tivesse mais dúvida, né? Dali para frente, em algum momento a gente precisava regular o mercado como um todo, eu tomei a liberdade de convidar o Juiz para assinar como testemunha esse contrato de concessão. Por quê? Porque o próprio contrato de concessão traz anexo o plano básico de linhas que a empresa voará. Que não é aquele pretendido pelos representantes e pela própria empresa em que se daria o congelamento de linhas. Nós certificamos a empresa do tamanho que efetivamente deveria ser para voar o quantitativo de rotas possível com aquela quantidade de aeronaves, isso foi assinado tanto pela empresa quanto pelo Presidente da ANAC, que é quem tem a competência legal para firmar os contratos em nome do Colegiado, e como testemunha assinaram os Ministros: o Ministro Waldir Pires, Ministro da Defesa, e o Juiz de Direito da 8ª, 1ª, enfim, o Juiz de Direito do Rio de Janeiro.

Encerrado o processo a nova VARIG, então, vai decolar. Um mês depois se constata aquilo que nós, na Diretoria, e aí o Josef Barat já é Diretor da ANAC, é um Economista, tem conhecimento na área de transportes aéreos, já exerceu outros cargos de relevância em Governos, era consultor do setor, e nós conversávamos muito eu e meu colega Barat sobre esta matéria até poder aprender um pouco das análises econômicas, afinal de contas eu não tenho essa formação, minha formação é jurídica. E nós dizíamos: “Essa empresa não vai voar”. Tudo isso deve ter sido orquestrado de forma que ela pudesse ser vendida depois. Por um preço maior. E... Coincidência ou não, porque o destino também traz muitas coincidências, essa empresa em menos de três... Em três meses exatos foi repassada a uma outra que a... Glaid, na verdade não foi a Gol, mas a *holding* da Gol que adquire a VRG numa nova operação.

Essa nova operação a ANAC não tinha sido informada mediante a apresentação dos documentos para a autorização de funcionamento jurídico ser expedida que não precisava, uma vez que nós não estávamos falando de um novo CHETA, porque a Gol já tem CHETA, e a VRG também tinha, então não havia esse problema, mas nós estaríamos falando da aprovação da transferência acionária. E nós não sabíamos o tamanho dessa operação.

O Milton nos disse que iria ao Palácio do Planalto. No Palácio do Planalto haveria uma reunião, foi anunciada, então, a aquisição da VRG pela Gol, e nós ficamos sabendo pelos *sites*, pela *internet* que essa operação então independentemente da apresentação da documentação na ANAC já tinha sido anunciada no gabinete do Presidente Lula e eu não sabia nem

quem tinha participado dessa reunião, nem meus colegas Leur Lomanto, Josef Barat e Coronel Veloso. Nós ficamos sabendo depois pela imprensa, quando nós vimos uma declaração do Sr. Nene Constantino razões pelas quais ele teria adquirido a empresa e uma foto dele no elevador com o Constantino Júnior e com o Advogado Roberto Teixeira.

Na seqüência aparece uma nova foto dessa cerimônia onde estavam presentes o Advogado, sua filha Larissa, sua filha Valesca, seu genro Cristiano, Ministro, Presidente da República, Sr. Nene, o Júnior, enfim... E assim nós tomamos conhecimento de que já estava consagrada aquela operação afinal de contas ela estava sendo anunciada dentro do Palácio do Planalto. Foi protocolada a documentação na ANAC, nós fizemos análise de toda a documentação, não havia ali a dúvida do capital estrangeiro tampouco se havia capacidade naquele momento com os documentos que foram apresentados. Nós trabalhamos com a verdade dos autos. Nós não estamos no inquérito penal onde se trabalha com a verdade real, além da verdade processual.

Com toda a documentação que ali estava, as áreas técnicas deram os pareceres aprovando a operação, a capacidade financeira estava demonstrada, regularidade fiscal demonstrada, enfim, tudo demonstrado, a transferência acionária se deu da VRG para a Gol de forma que então a empresa não estava mais na mão da Volo do Brasil.

Eu fui ao Ministério Público Federal novamente e o que me foi perguntado é: “Por que razão não foi comprada por 20 milhões de dólares... 20, 24, no mês de junho, e oito meses depois se adquire por 350” uma empresa que em 23 de junho, em tese, se acreditava que teria todas aquelas rotas internacionais, que eram compatíveis com 53 aeronaves. E nós só declaramos, então, no contrato de concessão de 15 de dezembro que não era bem assim. Que tinham 15 aviões e que, portanto, o quantitativo de rota seria compatível com 15 aeronaves. Mas em 23 de junho se acreditava que seria o todo e custava 24 milhões. Depois é comprado no mês de março de 2007 por 350, mais ou menos 350 do mesmo tamanho, 15 aviões e as mesmas rotas.

E aí sim... Isto sim não é competência para uma Agência Reguladora. Saber por que um empresário quer aportar, gastar “X” reais ou dólares em determinada operação privada. Isso é um problema que não é da ANAC. A ANAC tinha que verificar... Tem limite de capital estrangeiro? Está respeitado? Está. Foram apresentadas todas as certidões? Enfim... Toda a documentação está correta? Está. Agora, se o empresário quer gastar a mais do que teria gasto há oito meses,

não é a ANAC que pode impedir que essa operação venha ocorrer.

E aí o Ministério Público Federal, me parece e isso precisa ser absolutamente checado, porque eu estou falando em nome de uma instituição respeitada e respeitável, então friso, me parece tem até uma Ação Civil Pública tramitando para a averiguação dessa operação e segundo consta na imprensa teria reaberto esta averiguação para retroagir à data da operação inicial em que hoje se verifica o capital estrangeiro extrapolava o limite imposto pela lei.

Eu acho que resumidamente estão postas aqui os esclarecimentos e eu estou à disposição dos senhores para qualquer tipo de questionamento. E também gostaria de já deixar claro, Presidente, que se vocês entenderem que é necessário uma acareação, eu não tenho nenhuma resistência a que meus ex-colegas, a que o Procurador-Geral estejam aqui presente, porque eu estou com todos os documentos e eu vim aqui para falar a verdade. Mesmo que eu não tenha assinado um termo de juramento, até me disponho a fazê-lo, eu estou aqui para falar a verdade. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a participação da Dr^a Denise Abreu, comunica que há um expediente sobre a Mesa de iniciativa do Senador Delcídio Amaral que informa a impossibilidade do seu comparecimento como Vice-Presidente da Comissão em função de que na mesma data, data de hoje, ele estará participando de cerimônia comemorativa ao aniversário da Batalha do Riachuelo, data máxima da Marinha do Brasil na cidade de Ladário, oportunidade em que será agraciado com a Ordem do Mérito Naval. Está justificada a ausência do Senador Delcídio.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, quantos Senadores são autores do requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, são vários, mas nós temos aqui... Nós temos aqui a... Já há alguns parlamentares inscritos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas a prioridade primeiro é aos autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aos autores são... Bom, estão inscritos aqui Senador Arthur, Senadora Ideli, Senador Romero não está, mas como autor... Eu indago ao Senador Romero, como autor do primeiro requerimen-

to, se ele gostaria de falar agora ou falaria o primeiro inscrito que é o Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu prefiro falar Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, os autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas é isso mesmo, essa é a providência Senadora Ideli. Eu tenho procurado ser muito justo aqui na condução dos trabalhos. Então, eu vou passar a palavra primeiro ao Senador Romero, ato contínuo ao Senador Arthur Virgílio, depois a Sr^a Senadora Ideli Salvatti e depois ao Senador Demóstenes Torres. Mais ou menos de acordo com a ordem de inscrição. E depois todos os outros que já estão inscritos aqui pela ordem, pela lista de inscrição. Com a palavra o Senador Romero Jucá pelo período de 10 minutos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, os Senadores da Comissão logo após a prioridade dado aqui aos membros, aos autores, é... Terão prioridade sobre os que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De acordo com a lista de inscrição. Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentando a Sr^a Denise Abreu, pedir inclusive... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou suspender por cinco minutos a Audiência a fim de que a Dr^a Denise tome uma providência pessoal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Tudo bem.

Sessão suspensa às 12h17.

Sessão reaberta às 12h21.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Reabro a Audiência Pública e asseguro a palavra ao Senador Romero Jucá pelo período de... Pelo tempo de 10 minutos prorrogáveis caso necessário.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu quero saudar a Sr^a Denise Abreu, dizer que... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço licença para solicitar silêncio aos Senadores e especialmente à assistência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Dizer que gostaria de colocar aqui algumas questões, fazer algumas perguntas à Dr^a Denise Abreu, e como ela começou citando a bíblia, Eclesiastes, eu quero começar citando a bíblia também, que diz: "Conhecereis a ver-

dade e a verdade os libertará”. Então, a nossa intenção aqui é exatamente conhecer a verdade, em nenhum momento constrangê-la, levantar qualquer questão de caos aéreo, eu acho que o Senado deve dar todo o encaminhamento e a proteção necessária qualquer providência que seja necessário para esses esclarecimentos e dizer também que não é intenção levantar nenhum questionamento político, Sr. Presidente.

A Dr^a Denise Abreu procurou o PSDB, Senadores do PSDB apesar de entender que se ela tinha algum tipo de questionamento ou acusações, deveria procurar o Ministério Público ou a Polícia Federal, no caso de dossiês, que ela disse que ocorreu contra ela, e não partido de oposição, mas independente disso a nossa idéia não é aqui fazer nenhum tipo de questionamento político/partidário. Nós queremos aqui que as questões sejam esclarecidas, e quero, inclusive, pedir desculpas, porque como é uma matéria complexa e eu não acompanhei diretamente essa matéria, se em qualquer momento eu me enganar ou fizer qualquer afirmação ou questionamento que não seja pertinente por conta de questões técnicas, peço desculpas e gostaria que a senhora pudesse me corrigir e me esclarecer sobre a questão.

SRA. DENISE ABREU: O senhor quer que entregue agora as documentações da Polícia Federal e da Delegacia de São Paulo? Assim que eu recebi o dossiê na minha casa, eu tomei as providências necessárias, legais, no mês de novembro, fui à Polícia Federal através de meu Advogado Roberto Podval, a Polícia Federal remeteu tudo à Polícia Civil de São Paulo, e as duas investigam. A Federal investiga lavagem de dinheiro e a Polícia Civil de São Paulo investiga crimes contra mim, calúnia, tentativa de extorsão e crime contra a honra. [soa a campainha] Eu tenho todas as respostas dos Bancos uruguaios--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr^a Denise, V.Ex^a terá o tempo para responder ao Senador Romero Jucá. De qualquer maneira... Ela terá essa oportunidade, Senador Romero, e eu asseguro a palavra que V.Ex^a possa continuar suas indagações.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, gostaria num primeiro momento fazer uma retrospectiva desse procedimento todo, não é? Porque nós vivemos aqui o drama da VARIG. Nós tivemos aqui desde o momento em que a VARIG começou a ter dificuldades operacionais, e se falou na paralisação dos trabalhos da VARIG, nós tivemos aqui na Casa uma grande movimentação política, né? De cobrança para que o Governo interferisse e não deixasse a VARIG parar.

Eu não preciso ler aqui, mas eu tenho manifestações de dezenas de Senadores, eu tenho aqui abaixo-assinados, frentes Parlamentares, Parlamentares dizendo que o Governo deveria colocar um, dois bilhões de reais para não deixar a VARIG parar. Ou seja, havia um clamor político e popular no sentido de que a VARIG continuasse voando. Não é que a VARIG repassasse seus *slots* e seus espaços para outras empresas, não é? É que a VARIG é uma bandeira nacional de nome e no imaginário da opinião pública brasileira continuasse a voar. Então, eu queria fazer essa referência e se for preciso nós leremos aqui os depoimentos emocionados e aguerridos de Parlamentares defendendo essa questão, inclusive, a locação de dinheiro público federal para salvar a VARIG.

Pois bem... É importante dizer que a primeira venda da VARIG LOG da VEM, pelo menos as primeiras informações que tenho, ocorreu em novembro de 2005 por 62 milhões de dólares, o Presidente do Conselho de Administração era o Sr. Davi Zilberstein. Parece que é isso, não é? Foi vendida a VARIG LOG e a VEM.

SRA. DENISE ABREU: DAC. A ANAC é de março de 2006.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Há uma empresa chamada “AERO LAB” formada pela TAP, pelo *Stanley Ho* e pelo fundo *Stratus*, parece que essa... Se algum momento houver discrepância queria que a senhora colocasse. Essa AERO LAB vende em seguida a VARIG LOG para a Volo do Brasil. Formada pela *Audi* mais... Pelo Audi, o Sr. Audi, mais duas pessoas e mais a Volo Logística, né? A venda de 11 de janeiro de 2006... Essas duas operações elas foram regidas até o momento, parece que não existia a ANAC ainda, então foram regidas por autorização prévia do DAC.

Nessas autorizações prévias o DAC em tese não foi verificado meticulosamente, como foi depois pela ANAC, a questão de capacidade societária, recursos, ou seja, a formação do capital. Posteriormente, nós tivemos a questão envolvendo a capacidade operacional da VARIG companhia de aviação. Quer dizer, a VARIG ela entrou, ela fez um plano de... E apresentou ao Juiz um plano de recuperação judicial e começou a claudicar. Foi quando a senhora disse que tiveram reuniões na Casa Civil discutindo, inclusive, plano de contingência pelas colocações feitas aqui.

A primeira pergunta que eu queria fazer era o seguinte: Se não houvesse o plano de contingência ou se não houvesse a recuperação... Se a VARIG não desse certo a sua recuperação, o que é que ocorreria do mercado nacional e internacional? Quer dizer, a VARIG falindo, o que é que ocorreria?

SRA. DENISE ABREU: Nada.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Como é que seria sucedido esse trabalho? Não seria vendida? As outras empresas assumiriam essas linhas? Nesse plano de contingência... O que é que... Eu gostaria que a senhora anotasse para depois... Para que a gente pudesse ter uma idéia exatamente do que poderia ocorrer...

Ao detalhar essa operacionalização e ao preparar a venda, houve um leilão. Parece que o primeiro leilão foi deserto. A grande preocupação das empresas que até então tratavam dessa questão e sinalizavam no mercado e que poderiam adquirir a VARIG era exatamente a dúvida da questão da sucessão trabalhistas e tributárias. Nós tínhamos aprovado aqui no Congresso, no Senado há pouco tempo uma nova legislação de falências. Essa nova legislação de falências definia que não haveria sucessão, mas não havia sido ainda, pelo que eu conheço, aplicada na prática essa decisão. O leilão é feito, não há participantes. Se faz um segundo leilão em que os funcionários da VARIG adquirem a empresa... Adquirem a empresa. Os funcionários da VARIG, pelas informações que tenho, não tiveram condição de honrar o pagamento da primeira parcela. Confere isso?

SRA. DENISE ABREU: Confere.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ao não honrar a primeira parcela, a VARIG continua de certa forma em dificuldades extrema e aí há uma informação aqui que eu recebi e que eu gostaria de confirmar com a senhora... Que tudo isso acompanhado pelo Juiz, se o Juiz avisa a ANAC que a VARIG faliria no dia 23 de junho [soa a campainha] que seria o prazo dado final para que se fizesse o depósito da primeira parcela. Ou seja, a informação que eu tenho é que o Juiz contactou a ANAC, Diretores da ANAC e disse: “Se até 23 de junho não aparecer uma solução, nós vamos parar a VARIG”. Com todas as conseqüências que isso poderia acarretar, inclusive o clamor público e a cobrança política do Congresso, inclusive do Rio Grande do Sul, enfim, de todos os segmentos nessa questão.

Então essa é uma questão... Quer dizer, se houve esse comunicado do dia 23 de junho, já que esse dia é tão emblemático e ocorreu tanta coisa nesse dia 23 de junho. Pois bem... Posteriormente, e, eu gostaria também da confirmação, se o Juiz informa a ANAC que existiria a possibilidade da Volo, da VARIG LOG adquirir a VARIG, inclusive fazendo um adiantamento dos recursos para que a VARIG não parasse no dia 23 de junho. Isso é uma questão também importante, não é? Inclusive informando que a Volo estaria disposta a entrar no leilão para adquirir a VARIG já que no primeiro leilão teria sido deserto, no segundo leilão efetivamente os funcionários não tiveram condição de honrar.

E aí eu pergunto também o seguinte: Por que é que a TAM e a Gol que até então se diziam interessadas nessa aquisição dos lotes e todo o espaço da VARIG não entraram nos dois leilões? Será por conta da questão da sucessão que efetivamente assombrava as empresas? [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero, eu vou conceder a V.Ex^a mais cinco minutos. Se nós formos somar o tempo de todos os Senadores que vão questionar, nós vamos ter aqui três, quatro, cinco horas. De qualquer maneira estou prorrogando o tempo de V.Ex^a por mais cinco minutos. Perfazendo 15 minutos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Bom... Foram tomadas as providências para que a VARIG LOG regularizasse a sua situação, porque ela tinha esse interesse, inclusive no adiantamento dos recursos. E todo o procedimento que se fez no dia 23 - eu pergunto também a senhora - não foi para que a VARIG fosse vendida à VARIG LOG? Foi para que a VARIG LOG se habilitasse no processo do leilão que seria feito. Certo? Vou encurtar Sr. Presidente, depois eu voltarei.

Mais uma outra questão que eu gostaria também de perguntar é o seguinte... Se falou pelo menos pela imprensa na questão de pressão, né? Haveria tido pressão e eu prefiro chamar o que isso a imprensa chamou de “pressão” de “cobrança” do Governo para que as providências quanto à VARIG fossem tomadas logo. A senhora falou num determinado momento que em confronto com posições da Casa Civil, independente da decisão do Governo, tomou a decisão com outros Diretores de fazer um plano de contingência. Então isso mostra como a senhora é corajosa, competente, disposta, isso mostra a autonomia e o espaço da Agência e do mandato que a senhora tem para efetivamente agir e para fazer o plano de contingência independente, inclusive, do posicionamento do Governo. Quer dizer, o Governo preferiria que se tomassem providências para fazer a VARIG continuar voando, mas a ANAC por responsabilidade entendeu que era preciso ter um plano B ou ter um estudo paralelo para que se fizesse um plano de contingência. Então, eu acho que isso fica demonstrado a responsabilidade da senhora, mas também a autonomia de não aceitar a pressão de que não fizesse nenhum plano de contingência... Tinha que fazer, só estou ressaltando que ela bancou uma posição.

Sobre a questão do congelamento das rotas internacionais. Quer dizer, era posição da ANAC suspender por algum tempo as rotas internacionais da VARIG até que se resolvesse essa questão? Porque eu tenho um documento do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro que estranha o pedido da necessidade de se

suspender por algumas semanas essa questão das rotas internacionais acarretando um prejuízo grande. Inclusive não vou ler aqui, não vai dar tempo, nós vamos discutir depois, o Ministério Público contesta algumas exigências da ANAC.

As exigências foram feitas e eu gostaria de perguntar o seguinte... Quer dizer, foram feitas as exigências para a VARIG LOG, né? Na questão da composição societária e do ingresso do capital. Parece que foi comprovado o ingresso do capital internacional através da certidão do Banco Central o que ficou faltando foi o documento de Imposto de Renda pessoa física dos sócios. Eu pergunto: A ANAC em algum momento, já que estava revendo todo esse processo fez o mesmo procedimento para verificar da AERO LAB essa questão do ingresso dos recursos, o Imposto de Renda das pessoas físicas... Porque a operação poderia ter sido questionada a anterior também. Quer dizer, em novembro de 2005 para que se pudesse de repente cancelar a operação de 2005 conseqüentemente a segunda operação de venda da VARIG LOG estaria cancelada também. Então, eu pergunto se a ANAC em algum momento não só verificou a questão da Volo, mas procurou verificar também da AERO LAB quando o Sr. *Stanley Ho* e o fundo *Stratus* compraram da VARIG, em 8 de novembro de 2005, a VARIG LOG e a empresa de manutenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim. DAC, como era DAC também na segunda venda. Mas a VARIG... A ANAC retroagiu para analisar da VARIG LOG, né? Eu quero saber da Volo. Eu quero saber se retroagiu também, porque podia ter cancelado a operação desde o início e efetivamente não teria se dado. Então, eu acho que essa é uma questão que fica em aberto...

Sr. Presidente, são tantas perguntas, Sr. Presidente, que... A questão da aprovação... A questão da aprovação da transferência da VARIG LOG, que foi o cerne de toda essa discussão, e na verdade isso é uma questão acessória, porque essa transferência das contas da VARIG LOG possibilitou a participação do processo de venda da VARIG. [soa a campainha] Não foi... O Governo não determinou ao se fazer operação de reconhecimento que a VARIG LOG seria a compradora da VARIG, possibilitou a participação, o debate e a concorrência. Isso é preciso que fique claro para que efetivamente não se faça nenhum tipo de afirmação. Eu diria o seguinte... A senhora votou com toda independência de autorizar o plano de contingenciamento, de barrar... De peitar a questão do Governo em deter-

minados momentos. A senhora ao discutir a primeira questão e ao confiar-- [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço silêncio, por gentileza.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E ao confiar no parecer do Procurador, porque ele já tinha dado o parecer, a senhora foi para casa, confiava no Procurador, voltou só à noite. A senhora votou favorável. Foi 4 a 0 a primeira aprovação... Todos tendo mandato, todos sendo protegidos pela regra. Posteriormente, o SNEA recorreu dessa decisão. Aí o Barão já estava, foi o Relator da questão, deu o parecer e a senhora votou favorável também. Foi 5 a 0 a aprovação. Portanto, essa questão passou duas vezes na Diretoria Colegiada da ANAC.

Bom, Sr. Presidente, vou deixar para fazer outras perguntas, porque vamos aguardar a resposta da Dr^a Denise. Mas eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Fique V.Ex^a à vontade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, a Ideli vai perguntar depois, os outros Senadores, eu voltarei... Como autor do requerimento, eu posso fazer alguma complementação. Deixei três para ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Sr^a Denise Abreu para responder no período de 10 minutos.

SRA. DENISE ABREU: Senador, eu vou dividir em três assuntos centrais o que o senhor traz.

O primeiro que o senhor abordou foi o dossiê que fizeram contra mim. Por que é que eu não tomei nenhuma providência contra o dossiê? Acho que há um equívoco e é importantíssimo e o senhor me deu uma grande oportunidade de poder, então, explanar para os Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o que ocorreu comigo dois meses e meio depois de eu ter renunciado ao cargo na ANAC.

Foi elaborado um dossiê falso, em inglês, com contas bancárias e transações operacionais tanto de cartão de crédito quanto nessas contas bancárias com remessa de dinheiro para Luxemburgo, bem, eu sei que eu não precisaria conhecer esses locais, mas eu queria destacar que eu nunca fui para o Uruguai nem para Luxemburgo. De qualquer forma... Eu faria, então, algumas transições no mesmo dia que o Coronel Veloso e no mesmo momento Anchieta Hélcias faria os depósitos nas contas bancárias. Acho até que não precisa detalhar muito, porque nós já temos um precedente de dossiê uruguaio aqui nesse país, tivemos um novo dossiê uruguaio. Então... Elaboraram isso... É redigido em inglês, todo redigido em inglês, não muito fluente para quem tem a técnica própria do assunto e tem datas grosseiras, como, por exemplo, o

dia em que eu estava dando todas as coletivas aqui do acidente da Gol, que até ensejou polêmicas grandes na imprensa essas coletivas, no mesmo dia eu estaria num *spa* no Rio de Janeiro, em Friburgo, chamado “*Spa Maria Bonita*”. Nós entramos até no *site* para ver como é o *spa* da Tânia Alves e seria impossível eu estar num *spa* no dia 30 de setembro dando coletivas aqui no aeroporto de Brasília... Que inclusive foi no dia em que deu o *Fantástico*, né? Saiu no *Fantástico* a entrevista. Eu acho que eu não tinha dúvida de que eu estava em Brasília.

Enfim... Vários detalhes nesse dossiê que demonstrava a impossibilidade da sua veracidade. Imediatamente, eu fui ao meu advogado, Roberto Podval, e disse a ele: “Eu quero providências. Leve à Polícia Federal”. E ele deu entrada na Polícia Federal de São Paulo que, num primeiro momento, disse o seguinte em seu despacho - está tudo aqui e eu vou disponibilizar ao Senado também - diz que, como eu não era mais uma Autoridade Federal, a Polícia Federal não precisava investigar a matéria e remetia então à Polícia Civil de São Paulo para que a Polícia Civil de São Paulo instaurasse um inquérito e que este inquérito então averiguasse a autoria do dossiê e a prática de três crimes contra mim - contra a minha honra, calúnia e tentativa de extorsão.

O Delegado de São Paulo imediatamente instaurou inquérito e deu um novo despacho dizendo: “Olha, não estou entendendo. Porque aqui pode ter um crime de lavagem de dinheiro, e lavagem de dinheiro se investiga sendo ou não uma Autoridade Federal”. Então, volta também para a Polícia Federal e a Polícia Federal depois de alguns meses no dia 20 de março, me parece, pela documentação, reabre... 20 de março agora de 2008, reabre, então, o inquérito, decreta o sigilo e meu advogado não consegue mais ver o que está nesse inquérito. Sendo que neste meio tempo nós contratamos um advogado no Uruguai, a procuração tem que ser consularizada, os documentos foram todos consularizados também, e os Bancos do Uruguai, o cartão de crédito do Uruguai, houve declaração expressa de que eu jamais tive contas nestes Bancos e tampouco foi feita qualquer transação com o meu nome de remessas de dinheiro internacionais. Agora, como restava um cartão de crédito nacional e eu sou um pouco obsessiva, nós também fomos investigar junto à *American Express*, bandeira do Bradesco se aquele cartão existia. E nem o número do cartão que constava do dossiê era um cartão da *American Express*. Levamos tudo isso aos dois inquéritos. A Polícia Civil de São Paulo e a Polícia Federal, sendo que o da Polícia Federal foi decretado sigilo e o meu advogado está em juízo para saber o que consta desse inquérito

to, afinal de contas eu sou vítima de um determinado crime. Abre um inquérito, é decretado sigilo e eu não sei o que está dentro dessa investigação? Isto ocorreu este ano, Senador. Em março de 2008.

Enquanto este dossiê estava sendo provavelmente... Se ele é datado de 17 de agosto, ele deve ter sido elaborado antes... Enquanto ele estava sendo elaborado, foi datado em 17 de agosto, muitas notícias saíam na imprensa e eu cheguei a ter perguntas numa das CPIs, não foi nesta Casa, a respeito de operações de carga entre o Brasil e Luxemburgo. Eu não estava entendendo de onde aparecia esse interesse tão grande com relação a Luxemburgo. Agora, o dossiê esclarece, é lógico. Falsamente... Disseram que eu remetia dinheiro do Uruguai para Luxemburgo. Senador, o senhor me conhece minimamente, mas mais do que muitos Senadores que aqui estão... Olhando nos seus olhos eu jamais tive conta internacional. Eu jamais fiz qualquer operação ou transação de remessa de dinheiro. Evidente que eu fui vítima sim de uma pressão psicológica, pressão psicológica que visava me calar. Eu não tenho dúvida disso.

Quem é o autor? Todo mundo me pergunta. Quero dizer... Eu jamais disse que a Dr^a Erenice fez esse dossiê até porque o dossiê é em inglês e a Dr^a Erenice não fala inglês, nem o básico para escrever este dossiê. Portanto, seria impossível que ela tivesse elaborado esse dossiê. Isto não é verdade... Eu estou aguardando a posição da Polícia Civil de São Paulo para que a Polícia Civil descubra o autor do dossiê. Eu não posso ser vítima de mais um crime. Eu já fui vítima de calúnia, eu já fui vítima de difamação, agora vou ser vítima de mais três outros crimes? Com que objetivo?

Então... Como o dossiê retrata, exclusivamente, este período tumultuadíssimo da liberação do CHETA onde a responsabilidade por esta liberação era do Coronel Veloso e no aspecto jurídico era minha, e tentava-se dizer - aí já vou responder a sua outra pergunta que diz respeito a TAM e Gol - que nós estávamos defendendo os interesses da TAM e por isso que a gente criava obstáculos, num processo que durou quatro meses e meio, Senador, e que no mundo inteiro não leva menos de um ano. Muito bem... Evidente que a própria polícia está fazendo um trajeto que não fui eu que levei à polícia. Eu não levo nem a minha suspeita de autoria. Eu acho que o período e o caso que agora está exposto na mídia por si só deve dar um encaminhamento aos trabalhos independentes da Polícia Civil de São Paulo, que eu tenho plena confiança nela - sou do Estado de São Paulo - e da Polícia Federal, que também tenho plena confiança na independência dela. Portanto, vou aguardar o resultado do dossiê, dessa questão do

dossiê para saber quem efetivamente e por que teria praticado esses crimes contra mim.

Com relação à TAM e Gol que o senhor perguntou. Senador, efetivamente existia um parecer sim de um escritório de advocacia que não é de uma Denise Abreu desconhecida, apesar de ter um certo *curriculum* no Direito Público, é do Pinheiro Neto que asseverava com todas as letras que haveria sucessão - não é só trabalhista tributário. [soa a campainha] E eu ainda estou restringindo a trabalhista tributária. E nós já temos precedentes firmado no TST com relação à rede ferroviária que nada mais é do que um caso... Não é idêntico. Qual é a diferença? Lá não tinha a Lei de Recuperação Judicial e é isso que vai diferenciar a matéria, só. Porém, na rede ferroviária todas as novas concessionárias hoje estão recebendo as decisões finais do Tribunal Superior do Trabalho e todas têm sucessão trabalhista, Senador. E isso no meio jurídico era muito claro.

Depois nós tínhamos um Procurador-Geral da Fazenda Nacional de altíssima qualificação nesse país. Manoel Felipe, Dr. Manoel Felipe, ele trabalhou com o Ministro Palocci em questões importantíssimas, inclusive de Reformas. Não havia dúvida de que a posição dele com isenção, respaldada também por entendimentos de advogados da iniciativa privada, desaconselhavam, então, na leitura do mercado, que qualquer empresa não só a TAM e Gol, qualquer uma delas entrassem no leilão. Quem entra da iniciativa privada num leilão onde há riscos? O Juiz do Rio de Janeiro decidiu, decidiu, mas o senhor sabe quanto tempo demora no judiciário para que essa matéria seja, definitivamente, julgada?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só uma observação. Porque eu não preciso fazer tréplica, Sr. Presidente. A senhora, então, diria que o foro universal e a não transferência das dívidas trabalhistas e fiscais foi o que viabilizou em tese a venda da VARIG? Quer dizer, sem isso seria impossível fazer?

SRA. DENISE ABREU: Não. Eu digo que existia um debate no STJ que dava foro universal e eu não sei, eu nunca li a decisão--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aí onde eu diria mais--

SRA. DENISE ABREU: Mas, espera um pouquinho, eu acho que não. O parecer do Procurador-Geral da Fazenda Nacional foi fundamental para que alguém quisesse entrar no leilão. Muito mais fundamental do que qualquer decisão que o STJ tivesse dando.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas a senhora tem informação também que a decisão do juiz já tinha saído anteriormente ao parecer ao po-

sicionamento do Dr. Manoel e ao parecer depois do Procurador-Geral da Fazenda Nacional?

SRA. DENISE ABREU: Eu nunca conheci a cronologia do processo judicial.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pois eu lhe informo que a decisão do Juiz é anterior ao parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e essa decisão tem sido mantida nos Tribunais sucessivos.

SRA. DENISE ABREU: Não sei. Eu li ontem que o STJ vai decidir essa matéria. Agora, aliás, parece que estão saneando as coisas rapidamente. Eu dei entrevista, dois dias depois a Receita expediu 13.800 notificações de problemas em impostos de renda, o STJ vai decidir rapidamente essa pendência que ainda está no Poder Judiciário... Então, assim, algumas coisas estão acontecendo e não temos as decisões finais, Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas ele tem ganho... A decisão tem sido mantida nas esferas superiores da Justiça. Do Juiz.

SRA. DENISE ABREU: Do Estado do Rio de Janeiro. Adstrito ao Rio de Janeiro. Mas essa matéria é da Justiça Federal. Trata-se de matéria Federal. É um bem público da União. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço a V.S^a que encerre, por favor.

SRA. DENISE ABREU: Não, foi ele que... O Senador efetivamente demonstrou uma cronologia correta e tanto que eu ia concordando, então, eu acho que não tem o porquê de repassar, né? Para não tomar muito tempo.

Agora, eu acho que o senhor tem uma pergunta que é importante de ser respondida. Por que é que a ANAC reviu a questão transferência VARIG LOG / Volo? Né? Que se iniciou então quando o DAC... Quando a ANAC não existia... O fato é o seguinte...

Todos os processos que não tinham uma decisão final do DAC foram pela própria lei sub-rogados pela ANAC e a ANAC tinha que analisar. Este processo VARIG LOG e Volo em que pese os advogados da empresa afirmarem que já estava encerrado, não é verdade. O despacho está aqui. Foi dada uma mera autorização prévia... Autorização prévia não é autorização de funcionamento jurídico, é uma figura que nem existe na legislação, mas ela é comum de se fazer. É uma consulta prévia em que se apontam alguns documentos que estão faltantes para que a empresa reapresente à Autoridade de Aviação Civil toda a documentação a ser analisada na autorização de funcionamento jurídico. Portanto, não estava encerrado esse processo e pendia sim de autorização de funcionamento jurídico

e eu fui designada para ser Relatora da expedição da autorização de funcionamento jurídico.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Romero Jucá que já exerceu seu direito de réplica, também a Dr^a Denise Abreu que por sua vez também já exerceu seu direito de tréplica. Como segundo orador inscrito e também autor do requerimento, alternando aqui os autores, eu concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB pelo prazo... Pelo período de 10 minutos prorrogáveis por mais cinco, conforme providência idêntica em relação ao Senador Romero Jucá. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, antes de começar meu tempo a ser contado, eu poderia contar com a providência do... Eu poderia contar com a providência do *power point*, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu autorizo a assessoria a--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu queria que passasse tudo isso. Queria que nós fôssemos direto para... Para o episódio que me refiro claramente ao tráfico de influência.

Muito bem, Sr. Presidente, nós temos então a Volo do Brasil... A Volo LLC que teriam pago honorários ao Dr. Roberto Teixeira e a seus colegas de escritório, Valesca e Cristiano Martins, numa pressão que rachou a ANAC. Temos a Ministra Dilma Rousseff que promove a troca do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Manoel Felipe Brandão, que contrariava aquele que virou o resultado final do negócio e o substituiu por uma pessoa mais dócil, o Dr. Luis Inácio Adams. Isso para mim se constitui em tráfico de influência... Para ser bem direto.

Aí gostaria que passasse para a transparência seguinte... Isso aqui. Eu não seria o único aqui e até para não fugir à praxe a não falar em bíblia. No meu caso quero saber se houve vendilhões... É outra passagem bíblica. Faço aqui um preâmbulo, porque de novo a Ministra Dilma, de novo a Dr^a Erenice, de novo um novo dossiê. Já ficou aqui excluída a hipótese técnica da Dr^a Erenice ter feito o dossiê em inglês. Mas eu continuo desconfiando daquele dossiê em português sobre os cartões corporativos. Aquele monoglota, ainda não estou convencido daquilo.

Aqui falou-se em força policial para impedir uma reunião. Métodos que são absolutamente condenáveis e que devem ser esclarecidos. Mas vamos agora, então, à cronologia que é isso que nos interessa...

No dia 25 de janeiro de 2006... Se desse para colocar tudo de uma vez... No dia 25 de janeiro de 2006 dá-se a venda da VARIG LOG para Martin Peterson e sócios brasileiros. 48 milhões. A Dr^a Denise acusa

os tais sócios de não preencherem os requisitos que comprovem a sociedade efetivamente. Mas o Juiz da 17^a Vara Civil de São Paulo, Dr. José Paulo Camargo Magano, disse que os brasileiros eram meramente laranjas. 48 milhões. A minha pergunta é bem simples, doutora. Houve influência palaciana, houve influência da Casa Civil?

No segundo ponto... A aprovação da venda. Então, nós temos aí... V.S^a presidia a ANAC. Temos aí de novo a figura do Dr. Roberto Teixeira e aqui temos o Conselheiro de Defesa Econômica, Dr. Celso Campilongo, afirmando, taxativamente, que não se poderia ter dispensado a documentação. E o Dr. Marco Antonio Audi, aquele que diz que Roberto Teixeira fazia chover, e eu pensei que era só São Pedro... Que haviam pago cinco milhões de reais ao advogado.

Em 20 de junho de 2006, dá-se a VARIG... A venda da VARIG por 24 milhões de reais. Com o perdão de dívida de sete bilhões de reais... De dólares. Dólares. Aqui está... Só piora, viu. Eu estava sendo modesto e moderado. Só piora. Então, com o favorecimento de... Perdão de dívidas e eliminação de passivos fiscal, tributário e trabalhista. Muito bem... Aí a minha pergunta é, com clareza, a senhora confirma que Roberto Teixeira fez *lobby* junto ao Ministério da Defesa e ao Ministério do Trabalho? Na época o Ministro da Defesa era o Sr. Waldir Pires e Ministro do Trabalho era o Sr. Luiz Marinho.

Finalmente, no dia 28 março de 2007, tem a venda da nova VARIG para a Gol. E aí é que realmente eu estranho, e tenho que voltar à passagem bíblica dos vendilhões... Porque 320 milhões de dólares foi a venda e nós tínhamos uma... Havia uma proposta da TAM no valor de 738 milhões de dólares. E 720 milhões de reais a proposta da TAM. O lucro, então, estaria estabelecido aí em 296 milhões. Tem algo que não se deve fazer. Eu vou deixar para o final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem dúvida... O advogado da Gol era o inefável, Sr. Roberto Teixeira. Eu pergunto, Dr^a Denise, se a senhora confirma que o Dr. Roberto Teixeira envolveu a Ministra Dilma Rousseff para aprovar uma operação ilegal de compra da VARIG com perdão de dívidas de forma a revender a empresa limpinha, limpinha, com o lucro de 296 milhões de reais? E aí vem uma pergunta: O que levaria a VARIG LOG a recusar uma proposta da TAM com o dobro da oferta uma semana

antes da venda provocando discórdia e briga judicial entre os sócios? É um programa muito antigo da televisão. Tinha um personagem que dizia assim: “Não gosta de dinheiro?”

Teria a Ministra Dilma ordenado a troca do Procurador-Geral da Fazenda Nacional para determinar o perdão de uma dívida de sete bilhões de reais com prejuízo para o país e para os trabalhadores desse mesmo país? Ainda, Dr^a Denise, e aí vamos cair aqui no subjetivo, porque até o momento ele nunca soube de nada. A pergunta poderia ser... Até considerado ingênuo da minha parte... O Presidente Lula sabia das ações do advogado, seu compadre? Vai dizer que não? O Presidente Lula sabia dos propósitos da Ministra? Vai dizer que não? Sabia dos prejuízos fiscais para o Brasil e trabalhistas para os funcionários? Vai dizer que não? Certamente.

Mas eu gostaria ainda de encaminhar aos Anais da Comissão, V.Ex^a fez referência a este retrato, exatamente o exemplo do que não se deve fazer na vida pública. Isso é misturar o público com o privado sim. [ininteligível] hoje com muita felicidade diz que o nome disso é “malversação” de poder público. Não se referiu sequer à malversação de recursos. Nós temos o Presidente dedicando ao Sr. Marco Audi... Para o amigo Marco Audi um abraço do Lula. Podia ter feito antes de ser Presidente, poderia fazer depois de Presidente, não deveria ter feito enquanto Presidente. E aqui as duas filhas do Dr. Roberto Teixeira, o genro, o cidadão chinês lá pichando [ininteligível], o Sr. Marco Audi da VARIG LOG, o Sr.... O Presidente Lula, essa foto sem o Presidente Lula passaria, assim, como uma foto qualquer. Agora, o Sr. Guilherme Lager, então Presidente da VARIG, o Sr. Eduardo Galo da VARIG LOG, o Sr. Santiago Born do Matlin Patterson e o Sr. Roberto Teixeira... Sempre o Sr. Roberto Teixeira.

Vou aproveitar meu tempo para lhe fazer algumas perguntas ainda que julgo de alguma relevância. O Advogado Roberto Teixeira, acusado de intermediar todas essas transações, procurando agilizar o processo e certa vez ele veio aqui na CPI dos Bingos e eu disse que eu o achava um homem muito talentoso e várias empresas também. É uma pena que esse talento tivesse sido descoberto de 2003 para cá. As empresas não sabem que bom advogado perderam de 2003 para lá, para baixo. Mas, muito bem, ele acusou a senhora de ter feito de tudo para impedir o restabelecimento da VARIG LOG e da nova VARIG. Eu, por exemplo, eu sou sentimentalmente admirador da VARIG. Eu adoraria que a VARIG estivesse no ar voando não desse jeito, assim, a Gol com pinta de VARIG. Mas, eu não pensava nisso... Em 24 milhões darem não sei quantos e uma pergunta que a gente não pode deixar de

fazer. Tem uma pergunta de 418 milhões de reais para se fazer... A mais valiosa de todas, porque... dólares, né? Muito bem... [soa a campainha] A senhora e outros dirigentes à época de órgãos de aviação acusam a Ministra Dilma Rousseff de ter pressionado a ANAC para que não exigisse documentos que atestassem a origem do capital dos sócios brasileiros da VARIG LOG. Eu pergunto: Que documentos foram esses? E como foi essa pressão palaciana? Durante a CPI do apagão aéreo eu algum tempo se a senhora foi pressionada por alguém do Governo para não se manifestar sobre o tráfico de influência, supostamente, praticado pelo Advogado Teixeira? E aí não sei, aí a senhora pode dizer que não tem conhecimento ou não, mas se agiu em relação à ANAC... A senhora tem conhecimento de alguma outra tentativa parecida da Ministra Dilma em relação a outras Agências Reguladoras?

E algo gravíssimo, em reportagem veiculada pelo jornal *Folha de São Paulo*, no dia 5 de junho de 2008, aparece o dono da Gol, o Sr. Nene Constantino dizendo que o Presidente da República pediu a ele que salvasse a VARIG. A partir daí é possível, então, concluir que pode ter havido essa influência presidencial sobre a venda da VARIG. Aí a pergunta vem: Por que a Gol e não a TAM que pagaria 418 milhões de dólares a mais e aqui já se falou de *lobby* para cá, *lobby* para acolá, eu tenho antipatia idêntica pela GOL e pela TAM, para deixar a coisa bem clara. Me aborrece todas as vezes que eu viajo de Manaus para cá e daqui para Manaus. No Governo atual, antigamente no seu tempo tinha o tal apagão, agora eles regularizaram o atraso de uma hora, uma hora e meia. Uma coisa certinha, já me custumei. Quando eu não chego atrasado o avião sai na hora. [risos]

Muito bem... A pressão para executar a transação da venda da VARIG foi feita porque a senhora e outros Diretores comprovavam, cobravam a comprovação de origem de capital e a comprovação de renda dos acionistas do grupo americano? É verdade que o parecer da Procuradoria da ANAC dizia que não era competência da Agência exigir tais documentos? E qual o embasamento legal que levou a Agência a exigir essa documentação dos acionistas?

E aí vem algo muito estranho, não é pergunta, é confirmação... As razões de porquê a Ministra teria recebido no seu palácio o sócio da VARIG LOG, Marco Antonio Audi. Eu trabalhei lá... Fui Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Não é uma coisa escrita, mas tem um Regulamento não escrito que proíbe, por exemplo, que Ministro da Casa receba empreiteiro. Tem que ter a presença de alguém do lado. Essas normas escritas ou não escritas fazem

parte de uma boa praxe e devem voltar a serem observadas o quanto antes.

E finalmente que decisões favoráveis a Ministra tomou em favor do fundo americano Patterson e dos sócios brasileiros da VARIG LOG? E mais ainda, repito, trabalhei lá no Palácio do Planalto, considero estranhíssimo que depois de qualquer conversa se tenha reunido toda aquela trupe para levar essa trupe à presença do Presidente da República. Isso quebra o caráter de austeridade do gabinete presidencial. Isso informaliza algo que deve ser marcado pela liturgia... Que deve ser marcado pela sisudez, pela austeridade.

Eu gostaria de cumprimentar V.Sª pela explanação muito tranqüila, muito lúcida que fez. Determinada pessoa, a senhora se reserva a não citar nomes, eu também não cito, que não me veio autorizado citar, mas me disse que eu tomei um susto que V.Sª seria desequilibrada. Eu disse: “Meu Deus, então, vocês erraram duas vezes. Porque indicaram uma pessoa desequilibrada para tomar conta dos meus vôos e dos meus filhos? Pelo amor de Deus, vamos pelo menos admitir que a moça era equilibrada”. E provou que era. O tempo inteiro tranqüila, o tempo todo com muita calma, com muita tranqüilidade. Mas a sua sabatina na Comissão de Infra-Estrutura, quando a presidia o Senador Heráclito Fortes, foi a única prestigiada pelo Governo. Senador Heráclito Fortes, homem educado que é, cavalheiro que é, percebeu a presença do Ministro Mares Guia e percebeu a presença da Drª Erenice Guerra que estavam lá dando opiniões ótimas a seu respeito. E diziam tudo de bom a seu respeito. E educado como é ele pediu que o Ministro Mares Guia sentasse à Mesa e a Drª Erenice Guerra também e ela deve ter obviamente aprovado tudo que a senhora disse, porque a senhora falou tudo em português. [risos] Tudo muito claro.

Então, eu quero dizer que fiquei muito tranqüilo quanto ao fato que a senhora deve ter gerenciado com muita tranqüilidade meus vôos, demonstrou muito equilíbrio emocional [soa a campanha] e eu aguardo sua resposta para ver se há necessidade de replicar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu queria fazer só um pela ordem ao Senador Arthur Virgílio. Que eu não entendi. [soa a campanha]... Não, apenas para pedir um esclarecimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concedo a V.Exª a palavra pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ele falou em perdão de sete bilhões e passivo que foi perdoado eu queria saber a que ele se refere. Eu não entendi onde é que o Governo perdoou sete bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio, V.Exª ainda tem um tempinho e pode concluir, por favor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Posso, pois não. Bom... Eu respondo pela ordem ao Senador quando eu tiver a honra de ser Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, que ainda não sou. Ainda não... Sim, o esclarecimento eu respondo. Sem dúvida, a acusação é essa, é de ter vendido a VARIG, resolvido equacionando a questão da dívida fiscal, dívida tributária e dívida trabalhista.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Exatamente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Seguindo a Lei de Falências e uma Emenda de V.Exª que pediu para que isso ocorresse.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Vou fazer uma pergunta a V.Exª agora. V.Exª...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só para saber se é isso. Porque tem uma Emenda aqui de V.Exª que diz o seguinte: “O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematamento nas obrigações do devedor inclusive de natureza tributária”. V.Exª acrescentou: “As derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidente do trabalho”. Nós não aprovamos isso. Nós fomos até tributários. Mas isso aqui era previsto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Romero Jucá--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O PSDB pediu também--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Deixa eu fazer uma pergunta a V.Exª agora... Se V.Exª se dedicar a ler meus textos... Por favor, se V.Exª se dedicar a ler meus textos com atenção, vai largar o Governo e passar para a Oposição. V.Exª que eu sei que já foi convidado até pelo Obama para ser o líder do próximo Governo Americano. [risos] Mas aí eu faço a V.Exª uma outra pergunta. Eu sou a favor da Lei de Falência e dizia ao Senador Mercadante ainda há pouco. Aprovamos, aprovamos porque essa Lei de Falências... É lei de recuperação de empresas. Ela propicia, na verdade nós rompemos até com aquela coisa medieval que significava a sanção social de se humilhar o falido, enfim. Mas tem uma pergunta que eu faço a V.Exª que vai ser difícil V.Exª responder... E V.Exª pode dizer que não tem nada a ver com a Gol e nem com a TAM. Por que a Gol e não a outra vendendo a menor e não a maior?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): [pronunciamento fora do microfone] Eu acho que essa

pergunta tem que ser respondida e isso deve ser investigado. Agora, isso é uma operação comercial entre empresas. Por que é que a TAM que disse que queria comprar não comprou no leilão? Porque não apareceu nos leilões.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas sempre atrás disso uma figura simpaticíssima, bonachona, sorridente, rosada, chamada Roberto Teixeira.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): V.Ex^a disse que Roberto Teixeira fez com que os detentores da empresa vendessem--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Senador Romero Jucá, V.Ex^a já teve oportunidade... Senador Arthur Virgílio--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas as relações comerciais envolvendo o Sr. Roberto Teixeira--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço que V.Ex^a conclua por gentileza.

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não consumiu lexotan de praxe. [risos] Então, simplesmente, simplesmente eu estou registrando a coincidência de que de 2003 para cá o Sr. Roberto Teixeira é uma espécie de Rei Midas. Ele toca nas coisas e as coisas viram ouro. Não era assim antes? O talento dele foi descoberto depois. Se ele fosse jogador de futebol, ele não teria idade para ir para a seleção brasileira. Como não é jogador de futebol, dá para advogar até os 200 anos, que é o que eu desejo que ele viva. Agora, desejo que ele viva sem prejudicar o povo brasileiro, sem prejudicar os trabalhadores, sem provocar negócios que pelos favoritismos oficiais termine rendendo vantagens para seus parceiros e prejuízos sim para os trabalhadores, prejuízos para a sociedade brasileira, [soa a campainha] prejuízo até para o recolhimento dos impostos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a terá o direito à réplica logo após as respostas--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu estava respondendo pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra a Dr^a Denise Abreu que terá o tempo de 10 minutos para as respostas. Depois réplica e tréplica.

SRA. DENISE ABREU: Senador Arthur Virgílio, quando houve a sabatina aqui no Senado a Dr^a Erenice Guerra nem o Ministro Mares Guia estiveram aqui para apoiar meu nome. Existia e o Senador Heráclito conhece todo o histórico daquele momento. Existia sim uma

dúvida quanto à aprovação do nome do Milton Zuanazzi naquele momento até porque o que se sabia naquele momento é que o Deputado Leur Lomanto era o indicado para ser o Presidente da ANAC e... Quando foi colocado em votação o meu nome ele só foi colocado no mesmo dia, foi separado, então colocou-se em votação o nome do Coronel Veloso com o Leur Lomanto, dois dias depois ia entrar só o meu nome em votação, o Ministro Mares Guia aqui esteve exatamente para trabalhar que o meu nome entrasse em votação no mesmo dia que do Milton Zuanazzi, porque não queria deixar em risco a votação do Milton Zuanazzi sozinho. Não foi para apoiar o meu nome que aqui estiveram... Eu não fui indicada pelo Governo para ir para a ANAC. Eu fui indicada pelo trabalho que eu realizei na Casa Civil no período anterior e que foi sim reconhecido não só pelo setor aéreo, mas por vários Órgãos do Governo Federal porque era um grupo de trabalho composto por inúmeras pessoas. Então, eu gostaria de primeiro deixar isso bem esclarecido e quem pode me ajudar a relembrar essa matéria é o Senador Heráclito, porque ele efetivamente participou e eu não sei se o senhor discorda do que eu estou aqui relatando.

Muito bem... Com relação ao porquê foi vendido para a Gol e não para a TAM. Com a mesma franqueza que eu tive... Eu vou dizer coragem, Senador, todo mundo está dizendo coragem, eu vou usar a mesma palavra. Com a mesma coragem que eu tive de dar entrevista relatando questões que são muito delicadas sob o ponto de vista governamental, com a mesma coragem eu lhe digo: "Eu desconhecia esse tal memorando de intenção entre Gol e VRG". A *Veja* trouxe essa matéria e parece que mostrou o memorando, não estou colocando em dúvida a existência do memorando não. TAM. A *Veja* traz uma matéria dizendo que a TAM apresentou memorando de intenção de compra num valor que era o dobro do que foi vendido para Gol. E o memorando deve existir mesmo, a *Veja* é uma revista, sem dúvida nenhuma, séria que não ia apresentar esse tipo de informação se não tivesse visto o memorando. Agora, eu não conheço as razões pelas quais foi vendido para a Gol e não para a TAM, e se o memorando de intenção que naquele prazo de 10 dias fluía, e o que existe é muito boato no mercado informações com relação a uma intenção sim de privilegiar a proposta da Gol e aí porque havia interesse econômico do fundo americano por conta de alguma negociação que diz respeito à fraldas e eu não sei que negociação é essa... Isso é o que se dizia, eu não sei se isso é verdade ou não... Até para que não digam que estou caluniando, estou simplesmente asseverando uma informação que corria no mercado e que também nos pegou de surpresa com a participação também do Sr. Roberto Teixeira nesta

definição de venda à Gol que foi, inclusive, anterior à apresentação da documentação na ANAC. Então, aí eu acho que são conclusões que têm de ser tiradas e eu não posso tirar nenhuma delas... Eu só estou relatando o que eu vi na imprensa.

Com relação ao *lobby* no Ministério da Defesa e no Ministério do Trabalho. Quem gosta muito de usar essa palavra “*lobby*” aí é o Roberto Teixeira, né? Eu não vou usar a mesma palavra com relação a ele, ele é um advogado, e me reservo ao direito de não chamá-lo de “lobista”. De qualquer sorte, havia reuniões, ocorria sim no Ministério do Trabalho, segundo informações do Milton Zuanazzi, onde houve a participação inclusive dos advogados antes da realização do leilão. O Milton pode esclarecer. Eu nunca estive nessa reunião, eu nunca fui convocada, aliás, a partir de 23 de junho vocês vão ver nos processos estranhamente por eu ser a única ali que tinha, então, algum tipo de experiência na área jurídica, no Direito Público, o escritório Teixeira Martins deixou de peticionar a mim. Eu deixei de ser Relatora do caso, o Milton avocou o caso para ele e ele passou a decidir as matérias e tudo era peticionado para o Veloso sob o argumento de que era, então, o momento do CHETA. É aí que se começa uma pressão muito intensa em cima do Coronel Veloso.

Então, a partir de 23 de junho eles não querem mais nem peticionar a Diretora Denise Abreu. Com relação... Não sei, é tanta coisa da CPI do “apagão” aéreo... Sabatina eu já falei... Eu acho que é isso que o senhor estava perguntando basicamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Para réplica, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para réplica o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Dr^a Denise...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Após, de acordo com o art. 14, eu vou conceder a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Dr^a Denise, há uma questão de fundo, porque nós já percebemos a presença do Advogado Teixeira no episódio da TRANSBRASIL. É... Tem uma afinidade com o setor muito grande. Está para a aviação como Nelson Piquet para o automobilismo. Só que o Nelson Piquet corria com o próprio sacrifício, sacrifício da sua própria vida, enfim.

Mas eu estou com o propósito dessa nossa Sessão de Audiência Pública aqui na Comissão de Infra-Estrutura, eu estou apresentando requerimento de informação ao Ministério da Defesa e Ministério do Trabalho indagando quantas vezes o Sr. Teixeira foi

a essas duas repartições públicas. É muito simples... Haverão de relatar literalmente a verdade dos fatos. Do mesmo modo, e se diz assim: “Ah, mas há um negócio comercial entre empresas”. O problema todo nasce na contrariedade aos pareceres. Toda a trama se deu na medida em que os pareceres foram alterados e alterados por favoritismo político, alterados por pressão de quem faz chover, alterados por cumplicidade de quem no poder deixa fazerem chover. Esta para mim é a questão central. Tem que trocar o Procurador da Fazenda Nacional? Troca-se o Procurador da Fazenda Nacional. O importante é o resultado final. E o resultado final deu na venda a menor de uma empresa para aquela que tinha como advogado o homem que fazia chover. Para mim isso está muito claro. É algo que merece mesmo investigação profunda. Seus documentos devem ser analisados com muito cuidado, muita atenção. Eu vejo que é um lote expressivo de papéis e, por outro lado, nós quem sabe ainda tenhamos muito que fazer. Este ano é um ano eleitoral, é um ano que... Ainda assim temos a parte final dele. Quem sabe isto aqui mereça a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque são graves as denúncias que V.S^a traz à Nação, são graves as revelações que faz. [soa a campainha] E é extremamente recorrente, é recorrente o comportamento que vai levando para noticiários negativos a Ministra-Chefe da Casa Civil. Como é recorrente a participação em episódios que revelam exercício efetivo e formal de poder, episódios capitaneados pelo Advogado Roberto Teixeira. Esses documentos podem ser a base para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito... Não digo agora, mas após as eleições, porque isso merece ser aprofundado e esclarecido, [soa a campainha] as pessoas sendo obrigadas desde que vindo aqui a falar sob juramento e a dizer, absolutamente, a verdade, nada menos, eu não peço nada mais do que a verdade. Muito obrigado a V.S^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Dr^a Denise Abreu para a tréplica.

SRA. DENISE ABREU: Eu esqueci de responder uma pergunta do senhor, Senador. O senhor questionou a respeito na época da CPI do Apagão por que essas revelações não teriam sido feitas?

Bom... Em primeiro lugar, eu não me utilizaria de maneira nenhuma de qualquer tipo de subterfúgio para fugir aos questionamentos que eram feitos a mim naquela oportunidade tanto no Senado quanto na Câmara e não dizia respeito à VARIG e estava-se apurando o caos aéreo nacional.

Mas houve uma oportunidade sim em que os Deputados da Câmara foram à ANAC. Numa única

reunião da CPI na ANAC... Nesta reunião eu cheguei a dizer aos Deputados que estavam ali presentes e o Deputado Vanderlei Macris estava ali, ele pode testemunhar asseverando se é verdadeiro ou não o que vou levantar agora, eu disse sim naquela reunião que seria oportuno e foi convocado, mas ele não aceitou, que se convocasse o Juiz da recuperação judicial do Rio de Janeiro porque o início de todo o caos aéreo deste país, na verdade, decorria desta confusão do caso VARIG LOG, onde por ingerências haviam ocorrido algumas ações que desembocaram na venda dessa empresa de uma forma tal que fez com que as demais empresas passassem a voar por ela durante um longo período, porque ela compra e não voa. O edital diz: “Eu vendo para você, mas quem continuará voando até que você receba a concessão é a antiga VARIG”. Só que a antiga VARIG não tinha condição de continuar voando. É onde os sócios estrangeiros estão alegando que eles injetavam dinheiro para manter a VARIG voando.

Ora... Se eles injetavam dinheiro para manter a VARIG voando, por que é que eu tenho inúmeros ofícios do Coronel Veloso para a empresa dizendo: “não dá mais para aplicar o plano de emergências, obrigando as demais empresas a voarem por vocês porque o edital diz que quem tem que voar é a antiga, onde está sendo depositado o dinheiro”. Então, realmente são questões que não dá para entender o que estava ocorrendo no âmbito daquele processo judicial. Mas o fato é que eu sugeri sim que fosse feita uma convocação ao Juiz e eu disse que eu achava que deveria ser apurado com muita firmeza essa questão, mas, infelizmente, na sequência já renunciei, os demais Diretores também e aí a gente não teve a oportunidade de dar andamento a essa análise.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, me permita mais um minutinho a mais. Eu me atrapalhei um pouquinho ali, há uma matéria da revista *Veja* que eu disse que ia fazer a pergunta mais valiosa, eu gosto de cumprir com a minha palavra. Pergunta da revista *Veja* no valor de 418 milhões de dólares. Por que a proposta de 738 milhões da TAM pela VARIG foi recusada e a de 320 milhões da Gol foi aceita? Felipe [ininteligível] e Fábio Portela A pergunta mais valiosa de todas. Essa tinha que ser feita pelo Tio Patinhas e não por mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A senhora ainda dispõe de um tempo de 1 minuto e 40 para concluir essa fase da tréplica, caso V.Exª...

SRA. DENISE ABREU: Eu não posso responder essa pergunta do Senador porque eu desconheço por completo isso. Eu não sei, quer dizer, eu tomei conhecimento pela *Veja*, mas eu não sei.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu quero um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Lobão, eu vou primeiro assegurar a palavra ao Senador Heráclito que a solicitou com base no art. 14 do Regimento, e logo em seguida a V.Exª pela ordem. Senador Heráclito Fortes, com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, a memória do Senador Arthur Virgílio me obriga a esclarecer fatos que vivi e testemunhei. Foi muito traumática a votação na Comissão de Infra-Estrutura da Diretoria da ANAC. Questionava-se os nomes, se os nomes realmente tinham condições de exercer aquela função, se conheciam de aviação, se conheciam do problema do setor aéreo... O problema arrastou, se não me lembro mais, faz algum tempo, mas de dois a três meses. Havia um questionamento que não me lembro mais sobre com relação ao nome do Dr. Zuanazzi. E nos corredores da discussão era se ele era uma indicação da Ministra Dilma ou se era uma indicação do Ministro Mares Guia com quem ele trabalhava.

O Ministro Mares Guia foi Parlamentar e sempre teve um acesso fácil de trânsito com toda essa Casa. Confesso, inclusive, que tenho um apreço especial muito grande pelo Ministro. Fez força, [soa a campanha] no final havia uma pressão para a divisão quando decidi marcar a data. Queriam os nomes para uma data e outros nomes para uma data seguinte... Na realidade era um processo de fritura, aprovava uns e os outros seriam fritos. As alegações eram as mais diversas... Senador Antonio Carlos não concorda com fulano, e por aí afora.

Então, eu disse que só aprovaria o bloco. Não via motivo de que o bloco não fosse aprovado em bloco. [soa a campanha] E assim foi feito. É verdade, a Drª Erenice esteve na sala juntamente com o Ministro Mares Guia e pela função que ocupavam e pela presença eu os convidei até porque a assessoria dela me comunicou que ela estaria ali representando a Casa Civil, e a convidei para fazer parte da Mesa. Foi o que ocorreu.

Quero por fim dizer, [soa a campanha] Sr. Presidente, que agora isso não tivemos nenhum outro tipo de pressão a não ser a pressão política... Em determinado momento quiseram retirar nomes que já estavam lá, inclusive no partido do Senador Romero Jucá algumas divergências, queriam fazer substituição dos nomes e

foi aonde eu não concordei, porque o processo todo já estava em final de... Já estava com data marcada de aprovação.

Eu quero prestar esses esclarecimentos exatamente... E é verdade o que a Dr^a Denise disse que no dia quiseram tirar o seu nome e eu não concordei, como não concordei com os outros nomes. Ou se faz todos ou não se faz. Se há alguma falha, se há alguma... Isso deveria ter sido feito com antecedência até porque esses nomes vêm para cá remetidos pelo Presidente da República, e não é de bom alvitre retornar o nome sem que haja um motivo justificável para isso. Os esclarecimentos que eu queria fazer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Art. 14, Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho pela ordem e logo após V.Ex^a. E é a última oportunidade que nós vamos atender solicitação do art. 14, já que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Já que o Regimento Interno permite que apenas seja utilizado numa Sessão por duas vezes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, já foi esclarecido e ele vai abrir mão tenho certeza pela coerência. Ele me perguntou se eu tinha dito que ele quis tirar, [soa a campainha] eu disse o partido dele até porque naquela época ele não era tão poderoso quanto hoje. Ele estava marcando uma quarentena do Governo que hoje defende com tanto apreço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir Senador Heráclito. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho... Com a palavra pela ordem, logo após V.Ex^a.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem apenas para esclarecer. O Senador Arthur Virgílio fez uma pergunta à nossa depoente, ou convidada e que eu não considero que tenha sido respondida. Ele perguntou diretamente: A senhora recebeu ordens diretas de alguém do Governo para favorecer algum grupo econômico? Ordem direta. Sim ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A senhora terá oportunidade de responder logo a seguir quando a Senadora Ideli Salvatti fizer uso da palavra. Mas a senhora pode já anotar essa pergunta do Senador Edison Lobão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone] A pergunta não é minha, a pergunta é do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom... Ela poderá fazê-lo, Senador Edison Lobão, ela poderá fazê-lo oportunamente. E acho que será importante que ela preste esta informação à Comissão de Infra-Estrutura e à sociedade. Baseado em que artigo V.Ex^a pede a palavra...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por uma questão de ordem. Com a palavra V.Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero perguntar a V.Ex^a, e fiz por uma Questão de Ordem, porque... Saber como é que nós vamos dar sequência a essa Audiência Pública. Se vai ser possível, se pedir esclarecimentos a cada interrogação que for feita à depoente, se nós vamos poder fazer como fez agora o nobre Senador pedido de esclarecimento. Porque se assim o for, nós não vamos ter oportunidade de passar por todos os inscritos e até porque eu também gostaria de fazer um esclarecimento e já o faço, [soa a campainha] que também não foi respondida uma questão do nobre Senador Romero Jucá que perguntou a Dr^a Denise se tivesse sido decretada a falência da VARIG, o que é que ocorreria. E ela não respondeu a pergunta para que todos pudessem ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senador. Eu passo a palavra ao Senador Romero, é o último solicitante da palavra com vistas aí com base no art. 14 do Regimento já que esse expediente só pode ser utilizado de acordo com o Regimento duas vezes numa Sessão ou numa Audiência. Então, não vou mais permitir que isso ocorra e tampouco vou permitir tempo que sejam feitos questionamentos antes da palavra ser concedida aos oradores que já estão inscritos até em respeito aos oradores.

Agora, usará da palavra a Senadora Ideli Salvatti, líder do PT, logo a seguir o Senador Demóstenes Torres. Se a Senadora permitir, já que ela está ocupada, eu passarei a palavra...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, é que tem o art. 14 do Senador Romero Jucá antes. É isso. Não estou abrindo mão da minha fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desculpe. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, primeiro deixar claro que quando nós trabalhamos pela aprovação, trabalhamos pela aprovação de todos os indicados da ANAC. Aliás, a Dr^a Denise é testemunha disso que sabe que nós trabalhamos e aprovamos. E eu quero aproveitar a oportunidade e dizer

que teve uma pergunta do Senador Arthur Virgílio que eu não vi uma resposta clara que exatamente se ela teve conhecimento.... E se ela sabe explicar por que é que a TAM não comprou por 700 milhões e a Gol comprou por 300. Quero saber se ela tem conhecimento da TAM ter feito formalmente uma proposta. Porque eu li no jornal essa semana que a TAM deu uma nota dizendo que não fez proposta formal para comprar a VARIG. Eu pedi para o jornal vir, ser trazido aqui, passarei a o outro colega que vai fazer a pergunta, mas gostaria de saber, efetivamente, se ela tem conhecimento por que a TAM nega que tenha feito a propostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli Salvatti. Autora também de um dos requerimentos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada, Sr. Presidente. Aqui hoje a bíblia foi citada à exaustão, a começar pela nossa convidada, a Denise Abreu, por vários Parlamentares e eu não vou fazer citação bíblica, mas vou fazer uma citação de um trecho de uma música que muitos aqui pela idade conhecem, que é do Milton Nascimento, que diz lá num belo trecho “levei um susto imenso nas asas da Panair. Descobri que as coisas mudam e tudo é pequeno nas asas da Panair”.

E eu queria começar por aí, porque além da Panair, que há muito tempo deixou de dar sustos imensos, nós tivemos sustos assombrosos na sequência com a quebra da VASP, com a quebra da TRANSBASIL e porque houve aprovação pelo Congresso de uma Lei de Recuperação de Empresas que modificou todo o panorama jurídico é que nós tivemos uma situação de não deixar quebrar e sim recuperar, né? Ou tentar salvar algo da VARIG. E inclusive o seguinte, a Dr^a Denise Abreu ela foi indicada para ser uma das Diretoras da ANAC, pelas informações que eu tenho, porque ela já acompanhava há muito tempo, inclusive na equipe da Casa Civil, todo... Toda essa discussão de infra-estrutura, principalmente essa discussão de infra-estrutura aeroviária. Portanto, aquilo que foram as qualidades para a sua indicação vieram exatamente deste acompanhamento. E, portanto, eu queria iniciar, Dr^a Denise, perguntando exatamente isto.

No período que V.S^a estava na Casa Civil, que depois da aprovação da Lei de Falência, 9 de fevereiro de 2005, que modificou todo o panorama, que o DAC, inclusive o Senador Romero Jucá utilizou esta questão, né? Porque o DAC... Porque a ANAC foi só constituída em 2006. Mas em 2005 já tinha tido um procedimento do DAC onde era mais ou menos parecido. Tinha chinês, tinha outros empresários brasileiros para quem sabe lá tentar driblar a legislação. E quando foi reformulado, né? Quando foi colocado para

a ANAC dar continuidade, a senhora que já acompanhava isso lá na Casa Civil não entendeu que deveria reformular, deveria fazer alguma exigência? Aliás, é uma pergunta que o Senador Jucá fez, o Juca fez e que a senhora não respondeu. As exigências adicionais que a senhora fez no caso da venda quando já estava a ANAC constituída... As exigências adicionais para fins de aferição da restrição legal de participação do capital estrangeiro feitas por V.S^a aos interessados na transação Volo do Brasil haviam sido feitos também pelo DAC AERO LAB na primeira fase de transação... Essa é a pergunta. A ANAC reviu essa transação na medida que o processo ainda estava aberto, como V.S^a acabou de afirmar, ou não? Então, essa é a pergunta, inclusive, estou retomando já por conta da questão que a senhora mesmo colocou.

A outra coisa que eu queria perguntar é o seguinte... Até pela larga experiência que a senhora teve que a fez ir para a ANAC. Havia uma discussão óbvia colocada entre uma disputa de mercado, disputa entre as empresas, não é? Quem é que vai pegar o espólio, quem é que vai pegar os *slots*, os CHETAs, as aeronaves, ou seja, quem é que iria usufruir do espólio - que não era qualquer coisa da VARIG - havia, portanto, uma disputa de muito interesse em jogo até porque a VARIG tinha nada mais nada menos do que aproximadamente, antes de começar o processo de desmonte, ela tinha aproximadamente um terço das aeronaves [soa a campainha] em operação e ela tinha algo... Não tenho aqui o número bem preciso, mas a informação que eu tenho é a grande maioria dos *slots* e CHETAs. Portanto, a possibilidade de fazer os vôos internacionais, poder descer e subir e tal... Isso era o filé mignon da disputa e era isso efetivamente que estava em jogo. Portanto, tinha uma disputa de mercado, mas tinha também um interesse público em jogo.

Porque depois de quebrar a VASP, a TRANSBASIL e deixar quebrar tendo uma Lei de Falência que permitiria fazer a recuperação da empresa, me parece que era algo absolutamente imprescindível de nós não termos a terceira quebra na sequência de empresa prejudicando os nossos vôos, as aeronaves e as linhas todas. Então, eu queria que a senhora pudesse colocar de forma clara se havia esta preocupação efetiva mesmo desde o período que a senhora estava na Casa Civil como no período que a senhora foi para a ANAC.

Porque aqui no Congresso a nossa única preocupação o tempo inteiro era não deixar quebrar, não deixar quebrar, não deixar quebrar. Tanto que teve manifesto nada mais nada menos que 80 Senadores na época assinaram manifestos contrários, né? Vamos

impedir a qualquer preço, a qualquer custo a quebra da VARIG.

Portanto, esta questão da disputa do mercado, dos interesses das outras companhias que queriam obviamente se apropriar do espólio frente ao interesse público isto era ou não era? Deveria ou não deveria ser algo de preocupação e de ação, inclusive, do Governo?

Bom... A outra questão que eu queria perguntar é o seguinte. Esta foi a primeira empresa de grande porte e de grande repercussão que foi regida pela nova Lei de Recuperação das Empresas, que foi a modificação da Lei da Falência. Este procedimento, como diz aqui o Juiz Ayoub, foi totalmente executado no comando dele? Teve algo que vocês decidiram enquanto ANAC que foi confrontado ou foi que o Juiz não concordou? Porque o Juiz ele diz o seguinte, a reportagem que saiu: “Juiz nega ter feito ou recebido pressões. O Juiz Ayoub considera perfeitas as negociações sobre o caso. As duas negociações consideradas por ele atos jurídicos perfeitos e acabados. Sou Juiz e não sou perfeito. Se eu tivesse que tomar as mesmas decisões hoje, tomaria todas da mesma forma. As decisões são polêmicas, a que se referiu o artigo, foram mantidas até hoje pelos tribunais superiores, então a decisão polêmica não seria só minha, seria de todo o Poder Judiciário”.

Portanto, então, é a pergunta que eu quero fazer é exatamente essa: O processo foi eminentemente, exclusivamente judicial? Ou seja, teve alguma decisão que não foi do Juiz, que não foi dele? E se foi, se teve alguma decisão que interferiu, porque ele negou terminantemente ter recebido pressão. Foi a senhora que disse que recebeu pressão. Estou dizendo assim pelo que foi na imprensa. Então, assim, teve algo que aconteceu que interferiu, que a ANAC decidiu diferentemente ao afrontoso?

A outra coisa é o seguinte... Na ANAC teve duas decisões. Teve uma decisão em junho, que a informação que eu tenho inclusive é que a senhora que foi a Relatora, 4 a 0, por unanimidade apesar de termos, como a senhora mesmo colocou, dúvida... Tinha um debate a respeito porque o posicionamento do Manoel, do Procurador-Geral da Fazenda, [soa a campainha] que não era unânime, era contrário inclusive do Marcos Lisboa do Ministério da Fazenda, do Daniel Goldberg do Ministério da Justiça é porque mesmo com a Lei de Falências aprovada ele insistia que tinha passivo, que o passivo tributário trabalhista tinha que entrar no procedimento.

Então, assim, mesmo com essas dúvidas a senhora em nenhum momento achou conveniente fazer voto em separado, ou se abster, ou ter ter qualquer outro... A senhora votou pela unanimidade? E depois

teve ainda... Eu estou fazendo as perguntas, né? Depois teve ainda um recurso feito pelo Sindicato das Empresas Aéreas, não lembro agora o nome. SNEA. Esse recurso é que foi relatado pelo outro Diretor da ANAC, né? Que inclusive não era Diretor na época que teve a primeira decisão do 4 a 0. E na decisão dele, inclusive eu estou aqui com a cópia da carta que ele encaminhou à *Folha de São Paulo* desmentindo que ele não podia estar presente, que ele nem era membro na primeira decisão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora, eu vou conceder um pouco... O tempo de V.Ex^a foi já encerrado, mas eu vou prorrogar por mais dois minutos para que V.Ex^a possa--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser cinco minutos para que o Senador Marconi Perillo tem dado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Atendendo ao Senador Demóstenes, por cinco minutos, para que V.Ex^a possa concluir os questionamentos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço. Aí de novo na votação desse recurso, que pelas datas que tenho aqui foi em agosto de 2006, de novo foi unanimidade, foi 5 a 0. Então, depois daquela votação se tinha alguma dúvida, por que é que a senhora não fez alguma ressalva? Não colocou alguma dúvida sobre isso? Então, para nós, assim, esta questão tem um significado importante.

A outra questão é o seguinte... O Melquíades, na *Folha de São Paulo* de ontem ele traz um artigo, Melquíades Filho, ele traz um artigo a respeito das Agências que eu considero, inclusive, extremamente pertinente porque ele diz assim: “As suspeitas em torno da compra e venda da VARIG”, e a chance de bater em Dilma Rousseff, ele que esta falando, “ressuscitaram o discurso equivocado e pouco sincero. Voltou à moda pedir que as Agências Reguladoras sejam dirigidas apenas por pessoas alheias à política e que tenham total autonomia para administrar contratos, estabelecer normas e fiscalizar e punir empresas que prestam serviços públicos. Nem o mais fanático neoliberal sabe dizer onde achar ‘técnicos’, entre aspas, sem opiniões, interesses e referências políticas. Nada garante também que um Colegiado com esse perfil seja imune ao óbice. Afastar a política não deixa de ser uma decisão política. Afrouxar a marcação do Estado e permitir que a iniciativa privada palpite sozinha sobre os rumos de negócios em setores estratégicos não parece sensato, sobretudo em ciclos de concentração de capital”. E aí ele vai... Eu acho absolutamente pertinente. Não há neutralidade, nunca há. É impossível ter. Portanto, seja

a pressão política, ou seja, a pressão empresarial, ela pode acontecer efetivamente. Ela pode.

Agora, tem uma coisa que é interessante. Porque a Dr^a Denise Abreu é uma pessoa absolutamente reconhecida - até nas palavras dela - como alguém durona. “Não aceito pressão, não admito, não permito”... Até na CPI do Senado ela diz assim: “Não fui pau-mandado para ser mandado por ninguém, é incompatível com a minha personalidade, aos 46 anos espero me manter deste jeito, aprendi com grandes administradores delegar tarefas e cobrar resultados com veemência, isso pode ser interpretado como um estilo, dependendo do enfoque não deixa de ser verdadeiro”. E eu quero dizer que eu a parabeno por isso, acho que é muito difícil para todas nós mulheres mantermos a nossa posição e enfrentar.

Agora, a senhora lá na ANAC, como todos os outros, tinha um mandato. A senhora estava absolutamente respaldada pelo seu mandato. A senhora não poderia ser retirada nunca. Portanto, se a senhora sofreu alguma pressão, a senhora tinha que... Eu no seu lugar faria assim. Automaticamente me rebelar e colocar isso a público, né? E inclusive na sua fala a senhora disse que a senhora processou alguém porque a questão da... De estar fazendo *lobby* pela TAM e tal. E a senhora disse que em algum momento parece que numa reunião com a Dilma, parece que também essa frase foi... Então, assim, quem é que a senhora processou por ter tido a insinuação, quando e quem a senhora processou por esta insinuação e por que é que a senhora não processou a Ministra Dilma? Já que a senhora tinha mandato e podia... Estava assim, absolutamente respaldada para enfrentar?

A outra pergunta que queria fazer é o seguinte... A senhora veio aqui com bastante documento, uma mala e tal, assim, até foi muito fotografada, eu achei assim que foi até bastante interessante. Logo eu lembrei de um episódio onde à época era o Presidente Itamar, uma pessoa muito [soa a campainha] poderosa na política brasileira disse que tinha um... Não vou citar o nome, porque inclusive já faleceu, não quero aqui trazer... Até porque art. 14 não se aplica mais, muito menos para quem já não está mais entre nós. Mas havia a denúncia de um dossiê e etc e tal, e o Presidente Itamar chamou. Traga aqui. E aí recebeu o portador do dossiê, que era uma coisa também grande assim e tal com toda a imprensa. E pediu para abrir. Essa é a informação que a gente tem. E era só cópia de jornais. Então, eu sei que não é o seu caso, tá? Quando a senhora entrou com a mala eu lembrei desse episódio. Por isso, eu vou perguntar muito sinceramente... [soa a campainha] Eu vou concluir. Eu vou perguntar com muita sinceridade Dr^a Denise..

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Vou querer me manifestar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Qual é o documento que a senhora tem entre tantos que a senhora trouxe, que eu entendo que são todos relevantes, porque esse processo todo é imenso, moroso, mas qual é o documento que a senhora tem que efetivamente possa nos dar segurança de uma prova da pressão que a senhora recebeu? Seja de quem for e, inclusive, naquela linha [soa a campainha] que o próprio Senador Arthur Virgílio fez de que houve pressão, inclusive, de advogados que atuavam no caso. Documento... Tem este documento ou não?

E por último, eu acho que aquele documento do Ministério Público, ele não cita nomes. Ele não cita nomes. É um documento datado de 29 de maio de 2007, assinado pelo Leonardo Araújo Marques, Promotor de Justiça. E falava do Rio de Janeiro, da história das CHETAs, né? Por que é que não tinha acontecido etc e tal. Eu apenas quero ler dois dos últimos parágrafos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli, V.Ex^a já passou, já concedemos cinco, mais dois... Por favor, conclua por favor Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É a última pergunta. Porque como ele não cita nomes, eu quero até perguntar a Dr^a Denise se tem algo que possa ser consolidado. Em que momento estaria preservado o interesse público? Estava falando da história das CHETAs, de transferir ou não, estabelecer as CHETAs e as rotas internacionais. O Ministério Público só consegue enxergar na decisão da ANAC benefício para outras empresas aéreas que sempre estiveram nas margens do processo de recuperação judicial da VARIG, torcendo pela decretação da falência a fim de que pudesse ser contempladas com novas rotas, sobretudo internacionais. E ao que tudo indica a esperança daqueles [soa a campainha] que torcem pelo insucesso do processo de recuperação tem na ANAC a sua principal fonte.

O Ministério Público não consegue entender o motivo pelo qual a ANAC sempre adota uma postura contrária aos interesses do processo de recuperação, mas isso só o tempo dirá. Portanto, eu acho que hoje se a senhora tiver o nome de quem é, porque o Ministério Público faz uma coisa contundente, então, quem é dentro da ANAC... A ANAC que era o destinatário desta crítica tão ácida do Ministério Público do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E antes de passar a palavra a Dr^a Denise Abreu, eu concedo a palavra ao Senador

Antonio Carlos Júnior em respeito à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Senadora Ideli, a senhora poderia ter se tivesse em vez de esconder o nome, a senhora poderia dizer que é o Senador Antonio Carlos Magalhães que é quem a senhora estava se referindo. Acho que foi deselegante com uma pessoa morta e pai de um colega seu. Então, a senhora foi extremamente deselegante e eu não aceito o tipo de insinuação que a senhora fez com uma pessoa falecida. Foi seu colega e pai hoje de um colega seu. A senhora foi deselegante e foi imprópria na colocação que fez.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu não gostaria que houvesse polêmica...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só o seguinte. Eu fiz com toda a delicadeza e em hipótese alguma, Senador ACM Júnior, eu queria tecer qualquer tipo de desonra para um Senador com o qual eu tive o prazer de ter grandes enfrentamentos políticos aqui, mas tive dele e para com ele sempre muito respeito. Inclusive V.Ex^a é testemunha que não me furtei, inclusive, de comparecer [soa a campainha] no enterro do Senador Antonio Carlos Magalhães e sempre realçar todas as polêmicas eram polêmicas limpas, abertas e de forma concreta dentro da política que nós fizemos aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir Sr^a Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas citei o episódio sem citar o nome, poderia ter passado absolutamente batido isso, porque a questão de documentação era isso que eu queria dizer, todos os documentos eu entendo que são relevantes. Mas o documento mais importante que nós precisamos neste momento é se há prova da pressão exercida sobre a Dr^a Denise ou sobre alguém do Governo. Era isso apenas que eu queria realçar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Nós vamos aguardar por alguns instantes até a volta da Dr^a Denise Abreu que foi atender a um telefonema. Asseguro a palavra a Dr^a Denise Abreu para que ela possa responder aos questionamentos da Senadora Ideli Salvatti.

SRA. DENISE ABREU: Além dos questionamentos da Senadora Ideli Salvatti tiveram outros questionamentos de outros Senadores e aí eu não sei quanto tempo eu tenho, por quem eu começo... Porque é uma

quantidade de perguntas, né? Isso é mais ou menos como a complexidade do processo da VARIG.

Antes de eu responder qualquer pergunta, e aí Senadora Ideli, a senhora não me conhece, basicamente muito pouco. Eu disse aqui genericamente que havia passado por um longo processo de recuperação. Não só psicológica como emocional, espiritual, e eu não quis me aprofundar. Eu só gostaria que a liberdade religiosa, consagrada pela Constituição, fosse de fato respeitada e eu não citei a bíblia por ironia. Eu devo a minha vida hoje aqui porque... A senhora sabia que eu quase morri no final do ano, com 93 pedras decorrentes de todos os processos que eu passei? Que eu quase entre em septcemia? E que eu fui salva por uma opção religiosa? Eu não estou usando a bíblia para me transformar em alguma pessoa com respeitabilidade nesse discurso. Este é o meu único partido, Senadora. Eu não devo fidelidade a nenhum outro partido. O meu partido é a minha devoção a Deus e quem realmente me conhece sabe o quão verdadeira eu estou sendo. Agora, eu vou responder às perguntas. Desculpa.

Realmente, ao longo do ano passado e de 2006, especialmente em 2006, tiveram muitas manifestações quer seja na mídia, quer seja no processo judicial, quer seja na tal famosa Associação dos Fofoqueiros da Aviação, a AFA instituída, de que as empresas concorrentes, congêneres, Gol e TAM, e as outras também, é que todo mundo esquece das outras, mas elas existem, elas fazem parte do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas com direito a voto tanto quanto as grandes do duopólio que detêm 92% do mercado brasileiro, mas de qualquer maneira o que se utilizava tanto no processo judicial quanto na mídia, nas entrevistas que eram dadas à mídia, é que as empresas tinham interesse no espólio.

Espólio do que, Senadora? Eu vou aqui reafirmar que não é verdade que já está decidida a matéria em caráter em última instância sobre a transformação de horário de vôo, que outorga de serviço público, que pode ser cassado a qualquer momento e *slots*, que não é patrimônio da empresa, houve um grande debate nesta Casa quando iam aprovar a lei da ANAC para introduzir um dispositivo legal que foi vetado de direito real de uso. Direito real de uso era a transformação dos *slots* em patrimônio das empresas, em ativo das empresas. Isto não foi aceito nem nesta Casa, porque é um bem público. Só quem transformou tanto os *slots* quanto o trânsito, os horários de trânsito, e não em CHETAs, porque o Promotor aí também se equivocou. CHETA é um certificado de vôo, é uma autorização de vôo, ninguém é dono dela ou não, é o que dá a autorização para uma empresa voar, né? Na verdade, eles diziam que o espólio da VARIG é o nome dela, isso

é verdade, é um nome de respeitabilidade - era pelo menos à época - e os *slots* que é patrimônio da União, quem é dono de todas as áreas dos aeroportos é a União, não é nem o Governo. Porque o Governo acaba e a União continua. É um patrimônio da União. E os horários de voo que são deferidos pela hoje ANAC, antes pelo DAC, e, portanto, um outro patrimônio que é da União.

Muito bem... Isso aí foi chamado de “espólio”. Portanto, diziam: “As concorrentes têm interesse nesse espólio. Não, não pode ter interesse porque não levarão esse espólio nunca”. O único espólio naquele momento existente era uma dívida de sete bi. E não é só... Não eram só dívidas tributárias e trabalhistas, dívidas com a INFRAERO, uma estatal; dívida com a BR distribuidora, outra estatal; dívidas de várias ordens que dizem respeito à União, ao Erário Público. Quem é dono deste dinheiro efetivamente não somos nenhum de nós, não é a ANAC, não são as empresas aéreas, não é o Governo, é a União... É o dinheiro do povo que está ali. E isto o Juiz do Rio de Janeiro transformou na sua tese em ativo de uma empresa aérea. Está em debate, eu confio no Poder Judiciário.

Acho muito difícil que em última instância se reconheça que uma determinada empresa possa se locupletar de patrimônios públicos sem licitação, sem seguir nenhuma regra constitucional. Mas isso está em debate e o Poder Judiciário vai decidir em última instância. Eu divirjo sim de que a última instância desse país seja o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Eu divirjo. Então, era este o debate e por isso o parecer do Promotor do Rio de Janeiro. Evidente, ele estava defendendo a tese de que cabia a universalidade ampla, total e irrestrita, até penal, se fosse o caso, né? Do Juiz do Rio de Janeiro. Quando foi declarada a universalidade pelo STJ isso não é transferido ao Poder Judiciário de um Estado, competências que pela divisão administrativa do Poder Judiciário são sim do Poder Federal, da Justiça Federal. É evidente que não precisa explicitar esta matéria, porque senão - e eu não estou exagerando - senão teria sido transferida também matérias de crimes fiscais para a universalidade do juízo do Rio de Janeiro. Isso afrontaria qualquer lógica da distribuição administrativa do Poder Judiciário nesse país. Não foi assim que ele foi construído constitucionalmente. Mas isso é um debate que não cabe a mim, cabe ao Poder Judiciário julgar. Isso simplesmente sempre foi a minha opinião corroborada por outros juristas de renome, inclusive, e, agora, pela primeira vez reveladas pelo Poder Judiciário do Estado de São Paulo que está julgando a matéria. Não fui eu que trouxe a denúncia de que há uma suspeita de quadrilha a ser investigada pelo Ministério Público

Federal e pela Polícia Federal desse país. Não fui eu. Eu não sou Juíza da 17ª Vara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Isso é despacho que não pertence a mim. Eu li isso na imprensa. Quem detecta a suspeita de uma quadrilha não sou eu... É o Poder Judiciário de São Paulo.

Então, por isso que eu digo: “não me transformem em denunciante”. Existem várias denúncias neste caso e eu, simplesmente, sou testemunha que vivenciei na qualidade de Diretora da ANAC algumas pressões que foram exercidas.

Agora, a senhora me pergunta: Houve alguma pergunta... E o Senador Arthur Virgílio também tinha perguntado isso. Alguém te disse diretamente: “Denise, faça isso ou aquilo para aprovar tal caso?” E esse alguém seria então a Ministra Dilma? Sejam objetivos aqui. De maneira nenhuma. A Ministra Dilma nunca mandaria eu fazer nada. Eu fui fortemente questionada do porquê eu estava expedindo ofício para a investigação do capital estrangeiro com entrada oficial pelo Banco Central e os impostos de renda dos sócios. Eu fui contestada sim, Senadora. Existia sim uma tese de que eu era uma “dinossaura” do direito que queria fazer exigências que não constavam explicitamente da Lei, que não entendia da Lei de Recuperação Judicial.

A senhora sabe que existe na subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil um parecer de um determinado assessor nosso à época, assinado com o meu “de acordo” sobre o art. 199 da Lei de Recuperação Judicial? Que eu acompanhei na Casa Civil, e nós éramos contra na subchefia a introdução desse dispositivo legal que, a meu ver, é inconstitucional e cabe uma ação direta de inconstitucionalidade, porque eu nunca ouvi falar em recuperação judicial de concessionária de serviço público. Uma concessionária de serviço público que não cumpre um contrato de concessão merece ter a sua concessão pública cassada. Não é devido dar um novo direito a ela para que ela se recupere. Essa sempre foi a regra desse país em concessão de serviço público. Na Lei de Licitação consagrada aqui por esta Casa, 8.666/83, que eu dei sugestões à época.

Então, nós demos um parecer sim que não fosse introduzido esse dispositivo porque nós sabíamos e o pior... Esse dispositivo abre a brecha para a recuperação judicial apenas nas empresas aéreas.

E nós tivemos inúmeras reuniões na Casa Civil, a posição da subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil à época era contrária à introdução desse dispositivo. Eu despachei na Granja Do Torto com a presença do Ministro Palocci, com o Presidente da República esse assunto. No dia seguinte foi chamada uma nova reunião no Palácio e aí eu fui surpreendida com o fato

de que apesar do Parecer deveria ser introduzido o dispositivo. Essa história é longa, Senadora. Essa história efetivamente nós acompanhamos desde o começo. Portanto, eu continuo mantendo sim perante a Nação Brasileira, aos Senadores, aos Poderes Judiciários, aos Poderes Instituídos desse país a minha posição de que não pode ser transformado em ativo um bem público. E mais... Que uma concessionária de serviço público que não cumpre com qualquer dispositivo contratual, qualquer... Afrontando as cláusulas contratuais merece receber a cassação de seu contrato seja ela qual for. Isto que é moralidade publicidade. É exatamente isso que assegura o Estado democrático de direito, Senadora.

Eu sei que é um debate chato até para a mídia, porque ele é muito jurídico. Mas é um debate que precisa ser feito nas instâncias cabíveis. O que eu, como Diretora da ANAC, podia fazer para colaborar com os poderes instituídos, a senhora tenha certeza que os documentos demonstram que eu o fiz. Eu não sei se tem mais alguma pergunta que mereceria ser melhor esclarecida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas, então, para eu poder fazer um pequeno esclarecimento ainda com a Drª Denise. Pode ser?

SRA. DENISE ABREU: Sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Drª Denise, porque é o seguinte... A senhora disse que... Por isso fiz questão de trazer todo o período... Porque assim, a senhora não chegou do nada na ANAC.

SRA. DENISE ABREU: Não, não fui apadrinhada por alguém para chegar na ANAC. Eu tinha um *curriculum*, eu tinha respeitabilidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E a senhora já cuidava desse assunto lá na Casa Civil, certo? Portanto, a senhora mesmo disse que anteriormente lá na Casa Civil a senhora já tinha assinado um documento contrário a esta introdução na Lei de Falências... Portanto, a senhora tinha uma controvérsia jurídica --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Senadora Ideli está usando a palavra pela réplica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso que causa mais estranheza, doutora, entende? De que já tendo esse antecedente essa discussão, inclusive documentos que a senhora tinha anteriormente assinado e colocado a sua posição e a sua contrariedade jurídica com isso, que nos dois episódios de votação sequer tenha ficado algum tipo de registro.

SRA. DENISE ABREU: Ficou Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque... O problema é o seguinte... Eu não tenho... As informações que eu tenho é que foi, assim, por unanimidade.

E aí o processo judicial na sequência corroborou, e o Juiz comandou sob esta ótica, sob a ótica da Lei de Falências. [soa a campainha] Por isso que para mim essa questão ainda mereceria esse esclarecimento da unanimidade.

E por último, Drª Denise, e eu peço que a senhora me olhe, porque a senhora fez uma resposta e um início das suas respostas de forma muito contundente. E eu quero aqui falar de forma muito tranqüila. Eu apenas citei a questão da bíblia porque os três que me antecederam iniciaram com textos bíblicos. A senhora, o Senador Jucá e o Senador Arthur Virgílio, entende? Então, foi apenas uma referência que eu diferentemente dos três que me antecederam, eu não iria começar com texto bíblico, mas iria começar com um verso do Milton Nascimento.

Então, assim, sob hipótese alguma, eu tinha qualquer... Até porque eu quero lhe dizer de forma muito sincera... Determinadas situações e a gente que acompanha CPI um dia sim e outro também há praticamente quase quatro anos aqui neste Senado da República, a gente sabe o que é que acontece com a estrutura emocional, familiar, profissional das pessoas que sentam aí [soa a campainha] onde a senhora está sentando hoje, apesar de isso aqui ainda não ser CPI, mas é uma situação muito parecida. Então, da minha parte, sempre todo respeito eu tive oportunidade, inclusive, de fazer questionamentos à senhora na CPI do Apagão Aéreo e sempre fui muito respeitosa. Não há nenhuma dúvida disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concluída a réplica. Passar a palavra para a Drª Denise para tréplica.

SRA. DENISE ABREU: Bom... É verdade sim que nós lá na subchefia, e eu assinei, tínhamos o entendimento de que não era cabível a introdução do art. 199.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço [soa a campainha] mais uma vez a compreensão dos Senadores e de toda a Assistência para que façam silêncio a fim de que possamos proceder a essa Audiência Pública da maneira mais respeitosa possível a todos que estão nos assistindo, inclusive a nossa convidada. Asseguro a palavra a V.Sª.

SRA. DENISE ABREU: Ocorre que essa lei foi sancionada, foi promulgada, ela está no mundo jurídico e advogado, Senadora, eu não sei se tem ou não, mas enfim... No mundo jurídico, no nosso treino de advogado não existe esta mágoa ou ressentimento da sua tese não ser favorável, não. Não ter sido acolhida por um julgador. Na hora que a lei entrou no mundo jurídico porque ela foi sancionada com a introdução desse

dispositivo, quem trabalha sob a égide da Constituição Federal tem é que acolher este entendimento legal. Mas o entendimento legal que simplesmente introduziu a possibilidade da recuperação judicial não significa que tenha transformado em ativo os bens públicos da União. Seria demais... Afinal de contas, isso traria uma valorização das ações na Bolsa de Valores infinita. Aliás, eu não entendo nada de bolsas de valores, mas há quem entenda.

Então, como eu trouxe as matérias do período, eu gostaria até que... É o máximo que eu posso fazer, alguém acompanhasse o que aconteceu com a Bolsa de Valores enquanto tinham essas matérias na imprensa. Então... Um dia um Juiz falava, a Bolsa subia, outro dia alguém falava e a Bolsa caía, quer dizer, eu não sei porque eu não entendo disso. Alguém devia estar acompanhando e monitorando qual foi o procedimento. Como é que a Bolsa reagiu a todas essas notícias e a esses processos que estavam tramitando judicialmente.

Por fim... A Justiça do Rio de Janeiro afirma que a matéria está decidida em última instância. Eu já disse aqui que eu não vou revelar porque me foi pedido, hein. Eu tinha disposição absoluta de dizer as pessoas do Ministério Público Federal com as quais eu estive ao longo de todo o ano de 2006. Eu estive várias vezes no Ministério Público Federal. Eu cheguei a levar o Diretor Veloso e Barát comigo numa das reuniões do Ministério Público Federal. Estiveram comigo Secretário-Geral, Superintendentes, várias pessoas exatamente [soa a campainha] levando as questões afetas a esse caso. Eu asseguro a senhora, Senadora, não é verdade que essa matéria esteja decidida em última instância.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Bom... Encerrada essa fase, passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, autor do requerimento da Oposição em conjunto com os Partidos.

V.Exª terá igualmente a todos os demais autores o tempo de 15 minutos para utilizar da palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V.Exª me permitir, Sr. Presidente, como é meu estilo e me parece que a depoente não se opõe, eu poderia ir fazendo as perguntas, ela respondendo e nós não extrapoláramos o limite de perguntas e respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De acordo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, Srª Denise Abreu. V.Sª afirmou aqui que assumiu o seu posto na ANAC em março de 2006, e que em seguida foi chamada pela Ministra Dilma na Casa Civil para ouvir que o caso VARIG havia se agravado e necessitava

de uma solução urgente e que estava presente a Srª Erenice. Nesse encontro, pelo que eu entendi, a Ministra disse que não havia possibilidade de resolver o problema da dívida de sete bilhões, porque o Governo insistia em fazer o encontro de contas. É isso?

SRA. DENISE ABREU: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Governo... Ou seja, o Governo queria cobrar aquela dívida.

SRA. DENISE ABREU: Isso. Cobrar. Não fazer o encontro de contas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, o Governo não queria fazer o encontro de contas.

SRA. DENISE ABREU: Não queria fazer o encontro com contas de maneira nenhuma.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E V.Sª juntamente com o Sr. Milton Zuanazzi foram encarregados de fazer um plano de contingência em que a própria Ministra teria dito ou na discussão teria aparecido a situação de que a TAM deveria ficar com as linhas da Europa, a Gol com as da América, elas e outras com as do Brasil para atender aos consumidores?

SRA. DENISE ABREU: Exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então, 20 dias depois, mais ou menos, V.Sª teria sido chamada novamente pela Ministra Dilma e ali a Ministra teria dito à senhora que tinha obtido informações que a senhora e o Sr. Jorge Veloso estavam operando em nome da TAM... Eram lobistas da TAM e que o Sr. Milton Zuanazzi e Leur Lomanto eram lobistas da Gol.

SRA. DENISE ABREU: Exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A senhora ouviu isso da boca da própria Ministra?

SRA. DENISE ABREU: Da própria Ministra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tinha alguém junto com a senhora da ANAC nesse instante?

SRA. DENISE ABREU: O Milton Zuanazzi estava presente, o Jorge Veloso não estava porque ele estava trabalhando no Rio de Janeiro, ele mora no Rio de Janeiro, e ele, basicamente, ficava com a coordenação da regional do Rio de Janeiro, mas o Leur estava também.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual foi a reação de V.Sª, e se V.Sª puder dizer? Também a do Sr. Milton Zuanazzi?

SRA. DENISE ABREU: Foi de perplexidade absoluta, né? Me transformar de Procuradora do Estado de São Paulo, depois de subchefe adjunta da Casa Civil,

Diretora da ANAC em “lobista”? É desconsiderar um histórico que eu até desafio que me mostrem alguns currículos hoje lá da Casa Civil e demonstrem que tenha um currículo com a mesma trajetória que eu tive.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sª nessa oportunidade recebeu uma nova orientação? Ou a Ministra entendeu que V.Exª deveria juntamente com o Sr. Milton Zuanazzi continuar nesse plano de contingência?

SRA. DENISE ABREU: Eu e o Coronel Veloso, não era o Milton. O Coronel Veloso. Se nós deveríamos ou não continuar no plano de contingência?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Elaborando esse plano de contingência...

SRA. DENISE ABREU: Não. Ela não determinou para continuar elaborando ou não. O plano de contingência ele já estava tramitando. Acontece que eles iriam transformar, e eu não sabia, o nosso plano de contingência no tal plano emergencial que é o que consta do processo administrativo. A VARIG é comprada, a OPV é comprada pela... E olha, vai ter um jogo de palavras, eu já estou avisando vocês porque tem várias empresas aí criadas. Uma hora vai aparecer VARIG LOG, depois vai virar Volo, de Volo vai ser Aéreo Transportes Aéreos, depois ela vai voltar a ser VARIG LOG, vai virar VRG, VRN, e aí ela vai para Gol... Enfim, o importante é que a gente consiga vislumbrar tudo que ocorreu, independentemente, da terminologia utilizada.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Srª Denise, eu perguntaria a V.Sª então... Então, da primeira orientação que V.Sª recebeu para juntamente com o Sr. Milton Zuanazzi elaborar um plano de contingência para atender aos consumidores e onde a União continuaria cobrando a dívida de sete bilhões passaram-se 20 dias, e V.Sª foi chamada lá com uma nova orientação, ou seja, que deveria dar prioridade a esse plano emergencial que era justamente a compra da VARIG LOG pela Volo? É isso?

SRA. DENISE ABREU: Não, não é isso. O plano de emergência é o plano de contingência. Que é o jogo de palavras. Não foi isso. Na verdade, nós fomos chamados para dizer que a VARIG não ia mais quebrar. Tinha sim que fazer todo um trabalho para colaborar com o juízo da recuperação judicial de forma que a VARIG não viesse a quebrar. E aí é que entra a pressão para a aprovação do caso VARIG LOG.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem... Nesse caso do processo, V.Sª recebeu uma denúncia do Sindicato, o SNEA, e em decorrência disso, zelosa que era na sua função, pediu que... No caso o Imposto de Renda dos sócios, a origem do capital e até mesmo um suposto contrato de mútuo,

né? Que o SNEA dava a notícia a V.Sª que existia. Não era isso?

SRA. DENISE ABREU: Exato.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o Procurador do caso, o Dr. João Ilídio, que era o Procurador-Geral da ANAC, concordou inteiramente com o teor do ofício que V.Exª redigiu. É isso?

SRA. DENISE ABREU: Exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem... Em seguida V.Sª foi chamada de novo pela Ministra Dilma. V.Sª pode precisar qual o tempo mais ou menos desse novo chamado?

SRA. DENISE ABREU: Desculpa, Senador. É que eu estava abrindo aqui para... Porque eu estava achando os ofícios. É que vai demorar muito tempo--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, logo em seguida V.Sª foi chamada para discutir isso.

SRA. DENISE ABREU: Sim. O ofício foi aprovado, ele é datado de 18 de abril, ele é ratificado no Colegiado com base nesse Parecer aí do Procurador João Ilídio e passado uma semana, mais ou menos, nós... Eu sou chamada na Casa Civil exatamente para voltar a esclarecer as razões pelas quais--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Razões dessas exigências. Muito bem. V.Sª então estava sendo questionada sobre as razões dessas exigências. E foi aí que V.Sª ouviu que existia uma representação concreta contra V.Sª no Ministério da Defesa.

SRA. DENISE ABREU: Foi, mas a representação concreta ainda não existia. Veja. No mês de maio eu tomo conhecimento de que estão representando contra mim porque eu estou defendendo os interesses da TAM, segundo o representante. E eu peço para ver... Então, eu quero a representação, eu quero a prova disso. Mas aí não existia a prova. No mês de junho, no dia 19 de junho a representação está aqui, protocolam esta representação contra mim no Ministério da Defesa. Com calúnias novamente de que nós teríamos manipulado o processo do DAC e tinham sumido documentos. Primeiro que no DAC nunca existiu processo. DAC trabalhava com pastas. Não tinha por hábito o DAC processar os documentos como nós fazemos na Administração Pública em geral. Então, não tinha como extrair qualquer documento de um processo, porque não existia nem processo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Mas, então, V.Exª teve notícia de uma representação que ainda não existia?

SRA. DENISE ABREU: Exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quem lhe deu essa notícia?

SRA. DENISE ABREU: A Ministra Dilma.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

A Ministra falou então da representação que não existia.

SRA. DENISE ABREU: Bom, mas ela pode ser também que nem soubesse que não existia. Ela só deu notícia de que existia uma representação. É isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas quem teria dito a ela?

SRA. DENISE ABREU: Ah, então, isso sim já é um outro problema. Eu não sei provavelmente quem representou, né?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Quem foi que representou?

SRA. DENISE ABREU:

A representação é do Roberto Teixeira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Roberto Teixeira então teria dito à Ministra Dilma. Eu pergunto--

SRA. DENISE ABREU:

Eu não disse que foi ele que falou, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Teria... V.S^a disse que, provavelmente, quem fez a representação.

SRA. DENISE ABREU:

Provavelmente quem fez a representação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Eu perguntaria a V.S^a... V.S^a disse que recebeu um ofício ou uma denúncia do SNEA que faz alusão a esse contrato de mútuo, e que também nessa reunião foi mencionado a V.S^a que existia um contrato de gaveta. Esse contrato de gaveta também foi noticiado pela Ministra Dilma?

SRA. DENISE ABREU:

Não. A Ministra Dilma não disse que existia um contrato de gaveta. A Ministra Dilma disse que não adiantava forçar, enfim, oficiar o Banco Central para saber a origem do capital porque “poderia” existir um contrato de gaveta entre as partes. É verdade. Isso é comum no empresariado, poderia existir um contrato de gaveta entre as partes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E o contrato de gaveta no futuro foi concretizado. Que existia.

SRA. DENISE ABREU:

Ontem eu soube pela imprensa que o contrato de gaveta existe e Lap Chan até disse que não conhecia também. Não sei. Ele que assinou, eu não sei.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Então, a Ministra acertou nessa previsão que ela fez? Ou seja, ela acha que poderia ter na realidade o contrato existia.

Eu pergunto a V.S^a: Foi, então, que V.S^a e outros dirigentes da ANAC passaram a se reunir no Ministério da Defesa justamente para dar, para discutir toda

essa situação. No dia 23 de junho, conforme palavras de V.S^a, o Presidente então da ANAC, o então Presidente Sr. Milton Zuanazzi convocou a Diretoria para uma Reunião Extraordinária no próprio Ministério da Defesa para decidir naquele dia a questão da VARIG. É isso?

SRA. DENISE ABREU: Da VARIG LOG e transferências acionárias para a Volo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Perfeitamente. Nessa ocasião V.S^a disse que não poderia decidir, estava impedida legalmente porque existia uma representação contra a pessoa de V.S^a. É isso?

SRA. DENISE ABREU:

Exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E nesse caso, V.S^a diz: O Sr. Milton Zuanazzi pegou o celular, ligou para alguém e pouco depois apareceu um documento com a desistência dessa representação.

SRA. DENISE ABREU:

Exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas V.S^a, então, lembrou que tinha um obstáculo ainda pior, que era um questionamento através de um Mandado de Segurança contra uma determinação da Diretoria da ANAC em que aquelas exigências são postas... Ou seja, o Imposto de Renda dos sócios e também a origem do capital.

SRA. DENISE ABREU:

Exato.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E no primeiro grau de jurisdição, diz V.S^a, que o Juiz negou a liminar, ou seja, acolheu a pretensão da ANAC. E mais, que houve um recurso e que esse... Houve uma sentença onde o Juiz novamente confirma que a ANAC, zelosa como é, deve exigir aqueles documentos que V.S^a originariamente havia pedido. Confere?

SRA. DENISE ABREU:

Exatamente. Mas foi em segundo grau de jurisdição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Exatamente. E essa sentença não chegou a ter validade, porque também o Sr. Milton Zuanazzi ligou para alguém e logo em seguida alguém apareceu com a desistência da ação judicial. Confirma V.S^a?

SRA. DENISE ABREU:

Confirmo que houve a desistência. Agora, não sei se foi o Milton que avisou, não.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

V.S^a disse que ele usava o telefone para--

SRA. DENISE ABREU:

Sim, isso sim. Ele usava o telefone para conversar com algum interlocutor e disse que nós não poderíamos votar porque existia uma ação. Mas ele estava dando a informação e coincidentemente houve a desistência da ação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Nesse mesmo dia, superados esses óbices, V.S^a teria dito ainda aconselhado que antes de haver uma de-

cisão que o Procurador-Geral da ANAC, que já tinha dado um Parecer favorável às pretensões de V.S^a, ou seja, solicitar aqueles documentos, que ele pudesse falar novamente nos autos antes da Diretoria decidir. Confere?

SRA. DENISE ABREU: É isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E estava internado o Procurador-Geral com problemas pulmonares. E o Procurador-Geral apareceu dizendo que tinha sido convocado, a senhora ficou até preocupada porque ele fumava demais, né? E disse a V.S^a que tinha sido solicitado pelo Gabinete Civil para sair do hospital e ir até a reunião para dar o parecer. Confere?

SRA. DENISE ABREU: Confere.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Ele disse a V.S^a quem do gabinete civil ligou para ele pedindo que ele fizesse esse Parecer?

SRA. DENISE ABREU: Ele disse que teria sido a Dr^a Erenice Guerra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Perfeito. Ele deu o Parecer [soa a campainha] Eu pediria... Como eu fiz só o tempo das minhas perguntas, tem o tempo das respostas. Eu pediria que agregasse mais 10 minutos, Senador. Eu perguntaria a V.S^a então... Ele deu o Parecer corroborando o entendimento anterior dele ou contrariando ao que ele tinha dito anteriormente?

SRA. DENISE ABREU: Contrariando a orientação que ele havia dado anteriormente. E que também tinha sido aprovado no Colegiado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Perfeito. Ou seja, diante de tudo aquilo, de novo, diante do novo posicionamento, digamos, o Colegiado ficou praticamente obrigado a votar, segundo era o interesse do Gabinete Civil da Presidência?

SRA. DENISE ABREU: O Colegiado aprovou o Parecer do Procurador-Geral, e se houve erro nós fomos induzidos em erro pela Autoridade da Procuradoria que tem autonomia dentro da ANAC. A Procuradoria não é da ANAC, ela é da Advocacia Geral da União e fica instalada nas Agências Reguladoras.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E que foi retirado do hospital?

SRA. DENISE ABREU: É... Ele saiu do hospital. Não sei se foi retirado ou não, mas ele saiu do hospital, seguindo ele. Eu não fui visitá-lo no hospital.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu tinha feito uma pergunta, acho que é importante. Eu tinha feito uma pergunta... Por que o dia 23?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Senador Jucá,

por favor. Eu pediria a V.Ex^a que permitisse que o Senador Demóstenes concluísse, por favor.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes, asseguro a V.Ex^a a continuidade dos questionamentos. Eu vou pedir ao Senador Jucá e ao Senador Arthur Virgílio que, por favor, colabore--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu sou reagente, e não agente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Depois, no mês de dezembro, o Procurador-Geral novamente mudou de opinião e voltou a ter aquela opinião originária. É isso?

SRA. DENISE ABREU: Em dezembro não sei se é 6 ou 12, mas está aqui também a manifestação dele.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mudou de novo?

SRA. DENISE ABREU: É.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Eu pergunto a V.S^a. V.S^a disse que anteriormente a esse fato V.S^a esteve com a Sr^a Valesca, que era e que é filha do Sr. Roberto Teixeira, e que ela no Rio de Janeiro ela pressionou V.S^a a desistir desses pedidos. V.S^a poderia descrever com mais precisão como é que foi esse encontro?

SRA. DENISE ABREU: Posso sim, Senador, mas não vou chamar de pressão, não, porque eu não sou uma pessoa que me submeto à pressões.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SRA. DENISE ABREU: Ela foi à ANAC do Rio de Janeiro, esteve na sala do Superintendente de Serviços Aéreos discutindo a emissão dessa... A expedição desse ofício que fazia essas exigências e querendo falar comigo... Este Superintendente de Serviços Aéreos, que já conhecia por sinal, porque trabalhou na INFRAERO na época ele era advogado da INFRAERO e acho que houve... Se não me falha a memória até pedido de prisão do Roberto Teixeira contra ele, porque ele estava retomando as áreas da TRANSBRASIL. Então, ele vai até minha sala e diz: "Doutora, a Dr^a Valesca Teixeira quer falar com a senhora e ela está daquele jeito..."

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Atacada.

SRA. DENISE ABREU: Mais irreverente que ela tem. Aí eu disse: "Pode trazê-la até aqui. Agora, lembre-a de que na minha sala, como poder concedente, um advogado não pode ficar falando com irreverência e dando ordens". Então, ela vem até minha sala, muito brava, enfim, e diz que ela discorda por completo de todas as exigências... Até aí como advogada é um

direito dela, e eu respondi: “Entra com Mandado de Segurança”. Mas que ela conhecia, então, o Ministro José Dirceu e que era afilhada do Presidente da República ou da esposa do Presidente. Agora, eu não sei, porque ora ela é afilhada do Presidente, ora ela é afilhada da esposa do Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas ela usava isso a título de se envaidecer ou a como argumento de Autoridade?

SRA. DENISE ABREU: Para mim não serviu nem como argumento de Autoridade tampouco para se envaidecer. Mas eu acho que para os servidores do segundo ou terceiro escalão, evidentemente, não é tão fácil dizer um “não” para alguém que entra numa sala utilizando o nome do Presidente da República.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Eu questionaria a V.S^a. Logo após foi feito o leilão, o primeiro leilão. E o TGV, a TGV, melhor dizendo, apresentou um lance que não podia... Não tinha a TGV a capacidade de adimplir aquele lance. E teria sido um lance, digamos assim, com um único objetivo de retardar a falência da empresa. Confere?

SRA. DENISE ABREU: Aparentemente era para retardar a falência da empresa. Se não tinha o dinheiro para comprar, deu o lance por quê? E não foi considerado também litigância de má-fé, não.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Aí pergunto a V.S^a, o que causa maior estranheza... Algum tempo depois V.S^a não se encontrava no Brasil, recebeu a ligação de alguns técnicos da ANAC dizendo que eles foram solicitados para elaborarem ou elaborar o edital de leilão judicial? É isso? Havia, então, a promiscuidade entre o Judiciário e a ANAC nessa questão, Dr^a Denise?

SRA. DENISE ABREU: Havia uma solicitação do Poder Judiciário para que os técnicos... Eu não vou dizer que... Os técnicos negam a participação neste leilão e eu não posso aqui ser leviana e chamar os técnicos da ANAC de promíscuos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas V.S^a diz que foi registrado um Boletim de Ocorrência na ocasião.

SRA. DENISE ABREU: Tem um Boletim de Ocorrência com relação a essa reunião. Eu não sei o que isso aconteceu... Isso consta da CPI do Rio de Janeiro, foi aberta uma CPI no Rio de Janeiro para apurar a venda da VARIG no leilão judicial.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E esse Boletim de Ocorrência ele foi... V.S^a sabe quem fez esse Boletim de Ocorrência?

SRA. DENISE ABREU: Sinceramente, Senador, eu não sei. Não aprofundi na matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas esse Boletim de Ocorrência, então, faz alusão a essa solicitação, digamos, não republicana do Poder Judiciário para que os técnicos da ANAC elaborassem o edital?

SRA. DENISE ABREU: Então, dizem que sim... Eu não tive acesso ao Boletim de Ocorrência. Tem que ser verificado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Isso estaria na CPI então--

SRA. DENISE ABREU: Tem uma citação sobre isso na CPI do Rio de Janeiro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Muito bem... Passada essa fase, teve a questão do CHETA e também das linhas internacionais. E mais ainda... Nesse período e aí eu gostaria até de contestar o Senador Romero Jucá, foi vendida a empresa por 24 milhões de dólares. Mas estava em pleno vigor o Parecer do Dr. Manoel Felipe assim como era do conhecimento público ou, pelo menos, senão o Parecer ao menos a posição do Dr. Manoel Felipe e do escritório Pinheiro Neto de que o art. 141 não se aplicava àquele caso, evidentemente, porque se tratava da... Na alienação conjunta ou separada de ativos. E o que a empresa tinha era passivo, não era ativo. Esse ativo é conhecido como “unidade produtiva”. E como é que nós vamos considerar um avião unidade produtiva? Então, me parece que realmente o Juiz criou uma tese... Eu queria fazer uma pergunta para V.S^a: O Juiz esteve reunido com o Procurador-Geral de então da Fazenda Nacional, o Dr. Manoel Felipe, pediu Audiência a ele e levou inclusive a Sr^a Erenice Guerra? Saiu nos jornais. Não sei se isso aconteceu. Aconteceu?

SRA. DENISE ABREU: Erenice Guerra não foi, mas quem esteve lá foi sim o Subchefe de assuntos jurídicos da época por determinação da Dr^a Erenice e um assessor que eu acho que chama Vladimir... Eu não me lembro a lista dos presentes, mas tinham sim representantes da Secretaria Executiva da Casa Civil na reunião, o Juiz e a ANAC também. E o Manoel Felipe, na verdade, disse que não estava nem preparado para essa quantidade de pessoas que ele estava recebendo. Mas manteve a posição dele.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Ou seja, o Juiz diligenciou para tentar convencer o Procurador-Geral da Fazenda Nacional que ele não estava certo?

SRA. DENISE ABREU: Eu nunca tinha visto isso, mas isso aconteceu.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Exatamente. O Juiz fazendo diligência, fazendo isso para buscar sustentar o ponto de vista dele? Eu pergunto a V.S^a... Logo em seguida... A empresa quando

foi arrematada por 24 milhões de dólares tinha essas pendências, opinião do Procurador-Geral [soa a campanha] contrariamente, mais o Parecer do escritório respeitabilíssimo o que teria inibido a presença de outras empresas nesse leilão. Como esse obstáculo foi removido posteriormente, inclusive com o Parecer do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o novo Procurador-Geral, a empresa pôde ser vendida por 320 milhões de dólares ou algo semelhante. Ou seja, dá a entender que quem comprou tinha acesso a uma informação privilegiada. V.Sª entende isso?

SRA. DENISE ABREU: Não... Senador, o senhor desculpa, eu acho que não entendi o raciocínio...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes Torres, vou conceder a V.Exª já que nós estamos incluindo no tempo de V.Exª o tempo para questionamento e resposta da Drª Denise, réplica e tréplica, eu estou concedendo mais cinco minutos para que V.Exª possa concluir.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou só então perguntar... V.Sª disse o seguinte... V.Sª disse que logo em seguida o Sr. Josef Barat assumiu e que V.Sª tendo, conversando com ele sobre economia e etc... Que V.Sª e ele chegaram a seguinte conclusão: Que essa empresa só podia ter sido adquirida para ser vendida oportunamente por um preço maior. É verdade?

SRA. DENISE ABREU: Era o que aparentava realmente. Uma vez que o edital, no Item 3.2 letra “E” judicial determinava que no período em que essa nova empresa ainda não tivesse recebido o contrato de concessão, quem voaria? Todas aquelas linhas congeladas seria a antiga VARIG, mas ela não voava. Quem voava era o plano de emergência que eram as outras empresas voando pela nova VARIG sendo que a obrigação era da antiga. Com o problema no clearing(F) da IATA, porque esses vôos internacionais têm que ser depositados também na IATA com cartas, inclusive, ao Presidente da ANAC... Está tudo aqui nesses processos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Demóstenes, a decisão do Juiz foi 15 de maio, antes da venda aos próprios funcionários e depois a venda à VARIG LOG. Portanto, foi anterior.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas confirma a Drª Denise que compraram a empresa para não voar... De que um pouco depois essa empresa poderia ser vendida. E a expectativa, digamos, a expectativa de V.Sª e do Dr. José Barat foi confirmada, porque em seguida diz V.Sª que ficou sabendo pela televisão, pelos jornais da venda feita no Palácio do

Planalto. Ou seja, lá chegaram, foram comunicar o Presidente da República com o seu compadre advogado que a empresa estava vendida e que só depois ingressaram com o processo na ANAC. Confere?

SRA. DENISE ABREU: É. Exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Sª. Não tenho mais nada a perguntar. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom... Eu agradeço ao Senador Demóstenes, a Drª Denise que inovaram aqui em relação ao quesito perguntas e respostas, réplica e tréplica. Bom... Senador Romero Jucá, peço a compreensão de V.Exª e todos demais colegas a partir de agora uma vez concluída a fase dos autores dos requerimentos, dois pela Base Governista, dois pela Oposição, e também concluídas as respostas da Drª Denise Abreu, eu passaria agora a atender as inscrições pela ordem de inscrição.

E eu não terei outra alternativa, Senador Flexa e demais colegas inscritos, senão agrupar em dois ou três. Porque às 16h00 eu vou encerrar a Audiência Pública em função da Ordem do Dia. Infelizmente, não há como não ser regimental. Salvo se o Presidente do Congresso, Presidente do Senado, não iniciar a Ordem do Dia. De qualquer maneira, a idéia é agrupar a partir de agora em dois ou três Senadores que vão fazer as perguntas e a Drª Denise vai fazer as respostas. Alguma preocupação? Alguma questão, Senador Jucá?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria sugerir primeiro que as inscrições fossem também preservado o princípio da alternância, Base e Oposição. E em segundo lugar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou consultar a Assessoria se é regimental.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É regimental. A alternância é regimental. E a segunda sugestão que eu queria fazer é que a Presidência entrasse em contato com a Presidência da Casa e que nós seguissemos a Audiência Pública e só suspendêssemos no momento de votação. Isso já foi feito tantas vezes e não há nenhum impedimento. E temos interesse em aprofundar e esclarecer esse esclarecer todo esse episódio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Mercadante, da nossa parte nós estamos aqui com o tempo todo disponível a

prossequirmos a Audiência e cumprirmos o desiderato dessa Audiência, dessa convocação. Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Exatamente no mesmo sentido do Senador Mercadante até porque existem outros depoentes, outros convidados que deveriam também falar porque provavelmente terão outro posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jucá, uma vez iniciado a Ordem do Dia, o processo de votação...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Se nós iniciarmos a Ordem do Dia, se não tiver entendimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Uma vez iniciado nós vamos suspender, inclusive, a participação dos demais convidados e vamos marcar uma nova data.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu vou colaborar e cuidar para que a votação não aconteça tão cedo, então, para que pros siga a Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Arthur Virgílio que colabora sobremaneira com os trabalhos desta Presidência. Bom... Eu sou informado aqui, Senador Mercadante, pela Assessoria da Presidência da Comissão que nós teremos alternância apenas se o Plenário concordar. Então, eu indago ao Plenário se concorda... Então, nós vamos manter a lista de inscrição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos manter a lista, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Segundo me informa a Assessoria o que está escrito no Regimento é que deve ser obedecido a ordem de inscrições.

Com a palavra, então, o Senador Flexa Ribeiro, que está inscrito. E eu vou pedir a V.Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, em função de todos os outros, em razão de todas as outras inscrições, que V.Ex^a como sempre seja econômico. Eu vou conceder a V.Ex^a cinco minutos para que V.Ex^a, com a concisão de sempre possa fazer todos os questionamentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a já tolhe meu tempo e o pensamento pela forma como me pede para ser conciso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas V.Ex^a tem uma capacidade extraordinária de concisão e eu creio muito em V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero saudar a V.Ex^a, a nossa convidada a Dr^a Denise, os Senadores e Senadoras, Deputados e a imprensa. Eu quero dizer, Dr^a Denise, que quero registrar a segurança de V.Ex^a. E registrar mais do que isso, de V.S^a,

registrar mais do que isso, V.S^a em determinado momento do seu depoimento V.S^a disse que não estava sob juramento, mas que faria este mesmo depoimento sob juramento. E disse mais, que estava disposta se fosse necessário a ter uma acareação para confirmar. Isso é difícil se verificar em Audiências ou mesmo em CPI, a disposição do depoente em, não estando sob juramento, se propor a falar em juramento e se propor a ser acareado também.

Mas o que eu acho, Presidente Marconi Perillo, é que há algo no ar que não é avião de carreira. Isso está claro por todas essas horas que nós todos passamos aqui ouvindo o primeiro depoimento da convidada e depois os questionamentos de todos os Senadores e Senadoras. E eu gostaria, dentro do tempo que V.Ex^a me deu, eu tenho inúmeras perguntas a fazer aqui. Mas vou me reinscrever mais à frente. Mas eu gostaria de perguntar à nossa convidada se na... E foi perguntado aqui e V.S^a não respondeu por não ter entendido pelo Senador Demóstenes, se V.S^a considera que tenha havido informação privilegiada à VARIG LOG para que ela pudesse participar desse segundo leilão e arrematar a VARIG pelos 24 milhões de dólares, ou seja, ela já teria informação do Governo de que os questionamentos todos sobre se as dívidas seriam incorporadas ou não seriam solucionados para que ela pudesse fazer a aquisição?

Segundo, no primeiro leilão a Associação dos Funcionários da VARIG que fez a oferta me parece por um milhão de reais, neste primeiro leilão fazia parte da assunção pela associação de todas as dívidas da VARIG, sejam elas trabalhistas, previdenciárias ou com fornecedores. Então, a associação não poderia honrar essa sua proposta em função do passivo que estava vindo junto com ela.

Uma outra questão que eu perguntaria a V.S^a, se os aportes de recursos da VARIG LOG para que a VARIG pudesse depois do... Me parece que foi antes do leilão que ela pudesse continuar voando, esses aportes foram feitos antes do leilão, antes da arrematação pela VARIG LOG, na própria VARIG recursos financeiros, eu perguntaria a V.S^a se V.S^a tem conhecimento que foi divulgado pela imprensa de um *e-mail* passado pelo Presidente da ANAC, o Dr. Milton Zuanazzi, à Ministra Dilma? A senhora tem conhecimento de algum *e-mail* que foi passado? E que a imprensa divulgou alguns trechos. Vou ler só um trecho para que possa avivar o pensamento de V.S^a. [soa a campainha]

No trecho desse *e-mail* diz o Dr. Zuanazzi à Ministra Dilma: "Obedeci sim, as determinações do Governo e tuas, porque sou companheiro teu do Governo e desse movimento ao qual me filiei junto contigo. E há 'turma da alpargata' desde minha juventude". Então,

eu gostaria de saber se a senhora tem conhecimento desse *e-mail* que a imprensa já deu conhecimento de alguns trechos dele através de publicações.

Com relação... Eu quero acrescentar aqui para finalizar, foi aqui falado muitas vezes de que muitos Parlamentares fizeram pronunciamentos pedindo uma solução para a VARIG. É evidente que sim. Inclusive foi catalogado esses esclarecimentos pelo líder do Governo. Ele disse aí que tem 80 e tantos pronunciamentos pedindo uma solução para a VARIG, inclusive, de todos e, inclusive, que ele não citou do Vice-Presidente da República. Ele não citou o Vice-Presidente da República que também fez um apelo para que se tivesse esse encontro. Agora, em nenhum desses apelos foi mencionado ou foi pelo menos cogitado que a solução da VARIG pudesse ser através de uma negociata. Em nenhum desses foi pedido uma negociação que pudesse salvar a VARIG, mas dentro da legalidade. Dentro de legalidade.

E por último, se V.S^a considera que com esta venda houve prejuízo ao Tesouro. Porque esse passivo que não foi assumido primeiramente pela VARIG LOG, e depois por interferência [soa a campainha] E é mais uma pergunta que eu faço a V.S^a... Por interferência do Advogado Roberto Teixeira ao tentar eliminar esse passivo junto ao Ministério do Trabalho, junto ao Ministério da Previdência para que pudesse, então, ser comprada por uma... Pela Gol por 320 milhões de dólares aquilo que foi arrematado em leilão por 24 milhões de dólares. Eu pergunto se esse passivo tributário, previdenciário, ficou com quem dentro da legislação vigente de recuperação judicial? E por último, mais uma vez, a posição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional mudou depois que mudou o Procurador-Geral? [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão e a capacidade extraordinária do Senador Sérgio Guerra de concisão em seus questionamentos... Senador Flexa Ribeiro. V.Ex^a é tão importante e tão amigo quanto ele, mas eu vou suspender por cinco minutos esta Audiência e logo após retomaremos com a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

Sessão suspensa às 14h53.

Sessão reaberta às 15h03.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Reabro a presente Audiência Pública, e concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para fazer seus questionamentos a Dr^a Denise Abreu.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Dr^a Denise, primeiro para uma explicação rápida. Nós nos encontramos com Dr^a Denise acerca de dois meses

ou três. Na oportunidade, com o Senador Tasso também, na oportunidade ouvimos dela um depoimento extremamente grave, extremamente importante sobre a vida brasileira. E tomamos a seguinte orientação. Naquele instante havia uma discussão muito intensa em torno dos Cartões Corporativos. Estava praticamente no centro daquela discussão. A opinião pública estava fixada naquele assunto. A introdução desse novo assunto no ambiente daquele outro podia reduzir o tamanho desse assunto que discutimos hoje. Por essas e outras razões julgamos que seria mais conveniente que a Dr^a Denise fizesse o que fez. Estruturasse seus argumentos de maneira mais organizada e fizesse o que está fazendo, dando explicações convincentes à sociedade brasileira.

Quero dizer, que em todo momento e por todo momento tomamos sempre a decisão, nós do Partido, sem a exclusão de ninguém, primeiro, de não fazer nada escondido. Segundo, de não permitir três argumentos que normalmente se dão. Toda vez que há uma denúncia, a primeira informação... Foi tentada agora também, remeter isso para os tucanos ou para qualquer outro partido da Oposição. Não teve como remeter para nós esse. O segundo argumento é sempre o de tentar desqualificar a pessoa que vem falar e que faz a denúncia. Essas tentativas serão absolutamente mal sucedidas. Em face da firmeza, da lógica, da consistência e da capacidade intelectual que a senhora demonstra hoje nessa reunião da qual participamos. A terceira denúncia será hoje, amanhã ou depois de amanhã, encontrar um Zezinho desse da vida para dizer que a culpa foi dele. Não tem Zezinho nessa história... Aliás, tem muita gente esperta, mas Zezinho, pessoas que sempre levam no final a responsabilidade de tudo que não fizeram, ou que não resolveram, não vai contar dessa vez.

Vamos trabalhar com método, com tranquilidade, com justiça sem pré-julgamentos, mas não vamos de maneira nenhuma permitir esses três desvios de conduta que sob a Presidência do Senador Marconi Perillo e na conduta até hoje desenvolvida nessa reunião e nesse momento não parece que vá prosperar. Ao contrário, a discussão de hoje está se dando num nível adequado.

Eu vou ler algo aqui... Praticamente eu esgotei minha capacidade de perguntar com as intervenções feitas aqui de maneira especial as que foram feitas aqui pelo Senador Demóstenes, que tem clareza e capacidade jurídica e raciocínio lógico. Tem começo, meio e fim no que fala. E ele diagnosticou um acontecimento extremamente grave de extraordinária gravidade para o qual a Dr^a Denise com todo cuidado que deve ter fala o essencial, não adjetiva, mas vai nos substanti-

vos. Não adianta nessa altura apontar para aqui ou ali sem dar conteúdo a qualquer forma de denúncia, por assim dizer. Fundamental é desenvolver um raciocínio, apurar responsabilidades. E elas estão ficando cada vez mais claras.

Esse negócio é um negócio atrapalhado. Absolutamente atrapalhado, de defesa quase impossível. Nem o mérito notoriamente conhecido do Senador Romero Jucá será capaz de fazer o impossível e explicar o que não tem explicação.

Eu vou ler aqui e peço um pouco de paciência... Uma comunicação do ex-Presidente da ANAC, Dr. Milton, que me parece de uma gravidade enorme e é um sintoma de tudo isso que está se discutindo hoje, porque é preciso ver a floresta, perceber a floresta e não ficar apenas nas árvores. As árvores estão aí, mas há uma floresta nisso tudo. A floresta é visível. Um negócio que se desenvolve sob a pressão, influência de setores públicos que não podem interferir em decisões desse tipo. Não podem e não devem. Eu sempre me assustei com essa história de não ir atrás da capacidade econômica dos acionistas. Aqui nesse Congresso muita gente foi cassada no passado quando as declarações de Imposto de Renda não conferiam com certas despesas feitas. Muitos Parlamentares foram cassados assim. Agora, não é relevante saber se um determinado grupo que assuma uma das maiores e mais importantes empresas brasileiras tem ou não tem capacidade econômica, pode ou não pode assumir o negócio, tem substância financeira ou não. Isso deixou de ser importante, não dá para aceitar isso, isso é uma violência contra a lógica e o interesse público.

Estou lendo aqui o que escreveu o Dr. Milton: “Passado o episódio VARIG, espero que sim, gostaria de fazer algumas considerações. Faço dessa forma porque, como diz aquela música gaúcha, se não for por escrito eu não me animo a dizer. Quero começar pelo padrão de relacionamento estabelecido entre nós durante esses episódios [soa a campainha], nunca ficando claro que se estávamos somente numa relação hierárquica pura e simples ou se estava estendido a relação de confiança, companheirismo e amizade. Em todo esse tempo fiquei sempre com a sensação de que me tratava nem como Chefe de Casa Civil nem como amiga, e nem das duas coisas juntas. Ao contrário, teu tratamento ensejava como se eu fosse um devedor eterno por ter sido indicado para presidir a ANAC. Em nenhum momento senti qualquer proteção pela cumplicidade natural entre companheiros, sem abandonar evidentemente a necessária cobrança pelos resultados e pela condução do processo. Na mão inversa era como se eu estivesse chegando ali por meio de uma concessão, e como se obedecesse a quem precisa.

Ou como obedece quem precisa. Eu deveria agüentar calado toda sorte de desconfiança, confusão e estresse, oportunismo que esse episódio continha”.

Essa afirmação é do ex-presidente da ANAC: “Aí reside o primeiro erro. Eu não preciso desse cargo e não o pleiteei em nenhum momento. Obedeci sim à determinação do Governo e tuas, porque sou companheiro teu e do Governo. E desse movimento ao qual me filiei junto contigo e a turma da alpargata desde minha juventude”.

Não conheço esse movimento social. Deve ser uma ONG dessas que estão sendo investigadas. “Obedeci e obedecerei. Orgulho-me de ser disciplinado e parceiro, o que não... Tem nada a ver com a dependência de cargo ou qualquer coisa do gênero. Concorro contigo quanto à críticas veementes à ANAC e a mim, há erros sim, muitos, nesses três meses de gestão. Assumo humildemente, mas as respostas não estão em conclusões precipitadas. Não me sinto nem um pouco inexperiente se assim me considerasse não assumiria essas responsabilidades. Não acho que administrar a ANAC seja um problema maior dos que já tive. Aliás, penso ao contrário. Agora administrar nas condições que estamos, pode ser a coisa mais difícil da minha vida. Não é fácil trabalhar em Diretoria Colegiada, eclética, recheada de interesses distintos que, diga-se, não foram nomeadas por mim nem considerados o prazo curto nem a gravidade da situação. Contudo, todas essas crises tiveram nesses dias, deveram-se muito mais aos erros do Governo do que de Agência, mesmo com essa convicção agüentei firme, calado, e sempre companheiro teu e do Governo Lula. Esta é a hora para falar, então, aos fatos. O Governo havia abandonado totalmente o caso VARIG desde a entrada da empresa na recuperação judicial há nove meses atrás, o que convenha é muito grave pelo significado do problema”. A frase é dele, não é nossa da Oposição.

“Quando retomou o tema titubeou-se como quem tateia o escuro. As primeiras reuniões após a retomada de 70 dias havia a convicção de que o único caminho era a falência desde que não fosse responsabilizado por ela. Ou seja, uma posição equivocada como se bastasse ficar a distância do problema para que o problema se resolvesse. Por isso convocou-se o grande PIB, a Rede Globo, etc. Parece-me até agora que tu não entendestes este erro e por isso não reconheceu devidamente o papel que cumpri de não permitir esse distanciamento. Fui eu que defendi pela primeira vez que deveríamos montar uma saída com o Judiciário”.

Estranho, “naquela reunião tu reagiste com rispeza e censura ao dizer que o Governo não vai se submeter à decisão de Juiz de quinta”. A frase deve ser da Ministra citada pelo Dr. Milton. “Eu, não a ANAC,

porque o time lá dentro também era contra igualmente entendia ser melhor falência na prática sem tua ordem, aproximei-me do Juiz e estabeleci uma relação de confiança. Tabelamos tudo até aqui”.

É estranho. “E sem essa estratégia pode crer tudo teria dado errado” como se tivesse dado certo... “Naquele início o Judiciário estava louco para encerrar o processo e jogar no colo do Governo a responsabilidade. Veja que acusação leviana e irresponsável. Entre a primeira reunião e aquela da falência e a outra que decidiu-se que o Valdir receberia o Juiz quando o jogo mudou passaram-se mais de 30 dias. O que passei dentro da ANAC pode ter seguido este caminho, tu também não tem nenhuma idéia. Conforme os colegas, eu estava obedecendo ao tal Juiz para salvar a VARIG. Face disso, perdi o controle e a liderança sobre os três que agora no final, com muito custo, consegui reverter. O Governo continua errando. Entregou ao Valdir a condução. Como ele não conduziu nada à Casa Civil, tive que na prática assumir a condução”. Não pode haver mais promiscuidade.

“Porém, esse caminho era absolutamente neurótico, porque assumiu não podendo parecer que tinha assumido. Várias vezes tive que me colocar no papel que não era o de Presidente da ANAC, mas de um articulador político do Governo”. Muito sério isso tudo, hein. “No entanto você não me deu essa autoridade e o Valdir tentou me dar, mas ele tentava me dar o que não possuía e muito menos eu desejava tê-la. Porém como havia um vazio de autoridades diretamente vinculado ao processo acabou que eu fiquei cumprindo aquele papel. Era a mim que vinham todas as lamentações do Juiz, do Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, da direção da VARIG, da TGV, do Gabriel Abadio(F), da imprensa que para eles eu era o Governo, e para o Governo eu presidia a ANAC e te confesso que aprendi o avesso de *Hamlet*, o de não ser não sendo ser. Nesse caso, eu tenho uma dúvida agora. O Governo está errando novamente ou nessa hora e somente nela o pouco de tua confiança para comigo prevaleceu. Se eu optar por esta conclusão, eu diria que foi confiança mais desconfiada que já vi. Talvez a dedicação da Erenice explique esta confusão”. Quer dizer, a indicação da Erenice.

“Caso verdadeira a primeira hipótese foi um erro sem precedente, pois os riscos que vocês correm ao deixarem a uma mão ungido de poder determinar caminhos é imensurável. Não obstante, tudo veio o caso VARIG LOG. O Governo não queria exercer ou parecer que exercia seu poder. Não queria parecer que exercia. Aos 46 do segundo tempo, entregou a ANAC a responsabilidade pelo insucesso ou não da venda da VARIG. É sem dúvida muita falta de companheirismo. Tudo co-

locado de forma intempestiva sem qualquer gesto de carinho e de solidariedade. Fiquei diante uma derrota interna acachapante e o Governo não dava sinais claros aos outros diretores da sua posição. Faltava confiança nos demais e era delicado forçar a barra. Ótimo. Pelo menos entendessem minhas dificuldades. Tive que sozinho com a pequena ajuda do caso Wilson na 10ª hora ouvindo xingamentos de ti e da Erenice sem poder sequer responder, pois os demais estavam ao meu lado tendo que atender ao Marinho a toda hora sem falar daquela figura impoluta que conhece. Mas o Governo não podia enquadrar ninguém, pois estava em jogo a sua preservação e do Presidente. Cumpri devotadamente o mister. Presidente, taí o resultado, 4 a 0. Quero que tu leia aos Pareceres técnicos e jurídicos e analise a tão propolada(F) incompetência(F) da minha parte que tanto insistes. Te admiro tanto que tenho o direito de achar que tuas críticas são sempre para o meu bem. Quero te confessar que nesse momento reviso tudo isso. Sinto-me como aquele general francês que ganhou a guerra perdendo todo o seu exército. Tenho certeza que vai dar tudo certo e aguardarei finalmente o desfecho. Até lá pode contar sempre comigo, agora quero repensar minha vida, a minha permanência na ANAC”. Estou terminando, Sr. Presidente.

“O setor de aviação tem sido a grande decepção desses meses. Baixo nível, fofocas, *lobby*s rasteiros, lideranças fracas vão fazendo com que minha paciência não resista, somente pode haver paciência se houver esperança. Te confesso que minha esperança se apequenou diante disso e começo a perceber que não vou mais ser útil, já que não tenho vocação quixotesca. São meus sentimentos sem nenhum rancor, nenhum desejo de resposta ou explicação. Aliás, peço desde já que não faças. É o registro. O fato não tem como mudá-la. Prezo demais o passado e cheguei até aqui pelo meu esforço. Logo, não há o que temer. Me sinto credor e não devedor como militante servidor público. Afinal, são mais de 25 anos e ainda moro de aluguel e possuo um carro 99. Talvez por isso deteste *lobby* e pressão. Estou sentindo também que na ANAC a convivência vai ser muito difícil depois de tudo e não vejo no horizonte qualquer sinal de mudança. Dessa forma, na hora que te parecer oportuno, estou te disponibilizando o mandato de Presidente da ANAC. Se não achares necessário fica a informação de que estou seriamente repensando minha permanência na Agência. O Nietzsche disse que escolhe o caminho da verdade ou da felicidade. Eu estou começando a tender para o segundo, quem sabe, como diz Baccio(F), conhecer e crer tal de Deus. Sei que teus problemas não são... São muito maiores que esses. Talvez nem devas perder muito teu tempo com isso, mas sinto

estar cumprindo meu dever de companheiro e amigo para contigo e meu dever maior ainda com meus sentimentos. Abraços. Milton”.

Eu penso que esse é um documento de grande importância, e eu queria perguntar apenas... Perguntar o que ela sabe... O que a senhora sabe sobre esse *e-mail*? Qual a notícia que tem dele? Não confirma... Não confirme você... Não. É só isso. A pergunta é essa. É o subsídio do meu líder, Senador Tasso Jereissati. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sérgio Guerra, esse *e-mail* teria sido destinado à Ministra Dilma? Esse *e-mail* teria sido destinado à Ministra Dilma Rousseff?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom... Com a palavra o Senador Wellington Salgado. Para logo a seguir... Eu vou pedir... Depois tem réplica, tréplica, nós não vamos terminar essa reunião. Eu pediria ao Senador Wellington que falasse, depois a Dr^a Denise responde aos três oradores. A senhora está anotando, Dr^a Denise?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem só para registrar que nós informamos ao Presidente Garibaldi Alves que, tendo em vista a importância de continuar esclarecendo toda essa questão, nós não teremos acordo hoje para votar a Ordem do Dia. Portanto, não terá a Ordem do Dia e nós continuaremos aqui até finalizar todas as Audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Denise Abreu. Eu acho um pouco de injustiça da Sr^a Denise Abreu não acreditar na separação da VARIG entre a antiga VARIG e a nova VARIG. Porque isso aconteceu dentro do processo de reestruturação fiscal. Agora... Judicial. Agora também, Sr^a Denise Abreu, eu tenho... Uma vez que... Deixa eu pegar minhas anotações aqui. Veja bem, eu acredito no processo de recuperação judicial, porque até mesmo V.S^a passou por um processo de recuperação espiritual. Ou seja, hoje nós temos a nova Denise Abreu. A velha Denise Abreu é uma outra, lá atrás. Então, por que é que a VARIG não pode ser também a nova VARIG?

A Denise Abreu, hoje, não é aquela Denise Abreu. Foi dividida em duas Denise Abreu. A Denise Abreu anterior, aquela Denise, que trabalha e que trabalhou para barrar restrições impostas pela justiça nas operações com chuvas em Congonhas, a Denise que em meio ao caos dos aeroportos causados por greve dos

controladores de vôos, Denise foi flagrada fumando charuto, a Denise que foi acusada pelo ex-Presidente da INFRAERO José Carlos Pereira e aqui ele retirou, eu estava na CPI, e tentar favorecer o empresário Carlos Enéas Pereira, a mesma Denise, a antiga Denise não a nova Denise, que teve na reportagem mostrando que incentivou as empresas a reagir à decisão do Governo de cortar os vôos de Congonhas, a velha Denise que colocou um documento no processo que não foi aceito, que enganou a Desembargadora do TRF, que se disse enganada. Está aqui no dia 20 de agosto... A Desembargadora do TRF diz enganada por ter recebido documento sem valor legal. A magistrada afirmou que só liberou a pista de Congonhas por ter confiado nas informações da norma da ANAC entregue, segundo ela, pela própria Denise Abreu.

Quero dizer o seguinte, se essa é uma outra Denise, a nova Denise Abreu é essa que está aqui hoje. Cheia de documentos, questionando decisões judiciais, do Ministério Público, interpretação de lei judiciária... Essa é a nova Denise Abreu. A velha nós esquecemos. Separada como assim foi a VARIG. A velha VARIG foi o passivo de um lado e a nova VARIG. Então tudo bem, Sr. Presidente. Tudo bem. Vamos então falar com a nova Denise Abreu. Embora eu tenha que fazer algumas perguntas à velha Denise Abreu.

Pegaram aqui de novo... O Flexa pegou, o Senador Flexa pegou as minhas perguntas que eu tinha que fazer. Está aqui as minhas perguntas que quero fazer à velha Denise Abreu. V.S^a correu do oficial de justiça na ANAC por quê? V.S^a sabia que o oficial de justiça estava lá, e como funcionária da ANAC não tinha porque correr. Era só receber o oficial de justiça e assinar. V.Ex^a falou aqui hoje que correu do oficial de justiça. V.S^a. Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta. Se a VARIG, a velha VARIG quebrasse, se a velha VARIG quebrasse, quem é que iria distribuir os *slots* e também os usos dos *fingers*, os horários de vôos... Quem é que iria distribuir esse direito, esse ativo se a VARIG quebrasse?

Terceira pergunta. Num documento já lido aqui pela Senadora Ideli Salvatti, o Ministério Público sustenta que existia um interesse da ANAC em beneficiar outras empresas... Existia esse interesse da ANAC ou grupos dentro em defender outras empresas com interesses para que pudesse ser distribuído esses... Esses direitos de vôo que a VARIG teria?

E a última pergunta, essa é uma pergunta que eu não tenho confirmação, Sr^a Denise. Nova Denise. A minha pergunta é a seguinte. Alguma vez a senhora em alguma reunião da ANAC perguntou a algum membro da ANAC, da Diretoria, de que lado ele ficaria se do lado do dinheiro ou do outro lado?

Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente. Minhas quatro perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Dr^a Denise Abreu para as respostas. Aos três Senadores que fizeram os questionamentos.

SRA. DENISE ABREU: Eu peço permissão aos Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra para, ainda que eu não tenha muito tempo, dedicar todo meu tempo às perguntas do Senador Wellington.

Senador, eu não sou uma velha Denise ou nova Denise e tampouco compararia um processo de recuperação judicial com um processo de acompanhamento espiritual. Eu não comparo Deus e todas as suas missões com nada do plano terreno. Muito menos com um processo que está colocado sob suspeita absoluta. Tão absoluta que para a nossa surpresa surgiram novas denúncias pela Rede TV e SBT de que essa mesma operação está sendo investigada pelo DENARC, em São Paulo, por denúncias de tráfico internacional de drogas.

Então, eu não gostaria que fosse comparado ao processo de recuperação espiritual pelo qual eu passei pelas mãos de Irmãs Carmelitas. Eu não estou falando de Juízes de Direito. Estou falando de pessoas que têm vínculos profundos com a espiritualidade. É muito diferente. Então, não se trata de velha Denise ou nova Denise. O senhor me desculpa, mas todas as vezes que falarem da questão religiosa eu serei incisiva. Porque eu entendo que nós vivemos um momento talvez não tão democrático. É muito fácil bradar pela democracia e utilizar métodos antidemocráticos. Porque na ditadura todos nós sabíamos o limite do que podíamos dizer e do que podíamos fazer. Hoje em dia vivemos uma democracia onde se instalou um *Big Brother Brasil* onde as pessoas são investigadas, grampeadas, perseguidas sem Ordem Judicial e está institucionalizado isso. Isso é tido como natural e democrático. Não me parece democrático, me parece um jogo não muito claro da antidemocracia.

Então, indo adiante para responder as suas perguntas... Saindo dessa questão espiritual que realmente é a única coisa que me tira do sério. Porque eu não admito em hipótese alguma que alguém coloque em dúvida a minha fé. Investiguem... Eu estou tão grampeada, seria interessante investigar esse lado meu também. Mas não tem uma velha Denise ou nova Denise. O que existe é o seguinte...

Nós na ANAC, toda a Diretoria, interpusemos sim vários recursos, sempre desde o começo, fomos contra essa tese do congelamento num processo de recuperação judicial, não entendíamos que... E continuamos, eu, agora, pessoalmente, continuo com a minha

opinião de que não há ativo a ser reservado e vendido quando este ativo pertence ao Poder Público. Não é um ativo, é um bem público. Então, eu não... Não abro mão da minha opinião jurídica sobre essa matéria. Sei que ainda tudo está sub *judice*, não foi decidido em caráter definitivo, nós aguardamos então as decisões do Poder Judiciário na última instância. Não fui eu que chamei o Juiz de Direito do Rio de Janeiro de Juizinho de quinta. Não fui eu que passei este *e-mail*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não citei.

SRA. DENISE ABREU: Sim, mas foi citado pelo Senador Sérgio Guerra, e só para explicar para o senhor porque é... É só para explicar para o senhor por que é que eu aguardo a decisão de última instância. Porque era um Juiz de Direito de primeira instância, não de Quinta, mas de primeira instância. E nós precisamos aguardar que a matéria então seja submetida até a última instância que pode ser até o Supremo Tribunal Federal para que daí, sim, saibamos qual é a efetiva interpretação correta da aplicação da Lei de Recuperação Judicial. Porque, certamente, a Lei de Recuperação Judicial não pode ser aplicada desse jeito só para o caso VARIG. Ou vai se aplicar esta interpretação a todas as empresas desse país que estiver em recuperação judicial, do setor aéreo ou não, ou, então, não pode se aplicar para ninguém. Não vamos abrir um precedente só para uma empresa. Que ainda que tenha credibilidade sob o ponto de vista do nome da empresa e tal, ela é uma empresa privada tanto quanto qualquer outra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr^a Denise, aceito a colocação, Sr. Presidente, mas a Denise falou que iria responder as minhas perguntas. Quatro perguntas que eu fiz, ela não anotou, se quiser eu repito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, V.Ex^a terá o direito de réplica depois.

[falas sobrepostas].

SRA. DENISE ABREU: Vou responder. Só teve uma pergunta sua, Senador. O senhor dividiu o mundo em velha Denise e nova Denise. E a velha Denise, segundo a sua opinião, era uma pessoa que não tinha a menor credibilidade para estar aqui fazendo denúncias comprovadas com documentos. Então, o que eu devo lhe dizer é: Mais uma vez... Agora, eu digo ao público, eu só estou procurando esse documento porque graças a Deus o tempo passou. E a Desembargadora teve a oportunidade de prestar depoimento nos autos de um processo que corre na Corregedoria Geral da União. E eu gostaria de ler o depoimento da Desembargadora para o senhor onde ela diz, expressamente,

que nunca que eu falsifiquei ou fraudei nada. Isto é o documento do processo. Está na Corregedoria Geral da União. Que corre em sigilo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estava aqui na CPI do Apagão Aéreo.

SRA. DENISE ABREU: Sim, eu também estava. O senhor na qualidade de Senador e eu na qualidade na época de depoente. Também ouvi o que o senhor ouviu. Mas existe, agora, um depoimento nos autos de um processo. É este depoimento que tem a validade. Isto deveria estar correndo em segredo contra os acusados, porém os acusados têm o direito de revelar o que tiver dentro de qualquer processo tanto que eu posso utilizar em qualquer defesa minha. O depoimento já foi dado pela Desembargadora. Isso aconteceu no mês de novembro mais ou menos.

Então, eu só queria esclarecer ao senhor que a velha Denise é exatamente igual à nova Denise. Porque tanto a velha e a nova, com a verdade, eu nunca menti em nenhuma das duas CPIs. Sobre nada, Senador. Absolutamente nada... Assim como não o faço hoje. Com relação a este assunto, eu passei oito horas na Câmara explicando que não era verdade que a IS era uma norma vigente. Tanto é que a Dr^a Solange agora no dia 26 de maio, quem entrar no site da ANAC vai acessar, instituiu a IS. Se eu instituo algo é porque eu estou criando. Aquilo que eu crio em 2008 não pode vigir em 2006. Então, essa é a segunda resposta que eu tenho a fornecer sobre o tema.

E por fim, com relação as outras colocações que o senhor fez de fumar charuto... Olha, eu estive no casamento da filha de um colega meu, por quem eu tenho um profundo respeito e amizade. Eu gosto muito do Leur e da família inteira dele. Leur Lomanto. Este casamento foi agendado, como de resto todos os casamentos--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você nem fuma, tudo bem, Denise. Só que você não respondeu uma pergunta minha. Foram quatro perguntas.

SRA. DENISE ABREU: Pode dizer. O senhor pode pontuar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui. Se a VARIG quebrasse, qual órgão iria distribuir os slots para as outras companhias?

SRA. DENISE ABREU: Se a VARIG quebrasse qual órgão... Não, não teria--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Distribuir o direito de poder usar os aeroportos naqueles horários, os slots.

SRA. DENISE ABREU: Não, mas acontece o seguinte. É que tem uma certa confusão entre o que a ANAC--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esses direitos de uso de voo--

SRA. DENISE ABREU: Distribuir ou não. Tudo voltaria para o poder concedente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A ANAC. A ANAC distribuiria.

SRA. DENISE ABREU: Não. A ANAC não distribuiria. A ANAC àquela altura já tinha. A Resolução nº 02 instituída pela Diretoria Colegiada da ANAC que determinava que nos aeroportos coordenados que são os aeroportos *slotados*, como é... Aeroporto *slotado* não é *slot*. *Slot* qualquer aeroporto tem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho avião, Sr^a Denise.

SRA. DENISE ABREU: Não, senhor. É o que atingiu o máximo da sua capacidade operacional.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem direito para todo mundo. Só quero que responda as minhas perguntas. Que a senhora Denise Abreu responda.

SRA. DENISE ABREU: Isso estou respondendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington, eu estou assegurando a V.Ex^a. Ocorre que nós estamos--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa teve 15 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não. Senador Wellington Salgado, V.Ex^a terá o direito a réplica. Eu fiz isso com todos. Só abri uma exceção por requerimento dele próprio. Que foi ao Senador Demóstenes que solicitou que fosse perguntando e sendo respondido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Me perdoe, Senador, V.Ex^a está sendo extremamente injusto. A Dr^a Denise vai responder, depois V.Ex^a terá o tempo para a réplica.

SRA. DENISE ABREU: Então... Nos aeroportos chamados aeroporto coordenados, a ANAC, na gestão da... Sob a Presidência do Milton Zuanazzi e os nossos quatro diretores, instituímos pela primeira vez neste país a licitação sem preço. Ninguém ia pagar nada. Ninguém ganha dinheiro, tá? É a distribuição dos slots em rodízio privilegiando as novas entrantes. É uma regra, está no site da ANAC, ela ainda vige, a Resolução nº 02, coisa que nunca havia sido feita.

Então, é sorteio, Senador. Quem ganhasse no sorteio levaria o *slot* da VARIG. Tanto é que--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se foi da primeira Diretoria da ANAC. Você inclusive participou de formação do Regimento Interno da ANAC. Tudo. Então, se você criou é porque tinha que ser criado por vocês esse regimento. Tudo. Tudo da ANAC foi criado pela Diretoria da qual V.S^a pertenceu. Tudo.

SRA. DENISE ABREU: Sim, mas e aí? Não mudou em nada o argumento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington ...

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington, vou suspender essa... Deixa por favor a Dr^a Denise... Permita a ela que conclua. Depois V.Ex^a terá direito a réplica. Já expliquei.

SRA. DENISE ABREU: Então, Senador, nos aeroportos *slotados*, como é Congonhas, que é o maior *hub* da América do Sul, nós implantamos uma forma de distribuição de *slot* por sorteio e rodízio. Inclusive, fizemos uma licitação, que não era dos *slots* da VARIG eram os outros *slots* que tinham em Congonhas, e as empresas vencedoras foram as menores... Não foram as maiores. Pela primeira vez nós garantimos um maior acesso às empresas em que o *market share* era o menor no aeroporto de Congonhas. E assim ocorreria com os da VARIG se eles retornassem ao Poder Público.

Quanto às linhas internacionais, seria aplicado aquilo que sempre foi regra no DAC e foi absorvido pela ANAC. Faz-se uma plenária, essa plenária era comandada pelo Brigadeiro Negri, onde participa e tem assento na plenária outros Ministérios, como o Ministério do Planejamento, Ministério do Turismo, o Ministério da Fazenda, todos têm direito a voto nesta plenária. As empresas que têm interesse pelas rotas dizem quais são os seus interesses e todos os Ministérios votam e decidem qual é a empresa que deve voar para qual destino. Da forma mais democrática que existe.

Portanto, a ANAC não se beneficiaria em absolutamente nada, muito menos na possibilidade de negociação dos *slots* que tivessem vindo da velha VARIG se, eventualmente, ela tivesse quebrado. Essa é uma pergunta. A segunda?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Ministério Público, na ação do Rio de Janeiro... Presidente, me permita? O Ministério Público, já foi inclusive lido aqui pela Senadora Ideli Salvatti, ele faz uma... Um documento que é sempre usado quando o Juiz pede opinião do Ministério Público para

que dê a decisão. Ele diz que existia interesse dentro da ANAC para beneficiar outras empresas. Existe essa possibilidade o Ministério Público diante da situação que a ANAC não dava o ofício outros países, para que a empresa pudesse voar para lá deu somente para a Venezuela, para o Paraguai, agora para aquelas regiões nobres não foi dado o ofício. Então, ficou demonstrado que existia interesse da ANAC para beneficiar outras empresas. Existia isso ou não?

SRA. DENISE ABREU: Não é verdade, Senador. Talvez tenham resumido demais a história. Ela é longa. É verdade que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro deu uma cota no processo argumentando que ele entendia que a ANAC mantinha a sua posição de que o bem público não era ativo com a finalidade de beneficiar as demais empresas. Ocorre que... Ele poderia, então, fazer como nós fizemos. Nós não entramos no Conselho Nacional de Justiça? Nós não recorremos ao Tribunal Regional Federal? Por que ele não oficiou ao Ministério Público Federal para investigar? Porque o Ministério Público Federal já estava numa ação aqui no STJ defendendo exatamente a mesma posição que a ANAC. A posição do juízo do Rio de Janeiro é isolada. A terceira pergunta?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por que é que V.S^a correu do oficial de justiça?

SRA. DENISE ABREU: Não, eu não corro de ninguém. Muito menos de um oficial de justiça.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi V.S^a que falou aqui. Eu saí, quando ele chegou já não estava mais... Recebi a informação de que ele estaria... O que ele iria notificá-la?

SRA. DENISE ABREU: Senador Demóstenes, o senhor pode ler do que o oficial de justiça ia me notificar? É a degravação, se o senhor puder ler.

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Responda Dr^a Denise. Eu vou assegurar--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quero ouvir de você. O Demóstenes eu escuto todo dia.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [Soa a campainha] Senador Wellington... Passo a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, quero dar aqui um depoimento de que hoje

conheço bastante bem o Senador Wellington Salgado que é um homem bom. Mas não é correta a sua tentativa de desqualificar a depoente. E olhe que eu não fiz isso quando eu estava diante de “mensaleiros”. Eu não fiz isso. Não fiz isso quando estava diante de ladrões confessos de dinheiro público. Não fiz isso. Então, quero pedir ao Senador que retome o fio da cordialidade, do cavalheirismo. Eu estava aqui perfeitamente, eu sei ler e ouvir. E o que disse a Dr^a Denise foi que por coincidência ela não se encontrou com o tal oficial de justiça. Não disse que tinha saído corrido, nada. Assim como se ela na festa fumou charuto, fumou cigarro, devia fazer até como eu que não fumo nem charuto nem cigarro, seria melhor.

Agora, isso não é problema nosso. Essa história de nova Denise, velha Denise, também pouco me importa. Eu não estava aqui no dia em que ela depôs, mas se eu estivesse eu teria tratado com urbanidade, como tratei pessoas que tinham o que explicar no campo moral, e que merecem como seres humanos todo o respeito. Se é verdade, e eu não vejo que seja assim, que alguns tratariam bem o que o Senador chama de nova Denise, significa que ele estaria aqui para o que desse e viesse defendendo o que ele chama de velha Denise.

Então, Sr. Presidente, o Senador Wellington tenho certeza que vai fazer a autocrítica e vai ver que não adianta... Não é isso. Nós queremos saber dos fatos, dos documentos, das verdades, enfim... E não de desqualificações, de tentativa de desqualificação de quem quer que seja, até porque eu só conheço essa Denise, não conheço a velha nem a nova. Aliás não vejo nada de velha aí. Vejo uma pessoa muito madura intelectualmente. Agora, nem um pouco velha, aliás, uma mulher muito bonita. E ela é muito segura. Está tranqüila e vai demorar aqui horas e horas, as necessárias para continuar dizendo tudo. Nem tudo que ela disse, Senador, me agradou. Nem tudo que ela disse... Agora, eu vi que ela diz com lucidez, com firmeza, com tranqüilidade. Tenho certeza que o Senador Wellington se desculpará como cavalheiro que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington, para fazer... Ela vai responder a terceira e quando V.Ex^a tiver oportunidade de formular a quarta, V.Ex^a se tiver que responder ao Senador...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Wellington para concluir as perguntas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Arthur Virgílio... Veja, como cavalheiro. Eu coloquei como cavalheiro... Claro que foi. Eu coloquei uma situação anterior, a Sr^a Denise sabe qual foi o meu posicionamento dentro na CPI do Apagão com V.S^a... Eu tenho o meu posicionamento da mesma maneira que o Senador Demóstenes tem o posicionamento dele na CPI do Apagão e hoje tem um outro posicionamento. Mudou.

Quero dizer o seguinte... Que está em jogo a formação da minha opinião sobre o que aconteceu e o que acontece aqui hoje. E isso eu tenho o direito de colocar. Para mim, a nova Denise que estou vendo é uma Denise que passou por uma transformação espiritual, como você bem colocou. É uma Denise que está mais calma, mais tranqüila, mais racional... Não é a velha Denise. E isso eu não desrespeitei de maneira alguma. [soa a campanha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria ao Senador Wellington que conclua.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só isso que coloquei. Mas não queria ofendê-la. Inclusive coloquei com muita calma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington, obrigado. Senador Demóstenes, um minuto para... A palavra pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É que o Senador Wellington ele quis dizer que eu teria mudado de opinião em relação a fatos apurados na CPI do Apagão Aéreo. E dizer a ele... Até ele participou inicialmente e depois só no último dia reapareceu para a votação, que nós não apuramos esse caso não. Esse caso de venda... Me permita, esse caso não foi apurado. Então, não posso ter uma nova posição se eu não tenho uma velha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes, agradeço a V.Ex^a pela compreensão, solicito agora a Dr^a Denise que conclua as respostas ao Senador Wellington Salgado, ao Senador Sérgio Guerra e ao Senador Flexa Ribeiro. Por gentileza.

SRA. DENISE ABREU: Muito bem... Nós havíamos ganho, a ANAC, havia ganho no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro uma liminar para distribuímos os slots. Então, em cumprimento à decisão judicial, nós realizamos uma plenária na Superintendência de Relações Internacionais que se instala dentro de um prédio do antigo Ministério da Aeronáutica onde são

convocadas todas as empresas aéreas, todos os outros Ministérios que têm assento nessa plenária para fazer a distribuição daquelas rotas autorizada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, à revelia do entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Eu vou ler a plenária, não inteira, ela é muito longa, mas o começo acho que já é suficiente: “Sr. Presidente, em ato especial para a superintendência... É um momento especial para a superintendência de relações internacionais e temos a presença além dos participantes de dois Diretores da ANAC, Dr^a Denise e Dr. Barat, que nos honram com suas presenças. É uma forma de mostrar a todos a importância que a Diretoria dá à forma como este Plenário assessorar a Diretoria nas suas decisões. Mas, antes de qualquer tipo de comentário da minha parte, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Barat”.

Aí vem o Dr. Barat e disse: “Boa tarde a todos, como disse o nosso Superintendente Negri, essa é uma demonstração de que a Diretoria da ANAC está dando a importância a esta reunião. Sabemos que serão tratados assuntos da maior relevância, hoje, e gostaríamos de transmitir a importância que a Diretoria da ANAC está dando a esta reunião. Agradeço ao Negri pelo convite gentil, convite gentil prontamente aceito por nós e passo a ele a condução dos trabalhos”.

Aí digo eu: “Também cumprimento a todos, gostaria de explicar que estamos revendo a composição da plenária que está em estudos. A Diretoria, provavelmente, terá assento não com direito a voto nesta plenária, afinal, vocês nos assessoram. Mas é importante que participemos e acompanhemos o andamento dos trabalhos para que ao final possamos decidir. A Presidência permanecerá com o Brigadeiro Negri, que tem habilidade inequívoca para dar continuidade aos trabalhos que vem sendo desenvolvidos. Portanto, passo a palavra ao Negri”.

Aí o Negri vai cumprimentar todo mundo, vai agradecer a todos... Quer que leia os agradecimentos?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. DENISE ABREU: Apresenta a todos os participantes aqui da plenária, que eu vou entregar a vocês, e, na sequência, o Sr. Cristiano Martins Zanin pede a palavra. Zanin Martins, genro de Roberto Teixeira. Ele pede a palavra, preciso só achar a parte dele aqui, um minutinho. Tá aqui. “Brigadeiro Negri, agradeço e tal”... Tem o agradecimento. Aí vem: “Gostaria de antes de dar início à reunião externar a orientação dessa superintendência”. Ele vem, faz a orientação, o Cristiano pede a palavra e diz que: “o Juiz de Direito

do Rio de Janeiro havia notificado a ANAC proibindo a realização daquela plenária para a distribuição de rotas” ignorando que nós tínhamos uma liminar do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro e nós somos uma Autarquia Federal e que eu saiba qualquer Órgão Federal está sob a égide das decisões da Justiça Federal. Muito bem. Na sequência... Então, eu tomo a liberdade de responder em nome de toda a Diretoria Colegiada que nós não estamos afrontando nenhuma decisão judicial. Vou ler... “Essa decisão judicial a que o senhor se refere, não foi notificada nem informada ao colegiado da ANAC. Desconhecemos, e o senhor”. Estou me reportando ao Sr. Cristiano Zanin Martins. “E desconhecemos a decisão e o senhor, como Advogado que o é, sabe que um procedimento judicial deveria ser objeto da expedição de uma precatória à sede de Brasília”, nós estávamos no Rio de Janeiro, não estávamos em Brasília, “e a lei diz que quem pode receber a representação, a notificação, a citação, a intimação”, está na lei da ANAC, “é, exclusivamente, o Presidente da ANAC ou o Procurador-Geral da ANAC”.

Presidente da ANAC não estava ali, nem em Brasília, e o Procurador-Geral da ANAC que estava em Brasília. Muito bem... “Nós não recebemos nenhuma Ordem Judicial. E, portanto, não estamos descumprindo qualquer ordem. A Diretoria da ANAC decidiu e informou a empresa e ao juízo que aquilo que não constar do plano de linhas aprovado e que desde junho, julho, não foram voadas estas linhas, serão distribuídas em plenária realizada no âmbito da Superintendência de Relações Internacionais. O Ministério Público Federal também noticia pela imprensa tal... Que a ANAC deve efetivar a distribuição destas rotas internacionais”.

Ele contesta, diz que efetivamente nós estamos cumprindo uma Ordem Judicial, porque a mídia já tinha notificado. Então, naquele momento passa a ser instituída uma nova modalidade de notificação no processo... No Código de Processo Civil que é pela mídia, sem nenhuma... Sem nenhum recebimento de intimação.

Bom... Dada as explicações, eu e Barat tínhamos ido lá apenas para cumprimentar todos os participantes da reunião que era a primeira plenária que nós estávamos fazendo. Nada mais natural do que os Diretores irem se apresentar aos participantes da plenária. Tudo muito recente, a ANAC era de 20 de março, né? A primeira grande plenária que nós íamos fazer. E íamos nos retirar, não fosse a intervenção do genro do Sr. Roberto Teixeira, que faz parte do escritório, dizendo que nós estávamos descumprindo uma Ordem Judicial. Aí como o Negri é um Brigadeiro e não um Advogado, eu tomei a liberdade de pedir a palavra para esclarecer que aquilo não era correto, porque não existia nenhuma

ma intimação, nenhuma Ordem Judicial que a ANAC tivesse sido legalmente cientificada.

E a partir disso eu e Barat nos retiramos. 20 minutos depois aparece o oficial de justiça, né? Com um mandado que também está na degravação, mas é longo demais eu vou passar à mão de todos vocês para que vocês tenham a oportunidade de tomar conhecimento de tudo que aconteceu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como V.S^a está falando olhando para mim, eu quero saber a que momento já me sinto como atendido. Porque tenho que me retirar... Porque senão vai parecer descortês e eu não quero ser descortês e levantar com V.S^a falando comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, V.Ex^a deseja utilizar a palavra para a réplica?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por favor, então, repita que eu acho que ela nem sabe mais. Porque ficou esse diálogo entre o Senador Wellington e a Dr^a Denise. Esse diálogo onde ela respondeu as perguntas dele. Então, eu asseguro agora a V.Ex^a o mesmo direito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bem rapidinho, Senador. Porque ainda temos outros...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, eu perguntei sobre o *e-mail* que eu tive conhecimento. Se Dr^a Denise confirma, se tem notícia dele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma das perguntas minha também, Senador Sérgio, foi de um trecho pequeno do *e-mail* perguntei se V.S^a tinha conhecimento daquele *e-mail* que teria sido passado pelo Dr. Milton para a Ministra Dilma.

SRA. DENISE ABREU: Nós estávamos no Rio de Janeiro e precisávamos de um exemplo de um despacho que já tinha sido assinado pelo Presidente Milton Zuanazzi e constava, então, no *site* da ANAC num arquivo chamado Diretoria-Presidência. Acho até que o Milton não estava na reunião do Rio de Janeiro, por alguma razão ele devia... Enfim, não estava.

E eu solicitei, então, à minha Chefe de gabinete da época que entrasse em contato com o gabinete em Brasília para que ele mandasse um fax de uma cópia de um despacho para a gente poder fazer igual em outra questão similar. Não tinha nada a ver com o caso VARIG. Eram outras decisões que estavam sendo tomadas e precisavam ser agregados ali na Ata de reunião. Então, pedimos um precedente.

E aí quando eles entram no *site* lá na *internet*, num *site* da ANAC, neste Diretório, erradamente deve ter sido gravado erradamente que era um Diretório público, né? Aberto a todos os servidores da ANAC, 1.800 servidores acessavam aquele *site*, nós, então, descobrimos que tinha aquele *e-mail*. Eu fui ao Milton, entreguei a ele, entreguei aos outros Diretores e disse, inclusive, que eu achava que era... Ele estava tomando uma providência imediata, porque ele deveria ter gravado no Diretório errado, né?

Ele disse que teria produzido isso no *laptop* da ANAC e que ele estava até desconfiado que tinha sido... Aquela coisa assim de que sempre os militares faziam tudo contra a gente. Eu nunca acreditei nisso. De qualquer maneira e até porque eu tinha um excelente relacionamento com todos os Brigadeiros e Coronéis que trabalhavam na ANAC. Nunca tive nenhum problema com nenhum deles.

Mas, enfim, ele achava que como esse *laptop* tinha sido encaminhado à área de informática, que estava sob o comando de um determinado militar que alguém teria, então, colocado na parte aberta do Diretório do *site* uma correspondência pessoal, e que ele não chegou a mandar para a Ministra Dilma, que aquilo era um mero desabafo e que era para desconsiderar. Evidentemente, todos os Diretores leram e a partir daí nós tomamos conhecimento de que ele estava guardando alguma providência contra os Diretores, né? É revelado isso no *e-mail*. Não vejo perspectiva de mudança. Que mudança? Já era a nossa mudança que estava sendo anunciada ali atrás? Eu não sei que mudança é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Satisfeito, Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não somente a Denise viu?

SRA. DENISE ABREU: Várias pessoas. São 1.800 servidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, satisfeito com a resposta?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Eu ainda não me dou por satisfeito. Então, V.S^a confirma a existência do *e-mail* e pela conversa que teve com o Presidente Milton Zuanazzi, que era de sua autoria, apenas não foi remetido?

SRA. DENISE ABREU: Do *e-mail* eu não sei porque não sei se foi remetido. Ele diz que não foi remetido. O arquivo texto, sim. É confirmado. Ele confirmou para nós que era de autoria dele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tá... A outra pergunta que eu queria também a resposta de

V.S^a é com relação... Lhe fiz a pergunta se... No primeiro leilão quando a Associação dos Funcionários da VARIG ela arrematou a nova VARIG pelo valor de um milhão se as dívidas, o passivo da VARIG antiga estava sendo assumido pela nova VARIG?

SRA. DENISE ABREU: Tudo isso depende da data. Eu precisaria ver aqui nas pastas. Eu não dei uma resposta aqui que eu não tivesse certeza absoluta. O fato é o seguinte... Tem a data do Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda. Se o leilão em que a TGV apresentou a proposta não tinha ainda o respaldo desse Parecer, assumiriam as dívidas. Se o Parecer foi dado entre este primeiro leilão e o segundo, foi exatamente para que no segundo leilão garantisse que o próximo entrante, né? No leilão e que foi único, realmente não assumiria as dívidas tributárias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso não é de se estranhar que entre um leilão e outro tenha mudado a condição de... Do lance? Até porque... Eu estou com uma informação, Presidente, e eu vou fazer um requerimento para que a Comissão, ouvindo o Plenário, possa convidar o Deputado Paulo Ramos, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que foi o Presidente da CPI lá da questão da VARIG LOG.

E a informação que eu tenho é que a Associação dos Funcionários da VARIG estava com o cheque para fazer o depósito, se não me falha a memória de 75 milhões de reais em cumprimento a parte do que estabeleceria sendo assumido, mas que havia uma ação do juízo... Da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro pedindo o confisco daquele valor por débitos da Rio Sul existente.

Então, em função disso, a nova VARIG teve que recuar da proposta. Não por falta de recurso, mas porque estaria os recursos sendo confiscado por dívidas trabalhistas existentes. Então, nós precisamos esclarecer isso com o convite ao Deputado e quando tivermos a presença aqui já confirmada dos funcionários da VARIG, que estarão representados aqui também na Comissão. [soa a campainha]

SRA. DENISE ABREU: Eu não estive na CPI do Rio de Janeiro. Só foi o Milton Zuanazzi na CPI do Rio de Janeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A outra pergunta que eu fiz que eu gostaria também que V.S^a respondesse... Se V.S^a considera a informação privilegiada no segundo leilão da empresa saber que o passivo existente da VARIG não seria assumido pela Volo?

SRA. DENISE ABREU: É provável que sim. Eu nunca fui empresária, mas imagino que seja uma informação privilegiada a algum empresário que tenha interesse em participar de um leilão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom... Encerrada a fase de questionamento por parte do Senador Flexa Ribeiro, Senador Sérgio Guerra, Senador Wellington. Estão inscritos aqui os Senadores Alvaro, José Agripino, Senador Heráclito.

Eu pediria... Senador Heráclito está pedindo a palavra por conta de uma viagem. Eu perguntaria ao Senador se seria possível... Pela ordem a V.Ex^a, Senador Alvaro, se V.Ex^a não concorda, eu passo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, primeiramente eu devo enaltecer a presença de Denise Abreu pela sua competência, pelo seu preparo e pela sua coragem como testemunha de um fato que nos estarrece em que pese o fato de que a sucessão de escândalos vai banalizando a corrupção, tornando-a rotineira e a ponto de não provocar mais o mesmo espanto e a mesma indignação. Boa parte da população já se submete passivamente a estes acontecimentos entendendo ser normal a passividade, a complacência, a convivência e até a cumplicidade de quem governa o país. Esta é uma realidade gritante que não podemos ignorar. É por esta razão que eu louvo o comportamento da Dr^a Denise Abreu.

E gostaria que a Dr^a Denise Abreu fosse incisiva em relação a algumas perguntas que eu considero até singelas, mas cujas respostas são essenciais e devem ser objetivas. Já que esta reunião, esta Audiência Pública tem por objetivo levar ao conhecimento da sociedade os fatos que ocorreram. Sem dúvida, é a prioridade de uma Audiência Pública como essa. Então... É preciso objetividade em determinadas questões.

A primeira denúncia que V.S^a fez diz respeito a um dossiê. E nós sabemos que há PHDs em dossiê na Casa Civil da Presidência da República. Os fatos recentes demonstraram isso. Aliás, até uma história com alguma similitude relativamente ao *e-mail* que tomamos conhecimento há pouco. Parece que o José Aparecido fez escola. Alguém encaminha um *e-mail* através da *internet* e depois diz ter ignorado ter encaminhado, não sabe bem se encaminhou, não sabe se redigiu e encaminhou ou não encaminhou... Enfim, deixa a dúvida.

Mas a indagação que faço a Dr^a Denise Abreu é sobre certeza ou suspeita em relação aos responsáveis por esse dossiê. Certamente como trabalhou na Casa Civil da Presidência da República deixou lá algumas fontes credenciadas. É possível que a senhora tenha fontes na Casa Civil. Se o enfrentamento se deu com a Casa Civil, se o seu comportamento desagradou à Casa Civil, é bem possível que esse dossiê

tenha origem também na Casa Civil da Presidência da República.

Houve um momento em que se falou na hipótese de Erenice Guerra. A senhora aduziu ao fato de ela não falar inglês, mas evidentemente que qualquer um de nós, até o Presidente Lula faz isso, vale-se de tradutores. Não há nenhuma dificuldade. É por isso que eu indago se V.S^a tem certezas ou suspeitas a respeito de quem teria determinado a feitura desse dossiê e se a sua origem é a Casa Civil da Presidência da República, como foi aquele outro dossiê tão discutido recentemente?

Outras questões, infelizmente, nós não podemos fazer um pingue-pongue. [soa a campainha] Vai ficar no pacote das indagações. O que é importante saber em relação a essa transação? Ela é marcada por ilegalidade ou pela legalidade? Ela é uma operação honesta ou desonesta? Quem ganhou pelo fato de ser ilegal e desonesta? Houve tráfico de influência? Houve favorecimento ilícito? Improbidade administrativa? Eu pergunto para a Dr^a Denise Abreu, que é advogada e conhece Direito, e pergunto à testemunha Denise Abreu, que testemunhou todos esses fatos.

A senhora trouxe uma mala com documentos e despertou grande curiosidade. Eu indago se há documentos importantes nessa mala e quais são esses documentos? Se esses documentos significam provas materiais que serão de grande utilidade para o Ministério Público e para o Poder Judiciário? Esta é uma indagação importante.

Falou-se numa proposta e aqui houve desmentido... A TAM teria feito uma proposta vantajosa para adquirir a empresa que teria sido negociada por 300 e poucos milhões. A diferença seria de mais de 400 milhões de dólares. Sabe-se que o Sr. Marco Audi fez propostas à TAM. [soa a campainha] E por interferência do Sr. Dr. Roberto Teixeira, a transação não se efetivou. O Dr. Roberto Teixeira trabalhou a favor da Gol. Noticiou-se também que recebeu cinco milhões de dólares como pagamento por esta ação de intermediação ou quem sabe de Advocacia.

Não está ainda muito claro a questão da pressão. Eu colho aqui para conhecimento de V.S^a, “Denise Abreu nega ter recebido ordens de Dilma”. É o noticiário resultante do depoimento de hoje. Então, para esclarecer dúvidas, houve ou não houve pressão oriunda da Casa Civil da Presidência da República? Eu entendi, quando Dr^a Denise abordou essa questão, que ela não é sujeita à pressão, que ela não admite pressão. Mas isso não significa que não houve pressão. Se houve pressão, houve pressão. Isso precisa ficar claro. Porque aqui o noticiário já diz que não houve pressão. Então, é evidente que são coisas diferentes... Eu aceitar a

pressão e eu ser pressionado. O que eu indago é se a Dr^a Denise Abreu sentiu uma ação de pressão com origem na Casa Civil da Presidência da República. O fato de não ter aceito é outra história.

Uma dúvida perpassa aqui alguns Senadores porque o Senador Romero Jucá apresentou aí um papel, [soa a campainha] um fac-símile de um documento afirmando ser contrato e nós estamos verificando que, provavelmente, não se trata de contrato, é uma proposta, uma manifestação de intenção para a aquisição da empresa. O que vale mesmo é que essa empresa foi adquirida no primeiro momento por 24 milhões de reais em leilão judicial. Houve pagamento do preço mínimo. 24 milhões de reais. Essa que é a realidade. Aliás, dólares. dólares. O Sr. Romero Jucá traz um documento e fala em 277 milhões. Se isso fosse verdade, ensinaria aí uma outra suspeita gravíssima... Quer dizer, a massa falida credenciaria-se há um valor correspondente a 24 milhões de dólares. E o restante? E o restante? Para onde iria o restante? Mas, na verdade, não se trata de contrato. É bom esclarecer isso. E certamente os que virão indagarão a esse respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Sr. Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou concluir, então, com uma última indagação relativamente ao Dr. Roberto Teixeira, que afirmou que a senhora fez de tudo para impedir o restabelecimento da VARIG LOG e da nova VARIG. Queremos saber se isso é verdade? O Sr. Roberto Teixeira que recebeu... Contestou as denúncias de V.S^a e afirmou que V.S^a fez de tudo para impedir o restabelecimento da VARIG LOG e da nova VARIG.

Para concluir, Sr. Presidente, é evidente que há aí uma transação nebulosa. A nosso ver, há tráfico de influência, favorecimento ilícito, crime de improbidade administrativa, enriquecimento ilícito, etc. Formação de quadrilha... Claro que o Procurador da República terá que se referir à organização criminosa novamente... Tudo isso, a nosso ver, é visível. Agora, é claro que quem testemunhou e quem tem conhecimento jurídico pode afirmar isso com maior autoridade do que nós e é o que nós esperamos da Dr^a Denise Abreu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Tasso havia solicitado. Depois Senador Flexa. Um minuto cada um, por favor. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É pela ordem. Presidente, me parece que o Senador Sérgio Guerra leu aqui um documento seriíssimo... Que seria supostamente um *e-mail* enviado pelo ex-Supe-

rintendente Zuanazzi, e que revela assim com toda a clareza, toda a clareza todo um envolvimento promíscuo entre Governo, Agências Reguladoras, iniciativa privada, etc. E segundo a Dr^a Denise, esse documento foi lido por todo mundo, esse *e-mail*, no arquivo foi lido por todo mundo. O Dr. Milton está aqui, que eu tenho dificuldade de pronunciar o sobrenome dele. Zuanazzi. Está aqui. Isso, talvez, seja um dos momentos mais importantes desse depoimento.

Eu desejaria sugerir a V.Ex^a, que, como o objetivo de V.Ex^a é esclarecer... Principalmente isso, o foco da matéria é: Existe envolvimento de pressão, ligação entre o Executivo, a Casa Civil e a Agência Reguladora e as negociações feitas durante esse processo, esse é o grande objetivo. A minha sugestão é que V.Ex^a chamasse, imediatamente, o Dr. Milton aqui para esclarecer isso, se há ou não há... Se ele confirma ou não confirma esse *e-mail* redigido por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência defere o pleito, a solicitação, a sugestão de V.Ex^a, solicito à Secretaria da Presidência que convide para estar conosco aqui o Dr. Milton Zuanazzi, o Dr. Leur Lomanto e o Dr. João Ilídio, ex-Procurador-Geral. Com a palavra pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria consultar a nobre líder do PT, Senadora Ideli Salvatti... Senadora Ideli Salvatti, V.Ex^a pode ouvir um instante, porque eu quero consultar V.Ex^a?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, me dá a palavra pela ordem enquanto--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou com a palavra Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um instante, Senador Casagrande.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa, por gentileza, V.Ex^a tem a palavra pela ordem. Formule por gentileza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria só de perguntar à Senadora Ideli, ia fazer ao Senador Jucá, mas se retirou, onde está à Base do Governo aqui? Porque o jornalista Josias de Sousa diz no seu *blog* que houve uma reunião ampla no Planalto preparando a Base do Governo para que pudesse estar aqui nessa Audiência Pública e eu só estou vendo a Senadora Ideli e o Senador Renato Casagrande.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] A palavra com o Senador Renato Casagrande por um minuto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Só para responder o Senador Flexa, nós confiamos muito no Senador Flexa Ribeiro. Então, a Oposição pode... O Governo pode estar em número pequeno aqui neste momento. Mas, Sr. Presidente, o senhor convidou os demais membros ex-Diretores da ANAC. Eu estou inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a vai ter a oportunidade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois é. Se nós formos reabrir a inscrição para a fala dos outros Diretores, o senhor não acha que corremos o risco de tumultuarmos e atrasarmos a nossa Sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Houve uma provocação por parte do Senador Tasso Jereissati no sentido de que fossem convidados os demais Diretores. Eu vou apenas pedir ao Dr. Zuanazzi que confirme ou não o *e-mail*. Depois eles vão também ser sabatinados aqui pela Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos ter oportunidade de sabatiná-lo. A minha preocupação é que a gente entre um embate aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só vou perguntar se houve ou não o devido *e-mail*. Com a palavra pela ordem o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu queria fazer uma ponderação. Eu acho que o depoimento de Dr^a Denise está correndo bem. Com a devida segurança, com a tranquilidade que o depoimento exige, com as perguntas sendo feitas livremente.

Eu acho que a convocação nesse momento dos restantes dos depoentes tira um pouco do foco daquilo que a Dr^a Denise tem a dizer. Eu acho que a vinda do Dr. Zuanazzi aqui, sim, mas dos restantes não acho apropriado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem razão. Nós vamos pedir apenas que o Dr. Zuanazzi responda.

[falas sobrepostas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, uma Questão de Ordem. Eu acho o seguinte, o Milton Zuanazzi virá logo após a Dr^a Denise. Ela confirmou que viu o *e-mail* redigido. Ele ainda não se manifestou. Não tem que trazer ele antecipadamente,

porque ele não vai poder falar. Se ele disser que redigiu, redigiu. Qual é o problema? O *e-mail* não é objeto do depoimento da Dr^a Denise. Não há diferença.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jucá, líder, eu fiz uma pactuação em relação ao procedimento desta Audiência Pública com as lideranças da base do Governo e com as lideranças da Oposição. E nós estamos seguindo exatamente esse *script*. Eu deferi a vinda do Dr. Zuanazzi, assim que ele chegar a gente faz a pergunta e pronto.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, logo a seguir o Senador José Agripino.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço V.Ex^a.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, mas tem que botar um na frente... Ela e ele juntos. Esse negócio aí é para evitar que ele chegue aí. A idéia do Dr. Romero aí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Dr^a Denise, V.S^a antes de ser nomeada para a ANAC foi Subchefe da Casa Civil. Trabalhou na Casa Civil, quero crer que do início do Governo até a sua ida para a ANAC. Nesse período, o Brasil todo anunciava que por iniciativa do então Ministro da Casa Civil, o Sr. José Dirceu, haveria uma fusão da TAM com a VARIG. Tanto é verdade que essas empresas começaram a voar no sistema de *codeshare*. Começaram a ter uma administração compartilhada.

Eu queria que se possível, se V.S^a falasse um pouco sobre esse período e qual a sua participação nesse projeto de fusão. Se realmente ele existiu no âmbito da Casa Civil, se foi feito a pedido da Casa Civil, evidentemente que naquela época não existia ainda a ANAC, era o DAC. Era uma curiosidade que eu acho que é importante.

Segundo lugar, eu queria saber de V.S^a se até o momento em que a senhora deixou a ANAC, se... Como estava a situação jurídica da TRANSBASIL. A TRANSBASIL era uma empresa falida, a empresa TRANSBASIL era uma empresa em falência? Quem defendia os interesses da TRANSBASIL junto a ANAC? E outra coisa... Porque o que a gente vê e estarrece são alguns hangares e alguns espaços caríssimos em aeroportos de Brasília, do Rio, de São Paulo, de Porto Alegre... Ainda vazios, mas, teoricamente, ocupados pela TRANSBASIL. O mesmo ocorre com a VASP. A situação jurídica das duas empresas... Porque vez ou outra a imprensa noticia que um grupo poderá ou poderia comprar a VASP. Como é a situação dessa empresa? Como a ANAC acompanhava até... Enquanto V.S^a foi Diretora?

Segundo lugar, Sr. Presidente, eu quero aqui por dever de justiça prestar um depoimento sobre o episódio VARIG. Há uma questão tramitando na Justiça do Trabalho. Por mais esforço que a própria ANAC tenha feito e por mais esforço que se tenha feito aqui em respeito aos funcionários da VARIG, nós tivemos, Sr. Presidente, contatos permanentes com a Sr^a Maria Aparecida Leite, que é a Presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil. O Ministro da Previdência sempre...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assegurado a palavra ao Senador Heráclito Fortes para concluir a sua intervenção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sempre prometendo uma solução política, adiando sistematicamente as Audiências Públicas marcadas para a Comissão de Infra-Estrutura da qual V.Ex^a faz parte, V.Ex^a conhece bem esse assunto. No final do ano, como o requerimento era de minha autoria, ele pediu que no período do recesso... Para ele era suficiente para resolver a questão. E eu disse que somente a D^a Aparecida teria condições porque ela representava os prejudicados que são funcionários em concordar com o caso. Ele pede que eu faça um contato dele com a D^a Maria Aparecida e desnecessária a minha participação porque eles tinham um contato direto lá.

Bom... Foi feito um adiamento e a Comissão concordou. Na reabertura do prazo houve um primeiro adiamento e no segundo, Sr. Presidente, é que eu achei o Sr. Luiz Marinho, que agora é candidato e vai se submeter ao crivo do povo lá do grande ABC, cometeu uma descortesia, uma deselegância, não com essa Comissão, mas, principalmente, com os funcionários envolvidos nessa questão. Adiou e ao ser convocado novamente deu de ombros e disse: "Não vou porque renuncio o mandato para me candidatar a Prefeito da minha cidade".

Evidentemente que o novo Ministro terá que continuar com esse problema. Vai novamente pedir tempo para resolver e com isso essa questão vai se arrastando e os funcionários da companhia pagando um preço alto por isso. Eu quero fazer esse registro porque eu sou testemunha do sofrimento dos funcionários da VARIG nesse episódio. E o descaso criminoso do Governo com relação a isso na pessoa do Ministro da Previdência. Que é... Era o responsável pela negociação e, inclusive, se ofereceu para isso.

Sr. Presidente, são muito graves as declarações do Sr. Lap Chan em entrevistas que deu nos últimos dias. Acho que duas providências essa Comissão deveria tomar. Chamá-lo para ouvi-lo, e a segunda, Sr. Presidente, comunicar a Bolsa de Valores de Nova York aonde ele atua, já que ele tem cidadania dupla, que

esse senhor está envolvido num nebuloso caso, um investimento aqui feito através de um de seus fundos para que a Bolsa Americana fique sabendo, oficialmente, por esta Comissão do que está ocorrendo e como foi a participação do Sr. Lap Chan nesse episódio até porque essa suspeita de laranjas, essa operação nebulosa compromete muito a credibilidade do Brasil. E ela é uma empresa que tem... O fundo que ele preside, tem sede em Nova York. E a Bolsa Americana não aceita operações dessa natureza. Recomendo que esta Comissão tome uma providência nesse sentido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr^a Denise Abreu para responder aos questionamentos formulados pelos ilustres Senadores Alvaro Dias e Heráclito Fortes.

SRA. DENISE ABREU: Senador Alvaro Dias. O senhor leu uma notícia que saiu no G1 onde afirma que eu não recebi ordens da Ministra Dilma. É isso a sua primeira pergunta. Com objetividade, realmente... Foi ordem ou pressão que está aí? A manchete é ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A manchete é ordem e eu falei pressão. Se houve pressão ou se não houve pressão. É a pergunta.

SRA. DENISE ABREU: Eu não recebi ordem, não. Ninguém disse pra mim faça isso, faça aquilo... Até porque eu volto a dizer eu não tenho perfil para receber ordens, não. Muito menos uma Agência Reguladora que é um Órgão de Estado que eu sempre defendi independência absoluta de uma Agência Reguladora. Eu não acredito neste modelo com qualquer tipo de ingerência. Para mim é melhor que o modelo não exista. A pergunta do senhor é: Houve ou não houve pressão?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente.

SRA. DENISE ABREU: Eu já relatei as reuniões. Teve ingerência sim com os questionamentos e esta... No que diz respeito a mim, né? Essa ingerência com todos os questionamentos do porque eu estava então requisitando Imposto de Renda, origem de capital... Se consubstanciava numa forma de estar determinando qual é o caminho que a Agência Reguladora deve seguir... O problema está na palavra “pressão”. O que é pressão? Mais uma vez vamos ficar naquele jogo de palavras. É dossiê? É banco de dados? É pressão, o não é pressão? Então o problema está na palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É pressão.

SRA. DENISE ABREU: E eu recebo como uma forma de pressionar uma Agência Reguladora. Respondi com objetividade?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Entendi. Houve indução.

SRA. DENISE ABREU: Não. Indução, não. Co-brança.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então, é pressão mesmo.

SRA. DENISE ABREU: É uma forma de pressionar uma Agência Reguladora a tomar uma decisão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ok. Então, fica a palavra “pressão”, porque o objetivo é ser claro, né? E a senhora está procurando ser e nós estamos tentando colaborar.

SRA. DENISE ABREU: Sim. Estou procurando ser o mais fiel à verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Satisfeito, Senador Alvaro? Mais alguma outra pergunta não respondida?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): As outras perguntas ela vai responder ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Repita rapidamente, Senador Alvaro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu fiz várias indagações sobre... A visão dela sobre a transação, se foi legal, se foi ilegal, se foi honesta, se foi desonesta, afirmações rápidas e objetivas. A questão do contrato se houve--

SRA. DENISE ABREU: Sim. Lembrei.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A questão da proposta da TAM, se houve proposta, se não houve proposta.

SRA. DENISE ABREU: Vou começar de baixo para cima. Proposta da TAM. Já disse aqui... Eu não conheço essa proposta. E também é outra vez um jogo de palavras. O que é uma proposta e o que é um memorando de intenção. A imprensa trouxe com o nome de “proposta” e a TAM apresentou um “memorando de intenção”.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Houve uma manifestação de intenção da TAM, então? Porque eu disse na indagação--

SRA. DENISE ABREU: Uma parcela da imprensa diz que é uma proposta, outra parcela diz que é um memorando de intenção.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu disse aqui que houve inicialmente negociações por parte do Sr. Marco Audi. Não sei se a senhora teve conhecimento disso. Junto à TAM.

SRA. DENISE ABREU: Eu li na imprensa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E depois houve a interferência do Sr. Roberto Teixeira que o induziu a não negociar com a TAM.

SRA. DENISE ABREU: Eu li na imprensa. Não tenho... Volto a dizer, não tenho conhecimento se houve memorando de intenção ou proposta por parte da TAM. O que eu li foi a resposta da TAM dizendo que não fez uma proposta, fez um memorando de intenção. E eu não sei qual é a diferença efetiva.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato. O importante é registrar que a TAM admitiu ter feito--

SRA. DENISE ABREU: Pela imprensa. Não é isso?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato. Admitiu ter feito um memorando de intenção.

SRA. DENISE ABREU: Se a ação foi ilegal, imoral ou algo do gênero, né? A matéria está sendo agora investigada, foi reaberta a investigação pelo Ministério Público Federal e só no final da investigação que vai saber que tipo de atitude foi, efetivamente, praticada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Na sua opinião eu perguntei.

SRA. DENISE ABREU: Eu não posso fazer esse julgamento porque eu não sei com relação a quem o senhor está perguntando. Está perguntando em relação ao Colegiado? Nós não agimos com nenhum tipo de ilegalidade nem imoralidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sem endereço. Eu indaguei se houve ilegalidade, não disse onde, não perguntei o endereço. Se houve ilegalidade, se foi uma operação correta, honesta, se foi moral. Essas são indagações básicas... A população quer saber exatamente isso.

SRA. DENISE ABREU: Eu sei, Senador. Como isso esteve na esfera de Governo, na esfera da ANAC, na esfera do Poder Judiciário eu estou sendo bem advogada aqui porque eu não vou puxar uma calúnia para cima de mim. O senhor entende, Senador?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Estou vendo que a senhora incorporou o espírito de advogada.

SRA. DENISE ABREU: Não. Eu preciso saber em que âmbito o senhor está falando. Porque se eu disser que houve ilegalidade, imoralidade, e isso for entendido que em qualquer esfera... Estou falando inclusive sobre as nossas decisões, Senador, eu estou falando inclusive sobre mim mesma. Então, eu preciso saber qual é a delimitação de sua pergunta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A indagação é se houve em algum momento... Não me referi à origem da ilegalidade e da imoralidade. Porque se não houvesse imoralidade e ilegalidade, nós não estaríamos aqui fazendo nada. Não se justificaria estar aqui agora. Se nós estamos aqui é porque houve. A primeira indagação é essa. E depois se V.S^a quiser apontar o endereço da ilegalidade, melhor ainda.

SRA. DENISE ABREU: Ah, tá. Eu respondo essa pergunta, então, efetivamente pontuando aonde pode ter ocorrido e ações imorais e ilegais. Eu realmente não gostaria de deixar em aberto, não. Porque é muito perigoso e inconseqüente até.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Fica melhor.

SRA. DENISE ABREU: Sem dúvida nenhuma as ingerências praticadas e a forma truculenta como o escritório Teixeira Martins atuou dentro da ANAC são ações, inequivocamente, no mínimo, imorais e que podem gerar ilegalidades. Isso eu não tenho dúvida nenhuma. Nós estávamos dentro do Poder Público, com legalmente as atribuições de poder concedente, e éramos tratados pelos membros desse escritório e os técnicos de terceiro escalão que também participaram de algumas... Alguns momentos em que estiveram com ele, assim o entendem, de uma forma absolutamente desrespeitosa. Nós não éramos consultoria do escritório Teixeira Martins.

O simples fato de colocar o aparato administrativo para resolver questões que a Consultoria *Deloitte*, que foi contratada, deveria estar apresentando... Estava ganhando, não estava? Consultoria privada. Ela deveria apresentar soluções ao escritório Teixeira... Roberto Teixeira. E, no entanto, muitas vezes a equipe técnica da ANAC exatamente por conta dessa pressão de que nós não fazíamos nada, só criávamos obstáculos e que em quatro meses tudo já poderia ter sido resolvido, eu vi agora o Roberto Teixeira dizendo que eu, na coletiva dele, levei um ano para dar autorização de funcionamento jurídico. Se o senhor pegar os processos que eu trouxe, esta empresa foi adquirida, a UPV foi adquirida em leilão no dia 20 de julho. O senhor sabe de qual data é a autorização de funcionamento jurídico? 23 de setembro. São 63 dias. Ou 33. Eu vou checar aqui agora a data. Precisamente... Mas não passou de 60 dias. Havia um empenho absoluto com rigorosidade de toda a equipe técnica no trabalho.

Agora, não vou negar o empenho era absoluto com toda esta aceleração para que as coisas se resolvessem porque tinha uma pressão sim. Não tivesse pressão, não teriam ocorridos os monitoramentos. Ora, duvidavam no nosso trabalho, duvidavam da nossa capacidade técnica, duvidavam, inclusive, se nós estávamos efetivamente fazendo o trabalho. E só por isso nós éramos chamados na Casa Civil. Para checar *pari passu* o que era feito. Isso não é pressão junto a uma Agência Reguladora? É sim pressão junto a uma Agência Reguladora. Porque ela tem pela lei independência absoluta. Isso é profundamente desagradável... Até para que haja um mínimo de tranquilidade na realização dos trabalhos. Isso junto com um momento

turbulento absoluto pelo qual o país passava no setor aéreo. Então, é muito fácil que ao final todos nós aqui saíamos como incompetentes. É muito tranquilo. Nós tivemos que administrar a crise aérea e tivemos que administrar caos de relacionamentos. Porque isso gerou problemas dentro da Agência. Geravam boatos desagradáveis. Quando, na verdade, nada disso tivesse acontecido e agora eu acho que eu entrei por um outro caminho - não sei se colabora ou não - mas eu tenho a oportunidade de falar isso na frente dos meus colegas, se aqui tivesse o Veloso e o Barát seria mais oportuno ainda... Muito do nosso destino foi traçado exatamente por tanta de ingerência. E existia sim clima e competência, cada um na sua área, cada um de nós trazia o que era necessário em termo de competência para no somatório do Colegiado... Eu estou sem som...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não.

SRA. DENISE ABREU: No somatório das decisões do Colegiado chegar ao bom termo para o equilíbrio de mercado e o bom atendimento do passageiro. Mas esse jogo de esticar e tencionar até o fim que é uma metodologia sindical para se encontrar alternativa e a solução para problemas nos colocou em clima de desacerto interno. Que dirá o que não acontecia lá fora? Então, eu respondo... Eu acho que fui mais ampla ainda que a sua pergunta, né, Senador?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Foi. Estou satisfeito com a resposta, e falta só uma indagação... V.S.^a definiu a imoralidade, a ilegalidade e deu endereço. Definiu a pressão e deixou o endereço também subentendido, então, estou plenamente satisfeito. A outra indagação é sobre os documentos... Se há algumas provas materiais que possam ser importantes para o julgamento do Poder Judiciário?

SRA. DENISE ABREU: O Ministério Público Federal já deve ter acesso à cópia de todo o processo e até porque o Juiz de São Paulo requisitou o processo na ANAC. Eu imagino que a Dr.^a Solange evidentemente já deve ter remetido tudo para lá. E o Juiz de São Paulo já tinha a cópia do processo. Então, ele vai comparar se houve uma maquiagem ou não nesse processo. Porque a gravidade vai ser maior ainda, e dessa vez não será a gestão sob a Presidência do Sr. Milton Zuanazzi que será a culpada, né? Porque, evidentemente, saímos todos de lá e o processo foi requisitado recentemente. Mas o Juiz tem acesso a isso, o Juiz de São Paulo. E ele remeteu tudo para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal. Está tudo sob investigação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só faltou se a Dr.^a Denise Abreu tem suspeitas sobre a autoria

do dossiê. Só faltou essa. Se tem suspeitas sobre a autoria.

SRA. DENISE ABREU: Senador, ainda que eu as tenha, está sob investigação na Polícia Civil de São Paulo. Agora, a Polícia Federal até decretou um sigilo aí, então, a Polícia Federal já deve estar no caminho da autoria. O que eu disse para a Polícia foi: Este dossiê se restringe a um período de agosto a novembro de 2006. Os casos que estavam sob julgamento na ANAC neste período eram esses e eu tenho todas as Atas de Diretoria. O único polêmico com todas as matérias que foram veiculadas contra todos nós na mídia também foi entregue. Cabe à Polícia encaminhar a investigação para saber quem é que tinha interesse, então, em denegrir a minha imagem e manipular essas informações falsas, essas sim já foram detectadas. A Polícia Federal já disse que era tudo falso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Faltam as respostas do Senador Heráclito Fortes. Senador Heráclito, resta alguma dúvida em relação aos questionamentos de V.Ex.^a?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dúvida... Ela respondeu apenas as do Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex.^a poderia reafirmá-las? Sinteticamente...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A primeira pergunta que eu fiz foi... Dr.^a Denise, antes de ser Diretora da ANAC, ela era Subchefe da Casa Civil. E o Governo, a imprensa divulgava que era uma operação comandada pelo então Ministro José Dirceu, promovia uma ação de fusão entre a VARIG e a TAM. Chegaram inclusive à administração compartilhada. Foi um dos primeiros atos do Governo que intencionava a mudar o país, e queria mudar exatamente no setor aéreo, foi a primeira ação... Era se ela participou desse projeto? Por que é que não deu certo? Detalhes, se ela participou.

Segundo, é se... Qual é hoje a situação jurídica perante a ANAC da TRANSBRAZIL e da VASP? E quem defende, qual o escritório de advocacia que defende essas empresas junto à ANAC. Porque legalmente nós sabemos vez ou outra você ouve a possibilidade de novas empresas incorporarem TRANSBRAZIL, VASP e o que se vê aí é que essas empresas praticamente não existem. Mas, no entanto, continuam ocupando espaços nos aeroportos brasileiros e, evidentemente, que isso é mais uma área da INFRAERO, mas a ANAC, a situação legal das empresas elas passam pela ANAC. Era o que nós gostaríamos de saber.

E o terceiro, Sr. Presidente, é se ela tem conhecimento, o Sr. Lap Chan, esse chinês que está nesse

projeto aí da nova VARIG, anunciou que investiu na empresa 270 milhões de dólares. Declaração por ele dada ontem numa entrevista que ele deu de Nova York, salvo engano. Se a ANAC acompanhou a recuperação da VARIG por esse grupo, se tem conhecimento desse 270 milhões investidos pelo grupo comandado pelo Sr. Lap Chan? A terceira foi à providência que eu pedi que V.Ex^a tomasse, mas aí não é do... Da responsabilidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em relação a terceira eu gostaria de solicitar a V.Ex^a que preparasse um requerimento e encaminhasse à Mesa, por gentileza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu até faço isso, mas eu acho que ele tem muito mais força, Sr. Presidente, se for de autoria da Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não, eu digo a Presidência da Comissão. Eu vou tomar as providências.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sei, mas teria muito mais força se a autoria fosse do próprio Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu já solicito à Secretaria que adotem as providências sugeridas pelo nosso ex-Presidente, Senador Heráclito Fortes. Com a palavra Dr^a Denise.

SRA. DENISE ABREU: Senador, eu entrei...[soa a campainha] Eu fui nomeada aqui no Governo Federal no mês de outubro de 2003. Esta proposta aqui de fusão, TAM, VARIG, ela é anterior à minha chegada ao Governo Federal. Assim que o Governo assumiu em janeiro de 2003, eles então fizeram a primeira proposta de fusão. Quem acompanhou todo esse projeto foi o atual Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que deve ter melhores informações do que eu, quando eu chego em 2003 a fusão já não deu certo e já se está pensando, então, numa outra alternativa. Portanto, eu não tenho nada a ver com a fusão, não trabalhei nesse grupo de fusão coisíssima nenhuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em 2006 a senhora chega aonde?

SRA. DENISE ABREU: 2003. Outubro. Governo Federal, outubro de 2003 e o projeto de fusão que não foi aprovado pela SDE já não passou. Aí começa um outro grupo de trabalho para discutir uma outra saída para a VARIG. Mas eu não participei dessa proposta de fusão TAM e VARIG.

TRANSBRASIL e VASP. O meu colega Leur Lomanto, na ANAC tinha sido designado o Relator do caso da VASP e ele está me informando que continua em recuperação judicial o caso da VASP em São Paulo, né? Com uma diferença... Tem que lembrar que a

VASP, os aviões eram dela, hein. A VARIG não tinha nenhum avião, era tudo alugado, era *leasing*.

Então, se a gente for aí discutir a possibilidade de algum dia realmente ser ativo, a VASP ainda vai ter ativo e a VARIG não tinha ativo nenhum. Porque não tinha nem avião.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a TRANSBRASIL?

SRA. DENISE ABREU: E a TRANSBRASIL... A TRANSBRASIL faliu. Pelo menos na ANAC que eu me lembro nada foi protocolado sobre a TRANSBRASIL.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há um protocolo de falência da TRANSBRASIL?

SRA. DENISE ABREU: Eu não sei. Eu não conheço o caso TRANSBRASIL. Na ANAC nunca passou nada da TRANSBRASIL. Era tudo da INFRAERO. Eu acho que quando a ANAC foi criada, a TRANSBRASIL já estava falida. Não estava em recuperação judicial.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, ela estava com operação suspensa. Isso que eu gostaria de saber. E qual o escritório tratava da TRANSBRASIL na ANAC?

SRA. DENISE ABREU: Na ANAC nunca. Nunca houve nenhuma tratativa da TRANSBRASIL na ANAC. Era na INFRAERO.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. A INFRAERO... A questão de ocupação de áreas de aeroportos, tudo. Mas a questão jurídica ela fatalmente teria que passar pelo DAC e, posteriormente, pela ANAC.

SRA. DENISE ABREU: Por mim nunca passou. Passou por você, Leur? Não sei se passou pelo Milton nem pelo Procurador-Geral. Eu não conheço o que o senhor está perguntando. Nunca. TRANSBRASIL não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Coisa esquisita. Os imóveis não foram devolvidos até hoje... Mas não é questão da ANAC aí.

SRA. DENISE ABREU: Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas se não foram devolvidos, a TRANSBRASIL não faliu ainda... Ela não está falida. A minha curiosidade de saber é quem é que dá essa super proteção a esta empresa. Como é que está a questão dos servidores da TRANSBRASIL? São questionamentos que eu gostaria de saber e, acima de tudo, que escritórios de advocacia são esses tão fortes, tão poderosos que conseguem este malabarismo? É mais grave ainda não ter passado nada. Os aviões estão aí, pagando os restos de aviões, pagando aluguel de taxa aeroportuária, logicamente não está falido. Porque se tivesse falido, a Justiça tomaria outras providências. Já teria marcado leilão, os hangares já teriam sido devolvidos e nada disso aconteceu. É só um registro.

SRA. DENISE ABREU: E quanto a sua última pergunta, diz respeito ao Lap Chan, né? Investimento de 270 milhões de dólares. O que eu ouvi, não sei se foi a mesma coisa que o senhor ouviu, foi uma entrevista dele dizendo que ele tinha já aportado 270 milhões de dólares antes de entrar em leilão. Então, que o preço não era 24, era 24 mais 270.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele declara que comprou por 24 milhões, mas que procurando saneá-la já teria gasto 270 milhões de dólares. Declaração que ele deu ontem e anteontem e repetido nas televisões.

SRA. DENISE ABREU: Não sei. Acho que vai ser provavelmente objeto dessa reabertura na ação... Na Ação Civil Pública e que o Ministério Público Federal anunciou hoje que está reabrindo a ação, né? Para agregar esse período para ficar sob investigação. Agora, é estranho que tenha tido algum aporte de recurso antes do leilão. Por uma razão... Para dar sobrevida para a empresa e nesse montante. Porque o edital previa no Item E 3.2 do edital que enquanto a VRG não recebesse a nova concessão, que não vou chamar de VRG, vamos dizer que é Aéreo Transportes Aéreos, mas 99% do Aéreo Transportes Aéreos é da VARIG LOG e 1% é da Volo. Então, enquanto ela não se tornasse uma concessionária do serviço público, lá na frente que foi em dezembro, 15 de dezembro de 2006, quem voaria por ela era a velha VARIG. E a velha VARIG não voou, porque tinha um plano de emergência que as outras voavam pela velha VARIG e estava previsto no edital que era a velha.

Então, se ele colocou 270 para voar, lastimavelmente esses 270 não deve ter prestado para voar não. Porque eu tenho vários ofícios aqui referentes a pedido de prorrogação de plano de emergência que encerrou só em 24 de agosto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço, Sr. Presidente, e comunica os companheiros que encaminharei à Mesa para a próxima reunião um convite para que o Sr. Lap Chan venha a essa Comissão de Infra-Estrutura explicar todo esse processo para que o Brasil entenda como é que esse fundo de investimentos agiu. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa vai receber o requerimento de V.Ex^a e colocará a Comissão para deliberação.

Estão inscritos agora pela ordem de inscrição para uso da palavra os Senadores José Agripino, Gilberto Goellner e Tasso Jereissati. Nós vamos fazer esse bloco e logo após a Dr^a Denise Abreu irá responder.

Mas, antes disso, há uma indagação e eu vou aproveitar a presença do Dr. Milton Zuanazzi, relativamente a uma colocação que foi feita pelo Senador

Sérgio Guerra, pelo Senador Flexa Ribeiro e pelo Senador Tasso Jereissati. Que perguntam, e eu faria essa... Esse questionamento foi muito objetivo, Dr. Milton, até porque V.Ex^a e os demais convidados terão vossas oportunidades para falarem por quanto tempo considerarem necessário aqui nesta Audiência, mas eu perguntaria a V.Ex^a se V.Ex^a confirma o envio do aludido *e-mail* à Ministra Dilma Rousseff.

Com a palavra V.Ex^a. A feitura, aliás. O envio, não. A elaboração do *e-mail*.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador Marconi, Senadores, Senadoras. Essa semana ocorreu um episódio que eu considero lamentável lá no Rio Grande do Sul onde uma Autoridade, um vice-Governador grava uma conversa com o Chefe da Casa Civil e divulga na imprensa. Tem gente que gosta dessas coisas. Eu considero abominável esse ato. Lamentável mesmo ter ocorrido isso. Violando, inclusive, os aspectos constitucionais de privacidade, de inviolabilidade.

Este episódio desse documento aqui citado ele é mais grave que esse que ocorreu lá no Rio Grande do Sul. Porque sequer tem uma agravação. Ele é mais grave do ponto de vista da violência. Este documento apócrifo, nunca remetido, nunca recebido, entra para dentro da *intranet* da ANAC, cujo acesso é restrito aos funcionários da Agência, numa tentativa de dar-lhe legalidade, legitimidade, por isso que ele é mais grave que o episódio que me referi, e entra adulterado em relação a posições que eu, inclusive, muitas públicas vinha tomando.

Então, o que eu tenho a declarar aqui com todas as letras, meus colegas são testemunhas porque na época eu relatei o que é que tinha havido, depois desse episódio ocorreram um conjunto muito grande de episódios dentro da ANAC, lamentáveis, porque parece que Brasília virou um paraíso da arapongagem(F).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Mas não pode adulterar o que não existe.

SR. MILTON ZUANAZZI: Estava adulterado esse documento. Esse documento estava adulterado, nunca remetido, nunca recebido e apócrifo. E segundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Milton, ele foi preparado?

SR. MILTON ZUANAZZI: Não naqueles termos. Portanto, ele não existe naqueles termos que foi divulgado. Ele está nas redações dos grandes jornais brasileiros e revistas há mais de ano.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas a Dr^a Denise disse que o senhor confirmou.

SR. MILTON ZUANAZZI: Podemos fazer esse debate. O Dr. Leur está aqui também. Está nas redações... Se permitirem terminar a história fica melhor.

Está nas redações dos jornais e das revistas brasileiras há mais de ano. A todos esses jornalistas que me procuraram sempre respondi desta mesma forma. O episódio é este... Agora, as posições públicas que eu assumi, eu estou à disposição de debater com os Srs. Senadores, porque eu sempre as fiz publicamente inclusive na mídia. Críticas que faço, que fiz na época, há aspectos que vários repórteres aqui presentes divulgaram, e eu considero que deveriam ser procedimentos que seriam... Teriam evitado, quem sabe, nós termos prolongado tanto a vida... A sobrevivência da VARIG. Mas eram opiniões minhas, pessoais, meramente. Não eram opiniões--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Aonde foi adulterado?

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador Tasso Jereissati, digamos que eu tenho uma conversa com o senhor. Se o senhor gravar minha conversa, eu não posso dizer que essa conversa não existiu. Apesar de abominável. Estar numa conversa particular com o senhor. Mas se o senhor escreve um documento de uso particular e depois vê divulgado algo que o senhor não escreveu, eu para mim isso não tem nenhum efeito legal, fático, instrumental. Que eu volto a dizer a V.Ex^{as} é que eu não me nego a debater qualquer coisa que eu, porventura, tenha dito do ponto de vista político. Mas eu me nego a falar de um documento apócrifo que não existiu. Porque ele não é um documento que faça parte de qualquer relação de prova fática, de documento que venha compor um determinado processo. É dessa forma que eu me manifesto, porque essa é absolutamente e simplesmente a verdade. Não tem outra verdade.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

V.S^a pode dizer o que é original e o que é adulterado no documento?

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu não vou me referir ao documento, porque eu não vou dar guarida a algo que eu não reconheço. E, portanto, se os senhores querem perguntar sobre conteúdos... Qual é a minha opinião sobre determinado tema, eu estou inteiramente à disposição--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [Soa a campanha] Dr. Milton, eu agradeço a V.Ex^a pela resposta. V.Ex^a terá a oportunidade de colocar-se aqui com mais ênfase, os Senadores terão oportunidade de questioná-lo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, apenas uma Questão de Ordem sobre...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Questão de Ordem? Com base em que artigo, Senador?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na sensibilidade de V.Ex^a, que supera qualquer artigo aqui. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sua sensibilidade está colocada aqui em prova pela líder do PT, mas eu não entro no mérito. Sr. Presidente, eu concordo inteiramente com o Sr. Zuanazzi, tanto é que--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por mais que eu reconheço o seu papel, Sr. Presidente, mas nenhum de nós aqui está acima do Regimento. Foi apenas isso que eu comentei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordo com o Sr. Zuanazzi, sou inteiramente contra documento apócrifo, tanto é que de repente me envolvi numa questão envolvendo um membro de meu partido e o episódio do Rio Grande do Sul. Dentro dessa coerência, e vendo e sentindo a indignação do Dr. Zuanazzi eu quero lhe fazer um questionamento apenas para esclarecer e encerrar o assunto. Ao tomar conhecimento da adulteração V.Ex^a comunicou a polícia? Fez algum registro?

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu não pude terminar. [soa a campanha] Desde então eu estava falando disso que disseminou-se em Brasília, e desde então chamei a Polícia Federal, há um inquérito na Polícia Federal, talvez até esses episódios de agora recentes levem a Polícia a descobrir coisas que até agora não foram descobertas. O meu gabinete foi arrombado, a porta foi arrombada, essas saídas de ar-condicionado estavam todas fora de lugar, tampas de vaso sanitário quebrada de alguém tentando instalar alguma coisa... Então, foi um cotidiano na ANAC lamentável, infelizmente, Senador Heráclito, lamentável e que redundaram nesse tipo de episódio que não leva a nada, não leva à verdade, não leva--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Dr. Milton. Com a palavra o Senador José Agripino para--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Questionamento para a Dr^a Denise, para encerrarmos com a Dr^a Denise.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Questionamentos continuarão sendo formulados à Dr^a Denise. Com a palavra pela ordem ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só gostaria de dizer que nós temos que concluir a arguição sobre a Dr^a Denise e depois nós trataremos... Nós estamos mudando e interferindo e mudando a agenda. Vamos esgotar a Dr^a Denise e depois arguir os demais membros da ANAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Mercadante, houve uma solicitação por parte do Senador Tasso no sentido de que o Dr. Zuanazzi respondesse à questão que foi posta. Ele já respondeu, há um entendimento mantido entre esta Presidência, as lideranças da Base e da Oposição no sentido de que a Dr^a Denise seja ouvida para que depois os demais convidados possam ser ouvidos. Com a palavra o Líder do Democratas, Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Dr^a Denise, eu queria lhe cumprimentar. A senhora está aqui há mais de seis horas, imperturbável. Falando sobre o desdobramento da entrevista que a senhora deu ao *Estado de São Paulo* e que gerou uma série de suspeitas com relação a burla à lei, tráfico de influência nos mais altos escalões da República, interesse público lesado, mas mais do que tudo isso, discussão sobre o papel das Agências Reguladoras.

Eu acho que aqui nós temos que passar a limpo diante dos questionamentos que foram feitos e dos que ainda vão ser feitos à senhora e ao Dr. Zuanazzi, o Dr. João Ilídio, meu querido amigo Leur Lomanto... Do papel das Agências Reguladoras, que na minha opinião, neste Governo são absolutamente desconsideradas. Presidente Marconi, eu tenho algumas questões pontuais e eu acho que se minhas perguntas forem respondidas, nós teremos avanços no rumo das conclusões que nós queremos tirar. E eu queria fazer um pedido a V.Ex^a, já que nós estamos aqui com o Dr. Milton Zuanazzi, Dr. João Ilídio, Dr^a Denise, eu fazer apreciações rápidas e fazer perguntas pontuais que têm respostas muito rápidas. É sim ou não, muito claro, e que levarão a esclarecimentos importantes.

Dr^a Denise, eu tenho certeza de que isso aqui é um... Para usar a palavra da moda, é um dossiê. Isso é um... Uma compilação de um processo movido pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, o SNEA, junto à ANAC. Questionando talvez o ponto que deu origem a todo esse imbróglio. O SNEA entrou com recurso ou com uma ação judicial contra a ANAC questionando aquela questão da participação na compra

de empresas concessionárias de serviço público que tivessem mais do que 20% de capital estrangeiro. A partir daí... Eu acho que a senhora baixou aquelas três normas novas no manual de procedimento da ANAC. Aquelas que limitam a 80 20 que exigem a comprovação, a origem do dinheiro dos brasileiros, que rastreia a entrada do dinheiro estrangeiro, coisas corretíssimas que uma advogada competente faz no exercício de sua função. Muito bem...

A partir das exigências, parece que existia um processo de pressa em vender a VARIG. A VARIG estava parada há tempos e tempos. De repente, vamos tocar o processo de venda da VARIG. Aí acelera tudo e aí entram reuniões de nove horas no Palácio do Planalto. Aí vem a primeira pergunta que eu faço especificamente para a Dr^a Denise. Reunião de nove horas? Como a senhora disse, no Palácio do Planalto, certamente no quarto andar, no gabinete civil, com um mundo de gente que eu queria saber quem estava lá... Por que não na ANAC e no gabinete civil se era para discutir a questão de autonomia de uma Agência Reguladora que tinha que ter direito de resolver as suas questões e não levar para o gabinete civil da Presidência. Por que na Presidência?

A pergunta eu faço à senhora, essas reuniões que ocorriam no Palácio do Planalto, no gabinete civil elas eram pilotadas ou elas tinham a presença da Ministra Dilma, da Erenice, da Marissol... Dasquelas Autoridades. Eu não falo no Presidente Lula, não. Eu falo naquelas Autoridades mencionadas pela imprensa ao longo de 10 dias. Elas, além de estarem ocorrendo em local na minha opinião em local impróprio, elas tinham a presença de Autoridades fortes para decidir aquilo que estava sendo objeto na reunião? É a pergunta que eu quero fazer. E tenho uma resposta da senhora, a Ministra Dilma ia lá, a Erenice ia lá, o que é que eles iam fazer lá nessas reuniões de nove horas. Reuniões enormes, de nove horas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Isso. A pergunta em seguida vou fazer ao Dr. Milton Zuanazzi, depois ao Dr. João Ilídio--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não. Não é isso que está combinado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Por que não? Eu pedi, o Presidente deferiu.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não. Não foi o que nós acertamos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não foi isso que nós acertamos. É uma Questão de Ordem.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Ideli, eu vou conceder a palavra a V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou conceder a palavra a V.Ex^a. Eu só gostaria que o Senador José Agripino pudesse esclarecer isso.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu farei... Faz de conta... Eu vou esquecer, faz de conta que eu estou cego desse olho direito, e faz de conta que eu não estou enxergando o Dr. Milton Zuanazzi e o Dr. João Ilídio. Faz de conta... A Dr^a Denise está aí...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Conclua os questionamentos a Dr^a Denise.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com certeza absoluta. A primeira pergunta foi posta, vou fazer a segunda pergunta a Dr^a Denise. Aqui foi dito. V.S^a, a senhora disse que não temia confrontos ou acareações e com a mesma segurança que vinha falando continua a falar. Concordo em gênero, número e grau que a senhora tem segurança do que está dizendo o suficiente para não ter medo de acareação nenhuma. Então, V.S^a, a senhora disse há pouco tempo que o Dr. João Ilídio estava no hospital, recebeu um telefonema, saiu do hospital, falou com a Dr^a Erenice, veio para a ANAC e aí conduziu--

SRA. DENISE ABREU: Ministério da Defesa.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Ministério da Defesa. A partir daí produziu-se um Parecer diferente do que ele defendia no passado.

SRA. DENISE ABREU: No dia 18 de agosto.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O Parecer completamente diferente. Completamente diferente. A pergunta que eu faço. Na opinião da senhora, já que faz de conta que eu estou cego de um olho, na opinião da senhora, este Parecer veio pronto da Casa Civil? Veio prontinho? Depois da conversa com Erenice, saindo do hospital, da chegada ao Ministério da Defesa, da mudança radical de opinião... Não, não dá... Eu pergunto à senhora: O Parecer veio pronto, empacotado do Gabinete Civil da Presidência ou foi produzido lá? Eu perguntaria ao Dr. João Ilídio. Como não posso.

Terceiro ponto. Foi dito aqui, e é importante que seja esclarecido, que havia uma representação contra a senhora movida pelo Dr. Roberto Teixeira, que moveu uma representação, uma ação contra a senhora.

SRA. DENISE ABREU: Está aqui a cópia da representação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Isso...

Questionando que a senhora seria lobista de uma empresa aérea e como tal não tinha legitimidade para participar das reuniões da ANAC e nem teria como sem alegar suspeição o direito a votar.

SRA. DENISE ABREU: Ter vista também.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Houve a menção, Dr^a Denise, na hora em que estava a Diretoria da ANAC reunida e a senhora disse: "Eu não tenho como votar", e a decisão do Colegiado está comprometido, porque há uma ação contra mim movida pelo Dr. Roberto Teixeira, rapidamente se moveram-se céu e terras e o Dr. Milton Zuanazzi foi aqui dito estava no telefone falando com uma pessoa que moveu ação contra a senhora foi Dr. Roberto Teixeira. Daí depois do telefonema do Dr. Milton Zuanazzi com alguém que ninguém sabe quem estava do lado de lá, veio a notícia. Retirou-se a ação. A ação de Roberto Teixeira foi retirada. Em se tendo retirado dava para votar o processo de autorização de compra da VARIG LOG. A senhora sabe quem é que estava e. Ah se eu pudesse, Sr. Presidente, ouvir a resposta do Dr. Milton Zuanazzi.

A senhora sabe, supõe quem pelas evidências todas só quem poderia retirar a ação era o autor da ação, que era o Roberto Teixeira. Houve um telefone, quem é que estava do outro lado da ligação telefônica com o Dr. Milton Zuanazzi para que tenha havido a desistência? Isso é importante saber para se fechar a cadeia do circuito do tráfico de influência.

Vou em frente questionando. [soa a campainha] Vou procurar acelerar ao máximo, Presidente. O processo... A autorização da venda. Foi dito aqui, e essa é uma questão que nos preocupa muito... Que o edital... O edital de concessão, o edital de venda de uma concessão, não pode ser feito por ninguém que não seja o órgão jurídico, a AGU. Edital quem faz para a venda de concessão de serviço público, na minha opinião, eu sou engenheiro, mas na minha opinião é a AGU. E foi feito pela ANAC, V.Ex^a disse que estava viajando, estava em viagem, e que no final de semana no Rio de Janeiro técnicos da ANAC elaboraram o edital que possibilitava--

SRA. DENISE ABREU: Senador, não foi bem isso que eu disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr^a Denise, V.S^a vai poder responder aos questionamentos do Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Porque a minha pergunta, Dr^a Denise, e eu confio na senhora, a minha pergunta está voltada para a minha preocupação com o direcionamento. Porque foi feito o edital que deveria ter sido feito, na minha opinião, pela Advocacia Geral da União, foi feito pela ANAC no fim de semana

no Rio de Janeiro e eu tenho razões para suspeitar pelo fato de ter sido vendida a VARIG e a VARIG LOG por 24 milhões de dólares, até que haja alguma explicação e revendida oito meses depois por 320 milhões de dólares, que algum tipo de direcionamento já que se eliminou a exigência de que o capital dos brasileiros fosse comprovado por declaração de Imposto de Renda, que o ingresso do capital estrangeiro tivesse a sua demonstração feita... Eu tenho o direito de suspeitar que também na montagem deste edital tenha sido feito algum tipo de direcionamento para produzir um negócio tão bom para quem o comprou.

O último ponto que é uma grande preocupação que eu também tenho. Duas fotografias. Duas... Presidente Flexa, duas fotografias. A fotografia fala mais do que mil palavras. Uma fotografia que aqui foi exibida, do Presidente Lula com os compradores da VARIG LOG, e na ponta da fotografia o Dr. Roberto Teixeira. Uma outra fotografia. O elevador do Palácio do Planalto que conduz ao gabinete da Ministra Dilma, do Presidente Lula, o mesmo Roberto Teixeira com os donos da Gol. Em épocas semelhantes... Presidente Flexa, V.Ex^a sabe que advogado de uma parte contrária a outra não pode ser o mesmo. É impossível. Impossível você ter o advogado único para partes que podem ter litígio. Ou que têm posições que podem ser antagônicas. A não ser que este advogado possa ser um interlocutor habilitado a obter coisas que pouca gente consegue. Como, por exemplo, e aí vou concluir, Dr^a Denise, a pergunta que vou fazer conseguir, por exemplo, a eliminação da associação da dívida, que aí está o “X” da questão.

Presidente Flexa, eu quero que me apontem neste país negócios feitos, no montante dessa natureza, de alguém que compre ou que venda e o débito, sete bilhões, o débito seja esquecido... E aí entra o interesse público. A fotografia mostra Roberto Teixeira com os compradores, o pessoal da VARIG LOG, e uma outra fotografia mostra o Roberto Teixeira com os vendedores. Ou melhor, com os compradores que são os donos da Gol e com os vendedores que são os VARIG LOG, e o advogado é um só, de partes que seguramente teriam algum tipo de discussão. O traço de união é a força do advogado junto a quem pode propiciar alguma coisa muito interessante, tipo eliminação da sucessão da dívida. E aí entra ou lesa o interesse público. Sete bilhões de reais. Sete bilhões de reais, a Lei de Falência cobre. Eu não conheço negócio nenhum no Brasil desse montante que tenha tido a dívida esquecida. Eu não digo perdoado, esquecida.

Débito com quem? Com o INSS, com a PETROBRAS, com fornecedores... Mas aí a União tira

de um bolso e bota no outro. Débitos com questões trabalhistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V.Ex^a que concluísse a pergunta.

SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO (DEM-RN): A minha pergunta final a Dr^a Denise. Dr^a Denise, me explique, a senhora deve ter alguma suspeita. Me ajude a fechar o circuito do meu raciocínio. Por que tanta pressa na venda da VARIG? Passou meses, anos e anos sem nada acontecer. De repente entra Roberto Teixeira e tudo anda a mil quilômetros por hora. E... Presidente Flexa, a BRA fechou. Morreu um gato. Não teve nada. A VARIG fechou e se encontrou uma saída. Só que nos débitos da sucessão da dívida estava uma componente chamada questões trabalhistas, débitos da empresa com os seus trabalhadores. A questão VARIG foi muito mais discutida do que a BRA porque a VARIG foi uma empresa imensa, acumulou um capital humano monumental, tinha um mundo de funcionários. Então, você pegou em nome da pressa o dinheiro que era um débito da empresa, transformou, suponho eu, em pó, e deixou os credores com questões trabalhistas entregues à própria sorte.

A minha pergunta, Dr^a Denise, a senhora tem alguma explicação, tem alguma justificativa, encontra alguma razão para tanta pressa justificar tanto *dolo*? É o que lhe pergunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra ao próximo orador.

SRA. DENISE ABREU: Não, mas aí eu não vou lembrar de tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São os grupos de três, Dr^a Denise. Pediria a V.S^a que fosse anotando os questionamentos para que pudesse responder em bloco, como já vem sendo adotado anteriormente. Senador Gilberto Goellner. Cinco minutos para que V.Ex^a faça os seus questionamentos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Realmente é de perplexidade vermos hoje--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner, V.Ex^a me permite. A Sr^a Denise ela está solicitando e eu coloco ao Plenário para que ela possa responder a cada questionamento. Porque ela está já com cansaço e com o raciocínio já com dificuldade.

SRA. DENISE ABREU: Eu estou sem almoçar até agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, se os Srs. Senadores concordam,

nós poderemos retornar à prática de um questionamento e a resposta seguida. Todos de acordo?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, como já estamos finalizando, de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Jucá. Peço permissão ao Senador Gilberto para que a Dr^a Denise possa responder aos questionamentos do Senador José Agripino.

SRA. DENISE ABREU: Senador José Agripino, o senhor perguntou onde foi produzido o Parecer da votação do dia 23 de junho, que a Diretoria Colegiada aprovou que acabou ensejando à aprovação da transferência acionária. Foi produzido no Ministério da Defesa. Eu contei isso. O Dr. João Ilídio disse que estava internado, foi desinternado, aí ele vem para trabalhar, chega mais ou menos às seis horas da tarde e começa a produzir o Parecer. Eu saio de lá, vou para minha casa, janto, tomo banho e volto às 11 horas da noite para votar. Foi redigido e digitado no Ministério da Defesa. Eu já tinha explicado. Talvez não tivesse ficado claro.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Diferente da versão anterior, do pensamento anterior.

SRA. DENISE ABREU: Não tem pensamento anterior.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Não havia um pensamento anterior contrário a... Isso é importanteíssimo. Houve uma mudança de opinião.

SRA. DENISE ABREU: Ah, sim. No dia 18 de abril, quando em outro processo, porém sobre o mesmo assunto, discutia-se a aprovação de um ofício que eu tinha expedido com três exigências, o Procurador-Geral disse que estava correto mesmo, que tinha que fazer as exigências. E depois lá no Parecer produzido no dia 23 de junho... Foi entendido que as exigências feitas não eram de competência da ANAC. Que a ANAC não tinha aquela competência legal.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Talvez forças extra terrenas tenham atuado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador José Agripino, eu pediria que V.Ex^a deixasse que a Dr^a Denise concluir a resposta. V.Ex^a terá direito à réplica.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Obrigado, Presidente.

SRA. DENISE ABREU: Então foi produzido no âmbito do Ministério da... O senhor pergunta também quem estava do outro lado do celular com o Dr. Milton Zuanazzi. Sinceramente, aí também fica um pouco difícil. Porque eu não quero deduzir coisa nenhuma, né? A entrevista ela foi muito objetiva com todos os documentos que provam o que eu disse na entrevista.

Eu não sei quem estava do lado de lá. Agora, uma coisa eu posso lhe dizer, nós sabíamos, e eu espero que o meu colega por quem eu tenho um profundo respeito, em nenhuma das minhas entrevistas eu levanto um mínimo de suspeita com relação ao Milton Zuanazzi. Ao contrário, acho que ele foi, então, antes de eu sair, é porque eles vão falar, eu faço questão de deixar isso gravado, acho que ele foi usado e eu dizia isso para ele no dia-a-dia, você está sendo usado. Porque ele se empenhou e muito ao longo da gestão dele. Não estou falando se empenhou no mal sentido, não, estou falando para conseguir administrar todo o caos e toda a crise. Então, eu não acho que o Milton estivesse falando com o Roberto Teixeira para intermediar qualquer interesse que fosse do escritório do Roberto Teixeira.

Agora, com quem especificamente ele falava, certamente ou era Erenice ou era Dilma. A Dilma normalmente colocava a Erenice para conversar com ele. Então é provável, era uma voz de mulher, que seja a Erenice e ele, que é também uma pessoa muito leal, e eu também disse isso à Ministra Dilma no gabinete dela quando faziam críticas porque além de tudo ele era usado e ainda era criticado, e eu sempre disse à Ministra Dilma que ele tinha uma lealdade por ela que nenhum de nós teríamos, porque nós não tínhamos o vínculo com ela que ele tinha.

Então, por lealdade eu também entendo que até seja difícil que se aceite acareações aqui porque vai ser difícil ele negar algumas coisas na minha presença e por outro lado vai ser difícil ele afirmar e acabar afetando a imagem de uma pessoa com a qual ele tem uma relação não é política, de interesse, mas de carinho e amizade ao longo dos anos.

Então, eu vou aqui falar já antes de eu ser liberada para vocês, para vocês poderem continuar, eu acredito... Frisem as minhas palavras, e eu peço à imprensa que utilize exatamente o que eu disse. Porque é óbvio que há uma tentativa de desqualificar a minha fala, e inventando calúnias, inclusive sobre a vida pessoal de minha família, eu não sou... Eu já demonstrei aqui com todos os meus atos que eu não sou uma pessoa de me acovardar. Em nenhuma situação... Muito menos se calúnias aparecerem.

Então, eu gostaria que ficasse bem explicitado que como a sua pergunta carrega a subjetividade e a conversa não foi comigo. Se alguém tivesse me ligado e o senhor perguntasse quem me telefonou, eu diria, foi fulano de tal. Não foi comigo, foi para o Milton. Eu tinha a forte impressão por ser uma voz feminina e por ele em razão da lealdade ficar muito desconfortável naquela sala perante os colegas, porque, óbvio, enfraquecia a posição dele e até desqualificava a po-

sição dele na qualidade de Presidente na frente dos colegas. Ele se intimidava. Então, ele não podia nem ir adiante nas conversas. Eu tenho a forte impressão de que era a Erenice Guerra sim que estava ali no telefone falando com ele.

Por outro lado, o senhor me perguntou do Procurador-Geral. Eu acho exatamente a mesma coisa. Eu não disse que o Procurador-Geral deu um Parecer no dia 18 de abril e deu um outro no dia 23 e um mesmo no dia 12 de dezembro. Assuntos não são diferentes. O mérito é exatamente o mesmo. Que o que eles vão tentar explicar são processos diferentes. Um é o processo no SNEA que trata do mesmo tema. O outro é o processo de autorização de funcionamento jurídico que trata do mesmo tema. O processo judicial trata também do mesmo tema. E lá na frente, quando o Barão analisa o pedido de reconsideração, é o pedido de reconsideração do SNEA porque não lhe foi dado o prazo de 10 dias e ele volta a falar da investigação da origem de capital e há sim uma manifestação do Procurador. Eu estou com os Pareceres aqui. Voltando atrás na posição de 18 de abril. Eu também não acho que o Procurador-Geral tenha feito isso porque tivesse ligações aqui ou acolá. É muito difícil para um servidor público que é chamado no núcleo central do poder, vocês já estiveram no poder, que tem cargo em Comissão não se sentir pressionado... Entrar no Palácio do Planalto para uma reunião é o suficiente para intimidação, queira ou não. Só não tem quem, literalmente, prestou um concurso público, com independência, Ministério Público Federal, um Procurador da República... Independe. Quem tem o mandato também é exatamente a mesma coisa... É com independência total. Eu nunca me senti pressionada. Eu nunca me senti pressionada, porque eu respondi a todas as pressões com atos. Eu não deixei de ir ao Ministério Público Federal levando todas as notícias. É bom que vocês saibam. Eu já disse isso na imprensa, já tinha dito isso no Palácio, meus colegas sabiam, e eu repito aqui, o Ministério Público Federal tem provavelmente até gravado tudo que nós estamos conversando hoje desde 2006. Eu nunca deixei de levar as notícias para as Instituições competentes. E até por isso tiveram algumas ações aqui e acolá.

Então, acho sim que as posições sobre o mesmo tema ainda que em processos diferentes, ainda que com terminologias diferentes, mas cujo mérito é o mesmo... Elas vão e voltam porque em determinado momento há claramente sim uma pressão, se não é uma pressão de pedido, há uma pressão psicológica muito forte para que determinada posição seja tomada. Todos aqui, eu acho que o Milton não estava, eu não me lembro, eu não vou dizer... Até agora não fa-

lei nada que não tenha acontecido. E talvez por isso a dificuldade de acareação. Muito difícil no tête-à-tête alguém dizer isto não é verdade. Então, eu acho que o Milton não estava nessa reunião. Acho que o Milton estava em recesso. E nós fomos chamados, João Ilídio, na Casa Civil para uma reunião que durou de oito a nove horas coordenada pela Dr^a Erenice Guerra. Para tratar e dar satisfação, como se crianças fôssemos, de todos os passos processuais.

O Coronel Veloso teve que explicar passo a passo o que era CHETA. Porque até hoje fala as “transferências dos CHETAs”. Isso não existe. CHETA é um certificado, é como uma carteira de habilitação para você poder voar. Vamos traduzir assim num popular. Então, tinha que explicar o que era CHETA, tinha que explicar porque não podia transferir, aí tinha o outro lado se contrapondo. “Não, mas não pode ser assim, porque tem que ser assado”. Havia uma sabatina e um debate de um trabalho que deveria ser encarado como meramente técnico. Quantos CHETAs não se dão em todos os processos? Em todas as empresas que vão se tornar empresas aéreas e vão voar? Será que em todas nós tínhamos que ser monitorado passo-a-passo? Como se fôssemos crianças ou incompetentes? O que também não era verdade? Ressalvei em todas as entrevistas que eu dei que meus colegas eram sim competentes. O que nos transformou em competente foi toda essa articulação. E aí nós saímos com fama de... Não entendem de nada, mesmo cada um na sua área.

Agora, fato é, existia a pressão. Existiu essa reunião. Se ela não está gravada, não tem uma Ata, porque não éramos nós que coordenávamos a reunião, tem a entrada no Palácio do Planalto. Tem que estar no computador as pessoas que entraram lá. Ninguém entra no Palácio do Planalto e vai para o quarto andar sem apresentar uma identificação. Não é possível que isso desapareça. Isso é memória administrativa. Eu não iria inventar uma reunião com mais de 20 pessoas e um quadro negro, onde nós escrevíamos no quadro negro para explicar tudo que estava acontecendo, onde o Coronel Veloso com toda a equipe explicava o tamanho do bife para as pessoas poderem entender. Nós transformamos a parte técnica da aviação num corte de bife. Porque ninguém entendia aquela reunião iria se eternizar.

Isso não é pressão para um servidor público que participa numa reunião no poder central, no quarto andar, na sala de reuniões da Casa Civil, coordenada pela Secretária Executiva... Não é secretária que atende telefone, é quem substitui o Ministro de Estado. E o servidor público desprotegido não se sente pressionado? Desculpa, sente-se sim.

SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO (DEM-RN): [soa a campanha] Um minuto só Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para réplica, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO (DEM-RN): Não é nem réplica, é para cumprimentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Complementar.

SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO (DEM-RN): Cumprimentar. Para cumprimentar. Cumprimentar a Drª Denise. Ela deixou muito claro. Deixou muito claro. Veja bem... Isso tudo aconteceu por uma coisa que na minha cabeça eu resumiria nas fotografias. A do gabinete do Presidente e a do elevador. Interesses, grandes interesses que moveram a tutela a uma Agência Reguladora. Que terminou como a Drª Denise diz, com fama de incompetente, responsável pelo “apagão”. Eu acho que essa última fala, claro que as falas todas foram importante, mas essa última fala da Drª Denise foi muito esclarecedora, mas muito... No rumo da tutela, das influências. No sentido daquilo que no meu entender não é e não foi o interesse público coletivo do povo do Brasil. Cumprimento a Drª Denise.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador José Agripino, os cumprimentos a Drª Denise e concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner. V.Exª terá cinco minutos para fazer seus questionamentos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. É com grande preocupação que eu acompanho desde o início essa Audiência Pública e na qual eu cumprimento a depoente, a Denise Abreu, pelo que ela passou durante todo esse tempo que ela confirmou aqui que, inclusive, teve que reconstruir a sua vida após todos esses eventos que se sucederam. Tanto pela pressão da mídia já à época, como também pela situação do desfecho final. Desfecho esse que eu vejo que iria hoje... Que se sucedeu após dois anos da morte do maior defensor dessa empresa aérea, a VARIG, que foi o Governador Leonel Brizola, desde a sua época como Governador, foram as primeiras empresas junto com a TRANSBRASIL e com a Panair que trafegavam por esse país e a VARIG prestou serviços a todos e aconteceu o desfecho que hoje estamos todos vendo que já foi noticiado. Que foi um palco de negociatas, como o Governador Brizola deveria falar se ele tivesse vivo, ontem comemoramos aqui, homenageamos os quatro anos da--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto, permita que eu peça silêncio para que V.Exª possa fazer uso da palavra. [soa a campanha].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Ontem se homenageou aqui o Governador Brizola, por isso que estou levando à tona, foram quatro anos da sua morte, e eu vejo que Governador Brizola hoje ficaria estupefato de estar vendo tudo isso aí que a grande VARIG virou um palco de todas essas negociatas que se sucederam e que outros levaram e ganharam, quem adquiriu pela segunda vez é que levou, a ANAC foi descaracterizada sob o pressuposto de Agência Reguladora independente que deveria ser, como já foi afirmado pela depoente Denise Abreu, que houve sim pressão, houve ingerência, houve tudo para que realmente se aceitasse inicialmente aqueles compradores que eram três brasileiros descaracterizados em patrimônio para comprar a vultosa empresa.

E a minha pergunta, Drª Denise, eu sei que isso aí já é da esfera judicial, mas a senhora acompanhou todo o processo... Em que momento se deu a separação desses passivos que acompanharam? Que os passivos estavam não na VARIG LOG, mas na VARIG. Naquele momento em 2006, em julho de 2006, quando da sua transferência à VARIG, a VARIG LOG ficou a herança do passivo de todos os compromissos que a empresa tinha com a INFRAERO, o INSS, as questões trabalhistas. Isso aí ficou descaracterizado ou está na justiça ainda? O que eu pergunto é: De que forma que isso aconteceu e ficou batido de tal forma que hoje a grande beneficiada de todo esse processo quer me parecer que foi a Gol. Foi a Gol. E que isso já estava armado de tal forma para que a Gol em segunda instância obtivesse e viabilizasse a compra [soa a campanha] da parte da VARIG LOG. A senhora poderia nos colocar essa parte da herança do passivo dessas empresas?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Gilberto, e passo a palavra a Drª Denise para responder ao questionamento.

SRA. DENISE ABREU: Bom, quando ao Juiz... Juízo tem que elaborar o edital judicial junto com o administrador judicial, nada mais lógico de que eles fizessem então esse edital, que é o correto... A valoração da empresa é justificada. Só pode ser empresa tem preço, tem preço porque tem ativos. Então, quais eram os ativos que eram daquela empresa? Interessante. O *Smile*, que para mim era dívida, virou ativo ali. Então era um ativo, tinha um valor incrível aqueles *Smiles*, apesar de que quem comprasse ia ter que voar. E voar significava gastar com combustível, então tinha que fazer um balanço entre a entrada e a saída e parece que é mais economicamente um prejuízo o *Smile* do que ser considerado ativo. Mas *Smiles* foram considerados ativos, foi considerado ativo os espaços

nos aeroportos, acho que valoraram os espaços dos aeroportos internacionais também, que esses, então, seria esdrúxulo que tivessem algum valor para uma empresa brasileira, era de um outro país ainda como se nós tivéssemos ingerência na Soberania Nacional de outro país. Entraram também como ativos as rotas nacionais e internacionais, enfim, todos os bens públicos, nada disso foi considerado nem pela ANAC ativo. Tanto que nós recorremos na justiça, está pendente sim de decisão, esta matéria ainda não foi decidida em caráter definitivo, e se decidida que não é ativo, volta à estaca zero.

Porque o que ele vendeu então? A marca? A marca já não tinha mais valor. E já tinha uma perícia auditoria que dava a valoração da marca naquele momento porque foram tantos anos para encontrar a solução que a marca foi perdendo valor. Não foi perdendo para nós brasileiros, mas lá fora já não tinha mais valor nenhum. Tinha aeroporto, como o de [ininteligível] que já não queria mais que a VARIG voasse porque estava criando o seguinte transtorno. Atraso de voo para outras empresas aéreas internacionais, porque ela não conseguia chegar no *slot* dela na hora correta e atrasava o voo da outra. Quer dizer, o ritmo dos aeroportos em outras localidades não é equivalente ao que temos aqui no Brasil. Não tem uma tolerância nesses atrasos de voo, é uma outra metodologia.

Portanto, o próprio aeroporto não queria mais. Então, na verdade, a marca tinha valor para nós, sob o ponto de vista da estima, pela história da VARIG. Agora, era um valor histórico. Então, se ao final o Poder Judiciário em qualquer instância decidir... Em qualquer instância que estou dizendo é seja estadual em São Paulo, seja para a Justiça Federal que o Ministério Público Federal está reabrindo a Ação Civil Pública para agregar outras questões aí, é possível que não se concretize essa operação. Ela volte à estaca zero. E o senhor tinha feito mais alguma pergunta?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Atendido, Senador Gilberto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Os passivos. [pronunciamento fora do microfone].

SRA. DENISE ABREU: Ah, os passivos. Então, quando ele faz o edital, que ele coloca isso como ativo, é blindado o passivo na interpretação que é dada, de que a unidade. Sabe qual foi o problema, fizeram uma transposição, acho que o Senador Demóstenes explicou isso rapidamente, talvez eu tenha compreendido até por trabalhar um pouco com a matéria. O modelo de Lei de Recuperação Judicial seria um modelo de uma fábrica em falência. Imagina uma fábrica com várias unidades, então a sede dela é São Paulo... Mas eu tenho várias unidades em outros Estados do país.

Independência, com livre caixa... Enfim. Eu destaco uma unidade produtiva, aquela que... Aquela filial de Manaus e vendo tudo que está lá dentro. Então, neste sentido é blindado a que exclusivamente aquela unidade produtiva que decorre aquelas máquinas que estão naquela fábrica... Para quê? Para transformar em dinheiro, jogar dentro da unidade produtiva central para que ela consiga ir se recuperando. Porém, quando isso é transposto para o setor aéreo, é impossível de imaginar porque não tem como fazer essa blindagem sem macular as dívidas trabalhistas, dívidas tributárias e dívidas com Órgãos Estatais.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Dívidas ficaram com quem? Com a União?

SRA. DENISE ABREU: Não. Na velha VARIG.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A FLEX?

SRA. DENISE ABREU: Que hoje chama FLEX. Também tem esse problema. Tem um problema de palavras. Aí começa como VRG, depois VARIG LOG, Volo do Brasil, via Aéreo Transportes Aéreos... Não sei porque a VARIG LOG não podia comprar por falta de alguma documentação para terem criado essa outra empresa tentando a blindagem, aí ela compra e vira VRG, mas internacionalmente ela não pode ser VRG, ela é VRN... É vendida lá na frente... Enfim, tem todo um histórico que vai ser apurado aí com certeza pelo Juiz da causa de São Paulo que está muito debruçado sobre a matéria e pela Justiça Federal que está abrindo a Ação Civil Pública. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado. Senador Gilberto Goellner. Próximo inscrito e por permuta com o Senador Tasso, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Srª Denise, Milton Zuanazzi, João Ilídio, nobre Deputado Leur Lomanto. Eu quero ser bem objetivo porque eu acho que muito que poderia dizer já foi dito. Eu começaria dizendo que é inquestionável que nós vivíamos numa crise que vinha evoluindo no final do Governo anterior que levou ao fechamento da TRANSBRAZIL e da VASP. Duas empresas históricas, importantes, que não conseguiram sobreviver a dois fatos. De 2000 a 2002, a demanda por passagens aéreas caiu 23%. E o custo operacional das empresas que é quase todo dolarizado, questão *leasing*, matéria-prima, equipamentos, combustível, cresceu exponencialmente pela forte desvalorização do Real. Essas empresas não suportam como a VARIG foi duramente atingida. Então, as empresas que não tinham uma gestão muito eficiente e que não conseguiram administrar esse quadro de crise, se inviabilizaram.

O país tinha duas alternativas. Fecha a VARIG e seguramente essa opção de quebrar a VARIG interessava, evidentemente, a Gol e a TAM, por quê? Porque perderia uma concorrência e passariam a ocupar inclusive com o plano de contingenciamento o espaço que anteriormente era ocupado pela VARIG. A segunda opção era tentar construir uma política de viabilização da VARIG. E é isso que nós estamos debatendo algum tempo depois. Eu quero lembrar que nessa Casa havia uma fortíssima pressão política para viabilizar a VARIG. Inclusive, um questionamento do Governo de que a TAM iria comprar a VARIG. Senador Pedro Simon mesmo levantou essa tese inúmeras vezes no Plenário dizendo que era inaceitável que isso pudesse acontecer. E havia a grande expectativa, especialmente do Rio Grande do Sul que a VARIG que era uma referência histórica sobrevivesse enquanto empresa [soa a campainha] preferencialmente enquanto uma empresa autônoma. Que ela não fosse incorporada por outra empresa concorrencial.

É nesse ambiente que nós estamos discutindo e num cenário econômico novo. Que a demanda por passagens aéreas crescia exponencialmente, não havia equipamentos, estrutura logística para acompanhar a crise de crescimento que nós tivemos no segmento, e a gestão do sistema especialmente aeroporto de Congonhas, Brasília, Belo Horizonte estavam extremamente pressionados por esse aumento de demanda, e, evidentemente, havia espaço para alguma viabilidade das empresas. As empresas estavam crescendo e a VARIG poderia ser uma alternativa.

O que é relevante no meu ponto de vista dessa discussão? A primeira questão extremamente relevante é se houve favorecimento na sucessão de dívida. Porque aqui aquela planilha feita pelo Senador Arthur Virgílio ele diz o seguinte: “Houve um favorecimento da empresa, porque não houve a sucessão de dívida fiscal, trabalhista, tributária, creditícia, e, portanto, aqueles que adquiriram a empresa posteriormente foram favorecidos por essa decisão”.

A primeira pergunta. Essa decisão foi do Governo? Foi da Casa Civil? A pergunta a V.Ex^a e peço que a senhora seja objetiva na resposta para que eu possa continuar. Presidente, o Senador Demóstenes fez assim e eu farei assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a pode até fazer, mas vai ter que pedir permissão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Peço permissão a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito Obrigado. Vamos lá. Está concedida a permissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concedida agora que ela responda. Olha o tempo de V.Ex^a.

SRA. DENISE ABREU: O senhor quer essa resposta primeiro ou a outra?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero primeiro esta. A pergunta é esta. Quem tomou a decisão?

SRA. DENISE ABREU: Parecer do Ministério da Fazenda através da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional garantindo que não havia sucessão tributária.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Então... Que a senhora está dizendo quem tomou a decisão que não haveria sucessão tributária foi o Ministério da Fazenda. Não foi. Foi o Juiz.

SRA. DENISE ABREU: Não, senhor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Juiz, vou ler a sentença do juiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Mercadante, eu pediria a V.Ex^a que ela completasse a resposta e depois V.Ex^a retomaria a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deixa a briga, Flexinha.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De quem é a decisão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senão não vamos entender. Eu pediria a Dr^a Denise que concluísse.

SRA. DENISE ABREU: Eu não estou sendo inquirida. O senhor está perguntando o que eu sei. O que eu sei é Parecer do Ministério da Fazenda através da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Em decorrência deste parecer apareceu interessado, foi mercado leilão... Tudo isso se deu exatamente para viabilizar interessados na compra. Ou o senhor que conhece economia de mercado infinitamente melhor que eu que não conheço nada, o senhor acredita que alguém da iniciativa privada teria interesse em comprar a VARIG apenas em nome do nome histórico, importante, se tivesse--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é isso que estou perguntando.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero ser objetivo porque temos pouco tempo. Não é isso que estou perguntando. Se há interesse ou não há interesse na empresa. A pergunta é muito

objetiva. Amparado em que Estatuto legal poderia ter sido tomado a decisão que não haveria sucessão de dívida? Só há uma instância possível. A Justiça. Agora, por favor--

[falas sobrepostas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

A senhora está aqui para arguição. Se eu conceder a palavra a senhora fala. Então, se o Presidente, o Juiz, só a justiça poderia tomar essa decisão. E só poderia tomar essa decisão se houvesse concordância da assembléia de credores. Porque é isso que nós votamos nesse Senado, por sinal naquela ocasião eu que tinha uma certa resistência a essa tese, e o Procurador da PGFN, Manoel Brandão à época tinha uma grande resistência à idéia de abdicar das demandas fiscais nas empresas que estavam em processo de recuperação judicial e as centrais sindicais não aceitavam discutir a questão trabalhista salarial e o Senado aprovou praticamente por unanimidade o relatório, e aqui presto minha homenagem ao Senador Ramez Tebet, na idéia de recuperação judicial da empresa que era se o fluxo de caixa futuro viabiliza a empresa, o Estado tem que abrir mão da demanda fiscal porque quebrar empresa não vai gerar receita, não vai gerar emprego, não vai gerar desenvolvimento.

Portanto, essa concepção e o Senador Arthur Virgílio lutou bravamente, inclusive, propondo que se estendesse a direitos salariais e trabalhistas, foi com alguma mediação incorporava--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Não. Deixa eu concluir o raciocínio. Foi o que foi incorporado na legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio, o Senador Mercadante está com a palavra.

[falas sobrepostas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

O que é que o Juiz afirma?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Não lhe foi concedido o aparte.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Qual é a formatação do Juiz? Manterá inclusive a empresa em funcionamento atendendo o fim social que ela se destina que são os empregos, manterá os empregos e a garantia do recolhimento dos tributos gerará riqueza igualmente garantirá manutenção de divisas em nosso país. Isso porque o concurso nos moldes do dispositivo legal e submetido ao controle judicial propicia por óbvio maior concorrência entre todos aqueles que pretendem a ele se submeter.

Então, esta decisão é de 11 de maio de 2005 do Sr. Luiz Roberto Ayoub. 11 de maio de 2005 é o primeiro Parecer e depois ele volta para dar a sentença final, quando ele afirma em 05 de junho de 2006 quando ele definitivamente diz especificamente quanto à questão de sucessão fiscal o Juiz já teve a oportunidade de declinar seu pensamento quando esclareceu que na forma do art. 60 o § Único da Lei de Recuperação de Empresas não há que se falar em sucessão pelo adquirente. Isso se acontecesse acarretaria uma desvalorização dos ativos pós alienação criando um quadro desfavorável à aquisição por parte dos investidores. Ao contrário, a criação de uma nova cultura em que o adquirente recebe o ativo desvinculando de qualquer passivo, portanto eliminando a sucessão, traz consequências benéficas ao projeto de recuperação judicial na medida que valorizado o conjunto de bens e direitos entenda-se o estabelecimento, a disputa aumenta e igualmente aumenta o valor. A todos beneficia incluindo aí os próprios credores. E aí ele segue. Portanto, o Juiz sustenta uma tese--

SRA. DENISE ABREU: Mas eu não consegui responder Senador. O senhor fez uma pergunta, quando comecei a responder o senhor me cortou.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Vou terminar. O Juiz sustenta uma tese que é exatamente a tese que prevaleceu no Senado. A segunda pergunta que faço à senhora.

SRA. DENISE ABREU: Mas não respondi a primeira ainda, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Então, pode voltar e responder. Porque a pergunta foi quem é que decidiu que não haveria sucessão? A senhora disse foi a PGFN. Não. Foi o Juiz na decisão estabelecida terminativamente no dia 5 de junho de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Mercadante, só pediria que V.Exª prestasse atenção ao seu tempo. Drª Denise para responder.

SRA. DENISE ABREU: Eu gostaria de agregar, então, já que o Senador já está com a sua conclusão tomada, que eu li hoje na imprensa nacional--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio, por favor.

SRA. DENISE ABREU: Eu li hoje na imprensa nacional que a matéria sobre sucessões, quer seja tributária, trabalhista no âmbito da Lei de Recuperação Judicial foi pautada no STJ. Porque não há nenhuma decisão sobre o tema e o STJ resolveu em razão de toda essa questão começar a decidir a matéria. Donde a decisão do Juiz do Rio de Janeiro não tem força

para pacificar jurisprudência. O que garantia e qualquer escritório de advocacia de esquina, não precisava ser nem renomado o escritório, jamais diria ao seu cliente que uma decisão de um Juiz Estadual de primeira instância garante. É diferente de um Parecer do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, vamos retomar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Mercadante, a segunda pergunta, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Vamos ainda voltar esse assunto. Porque esse é um dos temas centrais. Presidente, deixa eu falar o que eu quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Eu deixarei V.Ex^a falar, mas não vou permitir debate. Ela já respondeu a pergunta que V.Ex^a fez. Se V.Ex^a não concordar com a resposta dela, vai ter direito à réplica. Mas faça a pergunta seguinte.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, primeiro o seguinte. Eu autorizei que ela falasse. A palavra está comigo. A hora que eu autorizar ela fala.

[falas sobrepostas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, vamos deixar eu fazer a arguição--

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Bata continência para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Mercadante, faça a pergunta, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

E V.Ex^a se preserve na condição de Presidente. Está interferindo na minha arguição. Pela terceira vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Não, senhor. Eu estou pedindo a V.Ex^a que dê sequência à pergunta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Se V.Ex^a deixar eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Eu pediria inclusive--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Vamos então.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Com licença, Senador Aloizio Mercadante. A Dr^a Denise está pedindo que seja suspenso por algum tempo para ela poder se retirar por um instante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Evidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Quanto tempo tem ainda o Senador Mercadante, por gentileza?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pelo menos o tempo que V.Ex^a teve. Para fazer tantas perguntas quanto fez.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Eu pediria que não houvesse. Senador Demóstenes, o tempo a Presidência dará dentro do que foi dado aos outros Senadores. Eu pediria que não houvesse debate paralelo porque a Sessão está suspensa. A Sessão está suspensa.

Sessão suspensa às 17h52.

Sessão reaberta às 17h55.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PE-

RILLO (PSDB-GO): Está reaberta a Audiência Pública. Enquanto a Dr^a Denise Abreu não chega, eu gostaria de esclarecer ao Senador Mercadante e a todos os Senadores e Senadoras alguns procedimentos que foram adotados desde o início desta Audiência.

Em primeiro lugar, nós resolvemos dar a palavra a dois Senadores da Base Governista e dois Senadores da Base da Oposição que fizeram aqui seus questionamentos à depoente, alternadamente. Nós demos 10 minutos prorrogáveis por mais 5 minutos a cada um dos autores dos requerimentos. Depois, Senador Mercadante, nós abrimos a palavra aos demais oradores inscritos que tiveram 5 minutos cada um, portanto, nessa fase agora obedecendo à lista de inscrições após os questionamentos dos ilustres autores dos requerimentos. Nós concedemos, resolvemos conceder a cada um dos Srs. Senadores inscritos o tempo de 5 minutos. V.Ex^a já utilizou aqui um tempo de cerca de 10 minutos. Eu vou conceder a V.Ex^a mais 5 minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PE-

RILLO (PSDB-GO): Eu vou terminar o meu despacho, Senador. V.Ex^a já falou por 10 minutos, estava acompanhando pelo vídeo. V.Ex^a tem todo o direito de concluir a palavra de V.Ex^a, mas nós adotamos aqui com o líder do Governo, com os líderes da Oposição critérios e nós vamos cumpri-los rigorosamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Perfeito. Um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PE-

RILLO (PSDB-GO): Palavra para concluir.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Primeiro, no início da Sessão a depoente falou por mais de uma hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PE-

RILLO (PSDB-GO): É verdade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Todos os outros terão a oportunidade de falar por uma hora se quiserem também.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E ficou acertado que nós teríamos mais tempo para falar. Eu estou aprofundando temas que são absolutamente essenciais. Eu pediria que esses 5 minutos é impossível.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador, eu concedi 10 minutos prorrogados por mais 5 minutos a cada um dos autores dos requerimentos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 10 minutos meus estão incluídos as respostas dela. Portanto, tem que tirar as respostas dela dos meus 10 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Deixa eu concluir, Sr. Senador. Depois eu informei a todos que na nova fase obedecendo à ordem de inscrições após fala e os questionamentos dos autores que cada um dos Srs. Senadores fariam por 5 minutos. V.Ex^a já falou 10 minutos, eu darei a oportunidade para que V.Ex^a conclua.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não falei 10 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A vossa exposição, vou dar a V.Ex^a mais 10 minutos para que possamos ouvir os demais oradores.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só peço que retire do meu tempo à fala da Dr^a Denise.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não vou retirar, V.Ex^a não é um Senador melhor do que os outros.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não quero ser melhor do que ninguém. O meu tempo de fala não pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Demóstenes solicitou-me que fizesse as perguntas diretamente fosse respondido já descontando do tempo dele o tempo da Dr^a Denise Abreu.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele falou o tempo que quis.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não falou o tempo que quis.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Falou longamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu tenho sido justo aqui, Sena-

dor Mercadante, como V.Ex^a é justo na Comissão que V.Ex^a preside.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom senso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou seguir, agora eu não vou deixar quebrar a autoridade da Mesa em hipótese alguma.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não há nenhum interesse de quebrar nenhuma autoridade, eu só quero esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a quer perguntar? E ela vai responder então no tempo dela.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero perguntar e ela vai responder objetiva sim ou não, porque à medida que ela fala o tempo que ela quer ela prejudica a minha arguição. Então, eu quero que ela seja objetiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, V.Ex^a faz as perguntas e ela responde depois como os outros fizeram. Ela, ela... V.Ex^a tem 10 minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na resposta ela sustenta que juridicamente não foi decidido em instância superior, se procede a decisão do Senado. Por sinal disse em intervenção anterior que poderia ser objeto de uma ação de inconstitucionalidade, uma ADIN porque ela considera que é inconstitucional aplicar esse dispositivo num setor de concessão de serviço público.

Bom... Mas o Supremo não decidiu a inconstitucionalidade, não há uma ação de inconstitucionalidade e sequer houve recurso contra essa decisão em primeira instância. O que é que o Juiz disse na ocasião desta reunião que a senhora disse que tinha tanta gente? Disse o seguinte, o Juiz, o Juiz Ayoub. De acordo com ele durante a reunião Denise defendeu a sucessão de dívidas. “Em determinado momento eu perguntei se ela ali estava como Procuradora da Fazenda ou como Diretora da ANAC, porque não entendi absolutamente nada”. Ou seja, a senhora continua com a mesma posição. Que não há amparo judicial para esta decisão. Mas foi uma decisão da justiça e até esse momento é um ato jurídico perfeito. E o Juiz diz mais. Ele diz mais: “Sou Juiz e não sou perfeito. Se eu tivesse que tomar as mesmas decisões hoje tomaria todas da mesma forma. As decisões polêmicas a que se referiu hoje o artigo foram mantidas até hoje pelos Tribunais Superiores. Então, a decisão polêmica não seria só minha, seria de todo o Poder Judiciário”.

Se alguma instância superior revogar a decisão, nós estamos diante de um outro cenário, mas até o

momento a decisão da Justiça tem procedência, fundamentação e a interpretação do Juiz e compete apenas às Instâncias Superiores fazerem uma nova interpretação ou promulgar uma súmula vinculante do que será a sucessão de dívida. É uma experiência nova, é uma lei nova, há um debate jurídico, mas ele está amparado nesta decisão anterior. E aqui fica evidente que a senhora aqui hoje durante todo o depoimento não concorda com essa tese, nunca concordou com essa tese e continua se posicionando contrária à tese. Mas objetivamente houve uma decisão da Justiça que está em vigência até decisão contrária de uma Instância Superior que não ocorreu.

Segundo lugar, o Ministério Público do Rio de Janeiro faz a mesma interpretação... [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço silêncio a sua assistência, por favor, Srs. Senadores.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que diz o Ministério Público? O Ministério Público diz o seguinte: “Aliás, nada justifica o fato da ANAC ter providenciado a designação da VRG em alguns países como Colômbia, Alemanha, Argentina e Venezuela de ofício e não ter feito o mesmo em relação aos demais países onde a VARIG atuava. A má vontade da Agência salta aos olhos, pois para tais países a ANAC agiu de ofício, e agora sem qualquer motivo aparente, afirma a requerente, VRG é responsável pela sua inércia. Há de se consignar ainda o fato da VRG ter em mãos o plano completo para implantação de tais rotas internacionais. Nesse aspecto, fora o fato de haver registro de prorrogação de prazos em outras épocas, o interesse público primário deveria nortear aqueles que comandam a ANAC, mas não é o que parece. Contudo, prevalece o entendimento defendido pela ANAC, não haveria sequer previsão para implantação dessas rotas na medida que um processo licitatório dos demais complexos deveria ser instaurado e mesmo após sua conclusão. Em que momento estaria preservado o interesse público? O Ministério Público só consegue enxergar na decisão da ANAC benefício para outras Empresas Aéreas que sempre estiveram as margens do processo de recuperação judicial da VARIG, torcendo pela decretação da falência, assim de que pudessem ser contempladas com novas rotas, sobretudo as internacionais. E ao que tudo indica a esperança daqueles que torcem pelo insucesso do processo de recuperação têm na ANAC a sua principal fonte. O Ministério Público não consegue entender o motivo pela qual a ANAC sempre adota uma postura contrária aos interesses de recuperação, mas isso só o tempo dirá”.

Então, aqui é o Ministério Público se pronunciando na mesma direção, a interpretação deles é que havia o movimento da ANAC contrária a recuperação da VARIG no que se refere a esses procedimentos que aqui estão anunciados. Portanto, no meu ponto de vista sobre a sucessão, há um ato jurídico e o Juiz tinha um fórum universal para decidir sobre as questões por decisão do STJ, competia a ele dar interpretação e o procedimento.

Finalmente, quero dizer que em relação ao Imposto de Renda eu concordo com a preocupação que o seu Parecer designava que era um elemento relevante para analisar a origem do capital e verificar se havia condições de pagamento. Acho que aquele era um elemento relevante. Porém, como é o sigilo fiscal e é uma prerrogativa e garantia individual, o Parecer da justiça não foi e depois da Procuradoria da própria ANAC não foi na direção da tese que eu acho que nós temos que verificar como vamos superar esse instrumento porque de fato é evidente que essa era uma informação relevante, porque o Parecer que consta do processo, a composição do capital estava assegurada. Talvez essa informação fosse a única que pudesse questionar se de fato havia uma composição acionária correta. Mas novamente há um amparo constitucional que é a prerrogativa individual do sigilo bancário.

Por último. Sobre a mudança do Procurador da Fazenda houve alguma mudança no Ministério da Fazenda que pudesse levar a essa mudança de equipe na PGFM? Houve, D^a Denise. O Ministro da Fazenda saiu, Antonio Palocci, e em abril entra um novo Ministro, final de abril, entra outro Ministro da Fazenda que se chama Guido Mantega. E ao trocar o Ministro ele troca, praticamente, toda a equipe do Ministério da Fazenda, inclusive, o Procurador-Geral da Fazenda, é uma ingenuidade imaginar que o Procurador-Geral da Fazenda vai ser afastado por um único processo que está tramitando e ele dá Parecer sobre todas as dimensões e toda a complexidade e todos os enfrentamentos que o Ministério da Fazenda, a Receita Federal, o Estado Brasileiro tem com o setor privado. Trocou porque trocou toda a equipe do Ministério da Fazenda. O novo Ministro se chamava Guido Mantega.

Finalmente, eu queria para concluir dizer que toda a Diretoria da ANAC em duas oportunidades pôde votar nessa matéria. E a Dr^a Denise votou favoravelmente na primeira votação e na segunda votação. Foi unanimidade na ANAC. Unanimidade. Inclusive, porque o dirigente da ANAC tem a prerrogativa só pode ser afastado por sentença tramitada e julgada, tem absoluta independência de decisão. Portanto, ou a senhora não votou com a sua consciência ou votou com a sua consciência e com sua convicção. Se votou com sua convicção, o

voto que está lá, que é o voto, porque não houve voto em separado, não há um voto em separado nas Atas da ANAC, há uma votação unânime e consensual em relação a esse procedimento.

Por último, Sr. Presidente, acho que na nossa Comissão deveria reforçar o pronunciamento do Ministro da Defesa ontem que ao saber da possibilidade de um contrato de gaveta nessa operação, e se houve um contrato de gaveta houve falsidade ideológica do consórcio, porque é perguntado num dos requisitos se havia algum instrumento que fosse contrária à composição acionária que havia sido entregue à ANAC e se havia uma composição qualquer porque a engenharia financeira é um financiamento de um fundo estrangeiro financiava os brasileiros e o que dava a composição dos 80/20 e é um ato jurídico perfeito. Tanto que o Parecer da Secretaria é totalmente favorável à composição acionária. [soa a campainha]. Só pediria um pouco de silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais uma vez eu quero fazer um apelo a todos os Senadores e à educada platéia, nossa educada assistência que garantam a conclusão do orador que se encontra arguindo a depoente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas se há um contrato de gaveta é evidente que houve falsidade ideológica, é evidente que as medidas devam ser tomadas contra o consórcio que adquiriu indevidamente a empresa.

Por último. Eu vi aqui a afirmação dizendo o seguinte. A Gol saiu com vantagens por ter adquirido a empresa. É verdade. Seguramente ter adquirido a VARIG por 320 milhões de dólares foi uma grande vantagem para a Gol. Eu perguntaria. A vantagem não seria maior se a VARIG tivesse quebrado? Ela não teria desembolsado nada, teria ocupado uma parte do mercado, ficaria com as linhas internacionais da América Latina, como foi dito que já era o plano de contingência da ANAC [soa a campainha] e a TAM seria mais beneficiada ainda porque ficaria com todas as outras demais linhas internacionais.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo que, do meu ponto de vista, a depoente ela não se reporta em nenhum momento no seu depoimento a uma dimensão absolutamente decisiva de tudo isso. Quem dirigiu, quem marcou o leilão, quem fez o edital, quem estabeleceu o processo sucessório de dívida foi o Juiz, o Juiz que tinha o fórum universal dado pelo STJ, o poder normativo da Justiça com a independência do Poder Judiciário. Portanto, não é responsabilidade do Governo as decisões que foram tomadas e no que se refere à ANAC, não há uma única decisão que a Dr^a Denise não tenha posto a sua assinatura,

estado conforme e acompanhado a uniformidade dos Diretores da ANAC nesse procedimento. No mais são interpretações, ilações, afirmações, mas os fatos objetivos documentais incontestes são esses.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Mercadante por ter cumprido rigorosamente o tempo estabelecido. Muito obrigado, Senador Mercadante. Concedo a palavra a Dr^a Denise Abreu para responder.

SRA. DENISE ABREU: Senador Mercadante, diferentemente do que lhe foi informado tanto no que diz respeito às dívidas tributárias, os Procuradores com independência da Procuradoria da Fazenda Nacional, ingressaram em juízo sim no Rio de Janeiro contestando esta tese da inexistência de sucessão tributária, esta matéria vai ser julgada pelo STJ. Por outro lado, o senhor disse que a ANAC não recorreu das decisões do Juiz Ayoub no Rio de Janeiro, ou Márcia, ou outro que eu não me lembro, Roberto Frago, era um triunvirato. Também há um equívoco a própria Procuradoria-Geral da ANAC por decisão de todo o Colegiado ingressou sim no Tribunal com mandado de segurança no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Se o senhor quiser eu posso ler, inclusive, a decisão do mandado de segurança que, talvez, não tenham passado essa informação ao senhor. Tem decisões do Tribunal Regional Federal onde foi declarada que a tese da Diretoria da ANAC, da Agência Reguladora estava absolutamente correta e ao invés do escritório de advocacia se insurgir contra essa decisão aqui eles entraram com um conflito de competência. Por quê? Havia uma decisão do Juiz Estadual do Rio de Janeiro e uma outra do Tribunal Regional Federal, Justiça Federal, que tem competência para julgar todas as questões de qualquer Autarquia Federal.

Então, o que fizeram os advogados? Entraram com um conflito de competência aqui no STJ ao invés de dar continuidade àquele debate judicial que deveria ser o caminho correto. E neste conflito de competência foi, inclusive, apresentado um Parecer do Ministério Público Federal aqui já em segunda instância, da SubProcuradoria-Geral da República, assinado e esse parecer eu vou ter que citar o nome, pelo subProcurador-Geral da República, Aurélio Virgílio Veiga Rios onde o Dr. Aurélio diz que a agência reguladora está correta, deve distribuir as linhas, que isso gera congelamento. Mais do que isso. Inclusive, quanto à questão a quem compete esta decisão houve uma manifestação da Desembargadora Nancy que eu também tenho aqui, vou entregar tudo a vocês e na sequência sobe-se para uma outra decisão, aí sim emanada pelo Ari Pargendler, ou seja, a matéria não está definitivamente decidida,

Senador. Talvez não tenham lhe dado essas informações que dizem respeito à mesma matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Não há até o momento nenhuma decisão de instância superior que revogue a decisão do Juiz de primeira instância. Não há.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, V.Exª terá a palavra pela réplica, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu não concedi a palavra a V.Exª. Continue, por favor, Drª Denise. V.Exª terá direito à réplica.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aguardarei.

SRA. DENISE ABREU: Se não há, Senador, uma decisão em caráter definitivo, também não há uma jurisprudência pacificada. O senhor mesmo está me dando os argumentos. E, portanto, a matéria não está decidida e isto não é ato jurídico perfeito e acabado enquanto não houver a decisão em caráter de última instância, envolve matéria Constitucional que certamente demandará uma decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria.

Então, eu tenho certeza absoluta que a matéria não está decidida e não está pacificada até porque os Juízes de São Paulo. E aí como é que faz? Juiz de São Paulo também em Vara Empresarial entende diferentemente da justiça do Rio de Janeiro. Vale qual? É melhor a justiça carioca do que a justiça paulista? Não é assim que se decidem matérias. Não é por escolha da decisão que mais me beneficia enquanto advogada. E isso ainda está sob debate sim.

No que diz respeito à decisão do Colegiado, nós seguimos a orientação do Procurador-Geral da ANAC em seu Parecer. Eu não estou dizendo aqui que o Procurador-Geral da ANAC errou ou deixou de errar, era uma tese que ele defendia com argumentos técnicos. E nós aprovamos. O senhor quer que eu leia a aprovação? Nós aprovamos os pareceres técnicos tanto das superintendências quanto da Procuradoria-Geral da ANAC. Nós não aprovamos a operação, nós aprovamos os pareceres em consequência é aprovada a operação, apresentado pelo SNEA um pedido de vista dos autos deferido no mesmo dia pela Lei de Processos Administrativos não poderia sair à decisão no mesmo dia uma vez que teria que dar vista durante 10 dias para essa entidade que era o SNEA que pedia a vista dos autos e tudo isso, também, certamente o Ministério Público Federal agora que reabriu toda a investigação vai poder chegar as suas conclusões e,

talvez, até se anule a decisão da ANAC, aí sim pela justiça competente que será a Justiça Federal. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra para réplica Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, essa discussão, Drª Denise, não tem procedência. É muito simples. Havia um mandado de segurança. Foi deferida a liminar? A Justiça suspendeu a decisão do Juiz Ayoub. Por favor, a senhora aguarde.

SRA. DENISE ABREU: Suspendeu.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Suspendeu a decisão do Juiz Ayoub? Não. Não suspendeu. Segundo. No STJ qual foi à decisão. A senhora citou a decisão do Ministro Ari Pargendler qual foi à decisão dele? Eu vou ler qual foi à decisão que é o conflito de competência 61272, Rio de Janeiro. Ele diz o seguinte: “Conflito conhecido e provido para declarar competente o senhor Juiz de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro”. Portanto, o STJ se pronunciou, disse que a competência para decidir era do Juiz do Rio de Janeiro, do Juiz Ayoub que sustenta hoje que até o momento não há nenhuma instância superior que tenha revogado a tese que ele arbitrou. Portanto, é uma decisão da justiça, independente que é um poder soberano no que se refere à relação com o Executivo. [soa a campainha]

Por último, isso não quer dizer que uma instância superior, o Supremo amanhã pode dar uma interpretação Constitucional diferente, pode revogar, pode legislar, pode dar... Pode o que o Supremo tem total soberania para estabelecer, quem sabe, uma súmula vinculante sobre a matéria. Como é um fato novo, é uma lei nova, está passível de disputa judicial. Mas o que eu quero dizer é que a decisão sobre sucessão não foi como alguns tentam sugerir da Ministra Dilma. Não foi da Casa Civil. Não se pode partidizar de uma forma tão irresponsável um debate como esse na nação. Isso empobrece a reflexão da democracia. Isso empobrece a discussão política parlamentar. A decisão é de Juiz, a decisão é do Juiz, soberana do Juiz. E pergunto ao Juiz. O senhor sofreu algum tipo de pressão? Ele fala: Não. Não sofreu e se tivesse sofrido jamais admitirei em minha sala. Então, ele tomou a decisão. [soa a campainha] Ele responde pela sua decisão. Pelo poder normativo da justiça. E amparado numa lei que nós aprovamos. Se isso vier a ser revogado em algum momento, nós teremos um fato jurídico novo. Até esse momento o que nós temos é esta decisão que amparou. E eu imagino, eu imagino que

a senhora votou favoravelmente duas vezes por esses pareceres. Ou não?

SRA. DENISE ABREU: Duas vezes.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

4 a 0 e 5 a 0. Não há um voto em separado, não há um voto em separado da decisão da ANAC, nem da senhora e nem de ninguém na venda da VARIG LOG e da VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Mercadante. Para tréplica, concedo a palavra para a Dr^a Denise Abreu.

SRA. DENISE ABREU: Bem, eu vou ler aqui, então, o conflito de competência nº 68525, Rio de Janeiro, 20060199912-0. Autor é VARIG S/A Viação Aérea Riograndense e outros. E do Paulo Penalva Santos, Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, representado pelo Procurador-Geral da agência. Trata-se de pedido liminar de conflito positivo de competência entre ações distintas, suscitado pelo Aéreo Transportes Aéreos e essa história do Aéreo Transportes Aéreos que na verdade a composição do capital era 99% VARIG LOG e 1% Volo, numa ação de um mandado de segurança impetrado pela Agência Nacional de Aviação Civil contra a decisão do juízo de direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, hora suscitado que declarou a nulidade dos atos administrativos, o Juiz declara em Fórum Estadual nulidade de Ato Administrativo praticado por uma Autarquia Federal, relativos a licitação para distribuição de parte dos *slots* e rotas que a VARIG não está operando. E que foram alienados pelo juízo da 8ª Vara Empresarial no valor de 20 mil Reais a três dirigentes da ANAC, porque ele impôs esta multa além de tudo sobre nós por termos, enfim, realizado mediante autorização judicial a plenária para distribuição das rotas.

A decisão foi: O relator do mandado de segurança do Tribunal Regional Federal da 2ª Região concedeu a liminar para cassar até posterior decisão os efeitos da decisão do Juiz de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, folhas 357, 359. No presente conflito de competência as alegações do suscitante são basicamente que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região seria incompetente para julgar mandado de segurança impetrado pela ANAC contra a decisão do Juiz de Direito da 1ª Vara Empresarial de São Paulo porque este juízo é Estadual e o processo não se insere na hipótese revista no art. 109, § 3º da Constituição Federal e o processo envolve juízo universal da recuperação judicial da VARIG. E é a autoridade co-autora quem define a competência para o processamento do mandado de segurança pelo que seria da justiça Estadual competência para julgá-lo. [soa a cam-

pinha] Diante disso pediu o sobrestamento do feito que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região por quanto a prevalecer à decisão proferida no mandado de segurança a qualquer momento a ANAC poderá distribuir as rotas, *slots* e *otrans*. Relatado o processo decidido. Numa análise perfunctória o próprio do juízo liminar não me parece presente a existência de conflito positivo de competência. Isto porque o conflito apenas se dá quando dois ou mais Juízes se declaram competentes para conhecer de determinada causa ou se consideram incompetentes para dela conhecer. Entretanto, não houve manifestação da justiça Estadual no sentido, também, de se reconhecer competente para o julgamento do mandado de segurança impetrado contra o juízo da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, dessa maneira não se vislumbra a existência do conflito de competência. Portanto, nessa fase processual não deparando com razões para o afastamento [soa a campanha] do processo em trâmite no Tribunal Regional da 2ª Região defiro a liminar da forma postulada na ausência do Ministro relator. Forte em tais razões, indefiro o pedido liminar sob censura do Ministro Ari Pargendler, Ministra Nancy Andrighi, 18 de setembro de 2006.

Portanto, para concluir. Eu só queria, só li isso, não estou aqui nem debatendo qual será o resultado final porque eu não sou Juíza nem muito menos Ministra de qualquer uma das instâncias superiores. Mas existem posições, sim, portanto a matéria não é pacificada, eu li aqui uma decisão da Ministra Nancy diferente da outra exposta por outro Ministro e essa matéria pelo que eu li nos jornais, então, no que diz respeito à sucessão na Lei de Recuperação Judicial vai ser julgada pelo STJ e esse processo continua tramitando até que se tome uma decisão final no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Um minuto só, Presidente.

SRA. DENISE ABREU: E na defesa do Ministério Público Federal em segunda instância.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem só para não ter que me inscrever de novo. Um minuto. Eu me inscrevo de novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Mercadante...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu me inscrevo de novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a teve tempo suficiente. Com

a palavra. Eu vou pedir ao líder do Governo que compareça aqui, porque se nós continuarmos nesse depoimento da Dr^a Denise Abreu, se não encerrarmos, Senador Mercadante, eu vou cancelar a oitiva aos outros depoentes e vamos marcar para uma próxima reunião, amanhã ou na semana que vem, o fato é que não dá, nós já estamos aqui desde às 10 horas e vamos certamente querer ouvir a todos, mas vamos ouvir em uma outra Audiência Pública. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, como líder, Sr. Presidente. Considero, aliás, justo que V.Ex^a proceda assim porque é inviável ouvirmos à exaustão os demais depoentes. Portanto, que se ouça inteiramente a Dr^a Denise e em hora outra os demais convidados que compareceram tão gentilmente a esta Sessão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos esperar o líder Romero Jucá para que a gente possa discutir isso, como V.Ex^a encaminhou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou aguardar. Nós fizemos um acordo de procedimento, Senador Casagrande. E nós estamos cumprindo. Agora se o Senador Mercadante se inscreve novamente, daqui a pouco o Senador Arthur Virgílio se inscreve, Senador Agripino e outros, Senador Demóstenes. V.Ex^a já se inscreveu também.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Arthur Virgílio ainda não se inscreveu?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes, Senador Arthur, todos estão se inscrevendo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu me inscrevi ao meio dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, é uma decisão a ser tomada em conjunto com o líder do Governo e com os demais líderes, mas não pelo líder do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Minha opinião já foi dada é pela oitiva, exclusiva, à Dr^a Denise agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio, nós fizemos um acordo de procedimentos ontem em relação ao encaminhamento dessa Audiência. Esse acordo foi feito com o líder Agripino, com V.Ex^a e com o líder Jucá. Nós estamos cumprindo o acordo de procedimento. Então, ou vamos ouvir a Dr^a Denise até que se

esgotem todas as questões e vamos cancelar a oitiva aos demais depoentes convocados.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Essa é a minha opinião. É o mais sensato, é esgotar a oitiva a Dr^a Denise e vamos e venhamos. Estamos aqui há dez horas já. Marca-se para uma oportunidade que venha a ser combinada a oitiva dos restantes convidados que tem mais do que esses que estão aí, tem mais outros, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É. Eu gostaria de informar a todos. Eu gostaria de informar aos ilustres Senadores e Senadoras que amanhã teremos uma Audiência Pública por convite do Senador Eduardo Azeredo, nós estaremos recebendo, o Exm^o Sr. Ministro Márcio Fortes, Ministro das Cidades, para debater a questão dos trens Metropolitanos, em especial de Belo Horizonte.

Temos já aprovado uma outra reunião extraordinária para a próxima quarta-feira, quando essa Comissão vai ouvir o Senador, o Sr. Roberto Teixeira, o Sr. Marco Antonio Audi, o Sr. Marcos Raftel e o Sr. Luiz Eduardo Galo. Então, eu gostaria de dizer que nós já temos essas duas Audiências marcadas e na ausência do Senador Romero Jucá eu disse que teria que rediscutir com V.Ex^a e com os demais líderes, os líderes da Oposição a questão do encaminhamento dessa Sessão, dessa Audiência. Nós estamos já desde às 10 horas aqui ouvindo a Dr^a Denise, alguns Senadores já estão se reescrevendo para novamente questionar e o primeiro foi o Senador Mercadante, também outros fizeram como o Senador Demóstenes, Senador Arthur Virgílio e se nós formos reescrever os Senadores eu, sinceramente, vou suspender, aliás, vou encerrar essa Audiência Pública e remarcar a oitiva dos convidados que aqui estão presentes. Não dá, é humanamente impossível continuarmos aqui, Senador Jucá, nesse procedimento que não tem fim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi, me permita uma sugestão?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jucá havia pedido anteriormente, depois passo a V.Ex^a. Com a palavra o Senador Jucá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Marconi, eu estou inscrito aqui desde às 10 horas da manhã e ainda não consegui falar. Todo mundo pede pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem razão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem razão e terá o mesmo tempo que os outros tiveram. Senador Mercadante, em especial.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que fosse seguida a ordem de inscrição de quem foi inscrito, nós temos já inscrições finalizadas, Dr^a Denise conclui o depoimento dela, nós combinamos de ouvir os três depois, porque serão complementares, serão questionados apenas em cima de alguns pontos que estão abertos ainda. E, portanto, nós discutiremos depois as outras Audiências. Eu acho que nós temos que encerrar essa hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Líder Jucá, se houver insistência...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Não há restrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Certamente que nós vamos encerrar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Não haverá restrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, Senador, eu concordo plenamente. Acho que nós deveríamos ouvir, pelo menos, o Sr. Milton Zuanazzi, a Sr^a Denise já concordou com a acareação, acredito que o Sr. Milton também vai concordar com a acareação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Não tem acareação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Faríamos uma acareação entre os dois e resolveríamos imediatamente esse problema.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De acordo, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu estou disposto a amanhecer aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Tasso Jereissati, assessoro a palavra a V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E nós estamos de acordo pelo PSDB, Sr. Presidente, com a proposta do Senador Demóstenes Torres.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, eu, na verdade, gostaria de dizer pri-

meiramente o seguinte, que eu estranho alguns comportamentos aqui e confesso que fui, infelizmente, Senador Heráclito não está aqui, mas Senador Mercadante deve lembrar eu fui um dos primeiros críticos da ANAC quando da composição da ANAC. Eu dizia que não concordava. E, Senador Arthur Virgílio deve lembrar que a ANAC fosse escolhida por critérios políticos, fosse feita a nomeação dos seus membros por divisão de partido e não por critérios técnicos. Era uma Agência extremamente importante para que acontecesse e fosse dirigida por critérios políticos.

Eu acho muito estranho que agora venham críticas a atuação da ANAC. Aqueles que defenderam a ANAC da maneira que ela foi instalada venham fazer críticas agora da atuação da ANAC no passado, críticas ao próprio Governo. O Governo quem montou a ANAC de maneira e construiu de maneira política apoiada pela Base Aliada dessa Casa que agora critica a ANAC.

Mas eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos que me parece, Dr^a Denise, me parece que eu entendi tudo. Me parece que eu entendi tudo. Aí vão dizer esse Senador Tasso é um pouco pretensioso porque ele está se achando iluminado, entendi tudo. Mas eu gostaria de ver com a senhora se o que eu entendi tem fundamento. Antes disso é preciso dois esclarecimentos importantes.

Primeiro. Há um erro grave de interpretação do Senador Jucá quando ele disse aqui que o Senador Arthur Virgílio estava se postando contra um artigo da legislação, da legislação de recuperação de Lei de Falência e Recuperação de Empresas ao criticar a decisão que foi tomada na segunda vez pela Procuradoria da Fazenda. Na verdade, a Lei de Recuperação de Falências, aliás, a senhora já explicou muito bem, mas eu vou tornar a esclarecer. A lei que fala sobre o fim da sucessão, e eu não vou falar linguagem jurídica porque eu não sou advogado, explica justamente que isto ocorre somente quando da venda de uma filial ou de um ativo de determinada empresa. Se eu tenho uma cadeia de loja de gravata e vou vender uma das lojas para o Deputado Pannunzio, este comprador da loja do Deputado Pannunzio vai ficar isento da possibilidade de ser considerado sucessor. Mas não a empresa que venha a comprar a minha rede de loja de gravatas.

Quando a VARIG foi vendida ficando a parte por fora e vendido principalmente o seu grande ativo que são os seus *slots*, etc e etc, a alma da empresa é que foi vendida, não foi vendido um ativo, ou uma filial da empresa. A empresa foi vendida naquilo que fazia sentido a existência dela, sem aquilo a empresa perde o seu sentido. Portanto, é claro, eu fui um dos redatores dessa lei. O sentido colocado pela lei que

é de permitir que a empresa se capitalize vendendo ativos para poder pagar aos seus credores. Não se caracteriza nesse caso. A interpretação desse Juiz é inteiramente equivocada não tenho a menor dúvida de que isto vai dar errado no final quando chegar em outras instâncias.

A outra colocação feita pelo Senador Romero Jucá que eu queria esclarecer é que a venda foi feita não por 24 milhões, mas por 266 milhões. Senador, por obséquio, Senador, eu gostaria que o senhor me permitisse falar porque não está... Realmente está atrapalhando meu raciocínio. É que foi feita não por 24 milhões, mas por 266 milhões. Isto me fez ler o chamado contrato que foi alegado aqui que existia que eu não tinha lido, inclusive. Primeiro não se trata de um contrato, é assinado só por uma parte. É uma expressão de... Uma proposta de compra em que parte tem menores encargos, que parte 24 milhões seria pago adiantado e o restante seria pago, eu não estou com o contrato aqui, eu devolvi para o Senador Aloizio, o restante vão ser pagos em debêntures conversíveis com ações com vencimentos em 10 anos, conversíveis em ações da própria empresa, ou seja, um contrato tipicamente, me perdoem a expressão, não transferíveis para terceiros, artigos que a meu ver extremamente picaretas. Aquilo é uma proposta de picareta, qualquer advogado vai perceber que aquilo ali é picaretagem pura. Os artigos. Eu gostaria, inclusive, de comprar a rede de Universidades de um colega meu que tem aqui dentro daquelas condições que foi proposta porque ele estava muito entusiasmado com essa proposta que foi feita pela VARIG, pela compra da VARIG.

Aí, feito esses dois esclarecimentos, eu quero dizer porquê eu entendi tudo. Evidentemente que esta questão judicial se existe à sucessão ou não é o ponto chave. Ninguém entra, nenhum empresário, empresa grande, empresa séria vai entrar numa pendência que exista a possibilidade, de repente, de você ter a obrigação de sete bilhões de dólares, nenhuma empresa vai entrar se não tiver a certeza que aquilo não vai ser um dia levantado e revertido contra você.

Ora, por esta razão aparece uma figura que é fundamental nessa questão toda que se chama Dr. Roberto Teixeira. E isto é a única razão que explica, Senador Agripino, eu não sei se o Senador Agripino estava aqui, o fato dele ser advogado de uma parte e de outra parte. E que bate perfeitamente com toda a descrição que a senhora faz quando fala das pressões que foi vítima. Lembre bem, em compra, a empresa, a VARIG LOG arremata a VARIG por 24 com desembolso de 24 milhões de dólares e é patrocinada essa compra, defendida pelo advogado Roberto Teixeira. Ele é quem consegue abrir todas as portas, colocar

todos os fundamentos, participa ativamente dessa negociação e tanto participa ativamente dessa negociação que isso é comprovado que no fim das negociações ele aparece numa foto comemorando com o Presidente Lula e a foto foi mostrada aqui por alguém recentemente, pelo Senador Arthur Virgílio, com todos os compradores da VARIG comemorando com o Presidente da República.

Evidente, é claro que um advogado qualquer que apenas advogou aquilo não vai ser o protagonista da festa e do encontro com o Presidente da República para a efetuação daquele negócio. Muito bem... Fase um da negociação, a VARIG LOG compra a VARIG. Evidente, qualquer pessoa de bom senso, eu não entendo como é que homens experientes podem estar defendendo aqui, podem aceitar que quem vai comprar a VARIG é uma empresa feita por um fundo americano que ninguém conhece, por um chinês que não tem um negócio conhecido aqui com três sócios brasileiros de negócios desconhecidos. Isso não passa na cabeça de ninguém de bom senso e de novo eu vou, qualquer empresário que esteja aqui, vou de novo fazer referência a um amigo meu que tem uma rede de Universidade, se ele faria um negócio desse, se venderia para um fundo que ele não sabe qual é, com o chinês que apareceu de repente, com três empresários que não são conhecidos na praça e não têm referências nenhuma sobre, ainda mais a VARIG que é uma empresa estratégica.

Então, feito esse negócio que por si só, só pode se viabilizar se fosse com o Sr. Roberto Teixeira, passasse à fase dois. Por quê? Porque esta empresa não tem condições de operar a VARIG. Evidentemente que ela não tem condições de botar para voar, colocar para voar a VARIG com toda a importância e com toda a estrutura e *know-how* exigido por ela. Fase dois da negociação. Esta empresa vai e vende para a VARIG para alguém que o mesmo... Olha, se a VARIG vai ser comprada pela Gol e do outro lado a vendedora é a VARIG LOG o advogado da VARIG LOG até então era o Sr. Roberto Teixeira. Quem aparece como advogado da Gol? O Sr. Roberto Teixeira. Isso é inusitado. Completamente inusitado. E como a VARIG, a Gol ou qualquer outra companhia não iria comprar a VARIG sem que tivesse a garantia de que à sucessão não se caracterizaria, aparece o Sr. Roberto Teixeira com seus pareceres, pareceres que consegue junto à Receita Federal, a Fazenda Pública, etc e etc, se concretiza o negócio e fica todo mundo feliz.

A VARIG, a VARIG LOG fez um belo negócio, ninguém sabe esse dinheiro no meio disso aonde foi parar, a Gol adquire a VARIG por um preço praticamente irrisório se for levada em consideração que todo

esse passivo da sucessão já se foi eliminado o preço da VARIG é absolutamente irrisório e todos aí me lembra um filme demais conhecido, todos os amigos do Presidente ficam felizes. Queria saber de V.Ex^a se essa minha interpretação, pelo todo dia que eu passei aqui de 10 horas da manhã até agora aqui esperando a oportunidade de falar, valeu, porque eu formei essa idéia que me pareceu tão claro, Senador Marconi, que eu disse: Eureka! Descobri a verdade.

Está claro, é evidente, não se explica nada, não se explica a VARIG ser vendida para três desconhecidos e um chinês. Não é um chinês não, podia ser um chinês, mas não se explica. Está claro. Eu vou ler aqui Senador Pedro Simon, o quê que diz esse artigo que diz que existe uma discussão sobre... Uma discussão sobre se existe à sucessão ou não para empresas recuperação. O art. 60, não sei se está aí o art. 60. O art. 60 diz o seguinte. E agora eu estou procurando o art. 60. Quem estava com a...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Eu tenho ela aqui.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Tem aí? Um minutinho só, Sr. Presidente. Eu queria fazer uma pergunta para dois advogados aqui, para a doutora, enquanto isso para a Dr^a Denise e para o Senador Pedro Simon que eu sei também que é advogado. Se se caracteriza ou não uma falta de ética um advogado trabalhar para os dois lados ao mesmo tempo. Isso é uma pergunta que eu gostaria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

É crime.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Claro, porque um quer comprar o outro o outro quer vender, evidentemente que...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Uma vez que ele diz o seguinte... Como ele recebeu uma parte igual dos dois lados ele pode dizer a justiça porque ganhou dinheiro igual das duas partes. Então, o que ele diz é correto. [risos].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Hã? Conseguiu aí o art. 60? O art. 60 diz o seguinte: Senador Simon, gostaria de V.Ex^a, confio muito no discernimento de V.Ex^a que é um homem que não pode ser considerado nem de oposição, nem um homem do partido... Diz o seguinte, art. 60. “Se o plano de recuperação judicial aprovado envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor, o Juiz ordenará a sua realização observada no art. 142 dessa lei. O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor”.

Preciso repetir, Senador? “Se houver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas e zeladas

não haverá ônus e nem sucesso do arrematante nas obrigações do devedor”. No caso da VARIG o que foi vendido não foi um avião e nem foi vendido um prédio da VARIG, foi vendido a VARIG toda, ou seja, especificamente todas as operações da VARIG, a VARIG sem as operações ela não existe. É essa a dúvida que fica a meu ver, nenhum advogado tem maior dúvida sobre isso aqui.

Então, eu gostaria de fazer essas duas perguntas a Dr^a Denise, se essa interpretação minha tem sentido já que ela viveu todo esse enredo dentro dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra à Dr^a Denise Abreu para responder ao Senador Tasso obedecendo ao mesmo critério que foi verificado aqui quanto aos questionamentos do Senador Mercadante. A senhora tem o tempo que necessitar para a resposta.

SRA. DENISE ABREU: Muito objetivo, Senador Tasso Jereissati. Se eu tivesse o poder de síntese que o senhor teve talvez eu tivesse conseguido convencer as pessoas com as quais eu dialogava sobre o tema e me chamavam de “dinossaura” do direito. Porque efetivamente o senhor resumiu de forma perfeita as conclusões que o mundo jurídico, em sua maioria teria com isenção nas interpretações. Quanto à possibilidade de um advogado trabalhar uma determinada matéria para o vendedor e para o comprador eu acho que isso pode ser objeto de uma averiguação junto a Ordem dos Advogados do Brasil para verificar se no estatuto da Ordem efetivamente não é considerada uma conduta anti-ética.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de uma réplica, mas. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem o direito de réplica, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas é apenas mais uma pergunta. V.S^a confirma que ouviu do Dr. Milton Zuanazzi quando perguntada sobre ou em alguma ocasião sobre a questão do *e-mail*, alguma afirmação dele dizendo que fez ou não fez, apenas dizendo que era um assunto particular e que foi divulgado.

SRA. DENISE ABREU: Eu levei ao Milton *e-mail* assim que eu tomei conhecimento do meu gabinete que esse *e-mail* estava na *intranet*. Eu levei ao Milton, disse para ele que era muito importante o que estava ali, ele disse que tinha digitado um texto, não me disse se era aquele texto com modificações ou não, mas digitado um texto no *laptop* dele e tinha dado um problema nesse *laptop*. Então, ele mandou para a área de informática que ficava ali no SERAC-6 para ser consertado e que ele acreditava que em razão disso

pudessem ter colocado na *intranet*. Ele não negou a existência do texto, mas também não me disse se o texto era modificado ou não, até porque não cabia a mim indagar, cabia a mim avisar o meu colega de que isso estava na rede e tinha um forte boato no Rio de Janeiro, que nós estávamos recém-chegados, não tínhamos muito contato com a equipe do Rio de Janeiro, tinham muitas críticas ou resistências ou temores a nossa chegada na ANAC porque a gente ia estar fazendo a transição. E tinha muito zum zum zum no Rio de Janeiro sobre esse *e-mail*. Ele não disse que ele remeteu. Ao contrário, desculpa, ele disse que ele não chegou enviar o *e-mail* para a Ministra Dilma. Tá. E que era mesmo, ele estava escrevendo um texto de desabafo e agora o que foi alterado ou não, e se foi alterado aí só ele pode responder porque eu não estava do lado dele quando ele redigiu.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Muito obrigado, Dr^a Denise, eu acho que agora a senhora prestou nesse momento um grande serviço ao país porque esse tipo de procedimento na vida pública não pode continuar e a senhora presta um grande serviço ao denunciar com tanta franqueza, tanta precisão de detalhes tudo o que aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Tasso indago a V.Ex^a se ainda há alguma dúvida.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Não, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço pela precisão. Indago a Dr^a Denise se tem mais algo a comentar sobre o questionamento do Senador Tasso. Concedo com muito prazer a palavra ao Senador Casagrande para com o mesmo tempo também fazer o seu questionamento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Dr^a Denise, ex-Diretores da ANAC aqui presentes, Sr^{as} e Srs. Senadores. Dr^a Denise, é importante e, naturalmente, já estivemos juntos aqui na CPI do Apagão Aéreo e eu era Vice-Presidente da CPI, terei naturalmente como me caracteriza equilíbrio nessa exposição minha. Mas eu acho que é fundamental que nós possamos começar registrando, até porque acabamos de ouvir o depoimento, um depoimento agora de que os mesmos que elogiam hoje V.Ex^a lançaram muitas pedras no passado. Muitas pedras no passado. Então, vamos manter um equilíbrio para que a gente possa buscar a verdade, a justiça aqui que eu acho importante, estou gostando do equilíbrio da senhora, estou gostando. Considero que a senhora em momento algum resvalou em qualquer comportamento leviano, está buscando explicitar de uma forma bastante clara as posições que conhece da ANAC, assim como o

Senador Tasso eu estou aqui também desde cedo, saí duas vezes para eventos rápidos, mas acompanhei praticamente toda a Sessão.

A primeira questão que eu acho que as questões que foram colocadas aqui que eu acho que são questões, de alguma forma consideradas ou ditas mesmo que tenham dúvidas, a primeira questão da sucessão tributária. Mesmo que nós tenhamos ainda dúvida não tem ainda uma tramitação final de algum questionamento junto à justiça, mas o que está valendo hoje é a decisão da legislação que nós aprovamos que é a Lei de Recuperação de Empresas. Isto é o que está vigente hoje no nosso país. Então, eu acho que isso explica parte das dúvidas levantadas por alguns Senadores na data de hoje.

A outra questão é que de fato houve no momento da crise da VARIG uma grande mobilização envolvendo o Congresso, envolvendo lideranças na região Sul do país, envolvendo pessoas da sociedade, no sentido de preservar a marca VARIG, preservar o nome VARIG. Isso tem que ser considerado porque você não pode transportar o fato de lá para cá sem considerar este momento que nós vivenciávamos de tentativa de preservação da marca VARIG.

A outra questão que não pode deixar de ser considerada é que em qualquer operação dessa, nós estamos aqui debatendo as questões políticas, mas há um grande interesse comercial. Há um grande interesse comercial colocado numa operação desta. Aquilo que está implícito, mesmo que não seja dito, mas aquilo que está implícito é que quem defendeu a recuperação da VARIG, a manutenção da VARIG parece que defendeu os interesses de algum grupo empresarial. No caminho inverso me parece que quem não queria a recuperação da VARIG ou manutenção da VARIG poderia ser interpretado como alguém que estivesse defendendo os interesses da TAM e da Gol.

Então, assim, pau que dá em Chico dá em Francisco se as interpretações foram feitas desta maneira. Então, mais do que ilação, mais do que interpretação, eu acho muito bom que a senhora tenha trazido a documentação para poder de fato demonstrar as operações caso tenham da forma como ela foi acontecendo.

A quarta questão que eu quero registrar é que mesmo sabendo, mesmo V.Ex^a sabendo do não atendimento a todas as exigências estabelecidas, mesmo sabendo que não foram atendidas todas as exigências apresentadas por V.Ex^a, V.Ex^a votou a favor da operação comercial por duas vezes. Por que votou a favor? Alguns já perguntaram, mas eu não vi ainda uma resposta convincente para isto. Por que votou a favor?

A senhora votou certo ou votou errado? Seria a mesma coisa que os dois principais líderes da oposi-

ção, José Agripino e Arthur Virgílio, defendesse uma posição contra o Governo e fossem enfáticos nessa posição na hora de votar fossem lá e votassem a favor da posição do Governo. Seria, mais ou menos, assim. Então, assim, com toda a fraternidade eu digo que o depoimento de V.Ex^a para mim teria muito mais valor se não tivesse tido esta incompatibilidade de comportamento. Se a senhora tivesse registrado a posição da senhora legalmente na forma como defendeu para mim o depoimento de hoje da senhora teria muito mais valor.

Nenhuma agressão, uma reflexão e um registro fraterno daquilo que eu considero estando aqui como um Senador da República acompanhando o dia inteiro esse debate, eu considero que este fato é um fato que tirou da senhora, para este ponto específico, para este depoimento parte da credibilidade que este depoimento poderia ter muito mais.

A outra questão que eu também quero explicitar é... A senhora disse que pessoas que entram no Palácio ou que vão numa reunião no Palácio, funcionários, servidores, cargo comissionado, as pessoas se sentem pressionadas. Apesar da oposição ter concluído, mas eu estou vendo cuidado nas palavras de V.Ex^a com relação a isso, e é preciso a gente perguntar de novo porque a pergunta repetida pode ser que as respostas vão sendo explicitadas. A senhora foi ou se sentiu pressionada? Há alguma prova concreta da pressão da Ministra Dilma neste episódio? Há um fato concreto que possa dizer fora o comportamento conhecido nacionalmente da Ministra Dilma que é uma pessoa que atua com muita firmeza nas idéias que ela defende?

A outra questão para encerrar, Sr. Presidente, a ANAC final de maio tomou uma decisão dando 30 dias de prazo, final de maio agora deste ano dando um prazo para que houvesse uma recomposição acionária da VARIG LOG. O Procurador continua sendo um cargo comissionado, a Ministra é a mesma, o Presidente é o mesmo. Considerando uma linha de pensamento se houvesse interesse efetivo e se o Governo pudesse fazer a pressão, não poderíamos avaliar que a pressão que alguns acham que teve lá atrás também poderia ter agora? As pessoas não são as mesmas? A ANAC não é... Não que a ANAC seja a mesma porque os Diretores foram alterados, mas o Diretor não é um Diretor nomeado, a Ministra Dilma não é o mesmo, o Presidente não é o mesmo?

Então... E teve uma decisão contra a composição da VARIG LOG dando prazo para ela poder tomar providências. Então, Sr. Presidente, fora, fora... Dados novos que possam chegar, ressalvo, mas me parece que é muita reza para pouco milagre. O tempo não é. [soa a campainha] E a preocupação com relação a este

assunto, a preocupação é válida. Acho que nós estamos aqui hoje, vamos ouvir os outros diretores para que de fato a gente possa não encerrar porque temos outras audiências na semana que vem, mas trazermos de fato esses dados que são dados que tragam a verdade à tona aqui para nós. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Casagrande, indago a ele se nós poderíamos passar a palavra ao Senador Pedro Simon para que a gente, para que depois a seguir a Dr^a Denise possa responder a ambos. Com a palavra pelo mesmo tempo concedido aos demais oradores anteriores, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dr^a Denise, contrerrâneo Milton, vários representantes, eu peço licença para falar aqui em nome do Rio Grande do Sul. Eu peço licença para falar sim em nome de um Estado que foi pioneiro na Aviação Civil nesse país. E quando criou a VARIG, criada por empresários e pelo Governo do Rio Grande do Sul com verbas do Governo do Rio Grande do Sul, mantida ao longo do tempo por essa estrutura ela se transformou na empresa nº 1 da América Latina e uma das maiores do mundo. A VARIG chegou a ser exemplo de organização. Ela tinha uma formulação que muitas pessoas defendiam que era um modelo entre capitalismo e comunismo que podia ser levada adiante na composição do diálogo capital/trabalho.

A Fundação Ruben Berta a que todos os funcionários pertenciam e esses funcionários escolhiam o Conselho Diretor e a direção era dos funcionários, funcionou muito bem durante muito tempo. Foi exemplo durante muito tempo de organização. E a VARIG foi pioneira, foi pioneira na organização, no bem-estar de seus funcionários, foi pioneira na composição de um salário que garantia os funcionários não apenas a contribuição do fundo governamental, mas um fundo próprio dela. Foi pioneira na organização de uma empresa que foi realmente excepcional.

Cresceu, se agigantou, morreu Ruben Berta, houve uma crise interna na composição, não se teve grandeza para interferir e aí veio à crise da VARIG. O fundamental de se analisar a crise da VARIG é que ela era a nº 1 no Brasil, na América Latina e das primeiras no mundo quando ela tinha o monopólio da aviação, das viagens ao exterior do Brasil. Era a VARIG a única companhia brasileira que viajava para o exterior e tinha a contrafacção, ela tinha tantos vôos para os Estados Unidos e os americanos davam tantos vôos para nós. De repente, não mais do que de repente o Brasil abriu a viação e permitiu que TRANSBRASIL, que as outras empresas também fizessem vôos para os estrangeiros e os mesmos vôos. E a cada vôo que o Brasil permi-

tia que empresa nacional fosse para o estrangeiro, a empresa americana ou inglesa ou italiana tinha para o Brasil e aí começou uma guerra fratricida. Por exemplo, o vôo que dava um lucro fantástico que era São Paulo/ Nova York, os que davam maior lucro no mundo inteiro, passou a ter um vôo da TRANSBRASIL que saía de Brasília, São Paulo, Nova York, Washington e era metade do preço. Aí veio a crise. Cresceu, desenvolveu. E aí começamos a discutir a crise da VARIG. Aí o Governo entrou para decidir.

Houve um momento em que se achava realmente que a intervenção era necessária. Considerando que não havia entendimento entre o comando da VARIG, entre o comando da Fundação, entre os empregados, etc e tal, o Governo podia ter intervindo e deveria ter intervindo. Quando foi salientado aqui pelo Senador Mercadante, a nova Lei de Reforma Agrária que falava na compensação em vez de esmagar a empresa de falência o nome passou a ser empresa, a forma de recompor, de permitir chances delas se reestruturarem nós viemos e falamos com o Presidente para que essa nova Lei de Falência fosse usada em aproveitamento da própria VARIG e o Governo utilizasse em aproveitamento dela porque a dívida da VARIG quando ela estourou era uma dívida praticamente com o Governo. Era a dívida com os fornecedores, a gasolina da PETROBRAS, era a dívida com o Aeroporto, era dívida com os funcionários, aposentadorias e basicamente eram dívidas que a VARIG tinha com o próprio Governo e que podia ser comprado.

Em um determinado momento que o Governo tinha a chance, a VARIG tinha a chance de recompor não sei quantos bilhões da ação que está no Supremo que outras empresas já conseguiram e que ela poderia compor que foi a diferença de passagem na época do Plano Collor entre o valor real e o valor que era preciso cobrar e podia fazer essa compensação. Nós estávamos aqui e eu não falo na Ministra, eu falo no Governo, eu falo no Presidente Lula, eu falo nas autoridades, a discussão do Congresso Nacional, dos Deputados, de todos os partidos, Senadores, feitos, em termos de salvar a VARIG foi feito com o Governo. Já no Governo Fernando Henrique, no Governo atual.

E eu fico estarecido quando a gente imaginava que a lei podia ser usada para recompor a VARIG, quando a gente imaginava que podia se fazer uma composição e o Governo tem intervindo no sentido de garantir a VARIG, a lei é usada e tudo mais no sentido de uma empresa de três brasileiros com capital estrangeiro e agora eu vejo o Ministro Jobim comunicar a nação que vai cumprir a lei que o capital estrangeiro que está dominando ele tem 30 dias para repor ao capital nacional. Quando eu digo que estava imaginando

que o Governo encontraria uma forma para salvar a VARIG o Governo estava vendendo a VARIG em troca de banana. Isso é muito sério.

O Senador Mercadante disse uma verdade. Houve um debate muito grande de que o Chefe da Casa Civil queria que a VARIG fosse comprada pela TAM. E havia a proposta que todos falavam de que TAM e VARIG se comporiam numa empresa só com o nome de VARIG, mas 95 do capital seria da TAM. Até surgiu boato que a TAM e o PT surgiram junto, nasceram junto e a TAM e o PT cresceram e desenvolveram junto. Lá no início e isso eu sei, lá no início quando o PT era pequeno e a TAM também, todo mundo do PT viajava pela TAM, com passagens a mais barata, concessões, etc e tal. Então, se argumentava o que o Senador Mercadante disse é verdade de que havia um interesse maiúsculo em que a TAM se adornasse da VARIG. E nós gritamos nesse sentido. E de certa forma isso não aconteceu. Mas o que aconteceu é o que está se vendo agora. É um vexame. É um vexame nós estarmos discutindo de que como diz a Sr^a Denise, que três empresários brasileiros sem fundos serviram de prepostos a um fundo estrangeiro, compraram a VARIG por X, a VARIG foi vendida por essa entidade para a Gol por X mais não sei quanto. E a figura ficou tradicional. A grande figura do momento não é nem a senhora, nem ninguém. É o compadre do Presidente.

Houve uma época em que se falava do compadre, do guarda-costas do Dr. Getúlio, uma das causas que levou ele ao suicídio, do golpe de 1964 era o senhor Gregório, guarda-costa. O que ele fazia? Ele facilitava que as pessoas entrassem no Banco do Brasil ou coisa parecida. Agora a figura do momento é a figura do compadre. O compadre do Presidente que é um advogado excepcional e que teria conseguido fazer isso tudo. O que é eu não sei, o que não é eu não sei, mas que o Governo não deu satisfação à sociedade brasileira uma empresa do tamanho da VARIG, da importância da VARIG, não deu importância, não deu significado e usar uma empresa que estava morrendo para esquartejá-la como foi feito, eu acho realmente uma figura muito triste.

Eu não aceito a tese de dizer aqui que a culpa é do Chefe da Casa Civil porque ela só é culpada porque ela é candidata a Presidente, quando ela deixar de ser candidata a Presidente ela não é mais culpada. Eu não vejo assim. Eu vejo que a culpa é do Governo. O Fernando Henrique não fez nada quando Presidente e o Sr. Lula também não fez nada enquanto Presidente. Era só isso.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra à Sr^a Denise

Abreu para responder as perguntas dos Senadores Renato Casagrande e Pedro Simon. Ou comentar sobre o comentário feito pelo Senador Pedro Simon.

SRA. DENISE ABREU: Senador Casagrande, sucessão tributária foi o primeiro aspecto que o senhor abordou e eu gostaria de ressaltar que o art. 60 da Lei de Recuperação Judicial trata realmente da venda de ativo de empresas e cita expressamente filiais. Está certa a interpretação dada pelo Senador Tasso Jereissati. Então, dizer: Toda essa operação foi feita sob o manto da Lei de Recuperação Judicial. Eu não sei. Eu acho que um aluno de direito do primeiro ano de faculdade ao ler ali a expressão filial a ser vendida e ver que não estava se vendendo filial nenhuma da VARIG, era a VARIG como um todo, vai observar que é no mínimo passível de dupla interpretação.

Então, os Senadores que asseguram que a decisão de primeira instância é definitiva e está perfeita e é um ato jurídico perfeito e acabado, não sei se efetivamente dá tanto sobre o ponto de vista da estrutura do Poder Judiciário para dizer que um Juiz de primeira instância traça jurisprudência nacional e também não sei se dá pela leitura simples, simplória do dispositivo da lei se dá também para defender a tese de que ela se aplicaria do jeitinho que ela estava redigida para o setor aéreo. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Não dá para ignorar o fato de que os pareceres da Casa Civil. Agora, veja, eu estou fazendo afirmações de histórico que tem dentro da Casa Civil, né? Eu espero que esses históricos sejam mantidos. Eu estou partindo desta premissa, Senador. Eu não vou, mais uma vez, sair como aquela que fraudou, falsifica o que nunca fraudou ou falsificou. Desta vez se houver mudança nos Pareceres à situação vai ficar mais grave ainda. Então, eu só estou relatando. Os pareceres da Casa Civil na época em que o subchefe era o Ministro Toffoli, que analisaram a inserção do art. 199 possibilitando que toda a vontade Legislativa e o espírito da lei especialmente o contido nesse art. 60 se aplicasse ao setor aéreo foram contrários sobre o ponto de vista da opinião da subchefia para assuntos jurídicos e o Ministério da Fazenda também deu parecer contrário, não tinham pareceres favoráveis. Mesmo assim a Emenda foi incluída na lei. Este é o fato.

Ou seja, desde lá não só a Denise Abreu, vários estudiosos ali que trabalharam o assunto, inclusive, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Justiça também eram contrários a inserção do 199 porque entendiam que essa lei não teria como se aplicar com a leitura dela de forma imediata porque não tinha como transpor o espírito da lei para uma concessão de serviço público, muito menos do setor aéreo que já é uma

concessão de serviço público ainda mais diferenciada, porque envolve questões de segurança de voo.

Muitas vezes eu ouvi comparações, e meus colegas não sei se recordam, sobre o setor aéreo em relação ao setor energético. Tratam-se de coisas diferentes. Se tiver um “apagão” no setor de energia nós não estamos falando em vida. Se cair um avião morre todo mundo. É muito diferente querer transpor teorias e princípios de um setor para o outro sem as devidas adequações. E exatamente por essa razão os pareceres eram contrários a possibilitar a recuperação judicial das Empresas Aéreas. E já foi colocado exatamente com intuito de poder encontrar uma alternativa que não aquela da medida provisória, da liquidação extrajudicial que, diga-se de passagem, muito criticada quando estava sendo elaborada, mas esta Medida Provisória da época do Ministro Viegas preservava e obrigava a empresa, era um modelo que foi aplicado nos bancos no Governo Fernando Henrique. Ninguém criou nada de novo. Nós pegamos o que o Governo Fernando Henrique fez com os bancos e íamos fazer para o setor aéreo. Tá?

Com uma diferença... Era obrigado ter um fundo para pagar todos os trabalhadores e garantindo todas as rescisões contratuais. Teria sido melhor do que o que vemos hoje. Os trabalhadores que foram à bandeira para que toda a atuação política levasse a esta operação estão desempregados e foram absorvidos por outras empresas. Aquela não. Aquela criava um fundo para garantir o pagamento das rescisões contratuais de todos. Mais do que isso tinha um outro fundo para cobrir o AEROS. E aqui entra um novo debate. Por que é que eu também apreciando no caso da transferência acionária porque nós podíamos parar por aqui. Mas vocês querem ir adiante nós vamos adiante. Teve uma outra questão ainda que não foi levantada em que eu fui relatora também. Que diz respeito à expedição de *debêntures* que descumpria a classificação do próprio edital que foi redigido pelo Juiz.

Então, é assim. Hora é dito: Vocês tinham que cumprir tudo o que o Juiz mandasse. O edital é lei para tudo. De repente já não era mais lei. Não era mais para levar em consideração o edital porque as *debêntures* não eram para serem analisadas na ANAC. E sabe por que nós fizemos essa análise? Exclusivamente porque essas *debêntures* deveriam se prestar a pagar primeiro o AEROS que são pessoas que algumas já morreram, inclusive, né? Em razão da idade delas. Nós estamos falando de um Fundo de Pensão. Então, aquela Medida Provisória da época do Ministro Viegas tão combatida que foi feita a sete chaves, é óbvio. É óbvio que tinha que ser feita a sete chaves. Não era para ser divulgada mesmo. Por quê? Porque o Presidente da República

tinha que apreciar antes. Era uma Medida Provisória. Não era para ser debatida com toda a sociedade, porque não vinha, a proposta do Governo não era apresentação de um Projeto de Lei com o debate de toda a sociedade através dos representantes do povo que são os senhores. Era uma Medida Provisória. Ninguém guardou na gaveta, num grupo de quinze pessoas porque assim decidiu espontaneamente.

Ninguém ali daquele grupo tinha poder decisório. Tinham várias reuniões onde o próprio Ministro Mares Guia na qualidade de Ministro do Turismo acompanhou. Participava o BNDES, participava o Ministro-Chefe da Casa Civil da época, o Ministro Palocci, o Advogado Geral da União, todos ali e, especialmente, as duas Autoridades que tinham que decidir sobre a possibilidade de encontro de contas que era o Ministro da Fazenda, a época o Palocci e o Advogado Geral da União, a época o Ministro Alvaro, eram contrários ao encontro de contas. E estava certo. Era uma questão de mercado na avaliação deles. E nós tínhamos que encontrar uma alternativa, então, o grupo de trabalho não era Denise Abreu. Até porque eu quero dizer uma coisa aqui. Eu nem teria capacidade para ter feito aquela Medida Provisória sozinha sem que eu tivesse me socorrido da participação do Daniel Goldberg que conhece muito a parte concorrencial e Direito Econômico, não vamos contestar isso, do representante da CAI(F) à época que também não está mais no Governo e aqui eu passei a elencar vários nomes que participaram da construção de uma alternativa que acima de tudo preservava o pagamento das rescisões trabalhistas, preservava o pagamento do AEROS, preservava a marca por um tempo e ainda assim tinha que injetar e eu não me lembro agora mas algo em torno de um milhão de dólares.

Esse valor um milhão de dólares cabalístico aparecido agora foi de lá de trás, na época do grupo de trabalho que não tem nada haver com fusão VARIG/TAM é uma Medida Provisória onde Empresas Aéreas que pudessem voar longo curso, vamos desmistificar um pouco. Não adianta uma empresa aérea querer comprar uma outra para fazer voo cruzando o Atlântico se ela tiver que no meio do caminho em razão do tipo de avião que ela tem descer no meio do Atlântico para recarregar o combustível. Não tem como. Ou há um equipamento que cruza o Atlântico sem ter que reabastecer ou, então, é mais uma ficção. Não, eu só estou explicando porque já me perguntaram aqui da fusão, que eu nem fiz parte dela, eu só estou explicando aqui porque eu tive para estudar o resto da matéria acompanhar todo o histórico desde o começo do Governo.

Mas eu também recebi a pecha de ter sido aquela que levantava a bandeira da fusão. Quando eu cheguei no Governo não tinha mais nem a proposta da fusão, porque o CADE já tinha dito: Não pode. Vai ferir a concorrência. Ou a Secretaria de Direito Econômico também já tinha se manifestado. Então, é mais uma... É... Fofoca, invenção, enfim, na tentativa de desqualificar a fala, não é, então a gente vai desqualificando o ser humano porque daí a fala dele não tem valor nenhum.

Então, quando chegamos nesse ponto da Medida Provisória e ela deu em água e optaram, então, apesar dos pareceres contrários por colocar esse dispositivo na Lei de Recuperação Judicial e aí a VARIG entra em recuperação judicial e aí o Juiz já tira um pedaço dela e já fazem aquela operação que querem que eu analise e que foi feita no DAC e nenhum de nós reanalisou a matéria do DAC tampouco essa questão da VARIG LOG/Volo ela estava pendendo de decisão e só por isso é que nós passamos a analisar a matéria que diz respeito à retirada da VEM(F) para ser vendida, enfim, é um problema do passado que não chegou a ser apreciado pela Diretoria da ANAC, nem nossa e nem atual, até porque esse sim era um ato jurídico que já tinha ocorrido.

Então, o que eu quero dizer para o senhor é que a aplicação do art. 60, direta com todas as blindagens que ele prevê e que é correta não era para uma empresa aérea. Isto é um fato. O exemplo dado pelo Senador Tasso Jereissati, como eu disse, foi perfeito. Eu não consigo ter esse poder de síntese. Eu sei que eu sou prolixa. Muito bem. O objetivo de preservar a marca, é verdade, mesmo grande interesse comercial. Ah, bom, aí o senhor disse assim. Havia também um grande interesse comercial das concorrentes que a empresa quebrasse. Vamos desmistificar. Ela vem quebrada desde que o Governo começou. Tudo isso foi aprovado, desculpa, Senador, em 2006. O senhor acha que a VARIG foi quebrando, se o senhor analisar secamente o balanço dela, no balanço dela ela tinha um passivo tão grande que ela já estava quebrada e não é a toa e é verdade, Milton, que o PIB foi ouvido sim. Tem gravação de entrevista do Presidente da República no Rio Grande do Sul relatando que ele convocou cinco grandes empresários brasileiros, mostrou o balanço da VARIG para que fosse opinado por empresários que não são do setor, porque daí ninguém ia dizer: "Ah, estão interessados, é a concorrência, nós temos outros grandes empresários nesse país que não são do setor aéreo". Foi ouvido sim, isso está no *e-mail*, no *e-mail*, na carta, no desabafo, tem o nome que for. E tem comprovação porque tem gravação de rádio sobre isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas o problema não é se ela vem quebrada ou não. É que a falência permitiria, então, a distribuição das linhas todas da VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou deferir.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que é diferente, falência não ocorreu.

SRA. DENISE ABREU: Sim... Então, Senador Casagrande, se havia ou não havia interesse comercial. E deve haver mesmo em qualquer mercado, eu tenho a impressão de que interesse comercial, eu como eu disse para os senhores eu não sou empresária, mas se fosse evidentemente eu ia preservar os meus interesses comerciais acima de qualquer coisa. A Constituição Brasileira define que a iniciativa privada visa o quê? O lucro. Senão ela não é uma privada simplesmente, ela é privada sem fins lucrativos. E aí nós estamos falando de OSIP, nós estamos falando de uma outra natureza jurídica.

Então, eu não sei por que tanto espanto e as pessoas resistem muito em dizer. As próprias empresas, sabe que eu nunca entendi isso, das próprias Empresas Aéreas. Por que elas resistem tanto em dizer: Eu apresentei uma proposta assim, mas depois achei que era inviável. Eu acho que elas deviam se manifestar com clareza também. É o momento, não é um crime uma concessionária de serviço público como é a concessão de serviço público no serviço aéreo, assumir que tem que visar o lucro. São 3% de lucro ao ano. Se não visar o lucro, Senador, vai quebrar. Tenha o nome e a grife que for. Hoje a TAM é a maior. Se não visar a lucratividade mantendo esses 3% num patamar de saúde financeira da empresa, vai quebrar. Não tem outra alternativa, não existe mágica. Apesar de eu não ser economista, mas eu imagino que é o mínimo de lógica, né, do mercado.

Muito bem. O senhor perguntou por que eu votei a favor? E eu já expliquei aqui exaustivamente que eu votei a favor confortavelmente porque está registrada em todo o processo a minha posição. No Ministério Público Federal está registrada a minha posição e eu não aprovei a operação. Eu aprovei o parecer do Procurador-Geral da ANAC que ali tinha a qualidade de orientar juridicamente todo o colegiado. Se por hipótese eu não fosse advogada, como o Veloso não é, como o Milton não é. De quem é que vocês queriam que eles se socorressem. Agora o Diretor Leur propôs que a Advocacia Geral da União fosse ouvida. Jamais me esquecerei disso, no resguardo do quê? Da Constituição Federal, no resguardo de toda a legalidade, ele se preocupou com isso, isso foi levado, sim, a uma reunião com a Dr^a Erenice, ela chamou Procuradores

da Advocacia Geral da União. E sabe o que aconteceu depois do parecer verbal destes dois Procuradores? Nos foi dito que não podia porque a Advocacia Geral da União só poderia se manifestar se o Presidente da República instasse e que uma Agência Reguladora tinha uma Procuradoria própria e que, portanto, nós não podíamos nos socorrer dos pareceres da AGU.

Então, eu acho que já está de bom tamanho as explicações, Senador. Eu estou aprofundando aqui muito mais. Eu vim para esclarecer só o que eu disse nos jornais, só em entrevista. Mas o óbvio, estão me fazendo e eu não vou me negar. Não faz parte do meu perfil, me negar a responder. E nessas respostas nós vamos aprofundando, aprofundando, aprofundando e acho até que estamos tomando o papel do Ministério Público Federal que disse que abriu aí uma investigação. Deixa eles investigarem, e chegarem às conclusões, essa é a missão do Ministério Público Federal, ao invés de nós ficarmos nos aprofundando e apresentando [soa a campainha] cada vez mais um novo problema, Senador.

Então, eu estou tranquila. E ainda digo mais. Se o problema do debate for por que ela votou, aí eu digo para a imprensa. Se eu votei errado eu também estarei sujeita a algum tipo de ação do Ministério Público Federal e não tenho problemas em respondê-la. Eu não estou aqui. Disseram que eu ia fazer uma delação premiada no Ministério Público Federal e eu dei uma entrevista. Então, não imaginem vocês que eu estou aqui me manifestando para me preservar junto ao Ministério Público Federal não. Eles têm isenção, autonomia, e eu acredito nesta instituição. Quando todos os meus, as minhas investigações, processos, inquéritos, tenha o nome que for, acabarem, quem sabe eu não vou prestar um concurso público e quem sabe numa instituição que eu acredito como forte? Não sei. Então, há que ter isenção sim. Se o senhor acha que eu também tenho que estar sendo de alguma maneira investigada ou o meu voto, acho que de todos, não é, porque eu era um voto e o colegiado aprova por maioria de votos. Se eu também tivesse declarado um voto contrário expressamente além de tudo o que já estava expresso no processo, não adiantaria nada, seria aprovado por 3 a 1 e ainda colocaria naquele momento os meus colegas numa situação muito delicada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Conclua, por favor.

SRA. DENISE ABREU: Eu também tenho companheirismo, você tenha certeza do que eu estou dizendo para o senhor. E eu tenho profundo respeito, digam de mim o que disserem na hora que eu sair daqui, porque me parece que eles não querem acareação. Não tem

problema nenhum. E que não querem que eu fique. Também não tem problema nenhum.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Foi um acordo do Presidente com os líderes.

SRA. DENISE ABREU: Tudo bem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Não foram eles que decidiram isso não.

SRA. DENISE ABREU: Ótimo, melhor ainda. Eu tenho profundo respeito pelos meus colegas com os quais eu trabalhei. Se nós tivemos algum erro, se nós praticamos algum erro, diziam tanto em auto-análise, vamos fazer uma auto-análise dos nossos erros, foram infinitamente menores do que foi veiculado na mídia. Foram infinitamente menos graves do que foi veiculado na mídia. E aí eu digo. Nenhum dos meus colegas trabalhou, nem eu mesma no benefício do empresariado. Isso eu asseguro ao senhor. É muito diferente.

Agora, tinha que ter uma outra composição, tinham que ter pessoas mais competentes, isso a história dirá e eu não tenho nenhuma preocupação com relação a primeira Diretoria que instalou a Agência Nacional de Aviação Civil porque um dia a história mostrará que administrar a crise do setor aéreo é muito diferente de regular um mercado estável. 30 dias de prazo a ANAC deu agora, o senhor está dizendo que a ANAC acabou, eu li isso no jornal mesmo, eu não conheço a continuidade do processo, no dia 24 de agosto eu saí da ANAC. Tudo o que eu tenho aqui nesta mala é o processo que estava no meu gabinete que eu tinha cópia porque eu sempre tive cópia de tudo o que eu fiz. Em qualquer local de trabalho. Eu tenho um arquivo morto de muitos anos de trabalhos meus.

Eu não tenho nada, nada com relação a esse processo a partir do dia 24 de agosto. Absolutamente nada. Seria leviano da minha parte agora sem estudar o que foi feito na sequência se está correto ou não está correto ter dado 30 dias ou deveria ter decidido agora ou rever a matéria imediatamente. O que eu posso lhe dizer é que o senhor pergunta do prazo não para saber se houve um erro administrativo ou não dessa gestão, mas por conta do advogado. O que nós fomos informados, inclusive, na primeira reunião em que a Gol esteve conosco para aí sim levar a documentação e pedir desculpas por não ter entregue a documentação antes de fazer o anúncio no Palácio do Planalto, o que nós Diretores fomos informados é que eles estariam adotando uma providência até para trocar o advogado porque consideravam que trazia um transtorno enorme em toda a relação com o poder concedente a manutenção daquele advogado.

Se isso aconteceu ou não eu também não sou da Gol, Senador. Eu só estou lhe prestando uma informação do que nos foi dito na reunião de Diretoria que

são as informações que a gente tem. Nós não temos direito de entrar dentro de uma empresa para saber se trocou ou não um advogado. Agora que é estranho mesmo advogar para quem vende e para quem compra parece que sim. Senador Pedro Simon. Eu acho que eu respondi todos os seus questionamentos ou faltou algum.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Está completo. Não há mais Senadores inscritos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo, é muito rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não, concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só quero dez segundos, se possível. Bem, a minha preocupação só, Senador Demóstenes, Presidente da Sessão, é que nós não podemos aqui no Senado servirmos num debate sem que a gente perceba instrumento para atender qualquer interesse comercial. Nós temos que tomar cuidado com isso. A outra questão é a seguinte. Só para reafirmar, o Inácio disse aqui. Uma empresa falida, os *slots*, as autorizações, as outorgas seriam automaticamente, acredito eu, distribuído para as empresas que estão operando.

SRA. DENISE ABREU: [Pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não seria automaticamente, mas seria algo até o plano de contingência já estaria colocando as empresas Gol, TAM e outras, Gol e TAM porque são as mais, tem que operar as linhas, tá certo? [soa a campainha]. O voto, Dr^a Denise, o voto...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É a manifestação simbólica de uma posição. Se eu voto em alguém, depois de criticá-lo por muito tempo, eu estou sendo incoerente comigo.

SRA. DENISE ABREU: Ou pressionado, direta ou indiretamente. Aí nós vamos voltar ao debate inicial, Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou na minha réplica.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Assegurada a palavra ao Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não posso aceitar que uma pessoa como a senhora não administre a pressão, não posso aceitar porque quem tem um mandato, quem está num cargo de gestão pública não tem nenhum direito de argumentar pressão,

nenhum direito de argumentar pressão ou administre pressão ou não tem perfil para estar no cargo.

A outra questão, Dr^a Denise, não tem nada, nenhum companheirismo que me faça votar contra um pensamento que eu ache mais adequado ou que proteja a administração pública. E com relação a ANAC a minha pergunta foi assim, foi só uma observação, não foi nem uma pergunta. Se a Ministra é a mesma, o Presidente é o mesmo, o Procurador é uma pessoa nomeada, agora teve uma decisão contra a VARIG LOG, contra os acionistas da VARIG LOG. Agora teve uma decisão contra. Se houve uma pressão lá atrás, poderia ter tido uma pressão agora também nesse momento. Então, para ser sucinto, Presidente, para a gente andar, dar passo adiante, essas questões que eu gostaria só de contrapor, talvez nem contrapor, mas observar nas respostas da Dr^a Denise.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra.

SRA. DENISE ABREU: Eu vou começar então, pela sua última ponderação. Nada mudou, o Ministro é o mesmo. Tem uma diferença que nós não podemos ignorar. O Ministro da Defesa não é o mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é o mesmo?

SRA. DENISE ABREU: Não é o mesmo o Ministro da Defesa. Estamos falando de um Ministro da Defesa que deve acompanhar de uma forma muito intensa e próxima o desenvolvimento desses trabalhos. Não era o que ocorria anteriormente. Então, não vamos também falar que não existem diferenças, Senadores, existem sim. Segundo lugar, o senhor disse assim. Que eu não tinha perfil, pode ser que eu não tivesse, eu já saí.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não disse que não tinha. Não disse que não tinha.

SRA. DENISE ABREU: Eu própria ao reconhecer a falta de perfil para trabalhar na ANAC, numa Agência Reguladora em que não seria possível de maneira nenhuma ter a autonomia eu renunciei, eu não sei se a gente vai retomar o julgamento do perfil ou não porque eu já não sou da ANAC, por renúncia desde 24 de agosto.

Quanto ao voto, se eu votei de forma errada ou não, eu estou propondo que o Ministério Público Federal ao reabrir estas investigações não deixe o foco só nas denúncias, investigue a todos nós. Inclusive, toda a seqüência das minhas manifestações, do Procurador para chegar até o voto e verifique como foi construído o voto. Se nós aprovamos a operação ou aprovamos o parecer do Procurador-Geral e das superintendências técnicas. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não há mais Senadores inscri-

tos. O Senador Eduardo Suplicy pede um minuto e eu concedo. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente, apenas, eu não sou membro da Comissão de Infra-Estrutura, mas quis ouvir quase todo o tempo, acho que muito as perguntas, considero satisfatórias. Não vou repeti-las, portanto, quero dizer que avalei o depoimento como muito importante para o esclarecimento, vou continuar ouvindo boa parte, pelo menos, daquilo que os demais membros que faziam parte da ANAC fizeram. E acho que aqui nós estamos sabendo muito mais da história da Aviação Civil Brasileira que já teve episódios muito sérios e que precisam ser objeto de reflexão desde o episódio da *Panair* até hoje nós precisamos pensar nas lições para não repetir, para que os erros não sejam novamente repetidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A Sr^a Denise Abreu se dispõe se o Sr. Milton Zuanazzi assim o desejar e ele não pode ser obrigado a assim proceder ela se dispõe a fazer uma acareação. Escute bem. Como essa proposta foi minha quando eu estava lá, eu tenho que perguntar ao Sr. Milton Zuanazzi se ele após fazer as suas declarações aceita ser acareado com a Sr^a Denise. Repito, ele não é obrigado. Concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Eu não quero nem colocar em apreciação do Sr. Milton Zuanazzi. Foi combinado que a Dr^a Denise daria seu depoimento, depois sairia, nós teríamos os outros depoimentos que seriam individuais. Nós já acertamos com o Presidente Marconi Perillo fazer os três exatamente por economia de tempo. Portanto não está prevista essa acareação, não é necessário, acho que cada um marcou a sua posição e eu gostaria que não precisasse nem ele se manifestar para não se constranger.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Nós já estamos dizendo que não foi o combinado e que nós não concordamos com a acareação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra a V.Ex^a pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estranho que o Senador Romero Jucá responda pelo Dr. Milton Zuanazzi. Dr. Milton Zuanazzi foi perguntado por V.Ex^a se ele aceitava depois do seu depoimento fazer aquilo que V.Ex^a propôs que seria uma acareação. Agora, me parece que o Senador Jucá tem uma procuração do Dr. Milton para responder por ele. Eu gostaria de ouvi-lo. Ouvir.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Eu quero apenas registrar o seguinte. O Senador Flexa Ribeiro está fazendo uma colocação e quero dizer...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Tratando de procedimentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Eu não estou tratando aqui da questão se ele vai fazer ou não vai fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um instante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não permiti aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não permiti aparte a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V.Ex^a me solicitar eu vou permitir com o maior prazer. Ah, bom, então deixa eu concluir. Eu gostaria que o Dr. Milton respondesse a pergunta que foi feita pelo Presidente da Comissão em exercício. Ele vai dizer de viva-voz se aceita ou não. Não é o preposto do Dr. Milton.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Não é não, é o Regimento que nós acertamos na condução dos trabalhos. Nós não acertamos aqui...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, não... Está pedindo aparte? Está pedindo aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Não estou pedindo aparte não, eu estou contraponto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu estou com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Mas eu estou falando.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, peça aparte, é regimental. Peça um aparte. Peça um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro a assessoria informa que não existe a previsão de acareação em Comissão Permanente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico que não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): No entanto, por acordo de lide-

ranças e se houvesse a aquiescência da testemunha, nós poderíamos fazê-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu não conclui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não. Só dizer que como o líder do Governo não concorda, então, imediatamente nós não levaríamos adiante. Não há previsão regimental, nesse caso nós teríamos que ter um acordo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu lamento que da forma democrática como o líder do Governo se porta, transparente como disse há pouco tempo na Comissão lá de Constituição e Justiça, ele diz que o Governo tem todo o interesse em esclarecer tudo e que foi ele que subscreveu na Comissão de Infra-Estrutura, o primeiro a subscrever esta Audiência ele não aceita que o nosso convidado responda. Porque eu acho que quem tem que dizer se aceita ou não acareação é o Dr. Milton. Mas eu queria ao encerrar pedir à Dr^a Denise, perguntando ao Presidente se a documentação que a Dr^a Denise trouxe ficará de posse da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ela vai autorizar uma cópia, já declarou isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso é importante para que a gente possa depois folhear com tempo e com cuidado toda essa mala azul aí que ela trouxe para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrado, então, o depoimento da Dr^a Denise Abreu, em seguida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda uma questão. Assim como o Dr. Milton assistiu parte do depoimento da Dr^a Denise eu perguntaria se a Dr^a Denise assim o quiser pode assistir do Dr. Milton ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se assim ela desejar fica deferido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É desejo?

SRA. DENISE ABREU: Sr. Presidente, Senador, agora é uma questão de preservação da minha imagem. Eu aprendi desde pequena que quem cala consente. Eu ficar sentada aqui com a minha imagem calada e, de repente, falando, contraditando coisas que eu já disse vai dar impressão que eu não estou querendo colocar a minha posição quando na verdade é uma regra acordada entre vocês. Então, acho melhor eu não ficar porque eu não quero passar a imagem de quem cala

consente. Tudo o que eu disse na imprensa, na entrevista, tudo o que eu disse aqui é verdade, eu direi no Ministério Público Federal, eu já disse em inquéritos, enfim. Onde estão já ocorrendo investigações, tudo já está dito. E será mantido até o final porque retrata nada mais, nada menos do que a pura verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrado o depoimento. A Dr^a Denise Abreu deixa os documentos para que nós possamos tirar cópia. Eu concedo...O Sr. Milton Zuanazzi pede o prazo de 30 minutos para fazer uma exposição e eu defiro. E como eu tenho interesse em fazer perguntas ao Sr. Milton Zuanazzi eu cumpro o regimento e chamo para presidir a Sessão o Senador mais idoso presente à Sessão. Que eu não tenho, Flexa Ribeiro ou o Senador... Senador Flexa Ribeiro, então, preside a Sessão. E estão abertas as inscrições.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Edison Lobão, V.Ex^a confirmou a idade do Senador Augusto Botelho? Vamos dar continuidade à nossa Audiência Pública ouvindo agora pelo tempo solicitado pelo Dr. Milton de 30 minutos que foi aceito por todos os participantes da Comissão. Então, tem a palavra o Dr. Milton Zuanazzi pelo tempo de 30 minutos para fazer o seu depoimento.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Marconi Perillo havia perguntado em quanto tempo eu faria uma explanação inicial, eu falei 30 minutos e não pretendo passar disso. Mas, evidentemente, em função do debate anterior que vocês até alguns Senadores me deram a honra de ter algum poder de tomar uma decisão na qual eu não tenho, o fato é que a Dr^a Denise aqui por 10 horas. E evidentemente que eu, talvez, em 30 minutos não tenha a capacidade de resolver todas as dúvidas que os Srs. e as Sr^{as} Senadores terão. Mas eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Milton.

SR. MILTON ZUANAZZI: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a terá o tempo que seja necessário, eu tenho certeza pela aprovação de todos os participantes da Comissão. Então, não se preocupe com os 30 minutos. 30 minutos é o tempo inicial. V.S^a pedindo prorrogação, será concedida a prorrogação.

SR. MILTON ZUANAZZI: Obrigado, Senador. Mas por que provavelmente nesse tempo farei a minha explanação? Porque eu não vou debater teses jurídicas nenhuma. Aliás, não tenho nem essa competência, não sou um jurista, sou um engenheiro e eu vi nessas dez horas muitas teses jurídicas serem discorridas. Eu não vou defender quem quer que seja e nem acusar,

nem Governo nem oposição, nem ex-Diretores lá do DAC que nós substituímos, não é meu papel. Eu não pretendo em nenhum momento usar argumentos para tergiversar sobre os temas, eu serei absolutamente concreto, objetivo. Não trago nenhum documento, zero de documento. Por quê? Porque todos os documentos que eu possuo, todos, 100% estão nos processos. E são públicos os processos. Está no Processo Judicial na 8^a Vara Empresarial do Rio de Janeiro e está nos processos internos da ANAC. Todos são públicos. Eu não tenho um documento que não seja público.

Portanto, não adianta eu vir aqui com malas e malas de documentos e não ter nada novo para apresentar. Os documentos que eu vou me referir são aqueles que eu considero que tem importância fulcral, são aqueles que eu considero que decidem a opinião de quem está analisando. Somente citações, análise. Por isso também que não levarei muito tempo com leituras já que vou citar que esse documento encontra-se em tais autos, em tais páginas, se possível. Acho que será mais fácil para essa Comissão, para o Senado da República encontrar esses resultados. Vou fazer somente duas premissas. Não mais que duas.

A primeira amplamente falada, aliás, houve um diálogo longo aqui sobre a Lei de Recuperação de Empresas. O nome da lei aprovada pelo Congresso da República e, portanto, pelo Legislador já é um nome sintomático, Lei de Recuperação de Empresas e ela veio a substituir Lei das Concordatas e Falências. Ela tem todo um espírito novo. E quem sou eu para dizer isso ao Congresso Nacional? O espírito dela é um espírito de falir o dono, sem falir a empresa. Em essência essa lei que eu, particularmente, considero moderna sim, acho que o Senado e a Câmara avançaram muito com essa Legislação. E, portanto, não me coloco aqui com nenhuma posição, sou jurássico não, acho que é uma lei moderna, correta. E o art. 199 dela que teve controvérsia se seria introduzido ou não, se aquilo seria acrescentado para atender uma demanda de concessionários de serviços públicos no setor aéreo. Leia-se. VARIG.

O art. 199 da Lei de Recuperação Empresarial, ele vem carimbado imediatamente para atender uma demanda, uma pressão da sociedade brasileira pela VARIG. É nítido. Por quê? Porque lá em 1964, exatamente na falência da PanAm, a época se introduziu na legislação da Aviação Civil Brasileira um artigo que empresa aérea concessionária não podia abrir concordata. E a não abertura da concordata da PanAm leva ela a falência. Direto. E essa lei estava em vigor até esta Casa, esse Congresso derrubá-la com a nova lei. É a nova lei agora que traz uma nova perspectiva para as Empresas Aéreas brasileiras.

Essa é uma premissa fundamental. Ora, se ela é nova e ela, inclusive, Senador Flexa Ribeiro, ela é do ponto de vista doutrinária, ainda pobre, frágil, pouco é a doutrina que acompanha essa Legislação, muito menos ela tem jurisprudência. É evidente que o Dr. Ayoub como titular da 8ª Vara foi criando jurisprudências. É claro, é bem verdade que ele ganhou vários episódios dessas ações no STJ. Isso foram citados aqui. Ele foi criando uma jurisprudência para a própria lei que ele, Dr. Ayoub, está aplicando em primeira mão, porque coincidência coube a ele aplicá-la. Poderia ser outro Juiz. Poderia ser uma Vara fora do Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, porém a sede da VARIG era no Rio de Janeiro e cai na Vara Empresarial, 8ª Vara.

Isto é fundamental porque a gente começa a separar joio de trigo. O Juiz está ao mesmo tempo pegando uma lei nova cujo espírito é esse. Dizem os juristas, aqui, me perdoem que ela é uma lei com espírito anglo-saxão e não com espírito de direito romano. Por isso que o Juiz tem um papel muito mais pró-ativo na interpretação de uma lei como esta do que outras leis onde o Juiz é muito mais aquele que não vê, não ouve e não fala e somente decide. Então, levou provavelmente, Dr. Ayoub a ter um conjunto de ações que olhando, a grosso modo, diz: Mas o Dr. Ayoub tomou atitudes que não é a de um Juiz. O fato é que ele foi interpretando o espírito do Legislador. O Legislador teve um espírito ao fazer aquela lei. Recupere a empresa, senhor Juiz, porém bote na falência o dono. Empresa, os trabalhadores, os créditos, o senhor recupere. Esse é o espírito fundamental. E eu não vou mais avançar sobre aspectos que tratem de doutrina porque não é a minha formação e porque também não acho que compete a ANAC e aí a todos nós discutir esse tema.

O que é que compete ANAC discutir um tema jurídico? Compete a ANAC como servidor público, senhores. E se os senhores estiverem em nosso lugar, os senhores agiriam acredito que da mesma forma. Nós temos que acatar decisões judiciais e se não concordarmos, recorrer, e se perdermos acatar. Não tem papel para um servidor público que não seja esse. Como é que alguém pode não acatar uma decisão judicial? Aonde é que está isso? Nós somos obrigados a acatar a decisão. Se discordarmos, recorreremos. Recorreremos de algumas decisões do Dr. Ayoub, nós ANAC? Sim. Várias delas foram citadas aqui, durante essas dez horas de depoimentos. E outras perdemos? Perdemos. E algumas ganhamos? Ganhamos.

Tudo porque nós estamos diante de uma nova lei sem jurisprudência. Este é o fato. Não está lá escrito. Não tem um acórdão do STJ pronto, uma decisão do Supremo se a matéria é Constitucional ou não. Não

tem, perante esta lei. Então, nós estamos no meio de um caldo de cultura formando uma opinião jurídica. Todos nós. E estamos na contrapartida envolvidos com a maior empresa da aviação brasileira na época, chamada VARIG. A grande empresa brasileira na época. Esse é o dilema.

E o segundo dilema qual é? O segundo dilema que uma Empresa Aérea tem muito pouco ativo. Ninguém falou isso aqui hoje. Os ativos de uma Empresa Aérea são pequenos. Há vários empresários nesse plenário. Uma empresa aérea tem como ativo seu nome, sua marca, a sua prestação de serviço, alguns prédios, alguns balcões nem os hangares, muitas vezes, é dela, é da INFRAERO, os balcões, muitas vezes não é dela. No exterior ela não tem absolutamente nada, ou seja, ela tem uma credibilidade e uma fidúcia do poder concedente, um aval do poder concedente.

Hoje que as Empresas Aéreas não tem mais avião, antigamente tinham, eram proprietárias. Aí tinha um ativo que era aeronaves. Hoje tudo é leasing. Ora, uma Empresa Aérea ela deteriora seus ativos de forma muito rápida, basta ela parar de operar. Então, discussões jurídicas que postergasse uma solução para a VARIG era nítido o resultado dela, fatal à empresa. Ela morreria. É evidente. Só para os senhores terem uma idéia. Quando surgiu a ANAC em 20 de março de 2006, 20 de março surge a ANAC, a VARIG operava com 72 aeronaves em 18 países do mundo. Era a grande VARIG. 18, inclusive, Japão, inclusive, Coréia, inclusive Copenhague. 20 de março de 2006. Dia 20 de julho de 2006, quatro meses depois, no terceiro leilão quando a VARIG LOG arremata o terceiro leilão judicial ela estava com onze aeronaves.

Ora, isso do ponto de vista de exaurir ativos de uma empresa é fatal para uma Empresa Aérea. É brutal para uma empresa aérea. Ou seja, o tempo é fundamental que os Srs. Senadores tenham essa percepção correta. O tempo jogava contra a salvação da empresa. E aí é uma pena que o Senador Simon saiu porque eu faço essa afirmação. Nós corríamos contra o tempo. Não tinha pressão nenhuma sobre nós. A única pressão que tinha sobre nós era o tempo, porque passar mais uns dias ela morreria. Ponto final. Não tinha mais discussão nenhuma.

Agora, jogar na postergação da solução da VARIG era a solução? Alguém pode dizer. Mas vocês da ANAC tinham que fazer o papel do órgão regulador e, portanto, não tergiversar. Não importa se era a VARIG grande ou se era uma pequeninha. E eu venho aqui defender a ANAC. Assim nós agimos o tempo todo. Em nenhum momento nós fomos pressionados para mudar a nossa posição. A pressão ela se dava na opinião pública, na mídia, nessa Casa, Srs. Senadores, o

saudoso Senador Jefferson Peres que presidia a Comissão Especial da VARIG, das duas Casas, eu vim aqui nesses depoimentos, naquele período de quatro meses, olha, podemos até conferir, mas é mais de dez vezes eu estive depondo aqui sobre a questão VARIG. Havia uma pressão brutal da sociedade, da imprensa para uma solução. E o tempo, o tempo era fatal, deixasse passar era fatal. As críticas que eu fiz, inclusive ao Governo eram essas. E eu as reassumo. Não tenho porquê não reassumir. Sempre disse em todas as reuniões que eu participei. Nós temos que ter uma solução rápida senão ela não se sustenta.

Que ela era uma empresa endividada e que ela já era uma empresa falida do ponto de vista operacional, todos nós sabíamos. Não é errado isso que a Dr^a Denise disse. Só que aí vem uma data mágica. Uma data mágica que muda a regra do jogo e essa data infelizmente foi tergiversada durante essa tarde toda aqui. Não vou falar que ninguém mentiu. Todo mundo falou a verdade. Mas como você coloca os pontos e as vírgulas você muda a frase. Você muda a frase. Essa reunião de oito, nove horas na Casa Civil aconteceu sim. Por que o Governo chamou essa reunião em abril? Porque havia quase um consenso de que não havia mais solução para a VARIG. Ela era uma empresa tecnicamente falida. Ou seja, seu patrimônio líquido estava muito aquém do seu endividamento. Ela era tecnicamente falida.

E naquele momento em abril não havia ninguém que dissesse que não haveria sucessão desta dívida que ela estava falida. Ninguém. Quando o Juiz Ayoub tomou uma decisão em 21, 22, 23 de abril, por aí nessa volta, está tudo nos autos do Processo Judicial, tomou uma decisão de que não havia porque ele está preparando um leilão, o primeiro certame que acabou não redundando em leilão que ocorreu 28 de abril. Ele está preparando isso e ele declara que não haverá sucessão baseado no art. 60, Parágrafo Único da Lei de Recuperação de Empresas. Esse é o artigo que ele Dr. Ayoub sempre focou, que disse que lhe dava possibilidade de desentranhar uma unidade produtiva VARIG-UPV e desentranhar vender.

Ora, esta lei tem uma outra sabedoria importante. Ela não dá ao juízo poder absoluto. Ela diz: Senhor Juiz coordena o processo. Mas quem tem o poder de veto é a Assembléia de credores. Então, o Juiz apesar de ter o poder, nomear o administrador judicial, é lá na Assembléia de credores que ele pega autorização. E quem é a Assembléia de credores? No caso da VARIG eram três classes, os quirografários, não quirografários e os trabalhadores. Esta Assembléia, Dr. Ayoub sempre a ouviu, portanto ele está ungido na sua decisão. Não é só o Ministério Público do Rio que ungiu

todas as decisões do Dr. Ayoub. Não é só o Ministério Público. É também a Assembléia de credores. Todas elas. E ela tem um voto percentual. A lei que os senhores aprovaram cria até um ambiente de porcentagens porque evidentemente que cada credor tem um tipo de interesse naquela recuperação e você tem que superar aquele percentual para que a Assembléia seja considerada válida. Aliás, aconteceram assembleias que foram invalidadas pelo Juiz, que o percentual e a mídia amplamente divulgou nesse primeiro certame que não virou em leilão, alguém que tinha buscado os papéis para retirar a compra da VARIG, não tinha apresentado aprovação na Assembléia de credores onde o Juiz declara primeiro certame deserto, não chega a ir a leilão. Isso é 28 de abril de 2006. Essa é uma data muito importante. Portanto, houver três certames e dois leilões judiciais.

No momento em que o Juiz retira esta ação ele volta em 5 de junho a dar uma decisão pelo fim da sucessão trabalhista e fiscal. Ele, Dr. Ayoub. Essa decisão ela é, ela recebe um conflito de competência num primeiro momento das Empresas Aéreas, num segundo momento do Sindicato dos Trabalhadores. Ambas as decisões coincidentemente eu tenho esse papel aqui, mas está nos processos. O citado aqui Ministro Ari Pargendler, ambas as decisões dizem o seguinte. O fórum universal da questão VARIG, inclusive os assuntos trabalhistas é a 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Eu tenho uns amigos que são advogados trabalhistas, é a primeira vez que uma justiça especializada recebe esse tipo de veto. Mas ocorreu pelo STJ interpretando aquilo que o Dr. Ayoub havia decidido, interpretando a Lei de Recuperação de Empresas.

Ora, aquela citação, de que o STJ deu um outro parecer contra o fórum universal que a Dr^a Denise citou aqui há um engano, aquilo é uma ação da ANAC sobre os *slots*. Não tem nada haver com sucessão fiscal e trabalhista. Se nós misturarmos esses temas à gente não entende. Complica a vida da gente se nós misturarmos. Tem que separar os temas. A ANAC questionava, sim, o Juiz Ayoub se ele podia, se ele tinha poderes para reservar mercado para criar fundo de comércio para um leilão. Nós questionamos na justiça porque nós tínhamos a convicção de que nós deveríamos, aqueles *slots* não eram da VARIG e sim do poder concedente no caso da União autorizados pela ANAC.

O que a Ministra, a Denise leu aqui em 18 de setembro, a data é muito simbólica, dia do meu aniversário, a Ministra... Ministra Nancy declara é sobre os *slots* que a VARIG no seu plano que quando ela compra, quando a VARIG LOG compra a VARIG ela apresenta um plano. Ela apresentou um plano com quinze aeronaves. Ora, o plano que o Juiz havia con-

gelado lá em maio nessa decisão que eu digo que vira o jogo era um plano onde a VARIG voava já na época, ainda com 53 aeronaves. Então, é fácil de entender, Srs. Senadores.

Vamos imaginar um bolo. O bolo foi reservado para leilão. Muito bem. Alguém arrematou esse bolo. Porém alguém disse. Mas eu não vou usar esse bolo inteiro. Eu vou usar só um pedaço dele porque eu não tenho capacidade operacional, financeira para pegar o bolo todo. No momento que eles disseram isso, qual foi à decisão da ANAC? Correta, justa, de acordo com o interesse público. Foi dizer o seguinte. Senhores da VARIG, os senhores se querem o bolo inteiro está a sua disposição, porém apresentem recursos para comprar o bolo inteiro. E não apresentem recursos para comprar um pedaço do bolo. Se vocês querem só apresentar recurso com um pedaço do bolo vocês só vão ficar com um pedaço do bolo. Foi essa decisão que a ANAC é vitoriosa. Não tem nada haver com sucessão trabalhista e fiscal. Misturar esses temas é tergiversar, é confundir. É nós não chegarmos a nenhuma conclusão, é todo mundo ter razão, todo mundo brigar e todo mundo ter razão. Tem que separar os temas, são temas distintos.

Ah, mas a origem desses problemas está no Dr. Ayoub, nas suas decisões. Bom, tudo bem. Ele é o Juiz da Vara Empresarial, ele está ungido para fazer essas decisões. É evidente hoje, saltam aos olhos que o Dr. Ayoub tomou decisões sempre uma atrás da outra no sentido de salvar a VARIG.

Todas as decisões dele vêm nessa linha de salvar, quando um Juiz em primeira instância sem jurisprudência toma uma decisão, é forte uma decisão que não tem sucessão fiscal e especialmente não tem sucessão trabalhista, porque se tivesse ninguém ia comprar a VARIG, nem VARIG LOG, nem ninguém porque seria uma loucura alguém pagar por algo que tinha um patrimônio negativo imenso. Nem um débil mental saindo imediatamente de um hospital psiquiátrico, compraria. Não há sentido, vocês entendem? Vocês entendem que essa discussão não teria nenhum conteúdo se houvesse sucessão trabalhista fiscal. Essa discussão não tinha sentido. Por quê? Porque era certo que ela ia falir. O leilão era deserto. Não ia aparecer ninguém. Quem compraria, nem TAM, nem Gol, nem VARIG LOG, nem ninguém. Esse fato é muito relevante.

E o fato do STJ dar fórum universal para a 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro torna aquelas opções para o futuro, portanto, os demais dois leilões que esses ocorrem, dois certames que viram dois leilões torna eles viável ou por menos torna eles, sei lá, com apetite para quem queira ser uma Empresa Aérea e comprá-los. O primeiro leilão, segundo certame, primeiro lei-

lão ocorre em 8 de junho. Ocorre em 8 de junho. E a proposta vencedora é apresentada por um consórcio liderada pelos trabalhadores do Grupo VARIG.

Antes, importante salientar, falaram muito em valores aqui, eu quero repor muitos erros que se cometeram aqui em pronunciamentos. Eu quero repor somente com verdade. Não quero corrigir ninguém. É simplesmente a verdade porque estão nos autos. Não é invenção. No primeiro leilão, o leilão não foi por menor preço, primeiro certame, aquele que não ocorreu, 28 de abril, foi por proposta mínima apresentada por quem? Por uma consultoria contratada pelo administrador judicial, contrataram a consultoria a princípio das que tinham maior conhecimento de aviação do mundo, Alvares Marshall. Alvares Marshall é que faz a análise do valor da VARIG com suas rotas, com seus *slots*, com sua marca e com 71 aeronaves. Ela, Alvares Marshall é que faz o ITBA, o preço, que compara com da TAM, com da Gol, com da Copa e com da Taca para pegar duas empresas internacionais e baixa pela metade o valor da VARIG e ela que chega a conclusão que a VARIG vale em torno de um bilhão, mais propriamente dito 960 milhões. Não é número cavalístico nenhum. Isso é Processo Judicial, está lá, tem uma perícia por uma consultoria internacional. Tá. Ela que vai analisar o ITBA lá da VARIG e chega a essa conclusão.

Ora, como ainda não havia aquelas decisões sobre o passivo trabalhista e fiscal, mas a VARIG ainda pujante, estamos falando lá em abril, ela ainda com bastante musculatura, como não havia isso, o que ocorreu? Ocorreu aquele leilão. Nem foi a leilão. O Juiz declarou que a Assembléia de credores não havia feito aprovação. E aí vai o leilão em 8 de maio onde a TGV apresenta como menor preço porque é mudado o critério para o leilão, o Juiz deixa de partir para um preço fixo e inicia com um preço mínimo. Leilão mais tradicional, nós que somos do Sul estamos acostumados a andar por leilão de cavalo, começa por um preço menor e vai subindo. Então, começou por um preço menor. Esse preço menor está nos autos, o Juiz diz. É um preço que não seja vil, também qualquer um de nós, eu dou 20 milhões, falaram nesses 20 milhões hoje que é um erro, infelizmente se cometeu esse erro aqui várias vezes. 20 milhões o Juiz declararia um preço vil, isso é um preço vil se as análises levavam ela inicialmente para o valor de 960.

Mas já há 20 dias depois Senador Flexa, esses 960 já não eram mais 960 porque ela vem diminuindo. Todo dia ela perdia uma capacidade operacional, portanto, perdia ativos. Se nós não entendermos isso, ou se não quisermos entender isso a gente não entende esse processo. Tem que entender isso. Que ela vinha diariamente perdendo. A cada dia que passava tinha

uma perda. Ela foi vendendo tudo porque a LOG e a VEM foi vendido em 8 de novembro por um consórcio chamado Aero LB, capital português, capital de Macau e dois sócios brasileiros que buscaram financiamentos no BNDES. Até hoje eu não vi ninguém questionar aquela transação. Ninguém alega o art. 186 do Código Brasileiro de Aeronáutica, ninguém diz que ela foi uma transação. Ninguém olhou aquele processo, aquela venda. Ninguém questionou por que se vendeu. Todo mundo, é um aplauso generalizado.

Quando a ANAC surge que resolve ser criterioso, rigoroso na transação e aqui eu estou defendendo o meu voto, e o Senador Casagrande tem razão. Quem tem mandato não se achaca. Por isso eu não abro mão de nada que eu votei lá na ANAC, assumo tudo e todos os nossos atos, inclusive quando votei por restrições a nova VARIG como essa dos *slots*. Votamos por unanimidade. Como o parecer da Dr^a Denise, o chamado ofício 058 que depois espero que o Dr. João Ilídio explique, não há contradição nenhuma entre o parecer do Dr. João Ilídio de 18 de abril. Nenhuma. Só ler. Qualquer não jurista lê e vê. E o parecer em 23 de junho quando nós aprovamos a venda. Nenhuma contradição. Zero de contradição.

Nós, a Dr^a Denise apresentou, primeiro por sua conta, foi um erro dela. Mandou um ofício para a VARIG LOG, sem passar na Diretoria, sem conversar com ninguém. Apresentou, fez um ofício e nós, Diretoria da ANAC, eu Presidente, trouxe para a reunião da Diretoria, discutimos a matéria e referendamos. Portanto, eu não estou criticando a Dr^a Denise. Ela foi impetuosa. Mandou um ofício que ela não tinha direito de mandar. Mas mandou. Mas nós retificamos. Retificamos e passou a valer para a ANAC aquilo que nós votamos. Ou seja, tem que apresentar esse, esse, esse, e esse documento, inclusive, o contrato de mútuo, inclusive o ingresso dos recursos do Banco Central, tudo isso está escrito no processo e tudo isso apresentado. Eu vou dizer no final qual foi o único item que ficou em debate. Mas tudo foi apresentado.

Então, nós fizemos o que a ANAC, a agência reguladora tinha que fazer. Eu particularmente sempre defendi salvar a VARIG. Não era uma posição unânime dentro da agência, mas era a minha. E é democrática e eu respeito profundamente quem tem posição contrária. Mas era a minha posição, sempre defendi, defendendo até hoje. As críticas que fiz, Senador Jucá, ao próprio Governo fiz publicamente. As críticas que fiz à legislação fiz publicamente. Geraram algumas polêmicas, mantenho-as, é do ambiente democrático ter opiniões. Ninguém pode reprimir alguém que tenha uma opinião.

Por exemplo, estar na Legislação com 20% de capital internacional, para mim é um absurdo. Mas eu a cumpri mesmo achando um absurdo, por isso eu não vou analisar se está correta a decisão de um Juiz ou não. Quem sou eu? Eu vou cumprir ou recorrer. Ficar horas debatendo se o Juiz agiu correto, se essa lei está... Mas o que é isso? A ANAC não pode fazer esse debate. O Senado pode. Vocês têm mandato Legislativo. O Supremo pode. Um Juiz pode na sua instância. A ANAC não pode. Não é um debate para a ANAC. A ANAC não faz lei, ANAC regula diante das leis existentes e a ANAC não julga. Eu me nego a fazer um debate onde eu tivesse que julgar. Eu tenho que julgar de acordo com as regras, o regulamento e assim nós procedemos.

O leilão da TGV e agora eu chamo muito a atenção dos Srs. Senadores porque eu vou dar um conjunto de datas que eles são absolutamente reveladores e nesse sentido meu papel como Presidente da agência e é meu o papel, porque eu acho até estranho quando alguém reclama que eu exerci um determinado papel. Mas esse papel é meu. É como o Presidente do Congresso, Presidente do Senado, ele tem papéis que não é do Senador, especificamente, é do Presidente, é ato de ofício, ele é quem recebe pelo Senado, ele que faz a anti-sala, ele que faz a representação. Era eu que tinha que fazer a representação da ANAC. Então, criticar que eu fiz uma intermediação com o Dr. Ayoub, mas isso é o meu papel. Seria um... Eu seria passível de crítica se eu não tivesse procurado aquele que administra a maior empresa brasileira. Porque a lei diz: O Juiz administra com aprovação da Assembléia de credores. Imagina se eu Presidente da agência reguladora não tenho relação com quem administra uma empresa em fase falimentar, mas seria, os senhores tinham que vir para a tribuna dessa Casa e aí sim declarar improbidade do Presidente da ANAC, que é esse senhor lá que está encastelado. Pelo contrário, meu papel era aquele que eu cumpri devotamente, paulatinamente, incansavelmente. Agora, nenhum momento eu abri mão de questões que respondi pelos interesses da Agência Reguladora, nenhum. Pode ver se tem um ato lá. Eu não me arrependo de nenhum. Inclusive aqueles que criaram dificuldades na efetivação do processo VARIG. Mas por que criamos dificuldades? Porque era necessário serem criadas. Eram obstáculos que eles tinham que transpor para poder receber hora, o CHETA lá na frente ou hora aqui a portaria de funcionamento jurídico.

O que ocorreu quando nós tomamos aquela decisão de 18 de abril? A VARIG LOG entra na justiça e aqui houve outra mistura nos depoimentos que eu quero separar. A VARIG LOG e se fala muito na pessoa do

advogado dela, o Dr. Teixeira, ela não tem nada haver com o processo VARIG do Dr. Ayoub. Ela foi vendida lá em 8 de novembro, ela segue um trâmite de buscar a sua carta de autorização para voar na VARIG Logística. Não tem nada haver com o Processo Judicial. É uma mistura que não tem sentido nós fazermos. Ela não concorre a favor da solução do tema, pelo contrário, ela embaraça o tema. [soa a campainha] Ela torna o tema embaraçoso e dificultoso de ser compreendido até pela opinião pública. Nós não podemos partir por aí porque nós confundimos todo mundo.

A VARIG LOG só vai entrar no Processo Judicial, só vai entrar no Processo Judicial lá que o Dr. Ayoub comandava, 19, 20 de junho de 2006. Tudo isso, reuniões da Casa Civil, tem ou não tem sucessão, tudo é antes. Parecer da PGFN, tudo é antes, não tem nada haver o parecer da PGFN, se não me engano dia em 5 de junho. Nada haver com VARIG LOG. Não tem sentido, é uma ilação que não sustenta 5 minutos de debate. Não sustenta, não tem nenhuma relação, processo totalmente distintos. Lá naquela época da PGFN quem adquiriu em leilão foi a TGV, VARIG LOG nem tirou a proposta no leilão. O leilão é judicial, é feito por um Juiz, por um administrador judicial. Quem tira TGV, não tem nada haver com VARIG LOG. Não dá para misturar isso. Não é... Não está de acordo com a justiça, com a verdade e com a perfeição do ato jurídico que a gente tem que procurar ser justo e ser perfeito. Não está. Não está de acordo com isso. Nós estamos misturando coisas em épocas distintas. Tanto é que o leilão VARIG LOG nem participa, nem se sabe de VARIG LOG em VARIG. Ela tem uma pendência jurídica com a ANAC. Porque a ANAC exigiu documentos. Mais rigorosos, mas muito mais que o antigo DAC. Portanto eu acho que a ANAC deve ser motivo de aplauso que se preocupou em fazer um procedimento de transferência de ações, exigindo um conjunto de documentos além daqueles que historicamente o Departamento da Aviação Civil exigiu na história da aviação brasileira. Muito mais. E aí eu estou de acordo com a Dr^a Denise, nós votamos, inclusive, com o parecer dela, voto 4 a 0, porque naquele tempo o Dr. Barat não tinha chegado.

Ora, quando o leilão que aquele segundo que a TGV não consegue colocar os recursos no entendimento do Juiz. Não estou fazendo juízo de valor se a TGV tinha ou não tinha porque eu sei que tem esse debate, lá na CPI do Rio de Janeiro tinha esse debate. Eu não estou fazendo juízo porque não compete a mim. Tem um Juiz administrando um Processo Judicial. O que é que eu, Presidente da ANAC, tenho que me meter. Citaram aqui o Dr. Brizola, o Dr. Brizola gostava muito de uma frase. “Cada macaco no seu galho”. Não era o meu galho aqui. Tá. Aquela era uma questão que o

Juiz tinha que tomar as decisões e tomou. Ele declarou deserto o leilão por volta do dia 16.

E aqui Sr^{as} e Srs. Senadores. Eu quero que os senhores atentem muito bem, vai ficar gravado aqui nesse microfone para procedimentos que justificam na minha opinião, pelo menos para mim justificar tanto é que eu votei a favor. O que eu chamo a pressa e não a pressão. Eu quero que os senhores atentem para essas datas. É muito importante. Quando o Dr. Ayoub declara deserto o segundo leilão eu calculo que deve ser por volta do dia 16 de junho, 17, por aí, quando ele declara deserto, ou seja, o leilão foi infrutífero. Ele, Dr. Ayoub, comigo, Milton Zuanazzi, nas várias conversas que tivemos eu sempre pedi a ele. Dr. Ayoub, eu quero um compromisso seu que não é formal, é um compromisso de servidor público, ele também é um Juiz, ele também é um servidor público, que se o senhor não ver mais condições, Senador Jucá, olha bem o que eu vou dizer aqui. Se o senhor, Dr. Ayoub, não ver mais condições de sobrevivência da VARIG, o senhor me dê no mínimo 72 horas para nós prepararmos a contingência. Porque são mais de 6 milhões de bilhetes vendidos pela VARIG, espalhados no mundo inteiro, vocês devem lembrar, muitos de vocês viajaram pelo mundo, a gente não viajava para fora do Brasil sem um bilhete VARIG, mesmo que não fosse ela que nos transportasse, era a *Star Alliance*, ou então era uma loja da VARIG, algum ponto, além-mar que vendia a nós.

Eu recebia diariamente contatos com Embaixadores brasileiros, dou um exemplo. Estava em Copenhague 136 crianças entre 10 e 12 anos do Rio de Janeiro jogando futebol num campeonato com bilhetes VARIG, não tinham como voltar porque o voo Copenhague havia sido cancelado. O Embaixador do Peru te ligava porque tinha 28 pessoas na porta da Embaixada. O Embaixador na Austrália, em Sydney ligava porque tinham brasileiros com bilhete VARIG, como fazê-lo? Nós estávamos diante de um drama que se avizinhava cada vez mais, cada vez mais intenso. Então, eu dizia, Dr. Ayoub o processo é seu, evidente. O senhor pelo amor de Deus me avisa com no mínimo 72 horas para nós podermos ter rapidez para não deixarmos os usuários parados em aeroportos esperando uma solução no mundo inteiro. Não era um problema até no muito interno, doméstico, a gente tinha nossas empresas que podiam distribuir de forma mais rápida e tinha os aviões da FAB que podiam cobrir aqui, nós já estávamos com contingência com a FAB, estava tudo mais ou menos organizado.

Esta reunião que trata contingência, ela se dá no dia 19 à tarde e aqui eu quero separar, confundiram. Dr^a Denise disse: Nós fizemos uma reunião que tratou a contingência e lá dividimos as rotas em abril,

porque em abril, a conclusão, depois das reuniões que tínhamos, que a VARIG ia falecer, ia falir, portanto, iniciamos lá no início uma contingência. Em maio as decisões do Dr. Ayoub referendados pelo STJ mudaram o quadro. Nós deixamos de trabalhar a contingência efetivamente a partir do momento que o Juiz começa abrir leilões porque sempre imaginamos que alguém poderia arrematar a empresa. Este é um fato.

Ora, a nova contingência e aí não dá para confundir uma de abril quando todo mundo achava que ela não tinha mais saída e ninguém falava que não teria sucessão com a de junho que essa, sim, essa a sucessão era matéria vencida. Essa era diferente, não havia ninguém comprado mesmo sem a sucessão. Mesmo com os atos do Dr. Ayoub, o segundo leilão é fracassado, é considerado deserto. Portanto, nós estávamos agora com um problema que se duplicava. Agora, antes, ela tinha dado deserto porque haveria sucessão e agora está dando deserto sem ter sucessão.

Nesse dia 19 de junho Dr. Ayoub me telefona e me diz o seguinte. Ele não disse: Milton, eu vou falir a VARIG. Ele me disse o seguinte: Milton, prepare a contingência. É mais ou menos a famosa piada, o gato subiu no telhado. Quando o Dr. Ayoub disse: Milton, prepare a contingência, eu já interpreto, ou seja, ele Juiz não está vendo mais solução para o caso. Ele que administra o processo. Não nós, não em Governo. O que faço eu, Presidente da ANAC? Comunico meus colegas, comunico o Ministro Valdir Pires, comunico a Ministra Dilma. Naquela segunda-feira, dia 19, é chamada uma reunião no Palácio. Chamada uma reunião no Palácio onde a gente inicia o preparo da contingência. Por quê que nós estamos para o Ministério da Defesa? É fácil de explicar. Porque nós estávamos ainda provisório na sede da gerência da ANAC aqui em Brasília, um prediozinho acanhadíssimo, não tinha nem sala de reunião, nada. E no Ministério da Defesa há uma grande sala num andar que é quando o Brasil se um dia, tomara que isso nunca ocorra, entrar em guerra. Tem uma sala especial, uma sala de crise no Ministério da Defesa, foi à sala que nós passamos a usar para preparar a contingência para atender os usuários da VARIG, nada mais, nada menos.

Nós instalamos ainda naquela segunda-feira, dia 19. Instalamos as equipes, instalamos todo mundo, chamamos as Empresas Aéreas, todas as brasileiras, mais a FAB, na terça-feira pela manhã nós estávamos despachando com todas as empresas, um por um. Nós diretoria, já todo mundo envolvido porque nós tínhamos volume. Quantos bilhetes têm? Já tínhamos entrado no sistema da VARIG. Dois funcionários nossos foram designados por mim por Portaria, ingresse no sistema e domine o sistema, o sistema passa a ser da

ANAC para que ninguém nos escondesse passageiros em algum lugar, ou venda de bilhetes, ou coisas desse tipo. O sistema passou naquele momento, está sob a nossa coordenação não, sob a nossa supervisão direta. Sempre com a VARIG coordenando, mas nosso pessoal dentro do sistema deles lá no Rio de Janeiro. Fizemos todos os atos que têm que se fazer numa contingência.

Eu digo, contingência é que nem o bombeiro, o bombeiro tem que estar preparado para o incêndio, apesar que ele sonha que o incêndio nunca ocorra. O sonho do bombeiro é nunca ter um incêndio, mas ele tem que estar preparado para um incêndio, senão ele é um mau bombeiro. Então, nós estávamos fazendo ali a nossa obrigação novamente, vamos nos preparar para uma crise brutal, aguda. É isso que nós estávamos fazendo ali no Ministério da Defesa.

Quarta-feira, dia 21. Quarta-feira dia 21 eu recebo um telefonema do Dr. Ayoub que me diz o seguinte: Milton, surgiu uma luz. Eu recebi em audiência um grupo que ele não quis declinar o nome a mim naquele momento porque disse que não estava formalizado nos autos e acho que ele está certo. Me pareceu que o grupo vem com vontade de arrematar e eu disse a eles que o problema é que a partir de sexta-feira, dia 23, a partir de sexta dia 23, ele, eu estou falando Dr. Ayoub dizendo a mim, a VARIG não tem mais condições de botar um litro de querosene.

Agora não se trata mais de falir ou não falir, ou seja, ela não terá mais capacidade operacional. Ela vai parar. Por quê? Porque vendemos tudo o que era possível, todos os recebíveis. A VARIG tinha muitos recebíveis. Nós comprávamos um bilhete no final do ano, passar ano-novo fora, comprava um bilhete da VARIG, pagava no cartão de crédito, aquilo formava um volume, aqueles recebíveis foram todos sendo consumidos neste processo, declinante da saúde financeira da empresa, mesmo sem as questões de sucessão. Aí eram as questões meramente operacionais. Ela foi perdendo a capacidade também operacional. Me parece que eu estou falando uma coisa com muita nitidez, muita clareza. Era isso que estava ocorrendo.

Dr. Ayoub me disse assim: Mas Dr. Ayoub, o senhor me falou na segunda que sexta-feira o senhor não teria mais nem querosene para abastecer. É, mas esse é um fato novo. Esse grupo se propõe ao seguinte, se eu reabrir o certame, o leilão, eles aportam recursos para manter a empresa voando até a data do leilão. Esse recurso é os 20 milhões de dólares que estão aí tão falados hoje. Era um aporte inicial para manter a VARIG voando até o dia do leilão. E eles colocavam a seguinte condição. Se por acaso der disputa e nós perdermos, nós que colocamos dinheiro na frente,

quem ganhar nos ressarcir, por isso que foi em dólares o aporte e não em Reais. Eles ofertaram em dólar para ficar dolarizado o aporte.

Isso efetivamente entra nos autos judiciais. Tem até os números aqui na folha 17 mil, aliás, não é fácil ler os autos judiciais são 181 volumes. É difícil, às vezes encontrar até um documento tal a página de nº 17.682 ela referenda um documento, não está aqui comigo, que é o documento que eles ingressam depois dessa Audiência. Quando o Dr. Ayoub me diz isso na quarta-feira, 21, que faço eu? Imediatamente comunico a Diretoria da ANAC, comunico o Ministro Valdir Pires e comunico a Ministra Dilma. É meu dever. Tem que comunicar. Surgiu uma perspectiva de reabrir-se o leilão e esses que estão colocando essa perspectiva em Processo Judicial estão dizendo que mantém a empresa voando até o leilão. Essa é uma decisão que não é minha. Não é da ANAC, é uma decisão do Juiz com aprovação da Assembléia dos credores. Assim diz a lei, recuperação de empresa. Ele Juiz tem essa obrigação de decidir e a Assembléia de credores teria que aprovar. Isso é no dia 21.

Eu comentei com o Dr. Ayoub. Dr. Ayoub nós temos. Aí ele diz o seguinte. Mas tem uma preliminar. Eles estão dizendo que se vocês ANAC só agora vai de novo os processos VARIG e VARIG LOG se cruzarem. Eles estão dizendo que se vocês ANAC não aprovarem a transferência da VARIG LOG, porque o grupo é o mesmo, isso ele já na quinta-feira ele declina, é a VARIG LOG que está fazendo essa proposta, eles dizem que nem vão entrar no leilão porque seria uma insanidade entrar num leilão da VARIG até a ANAC nem vai aprovar o outro. Ou a ANAC aprova o outro ou eles não entram. Tinha uma preliminar, uma condicionante. Eu disse ao Dr. Ayoub. Dr. Ayoub, isso está nos autos, está nos autos peticionado.

Muito bem. Dr. Ayoub, nós temos um problema, nós ANAC. Nós não podemos analisar a transferência da venda da VARIG LOG, estamos impedidos judicialmente, porque nós estamos com uma ação judicial contra eles. Ganhamos em primeira instância, mas tem um recurso, o Tribunal Federal de Brasília. Tem um recurso, nós não podemos. ANAC não pode, ela está mais uma vez sob uma decisão judicial como todas as outras. Por isso que eu digo, eu não vou discutir uma decisão judicial, vou acatar ou vou recorrer. Não tem lógica a Diretoria de uma agência brigar com uma decisão judicial se ela é correta, se ela interpreta corretamente a lei, ou mal a lei. Mas quem somos nós para fazer essa interpretação, gente? Pelo amor de Deus, vamos sair do nosso topete. Vamos botar os pés no chão. Vamos ser racionais. Vamos ficar no nosso galho, cumprir a nossa obrigação.

Quando há essa informação é que eu comunico, comuniquei ao Dr. Ayoub que tinha esse impedimento e comuniquei ao Governo novamente. E aí vem a famosa reunião da quinta-feira, dia 22 com a Ministra Dilma e com o Ministro Valdir e com a Diretoria da ANAC. A Ministra Dilma nessa reunião simplesmente se limitou a dizer o seguinte. Esta é uma decisão da ANAC, vocês podem pegar os depoimentos dos demais, essa é uma decisão da ANAC e a posição do Governo é salvar a VARIG, se estiver de acordo com o que a Legislação está determinando. Ela comunicou uma posição do Governo, eu não vejo mal nenhum e muito menos me senti pressionado com isso, muito pelo contrário, esta palavra da Ministra Dilma eu até queria que ela tivesse vindo quatro meses antes. Eu briguei muito para ela ter vindo muito antes. Não me senti pressionado mesmo. Muito pelo contrário, me senti confortado. E acho que também o Dr. Ayoub, o Juiz que está lá sobre uma decisão que está muito nos ombros dele estava e é correto o que o Senador Mercadante diz, a decisão era do juízo porque a lei assim determinava, não era do Governo mais, não era muito menos da ANAC, não era de outra pessoa, era dele com a aprovação da Assembléia de credores. É isso que está na lei. É isso que ele estava seguindo.

O que ele faz e o que ele diz é o seguinte. Se até sexta-feira diz a mim, Milton, eu comuniquei sempre à Diretoria, a Diretoria nunca ficou sem saber isso. Por mais que eu, Presidente, pudesse guardar essa informação, jamais. Agora pode até me criticar por excesso de democracia dentro da ANAC, mas nunca por autoritarismo. Até duvido que um Presidente de agência tenha sido tão democrático quanto eu fui lá. Nenhuma decisão tomei, nada, todas as minhas Atas publicadas, tudo publicado, tudo discutido, nada, nada, nada, deixei de falar com meus colegas, o testemunho deles pode dizer isso a vocês. Fui sempre absolutamente democrático porque entendia, eu presido um colegiado, acho que o Presidente dessa Casa, deve assim agir, o Sr. Presidente da Comissão age assim com os Srs. Senadores, vocês são iguais. Está ungido no cargo de Presidente, mas os senhores são Senadores, nós éramos Diretores da ANAC, eu não era diferente do Dr. Leur, Dr^a Denise, Dr. Barat e Dr. Veloso, eu era igual a eles. Eu estava ungido como Presidente, eu tinha a representação da agência. Nunca impus absolutamente nada.

E disse: Nesta reunião na quinta-feira eu disse: Eu vou chamar uma reunião de emergência amanhã. Por quê? Não será a ANAC porque ela deixou de analisar um documento que vai ser a culpada pela falência da VARIG. Não será. Agora, comunicamos ao Governo. Este Processo Judicial impede nós de votarmos e,

segundo, se eles retirarem o Processo Judicial sabe o quê que vai acontecer? Eu me lembro de uma pergunta do Senador Demóstenes, da Denise, eu acho que ela não respondeu com tanta precisão, eu já vou me antecipar, se no momento que eles retiram o Processo Judicial o quê que acontece? Eles acatam a decisão da ANAC que eles questionaram. Ou seja, eles se obrigaram a apresentar os documentos que nós lá em 18 de abril dizíamos que tinha que apresentar. Vitória é nossa, vitória do órgão regulador. Eu não tenho porquê ficar de cara feia porque eles foram lá retirar uma ação judicial. Nós vencemos, nossa tese é que venceu. Dr^a Denise deveria ficar alegre, aliás, eu acho que ela votou porque ela ficou alegre, aliás, nós vencemos, era nossa tese.

O único item na nossa tese que foi questionado pela superintendência de serviços aéreos porque aí é importante só que os senhores entendam assim. Como é que funciona na Agência hoje, só olhar o Regimento Interno, vocês podem depois inquirir o Dr. João Ilídio aí que ele sabe tudo sobre isso. É o nosso representante da Advocacia Geral da União na ANAC. O Regimento Interno diz: “Toda a transferência de ações, formação de novas empresas, todos os pareceres vem da superintendência e serviços aéreos”. Aquela que substituiu no DAC o antigo departamento de serviço aéreo – DSA, é aquele parecer que vem para a diretoria. Não é o parecer da Procuradoria. A Procuradoria só é instada se houver alguma dúvida, alguma divergência. Não havendo divergência a diretoria aprova ou não. Então, quem tinha que analisar o processo era a SSA nas suas mais variadas áreas. Tinha também uma consulta a Superintendência de Segurança Operacional que é uma consulta também obrigatória que está lá o parecer do superintendente favorável à transferência.

O Parecer da SSA é todo ele favorável à transferência, pode olhar, está nos autos, posso citar o número dos autos, mas eu acho que o Dr. João Ilídio tem mais capacidade do que eu para isso. Todos eles nos autos. Por isso que eu não preciso apresentar esses documentos. Todos eles. O Parecer aprova integralmente a venda da VARIG LOG, da VARIG LOG para a Volo do Brasil. Exigimos contrato de mútuo, eles apresentaram documento, está no parecer que estava autorizado pelo Banco Central ingresso de recursos. Então, eu não sei quem é que anda falando que nós éramos contra, analisar de onde tinha vindo recursos. Não é verdadeiro. O único item, tem um item que eles questionam e um sócio só questiona, os outros não questionam, só o Dr. Audi. Ele questiona na petição, é que era a sua Declaração de Renda individual. E ele alega que a lei do sigilo fiscal impede que um órgão

administrativo exija a declaração. A Declaração de Renda da empresa está nos autos, nós exigimos. A individual é que ele questiona. E este questionamento é que a SSA manda para a Procuradoria. A Procuradoria se manifesta sobre este item. Se nós tínhamos competência ou não para exigirmos a Declaração de Renda individual de um sócio que diz que se negava porque ele tinha uma outra Legislação de fato a Procuradoria eu não tenho condições de analisar isso juridicamente, a Procuradoria nos disse que não era da nossa competência exigir a declaração de Pessoa Física, a jurídica sim, e exigimos. Mesmo assim e é nesse parecer que em 23 de junho vou só corrigir o horário em torno de 9:00, 9:30 da noite, e não as 23:00. As 23:00 nós já tínhamos comunicado o SNEA que era parte integrante do processo da nossa decisão. Eu tenho recebido do SNEA, 11:00 da noite. Mandamos um funcionário levá-lo.

Então, nós aprovamos. Por que aprovamos em torno de 8:30, 9:00 da noite? Porque aguardávamos os pareceres, não podemos aprovar nada sem os pareceres. Então, ninguém estava tergiversando, empurrando, fazendo jogo, nem a favor de ninguém. Nós estávamos aguardando os pareceres porque eles que embasam a nossa decisão, sem a qual nós teríamos tomado um ato autoritário e aí sim passível de críticas. Quando os pareceres chegaram da SSA e aquele item da Procuradoria da ANAC nós votamos e foi 4 a 0 e não tinha porquê ir contra. Os Pareceres eram favoráveis. Mesmo assim o Dr. João Ilídio sempre muito probo, muito correto, diz nos pareceres, nos vários que ele fez sobre essa matéria que caso nós, que nós deveríamos dar vistas ao SNEA e que caso encontrássemos algum fator que viesse a não justificar aqueles pareceres favoráveis que nós em qualquer tempo poderíamos revisar, isso está escrito várias vezes nos autos, está escrito várias vezes.

Tanto é que nós demos o Parecer e no dia 23 aprovamos e demos vistas ao SNEA – Sindicato Nacional de Empresas Aéreas, demos vistas. Quando veio as vistas o Dr. Barat já havia ingressado na ANAC. A primeira reunião de Diretoria que vai analisar o parecer do Dr. João Ilídio sobre as vistas e o que o SNEA tinha escrito nós já nomeamos o Dr. Barat, relator. Aliás a Dr^a Denise acho que falou, eu não sei porque me tiraram. Ninguém tirou. Foi indicação dela na reunião de Diretoria. Eu sugiro que o Dr. Barat que está chegando agora, que não está misturado com o problema fique ele de relator da matéria do SNEA. Foi sugestão da Dr^a Denise. Depois vocês perguntam aos demais Diretores e nós nomeamos o Dr. Barat por sugestão dela. Nomeamos o Dr. Barat.

O Dr. Barat em 29 de agosto dá um parecer, Dr. Barat em 29 de agosto dá um parecer e diz que a ANAC agiu em 23 de junho corretamente. E, portanto, ele ratifica a nossa posição. Dr. João Ilídio dá o parecer favorável, vamos ao voto, 5 a 0. Votamos pela segunda vez a mesma matéria. Então, para mim essa é uma matéria, assim, liquidada, eu não entendo porquê que nós estamos voltando a esse tema. Não entendo mesmo. Volto a dizer... Fiz aqui um depoimento absolutamente técnico defendendo a ANAC, não estou defendendo quem quer que seja. O fato é esse. Os autos estão lá para provar o que eu estou dizendo. E as datas têm que ser colocadas no seu momento respectivo porque se nós misturarmos as datas nós vamos levar todo mundo a incorrer num grande erro, especialmente a opinião pública incorrer num grande erro que, aliás, eu acho que parte dos setores da imprensa já incorrerem, parte não incorrerem porque perceberam que tinha coisas não fechando e partes incorrerem.

Quanto à notificação nossa a notificação nossa ao Banco Central, a Receita Federal foram várias que a ANAC fez, várias. Não foi só a do Milton Zuanazzi. Desde as primeiras, primeiro eles, eles VARIG LOG colocam no processo o ingresso do recurso com aprovação do Banco Central. Está lá escrito. Inquire o Dr. João Ilídio sobre isso. Eu sei que andaram dizendo, estava no jornal de hoje que eu fui lá na CPI da VARIG no Rio de Janeiro e disse que eu tinha colocado e na verdade eu coloquei seis meses depois. Eles VARIG LOG que colocaram. Está no relatório. Está escrito. Não falei nada eu. Eu lá depois que nós, depois que a VARIG é vendida, depois do CHETA novamente inquirimos o Banco Central e Receita Federal. Veja nossa preocupação Senador Flexa Ribeiro, a nossa preocupação de que aquele negócio estava sendo correto. A ANAC teve várias vezes, tem ofícios desde a nossa Secretaria Geral que expedia, tem ofício da Procuradoria, tem ofício da Presidência da ANAC inquirindo vários órgãos.

Aquele ofício de 18 de abril não falava de questão fiscal e de ingresso de recursos, os ofícios que nós expedimos naquela reunião de Diretoria que nós alteramos as regras é um ofício que nós expedimos à Junta Comercial do Rio Grande do Sul, a junta comercial do Rio de Janeiro e a de Brasília, dizendo: "Atenção Junta Comercial, os senhores não podem vender a VARIG LOG sem a aprovação da ANAC". Misturaram hoje à tarde de novo, não sei, não tem sentido essa mistura. Aquilo foi nós proibindo a venda porque nós tínhamos o receio de que fosse na junta comercial, *by-passasse* uma decisão que estava em juízo, que nós estávamos discutindo em juízo. Então nós fomos lá dizer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Milton, com a sua permissão. V.S^a está completando quase agora uma hora de depoimento. Gostaria de saber qual o tempo mais necessário para a conclusão.

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu vou partir para a conclusão. Não levo mais que 5 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Ex^a.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte, eu estou aqui sentado desde dez horas da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estamos todos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a também. De dez horas a menos de uma hora que está o Sr. Milton falando, até as 19:42 eu não ouvi nada coerente aqui, nada que tivesse uma história coerente. E eu fiquei sentado aqui 9 horas. Quando eu começo a ouvir algo que me dá coerência de todos os fatos que aconteceram, conhecimento do que eu tinha, eu queria que V.Ex^a desse o tempo que fosse possível, o Sr. Milton chegar ao final de toda essa história que hoje...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para a história terminar coerentemente era preciso da acareação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a quer um aparte?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V.Ex^a me der.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A palavra está com o Senador Wellington. Com a palavra Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu dou aparte ao Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houvesse a possibilidade da acareação, mas o líder do Governo recusou, então, nós poderíamos saber o que é que era coerente ou não. Nós temos depoimentos contraditórios, são diferentes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não precisava, estavam todos na Mesa, já era uma acareação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Inácio, a palavra está com o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, eu queria de uma vez por todas terminar o conhecimento sobre a matéria. E hoje eu estou vendo agora, não é hoje não, agora eu estou vendo coerência contra tudo o que aconteceu e o que se passou aqui e o que eu venho estudando desde que eu entrei nesse assunto.

Então, eu queria que V.Ex^a como Senador, como homem que gosta de saber as verdades sobre os assuntos, que eu conheço V.Ex^a, e também tem as questões partidárias porque agora aqui eu não estou vendo mais quase oposição nenhuma, só V.Ex^a e o Senador Demóstenes. Sumiu todo mundo. Desapareceu. Então, eu queria que V.Ex^a deixar o Sr. Milton terminar, explicar e nós falarmos, assim, bom, entendemos. Se V.Ex^a assim o achar porque está na Presidência desta Comissão. Pediria a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado. Senador Wellington Salgado, V.Ex^a...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Oposição é sempre minoritária mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não entendeu a pergunta que fiz ao Dr. Milton. Eu em nenhum momento restringi o tempo que dei a ele, até porque o tempo dado a ele e a Dr^a Denise foi de 30 minutos prorrogados pelo tempo necessário.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que é o que está acontecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E é o que está acontecendo. Disse a ele, apenas, que estava completando uma hora de depoimento e perguntei a ele qual era o tempo que ele necessitaria para concluir o seu raciocínio, o seu depoimento. Ele que disse que precisaria de 5 minutos. Então, quem estabeleceu...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Me perdoe, porque eu não pude entender, eu estava muito concentrado no que o senhor estava falando. Me perdoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a é estudioso e é um Senador competente. O Dr. Milton, nosso convidado terá o tempo, ele que definiu o tempo de 5 minutos para concluir o seu depoimento. Eu quero lembrar só aos Srs. Senadores que ao término, ao término do depoimento do Dr. Milton Zuanazzi, nós vamos consultar o plenário para sabermos se nós damos sequência a Audiência de hoje, ainda temos dois convidados a serem ouvidos, ou se

nós suspendemos a Audiência e retornamos amanhã pela manhã. Mas isso nós faremos, isso nós faremos ao final do depoimento do Dr. Milton.

Com a palavra o Dr. Milton Zuanazzi para as suas conclusões no tempo que o senhor achar necessário, que não passe de meia-noite.

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu agradeço a bondade, as palavras, mas realmente estou em fase final dessa primeira intervenção. Posso afirmar aqui com todas as convicções que são as únicas coisas que possuo, meus bens são minhas idéias e minhas convicções. E também nunca passei na vida pública depois de 28 anos para me queixar de nada. A vida pública é assim. A gente trabalha a dimensão de um administrador público, todos os senhores já foram, ninguém é Senador sem ter passado por um cargo público relevante. Dimensão da atividade pública é a dimensão de dificuldades, de pressão, de estar constantemente tendo que tomar decisões. Eu acho que o mais importante é a gente tomar as decisões com a consciência, com a coerência, embasado em pareceres que lhe dê segurança, garantia, saídas jurídicas. Eu não gosto nem de lembrar as situações da ANAC. O estereotipo que a minha imagem ficou perante a opinião pública eu depus, o Senador Demóstenes era o relator da CPI da Crise Aérea, eu depus três vezes aqui no Senado, acho que até nessa mesma sala e depus três vezes na Câmara, são seis depoimentos em CPIs num prazo de dois, três meses, eu até brincava, eu acho que eu sou *Guinness Book* em CPI, sendo que as responsabilidades da ANAC eram secundárias em relação aos problemas que nós estávamos vivendo. A ANAC era vítima dos problemas. Não causadora. Ela que tinha responsabilidade sobre o usuário, mas não era ela que criava o problema aos usuários. Mesmo assim jamais me neguei de vir prestar nenhum depoimento. Jamais. Nunca me escondi.

O Senador Demóstenes vai ser meu testemunho agora, aqui. Fiz sem alarde. Sem nenhum alarde, as duas CPIs, um gesto meu, pedi aos dois Presidentes, Senador Tião Viana aqui, Deputado, perdão, nosso Presidente... não, não, nosso Deputado do Piauí, Deputado Marcelo Castro. Entreguei a ambos meu sigilo fiscal, bancário e telefônico. Entreguei sem nenhum alarde, nunca falei para a imprensa, não fazia a tarefa de me exhibir, mas fiz questão de entregá-los. Eles também não divulgaram. Fizeram corretamente, se não sentiram necessidade de verificar. Ninguém divulgou, Senador Demóstenes não divulgou, mas entreguei por ofício, disponibilizei, não entreguei, disponibilizei. Não tenho absolutamente nada a negar da minha vida pregressa, da minha vida pública, confesso...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

A síndrome de Estocolmo.

SR. MILTON ZUANAZZI: Confesso, Senador, a vida pública me cansou. Porque é muito difícil você estar no centro de um estereotipo. O estereotipo, Senador Paim, como defensor dos Direitos Humanos, está... O estereotipo está para a pessoa pública assim como o preconceito está para a pessoa na individualidade, ele tem o mesmo efeito danoso. Alguém estereotipado na opinião pública é um efeito danoso e irreparável. E eu fui. Eu fui na ANAC. Não foi a Denise não. A Denise teve alguma sacanagem, sim, com ela, algumas coisas que não deveriam ter feito. E eu a defendi aqui nessa Comissão, acho que não foi correta aquela questão do charuto, não foi correto coisas que fizeram com ela. Defendi ela sempre. Faria tudo de novo igual. Agora o estereotipo era meu. Até hoje eu que pago o preço dos familiares do acidente da TAM que acham que o culpado sou eu porque aquele avião caiu. É eu que pago o preço. Não é mais ninguém. Onde eu vou eles estão atrás de mim... Inclusive, agressões físicas. E eu não estou me queixando de ter passado pela ANAC. Eu estou aqui de cabeça erguida, tenho certeza que fiz tudo o que era possível para nós atravessarmos aqueles momentos de dificuldades, cabeça muito erguida, mas muito erguida mesmo. E nunca deixei ninguém sem nenhuma resposta. Nunca. Tenho o testemunho de V.Ex^{as}. Estou novamente aqui dizendo o mesmo. Não há nenhuma pressão, não há nenhum documento, não há nada nesse processo de venda da VARIG, escondido, está tudo num Processo Judicial, está tudo num processo dentro da ANAC. Tudo, sem exceção.

Eu espero que o meu depoimento seja esclarecedor a V.Ex^{as}. Espero que ele venha ajudar a nós termos uma solução. Volto a dizer. Não vim fazer discurso político e não vim defender ninguém politicamente. E mais, fiz muitas críticas políticas nesses episódios e elas foram manifestadas pelos companheiros da imprensa que estão aqui presentes, muitas e muitas vezes, inclusive aqui nesta Casa, não meramente na CPI, mas naquela Comissão da VARIG, muitas vezes expus divergências com conduções, mas era mera opinião minha dentro do meu direito absolutamente democrático de expressão. Nada mais do que isso e respeitando aqueles que não pensavam como eu. Fico a disposição dos senhores e das senhoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Milton Zuanazzi. E consulto ao plenário se nós daremos seqüência à Audiência Pública de hoje ouvindo... pensei que V.Ex^a ia interromper o raciocínio. Ouvindo em seguida o Dr. Leur Lomanto e depois o Dr. João Ilídio Lima Filho para que possamos abrir ao questionamento das Sr^{as} Senadoras

e Srs. Senadores ou se suspendemos e retomamos num próximo dia? Gostaria de ter o pronunciamento do plenário através dos líderes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Olha, eu tomei muito café, eu perdi o sono completamente, até as 5 da manhã estou assíduo, mas se a Comissão quiser amanhã cedo nós podemos retomar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou ouvindo os líderes. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho apenas uma ponderação a fazer. Como o Senador Wellington Salgado, estou aqui já completando 11 horas seguidas, né? Eu amanhã tenho uma atividade no meu Estado com o Ministro dos Transportes. Então, eu não vou poder estar. Por isso, se for suspenso, eu respeito a opinião dos líderes, mas se for suspenso, eu gostaria pelo menos já que eu não vou estar amanhã, se for transferido para amanhã, poder fazer uma ou duas perguntas no máximo para os três convidados desta Comissão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Então é melhor ouvir todo mundo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Juro ser muito breve e muito objetiva.**DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:**

Sr. Presidente, se me permitir. Sr. Presidente, V.Ex^a... V.Ex^a me permite, apenas, o que eu posso assegurar a V.Ex^{as} é que o meu depoimento, a minha exposição inicial será muito breve. E deixaria a maior parte do tempo para as interpelações.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então com a palavra... Bom, vamos ouvir a todos. Senadora Ideli.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos dar continuidade, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vamos ouvir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos dar continuidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, com a palavra o Dr. Leur Antonio Brito Lomanto para...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que nós temos que ouvir, nós temos que interrogar o SR. Milton Zuanazzi, ouvir, perguntar a ele. Mas qual a diferença? Não, sim, mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se o Flexa for presidir de novo vai demorar um pouco mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sugiro, Senador Demóstenes, se V.Ex^a naturalmente acolher essa sugestão, que a gente ouça rapidamente, pelo menos o Dr. Leur está dizendo que será rápido, depois a gente faz as perguntas a todos. Se houver concordância. Com a palavra Dr. Leur Lomanto.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO: Sr. Presidente Marconi Perillo boa noite, boa noite Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos da imprensa aqui presentes. Eu aceitei o convite que me foi formulado pela... Através da Presidência desta Comissão, vim aqui me fazer presente para...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr. Lomanto, apenas uma questão. Eu queria solicitar ao Presidente da Comissão porque até agora nós estávamos com o Plenário funcionando e a regra desta Casa é muito clara quando tem Plenário é Plenário. Agora, por que a TV Senado não está transmitindo o evento neste momento? Não, não está. A programação da TV Senado está outra. Não. Obviamente que não, Senador, apenas na condição de Presidente que pudesse exigir porque quando há trabalho na Casa seja de qualquer Comissão a TV Senado transmite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu queria... Então, eu pediria providência nesse sentido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Marconi o senhor está muito preventivo para comigo, eu apenas estava relatando porque imagino que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não sabia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Foi exatamente nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra ao Dr. Leur Lomanto.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO: Obrigado, Presidente. Como dizia eu aceitei o convite para aqui estar presente no sentido de prestar esclarecimentos a respeito de toda esta celeuma que foi criada nos últimos dias em relação à transferência do controle acionário da VARIG LOG para a Volo. E quero deixar também bem claro que não estou aqui para defender nem absolutamente acusar ninguém. Irei retratar a realidade dos fatos como eles realmente aconteceram. Com muita transparência, com muita tranquilidade, com muita objetividade.

Farei um breve histórico, Sr. Presidente, em relação aos fatos que antecederam a nossa decisão final do dia 23 de junho. Este processo VARIG LOG

como alguém já colocou aqui nesses quase 11 horas de depoimento foi exatamente um dos primeiros processos que nós nos debatemos na ANAC. Se não me engano foi a nossa segunda reunião de Diretoria, nós designamos a Dr^a Denise Abreu como relatora do caso VARIG. Me recordo que eu fiquei, fui designado também como relator do caso VASP e se não me falha a memória o Milton ficou relator do caso TRANSBRASIL em que pese nesse período todo de um ano e meio que ficamos na ANAC a TRANSBRASIL não peticionou e nem requereu absolutamente nada em relação à VARIG, em relação à TRANSBRASIL.

E este processo, a verdade se diga, ele veio muito confuso, primeiro que não era processo, acho que já foi dito isso aqui pela Dr^a Denise e ela tem razão quando diz que lá era por pastas, não tinha números e ele veio muito desordenado. Peticionado que fomos pela VARIG LOG, solicitando uma decisão por parte da ANAC em relação já que como os senhores sabem essa transação foi feita no mês de janeiro, VARIG LOG/Volo, nós fizemos uma reunião de Diretoria e solicitamos um parecer do nosso Procurador na ANAC para que ele nos informasse se aquele processo estava concluso ou não. Processo do velho DAC. O parecer do Dr. João Ilídio aqui presente disse que não estava concluso. Então, nós ordenarmos o processo, demos número ao processo e nós fomos além daquelas exigências, se não me engano na Portaria 195, a 395 do antigo DAC.

E aí a Diretora Denise já designada relatora do processo VARIG ela expediu um ofício, um ofício 058 onde elenca uma série de exigências, aquelas já feitas pelo DAC e aduzimos outras mais, inclusive a explicação da origem do capital, a apresentação da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física dos sócios da Volo e certidões negativas do INSS. Vejam que a ANAC foi muito mais exigente do que a própria portaria 395. Estávamos errados? Não. Nós queríamos transparência completa. Nós queríamos ter um respaldo maior possível para a nossa decisão.

Expedimos este ofício à Dr^a Denise disse bem Milton, esse ofício não passou por reunião da Diretoria, nós apenas nesta outra reunião nós confirmamos a expedição do ofício 058. E abrimos um prazo para que a empresa pudesse efetivamente cumprir aquelas nossas exigências. O que aconteceu? Eles entraram, quando me refiro a eles, a VARIG LOG. Entraram na justiça com pedido de liminar para que este prazo que nós concedemos fosse eliminado. A liminar foi concedida, nós suspendemos, acatamos a decisão, os senhores não podem imaginar a quantidade de ações no decorrer de todo esse período que foram colocadas em relação a ANAC, em relação à 8^a Vara Empresa-

rial do Rio de Janeiro e várias nós acatamos, outras tantas discordamos e entramos com recursos, enfim, foi realmente uma batalha judicial e não cabe aqui entrar no mérito, acho que vocês já ouviram muito essas querelas judiciais, ela vai ter no final, várias matérias são de caráter Constitucional e o Supremo vai chegar um dia no Supremo Tribunal Federal e será dirimido, claro, essas dúvidas.

Pois bem, em face da liminar concedida para a VARIG LOG nós eliminamos o prazo, mas também dissemos que nós não podíamos definir já que o processo estava subjudice. E aí como eu afirmei há pouco no jornal o *Estado de São Paulo*, isso dava a entender por parte de setores da mídia que a VARIG, que a ANAC estaria dificultando o processo VARIG. Isso não corresponde à realidade. Eu pessoalmente na minha adolescência sempre voei em VARIG, eu me considero até um “variguiano” na própria CPI da Assembléia do Rio, acompanhando o Milton, eu disse isso. Eu sou um “variguiano”. Eu acho que este caso VARIG é um clamor nacional. O Senador Paim aqui está de testemunha, ele que coordenava aqui um grupo no Senado, nós estivemos aqui eu e o Milton participando de diversas audiências públicas para salvar a VARIG. Por quê? A VARIG era uma tradição, era uma bandeira, tinha cidades que nem Consulado existia, mas tinha lá a lojinha da VARIG, mas era onde o nosso conterrâneo brasileiro ia ler o seu jornalzinho, notícias da sua cidade e até receber informações a respeito do seu passaporte, enfim, informações que realmente [soa a campainha] eram importantes que a VARIG como tradição da aviação brasileira, da Aviação Civil Brasileira. Era um clamor nacional. Nós recebíamos pedidos constantemente de todos os setores. Sociedade Civil organizada, dos sindicatos, dos trabalhadores, Sindicato dos aeronáuticos e é claro que esses pedidos também não vinham só para a ANAC. Iam para o Governo. Iam também para o Governo. E é claro que o Governo teria que interagir com a sociedade no sentido de buscar uma solução para a VARIG.

Agora, entre esta preocupação de pedir uma solução para a VARIG, de agilizar o processo VARIG, porque realmente a empresa demorava de cumprir [soa a campainha] as exigências que nós solicitávamos. Vou concluir, Sr. Presidente. Em confundir isso como pressão do Palácio do Planalto, da Casa Civil, não faz o menor sentido. Meu caso pessoal, e sei que quem passou por essa Casa, um mandato, dois, eu passei pela Casa vizinha ali sete mandatos. Além de estar revestido do meu mandato como Diretor da ANAC que os Srs. Senadores nos outorgaram, eu não iria ser submetido a nenhuma pressão, Sr. Presidente Marconi

Perillo, nem do Planalto, nem da Casa Civil, nem da justiça, nem de quem quer que seja.

Participei de algumas reuniões no Palácio do Planalto. Se não me engano uma ou duas reuniões porque a maioria delas era o Presidente da ANAC como representante institucional da agência e a Diretora Denise que era a relatora do processo VARIG. Sobre contingenciamento, sim, nós tínhamos uma preocupação, como o Milton disse: Cada dia, cada semana que passava a VARIG se afundava, perdia linhas e o contingenciamento se vazia necessário. Os senhores se recordam que nós estávamos em junho/julho em pleno mês de Copa do Mundo. E eram sim, eram mais de 6 milhões de passageiros no chão, no mundo inteiro e aqui no Brasil. E uma das rotas mais importantes da VARIG era exatamente o que fazia São Paulo/Frankfurt onde praticamente era a sede da Copa do Mundo e a seleção brasileira lá estava. Então, os senhores podem imaginar quantos brasileiros se encontravam nos Aeroportos para poder retornar aos seus destinos.

O Milton, eu acho que esqueceu, mas é fato, na semana do dia 23, em junho, foi instalado um gabinete de crise no Ministério da Defesa. E é por isso que nós estávamos lá, era um plantão permanente de todos os Diretores lá no Ministério da Defesa, nós não tínhamos sede. E a Dr^a Denise disse bem, aqui, não tínhamos veículos, transporte e nem sede, eram emprestados no antigo SERAC, era o antigo órgão do DAC e realmente não tínhamos instalações quase que nenhuma, nem sala para reunião e achamos até bom que fosse instalado esse gabinete de crise, pelo menos nós tínhamos uma sala de reunião e aí tivemos que convocar todas as Empresas Aéreas, TAM, Gol, me recordo, BRA, *Ocean Air*, para saber deles o que é que eles poderiam disponibilizar no caso de uma paralisação total da VARIG.

Reunimos todos eles e a agenda, a agenda da ANAC continuava. E nós saímos de lá duas, três horas da manhã e eu me recordo, muito bem, quando o Milton nos comunicou que o Juiz Ayoub havia lhe ligado dizendo que tinha uma luzinha no final do túnel. [soa a campainha] Antes disso ele disse: Prepara a contingência, aí que nós instalamos o gabinete de crise. Aí dois dias antes, olha, tem alguém interessado com recursos, mas realmente houve este condicionamento. Quer dizer, nós fomos questionados porque se votar oito, nove, dez horas da noite essa questão, uma questão que vinha se arrastando há meses desde o DAC que era a homologação por parte da ANAC do controle acionário VARIG LOG/Volo do Brasil.

Pois bem, a nossa Superintendência de Serviços Aéreos, ofereceu um parecer dizendo que a empresa tinha cumprido quase todas as exigências com exceção

à questão do Imposto de Renda [soa a campanha] e da origem do capital. E havia essa dúvida se nós tínhamos ou não competência para exigir esses documentos. Dr^a Denise disse bem, é verdade, eu sugeri que se ouvisse um parecer da Advocacia Geral da União que nós não queríamos errar. Nós queríamos ter um maior respaldo possível na decisão dessas exigências. Nos foi dito que precisaria o Presidente da República que a advocacia só daria algum parecer com a formulação formal do Presidente da República, enfim, aí nós solicitamos ao Procurador-Geral que baseado no parecer da Superintendência de Serviços Aéreos, que ele nos desse um parecer sobre a legalidade ou não, se a ANAC tinha o poder de polícia para exigir estes documentos, as comprovações da declaração de Imposto de Renda, Pessoa Física.

Este parecer está disponibilizado no *site*, eu acho que os senhores têm conhecimento, foi dado pelo Dr. João Ilídio, dizendo que a Volo tinha cumprido todas as exigências feitas naquele ofício 058 com exceção da declaração de Imposto de Renda em relação à declaração, a certidão negativa do INSS que eles tinham parcelado e não cabia, não era competência da ANAC exigir da declaração de Imposto de Renda.

Ora, o Milton convocou esta reunião de posse deste parecer nós votamos. Aquilo que a Dr^a Denise disse que considerou impedida, tudo condiz com a realidade, em face da representação que tinham feito contra ela, aí foi retirada esta representação, foi retirada também a outra ação que eles tinham impetrado contra a ANAC e nós votamos.

Eu quero deixar bem claro aos Srs. Senadores que votei de acordo com a minha consciência e respaldado na Procuradoria-Geral do órgão que eu era gestor como um dos seus Diretores. Portanto, Sr. Presidente, eu... Sr^{as} e Srs. Senadores, foi uma maneira bastante sintetizada que procurei traçar esse histórico do que ocorreu com a transferência do controle da VARIG LOG pela Volo e me coloco à disposição para qualquer dúvida que eu possa esclarecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Leur Lomanto pela colaboração e passo a palavra ao Dr. João Ilídio para que ele possa também fazer o seu depoimento.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Primeiramente Sr. Presidente da Mesa, Senador Marconi Perillo, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores. Passadas praticamente quase 11 horas de depoimentos e de explicações, repetir o que foi dito aqui nesse dia inteiro seria até quase que um sacrifício. Mas eu gostaria de deixar registrado que o meu nome foi citado pela ex-Diretora da ANAC como tendo sido pressionado pela Casa Civil ou por alguém da Casa Civil no sentido de ser retirado de um

hospital no dia 23 de junho para que pudesse dar um parecer pretensamente, possivelmente favorável ao Palácio do Planalto.

Eu gostaria que a Dr^a Denise estivesse aqui presente para fazer, inclusive, acareação. Em nenhum momento, em nenhum momento saí de um hospital, primeiro que eu não estive internado num hospital, eu tenho problema respiratório, eu fui ao hospital para ter oxigênio na manhã daquele dia. Recebi um telefonema do Presidente da ANAC e disse: Tão logo eu saia daqui vou para o Ministério da Defesa e assim eu o fiz. Em nenhum momento eu procurei, estou me reportando com relação à entrevista no *Estado de São Paulo*. Em nenhum momento tentei me escusar da obrigação de cumprir com o meu dever institucional e funcional, de proteger a Agência Reguladora ANAC naquele momento crítico que ela passava.

Ao chegar ao Ministério da Defesa já estava lá o meu assessor, Procuradoria, é bom que se diga, a Procuradoria não tinha um número de 50 Procuradores que a lei determinava que tivesse. Perfeito? E começamos a discutir junto com a SSA as questões que competia regimentalmente a SSA, ou seja, fazer análise econômica e financeira dos documentos apresentados. Após a conclusão, após a conclusão pela SSA da sua análise a Procuradoria se pronunciou, não foi num parecer longo, foi num parecer que está aqui, objetivo e direto, que todas as exigências feitas no ofício 058 poderiam ser cumpridas. E com todas as obrigações nossas, só considero, considerava e considero que isso não era possível exigir o Imposto de Renda da Pessoa Física em razão do art. 198, inciso II se não me falha a memória do Código Tributário Nacional.

E tive a preocupação final, os senhores têm cópia do parecer certamente, de observar o zelo e o cuidado pelo pedido que o SNEA fez no sentido de pedido de vista e recomendei a ANAC, à Diretoria que observasse o teor do pedido de vista. Esta foi à missão da Procuradoria. Passei 29 anos, talvez, no Palácio do Planalto, 20 anos, com certeza. Como disse a Dr^a Denise jamais me intimidei de adentrar no Palácio do Planalto. Não participei da maioria das reuniões que aqui foram ditas. Estive no Palácio do Planalto com duas reuniões, apenas. Por volta, acredito de umas 9 horas, 9:30 da manhã, já saindo do hospital, recebi um telefonema da Dr^a Erenice porque o Dr. Milton falando com a Dr^a Erenice disse que eu estava hospitalizado, se equivocou, Milton, não estava, eu acho que estava tomando oxigênio. E esta foi à missão da Procuradoria. Há que se dizer também, senhores, que em nenhum momento, em nenhum momento essa questão, esse parecer foi contestado. Como?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Falaram... não quer que eu fale não, falaram que V.S^a estava morrendo.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Exatamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Falaram aqui. Eu falei: Mas o homem não estava morrendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington, deixa o depoente concluir, por favor.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Senador Demóstenes, realmente eu estava fumando em excesso, entende. E como fumo em excesso desde os 18 anos. Bom, mas eu quero deixar registrado aqui Srs. Senadores, Sr^a Senadora, que não fui pressionado, não me senti pressionado e não admitiria ser pressionado. O Parecer foi dado, com base nos dados técnicos examinados pela área competente da ANAC que atestaram toda a documentação, os setores da SSA testaram toda a documentação, inclusive o contrato de mútuo, inclusive tem um registro no parecer dessa SSA que foram entregues, inclusive, a declaração pela SSA de ter visto documento, ter recebido documento que atestava não existir contrato de gaveta. A própria SSA afirma isso. E a Procuradoria com base no documento [soa a campanha] Com base no documento, no parecer da SSA elaborou seu Parecer, se não me engano com três páginas citando. Não foi um parecer longo. Foi objetivo. E com certeza em razão desse Parecer pôde a Diretoria da ANAC se sentir confortável e tomar a sua decisão. O quadro era esse, o momento era aquele. Eram essas as minhas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra...

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Me permita por gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para complementar João Ilídio, por favor.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Com relação às contradições dos dois Pareceres, tenho eles aqui, não existe contradição alguma. Não, não existe. Por quê? Porque o parecer nº 2, o parecer nº 2 foi uma consulta do SNEA feito com relação ao processo da RRB ainda no tempo DAC, foi o requerimento do SNEA. DAC, que se reportava, que se questionava à morosidade pelo DAC do exame da questão. Se me permitir eu posso ler um trecho do parecer?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes disso eu solicito ao nosso colega Senador Flexa Ribeiro que colaborou em todo o dia de hoje que assuma a Presidência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu assumo com muita honra, mas eu vou pedir para ser substituído porque eu tenho questionamentos depois para serem feitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Asseguro a palavra ao Dr. João Ilídio.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: É coisa bem rápida. Só duas alíneas. Me permita. [soa a campanha] Senadores, a conclusão do parecer é rapidamente nesse sentido. Assim entendemos ser obrigação da ANAC em sede acautelatória, declarar que enquanto não expedido o ato, condição de anuência prévia do poder concedente a transferência do controle societário da VARIG Logística S/A VARIG LOG fica vedado. A – Apresentação ao registro de comércio de modificação dos atos consultivos, constitutivos da VARIG LOG nos termos do art. 184 CBA. B – A VARIG S/A e a VARIG LOG permitia a Volo S/A ou a qualquer outro interessado na aquisição do controle societário da VARIG LOG o exercício de qualquer tipo de controle ou de direção sobre as atividades sociais ou da VARIG LOG de forma direta ou indireta, interna ou externa de fato ou de direito, individualmente ou com acordo tácito ou expresse, inclusive, a indicação de membros para os seus órgãos de administração. Esta foi à consulta do SNEA feito ao antigo DAC. Essa cautela da Procuradoria foi nesse sentido. Aguardar-se.

E ao final, digo assim, em vista desse fato, pondera-se a Procuradoria que as procuradorias adiantes delibera sobre a necessidade de ser demonstrada o interesse da União, porque a ANAC não tinha ainda sido comunicada, a ANAC não estava entrando em efeito, naquele efeito vê-se que a ANAC representa como expedição do Decreto nº 5.731 de 20 de março de 2006 que dessa agência a sucessora de fato e de direito das atribuições do Departamento de Aviação Civil – DAC sobre as atividades que lhe eram inerente. Essa é a manifestação dessa Procuradoria sobre o requerimento do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, aeroviárias, SNEA, encaminhado a este órgão jurídico, pela diretoria colegiada da Agência Nacional da Aviação Civil. Isso foi no dia 12 de abril.

E o parecer segundo que diz que havia contradição é com relação já à concessão da VARIG. Então, não houve contradição. E possivelmente, permita senhores, aquele terceiro parecer em dezembro não tem conhecimento desse parecer. Não tenho lembrança desse parecer, que contradiz, o segundo e o terceiro parecer. O primeiro e o segundo.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. João Ilídio, vamos abrir

para os questionamentos dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. Pela ordem de inscrição Senador Demóstenes Torres.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não é a mesma ordem da...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma lista nova, mas se V.Ex^a...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se quiser perguntar, fique a vontade, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O entendimento que eu tenho é que falam primeiro os autores do requerimento e nós iniciamos o...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas foi aberta uma nova lista de inscrição. Mas o Senador Demóstenes já abriu para que V.Ex^a possa iniciar o questionamento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço a gentileza de me conceder o direito regimental de como autora poder fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o Senador Demóstenes é autor também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, eu queria... As questões que eu vou apresentar, eu não vou dirigir individualmente, eu vou, aí cada um dos nossos convidados que entende que deve responder o faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a terá 5 minutos para fazer seus questionamentos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vou fazer bem rapidamente, inclusive. Nós tínhamos, eu não tenho dúvida disto, de uma situação concreta da quebra sequencial de várias empresas da viação no nosso país. Foi a VASP, foi a TRANSBRASIL e nós estávamos vivenciando na época uma situação extremamente delicada, porque havia já crescimento de demanda, de mais pessoas podendo viajar e tal. Nós tínhamos na época da crise da VARIG nós tínhamos esta sucessão de quebras, de consequência da quebra da VASP e da TRANSBRASIL e que, portanto, a Lei de Recuperação de Empresas, a modificação na Lei de Falência era a única possibilidade de dar uma alternativa que não fosse a quebra, como a gente já tinha tido na VASP ou na TRANSBRASIL.

Portanto, eu quero dizer que eu vivenciei isto aqui, a gente acompanhou, talvez, até o pessoal do Rio Grande do Sul até por conta da VARIG ser de lá, mais do que ninguém está aqui o Senador Paulo Paim, mas mobilizou o Congresso inteiro, mobilizou o Senado como um todo, 80 Senadores subscreveram o manifesto

de apelo. Então, salvar à VARIG. Então, é o seguinte, teve dinheiro público? Foi colocado um tostão de dinheiro público? Teve outras situações nesse país que nós salvamos colocando dinheiro público. Teve dinheiro público em algum momento nesse processo?

Os procedimentos, a famosa diferença, porque agora aqui nós temos que fazer discussão também de significado profundo, não é, das palavras, não é. Foi pressa ou foi pressão, efetivamente? Algum dos senhores que aqui está recebeu algum tipo de pressão, de pressão, de proposta indecorosa, de obrigado a mudar de posição, fazer algo que a sua consciência não lhe permitia? Seja e eu quero, inclusive, aqui estender porque eu li um trecho do documento do Ministério Público aonde, inclusive, o Procurador é muito contundente. Levantando suspeitas, inclusive, o caso daquela história lá do CHETAs que poderia estar tendo um interesse da ANAC em favorecer efetivamente a disputa do espólio pelas outras. Teve alguma pressão, alguma proposta indecente, indecorosa seja de alguém do Governo, seja de alguém de alguma empresa, ou seja, lá de quem for? Teve dinheiro público? Não teve? Foi pressa ou foi pressão? Teve alguma proposta indecorosa de quem quer que seja nesse procedimento?

E eu queria, ainda, dizer o seguinte. Eu não tenho nenhuma dúvida que esse processo foi judicial. Mesmo que tivesse acontecido qualquer pressão na ANAC, em qualquer uma das pessoas da ANAC podia ter tido essa pressão. Podia ter tido. Agora, até proposta indecorosa, até indecente poderia ter tido. Agora, a decisão não era da ANAC, a decisão foi judicial. Inclusive, eu estou aqui como o Juiz da VARIG, eu vou ler, Juiz do caso e é de agora, ele devia estar acompanhando todos os depoimentos, *on-line*. Juiz do caso VARIG nega ter havido interferência externa. “O Juiz Luiz Roberto Ayoub que coordenou o processo de recuperação judicial da VARIG afirmou hoje que não houve nenhum tipo de interferência externa na condução da reestruturação da Companhia Aérea. Ayoub diz que o preço de venda da VARIG que tem sido veiculado está errado, não foi de 24 milhões de dólares, mas de 277 milhões de dólares”, inclusive eu queria que confirmassem. [soa a campanha] “Incluindo emissão de debêntures, o programa de fidelidade *Smiles*, a obrigação de transportar passageiros com bilhetes emitidos antes do leilão judicial”. Esse é de hoje, agora, foi publicado agora durante o dia. De acordo com ele que deu as declarações ao lado da Juíza Márcia Cunha, integrante da Comissão de Magistrados responsáveis pela recuperação judicial da Companhia, a não sucessão de dívidas para o comprador da VARIG e o congelamento de *slots*, espaços de pouso e decolagem foram mantidos por Tribunais Superiores.

Portanto, não foi só o Juiz, foram os Tribunais Superiores que convalidaram. Por isso não considera que as decisões sejam polêmicas ou controvertidas. Qualquer eventual erro na condução do processo, o único responsável é o Poder Judiciário. Qualquer erro, ele está dizendo aqui, palavra entre aspas dele. “Qualquer eventual erro na condução do processo, o único responsável é o Poder Judiciário porque foi o poder do Judiciário que decidiu. Agora, querer utilizar um processo”, palavras do Juiz, hein, “querer utilizar um processo para fins de politização, isto é inviável e impossível. Não nos prestamos a isso”, respondeu a Ayoub sobre se temia que a estratégia do Governo de ressaltar que respaldo jurídico da reestruturação da VARIG poderia por a responsabilidade de eventuais erros sobre o Judiciário. Palavras do Juiz que comandou.

Então, eu queria, inclusive, que os senhores pudessem confirmar, inclusive, a história da correção do valor e por último, eu queria ainda pedir só uma coisa. Houve a instalação de um gabinete de uma sala de crise. A informação que nós temos já foi colocada no Ministério da Defesa de que o Juiz Ayoub, no dia 19 de junho de 2006 disse ou diretamente ou de forma indireta, a VARIG vai falir. Eu vou ter que decretar falência. Façam a contingência. E deu a data, inclusive, da sexta-feira, eram cinco dias. O que é que teria acontecido se não tivesse aparecido a luz no fim do túnel? Quais eram as conseqüências concretas daquilo que a VARIG operava e que em cinco dias os senhores naquela sala de crise teriam que providenciar para a gente não ter ampliação ainda maior do caos que a gente já estava tendo em todos os nossos Aeroportos. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para respostas da Senadora Ideli Salvatti, primeiramente Dr. Milton Zuanazzi, em seguida Dr. Leur Lomanto e depois Dr. João Ilídio.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não teve dinheiro público, Senadora Ideli, não teve dinheiro público. A pressa era a sobrevivência ou não da empresa, foi a mim que o Juiz Ayoub no dia 19 telefona e diz. “Prepare a contingência” porque era comigo que ele tinha um acordo de cavalheiros. Eu sempre dizia. “Dr. Ayoub só não me deu uma comunicação de que a empresa vai falir na véspera, porque é um caos para nós prepararmos uma contingência na prática. Porque uma coisa é a contingência no papel, me dê 72 horas, pelo menos”. “Não pode deixar, Milton, se eu sentir que não tem solução, eu vou te avisar”. Ele me avisou no dia 19. Sendo que no dia 21 ele me avisou que tinha surgido uma proposta. A mim e eu comuniquei imediatamente meus colegas e ao Governo comuniquei.

Então, eu sou o interlocutor dessa palavra e conversei novamente com o Dr. Ayoub essa semana dizendo que esse era meu depoimento, eu vinha aqui para dizer a verdade mesmo. Ele disse: “Não há problema nenhum, Milton, isso é a verdade”. Foi exatamente. Nós tínhamos um acordo de cavalheiros, porque ele é o administrador.

O valor que eles apresentaram no Processo Judicial, tem aqui, é de 277 milhões. Este é o valor da compra, que ele se proponha comprar os 20 milhões de dólares é para manter a empresa até o leilão. Agora a forma de pagar esses 277 milhões, bom, pode se discutir que debêntures, era, a soma chegava a 277. O que cá para nós, naquela altura do jeito que estava a empresa, estava já com onze aeronaves só voando já era um preço bastante razoável para bom, porque a empresa já cada vez valia menos. Se ela lá com 70, 53 aeronaves não conseguiu ser vendida por 500 milhões, ela já com 11 aeronaves, praticamente quase nenhuma linha internacional, tinha mantido Frankfurt exatamente pela Copa do Mundo, Frankfurt e Munique. Quase tudo foi abandonado, então a empresa já estava num valor porque eu volto a dizer o ativo de uma Empresa Aérea hoje são seus usuários, as linhas. Ela não tem mais recursos. O avião não é dela. É diferente de uma empresa de ônibus que o dono da empresa é dono dos ônibus. Ele tem um enorme de um ativo. Na empresa aérea ele não tem esse ativo. É um *leasing*. Então, deteriora muito rápido. A gestão de uma empresa aérea é uma gestão complexa. Ela deteriora rápido. E o tempo joga contra essa deterioração. Então, volto a afirmar isso aí.

A sala de crise foi instalada sim, depois que o Dr. Ayoub me telefona, eu comunico com o Governo e que nós decidimos instalar no Ministério da Defesa porque nós não tínhamos espaço nenhum. Era até uma vergonha onde a gente trabalhava aqui em Brasília. É um espacinho de nada. Foi por isso que nós nos instalamos ali e ficamos ali naquela semana preparando a contingência e que depois se transformou naquela solução do dia 23.

Então, eu reafirmo isso, e não recebi nenhuma pressão, nenhuma proposta indecente. Nenhum momento da ANAC, não é verdade, quero afirmar aqui com todas as letras que a Ministra teria dito que fulano e beltrano era da TAM e da Gol, jamais a Ministra me disse isso. Essa palavra foi usada por uma única jornalista, estou processando ela na justiça, porque eu quero, por isso que entreguei Senador Demóstenes, meu sigilo todo aqui na CPI, um argumento que eu tenha favorecido na empresa aérea, nas minhas ações, nas minhas atitudes. Não tenho nenhum receio. Agimos ali

como uma agência reguladora, independente, tratando dos problemas que estavam ali na nossa frente.

Que a Ministra falou e que eu presenciei é que tinham entrado com processo administrativo contra ela, Dr^a Denise que se efetivou, se efetivou o ingresso, porém quem abre processo administrativo contra o Diretor da agência é o Ministro da Defesa, [soa a campainha] somente ele abre. Está na lei. E aí a Casa Civil, quando a Ministra falou isso, que tinha essa acusação contra ela, Dr^a Denise, mandou para o Ministério da Defesa. Isso que eu dei um telefonema, quando a Denise disse que se sentia impedida, eu disse: Mas vamos ver, mas abriram esse processo contra você. Porque uma coisa é alguém mandar um processo, outra coisa é alguém abrir. O telefonema que eu dei foi para o Chefe de Gabinete do Ministro Valdir e perguntei: “Foi aberto processo administrativo contra a Dr^a Denise? Porque ela está se sentindo impedida de votar”. E ele me disse: “Não. O Ministro Valdir leu e não vai abrir. Não acha que tenha informações coerentes capazes de acusá-la”. E foi isso que eu disse na reunião. Denise, isso aí não é o teu impedimento, você não está impedida por isso porque ele não vai abrir esse processo. Estou recebendo essa informação que ele não vai abrir. Não foi advogado de ninguém.

O que os advogados da VARIG LOG trouxeram até nós foi a retirada do Processo Judicial. Isso eles oficialam a ANAC, retiramos o processo que nós tínhamos contra a ANAC. Portanto, insisto no momento que eles retiraram o processo quem é que venceu? Litígio? A ANAC. A ANAC tinha razão. Eles tiveram que cumprir tudo o que eles estavam litigiando conosco. Então, o Sr. Roberto Teixeira litigou o escritório dele, não é, o tempo inteiro com a ANAC. Não teve influência nenhuma, zero em nossas decisões, 0,000. Nenhuma influência, nós litigamos em tudo. Como é que... alguém vai ter influência em litígio comigo? Tem uma influência se não está litigiando. Nós litigamos o tempo todo, integralmente. Não há sentido nessa crítica, nessa acusação. Nenhuma. E o que aconteceu foi, essa é a verdade.

Ou seja, se uma diretora minha está se dizendo impedida porque tem um processo contra ela eu vou verificar se esse processo existe ou não e a informação que eu recebo, aliás, o Ministro Valdir só pode confirmar porque ele nunca abriu esse processo administrativo contra a Dr^a Denise que mandaram para ele abrir, mandaram, essa acusação que ela faz ela tem razão, essa queixa, né. Mas nunca o Ministério da Defesa abriu um processo. Quem abriu um processo administrativo contra a ANAC foi agora, Dr. Jobim só. Nós nunca tivemos processo administrativo. Acusações chegavam mas o Ministro nunca abriu o processo porque não se sentia

que eram suficientes para fazer aquilo. Somente isso que ocorreu, nada mais do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Milton e eu pediria aos nossos convidados que fossem objetivos nas respostas, porque senão nós vamos fazer novos depoimentos a cada questionamento dos Senadores. Com a palavra o Dr. Leur Lomanto.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO: Obrigado, Sr. Presidente. Senadora Ideli nos questiona se houve pressão por parte de Governo, enfim, dos setores do Governo. Eu posso lhe responder que absolutamente. Pressa sim, pressão jamais. E não apenas do Governo houve pressa, houve pressa por parte do Congresso Nacional, como disse aqui por parte dos sindicatos, pedindo uma solução urgente para a questão VARIG. Mas pressão absolutamente, Senadora.

E numa segunda etapa a senhora se referiu ao CHETA, realmente nós éramos criticados também por estar demorando na concessão desse CHETA. O CHETA da VARIG foi dado em tempo recorde. Nunca o DAC, o antigo DAC, em nenhum país do mundo, nenhuma Agência Reguladora do mundo concede um CHETA com menos de dois anos de prazo. O último que o DAC concedeu, foi a empresa Gol foram dois anos. Nós concedemos um ano, nós concedemos um prazo, o CHETA a VARIG, a nova VARIG, pouco mais de quatro meses. Me recordo que ainda na CPI lá da Assembléia, onde nós éramos cobrados pelos trabalhadores, pela concessão desse CHETA, eles não acreditavam mais e nos pediam um prazo, porque nós não poderíamos tergiversar, Senadora, porque a ANAC através dos seus técnicos [soa a campainha] eles não abriam mão da questão do item que é o mais importante para ANAC. E acredito que até hoje, que é a questão da segurança operacional. E isso às vezes nós éramos confundidos de estar postergando a concessão desse CHETA.

E eu respondi ao nosso ex-colega aqui, Deputado Paulo Ramos que era o Deputado Estadual lá no Rio e ainda é, que era o Presidente da CPI. Disse: “Olha, Deputado, a VARIG não passa o Natal sem o seu CHETA”. O Milton disse: “Leur, você foi muito otimista”. Não, não passa o Natal. E realmente no dia 15 de dezembro a ANAC concedeu o seu Certificado de Habilitação de Transporte à nova VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [Pronunciamento fora do microfone] Agradeço ao Dr. Leur Lomanto e passo a palavra ao Dr. João Ilídio

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Srs. Senadores, rememorando o depoimento da Dr^a Denise não querendo fazer nenhum embate. Mas sobre a pergun-

ta da Srª Senadora, se recebeu pressão ou não recebeu pressão, mas eu tenho um fato que foi quando da reunião na Casa Civil, reunião da Casa Civil, onde se discutia a questão da sucessão e a Drª Erenice saiu por alguns momentos, foi o momento que tiramos para fumar. E naquele jardim de inverno no 4º andar do Palácio do Planalto, fizemos uma abertura jurídica sobre a possibilidade ou não de haver sucessão tributária e trabalhista. Não foi pressão. Foi a sutileza do comentário. Ficaria mais confortável ela dizendo isso para mim se você acompanhasse minha tese.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ela quem?

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Drª Denise Abreu. Se sentiria mais confortável se acompanhasse minha tese, que ela acreditava que houvesse sucessão. E eu sou partidário de que neste caso não há sucessão. Então, não foi pressão, foi a sutileza da frase. Era isso...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho, o senhor interpretou isto de que forma?

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Uma sutileza.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sutileza, ficará mais confortável?

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: É.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais mimado, é isso?

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: [risos]. Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. João Ilídio e passo a palavra ao segundo Senador inscrito Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Depoentes, eu perguntaria ao Dr. Milton Zuanazzi. Dr. Milton Zuanazzi, o Juiz de Direito, Dr. Ayoub acaba de expedir uma nota lida pela Senadora Ideli Salvatti publicada em algum jornal *on-line* onde ele diz que absolutamente não houve interferência por parte de quem quer que seja para ele dar aquela decisão.

V.Sª, no entanto, diz que tinha um acordo de cavalheiros com o Juiz, que o Juiz, inclusive, ligava para o senhor, trocava informações e o senhor chegou a dizer aqui no início que o senhor é adepto da tese cada macaco no seu galho, quer dizer, cada qual faz e cumpre a sua função. Na carta, no bilhete eletrônico, no *e-mail* que V.Exª teria redigido para a Ministra Dilma, vem escrito que na prática, falando com a Ministra, “sem tua ordem aproximei-me do Juiz, estabeleci uma relação de confiança, tabelamos tudo até aqui e sem essa estratégia, pode crer, tudo teria dado errado. Naquele início

o Judiciário estava louco para encerrar o processo e jogar no colo do Governo a responsabilidade”.

Então, eu pergunto a V.Sª, o Juiz chegou a marcar uma reunião com o Dr. Manoel Felipe, Procurador-Geral da Fazenda Nacional e levar representantes da ANAC, o Juiz teve isenção para decidir? V.Sª conversava, trocava informações? Quer dizer, V.Sª chegou a dizer. “Por favor, o senhor me informe se o senhor for decretar a falência da ANAC”. O senhor não acha que o... com toda a sinceridade, estava cada macaco no seu galho?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluiu, Senador Demóstenes?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Eu vou continuar, eu tenho um tempo aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exª quer fazer pergunta e resposta?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. É até mais bonito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, vou considerar seu tempo e de cada um dos convidados.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu não... Já declarei aqui, então, não vou criar nenhum contraditório a isso. Não vou me referir a um documento que eu não reconheço, obtido de forma falsa, apócrifo, não vou me referir, com grandes manipulações, que a Polícia Federal, eu espero, talvez esses episódios ajudem até a Polícia encontrar esses caminhos. Tem lá um inquérito correndo, tantos problemas que aconteceram dessa ordem, que até a gente se desgosta muito com a vida pública por causa disso. Mas estou a disposição para qualquer pergunta sobre a minha opinião e aí o senhor me faz uma pergunta sobre minha opinião, como o Juiz agia nesse processo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sª disse que tinha um acordo de cavalheiro com ele.

SR. MILTON ZUANAZZI: Isto e tinha o acordo...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por isso queria avisar do senhor da sentença.

SR. MILTON ZUANAZZI: O acordo se ele fosse, se por acaso não tivesse saída para a VARIG. O acordo no sentido não tem saída, ela vai falir. Portanto, vocês ANAC, se preparem para a contingência. Esse acordo que é justo para os usuários. Não acordo para mim, é para os usuários da VARIG, muitos de vocês, talvez, com o bilhete da VARIG comprado, não deixar ninguém em aeroporto. Especialmente no exterior, onde nós tínhamos dificuldades. Agora, eu acho, Senador,

lhe respondendo que o Juiz tem um papel nessa nova lei, não sou jurista e a lei foi aprovada aqui neste Congresso Nacional, ele tem um papel que não é mais o papel daquele Juiz meramente julgador. Ele é também um papel pró-ativo, ele é quase que um Executivo da solução. É como se ele assumisse a responsabilidade pela solução da empresa, pelo menos assim sempre entendi que o Dr. Ayoub agiu. É nesse sentido, ou seja, ele tinha que tomar iniciativas diferentes da antiga Lei de Falências e Concordatas que entregava lá para um administrador, depois prestava um relatório. Então, ele tinha que tomar iniciativas e chamar a Assembléia de credores.

Me parece, sem qualquer conhecimento jurídico mais profundo, sou meramente um engenheiro, eu brincava que dizia que eu tinha um número na OAB, porque a gente também vai aprendendo um pouco. Eu, me parece que esse papel do Juiz na nova lei é um papel até novo de comportamento de Juízes nesse tipo de procedimento. Pelo menos ele agia de forma muito pró-ativa e pelo que sei respaldado pelo que ele considerava ser a interpretação legal que ele fazia.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Agora, veja bem, V.S^a e também alguns Senadores aqui chegaram a afirmar que não houve dinheiro público na história. E ao que nós sabemos houve o dinheiro público grosso. Não houve aporte, mas houve prejuízo porque existe uma empresa podre criada chamada FLEX que está lá com mais de 2 bilhões devendo para o Tesouro Nacional, devendo outro tanto para a BE que é dinheiro da viúva também porque se não for saudado... Será que o Juiz cumpriu o papel dele? Porque segundo a Sr^a Denise a primeira orientação dada a ela pela Ministra Dilma e pela Sr^a Erenice era justamente arrumar uma solução redistribuindo as linhas, o que não prejudicaria naturalmente os usuários, porque essa é a grande tese aqui. Nós acudimos os usuários sem, contudo a viúva ficar pendurada.

E me parece que o Juiz não atendeu muito o espírito público não. Porque se o Governo deixou de aportar recursos o Governo não arrecadou aqueles recursos que lhe eram estritamente devidos. Eu acho que essa é uma polêmica boa. E V.S^a disse: “Eu sou partidário da salvação da VARIG”. Mas isso causou um prejuízo imenso e não há como discutir isso. Além do que esse chamado papel pró-ativo do Juiz não é tocar em banda, né. Não é tocar em fanfarra. O Juiz, o papel pró-ativo é tentar salvar a empresa, inclusive, o art. 142 é claro, com os ativos que me parece que o Juiz fez foi criar uma empresa com os passivos, com os passivos e não com a FLEX só tem passivo, só tem dívida.

Então, me parece que o Juiz teve um papel pró-ativo no sentido de prejudicar a viúva e não de atender

os usuários, porque segundo a orientação inicial da senhora, da Ministra Dilma, a intenção era justamente acudir aos usuários, mas que a dívida fosse efetivamente paga de alguma forma.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador Demóstenes, são dois momentos, acho que na minha explanação eu procurei frisar, mas eu vou frisar mais uma vez. Há um momento em abril que nós iniciamos um processo de contingência onde não estava essa decisão sobre a sucessão trabalhista e fiscal e ali a empresa era uma empresa tecnicamente falida. Portanto a dívida com a União ela já estava, já existia.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. MILTON ZUANAZZI: Já existia. O que se falava era não colocar mais recursos públicos. Recursos públicos ela veio durante anos devendo para a União e acumulando os diversos órgãos da União. Quando o Juiz faz aquela decisão do fim da sucessão e que se cria uma expectativa de que a VARIG poderia ser vendida e depois isso vai ocorrer lá no dia 20 de julho, 23 de junho nossa decisão, aí inicia o processo do terceiro leilão, não há nenhum recurso público, é um segundo momento da contingência. Neste segundo momento não há mais nenhum recurso público. Essa reunião com a Ministra Dilma que ela diz: “Posição do Governo é salvar sem recurso público”. É essa segunda reunião que ocorre no dia 21 de junho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é o que diz a Sr^a Denise.

SR. MILTON ZUANAZZI: Mas é o que eu estou lhe dizendo. Duas reuniões de contingência. Uma lá em abril, que é quando nós discutimos genericamente onde havia quase um consenso de que a VARIG não tinha mais saída porque ninguém partia do princípio da questão da sucessão que o Juiz ia conseguir desentranhar e o Juiz não se baseou no art. 142. Ele se baseou no 60, § 1º. Agora, eu não estou defendendo o Juiz. Absolutamente. Eu estou dizendo o seguinte. Se no dia 23 de junho ele não tivesse aceitado a proposta da VARIG LOG, qual era o desfecho? Ela ia falir. Se ela falisse a União também perderia. O que o Juiz fez foi o seguinte. Eu vou tentar vender para que ela assuma compromisso com a velha VARIG, vou segurar linhas na velha VARIG, agora tem o nome de FLEX, naquela época nem falava em nome, vou segurar a linha e esta que vai comprar vai pagando um pouquinho porque tem um pagamento que vai até 2018, tem um pagamento, vai pagando e vai irrigando recurso para saudar a dívida com os credores. Agora, é aquela história. Era ruim, aquela solução foi ruim, mas a falência era pior.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Não se sabe.

SR. MILTON ZUANAZZI: Todo mundo perderia.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Não se sabe, as linhas poderiam ser redistribuídas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Demóstenes com a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas eu perguntaria a V.Sª uma outra dúvida que me... V.Sª confessa que o Juiz Ihe comunicou que dia 23 de junho a empresa já não tinha mais condição de operar e que V.Sª convocou essa Reunião Extraordinária em decorrência disso. Temos que resolver o problema. O problema naturalmente não dava para ser resolvido a não ser dessa forma. Por quê? Havia a representação feita contra a Srª Denise Abreu. Havia uma ação na justiça, um mandado de segurança contra uma decisão da Diretoria em que o Juiz de 1º Grau havia negado a liminar e um recurso para o 2º Grau em que naturalmente o Magistrado deu ganho de causa a ANAC, mas houve uma desistência.

Aí vem a grande indagação. V.Sª disse que ligou para o Governo para resolver os problemas. Em relação à desistência ou a existência ou não da representação essa polêmica nós vamos verificar com os documentos. V.Sª diz que resolveu. Agora me diga, como Chefe de Gabinete do Ministro. Agora, como é que foi resolvido, Sr. Zuanazzi, o problema da desistência da ação se quem poderia desistir da ação era quem tinha proposto a ação, quem tinha proposto o mandado de segurança e nesse caso era o escritório do Sr. Roberto Teixeira. Quem foi que comunicou ao Sr. Roberto Teixeira que se ele desistisse da ação era possível ter uma solução administrativa.

A Srª Denise disse que V.Sª falava com uma mulher ao telefone e que ela suspeita que era ou a Srª Dilma ou a Srª Erenice que ela até acredita que seja a Erenice porque era quem respondia diretamente essa questão. V.Sª confessa que ligou a Srª Erenice para que ela interferisse junto com o Sr. Roberto Teixeira para ele desistir da ação?

SR. MILTON ZUANAZZI: Não. Nunca houve isso.

Eu conversei durante aquele dia nas reuniões duas ou três vezes com a Drª Erenice, Drª Denise conversou também, Dr. Leur também, nossos celulares não paravam, o ambiente tinha uma certa tensão porque aquele resultado dava um desfecho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Perfeitamente.

SR. MILTON ZUANAZZI: Só isso. Agora, não fui eu que resolvi o problema da representação, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas como é que o Roberto Teixeira ia saber disso.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador, senão o senhor coloca uma palavra na boca que...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Demóstenes a palavra...

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu não resolvi o problema da representação. Jamais teria esse poder. Eu perguntei se o Ministro Valdir havia “abrido” uma representação, aberto, perdão da palavra, uma representação contra a Drª Denise. Não. Ele não abriu.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Perfeito.

SR. MILTON ZUANAZZI: Foi isso que eu comuniquei a ela. Denise, você não se sintia impedida pela representação que o Ministro Valdir não abriu.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E o da existência no mandado de segurança.

SR. MILTON ZUANAZZI: A existência do processo se dá da seguinte forma, absolutamente pública.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sim.

SR. MILTON ZUANAZZI: Quando nós chegamos na quinta-feira de manhã lá no Ministério da Defesa na mesma sala de crise os advogados, não era o Dr. Roberto Teixeira, era a filha dele e o Dr. Martins estavam ali trazendo uma documentação porque eles isso eram, havia dito competição, quando a SSA faz um parecer para o dia 23 o Dr. João Ilídio analisa, abre dizendo isso, que a Volo do Brasil havia entrado com a documentação para sanear o problema da transferência acionária. Eles estavam formalizando que estavam entrando com a documentação na ANAC onde nós dissemos a eles, nós vários, tudo bem, ótimo que vocês estão entrando. Só que nós não vamos votar nada se não... Enquanto tiver um Processo Judicial, aí não podemos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Então, foi V.Sª mesmo que disse...

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu creio que todos nós dissemos a eles, nós recebemos eles numa sala...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

A Srª Valesca e ao Sr. Martins que ele deveria desistir da ação...

SR. MILTON ZUANAZZI: Como é que eles queriam que nós analisássemos documentos se existe uma ação contra a ANAC.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

V.Sª não considera isso uma advocacia administrativa e até criminoso?

SR. MILTON ZUANAZZI: Não, não. Absolutamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

V.S^a acha que isso foi correto da sua parte?

SR. MILTON ZUANAZZI: Acho que foi correto, da nossa parte.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Avisar ao advogado da parte que se ele desistisse da ação, V.S^a poderia tomar outra decisão?

SR. MILTON ZUANAZZI: Não, não avisei da parte. Eu disse o seguinte.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Da parte.

SR. MILTON ZUANAZZI: Nós não podemos analisar...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

A Sr^a Valesca é advogada da parte.

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu não vou analisar documentação porque nós estamos impedidos pela justiça. Isso é... Eu sou obrigado a dizer isso. Como é que eu vou analisar algo se a justiça está me impedindo. Eu não vou.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas isso há muito tempo a justiça estava impedindo, nós estávamos falando do dia 23.

SR. MILTON ZUANAZZI: Estamos falando dia 22. Nós não vamos analisar nada. Vocês podem entrar com a documentação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas a reunião não foi marcada para o dia 23.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não. A reunião foi marcada por mim dia 23 porque eu estou lá dia 19 com a declaração do Dr. Ayoub. "A empresa não tem mais condições operacionais". Então, não se tratava, aí Senador Demóstenes, eu não sou jurista, o senhor é da área. Mas a gente vê muito a tal de... Como é que se usa uma expressão no Judiciário? Ato procrastinatório, sei lá como é o nome que se chama, ou seja, gente que fica criando coisas para não se solucionar problemas. Então, procrastina daqui, entra uma ação ali, entra não sei o que de lá, ou seja, nós estávamos diante, não era mais de procrastinar nada. Estávamos diante o seguinte, ou a empresa entrava recursos nela ou ela falia. Eu não sei qual seria a decisão de outra pessoa nas circunstâncias da Diretoria da ANAC. Não sei. Eu acho que a decisão correta era a nossa, por isso que eu convoquei uma Reunião Extraordinária.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

E por isso que o Desembargador dava ganho de causa a ANAC, não é?

SR. MILTON ZUANAZZI: Mas nós só ficamos sabendo que o Desembargador dava ganho de causa a ANAC na segunda-feira. Mas se o Desembargador tivesse publicado na quinta como a Dr^a Denise falou aqui seria ótimo para nós porque na sexta nós tería-

mos que entrar com a documentação. O senhor veja o seguinte. A disputa era: Apresenta os documentos ou não que a ANAC exige? Essa é a disputa, esse era o litígio. Ora, se o Desembargador na quinta, na quarta tivesse dito: A ANAC tem razão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

É uma outra falácia, eu vou lhe dizer porquê. Porque o Parecer do Sr. João Ilídio e eu, vou questioná-lo daqui a pouco, esse segundo parecer ressalva a apresentação dos documentos de Imposto de Renda, Pessoa Física, ou não? Então...

SR. MILTON ZUANAZZI: Somente documento Pessoa Física.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Muito bem, então não foi exatamente deu ganho de causa a ANAC, me perdoe V.S^a.

SR. MILTON ZUANAZZI: Somente isso, Senador, somente Pessoa Física. Porque o Procurador da ANAC disse que há uma outra lei que impedia nós de termos aquela exigência.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Perfeitamente.

SR. MILTON ZUANAZZI: Então nós estamos diante de um conflito jurídico.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Eu agradeço a V.S^a. Eu perguntaria ao Dr. Leur.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Demóstenes, V.Ex^a tem 3 minutos e 58 segundos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Serei breve. Sr. Leur Lomanto, V.S^a disse aqui que não houve pressão, todavia no jornal *Estado de São Paulo* no dia 6 de junho declara V.S^a: "Não sei se chamaria isso de pressão, mas o problema é que queriam culpar a ANAC pela quebra da VARIG, apontou Lomanto. Acho que os advogados, os representantes da empresa informavam algo ao Planalto, mas a realidade era outra. Eles não cumpriam as exigências". Está certo hoje V.S^a ou o jornal Estadão faltou com a verdade no dia 6?

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Está certo o que eu acabei de enunciar, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Então, essa declaração aqui...

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Quando eu me refiro, o senhor leu bem, eu não considero isso como pressão, está escrito aí.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Não sei se chamaria isso de pressão. Mas V.S^a descreve exatamente, queriam culpar a ANAC. Quem queria culpar a ANAC?

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Vários setores. Vários setores como eu acabei de dizer aqui.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas aqui V.S^a está dizendo aos advogados.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Como eles não conheciam...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Acho que os advogados.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Nas exigências, exatamente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Então, os advogados eram quem? O Sr. Roberto Teixeira?

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

O Sr. Roberto Teixeira eu não conheço, nunca estive com ele. Não conheço pessoalmente. Nunca estive com o Sr. Roberto Teixeira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas eu não quero saber desse relacionamento também.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Recebi apenas em uma audiência em todo esse período da ANAC, a Dr^a Valeska e o seu marido Dr. Cristiano numa segunda etapa da VARIG, recebi no meu gabinete em Brasília para tratar de assuntos de rotas internacionais. E foi uma conversa institucional, abordando um tema eminentemente técnico.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas, então, por que V.S^a declarou ao Estadão que os advogados e os representantes da empresa informavam algo ao Planalto mas a realidade era outra.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Que deveriam informar que nós estávamos criando dificuldades. O que não era real.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Mas, então, V.S^a era chamado lá para quê?

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Chamado aonde, Senador?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Ao Gabinete Civil. Porque se eles informavam algo errado...

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Nós participamos. Eu pessoalmente participei de duas reuniões no Gabinete Civil.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Então, a declaração de V.S^a foi um desastre, contra V.S^a mesmo.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Não foi um desastre, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

V.S^a alega aqui a advogados, levavam, naturalmente que eram os advogados da empresa, Sr. Roberto Teixeira, Sr. Valeska e Sr. Martin, levavam informações distorcidas a respeito da ANAC, deixavam a ANAC mal.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Era possível, porque o relacionamento do escritório Teixeira com a ANAC eram sempre demandados na justiça. Sempre.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Agradeço a V.S^a também. [soa a campainha]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

A última pergunta que faço ao nosso Dr. João Ilídio. Dr. João Ilídio, V.S^a deu um primeiro parecer dizendo que estava certa a Diretoria da ANAC ao exigir, ao exigir determinados itens, inclusive, o Imposto de Renda Pessoa Física...

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Pessoa Jurídica.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pessoa...?

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Jurídica.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Ou física. Olha, seria bom V.S^a, Pessoa Física.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: É o parecer nº 2.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Nós estamos falando o parecer nº 1, parecer nº 2, V.S^a dispensa o Pessoa Jurídica.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Não, Excelência, o parecer nº 2, eu tenho eles aqui, 02 e 13.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

V.S^a dispensa.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: No parecer nº 13.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Veja bem, V.S^a deu três pareceres, em dezembro deu outra. Não?

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Não tenho lembrança.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

[soa a campainha] A Denise nos entregou documentos aqui.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Um pacote.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Me pareceu 6 ou 12 de dezembro que V.S^a dá novamente volta aquela exigência. Então, V.S^a, então, não se contradisse em momento algum é isso?

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Em hipótese alguma.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Ok. Agradeço a V.S^a também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao Senador Demóstenes Torres. Próximo orador inscrito. Como autor do requerimento, não por inscrição, Senador Romero Jucá, líder do

próximo Governo que for o... Barak Obama, já está convidado para ser líder lá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados. Sr. Presidente, eu não vou fazer pergunta porque eu acho que hoje o dia foi bastante esclarecedor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Ex^a, posso passar para o próximo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero fazer só alguns comentários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então faça os comentários.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu acho que ficou comprovado todo o posicionamento do Governo, ficou em discussão o processo da sucessão, ficou claro que foi um ponto que efetivamente gerou um tipo de procedimento que foi questionado por determinados setores, foi o grande ponto de discordância, vamos dizer assim. Isso foi dirimido primeiro pela lei que o Senado aprovou. Depois pela decisão que o Juiz tomou em maio. E depois pelo parecer da PGFM em junho.

Com base nesse novo modelo nós tivemos um edital feito pela justiça, nós tivemos leilões desertos, portanto qualquer empresa poderia ter participado e ter arrematado a VARIG pelo preço mínimo. Nós tivemos os funcionários da VARIG arrematando a VARIG, nós tivemos infelizmente a falta de posição desses funcionários honrarem, nós tivemos o comunicado do Juiz informando que a VARIG ia parar na sexta-feira, dia 23. E nós tivemos poucos dias antes a condição de um interessado que colocou o adiantamento e participou de um leilão e arrematou onde não houve outros concorrentes.

Mais do que isso. Nós tivemos o documento da TAM dizendo que não fez proposta, portanto, e nós tivemos mais do que isso, o esclarecimento, eu tive o contrato das minhas mãos, repassei para a imprensa e o Juiz também esclareceu esse ponto que a venda da VARIG não foi por 24 milhões, foi por 277 milhões. Portanto, aquela história de comprou por 24 e vendeu por 300, me desculpem, é uma falácia que ninguém leu, ninguém se atinou a verificar efetivamente qual o instrumento contratual.

Então, eu acho que a questão está muito clara. Houve cobrança da sociedade, houve cobrança do Congresso, não li aqui a manifestação dos parlamentares e de diversos segmentos que não era necessário, todos nos unimos para manter a VARIG voando, era esse o posicionamento aqui, o Senador Paulo Paim, um dos que encabeçou essa luta. E o Governo tomou

a decisão, seguir a Lei de Recuperação de Empresas e tentar manter a VARIG voando dentro da lei.

Os depoimentos aqui foram claros, a própria Dr^a Denise disse aqui que não recebeu a determinação de votar até porque tinha mandato. As votações foram de goleada, aliás, eu espero repetir hoje que o Sport, repita, em cima do Corinthians, os 4 a 0, ou 5 a 0 do placar porque foi goleada, ninguém discutiu nada, ninguém discutia nada. Então, quer dizer, nós estamos resolvidos. Eu não sei por que está se fazendo tanta celeuma ainda em cima de uma situação como essa.

Eu quero agradecer, eu fui autor do requerimento, agradecer ao Dr. Milton Zuanazzi, ao Dr. Leur, ao Dr. Ilídio, enfim, a todos os... A própria Dr^a Denise que veio aqui, colocou a visão dela, ficou claro que ela discordava da questão da sucessão, ficou claro, como parte dos Procuradores da Fazenda Nacional discordavam também, querem arrecadar, é claro.

Mas a visão dessa nova lei que nós aprovamos no Congresso foi exatamente recuperar as empresas para não acontecer esqueleto como aconteceram em outras empresas, inclusive, de aviação. Foi por isso que nós aprovamos essa lei aqui. Então, eu estou satisfeito e quero registrar que nós vamos manter o debate em alto nível, mas nós estamos muito tranquilos, o Governo agiu corretamente, o Governo não pressionou, nenhum dos que depuseram aqui, inclusive, a Dr^a Denise não mudaram o voto nem colocaram nenhum tipo de questionamento sobre o voto que deram, portanto, foi 4 a 0 e 5 a 0, não há o que discutir, Sr. Presidente, é goleada, sinto muito, a oposição vai ter que procurar outro tema para discutir politicamente com a Ministra Dilma e tentar fazer o embate em 2010 porque esse já naufragou, vamos discutir outro assunto depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluiu, Senador Jucá? Agradeço a V.Ex^a. E concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Wellington Salgado. [soa a campainha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Flexa Ribeiro, demais Senadores, estamos aqui agora a 10, a 12 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a também não fará perguntas?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não falei isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou perguntando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou fazer uma colocação de fechamento de noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, faça. Não estamos fechando a Audiência, porque ainda temos três inscritos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro, mas da minha parte estou fechando. Estou sentado aqui há 12 horas. Dessas 12 horas as duas últimas foram as mais produtivas para mim. Se nós tivéssemos começado essa Audiência inversa, primeiro os três senhores que estão aqui, muitas das dúvidas teriam sido tiradas nas primeiras três horas, ou seja, a Comissão de Infra-Estrutura ao invés de ouvir primeiro o Presidente da ANAC, ouvimos outro Diretor, outra Diretora e que nos fez perder um tempo máximo aqui. Vi chegar aqui uma mala de documentos, uma cena chegando uma mala enorme, cheia de documentos colocados, cheio de coisas marcadas, fiquei esperando e da montanha saiu um rato.

Falou-se em dois pareceres, um que substituiu o outro e o Procurador diz que nada tinha a ver um com o outro. Eram duas situações diferentes. Falou-se que o Procurador foi tirado, que estava morrendo, o seu João. Está aqui, graças a Deus, forte, simpático e bem-humorado, quer dizer, o homem não estava morrendo.

Falou-se que o preço pago foi de 24 milhões, quando acabou o Juiz ligando que foi 200 e poucos milhões. O Sr. Milton mostrou aqui que não sofreu pressão nenhuma, deu uma aula da história de tudo o que aconteceu, de memória, sinal de que estudou bastante a cada momento a situação, acompanhou como um grande Presidente da ANAC. Eu não conhecia esse seu lado, aqui hoje eu vi que V.S^a era realmente um grande Presidente da ANAC.

Conclusão. Mais uma vez o líder Romero Jucá bem colocou, tentaram atacar a Ministra Dilma de qualquer maneira, ou seja, acredito que a Ministra Dilma na última semana tenha ficado, deixado de trabalhar pelo PAC para poder relembrar de tudo o que aconteceu para poder em algum momento ter que dar alguma explicação sobre esse assunto porque não acredito que alguém que esteja tocando o país na parte do PAC vá lembrar... Cada vez que a oposição cria um fato novo a Ministra Dilma sobe nas pesquisas. A cada vez, Senador Demóstenes.

Agora, o que me deixa tremendamente entristecido é que as manchetes saem, as provas não acontecem, as acusações vêm, se desmoraliza o político, se desmoraliza hoje as pessoas que estão trabalhando pelo país e não acontece nada. Amanhã é outra manchete, amanhã é outro assunto e mais uma vez nós vamos ficar aqui 12 horas sentados.

É. Primeira página amanhã vai ser a foto daquela mala enorme cheia de documentos aqui nesta Mesa.

Fiquei esperando e não saiu nada dali. Senador Demóstenes vim aqui hoje muita pescaria, se lançava, a pessoa falava, pegava a pessoa na palavra e nada de concreto. Muita pescaria, quem gosta de pescar hoje aqui teve muita pescaria.

Então, mais uma vez eu me senti, Senador Demóstenes que poderia ter produzido mais em três horas, se o Sr. Milton e os demais membros tivessem falado antes da primeira Diretora que veio a essa Casa. Realmente a falta de produção para mim é a pior coisa no mundo. Se chegar aqui não produzir nada, discutir, falar, sentar, tomar café, tomar água, ler documento, aprontar, discutir, ficar pensando no que vai falar, no que o outro Senador falou e você não produziu nada. [soa a campainha] 12 horas sentado aqui, dando manchete de jornal para o dia seguinte. Os jornalistas produziram bastante, estão fazendo o trabalho deles.

O que está acontecendo por aqui está mandando por e-mail, mandando para lá, batendo foto, entrevistando, trabalharam muito mais do que a gente, em cima do que nós não trabalhamos. A verdade é essa. Trabalharam muito mais do que a gente em cima do que nós não trabalhamos e assim está sendo toda a semana um fato novo tentando atacar a Ministra. Por quê? Porque ela pode ser a grande candidata do Presidente Lula. Poderá ser. Poderá ser. Poderá ser.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Da última vez subiu de 1 para 2.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só falar em poderá, eu ainda digo muito aqui, eu gosto muito da Ministra porque ela trabalha firme, mas ainda falta um traquejo, jogo de cintura que o Lula dá banho. Eu fui assistir o Presidente Lula no PAC. [soa a campainha] Eu vi lá entregando para ele o discurso, ele olhou, fez assim: Não, aí deu o recado, roda gigante, vendo todo mundo passar, não tem jeito, o homem é querido. Os grandes políticos invejam o Presidente Lula. Não adianta. Ele tem algo que ninguém tem. Não adianta Senador Demóstenes, o homem quando fala parece que ele hipnotiza. E aí não tem ainda alguém com o carisma dele hoje. Pode ser que apareça. Mas igual a ele não tem.

Então, Senador Demóstenes, para terminar, queria só convidar a V.Ex^a para ver se nós vamos jantar porque eu não almocei, estou mal, vamos ver se eu junto com V.Ex^a para sair do trabalho aqui.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, eu queria também

ter a oportunidade de seguir a orientação que V.Ex^a tomou de fazer as perguntas e ter as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Usar o meu tempo e dos três convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Soma-dos. Dr. Zuanazzi, o senhor já se referiu várias vezes ao *e-mail* que circulou dizendo que foi adulterado. Eu pergunto a V.S^a. Adulterado em que e se... E qual o original do *e-mail* que V.S^a, *e-mail* não, do texto que V.S^a redigiu e que não emitiu, ou não enviou, melhor dizendo, à destinatária.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não existe *e-mail*, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sei, o texto.

SR. MILTON ZUANAZZI: Que se existisse *e-mail*, se criou uma correspondência. Não existe *e-mail*. Não, não...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O texto, esqueça o *e-mail*, eu já me corriji.

SR. MILTON ZUANAZZI: Tudo isso que aconteceu dentro da ANAC sobre a averiguação da Polícia Federal não reconheço aquele texto e, portanto, ele é um texto que não tem legalidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou sendo objetivo. V.S^a fez algum texto?

SR. MILTON ZUANAZZI: Não fiz aquele texto. Isso é objetivo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fez algum texto?

SR. MILTON ZUANAZZI: O senhor já fez algum texto, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu pergunto sobre o assunto, porque V.S^a repetiu aqui diversas vezes que ele foi adulterado. Se ele foi adulterado porque tem algum original. Então, eu pergunto se existe o original.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não existe texto original.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, não pode ter sido adulterado.

SR. MILTON ZUANAZZI: O senhor está tratando de um documento apócrifo, sem destinatário, sem remetente. Isso é mais grave do que fizeram lá no Rio Grande do Sul agora divulgando uma gravação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou satisfeito, V.Ex^a confirma.

SR. MILTON ZUANAZZI: De um vice-Governador com um Chefe da Casa Civil. É mais grave. Fizeram comigo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou satisfeito. V.S^a confirma que não há texto original, mas diz que o texto foi adulterado. É estranho isso.

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu não reconheço aquele texto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.S^a confirma que foi adulterado.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não reconheço.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi adulterado?

SR. MILTON ZUANAZZI: Ele é apócrifo e é, portanto, não se trata de matéria legal. E eu creio que a Polícia Federal vai encontrar quem fez.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A pergunta é objetiva, eu estou lhe perguntando se foi adulterado o texto, V.S^a disse repetidas vezes aqui.

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu estou dizendo que aquele texto não existe como prova fática. É isso que eu estou informando, eu quero que fique isso nos autos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V.S^a se retrata todas as vezes que diz que o texto foi adulterado.

SR. MILTON ZUANAZZI: Aquele texto que está lá eu não reconheço.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque foi adulterado.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não reconheço.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, é estranho. A Dr^a Denise, disse que em reunião na Casa Civil a Ministra Dilma questionou as exigências feitas em relação aos documentos que comprovam a origem dos recursos, declaração de Imposto de Renda, etc. A Ministra Dilma falou na ocasião dito pela Dr^a Denise de uma representação feita contra a Dr^a Denise alegando que ela seria lobista da TAM. O senhor estava presente nesta reunião, o senhor confirma o que foi dito pela Dr^a Denise?

SR. MILTON ZUANAZZI: A Ministra falou que tinha recebido uma representação contra ela cujo teor era isso. Essa representação a Ministra mandou para o Ministro da Defesa porque só o Ministro da Defesa pode abrir processo administrativo. Coisa que o Ministro da Defesa não o fez. Então, a Dr^a Denise deu um peso muito grande a esse episódio. Mas teria sido um peso grande se o Ministro da Defesa tivesse aberto o processo. Como ele não abriu, ele, Ministro, não reconheceu que havia ali questões concretas contra a Dr^a Denise. Na minha opinião ela teve prévia absolvição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Milton, o senhor me desculpa. Eu lhe fiz uma pergunta objetiva.

SR. MILTON ZUANAZZI: E eu lhe respondi, lhe dei mais detalhes ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Houve a declaração da Ministra sobre a representação contra a Drª Denise. Só isso que eu quero saber. Se foi aceito ou não pelo Ministro, isso é uma outra questão que eu não lhe perguntei.

SR. MILTON ZUANAZZI: Houve e ela remeteu para o Ministério da Defesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não lhe perguntei isso, lhe perguntei só se havia. Então, pronto.

SR. MILTON ZUANAZZI: Estou lhe respondendo, houve.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Zuanazzi, segundo a Drª Denise ainda a Ministra Dilma justificou a ineficácia de tais documentos mencionando a possibilidade de haver um contrato de gaveta. O senhor confirma também essa declaração?

SR. MILTON ZUANAZZI: Não recordo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não recorda ou não confirma?

SR. MILTON ZUANAZZI: Não recordo, não recordo. Eu posso lhe dizer que do ponto de vista da ANAC, ela pode ter falado isso, do ponto de vista da ANAC se falou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode ter falado.

SR. MILTON ZUANAZZI: Se falou não teve influência nenhuma porque está no documento que a SSA analisa essas exigências. Aliás, fazia parte daquela decisão de 18 de abril, alguns componentes a mais daquilo que o DAC não pedia, o DAC, por exemplo, não pedia se havia contrato de mútuo, contrato de gaveta. Quando venderam a VARIG LOG a primeira vez em 8 de novembro, Senador, não pediram nada disso. O senhor veja que nós da ANAC estamos recebendo até criticamente a nossa probidade, pela nossa probidade. Por que na outra transferência que tinha capital internacional, nada disso foi pedido. Ninguém fala.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V.Sª que respondesse objetivamente. Senão o meu tempo vai se esgotar, eu não concluo os questionamentos.

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador, me perdoa, a Drª Denise depôs nove horas aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por mim eu fico até a meia-noite se o Presidente me permitir.

SR. MILTON ZUANAZZI: Um minuto a mais que eu passo eu recebo um... A Drª Denise falou, fez teses aqui, hoje nós tivemos teses de Doutorado aqui. Eu estou sendo concreto e estou lhe dando mais informações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, pronto. Eu pergunto, V.Sª por duas ocasiões foi dito aqui pela Drª Denise que o senhor falou ao telefone. Ela, inclusive, citou que era voz de mulher. V.Sª já disse que falava com o Ministro, me parece, uma declaração sua. E que, através, desses dois telefonemas seus viabilizaram, então, a troca, a possibilidade da retirada das ações judiciais, primeiro uma depois a segunda, para que pudesse, então, ser liberado o leilão. Eu pergunto a V.Sª, o senhor trocou esse telefonema com quem e qual o teor já que V.Sª abriu o sigilo telefônico e bancário.

SR. MILTON ZUANAZZI: Primeiro acho interessante voz de mulher. Vi vários Senadores hoje falando pelo celular eu não escutava a voz de quem estava interlocutando, a não ser que esteja no viva-voz. A gente só tem a interlocução de quem está no viva-voz. Se estava no viva-voz o Dr. Leur deve ter ouvido, o Coronel Veloso, deve ter ouvido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só estou perguntando com quem V.Exª falava?

SR. MILTON ZUANAZZI: Ela disse voz de mulher. Em relação a ela se declarar impedida, eu já respondi. Então, refiro-me novamente. Eu consultei se o Ministro Valdir havia aberto o processo. Fiz uma mera consulta. O Ministro Valdir não abriu o processo contra a Drª Denise, então, ela não está impedida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu questiono a questão da retirada das ações judiciais.

SR. MILTON ZUANAZZI: A retirada das ações judiciais não ocorreu nesse dia. A retirada das ações judiciais já tinha sido falada um outro dia. O Senador Demóstenes acabou de me perguntar isso. Na quinta-feira quando eles entraram com o processo entregando a documentação. Eles chegaram de manhã ali na sala de crise, “estamos entregando os documentos que a ANAC exige”. Estamos, pedindo, portanto, tinha uma petição deles pedindo que a ANAC analise a transferência das ações. Ou nós dissemos: “ANAC não vai analisar porque tem um Processo Judicial. A ANAC só vai analisar sem esse Processo Judicial. Vocês estão entregando documentos. Que bom, ótimo, vocês concordaram com a gente, porém nós ainda continuamos impedidos”. Foi só isso. Não teve telefonemas para retirar a ação judicial nem nada. Eles já sabiam porque já tinham comunicado com o Juiz que iam entrar, peticionado, essa petição que a Senadora Ideli leu é esta. Já tinha peticionado em juízo. E, portanto, esta-

vam entrando com a *documentação* para que a ANAC verificasse. E nós dissemos: “Ótimo que vocês estão entrando. Nós vamos chamar as equipes para começar as análises. Agora, não resolve. Tem uma ação judicial. Nós temos que aguardar uma decisão judicial”.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor já se reuniu alguma vez com o Dr. Roberto Teixeira oficialmente ou extra oficialmente?

SR. MILTON ZUANAZZI: Dr. Roberto Teixeira uma vez só esteve comigo nunca tratou de VARIG. Estava tratando, estava acompanhando de empresários, tratava de Empresas Aéreas regionais. Tive uma vez com ele. Ainda na gerência antiga, não era nem na nova.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E com advogados do escritório do Dr. Roberto Teixeira?

SR. MILTON ZUANAZZI: Tive mais uma vez numa reunião no Rio de Janeiro, eu e o Diretor Veloso, tivemos uma única vez. [soa a campainha]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V.S^a reuniu duas vezes com o escritório Roberto Teixeira?

SR. MILTON ZUANAZZI: Duas vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Darei mais 5 minutos a V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor acha comum um advogado intermediar a venda de uma empresa e também operar junto ao comprador, inclusive, levando pessoalmente ambos para audiências com o Presidente da República no Palácio do Planalto? Só o que o senhor acha...

SR. MILTON ZUANAZZI: Mas o senhor tem que me permitir eu fazer, por favor, Senador, é difícil lhe responder dessa forma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fique a vontade, não quero que o Presidente limite o tempo.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não foi duas vezes que eu estive com os advogados, eles estiveram muitas vezes na ANAC. Eu estive uma vez tratando de VARIG LOG, uma vez, a segunda vez, Dr. Roberto acompanhava empresas de...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor está retomando a resposta anterior.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não, é que o senhor falou, teve duas vezes? Não. Eu tive uma sobre VARIG LOG, a segunda era sobre empresas regionais de aviação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Duas vezes no escritório, não lhe perguntei o assunto.

SR. MILTON ZUANAZZI: Mas eu quero deixar claro, uma vez sobre VARIG LOG, o tema dessa audiência onde eu recebi o convite era sobre VARIG LOG e venda da VARIG. O tema foi esse. Então, eu recebi eles uma vez sobre esse tema da audiência, uma única vez. E

não era o Dr. Teixeira, era Dr^a Valeska e o Dr. Cristiano, acompanhados pelos diretores da empresa.

Segundo. Esta única audiência que eu recebi em abril de 2006, não se tratava de venda de VARIG. Veja que as denúncias da Dr^a Denise é em relação à venda da VARIG. Não se tratava. Se tratava da transferência de ações da VARIG LOG. Eu volto a dizer, o assunto VARIG LOG e o assunto VARIG foram desentranhados em 8 de novembro lá pelo Dr. David Zilberstein e só vão voltar a se comunicar lá em junho. Não tinha nada haver um tema com o outro. O assunto VARIG, leilões, nada, nem lembro de VARIG LOG naqueles episódios. Nenhum. O assunto VARIG LOG com a ANAC era a transferência acionária. Perfeito?

Agora, o que ocorreu nove meses depois, Senador, não tem mais nada haver com a ANAC. Nove meses depois que nós aprovamos aquela venda que a VARIG é leiloadada em março de 2007, é que a VARIG é vendida para a Gol. Nove meses depois. Até não sei porquê aquela foto do Presidente Lula é em março de 2007, não tem nada haver com a decisão da ANAC que é lá atrás, nada, nós não temos nada haver com aquele episódio. O que nós fizemos com aquele episódio foi analisar se a venda estava correta. O mesmo parecer da SSA foi feito, levado para a Diretoria que aprovou aquela venda, a nova venda para a Gol. Não temos nada haver com aquele episódio do Palácio. Nada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.S^a não respondeu a pergunta que eu lhe fiz. Eu perguntei se o senhor achava, acha comum o mesmo advogado intermediar a venda para uma empresa e operar junto ao comprador?

SR. MILTON ZUANAZZI: Eu nem sei lhe responder isso. Não sou jurista, não fazia parte da ANAC. Não tinha nada haver conosco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tá bom, não sabe responder.

SR. MILTON ZUANAZZI: Não sei responder mesmo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria Dr. João Ilídio ao abrir o seu depoimento disse que ele aceitava a acareação com a Dr^a Denise. V.S^a aceita.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Mas Senador, eu não tenho problema nenhum, não tenho problema nenhum de conversar com a Dr^a Denise.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Conversar não, uma acareação na Comissão.

DR. JOÃO ILÍDIO DE LIMA FILHO: Nenhum problema. Eu sei que isso dá uma certa sensação, a mídia gosta acarear, um provoca daqui, o outro dali, eu sei que tem um pouco esse embate nas CPIs, acarear.

Não tem problema nenhum, Senador. Nenhum. Tudo o que eu falei aqui está registrado. Problema nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aceita? Então, Sr. Presidente.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO: Sr. Presidente, eu posso... rápida intervenção.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que só tem acareação se tiver requerimento aprovada aqui na Casa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou só perguntando se ele aceita. Então, eu quero que fique registrado, registrado que tanto o Dr. João Ilídio que confirma e o Dr. Milton confirmam que aceitam a acareação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi dito que não há problema nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos fazer o requerimento. Eu só quero que fique claro que os dois aceitam a acareação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só passar, darei, descontarei...

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO: Vou dar a minha opinião, eu acho, Senador, com todo o respeito, eu acho que nenhum de nós aqui cometeu nenhum crime, nem tampouco a Dr^a Denise a quem eu quero manifestar aqui o meu respeito, a minha admiração pela sua inteligência, pela sua competência jurídica, pelo muito que ela fez na nossa gestão na ANAC. Mas acareação me desculpe, eu sou totalmente contrário porque eu não vejo nenhum crime aqui cometido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas acareação não é...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Lomanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aqui não é...[soa a campanha]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Lomanto, como nós temos versões contraditórias nós precisamos saber onde está a verdade. O Dr. João Ilídio e eu quero parabenizá-lo ele próprio se colocou à disposição para uma acareação. Ninguém, não foi nem perguntado a ele. Ele próprio perguntou. Quero parabenizar o Dr. Milton que também aceita acareação, agora se ela vai ser aprovada ou não pela Comissão através de um requerimento, isso vai depender da base do Governo. Se a base do Governo quiser esclarecer vai aprovar, se não quiser esclarecer não aprovará. Nós vamos continuar aqui...

SR. MILTON ZUANAZZI: Deixa eu só dizer um detalhe, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SR. MILTON ZUANAZZI: Se lermos os processos está tudo ali. Não tem nada fora do que está publicamente no Processo Judicial, nos processos externo da ANAC. Tudo ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, peço a V.S^a..., perdão, que conclua.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço só ao Senador Wellington que ele não se... [soa a campanha] Eu queria que V.Ex^a não prejudicasse o raciocínio porque cada vez que eu vou fazer uma pergunta V.Ex^a coloca aí, por favor, para eu concluir, já vou concluir, Senador, já vou atender. V.Ex^a é um querido amigo meu, já vou atender ao seu pedido.

Eu só perguntaria ao Dr. Zuanazzi, V.Ex^a disse que não foi por 24 milhões a compra da VARIG, foi por muito mais. V.Ex^a tem um contrato aí, não tem? Eu gostaria que V.Ex^a lesse qual é a forma do pagamento do restante, primeiro. Segundo. Se a Gol ao pagar os 320 milhões ela passou para a VARIG LOG o pagamento desse restante ou ela assumiu o restante? Terceiro. Se V.S^a não acha estranho uma empresa que se disponha a entrar numa licitação pública... [soa a campanha] Antecipar 20 milhões de dólares sem saber o resultado, só para não deixar a empresa parar de voar, depois se habilita como única inscrita para o leilão e arremata pagando os 24 milhões de dólares que foi o que foi dito pela imprensa, mais o que V.S^a vai relatar e a forma como será pago e se esse valor se somaria aos 320 que a Gol pagou? Ou seja, 320 mais esse saldo ou se esse saldo a VARIG LOG vai assumir?

SR. MILTON ZUANAZZI: Senador, o senhor perguntou para a pessoa errada, porque é o Juiz que falou, inclusive, está depondo hoje aqui nos *on-lines*. Eu simplesmente manifestei porque está aqui a inicial.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, por favor...

SR. MILTON ZUANAZZI: O senhor quer que leia tudo isso aqui são sete páginas?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A forma de pagamento do restante. O senhor quer que eu leia, está nos autos, eu posso até lhe dar a página dos autos, página nº 17.685.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Zuanazzi, eu quero que V.Ex^a leia só o restante dos 200 e tantos milhões que V.Ex^a...

SR. MILTON ZUANAZZI: Não vou me negar a um pedido de um Senador mas está nos autos da página 17.685.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas só que a sociedade brasileira não tem acesso aos autos.

SR. MILTON ZUANAZZI: Tem. Ele é público. São autos públicos sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V.Exª vai através da TV Senado dar acesso.

SR. MILTON ZUANAZZI: E quem fez todo esse procedimento não é a ANAC. Por isso que eu digo. O senhor está me perguntando como se fosse uma defesa do Juiz. É o Juiz que tem que responder isso. Não nós.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou pedindo para V.Sª ler. Se não quiser ler me dê que eu leio.

SR. MILTON ZUANAZZI: Tudo bem, então, eu aqui humildemente vou ser seu leitor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado. Eu faço leitura para V.Sª, me dê o contrário.

SR. MILTON ZUANAZZI: Pela aquisição da unidade produtiva VARIG, a VARIG LOG, adicionalmente a função das obrigações assumidas deverá pagar os valores abaixo indicados que totalizam nessa data o valor de 277 milhões de Reais, preço de aquisição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Reais.

SR. MILTON ZUANAZZI: A – O montante equivalente em moeda nacional a 20 milhões de dólares que tenha sido efetivamente [soa a campainha] adiantado a VARIG pela VARIG LOG até a data do leilão resultante da proposta de modificação do plano de recuperação judicial mediante a venda da unidade produtiva, VARIG. Os adiantamentos serão realizados visando assegurar a sobrevivência das atividades da VARIG até a realização da Assembléia. Aquilo que no dia 19, um breve parêntese, Dr. Ayoub disse a mim. Ela não tem condições de passar de sexta-feira, dia 23.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero a forma de pagamento, Dr. Zuanazzi.

SR. MILTON ZUANAZZI: O valor aqui previsto inclui os valores adiantados pela VARIG LOG e VARIG desde 28 de junho eventual diferença valor efetivamente adiantado pela VARIG LOG e o montante equivalente em moeda nacional adicional eventual oferecido no leilão, ou seja, o ressarcimento caso tivesse o leilão.

B – Dentro de 30 dias desta data, após a data da homologação da arrematação da unidade produtiva VARIG, a VARIG LOG fará emitir em benefício da classe dois que é uma das classes dos credores, que se não me falha a memória são os trabalhadores, debêntures não transferíveis a terceiros de emissão na unidade produtiva...[soa a campainha] Com valor de face de 50 milhões de Reais. E o prazo de vencimen-

to de 10 anos conversíveis a opção dos credores da classe dois e uma participação societária máxima correspondente a 5% do capital social total da unidade produtiva VARIG com remuneração anual fixa e montante correspondente a 4 milhões e 200 mil totalizando 42 milhões de Reais.

C – Dentro de 30 dias após a data da homologação da arrematação da unidade produtiva, a VARIG LOG fará emitir em benefício dos credores da classe um *debêntures* não transferíveis a terceiros e emissão da unidade produtiva com valor de face de 50 milhões de Reais. E prazo de vencimento de 10 anos, conversível a opção dos credores da classe um e uma participação societária máxima correspondente a 5% do capital total, unidade produtiva VARIG, com remuneração anual, fixa, cupons e montantes correspondente a 4 milhões e 200 mil Reais por ano, paga mensalmente totalizando 42 milhões de Reais, deverá ser aplicada prioritariamente para o abatimento de créditos trabalhistas extraconcursais e concursais.

D – Dentro de 30 dias contados a data da homologação da arrematação da VARIG LOG fará com que a unidade produtiva VARIG contrate a concessionária remanescente serviços de fretamento de duas aeronaves selecionadas sob condições de padrões usualmente praticados no mercado. Aqui tem nomenclaturas em inglês que identificam as aeronaves. O senhor quer que eu leia? No valor de 5 milhões de Reais por ano pelo prazo de 3 anos totalizando mais 15 milhões de Reais.

E – Dentro de 30 dias contados da homologação da arrematação fará com que a unidade produtiva contrate a concessionária remanescente sob condições de padrões usualmente praticados no mercado, serviços não exclusivos de centro de treinamento de tripulantes. Era o VFTC da VARIG, o *VARIG Fly Trade Center* no valor de um milhão de Reais por ano, pelo prazo de 10 anos, totalizando 10 milhões. 10 milhões que ela depositaria para utilizar o centro de... isso tudo eram recursos que vinham para a velha para tentar saudar os credores. E dentro de 60 dias contados a data da homologação da arrematação a VARIG LOG fará com que a unidade produtiva VARIG indique e negocie, observado o direito de preferência, as condições de padrões usualmente praticados no mercado, alocação dos imóveis de propriedade da concessionária remanescente que for necessário ao seu plano de negócio. A VARIG LOG estima que o valor de locação mensal dos imóveis, eleitos como necessários ao seu plano de negócio será de 0.8% do valor de mercado desses imóveis.

F – A operação deverá igualmente contemplar a transferência pela VARIG e a VARIG LOG, da participa-

ção acionária detida pela VARIG na VARIG LOG, participação essa livre, desembaraçada de todos e quaisquer ônus e encargos, exceção do penhor instituído no benefício dos planos de Seguridade Social da VARIG, RioSul e Nordeste, do Instituto AEROS de Seguridade Social existente na presente data. Em contraprestação aquisição pela VARIG LOG, da participação da LOG, e a conseqüente liberação do penhor de quaisquer outros gravames que incidam sobre tal participação acionária a VARIG LOG pagará ao AEROS por conta e ordem da VARIG o montante de 24 milhões de Reais pagos em 12 parcelas mensais e consecutivas vencendo a primeira 30 dias após a data de homologação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está muito bom, Senador.

SR. MILTON ZUANAZZI: Isso é o Juiz... A ANAC não tem nenhuma participação nisso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só pergunto a V.Sª se a Gol quando comprou por 320 milhões assumiu esses compromissos aí.

SR. MILTON ZUANAZZI: Também não sei lhe informar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao último orador inscrito Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Dr. João Ilídio, sempre Deputado Antonio Brito que eu tive a alegria de estarmos juntos na Câmara dos Deputados. Eu confesso como gaúcho e apaixonado pela VARIG que como seria bom naquele período que nós discutíamos a questão VARIG nós tivéssemos Senador Flexa Ribeiro uma reunião como essa de quase 16 horas para apontar caminhos de recuperar a VARIG.

Pode saber que o povo gaúcho chorou muito quando infelizmente a VARIG ficou naquela situação tão lamentável. Nós fizemos inúmeras reuniões. Senador Heráclito Fortes foi parceiro dessas reuniões. Deputada Yeda Crusius coordenou a frente parlamentar em defesa da VARIG. Se houve pressão? Claro que houve pressão. Nós fazíamos atos, caminhadas nas ruas de Porto Alegre, audiência na Assembléia Legislativa, dezenas de audiências aqui, exigindo que a VARIG voltasse a voar, essa era a posição do povo gaúcho. Por isso eu de forma muito rápida aqui, Milton Zuanazzi, depois dessa audiência de hoje você está mais do que nunca avalizado para voltar a ser Presidente da ANAC.

SR. MILTON ZUANAZZI: Obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela forma que você aqui conduziu o debate, pela forma como

você respondeu com muita clareza, persistência e firmeza. Você é aquele Milton que eu sempre conheci. Eu não tenho dúvida quanto a isso. Meus cumprimentos também ao nosso Deputado Antonio Brito, ao João Ilídio. Eu queria também dizer rapidamente, Senador Zambiasi e Simon não estão aqui, participaram também dessa Comissão. Nós fomos ao vice-Presidente José Alencar inúmeras vezes, fomos também ainda na época, Valdir Pires, que era o representante máximo das Forças Armadas, num período, dialogamos inúmeras vezes com ele, na busca da alternativa, sabíamos que havia um esforço também de parte do Governo de construir alternativas.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Queria lembrar ao nobre Senador, a VARIG possuía não, possui um crédito tributário em alguns Estados e foi formadas Comissões para...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exato. Eu encaminhei, eu assinei o documento para que os Estados pagassem a dívida preocupado com os aposentados e pensionistas do AEROS também que não tinham respostas. E quanto à conversa com o Juiz, ora, mais do que legítimo você conversar com o Juiz, como parte interessada direta e pela pressão que nós fazíamos sobre você, você, o Milton era nossa ligação direta, praticamente nessa discussão de salvar a VARIG. E você sempre me dizia: Olha, o Juiz está tentando uma alternativa. Está buscando. E eu fiquei feliz quando os trabalhadores compraram. Só que não puderam pagar. Eu acompanhei também esse processo.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO:

Me permite que eu me recordo agora. Fruto desta Comissão que V.Exª coordenava...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também naquele período a pedido do Senador Heráclito Fortes.

DR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO: Os senhores Senadores devem estar lembrados que o Juiz americano estava para arrestar novos equipamentos e por sugestão da sua Comissão pedia a interferência da ANAC que fosse um representante da ANAC à Nova York para dar um respaldo legal ao Juiz e eu fui, Senador, eu me propus e fui representar a ANAC, em Nova York e disse ao Juiz da importância e pedi um prazo maior e ele concedeu este prazo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu me lembro quando as vezes que os aviões não iam mais voar por falta de combustível. E nós fazíamos um apelo para que o Governo de uma forma ou de outra ajudasse naquele encaminhamento. Enfim, eu acho que não cabe aqui, a minha posição é uma posição de tristeza pela situação que a VARIG chegou, eu acho que a essa altura nós estarmos aqui, Milton, você que saiu, inclusive, da Presidência da ANAC, enfim, os diretores

fazendo esse debate sem fim...[soa a campainha] De discussões eternas apontando para caminho nenhum. Claro que me preocupa. Por isso eu quero mais é... mais uma vez cumprimentar a todos os senhores três, inclusive, pela paciência, pela tranqüilidade.

O que você foi injustiçado, Milton, eu sei, porque eu acompanhei, conheço a tua trajetória e com a mesma firmeza e com a tranqüilidade que você veio aqui. Você não disse uma palavra daquilo que eu sempre ouvi você dizer no longo de todo esse processo. Olha, sinceramente, parabéns para os três, eu estou triste pela situação da VARIG, naturalmente, ao ponto que chegou e essa é a tristeza, tenho certeza, o povo gaúcho e naturalmente do AEROS.

E quanto ao Juiz, Dr. Ayoub, eu acho que ele fez de tudo o que foi possível. Nós fazíamos contato com ele, nós o pressionávamos para uma alternativa e que a VARIG não fosse à falência. Enfim, é uma Audiência que termina com muita tristeza. Tristeza porque a VARIG está na situação que se encontra hoje e eu sei, Milton, do esforço que todos os senhores fizeram para tentar que a VARIG voltasse a voar normalmente.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim. Como não há mais orador inscrito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu acompanhei, eu me inscrevi cedo, mas tive que ir a posse do nosso conterrâneo, colega, irmão, José Barroso Pimentel que assumiu um posto destacado no Governo e por mérito, por merecimento, pela sua competência, pelo trabalho que sempre desenvolveu e pela forma honrada como sempre conduziu as suas atribuições, posse como Ministro da Previdência.

Portanto, na hora que fui chamado, que deveria ser chamado, evidentemente a Presidência dos trabalhos passou para o orador inscrito seguinte. Mas eu acompanhei todos os depoimentos, tanto da Dr^a Denise Abreu, em seguida os três depoimentos que aqui concluem esse dia. Eu penso o contrário, eu penso que o dia foi muito positivo, foi muito bom. O resultado é muito positivo e muito positivo para aqueles que sempre compreenderam o papel que a ANAC desenvolveu. Porque ela, ANAC, também teria que contribuir com a recuperação da empresa que era a ação que estava na mão do Juiz e que também conduziu corretamente, compreendendo a nova legislação.

Eu mesmo no meu partido ainda como Deputado Federal, nós fizemos destaque para votar em separado o problema da questão trabalhista. Tá certo? E que

nós deveríamos examinar essa questão. Tratamos da questão tributária, fizemos destaque para não permitir que os créditos trabalhistas fossem alijados do processo, mas o resultado final e que é base da lei de hoje, é que o papel de recuperar a empresa é tão significativo que se manter ela voando significa arrecadar tributos, significa gerar empregos e aumentar a concorrência. Então, isso tem um significado, tem uma importância muito grande.

Acho que o próprio Governo deveria agir também nesse sentido e pressionar no sentido de garantir que as empresas fossem recuperadas. Eu acho que o papel de Governo tem que ser esse. Então, considerar que uma ação do Governo em algum episódio que pode contribuir para recuperar uma empresa seja questionado, acho que essa é uma atitude também que não contribui para um processo, inclusive, de inovação Legislativa que o país vivenciou.

Eu acho que a Audiência terminou ela sendo muito positiva. Daquilo que era, talvez, uma idéia, ou um pensamento de que a Audiência pudesse servir para afirmar uma posição que criasse dificuldades para o Governo ou para a Ministra Dilma, isso também ficou esclarecido porque a atitude de pressão nem a Dr^a Denise Abreu no seu depoimento demonstrou que houve claramente alguma pressão em algum sentido e os senhores todos acho que com o mandato que tinham jamais poderiam se deixar pressionar, jamais. Nem sem mandato, imagina com mandato que os senhores tinham do Senado da República. Indicação do Presidente, mas aprovação do Senado da República.

Então, eu considero que esse episódio de hoje, já viram uma página, pode se buscar novos episódios, mas esse já é uma página virada completamente. Da ação inicial que foi o motivo da convocação eu acho que ficou liquidado, absolutamente liquidado. Eu acho que o depoimento dos senhores talvez tivesse sido mais ajustado, mais ajustado desde o início, os depoimentos deveriam ter sido em conjunto, talvez teria sido mais correto. Depois que nós assistimos esse final. Primeiro, evidente que organizar os trabalhos, se definiu primeiro ouvir a Dr^a Denise, mas depois de ouvir os três e ouvir em conjunto, acho que o mais justo era que a Dr^a Denise também estivesse na Mesa para acompanhar o depoimento de todos os senhores.

Mas acho que o resultado final não altera. É que daqui se sai com essa questão liquidada. Ninguém foi pressionado. Se buscou dentro da legislação dar pareceres, dar informações que permitiram a ANAC contribuir, o Juiz também, acho que a posição do Juiz também tem sido muito corajosa, porque há uma idéia no Brasil sempre de se buscar criar muito factóide. Vamos aproveitar, vamos fazer uma cena. Zuanazzi, você disse muito bem. Muitas vezes esse problema da aca-

reação é para ver, vamos fazer uma festa. Entendeu? Uma festa midiática. Pode ser que não esclareça nada mais já deu muita manchete. Então, o que se queria já se conseguiu, mesmo que na acareação não se resulte em nada. Mas o episódio, só o factóide já resolve.

Então, eu acho que mesmo que o senhor diga: Estou à disposição. Mas quem decide se vai ter acareação e se é necessário ter aquela acareação são os Senadores de uma CPI ou mesmo numa Comissão se precisar vão decidir se precisa mesmo que as pessoas estejam à disposição. Eu quero fazer a acareação. Eu quero fazer acareação e vou, porque eu quero fazer acareação pode estar jogando no factóide e esse factóide não interessa para o Senado, não interessa para o Brasil, não interessa para a ANAC, não interessa para as empresas, não interessa para o Juiz e não interessa ao esclarecimento daqueles que estão nos ouvindo.

Talvez até devêssemos pedir a aqueles que estão nos ouvindo desde dez horas da manhã até, desculpas, porque por tudo o que ocorreu. Então, eu acho que o ponto central que nós queríamos, digamos assim, chegar a uma conclusão se houve ou se não houve pressão, se ele nem existe... [soa a campainha] Se ele nem existiu, e se é só fruto de factóide, então, sinceramente, eu acho que pelos outros fatos que os senhores esclareçam valeu a Audiência porque foram dadas muitas informações que ajudam os Senadores e ajuda a população que está nos ouvindo também a ter um esclarecimento sobre o que significou esse esforço para recuperar uma empresa como a VARIG, quanto trabalho deu aos senhores, ao Governo, ao Juiz e vem dando ainda hoje, basta ver os episódios que nós estamos assistindo nos jornais frente à questão da VARIG que continua como uma...

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço ao Senador Inácio Arruda...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eram essas questões, eu não quero perguntar, eu quero apenas dar uma opinião sobre o que nós assistimos hoje numa longa Sessão já com quase 14 horas de duração. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu agradeço a todos os Senadores e Senadoras que participaram desta Audiência Pública, que teve por objetivo esclarecer sobre denúncias veiculadas amplamente pela imprensa nacional relativos ao processo de compra e venda da VARIG e VARIG LOG em atendimento aos requerimentos dos Senadores Ideli Salvatti, Romero Jucá, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio e José Agripino Maia dentre outros.

Para a gente concluir, por favor. Eu reputo que esta Audiência foi da mais alta relevância e após mais de 12 horas de depoimentos, de oitivas, de questionamentos e de reflexões a respeito deste episódio envolvendo ou desses episódios envolvendo essas transações creio que nós podemos enquanto Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal dar a nossa contribuição ao país, procurando esclarecer fatos e acima de tudo questionar pessoas que já estiveram a frente de importantes funções, de relevantes funções na vida pública brasileira sobre a transação que culminou com a transferência dos ativos da VARIG e VARIG LOG a empresas do setor privado.

Eu quero agradecer ao Dr. Milton Zuanazzi, ex-Presidente da ANAC pela presença; a Dr^a Denise Abreu que passou por aqui quase 10 horas ex-diretora da ANAC; Dr. Leur Antonio Brito Lomanto, ex-Diretor da ANAC e o Dr. João Ilídio de Lima Filho, ex-Procurador Geral da ANAC. Não compareceram o Juiz Luiz Roberto Ayoub, o Dr. Jorge Luiz Brito Veloso, Dr. Manoel Felipe Brandão.

De qualquer maneira essa Comissão enquanto responsável pela arguição de todos os que ocupam as funções na área de infra-estrutura e logística, especialmente na ANAC, cumpre o seu papel e na minha opinião cumpriu à altura, mais uma vez demonstrando disposição para estar aqui horas a fio discutindo assuntos de muita relevância para o país.

Deus queira, Senadores Wellington Salgado, Senador Gim Argello, demais Senadores que passaram por esta Comissão, foram mais de 50 no dia de hoje, que os esclarecimentos prestados aqui hoje sejam suficientes para que este assunto possa, para que essa página possa ser virada. É claro que se surgirem novos ventos, se surgirem novas informações, com certeza haverá desdobramentos.

Mas como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, me sinto satisfeito com os esclarecimentos, com os depoimentos e com a iniciativa de todos que aqui compareceram para elucidar essas denúncias.

Muito obrigado a todos e está encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 22h55.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e oito, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência

do Senhor Senador Gim Argello, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Expedito Junior, Flávio Arns, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, João Tenório e Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 251, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geovani Borges que, “Acrescenta dispositivos ao art. 16º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.” O relator designado é o Senador Expedito Júnior e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 203, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Altera a Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que “Institui o novo código florestal”, para tornar obrigatório o inventário florestal digital”. O relator designado é o Senador Expedito Júnior e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 256, de 2008**; de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Cria centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marina Silva, que “Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismos geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº. 271, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Suspende até o ano de 2004 a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados

(OGMS) e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº. 47, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Olivir Gabardo, que “Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada” O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer pela prejudicialidade é aprovado. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 186, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Fundação FM Nova Aliança Comunitária do Bairro Jequeiezinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 19, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 182, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Piratiniense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 183, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Frederiquense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 196, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Sandro Peiter e Cia. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 185, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Olhos D’Água para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olhos D’Água, Estado de Minas Gerais.” O relator

designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 199, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Magui - Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 200, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Magui - Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 66, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 85, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ortigueira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 134, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 160, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 171, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento Cultural Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 172, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 188, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Nova Estação Radiodifusão e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carambeí, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 191, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique FM” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.” O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 56, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 57, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à TV Norte do Ceará Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 82, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 159, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que

“Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias da pauta: **Item 05: Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº. 35, de 2007 – CCT; Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 563, de 2003.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

SENADOR GIM ARGELLO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Havendo número regimental declaro aberta... Bom dia, Senador ACM Júnior. Aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 27 de agosto de 2008.

Para darmos início aos trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As senhoras e senhores senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Senhores senadores, comunico a V.Ex^{as} que recebi a correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, contendo cópias dos acórdãos números 1722, de 2008, e de número 1765, de 2008, proferidos, respectivamente, pelo plenário daquela corte, em sessões ocorridas no dia 20 de agosto último, nos autos dos processos nº. TC 020840/2007-4, sobre um relatório de auditoria realizado DCA, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, do Comando da Aeronáuti-

ca, para verificar a operacionalidade, confiabilidade e efetividade do sistema de visualização do radar X-4000; 13 achados de auditoria relacionados à segurança do tráfego aéreo, manutenção e funcionalidades do sistema, treinamento de usuários, plano de contingência de ativos de ITI, propostas de recomendações e determinações, comentário dos gestores, os aspectos abordados na auditoria; e TC 007418/2008-4, que trata do projeto de resolução que dispõe sobre os procedimentos para recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação, encerramento das solicitações do Congresso Nacional. Caso seja de interesse, cópia dessas correspondências encontra-se à disposição na secretaria desta Comissão.

Comunicamos, também, que, no Ofício 071, a Presidente em exercício, Rosalba Ciarlini, comunica ao Excelentíssimo Sr. Presidente dessa Comissão, o nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira: “*Sr. Presidente, acuso o recebimento do ofício 120/2008, da sua comissão, referente à criação do Grupo de Trabalho, com o objetivo de discutir a sistematização e ampliação do uso de energia nuclear nos procedimentos médicos, cirúrgicos e de medicamento. Parabéns V.Ex^a e demais membros dessa comissão pela importante iniciativa. Tenho o prazer de indicar como membros do referido Grupo de Trabalho os seguintes Senadores.*”

Esse ofício, tendo em vista que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vai trabalhar em conjunto com o Grupo de Trabalho com a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, o Grupo de Trabalho é composto pelo nobre Senador Augusto Botelho, PT de Roraima; pelo nobre Senador Flávio Arns, PT do Paraná; pelo nobre Senador Papaléo Paes, PSDB do Amapá; pelo nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, PTB de Roraima; pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares, PSB de Sergipe; e pelo nobre Senador João Durval, PDT Bahia. Agradeço à atenção, renovando... Ah, é Assuntos Sociais. Então, essa comissão...

Corrigindo: o Grupo de Trabalho desses, com esses senadores, é um Grupo de Trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a Comissão de Assuntos Sociais, que trata do objetivo da ampliação do uso da energia nuclear nos procedimentos médicos, cirúrgicos e medicamento, coordenado pelo nobre Senador Augusto Botelho, que é um médico de profissão.

Comunicamos também que, aprovado por essa comissão na penúltima reunião, já foi feito os convites para Audiência Pública que será realizada nesta comissão, no dia 10 de setembro de 2008, quarta-feira, às 09h00, o assunto é discutir novas tecnologias de

prospecção de petróleo nas camadas pré-sal. Já foi... foi feito, já foi aprovado e já foram as pessoas convidadas. A autoria do Requerimento é do Senador Antonio Carlos Júnior, Gim Argello, Wellington Salgado e Flexa Ribeiro.

Os convidados: o nobre Ministro, senador dessa casa, Edison Lobão, Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, Presidente Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Borges Rodrigues Lima, o Diretor Presidente da DZ Negócios com Energia, que já foi Presidente da ANP, David Zylbersztajn, o Secretário de Energia de Assuntos Internacionais Jean-Paul Prates, o Presidente da BG do Brasil, Luis Carlos Costamilan, o Presidente da empresa de pesquisa energética Maurício Tolmasquim, o Presidente do Grupo EBX, Eike Batista, o Presidente da Marítima Petróleo e Energia, German Efromovich, o Presidente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo Eloi Fernández y Fernández, e o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, IBP, João Carlos França de Luca.

Vários desses convidados já confirmaram presença, então, no dia 10 de setembro... Acabo de ser informado pela nossa secretária da secretaria, que o Ministro da Ciência e Tecnologia, através do seu representante aqui, chefe da sua assessoria parlamentar, Pedro Rogério de Lima, que o Sr. Ministro também se coloca também a disposição para participar da audiência.

Então, submeto ao plenário aprovação para que possamos também convidar o Ministro da Ciência e Tecnologia. Realmente... Primeiro o autor da audiência, Senador Antonio Carlos Júnior, então, está aprovado também o convite ao Ministro da Ciência e Tecnologia para que compareça no dia 10 de setembro, quarta-feira, daqui a 15 dias.

Agora passamos, então, dando segmento à pauta, passaremos ao item nº. 01 da pauta. Como relator... Projeto... item 1. É um projeto terminativo, Projeto de Lei do Senado 251 de 2008: “*Acréscimo dispositivos ao art. 16 da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental, para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.*” Autoria: nobre Senador Geovani Borges. Relatoria: senador Expedito Júnior. V.Exª tem a palavra, nobre relator.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, primeiro gostaria de cumprimentar V.Exª como Presidente dessa comissão, dizer que Brasília, lógico, principalmente o DF e o país está muito bem representado desde a chegada de V.Exª a essa Casa. Eu gostaria de ter feito a homenagem ao Senador Geovani Borges, ele que apresentou este projeto, esta proposi-

ção e infelizmente não foi possível fazer esse relatório ainda na permanência dele aqui, mas o faço agora na presença do titular do seu irmão, Gilvam Borges.

Nos termos propostos, será permitida a formação de redes compostas por estações localizadas na Amazônia Ocidental. No entanto, as redes que se formarem, somente poderão vincular programação jornalística ou educativa. Ademais, as transmissões em rede não poderão exceder a 15% do total da programação das respectivas emissoras. O autor é o Senador Geovani Borges, a proposição tem o intuito de flexibilizar a proibição, Sr. Presidente, constante do art. 16 da Lei nº. 9612, de 1998, que disciplina a radiodifusão comunitária.

“Cuida-se da vedação à formação de redes por emissoras que executam esse serviço. Em sua justificativa, o autor da proposta menciona as particularidades da região, contemplada na proposição, e as dificuldades enfrentadas pelas populações locais em função das densidades das florestas e das distâncias que as separam. Neste sentido, defende que a proposição é medida necessária para propiciar o desenvolvimento de regiões menos favorecidas e atenuar as desigualdades sociais e econômicas impostas às regiões mais longínquas e privadas de condições auto-sustentáveis do país.

A matéria, conforme... Conformase ao rol de atribuições desta comissão, nos termos do artigo 104 6, inciso VII, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº. 01 de 2007. Do ponto de vista técnico-legislativo, não se verifica a necessidade de fazer reparos ao Projeto nº. 251, de 2008, vez que a proposição se mostra em conformidade com o disposto na Lei Complementar de nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998. Do mesmo modo, não se identificam vícios de constitucionalidade formal.

No mérito, devemos considerar que vedação constante do art. 16 da Lei nº. 9612 de 1998, tem, por certo, a finalidade de preservar a natureza do serviço de radiodifusão comunitária, ao permitir-se a formação de redes, corre-se o risco de dissolver-se o caráter local necessariamente associado à programação dessas emissoras. Com efeito, a veiculação indiscriminada de programação em rede, pode comprometer o alcance dos objetivos dos serviços arrolados no art. 3º da mencionada lei, a saber:

‘Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento da comunidade beneficiada, com vistas a: I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; III - prestar ser-

viços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; permitir a capacidade dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.'

O projeto em exame, todavia, oferece abordagem distinta da questão. Primeiramente, limita sua abrangência à Região Amazônica, onde fatores especiais, mencionados pelo autor, como a imensidão das distâncias, a onipresença da floresta e o incipiente desenvolvimento social, exigem tratamento diferenciado por parte do legislador.

Ademais, Sr. Presidente, não se trata de conceder carta branca à formação de redes entre rádios comunitárias, tendo em vista que a proposição tem o cuidado de limitar a veiculação da programação em rede a 15% do tempo total do funcionamento das emissoras. Tampouco haverá plena liberdade para a escolha do conteúdo transmitido em rede, tendo em vista que a proposta termina exclusividade... Determina exclusividade a programas jornalísticos ou educativos.

Portanto, tomando em consideração os cuidados tomados no Projeto, a inovação que pretende inserir não parece suficiente para comprometer o caráter essencialmente local das emissoras comunitárias. Paralelamente, cuida-se de medidas apropriadas aos fins a que se destina, que pode contribuir para o desenvolvimento da Região da Amazônia Ocidental, no que dá cumprimento ao mencionado art. 3º, inciso III, da Constituição Federal."

Por essas razões, entendemos que esta Comissão deve pronunciar-se, Sr. Presidente, favoravelmente à matéria. Nosso voto, no entanto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº. 251, de 2008, de autoria do Senador Geovani Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço nobre Senador Expedito Júnior e coloco em discussão a matéria. Em discussão. Deputado... Senador... Senador Eduardo Azeredo, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só entender um pouco mais, quer dizer, Senador Expedito Júnior, eu cheguei já estava começando a leitura. Na verdade, pelo fato de ser rádio comunitária, não pode ter rede. É isso? Aí, está se permitindo uma rede no Amazonas? No pedaço específico?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agora, isso significa aumentar a potência autorizada dessas rádios? É só elas veicularem o mesmo tipo de programação?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É só pra fazer, então, na verdade... Uma programação... Quer seja a mesma programação?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom, tudo bem. Essa é a particularidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Satisfeito Senador Eduardo Azeredo? Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, quero parabenizar o relator, Senador Expedito Júnior e o autor, Senador Geovani Borges, pela autoria do projeto e pela relatoria. A mesma dúvida que o Senador Azeredo demonstrou agora, eu também tenho; saber de que forma pode ser feita essa rede, qual... Se tecnicamente é possível... E eu vejo que o Projeto do Senador Geovani, ele abrange só a Amazônia Ocidental, quer dizer, a Amazônia é uma Amazônia. Quer dizer, apesar de termos vários ecossistemas na Amazônia, mas nós temos que preservar a sua unidade, acabar com a Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental. Então, eu vou pedir vista do Projeto, até porque nós não temos nem quorum para votar, porque é terminativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, aqui está terminativo. Terminativo. Então, eu peço vista do Projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Regimentalmente, o nobre Senador Flexa Ribeiro pede vistas ao projeto. Vistas concedidas ao...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu também gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Vistas em conjunto?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De concordar com o pedido de vistas, até porque eu acho que--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vista coletiva.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Analisando... Vista coletiva... Analisando, assim, de forma... De certa forma superficial, a gente chega a ficar com muitas dúvidas, porque se vai ser possível numa determinada região da Amazônia, por que não vai ser possível na outra? E depois vem... Mato Grosso também tem muitas distâncias, o Maranhão tem muitas distâncias, o Pará tem muitas... Enfim, uma

coisa que está meio... Não está muito clara. Então, acho que o Senador Flexa fez... Tomou uma posição que coletivamente nós concordamos, pelo menos da minha parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então, autorizado. Vistas coletivas para o plenário, no prazo de duas sessões, é isso? De acordo com o regimento, então, vistas coletivas.

Falta apenas um senador para que possamos votar as matérias das rádios e faremos isso de uma forma bastante rápida.

Enquanto isso, peço ao nobre Senador Expedito Júnior que novamente faça o relatório do item nº. 02, que é não terminativo enquanto aguardamos a chegada de mais um senador. Chegando o Senador, chegando o senador, então... passaremos, então, com a exceção... Com a permissão do plenário, para já, imediatamente para o item nº. 06, do qual o relator é o nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Item nº. 06, então, de autoria... Projeto de Decreto Legislativo 186 de 2008 que: “*Aprova o ato de outorga autorização à Fundação Nova Aliança Comunitária no bairro Jequiezinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia.*” Autoria: Poder Executivo; relatoria nobre Senador Antonio Carlos Júnior. V.Ex^a está com a palavra, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores. Vamos já para o voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 186 de 2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à fundação FM Nova Aliança Comunitária do bairro Jequiezinho, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Jequié é a terra do Senador César Borges. Então, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Em discussão, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação pelo processo simbólico. Os senadores que concordarem, permaneçam como estão. Então, está aprovado o item nº. 06, Projeto Terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 186 de 2008. Agradecemos o relato feito pelo nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Votação nominal? Então, votação nominal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao final, ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Ao final? Então, pergunto ao plenário se

concorda votação nominal ao final em bloco? Então, por favor, item nº. 07. Vou designar relator *ad hoc* nobre Senador Flexa Ribeiro para o item nº. 07. Projeto de Decreto Legislativo 19 de 2008. O item nº. 07, 08, 09 e 10, nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): 7,8...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Gim Argello, senhores senadores, senhoras senadoras. É uma alegria poder relatar os itens 07, 08, 09 e 10, pareceres do nobre Senador Sérgio Zambiasi, como relator *ad hoc*.

O item 07 trata da concessão da outorga da permissão à Rádio TV Farol da Comunicação Ltda., no Estado do Maranhão. Vamos, vamos... Direto ao voto, Sr. Presidente.

O item 07, como disse, então, Projeto de Lei... O PDS nº. 19 de 2008, que trata da Rádio TV Farol da Comunicação Ltda., na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.

O item nº. 08... O item nº. 8, que aprova o ato de outorga, autorização que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Piratiniense, na cidade de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul.

O item nº. 09... O item nº. 09, Decreto Legislativo nº. 183 de 2008, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Frederiquense de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

E finalmente o item nº. 09. Número... Número 10, nº. 10, que trata do... do Decreto... Legislativo 196/2008, que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Peiter & Companhia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.

Todos os pareceres do nobre Senador Sérgio Zambiasi, eles têm o voto como... Tendo em vista que o exame da documentação de todos eles, os itens 07, 08, 09 e 10, que o exame da documentação acompanha o PDS nº. 19/2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39, de 1998, do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, é pela aprovação de todas as autorizações de outorga e de concessão às rádios constantes dos projetos dos itens 07, 08, 09 e 10 da pauta. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, nobre Senador Flexa Ribeiro. Com muita competência deu voto favorável aos itens 07, 08, 09 e 10, que são Projetos de Decreto Legislativo

nº. 19 de 2008, Projeto de Decreto Legislativo nº. 182 de 2008, Projeto de Decreto Legislativo 183 de 2008, Projeto de Decreto Legislativo 196 de 2008.

Em discussão o parecer proferido pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar, submeter ao processo de votação ao final, em conjunto com o item nº. 06.

Peço agora ao nobre deputado... O nobre Senador Eduardo Azeredo que, por favor, faça o relatório do item 11, 12 e 13, da Ordem do Dia. Nobre Senador Eduardo Azeredo. Itens 11, 12 e 13.

O item nº. 11 é o Projeto de Decreto Legislativo que aprova... Projeto de Decreto Legislativo 185 de 2008, o Projeto de Decreto Legislativo... Nobre Senador Eduardo Azeredo, V.Exª está com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, senhores senadores... Não tem Senadora, só Senador, não precisa falar. Cadê, a Rosalba já saiu, já? Esse primeiro ato é da autorização à Associação Comunitária Cultural de Olhos D'água... Olhos D'água é uma cidade nova, pequena cidade, que... Próxima lá a Bocaiúva, no norte de Minas. E o ato aprovado pelos... Todos os... As análises, todas as análises foram feitas pelo Ministério das Comunicações, então, não há nenhum óbice. O parecer é favorável.

Já o seguinte, que é o item 12, se refere também... No caso daquele é uma... No caso de Olhos D'água uma rádio comunitária; no caso do item 12 é uma rádio FM, na cidade de Juatuba. Juatuba já fica na região metropolitana de Belo Horizonte e o parecer também é favorável, verificando todas as questões que estão colocadas, todos os documentos que foram apresentados ao Ministério das Comunicações.

E o terceiro item refere-se, o item 13, refere-se a uma permissão à Magui Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, também em FM, na cidade de Conselheiro Pena, no Estado de Minas Gerais. Conselheiro Pena está à beira do Rio Doce, já no leste mineiro, já na região ali próximo de Governador Valadares, e o parecer também é favorável, Sr. Presidente.

Como diz o Senador Wellington, eu conheço bem Minas Gerais, conheço as cidades todas. Tinha que conhecer. Se não conhecesse também estava errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Senador Eduardo Azeredo, o senhor quando faz os pareceres até geograficamente o senhor os localiza dentro do mapa de Minas Gerais. Muito obrigado por isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite uma... Um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Só, antes, um minutinho, Senador Flexa Ribeiro.

Então, colocamos em discussão o parecer proferido pelo nobre Senador Eduardo Azeredo, do item nº. 11, Projeto de Decreto Legislativo 185 de 2008, o item 12, Projeto de Decreto Legislativo 199 de 2008, e o item 13, Projeto de Decreto Legislativo nº. 200 de 2008, todos pela sua aprovação. Nesse momento o submeto para o plenário--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): --A discutir. Para discutir o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Gim Argello, todos nós sabemos da modéstia que é inerente ao Senador Eduardo Azeredo. Ele agora deu mais uma prova dessa modéstia. Ele disse que ele conhece bem todos os Municípios de Minas Gerais. É exatamente o contrário. Minas Gerais é que conhece bem o Senador Eduardo Azeredo. Então, ele... ele fica com essa modéstia, poderia ser o Prefeito de Belo Horizonte, eleito com grande margem, mas também abdicou dessa indicação--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Mas o nosso candidato já está, nosso candidato já está na frente já

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Pois é. Abdicou da indicação, para que pudesse propiciar a aliança que foi feita com grande inteligência pelo grande Governador Aécio Neves. Só para justificar a importância do Senador Eduardo Azeredo, assim como também do Senador Wellington Salgado e o Senador Eliseu Resende, na representação do Estado de Minas Gerais no Senado Federal.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Muito obrigado, grato ao Senador Flexa Ribeiro. Vocês vejam bem que o Pará está trabalhando junto com Minas, nós somos duas potências minerais do país como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): Muito bem, senadores. Então, o item 11, 12 e 13, em conjunto com os demais itens, vão ser submetidos para apreciação logo proferidos todos os demais pareceres.

Agora o item nº. 14, peço ao Senador Flexa Ribeiro que, por favor, faça o relatório pelo item nº. 14, que é o projeto de Decreto Legislativo 66 de 2008.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Sr. Presidente Senador Gim Argello, senhores senadores. Vamos ao voto: *“Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 66 de 2008*

não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Beneficente Ideal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.”

Mais uma rádio comunitária para a cidade de Fortaleza, que tem no Senado Federal, o Estado do Ceará, como representantes os Senadores Tasso Jereissati, Patrícia Saboya e o Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado nobre Senador Flexa Ribeiro. Submeto, então, à discussão o item nº. 14. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação será feita em conjunto também com os demais itens da pauta. Nesse momento peço ao nobre Senador Flávio Arns que, por favor, faça a relatoria dos itens nº. 15, 16, 17, 18, 19 e 20. V.Exª tinha sido designado nas sessões passadas, V.Exª apto a fazer esse relatório, então, por favor, V.Exª está com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº. 85/2008: *“Aprova o ato que outorga permissão à rádio Ortigueira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.”* O voto é favorável.

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº. 134 de 2008: *“Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de sertaneja, Estado do Paraná.”* O voto é favorável. Item... O parecer é favorável.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº. 160 de 2008: *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.”* O parecer é favorável.

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº. 171 de 2008, que *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná.”* O parecer também é favorável.

O item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº. 172/2008: *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cerca do para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.”* O parecer também é favorável.

O item nº. 20. Projeto de Decreto Legislativo nº. 188/2008, que *“Aprova o ato que outorga permissão à Nova Estação Radiodifusão e publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carambeí, Estado do Paraná.”* O parecer também é favorável, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós é que agradecemos, nobre Senador Flávio Arns, que acaba de relatar os itens nº. 15, Projeto de Decreto Legislativo 085 de 2008; item 16, Projeto de Decreto Legislativo 134/2008; item 17, Projeto de Decreto Legislativo 160/2008; item 18, Projeto de Decreto Legislativo 171/2008; item 19, Projeto de Decreto Legislativo 172/2008; item 20, Projeto de Decreto Legislativo 188/2008. Relator, nobre Senador Flávio Arns.

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação será procedida em bloco, em conjunto, combinado com o plenário, logo ao final das relatorias.

Agora, nesse momento, designo verbalmente como relator *ad hoc* substituto, tendo em vista que o relatório seria feito pelo nobre Senador Geovani Borges, o nobre Senador Gilvam Borges para que possa fazer o relatório do item nº. 21.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 191 de 2008, nº. 00520 de 2008, na Câmara dos Deputados, que *“Aprova o ato que outorga a permissão à Associação da Rádio Comunitária Liberta Bailique, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.”*

“Chega a essa Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 191.”

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informá-

tica opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão de autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.”

Já concluo, Sr. Presidente: “O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa Legislativa, nessa Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pertencente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.”

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 191, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Associação da Rádio Comunitária Liberta Bailique FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá, na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.”

Sr. Presidente, o grande arquipélago do Bailique, que compõe inúmeras ilhas a uma distância da capital de Macapá, agradece penhoradamente a deferência e o apoio dos Srs. Senadores que compõem esta comissão.

É um veículo comunitário que prestará, sem dúvida, um grande serviço de informações estratégicas, aquela região sai do isolamento. Portanto, dos agradecimentos, a recomendação aos colegas pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, nobre Senador Gilvam Borges. Coloco, submeto ao plenário para discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Será votado em bloco em conjunto com os demais... Com os demais itens da pauta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pela ordem, nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu tenho que me deslocar para a Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou o Vice-Presidente, e tendo algumas matérias de relevância para serem apreciadas, é imprescindível que lá eu esteja presente. E sou relator, aqui, do item 04. De sorte que eu gostaria de pedir primazia a V.Exª, com a anuência dos demais colega,s para que eu pudesse proferir meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nobre Senador Valter Pereira, eu vou lhe pedir, vou lhe pedir em nome dessa Comissão, dez minutos de prazo. Em dez minutos, se V.Exª consentir, nós terminamos essa pauta e já votamos todos os itens.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não vai dez minutos não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Porque V.Exª é essencial. Não vamos gastar dez minutos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, terminando essa pauta, colocar em primeiro lugar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Em primeiro item. Por favor, muito obrigado Senador Valter Pereira. Sua compreensão agradou a todos. Peço ao nobre Senador Expedito Júnior que, por favor, faça o relato do item 22, 23 e 24, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha. V.Exª está designado relator *ad hoc*.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, até para ajudar já o Senador Valter Pereira, eu sou relator também do item 02. E a Senadora Serys pede que ela... Haja vista a impossibilidade de estar presente, que fosse possível tirar de pauta. Então, eu gostaria de fazer o pedido para que pudessem retirar de pauta. Está pronto o relatório, parecer contrário, mas, então, eu pediria para retirar de pauta e quanto ao Decreto Legislativo...

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então, está retirado de pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Decreto Legislativo nº. 56, que “*outorga permissão à rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.*”

item 23, Decreto Legislativo 57, Sr. Presidente, que outorga... Da Câmara dos Deputados, que “*aprova o ato que outorga concessão à TV Norte do Ceará Ltda., na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.*”

E o item 24. Decreto Legislativo nº. 82 de 2008, que “*outorga autorização à Associação Comunitária Desenvolvimento Cultural e Artístico de Formoso do Araguaia, para executar serviço de radiodifusão co-*

munitária na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.”

Sr. Presidente, os três decretos, os três pareceres, todos os três de autoria do Senador Quintanilha, todos os três com parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado nobre Senador Expedito Júnior. Portanto, parecer favorável. Item 22, Projeto de Decreto Legislativo 056 de 2008. Item 23, Projeto de Decreto Legislativo 057/2008. Item 24, projeto de Decreto Legislativo 082/08. Relator *ad hoc* nobre Senador Expedito Júnior. Os três foram com parecer favorável. Submeto, em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação em bloco logo em seguida do item nº. 26, tendo em vista que o item nº. 25, Projeto de Decreto Legislativo 563 de 2003, foi... Só... A pedido do nobre Senador Wellington Salgado, foi retirado de pauta.

Então, portanto, o item nº. 26, Projeto de Decreto Legislativo 159 de 2008, eu peço ao nobre Senador Eduardo Azeredo que, por favor, faça a sua relatoria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente Gim Argello, o ato trata-se de uma televisão, radiodifusão de sons e imagens, na nossa histórica cidade de Ouro Preto. A outorga é feita à Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto.

O que precisa se levantar é que os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades, fundações, constituídas no Brasil com finalidade educativa, de acordo com o Decreto 967. E não se aplica à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado 39/92 que dispõe sobre formalidades e critérios para apreciação dos atos de outorga.

A matéria, entretanto, é de competência exclusiva do Congresso, sendo o Decreto Legislativo instrumento adequado. Já foi analisado pela Câmara, também pelo Ministério das Comunicações e, portanto, em vista da documentação que acompanha o PDS nº. 59/2008, o relatório do Senador Wellington Salgado, que subscrevo, é pela aprovação do ato que outorga, portanto, concessão à Rádio... Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto, para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na nossa cidade de Ouro Preto. Uma cidade bonita que o Senador Flexa, se não conhece tem que ir lá. Não conhece Ouro Preto ainda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já estive lá. Quase que eu não saio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azeredo pelo relatório do item nº. 26. Projeto de Decreto Legislativo 159 de 2008. Submeto também em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vamos votar, portanto, conforme votado em plenário, em bloco, os itens nº. 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 26, da nossa Ordem do Dia, dessa comissão. Portanto, eu peço... Pergunto como vota o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os relatores. Como vota o nobre Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, com os relatores. Nobre Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os relatores. Nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Nobre Senador Virginio de Carvalho. Com o relator. Nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nobre Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os relatores. Nobre Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu também voto com os relatores.

Portanto, estão aprovados todos os itens referentes às rádios e televisões da Ordem do Dia de hoje. Peço, neste momento, que o nobre Senador Valter Pereira, por favor, faça o relato do item nº. 04 da Ordem do Dia.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente: “*Submetem-se à apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1999, e as proposições a ele apensadas, que são o PLS 271, de 2000, o PLS nº. 47, de 2003.*

O primeiro, de autoria da Senadora Marina Silva, proíbe, por cinco anos, em todo o território nacional, o cultivo de organismos geneticamente modificados,

OGM, a importação, a exportação e a comercialização, para consumo humano e animal, de alimentos contendo OGM e derivados, assim definidos na Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995.

Por sua vez, o PLS 271, de 2000, do Senador Antonio Carlos Valadares, disciplina a mesma matéria de que trata o PLS 216, de 99. A proposição determina que ficarão suspensas, até o ano de 2004, todas as ações que legalizem a produção e a comercialização de OGM, sejam eles nacionais ou importados.

Já o PLS 47, de 2003, do Senador Olivir Gabardo, autoriza o cultivo e a comercialização da soja geneticamente modificada em todo o território nacional.”

Sobre essa matéria o Senador Flexa Ribeiro já se pronunciou em outra oportunidade, onde destacou o seguinte:

“Que sob a vigência da Lei 11.105, de 2005, que é bastante abrangente, de forma pormenorizada, normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGM e seus derivados, inclusive para o caso específico da soja geneticamente modificada.

No caso específico da soja geneticamente modificada, a Lei 11.105, de 2005, determina que os OGM que tenham obtido decisão técnica favorável para liberação comercial, em período anterior à vigência da lei, poderão ser registrados e comercializados, bem como autoriza a produção e a comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificada, registrados no Registro Nacional de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.”

Portanto, Sr. Presidente, o que se observa é que essa matéria foi prejudicada pela legislação aprovada posteriormente. Em razão disso, votamos pela recomendação da declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº. 216, de 99, nº. 271, de 2000 e 47 de 2003, nos termos do artigo 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta morreu de “morte morrida”, Sr. Presidente, portanto está prejudicada. Também enterrada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós estamos fazendo isso hoje.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço, nobre Senador Valter Pereira e submeto em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação pelo processo simbólico. Projeto não terminativo. Portanto, está aprovado o parecer do nobre Senador Valter Pereira.

Comunico que os itens nº. 25, foi adiado, e o item nº. 05, também foi adiado. E o item nº. 01 foi pedido de vista. O item nº. 03 eu indico como...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O relator é o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou pedindo a retirada, porque um re-estudo ele... Com vistas ao Ministério da Educação, ele é inconstitucional. Porque a medida tem que ser do Presidente da República. Então, eu estou retirando apenas para transformá-lo em autorizativo. Já falei com o autor, Senador Cristovam Buarque, preocupado, para não perdermos o projeto por inconstitucionalidade, vamos corrigir para autorizativo, ele já concordou. Então, a nossa secretária, achou melhor retirar para fazer a correção correta.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado. Então, como pede o nobre relator fica retirado até fazer esse... esse...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Para a próxima semana, vai ser um projeto de lei terminativo. Muito obrigado, parabéns ao nobre Senador Romeu Tuma, o senhor é muito ciente sempre da responsabilidade, sem deixar passar nada que seja inconstitucional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigando.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço à presença de todos os senadores, Senador Flávio Arns, todos os senadores aqui presentes, nobre Senador Romeu Tuma, hoje tivemos um quorum bastante alto na nossa... Na nossa reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Agradeço à presença, aqui, da Sheila, da Silvana, do Nilo, de todos vocês que fazem parte da comissão, muito obrigado a todos vocês, e está encerrada mais uma reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado da República.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2008.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dez de setembro de dois mil e oito, na sala treze da Ala Se-

nador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges e Demóstenes Torres. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 251, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geovani Borges, que “Acrescenta dispositivos ao art. 16º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.” O relator designado é o Senador Expedito Júnior e o projeto é rejeitado por 11(onze) votos com 01(um) voto favorável do relator. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº. 93, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sérgio Arouca, que “Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979 e dá outras providências.” O projeto é retirado de pauta para atender requerimento de urgência. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº. 51, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que “Acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 677, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “Dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável com a Emenda nº 01-CCT é aprovado. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 741, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de equipamentos

de escuta e monitoramento telefônico a comunicarem o Departamento da Polícia Federal, do Ministério da Justiça.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável com as emendas nº. 01 e 02 – CCT é aprovado. **Item 06: Requerimento nº. 15, de 2008 - CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer “..., nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para discutir “Os avanços tecnológicos na cura do Diabetes Tipo 2 e indico como convidado o Prof. Dr. Cid Pitombo.” O requerimento é aprovado. **Item 07: Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº 35, de 2007 - CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que requer “..., nos termos regimentais, aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado um representante do ministério de agricultura, pecuária e abastecimento, para participar da segunda audiência pública que objetiva instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº. 73, de 2007, que “Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.” O aditamento ao requerimento é aprovado. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 205, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 193, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 194, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 195, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 203, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 204, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 362, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E E INFORMÁTICA - CCT

27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária

da 53ª Legislatura que se realiza nessa data, 10 de setembro de 2008.

Para darmos início aos trabalhos dessa reunião submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As senhoras e senhores senadores que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Srs. Senadores, comunico à V.Exªs que recebi ofício SGP 7147/08, datado do último dia 15 de agosto, pelo qual o Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Vaz de Lima, teve a gentileza de nos encaminhar um exemplar do relatório final da comissão parlamentar de inquérito constituída naquela assembléia, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades e má qualidade na prestação de serviços de telefonia fixa e móvel, cabendo enfatizar as sugestões do item 7, alíneas “a” e “b” das conclusões da página 23 e 24 do mencionado relatório, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 26 de julho de 2008, a saber: indicação aos Poderes Constitucionais, sugerindo elaboração de um Projeto de Lei que vise a indenização dos consumidores lesados pela não percepção de ações em troca da aquisição da linha telefônica; II. Encaminhamento do relatório final à Procuradoria-Geral da República e para a Advocacia Geral da União no sentido destas apurarem a responsabilidade pela edição de normas administrativas que inviabilizaram o recebimento de ações por parte dos adquirentes de plano de expansão da antiga CTBC, Companhia Telefônica da Borda do Campo; verificar a possibilidade de a CPI sugerir uma indicação nos Poderes Executivo e Legislativo da União, no sentido de se indenizar os adquirentes prejudicados no PCT, Plano Comunitário de Telefonia, realizado na região abrangida pela CTBC.

Quero esclarecer que no triângulo mineiro também existe uma empresa chamada CTBC, que não tem nada a ver com Companhia Telefônica da Borda do Campo.

Informo ainda que recebi os avisos nºs 123-3 e 124-0, datado de 3 de setembro último pelo qual o excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Walton Alencar Rodrigues, nos encaminhou cópia dos acórdãos proferidos pelo plenário daquela corte nas sessões extraordinárias do dia 3 corrente, respectivamente os autos do processo TC 006035/2007-0, referente a consulta formulada pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações interino Sr. Fernando R. Lopes de Oliveira, a respeito da aplicação do art. 49 da Lei nº. 8.666/93 no que tange especificamente a anulação em licitação de outorga de radiodifusão.

E do processo TC 02777/2006, que trata dos autos de representação oriunda de reclamação recebida pela Ouvidoria do TCU, acerca das supostas irregularidades em atos emanados do Ministério das Comunicações no âmbito da Concorrência 13998 CR do Ministério das Comunicações, que tem por objeto a outorga de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para diversas localidades do Estado de Minas Gerais. Cópia da matéria acima mencionada encontra-se à disposição de V. Ex^a na secretaria da comissão.

Agradecendo a atenção de todos, passamos ao item da pauta. Queria dizer aos senhores senadores, que foi publicado hoje a nomeação da Emília para a ANATEL. Vejo que essa... Nós temos que fazer um trabalho para que essas nomeações para a ANATEL tenha que passar nessa Comissão. Aqui não precisa ser a nomeação pela infra-estrutura, tem que ser passado nessa Comissão. Temos que fazer um trabalho junto ao Presidente, junto à Mesa do Senado Federal, para que as nomeações passem a ser feitas na Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia. Não mais na Comissão de Infra-estrutura as nomeações para a ANATEL. Tem que ser aprovado nessa comissão. Tem que ser aqui a sabatina. Bom...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, temos que trabalhar para isso. Acho que, espero que a Sra. Emília tenha sido a última indicação onde foi na infra-estrutura. Que ela tem que passar nessa comissão que foi criada há pouco tempo, mas que temos que... Inclusive já encaminhei ofício há mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu acho que V.Ex^a tem toda razão, que precisamos... O trabalho de V.Ex^a à frente desta Comissão de Ciência e Tecnologia tem dado importante desdobramento para os assuntos que dizem respeito a essa Comissão.

Então, acho que a aprovação dos diretores da ANATEL, que é um órgão, uma agência reguladora ligada diretamente a telecomunicações, telefonia, tem que ser... Apesar de ser também de infra-estrutura, mas é diretamente ligada a essa Comissão.

Eu, ainda a respeito desses assuntos, nós estamos hoje... Ontem tivemos uma audiência na Comissão... Comissão de Inteligência do Senado e da Câmara, sobre a questão dos grampos. Achava que nós podíamos fazer aqui nessa Comissão também, após as eleições, porque não teremos tempo durante

o mês de setembro, mas logo no início de outubro, uma audiência pública para discutir a questão desses equipamentos. Porque o que se vê é que a tecnologia está avançando tanto, que os equipamentos disponíveis no mercado são de tal ordem, que você fica impossibilitado de ter qualquer meio de se precaver. Até porque a forma como está sendo feito, está sendo feito de, de, de... Está sendo feito totalmente ilegal.

Quer dizer, são... A informação da mídia, que está sendo veiculada, são 450 mil telefones grampeados no Brasil. Ontem, durante a audiência que ocorreu, os equipamentos que estão disponíveis, vendidos na Santa Efigênia, em São Paulo. E não há controle disso. Então eu gostaria que a gente pudesse trazer esse assunto também aqui para a nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, nós temos hoje aqui inclusive um Projeto de... Um Projeto de Lei do Senado 741 de 2007, do Senador Romeu Tuma, que trata exatamente desse assunto. Ele diz o seguinte: *“Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico, comunicar o Departamento da Polícia Federal, do Ministério da Justiça os equipamentos para quem está sendo vendido”*.

É a relatoria do Senador Cícero Lucena, e esse projeto está na pauta de hoje. É um projeto não terminativo, se não me engano ele é terminativo na CCJ. Então, quer dizer, já houve manifestação. Eu vi também na internet uma certa crítica a uma... A um... Que nós fizemos aqui, aprovamos um Requerimento, para começarmos a pedir explicações sobre o pré-sal. De autoria... Também fui o signatário, mas de autoria do Senador Gim Argello. E houve uma crítica sobre as pessoas que foram convidadas, como se nós tivéssemos colocando pessoas escolhidas de um lado só da interpretação, quando na verdade não foi isso. O que nós queremos é começar a entender profundamente a questão do pré-sal nessa comissão. O objetivo do Requerimento do Senador Gim Argello foi justamente esse, entendeu? Procurar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É, mas algumas pessoas interpretaram erroneamente achando que a Comissão teria escolhido pessoas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A dedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A dedo. E não se trata disso. Eu, por exemplo, quero conhecer bastante sobre esse assunto, que é um assunto muito

técnico, e essa Comissão aprovou esse Requerimento que eu achei importantíssimo, nesse momento que nós estamos vivendo. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo com V. Ex^a, porque hoje nós precisamos tomar conhecimento da realidade, das possibilidades de exploração das jazidas do pré-sal. Porque a forma midiática como está sendo colocado pela imprensa, em função do lançamento pelo Presidente Lula, parece que o pré-sal, o petróleo do pré-sal vai ser explorado imediatamente, quando se sabe que ainda estão se buscando tecnologias... O que foi feito foi uma experiência num poço que foi perfurado a uma profundidade próxima das que a Petrobras já tem tecnologia, o que é não é a realidade das jazidas do pré-sal. Então acho importante fazer a audiência, mas fazer a audiência... Não precisa ser uma única.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ouvir todos os segmentos para que a gente tenha realmente a... E Deus queira que o Brasil realmente possa se tornar uma potência na exploração de petróleo e membro da OPEP.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós precisamos ter bastante atenção nesse sentido, porque tem algumas pessoas... Alguns senadores até, que tem entrado com projeto de alteração antes de sair o pré-sal, já querendo alterar a questão do *royalty* de petróleo.

Senador ACM Júnior sabe que é importantíssimo para a Bahia a questão dos *royalties*, e nós, Senador Flexa Ribeiro, somos altamente sacrificados porque nós não recebemos *royalties* sobre as questões minerais que estão sendo exploradas no Pará e Minas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, nós precisamos ficar atentos a isso, porque na verdade o que nós queremos é que tenhamos *royalties*, para Minas e para o Pará também, que são dois grandes exportadores de minério e nós estamos sendo prejudicados. E agora eu acho que isso é oriundo de um Estado rico da nação, que quer mais uma vez participar de um bolo, quando, na verdade, esse Estado que... Algumas pessoas estão interessadas representa 50% do PIB do país. É uma injustiça isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, essa questão dos *royalties*, nós temos até uma subcomissão na CAE para tratar dessa questão, porque é uma questão que aflige, na realidade hoje não é *royalty* mais, é o CFEM, a contribuição sobre exploração mineral, no caso do, do...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, eu acho um absurdo, por exemplo, meu Estado que eu represento, que é Minas Gerais, rico, exporta, não recebe o devido e criaram uma Lei Kandir que o nosso Governador, o de V. Ex^a e o meu tem que vir aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De pires na mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --Para um burocrata nomeado, que na verdade ele foi nomeado, e vem o Governador, eleito pelo povo, com o pires pedir algo que ele tem direito na lei. É um absurdo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É interessante, interessante, Presidente, é que o Governo Federal, ele, ao retirar o ICMS na exportação, desonerar a exportação, que é correta, ele assumiu um compromisso de fazer a compensação dos Estados. E não é feita essa compensação. A realidade é essa. Quer dizer, na hora de devolver aos Estados a perda do ICM devido às exportações, a União não o faz.

Então, nós precisamos regulamentar isso. É preciso que os Estados exportadores de matérias primárias se unam para que a gente regulamente de uma vez por todas a Lei Kandir. Que acabe a cada ano essa luta que os parlamentares, principalmente os parlamentares dos estados ligados à mineração, como é o seu Estado, as Minas Gerais, e o meu, o Pará, que a gente tenha que lutar na Comissão de Orçamento para incluir recursos para a Lei Kandir. Porque o Executivo, quando encaminha o orçamento para o Legislativo, a rubrica da Lei Kandir é zero, ela tem que ser emendada aqui no Congresso.

Então, a regulamentação da Lei Kandir é da maior importância para que haja a compensação devida às riquezas que são retiradas dos nossos Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Vamos então ao item 3 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 51 de 2008, "*acrescenta o artigo 36-A à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados*". Autoria do Deputado Pompeu de Matos, relatoria do Senador Cristovam Buarque, com o parecer favorável, a quem eu passo a palavra. Com a palavra o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Presidente, senhores senadores, eu pessoalmente tenho uma visão de que realmente é um projeto bom, que vai facilitar a compra, mas eu recebi uma carta do Secretário-Executivo dos Comitês Jurídicos de Relações Governamentais da Associação

Nacional de Jornais, Júlio César Vinha, e confesso que diante dessa carta eu gostaria de ter um pouco mais de tempo para analisar o meu parecer, caso isso seja regimentalmente possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Ex^a está pedindo para retirada de pauta para uma análise melhor?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Demais Senadores concordam?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo, e gostaria que o Senador Cristovam Buarque levasse em conta até um debate que já aconteceu nesta comissão. Porque quando alguém está vendendo um veículo, naturalmente já está precisando do dinheiro, e fazer esse anúncio em jornal também não é barato. Tanto que as pessoas procuram fazer o anúncio com todas as informações possíveis, no menor espaço possível, para pagar menos.

E a preocupação do Deputado em relação a esse projeto é em relação a roubo, número de chassis. Quer dizer, se tiver que colocar o número de chassis, a gente imagina naquele anúncio do jornal que pelo menos mais uma linha, duas linhas, três linhas, terão que ser colocadas, e não vai ajudar na questão da identificação de um carro roubado porque o pessoal falsifica número de chassis, número de motor e tudo isso.

Quer dizer, a preocupação do Deputado, me parece, salvo melhor juízo, em relação a roubo de carro, deva procurar outros caminhos, mas não esse de ficar colocando um monte de números no jornal e tal, desnecessários, porque quem vai comprar o carro vai ver o ano, a marca, se tem isso, acessório, não sei o que. E todo mundo já faz assim um malabarismo para poder toda informação caber num quadrinho, porque senão tem que aumentar o quadrinho, aumenta o preço e o consumidor não vai gostar e ao mesmo tempo o grande objetivo não vai ser alcançado, diminuir o número de carros roubados.

Só levar em conta esse aspecto que as pessoas pediram também, Senador Cristovam, para que V.Ex^a, com a sensibilidade e o diálogo aí que tem, poderia levar em conta no relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cris-

tovam, eu tenho aqui a carta, não sei se V. Ex^a deseja, Associação Nacional de Jornais que mandou para V. Ex^a, mas acho que isso compete a V. Ex^a que é o relator. V.Ex^a deseja fazer alguma consideração além de...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, apenas pedir uma semana para que eu converse com a Associação Nacional de Jornais, que é na linha do que o Senador Flávio Arns coloca, de que aumenta o custo, porque eu confesso que nos estudos que eu tinha feito inicialmente, nas conversas, não imaginava.

Eu acreditava que ia trazer uma segurança para o comprador, sem o aumento substancial. Mas de fato parece que hoje em dia os anúncios são tão minúsculos, e o número do chassi é tão grande que termina aumentando muito os custos, como disse o Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou fazer melhor com V.Ex^a, vou dar o prazo até depois das eleições.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São os anúncios populares, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, retirado de pauta o item 3.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos começar pelos não terminativos porque o Senador [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos começar pelos não terminativos, ok. Item 4 da pauta: *“Dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito”*. Autoria do Senador Adelmir Santana, aqui presente, e relatoria do Senador Flexa Ribeiro. É favorável, com a emenda oferecida, observação 1. Na reunião do dia 27/05 foi realizada Audiência Pública para instruir o projeto. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, CAE. Com a palavra o relator, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Wellington Salgado, senhores senadores.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado, PLS, 677, de 2007, que dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.

De autoria do nobre Senador Adelmir Santana, a proposição tem como objetivo principal obrigar o compartilhamento das redes de coleta e processamento

de informações das operadoras de cartões de crédito e débito, incluindo aí seus equipamentos terminais.

O mesmo terminal de venda presente em um estabelecimento comercial poderá ser utilizado nas transações de todos os tipos de cartão, independentemente da bandeira a ele vinculada.

Para viabilizar o compartilhamento proposto, o projeto determina a interoperabilidade entre as infra-estruturas e sistemas das operadoras de cartões, de forma a garantir sua necessária compatibilidade técnica.

A proposta determina ainda que o compartilhamento das redes será objeto de livre negociação entre as operadoras, em termos não discriminatórios e a preços justos e razoáveis.

Finalmente, o PLS nº 677, de 2007, prevê que sejam objetos de regulação específica os critérios para a determinação dos preços do compartilhamento, suas modalidades e alcance, assim como a forma de resolução administrativa dos conflitos.

A proposição foi distribuída para a CCT e para a CAE, cabendo a esta última a decisão terminativa. O projeto de lei não recebeu emendas.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Segundo a justificativa do autor, a aplicação desses dispositivos sanaria as principais distorções do mercado de transações digitais.

A primeira delas é a necessidade de o comerciante alugar um terminal de venda específico para as transações realizadas sob cada bandeira. Nesse cenário, ou o estabelecimento comercial assume o ônus do aluguel de mais de um terminal, aumentando seus custos, ou é obrigado a optar pelos equipamentos das bandeiras com maior penetração no mercado, abrindo mão das vendas para consumidores vinculados a outros cartões.

A segunda distorção é a relação de quase exclusividade entre as empresas credenciadoras, que se relacionam diretamente com o estabelecimento comercial e processam as transações, e as bandeiras, responsáveis pela gestão da marca. Essa prática dificulta a entrada de novos competidores no mercado pelo alto custo inicial na instalação dessa infra-estrutura, que poderia ser compartilhada.

Devido à sua complexidade, a CCT realizou, em conjunto com a CMA, audiência pública para instruir a matéria.

A matéria foi apoiada por quase a unanimidade dos presentes. Como foi salientado, o compartilhamento poderia implicar redução de custos para os lojistas, que tende a ser repassada aos consumidores.

Um ponto, no entanto, deve ser destacado. Segundo representantes do setor, o compartilhamento

compulsório, pode exigir uma maior capacidade de processamento por parte dos terminais, poderia dificultar a oferta de outras facilidades disponíveis no segmento, como a recarga de celulares pré-pagos, a utilização de vales alimentação e combustível, e a consulta de qualidade crédito, bem como inibir o desenvolvimento de novas funcionalidades. Não é este o objetivo da presente iniciativa do nobre Senador Adelmir Santana.

Nesse contexto, apresentamos emenda que aperfeiçoa o texto original especificando que a obrigatoriedade de compartilhamento fica restrita às transições de crédito e débito. Somente as transições de crédito e débito serão compartilhadas. As outras operações, como recarga de celulares, ou levantamento de recursos no terminal, essas não serão compartilhadas e cada comerciante e cada empresa, cada bandeira poderá ter a sua tecnologia desenvolvida e oferecer ao comerciante. Então, o compartilhamento ficaria somente às operações de crédito e débito e a emenda que nós estamos propondo.

Assim, entendemos [soa a campanha] que o objetivo central da proposta foi mantido, sem criar maiores óbices à inovação no mercado de moeda eletrônica.

Da mesma forma, acompanhamos a Diretiva nº 1, de 2006, do Banco Central, que recomenda que a indústria de cartões de pagamento utilize todo o potencial da cooperação em infra-estrutura para possibilitar o aumento da eficiência e, conseqüentemente, do bem-estar social, sem prejuízo da inovação, do desenvolvimento de novos produtos e serviços e de um ambiente competitivo.

Então, repetindo: a emenda que nós estamos apresentando e combinamos, conversamos com o Senador Adelmir Santana, e me parece que ela representa o consenso da reunião, da audiência pública que fizemos, é que o... A obrigatoriedade de compartilhamento seja restrita às transições de crédito e débito, não se estendendo a outras eventuais facilidades disponibilizadas pela infra-estrutura das operadoras.

Sendo assim, consideramos o PLS 677, de 2007, meritório e tecnicamente consistente.

Vamos ao voto, Sr. Presidente:

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 677, de 2007, com a emenda mencionada. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Antes da discussão gostaria, se o relator tem alguma consideração a fazer. O autor, desculpe, o relator é o Senador Flexa. O autor.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu quero agradecer a relatoria do Senador Flexa Ribe-

ro, que incorporou e melhorou o projeto, uma vez que havia um óbice, essa questão de outras operações, que não apenas de crédito e débito, e dizer que isso visa realmente corrigir uma elevação de custos que, em última análise, quem paga somos todos nós consumidores.

Todos nós sabemos o custo do metro quadrado, por exemplo, no centro comercial. E se os senhores observarem as pequenas lojas, quanto menor for a loja, ela não tem o poder de barganha, não tem como negociar melhor com essas credenciadoras e, de um modo geral, se limitam a poucas bandeiras, porque para cada uma dessas bandeiras é necessário o aluguel de equipamentos. E isso tem um custo. Custo esse, como eu disse, que varia de loja para loja, de acordo com a capacidade de negociação.

Se nós observarmos os grandes supermercados, as grandes lojas, os grandes departamentos, lojas de departamentos, vamos verificar que lá tem um chamado PDV, que funciona para todos os cartões. Você passa uma única vez, qualquer que seja a bandeira, mas a pequena loja ocupa um balcão com uma série de equipamentos, porque interessa aos credenciadores manter isto desta forma.

Tecnologia nós temos, uma vez que funciona para as grandes lojas e para outros tipos de negociação. Mas há um interesse em manter isso, porque é uma fonte de recurso sem... Não há nem como mensurar. E basta nós imaginarmos o volume de lojistas que tem no país e o que significará o aluguel de cada um desses equipamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a sabe quanto é o aluguel, mais ou menos, de uma...?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Varia de 70 a 150 reais. Aquelas maquininhas que os senhores encontram nos restaurantes, que vai de mesa em mesa, portanto ela não é fixa, ela vai de mesa em mesa, para agilizar o processo, aquilo custa mais de 150 reais o aluguel por mês.

Num desses seminários que fizemos aqui no Congresso, ou fora daqui, não lembro qual foi o momento, apenas para os senhores terem uma noção, o Presidente da Visa deu uma declaração de que tinha 800 mil maquininhas daquela alugadas no país. Ora, vezes... Vamos pôr um preço médio de 50 reais, isso dá um bom número de dinheiro por mês. Não é... 40 milhões/mês. Apenas para aluguel do equipamento. Isso é custo, e naturalmente nós estamos... Esse não é um único projeto, é uma série de projetos, que nós estamos objetivando reduzir custos para os consumidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ou seja, se

eu estiver errado V.Ex^a me corrija. Ele ganha com a taxa, a antecipação, com o atraso e ainda com o aluguêzinho?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Taxa de credenciamento, aluguel de equipamento, retenção dos recursos, porque não é venda a vista, é “D” mais 30, é o dia da venda mais 30 dias, todos nós sabemos o custo dos recursos no Brasil, os juros são altíssimos e, no entanto, o Código de Defesa do Consumidor diz que a venda com cartão de crédito é venda a vista, portanto não pode ter diferenciação de preço.

O que significa que é um subsídio cruzado, porque o comerciante, ao fixar o preço final, embute no seu preço o preço do aluguel, o preço do credenciamento, os juros dos 30 dias, e uma série de... Telefone... Que existe ainda a questão da telefonia, fonada ou dedicada. E isso tudo é custo que o pobre, em hipótese, os mais pobres aqui não têm cartão de crédito, hipoteticamente, subsidiam aqueles que usam o cartão de crédito, porque o preço é igual para todos.

Nós estamos buscando neutralizar essas questões e esse é um dos projetos, uma série de projetos que está em andamento nessa Casa, objetivando a redução de custos em benefício, em última análise, de nós todos consumidores. Eu quero agradecer a essa Comissão pelo... E ao nosso relator pela aprovação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão, em discussão. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu quero parabenizar o Senador Adelmir Santana, bem como o relator Flexa Ribeiro, exatamente por essa sensibilidade em defesa do consumidor. Principalmente no instante em que quer queira, quer não, há um maior número de cartões de crédito ampliando inclusive a base de usuários, que hoje tomou proporções bastante elevadas, até porque hoje você estranhamente sabe de todos esses custos, como disse o Senador Adelmir Santana, e quando você quer pagar em espécie ou quer pagar em cheque, não há desconto nenhum.

Ou seja, como bem disse o autor, aqueles que não têm o cartão de crédito, pagam os custos daqueles que usam o cartão de crédito. Então, isso não é justo e é bastante oportuno a apresentação desse projeto e conseqüentemente a sua aprovação, porque nós estamos dando o direito do cidadão escolher a forma de pagar com as condições que assim seja benefício do próprio usuário.

O Senador Adelmir falou da taxa que é cobrada pelo cartão de crédito, falou do aluguel da máquina, do custo telefônico, da antecipação quando o comerciante quer antecipar, as operadoras de cartão também fazem

essa antecipação dentro de uma operação financeira, enfim, são muitos custos que podem ser abatidos do preço final dos produtos em favor do consumidor. Daí eu transmitir os meus parabéns à iniciativa do Senador Adelmir Santana, bem como ao relator Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Senador Antonio Carlos Júnior, com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu queria parabenizar aqui o Senador Adelmir Santana, pela oportunidade da apresentação desse projeto, já que ele beneficia o consumidor diretamente, à medida que ele reduz custos dos lojistas e que, conseqüentemente, isso vai refletir em benefício para o consumidor.

E, portanto, é muito oportuno; eu parabenizo o autor, o Senador Adelmir Santana e também o relatório do Senador Flexa Ribeiro. Então meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Flávio Arns para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero parabenizar o Senador Adelmir Santana. Antes do relatório já tinha dito para ele, sou totalmente favorável. E depois do relatório disse para ele: “Como é que as pessoas não pensaram nisso antes?” Sabe?

Porque se for só uma bandeira, 40 milhões por mês, por baixo, porque uma média de 50... A questão da Visa, por exemplo, cartão Visa que ganha 40 milhões por mês só para alugar os equipamentos, mais ou menos, deve ser mais, isso significaria 500 milhões num ano. Só uma bandeira. 500 milhões. Se a gente pegar as outras bandeiras, vão ser alguns bilhões. Alguns bilhões que seriam injetados na economia ao invés de ficar na posse de alguns poucos que, como V. Ex^a já colocou, já se beneficiam com outras coisas; juros astronômicos, eu diria assim, impensáveis uma época, assim, de... Até cometendo crime, eu até pensaria em relação à economia do povo.

Então, é um projeto, assim simples, direto e com uma repercussão extraordinária. Até para a população saber, quer dizer, o custo de uma máquina dessas, o aluguel embutido, e 800 mil máquinas em relação a uma bandeira. Imagina o dinheiro que não se tira da economia para beneficiar aí os cartões de crédito. Então, voltar esse dinheiro para a economia. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar o Senador Adelmir e o Senador Flexa, porque é um problema que muitos pequenos comer-

ciantes têm se queixado. Pequenos restaurantes, Senador Adelmir... Onde está o Adelmir? Flexa.

Muitos pequenos comerciantes que pagam imposto por cálculo preestabelecido pela Receita, que é o simples, eles têm sofrido uma conseqüência enorme pelo controle e pelo imposto que o cartão hoje é incluído, depois da CPMF o Governo criou um imposto sobre o cartão.

E hoje, o próprio comerciante, ele estimula o pagamento à vista dando um desconto, porque ele sofre duas conseqüências com o cartão. O aumento da vigilância e da fiscalização, que aumenta o movimento... Não estou falando em crime, mas a própria... Controle que o cartão dá sobre o pagamento do Simples, sofre uma conseqüência natural.

E o uso do cartão está sendo cada vez mais evidente. Quer dizer, ninguém quer mais andar com dinheiro no bolso, com medo de um assalto e tudo. E hoje tem alguns pequenos empresários sugerindo um desconto de 5 a 10% para pagar em dinheiro e não em cartão.

Então acho que esse projeto do Senador Adelmir já vem pelo menos minimizar o sofrimento da população que paga o valor do cartão e paga o valor das máquinas. E você vê que cresce assustadoramente esse movimento de cartões.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem colocado, Senador Romeu Tuma. Ainda em discussão. Alguma consideração?

Então, nada mais tendo a discutir, passaremos à votação. Os senhores senadores e as senhoras senadoras que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Parabéns ao Senador Flexa, Senador Adelmir, é uma grande idéia, que eu acho que vai fazer um sucesso junto à sociedade e junto aos consumidores.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Me permite só mais uma palavrinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, com a palavra o senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Nós estamos falando apenas de custo de compartilhamento de bandeiras, ou de equipamentos. Se os senhores tiverem... Nós temos quatro projetos nessa direção. Tiverem a oportunidade de acompanhar os demais projetos, vão verificar o volume de custos que tem embutido no preço final de cada mercadoria em razão desse tipo de operação.

Esse é um crescimento de forma geométrica, o uso do cartão, porque é seguro, é bom para o empresário, é bom para o consumidor, é bom para o país,

que inclusive diminui a emissão de moedas circulantes. É bom para todos nós.

Agora, o que nós não podemos é deixar isso fechado sem que todos tomem conhecimento como se dá esse processo de operação. Então tem uma série de outros projetos, gostaria de pedir aos senhores senadores quando analisarem em outras comissões, inclusive o projeto que permite a diferenciação de preços, o projeto que visa reduzir as taxas de credenciamentos, que elas são crescentes nos pequenos empresários. Quanto maior é o grupo, menor é a taxa de credenciamento. Quanto menor é a capacidade de negociação, maior a taxa de credenciamento.

Eu quero agradecer os membros da Comissão, ao Sr. Presidente Wellington Salgado e dizer da minha satisfação em ver o projeto aprovado nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Satisfação dos Senadores e minha também de participar desse momento. Passaremos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, poderíamos votar o item 1? Já que chegou o Senador Tenório teremos quorum para terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O item 1?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É, o item 1.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O item 1 é terminativo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas o Expedito... Bom, passaremos então--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Já foi lido o projeto. Foi pedido vista, foi pedido vista. Foi lido e pedido vista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, V. Ex^a vai pôr em discussão o item 5, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Podemos colocar [ininteligível].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que é o problema dos equipamentos de escuta. O controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós temos dois. Eu queria ouvir a Comissão. Nós temos dois itens importantes: o item 1, que o Senador ACM Júnior está pedindo para colocarmos, que seria relatoria do Sena-

dor Expedito Júnior e podemos colocar um relator *ad hoc* nesse momento, é um item importante; e temos também o item... O item 5, que é um item que está hoje aí em grande discussão, que é a questão do controle dos... Equipamentos vendidos para se fazer escuta. São dois itens importantíssimos.

Eu sugiro o seguinte: vamos ao item 1, que é terminativo, já que nós temos quorum. Temos quorum?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos direto ao item 1 então, que é terminativo. Sim, sim. Eu sei que alguns às vezes não querem que vote, mas aqui quem decide é a comissão. Nós vamos votar? Vamos votar. Então vamos votar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quem vai ser o *ad hoc*? O senhor já designou?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Designar *ad hoc*, o Senador ACM Júnior. Pode ser?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pode. [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Olha só, então espera aí. Vamos fazer o seguinte. Já foi lido? Então vamos lá.

Item 1 da pauta. Vamos com calma. “*Acrescenta dispositivos ao art. 16º da Lei 9.612, 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.*” Autoria do Senador Geovani Borges, que é da região amazônica, e relatoria do Senador Expedito Júnior, também da mesma região.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Está discutido, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos então o parecer do Senador Expedito Júnior é favorável, na reunião do dia 27/08 foi concedida vistas... Vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Então, passaremos então, nomearei como relator *ad hoc* Senador ACM Júnior. Mesmo que tenha aparecer contrário vai ser votado. Já que é terminativo e nominal.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Bom, o parecer do Senador Expedito é contrário. É favorável.

Porém, já foi lido o parecer e eu gostaria de me posicionar contrariamente ao parecer do Senador Expedito. E contrariamente obviamente ao projeto, em

função de que rádio comunitária para atender uma determinada região restrita.

É inimaginável se pensar numa rede amazônica de rádio comunitária. É absolutamente impensável, a diferença de características locais, cada local tem sua característica própria, e inclusive como se estabelecerá até um esquema de poder, porque seria um poder ilimitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já estamos na fase de discussão, então?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Exatamente. Então a minha posição é contrária ao projeto e ao parecer do Senador Expedito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos só nos organizar, nos organizar. Votaremos então, após a discussão, que ainda vou abrir a discussão, o parecer do Senador Expedito Júnior, que é favorável. Então, se nós votarmos sim, estaremos aprovando esse projeto. Se votarmos não, estaremos indo contra o projeto do Senador Expedito Júnior. Ainda em discussão. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu só quero reforçar a mesma linha de argumentação do Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu diria que não tem cabimento a gente pensar numa rede de rádios comunitárias. Rádio comunitária é pra atender a realidade local, a comunidade local. É uma coisa bem próxima. Eu acho que se for feita qualquer mudança na legislação, teria que se debater muito mais esse assunto. Então eu sou contra a aprovação desse Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão. Senador Flexa Ribeiro. Tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, apesar da boa intenção do Senador Geovani(sic) Borges, quando apresentou o projeto que... Permitindo formar rede de emissoras comunitárias para... Na Amazônia ocidental, inclusive na ocasião em que foi... Foi lido esse projeto, eu até me pronunciei, por que na Amazônia Ocidental? Não na Oriental também? Então, eu ia até pedir uma audiência pública para discutir essa questão. Mas não há necessidade, porque fuge, como bem disse aqui o Senador Antonio Carlos Júnior, como bem colocou o Senador Flávio Arns, as rádios comunitárias, elas têm uma função restrita para atender a comunidade, um raio de ação definido.

Então, formar rede de rádios comunitárias vai ter que alterar totalmente a finalidade para que elas foram constituídas. Então, também me posiciono contrário ao projeto e acho que nós devemos incentivar a criação de rádios comunitárias, quanto maior número melhor,

porque dá a condição de que as comunidades mais distantes tenham acesso às informações, mas não formar rede, porque aí nós já estaríamos criando uma... uma... Quase que uma rede, uma rádio comercial e não comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Me permitam uma correção. Como esse projeto já havia sido lido, não preciso ter um relator *ad hoc*. Corrigindo, só. Então estamos na fase de discussão, posicionamento. Com a palavra o Senador.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Eu [interrupção no áudio] Senador Antonio Carlos, na verdade, como o nome bem está dizendo, é uma rádio comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Então, na verdade o que ela discute são coisas de interesse da comunidade. Os temas que são veiculados por essas rádios são temas que dizem respeito ao interesse das suas comunidades. Como diz o Senador Flexa, num raio relativamente pequeno, que na verdade não interessa muito às outras regiões, às outras comunidades, o que está sendo discutido sobre aquela comunidade. Então eu gostaria de registrar meu voto e meu apoio ao voto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria de lembrar, a maioria esteve presente à audiência pública que V. Ex^a convidou várias autoridades, para discutir problema de rádio e principalmente as rádios comunitárias, que vêm intervindo em outros sistemas operacionais.

E a concorrência foi grande aqui, tanto é que estou propondo uma outra da área contrária, principalmente canais a cabo e tudo, pra gente discutir e verificar claramente qual é o comportamento que pode ter a rádio comunitária.

Se fizer uma rede, passa a ser uma rede comercial. E ela não tem fundo comercial, a rádio comunitária. V. Ex^a vê que a Polícia Federal tem tido, através da ANAC, a permanente presença para tirar do ar as rádios comunitárias. Só que o equipamento é facilmente comprado em São Paulo, na Santa Efigênia. Então recompõem com muita facilidade e às vezes aumenta o alcance. A rádio comunitária está em um determinado local e eles acabam avançando sobre

os outros interferindo nas rádios comerciais e talvez nas comunicações de assistência, aviação, e todos outros órgãos. Então acho que o Antonio Carlos Magalhães, que é uma pessoa que entende do assunto, tem toda razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Romeu Tuma. Com a palavra Senador e ex-Governador Cristovam, para discussão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, é mais uma consulta. Eu, claro, não posso entender como é que se faz uma rede permanente de rádio comunitária. É um contra-senso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É só aprovar uma lei que a gente faz, Senador.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Agora uma pergunta: e se de repente essas rádios quiserem fazer um programa em rede, uma entrevista em rede, salvar um avião que caiu em algum lugar nesse país, na selva...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí está liberado, não pode é ser rede.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aí está liberado? Ah, não pode é ser rede constituída. Muito bem. Essa era a minha dúvida. Podem ter programas em rede, momentos em rede. Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria fazer uma colocação, Senador Cristovam, que eu e o Senador Cícero Lucena estávamos fazendo um estudo da quantidade de ex-Governadores que tem no Senado Federal. Nós sabemos que tinham 25, que eu já tinha visto a lista, e não conseguimos chegar ao 25º, Senador Raupp também foi Governador, aqui presente, e agora ele veio ao meu ouvido: “Era o Cristovam o 25º”

[risos]

Quando V. Exª falou, ele levantou e veio aqui: “É o Cristovam...”.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu fico triste porque eu fui o último a ser lembrado, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, na minha lista, não. É que nós pulamos a letra C e fomos direto e V.Exª aqui--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o que é triste é que isso é uma questão de idade. Deve ter pouquíssimos futuros governadores.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente. Senador Cristovam, não fique triste, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está na bíblia: os últimos serão os primeiros.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão, Senador Valdir Raupp deseja falar sobre esse assunto. Meu líder.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente Senador Wellington, senhoras e senhores senadores. Eu estava ouvindo lá no “gabi”, estava na liderança, nas audiências, essa discussão, o início dessa discussão, o que o Flávio Arns estava... Senador Flávio Arns, e eu quero ir por essa linha também.

Eu acho que as rádios comunitárias têm um papel fundamental. E eu sempre fui favorável, tenho defendido, relatado e pedido ao Ministério pelas rádios comunitárias do meu Estado. Mas há um certo desvirtuamento. Tem rádios comunitárias que funcionam como verdadeiras rádios comerciais e tem até preço. Eu já vi transação de rádio comunitária por 100 mil reais. Venda mesmo de rádio comunitária. O que é... Caracteriza-se um crime.

Então, acho que até passar para a rede, e elas têm uma certa abrangência, a rádio comunitária é para atender a comunidade, para atender a cidade, a região de uma grande cidade. Portanto, uma rádio comunitária não pode pegar a cidade de São Paulo inteira, cidade do Rio de Janeiro. Ela tem um raio de abrangência. Se passar para a rede então, perde totalmente o sentido que é atender a comunidade. Diz tudo, rádio comunitária, é para atender aquela como uma associação e quase todas as rádios comunitárias são constituídas por uma associação. E associação, ela tem também um raio de abrangência, que é uma comunidade.

Então, eu vejo que não tem sentido você estender isso para se criar uma rede de rádios comunitárias. Então eu sou favorável à rádio comunitária para atender a comunidade. Agora, criar uma rede de rádio comunitária eu sou contra esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, acho que algum...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Realmente, para ser comunitária, a rádio tem que abranger o raio de ação de dois quilômetros de uma comunidade.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É, apenas dois quilômetros, porque [interrupção no áudio] comunidade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dois quilômetros, de raio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Augusto Botelho para discutir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Se ela passar, for trabalhar em rede, não é mais uma rádio comunitária, é uma rádio comum como qualquer outra. O que eu acho é que nós deveríamos facilitar com que as organizações sociais tivessem mais acesso às rádios comunitárias. A burocracia é muito grande, é muito difícil conseguir uma rádio para uma comunidade pequena de uma cidade pequeninha onde a rádio vai ser o único meio de comunicação entre eles.

Então, o que nós deveríamos trabalhar é para diminuir a dificuldade para se fazer rádio comunitária. Rádio comunitária mesmo, não rádio de laranja, de político ou de qualquer outra coisa. Então, eu acho que nós deveríamos trabalhar nesse sentido, de facilitar, de diminuir a burocracia para que as comunidades pudessem fazer suas rádios.

E a rádio comunitária em rede deixa de ser comunitária, então eu sou contra o projeto também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, eu acho que há uma unanimidade contra o relatório do Senador Expedito Júnior. Mas como é um projeto terminativo, alguma consideração, alguma discussão a mais?

Vamos ao voto. É o meu voto. Já que é terminativo, o voto é nominal. Senador Augusto Botelho, os últimos serão os primeiros.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator é sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Contra o relator. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone] Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim. Não, não, desculpa. É que eu pensei que era o do Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então é não, Senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É não?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador João Tenório. Está difícil virar isso, hein? Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acabou, pode arquivar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Todo mundo entende de rádio aqui. Sérgio Zambiasi, ACM...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu último Governador lembrado, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valdir Raupp, meu líder.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Expedito Júnior voto conhecido, não está presente. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Faltou alguém? Senador Flexa Ribeiro, claro, está aqui. Como é que eu ia esquecer de V. Ex^a? Jantou comigo ontem... Jantamos juntos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] Companhia agradável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A recíproca é verdadeira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Único projeto por unanimidade ou não, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por unanimidade, acho que o Senador Expedito Júnior... Por unanimidade, não. Me perdoe o Senador Expedito que deve estar nos vendo, mas não foi aprovado o projeto.

Passaremos ao próximo item da pauta. É não terminativo. Item importantíssimo, queria dizer ao Senador Romeu Tuma que hoje me fez acordar cedo por esse projeto, tive que dar uma entrevista cedo sobre esse projeto, que é o projeto sobre as escutas telefônicas, a televisão me fez chegar cedo ali para poder falar sobre esse projeto, projeto importantíssimo que está na mídia nacional, inclusive, e nada mais justo e correto do que a autoria ser de V.Ex^a, um homem que para mim é o grande xerife e vai continuar sendo sempre, grande homem da Polícia Federal.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É o seguinte, tem um Requerimento nosso pedindo apenas, uma coisa muito simples, uma troca de um convidado para uma audiência pública. Então gostaria de submeter ao item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos rapidinho. Qual é o Requerimento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, Senador Romeu Tuma eu vou--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] Só o item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos aqui rapidamente, o item 7.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Virginio de Carvalho me alertou aqui há pouco que quando V. Ex^a disse que tínhamos jantado ontem e que era uma satisfação, eu disse que... V.Ex^a disse que a recíproca era verdadeira, eu disse "Não!". Mas o não, não é da satisfação de termos jantado, o não era pelo voto contra o parecer. Só pra explicar. Porque ele ficou preocupado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Rapidamente,

um requerimento em aditamento, para que aprovado vai para o Senador Romeu Tuma.

"Nos termos do Regimento, requeiro aditamento ao Requerimento de minha autoria do caso", no caso do Senador João Tenório, "no sentido de que seja também convidado representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para participar da segunda audiência pública que objetiva instruir para posterior apreciação o Projeto de Lei do Senado 73/07 que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e importação e liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, insetos e aves." Em discussão. Em votação o aditamento de Requerimento do Senador João Tenório. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Item 5 da pauta, não terminativo. Projeto de Lei nº. 741/07, *"Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico a comunicarem o Departamento da Polícia Federal, do Ministério da Justiça"*. Autoria do Senador Romeu Tuma, relatoria do meu ilustre amigo Senador Cícero Lucena. Parecer favorável com as emendas oferecidas. Observação: matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, a quem eu passo a palavra. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, para mim é motivo de muita honra ser o relator desse projeto, pela iniciativa do Senador Romeu Tuma, que, sem dúvida nenhuma, uma das maiores autoridades desse país nesse assunto, além da oportunidade de um tema que está tão em evidência, que é a questão dos grampos, os legais e os ilegais.

O Projeto de Lei do Senado, PLS, nº 741, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, obriga os fabricantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico a comunicarem ao Departamento de Polícia Federal o cadastro completo dos compradores públicos e privados.

Na justificativa, ressalta-se que o DPF deve controlar a distribuição desses equipamentos.

Sr. Presidente, preliminarmente, cabe mencionar que a matéria está adstrita ao campo de competência privada da União, haja vista a aplicação de tais equipamentos na persecução penal; art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Não vislumbramos óbices de natureza constitucional ou regimental à proposta ora analisada. Tampouco há vício de antijuridicidade.

No mérito, temos que o PLS 741/2007, é conveniente e oportuno. Os equipamentos de escuta e o monitoramento telefônico, se utilizados indevidamente, implicam em violação da intimidade e do sigilo das comunicações telefônicas, garantidos pela Constituição Federal; art. 5º, incisos X e

XII. Mostra-se conveniente, portanto, que a Polícia Federal tenha controle sobre a destinação desses equipamentos. Não obstante, cremos que também os comerciantes intermediários devem estar obrigados a fornecer ao DPF os dados cadastrais dos compradores finais.

Por que isso, Sr. Presidente? A razão de ter apresentado a emenda num debate com o Senador Romeu Tuma nós entendemos que a iniciativa, por demais meritória, mas ela precisava ter esse complemento, não só dos fabricantes, já que grande parte desses equipamentos são importados e comercializados. Então, nós inserimos como proposta, do relator, a inclusão também dos comerciantes. Têm a obrigação, tanto os fabricantes nacionais ou aqueles que importam e comercializam, dando uma pequena contribuição ao meritoso projeto do Senador Romeu Tuma.

Pelo exposto, cumprimentando o autor pela iniciativa, manifestamo-nos pela aprovação do PLS 741, de 2007, com as seguintes emendas:

“Dá-se à ementa do PLS nº 741, de 2007, a seguinte redação: Obriga os fabricantes e os comerciantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico a comunicarem ao Departamento da Polícia Federal os dados cadastrais dos compradores finais”.

Emenda nº. 2:

“Dá-se ao art. 1º do PLS nº 741, de 2007, a seguinte redação: Art. 1º. Os fabricantes e os comerciantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico estão obrigados a fornecer os dados cadastrais dos compradores finais ao Departamento de Polícia Federal, tão logo se concretize o negócio”.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o Projeto de Lei do Senado 741, de autoria do Senador Romeu Tuma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizar o Senador Romeu Tuma pela autoria do projeto e o Senador Cícero Lucena pelo parecer favorável. Ainda há pouco nós, ao iniciarmos esta sessão, eu fiz referência à necessidade de se estabelecer novas regras para a questão das vendas e posse dos equipamentos de escuta e V. Exª então alertou do item 5 da pauta, do projeto do Senador Romeu Tuma, que já dispunha sobre isso e é da maior importância, porque da forma como está agora, as empresas fabricantes de equipamento de escuta vão ter que oficializar a Po-

lícia Federal e o Ministério da Justiça a venda desses equipamentos.

Eu vou... Para que o projeto, como é de tal importância; não sei se o Senador Romeu Tuma se encontra... Está aí. Parabéns, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já cumprimentei V. Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como é de tal importância o projeto, vamos aprová-lo, e eu peço aos Senadores que a gente o aprove nesta CCT, porque ele vai à CCJ. Na CCJ, Senador Romeu Tuma, eu gostaria de conversar com V. Exª, para que a gente pudesse emendar seu projeto e já fazer com que a obrigatoriedade não só dos fabricantes, mas também dos vendedores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está aqui? Parabéns. Parabéns Senador Cícero Lucena. E já fazer uma emenda também para tornar crime. Crime o porte e a venda ilegal desses equipamentos. Porque hoje, Senador Wellington Salgado, não configura crime você ser portador de um aparelho de escuta.

Então, acho que a forma de você conter essa praga que está assolando o país é transformar em crime hediondo a escuta, porque tira a privacidade, tira a dignidade do cidadão brasileiro. Então, eu quero parabenizar o Senador Romeu Tuma, o Senador Cícero Lucena, que já incluiu a comercialização também, e na CCJ vamos, Senador Tuma, fazer a emenda para transformar também o porte e a venda e uso ilegal como crime hediondo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Senador Romeu Tuma, Senador Cícero Lucena, parabéns.

Vamos agora às rádios, rapidamente, para que possamos terminar nossa pauta.

Tem um Requerimento meu também, Requerimento de minha autoria: realização de Audiência Pública em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir os avanços tecnológicos na cura da diabetes tipo 2. Indico como convidado o Professor Dr. Cícero Pitombo. Entendeu? A justificativa depois a gente passa para os Senadores. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão aprovados.

Vamos lá então às rádios, para nós aprovarmos. Senador Sérgio Zambiasi, V. Exª tem uma rádio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o item 8 da pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Item 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passo a palavra para V.Ex^a.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Projeto de Decreto Legislativo 205/2008, que “*Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul*”. Autoria: Poder Executivo e o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Senadores, não havendo quem queira discutir passaremos à votação em bloco ao final visto que é terminativo.

Item 9 da pauta. Item 10, item 11, item 12 e 13. Senador Flávio Arns. V. Ex^a hoje vai sonorizar o Estado de V. Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estou dominando aí. O item 9 é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 193/08, que “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Tomazina, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná*”. O parecer é favorável.

O item 10, Projeto de Decreto Legislativo nº. 194/08, que “*Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Rádio FM Aliança para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná*”. Parecer é favorável.

O item 11, Projeto de Decreto Legislativo nº. 195/08, “*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná*.” Parecer também favorável.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 203/2008, que “*Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná*”. O parecer é favorável.

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº. 204/2008, que “*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná*”. Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os relatórios lidos pelo Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco, no final.

O último item da pauta é um Projeto de Decreto Legislativo 362/2007, “*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba*”. Autoria do Poder Executivo, relatoria Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Projeto de Decreto Legislativo 362/2007 “*Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Cacaré FM Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, no Estado da Paraíba*”. O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria aproveitar, porque no interregno da aprovação do item 5, eu estava atendendo um telefonema e não consegui agradecer a inteligência, a objetividade do Senador Lucena, paraibano dos bons, que conseguiu dar uma dimensão maior ao projeto, obrigando os comerciantes.

Realmente, foi um esquecimento, porque se for na Santa Efigênia, compra o equipamento. E o contrabando também é facilitado ali na fronteira. Então é uma coisa que a gente tem que começar a cercar, porque toda discussão que foi feita na comissão especial durante a fase aberta, foi discutido se alguém sabia quantos equipamentos de escuta existem no país em funcionamento. Ninguém sabe. Nem das polícias estaduais. E hoje, até a Polícia Rodoviária tem recebido pedido e autorização para grampo.

E a lei é tão clara que só a Polícia Judiciária e a Polícia Federal, que também é judiciária, podem requerer a escuta telefônica na apuração de crime grave. Então eu quero agradecer ao Senador e todos os outros pela velocidade com que nós conseguimos aprovar esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Então passaremos à votação em bloco das rádios que são terminativos. Senador... Vamos lá. Senador Valter Pereira. O Senador tecnológico. Está sem o laptop hoje.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SENADOR SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator. Senador Romeu Tuma. Com o relator, com os relatores. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hoje vamos comer naquele restaurante da Paraíba lá?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mangai.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mangai, vou fazer propaganda aqui. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os relatores. Senador Sérgio Zambiasi. Como é que anda o Mercosul, Senador?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, na ponta direita.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele dá um olhar penetrante. Bom, então aprovados todos os itens.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O senhor sabe que o item 2 foi votado ontem e o plenário aprovou, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria fazer uma colocação sobre o item 2 da pauta. Foi o item que foi pedido urgência e passou diretamente para a Mesa e foi aprovada ontem no Plenário do Senado Federal.

Alguma consideração de algum Senador? Deseja fazer alguma consideração? Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, sobre o item 2, sobre o uso de cobaia, é isso? Realmente, a Organização Não-Governamental me procurou, que existe outros tipos de instrumentos para a pesquisa ser em uso animal. Não deu nem pra discutir porque não tinha absolutamente nenhum dado consistente que chegasse às mãos dos Senadores. E como há um critério para a seleção das cobaias, tem que ter uma estrutura física... Não sei se pode falar se é estrutura física ou não, porque o animal pequeno, mas tem que ter algumas características para ser usado. E impõe o não sofrimento do animal e o respeito ético também.

Como o Senador Arns votou a favor eu acho que não tem que discutir muito pela sensibilidade dele na defesa daqueles que mais sofrem. E animal quando... Hoje... Hoje nós temos médicos que pela impossibilidade dos hospitais, dos centros de pesquisa adquirirem os animais, comprem do próprio bolso, para dar continuidade às pesquisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes eu queria... Senador João Tenório, V. Ex^a tem que sair para outra comissão. Como é o voto de V. Ex^a? Com os relatores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marconi Perillo também, como vota V. Ex^a? Com os relatores. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria fazer a observação para o Senador Romeu Tuma, porque nós discutimos esse projeto na última reunião. E eu também recebi ponderações das sociedades protetoras dos animais, mas no sentido de dizer inclusive que é um avanço que a gente tem, porque não existe legislação nenhuma no momento.

Então, o pessoal faz maus-tratos... Utiliza de maneira inadequada, não se sabe se a pesquisa é válida... Então, vai haver, de acordo com o Projeto de Lei, um conselho que vai cuidar disso e um Conselho de Ética, inclusive, de pesquisa. Então, eu diria, salvo melhor juízo, naturalmente, que é um avanço importante inclusive para que se diga, na lei, de maneira clara quais as instituições, está na lei, que vão poder se beneficiar, que tipo de pesquisa... Quer dizer, tudo bem regulamentado. Acho que é um avanço interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Senador Flávio Arns, alguma consideração? Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.



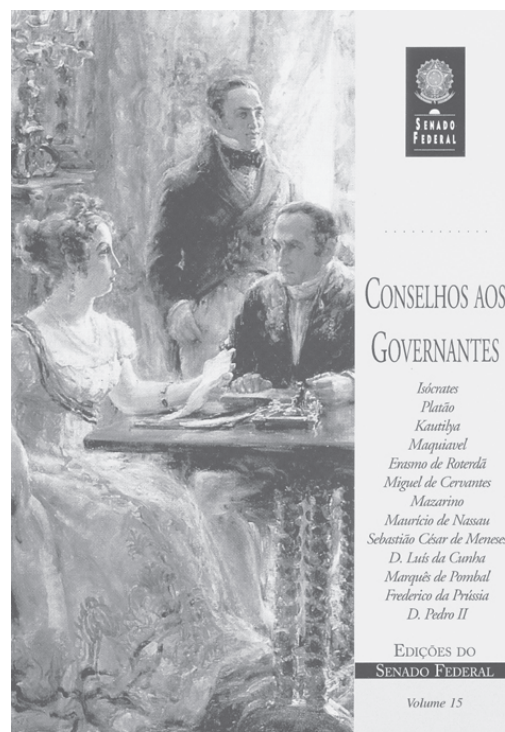
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 468 PÁGINAS

(OS: 15558/2008)